PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ
TJPA - DIÁRIO DA JUSTIÇA - Edição nº 7352/2022 - Segunda-feira, 18 de Abril de 2022

PRESIDENTE
Desª. CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO
VICE-PRESIDENTE
Des. RONALDO MARQUES VALLE
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
Desª. ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA
CONSELHO DA MAGISTRATURA
Desª. CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO
Desª. EZILDA PASTANA MUTRAN
Des. RONALDO MARQUES VALLE
Desª. ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
Desª. ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA
Desª. EVA DO AMARAL COELHO
Desª. MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

DESEMBARGADORES

RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES
LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO
VÂNIA VALENTE DO COUTO FORTES BITAR CUNHA
VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA
CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO
MARIA DE NAZARÉ SILVA GOUVEIA DOS SANTOS
RICARDO FERREIRA NUNES
LEONARDO DE NORONHA TAVARES
CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO
MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES
LEONAM GONDIM DA CRUZ JÚNIOR
RONALDO MARQUES VALLE
GLEIDE PEREIRA DE MOURA
JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO
MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO
MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO
ROBERTO GONÇALVES DE MOURA
MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE
LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO
MAIRTON MARQUES CARNEIRO
EZILDA PASTANA MUTRAN
MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA
ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA
JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR
ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
EVA DO AMARAL COELHO
KÉDIMA PACÍFICO LYRA
AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO
Plenário da Seção de Direito Público
Sessões às terças-feiras
Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento
Desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro
Desembargador José Maria Teixeira do Rosário
Desembargador Roberto Gonçalves de Moura (Presidente)
Desembargador Luiz Gonzaga da Costa Neto
Desembargador Mairton Marques Carneiro
Desembargadora Ezilda Pastana Mutran
Desembargadora Maria Elvina Gemaque Taveira
Desembargadora Rosileide Maria da Costa Cunha

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO
Plenário da Seção de Direito Privado
Sessões às quintas-feiras
Desembargador Constantino Augusto Guerreiro (Presidente)
Desembargador Ricardo Ferreira Nunes
Desembargador Leonardo de Noronha Tavares
Desembargadora Maria de Nazaré Saavedra Guimarães
Desembargadora Gleide Pereira de Moura
Desembargadora Maria do Ceo Maciel Coutinho
Desembargadora Maria Filomena de Almeida Buarque
Desembargador Amilcar Roberto Bezerra Guimarães
Juiz Convocado José Torquato de Araújo de Alencar
Juíza Convocada Margui Gaspar Bittencourt

1ª TURMA DE DIREITO PRIVADO
Plenário de Direito Privado
Sessões às segundas-feiras
Desembargador Constantino Augusto Guerreiro
Desembargador Leonardo de Noronha Tavares (Presidente)
Desembargadora Maria do Ceo Maciel Coutinho
Desembargadora Maria Filomena de Almeida Buarque
Juíza Convocada Margui Gaspar Bittencourt

2ª TURMA DE DIREITO PRIVADO
Plenário de Direito Privado
Sessões às terças-feiras
Desembargador Ricardo Ferreira Nunes (Presidente)
Desembargadora Maria de Nazaré Saavedra Guimarães
Desembargadora Gleide Pereira de Moura
Desembargador Amilcar Roberto Bezerra Guimarães
Juiz Convocado José Torquato de Araújo de Alencar

1ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO
Plenário de Direito Público
Sessões às segundas-feiras
Desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro
Desembargador Roberto Gonçalves de Moura
Desembargadora Ezilda Pastana Mutran (Presidente)
Desembargadora Maria Elvina Gemaque Taveira
Desembargadora Rosileide Maria da Costa

2ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO
Plenário de Direito Público
Sessões às segundas-feiras
Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento
Desembargador José Maria Teixeira do Rosário (Presidente)
Desembargador Luiz Gonzaga da Costa Neto
Desembargador Mairton Marques Carneiro

SEÇÃO DE DIREITO PENAL
Plenário da Seção de Direito Penal
Sessões às segundas-feiras
Desembargador Rômulo José Ferreira Nunes
Desembargadora Vânia Valente do Couto Fortes Bitar Cunha
Desembargadora Vânia Lúcia Carvalho da Silveira
Desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos
Desembargador Leonam Gondim da Cruz Júnior
Desembargador Ronaldo Marques Vale
Desembargador Maria Edwiges de Miranda Lobato
Desembargador José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior (Presidente)
Desembargadora Rosi Maria Gomes de Farias
Desembargadora Eva do Amaral Coelho
Desembargadora Kédima Pacífico Lyra
Juiz Convocado Altemar da Silva Paes

1ª TURMA DE DIREITO PENAL
Plenário de Direito Penal
Sessões às terças-feiras
Desembargadora Vânia Lúcia Carvalho da Silveira
Desembargador Maria Edwiges de Miranda Lobato (Presidente)
Desembargadora Rosi Maria Gomes de Farias

2ª TURMA DE DIREITO PENAL
Plenário de Direito Penal
Sessões às terças-feiras
Desembargador Rômulo José Ferreira Nunes (Presidente)
Desembargadora Vânia Valente do Couto Fortes Bitar Cunha
Desembargador Leonam Gondim da Cruz Júnior
Desembargador Ronaldo Marques Vale
Juiz Convocado Altemar da Silva Paes

3ª TURMA DE DIREITO PENAL
Plenário de Direito Penal
Sessões às quintas-feiras
Desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos
Desembargador José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior
Desembargadora Eva do Amaral Coelho (Presidente)
Desembargadora Kédima Pacífico Lyra

SUMÁRIO

PRESIDÊNCIA ---- 5
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA ---- 55
SECRETARIA JUDICIÁRIA ---- 58
CONSELHO DA MAGISTRATURA ---- 64
CEJUSC
PRIMEIRO CEJUSC BELÉM ---- 66
SEÇÃO DE DIREITO PENAL ---- 68
TURMAS DE DIREITO PENAL
UNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIAL DAS TURMAS DE DIREITO PENAL - UPJ ---- 96
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS ---- 115
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ---- 120
FÓRUM CÍVEL
UPJ DAS VARAS CÍVEIS E EMPRESARIAIS DA CAPITAL - 1 VARA CÍVEL E EMPRESARIAL - 121
UPJ DAS VARAS CÍVEIS E EMPRESARIAIS DA CAPITAL - 2 VARA CÍVEL E EMPRESARIAL - 122
UPJ DAS VARAS CÍVEIS E EMPRESARIAIS DA CAPITAL - 3 VARA CÍVEL E EMPRESARIAL - 123
UPJ DAS VARAS CÍVEIS E EMPRESARIAIS DA CAPITAL - 4 VARA CÍVEL E EMPRESARIAL - 125
UPJ DAS VARAS CÍVEIS E EMPRESARIAIS DA CAPITAL - 5 VARA CÍVEL E EMPRESARIAL - 144
SECRETARIA DA 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA CAPITAL ---- 168
UPJ DAS VARAS CÍVEIS E EMPRESARIAIS DA CAPITAL - 7 VARA CÍVEL E EMPRESARIAL - 170
UPJ DAS VARAS CÍVEIS E EMPRESARIAIS DA CAPITAL - 8 VARA CÍVEL E EMPRESARIAL - 172
UPJ DAS VARAS CÍVEIS E EMPRESARIAIS DA CAPITAL - 9 VARA CÍVEL E EMPRESARIAL - 208
UPJ DAS VARAS DA FAZENDA DA CAPITAL - 1 VARA DA FAZENDA ---- 209
UPJ DAS VARAS DA FAZENDA DA CAPITAL - 2 VARA DA FAZENDA ---- 211
UPJ DAS VARAS CÍVEIS E EMPRESARIAIS DA CAPITAL - 10 VARA CÍVEL E EMPRESARIAL 212
UPJ DAS VARAS CÍVEIS E EMPRESARIAIS DA CAPITAL - 11 VARA CÍVEL E EMPRESARIAL 214
UPJ DAS VARAS CÍVEIS E EMPRESARIAIS DA CAPITAL - 13 VARA CÍVEL E EMPRESARIAL 216
FÓRUM CRIMINAL
DIRETORIA DO FÓRUM CRIMINAL ---- 227
SECRETARIA DA 1ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL ---- 231
SECRETARIA DA 3ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL ---- 234
SECRETARIA DA 6ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL ---- 236
SECRETARIA DA VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO ---- 239
FÓRUM DE ICOARACI
SECRETARIA DA VARA DE FAMILIA DISTRITAL DE ICOARACI ---- 256
SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DISTRITAL DE ICOARACI ---- 261
SECRETARIA DA 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DISTRITAL DE ICOARACI ---- 271
FÓRUM DE ANANINDEUA
SECRETARIA DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE ANANINDEUA ---- 273
SECRETARIA DA 1ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA ---- 274
SECRETARIA DA 3ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA ---- 275
SECRETARIA DA 4ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA ---- 279
SECRETARIA DA 5ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA ---- 280
FÓRUM DE BENEVIDES
SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BENEVIDES ---- 301
SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE BENEVIDES ---- 303
SECRETARIA DA 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BENEVIDES ---- 305
FÓRUM DE MARITUBA
SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE MARITUBA ---- 306
EDITAIS
COMARCA DA CAPITAL - EDITAIS ---- 307

UPJ DAS VARAS CÍVEIS E EMPRESARIAIS DA CAPITAL - 1 VARA - EDITAIS ---- 312
JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO ---- 318
COMARCA DE ABAETETUBA
SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA ---- 319
COMARCA DE MARABÁ
SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE MARABÁ ---- 321
SECRETARIA DA 1ª VARA CRIMINAL DE MARABÁ ---- 334
SECRETARIA DA 2ª VARA CRIMINAL DE MARABÁ ---- 335
SECRETARIA DA VARA AGRÁRIA DE MARABÁ ---- 336
SECRETARIA DA 3ª VARA CRIMINAL DE MARABÁ ---- 339
COMARCA DE SANTARÉM
UPJ DAS VARAS CÍVEIS E EMPRESARIAIS DE SANTARÉM - 1 VARA CÍVEL E EMPRESARIAL 340
UPJ DAS VARAS CRIMINAIS DE SANTARÉM - 1 VARA CRIMINAL ---- 341
UPJ DA VARA DE EXECUÇÃO PENAL DE SANTARÉM ---- 359
UPJ DA VARA DO JUIZADO ESPECIAL DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE SANTARÉM ---- 367
COMARCA DE ALTAMIRA
SECRETARIA DA 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ALTAMIRA ---- 372
COMARCA DE TUCURUÍ
SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE TUCURUÍ ---- 373
COMARCA DE CASTANHAL
SECRETARIA DA 1ª VARA CRIMINAL DE CASTANHAL ---- 375
SECRETARIA DA VARA AGRÁRIA DE CASTANHAL ---- 376
COMARCA DE SANTA MARIA DO PARÁ
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SANTA MARIA DO PARÁ ---- 380
COMARCA DE ITAITUBA
SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE ITAITUBA ---- 383
COMARCA DE REDENÇÃO
SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE REDENÇÃO ---- 385
COMARCA DE PARAGOMINAS
SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE PARAGOMINAS ---- 390
SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE PARAGOMINAS ---- 392
SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE PARAGOMINAS ---- 394
COMARCA DE RONDON DO PARÁ
SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL DE RONDON DO PARÁ ---- 397
COMARCA DE JURUTI
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE JURUTI ---- 398
COMARCA DE ORIXIMINA
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE ORIXIMINA ---- 403
COMARCA DE ALENQUER
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE ALENQUER ---- 422
COMARCA DE CAPANEMA
SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CAPANEMA ---- 426
SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CAPANEMA ---- 434
COMARCA DE SALINÓPOLIS
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SALINÓPOLIS ---- 447
COMARCA DE SANTA IZABEL DO PARÁ
SECRETARIA DA VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE SANTA IZABEL DO PARÁ ---- 465
SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE SANTA IZABEL DO PARÁ ---- 467
COMARCA DE MOJÚ
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE MOJÚ ---- 469

COMARCA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA
SECRETARIA DA 1ª VARA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA ---- 474
SECRETARIA DA 2ª VARA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA ---- 475
COMARCA DE AFUÁ
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE AFUÁ ---- 478
COMARCA DE BRAGANÇA
SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE BRAGANÇA ---- 484
COMARCA DE NOVA TIMBOTEUA
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE NOVA TIMBOTEUA ---- 486
COMARCA DE NOVO REPARTIMENTO
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE NOVO REPARTIMENTO ---- 489
COMARCA DE PRIMAVERA
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE PRIMAVERA ---- 497
COMARCA DE CAMETÁ
SECRETARIA DA 2ª VARA DE CAMETÁ ---- 504
COMARCA DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA ---- 555
COMARCA DE CANAÃ DOS CARAJÁS
SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS ---- 556
COMARCA DE SÃO DOMINGOS DO CAPIM
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SÃO DOMINGOS DO CAPIM ---- 558
COMARCA DE AUGUSTO CORREA
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE AUGUSTO CORREA ---- 560
COMARCA DE PRAINHA
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE PRAINHA ---- 561
COMARCA DE SALVATERRA
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SALVATERRA ---- 562
COMARCA DE SÃO FÉLIX DO XINGU
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SÃO FÉLIX DO XINGU ---- 563
COMARCA DE TOME - AÇU
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE TOMÉ - AÇU ---- 564
COMARCA DE NOVO PROGRESSO
SECRETARIA DA VARA CÍVEL DE NOVO PROGRESSO ---- 586
COMARCA DE SENADOR JOSE PORFIRIO
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SENADOR JOSE PORFIRIO ---- 596
COMARCA DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ ---- 610

PRESIDÊNCIA

Portaria nº 1235/2022-GP, de 13 de abril de 2022.

Atualiza as metas de baixa processual e a lista das unidades judiciárias que necessitam de auxílio externo, previstas, respectivamente, na Portaria nº 1.705/2021-GP e na Portaria nº 1.129/2021-GP, ambas da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

A Excelentíssima Senhora Desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, no uso das atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 3º, parágrafo único, da Portaria nº 1.705/2021 e no § 2º do art. 4º, da Portaria nº 1.129/2021-GP, ambas da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará;

RESOLVE:

Art. 1º As metas de baixa processual para o bimestre abril/maio de 2022 são as constantes da tabela nº 1 em anexo, conforme atualização prevista no art. 3º, parágrafo único, da Portaria nº 1.705/2021.

Art. 2º A lista das unidades judiciárias que necessitam de auxílio externo no quadrimestre abril/julho são as constantes da tabela nº 2 em anexo, conforme atualização prevista no § 2º do art. 4º, da Portaria nº 1.129/2021-GP, da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Belém, 13 de abril de 2022.

Desembargadora **Célia Regina de Lima Pinheiro**

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará

TABELA I - METAS DE BAIXAS PROCESSUAIS POR UNIDADE JUDICIÁRIA - Atualizadas em 11/04/2022

COMARCA	UNIDADE	PROCESSOS NOVOS (últimos 12 meses)	IAD 200%	IAD 200%	MÉDIA MENSAL DE BAIXA PARA (média de 2019 + 50%)	JULGADOS E NÃO BAIXADOS	IEJUD (padrão 70%)	META MENSAL ABR/MAI
ABAETETUBA	1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ABAETETUBA	846	1.692	141	144	39	68,22	109
ABAETETUBA	2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ABAETETUBA	886	1.772	148	115	37	72,81	98
ABAETETUBA	JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE	509	1.018	85	218	67	71,18	122

	ABAETETUBA							
ABAETETUBA	VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA	325	650	54	161	40	73,90	83
ACARÁ	VARA ÚNICA DE ACARÁ	946	1.892	158	126	41	41,09	124
AFUÁ	VARA ÚNICA DE AFUÁ	250	500	42	64	25	93,36	38
ALENQUER	VARA ÚNICA DE ALENQUER	913	1.826	152	220	68	82,06	138
ALMEIRIM	VARA DISTRITAL DE MONTE DOURADO	278	556	46	88	7	68,95	47
ALMEIRIM	VARA ÚNICA DE ALMEIRIM	546	1.092	91	89	48	87,35	69
ALTAMIRA	1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ALTAMIRA	666	1.332	111	99	46	73,28	84
ALTAMIRA	1ª VARA CRIMINAL DE ALTAMIRA	81	162	14	37	22	58,00	25
ALTAMIRA	2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ALTAMIRA	793	1.586	132	140	45	71,69	105
ALTAMIRA	2ª VARA CRIMINAL DE ALTAMIRA	468	936	78	95	50	38,35	86
ALTAMIRA	3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ALTAMIRA	715	1.430	119	170	63	72,85	116
ALTAMIRA	JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE ALTAMIRA	843	1.686	141	105	35	64,32	96
ALTAMIRA	JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE ALTAMIRA	-7	-14	-1	2	1	59,66	0
ALTAMIRA	JUIZADO ESPECIAL DO MEIO AMBIENTE DE ALTAMIRA	1	2	0	1	0	54,36	0
ALTAMIRA	VARA AGRÁRIA DE ALTAMIRA	15	30	3	7	2	54,70	4
ANAJÁS	VARA ÚNICA DE ANAJÁS	218	436	36	51	15	97,09	30
ANANINDEUA	1ª VARA CÍVEL E	1.30	2.602	217	248	17	67,11	163

	EMPRESARIAL DE ANANINDEUA	1						
ANANINDEUA	1ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA	124	248	21	98	12	51,14	48
ANANINDEUA	1ª VARA DE FAMÍLIA DE ANANINDEUA	889	1.778	148	277	15	72,46	145
ANANINDEUA	1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE ANANINDEUA	1.420	2.840	237	299	30	77,06	182
ANANINDEUA	2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA	1.196	2.392	199	214	49	75,04	150
ANANINDEUA	2ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA	109	218	18	91	28	71,86	45
ANANINDEUA	2ª VARA DE FAMÍLIA DE ANANINDEUA	853	1.706	142	435	14	91,85	175
ANANINDEUA	2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE ANANINDEUA	1.447	2.894	241	254	20	49,47	189
ANANINDEUA	3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA	1.205	2.410	201	151	17	46,14	137
ANANINDEUA	3ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA	50	100	8	48	13	67,28	23
ANANINDEUA	3ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE ANANINDEUA	1.452	2.904	242	335	29	49,07	223
ANANINDEUA	4ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA	2.118	4.236	353	138	145	79,33	202
ANANINDEUA	5ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA	73	146	12	36	16	66,56	22
ANANINDEUA	VARA DE FAZENDA PÚBLICA DE ANANINDEUA	1.107	2.214	185	103	51	35,49	132
ANANINDEUA	VARA DE INFÂNCIA E JUVENTUDE DE ANANINDEUA	212	424	35	84	8	47,74	47
ANANINDEUA	VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE ANANINDEUA	11	22	2	20	2	76,66	8

ANANINDEUA	VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DE ANANINDEUA	71	142	12	25	4	57,85	14
ANAPÚ	VARA ÚNICA DE ANAPÚ	689	1.378	115	85	42	91,96	72
AUGUSTO CORREA	VARA ÚNICA DE AUGUSTO CORREA	474	948	79	104	33	63,76	74
AURORA DO PARÁ	VARA ÚNICA DE AURORA DO PARÁ	240	480	40	37	13	76,72	29
BAIÃO	VARA ÚNICA DE BAIÃO	583	1.166	97	183	84	72,74	120
BARCARENA	1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BARCARENA	802	1.604	134	283	65	80,74	152
BARCARENA	2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BARCARENA	989	1.978	165	179	24	85,72	113
BARCARENA	VARA CRIMINAL DE BARCARENA	380	760	63	104	41	70,90	69
BELÉM	10ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	971	1.942	162	733	66	30,04	384
BELÉM	10ª VARA CRIMINAL DE BELÉM	71	142	12	25	8	76,85	14
BELÉM	10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE BELÉM	1.110	2.220	185	200	21	76,24	131
BELÉM	11ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	1.204	2.408	201	205	79	46,86	180
BELÉM	11ª VARA CRIMINAL DE BELÉM	109	218	18	33	4	79,79	18
BELÉM	11ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE BELÉM	1.010	2.020	168	292	75	23,08	220
BELÉM	12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	976	1.952	163	130	49	28,27	138
BELÉM	12ª VARA CRIMINAL DE BELÉM	30	60	5	42	2	82,61	15

BELÉM	12ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE BELÉM	1.086	2.172	181	263	19	65,03	158
BELÉM	13ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	861	1.722	144	167	79	78,49	124
BELÉM	13ª VARA CRIMINAL DE BELÉM	77	154	13	19	5	74,91	12
BELÉM	14ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	1.059	2.118	177	50	30	25,27	104
BELÉM	15ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	1.076	2.152	179	100	45	64,52	111
BELÉM	1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	827	1.654	138	109	51	48,95	110
BELÉM	1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DISTRITAL DE ICOARACI	370	740	62	81	9	62,87	52
BELÉM	1ª VARA CRIMINAL DE BELÉM	123	246	21	38	11	61,08	24
BELÉM	1ª VARA CRIMINAL DISTRITAL DE ICOARACI	21	42	4	44	5	76,46	17
BELÉM	1ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE BELÉM	545	1.090	91	142	17	72,15	83
BELÉM	1ª VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE DA COMARCA DA CAPITAL	66	132	11	40	9	81,21	19
BELÉM	1ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM	14.570	29.140	2.428	275	652	50,50	1.227
BELÉM	1ª VARA DE FAMÍLIA DE BELÉM	843	1.686	141	145	32	82,48	99
BELÉM	1ª VARA DE FAZENDA DE BELÉM	1.022	2.044	170	271	72	63,76	176
BELÉM	1ª VARA DE VIOLÊNCIA	1.344	2.688	224	197	91	94,38	150

	DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER DE BELÉM							
BELÉM	1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE BELÉM	1.171	2.342	195	187	23	73,43	133
BELÉM	1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE FAZENDA PÚBLICA	7.724	15.448	1.287	686	214	78,52	698
BELÉM	1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE BELÉM	50	100	8	7	2	75,42	6
BELÉM	1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DE BELÉM	30	60	5	12	1	76,98	6
BELÉM	2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	1.444	2.888	241	142	60	22,77	182
BELÉM	2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DISTRITAL DE ICOARACI	398	796	66	47	8	80,53	38
BELÉM	2ª VARA CRIMINAL DE BELÉM	177	354	30	51	19	88,55	30
BELÉM	2ª VARA CRIMINAL DISTRITAL DE ICOARACI	111	222	19	33	6	25,77	23
BELÉM	2ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE BELÉM	167	334	28	67	2	77,62	31
BELÉM	2ª VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE DA COMARCA DA CAPITAL	248	496	41	27	8	36,48	30
BELÉM	2ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM	14.579	29.158	2.430	595	154	31,18	1.265
BELÉM	2ª VARA DE FAMÍLIA DE BELÉM	949	1.898	158	149	18	98,25	93
BELÉM	2ª VARA DE FAZENDA DE BELÉM	930	1.860	155	306	180	70,15	214
BELÉM	2ª VARA DE	1.26	2.526	211	205	55	100,00	133

	VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER DE BELÉM	3						
BELÉM	2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE BELÉM	1.168	2.336	195	244	20	82,83	143
BELÉM	2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE FAZENDA PÚBLICA	8.327	16.654	1.388	0	129	75,54	492
BELÉM	2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE BELÉM	64	128	11	9	1	56,21	7
BELÉM	2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DE BELÉM	38	76	6	11	0	80,85	6
BELÉM	3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	842	1.684	140	181	67	78,68	124
BELÉM	3ª VARA CRIMINAL DE BELÉM	173	346	29	38	17	95,76	24
BELÉM	3ª VARA CRIMINAL DISTRITAL DE ICOARACI	429	858	72	258	35	90,77	109
BELÉM	3ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE BELÉM	4	8	1	72	0	86,40	22
BELÉM	3ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM	1.654	3.308	276	338	152	66,74	259
BELÉM	3ª VARA DE FAMÍLIA DE BELÉM	924	1.848	154	139	14	62,05	106
BELÉM	3ª VARA DE FAZENDA DE BELÉM	1.508	3.016	251	161	54	15,96	198
BELÉM	3ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER DE BELÉM	1.324	2.648	221	214	91	99,88	149
BELÉM	3ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE BELÉM	1.248	2.496	208	303	18	90,46	158
BELÉM	3ª VARA DO JUIZADO	33	66	6	18	1	31,36	10

	ESPECIAL CRIMINAL DE BELÉM							
BELÉM	3ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DE BELÉM	40	80	7	15	0	80,74	7
BELÉM	4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	1.131	2.262	189	271	138	45,33	224
BELÉM	4ª VARA CRIMINAL DE BELÉM	122	244	20	33	16	89,76	21
BELÉM	4ª VARA DE FAMÍLIA DE BELÉM	803	1.606	134	159	19	85,05	96
BELÉM	4ª VARA DE FAZENDA DE BELÉM	1.571	3.142	262	208	39	30,10	203
BELÉM	4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE BELÉM	1.116	2.232	186	199	24	84,78	126
BELÉM	4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE BELÉM	55	110	9	20	3	67,65	11
BELÉM	4ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DE BELÉM	117	234	20	12	5	64,15	13
BELÉM	5ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	1.103	2.206	184	1.180	89	56,89	516
BELÉM	5ª VARA CRIMINAL DE BELÉM	111	222	19	39	16	83,86	23
BELÉM	5ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	191	382	32	48	10	72,12	30
BELÉM	5ª VARA DE FAMÍLIA DE BELÉM	866	1.732	144	133	19	82,78	93
BELÉM	5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE BELÉM	1.079	2.158	180	209	6	94,11	116
BELÉM	6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	1.026	2.052	171	291	101	25,27	229
BELÉM	6ª VARA CRIMINAL DE BELÉM	135	270	23	33	13	89,10	21

BELÉM	6ª VARA DE FAMÍLIA DE BELÉM	934	1.868	156	119	19	36,67	114
BELÉM	6ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE BELÉM	1.365	2.730	228	328	11	93,44	167
BELÉM	7ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	975	1.950	163	152	96	68,25	138
BELÉM	7ª VARA CRIMINAL DE BELÉM	54	108	9	24	6	81,23	12
BELÉM	7ª VARA DE FAMÍLIA DE BELÉM	660	1.320	110	164	14	78,14	92
BELÉM	7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE BELÉM	1.019	2.038	170	174	47	80,34	123
BELÉM	8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	1.561	3.122	260	125	30	72,77	136
BELÉM	8ª VARA CRIMINAL DE BELÉM	54	108	9	33	8	80,84	16
BELÉM	8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE BELÉM	1.121	2.242	187	267	15	97,22	135
BELÉM	9ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	1.075	2.150	179	174	67	22,37	174
BELÉM	9ª VARA CRIMINAL DE BELÉM	123	246	21	36	4	82,54	19
BELÉM	9ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE BELÉM	1.057	2.114	176	165	41	82,75	120
BELÉM	TURMA RECURSAL	10.995	21.990	1.833	697	605	32,99	1.238
BELÉM	VARA CÍVEL E CRIMINAL DISTRITAL DE MOSQUEIRO	716	1.432	119	195	30	91,31	103
BELÉM	VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO DE BELÉM	27	54	5	17	6	75,86	9
BELÉM	VARA DE FAMÍLIA DISTRITAL DE	991	1.982	165	173	29	95,74	107

	ICOARACI							
BELÉM	VARA DE INFÂNCIA E JUVENTUDE DISTRITAL DE ICOARACI	144	288	24	55	3	56,24	29
BELÉM	VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE ACIDENTES DE TRÂNSITO DE BELÉM	1.023	2.046	171	134	0	93,19	90
BELÉM	VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DISTRITAL DE ICOARACI	944	1.888	157	498	27	80,78	215
BELÉM	VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DISTRITAL DE MOSQUEIRO	327	654	55	50	13	69,00	40
BELÉM	VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DISTRITAL DE ICOARACI	18	36	3	6	1	65,28	3
BELÉM	VARA DO JUIZADO ESPECIAL DO MEIO AMBIENTE DE BELÉM	10	20	2	14	2	71,50	6
BELÉM	VARA ÚNICA DA JUSTIÇA MILITAR DE BELÉM	70	140	12	42	6	77,57	19
BENEVIDES	1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BENEVIDES	432	864	72	37	42	65,78	51
BENEVIDES	2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BENEVIDES	458	916	76	68	15	92,80	47
BENEVIDES	3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BENEVIDES	53	106	9	32	3	68,16	15
BENEVIDES	JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SANTA BÁRBARA	307	614	51	5	22	81,04	24
BENEVIDES	VARA CRIMINAL DE BENEVIDES	277	554	46	37	51	68,24	45
BONITO	VARA ÚNICA DE BONITO	250	500	42	43	18	92,97	30

BRAGANÇA	1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BRAGANÇA	570	1.140	95	151	56	91,14	90
BRAGANÇA	2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BRAGANÇA	651	1.302	109	144	53	86,90	93
BRAGANÇA	JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE BRAGANÇA	189	378	32	61	11	70,53	35
BRAGANÇA	VARA CRIMINAL DE BRAGANÇA	581	1.162	97	155	42	63,61	101
BRASIL NOVO	VARA ÚNICA DE BRASIL NOVO	357	714	60	61	41	77,04	52
BREU BRANCO	VARA ÚNICA DE BREU BRANCO	2.123	4.246	354	216	77	32,44	256
BREVES	1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE BREVES	616	1.232	103	143	57	85,47	93
BREVES	2ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE BREVES	598	1.196	100	196	20	64,41	108
BREVES	JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE BREVES	510	1.020	85	116	17	55,11	78
BREVES	TERMO DE BAGRE	119	238	20	57	6	72,27	28
BUJARU	VARA ÚNICA DE BUJARU	281	562	47	42	10	79,22	31
CACHOEIRA DO ARARI	TERMO DE SANTA CRUZ DO ARARI	42	84	7	12	8	56,26	10
CACHOEIRA DO ARARI	VARA ÚNICA DE CACHOEIRA DO ARARI	216	432	36	59	22	67,19	39
CAMETÁ	1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE CAMETÁ	156	312	26	146	25	82,12	62
CAMETÁ	2ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE CAMETÁ	1.852	3.704	309	262	79	71,24	215
CANAÃ DOS CARAJÁS	1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE	634	1.268	106	71	27	91,38	61

	CANAÃ DOS CARAJÁS							
CANAÃ DOS CARAJÁS	2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS	707	1.414	118	95	21	59,79	82
CANAA DOS CARAJÁS	VARA CRIMINAL DE CANAÃ DE CARAJÁS	262	524	44	50	23	85,29	36
CAPANEMA	1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CAPANEMA	598	1.196	100	109	36	83,45	76
CAPANEMA	2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CAPANEMA	810	1.620	135	220	41	83,34	123
CAPANEMA	VARA CRIMINAL DE CAPANEMA	235	470	39	93	31	92,13	48
CAPITAO POÇO	VARA ÚNICA DE CAPITÃO POÇO	865	1.730	144	110	86	77,62	109
CASTANHAL	1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CASTANHAL	1.087	2.174	181	273	71	70,61	175
CASTANHAL	1ª VARA CRIMINAL DE CASTANHAL	479	958	80	85	35	69,71	67
CASTANHAL	2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CASTANHAL	1.082	2.164	180	210	78	79,04	149
CASTANHAL	2ª VARA CRIMINAL DE CASTANHAL	466	932	78	95	32	62,12	71
CASTANHAL	3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CASTANHAL	182	364	30	59	14	85,92	32
CASTANHAL	VARA AGRÁRIA DE CASTANHAL	122	244	20	13	3	42,03	14
CASTANHAL	VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE CASTANHAL	1.206	2.412	201	266	34	38,22	193
CHAVES	VARA ÚNICA DE CHAVES	206	412	34	102	6	70,04	48
CONCEIÇAO DO ARAGUAIA	1ª VARA CÍVEL E PENAL DE	683	1.366	114	196	55	45,02	137

	CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA							
CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	2ª VARA CÍVEL E PENAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	1.003	2.006	167	83	82	39,60	128
CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	VARA DO JUIZADO CÍVEL E CRIMINAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	1.073	2.146	179	86	12	68,03	93
CONCÓRDIA DO PARA	VARA ÚNICA DE CONCÓRDIA DO PARÁ	420	840	70	93	10	97,90	49
CURIONÓPOLIS	VARA ÚNICA DE CURIONÓPOLIS	557	1.114	93	60	46	54,10	72
CURRALINHO	VARA ÚNICA DE CURRALINHO	469	938	78	112	24	55,96	76
CURUÇÁ	VARA ÚNICA DE CURUÇÁ	439	878	73	85	40	47,38	73
DOM ELISEU	VARA ÚNICA DE DOM ELISEU	1.197	2.394	200	244	168	82,40	191
ELDORADO DOS CARAJÁS	VARA ÚNICA DE ELDORADO DOS CARAJÁS	620	1.240	103	75	90	50,83	98
FARO	VARA ÚNICA DE FARO	318	636	53	53	3	40,98	42
GARRAFÃO DO NORTE	VARA ÚNICA DE GARRAFÃO DO NORTE	698	1.396	116	214	23	89,21	106
GOIANÉSIA DO PARÁ	VARA ÚNICA DE GOIANÉSIA	574	1.148	96	176	76	82,62	108
GURUPÁ	VARA ÚNICA DE GURUPÁ	269	538	45	45	9	86,80	30
IGARAPÉ-AÇU	TERMO DE MAGALHÃES BARATA	96	192	16	53	8	64,64	26
IGARAPÉ-AÇU	VARA ÚNICA DE IGARAPÉ-AÇU	572	1.144	95	119	81	66,73	100
IGARAPÉ-MIRI	VARA ÚNICA DE IGARAPÉ MIRI	742	1.484	124	98	74	68,56	99
INHANGAPI	VARA ÚNICA DE	492	984	82	26	13	88,37	36

	INHANGAPI							
IPIXUNA DO PARÁ	VARA ÚNICA DE IPIXUNA DO PARÁ	378	756	63	91	39	69,15	65
IRITUIA	VARA ÚNICA DE IRITUIA	306	612	51	77	23	73,39	49
ITAITUBA	1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ITAITUBA	946	1.892	158	340	29	90,43	92*
ITAITUBA	2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ITAITUBA	1.026	2.052	171	138	36	85,65	106
ITAITUBA	JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE ITAITUBA	773	1.546	129	167	17	94,35	92
ITAITUBA	TERMO DE AVEIRO	85	170	14	8	15	42,97	14
ITAITUBA	VARA CRIMINAL DE ITAITUBA	493	986	82	279	32	95,34	114
ITUPIRANGA	VARA ÚNICA DE ITUPIRANGA	685	1.370	114	110	46	86,59	83
JACAREACANGA	VARA ÚNICA DE JACAREACANGA	166	332	28	28	5	97,89	17
JACUNDÁ	VARA ÚNICA DE JACUNDÁ	862	1.724	144	118	170	64,04	148
JURUTI	VARA ÚNICA DE JURUTI	720	1.440	120	137	33	97,67	83
LIMOEIRO DO AJURU	VARA ÚNICA DE LIMOEIRO DO AJURU	483	966	81	97	12	96,58	55
MÃE DO RIO	VARA ÚNICA DE MÃE DO RIO	392	784	65	70	52	59,59	66
MARABÁ	1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE MARABÁ	1.863	3.726	311	618	99	55,34	368
MARABÁ	1ª VARA CRIMINAL DE MARABÁ	27	54	5	68	9	84,66	25
MARABÁ	1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MARABÁ	958	1.916	160	173	6	78,22	108
MARABA	2ª VARA CÍVEL E	1.863	3.726	311	306	62	60,98	236

	EMPRESARIAL DE MARABÁ	3						
MARABÁ	2ª VARA CRIMINAL DE MARABÁ	56	112	9	54	9	70,44	24
MARABÁ	2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MARABÁ	826	1.652	138	215	21	85,38	115
MARABÁ	3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE MARABÁ	1.985	3.970	331	173	62	33,01	223
MARABÁ	3ª VARA CRIMINAL DE MARABÁ	949	1.898	158	108	105	16,16	157
MARABÁ	4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE MARABÁ	306	612	51	128	18	68,50	66
MARABÁ	JUIZADO ESPECIAL DO MEIO AMBIENTE DE MARABÁ	13	26	2	13	0	88,49	4
MARABÁ	VARA AGRÁRIA DE MARABÁ	46	92	8	6	3	45,82	6
MARACANÃ	VARA ÚNICA DE MARACANÃ	374	748	62	56	26	67,07	49
MARAPANIM	VARA ÚNICA DE MARAPANIM	391	782	65	67	38	79,38	54
MARITUBA	1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE MARITUBA	777	1.554	130	65	62	72,13	85
MARITUBA	2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE MARITUBA	824	1.648	137	105	13	28,99	103
MARITUBA	JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MARITUBA	575	1.150	96	227	12	69,29	112
MARITUBA	VARA CRIMINAL DE MARITUBA	513	1.026	86	57	47	84,66	59
MEDICILANDIA	VARA ÚNICA DE MEDICILÂNDIA	560	1.120	93	77	49	79,70	69
MELGAÇO	VARA ÚNICA DE MELGAÇO	264	528	44	40	12	90,94	29

MOCAJUBA	VARA ÚNICA DE MOCAJUBA	1.018	2.036	170	153	36	71,08	119
MOJU	VARA ÚNICA DE MOJÚ	751	1.502	125	186	115	53,28	154
MONTE ALEGRE	VARA ÚNICA DE MONTE ALEGRE	1.175	2.350	196	322	96	68,64	206
MUANÁ	JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MUANÁ	231	462	39	28	7	41,60	28
MUANÁ	VARA ÚNICA DE MUANÁ	567	1.134	95	69	29	59,77	67
NOVA TIMBOTEUA	VARA ÚNICA DE NOVA TIMBOTEUA	425	850	71	43	9	93,86	36
NOVO PROGRESSO	VARA CÍVEL DE NOVO PROGRESSO	848	1.696	141	138	98	73,33	124
NOVO PROGRESSO	VARA CRIMINAL DE NOVO PROGRESSO	188	376	31	27	22	93,16	24
NOVO REPARTIMENTO	VARA ÚNICA DE NOVO REPARTIMENTO	1.290	2.580	215	130	118	67,61	156
OBIDOS	VARA ÚNICA DE ÓBIDOS	1.359	2.718	227	145	82	70,31	151
OEIRAS DO PARÁ	VARA ÚNICA DE OEIRAS DO PARÁ	419	838	70	147	27	87,93	74
ORIXIMINÁ	VARA ÚNICA DE ORIXIMINÁ	1.260	2.520	210	131	39	82,07	119
OURÉM	VARA ÚNICA DE OURÉM	722	1.444	120	97	11	83,96	71
OURILÂNDIA DO NORTE	VARA ÚNICA DE OURILÂNDIA DO NORTE	624	1.248	104	132	76	55,05	112
PACAJÁ	VARA ÚNICA DE PACAJÁ	823	1.646	137	116	28	95,71	82
PARAGOMINAS	1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE PARAGOMINAS	880	1.760	147	286	37	84,11	146
PARAGOMINAS	2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE PARAGOMINAS	958	1.916	160	369	49	54,02	208

PARAGOMINAS	3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE PARAGOMINAS	143	286	24	36	6	63,35	23
PARAGOMINAS	VARA CRIMINAL DE PARAGOMINAS	476	952	79	446	23	82,45	148**
PARAGOMINAS	VARA DO JUIZADO CÍVEL E CRIMINAL DE PARAGOMINAS	643	1.286	107	131	10	72,56	82
PARAUAPEBAS	1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE PARAUAPEBAS	1.636	3.272	273	181	47	46,44	187
PARAUAPEBAS	1ª VARA CRIMINAL DE PARAUAPEBAS	502	1.004	84	61	35	85,50	55
PARAUAPEBAS	2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE PARAUAPEBAS	2.285	4.570	381	240	25	78,39	206
PARAUAPEBAS	2ª VARA CRIMINAL DE PARAUAPEBAS	350	700	58	63	37	80,68	50
PARAUAPEBAS	3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE PARAUAPEBAS	972	1.944	162	205	60	73,65	139
PARAUAPEBAS	VARA DA FAZENDA PÚBLICA E EXECUÇÃO FISCAL DE PARAUAPEBAS	1.411	2.822	235	105	42	90,94	114
PARAUAPEBAS	VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PARAUAPEBAS	1.575	3.150	263	421	32	99,67	203
PEIXE-BOI	VARA ÚNICA DE PEIXE-BOI	123	246	21	13	6	57,53	14
PONTA DE PEDRAS	VARA ÚNICA DE PONTA DE PEDRAS	304	608	51	208	22	92,32	83
PORTEL	VARA ÚNICA DE PORTEL	614	1.228	102	108	45	69,18	85
PORTO DE MOZ	VARA ÚNICA DE PORTO DE MOZ	411	822	69	98	32	99,98	56
PRAINHA	VARA ÚNICA DE PRAINHA	514	1.028	86	99	41	91,47	67
PRIMAVERA	VARA ÚNICA DE PRIMAVERA	516	1.032	86	55	33	71,93	57

REDENÇÃO	1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE REDENÇÃO	1.576	3.152	263	397	48	70,14	236
REDENÇÃO	2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE REDENÇÃO	1.200	2.400	200	148	151	44,11	188
REDENÇÃO	JUIZADO ESPECIAL DO MEIO AMBIENTE DE REDENÇÃO	1	2	0	0	0	90,05	0
REDENÇÃO	VARA AGRÁRIA DE REDENÇÃO	52	104	9	3	2	48,72	5
REDENÇÃO	VARA CRIMINAL DE REDENÇÃO	693	1.386	116	217	156	64,36	167
REDENÇÃO	VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE REDENÇÃO	458	916	76	106	8	68,58	64
RIO MARIA	VARA ÚNICA DE RIO MARIA	616	1.232	103	70	38	43,28	80
RONDON DO PARÁ	1ª VARA CÍVEL DE RONDON DO PARÁ	679	1.358	113	307	40	93,57	135
RONDON DO PARÁ	1ª VARA CRIMINAL DE RONDON DO PARÁ	206	412	34	53	29	81,79	36
RURÓPOLIS	VARA ÚNICA DE RURÓPOLIS	563	1.126	94	112	6	61,74	74
SALINÓPOLIS	JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SALINÓPOLIS	218	436	36	50	11	77,87	31
SALINÓPOLIS	VARA ÚNICA DE SALINÓPOLIS	658	1.316	110	129	94	64,82	114
SALVATERRA	VARA ÚNICA DE SALVATERRA	466	932	78	56	51	62,43	64
SANTA ISABEL DO PARÁ	1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE SANTA ISABEL	430	860	72	46	21	37,78	53
SANTA ISABEL DO PARÁ	2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE SANTA ISABEL	542	1.084	90	117	6	86,56	65
SANTA	VARA CRIMINAL DE	194	388	32	82	36	86,64	46

ISABEL DO PARÁ	SANTA ISABEL							
SANTA ISABEL DO PARÁ	VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SANTA ISABEL	525	1.050	88	123	11	90,21	66
SANTA LUZIA DO PARÁ	VARA ÚNICA DE SANTA LUZIA DO PARÁ	412	824	69	100	14	84,93	56
SANTA MARIA DO PARÁ	VARA ÚNICA DE SANTA MARIA DO PARÁ	355	710	59	96	20	94,57	51
SANTANA DO ARAGUAIA	VARA ÚNICA DE SANTANA DO ARAGUAIA	686	1.372	114	96	102	14,96	133
SANTARÉM	1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE SANTARÉM	986	1.972	164	141	11	100,00	90
SANTARÉM	1ª VARA CRIMINAL DE SANTARÉM	129	258	22	57	12	73,34	29
SANTARÉM	2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE SANTARÉM	952	1.904	159	248	22	81,92	134
SANTARÉM	2ª VARA CRIMINAL DE SANTARÉM	58	116	10	61	9	84,01	25
SANTARÉM	3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE SANTARÉM	988	1.976	165	176	24	75,63	118
SANTARÉM	3ª VARA CRIMINAL DE SANTARÉM	172	344	29	26	9	58,78	22
SANTARÉM	4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE SANTARÉM	937	1.874	156	153	17	76,54	105
SANTARÉM	5ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE SANTARÉM	285	570	48	162	10	93,16	65
SANTARÉM	6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE SANTARÉM	1.017	2.034	170	206	44	39,78	161
SANTARÉM	JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE SANTARÉM	53	106	9	6	4	58,14	7

SANTARÉM	JUIZADO ESPECIAL DO MEIO AMBIENTE DE SANTARÉM	63	126	11	10	4	56,99	9
SANTARÉM	VARA AGRÁRIA DE SANTARÉM	45	90	8	5	1	34,39	5
SANTARÉM	VARA DE JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE SANTARÉM	1.300	2.600	217	281	103	91,72	178
SANTARÉM	VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE SANTARÉM	911	1.822	152	185	9	84,00	107
SANTARÉM	VARA DO JUIZADO ESPECIAL DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DE SANTARÉM	2.262	4.524	377	252	36	100,00	188
SANTAREM NOVO	VARA ÚNICA DE SANTARÉM NOVO	329	658	55	73	57	85,66	57
SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ	VARA ÚNICA DE SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ	378	756	63	70	30	87,66	50
SÃO CAETANO DE ODIVELAS	VARA ÚNICA DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS	185	370	31	19	18	74,98	22
SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA	VARA ÚNICA DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA	626	1.252	104	97	13	94,46	63
SÃO DOMINGOS DO CAPIM	VARA ÚNICA DE SÃO DOMINGOS DO CAPIM	329	658	55	128	15	85,11	61
SÃO FELIX DO XINGÚ	VARA ÚNICA DE SÃO FELIX DO XINGÚ	1.078	2.156	180	148	107	88,87	131
SÃO FRANCISCO DO PARÁ	VARA ÚNICA DE SÃO FRANCISCO DO PARÁ	250	500	42	33	20	83,99	29
SÃO GERALDO DO ARAGUAIA	VARA ÚNICA DE SÃO GERALDO DO ARAGUAIA	1.039	2.078	173	152	103	81,88	134
SÃO JOÃO DO	VARA ÚNICA DE SÃO	702	1.404	117	52	50	27,17	89

ARAGUAIA	JOÃO DO ARAGUAIA							
SÃO MIGUEL DO GUAMÁ	JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ	118	236	20	18	6	63,77	15
SAO MIGUEL DO GUAMÁ	VARA ÚNICA DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ	554	1.108	92	178	59	66,80	111
SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA	VARA ÚNICA DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA	351	702	59	54	17	84,48	40
SENADOR JOSÉ PORFÍRIO	VARA ÚNICA DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO	173	346	29	24	17	71,25	23
SOURE	VARA ÚNICA DE SOURE	565	1.130	94	106	39	68,87	80
TAILÂNDIA	1ª VARA DE TAILÂNDIA	501	1.002	84	140	108	73,44	109
TAILÂNDIA	2ª VARA DE TAILÂNDIA	1.161	2.322	194	188	68	61,15	156
TERRA SANTA	VARA ÚNICA DE TERRA SANTA	434	868	72	80	4	91,58	46
TOME-AÇÚ	VARA ÚNICA DE TOMÉ-AÇU	853	1.706	142	121	64	60,79	114
TUCUMÃ	VARA ÚNICA DE TUCUMÃ	665	1.330	111	123	50	79,30	90
TUCURUÍ	1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE TUCURUÍ	919	1.838	153	280	75	93,46	149
TUCURUÍ	1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE TUCURUÍ	528	1.056	88	12	36	96,50	39
TUCURUÍ	2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE TUCURUÍ	1.005	2.010	168	135	67	76,26	119
TUCURUÍ	VARA CRIMINAL DE TUCURUÍ	386	772	64	96	30	99,99	54
ULIANÓPOLIS	VARA ÚNICA DE ULIANÓPOLIS	542	1.084	90	71	68	76,93	74

URUARÁ	VARA ÚNICA DE URUARÁ	769	1.538	128	219	56	54,37	145
VIGIA	TERMO DE COLARES	124	248	21	23	11	51,41	20
VIGIA	VARA ÚNICA DE VIGIA	648	1.296	108	85	18	52,37	76
VISEU	VARA ÚNICA DE VISEU	387	774	65	113	31	60,91	73
VITÓRIA DO XINGÚ	VARA ÚNICA DE VITÓRIA DO XINGÚ	642	1.284	107	0	14	35,54	47
XINGUARA	1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE XINGUARA	1.143	2.286	191	212	39	82,64	138
XINGUARA	2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE XINGUARA	630	1.260	105	194	65	86,39	111
XINGUARA	VARA CRIMINAL DA COMARCA DE XINGUARA	421	842	70	0	75	76,33	47

*Conforme decisão da Presidência do TJPA no expediente PA-MEM-2021/32154

**Conforme decisão da Presidência do TJPA no expediente PA-MEM-2021/30277

A 4ª Vara da Infância e Juventude Belém foi excluída da lista, em conformidade com a decisão exarada no expediente PA-REQ-2021/07789

TABELA II - UNIDADES JUDICIÁRIAS QUE NECESSITAM DE AUXÍLIO EXTERNO - SENTENÇAS - Dados atualizados em 11/04/2022

COMARCA	UNIDADE	CASOS PENDENTES (Acima de 2.000)	IEJud (Acima de 50%)	PROCESSOS EM GABINETE	ESTIMATIVA DE CONCLUSOS PARA SENTENÇA (20% dos processos em gabinete)	CONCLUSOS PARA SENTENÇA SOMENTE PJE
SANTARÉM	VARA DO JUIZADO ESPECIAL DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DE SANTARÉM	2.249	100,00	503	101	372
TUCURUÍ	VARA CRIMINAL DE TUCURUÍ	2.629	99,99	172	34	50
BELEM	3ª VARA DE VIOLÊNCIA	2.398	99,88	409	82	200

	DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER DE BELÉM					
PARAUAPEBAS	VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PARAUAPEBAS	2.217	99,67	575	115	146
BELÉM	2ª VARA DE FAMÍLIA DE BELÉM	2.123	98,25	92	18	41
JURUTI	VARA ÚNICA DE JURUTI	2.070	97,67	424	85	25
PACAJA	VARA ÚNICA DE PACAJA	2.359	95,71	711	142	89
ITAITUBA	VARA CRIMINAL DE ITAITUBA	2.479	95,34	215	43	21
BELÉM	1ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER DE BELÉM	2.840	94,38	270	54	138
RONDON DO PARÁ	1ª VARA CÍVEL DE RONDON DO PARÁ	2.190	93,57	817	163	116
TUCURUÍ	1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE TUCURUÍ	3.026	93,46	539	108	60
ANANINDEUA	2ª VARA DE FAMÍLIA DE ANANINDEUA	2.736	91,85	391	78	41
SANTARÉM	VARA DE JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE SANTARÉM	3.001	91,72	49	10	11
BELÉM	VARA CÍVEL E CRIMINAL DISTRITAL DE MOSQUEIRO	2.649	91,31	365	73	56
BRAGANÇA	1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BRAGANÇA	3.212	91,14	1288	258	330
PARAUAPEBAS	VARA DA FAZENDA PÚBLICA E EXECUÇÃO FISCAL DE PARAUAPEBAS	3.408	90,94	470	94	49
ITAITUBA	1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ITAITUBA	2.463	90,43	868	174	87
SÃO FÉLIX DO XINGÚ	VARA ÚNICA DE SÃO FELIX DO XINGÚ	6.219	88,87	894	179	48
SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ	VARA ÚNICA DE SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ	2.264	87,66	134	27	80
ALMEIRIM	VARA ÚNICA DE ALMEIRIM	2.421	87,35	578	116	89

BRAGANÇA	2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BRAGANÇA	3.146	86,90	851	170	139
SANTA ISABEL DO PARÁ	VARA CRIMINAL DE SANTA ISABEL	2.333	86,64	145	29	13
ITUPIRANGA	VARA ÚNICA DE ITUPIRANGA	3.407	86,59	1397	279	310
XINGUARA	2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE XINGUARA	2.772	86,39	163	33	24
SANTAREM NOVO	VARA ÚNICA DE SANTARÉM NOVO	2.396	85,66	790	158	42
ITAITUBA	2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ITAITUBA	2.393	85,65	414	83	28
PARAUAPEBAS	1ª VARA CRIMINAL DE PARAUAPEBAS	3.075	85,50	610	122	25
BREVES	1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE BREVES	3.773	85,47	1543	309	342
BELÉM	4ª VARA DE FAMÍLIA DE BELÉM	2.423	85,05	490	98	7
MARITUBA	VARA CRIMINAL DE MARITUBA	3.196	84,66	133	27	4
PARAGOMINAS	1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE PARAGOMINAS	2.645	84,11	855	171	249
CAPANEMA	2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CAPANEMA	2.168	83,34	742	148	38
BELÉM	5ª VARA DE FAMÍLIA DE BELÉM	2.084	82,78	420	84	93
XINGUARA	1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE XINGUARA	3.180	82,64	1399	280	215
GOIANESIA DO PARÁ	VARA ÚNICA DE GOIANÉSIA	2.940	82,62	391	78	15
PARAGOMINAS	VARA CRIMINAL DE PARAGOMINAS	3.144	82,45	229	46	38
DOM ELISEU	VARA ÚNICA DE DOM ELISEU	8.813	82,40	1981	396	698

ORIXIMINÁ	VARA ÚNICA DE ORIXIMINÁ	4.849	82,07	698	140	19
ALENQUER	VARA ÚNICA DE ALENQUER	3.828	82,06	550	110	57
SANTARÉM	2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE SANTARÉM	2.735	81,92	799	160	88
SÃO GERALDO DO ARAGUAIA	VARA ÚNICA DE SÃO GERALDO DO ARAGUAIA	5.313	81,88	1252	250	214
BARCARENA	1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BARCARENA	4.908	80,74	1750	350	229
PARAUAPEBAS	2ª VARA CRIMINAL DE PARAUAPEBAS	2.834	80,68	313	63	31
BELÉM	7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE BELÉM	2.192	80,34	361	72	98
MEDICILANDIA	VARA ÚNICA DE MEDICILÂNDIA	2.334	79,70	689	138	179
ANANINDEUA	4ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA	5.781	79,33	153	31	3
TUCUMÃ	VARA ÚNICA DE TUCUMÃ	3.759	79,30	1158	232	139
CASTANHAL	2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CASTANHAL	4.830	79,04	884	177	27
BELÉM	3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	5.798	78,68	587	117	30
BELÉM	1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE FAZENDA PÚBLICA	7.137	78,52	1351	270	415
BELÉM	13ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	5.392	78,49	952	190	144
CAPITÃO POÇO	VARA ÚNICA DE CAPITÃO POÇO	4.202	77,62	360	72	13
ANANINDEUA	1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE ANANINDEUA	2.547	77,06	985	197	636
ULIANÓPOLIS	VARA ÚNICA DE ULIANÓPOLIS	3.026	76,93	439	88	54
XINGUARA	VARA CRIMINAL DA	3.435	76,33	699	140	7

	COMARCA DE XINGUARA					
TUCURUÍ	2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE TUCURUÍ	3.038	76,26	225	45	37
SANTARÉM	3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE SANTARÉM	2.531	75,63	853	171	53
BELÉM	2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE FAZENDA PÚBLICA	7.450	75,54	1568	314	1134
ANANINDEUA	2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA	4.655	75,04	999	200	208
ABAETETUBA	VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA	3.264	73,90	192	38	1
PARAUAPEBAS	3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE PARAUAPEBAS	5.581	73,65	2406	481	409
TAILÂNDIA	1ª VARA DE TAILÂNDIA	5.924	73,44	661	132	63
BELÉM	1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE BELÉM	2.094	73,43	576	115	235
NOVO PROGRESSO	VARA CÍVEL DE NOVO PROGRESSO	5.087	73,33	899	180	32
ALTAMIRA	1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ALTAMIRA	2.698	73,28	672	134	47
ALTAMIRA	3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ALTAMIRA	4.513	72,85	2382	476	214
ABAETETUBA	2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ABAETETUBA	3.026	72,81	899	180	17
BELÉM	8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	5.407	72,77	454	91	51
BAIÃO	VARA ÚNICA DE BAIÃO	4.112	72,74	599	120	42
ANANINDEUA	1ª VARA DE FAMÍLIA DE ANANINDEUA	2.927	72,46	2008	402	153
MARITUBA	1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE MARITUBA	4.591	72,13	1558	312	80
ALTAMIRA	2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ALTAMIRA	3.685	71,69	393	79	48

CAMETÁ	2ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE CAMETÁ	6.432	71,24	2088	418	835
ABAETETUBA	JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE ABAETETUBA	2.892	71,18	587	117	229
MOCAJUBA	VARA ÚNICA DE MOCAJUBA	2.159	71,08	345	69	50
BARCARENA	VARA CRIMINAL DE BARCARENA	3.483	70,90	1342	268	113
CASTANHAL	1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CASTANHAL	5.404	70,61	1669	334	266
ÓBIDOS	VARA ÚNICA DE ÓBIDOS	3.310	70,31	279	56	24
BELÉM	2ª VARA DE FAZENDA DE BELÉM	9.902	70,15	1325	265	282
REDENÇÃO	1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE REDENÇÃO	7.121	70,14	2714	543	486
CASTANHAL	1ª VARA CRIMINAL DE CASTANHAL	3.823	69,71	655	131	6
PORTEL	VARA ÚNICA DE PORTEL	2.504	69,18	634	127	39
IPIXUNA DO PARÁ	VARA ÚNICA DE IPIXUNA DO PARÁ	2.140	69,15	682	136	75
MONTE ALEGRE	VARA ÚNICA DE MONTE ALEGRE	5.951	68,64	1127	225	155
IGARAPÉ-MIRI	VARA ÚNICA DE IGARAPÉ MIRI	3.847	68,56	285	57	9
BELÉM	7ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	5.164	68,25	312	62	47
BENEVIDES	VARA CRIMINAL DE BENEVIDES	2.951	68,24	712	142	24
ABAETETUBA	1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ABAETETUBA	3.423	68,22	830	166	62
NOVO REPARTIMENTO	VARA ÚNICA DE NOVO REPARTIMENTO	6.522	67,61	3487	697	287
ANANINDEUA	1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA	5.127	67,11	1365	273	236

MARACANÃ	VARA ÚNICA DE MARACANÃ	2.316	67,07	1862	372	128
SÃO MIGUEL DO GUAMÁ	VARA ÚNICA DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ	3.790	66,80	823	165	122
BELÉM	3ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM	15.111	66,74	7313	1463	720
IGARAPÉ-AÇU	VARA ÚNICA DE IGARAPÉ-AÇU	4.314	66,73	740	148	51
BENEVIDES	1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BENEVIDES	3.169	65,78	1111	222	83
BELÉM	12ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE BELÉM	2.440	65,03	1234	247	416
SALINÓPOLIS	VARA ÚNICA DE SALINÓPOLIS	6.254	64,82	851	170	57
BELÉM	15ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	2.686	64,52	40	8	14
BREVES	2ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE BREVES	2.374	64,41	240	48	44
REDENÇÃO	VARA CRIMINAL DE REDENÇÃO	6.789	64,36	682	136	5
JACUNDÁ	VARA ÚNICA DE JACUNDÁ	6.063	64,04	600	120	82
AUGUSTO CORREA	VARA ÚNICA DE AUGUSTO CORREA	2.071	63,76	1207	241	8
BELÉM	1ª VARA DE FAZENDA DE BELÉM	4.030	63,76	1066	213	124
BRAGANÇA	VARA CRIMINAL DE BRAGANÇA	4.585	63,61	259	52	49
CASTANHAL	2ª VARA CRIMINAL DE CASTANHAL	3.774	62,12	660	132	1
BELÉM	3ª VARA DE FAMÍLIA DE BELÉM	2.514	62,05	981	196	26
TAILÂNDIA	2ª VARA DE TAILÂNDIA	2.346	61,15	222	44	12
MARABÁ	2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE MARABÁ	6.400	60,98	1509	302	156
TOMÉ-AÇU	VARA ÚNICA DE TOMÉ-AÇU	4.797	60,79	1313	263	141
MUANÁ	VARA ÚNICA DE MUANÁ	2.308	59,77	996	199	23

MAE DO RIO	VARA ÚNICA DE MÃE DO RIO	3.883	59,59	1508	302	48
BELÉM	5ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	6.440	56,89	431	86	7
CURRALINHO	VARA ÚNICA DE CURRALINHO	2.018	55,96	699	140	44
MARABÁ	1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE MARABÁ	7.132	55,34	841	168	27
OURILÂNDIA DO NORTE	VARA ÚNICA DE OURILÂNDIA DO NORTE	3.580	55,05	982	196	306
URUARÁ	VARA ÚNICA DE URUARÁ	5.534	54,37	1596	319	160
CURIONÓPOLIS	VARA ÚNICA DE CURIONÓPOLIS	3.172	54,10	1201	240	228
PARAGOMINAS	2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE PARAGOMINAS	3.145	54,02	653	131	136
MOJU	VARA ÚNICA DE MOJÚ	5.409	53,28	749	150	30
VIGIA	VARA ÚNICA DE VIGIA	2.254	52,37	402	80	34
ELDORADO DOS CARAJÁS	VARA ÚNICA DE ELDORADO DOS CARAJÁS	3.245	50,83	132	26	38
BELÉM	1ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM	112.258	50,50	3053	611	22

A Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

PORTARIA Nº 1186/2022-GP. Belém, 12 de abril de 2022.

Considerando o gozo de folgas, por compensação de plantão, da Juíza de Direito Rosana Lúcia de Canelas Bastos,

DESIGNAR o Juiz de Direito João Lourenço Maia da Silva, titular da 2ª Vara Cível e Empresarial da Capital, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela 1ª Vara Cível e Empresarial da Capital e UPJ das 1ª a 5ª Varas Cíveis e Empresariais de Belém, no período de 18 a 20 de abril do ano de 2022.

PORTARIA Nº 1187/2022-GP. Belém, 12 de abril de 2022.

Considerando o gozo de folgas, por compensação de plantão, do Juiz de Direito Erichson Alves Pinto,

DESIGNAR o Juiz de Direito Sávio José de Amorim Santos, titular da Vara Única de São Miguel do Guamá, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela Vara Única de Irituia, no período de 18 a 24 de abril do ano de 2022.

PORTARIA Nº 1188/2022-GP. Belém, 12 de abril de 2022.

Considerando o gozo de folgas, por compensação de plantão, do Juiz de Direito Elano Demétrio Ximenes,

Art. 1º DESIGNAR o Juiz de Direito Ivan Delaquis Perez, titular da Vara de Juizado Especial Cível e Criminal de Santa Izabel do Pará, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela Vara Criminal de Santa Izabel do Pará, no período de 18 a 20 de abril do ano de 2022.

Art. 2º DESIGNAR o Juiz de Direito Ivan Delaquis Perez, titular da Vara de Juizado Especial Cível e Criminal de Santa Izabel do Pará, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela Vara Criminal de Santa Izabel do Pará, no período de 25 a 28 de abril do ano de 2022.

PORTARIA Nº 1189/2022-GP. Belém, 12 de abril de 2022.

Considerando o gozo de folgas, por compensação de plantão, do Juiz de Direito Alexandre Hiroshi Arakaki,

DESIGNAR o Juiz de Direito Caio Marco Berardo, titular da Vara de Execução Penal de Marabá, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela 2ª Vara Criminal de Marabá, no período de 18 a 20 de abril do ano de 2022.

PORTARIA Nº 1190/2022-GP. Belém, 12 de abril de 2022.

Considerando o gozo de folgas, por compensação de plantão, do Juiz de Direito Alexandre Hiroshi Arakaki,

DESIGNAR a Juíza de Direito Renata Guerreiro Milhomem de Souza, titular da 1ª Vara Criminal de Marabá, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela 3ª Vara Criminal de Marabá, no período de 18 a 20 de abril do ano de 2022.

PORTARIA Nº 1191/2022-GP. Belém, 12 de abril de 2022.

Considerando o gozo de folgas, por compensação de plantão, da Juíza de Direito Substituta Camilla Teixeira de Assumpção,

DESIGNAR a Juíza de Direito Substituta Natasha Veloso de Paula Amaral de Almeida, para responder, sem prejuízo de suas designações anteriores, pela Vara Única de Soure, nos dias 18, 19, 20 e 25 de abril do ano de 2022.

PORTARIA Nº 1192/2022-GP. Belém, 12 de abril de 2022.

Considerando o gozo de férias do Juiz de Direito Max Ney do Rosário Cabral,

DESIGNAR a Juíza de Direito Márcia Cristina Leão Murrieta, titular da 9ª Vara do Juizado Especial Cível da Capital, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela Vara do Juizado Especial Cível de Acidentes de Trânsito, no período de 18 de abril a 10 de maio do ano de 2022.

PORTARIA Nº 1193/2022-GP. Belém, 12 de abril de 2022.

Considerando o gozo de férias do Juiz de Direito Max Ney do Rosário Cabral,

DESIGNAR a Juíza de Direito Danielle Karen da Silveira Araújo Leite, Auxiliar de 3ª Entrância, para responder, sem prejuízo de suas designações anteriores, pela Vara do Juizado Especial Cível de Acidentes de Trânsito, no período de 11 a 17 de maio do ano de 2022.

PORTARIA Nº 1194/2022-GP. Belém, 12 de abril de 2022.

Considerando o gozo de folgas, por compensação de plantão, da Juíza de Direito Caroline Slongo Assad,

DESIGNAR o Juiz de Direito Paulo Pereira da Silva Evangelista, titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Santa Izabel do Pará, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela 1ª Vara Cível e Empresarial de Santa Izabel do Pará, no período de 18 a 20 de abril do ano de 2022.

PORTARIA Nº 1195/2022-GP. Belém, 12 de abril de 2022.

Considerando o gozo de folgas, por compensação de plantão, da Juíza de Direito Kátia Tatiana Amorim de Souza,

DESIGNAR o Juiz de Direito Danilo Alves Fernandes, titular da 1ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela Vara Criminal de Canaã dos Carajás, no período de 18 a 22 de abril do ano de 2022.

PORTARIA Nº 1196/2022-GP. Belém, 12 de abril de 2022.

Considerando o gozo de folgas, por compensação de plantão, da Juíza de Direito Cynthia Beatriz Zanlochi Vieira,

DESIGNAR o Juiz de Direito Cornélio José Holanda, titular da Vara Única de Ourém, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela Vara Única de Bonito, no período de 18 a 20 de abril do ano de 2022.

PORTARIA Nº 1197/2022-GP. Belém, 12 de abril de 2022.

Considerando o gozo de folgas, por compensação de plantão, da Juíza de Direito Guisela Haase de Miranda Moreira,

DESIGNAR o Juiz de Direito Vanderley de Oliveira Silva, titular da 3ª Vara da Infância e Juventude da Capital, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela 4ª Vara da Infância e Juventude da Capital, no período de 18 a 20 de abril do ano de 2022.

PORTARIA Nº 1198/2022-GP. Belém, 12 de abril de 2022.

Considerando o gozo de folgas, por compensação de plantão, da Juíza de Direito Substituta Natália Araújo Silva,

DESIGNAR a Juíza de Direito Helena de Oliveira Manfrói, titular da Vara Única de Mãe do Rio, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela Vara Única de Aurora do Pará, no período de 18 a 20 de abril do ano de 2022.

PORTARIA Nº 1199/2022-GP. Belém, 12 de abril de 2022.

Considerando o gozo de folgas, por compensação de plantão, da Juíza de Direito Substituta Luana Assunção Pinheiro,

DESIGNAR o Juiz de Direito Alan Rodrigo Campos Meireles, titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Capanema, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela 1ª Vara de Cível e Empresarial de Capanema, nos períodos de 18 a 20 a 25 a 29 de abril do ano de 2022.

PORTARIA Nº 1200/2022-GP. Belém, 12 de abril de 2022.

Considerando o gozo de folgas, por compensação de plantão, do Juiz de Direito Substituto João Paulo Barbosa Neto,

DESIGNAR a Juíza de Direito Sílvia Clemente Silva Ataíde, titular da Vara Única de Garrafão do Norte, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela Vara Única de Capitão Poço, no período de 18 a 20 de abril do ano de 2022.

PORTARIA Nº 1201/2022-GP. Belém, 12 de abril de 2022.

Considerando o gozo de folgas, por compensação de plantão, da Juíza de Direito Adelina Luiza Moreira Silva e Silva,

DESIGNAR o Juiz de Direito Daniel Bezerra Montenegro Girão, titular da 1ª Vara Criminal de Castanhal, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela Vara do Juizado Especial Cível e Criminal de Castanhal, no período de 18 a 20 de abril do ano de 2022.

PORTARIA Nº 1202/2022-GP. Belém, 12 de abril de 2022.

Considerando o gozo de licença e folgas, por compensação de plantão, do Juiz de Direito Bruno Aurélio Santos Carrijo,

DESIGNAR o Juiz de Direito Substituto Wendell Wilker Soares dos Santos para responder, sem prejuízo de suas designações anteriores, pela Vara Criminal de Redenção, no período de 18 a 20 de abril do ano de 2022.

PORTARIA Nº 1203/2022-GP. Belém, 12 de abril de 2022.

Considerando o gozo de folgas, por compensação de plantão, do Juiz de Direito Márcio Campos Barroso Rebello,

DESIGNAR o Juiz de Direito José Matias Santana Dias, titular da 2ª Vara de Cametá, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela 1ª Vara de Cametá e Direção do Fórum, no período de 18 a 20 de abril do ano de 2022.

PORTARIA Nº 1204/2022-GP. Belém, 12 de abril de 2022.

Considerando o gozo de folgas, por compensação de plantão, da Juíza de Direito Carla Sodré da Mota Dessimone,

Art. 1º DESIGNAR o Juiz de Direito Substituto José Dias de Almeida Júnior, para responder, sem prejuízo de suas designações anteriores, pela 1ª Vara Cível e Empresarial de Barcarena, no período de 20 a 22 de abril do ano de 2022.

Art. 2º DESIGNAR o Juiz de Direito Substituto José Dias de Almeida Júnior, para responder, sem prejuízo de suas designações anteriores, pela 1ª Vara Cível e Empresarial de Barcarena, no dia 26 de abril do ano de 2022.

PORTARIA Nº 1205/2022-GP. Belém, 12 de abril de 2022.

Considerando o gozo de folgas, por compensação de plantão, do Juiz de Direito David Guilherme de Paiva Albano,

DESIGNAR o Juiz de Direito Wander Luís Bernardo, titular da Vara do Juizado Especial Cível e Criminal de Paragominas, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela Vara Criminal de Paragominas, CEJUSC e Direção do Fórum, nos dias 20 e 22 de abril do ano de 2022.

PORTARIA Nº 1206/2022-GP. Belém, 12 de abril de 2022.

Considerando o gozo de folgas, por compensação de plantão, da Juíza de Direito Juliana Lima Souto Augusto,

DESIGNAR o Juiz de Direito Thiago Vinicius de Melo Quedas, titular da Vara Única de Curionópolis, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela Vara Única de Eldorado dos Carajás, no período de 25 a 29 de abril do ano de 2022.

PORTARIA Nº 1207/2022-GP. Belém, 12 de abril de 2022.

Considerando o gozo de folgas, por compensação de plantão, do Juiz de Direito Danilo Alves Fernandes,

DESIGNAR o Juiz de Direito Daniel Gomes Coelho, titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela 1ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás, no período de 25 a 29 de abril do ano de 2022.

PORTARIA Nº 1211/2022-GP, DE 13 DE ABRIL DE 2022.

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 245 - CN (1285746), protocolizado sob nº PA-EXT-2022/01498, da Corregedoria Nacional de Justiça, que trata sobre a inspeção nos setores administrativos e judiciais do Tribunal de Justiça e das serventias extrajudiciais do Estado do Pará,

Art. 1º Determinar a publicação da Portaria CNJ n. 81, de 12 de dezembro de 2021, no Diário da Justiça Eletrônico.

Art. 2º Determinar que permaneça, no horário das 9h às 18h, no período de 25 a 29 de abril de 2022, pelo menos um servidor nas unidades administrativas e judiciais de primeiro e segundo graus de jurisdição do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, com conhecimento para prestar informações à equipe responsável pela inspeção, garantindo a efetividade dos trabalhos.

Art. 3º As horas excedentes comprovadas através de relatório de frequência, serão submetidas ao regime de compensação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Texto compilado a partir da redação dada pela Portaria CN n. 82/2021 e pela Portaria CN n. 1/2022, pela Portaria CN n. 5/2022 e pela Portaria CN n. 6/2022.

PORTARIA N. 81, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2021.

Determina a realização de inspeção para verificação do funcionamento dos setores administrativos e judiciais

do Tribunal de Justiça e das serventias extrajudiciais do Estado do Pará.

A CORREGEDORA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a atribuição da Corregedoria Nacional de Justiça de realizar inspeções para apurar fatos relacionados ao funcionamento dos serviços judiciais e auxiliares, havendo ou não evidências de irregularidades;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 48 a 53 do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça e nos artigos 45 a 59 do Regulamento Geral da Corregedoria Nacional de Justiça.

CONSIDERANDO o dever da Corregedoria Nacional de Justiça de zelar pelo aprimoramento dos serviços judiciários, fiscalizando as diversas unidades do Poder Judiciário e os serviços por ele fiscalizados (art. 103-B, § 4º, da Constituição Federal),

RESOLVE:

Art. 1º Fica instaurada a inspeção nos setores administrativos e judiciais de primeiro e segundo graus de jurisdição do Tribunal de Justiça e nas serventias extrajudiciais do Estado do Pará.

Art. 2º Designar o dia 25 de abril para o início da inspeção e o dia 29 de abril de 2022 para o encerramento. (redação dada pela Portaria n. 5, de 26.1.2022).

Parágrafo único. Durante a inspeção ¿ ou em razão desta, os trabalhos forenses e/ou prazos processuais não serão suspensos.

Art. 3º Determinar que os trabalhos de inspeção sejam realizados das 9 às 18 horas e que, durante esse período, haja nos setores pelo menos um servidor com conhecimento para prestar informações à equipe da inspeção.

Art. 4º Determinar ao Gabinete da Corregedoria Nacional de Justiça as seguintes providências:

I - expedir ofícios ao Presidente do Tribunal de Justiça e ao Corregedor- Geral de Justiça do Estado, convidando-os para a inspeção e solicitando-lhes as seguintes medidas:

a) providenciar a publicação desta portaria no Diário da Justiça eletrônico e no site do Tribunal, em local de destaque, a partir de 15 de abril de 2022; e (redação dada pela Portaria n. 6, de 4.2.2022)

b) providenciar sala na sede administrativa do Tribunal com capacidade para ao menos seis pessoas sentadas, contendo computadores conectados à internet e impressora, a fim de que possam ser analisados os documentos e informações colhidas durante a inspeção, bem como uma sala para atendimento ao público.

II- expedir ofícios ao Procurador-Geral de Justiça, ao Defensor Público- Geral e ao Presidente da Seccional da OAB do Estado do Pará, convidando-os para acompanhar a inspeção, caso haja interesse.

Art. 5º Delegar os trabalhos de inspeção (art. 49 do RICNJ) aos seguintes magistrados: (redação dada pela Portaria nº 82, de 15.12.2021)

I - Desembargador Carlos Vieira von Adamek, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que coordenará a inspeção; (redação dada pela Portaria nº 82, de 15.12.2021)

II - Desembargadora Márcia Regina Dalla Déa Barone, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo; (redação dada pela Portaria n. 6, de 4.2.2022)

III- Desembargador Luiz Fernando Tomasi Keppen, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná; (redação

dada pela Portaria nº 82, de 15.12.2021)

IV - Juiz Federal Evaldo de Oliveira Fernandes, filho, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região; (redação dada pela Portaria nº 82, de 15.12.2021)

- Juiz Albino Coimbra Neto, do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul; (redação dada pela Portaria nº 82, de 15.12.2021)

- Juiz Alexandre Libonati de Abreu, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região; (redação dada pela Portaria nº 82, de 15.12.2021)

- Juiz Gabriel da Silveira Matos, do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso; e (redação dada pela Portaria nº 82, de 15.12.2021)

- Juiz Oswaldo Soares Neto, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. (redação dada pela Portaria n. 82, de 15.12.2021)

- Juiz Marcelo Costenaro Cavali, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. (redação dada pela Portaria n. 6, de 4.2.2022)

Art. 6º Designar para assessoramento dos magistrados durante os trabalhos de inspeção os servidores Beni dos Santos Mello, Bruno Maia de Oliveira, Cássia Cascão de Almeida, Clóvis Nunes, Daniel Martins Ferreira, Débora Cristina Ruivo, Hícaro Augusto Bertoletti, Karlla Silene Lima da Cunha, Larissa Garrido Benetti Segura, Raquel Martins de Arruda Neves, e Rodrigo Vasconcellos Chebli. (redação dada pela Portaria n. 6, de 4.2.2022)

Art. 7º Determinar a autuação deste expediente como inspeção, o qual deverá tramitar sob segredo de justiça.

Art. 8º Determinar a publicação desta portaria no Diário da Justiça eletrônico do Conselho Nacional de Justiça.

Art. 9º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA

PORTARIA Nº 1225/2022-GP. Belém, 12 de abril de 2022. *Republicada por retificação.

CONSIDERANDO a decisão proferida nos autos do expediente nº PA-MEM-2021/47683,

RELOTAR a servidora MARIANA PATRÍCIA AQUINO SOARES, Auxiliar Judiciário, matrícula nº 196045, no 1º CEJUSC da Capital - Varas de Família, até ulterior deliberação.

PORTARIA Nº 1227/2022-GP, DE 13 DE ABRIL DE 2022

Dispõe sobre regras e diretrizes da etapa de planejamento das contratações de bens e serviços no âmbito da Administração deste Tribunal de Justiça.

CONSIDERANDO o princípio da eficiência constante do artigo 37 da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO o poder regulamentar garantido pela autonomia prevista no artigo 99 da Constituição Federal e no artigo 148 da Constituição do Estado do Pará;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 6º, inciso IX da Lei nº 8.666/1993;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação das contratações com planejamento, execução e gestão dos contratos firmados pelo TJPA;

CONSIDERANDO as determinações do Conselho Nacional de Justiça, consignadas no Relatório da Inspeção nº 0003015-11.2017.2.00.0000, realizada no TJPA;

CONSIDERANDO a necessidade de aperfeiçoar os processos administrativos para contratação de bens e serviços;

CONSIDERANDO a Portaria nº 1116/2022-GP, de 04 de abril de 2022, que instituiu Grupo de Trabalho para a elaboração e revisão de normas regulamentadoras relacionadas à atividade administrativa no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Pará;

Art. 1º Os processos de contratação de bens e serviços, inclusive os de engenharia, deverão observar as regras e diretrizes relativas à fase de Planejamento da Contratação previstas nesta Portaria.

§ 1º As contratações de obras deverão observar as diretrizes contidas na Resolução do Conselho Nacional de Justiça de nº 114, de 20 de abril de 2010.

§ 2º As contratações de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação deverão observar as diretrizes contidas na Portaria nº 685/2020-GP e na Resolução do Conselho Nacional de Justiça de nº 182, de 17 de outubro de 2013 ou normativo que vier a substituir.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º Para os efeitos desta Portaria serão adotadas as definições constantes no Anexo I deste instrumento.

Art. 3º O Planejamento da Contratação consistirá nas seguintes etapas:

I - Oficialização da Demanda;

II - Estudos Preliminares;

III - Gerenciamento de Riscos, compreendendo os riscos aferidos nas fases de Planejamento da Contratação, Seleção do Fornecedor e Gestão e Fiscalização do Contrato;

IV - Termo de Referência.

§1º Salvo o Gerenciamento de Riscos relacionado à fase de Gestão e Fiscalização do Contrato, as etapas II e III do caput ficarão dispensadas quando se tratar de:

a) contratações de bens e serviços, inclusive quando se tratar de inexigibilidade de licitação, cujos valores se enquadram nos limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/1993; ou

b) contratações previstas nos incisos IV e XI do art. 24 da Lei nº 8.666/1993.

§2º Ficam dispensadas do cumprimento desta Portaria as alterações contratuais. Contudo, as prorrogações de vigência das contratações de serviços de natureza continuada deverão observar o

disposto no Anexo II deste instrumento e o disposto na Portaria nº 3616/2021-GP.

Art. 4º Para as contratações de bens e serviços de mesma natureza, semelhança ou afinidade poderá ser elaborado um único Estudo Preliminar e Gerenciamento de Riscos.

Art. 5º Caso o responsável pela demanda seja da área fim, ou a demanda já esteja prevista na programação da Instituição, a unidade técnica correspondente indicará os integrantes demandantes e técnicos das equipes de planejamento, apoio e gestão e fiscalização da contratação.

Parágrafo Único. Não poderão ser dispensadas as nomeações dos integrantes, gestor e fiscais. Poderá, contudo, haver a acumulação de duas ou mais atribuições pelo(a) mesmo(a) servidor(a), mediante justificativa nos autos.

Art. 6º As equipes de planejamento, apoio e gestão e fiscalização da contratação serão compostas, sempre que possível e necessário, por servidores(as) que reúnam as competências necessárias à completa execução das respectivas etapas, inclusive conhecimentos sobre aspectos técnicos e de uso do objeto, licitações e contratos, dentre outros.

Art. 7º Todas as etapas dos Estudos Preliminares e do Termo de Referência competem aos membros da equipe de planejamento da contratação, conforme as atribuições definidas nesta Portaria e na Matriz de Papéis e Responsabilidades a ser disponibilizada no Sistema Normativo Administrativo, instituído pela Portaria nº 293/2022-GP.

Parágrafo Único. A forma de comunicação oficial da equipe de planejamento da contratação será o Microsoft Teams e/ou o e-mail institucional.

Art. 8º Todos os documentos da fase de Planejamento da Contratação, quais sejam o Documento de Oficialização da Demanda, Estudos Preliminares, Mapa de Riscos e Termo de Referência, deverão obedecer aos modelos disponibilizados no Sistema Normativo Administrativo, instituído pela Portaria nº 293/2022-GP, e deverão ser assinados por todos os integrantes da equipe de planejamento da contratação.

Art. 9º As autoridades competentes para a aprovação dos artefatos, ou quem lhe substituir por impedimento/afastamento ou delegação, nos termos desta Portaria, são os(as) gestores(as) máximas das seguintes unidades:

Coordenadoria Militar;

Departamento de Comunicação

Secretaria de Administração;

Secretaria de Controle Interno;

Secretaria de Engenharia e Arquitetura;

Secretaria de Gestão de Pessoas;

Secretaria de Informática;

Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças;

Secretaria Geral da Escola Judicial.

Parágrafo Único. Presume-se aprovado o artefato produzido por equipe de planejamento da contratação cuja composição contenha uma das autoridades tratadas no caput.

Art. 10º É vedada a contratação do mesmo prestador para realizar serviços de execução, de subsídios ou assistência à fiscalização ou supervisão relativos ao mesmo objeto, assegurando-se a necessária segregação das funções.

CAPÍTULO II

DOCUMENTOS DA FASE DE PLANEJAMENTO

Seção I

Documento de Oficialização da Demanda

Art. 11 O Documento de Oficialização da Demanda é o procedimento inicial do Planejamento da Contratação, cuja elaboração deverá contemplar:

I - o requisitante, que deverá ser o(a) servidor(a) ou a unidade que fez o pedido que deu ensejo ao documento de oficialização;

II - a justificativa da necessidade da contratação;

III - a informação de que a demanda está incluída no rol de contratações previstas no Plano de Contratações em curso, indicando o código do item ou, quando não prevista, a justificativa para a contratação;

IV - a quantidade de bens ou serviços a serem contratados;

V - o valor estimado da demanda, nos casos das dispensas previstas no art. 24, I e II da Lei nº. 8.666/1993, inclusive quando se tratar de inexigibilidade, considerando o art. 3º, §1º, ¿a¿ desta Portaria;

VI - a previsão de data em que deverá ser iniciado o fornecimento dos bens ou a prestação dos serviços, devendo ser observado o cronograma apresentado no Plano de Contratações em curso, quando a demanda houver sido contemplada no instrumento;

VII - definição de prazo para a elaboração dos Estudos Preliminares, devendo ser observado o cronograma apresentado no Plano de Contratações em curso, quando a demanda houver sido contemplada no instrumento;

VIII - a indicação de integrante demandante, para compor a equipe de planejamento da contratação;

IX - a indicação de integrante demandante para compor a equipe de apoio à contratação;

X - a indicação do gestor para gerir a contratação e coordenar a equipe de gestão e fiscalização da contratação;

XI - a indicação de integrante e fiscal técnico para compor a equipe de planejamento, apoio e fiscalização, quando aplicável o art. 5º desta Portaria.

§1º Nos casos das contratações por dispensa de licitação prevista no art. 24, I e II da Lei nº 8.666/1993, o Documento de Oficialização da Demanda deverá ter como anexo o relatório emitido pelo sistema GRP que demonstre a existência de saldo para o atendimento da demanda.

§2º A unidade demandante deverá providenciar a inclusão da demanda no Plano de Contratações em curso quando esta não tiver sido prevista.

Art. 12 Após elaboração, o Documento de Oficialização da Demanda seguirá o seguinte fluxo:

I - envio do documento ao setor técnico para indicação de servidores(as) para compor as equipes de planejamento, de apoio e de gestão e fiscalização da contratação, quando não for a mesma unidade demandante;

II - envio do Documento de Oficialização da Demanda à Secretaria de Administração.

Art. 13 Ao receber o Documento de Oficialização da Demanda, a autoridade da Secretaria de Administração, conforme competência atribuída pelo Art. 9º, deverá:

I - autuar o processo administrativo de contratação;

II - verificar se a demanda está contida no Plano de Contratações em curso e, caso não conste, requerer a autorização da Presidência para inclusão, quando do envio do processo para autorização do certame licitatório;

III - indicar, sempre que possível e necessário, servidores(as) que atuem na Secretaria de Administração para compor as equipes de planejamento, de apoio e de gestão e fiscalização da contratação, devendo a não indicação ser devidamente justificada nos autos;

IV - instituir as equipes de planejamento, de apoio e de gestão e fiscalização da contratação, notificando os(as) integrantes via e-mail funcional ou memorando, devendo constar dos autos do processo os respectivos comprovantes de notificação;

V - encaminhar o processo para o(a) integrante demandante, a quem competirá coordenar as demais etapas do Planejamento da Contratação.

§1º A Secretaria de Administração deverá indicar servidores(as) para compor as equipes de planejamento e de apoio da contratação quando o objeto desta abranger a prestação de serviços, inclusive quando se tratar de inexigibilidade de licitação, cujo valor estimado seja superior aos limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei no 8.666/1993.

§2º A Secretaria de Administração deverá indicar servidores(as) para compor a equipe de gestão e fiscalização da contratação quando o objeto desta abranger a prestação de serviços de natureza continuada indicado como ¿contratação estratégica¿ no Plano de Contratações em curso.

Seção II

Estudos Preliminares

Art. 14 A equipe de planejamento da contratação deverá realizar os Estudos Preliminares com base no Documento de Oficialização da Demanda, os quais deverão conter:

I - a justificativa da contratação;

II - o alinhamento com o Planejamento Estratégico e com o Plano de Contratações do TJPA;

III - a análise de viabilidade da contratação, composta pelos seguintes elementos:

a) os requisitos gerais da demanda;

b) a estimativa de quantidades, com a apresentação de histórico e/ou levantamento de necessidade;

c) as soluções disponíveis no mercado, com a análise e comparação entre os custos estimados das opções identificadas, levando em consideração eventuais insumos, garantia e serviços complementares;

d) as contratações similares realizadas por outros órgãos ou entidades da Administração Pública;

e) o histórico de contratações anteriores realizadas pelo TJPA;

f) a solução escolhida, com a identificação dos benefícios a serem alcançados em termos de eficácia, eficiência, economicidade e padronização;

g) avaliação sobre eventual necessidade de adequação do ambiente do Órgão para a execução da solução escolhida.

IV - o valor estimado a partir da análise das soluções disponíveis no mercado.

§1º A depender da complexidade do objeto a ser contratado, a equipe de planejamento da contratação poderá utilizar o valor estimado nesta fase de estudo técnico como valor referencial para o certame licitatório.

§2º Na hipótese do parágrafo anterior o valor estimado deverá ser definido ou validado pelo setor especializado pela pesquisa oficial de mercado, devendo constar nos autos do processo de contratação o respectivo Mapa de Preços ou o atesto da validade do preço aferido pela equipe de planejamento da contratação.

§3º Na hipótese do §1º, quando se tratar de contratações cujo objeto possua valores tabelados por índices oficiais, a exemplo do SINAPI e SEDOP, fica dispensada a diligência do §2º.

V - a definição da estratégia da contratação, composta pelos seguintes elementos:

a) a justificativa da forma da contratação, principalmente se a solução escolhida compreender o uso do Sistema de Registro de Preços;

a descrição sucinta, precisa, clara e suficiente do objeto, indicando os bens e/ou serviços que o compõem;

a natureza do objeto com a indicação dos elementos necessários para caracterizar o bem e/ou serviço a ser contratado;

a justificativa do agrupamento do objeto em lotes diversos ou lote único, quando for o caso;

classificação orçamentária com a indicação da fonte de recurso do orçamento do órgão e Notas de Reserva do sistema GRP;

prazo de vigência, quando necessária a celebração de instrumento de contratação;

prazo de entrega e/ou execução de serviços, e de garantia dos bens e/ou dos serviços contratados;

VI - a análise de sustentação do contrato, composta pelos seguintes elementos:

a forma de continuidade do fornecimento e/ou serviço em eventual interrupção contratual;

avaliação sobre a necessidade de a contratada promover a transição contratual e de encerramento do contrato, tais como transferência de conhecimento e capacitação de servidores(as) .

VII - Declaração de viabilidade da contratação.

Art. 15 Os itens que não forem aplicáveis à demanda não deverão ser suprimidos, devendo a equipe de planejamento tão somente justificar sua não aplicabilidade, inclusive quando se tratar de demanda resultante de estudo de padronização, o qual deverá ser parte integrante do processo.

Seção III

Gerenciamento de Riscos

Art. 16 O Gerenciamento de Riscos será concretizado através do Mapa de Riscos, que deverá ser elaborado conforme avaliação dos pontos abaixo:

I - identificação dos principais riscos que possam comprometer a efetividade da contratação ou que impeçam o alcance dos seus resultados previstos;

II - avaliação dos riscos identificados, mediante a mensuração da probabilidade de ocorrência e do impacto de cada risco;

III - tratamento dos riscos considerados inaceitáveis por meio da definição de ações para reduzir a probabilidade de ocorrência dos eventos ou suas consequências;

IV - definição de ações de correção para os riscos que persistirem inaceitáveis após o tratamento, bem como de ações de contingência, caso haja a concretização dos eventos correspondentes aos riscos;

V - definição de responsáveis para as ações de tratamento dos riscos e das ações de contingência.

Art. 17 O Mapa de Riscos deverá ser elaborado e anexado, conforme as etapas abaixo:

I - em relação a etapa de Planejamento da Contratação, imediatamente após a elaboração dos Estudos Preliminares, pela equipe de planejamento da contratação;

II - em relação a etapa de Seleção do Fornecedor, antes da elaboração da minuta do edital, pelo Pregoeiro ou Comissão Permanente da Licitação;

III - em relação a etapa de Gestão e Fiscalização do Contrato, imediatamente após o término do processo de contratação e providências da Secretaria de Planejamento, se houver, pela equipe de gestão e fiscalização do contrato.

Parágrafo Único. No caso da necessidade de instrumento contratual (contrato ou ata de registro de preços) que resulte na abertura de novos autos processuais, o Mapa de Riscos referente ao inciso III deverá constar nestes, após as providências da Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças.

Art. 18 A autoridade competente, conforme disposto no Art. 9º, aprovará os Estudos Preliminares e o Mapa de Riscos da etapa de planejamento e estabelecerá prazo para elaboração e envio do Termo de Referência, devendo ser observado o cronograma apresentado no Plano de Contratações em curso, quando a demanda houver sido contemplada no instrumento.

Parágrafo Único. O Mapa de Riscos da etapa de gestão e fiscalização deverá ser aprovado pela autoridade do setor demandante, conforme competência atribuída pelo Art. 9º.

Seção IV

Termo de Referência

Art. 19 O Termo de Referência deverá ser elaborado a partir dos Estudos Preliminares e do Mapa de Riscos, devendo conter os elementos necessários, suficientes e com detalhamento e precisão adequados para caracterizar o objeto, conforme rol mínimo abaixo:

I - a definição do objeto com a descrição sucinta, precisa, clara e suficiente do que se pretende contratar;

II - a fundamentação da contratação dispondo, entre outros elementos pertinentes, sobre:

a justificativa da contratação;

a forma e o critério de seleção do fornecedor com a indicação da modalidade, o tipo de licitação e a forma de adjudicação;

os critérios técnicos de habilitação, os quais deverão ser estabelecidos de acordo com os princípios da legalidade, razoabilidade e competitividade. Devem ser declarados os parâmetros utilizados para a definição dos critérios, tais como: relevância técnica, quantitativo e valor significativo, podendo ser considerado o histórico das contratações passadas, se houver, entre outros que a equipe de planejamento julgar cabíveis;

as informações acerca do impacto ambiental decorrente da contratação, quando existentes normativos ou estudos em relação à matéria;

III - Definições da execução contratual:

o regime de execução do contrato no caso de serviço, ou forma de fornecimento, quando se tratar de aquisição;

as obrigações contratuais que o órgão e a contratada deverão observar;

a dinâmica de execução com a definição dos locais de entrega e/ou execução dos serviços, de etapas, logística, cronogramas, entre outros pertinentes;

os instrumentos formais de solicitação de fornecimento dos bens e/ou de prestação de serviços e das demais formas de comunicação;

prazo de vigência, quando necessária a celebração de instrumento de contratação;

prazo de entrega e/ou execução de serviços, e de garantia dos bens e/ou dos serviços contratados;

as garantias contratuais para assegurar sua plena execução, quando exigidas, observando-se as avaliações levantadas no Mapa de Riscos;

indicadores de níveis de serviço, quando for o caso;

a forma de recebimento provisório e definitivo, bem como de avaliação da qualidade dos bens e/ou serviços entregues;

a forma de pagamento dos bens e/ou serviços;

classificação orçamentária com a indicação da fonte de recurso do orçamento do órgão e a indicação da nota de reserva;

a transferência de conhecimento, quando for caso;

os direitos de propriedade intelectual e autoral dos produtos gerados por ocasião da execução do contrato, quando aplicáveis;

a qualificação ou formação dos profissionais envolvidos na execução do objeto, quando for o caso;

os papéis a serem desempenhados pelos principais atores do órgão e da contratada;

as sanções, cujas gradações deverão ser apresentadas pela equipe de planejamento, a exemplo dos percentuais de multas, e delimitações dos prazos de suspensão e impedimento de contratar e licitar, nos termos dos normativos licitatórios.

IV - A especificação técnica detalhada do objeto;

V - Informações complementares.

§1º São vedadas as especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo de contratação.

§2° Os itens que não forem aplicáveis à demanda não deverão ser suprimidos, devendo a equipe de planejamento tão somente justificar sua não aplicabilidade, inclusive quando se tratar de demanda resultante de estudo de padronização, o qual deverá ser parte integrante do processo.

§3º Nas contratações de bens e serviços, inclusive quando se tratar de inexigibilidade de licitação, cujos valores se enquadram nos limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, o Termo de Referência poderá dispensar as exigências expressas no inciso III deste artigo, exceto as alíneas ¿a¿, ¿f¿, ¿i¿, ¿j¿ e ¿p¿ e o inciso IV.

Art. 20 A autoridade do setor demandante, conforme competência atribuída pelo Art. 9º, deverá aprovar o Termo de Referência, encaminhando-o às providências da Secretaria de Administração, observado o parágrafo único do referido artigo.

Art. 21 A ordem de compra autorizada no sistema GRP deverá constar no processo de contratação junto com o Termo de Referência.

CAPÍTULO III

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Art. 22 Para contratação dos serviços de vigilância e de limpeza e conservação, além do disciplinado nesta Portaria, deverão ser observadas as regras previstas no Anexo VI da Instrução Normativa do Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão de nº 05, de 26 de maio de 2017, no que couber.

Art. 23 A Secretaria de Administração, com o apoio da Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística, elaborará modelos e minutas padronizadas que deverão ser adotados por todas as unidades administrativas do TJPA, bem como poderá desenvolver, propor e implementar mecanismos de controles para assegurar o cumprimento desta Portaria.

Parágrafo único. Quando a unidade administrativa não utilizar os modelos de que trata o caput, ou utilizá-los com alterações, deverá apresentar as devidas justificativas.

Art. 24 A Secretaria de Administração, com o apoio da Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística, será responsável pela orientação das demais unidades administrativas acerca dos procedimentos adequados ao cumprimento do disposto nesta Portaria.

Art. 25 Deverão ser observadas, quando couber, de forma subsidiária, as definições, diretrizes e as boas práticas previstas na Instrução Normativa do Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão de nº 05, de 26 de maio de 2017 para as contratações de serviços sob o regime de execução indireta.

Art. 26 Fica revogada a Portaria nº 686/2020-GP de 16 de março de 2020.

Parágrafo único. Os processos de contratação iniciados até a data de publicação deste normativo, seguirão o regramento da Portaria nº 686/2020-GP de 16 de março de 2020.

Art. 27 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, vigendo até 31 de março de 2023.

ANEXO I

DEFINIÇÕES

I - Área Demandante da Contratação: unidade do órgão que demanda a aquisição de bem ou a contratação de serviço;

II - Área Técnica: unidade do órgão responsável pela gestão técnica necessária para realizar a aquisição do bem ou a contratação do serviço demandado;

III - Área Administrativa: unidade do órgão responsável pela execução dos atos administrativos e por apoiar e orientar as áreas Demandante e Técnica no que se refere aos aspectos administrativos da contratação;

IV - Documento de Oficialização da Demanda: documento que contém o detalhamento da necessidade da Área Demandante;

V - Equipe de Planejamento da Contratação: equipe envolvida no Planejamento da contratação responsável por auxiliar a Área Demandante da contratação, composta, sempre que possível e necessário, por:

Integrante Demandante: servidor ou servidora representante da Área Demandante, indicado (a) pela respectiva autoridade competente, responsável pelos aspectos funcionais do bem ou serviço a ser contratado, e pela condução dos trabalhos da equipe de planejamento;

Integrante Técnico: servidor ou servidora representante da Área Técnica, indicado (a) pela respectiva autoridade competente, responsável pelos aspectos técnicos do bem ou serviço a ser contratado;

Integrante Administrativo: servidor ou servidora representante da Área Administrativa indicado (a) pela respectiva autoridade competente, responsável por apoiar e orientar os integrantes das áreas Demandante e Técnica nos aspectos administrativos da contratação;

VI - Equipe de Apoio à Contratação: equipe responsável por subsidiar a Área de Licitações em suas dúvidas, respostas aos questionamentos, recursos e impugnações, bem como na análise e julgamento das propostas das licitantes;

VII - Equipe de Gestão da Contratação: equipe composta pelo (a) gestor(a) do Contrato, responsável por gerir a execução contratual e, sempre que possível e necessário, pelos (as) Fiscais Técnico e Administrativo, responsáveis por fiscalizar a execução contratual;

VIII - Estratégia para a Contratação: documento que contém as informações necessárias e suficientes para subsidiar as decisões das demais áreas do órgão envolvidas no processo administrativo de contratação;

IX - Gestão: conjunto de atividades superiores de planejamento, coordenação, supervisão e controle que visam a garantir o atendimento dos objetivos do órgão;

X - Mapa de Riscos: documento elaborado para identificação dos principais riscos que permeiam o procedimento de contratação e das ações para controle, prevenção e mitigação dos impactos;

XI - Ordem de Fornecimento de Bens ou de Serviço: documento utilizado para solicitar à empresa contratada o fornecimento de bens e/ou a prestação de serviços;

XII - Planejamento Estratégico Institucional: instrumento que define os objetivos, as estratégias e os indicadores de desempenho a serem alcançados pelo órgão em um período determinado;

XIII - Plano de Contratações: documento que consolida informações sobre todos os bens e serviços que o órgão planeja contratar no exercício subsequente;

XIV - Preposto: funcionário ou funcionária representante da empresa contratada, responsável por acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor (a) principal junto ao órgão contratante, incumbido (a) de receber, diligenciar, encaminhar e responder as questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

XV - Processo Administrativo de Contratação: conjunto de documentos produzidos durante todo o ciclo de vida de uma contratação;

XVI - Requisitos: conjunto de especificações funcionais de negócio e técnicas necessárias para se definir o bem ou serviço a ser contratado;

XVII - Termo de Referência: documento que deverá conter os elementos técnicos capazes de propiciar a avaliação do custo, pela Administração, com a contratação e os elementos técnicos necessários e suficientes, com nível de precisão adequados, para caracterizar o bem ou serviço a ser contratado e orientar a execução e a fiscalização contratual.

ANEXO II

PRORROGAÇÃO DE SERVIÇOS DE NATUREZA CONTINUADA

Nas contratações de serviços continuados, a contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual que objetiva a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, podendo a vigência contratual ser prorrogada até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que a instrução processual contemple:

objeto do contrato referir-se a serviços de natureza continuada;

relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

pesquisa atualizada de preços, observando o disposto na Instrução Normativa nº 5, de 27 de junho de 2014, alterada pela Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2017, do Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão comprovando que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação; e

comprovação de que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

A comprovação de que trata a alínea ¿d¿ do item 1 acima deve ser precedida de análise entre os preços contratados e aqueles praticados no mercado de modo a concluir que a continuidade da contratação é mais vantajosa que a realização de uma nova licitação, sem prejuízo de eventual negociação com a contratada para adequação dos valores àqueles encontrados na pesquisa de mercado.

O pedido da prorrogação de prazo deverá ser justificado por escrito e previamente autorizado pela autoridade máxima do setor demandante, devendo ser promovida mediante celebração de termo aditivo, cuja minuta deverá ser submetida à aprovação da assessoria jurídica da Secretaria de Administração.

Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade máxima do setor demandante, o prazo de 60 (sessenta) meses de que trata o item 1 deste Anexo poderá ser prorrogado por até 12 (doze) meses.

A vantajosidade econômica para prorrogação dos contratos com mão de obra exclusiva estará assegurada, sendo dispensada a realização de pesquisa de mercado, nas seguintes hipóteses:

Quando o instrumento de contrato previr que o reajuste de itens envolvendo a folha de salários será efetuado com base em acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou em decorrência de lei;

quando o instrumento de contrato previr que o reajuste de itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho e de lei) e materiais será efetuado com base em índices oficiais, previamente definidos no contrato, que guardem a maior correlação possível com o segmento econômico em que estejam inseridos tais insumos ou materiais ou, na falta de qualquer índice setorial, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE); e

A Administração deverá realizar negociação contratual para a redução e/ou eliminação dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos no primeiro ano da contratação.

A Administração deverá realizar negociação para a diminuição ou eliminação da aplicação de reajuste contratual, devendo constar nos autos processuais manifestação expressa da contratada quanto à respectiva aceitação ou não.

8. Nos contratos cuja duração, ou previsão de duração, ultrapasse um exercício financeiro, deverá ser indicado o crédito e respectivo empenho para atender à despesa no exercício em curso, bem como cada parcela da despesa relativa à parte a ser executada em exercício futuro, com a declaração de que, em termos aditivos ou apostilamentos, indicar-se-ão os créditos e empenhos para sua cobertura.

9. A Administração não poderá prorrogar o contrato quando a contratada tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade, suspensão temporária ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

10. Nos contratos de prestação de serviços de natureza continuada, deve-se observar que:

o prazo de vigência originário, de regra, é de 12 (doze) meses¿

excepcionalmente, este prazo poderá ser fixado por período superior a 12 (doze) meses, nos casos em que, diante da peculiaridade e/ou complexidade do objeto, fique tecnicamente demonstrado o benefício advindo para a Administração¿ e

é juridicamente possível a prorrogação do contrato por prazo diverso do contratado originalmente.

PORTARIA N° 1228/2022-GP. Belém, 13 de abril de 2022.

CONSIDERANDO a imperiosa necessidade de continuidade da prestação jurisdicional, atividade típica do Poder Judiciário e fundamento de caráter constitucional (art.93, inciso XII), que traduz a prevalência do interesse público e, ainda, a necessidade de serviço frente à Corregedoria Geral de Justiça;

CONSIDERANDO o expediente protocolizado sob nº PA-OFI-2022/01809;

CONSIDERANDO, por fim, o disposto no art. 6º, §7°, da Lei Estadual n°. 7.588/11,

SUSPENDER, por necessidade de serviço, as férias da Desembargadora Rosileide Maria da Costa Cunha, Corregedora Geral de Justiça, programadas para o período 4 de abril a 3 de maio de 2022.

PORTARIA Nº 1229/2022-GP. Belém, 13 de abril de 2022.

Considerando o gozo de folgas, por compensação de plantão, da Juíza de Direito Marielma Ferreira Bonfim Tavares,

DESIGNAR o Juiz de Direito Augusto César da Luz Cavalcante, titular da 6ª Vara Cível e Empresarial da Capital, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela 10ª Vara Cível e Empresarial da Capital, nos dias 18 e 19 de abril do ano de 2022.

PORTARIA Nº 1230/2022-GP. Belém, 13 de abril de 2022.

Considerando o gozo de folgas, por compensação de plantão, da Juíza de Direito Marielma Ferreira Bonfim Tavares,

DESIGNAR o Juiz de Direito Substituto Márcio Daniel Coelho Caruncho para responder, sem prejuízo de suas designações anteriores, pela 14ª Vara Cível e Empresarial da Capital, nos dias 18 e 19 de abril do ano de 2022.

PORTARIA Nº 1236/2022-GP. Belém, 13 de abril de 2022.

CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº PA-MEM-2022/15752,

EXONERAR, a pedido, o servidor FELIPE MORAES FREITAS, matrícula nº 184900, do Cargo em Comissão de Coordenador, REF-CJS-4, junto à Coordenadoria de Atendimento ao Usuário da Secretaria de Informática, a contar de 11/04/2022.

PORTARIA Nº 1237/2022-GP. Belém, 13 de abril de 2022.

CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº PA-MEM-2022/15752,

Art. 1º EXONERAR a servidora ARLENE CRISTINA SILVA SIQUEIRA, matrícula nº 200328, do Cargo em Comissão de Assistente de Gabinete, REF-CJI, junto ao Gabinete da Secretaria de Informática deste Egrégio Tribunal de Justiça, a contar de 11/04/2022.

Art. 2º NOMEAR ARLENE CRISTINA SILVA SIQUEIRA, para exercer o Cargo em Comissão de Coordenador, REF-CJS-4, junto à Coordenadoria de Atendimento ao Usuário da Secretaria de Informática, a contar de 11/04/2022.

PORTARIA Nº 1238/2022-GP. Belém, 13 de abril de 2022.

CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº PA-MEM-2022/15752,

NOMEAR a Senhora AMANDA TAVARES BAIA DA COSTA, para exercer o Cargo em Comissão de Assistente de Gabinete, REF-CJI, junto ao Gabinete da Secretaria de Informática deste Egrégio Tribunal de Justiça, a contar de 11/04/2022.

PORTARIA Nº 1239/2022-GP. Belém, 13 de abril de 2022.

CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº PA-MEM-2022/16558,

DISPENSAR a Senhora ISABEL DE SOUSA E SOUSA, da função de Conciliador Voluntário, junto à Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Santa Izabel do Pará, a contar de 11/03/2022.

PORTARIA Nº 1240/2022-GP. Belém, 13 de abril de 2022.

CONSIDERANDO os termos da Portaria nº 140/2013-CJE, publicada no DJe nº 5287 de 19/06/2013;

CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº PA-MEM-2022/16557,

DESIGNAR o Senhor JEAN CARLOS BARROSO LISBOA, para desenvolver a função de Conciliador Voluntário, junto à Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Santa Izabel do Pará, sem ônus para o Poder Judiciário do Estado do Pará, a contar de 31/03/2022.

PORTARIA Nº 1241/2022-GP. Belém, 13 de abril de 2022.

CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº PA-MEM-2022/08001,

DESIGNAR o servidor ANTÔNIO CÁSSIO SANTOS DA COSTA, Analista Judiciário - Área Judiciária, matrícula nº 189821, para exercer, em caráter excepcional, a função de Oficial de Justiça Ad hoc, junto ao **Fórum da Comarca de Ulianópolis**, especificamente durante o afastamento para tratamento de saúde do servidor Francisco Joafran Gomes de Paiva, Oficial de Justiça Avaliador, matrícula nº 150169, no período de 16/02/2022 a 14/04/2022.

PORTARIA Nº 1242/2022-GP. Belém, 13 de abril de 2022.

CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº PA-MEM-2022/14794,

DESIGNAR o servidor LUCIVALDO RODRIGUES MOREIRA, Agente de Segurança, matrícula nº 4146, para exercer, em caráter excepcional, a função de Oficial de Justiça Ad hoc, junto ao **Fórum da Comarca de Portel**, especificamente durante o afastamento para tratamento de saúde do servidor Rildo do Socorro Baia Camapum, Oficial Justiça, matrícula nº 3948, no período de 30/03/2022 a 29/04/2022.

PORTARIA Nº 1243/2022-GP. Belém, 13 de abril de 2022.

CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº PA-MEM-2022/13419,

DESIGNAR o servidor JOSÉ MARONILTON LUIZ DA SILVA, Agente de Segurança, matrícula nº 32620,

para exercer, em caráter excepcional, a função de Oficial de Justiça Ad hoc, junto ao **Fórum da Comarca de Tailândia**, especificamente durante a ausência, por motivo de saúde, do servidor Eduardo Lamartine Nogueira Henriques, Oficial de Justiça Avaliador, matrícula 110175, pelo período de 12 (doze) meses.

PORTARIA Nº 1244/2022-GP. Belém, 13 de abril de 2022.

CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº PA-REQ-2022/01562,

Art. 1º COLOCAR o servidor LECIO ADAMOR GOMES DE CARVALHO, Auxiliar Judiciário, matrícula nº 20011, lotado no Gabinete da Vara Criminal da Comarca de Bragança, À DISPOSIÇÃO da Vara Única da Comarca de Augusto Corrêa, até 07/01/2023.

Art. 2º COLOCAR a servidora NARIAM OLIVEIRA NEVES, Auxiliar Judiciário, matrícula nº 146200, lotada na Vara Única da Comarca de Augusto Corrêa, À DISPOSIÇÃO do Gabinete da Vara Criminal da Comarca de Bragança, até 07/01/2023.

PORTARIA Nº 1245/2022-GP. Belém, 13 de abril de 2022.

CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº PA-MEM-2022/12823,

Art. 1º RELOTAR o servidor RUFINO CORRÊA DA ROCHA JÚNIOR, Auxiliar Judiciário, matrícula nº 21237, na Secretaria da 13ª Vara Criminal da Comarca da Capital.

Art. 2º RELOTAR a servidora LIVIANE COHEN ASSUNÇÃO, Atendente Judiciário, matrícula nº 62111, na Secretaria Geral da UPJ - 12ª a 15ª Varas Cíveis e Empresariais da Capital.

PORTARIA Nº 1246/2022-GP. Belém, 13 de abril de 2022.

CONSIDERANDO a decisão proferida nos autos do expediente nº PA-MEM-2021/46448,

RELOTAR a servidora NATALIA ALTIERI SANTOS DE OLIVEIRA, Analista Judiciário - Área Judiciária, matrícula nº 169595, no 5º CEJUSC da Capital - CAD, até ulterior deliberação.

PORTARIA Nº 1247/2022-GP. Belém, 13 de abril de 2022.

CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº PA-MEM-2022/16420,

COLOCAR a servidora NERYLENA BARROS DE ASSUNÇÃO, Analista Judiciário - Análise de Sistemas - Desenvolvimento, matrícula nº 71110, lotada na Divisão de Implementação de Projetos da Secretaria de Informática, À DISPOSIÇÃO da Secretaria de Gestão de Pessoas, no período de 01/04/2022 a 31/12/2022.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

CONCURSO DE REMOÇÃO DE SERVIDORES E SERVIDORAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ (TJ/PA)

EDITAL Nº 002/2022-CRS/TJPA, DE 13 DE ABRIL DE 2022.

A Ilma. Sra. **MARIA DE LOURDES CARNEIRO LOBATO**, Secretária de Gestão de Pessoas do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que dispõem o art. 49 da Lei

Estadual nº 5.810/94, o inciso I do art. 42 da Lei Estadual nº 6.969/2007 e a Resolução nº 005/2019;

RESOLVE tornar público o presente **EDITAL DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE INSCRIÇÃO DO CONCURSO DE REMOÇÃO DE SERVIDORES E SERVIDORAS** do Poder Judiciário do Estado do Pará.

1. O **prazo para inscrição** no Concurso de Remoção de Servidores e Servidoras **fica prorrogado até as 23h59min do dia 18 de abril de 2022**.

2. Fica alterado o cronograma de atividades previsto no Edital nº 001/2022-CRS/TJPA, conforme apresentado abaixo:

Período	Evento
11/04/2022	Publicação Edital de Abertura
11/04/2022 a 18/04/2022	Inscrição
25/04/2022	Resultado Preliminar
25/04/2022 a 29/04/2022	Interposição de Recursos
02/05/2022 a 06/05/2022	Apreciação de Recursos
10/05/2022	Publicação da decisão dos recursos e resultado final

3. As dúvidas suscitadas serão respondidas pela Secretaria de Gestão de Pessoas através do endereço eletrônico remocao.servidor@tjpa.jus.br.

Belém (Pa), 13 de abril de 2022.

MARIA DE LOURDES CARNEIRO LOBATO
Secretária de Gestão de Pessoas

CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

PROCESSO Nº 0000676-86.2022.2.00.0814

REPRESENTAÇÃO POR EXCESSO DE PRAZO

REQUERENTE: CID CRUZ E SILVA

ADVOGADOS: RAYSSA GABRIELLE BAGLIOLI DAMMSKI (OAB/PA 26.955), ALINE DE FÁTIMA MARTINS DA COSTA BULHÕES LEITE (OAB/PA 13.372), ARLINDO DE JESUS SILVA COSTA (OAB/PA 13.998), FERNANDA DA COSTA SILVA CUNHA (OAB/PA 23.416), ISABELLA CASANOVA DE CARVALHO (OAB/PA 23.604), GILSON ANDRÉ SILVA DA COSTA (OAB/PA 21.166), RODRIGO DE FIGUEIREDO BRANDÃO (OAB/PA 18.275), CARLA LORENA NASCIMENTO DA SILVA (OAB/PA 16.998) E NATÁLIA NAZARÉ LOPES LIMA (OAB/PA 25.259)

REQUERIDO: JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE CASTANHAL/PA

DECISÃO / OFÍCIO Nº /2022-CGJ

EMENTA: REPRESENTAÇÃO POR EXCESSO DE PRAZO. SENTENÇA PROFERIDA. PROCESSO RECEBEU IMPULSO. PRETENSÃO ALCANÇADA. ARQUIVAMENTO.

DECISÃO(...).

Analisando os fatos apresentados pelo requerente, percebe-se que a sua real intenção era que fosse dado impulso aos autos do processo n.º 0801286-36.2021.8.14.0015.

Consoante às informações prestadas pela Exma. Sra. Dra. Cíntia Walker Beltrão Gomes, Juíza de Direito Titular da 1ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Castanhal/PA, verificou-se que em 06/04/2022 os autos do processo n.º 0801286-36.2021.8.14.0015 receberam sentença, dando impulso ao feito em questão e satisfazendo a pretensão exposta pelo requerente junto a este Órgão Correcional.

Diante do exposto, considerando não haver a princípio qualquer outra medida a ser adotada por esta Corregedoria-Geral de Justiça, DETERMINO o ARQUIVAMENTO da presente representação por excesso de prazo, com fulcro no art. 9º, § 2º da Resolução nº 135 do Conselho Nacional de Justiça.

Dê-se ciência às partes.

Utilize-se cópia da presente decisão como ofício.

À Secretaria para os devidos fins.

Belém (PA), data da assinatura eletrônica.

Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA Corregedora-Geral de Justiça

Processo nº 0001010-23.2022.200.0814

DECISÃO/OFÍCIO

Trata-se de consulta formulada pelo servidor Rodrigo Ribeiro Lobato, da Comarca de Abaetetuba, acerca do correto procedimento a ser tomado pela Central de Mandados daquela comarca, conforme esclarece abaixo:

- Desde o ano de 2017 a Central de Mandados de Abaetetuba é competente para dirimir diligências relativas aos processos da Justiça Comum Cível e Criminal;

- A Comarca possui Juizado Especial Único Cível e Criminal, que funciona diferenciado, no horário de 15h às 18h, possuindo corpo funcional próprio, bem como central e oficiais destacados para tal atividade;

- É rotineiro da Central, como medida legal e estritamente regimental, distribuir mandados da justiça comum da comarca e mandados precatórios, direcionando feitos diligenciais para o seu corpo funcional de oficiais de justiça;

- Os mandados de natureza e matéria de Juizado Especial, são devolvidos e remetidos ao Juizado Especial Único de forma regular e conforme liturgia forense acerca da matéria de competência;

O requerente informa, que a Comarca de Igarapé-Miri, manifestou em diversas oportunidades questionamentos acerca da legalidade do ato de devolução dos mandados de natureza de Juizados Especiais para serem remetidos diretamente ao Juizado Especial Único da Comarca de Abaetetuba. Deste modo, levando em consideração que a Central de Mandados de Abaetetuba se restringe a atuação da matéria comum, bem como seus oficiais atuantes na comarca não são os atuantes no Juizado Especial Único de Abaetetuba, solicita esclarecimento acerca da obrigatoriedade ou não da distribuição de mandados de matéria do juizado especial pela Central de Mandados da Comarca de Abaetetuba. É o relatório. No âmbito deste TJPA, a rotina das Centrais de Mandados está regulamentada pelos Provimentos Conjuntos nº 009/2019-CJCI/CJRMB e nº 001/2020-CJCI/CJRMB. Além de que, a Comarca de Abaetetuba expediu a Portaria nº 016/2022-SF ID nº 1317088. O Provimento Conjunto nº 009/2019-CJCI/CJRMB, dispõe no Art. 14, que:

Art.14 ¿ O mandado encaminhado eletronicamente terá natureza itinerante, quando for possível ser redistribuído para outra unidade ou central no mesmo sistema.

Corroborando com este entendimento, a Portaria nº 016/2022-SF (ID nº 1317088), determina que a Central de Mandados da comarca promova a redistribuição dos mandados expedidos em processos que seguem o rito do Juizado Especial, oriundos de Comarcas que não possuem Juizado Especial, compreendendo **todos os Oficiais de Justiça lotados na Comarca.** Analisando os termos da consulta e as normas vigentes, entendo que os mandados oriundos da comarca de Igarapé-Miri, assim como de outras Comarcas que não possuem Juizado Especial, e que seguem o rito do Juizado, não devem ser devolvidos à comarca de origem e sim enviados pela Central de Mandados de Abaetetuba nos termos da portaria da Magistrada que se adequa aos provimentos acima mencionados. Outrossim, o Provimento Conjunto nº 009/2019-CJCI/CJRMB, dispõe no Art. 1º, Parágrafo Único, que compete às diretorias dos Fóruns e ao Gestor(a) da(s) Central(is) Unificada(s) regulamentar a matéria de forma subsidiária e específica, a fim de atender as peculiaridades locais, conforme feito pela Dra. Diana Cristina Ferreira da Cunha, na função de Juíza Diretora do Fórum de Abaetetuba ao expedir a Portaria nº 016/2022-SF. Dê-se ciência ao requente e à Juíza Diretora do Fórum de Abaetetuba. Após, arquive-se. Belém-PA, data registrada no sistema. **ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA -** Desembargadora Corregedora Geral de Justiça do Pará

Processo nº 0003929-19.2021.2.00.0814

DECISÃO

Retornam os presentes autos a este Gabinete com a Certidão ID nº 1308699, constando que foi providenciada a ativação das Delegacias de Polícia que se encontravam inativadas no Cadastro Nacional de Inspeção em Estabelecimentos penais - CNIEP/CNJ. Consta, ainda, espelho do Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais/CNJ (ID nº 1308716), sobre a ativação da Delegacia de Polícia de Nova Esperança do Piriá. Ressalte-se que foi expedido, também, o Ofício Circular nº 27/2022-CGJ, de 23/02/2022, com as recomendações necessárias a todos os magistrados com competência criminal. Dê-se ciência ao Juízo de Direito da Comarca de Garrafão do Norte. Após, arquive-se o presente expediente. Belém-PA, data registrada no sistema. **ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA -** Desembargadora Corregedora Geral de Justiça do Pará

SECRETARIA JUDICIÁRIA

PROCESSO: 00018709719958140000 PROCESSO ANTIGO: 199530026813 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JONAS PEDROSO LIBORIO VIEIRA Ação: Mandado de Segurança em: 13/04/2022---IMPETRANTE: SILVIA COUTO CABRAL SOARES Representante(s): OAB 28889 ¿ ANDRÉIA FONSECA CARDOSO (ADVOGADO) IMPETRADO: SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ LITISCONSORTE PASSIVO NECESSÁRIO: ESTADO DO PARÁ Representante(s): OAB 14800 ¿ RICARDO NASSER SEFER (PROCURADOR) ATO ORDINATÓRIO No uso de suas atribuições legais, o Secretario Judiciário faz público que os autos de Mandado de Segurança nº 0001870-97.1995.8.14.0000, encontram-se acautelados nesta Secretaria Judiciária. Belém/PA, 13/4/2022.

ATA DE SESSÃO

12ª Sessão Ordinária do TRIBUNAL PLENO, realizada no dia **6 de abril de 2022**, por videoconferência, sob a Presidência da Excelentíssima Senhora Desembargadora **CELIA REGINA DE LIMA PINHEIRO.** Presentes os(as) Exmos.(as) Srs.(as) Desembargadores(as): **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES, LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO, VANIA VALENTE DO COUTO FORTES BITAR CUNHA, MARIA DE NAZARÉ SILVA GOUVEIA DOS SANTOS, RICARDO FERREIRA NUNES, LEONARDO DE NORONHA TAVARES, RONALDO MARQUES VALLE, JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO, ROBERTO GONÇALVES DE MOURA, LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO, MAIRTON MARQUES CARNEIRO, EZILDA PASTANA MUTRAN, MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA, ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA, JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR, ROSI MARIA GOMES DE FARIAS, EVA DO AMARAL COELHO, KÉDIMA PACÍFICO LYRA, AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES e os Juízes Convocados ALTEMAR DA SILVA PAES, JOSÉ TORQUATO ARAÚJO DE ALENCAR e MARGUI GASPAR BITTENCOURT.** Desembargadores e Desembargadoras justificadamente ausentes **VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA, CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO, MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES, LEONAM GONDIM DA CRUZ JÚNIOR, GLEIDE PEREIRA DE MOURA, MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO, MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO e MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE.** Presente, também, o Exmo. Sr. Dr. César Bechara Nader Mattar Júnior, Procurador-Geral de Justiça. Lida e aprovada à unanimidade, a Ata da Sessão anterior, foram iniciados os trabalhos na seguinte ordem, às 10h30min.

PALAVRA FACULTADA

A Exma. Sra. Desembargadora Presidente Célia Regina de Lima Pinheiro registrou mais uma edição do anúncio das novas unidades judiciárias que atingiram a totalização do trabalho de digitalização e migração dos processos físicos para o processo judicial eletrônico, fazendo jus ao ¿Selo 100% Digital¿, sendo elas: Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará; Gabinete da Desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro, Gabinete da Desembargadora Kédima Pacífico Lyra, Gabinete do Juiz Convocado Altemar da Silva Paes; 13ª Vara Criminal de Belém; 1ª Vara Cível e Empresarial de Redenção; 1ª Vara da Infância e Juventude de Belém, 1ª Vara de Família de Ananindeua; 1ª Vara do Juizado Especial Cível de Belém; 2ª Vara Cível e Empresarial de Benevides; 2ª Vara Cível e Empresarial de Santarém; 2ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci; 2ª vara de Família de Ananindeua; 3ª Vara Cível e Empresarial de Paraupebas; 3ª vara do Juizado Especial Cível de Belém; 4ª Vara do Juizado Especial Cível de Belém; 6ª Vara Cível e Empresarial de Santarém; 7ª Vara do Juizado Especial Cível de Belém; Juizado especial Cível e Criminal de Muaná; Juizado especial Cível e Criminal de Salinópolis;

Juizado Especial Cível e Criminal de São Miguel do Guamá; Juizado Especial Criminal de Santarém; Vara da Fazenda Pública e Execução Fiscal de Parauapebas; Vara de Execução Penal de Santarém; Vara do Juizado Cível e Criminal de Paragominas; Vara do Juizado especial do Meio Ambiente de Belém; Vara Única de Anajás; Vara Única de Anapu; Vara Única de Chaves; Vara única de faro; Vara Única de Limoeiro do Ajuru; Vara Única de Marapanim; Vara Única de Rurópolis; Vara Única de São Caetano de Odivelas; Vara Única de São Félix do Xingu; Vara Única de São João do Araguaia; Juizado especial Criminal de Altamira. A Desembargadora Presidente informou que todas as unidades anunciadas serão devidamente certificadas com o ¿Selo 100% PJE¿. Finalizou parabenizando a todos que atingiram o índice de 100% de digitalização, agradecendo o empenho e a colaboração de todos os magistrados, magistradas, servidores, servidoras, colaboradores e colaboradoras. O Exmo. Sr. Desembargador Rômulo José Ferreira Nunes fez uso da palavra para parabenizar o Dr. César Bechara Nader Mattar Júnior, Procurador-Geral de Justiça, em virtude de o mesmo ter sido eleito para a Academia Paraense de Letras Jurídicas, para ocupar a cadeira número 6, patronímica de Antônio Gonçalves de Bastos, que teve como último ocupante o jurista Zeno de Bastos Veloso. A Exma. Sra. Desembargadora Vania Valente do Couto Fortes Bitar Cunha, da mesma forma, felicitou o Exmo. Sr. Dr. César Bechara Nader Mattar Júnior, desejando-lhe sucesso. O Exmo. Sr. Dr. César Bechara Nader Mattar Júnior agradeceu às manifestações de carinho, afirmando-se sentir-se muito honrado com a sua indicação.

PARTE ADMINISTRATIVA EXTRA-PAUTA

1 ¿ MINUTA DE ANTEPROJETO DE LEI que dispõe sobre alterações na estrutura organofuncional de unidades administrativas do Poder Judiciário do Estado do Pará (SIGA-DOC PA-PRO-2021/03247).

Decisão: à unanimidade, aprovada a minuta de anteprojeto de lei, com a determinação de remessa à Assembleia Legislativa do Estado do Pará, nos termos do voto da Relatora.

PARTE ADMINISTRATIVA

1 ¿ Autos de Sindicância (PJECOR nº 0005896-36.2020.2.00.0814) - SIGILOSO

Sindicante: Corregedoria-Geral de Justiça

Sindicado: (Advs. Felipe Jales Rodrigues ¿ OAB/PA 23230, Rodrigo Costa Lobato ¿ OAB/PA 20167, Brenda Luana Viana Ribeiro ¿ OAB/PA 20739, Tiago Nasser Sefer ¿ OAB/PA 16420, Raissa Pontes Guimarães ¿ OAB/PA 26576)

RELATOR(A): CORREGEDOR(A)-GERAL DE JUSTIÇA

Decisão: julgamento **adiado em razão da ausência de ¿quórum¿ mínimo de** instalação da sessão.

2 - Autos de Sindicância (PJECOR nº 0003103-27.2020.2.00.0814) - SIGILOSO

Sindicante: Corregedoria-Geral de Justiça

Sindicado: (Advs. Felipe Jales Rodrigues ¿ OAB/PA 23230, Rodrigo Costa Lobato ¿ OAB/PA 20167, Brenda Luana Viana Ribeiro ¿ OAB/PA 20739, Raissa Pontes Guimarães ¿ OAB/PA 26576)

RELATOR(A): CORREGEDOR(A)-GERAL DE JUSTIÇA

- Suspeição: Desa. Rosileide Maria da Costa Cunha

Decisão: julgamento **adiado em razão da ausência de ¿quórum¿ mínimo de** instalação da sessão.

PROCESSOS JUDICIAIS¿ELETRÔNICOS PAUTADOS¿(PJe)

1 ¿ Mandado de Segurança Cível (Processo Judicial Eletrônico nº 0847464-29.2019.8.14.0301)

Impetrante: José Amélio Coutinho (Advs. Francisco Cleans Almeida Bonfim - OAB/PA 10175, Suena Carvalho Mourão ¿ OAB/PA 10472, Renan Conceição Bonfim - OAB/PA 28798)

Impetrado: Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará

Litisconsorte Passivo Necessário: Estado do Pará (Procurador do Estado Antônio Carlos Bernardes Filho ¿ OAB/PA 5717)

Procurador-Geral de Justiça: César Bechara Nader Mattar Júnior

RELATOR: DES. LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO

- Na 11ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, ocorrida em 30/3/2022, adiado em razão da ausência justificada do Relator.

- Impedimento: Des. Rômulo José Ferreira Nunes

Decisão: à unanimidade, rejeitada a preliminar de ausência de prova pré-constituída. No mérito, também à unanimidade, segurança concedida, nos termos do voto do Relator.

2 ¿ Mandado de Segurança Cível (Processo Judicial Eletrônico nº 0807096-37.2021.8.14.0000)

Impetrante: Município de Bannach (Adv. Melina Silva Gomes Brasil de Castro - OAB/PA 17067)

Impetrada: Desa. Célia Regina de Lima Pinheiro - Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Impetrado: Dr. Leonardo de Farias Duarte - Juiz Auxiliar da Presidência, à época, designado para a Coordenadoria de Precatórios do Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Litisconsorte Passivo Necessário: Estado do Pará

Procurador-Geral de Justiça: César Bechara Nader Mattar Júnior

RELATOR: DES. LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO

- Na 11ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, ocorrida em 30/3/2022, adiado em razão da ausência justificada do Relator.

- Impedimento: Des. Rômulo José Ferreira Nunes

Decisão: à unanimidade, denegada a segurança, nos termos do voto do Relator.

E como, nada mais houvesse, foi encerrada a Sessão, às 10h55min, lavrando eu, Jonas Pedroso Libório Vieira, Secretário Judiciário, a presente Ata, que subscrevi.

Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará

ATA DE SESSÃO

6ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DA MAGISTRATURA de 2022, realizada em **23 de março de 2022**, por videoconferência, sob a Presidência da Excelentíssima Senhora Desembargadora **CELIA REGINA DE LIMA PINHEIRO.** Presentes os(as) Exmos.(as) Srs.(as) Desembargadores(as): **RONALDO MARQUES VALLE, EZILDA PASTANA MUTRAN, ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA, ROSI MARIA GOMES DE FARIAS e EVA DO AMARAL COELHO.** Desembargadora justificadamente ausente **MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE.** Presente, também, o Exmo. Sr. Raimundo de Mendonça Ribeiro Alves, Procurador de Justiça. Lida e aprovada a Ata da Sessão anterior, foram iniciados os trabalhos na seguinte ordem, às 10h41min.

PALAVRA FACULTADA

A Exma. Sra. Desembargadora Presidente Célia Regina de Lima Pinheiro comunicou a todos, com muito pesar, o falecimento do Juiz aposentado Ademar Gomes Evangelista, ocorrido em 22/3/2022. Propôs, ainda, o envio de ofício de pesar a família enlutada, sendo acompanhada, à unanimidade, por seus pares.

JULGAMENTOS PAUTADOS

1 ¿ Recurso Administrativo (Processo Eletrônico nº 0800155-37.2022.8.14.0000)

Recorrente: Associação dos Magistrados do Estado do Pará (Advs. Rodrigo Costa Lobato ¿ OAB/PA 20167, Felipe Jales Rodrigues ¿ OAB/PA 23230, Brenda Luana Viana Ribeiro ¿ OAB/PA 20739, Raissa Pontes Guimarães ¿ OAB/PA 26576)

Recorrida: Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará

RELATORA: DESA. MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

- Suspeição: Desa. Rosi Maria Gomes de Farias

- Na 4ª Sessão Ordinária do Conselho da Magistratura ocorrida em 23/2/2022, adiado em razão da ausência de quórum.

- Na 5ª Sessão Ordinária do Conselho da Magistratura ocorrida em 9/3/2022, adiado em razão da ausência de quórum.

Decisão: adiado em razão da ausência justificada da Relatora.

2 - Recurso Administrativo (Processo Eletrônico nº 0000241-75.2021.8.14.0000)

Recorrente: Marcelo Artur Miranda Chada (Adv. Ana Eliza Coelho Sobral ¿ OAB/PA 25414)

Recorrida: Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Pará

RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO

- Impedimento: Desa. Rosileide Maria da Costa Cunha

- Na 4ª Sessão Ordinária do Conselho da Magistratura ocorrida em 23/2/2022, adiado em razão da ausência de quórum.

- Na 5ª Sessão Ordinária do Conselho da Magistratura ocorrida em 9/3/2022, adiado em razão da

ausência de quórum.

Decisão: à unanimidade, recurso conhecido e desprovido, nos termos do voto da Relatora.

3 ¿ Embargos de Declaração em Recurso Administrativo (Processo Eletrônico nº 0805301-93.2021.8.14.0000)

Embargante: Walter Costa (Adv. Larissa Duarte de Souza ¿ OAB/PA 18463-B)

Embargado: Acórdão Id 6836540

Embargada: Corregedoria Geral de Justiça do Pará

RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO

- Impedimento: Desa. Rosileide Maria da Costa Cunha

- Na 4ª Sessão Ordinária do Conselho da Magistratura ocorrida em 23/2/2022, adiado em razão da ausência de quórum.

- Na 5ª Sessão Ordinária do Conselho da Magistratura ocorrida em 9/3/2022, adiado em razão da ausência de quórum.

Decisão: à unanimidade, embargos de declaração não conhecidos, nos termos do voto da Relatora.

4 ¿ Embargos de Declaração em Recurso Administrativo (Processo Eletrônico nº 0000101-41.2021.8.14.0000)

Embargante: Maria da Saúde da Silva Pimentel (Adv. Edmilson das Neves Guerra ¿ OAB/PA 13605-A)

Embargado: Acórdão ID 7289423

Embargada/Recorrida: Corregedoria Geral de Justiça

Embargado/Recorrido: Vilmar Durval Macedo Júnior

RELATORA: DESA. ROSI MARIA GOMES DE FARIAS

Decisão: à unanimidade, embargos de declaração não conhecidos, nos termos do voto da Relatora.

5 - Recurso Administrativo (Processo Eletrônico nº 0808873-57.2021.8.14.0000)

Recorrente: Ferdinando Gabriel Domingues (Adv. Marilda de Paula Silveira ¿ OAB/MG 90211, Heffren Nascimento da Silva ¿ OAB/DF 59173, Jônio Gabriel Domingues ¿ OAB/PA 20780)

Recorrida: Corregedoria Geral de Justiça do Pará

Interessada: Valdeise Maria Reis Bastos

RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO

- Impedimento: Desa. Rosileide Maria da Costa Cunha

Decisão: à unanimidade, recurso conhecido e desprovido, nos termos do voto da Relatora.

E como, nada mais houvesse, foi encerrada a Sessão às 10h58min, lavrando eu, Jonas Pedroso Libório Vieira, Secretário Judiciário, a presente Ata, que subscrevi.

Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará

CONSELHO DA MAGISTRATURA

Número do processo: 0802617-64.2022.8.14.0000 Participação: RECORRENTE Nome: ABRAÃO DOS SANTOS WARISS Participação: ADVOGADO Nome: LAYANE FARIAS DE CASTRO VIEIRA OAB: 27804/PA Participação: ADVOGADO Nome: LUANA MESCOUTO SALHEB OAB: 23542/PA Participação: ADVOGADO Nome: CARLOS FRANCISCO DE SOUSA MAIA OAB: 16953/PA Participação: RECORRIDO Nome: Corregedoria Geral de Justiça do Pará Participação: INTERESSADO Nome: DR. ANTÔNIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY - MM. JUIZ DE DIREITO TITULAR DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SALINÓPOLIS/PA

Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Gabinete Desembargadora Rosi Maria Gomes de Farias

RECURSO ADMINISTRATIVO (1299)

Processo nº. 0802617-64.2022.8.14.0000

RECORRENTE: ABRAÃO DOS SANTOS WARISS

RECORRIDO: CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA DO PARÁ

R. H.

1) Compulsando os autos, considerando que o presente recurso administrativo foi interposto contra decisão que arquivou reclamação contra magistrado e que, eventual provimento da insurgência, pode implicar em abertura de procedimento disciplinar contra o mesmo, determino a intimação do Excelentíssimo Senhor Dr. ANTÔNIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY - Mm. Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de SALINÓPOLIS/PA para, querendo, apresentar manifestação nos autos, no prazo de 05 dias.

2) Após, conclusos.

Belém, 11 de abril de 2022 .

ROSI MARIA GOMES DE FARIAS

Número do processo: 0000101-41.2021.8.14.0000 Participação: RECORRENTE Nome: MARIA DA SAUDE DA SILVA PIMENTEL Participação: ADVOGADO Nome: EDMILSON DAS NEVES GUERRA OAB: 13605/PA Participação: RECORRIDO Nome: VILMAR DURVAL MACEDO JUNIOR Participação: RECORRIDO Nome: CORREGEDORIA DE JUSTICA COMARCAS DO INTERIOR

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

GABINETE DESª ROSI MARIA GOMES DE FARIAS

RECURSO ADMINISTRATIVO (1299)

0000101-41.2021.8.14.0000

RECORRENTE: MARIA DA SAUDE DA SILVA PIMENTEL

RECORRIDO: VILMAR DURVAL MACEDO JUNIOR, CORREGEDORIA DE JUSTICA COMARCAS DO INTERIOR

R.H.

Trata-se de petição que Maria da Saúde da Silva Pimentel fez juntar aos autos do Recurso Administrativo nº 0000101-41.2021.814.0000, em 29.03.2022, na qual expressa sua desistência da possibilidade de interposição de qualquer outro recurso.

Nada a prover quanto ao pedido visto que o recurso administrativo já foi julgado, bem como os Embargos de Declaração posteriormente opostos.

Ademais, nos termos do § 5º, do art. 28, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, as decisões do Conselho da Magistratura são terminativas, não estando a matéria sujeito da insurgência caracterizada como a exceção ali prevista.

ÀSecretaria Judiciária para as providências cabíveis, inclusive a consequente baixa no acervo desta relatora.

Belém/PA, 12 de abril de 2022

ROSI MARIA GOMES DE FARIAS

CEJUSC

PRIMEIRO CEJUSC BELÉM

SESSÃO PRESENCIAL DE CONCILIAÇÃO/MEDIAÇÃO 1º CEJUSC DA CAPITAL, LOCAL: 1º ANDAR DO FÓRUM CÍVEL, AO LADO DO GABINETE DA 1ª VARA DE FAMÍLIA.

DIA 19/04/2022

HORA ATENDIMENTO: 09:00H

6ª VARA

PROCESSO 0828073-25.2018.8.14.0301

AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL E PARTILHA DE BENS

REQUERENTE: M N D J

ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA

REQUERIDA: C P D S

DIA 19/04/2022

HORA ATENDIMENTO: 09:00H

7ª VARA

PROCESSO 0834185-73.2019.8.14.0301

AÇÃO DE ALIMENTOS E GUARDA

REQUERENTE: J D S D C

ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA

REQUERIDA: P S D L

DIA 19/04/2022

HORA ATENDIMENTO: 11:00H

7ª VARA

PROCESSO 0021288-17.2017.8.14.0301

AÇÃO DE ALIMENTOS

REQUERENTE: J S G

ADVOGADO: NPJ ESTÁCIO ¿ SAUL FALCÃO BEMERGUY

REQUERIDO: E O V

ADVOGADO: CARLOS NATANAEL PAIXÃO

DIA 19/04/2022

HORA ATENDIMENTO: 11:00H

7ª VARA

PROCESSO 0843213-94.2021.8.14.0301

AÇÃO DE DIVÓRCIO LITIGIOSO

REQUERENTE: E S D S

ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA

REQUERIDA: L H M D S

SEÇÃO DE DIREITO PENAL

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

SEÇÃO DE DIREITO PENAL

ANÚNCIO DA PAUTA DE JULGAMENTO DA 24ª SESSÃO ORDINÁRIA - PLENÁRIO VIRTUAL (PJE) DA SEÇÃO DE DIREITO PENAL, DO ANO DE 2022:

Faço público a quem interessar possa que, para a 24ª SESSÃO ORDINÁRIA - PLENÁRIO VIRTUAL - PJE da Egrégia Seção de Direito Penal, a iniciar-se no dia 19 de abril de 2022, às 14:00h, foi pautado o julgamento dos seguintes feitos:

Ordem: 001

Processo: 0803801-55.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES**

PACIENTE: JOELISON DE JESUS BARBOSA

ADVOGADO: FÁBIO TEIXEIRA DE OLIVEIRA - (OAB PA27263-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE TUCURUÍ

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 002

Processo: 0802510-20.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES**

PACIENTE: ODENILDO DE SOUSA MACIEL

ADVOGADO: HELLEM PATRICIA SOUSA VERAS - (OAB PA28320-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE TERRA SANTA

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 003

Processo: 0802024-35.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES**

PACIENTE: CARLOS MACIEL PEREIRA DA SILVA

ADVOGADO: VERENA CERQUEIRA DOS SANTOS CARDOSO - (OAB PA17468-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÃO DE PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE EM MEIO FECHADO E SEMIABERTO DE BELÉM

AUTORIDADE COATORA: SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA - SEAP

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 004

Processo: 0815149-07.2021.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES**

PACIENTE: ADRIANO ALEXANDRE NUNES DA SILVA

ADVOGADO: KETLEM LOPES DE JESUS - (OAB AM10651-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ CONVOCADO ALTEMAR DA SILVA PAES

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 005

Processo: 0804198-17.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA**

PACIENTE: GABRIEL ARAÚJO PINTO

ADVOGADO: HEITOR RAJEH DA CRUZ - (OAB PA26966)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE PORTEL

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 006

Processo: 0804261-42.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA**

PACIENTE: JILSON DE JESUS CORRÊA

ADVOGADO: FÁBIO LOPES DOMINGUES - (OAB PA23963-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE CASTANHAL

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 007

Processo: 0804385-25.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA**

PACIENTE: PEDRO ALCEMIR PEREIRA GOMES

ADVOGADO: HORST VON GRAPP VON GRAPP - (OAB PA27618-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE MARACANÃ

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 008

Processo: 0803894-18.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA**

PACIENTE: JÚLIO COELHO NETO

ADVOGADO: PAULO MARCOS DE MORAES - (OAB PA25161-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE PARAGOMINAS

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 009

Processo: 0804133-22.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **MARIA DE NAZARÉ SILVA GOUVEIA DOS SANTOS**

PACIENTE: JUCICLEBSON DE ARAÚJO FERREIRA

ADVOGADO: KARINE DA CRUZ MAGNO - (OAB PA26866-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE TOMÉ-AÇU

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 010

Processo: 0803380-65.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR**

PACIENTE: EMERSON PINHEIRO COUTO

DEFENSORIA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 011

Processo: 0803394-49.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR**

PACIENTE: LUANA BELICHE DE ASSIS

ADVOGADO: YURI FERREIRA MACIEL - (OAB PA25777-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DE MARABÁ

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 012

Processo: 0803608-40.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **ROSI MARIA GOMES DE FARIAS**

PACIENTE: EVANILSON DO NASCIMENTO ROMÃO

ADVOGADO: DYELLE BARBOSA MOTA - (OAB PA26414-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE BREU BRANCO

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 013

Processo: 0801564-48.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **ROSI MARIA GOMES DE FARIAS**

PACIENTE: JOSÉ CÍCERO DE SOUSA

ADVOGADO: ANA BEATRIZ LACORTE ARAÚJO DA MOTA - (OAB PA26752)

ADVOGADO: EMY HANNAH RIBEIRO MAFRA - (OAB PA23263-A)

ADVOGADO: ANETE DENISE PEREIRA MARTINS - (OAB PA10691)

ADVOGADO: ROBERTO LAURIA - (OAB PA7388)

ADVOGADO: RAFAEL OLIVEIRA ARAÚJO - (OAB PA19573)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE OURILÂNDIA DO NORTE

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 014

Processo: 0803361-59.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **ROSI MARIA GOMES DE FARIAS**

PACIENTE: ELIAS DO SOCORRO COUTO PANTOJA

ADVOGADO: MARTHA PANTOJA ASSUNÇÃO - (OAB PA17854-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE LIMOEIRO DO AJURU

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 015

Processo: 0804636-43.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **ROSI MARIA GOMES DE FARIAS**

PACIENTE: ROGÉRIO GONÇALVES MARTINS

ADVOGADO: RONALDO ROQUE TREMARIN - (OAB PA18142-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE TUCUMÃ

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 016

Processo: 0811980-12.2021.8.14.0000

Classe Judicial: MANDADO DE SEGURANÇA COM PEDIDO DE LIMINAR

Relator(a): Desembargador **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES**

IMPETRANTE: RINALDO RIBEIRO MORAES

ADVOGADO: RINALDO RIBEIRO MORAES - (OAB PA26330-A)

AUTORIDADE COATORA: SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA - SEAP (DEC - DIRETORIA DE AGENDAMENTO)

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Belém(PA), 13 de abril de 2022.

MARIA DE NAZARÉ CARVALHO FRANCO

Secretária da Seção de Direito Penal

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

SECRETARIA DA SEÇÃO DE DIREITO PENAL

20ª SESSÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO VIRTUAL ¿ PJE, DA SEÇÃO DE DIREITO PENAL, iniciada em 5 de abril de 2022, às 14h, sob a presidência do Excelentíssimo Desembargador José Roberto Pinheiro Maia Junior, com a participação dos Excelentíssimos Desembargadores Rômulo José Ferreira Nunes, Vania Fortes Bitar, Vânia Lúcia Carvalho da Silveira, Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos, Leonam Gondim da Cruz Júnior, Rosi Maria Gomes de Farias, Eva do Amaral Coelho, Kédima Pacífico Lyra, o Juiz Convocado Altemar da Silva Paes e o Representante do Ministério Público, Dr(a). Hezedequias Mesquita da Costa.

JULGAMENTOS PAUTADOS

Ordem: 001

Processo: 0814150-54.2021.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES**

PACIENTE: WILLIAMY LINO BARBOSA

ADVOGADO: JÉSSICA GABRIELLE PICANÇO ARAÚJO - (OAB PA18946-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 002

Processo: 0802820-26.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES**

PACIENTE: ANDREY DA SILVA LEÃO

ADVOGADO: MARIA DA PIEDADE DA SILVA - (OAB RN12010)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DE CASTANHAL

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 003

Processo: 0800630-90.2022.8.14.0000 - SEGREDO DE JUSTIÇA

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES**

PACIENTE: C. F. B.

ADVOGADO: SANDRO FIGUEIREDO DA COSTA - (OAB PA23083-A)

ADVOGADO: FERNANDO PINHEIRO QUARESMA - (OAB PA23727-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DE BELÉM

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

RETIRADO

Ordem: 004

Processo: 0802900-87.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES**

PACIENTE: JADIR RIBEIRO RODRIGUES

PACIENTE: RAIMUNDO NONATO CORREA MOREIRA

ADVOGADO: CÁSSIO DE FREITAS - (OAB PA28891-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIRETO DA 1ª VARA DE CAMETÁ

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 005

Processo: 0810564-09.2021.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES**

PACIENTE: MÁRCIO ANTÔNIO VASCONCELOS PEREIRA

ADVOGADO: BRENO MONTEIRO GUEDES DE OLIVEIRA - (OAB PA15454-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA DE FAMÍLIA DA CAPITAL

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 006

Processo: 0803546-97.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES**

PACIENTE: NIZAEL DA SILVA AMORIM

DEFENSORIA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE BARCARENA

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 007

Processo: 0800047-08.2022.8.14.0000 - SEGREDO DE JUSTIÇA

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **VANIA VALENTE DO COUTO FORTES BITAR CUNHA**

PACIENTE: B.R. DA S. A

ADVOGADO: PETRONIO GOMES DE SOUSA - (OAB PA30881-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE TUCURUÍ

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal concedeu a ordem.

Ordem: 008

Processo: 0803262-89.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **VANIA VALENTE DO COUTO FORTES BITAR CUNHA**

PACIENTE: ISAC MOISÉS MENDONÇA PIMENTEL

ADVOGADO: HELLEM PATRÍCIA SOUSA VERAS - (OAB PA28320-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO EM EXERCÍCIO NO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO JOÃO DE PIRABAS

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal concedeu a ordem.

Ordem: 009

Processo: 0803550-37.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **VANIA VALENTE DO COUTO FORTES BITAR CUNHA**

PACIENTE: VANDERLEI SILVA DE SOUZA

DEFENSORIA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE SANTA LUZIA DO PARÁ

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal concedeu a ordem.

Ordem: 010

Processo: 0803569-43.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **VANIA VALENTE DO COUTO FORTES BITAR CUNHA**

PACIENTE: NEYLSON MARTINS PUREZA

PACIENTE: YURI RONALDO CARDOSO SOUZA

DEFENSORIA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 011

Processo: 0801795-75.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **VANIA VALENTE DO COUTO FORTES BITAR CUNHA**

PACIENTE: ALAN DOS SANTOS SILVA

DEFENSORIA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal negou provimento ao recurso.

Ordem: 012

Processo: 0801973-24.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA**

PACIENTE: ARTUR LUAN RAIOL DOS SANTOS

ADVOGADO: JUNIA MAYRIS BEZERRA DA SILVA - (OAB PA28643-A)

ADVOGADO: HUGO EDNALDO BRITO DOS SANTOS - (OAB PA28809)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE MARACANÃ

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 013

Processo: 0803386-72.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA**

PACIENTE: LEONARDO VALE DA SILVA

ADVOGADO: ANNE MAYARA OLIVEIRA BATISTA - (OAB PA24908-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE VITÓRIA DO XINGU

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 014

Processo: 0803442-08.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA**

PACIENTE: ELITON COUTINHO FIGUEIREDO

ADVOGADO: ELIEL CARDOSO DE SOUZA - (OAB PA28254-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE ORIXIMINÁ

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 015

Processo: 0802712-94.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA**

PACIENTE: ADIEL PAVÃO CUNHA FILHO

ADVOGADO: WALTER DE ALMEIDA ARAÚJO - (OAB PA13905-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE ULIANÓPOLIS

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 016

Processo: 0803058-45.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA**

PACIENTE: RAFAEL DA SILVA FEITOSA

DEFENSORIA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE JACUNDÁ

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 017

Processo: 0802975-29.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **MARIA DE NAZARÉ SILVA GOUVEIA DOS SANTOS**

PACIENTE: NERIVALDO DA SILVA

ADVOGADO: LIBANIO LOPES COSTA NETO - (OAB PA019147-A)

ADVOGADO: HANDERSON DA COSTA BENTES - (OAB PA8-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL DE SANTARÉM

AUTORIDADE COATORA: SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA - SEAP

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 018

Processo: 0802563-98.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **MARIA DE NAZARÉ SILVA GOUVEIA DOS SANTOS**

PACIENTE: BRUNO SANTOS DE SOUSA

ADVOGADO: SUELEN VICENTE DOS SANTOS - (OAB MG199514)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DE PARAUAPEBAS

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 019

Processo: 0803391-94.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **MARIA DE NAZARÉ SILVA GOUVEIA DOS SANTOS**

PACIENTE: MATEUS MICHILES MONTEIRO

PACIENTE: CARLOS MIGUEL MICHILES MONTEIRO

DEFENSORIA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE MELGAÇO

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 020

Processo: 0802914-71.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **MARIA DE NAZARÉ SILVA GOUVEIA DOS SANTOS**

PACIENTE: MICHEL BATISTA SILVA DE SOUSA

ADVOGADO: DAVI FERREIRA ALBUQUERQUE - (OAB PA28492-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE MÃE DO RIO

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 021

Processo: 0802657-46.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR**

PACIENTE: MARCELO GOMES DE OLIVEIRA

ADVOGADO: MAKSSON WILKER BRAGA MEDEIROS - (OAB PA29825)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE BRASIL NOVO

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

RETIRADO

Ordem: 022

Processo: 0802500-73.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **ROSI MARIA GOMES DE FARIAS**

PACIENTE: FÁBIO ARLAN GOMES SANTOS

ADVOGADO: ELOY LOBATO DE ALBUQUERQUE NETO - (OAB PA497-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE ACARÁ

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal concedeu a ordem.

Ordem: 023

Processo: 0801998-37.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **ROSI MARIA GOMES DE FARIAS**

PACIENTE: ANDRIA PAULA DOS REIS MONTEIRO

ADVOGADO: ANTÔNIO VITOR CARDOSO TOURÃO PANTOJA - (OAB PA19782-A)

ADVOGADO: LEILA VANIA BASTOS RAIOL - (OAB PA25402-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal não conheceu a ordem, casando a

liminar anteriormente deferida.

Ordem: 024

Processo: 0802934-62.2022.8.14.0000 - SEGREDO DE JUSTIÇA

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **ROSI MARIA GOMES DE FARIAS**

PACIENTE: D. B. M

ADVOGADO: IDERCIVAL NOGUEIRA - (OAB PA10254-B-A)

ADVOGADO: MIZAEL VIRGILINO LOBO DIAS - (OAB PA18312-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE OEIRAS DO PARÁ

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 025

Processo: 0801176-48.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **ROSI MARIA GOMES DE FARIAS**

PACIENTE: AILTON LOPES DA SILVA

ADVOGADO: FRANCISCO SILVA CARDOSO NETO - (OAB PA29215-A)

ADVOGADO: CAROLINA DO SOCORRO RODRIGUES ALVES - (OAB PA23620-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 026

Processo: 0803134-69.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **ROSI MARIA GOMES DE FARIAS**

PACIENTE: MARCILEI FREITAS BARBOSA

ADVOGADO: ELIEZER SILVA DE SOUSA - (OAB PA21835)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE CURRALINHO

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 027

Processo: 0802359-54.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **ROSI MARIA GOMES DE FARIAS**

PACIENTE: JOSÉ CARLOS SOUZA CORRÊA

PACIENTE: JOSÉ HENRIQUE SOUZA DE MELO

ADVOGADO: JOSIEL DE LIMA ABREU - (OAB PA21489-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

A Sessão foi encerrada às 14h do dia 7 de maio de 2022. Eu,Maria de Nazaré Carvalho Franco, Secretária da Seção de Direito Penal, lavrei a presente ata, que vai devidamente assinada.

Des. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR

Presidente da Seção de Direito Penal

11ª SESSÃO ORDINÁRIA DA SEÇÃO DE DIREITO PENAL, REALIZADA EM 4 DE ABRIL DE 2022, SOB A PRESIDÊNCIA DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR. Aos quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, às 9h, o Excelentíssimo Senhor Desembargador José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior, Presidente da Seção de Direito Penal, declarou aberta a 11ª Sessão Ordinária da Seção de Direito Penal, por meio de videoconferência, com a presença dos Exmos. Srs. Deses. Rômulo José Ferreira Nunes, Vania Fortes Bitar, Vânia Lúcia Carvalho da Silveira, Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos, Leonam Gondim da Cruz Júnior, Rosi Maria Gomes de Farias, Eva do Amaral Coelho, Kédima Pacífico Lyra e do Exmo. Juiz Convocado Altemar da Silva Paes, do Exmo. Sr. Representante do Ministério Público, Dr. Hezedequias Mesquita da Costa e da Secretária da Seção de Direito Penal, Dra. Maria de Nazaré Carvalho Franco. Ausência justificada da Exma. Desa. Maria Edwiges de Miranda Lobato. Após lida e aprovada a Ata da Sessão anterior, o Exmo. Sr. Des. Presidente deu início aos trabalhos na seguinte ordem:

PROCESSO JULGADO EXTRAPAUTA

01 - Processo: 0802058-10.2022.814.0000

Classe Judicial: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM HABEAS CORPUS

Relator(a): Desembargadora **MARIA DE NAZARÉ SILVA GOUVEIA DOS SANTOS**

EMBARGANTE(s): FLAVIO BRUCIO MILHOME DE ARAÚJO

ADVOGADO: MARCO ANTÔNIO PINA DE ARAÚJO - (OAB PA10781-A) E OUTROS

EMBARGADO : ACÓRDÃO ID 8633747

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA: Dra. DULCELINDA LOBATO PANTOJA

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal não conheceu os embargos de declaração opostos.

PROCESSOS PAUTADOS JULGADOS

Ordem: 001

Processo: 0800357-14.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS PARA TRANCAMENTO DE AÇÃO PENAL COM PEDIDO DE LIMINAR

Relator(a): Desembargador **LEONAM GONDIM DA CRUZ JÚNIOR**

PACIENTE: VICTOR VALE DE FARIAS

ADVOGADO: EMY HANNAH RIBEIRO MAFRA - (OAB PA23263-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DE BELÉM

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: Dr(a). HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA

#Impedimento : Juiz Convocado Altemar da Silva Paes

Sustentação oral ¿ Dr(a). Emy Hannah Ribeiro Mafra, indagada, desistiu da leitura do relatório.

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 002

Processo: 0801205-98.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO COM PEDIDO DE LIMINAR

Relator(a): Desembargador **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES**

PACIENTE: JOSÉ FERNANDO PINHEIRO CAVALCANTE

ADVOGADO: MATHEUS CALANDRINI SILVA GRAIM - (OAB PA26671)

ADVOGADO: AMÉRICO LINS DA SILVA LEAL - (OAB PA1590)

ADVOGADO: ARTHEMIO MEDEIROS LINS LEAL - (OAB PA8283)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DE BELÉM

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: Dr(a). ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal conheceu em parte o pedido e, na parte conhecida, denegou a ordem.

Ordem: 003

Processo: 0800849-06.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO COM PEDIDO DE LIMINAR

Relator(a): Desembargador **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES**

PACIENTE: RUAN CARLOS DA SILVA CARDOSO

ADVOGADO: DIOGO RODRIGO DE SOUSA - (OAB PA19152-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL DE SANTARÉM

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: Dr(a). DULCELINDA LOBATO PANTOJA

Sustentação oral ¿ Dr(a). Diogo Rodrigues de Sousa, indagado, desistiu da leitura do relatório.

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 004

Processo: 0800492-26.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO COM PEDIDO DE LIMINAR

Relator(a): Desembargador **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES**

PACIENTE: DANIEL DE SOUZA SALLES

ADVOGADO: MARCO ANTÔNIO PINA DE ARAÚJO - (OAB PA10781-A)

ADVOGADO: GUSTAVO DAMON ARACATY LOBATO DE SOUZA - (OAB PA26536)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE ACARÁ

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: Dr(a). HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA

Sustentação oral ¿ Dr(a). Marco Antônio Pina de Araújo, indagado, desistiu da leitura do relatório.

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 005

Processo: 0802801-20.2022.8.14.0000 - SEGREDO DE JUSTIÇA

Classe Judicial: HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO COM PEDIDO DE LIMINAR

Relator(a): Desembargadora **VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA**

PACIENTE: R. DA C. C

ADVOGADO: EDUARDO ABREU SANTOS - (OAB PA27141-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE CURIONÓPOLIS

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: Dr(a). DULCELINDA LOBATO PANTOJA

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal conheceu parcialmente da impetração do habeas corpus e, nesta parte, denegou a ordem, com a recomendação ao magistrado de 1º grau para que se atente aos pedidos de revogação de prisão preventiva e às suas revisões, conforme determina a Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime).

Ordem: 006

Processo: 0802555-24.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO COM PEDIDO DE LIMINAR

Relator(a): Desembargadora **VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA**

PACIENTE: FELIPE BRITO VELOSO

ADVOGADO: ÂNGELO SOUSA LIMA - (OAB PA26226-A)

ADVOGADO: WANDERSON SILVA DE ARAÚJO - (OAB PA31131)

ADVOGADO: CÂNDIDO LIMA JÚNIOR - (OAB PA25926-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE ANAPU

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: Dr(a). CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Sustentação oral ¿ Dr(a). Cândido Lima Júnior, indagado, desistiu da leitura do relatório.

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal conheceu em parte o pedido e, na parte conhecida, denegou a ordem.

Ordem: 007

Processo: 0800606-62.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS PARA SUBSTITUIÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA POR DOMICILIAR COM PEDIDO DE LIMINAR

Relator(a): Desembargadora **VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA**

PACIENTE: ALENQUER FARIAS DA SILVA

ADVOGADO: ALEXANDRE ANDRÉ BRITO REIS - (OAB PA21174-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE IGARAPÉ-MIRI

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: Dr(a). FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA

Sustentação oral ¿ Dr(a). Alexandre André Brito Reis, indagado, desistiu da leitura do relatório.

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 008

Processo: 0802385-52.2022.8.14.0000 - SEGREDO DE JUSTIÇA

Classe Judicial: HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO COM PEDIDO DE LIMINAR

Relator(a): Desembargador **LEONAM GONDIM DA CRUZ JÚNIOR**

PACIENTE: J. M. Q.

ADVOGADO: YASMIN CARVALHO SANTOS - (OAB PA21326-A)

ADVOGADO: PEDRO HENRIQUE RIBEIRO ARAÚJO - (OAB PA19554)

ADVOGADO: JUAN CARLOS DE OLIVEIRA CUNHA - (OAB PA28460-A)

ADVOGADO: MARLON NOVAES DA SILVA - (OAB PA27852-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE CURRALINHO

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: Dr(a). DULCELINDA LOBATO PANTOJA

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal julgou prejudicado o pedido.

Após o julgamento dos feitos sob a sua relatoria o Exmo. Des. Leonam Gondim da Cruz Júnior deixou em definitivo a videoconferência.

Ordem: 009

Processo: 0801944-71.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO COM PEDIDO DE LIMINAR

Relator(a): Desembargador **JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR**

PACIENTE: GEOVANE DA SILVA LIMA

ADVOGADO: ISAAC DOS SANTOS FARIAS - (OAB PA29544-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE IPIXUNA DO PARÁ

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: Dr(a). MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DAS NEVES

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal não conheceu a impetração.

Ordem: 010

Processo: 0800152-82.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS COM PEDIDO DE LIMINAR

Relator(a): Desembargador **JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR**

PACIENTE: JOSÉ FERNANDO FEITOSA DA SILVA

ADVOGADO: EDUARDO ABREU SANTOS - (OAB PA27141-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE PARAUAPEBAS

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: Dr(a). MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO

Sustentação oral ¿ Dr(a). Eduardo Abreu Santos, indagado, desistiu da leitura do relatório.

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal julgou prejudicado o pedido.

Ordem: 011

Processo: 0801220-67.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO COM PEDIDO DE LIMINAR

Relator(a): Desembargadora **ROSI MARIA GOMES DE FARIAS**

PACIENTE: GILVANE DE ALMEIDA ALVES

ADVOGADO: MARCELO BRASIL CAMPOS - (OAB PA22245-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE PORTEL

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: Dr(a). HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA

ADIADO ¿ a pedido do impetrante.

Ordem: 012

Processo: 0802938-02.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO COM PEDIDO DE LIMINAR

Relator(a): Desembargadora **ROSI MARIA GOMES DE FARIAS**

PACIENTE: HUGO HENRIQUE DOS SANTOS ALVES

ADVOGADO: CAROLINA SILVA MENDES ALCÂNTARA - (OAB PA28057-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL DE BELÉM

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: Dr(a). GERALDO DE MENDONÇA ROCHA

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 013

Processo: 0800987-70.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO COM PEDIDO DE LIMINAR

Relator(a): Desembargadora **ROSI MARIA GOMES DE FARIAS**

PACIENTE: JHONATAN DA SILVA MORAES

ADVOGADO: VINÍCIUS SOUSA HESKETH NETO - (OAB PA32202)

IMPETRANTE: JAMILLE SERRÃO EVANGELISTA

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE CASTANHAL

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: Dr(a). LUIZ CESAR TAVARES BIBAS

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal conheceu em parte o pedido e, na parte conhecida, denegou a ordem.

Ordem: 014

Processo: 0802471-23.2022.8.14.0000 - SEGREDO DE JUSTIÇA

Classe Judicial: HABEAS CORPUS PREVENTIVO COM PEDIDO DE LIMINAR

Relator(a): Desembargadora **ROSI MARIA GOMES DE FARIAS**

PACIENTE: J. L. A. DE O.

ADVOGADO: RINALDO RIBEIRO MORAES - (OAB PA26330-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA DE FAMÍLIA DE BELÉM

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: Dr(a). HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA

Sustentação oral ¿ Dr(a). Rinaldo Ribeiro Moraes ¿ desistiu da sustentação oral por petição juntada aos autos.

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Sessão às 12 h. Eu, , Maria de Nazaré Carvalho Franco, Secretária da Seção de Direito Penal, lavrei a presente ATA, que vai devidamente assinada pela douta Presidência.

Des. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR

Presidente da Seção de Direito Penal

19ª SESSÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO VIRTUAL ¿ PJE, DA SEÇÃO DE DIREITO PENAL, iniciada em 5 de abril de 2022, às 14h, , sob a presidência do Excelentíssimo Desembargador José Roberto Pinheiro Maia Junior, com a participação dos Excelentíssimos Desembargadores Rômulo José Ferreira Nunes, Vania Fortes Bitar, Vânia Lúcia Carvalho da Silveira, Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos, Leonam Gondim da Cruz Júnior, Rosi Maria Gomes de Farias, Eva do Amaral Coelho, Kédima Pacífico Lyra, o Juiz Convocado Altemar da Silva Paes e o Representante do Ministério Público, Dr(a). Hezedequias Mesquita da Costa.

PROCESSOS JULGADOS

Ordem: 001

Processo: 0801805-22.2022.8.14.0000

Classe Judicial: DESAFORAMENTO DE JULGAMENTO

Comarca de origem: BREVES (Termo Judiciário de BAGRE)

Relator(a): Desembargadora **VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA**

REQUERENTE: JUIZ(A) DE DIREITO EM EXERCÍCIO NO TERMO JUDICIÁRIO DE BAGRE (Dra. Cláudia Ferreira Lapenda Figueiroa)

RÉU(S): JARDEL VALENTE PUREZA

ADVOGADO: WADY CHARONE NETO - (OAB PA28194-A)

REQUERIDA: JUSTIÇA PÚBLICA (Juízo de Direito da Comarca de Breves)

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: Dr(a). MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DAS NEVES

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal deferiu o pedido, desaforando o processo para a Comarca de Breves.

Ordem: 002

Processo: 0813344-19.2021.8.14.0000

Classe Judicial: REVISÃO CRIMINAL

Comarca de origem: BRAGANÇA (Vara Criminal)

Relator(a): Desembargadora **ROSI MARIA GOMES DE FARIAS**

Revisor(a): Desembargadora EVA DO AMARAL COELHO

REQUERENTE: CARLOS AUGUSTO DE CAMPOS GONÇALVES

ADVOGADO: JOSÉ NAZARENO ROSÁRIO CAMELO - (OAB PA22336)

ADVOGADO: ANDERSON COSTA PINTO - (OAB PA24958-A)

REQUERIDA: JUSTIÇA PÚBLICA

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA: Dr. CÉSAR BECHARA NADER MATTAR JÚNIOR

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal julgou improcedente a revisão criminal.

Ordem: 003

Processo: 0813519-13.2021.8.14.0000

Classe Judicial: REVISÃO CRIMINAL

Comarca de origem: XINGUARA (Vara Criminal)

Relator(a): Desembargadora **ROSI MARIA GOMES DE FARIAS**

Revisor(a): Desembargadora EVA DO AMARAL COELHO

REQUERENTE: RAIMUNDO DA CRUZ PACHECO

ADVOGADO: ANTÔNIO RAFAEL SILVA CORRÊA - (OAB PA27930-A)

REQUERIDA: JUSTIÇA PÚBLICA

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA: Dr. CÉSAR BECHARA NADER MATTAR JÚNIOR

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal não conheceu a revisão criminal.

Ordem: 004

Processo: 0808633-50.2021.8.14.0006

Classe Judicial: CONFLITO DE JURISDIÇÃO

Relator(a): Juiz Convocado **ALTEMAR DA SILVA PAES**

SUSCITANTE: JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO DE BELÉM

SUSCITADO: JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: Dr(a). ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal declarou o Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal de Ananindeua competente para o processamento e julgamento do feito.

A Sessão foi encerrada às 14h do dia 12 de abril de 2022. Eu, ,Maria de Nazaré Carvalho Franco, Secretária da Seção de Direito Penal, lavrei a presente ata, que vai devidamente assinada.

Des. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR

Presidente da Seção de Direito Penal

TURMAS DE DIREITO PENAL

UNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIAL DAS TURMAS DE DIREITO PENAL - UPJ

E D I T A L / C O M U N I C A Ç Ã O
UNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIAL DAS TURMAS PENAIS

A Bela. Tânia Maria da Costa Martins, Secretária Geral da UPJ das Turmas Penais TJ/Pa, faz público , para quem possa registrar interesse, e em especial aos Advogados abaixo nominados, que na data de 05.04.2022(5ª Sessão Ordinária por Videoconferência), o Exmo. Sr. Desembargador RÔMULO NUNES, Presidente da Egrégia 2ª Turma de Direito Penal, determinou verbalmente a retirada da pauta de julgamento, dos recursos que ora serão destacados, observado período de férias a serem usufruídas pelo Exmo. Des. RONALDO VALLE, Relator dos feitos:

- APELAÇÃO CRIMINAL - PROCESSO Nº 0029672-91.2016.8.14.0401 (LIBRA)
APELANTE: ALFREDO NAZARETH MELO SANTANA
REPRESENTANTE(S): OAB 2721 - JOSE ALFREDO DA SILVA SANTANA (ADVOGADO)
ASSISTENTE DE ACUSACAO: RIBEIRO MENDES EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA
REPRESENTANTE(S): OAB 10758 - FRANCINALDO FERNANDES DE OLIVEIRA, OAB 15495 - LUIZ CARLOS DIAS JUNIOR, OAB 13013 - ALINE CRISTIANE ANAISSI DE MORAES BRAGA, OAB 20235 - TATYANA CRISTINA MOURAO JATAHY, OAB 21251 - FERNANDO PEIXOTO FERNANDES DE OLIVEIRA (ADVOGADOS)
APELADO: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTICA: SERGIO TIBURCIO DOS SANTOS SILVA
REVISORA: DESA VANIA BITAR
RELATOR: DES RONALDO VALLE
OBS.: Impedimento do Exmo. Des. Altemar da Silva Paes ¿ Juiz Convocado.
OBS.: Retirado de pauta Plenário Virtual (6ª sessão Ordinária), observado deferimento Exmo. Relator, acerca de peticionamento sustentação oral.

- APELAÇÃO CRIMINAL - PROCESSO Nº 0001267-45.2016.8.14.0401 (LIBRA)
APELANTE: MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL
ASSISTENTES DE ACUSACAO: OSMAR CORREA RODRIGUES
REPRESENTANTE(S): OAB 13983 - RODRIGO TAVARES GODINHO (ADVOGADO)
ASSISTENTE DE ACUSACAO: FABIO SENA RODRIGUES
REPRESENTANTE(S): OAB 13983 - RODRIGO TAVARES GODINHO (ADVOGADO)
ASSISTENTE DE ACUSACAO: JOSE CORREA RODRIGUES
REPRESENTANTE(S): OAB 13983 - RODRIGO TAVARES GODINHO (ADVOGADO)
REPRESENTANTE(S): OAB 11816 - EDUARDO IMBIRIBA DE CASTRO (ADVOGADO)
REPRESENTANTE(S): OAB 15381 - ANDRE SILVA TOCANTINS (ADVOGADO)
ASSISTENTE DE ACUSACAO: JOAO CORREA RODRIGUES
REPRESENTANTE(S): OAB 13983 - RODRIGO TAVARES GODINHO (ADVOGADO)
APELADO: JOAO AUGUSTO LOBATO RODRIGUES
REPRESENTANTE(S): OAB 11805 - BRUNA BEZERRA KOURY DE FIGUEIREDO THOMAZ (ADVOGADO)
PROCURADOR DE JUSTICA: ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER
REVISOR: DES. ALTEMAR PAES (JUIZ CONVOCADO)
RELATOR: DES. RONALDO MARQUES VALLE

Observa-se, por oportuno, que constavam os supracitados processos sob pedido de vista ocorrido em

Sessão anterior (4ª Ordinária por Videoconferência), pela Exma. Desa. VANIA BITAR, e se encontravam com respectivos prazos adiados. Menciona-se, por fim, que os feitos em comento serão reanunciados em próxima Sessão desimpedida, o que ocorrerá intimação pertinente via publicação Diário da Justiça eletrônico.
(*) Sendo o que competia publicar acerca da determinação em comento.
Secretaria Única da UPJ das Turmas Penais do TJ/Pa. Belém, 07 de abril de 2022.

ATA/RESENHA DA 7ª SESSÃO ORDINÁRIA DE PLENÁRIO VIRTUAL DA 1ª TDP - SISTEMA PJE

7ª Sessão Ordinária de 2022 de Plenário Virtual da 1ª Turma de Direito Penal, sob a Presidência da Exma. Desembargadora Maria Edwiges de Miranda Lobato. Com participação da Exma. Desembargadora Vânia Lúcia Carvalho da Silveira e da Exma. Desembargadora Rosi Maria Gomes de Farias. Representante do Ministério Público habilitado no sistema, o Exmo. Procurador de Justiça Dr. Luiz Cesar Tavares Bibas. Sessão realizada de forma virtual por meio da ferramenta Plenário Virtual, disponibilizada no site oficial do TJPA, **iniciada às 14h do dia 21 de março de 2022 e término às 14h do dia 28 de março de 2022**. Cuja as ocorrências em processos pautados (informações extraídas via sistema PJe) se encontram consignadas a seguir:

001 - PROCESSO: 0814579-21.2021.8.14.0000 - AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL
AGRAVANTE: RONEY ALVES DA SILVA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
AGRAVADA: JUSTIÇA PUBLICA
PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: CANDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO
RELATORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: NEGO PROVIMENTO AO RECURSO

002 - PROCESSO: 0814885-87.2021.8.14.0000 - AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL
AGRAVANTE: DEIBSON ALVES DOS SANTOS
ADVOGADO: ARTHEMIO MEDEIROS LINS LEAL - (OAB/PA 8283)
ADVOGADO: SAMIO GUSTAVO SARRAFF ALMEIDA - (OAB/PA 24782-A)
AGRAVADA: JUSTIÇA PUBLICA
PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: SERGIO TIBURCIO DOS SANTOS SILVA
RELATORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA
DECISÃO: RETIRADO DE PAUTA DE PLENÁRIO VIRTUAL POR SOLICITAÇÃO DO RELATOR

003 - PROCESSO: 0002663-91.2007.8.14.0039 - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
RECORRENTE: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARÁ
RECORRIDO: J. S. V.
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: CANDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO
RELATORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: DOU PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO

004 - PROCESSO: 0005191-51.2017.8.14.0200 - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
RECORRENTE: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARÁ
RECORRIDO: EDER WILSON SANTANA DA SILVA
ADVOGADO: FABIO ROGERIO MOURA - (OAB/PA 14220-A)
RECORRIDO: ALISSON RAFAEL PINHEIRO DE SOUZA
ADVOGADO: FABIO ROGERIO MOURA - (OAB/PA 14220-A)
ADVOGADO: JANIO ROCHA DE SIQUEIRA - (OAB/PA 4250-A)
ADVOGADO: FRANCISCO DE ASSIS SANTOS GONCALVES - (OAB/PA 4378-A)
RECORRIDO: LEILO SIDNE BARATA NEVES

ADVOGADO: RODRIGO TEIXEIRA SALES - (OAB/PA 11068-A)
ADVOGADO: SANDRO MAURO COSTA DA SILVEIRA - (OAB/PA 8707-A)
RECORRIDO: RAIMUNDO HUGO DE MORAES NETO
ADVOGADO: PAULO RONALDO MONTE DE MENDONCA ALBUQUERQUE - (OAB/PA 7605-A)
PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA
RELATORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: NEGO PROVIMENTO AO RECURSO

005 - PROCESSO: 0001749-72.2020.8.14.0200 - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
RECORRENTE: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARÁ
RECORRIDO: IVALDO MENEZES PEREIRA
ADVOGADO: NELSON FERNANDO DAMASCENO E SILVA - (OAB/PA 14092-A)
ADVOGADA: CAMILA DO SOCORRO RODRIGUES ALVES - (OAB/PA 14055-A)
ADVOGADO: RODRIGO TEIXEIRA SALES - (OAB/PA 11068-A)
PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA
RELATORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: NEGO PROVIMENTO AO RECURSO

006 - PROCESSO: 0007784-82.2016.8.14.0040 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: WELISSOM LUCAS OLIVEIRA SANTOS
ADVOGADO: FABIO LEMOS DA SILVA - (OAB/PA 13794-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: LUIZ CESAR TAVARES BIBAS
RELATORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA
SEM REVISÃO
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: NEGO PROVIMENTO AO RECURSO

007 - PROCESSO: 0003544-81.2018.8.14.0201 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: CLESIO SOUZA MARTINS
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: CLAUDIO BEZERRA DE MELO
RELATORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA
SEM REVISÃO
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: NEGO PROVIMENTO AO RECURSO

008 - PROCESSO: 0005280-73.2014.8.14.0008 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: HELDEM NASCIMENTO PINHEIRO
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
RELATORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA
SEM REVISÃO
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: NEGO PROVIMENTO AO RECURSO

009 - PROCESSO: 0003545-89.2014.8.14.0077 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: ERIEL CASTRO CABRAL
ADVOGADA DATIVA: RICHELLE SAMANTA PINHEIRO FREITAS - (OAB/PA 24659-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: HAMILTON NOGUEIRA SALAME
RELATORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA
SEM REVISÃO
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: NEGO PROVIMENTO AO RECURSO

010 - PROCESSO: 0010654-39.2016.8.14.0028 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: SALATIEL DA SILVA LIMA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA

RELATORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA
SEM REVISÃO
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: NEGO PROVIMENTO AO RECURSO

011 - PROCESSO: 0007872-98.2017.8.14.0133 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CRIMINAL
EMBARGANTE: MANOEL QUEIROZ LOPES
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
EMBARGADO: ACÓRDÃO ID Nº 6425951
PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES
RELATORA: DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: EMBARGOS REJEITADOS

012 - PROCESSO: 0001604-53.2016.8.14.0039 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
EMBARGANTE: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARÁ
EMBARGADO: ACÓRDÃO ID Nº 7990023
RECORRIDO: RAIMUNDO NONATO DA SILVA PINTO
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: LUIZ CESAR TAVARES BIBAS
RELATORA: DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: EMBARGOS REJEITADOS

013 - PROCESSO: 0005357-91.2019.8.14.0013 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CRIMINAL
EMBARGANTE: ANTONIO EDSON MESQUITA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
EMBARGADO: ACÓRDÃO ID Nº 6696713
PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: HAMILTON NOGUEIRA SALAME
RELATORA: DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: EMBARGOS REJEITADOS

014 - PROCESSO: 0004070-77.2019.8.14.0083 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CRIMINAL
EMBARGANTE: MARIA RAIMUNDA MAGNO DA SILVA
ADVOGADO: TALISMAN SECUNDINO DE MORAES SENIOR - (OAB/PA 2999-A)
ADVOGADO: MARCELO ROMEU DE MORAES DANTAS - (OAB/PA 14931-A)
APELANTE: DIEGO MAIA DE OLIVEIRA
ADVOGADO: MARIO LUCIO DAMASCENO - (OAB/PA 3450-A)
EMBARGADO: ACÓRDÃO ID Nº 7494839
PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: HAMILTON NOGUEIRA SALAME
RELATORA: DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: EMBARGOS REJEITADOS

015 - PROCESSO: 0813076-62.2021.8.14.0000 - AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL
AGRAVANTE: BRENDO RAFAEL CARDOSO PONCADILHA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
AGRAVADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: CANDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO
RELATORA: DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: DOU PROVIMENTO AO RECURSO

016 - PROCESSO: 0813239-42.2021.8.14.0000 - AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL
AGRAVANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
AGRAVADO: JUIZO DA VEP DA COMARCA DE SANTAREM
TERCEIRO INTERESSADO: DARLEN ALMEIDA MENDONÇA
PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: DULCELINDA LOBATO PANTOJA
ADVOGADO: ANTENOR RODRIGUES LAVOR FILHO - (OAB/PA 2274-A)

PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: DULCELINDA LOBATO PANTOJA
RELATORA: DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: DOU PROVIMENTO AO RECURSO

017 - PROCESSO: 0813826-64.2021.8.14.0000 - AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL
AGRAVANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
AGRAVADO: JUIZO DA VEP DA COMARCA DE SANTAREM
TERCEIRO INTERESSADO: JADSON RAIMUNDO VIERA DOS SANTOS
ADVOGADO: RAMON BARBOSA DA CRUZ - (OAB/PA 21714-A)
PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA
RELATORA: DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: DOU PROVIMENTO AO RECURSO

018 - PROCESSO: 0813393-60.2021.8.14.0000 - AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL
AGRAVANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
AGRAVADO: JUIZO DA VEP DA COMARCA DE SANTAREM
TERCEIRO INTERESSADO: DIOGO RODRIGO SANTOS CARVALHO
ADVOGADO: EDSON SANTOS DOS REIS - (OAB/PA 16950-A)
PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA
RELATORA: DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: DOU PROVIMENTO AO RECURSO

019 - PROCESSO: 0814493-50.2021.8.14.0000 - AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL
AGRAVANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
AGRAVADO: JUIZO DA VEP DA COMARCA DE SANTAREM
TERCEIRO INTERESSADO: DAVID FURTADO DE ARAUJO
ADVOGADO: IGOR CELIO DE MELO DOLZANIS - (OAB/PA 19567-A)
PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: CLAUDIO BEZERRA DE MELO
RELATORA: DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO
DECISÃO: RETIRADO POR AUSÊNCIA DE VOTO DO RELATOR

020 - PROCESSO: 0814573-14.2021.8.14.0000 - AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL
AGRAVANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
AGRAVADO: JUIZO DA VEP DA COMARCA DE SANTAREM
TERCEIRO INTERESSADO: VALDINEI DE JESUS DIAS LIMA
ADVOGADA: SHEILA COSTA SANTOS - (OAB/PA 26484-A)
PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA
RELATORA: DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: PROCEDENTE

021 - PROCESSO: 0814232-85.2021.8.14.0000 - AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL
AGRAVANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
AGRAVADO: JUIZO DA VEP DA COMARCA DE SANTAREM
TERCEIRO INTERESSADO: ADRIANO DA SILVA FURTADO
ADVOGADO: IGOR CELIO DE MELO DOLZANIS - (OAB/PA 19567-A)
PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: CANDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO
RELATORA: DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: PROCEDENTE

022 - PROCESSO: 0009829-04.2020.8.14.0401 - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
RECORRENTE: FABIO MARTINS PINHEIRO
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
RECORRIDA: JUSTIÇA PUBLICA
PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: CLAUDIO BEZERRA DE MELO
RELATORA: DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: NEGO PROVIMENTO AO RECURSO

023 - PROCESSO: 0800589-19.2021.8.14.0046 - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO

RECORRENTE: JOSÉ WILSON COSTA DA SILVA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
RECORRIDA: JUSTIÇA PUBLICA
PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: LUIZ CESAR TAVARES BIBAS
RELATORA: DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: NEGO PROVIMENTO AO RECURSO

024 - PROCESSO: 0014866-04.2018.8.14.0006 - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
RECORRENTE: ANDERSON DO ROSARIO VILHENA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
RECORRENTE: JANILSON MARCOS VAZ
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
RECORRENTE: JEFFERSON DA SILVA SOUZA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
RECORRENTE: MARCOS VINICIUS VIANA FREITAS
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
RECORRIDA: JUSTIÇA PUBLICA
PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA
RELATORA: DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: NEGO PROVIMENTO AO RECURSO

025 - PROCESSO: 0014917-92.2018.8.14.0045 - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
RECORRENTE: RARONILSON NASCIMENTO DA SILVA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
RECORRENTE: MANOEL VILMAR FERREIRA DA SILVA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
RECORRENTE: RAFAEL BEZERRA DE SOUSA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
RECORRIDA: JUSTIÇA PUBLICA
PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA
RELATORA: DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: NEGO PROVIMENTO AO RECURSO

026 - PROCESSO: 0001861-27.2017.8.14.0077 - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
RECORRENTE: MAX OLIVEIRA FEITOSA MARTINS
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
RECORRIDA: JUSTIÇA PUBLICA
PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: HAMILTON NOGUEIRA SALAME
RELATORA: DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: IMPROCEDENTE

027 - PROCESSO: 0011399-25.2020.8.14.0401 - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
RECORRENTE: MANOEL BRAULINO CAMPELO DA COSTA
ADVOGADO: FRANCISCO SILVA CARDOSO NETO - (OAB/PA 29215-A)
RECORRIDO: JORGE LUIS CARDOSO AQUERE
ADVOGADO: MARILVALDO NUNES DO NASCIMENTO - (OAB/PA 16192-A)
PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: CANDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO
RELATORA: DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: IMPROCEDENTE

028 - PROCESSO: 0000541-91.2020.8.14.0058 - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
RECORRENTE: JERSON PEREIRA MARTINS
ADVOGADA DATIVA: RUTILEIA EMILIANO DE FREITAS TOZETTI - (OAB/PA 25676-A)
RECORRIDA: JUSTIÇA PUBLICA
PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: CLAUDIO BEZERRA DE MELO
RELATORA: DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: NEGO PROVIMENTO AO RECURSO

029 - PROCESSO: 0003072-88.2015.8.14.0006 - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
RECORRENTE: GENILDO LIMA DO NASCIMENTO
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
RECORRIDA: JUSTIÇA PUBLICA
PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: CANDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO
RELATORA: DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: NEGO PROVIMENTO AO RECURSO

030 - PROCESSO: 0008292-70.2020.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: IRLAND AUGUSTO DE SOUSA MONTEIRO
ADVOGADO: ALINE DE FATIMA MARTINS DA COSTA - (OAB/PA 13372-A)
ADVOGADO: ARLINDO DE JESUS SILVA COSTA - (OAB/PA 13998-A)
ADVOGADO: JOAO PAULO DE CASTRO DUTRA - (OAB/PA 18859-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES
RELATORA: DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO
SEM REVISÃO
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: DOU PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO

031 - PROCESSO: 0004427-22.2020.8.14.0051 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: FABRICIO FIGUEIRA RIBEIRO
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: MARIA CELIA FILOCREAO GONCALVES
RELATORA: DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO
SEM REVISÃO
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: NEGO PROVIMENTO AO RECURSO

032 - PROCESSO: 0000093-59.2020.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: GEOVANE ABREU OLIVEIRA HONORIO
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA
RELATORA: DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO
SEM REVISÃO
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: NEGO PROVIMENTO AO RECURSO

033 - PROCESSO: 0000182-53.2018.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: IVERSON BRUNO DE SOUZA E SILVA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA
RELATORA: DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO
SEM REVISÃO
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: NEGO PROVIMENTO AO RECURSO

034 - PROCESSO: 0025030-07.2018.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: HUGO SILVA DE MIRANDA
ADVOGADO: IGOR BRUNO SILVA DE MIRANDA - (OAB/PA 18709-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: MARIA CELIA FILOCREAO GONCALVES
RELATORA: DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO
SEM REVISÃO
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: NEGO PROVIMENTO AO RECURSO

035 - PROCESSO: 0814865-96.2021.8.14.0000 - AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL
AGRAVANTE: ADRIANO DA SILVA PANTOJA

REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
AGRAVADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: DULCELINDA LOBATO PANTOJA
RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: IMPROCEDENTE

036 - PROCESSO: 0808297-64.2021.8.14.0000 - AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL
AGRAVANTE: VERA LUCIA PINHEIRO DO NASCIMENTO
ADVOGADA: ELAINE GALVAO DE BRITO - (OAB/PA 19139-A)
AGRAVADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: MARIA CELIA FILOCREAO GONCALVES
RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: NEGO PROVIMENTO AO RECURSO

037 - PROCESSO: 0000142-78.2017.8.14.0701 - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
RECORRENTE: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARÁ
RECORRIDA: MICHELLE MIRANDA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: MARIA CELIA FILOCREAO GONCALVES
RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: PREJUDICADO

038 - PROCESSO: 0001375-32.2015.8.14.0006 - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
RECORRENTE: ADRIANA ABREU QUARESMA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
RECORRIDA: JUSTIÇA PUBLICA
PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA
RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: NEGO PROVIMENTO AO RECURSO

039 - PROCESSO: 0041585-28.2015.8.14.0006 - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
RECORRENTE: JEFERSON SILVA DA SILVA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
RECORRIDA: JUSTIÇA PUBLICA
PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA
RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: NEGO PROVIMENTO AO RECURSO

040 - PROCESSO: 0003490-98.2017.8.14.0121 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: FRANCISCO MARIA MORAES DAMASCENO
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: CLAUDIO BEZERRA DE MELO
RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
SEM REVISÃO
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: NEGO PROVIMENTO AO RECURSO

041 - PROCESSO: 0029282-87.2017.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: NELSON OLIVEIRA ASSUNCAO
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: GERALDO DE MENDONCA ROCHA
RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
SEM REVISÃO
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: PARCIALMENTE PROCEDENTE

042 - PROCESSO: 0004129-91.2013.8.14.0013 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: SAULO CARVALHO MOREIRA

REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA
RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
SEM REVISÃO
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: PROCEDENTE

043 - PROCESSO: 0000163-82.2019.8.14.0087 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: L. P. S.
ADVOGADO: VENINO TOURAO PANTOJA JUNIOR - (OAB/PA 11505-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO: JULIO PASTANA COSTA
ADVOGADO: FABRICIO QUARESMA DE SOUSA - (OAB/PA 23237)
ADVOGADA: RAFAELA LEAL DE OLIVEIRA - (OAB/PA 27809)
ADVOGADA: RAILLA COSTA DE SOUZA - (OAB/PA 27546)
PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: GERALDO DE MENDONCA ROCHA
RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
REVISORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: NEGO PROVIMENTO AO RECURSO

044 - PROCESSO: 0001222-59.2020.8.14.0091 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: JEFFERSON RAMON BARATA SANTOS DA SILVA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES
RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
REVISORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: NEGO PROVIMENTO AO RECURSO

045 - PROCESSO: 0800492-61.2021.8.14.0032 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: ARIS FLAVIO CASTRO DE SIQUEIRA
ADVOGADO DATIVO: RUAN PATRIK NUNES DO NASCIMENTO - (OAB/PA 26925-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: SERGIO TIBURCIO DOS SANTOS SILVA
RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
REVISORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: NEGO PROVIMENTO AO RECURSO

046 - PROCESSO: 0800171-74.2021.8.14.0501 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: GLEIDYSON VINICIUS DA SILVA SILVA
ADVOGADA: SUSANA AZEVEDO SILVA - (OAB 14636-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA
RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
REVISORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: NEGO PROVIMENTO AO RECURSO

047 - PROCESSO: 0006888-27.2019.8.14.0010 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: LEANDRO THARLISON DE SOUZA PINHEIRO
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELANTE: GUSTAVO DE SOUZA PEREIRA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: GERALDO DE MENDONCA ROCHA
RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
REVISORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: NEGO PROVIMENTO AO RECURSO

048 - PROCESSO: 0019241-37.2012.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: RENATO BRUNO NOVAES MANITO
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELANTE: RAFAEL FERRAZ DINIZ
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA
RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
REVISORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: NEGO PROVIMENTO AO RECURSO

049 - PROCESSO: 0001605-75.2018.8.14.0004 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: ROMILDO FERREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO DATIVO: EDER DOS SANTOS BEZERRA - (OAB/PA 27303-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: DULCELINDA LOBATO PANTOJA
RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
REVISORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: NEGO PROVIMENTO AO RECURSO

050 - PROCESSO: 0010870-74.2018.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: J. S. O.
ADVOGADO: SAMUEL GOMES DA SILVA - (OAB 21889-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: LUIZ CESAR TAVARES BIBAS
RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
REVISORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: NEGO PROVIMENTO AO RECURSO

051 - PROCESSO: 0000022-53.2012.8.14.0008 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: KLEIDISON DA CRUZ MENEZES
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA
RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
REVISORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: NEGO PROVIMENTO AO RECURSO

052 - PROCESSO: 0002378-98.2015.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: EDMILSON DA SILVA AIRES OU EDMILSON PEREIRA AIRES
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: RICARDO ALBUQUERQUE DA SILVA
RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
REVISORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: NEGO PROVIMENTO AO RECURSO

053 - PROCESSO: 0001281-90.2018.8.14.0067 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: LEONARDO CALDAS QUEIROZ
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: CANDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO
RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
REVISORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: NEGO PROVIMENTO AO RECURSO

054 - PROCESSO: 0008280-13.2007.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: H. S. S. F.

REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: CLAUDIO BEZERRA DE MELO
RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
REVISORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: NEGO PROVIMENTO AO RECURSO

055 - PROCESSO: 0026434-30.2017.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: MANOEL CAMPOS DA SILVA JUNIOR
ADVOGADO: SERGIO LUIZ FARIAS DE SOUZA - (OAB/PA 6083-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: MARIA CELIA FILOCREAO GONCALVES
RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
REVISORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: PROCEDENTE

056 - PROCESSO: 0001626-58.2013.8.14.0123 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: VANDEILSON SANTANA XAVIER
ADVOGADO: GEOVAM NATAL LIMA RAMOS - (OAB/PA 11764-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: CANDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO
RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
REVISORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: NEGO PROVIMENTO AO RECURSO

057 - PROCESSO: 0006049-33.2019.8.14.0032 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: ELINEI NONATO TORRES
ADVOGADO DATIVO: RUAN PATRIK NUNES DO NASCIMENTO - (OAB/PA 26925-A)
APELANTE: JOSICLEI PEREIRA DA MOTA
ADVOGADO DATIVO: RUAN PATRIK NUNES DO NASCIMENTO - (OAB/PA 26925-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA
RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
REVISORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: PARCIALMENTE PROCEDENTE

058 - PROCESSO: 0000801-26.2016.8.14.0086 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: J. P. B.
ADVOGADO: ROMULO PINHEIRO DO AMARAL - (OAB/PA 9403-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA
RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
REVISORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: NEGO PROVIMENTO AO RECURSO

059 - PROCESSO: 0005504-54.2016.8.14.0068 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: IGOR SILVA DE OLIVEIRA
ADVOGADA: MARIA IVANILZA TOBIAS DE SOUSA - (OAB/PA 19109-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: SERGIO TIBURCIO DOS SANTOS SILVA
RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
REVISORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: DOU PROVIMENTO AO RECURSO

060 - PROCESSO: 0010103-12.2013.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: ANDERLENE ESPIRITO SANTO DA CRUZ
ADVOGADO: TIAGO MENDES LOPES - (OAB/PA 23465-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA

PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA
RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
REVISORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: NEGO PROVIMENTO AO RECURSO

Do que para constar, eu, Ney Gonçalves Ramos, Secretário da 1ª Turma de Direito Penal, consigno a presente Ata/Resenha com dados extraídos do sistema PJe em Julgamento sob ferramenta Plenário Virtual, para os devidos fins. Desembargadora Maria Edwiges de Miranda Lobato, Presidente. Belém/PA, 30 de março de 2022.

ATA/RESENHA DA 8ª SESSÃO ORDINÁRIA DE PLENÁRIO VIRTUAL DA 1ª TDP - SISTEMA PJE

8ª Sessão Ordinária de 2022 de Plenário Virtual da 1ª Turma de Direito Penal, sob a Presidência da Exma. Desembargadora Vânia Lúcia Carvalho da Silveira. Com participação da Exma. Desembargadora Rosi Maria Gomes de Farias e do Exmo. Desembargador Altemar da Silva Paes (Juiz Convocado), convocado especialmente para compor o quórum, em razão da ausência justificada da Exma. Desembargadora Maria Edwiges de Miranda Lobato (férias). Representante do Ministério Público habilitado no sistema, o Exmo. Procurador de Justiça Dr. Marcos Antônio Ferreira das Neves. Sessão realizada de forma virtual por meio da ferramenta Plenário Virtual, disponibilizada no site oficial do TJPA, **iniciada às 14h do dia 28 de março de 2022 e término às 14h do dia 04 de abril de 2022**. Cuja as ocorrências em processos pautados (informações extraídas via sistema PJe) se encontram consignadas a seguir:

001 - PROCESSO: 0801870-17.2022.8.14.0000 - AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL
AGRAVANTE: JOSE FELIPE CORREA PIRES
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
AGRAVADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: CANDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO
RELATORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: NEGO PROVIMENTO AO RECURSO

002 - PROCESSO: 0022127-33.2017.8.14.0401 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CRIMINAL
EMBARGANTE: MARINALDO MACEDO DE OLIVEIRA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
EMBARGADO: ACÓRDÃO ID Nº 6706066
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA
RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: EMBARGOS REJEITADOS

003 - PROCESSO: 0003600-51.2019.8.14.0049 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CRIMINAL
EMBARGANTE: CARLOS MAGNO SOUSA DA SILVA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
EMBARGANTE: PEDRO PAULO OLIVEIRA SILVA NETO
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
EMBARGANTE: ANDREY DA SILVA MOREIRA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
EMBARGADO: ACÓRDÃO ID Nº 6857770
PROCURADORA DE JUSTIÇA: DULCELINDA LOBATO PANTOJA
RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: NEGO PROVIMENTO AO RECURSO

004 - PROCESSO: 0022151-90.2019.8.14.0401 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CRIMINAL
EMBARGANTE: FRANCISCO SOUSA DE LIMA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
EMBARGADO: ACÓRDÃO ID Nº 6433265
PROCURADOR DE JUSTIÇA: CLAUDIO BEZERRA DE MELO
RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: NEGO PROVIMENTO AO RECURSO

005 - PROCESSO: 0010583-86.2019.8.14.0010 - EMBARGOS DE DECLARÇÃO EM APELAÇÃO CRIMINAL
EMBARGANTE: VINICIUS BARBOSA DE SÁ
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
EMBARGADO: ACÓRDÃO ID Nº 6072745
PROCURADORA DE JUSTIÇA: DULCELINDA LOBATO PANTOJA
RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: EMBARGOS REJEITADOS

006 - PROCESSO: 0813400-52.2021.8.14.0000 - AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL
AGRAVANTE: MARCOS ALAN DO SOCORRO SOUSA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
AGRAVADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: CANDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO
RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: DOU PROVIMENTO AO RECURSO

007 - PROCESSO: 0813510-51.2021.8.14.0000 - AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL
AGRAVANTE: SANDRO JOSE MACIEL PASCOAL
ADVOGADO: NELSON FERNANDO DAMASCENO E SILVA - (OAB/PA 14092-A)
AGRAVADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: MARIA CELIA FILOCREAO GONCALVES
RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: NEGO PROVIMENTO AO RECURSO

008 - PROCESSO: 0813613-58.2021.8.14.0000 - AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL
AGRAVANTE: ANDERSON MELO DA SILVA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
AGRAVADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: CLAUDIO BEZERRA DE MELO
RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: NEGO PROVIMENTO AO RECURSO

009 - PROCESSO: 0017027-21.2017.8.14.0006 - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
RECORRENTE: DANIEL RODRIGO ANDRADE DOS SANTOS
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
RECORRIDA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA
RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: NEGO PROVIMENTO AO RECURSO

010 - PROCESSO: 0003726-91.2014.8.14.0012 - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
RECORRENTE: PAULO MENDES DO NASCIMENTO
ADVOGADO: LEANDRO ARTHUR OLIVEIRA LOUREIRO - (OAB/PA 15311-A)
ADVOGADO: RODRIGO DE OLIVEIRA CORREA - (OAB/PA 18280-A)
ADVOGADO: GUSTAVO LIMA BUENO - (OAB/PA 21306-A)
RECORRIDA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: CANDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: NEGO PROVIMENTO AO RECURSO

011 - PROCESSO: 0008257-68.2019.8.14.0200 - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
RECORRENTE: MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL
RECORRIDO: ANTONIO JOSE SALES NICOLAU
ADVOGADO: PAULO RONALDO MONTE DE MENDONCA ALBUQUERQUE - (OAB/PA 7605-A)
PROCURADORA DE JUSTIÇA: CANDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO
RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: NEGO PROVIMENTO AO RECURSO

012 - PROCESSO: 0017235-57.2012.8.14.0401 - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
RECORRENTE: ROSEANA BARROS DOS SANTOS
ADVOGADO: ALIPIO RODRIGUES SERRA - (OAB/PA 8927-A)
RECORRIDA: JUSTIÇA PUBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO
RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: NEGO PROVIMENTO AO RECURSO

013 - PROCESSO: 0807049-24.2021.8.14.0401 - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
RECORRENTE: JOHNNY MARCUS GOMES ROCHA
ADVOGADA: CAROLINA DO SOCORRO RODRIGUES ALVES - (OAB/PA 23620-A)
ADVOGADO: FRANCISCO SILVA CARDOSO NETO - (OAB/PA 29215-A)
RECORRENTE: LUIZ AUGUSTO GILLET MONTEIRO
ADVOGADA: CAROLINA DO SOCORRO RODRIGUES ALVES - (OAB/PA 23620-A)
ADVOGADO: FRANCISCO SILVA CARDOSO NETO - (OAB/PA 29215-A)
RECORRIDO: MAURÍCIO MANOEL MAGALHÃES DE ASSUNÇÃO
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADOR DE JUSTIÇA: FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA
RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: NEGO PROVIMENTO AO RECURSO

014 - PROCESSO: 0010419-78.2020.8.14.0401 - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
RECORRENTE: MILENA CRISTINA DOS SANTOS GUIMARAES
ADVOGADO: ELVES DE FREITAS - (OAB/PA 7230-A)
RECORRIDA: JUSTIÇA PUBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: CLAUDIO BEZERRA DE MELO
RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: NEGO PROVIMENTO AO RECURSO

015 - PROCESSO: 0001953-84.2019.8.14.0028 - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
RECORRENTE: CARLOS PANTOJA DA SILVA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
RECORRIDA: JUSTIÇA PUBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: DULCELINDA LOBATO PANTOJA
RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: NEGO PROVIMENTO AO RECURSO

016 - PROCESSO: 0005767-82.2020.8.14.0024 - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
RECORRENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
RECORRIDO: EDIVALDO MOREIRA SANTOS
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADORA DE JUSTIÇA: MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO
RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: PARCIALMENTE PROCEDENTE

017 - PROCESSO: 0028087-33.2018.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

APELADO: PAULO ELIAS MARQUES DE SOUZA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA
RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
SEM REVISÃO
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: DOU PROVIMENTO AO RECURSO

018 - PROCESSO: 0010117-54.2017.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: ANDREY IGOR NASCIMENTO DA COSTA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PUBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HAMILTON NOGUEIRA SALAME
RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
SEM REVISÃO
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: DOU PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO

019 - PROCESSO: 0010652-46.2018.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: PAULO CESAR SARAIVA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HAMILTON NOGUEIRA SALAME
RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
SEM REVISÃO
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: DOU PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO

020 - PROCESSO: 0017224-57.2014.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: RERISON SANTOS DE SOUZA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: GERALDO DE MENDONCA ROCHA
RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
SEM REVISÃO
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: NEGO PROVIMENTO AO RECURSO

021 - PROCESSO: 0001418-63.2015.8.14.0201 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: WANGLESON FARIAS DA SILVA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELANTE: ANDREA ALMEIDA CHAVES
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HAMILTON NOGUEIRA SALAME
RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
REVISORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: NEGO PROVIMENTO AO RECURSO

022 - PROCESSO: 0003259-25.2019.8.14.0049 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: GLENDA RANIELLE MESQUITA PINTO
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO
RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
REVISORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: NEGO PROVIMENTO AO RECURSO

023 - PROCESSO: 0800136-17.2021.8.14.0501 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: JOHNNY CARDOSO DA SILVA

REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES
RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
REVISORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: NEGO PROVIMENTO AO RECURSO

024 - PROCESSO: 0021555-72.2020.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: DIEGO DA SILVA DE SOUZA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA
RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
REVISORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: PARCIALMENTE PROCEDENTE

025 - PROCESSO: 0801866-72.2021.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: RONALD OLIVEIRA PALHETA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELANTE: MARCIA GABRIELE GONCALVES DA SILVA
ADVOGADA: HELIA MAGNO TAVARES - (OAB/PA 10942-A)
ADVOGADA: ROSA KEILLA SOUSA DE SOUZA - (OAB/PA 9229-A)
ADVOGADO: HERMINIO FARIAS DE MELO - (OAB/PA 8126-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: CANDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO
RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
REVISORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: NEGO PROVIMENTO AO RECURSO

026 - PROCESSO: 0009639-62.2020.8.14.0006 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: SAMUEL PIMENTEL DE LIMA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA
RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
REVISORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: PARCIALMENTE PROCEDENTE

027 - PROCESSO: 0005768-55.2016.8.14.0138 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: R. DA. S. N.
ADVOGADA: JACQUELINE MAXIMO FERNANDES CORREIA - (OAB/PA 26068-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: GERALDO DE MENDONCA ROCHA
RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
REVISORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: NEGO PROVIMENTO AO RECURSO

028 - PROCESSO: 0008612-74.2018.8.14.0051 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: F. R. B.
ADVOGADO: FERNANDO RODOLFO SILVA JUNIOR - (OAB/PA 13011)
ADVOGADA: DANIELLE DE LIMA SILVA - (OAB/PA 24405-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: LUIZ CESAR TAVARES BIBAS
RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
REVISORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: NEGO PROVIMENTO AO RECURSO

029 - PROCESSO: 0002004-60.2017.8.14.0030 - APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: JEFFERSON LUIZ NASCIMENTO CARVALHO
ADVOGADA DATIVA: AURILLANA DE ALMEIDA NEGRAO - (OAB/PA 28310-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER
RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
REVISORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: NEGO PROVIMENTO AO RECURSO

030 - PROCESSO: 0000321-31.2016.8.14.0221 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: D. M. S.
ADVOGADO: WALTER JORGE DIAS - (OAB/PA 13459-A)
ADVOGADO: JOAO NELSON CAMPOS SAMPAIO - (OAB/PA 8002-A)
APELADA: JUSTIÇA PUBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO
RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
REVISORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: IMPROCEDENTE

031 - PROCESSO: 0800905-34.2021.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: PABLO ROMANO DA COSTA FONSECA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: LUIZ CESAR TAVARES BIBAS
RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
REVISORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: DOU PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO

032 - PROCESSO: 0011160-73.2017.8.14.0062 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: G. C. S.
ADVOGADO DATIVO: LECIVAL DA SILVA LOBATO - (OAB/PA 9042)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: RICARDO ALBUQUERQUE DA SILVA
RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
REVISORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: DOU PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO

033 - PROCESSO: 0005673-91.2020.8.14.0006 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: GABRIEL RODRIGUES CHAVES
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: RICARDO ALBUQUERQUE DA SILVA
RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
REVISORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: DOU PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO

034 - PROCESSO: 0016978-51.2020.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: PAULO DANIEL DA SILVA PINTO
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER
RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
REVISORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: NEGO PROVIMENTO AO RECURSO

035 - PROCESSO: 0800507-78.2021.8.14.0501 - APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: DELSON MOREIRA DA SILVA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: DULCELINDA LOBATO PANTOJA
RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
REVISORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: NEGO PROVIMENTO AO RECURSO

036 - PROCESSO: 0013856-83.2019.8.14.0039 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: ALDO FERNANDES MOTA DOS SANTOS
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PUBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: CANDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO
RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
REVISORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: PARCIALMENTE PROCEDENTE

037 - PROCESSO: 0022040-14.2016.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: JHONATAN ANDRE ALFAIA SILVA
ADVOGADO: DAVI LIRA DA SILVA - (OAB/PA 16206-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER
RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
REVISORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: NEGO PROVIMENTO AO RECURSO

038 - PROCESSO: 0003403-02.2017.8.14.0006 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: CELIO FERREIRA CORDEIRO FILHO
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: GERALDO DE MENDONCA ROCHA
RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
REVISORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: NEGO PROVIMENTO AO RECURSO

039 - PROCESSO: 0010104-84.2019.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: RENAN DOS REIS FARIAS
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELANTE: PAULO AUGUSTO RAMOS FERREIRA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: RICARDO ALBUQUERQUE DA SILVA
RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
REVISORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: NEGO PROVIMENTO AO RECURSO

040 - PROCESSO: 0006032-43.2018.8.14.0028 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: LUIS FERNANDO GOMES RODRIGUES
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELANTE: OZIEL DE SOUZA SIMAO
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER
RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
REVISORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: NEGO PROVIMENTO AO RECURSO

041 - PROCESSO: 0007630-82.2015.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: FABIO LOPES MARINHO
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELANTE: ANDRE LUIZ DA COSTA OLIVEIRA JUNIOR
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: CANDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO
RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
REVISORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: DOU PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO

042 - PROCESSO: 0012467-12.2012.8.14.0006 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: E. S. M.
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER
RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
REVISORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: PARCIALMENTE PROCEDENTE

043 - PROCESSO: 0014259-25.2017.8.14.0006 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: DANIEL SANTOS DE OLIVEIRA
ADVOGADO: MARCO ANTONIO MIRANDA DOS SANTOS - (OAB/PA 18478-A)
APELADA: JUSTIÇA PUBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO
RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
REVISORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: NEGO PROVIMENTO AO RECURSO

044 - PROCESSO: 0011560-34.2018.8.14.0133 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: JOSÉ LUCAS DAMASCENO ALFAIA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PUBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA
RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
REVISORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: NEGO PROVIMENTO AO RECURSO

045 - PROCESSO: 0001753-25.2019.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: HUGO HENRIQUE DOS SANTOS ALVES
ADVOGADO: REGINALDO CAVALCANTE MESQUITA JUNIOR - (OAB/PA 27114-A)
ADVOGADA: CAROLINA SILVA MENDES ALCANTARA - (OAB/PA 28057-A)
APELADA: JUSTIÇA PUBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: GERALDO DE MENDONCA ROCHA
RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
REVISORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA
DECISÃO: À UNANIMIDADE A EGRÉGIA CORTE JULGOU: NEGO PROVIMENTO AO RECURSO

Do que para constar, eu, Ney Gonçalves Ramos, Secretário da 1ª Turma de Direito Penal, consigno a presente Ata/Resenha com dados extraídos do sistema PJe em Julgamento sob ferramenta Plenário Virtual, para os devidos fins. Desembargadora Vânia Lúcia Carvalho da Silveira, Presidente em exercício. Belém/PA, 06 de abril de 2022.

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

A Ilustríssima Senhora MARIA DE LOURDES CARNEIRO LOBATO, Secretária de Gestão de Pessoas deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, no uso de suas atribuições delegadas pela Portaria nº 5903/2019-GP. RESOLVE:

PORTARIA Nº PA-PGP-2022/00568. Belém, 11 de abril de 2022.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho, conforme Processo nº PA-ANE-2021/00620- A.

Conceder progressão horizontal para a referência 02 da classe A, na data de 29 de setembro de 2019, com efeitos financeiros no mês da publicação, ao servidor **MANOEL AGAPITO MAIA FILHO,** matrícula 146391, ocupante do cargo de Analista Judiciário - Area Judiciária.

PORTARIA Nº PA-PGP-2022/00569. Belém, 11 de abril de 2022.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho, conforme Processo nº PA-MEM-2022/14564- A.

Conceder progressão horizontal para a referência 03 da classe A, na data de 29 de setembro de 2021, com efeitos financeiros no mês da publicação, ao servidor **MANOEL AGAPITO MAIA FILHO** , matrícula 146391, ocupante do cargo de Analista Judiciário - Area Judiciária.

PORTARIA Nº PA-PGP-2022/00570. Belém, 11 de abril de 2022.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho, conforme Processo nº PA-MEM-2022/14580- A.

Conceder progressão horizontal para a referência 04 da classe A, na data de 09 de maio de 2021, com efeitos financeiros no mês da publicação, ao servidor **EDUARDO ORLANDO CAVALLERO DE FREITAS,** matrícula 116815, ocupante do cargo de Analista Judiciário - Area Judiciária.

PORTARIA Nº PA-PGP-2022/00571. Belém, 13 de abril de 2022.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho, conforme Processo nº PA-MEM-2022/12285- A.

Conceder progressão horizontal para a referência 03 da classe A, na data de 21 de outubro de 2019, com efeitos financeiros no mês da publicação, à servidora **FERNANDA MILEIDE LIMA DA SILVA,** matrícula 124028, ocupante do cargo de Auxiliar Judiciário.

PORTARIA Nº PA-PGP-2022/00572. Belém, 13 de abril de 2022.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho, conforme Processo nº PA-MEM-2022/14533- A.

Conceder progressão horizontal para a referência 04 da classe A, na data de 01 de abril de 2022, à servidora **RENATA CLAUDIA ALMEIDA DA SILVA,** matrícula 130443, ocupante do cargo de Analista Judiciário - Serviço Social.

PORTARIA Nº PA-PGP-2022/00573. Belém, 13 de abril de 2022.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho, conforme Processo nº PA-MEM-2022/13318- A.

Conceder progressão vertical para a referência 06 da classe B, na data de 01 de maio de 2020, com efeitos financeiros no mês da publicação, ao servidor **MARCIO ANTONIO NEVES RUELA,** matrícula 49484, ocupante do cargo de Analista Judiciário.

PORTARIA Nº PA-PGP-2022/00574. Belém, 13 de abril de 2022.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho, conforme Processo nº PA-MEM-2022/12796- A.

Conceder progressão horizontal para a referência 04 da classe A, na data de 25 de outubro de 2021, com efeitos financeiros no mês da publicação, à servidora **TATIANE DE CASSIA DA CONCEICAO ALVAREZ,** matrícula 124192, ocupante do cargo de Analista Judiciário - Area Judiciária.

PORTARIA Nº PA-PGP-2022/00575. Belém, 13 de abril de 2022.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho, conforme Processo nº PA-MEM-2022/13687- A.

Conceder progressão horizontal para a referência 05 da classe A, na data de 02 de abril de 2022, ao servidor **CARLOS EDUARDO ARAUJO MERICIAS,** matrícula 101541, ocupante do cargo de Auxiliar Judiciário.

PORTARIA Nº PA-PGP-2022/00576. Belém, 13 de abril de 2022.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho, conforme Processo nº PA-MEM-2022/15234- A.

Conceder progressão horizontal para a referência 07 da classe B, na data de 18 de novembro de 2021, com efeitos financeiros no mês da publicação, à servidora **MARENA CONDE MAUES ALMEIDA,** matrícula 51101, ocupante do cargo de Analista Judiciário.

PORTARIA Nº PA-PGP-2022/00577. Belém, 13 de abril de 2022.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho, conforme Processo nº PA-MEM-2022/14919- A.

Conceder progressão horizontal para a referência 04 da classe A, na data de 15 de abril de 2022, à servidora **RENATA DE OLIVEIRA CAVALCANTE FERNANDES,** matrícula 126004, ocupante do cargo de Auxiliar Judiciário.

PORTARIA Nº PA-PGP-2022/00578. Belém, 13 de abril de 2022.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho, conforme Processo nº PA-REQ-2022/03032- A.

Conceder progressão horizontal para a referência 05 da classe A, na data de 16 de dezembro de 2021, com efeitos financeiros no mês da publicação, ao servidor **HUMBERTO DE SOUSA SARUBI JUNIOR,** matrícula 86487, ocupante do cargo de Oficial de Justiça Avaliador.

PORTARIA Nº PA-PGP-2022/00579. Belém, 13 de abril de 2022.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho, conforme Processo nº PA-MEM-2022/15059- A.

Conceder progressão horizontal para a referência 02 da classe A, na data de 23 de abril de 2022, à servidora **KILSIA DA SILVA ALVES,** matrícula 166243, ocupante do cargo de Auxiliar Judiciário.

PORTARIA Nº PA-PGP-2022/00580. Belém, 13 de abril de 2022.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho, conforme Processo nº PA-MEM-2022/12106- A.

Conceder progressão horizontal para a referência 05 da classe A, na data de 19 de abril de 2022, ao servidor **RODRIGO RIBEIRO LOBATO,** matrícula 102393, ocupante do cargo de Analista Judiciário - Area Judiciária.

PORTARIA Nº PA-PGP-2022/00581. Belém, 13 de abril de 2022.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho, conforme Processo nº PA-MEM-2022/15880- A.

Conceder progressão horizontal para a referência 07 da classe B, na data de 29 de agosto de 2020, com efeitos financeiros no mês da publicação, ao servidor **JOSE GILMO LOBATO PANTOJA,** matrícula 2976, ocupante do cargo de Oficial de Justiça Avaliador.

PORTARIA Nº PA-PGP-2022/00582. Belém, 13 de abril de 2022.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho, conforme Processo nº PA- MEM-2022/15097- A.

Conceder progressão horizontal para a referência 05 da classe A, na data de 28 de março de 2022, com efeitos financeiros no mês da publicação, à servidora **NIVIA BERNA DA SILVEIRA CORREA,** matrícula 101401, ocupante do cargo de Auxiliar Judiciário.

PORTARIA Nº PA-PGP-2022/00583. Belém, 13 de abril de 2022.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho, conforme Processo nº PA- MEM-2022/13742- A.

Conceder progressão horizontal para a referência 03 da classe A, na data de 29 de setembro de 2021, com efeitos financeiros no mês da publicação, ao servidor **WENDEL DE CASTRO LOBATO,** matrícula 146412, ocupante do cargo de Oficial de Justiça Avaliador.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

AVISO Nº 052/2022-CGA.

A Coordenadoria Geral de Arrecadação - CGA - AVISA o Cancelamento do Selo abaixo descrito, requerido pelo Cartório do 1º Ofício de Soure, da Comarca de Soure.

PA-MEM-2022/16637.

TIPO DE SELO	NUMERAÇÃO	SÉRIE
CERTIDÃO	001.236.446	H

Belém, 18/04/2022.

Arthur Conrado de Melo Neto

Coordenador Geral de Arrecadação

FÓRUM CÍVEL

UPJ DAS VARAS CÍVEIS E EMPRESARIAIS DA CAPITAL - 1 VARA CÍVEL E EMPRESARIAL

RESENHA: 11/04/2022 A 13/04/2022 - SECRETARIA 1ª UPJ VARAS CIVEL,EMPRES,ORFÃO,INTERDITO, AUSENTE,RESIDUO,ACID DO TRABALHO,REG PUBLICO - VARA: 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM PROCESSO: 00120145920078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710370872 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EDNA MORAIS MAGNO DE MATOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 12/04/2022 AUTOR:MARIA ANTONETE MACHADO TARRIO Representante(s): MARCUS MILLER MACHADO SASSIM (ADVOGADO) REU:BANCO DO ESTADO DO PARA SA Representante(s): OAB 9136 - ADRIANO DINIZ FERREIRA DE CARVALHO (ADVOGADO) SHIRLEY DA COSTA PINHEIRO (ADVOGADO) . Ã-ATO ORDINATÃRIO Em cumprimento ao disposto no art. 1Âº, Â§ 2Âº, inciso II, do Provimento 006/2006-CJRMB, fica intimada a parte Apelada para apresentar ContrarrazÃµes no prazo de 15 (quinze) dias. BelÃ©m-PA, 12 de Abril de 2022. Edna Campos Morais Servidora da 1Âª UPJ das Vara CÃ-veis e Empresariais de BelÃ©m PUBLICADO EM ____/____/____ PROCESSO: 00517035120158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANA MARIA MOREIRA ARAÚJO A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 12/04/2022 REQUERENTE:BANCO HONDA SA Representante(s): OAB 10219 - MAURICIO PEREIRA DE LIMA (ADVOGADO) OAB 20867-A - ELIETE SANTANA MATOS (ADVOGADO) OAB 20868-A - HIRAN LEAO DUARTE (ADVOGADO) REQUERIDO:ALESSANDRO JOSE SOLANO REIS. ATO ORDINATÃRIO Em cumprimento ao disposto no art. 1Âº, Â§ 2Âº, inciso XI, dos Provimentos 006/2006-CJRMB e 008/2014-CJRMB, ante o Despacho, Fls. 114/116, fica intimada a parte Requerente, BANCO HONDA S/A, por meio de seus advogados, a efetuar o pagamento de custas para a expediÃ§Ã£o de Mandado de CitaÃ§Ã£o e respectivas diligÃªncias do oficial de justiÃ§a e o atual endereÃ§o do Requerido, no prazo de 15 (quinze) dias. ApÃ³s, juntar o comprovante de pagamento, o boleto bancÃ¡rio correspondente e o relatÃ³rio de conta do processo, nos termos do art. 9Âº, Â§ 1Âº da Lei 8328/2015. BelÃ©m, 12 de abril de 2022. Ana Maria Moreira AraÃºjo, Analista JudiciÃ¡rio da 1Âª UPJ das Varas CÃ-veis e Empresariais de BelÃ©m. PROCESSO: 00537316020138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EDNA MORAIS MAGNO DE MATOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 12/04/2022 AUTOR:PROTEC PRODUTOS E SERVICOS TECNICOS LTDA Representante(s): OAB 6218 - ADILSON JOSE MOTA ALVES (ADVOGADO) OAB 15541 - EDJANE MIRANDA CORREA (ADVOGADO) REU:TIM CELULAR SA Representante(s): OAB 20283 - CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (ADVOGADO) OAB 12268 - CASSIO CHAVES CUNHA (ADVOGADO) OAB 12791 - RENATA MARIA FONSECA BATISTA (ADVOGADO) . Ã-ATO ORDINATÃRIO Em cumprimento ao disposto no art. 1Âº, Â§ 2Âº, inciso II, do Provimento 006/2006-CJRMB, fica intimada a parte Apelada para apresentar ContrarrazÃµes no prazo de 15 (quinze) dias. BelÃ©m-PA, 12 de Abril de 2022. Edna Campos Morais Servidora da 1Âª UPJ das Vara CÃ-veis e Empresariais de BelÃ©m PUBLICADO EM ____/____/____ PROCESSO: 00540104620138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUIGGI MAGRINELLI A??o: Cumprimento de sentença em: 12/04/2022 REU:BANCO RODOBENS SA Representante(s): ANTONIO BRAZ DA SILVA (ADVOGADO) AUTOR:ADRIANO SILVA DE MACEDO Representante(s): OAB 18004 - HAROLDO SOARES DA COSTA (ADVOGADO) OAB 15650 - KENIA SOARES DA COSTA (ADVOGADO) . Ã- Â Â Â Â Â Â ATO ORDINATÃRIO Considerando o deferimento de justiÃ§a gratuita Ã s fls. 58, vistas Ã UNAJ para baixa das custas e o devido arquivamento dos presentes autos. BelÃ©m, 12 de abril de 2022. Luiggi Magrinelli Servidor da 1Âª UPJ das Varas CÃ-veis e Empresariais de BelÃ©m

UPJ DAS VARAS CÍVEIS E EMPRESARIAIS DA CAPITAL - 2 VARA CÍVEL E EMPRESARIAL

RESENHA: 11/04/2022 A 13/04/2022 - SECRETARIA 1ª UPJ VARAS CIVEL,EMPRES,ORFÃO,INTERDITO, AUSENTE,RESIDUO,ACID DO TRABALHO,REG PUBLICO - VARA: 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM PROCESSO: 00019439220088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810060927 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROSILENE FREIRE MONTEIRO A??o: Cumprimento de sentença em: 11/04/2022 AUTOR:ANTONIO DO NASCIMENTO PINHO Representante(s): OAB 10163 - RODRIGO DE AZEVEDO LEITE (ADVOGADO) RODRIGO DE AZEVEDO LEITE (ADVOGADO) REU:BANCO DA AMAZONIA SA BASA Representante(s): OAB 13221-A - CAIO ROGERIO DA COSTA BRANDAO (ADVOGADO) OAB 11471 - FABRICIO DOS REIS BRANDAO (ADVOGADO) ROBERTO BRUNO ALVES PEDROSA (ADVOGADO) ANA MARGAIDA SILVA LOUREIRO GODINHO (ADVOGADO) MARIA ROSA MARINHO FERREIRA (ADVOGADO) HERDEIRO:ANTONIO DE PADUA NASSAR PINHO Representante(s): OAB 10163 - RODRIGO DE AZEVEDO LEITE (ADVOGADO) HERDEIRO:ELEINE NASSAR PINHO Representante(s): OAB 10163 - RODRIGO DE AZEVEDO LEITE (ADVOGADO) HERDEIRO:VERÍSSIMO NASSAR PINHO Representante(s): OAB 10163 - RODRIGO DE AZEVEDO LEITE (ADVOGADO) HERDEIRO:DIANE NASSAR PINHO Representante(s): OAB 10163 - RODRIGO DE AZEVEDO LEITE (ADVOGADO) . Ã© ATO ORDINATÃRIO Em cumprimento ao disposto no art. 1Âº, Â§ 2Âº, inciso XI, do Provimento 006/2006-CJRMB, fica intimada a parte requerente, atravÃ©s de seus advogados, a efetuar o pagamento de custas, referentes Ã expediÃ§Ã£o de mandado/carta, bem como as respectivas diligÃªncias do oficial de justiÃ§a/serviÃ§os postais, no prazo de 15(quinze) dias. ApÃ³s, comprovar o pagamento mediante a juntada do boleto bancÃ¡rio correspondente e do relatÃ³rio de conta do processo, conforme art. 9Âº, Â§ 1Âº da Lei 8328/2015. BelÃ©m-PA, 11 de Abril de 2022.Eu, _____, Rosilene Freire Monteiro, Servidor(a) da 1Âª UPJ CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PUBLICADO EM ____/____/____ PROCESSO: 00043890519958140301 PROCESSO ANTIGO: 19881011373 2 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROSILENE FREIRE MONTEIRO A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 11/04/2022 ADVOGADO:MARIA ANTONETE MACHADO TARRIO AUTOR:VIVENDA ASSCIACAO DE POUP. E EMPRESTIMOS Representante(s): OAB 15274 - GABRIEL COMESANHA PINHEIRO (ADVOGADO) ALBERTO DE LIMA FREITAS (ADVOGADO) REU:JOSE AVELINO CARDOSO REU:RAIMUNDA DE SOUZA CARDOSO. Ã© ATO ORDINATÃRIO Em cumprimento ao disposto no art. 1Âº, Â§ 2Âº, inciso XI, do Provimento 006/2006-CJRMB, fica intimada a parte Requerente, atravÃ©s de seus advogados, para efetuar corretamente o pagamento de custas, referentes Ã diligÃªncia do oficial de JustiÃ§a para Penhora do imÃ³vel, no prazo de 15(quinze) dias. ApÃ³s, comprovar o pagamento mediante a juntada do boleto bancÃ¡rio correspondente e do relatÃ³rio de conta do processo, conforme art. 9Âº, Â§ 1Âº da Lei 8328/2015. BelÃ©m-PA, 11 de abril de 2022.Eu, _____, Rosilene Freire Monteiro, Servidor(a) da 1Âª UPJ CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PUBLICADO EM ____/____/____

RESENHA: 12/04/2022 A 12/04/2022 - SECRETARIA 1ª UPJ VARAS CIVEL,EMPRES,ORFÃO,INTERDITO, AUSENTE,RESIDUO,ACID DO TRABALHO,REG PUBLICO - VARA: 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM PROCESSO: 00190036019998140301 PROCESSO ANTIGO: 199910280413 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Cumprimento de sentença em: 12/04/2022 AUTOR:COND. ED. ALDA Representante(s): OAB 5398 - ANTONIA DE FATIMA DA CRUZ MELO (ADVOGADO) REU:ABILIO DUARTE MOURAO Representante(s): OAB 8349 - NEWTON CELIO PACHECO DE ALBUQUERQUE (ADVOGADO) INTERESSADO:DAYSE GOMES PACHECO Representante(s): OAB 12.283 - JEFF LAUNDER MARTINS MORAES (ADVOGADO) INTERESSADO:LUIZ GUSTAVO FERNANDES LAIUN. PROCESSO NÂº 0019003-60.1999.8.14.0301 DECISÃO VISTOS. 1. INTIME-SE o leiloeiro Sr. Leonardo Simon Tobelem para que, no prazo de 05 (cinco) dias, ESCLAREÃA o pedido de levantamento de honorÃ¡rios (fls. 242), haja vista que o arrematante apresentou o recibo de fls. 261 que se refere aos mesmos honorÃ¡rios jÃ¡ pagos diretamente ao leiloeiro desde 07/10/2021, advertindo-lhe que o silÃªncio serÃ¡ tomado como anuÃªncia tÃ¡cita Ã quitaÃ§Ã£o dos honorÃ¡rios e importarÃ¡ no cancelamento imediato de eventual alvarÃ¡ jÃ¡ expedido em seu favor. No caso de anuÃªncia ou silÃªncio do Sr. Leiloeiro, proceda a UPJ ao cancelamento de eventual alvarÃ¡ expedido em seu favor, haja vista a quitaÃ§Ã£o dos honorÃ¡rios comprovada pelo recibo de fls. 261. 2. Ã vista do OfÃ-cio nÂº 162/2022, acostado Ã s fls. 267 dos autos, DEFIRO a solicitaÃ§Ã£o e DETERMINO O ARRESTO do valor remanescente da arrematAÃ§Ã£o realizada nestes autos, que seriam cabÃ-veis ao executado, cujo montante deverÃ¡ ser remetido/transferido Ã subconta judicial vinculada ao processo nÂº 0817644-57.2022.8.14.0301, em trÂ¢mite na 5Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m. PROCEDA A UPJ ao necessÃ¡rio para cumprimento desta ordem, inclusive expediÃ§Ã£o de OFÃCIO ao JuÃ-zo da 5Âª Vara CÃ-vel e abertura de subconta, se lhes couber, de tudo certificando nos autos. 3. Deixo de apreciar o pedido manejado Ã s fls. 252, haja vista que a peticionante NÃO Ã PARTE DO PROCESSO, conforme jÃ¡ EXAUSTIVAMENTE decidido por este JuÃ-zo (fls. 148/149 e 234), de sorte que nÃ£o lhe poderÃ¡ ser aproveitado qualquer produto desta arrematAÃ§Ã£o. 4. Cumprida integralmente a sentenÃ§a de fls. 219/219V e as determinaÃ§Ãµes do presente decisum, certifique-se e, apÃ³s, ARQUIVEM-SE os autos, com as baixas legais junto ao sistema processual. Int., Dil., Cumpra-se. OFÃCIE-SE. ESPEÃA-SE O NECESSÃRIO. SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/OFÃCIO. BelÃ©m/PA, 12 de abril de 2022. VALDEISE MARIA REIS BASTOS JuÃ-za Titular da 3Âª VCE da Capital HM

RESENHA: 11/04/2022 A 13/04/2022 - SECRETARIA 1ª UPJ VARAS CIVEL,EMPRES,ORFÃO,INTERDITO, AUSENTE,RESIDUO,ACID DO TRABALHO,REG PUBLICO - VARA: 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM PROCESSO: 00200563319998140301 PROCESSO ANTIGO: 199910297316 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MILANA QUARESMA PEREIRA A??o: Cumprimento de sentença em: 11/04/2022 AUTOR:AMELIA DA GLORIA VASCONCELOS LINS Representante(s): OAB 6697 - AMELIA DA GLORIA VASCONCELOS LINS (ADVOGADO) OAB 11397 - RAIMUNDO BARRETO PICANCO (ADVOGADO) REU:SEGURADORA PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS Representante(s): OAB 2173 - MARIA APARECIDA VIDIGAL DE SOUZA (ADVOGADO) INTERESSADO:ISABEL CRISTINA SILVA RIBEIRO Representante(s): OAB 1974 - ISABEL CRISTINA SILVA RIBEIRO (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Intimo a parte peticionante, atravÃ©s de seu advogado, para apresentar cÃ³pia da petiÃ§Ã£o nÂº. 20210192820004, protocolizada em 14/09/2021, no prazo de 15 dias. BelÃ©m, 11 de abril de 2022 Milana Quaresma Coordenadora de Atendimento PROCESSO: 00430742220108140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLOS HACHEM CHAVES JUNIOR A??o: Cumprimento de sentença em: 13/04/2022 AUTOR:SAFRA LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL Representante(s): FELIPE ANDRES ACEVEDO IBANEZ (ADVOGADO) OAB 22978 - ALLAN FERNANDO LIMA PASTOR (ADVOGADO) OAB 20638-A - ANTONIO BRAZ DA SILVA (ADVOGADO) REU:JOSE RIBAMAR SILVA JR Representante(s): OAB 16332 - JOSE AUGUSTO EWERTON DE SOUSA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Âº, Â§3Âº do Provimento nÂº 006/2006 da CJRMB (com nova redaÃ§Ã£o dada pelo Provimento nÂº 008/2014-CJRMB), que regula, no Ã¢mbito das Secretarias judiciais das Comarcas da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, os atos de

administraÃ§Ã£o e mero expediente, intimo a parte embargada, atravÃ©s de seu advogado, a apresentar contrarrazÃµes, no prazo de 05 (cinco) dias. BelÃ©m, 13/04/2022. Carlos Hachem Chaves JÃºnior Analista JudiciÃ¡rio PUBLICADO EM ____/____/____

RESENHA: 12/04/2022 A 12/04/2022 - SECRETARIA 1ª UPJ VARAS CIVEL,EMPRES,ORFÃO,INTERDITO, AUSENTE,RESIDUO,ACID DO TRABALHO,REG PUBLICO - VARA: 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM PROCESSO: 00015565019978140301 PROCESSO ANTIGO: 199710305915 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH A??o: Embargos à Execução em: 12/04/2022 EMBARGANTE:CARLOS ALBERTO CAMARA DE SOUZA JUNIOR Representante(s): OAB 10367 - ANDRE BECKMANN DE CASTRO MENEZES (ADVOGADO) EMBARGANTE:VITOR RENATO DE MIRANDA PINTO Representante(s): OAB 10367 - ANDRE BECKMANN DE CASTRO MENEZES (ADVOGADO) EMBARGADO:BANCO DA AMAZONIA SA Representante(s): OAB 10176 - LUIZ RONALDO ALVES CUNHA (ADVOGADO) OAB 11471 - FABRICIO DOS REIS BRANDAO (ADVOGADO) EMBARGANTE:MELAMAZON S.A Representante(s): OAB 10367 - ANDRE BECKMANN DE CASTRO MENEZES (ADVOGADO) . Processo nÂº 0001556-50.1997.814.0301 Embargante: MELAMAZON S/A, CARLOS ALBERTO CÃMARA SOUZA JR. E VÃTOR RENATO DE MIRANDA PINTO Embargado: BANCO DA AMAZÃNIA S/A Juiz: Roberto AndrÃ©s Itzcovich SENTENÃA 1.Â Â Â Â Â RelatÃ³rio Os embargantes, ingressaram com Embargos Ã ExecuÃ§Ã£o em face da embargada, aduzindo que as duplicatas objeto da execuÃ§Ã£o nÃ£o possuem assinatura de aceite, que os sÃ³cios figuraram apenas como representantes legais da pessoa jurÃ-dica, que a planilha de dÃ©bitos apresentada nÃ£o Ã© discriminativa, sem indicaÃ§Ã£o da origem da dÃ-vida, requer a exclusÃ£o dos sÃ³cios embargantes da lide, excesso de execuÃ§Ã£o, a extinÃ§Ã£o da execuÃ§Ã£o por nÃ£o preenchimento dos requisitos legais, ou ainda, a reduÃ§Ã£o dos valores executados. Recebidos os embargos e determinada a suspensÃ£o da execuÃ§Ã£o, fl. 24. A parte embargada apresentou impugnaÃ§Ã£o Ã s fls. 25/33, alegando que as duplicatas possuem chancela mecÃ¢nica dos embargantes, caracterizando regular emissÃ£o das cÃ¡rtulas, bem como existe aval dos sÃ³cios, por endosso em branco no verso dos tÃ-tulos, requer a improcedÃªncia dos embargos. Os embargantes apresentaram manifestaÃ§Ã£o Ã impugnaÃ§Ã£o, fls. 42/45. Os embargantes apresentaram recurso de agravo retido, fls. 47/48. Os embargantes requereram perÃ-cia contÃ¡bil nos autos, fls. 50. Pedido deferido em decisÃ£o de fl. 51 nomeando perita judicial e determinando as custas. Os embargantes apresentaram quesitos, fls. 52/53. Laudo pericial apresentado Ã s fls. 63/233. Perita solicitou complementaÃ§Ã£o dos honorÃ¡rios, fl. 234. Pedido deferido pelo juÃ-zo, fl. 235. Em manifestaÃ§Ã£o ao laudo pericial a embargada requereu realizaÃ§Ã£o de segunda perÃ-cia, fls. 236/239 por nÃ£o concordar com os cÃ¡lculos. Em manifestaÃ§Ã£o ao laudo pericial a parte embargante Ã s fls. 240/241 requereu esclarecimentos. JuÃ-zo deferiu o pedido e determinou manifestaÃ§Ã£o da perita, fl. 244. Em acatamento a ordem judicial a perita contÃ¡bil apresentou esclarecimentos Ã s fls. 251/268. ManifestaÃ§Ã£o da embargante quanto aos esclarecimentos da perita, fls. 271/273. A parte embargada apresentou alegaÃ§Ãµes finais, fls. 285/287. A embargante apresentou memoriais Ã s fls. 288/292. Nada mais, passo a decidir. 2.Â Â Â Â Â FundamentaÃ§Ã£o DA EXCLUSÃO DOS SÃCIOS Os embargantes alegam que os sÃ³cios nÃ£o assumiram as dÃ-vidas constantes nas duplicatas, que apenas constam como representantes legais da pessoa jurÃ-dica, nÃ£o devendo responder pessoalmente pelos dÃ©bitos lÃ¡ constantes, requerendo a exclusÃ£o dos autos da execuÃ§Ã£o. Cumpre frisar que a matÃ©ria foi objeto dos embargos Ã execuÃ§Ã£o nÂº 0016117-92.1997.814.0301 jÃ¡ tendo sido processado e julgado, razÃ£o pela qual, em respeito a decisÃ£o judicial jÃ¡ proferida, considerando a questÃ£o jÃ¡ analisada, deixo de apreciar nestes autos por perda do objeto. DA VALIDADE DAS DUPLICATAS A controvÃ©rsia nos presentes autos cinge-se, inicialmente, sobre a validade dos tÃ-tulos executados nos autos da aÃ§Ã£o de execuÃ§Ã£o nÂº0014651-29.1996.8140301, que os embargantes alegam nÃ£o preencherem os requisitos legais para serem executados, nÃ£o contendo suas assinaturas. A duplicata mercantil, disciplinada pela Lei nÂº. 5.474/78, Ã© tÃ-tulo de crÃ©dito causal, cuja emissÃ£o fica condicionada Ã existÃªncia de contrato de compra e venda ou de prestaÃ§Ã£o de serviÃ§os. Na falta de aceite, para que seja dotada de forÃ§a executiva, Ã© necessÃ¡rio que a duplicata tenha sido protestada; haver prova da entrega da mercadoria ou da prestaÃ§Ã£o de serviÃ§o; e o sacado nÃ£o tenha, comprovadamente, recusado o aceite, no prazo e nas condiÃ§Ãµes previstos nos artigos 7Âº e 8Âº da referida Lei. A lei, nessa nova redaÃ§Ã£o do art. 15, frisa bem que, para a duplicata nÃ£o aceita ser considerada tÃ-tulo executivo extrajudicial, Ã© necessÃ¡rio que, cumulativamente, haja sido protestada, esteja acompanhada de documento hÃ¡bil comprobatÃ³rio nÃ£o apenas da remessa como tambÃ©m do recebimento da mercadoria e, finalmente, que o sacado nÃ£o tenha recusado o aceite por um dos motivos em que Ã© permitida a recusa, ou seja, um dos motivos mencionados no art. 8Âº da lei. (TÃ-tulos de CrÃ©dito. v. 2.

11Âª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002, p. 188). No caso, alÃ©m das duplicatas, a execuÃ§Ã£o estÃ¡ instruÃ-da: 1)Â Â Â Â Â PROTESTOS 2)Â Â Â Â Â NOTAS FISCAIS Oportuno frisar que a embargada estÃ¡ em posse das duplicatas em razÃ£o de terem sido entregues pelos embargantes a tÃ-tulo de garantia de recebimento antecipado dos valores constantes nos referidos tÃ-tulos, devidos por terceiros em razÃ£o de negociaÃ§Ã£o mercantil, daÃ- porque foram endossados Ã instituiÃ§Ã£o financeira por meio de Â¿ordem de pagamentoÂ¿ no verso, portanto, a origem da relaÃ§Ã£o jurÃ-dica entre as partes resta comprovada. Em que pese os embargantes alegarem nÃ£o existir assinaturas suas nas duplicatas, claramente pode ser observar no verso de cada tÃ-tulo a assinatura mecÃ¢nica e o endosso ao embargado. A chancela mecÃ¢nica substitui a assinatura do emitente na duplicata, conforme Lei nÂº 5474 /68 e Lei nÂº 6.304/75, aplicÃ¡vel Ã s duplicatas, portanto, nÃ£o hÃ¡ que se falar em invalidade das assinaturas constantes nos tÃ-tulos unicamente por nÃ£o serem de prÃ³prio punho. Para que nÃ£o pairem dÃºvidas segue o que dispÃµe a Lei nÂº 6304/75, que estende Ã s duplicatas o processo de autenticaÃ§Ã£o mediante chancela mecÃ¢nica: Art. 1Âº O artigo 1Âº da Lei nÂº 5.589, de 3 de julho de 1970 acrescido de um parÃ¡grafo passa a vigorar com a seguinte redaÃ§Ã£o: Â¿Art. 1Âº Os tÃ-tulos ou certificados de aÃ§Ãµes, debÃªntures ou obrigaÃ§Ãµes, bem como suas cautelas representativas, de emissÃ£o das sociedades anÃ´nimas de capital aberto, e as duplicatas emitidas ou endossadas pelo emitente, podem ser autenticadas mediante chancela mecÃ¢nica, obedecidas as normas baixadas pelo Conselho MonetÃ¡rio Nacional. ParÃ¡grafo Ãºnico. Aquele que utilizar chancela mecÃ¢nica, obriga-se e responde integralmente pela legitimidade e valor dos tÃ-tulos e endossos assim autenticados, inclusive nos casos de uso indevido ou irregular de tal processo, por quem quer que seja.Â¿ Ademais, no que diz respeito a ausÃªncia de aceite, os embargantes nÃ£o negam que os negÃ³cios jurÃ-dicos entabulados nos tÃ-tulos tenham sido realizados com os sacados neles constantes, mas tÃ£o somente alegam que nÃ£o receberam do banco embargado os valores cobrados. Ora, uma vez comprovada a validade das duplicatas e dos negÃ³cios nelas entabulados, bem como o endosso a instituiÃ§Ã£o financeira embargada, bem como os protestos das duplicatas que amparam a execuÃ§Ã£o, nÃ£o hÃ¡ como acolher a alegaÃ§Ã£o de inexigibilidade. A propÃ³sito: Â¿CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS Ã EXECUÃÃO DE TÃTULO EXTRAJUDICIAL. DUPLICATA SEM ACEITE. PROTESTO E PRESTAÃÃO DE SERVIÃOS AFERIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÃMULA 7/STJ. GRATUIDADE DA JUSTIÃA DEFERIDA NA ORIGEM. HONORÃRIOS RECURSAIS. CABIMENTO. EXIGIBILIDADE SUSPENSA. A jurisprudÃªncia do STJ estÃ¡ consolidada no sentido de que a duplicata sem aceite Ã© tÃ-tulo hÃ¡bil a aparelhar o processo de execuÃ§Ã£o desde que devidamente protestada e acompanhada dos documentos suficientes para comprovar a entrega das mercadorias. [Â¿]Â¿ (AgInt no AREsp 1253903/MS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 02/08/2018, DJe 07/08/2018) E mais, os embargantes nÃ£o apresentaram provas da recusa do aceite dentro do prazo estabelecido pela Lei nÂº 5.474/68 e nem comprovaram a existÃªncia de vÃ-cios na prestaÃ§Ã£o dos serviÃ§os contratados, de modo que a exigibilidade das duplicatas se mantÃ©m hÃ-gida. Neste sentido: Â¿EMBARGOS DO DEVEDOR. DUPLICATAS SEM ACEITE, ACOMPANHADAS DE NOTA FISCAL E PROVA DE ENTREGA DA MERCADORIA. ALEGAÃÃO DE DEFEITO DO PRODUTO. AUSÃNCIA DE RECUSA DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO ART. 7Âº DA LEI NÂº 5.474/68. INEXISTÃNCIA DE PROVA DE DEFEITO NOS PRODUTOS. HIGIDEZ DOS TÃTULOS. MANUTENÃÃO. A duplicata mercantil, disciplinada pela Lei nÂº 5.474/78, Ã© tÃ-tulo de crÃ©dito causal, cuja emissÃ£o fica condicionada Ã existÃªncia de contrato de compra e venda ou de prestaÃ§Ã£o de serviÃ§os. Na falta de aceite ordinÃ¡rio, a prova da entrega da mercadoria constitui aceite presumido que, aliado ao protesto e ausÃªncia de recusa dentro do prazo previsto no art. 7Âº de referida Lei, confere forÃ§a executiva ao tÃ-tulo. ApelaÃ§Ã£o conhecida e nÃ£o provida.Â¿ (TJPR - 15Âª C.CÃ-vel - 0009580-46.2014.8.16.0130 - ParanavaÃ- - Rel.: Desembargador Hamilton Mussi CorrÃªa - J. 27.07.2020). Portanto, estando as duplicatas acompanhadas dos comprovantes de prestaÃ§Ã£o dos serviÃ§os ou entrega de mercadorias, das assinaturas com endosso Ã embargada, dos protestos, nÃ£o prospera a pretensÃ£o dos embargantes. DO EXCESSO DE EXECUÃÃO Os embargantes alegam excesso de execuÃ§Ã£o, posto que o embargado efetua cobranÃ§a de valores exorbitantes, muito acima das quantias constantes nos tÃ-tulos, sem, contudo, demonstrarem os Ã-ndices e taxas de juros aplicados, arguindo a invalidade dos cÃ¡lculos apresentados por ausÃªncia de contrato estipulando as taxas. Sobre a arguiÃ§Ã£o de excesso na execuÃ§Ã£o, o artigo 525 do NCPC/2015 (antigo 739- A, Â§ 5Âº, do CPC/1973) exige que a alegaÃ§Ã£o de excesso de execuÃ§Ã£o seja feita com a discriminaÃ§Ã£o do valor que o embargante entende correto, mediante apresentaÃ§Ã£o de memÃ³ria de cÃ¡lculo, nÃ£o se tratando de mera faculdade do devedor, mas sim de obrigaÃ§Ã£o. No entanto, se a prÃ³pria apuraÃ§Ã£o da existÃªncia do excesso de execuÃ§Ã£o depender da realizaÃ§Ã£o de perÃ-cia, o embargante declinarÃ¡ essa circunstÃ¢ncia na

petiÃ§Ã£o inicial e deverÃ¡ requerer sua produÃ§Ã£o no momento processual adequado, ficando o pedido submetido ao prudente juÃ-zo de valor do magistrado quanto Ã necessidade ou nÃ£o da prova pericial. Nos presentes autos verifica-se que diante da ausÃªncia de contrato contendo os Ã-ndices e taxas aplicados ao debito decorrente das duplicatas, restou demonstrada a impossibilidade dos devedores/embargantes apresentarem os valores que entendiam serem os corretos e realmente devidos, restando clara a necessidade de perÃ-cia contÃ¡bil, razÃ£o pela qual foi devidamente deferido e nomeada perita pelo juÃ-zo (fl. 51 dos autos). Ora, realizada a perÃ-cia contÃ¡bil nos autos, a perita nomeada chegou a conclusÃ£o de existÃªncia de excesso de execuÃ§Ã£o, corroborando com a tese dos embargantes, de aplicaÃ§Ã£o de Ã-ndices e taxas acima do mercado, principalmente diante da ausÃªncia de contrato que fixasse os parÃ¢metros de correÃ§Ã£o e atualizaÃ§Ã£o da dÃ-vida. Segundo o laudo pericial de fls. 63/233, o valor devido pelos embargantes atÃ© a data de realizaÃ§Ã£o da perÃ-cia era de R$ 150.412,89 (cento e cinquenta mil, quatrocentos e doze reais e oitenta e nove centavos) e nÃ£o o valor requerido pelos exequentes/embargados nos autos da execuÃ§Ã£o, posto que diante da ausÃªncia de instrumento particular contendo os Ã-ndices, taxas e juros aplicÃ¡veis ao caso, utilizou-se dos parÃ¢metros do mercado e previsto na ConstituiÃ§Ã£o Federal, conforme metodologia informada Ã fl. 68. NÃ£o cabe a realizaÃ§Ã£o de nova perÃ-cia no presente caso, como requereu a parte embargada, posto que alÃ©m do laudo pericial ser claro, conciso e determinante quanto a metodologia aplicada nos cÃ¡lculos, mostrando-se suficiente para elucidar a questÃ£o, nÃ£o houve apresentaÃ§Ã£o de contrato firmado entre as partes fixando taxas, Ã-ndices e juros pactuados para que fosse refeito o laudo, o qual, inclusive, foi devidamente complementado Ã s fls. 251/268, nÃ£o restando qualquer dÃºvida quanto ao excesso no valor executado. 3.Â Â Â Â Â Dispositivo Posto isto, com adarga no escorÃ§o fÃ¡tico autuado, comÂ broquel, demais na CF, CC, CPC e dispositivos condicentes, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE OS EMBARGOS Ã EXECUÃÃO e, por consequÃªncia, extingo o processo com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, na forma do art. art. 487, I, do CÃ³digo de Processo Civil/2015, para: 1)Â Â Â Â Â DECLARAR o excesso na AÃ§Ã£o de ExecuÃ§Ã£o nÂº0014651-29.1996.814.0301, conforme fundamentos; 2)Â Â Â Â Â HOMOLOGAR os cÃ¡lculos constantes no laudo pericial de fls. 63/233, considerando devido pelos embargantes a quantia de R$ 150.412,89 (cento e cinquenta mil, quatrocentos e doze reais e oitenta e nove centavos), conforme fundamentos; 3)Â Â Â Â Â Determinar prosseguimento da execuÃ§Ã£o no valor de R$ 150.412,89 (cento e cinquenta mil, quatrocentos e doze reais e oitenta e nove centavos); 4)Â Â Â Â Â Em razÃ£o da sucumbÃªncia recÃ-proca e por forÃ§a do disposto nos artigos 82, Â§ 2Âº, 85, Â§ 14, e 86, todos do CÃ³digo de Processo Civil/2015, CONDENO cada uma das partes ao pagamento de 50% (cinquenta por cento) das custas e despesas processuais, bem como ao pagamento dos honorÃ¡rios advocatÃ-cios da parte contrÃ¡ria, ora fixados em 10% sobre o valor da condenaÃ§Ã£o para cada qual. ApÃ³s o transito em julgado, translade-se cÃ³pia desta sentenÃ§a e junte-se aos autos da ExecuÃ§Ã£o, processo nÂº 0014651-29.1996.8.14.0301. Oportunamente, arquivem-se observadas as formalidades legais. P.R.I.C BelÃ©m/PA, 07/04/2022. Roberto AndrÃ©s Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital 109 PROCESSO: 00033355320058140301 PROCESSO ANTIGO: 199610271498 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH A??o: Impugnação ao Valor da Causa Cível em: 12/04/2022 IMPUGNADO:BANCO DO BRASIL SA Representante(s): OAB 10859 - ELLEYSON CORREA SANDRES (ADVOGADO) IMPUGNANTE:N T MAGAZINE LTDA Representante(s): FRANCISCO POMPEU BRASIL (ADVOGADO) . Processo nÂº: 0003335-53.2005.814.0301 Impugnante: N.T. MAGAZINE LTDA Impugnado: BANCO DO BRASIL S.A SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â N.T. Magazine Ltda apresentou ImpugnaÃ§Ã£o ao valor da causa atribuÃ-do pela impugnada Ã AÃ§Ã£o de ExecuÃ§Ã£o de TÃ-tulo Extrajudicial em apenso, autuada sob o nÂº 0006337-83.1996.814.0301, aduzindo, em sÃ-ntese, que a impugnada atribuiu a causa o valor de R$ 658.021,29 (seiscentos e cinquenta e oito mil, vinte e um reais e vinte e nove centavos) sem qualquer critÃ©rio, quando alega que deveria ser de R$ 440.000,00 (quatrocentos e quarenta mil reais) por se tratar do montante do contrato de abertura de crÃ©dito firmado entre as partes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Devidamente intimada, a parte impugnada apresentou manifestaÃ§Ã£o, fls. 05/08. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram-me conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Fundamento e Decido Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A questÃ£o Ã© simples e objetiva e prescinde de maiores ingaÃ§Ãµes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso dos autos, nÃ£o merecem prosperar as alegaÃ§Ãµes do impugnante quanto Ã suposta irregularidade no valor atribuÃ-do Ã causa, uma vez que, nos termos do artigo 292, do CPC, nas aÃ§Ãµes em que houverem prestaÃ§Ãµes vencidas e vincendas o valor da causa serÃ¡ o correspondente Ã somatÃ³ria delas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sendo assim, o valor da causa deve corresponder Ã vantagem patrimonial buscada no processo, atÃ© o momento da propositura da aÃ§Ã£o, posto que nÃ£o hÃ¡ como a parte saber quanto tempo de duraÃ§Ã£o terÃ¡ o processo para projetar os valores futuros, o que somente ocorre por ocasiÃ£o de fase de cumprimento de sentenÃ§a, portanto, correto o valor atribuÃ-do Ã

demanda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, REJEITO a impugnaÃ§Ã£o e mantenho o valor da causa atruibÃ-do Ã AÃ§Ã£o de EXECUÃÃO, autos nÂº 0006337-83.1996.814.0301, em apenso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Preclusas as vias impugnativas, certifique-se nos autos principais, juntando-se cÃ³pia da presente sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Custas, se houver, pelo impugnante. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem honorÃ¡rios, por se tratar de mero incidente processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Oportunamente, arquivem-se, observadas as formalidades legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m /PA, 11/04/2022. Roberto AndrÃ©s Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital 109 PROCESSO: 00045214519968140301 PROCESSO ANTIGO: 199610049720 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH A??o: Procedimento Comum Cível em: 12/04/2022 REU:DELTA PUBLICIDADE SA JORNAL O LIBERAL Representante(s): OAB 17241 - AUGUSTO CEZAR LINS BENTES MENDONCA DE VASCONCELOS (ADVOGADO) AUTOR:SIN. DOS PROF. NO ESTADO DO PARA/SINPRO Representante(s): MARCELO SILVA DE FREITAS (ADVOGADO) . Processo nÂº: 0004521-45.1996.8.14.0301 Requerente(s): Sindicato dos Professores no Estado do ParÃ¡ - SINPRO Requerido(s): Delta Publicidades S/A - Jornal O Liberal SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RELATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cuida-se de AÃ§Ã£o de Direito de Resposta. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifico que Ã fl. 59, antes mesmo da citaÃ§Ã£o do Requerido, foi juntada a publicaÃ§Ã£o da matÃ©ria, em cumprimento ao direito de resposta, informado em petiÃ§Ã£o de fls. 71/73. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Instada, atravÃ©s do r. Despacho de fl. 83 a comprovar o cumprimento da ordem judicial, o(a) Requerido(a), em petiÃ§Ã£o de fls. 84/85, reitera que a obrigaÃ§Ã£o foi cumprida, postulando pelo arquivamento dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em r. Despacho de fl. 86, datado de 31/03/1998, a parte autora, intimada para se manifestar a respeito, deixou transcorrer Â¿in albisÂ¿ o prazo para resposta. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimado pessoalmente, dessa vez para manifestar interesse no feito, o Requerente, em petiÃ§Ã£o de fls. 92/93, datada de 13/06/2006, portanto 8 (oito) anos depois da Ãºltima determinaÃ§Ã£o, alega tratar-se de execuÃ§Ã£o de multa por descumprimento da obrigaÃ§Ã£o, pois a Requerida nÃ£o teria comprovado o cumprimento da ordem judicial emanada. Reitera os argumentos em petiÃ§Ãµes de fls. 110/112 e 123/126. Ã o que tinha a relatar. Passo a decidir:Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â FUNDAMENTAÃÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Lei nÂº 5250/67, que trata sobre a matÃ©ria, dispÃµe: Â¿Art. 30. O direito de resposta consiste: I - na publicaÃ§Ã£o da resposta ou retificaÃ§Ã£o do ofendido, no mesmo jornal ou periÃ³dico, no mesmo lugar, em caracteres tipogrÃ¡ficos idÃªnticos ao escrito que lhe deu causa, e em ediÃ§Ã£o e dia normais; (Grifei) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso dos autos, verifico que a obrigaÃ§Ã£o a que se referem os presentes autos foi integralmente satisfeita, nÃ£o havendo o que se pleitear em relaÃ§Ã£o Ã multa por descumprimento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sendo assim, restou configurada a perda superveniente do interesse processual no prosseguimento da presente aÃ§Ã£o, nÃ£o mais existindo a necessidade de intervenÃ§Ã£o jurisdicional para a resoluÃ§Ã£o do litÃ-gio, estando, portanto, ausente o binÃ´mio necessidade-utilidade nesta aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DISPOSITIVO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, nos termos do artigo 485, inciso VI, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em decorrÃªncia do princÃ-pio da causalidade, condeno a requerente ao pagamento das custas e despesas processuais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificado o trÃ¢nsito em julgado e cumpridas as cautelas legais, arquivar os presentes autos e dar baixa na distribuiÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 08/04/2022. Roberto AndrÃ©s Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital 302 PROCESSO: 00063378319968140301 PROCESSO ANTIGO: 199610097302 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH A??o: Procedimento Comum Cível em: 12/04/2022 REU:N T MAGAZINE LTDA Representante(s): OAB 4433 - FRANCISCO POMPEU BRASIL FILHO (ADVOGADO) REU:JOSE ROBERTO TUMA NICOLAU Representante(s): OAB 4433 - FRANCISCO POMPEU BRASIL FILHO (ADVOGADO) REU:NAGIB JOSE TUMA Representante(s): OAB 4433 - FRANCISCO POMPEU BRASIL FILHO (ADVOGADO) EXEQUENTE:FACULDADE INTEGRADA BRASIL AMAZONIA SC LTDA Representante(s): OAB 6467 - AFONSO ARINOS DE ALMEIDA LINS FILHO (ADVOGADO) . Processo nÂº 0006337-83.1996.814.0301 Cumpra-se a sentenÃ§a proferida nos autos dos embargos nÂº 0012907-19.1996.814.0301; BelÃ©m/PA, 11/04/2022. Roberto AndrÃ©s Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital 109 PROCESSO: 00076842019958140301 PROCESSO ANTIGO: 199510110878 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH A??o: Processo Cautelar em: 12/04/2022 REU:BANCO MERIDIONAL DO BRASIL SA Representante(s): OAB 14519 - MARIA ALICE SMANIA (ADVOGADO) AUTOR:WILLIAM VIANA MARQUES Representante(s): OAB 4793 - GILBERTO ALVES DE ARAUJO (ADVOGADO) . Processo nÂº: 0007684-20.1995.8.14.0301 Requerente(s): William Viana Marques Requerido(s): Banco Meridional do Brasil S/A SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RELATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cuida-se de AÃ§Ã£o Cautelar

Inominada (PreparatÃ³ria) ajuizada pela parte requerente em face da instituiÃ§Ã£o financeira requerida, no bojo da qual pleiteou, em sede tutela: (a) se abstenha de cobrar o autor pelos valores jÃ¡ quitados; (b) a suspensÃ£o da exigibilidade de parcelas dos emprÃ©stimos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Houve contestaÃ§Ã£o, fls. 64/71. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o foi apreciado o pedido de tutela. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Instado a se manifestar sobre o prosseguimento do feito o autor requereu julgamento, fls. 83/84. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Houve replica a contestaÃ§Ã£o com informaÃ§Ã£o de extinÃ§Ã£o do banco, fls. 95/98. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ocorre que foi proferida sentenÃ§a na aÃ§Ã£o principal autuada sob o nÂº 0009982-73.1995.814.0301, extinguindo aquele processo com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â FUNDAMENTAÃÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso dos autos, verifico que jÃ¡ houve o julgamento do mÃ©rito da aÃ§Ã£o principal em apenso, a qual foi julgada totalmente improcedente. Nesse sentido: AÃÃO CAUTELAR Â AÃÃO PRINCIPAL Â EXTINÃÃO DO PROCESSO PRINCIPAL Â AÃÃO JULGADA IMPROCEDENTE Â RECURSO DE APELAÃÃO NA AÃÃO PRINCIPAL ACOLHIDO EM PARTE MÃNIMA Â PERDA DO OBJETO DA CAUTELAR Â EXTINÃÃO SEM RESOLUÃÃO DE MÃRITO DA AÃÃO CAUTELAR MANTIDA. A extinÃ§Ã£o do processo principal, com ou sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, acarreta a extinÃ§Ã£o da medida cautelar incidental por perda do objeto. Neste sodalÃ-cio, por forÃ§a do recurso de apelaÃ§Ã£o intentado nos autos da aÃ§Ã£o principal (aÃ§Ã£o revisional nÂº 0692953-89.2000.8.06.0001), a sentenÃ§a de improcedÃªncia teve reforma mÃ-nima, ao acolher-se, apenas, o pedido de exclusÃ£o da clÃ¡usula de capitalizaÃ§Ã£o mensal, se existente no contrato em disputa, a ser constatada em sede de liquidaÃ§Ã£o de sentenÃ§a. Precedentes do STJ. Recurso conhecido, mas improvido. SentenÃ§a mantida. ACÃRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos ACORDAM os desembargadores integrantes da Quarta CÃ¢mara de Direito Privado do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do CearÃ¡, por unanimidade, conhecer da apelaÃ§Ã£o interposta, para NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo incÃ³lume a decisÃ£o vergastada, tudo nos termos do voto do desembargador relator. Fortaleza, 11 de dezembro de 2018 DURVAL AIRES FILHO Presidente do ÃrgÃ£o Julgador DESEMBARGADOR FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE Relator (TJ-CE - APL: 05926758020008060001 CE 0592675-80.2000.8.06.0001, Relator: FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE, Data de Julgamento: 11/12/2018, 4Âª CÃ¢mara Direito Privado, Data de PublicaÃ§Ã£o: 12/12/2018) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sendo assim, restou configurada a perda superveniente do interesse processual no prosseguimento da presente aÃ§Ã£o cautelar, nÃ£o mais existindo a necessidade de intervenÃ§Ã£o jurisdicional para a resoluÃ§Ã£o do litÃ-gio, estando, portanto, ausente o binÃ´mio necessidade-utilidade nesta aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DISPOSITIVO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, nos termos do artigo 485, inciso VI, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em decorrÃªncia do princÃ-pio da causalidade, condeno a requerente ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como honorÃ¡rios advocatÃ-cios fixados em 10% do valor da causa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuraÃ§Ã£o, substituindo-os por cÃ³pias que poderÃ£o ser declaradas autÃªnticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartÃ³rio certificar o ato de desentranhamento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificado o trÂ¢nsito em julgado e cumpridas as cautelas legais, arquivar os presentes autos e dar baixa na distribuiÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 08/04/2022. Roberto AndrÃ©s Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital 109 PROCESSO: 00076905319988140301 PROCESSO ANTIGO: 19981000211 6 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH A??o: Organização e Fiscalização de Fundação em: 12/04/2022 AUTOR:MIINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA PROMOTOR:ROSANGELA DE NAZARE REU:FUNDACAO IBIFAM. Processo nº: 0007690-53.1998.814.0301 REQUERENTE: MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DO PARÃ REQUERIDO: FUNDAÃÃO IBIFAM - INDÃSTRIA BIOLÃGICA E FARMACEUTICA DA AMAZÃNIA S/A SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RELATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o de ExtinÃ§Ã£o de FundaÃ§Ã£o ajuizada pelo MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡, por meio da Promotoria de JustiÃ§a Tutela das FundaÃ§Ãµes, Entidades de Interesse Social, FalÃªncia, RecuperaÃ§Ã£o Judicial e Extrajudicial, em face da FundaÃ§Ã£o IBIFAM - INDÃSTRIA BIOLÃGICA E FARMACEUTICA DA AMAZÃNIA S/A. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Inicialmente, o MinistÃ©rio PÃºblico pleiteava a declaraÃ§Ã£o de nulidade de ato expropriatÃ³rio do terreno situado na Rodovia Augusto Montenegro, km 08, por ser inalienÃ¡vel e impenhorÃ¡vel, bem como a extinÃ§Ã£o de fundaÃ§Ã£o, determinando que o seu patrimÃ´nio disponÃ-vel seja destinado a entidade congÃªnere, a ser posteriormente indicada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Alega a inutilidade da instituiÃ§Ã£o, uma vez que nÃ£o possuiria estrutura necessÃ¡ria, como mÃ¡quinas, para o ensino profissionalizante (art. 30 do antigo CC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A aÃ§Ã£o foi recebida em 12/01/1998 e foi determinada a citaÃ§Ã£o do Requerido (fl. 46). Â Â Â Â Â Â Â Â Â

Â Â Â Â Â O MP desistiu dos pedidos de declaraÃ§Ã£o de nulidade de ato expropriatÃ³ria e do pedido cautelar de autorizaÃ§Ã£o de funcionamento da fundaÃ§Ã£o - fl. 47. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o localizada pelo Oficial de JustiÃ§a (certidÃ£o de fl. 75), a Requerida foi citada por edital (fls. 124/125, 128). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O Sr. AILTON DOS SANTOS PENA postulou o deferimento do seu ingresso nos autos na qualidade de litisconsorte passivo por ser morador da invasÃ£o IBIFAM (tambÃ©m denominada Residencial Marinho " Costa) e litiga contra a massa falida IBIFAM nos autos da AÃ§Ã£o de ReintegraÃ§Ã£o de Posse nÂº 0002667-22.2006.814.0301, em trÃ¢mite perante a 2Âª Vara CÃ-vel de Icoaraci - fls. 125/126. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Defensoria PÃºblica peticionou alegando a desnecessidade da sua nomeaÃ§Ã£o como curadora especial por ter sido apresentada defesa pelo Requerido - Ãs fls. 130/133. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ãs fls 134, homologou-se a desistÃªncia dos pedidos de declaraÃ§Ã£o de nulidade de ato expropriatÃ³ria e de autorizaÃ§Ã£o de funcionamento da fundaÃ§Ã£o, nos termos do art. 267, inciso VIII, do CPC; indeferiu-se o pedido de fls. 125/126, no que tange Ã habilitaÃ§Ã£o do Sr. AILTON DOS SANTOS PENA e; determinou-se nova intimaÃ§Ã£o da Defensoria PÃºblica para apresentar defesa, uma vez que constatou que nÃ£o apresentaÃ§Ã£o de defesa pela parte requerida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Defensoria PÃºblica apresentou ContestaÃ§Ã£o por negativa geral Ã s fls. 135/138. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por derradeiro, o MinistÃ©rio PÃºblico ratificou o pedido de extinÃ§Ã£o da FundaÃ§Ã£o e requereu a nomeaÃ§Ã£o de um liquidante, indicado pelo prÃ³prio autor, com o encargo de apurar a real situaÃ§Ã£o financeira e patrimonial da FundaÃ§Ã£o - fls. 141/144. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â FUNDAMENTAÃÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso em comento, constato ser desnecessÃ¡ria a ampliaÃ§Ã£o probatÃ³ria, posto que o feito jÃ¡ contÃ©m elementos suficientes para apreciaÃ§Ã£o e julgamento e, ainda, em atenÃ§Ã£o ao princÃ-pio da livre convicÃ§Ã£o, antecipo o julgamento do mÃ©rito, na forma do art. 355, I, do CPC/2015, o qual estabelece a conveniÃªncia do julgamento antecipado do pedido, quando nÃ£o houver necessidade de produÃ§Ã£o de outras provas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido, hÃ¡ tempos, a jurisprudÃªncia dos tribunais superiores aponta que Â¿Presentes as condiÃ§Ãµes que ensejam o julgamento antecipado da causa, Ã© dever do juiz e nÃ£o mera faculdade, assim o procederÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No que concerne Ã preliminar de nulidade da citaÃ§Ã£o por edital, constata-se que nÃ£o merece acolhida, pois, antes do deferimento da citaÃ§Ã£o ficta foram esgotadas todos os meios de localizaÃ§Ã£o do representante legal da fundaÃ§Ã£o, estando preenchidos, portanto, os requisitos previstos no Diploma Processual Legal para ato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Superada a preliminar, passo ao julgamento do mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpre registrar que o poder de fiscalizaÃ§Ã£o do MinistÃ©rio PÃºblico em relaÃ§Ã£o ao funcionamento, ao cumprimento das finalidades estatutÃ¡rias e Ã manutenÃ§Ã£o das associaÃ§Ãµes e fundaÃ§Ãµes Ã© inquestionÃ¡vel, podendo, inclusive, pedir as suas dissoluÃ§Ã£o e extinÃ§Ã£o caso preenchidas as previsÃµes legais, conforme o caso, consoante dispÃµem, respectivamente, o art. 2Âº do Decreto-Lei nÂº 41/1966, o art. 69 do CÃ³digo Civil e o art. 765 do CÃ³digo de Processo Civil, que abaixo transcrevo: DECRETO-LEI NÂº 41/1966 Art 2Âº A sociedade serÃ¡ dissolvida se: I - Deixar de desempenhar efetivamente as atividades assistenciais a que se destina; II - Aplicar as importÃ¢ncias representadas pelos auxÃ-lios, subvenÃ§Ãµes ou contribuiÃ§Ãµes populares em fins diversos dos previstos nos seus atos constitutivos ou nos estatutos sociais; III - Ficar sem efetiva administraÃ§Ã£o, por abandono ou omissÃ£o continuada dos seus Ã³rgÃ£os diretores. CÃDIGO CIVIL Art. 69. Tornando-se ilÃ-cita, impossÃ-vel ou inÃºtil a finalidade a que visa a fundaÃ§Ã£o, ou vencido o prazo de sua existÃªncia, o Ã³rgÃ£o do MinistÃ©rio PÃºblico, ou qualquer interessado, lhe promoverÃ¡ a extinÃ§Ã£o, incorporando-se o seu patrimÃ´nio, salvo disposiÃ§Ã£o em contrÃ¡rio no ato constitutivo, ou no estatuto, em outra fundaÃ§Ã£o, designada pelo juiz, que se proponha a fim igual ou semelhante. CÃDIGO DE PROCESSO CIVIL Art. 765.Â Qualquer interessado ou o MinistÃ©rio PÃºblico promoverÃ¡ em juÃ-zo a extinÃ§Ã£o da fundaÃ§Ã£o quando: I - se tornar ilÃ-cito o seu objeto; II - for impossÃ-vel a sua manutenÃ§Ã£o; III - vencer o prazo de sua existÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Como se vÃª, o caso dos autos se enquadra na hipÃ³tese prevista nos dispositivos acima aludidos e, desse modo, impÃµe-se a extinÃ§Ã£o do ente fundacional por nÃ£o ter condiÃ§Ãµes de exercer suas atividades e, por conseguinte, pela nÃ£o observÃ¢ncia aos interesses de ordem pÃºblica, uma vez que o patrimÃ´nio e a ideia voltada a um fim filantrÃ³pico sÃ£o prÃ©-requisitos para o surgimento de uma fundaÃ§Ã£o e, da mesma forma, para sua continuidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante das informaÃ§Ãµes coligidas neste processo, Ã© evidente que a fundaÃ§Ã£o se encontra totalmente abandonada, nÃ£o se podendo permitir que a instituiÃ§Ã£o permaneÃ§a sem manejo ou, por outro lado, sob o risco de ser incorretamente manejada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Torna-se impossÃ-vel a manutenÃ§Ã£o de uma fundaÃ§Ã£o quando acÃ©fala ou inativa por largo perÃ-odo, nÃ£o entra em efetivo funcionamento, nÃ£o presta consta de suas atividades ao MinistÃ©rio PÃºblico, enfim, nÃ£o cumpre os objetivos para os quais foi instituÃ-da (impossibilidade fÃ¡tica). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em arremate, cumpre consignar que, nos termos do art. 1102 e ss

do CÃ³digo Civil, apÃ³s a extinÃ§Ã£o da FundaÃ§Ã£o proceder-se-Ã¡ Ã fase de liquidaÃ§Ã£o judicial da pessoa jurÃdica, momento em que serÃ£o praticados todos os atos necessÃ¡rios Ã apuraÃ§Ã£o do saldo patrimonial consolidado, mediante a realizaÃ§Ã£o do ativo e o pagamento de eventual passivo. Â Sendo assim, em atendimento ao requerimento formulado pelo prÃ³prio MinistÃ©rio PÃºblico e em atenÃ§Ã£o Ã s peculiaridades do caso concreto, faz necessÃ¡ria a nomeaÃ§Ã£o de um liquidante, cuja funÃ§Ã£o serÃ¡ a de impulsionar a fase de liquidaÃ§Ã£o do patrimÃ´nio remanescente e de efetiva extinÃ§Ã£o da pessoa jurÃdica fundacional. Inaugurada a fase de liquidaÃ§Ã£o Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DISPOSITIVO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, com base no art. 69 do CÃ³digo Civil e no art. 487, I, do CÃ³digo de Processo Civil, julgo PROCEDENTE o pedido contido na inicial e extingo o processo com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito para: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â I- DECRETAR A EXTINÃÃO da FundaÃ§Ã£o IBIFAM - INDÃSTRIA BIOLÃGICA E FARMACEUTICA DA AMAZÃNIA S/A. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â II- DETERMINAR seja procedida Ã LIQUIDAÃÃO da FundaÃ§Ã£o nos termos dos arts. 51 e 1102 do CÃ³digo Civil. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â III- NOMEAR o contador Ian Blois Pinheiro, CRC/PA 015903/O-7, indicado pelo MinistÃ©rio PÃºblico na petiÃ§Ã£o de fls. 141/144, para exercer a funÃ§Ã£o de LIQUIDANTE da FundaÃ§Ã£o nos termos do art. 51 do CÃ³digo Civil.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â IV- DETERMINAR a expediÃ§Ã£o de ofÃcio ao CartÃ³rio no qual a FundaÃ§Ã£o foi registrada para que proceda Ã devida averbaÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o judicial nos assentos da FundaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â V- CONDENAR a parte requerida ao pagamento das custas e despesas processuais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se a Requerida na forma do art. 272 do CPC, o MinistÃ©rio PÃºblico na pessoa do Promotor de JustiÃ§a, bem como o liquidante ora nomeado no endereÃ§o constante na petiÃ§Ã£o de fls. 144. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuraÃ§Ã£o, substituindo-os por cÃ³pias que poderÃ£o ser declaradas autÃªnticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartÃ³rio certificar o ato de desentranhamento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, expeÃ§a-se o necessÃ¡rio para o cumprimento do presente julgado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. BelÃ©m/PA, 11/04/2022. Roberto AndrÃ©s Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4Âª Vara CÃvel e Empresarial da Capital 101 PROCESSO: 00099827319958140301 PROCESSO ANTIGO: 199510144494 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH A??o: Procedimento Comum Cível em: 12/04/2022 REU:BANCO MERIDIONAL DO BRASIL SA Representante(s): OAB 1717 - JOSE ACREANO BRASIL (ADVOGADO) AUTOR:WILLIAM VIANA MARQUES Representante(s): OAB 4881 - JOSE WILLIAM COELHO DIAS (ADVOGADO) OAB 4793 - GILBERTO ALVES DE ARAUJO (ADVOGADO) . Processo nÂº: 0009982-73.1995.814.0301 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Autor(s): William Viana Marques Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RÃ©u(s): Banco Meridional do Brasil S/A Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RELATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O(s) autor(es), via advogado, ajuizou A AÃÃO ORDINÃRIa contra o(s) rÃ©u(s), todos qualificados nos autos, pelos fundamentos de fato e Direito e com os pedidos constantes na inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aduz, em sÃntese, que em 03/12/1993 efetuou emprÃ©stimo pessoal com a requerida no valor de Crz$ 1.600.000,00 (um milhÃ£o e seiscentos mil cruzeiros) para pagamento em 12 prestaÃ§Ãµes de Cr$ 181.360,00 (cento e oitenta e um mil cruzeiros) cada, e que na ocasiÃ£o foi exigido que fizesse junto com contrato de seguro de vida com seguradora da prÃ³pria instituiÃ§Ã£o bancÃ¡ria Â¿Companhia de Seguros Gerais do MeridionalÂ¿ no valor de Cr$ 31.200,00 (trinta e um mil e duzentos cruzeiros). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Alega que ao efetuar o pagamento da primeira parcela lhe foi cobrado o absurdo valor de Cr$ 255.680,00 (duzentos e cinquenta e cinco mil seiscentos e oitenta cruzeiros), e a segunda parcela jÃ¡ estava em Cr$ 555.703,00 (quinhentos e cinquenta e cinco mil setecentos e trÃªs cruzeiros), e as parcelas subsequentes tambÃ©m aumentaram, nÃ£o conseguindo pagar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Afirma que procurou o banco e lÃ¡ foi orientado a efetuar novo emprÃ©stimo para quitar o anterior, o que foi feito em nome de terceiro, em nome de Sra. Antonia MauÃ©s Viana, no valor de Cr$ 2.200.000,00 (dois milhÃµes e duzentos mil cruzeiros) que foi transferido ao autor, mas em valor menor, e assim novamente nÃ£o conseguiu pagar as novas parcelas e fez novo emprÃ©stimo nas mesmas bases do anterior em nome de terceiro, repetindo-se a situaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Afirma que ficou repactuando dÃvidas em nome de terceiros sem que a rÃ© apresentasse o saldo devedor, apenas aumentando cada vez mais a dÃvida, fazendo assinar notas promissÃ³rias que nunca entrega quando efetua pagamentos, razÃ£o pela qual requer que a rÃ© deposite em juÃzo todas as notas promissÃ³rias assinadas pelo autor considerando devidamente quitada a dÃvida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Despacho de fl. 53 determinou esclarecimentos do autor sobre aÃ§Ã£o cautelar inominada que ajuizou. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Parte autora manifestou-se

Ã s fls. 54. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Devidamente citada a parte requerida contestou Ã s fls. 59/74 alegando que o autor Ã© inadimplente contumaz e que os outros emprÃ©stimos foram em nome de sua esposa e conhecidos, que tambÃ©m nÃ£o adimpliu, inexistindo ilegalidade nas operaÃ§Ãµes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o houve rÃ©plica. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Despacho fl. 102. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Requerida manifestou-se Ã fl. 103. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Determinou apensamento da aÃ§Ã£o cautelar, fl. 104. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CertidÃ£o informando que autor nÃ£o se manifestou, fl. 104. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DesignaÃ§Ã£o de audiÃªncia, fl. 105. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Parte autora peticionou informando provas que pretende produzir, fl. 106/109. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RÃ©u nÃ£o localizado para intimaÃ§Ã£o, fl. 111/113. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Despacho sobre interesse no feito, fl. 115/116. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Autor informou que o rÃ©u deixou de existir, mas que tem interesse no julgamento do feito, fl. 118. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Despacho determinando intimaÃ§Ã£o do autor para pagamento de custas, fl. 122. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Custas pagas, fl. 124. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â FUNDAMENTAÃÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso sub examine, desnecessÃ¡ria a ampliaÃ§Ã£o probatÃ³ria, posto que o feito jÃ¡ contÃ©m elementos suficientes para apreciaÃ§Ã£o e julgamento e, ainda, em atenÃ§Ã£o ao princÃ-pio da livre convicÃ§Ã£o, antecipo o julgamento do mÃ©rito, na forma do art. 355, I, do CPC/2015, o qual estabelece a conveniÃªncia do julgamento antecipado do pedido, quando nÃ£o houver necessidade de outras provas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido, hÃ¡ tempos a jurisprudÃªncia dos tribunais superiores aponta que Â¿Presentes as condiÃ§Ãµes que ensejam o julgamento antecipado da causa, Ã© dever do juiz, e nÃ£o mera faculdade, assim procederÂ¿(STJ - 4Âª Turma, Resp 2.832-RJ, rel. Min. SÃ¡lvio de Figueiredo, j. 14.8.90). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Da detida anÃ¡lise dos autos verifica-se que o autor Ã© ex-bancÃ¡rio, e portanto, nÃ£o pode alegar ignorÃ¢ncia quanto aos contratos de emprÃ©stimo firmados com a rÃ©, quanto as taxas e Ã-ndices aplicados, bem como quanto a repactuaÃ§Ã£o de dÃ-vidas que Ã© extremamente comum nas operaÃ§Ãµes financeiras. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dito isto, compulsando o conjunto probatÃ³rio contido nos autos nÃ£o se observa qualquer comprovaÃ§Ã£o de que o autor tenha sido obrigado a efetuar os contratos de emprÃ©stimo ou de seguro de vida, tampouco as repactuaÃ§Ãµes de dÃ-vida, principalmente considerando-se que um dos contratos foi em nome da esposa do autor, conforme documento de fl. 38 dos autos, nÃ£o se tratando de terceiro desconhecido como fez crer na petiÃ§Ã£o inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Da mesma forma pela documentaÃ§Ã£o apresentada com a exordial (fls. 43/47) nÃ£o restou comprovada a ligaÃ§Ã£o entre os emprÃ©stimos efetuados pelos terceiros em relaÃ§Ã£o Ã s dÃ-vidas contraÃ-das pelo autor. Â Em contrapartida a demandada apresentou toda documentaÃ§Ã£o pertinente as operaÃ§Ãµes financeiras firmadas com o autor nas quais restou demonstrado que era inadimplente contumaz e que assim como nÃ£o efetuou o pagamento da dÃ-vida inicial nÃ£o pagou as repactuaÃ§Ãµes, razÃ£o pela qual as notas promissÃ³rias nÃ£o foram devolvidas ao autor, pois de fato ainda nÃ£o havia quitado seus dÃ©bitos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em rÃ©plica Ã fls. 106/109 o autor nÃ£o trouxe aos autos nenhuma prova nova ou documento que pudesse demonstrar que tenha efetuado o emprÃ©stimo e o contrato de seguro contra sua vontade, tampouco as repactuaÃ§Ãµes da dÃ-vida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O autor admite que recebeu o valor emprestado inicialmente, cujas prestaÃ§Ãµes nÃ£o pagou, tendo que efetuar novos emprÃ©stimos, renegociaÃ§Ãµes, na tentativa de quitÃ¡-los, mas nÃ£o restou comprovada abusividade do banco. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Frise-se que apesar de relatar minunciosamente na exordial como se deram as operaÃ§Ãµes, por vezes ate de maneira confusa, nÃ£o hÃ¡ questionamento quanto abusividade nos contratos firmados, ou sobre clausulas, ou taxas, juros e Ã-ndices cobrados, limitando-se o autor a pleitear declaraÃ§Ã£o de inexistÃªncia do dÃ©bito unicamente porque teria sido Â¿obrigadoÂ¿ aos pactos firmados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em anÃ¡lise ao contexto probatÃ³rio, verifica-se que os documentos acostados Ã inicial e Ã peÃ§a de defesa sÃ£o suficientes para comprovar a contrataÃ§Ã£o do emprÃ©stimo que originou a dÃ-vida em nome da parte Autora. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na hipÃ³tese de a parte Autora ter adimplido a integralidade da dÃ-vida, cabia Ã mesma comprovar a sua quitaÃ§Ã£o, o que nÃ£o se configurou no caso em tela. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ora, incumbe Ã parte autora a prova do fato constitutivo do seu direito (art. 373, I, do CPC/2015), qual seja, a prova de que teve violaÃ§Ã£o de sua vontade e que foi obrigado a firmar os contratos com a rÃ©, Ã´nus do qual nÃ£o se desincumbiu a contento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido: EMENTA: APELAÃÃO - DECLARATÃRIA DE INEXISTÃNCIA DE DÃBITO - CONTRATO DE EMPRÃSTIMO - RENEGOCIAÃÃO DA DÃVIDA - ORIGEM DA DÃVIDA COMPROVADA - ATO ILÃCITO NÃO CONFIGURADO - DANOS MORAIS - INOVAÃÃO DO PEDIDO. - Tendo o rÃ©u comprovado a contrataÃ§Ã£o do emprÃ©stimo pela parte autora e, ainda, a renegociaÃ§Ã£o da dÃ-vida

pela mesma, caberia a esta o Ã´nus de comprovar a integralidade do seu pagamento - Em consonÃ¢ncia com a pacÃ-fica orientaÃ§Ã£o jurisprudencial, mostra-se inadmissÃ-vel a apreciaÃ§Ã£o, em sede de apelaÃ§Ã£o, de teses nÃ£o aventadas na Inicial. (TJ-MG - AC: 10707140126889001 Varginha, Relator: Mota e Silva, Data de Julgamento: 07/02/2017, CÃ¢maras CÃ-veis / 18Âª CÃMARA CÃVEL, Data de PublicaÃ§Ã£o: 10/02/2017) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nessa toada, nÃ£o hÃ¡ que se falar em violaÃ§Ã£o de direito da parte autora, de forma a gerar qualquer declaraÃ§Ã£o de inexistÃªncia do dÃ©bito com a rÃ© ante a inexistÃªncia de conduta ilÃ-cita. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sendo assim, constato que a improcedÃªncia da aÃ§Ã£o Ã© medida que se impÃµe, uma vez que a parte requerida logrou Ãªxito em provar fatos impeditivos ou modificativos do direito invocado pelo requerente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DISPOSITIVO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com adarga no escorÃ§o fÃ¡tico autuado, JULGO IMPROCEDENTE o pedido do requerente e, por consequÃªncia, extingo o processo com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, na forma do art. 487, I, do CÃ³digo de Processo Civil/2015. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CONDENO a parte requerente ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como dos honorÃ¡rios advocatÃ-cios, ora fixados em 10% sobre o valor da causa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuraÃ§Ã£o, substituindo-os por cÃ³pias que poderÃ£o ser declaradas autÃªnticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartÃ³rio certificar o ato de desentranhamento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificado o trÃ¢nsito em julgado, havendo custas pendentes, intime-se o responsÃ¡vel para o recolhimento, sob pena de inscriÃ§Ã£o na dÃ-vida ativa. Inerte, inscreva-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, cumpridas as cautelas legais, arquivar os presentes autos e dar baixa na distribuiÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 08/04/2022. Roberto AndrÃ©s Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital 109 PROCESSO: 00105930920148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 12/04/2022 EXECUTADO:DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS TUPINAMBA LTDA EXECUTADO:DARCIZIO ELOI CORREA PANTOJA EXECUTADO:MARIA DO CARMO SILVA PANTOJA EXECUTADO:JOAO DE OLIVEIRA E SILVA EXECUTADO:OLINA DA COSTA SILVA CESSIONÁRIO:ATIVOS SA COMPANHIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS Representante(s): OAB 27403-A - MAGDA LUIZA RIGODANZO EGGER DE OLIVEIRA (ADVOGADO) . Autos nÂº 0010593-09.2014.814.0301 Tendo em vista a DeclaraÃ§Ã£o de Impedimento firmada por este magistrado na decisÃ£o doc nÂº 20190083011155, torno sem efeito o mandado doc nÂº 20220048019616, assinado por engano. BelÃ©m/PA, 12/04/2022. Roberto AndrÃ©s Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital 101 PROCESSO: 00124289420018140301 PROCESSO ANTIGO: 19901005491 6 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH A??o: Ação de Exigir Contas em: 12/04/2022 REU:LLOYDS BANK PLC Representante(s): PAULO GUILHERME DE MENDONCA LOPES (ADVOGADO) OAB 12415-A - JOSE ALEXANDRE CANCELA LISBOA COHEN (ADVOGADO) AUTOR:ADR AMAZONIA DISTRIB. E REPRESENT. LTDA Representante(s): OAB 1746 - REYNALDO ANDRADE DA SILVEIRA (ADVOGADO) OAB 11138 - EVANDRO ANTUNES COSTA (ADVOGADO) TELMA LUCIA BORBA PINHEIRO (ADVOGADO) CAMILA MALCHER PEREIRA ALCANTARA (ADVOGADO) . AÃ§Ã£o de Exigir Contas Processo nÂº: 0012428-94.2001.814.0301 Autor: ADR - AMAZONIA DISTRIBUIÃÃO E REPRESENTAÃÃOES Requerido: LLOYDS BANK SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o de Exigir Contas ajuizada pela parte requerente, por meio de advogado devidamente habilitado, em face de instituiÃ§Ã£o bancÃ¡ria requerida, alegando que em 28/12/1989 firmaram contrato de mÃºtuo convencionado pagamento de Ncz$ 11.500.000,00 (onze milhÃµes e quinhentos mil cruzados novos) na data de 02/01/1990, pelo que foi emitida nota promissÃ³ria de Ncz$ 23.000.000,00 (vinte e trÃªs milhÃµes de cruzados novos) em garantia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Alega que o referido contrato foi firmado para pagamento de outras avenÃ§as anteriores, novaÃ§Ã£o de dÃ-vidas, tendo sido ajuizada aÃ§Ã£o de anulaÃ§Ã£o de clausulas contratuais e anulaÃ§Ã£o cambial perante a 13Âª vara cÃ-vel. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Afirma que possui outro contrato nos mesmos moldes, no valor de Ncz$ 1.000.000,00 (um milhÃ£o de cruzados novos), bem como diversas contas correntes, efetuando a requerida diversos descontos de amortizaÃ§Ã£o sem que saiba a que tÃ-tulo, sobre qual contrato se refere, nÃ£o tendo idÃ©ia do quanto jÃ¡ pagou e quanto ainda deve. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante da situaÃ§Ã£o acima requer que a parte requerida apresente detalhadamente as contas do que jÃ¡ foi pago e o que ainda hÃ¡ de saldo devedor referente aos contratos mencionados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A parte requerida apresentou contestaÃ§Ã£o, fls. 169/172, alega que nÃ£o hÃ¡ obrigaÃ§Ã£o em apresentar contas, que nÃ£o houve amortizaÃ§Ã£o da divida, que ingressou com execuÃ§Ã£o de titulo extrajudicial referente aos contratos. Juntou memorial de

cÃ¡lculos Ã s fls. 179/196. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O autor apresentou rÃ©plica, fls. 202/211. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Despacho determinando manifestaÃ§Ã£o das partes quanto a produÃ§Ã£o de provas, fl. 212. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Parte requerida requereu pericia contÃ¡bil, fl. 212/verso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Parte autora requereu perÃ-cia contÃ¡bil fl. 214/215. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O juÃ-zo deferiu a pericia contÃ¡bil, fl. 220/verso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Parte autora apresentou assistente tÃ©cnico e quesitos, fls. 222/224. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Requerido apresentou assistente tÃ©cnico e quesitos, fl. 225. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Despacho de fl. 258 destituiu o perito inicialmente nomeado e nomeou outro profissional para emissÃ£o do laudo contÃ¡bil. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Perito informou a documentaÃ§Ã£o que foi apresentada para a realizaÃ§Ã£o da perÃ-cia, fl. 283. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assistente tÃ©cnico nomeado pela autora informa dificuldades em concluÃ-rem parecer tÃ©cnico por falta de documentos nÃ£o fornecidos pela rÃ©, fl. 284. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Despacho determinado a requerida apresentaÃ§Ã£o da documentaÃ§Ã£o, fl. 285. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Parte requerida solicita informaÃ§Ãµes precisas de quais documentos os peritos necessitam, fl. 287. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A parte autora manifestou-se Ã fl. 289/290. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Requerida insistiu na especificaÃ§Ã£o dos documentos pelo perito, fl. 291. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o do rÃ©u requerendo extinÃ§Ã£o do feito por paralisaÃ§Ã£o, fl. 296. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Despacho determinando manifestaÃ§Ã£o do autor quanto ao prosseguimento do feito, fl. 304. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Parte autora manifestou-se requerendo fornecimento dos documentos solicitados pelo perito, fl. 306. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pedido deferido, fl. 308. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Parte requerida novamente insiste que o perito informe quais documentos especificamente quer para a pericia, fl. 311/313. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â JuÃ-zo deferiu o pedido do rÃ©u, fl. 314. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Requerido solicitou substituiÃ§Ã£o do assistente tÃ©cnico, fls. 315/316. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O perito nÃ£o foi localizado para intimaÃ§Ã£o, fl. 319, 330. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Parte requerida requer nomeaÃ§Ã£o de novo perito diante da nÃ£o localizaÃ§Ã£o do que havia sido designado nos autos, fl. 333. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nova perita designada, fl. 334. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Parte requerida apresentou novos quesitos, fls. 335/337. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Laudo pericial contÃ¡bil apresentado, fls. 346/375. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Determinada manifestaÃ§Ã£o das partes ao laudo, fl. 376. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Parte requerida manifestou-se Ã s fls. 377/385 descordando do laudo e requerendo esclarecimentos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A parte autora manifestou-se Ã s fls. 386/389 impugnando o laudo, alegando nÃ£o ter respondido aos seus quesitos e nÃ£o ter diligenciado para obter a documentaÃ§Ã£o necessÃ¡ria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deferido o pedido e determinada manifestaÃ§Ã£o da perita, fl. 390. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A parte requerida solicitou demonstrativo total dos dÃ©bitos pela perita, fls. 391/392. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A perita respondeu Ã s fls. 393 solicitando informaÃ§Ãµes ao rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RÃ©u prestou informaÃ§Ãµes, fl. 398. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ComplementaÃ§Ã£o ao laudo pericial, fls. 399/418. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Determinada manifestaÃ§Ã£o das partes Ã complementaÃ§Ã£o da pericia, fl.419. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A parte autora manifestou-se as fls. 431/435 impugnando o laudo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A parte requerida tambÃ©m impugnou o laudo, fls. 436/443. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â JuÃ-zo determinou manifestaÃ§Ã£o da perita sobre as impugnaÃ§Ãµes, fl. 457. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A perita prestou informaÃ§Ãµes, fls. 460/467 afirmando que se hÃ¡ lacunas no laudo se deu por falta de documentos e informaÃ§Ãµes nÃ£o prestadas pelo rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Determinada manifestaÃ§Ã£o das partes sobre a resposta da perita, fl. 473. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A parte autora manifestou-se Ã s fls. 476/482 requerendo nova perÃ-cia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Parte demandada requereu devoluÃ§Ã£o de prazo, fl. 491/492. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assistentes tÃ©cnicos apresentam parecer ao laudo pericial, fls. 495/506. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Instado a se manifestar sobre o prosseguimento do feito a parte autora peticionou Ã fl. 425 requerendo anÃ¡lise do pedido de nova perÃ-cia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â FUNDAMENTAÃÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cuidam os autos de aÃ§Ã£o de prestaÃ§Ã£o de contas em que narra a autora ter celebrado com o rÃ©u contratos de MÃºtuo, e que, para verificar a regularidade dos encargos lanÃ§ados, ajuizou a presente aÃ§Ã£o de prestaÃ§Ã£o de contas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpre ressaltar que a aÃ§Ã£o de prestaÃ§Ã£o de contas pressupÃµe a demonstraÃ§Ã£o, a priori, da existÃªncia de algum relacionamento jurÃ-dico do qual decorre a obrigaÃ§Ã£o ou nÃ£o de prestar contas para, por fim, apurar-se um crÃ©dito ou um dÃ©bito, que deverÃ¡ ser declarado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Insta registrar que, na aÃ§Ã£o de prestaÃ§Ã£o de contas, o suporte fÃ¡tico do pedido inicial Ã© a obrigaÃ§Ã£o do rÃ©u de dar contas ao autor, sendo que, se essa obrigaÃ§Ã£o for contestada, o processo abrangerÃ¡ duas fases: uma, preliminar, em que a

controvÃ©rsia sobre o direito de exigir contas se Ã¡ resolvida, mediante um pronunciamento do JudiciÃ¡rio se o demandado estÃ¡ ou nÃ£o obrigado a tanto; outra, final, em que, admitida a procedÃªncia da primeira, terÃ¡ lugar a referida prestaÃ§Ã£o, em forma mercantil, objetivando a fixaÃ§Ã£o de um saldo devedor, lÃ-quido e certo, em favor do requerente. "Prestar contas significa fazer alguÃ©m a outrem, pormenorizadamente, parcela por parcela, a exposiÃ§Ã£o dos componentes de dÃ©bito e crÃ©dito resultantes de determinada relaÃ§Ã£o jurÃ-dica, concluindo pela apuraÃ§Ã£o aritmÃ©tica do saldo credor ou devedor, ou de sua inexistÃªncia. A natureza dessa relaÃ§Ã£o jurÃ-dica pode variar muito; de um modo geral, pode-se dizer que deve contas quem quer que administre bens, negÃ³cios ou interesses de outrem, a qualquer tÃ-tulo. HÃ¡ de prestar contas, por outras palavras, aquele que efetua e recebe pagamentos por conta de outrem, movimentando recursos prÃ³prios ou daquele em cujo interesse se realizam os pagamentos recebidos".(FabrÃ-cio, Adroaldo Furtado. ComentÃ¡rios ao CÃ³digo de Processo Civil, VIII/387, Tomo III.) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Conclui-se pela leitura dos autos que se estÃ¡ a questionar sobre os aspectos concernentes Ã primeira fase da aÃ§Ã£o de prestaÃ§Ã£o de contas, em que se deve analisar, apenas, se existe ou nÃ£o o dever da rÃ© de prestar contas, ficando a questÃ£o relativa Ã existÃªncia de saldo credor ou devedor relegada a segunda fase do procedimento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, pelo constante na norma do art. 550 do novo CPC (antigo 914 do CPC/73), aquele que tem um bem sob a guarda ou administraÃ§Ã£o de um terceiro, tem o direito de exigir deste a devida prestaÃ§Ã£o de contas, que deverÃ£o efetivamente ser prestadas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â In casu, conforme consta da inicial, objetiva a autora, com a presente aÃ§Ã£o de prestaÃ§Ã£o de contas, seja a instituiÃ§Ã£o financeira compelida a prestar contas dos encargos incidentes sobre os dois contratos de MÃºtuo que firmaram em 1989, sob pena de nÃ£o lhe ser lÃ-cito impugnar as contas que a autora apresentar, consoante disposto nos artigos 551 c/c 552 do novo CPC/2015 (correspondente aos artigos 915 c/c 917 do antigo CÃ³digo de Processo Civil/1973). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A parte requerente indicou sua pretensÃ£o na inicial, que Ã© a prestaÃ§Ã£o de contas dos lanÃ§amentos, movimentaÃ§Ã£o e operaÃ§Ãµes efetuadas entre as partes referentes ao contrato de MÃºtuo nº119/89, no valor de Ncz$ 11.500.00,00 (onze milhÃµes e quinhentos mil cruzados novos), e contrato de nº100/89 no valor de Ncz$ 1.000.000,00 (um milhÃ£o de cruzados novos), por entender indevida a cobranÃ§a de quantia superior ou nÃ£o pertinentes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pois bem, pela documentaÃ§Ã£o acostada aos autos, incontroversa se mostra a relaÃ§Ã£o jurÃ-dica havida entre as partes, sendo certo que a requerente Ã© cliente e correntista da instituiÃ§Ã£o bancÃ¡ria demandada, e que firmaram contratos de MÃºtuo, portanto, caracterizado o vÃ-nculo jurÃ-dico existente entre as partes, sendo assim, o banco tem a obrigaÃ§Ã£o de prestar as contas pleiteadas pela autora. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ora, por Ã³bvio constitui direito inegÃ¡vel da parte demandante obter detalhadamente os dÃ©bitos e crÃ©ditos constantes do contrato mantido com a instituiÃ§Ã£o demandada, para que assim possa verificar sua legalidade, tornando, inclusive, possÃ-vel o ataque a eventuais descontos irregulares, atÃ© porque, antes da prestaÃ§Ã£o de contas nÃ£o tem a requerente como aferir a regularidade destes. A propÃ³sito Ã© o entendimento jurisprudencial: Â Â EMENTA: APELAÃÃO - AÃÃO DE PRESTAÃÃO DE CONTAS - CONTRATO DE FINANCIAMENTO - ART. 914 E SEGUINTES DO CÃDIGO DE PROCESSO CIVIL - Depreende-se da leitura da peÃ§a exordial que a parte autora, ora apelante, nÃ£o formulou qualquer pedido para nulidade ou revisÃ£o de clÃ¡usulas contratuais, mas tÃ£o somente para prestaÃ§Ã£o de contas. - As instituiÃ§Ãµes financeiras tÃªm o dever de apresentar aos seus clientes os contratos, extratos e demais documentos relativos Ã s transaÃ§Ãµes financeiras realizadas (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel 1.0707.11.024124-7/001, Rel. Des.(a) RogÃ©rio Medeiros, 14Âª CÃMARA CÃVEL, julgamento em 07/11/2012, publicaÃ§Ã£o da sumula em 14/11/2012) Â Â EMENTA: AÃÃO DE PRESTAÃÃO DE CONTAS. CONTRATO DE FINANCIAMENTO. INSTITUIÃÃO FINANCEIRA. DEVER DE PRESTAR AS CONTAS. INTERESSE DE AGIR. SENTENÃA REFORMADA. NÃ£o hÃ¡ dÃºvidas do dever que o banco tem de esclarecer a seus clientes acerca dos lanÃ§amentos, jÃ¡ que todas as operaÃ§Ãµes devem se revestir de clareza e transparÃªncia, em atenÃ§Ã£o aos postulados consumeristas. (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel 1.0707.12.004639-6/001, Rel. Des.(a) Alberto Henrique, 13Âª CÃMARA CÃVEL, julgamento em 08/11/2012, publicaÃ§Ã£o da sumula em 14/11/2012) EMENTA: APELAÃÃO CÃVEL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÃÃO DE PRESTAÃÃO DE CONTAS. HIPÃTESE DE CABIMENTO. DEVER DE PRESTAR CONTAS. SÃMULA 259 DO STJ. POSSIBILIDADE. RECURSO PROVIDO. -A aÃ§Ã£o de prestaÃ§Ã£o de contas compete a quem tiver o direito de exigi-las, caso do correntista em face de instituiÃ§Ã£o financeira, em relaÃ§Ã£o Ã conformaÃ§Ã£o do saldo de conta corrente (art. 914, CPC). -A disponibilizaÃ§Ã£o de extratos de conta corrente nÃ£o afasta o direito da parte de ter prestadas as contas, especialmente quando estes sÃ£o insuficientes para fornecer todas as informaÃ§Ãµes de que necessita. (Ap. CÃ-vel NÂº 1.0331.12.000829-6/001-12Âª Caciv- Des. Rel. JosÃ© FlÃ¡vio de Almeida- J. 11/12/2013). AÃÃO DE PRESTAÃÃO DE CONTAS - INSTITUIÃÃO FINANCEIRA - CONTA-CORRENTE - CÃDULA DE

CRÃDITO BANCÃRIO - COMPROVAÃÃO DA RELAÃÃO JURÃDICA - DEVER DE PRESTAR CONTAS POR PARTE DA INSTITUIÃÃO FINANCEIRA - FORNECIMENTO DE EXTRATOS QUE NÃO A EXIME DESTA OBRIGAÃÃO - INAPLICABILIDADE DA TEORIA DA SUPRESSIO - SENTENÃA MANTIDA. A aÃ§Ã£o de prestaÃ§Ã£o de contas, nos termos do artigo 914, do CÃ³digo de Processo Civil, compete a quem tiver o direito de exigi-las ou a obrigaÃ§Ã£o de prestÃ¡-las, pelo que comprovada a existÃªncia de vÃ-nculo entre as partes, cabÃ-vel a sua propositura. Os extratos de contas-correntes e de contratos de financiamento bancÃ¡rio permitem apenas uma conferÃªncia superficial, sem propiciar um exame pormenorizado das operaÃ§Ãµes ocorridas, razÃ£o pela qual, sua remessa ao correntista nÃ£o lhe retira a legitimidade para exigir prestaÃ§Ã£o de contas da instituiÃ§Ã£o financeira. A Teoria da Supressio consiste na reduÃ§Ã£o do conteÃºdo obrigacional pela inÃ©rcia de uma das partes em exercer direito ou faculdades, gerando na outra legÃ-tima expectativa. Para a sua configuraÃ§Ã£o mostra-se necessÃ¡rio o decurso do prazo prescricional sem exercÃ-cio do direito em questÃ£o, bem como um desequilÃ-brio decorrente da aÃ§Ã£o do tempo entre o benefÃ-cio do credor e o prejuÃ-zo do devedor, o que nÃ£o ocorreu no presente caso. (TJ-MG - AC: 10702120362737001 MG, Relator: Wanderley Paiva, Data de Julgamento: 26/02/2014, CÃ¢maras CÃ-veis / 11Âª CÃMARA CÃVEL, Data de PublicaÃ§Ã£o: 12/03/2014) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao buscar a prestaÃ§Ã£o de contas o consumidor/cliente/correntista nÃ£o age em contrariedade Ã boa-fÃ©, pelo contrÃ¡rio, o que se pretende Ã© verificar se a instituiÃ§Ã£o financeira respeitou ao longo da relaÃ§Ã£o contratual o pactuado e se pautou sua conduta nos deveres inerentes Ã boa-fÃ©. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pois bem, definida a obrigaÃ§Ã£o do banco em prestar contas, passa-se a anÃ¡lise do cumprimento ou nÃ£o dessa fase nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em contestaÃ§Ã£o Ã s fls. 169/172 o rÃ©u juntou demonstrativo de dÃ©bito dos contratos objeto da lide, que em rÃ©plica nÃ£o foi aceito pela demandante, a qual solicitou perÃ-cia contÃ¡bil para correta apuraÃ§Ã£o do saldo devedor. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deferida a prova pericial foi formulado laudo contÃ¡bil pela perita Ana CÃ©lia GonÃ§alves Fonseca (fls. 346/375), nomeada pelo juÃ-zo apÃ³s nÃ£o localizaÃ§Ã£o do perito anterior (fl. 334). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â As partes impugnaram o laudo requerendo complementaÃ§Ã£o, o que foi feito pela perita Ã s fls. 399/418, tambÃ©m havendo discordÃ¢ncia da requerente e da demandada, as quais solicitam nova perÃ-cia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em resposta Ã¡s impugnaÃ§Ãµes a perita contÃ¡bil informa Ã s fls. 460/467 que os livros contÃ¡beis nunca foram fornecidos pelo banco todas as vezes que solicitado nos autos, sob alegaÃ§Ã£o de que nÃ£o existe mais filial na cidade de BelÃ©m e que os livros se encontram e que tudo que Ã© necessÃ¡rio ao deslinde da questÃ£o consta nos autos, portanto, o laudo foi elaborado com base nas informaÃ§Ãµes prestadas pelas partes no processo, e se hÃ¡ lacunas estas sÃ£o por culpa das partes, ratificando a conclusÃ£o do laudo e da complementaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Observa-se pela detida leitura dos autos que a perita nomeada pelo juÃ-zo elaborou o laudo em conformidade com as informaÃ§Ãµes prestadas pelas partes, e os quesitos nÃ£o respondidos foram por falta de documentos, visto que nÃ£o poderia a senhora perita dar resposta sobre elementos que nÃ£o detinha, uma vez nÃ£o fornecidos por nenhuma das partes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Claramente no laudo pericial, na complementaÃ§Ã£o e na resposta as impugnaÃ§Ãµes das partes, afirma-se que nÃ£o hÃ¡ nos autos demonstraÃ§Ã£o de amortizaÃ§Ã£o das dÃ-vidas decorrentes dos contratos de mÃºtuo objeto da lide, ainda que a parte autora insista nessa alegaÃ§Ã£o, nÃ£o trouxe aos autos um Ãºnico documento ou prova a esse respeito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Frise-se que a parte autora em momento algum trouxe aos autos documentos fiscais ou livros contÃ¡beis, ou extratos de contas correntes, para demonstrar as amortizaÃ§Ãµes das dÃ-vidas que alega a todo momento desde a propositura da aÃ§Ã£o, Ã´nus que lhe cabia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â E, por fim, considerando-se que os cÃ¡lculos foram realizados pela perita em conformidade com a documentaÃ§Ã£o apresentada e o conjunto probatÃ³rio fornecido pelas partes, que por diversas vezes foi oportunizado a ambos apresentares as provas que entendessem cabÃ-veis para elucidar a questÃ£o, inexistindo cerceamento de defesa, e se ao longo de 30 (trinta) anos que se arrasta a presente demanda nÃ£o forneceram nenhuma informaÃ§Ã£o adicional ou novas provas, nÃ£o hÃ¡ qualquer razÃ£o ou fundamento para realizaÃ§Ã£o da nova perÃ-cia, pelo que resta sobejamente demonstrada a validade do laudo contÃ¡bil e da complementaÃ§Ã£o jÃ¡ existentes nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Posto isto, verificado que a requerida nÃ£o apresentou as informaÃ§Ãµes contÃ¡beis e livros fiscais solicitados ao longo dos anos pelos peritos, nÃ£o hÃ¡ que se falar em omissÃ£o no laudo pericial, bem como a parte autora nÃ£o apresentou qualquer documento hÃ¡bil a comprovar que eram feitas as amortizaÃ§Ãµes arguidas, portanto, o laudo pericial Ã© conciso com o conjunto probatÃ³rio constante na demanda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O que se observa nas impugnaÃ§Ãµes apresentadas por ambas as partes Ã© a irresignaÃ§Ã£o da requerente por nÃ£o haver nos cÃ¡lculos amortizaÃ§Ã£o das dÃ-vidas e do rÃ©u por constar dÃ©bito inferior ao cobrado, sendo que o resultado, a conclusÃ£o a que chegou a perita, se deu pelo que consta nos autos, nÃ£o havendo

qualquer fundamento legal para a invalidaÃ§Ã£o do laudo contÃ¡bil. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pela leitura do laudo pericial (fls. 346/375) e da complementaÃ§Ã£o (fls. 399/418) constantes nos autos, verifica-se que a parte requerente nÃ£o efetuou o pagamento dos contratos de MÃºtuo nÂº119/89, no valor de Ncz$ 11.500.00,00 (onze milhÃµes e quinhentos mil cruzados novos), e de nÂº100/89 no valor de Ncz$ 1.000.000,00 (um milhÃ£o de cruzados novos), bem como o saldo devedor nÃ£o corresponde ao cobrado pela instituiÃ§Ã£o financeira, sendo corretas as quantias apresentadas nos anexos de fls. 466/467 dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DISPOSITIVO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, JULGO A AÃO DE EXIGIR CONTAS COM RESOLUÃO DO MÃRITO, na forma do art. 487, I, do CÃ³digo de Processo Civil/2015, para: 1)Â Â Â Â Â HOMOLOGAR o LAUDO PERICIAL de fls. 346/375, bem como a complementaÃ§Ã£o ao laudo de fls. 399/418 e esclarecimentos da perita de fls. 460/467; 2)Â Â Â Â Â DECLARAR o saldo devedor em favor da parte requerida nos valores constantes do laudo pericial, referente ao contrato de nÂº119/89, no valor de R$ 93.892.040,62 (noventa e trÃªs milhÃµes oitocentos e noventa e dois mil quarenta reais e sessenta e dois centavos), e de nÂº100/89 no valor de R$ 11.800.036,80 (onze milhÃµes oitocentos mil trinta e seis reais e oitenta centavos), com correÃ§Ã£o monetÃ¡ria e juros a partir da data de emissÃ£o do laudo de fls. 346/375; 3)Â Â Â Â Â Em razÃ£o da sucumbÃªncia recÃ-proca e por forÃ§a do disposto nos artigos 82, Â§ 2Âº, 85, Â§ 14, e 86, todos do CÃ³digo de Processo Civil/2015, CONDENO cada uma das partes ao pagamento de 50% (cinquenta por cento) das custas e despesas processuais, bem como ao pagamento dos honorÃ¡rios advocatÃ-cios da parte contrÃ¡ria, ora fixados em 10% sobre o valor da condenaÃ§Ã£o para cada qual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificado o trÃ¢nsito em julgado, arquivar os presentes autos e dar baixa na distribuiÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 08/04/2022. Roberto AndrÃ©s Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital 109 PROCESSO: 00129071919968140301 PROCESSO ANTIGO: 199610205855 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH A??o: Embargos à Execução em: 12/04/2022 AUTOR:N T MAGAZINE LTDA E OUTROS Representante(s): OAB 4433 - FRANCISCO POMPEU BRASIL FILHO (ADVOGADO) EMBARGADO:FACULDADE INTEGRADA BRASIL AMAZONIA SC LTDA Representante(s): OAB 6467 - AFONSO ARINOS DE ALMEIDA LINS FILHO (ADVOGADO) OAB 20656 - CORACY MARIA MARTINS DE ALMEIDA LINS (ADVOGADO) . Embargos a ExecuÃ§Ã£o Processo nÂº 0012907-19.1996.814.0301 SENTENÃA 1.Â Â Â Â Â RelatÃ³rio Â Â Â Â Â Â Â Â Â N.T. Magazine Ltda. e Outros, ingressou com Embargos Ã ExecuÃ§Ã£o em face de Banco do Brasil S/A, aduzindo conexÃ£o com aÃ§Ã£o de prestaÃ§Ã£o de contas e anulaÃ§Ã£o proposta em outro juÃ-zo, que o tÃ-tulo executivo utilizado pela rÃ©/embargada nÃ£o pode ser utilizado para execuÃ§Ã£o forÃ§ada por se tratar de contrato de credito em conta corrente sendo ilÃ-quido, bem como os juros e correÃ§Ã£o aplicados sÃ£o excessivos tornando a dÃ-vida ainda maior, e as referidas clausulas sÃ£o abusivas a luz do cÃ³digo de defesa do consumidor, e a inacumulaÃ§Ã£o de verba honoraria com multa contratual, alegando excesso na execuÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Requer a decretaÃ§Ã£o de nulidade do tÃ-tulo executivo e consequente extinÃ§Ã£o da execuÃ§Ã£o sem julgamento do mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Recebidos os embargos determinou-se intimaÃ§Ã£o do embargado para manifestaÃ§Ã£o, fl. 38. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A parte Embargada apresentou ImpugnaÃ§Ã£o, fls. 38/50, alegando litigÂncia de ma-fÃ©, inexistÃªncia de conexÃ£o, e certeza e liquidez do titulo por restar demonstrada a utilizaÃ§Ã£o do valor disponibilizado, bem como inexistÃªncia de excesso de execuÃ§Ã£o porque estÃ¡ sendo cobrado em conformidade com o disposto em contrato. Â Â Â Â Â Â Â Â Juntou documentos de fls.51/69. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em decisÃ£o de fls. 71 determinou-se a remessa dos autos Ã 11Âª vara cÃ-vel por considerar conexa a presente aÃ§Ã£o e execuÃ§Ã£o com a de prestaÃ§Ã£o de contas e anulaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A embargada opÃ´s embargos de declaraÃ§Ã£o, fls. 73/74. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DecisÃ£o rejeitou os embargos, fls. 84. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DecisÃ£o de fl. 88, declarando-se suspeito por possuir demanda contra o embargado, determinando redistribuiÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DecisÃ£o do juÃ-zo da 11Âª Vara Civel declarando-se suspeito por possuir demanda contra o embargado, determinando redistribuiÃ§Ã£o, fl. 91. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Autos recebidos na 12Âª Vara Civel, fl. 92. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DecisÃ£o devolvendo autos Ã 4Âª Vara Civel, fl. 95. Â Â Â Â Â Â Â Â Â JuÃ-zo da 4Âª Vara suscitou conflito de competÃªncia, fl. 96. Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o do embargado informando cessÃ£o de crÃ©ditos requerendo substituiÃ§Ã£o processual, fls. 97/101. Â Â Â Â Â Â Â Â Â JuÃ-zo da 4Âª Vara CÃ-vel declarou-se suspeito por possuir demanda contra o embargado, determinando redistribuiÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â JuÃ-zo da 5Âª Vara Civel determinou retorno Ã 4Âª Vara em razÃ£o da substituiÃ§Ã£o processual da parte embargada, encerrando o motivo da suspeiÃ§Ã£o, fl. 111. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nada mais, passo a decidir. 2.Â Â Â Â Â FundamentaÃ§Ã£o Â Â Â Â Â Â Â Â Â Da ConexÃ£o Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em decisÃ£o de fls. 71 o juÃ-zo Ã Ã©poca acolheu a preliminar arguida pela embargante reconhecendo existÃªncia de conexÃ£o com aÃ§Ã£o de prestaÃ§Ã£o de contas que tramitava perante a 11Âª Vara CÃ-vel de BelÃ©m,

que discutia o mesmo contrato objeto da execuÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos verifica-se que estes nunca chegaram a ser apensados Ã quela aÃ§Ã£o em razÃ£o de redistribuiÃ§Ãµes e remessas naquela ocasiÃ£o ocorridas por suspeiÃ§Ã£o dos magistrados, e, apÃ³s ocorrida a substituiÃ§Ã£o processual, cessada a causa da suspeiÃ§Ã£o, os autos retornaram a presente 4Âª Vara CÃ-vel sem qualquer notÃ-cia sobre os autos da prestaÃ§Ã£o de contas mencionada na decisÃ£o de fl. 71. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em consulta ao sistema processual do Libra este magistrado localizou apenas duas aÃ§Ãµes de prestaÃ§Ã£o de contas movidas pela parte embargante contra a embargada, nÂº 0016965-78.1995.8.814.0301 e nÂº0016966-73.1995.814.0301, as quais constam arquivadas, extintas sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, deixando de existir a causa da conexÃ£o entre as aÃ§Ãµes, revogo a decisÃ£o de fl. 71 dos autos e passo ao julgamento da presente demanda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Do MÃ©rito Â Â Â Â Â Â Â Â Â O embargante insurge-se contra o tÃ-tulo executivo objeto da aÃ§Ã£o de execuÃ§Ã£o nÂº 0006337-83.1996.814.0301 alegando sua nulidade por nÃ£o preencher os requisitos de validade e eficÃ¡cia definidos por lei, por se tratar de Contrato de Abertura de CrÃ©dito em Conta Corrente, o qual nÃ£o subsiste como tÃ-tulo executivo extrajudicial, em face de sua iliquidez, ausente a forÃ§a executiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â De acordo com o documento de fls. 53/56 carreado aos autos pelo embargado a AÃÃO DE EXECUÃÃO estÃ¡ fundada no Contrato de Abertura de CrÃ©dito na Conta Corrente, para concessÃ£o de crÃ©dito rotativo em conta corrente, tambÃ©m conhecido como limite de cheque especial, alegando a prova de utilizaÃ§Ã£o da quantia por meio de extrato de conta corrente de fl. 61. Â Â Â Â Â Â Â Â Â De fato, o contrato de abertura de crÃ©dito nÃ£o Ã© tÃ-tulo executivo extrajudicial, em face de sua iliquidez que lhe retira a forÃ§a executiva, ainda que acompanhado dos demonstrativos da conta corrente, o que assiste razÃ£o ao embargante, tendo em vista que o Superior Tribunal de JustiÃ§a consagrou, hÃ¡ muito, o entendimento de que: "o contrato de abertura de crÃ©dito, ainda que acompanhado de extrato da conta-corrente, nÃ£o Ã© tÃ-tulo executivo" (SÃºmula 233 do STJ). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido, tambÃ©m, colaciono alguns julgados: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL - APELAÃÃO CÃVEL -EXECUÃÃO FUNDADA EM CONTRATO DE ABERTURA DE CRÃDITO ROTATIVO EM CONTA CORRENTE, ACOMPANHADO DE EXTRATOS DE CONTA - EXTINÃÃO DO FEITO - MANUTENÃÃO DA SENTENÃA - APLICAÃÃO DA SÃMULA 233 DO STJ - RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. O contrato de abertura de crÃ©dito, ainda que acompanhado de extratos de conta, nÃ£o Ã© tÃ-tulo executivo. Assim, impÃµe-se extinguir a execuÃ§Ã£o, nos termos da SÃºmula 233 do STJ. 2. Apelo a que se nega provimento. DecisÃ£o unÂ¢nime. (TJ-PE - APL: 5193662 PE, Relator: Humberto Costa Vasconcelos JÃºnior, Data de Julgamento: 06/02/2019, 1Âª CÂ¢mara Regional de Caruaru - 1Âª Turma, Data de PublicaÃ§Ã£o: 14/02/2019) TJ-PR - ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel AC 1457821 PR ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel 0145782-1 (TJ-PR). Data de publicaÃ§Ã£o: 04/02/2000. Ementa: O - CONTRATO DE ABERTURA DE CRÃDITO EM CONTA-CORRENTE - NOTA PROMISSÃRIA - ILIQUIDEZ DO TÃTULO - CARÃNCIA DE AÃÃO POR FALTA DE TÃTULO EXECUTIVO - RECONHECIMENTO - EXECUÃÃO EXTINTA. Cabe ao juiz, em qualquer grau, apreciar as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o para que, caso nÃ£o concorra qualquer delas, extinguir o processo por carÃªncia. Assim, ante o novo entendimento manifestado pelo STJ, Ã© forÃ§oso reconhecer que os contratos de abertura de crÃ©dito em conta-corrente nÃ£o se revestem de liquidez e, por consequÃªncia, nÃ£o podem ser considerados tÃ-tulos extrajudiciais. Recurso de apelaÃ§Ã£o nÂº 01 prejudicado. Recurso de apelaÃ§Ã£o nÂº 02 provido TJ-MG - ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel AC 10024140484122001 MG (TJ-MG). Data de publicaÃ§Ã£o: 11/06/2014. Ementa: APELAÃÃO. EMBARGOS DO DEVEDOR. EXECUÃÃO FUNDADA EM CONTRATO DE ABERTURA DE CRÃDITO EM CONTA CORRENTE. AUSÃNCIA DE TITULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. - O Superior Tribunal de JustiÃ§a consagrou, hÃ¡ muito, o entendimento de que "o contrato de abertura de crÃ©dito, ainda que acompanhado de extrato da conta-corrente, nÃ£o Ã© tÃ-tulo executivo" (SÃºmula 233 do STJ).VV:EMENTA: EXECUÃÃO - CÃDULA DE CRÃDITO BANCÃRIO - TÃTULO EXECUTIVO - NULIDADE E INCONSTITUCIONALIDADE AFASTADAS. O contrato de cÃ©dula de crÃ©dito bancÃ¡rio se constitui tÃ-tulo executivo extrajudicial, hÃ¡bil a ensejar a execuÃ§Ã£o, por expressa disposiÃ§Ã£o do artigo 28 , Â§ 2Âº , inciso II da Lei nÂº 10.931 , de 2 de agosto de 2004, desde que acompanhado de planilha demonstrativa da evoluÃ§Ã£o da dÃ-vida imputada ao executado. NÃ£o hÃ¡ inconstitucionalidade na referida Lei, haja vista a previsÃ£o do artigo 18 , da LC 95 /98. NÃ£o se aplicando ao caso o artigo 192 da CF/88 . Considerada tÃ-tulo executivo extrajudicial, por forÃ§a do art. 28 , da Lei 10.931 /04, desde que preenchidos os requisitos previstos no art. 29 da mesma lei, a CÃ©dula de CrÃ©dito BancÃ¡rio Ã© tÃ-tulo hÃ¡bil a instruir aÃ§Ã£o de execuÃ§Ã£o, nÃ£o havendo que se falar em indeferimento da petiÃ§Ã£o inicial, devendo ser cassada a sentenÃ§a, dando-se regular prosseguimento ao feito executivo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, ACOLHO A PRELIMINAR DE NULIDADE DA EXECUÃÃO, ante a ausÃªncia de tÃ-tulo lÃ-quido, certo e exigÃ-vel, com fundamento no artigo 485, IV, e artigo 803, I, ambos do CPC/2015. 3.Â Â Â Â Â Dispositivo Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, JULGO PROCEDENTES os presentes

Embargos Ã ExecuÃ§Ã£o, nos termos do art. 487, I, do CPC/2015, e, por consequÃªncia, JULGO EXTINTA A AÃÃO DE EXECUÃÃO nÂº 0006337-83.1996.814.0301, com fundamento nos arts. 485, IV, e artigo 803, I, ambos do CPC/2015. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CONDENO a parte embargada ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como dos honorÃ¡rios advocatÃ-cios, ora fixados em 10% sobre o valor da causa, nos termos do art. 85 do CPC/2015. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nos termos do artigo 46, caput, da Lei estadual n. 8.328, de 29/12/2015, fica advertida a parte responsÃ¡vel de que, na hipÃ³tese de, havendo custas, nÃ£o efetuar o pagamento delas no prazo legal, o respectivo crÃ©dito, alÃ©m de encaminhado para inscriÃ§Ã£o em DÃ-vida Ativa, sofrerÃ¡ atualizaÃ§Ã£o monetÃ¡ria e incidÃªncia de outros encargos legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o transito em julgado, translade-se cÃ³pia desta sentenÃ§a para os autos do processo de ExecuÃ§Ã£o nÂº 0006337-83.1996.814.0301. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Oportunamente, arquivem-se observadas as formalidades legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 11/04/2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Roberto AndrÃ©s Itzcovich Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito Titular da 4Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital 109 PROCESSO: 00146512919968140301 PROCESSO ANTIGO: 199610230881 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 12/04/2022 EXECUTADO:CARLOS ALBERTO CAMARA DE SOUZA JUNIOR Representante(s): OAB 10367 - ANDRE BECKMANN DE CASTRO MENEZES (ADVOGADO) EXECUTADO:VITOR RENATO DE MIRANDA PINTO Representante(s): OAB 10367 - ANDRE BECKMANN DE CASTRO MENEZES (ADVOGADO) EXEQUENTE:BANCO DA AMAZONIA SA Representante(s): OAB 880 - JOSE UBIRACI ROCHA SILVA (ADVOGADO) OAB 10176 - LUIZ RONALDO ALVES CUNHA (ADVOGADO) EXECUTADO:MELAMAZON S.A Representante(s): OAB 10367 - ANDRE BECKMANN DE CASTRO MENEZES (ADVOGADO) . Processo nÂº 0014651-29.1996.814.0301 Cumpra-se os determinados em sentenÃ§as proferidas nos autos dos embargos nÂº 0001556-50.1997.814.0301 e 0016117-92.1997.814.0301 e; 1)Â Â Â Â Â Encaminhe-se os autos ao contador do juÃ-zo para proceder a atualizaÃ§Ã£o do valor indicado pelo perito e homologado pelo juÃ-zo nos autos dos embargos a execuÃ§Ã£o nÂº0001556-50.1997.814.0301; 2)Â Â Â Â Â Apresentado o valor atualizado, certifique-se e retornem-me os autos conclusos. SE NECESSÃRIO, SERVIRÃ CÃPIA DESTE (A) DESPACHO/DECISÃO COMO MANDADO conforme autorizado pelo PROVIMENTO CJ/CI 003/2009, devendo o Sr. Diretor Observar o disposto em seus nos artigos 3Âº e 4Âº. BelÃ©m/PA, 07/04/2022. Roberto AndrÃ©s Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital 109 PROCESSO: 00161179219978140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH A??o: Embargos à Execução em: 12/04/2022 EMBARGANTE:CARLOS ALBERTO CAMARA DE SOUZA JUNIOR Representante(s): OAB 1746 - REYNALDO ANDRADE DA SILVEIRA (ADVOGADO) EMBARGANTE:VITOR RENATO DE MIRANDA PINTO Representante(s): OAB 1746 - REYNALDO ANDRADE DA SILVEIRA (ADVOGADO) EMBARGADO:BANCO DA AMAZONIA SA Representante(s): OAB 10176 - LUIZ RONALDO ALVES CUNHA (ADVOGADO) . Processo nÂº 0016117-92.1997.814.0301 Embargante: CARLOS ALBERTO CÃMARA SOUZA JR. E VÃTOR RENATO DE MIRANDA PINTO Embargado: BANCO DA AMAZÃNIA S/A Juiz: Roberto AndrÃ©s Itzcovich SENTENÃA 1.Â Â Â Â Â RelatÃ³rio Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os embargantes, ingressaram com Embargos Ã ExecuÃ§Ã£o em face da embargada, aduzindo que a aÃ§Ã£o de execuÃ§Ã£o foi proposta contra a pessoa jurÃ-dica e os sÃ³cios sem que estes tenham figurado como avalistas, inexistindo prova do aval, que os sÃ³cios nÃ£o foram protestados, bem como as duplicatas nÃ£o possuem assinatura de aceite, que figuraram apenas como representantes legal da pessoa jurÃ-dica, que a planilha de dÃ©bitos apresentada nÃ£o Ã© discriminativa, sem indicaÃ§Ã£o da origem da dÃ-vida, requer a exclusÃ£o dos embargantes da lide e alternativamente a extinÃ§Ã£o da execuÃ§Ã£o por nÃ£o preenchimento dos requisitos legais, ou ainda, a reduÃ§Ã£o dos valores executados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Recebidos os embargos e determinada a suspensÃ£o da execuÃ§Ã£o, fl. 31. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A parte embargada apresentou impugnaÃ§Ã£o Ã s fls. 32/41, alegando que as duplicatas possuem chancela mecÃ¢nica dos embargantes, caracterizando regular emissÃ£o das cÃ¡rtulas, bem como existe aval dos sÃ³cios, por endosso em branco no verso dos tÃ-tulos, requer a improcedÃªncia dos embargos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os embargantes apresentaram manifestaÃ§Ã£o Ã impugnaÃ§Ã£o, fls. 53/56. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nada mais, passo a decidir. 2.Â Â Â Â Â FundamentaÃ§Ã£o Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso sub examine, desnecessÃ¡ria a ampliaÃ§Ã£o probatÃ³ria, posto que o feito jÃ¡ contÃ©m elementos suficientes para apreciaÃ§Ã£o e julgamento e, ainda, em atenÃ§Ã£o ao princÃ-pio da livre convicÃ§Ã£o, antecipo o julgamento do mÃ©rito, na forma do art. 355, I, do CPC/2015, o qual estabelece a conveniÃªncia do julgamento antecipado do pedido, quando nÃ£o houver necessidade de outras provas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido, hÃ¡ tempos a jurisprudÃªncia dos tribunais superiores aponta que Â¿Presentes as condiÃ§Ãµes que ensejam o julgamento antecipado da causa, Ã© dever do juiz e nÃ£o mera faculdade, assim o procederÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo Ã anÃ¡lise

da demanda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No mÃ©rito, analisando detidamente os autos, compulsando detalhadamente o arcabouÃ§o probatÃ³rio, conclui-se que assiste razÃ£o a parte Embargante quanto ao fundamento de inexistÃªncia de prova do aval ou da garantia da dÃ-vida executada pelos sÃ³cios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sabe-se que o tÃ-tulo executivo, seja ele judicial ou extrajudicial, possui requisitos formais para ter validade, devendo sempre expressar uma obrigaÃ§Ã£o certa, lÃ-quida e exigÃ-vel, conforme determina o art. 783, do NCPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Observa-se que a Embargada acostou aos autos da execuÃ§Ã£o diversas DUPLICATAS, entendendo ter forÃ§a executiva, com base no art. 784, I, do aludido diploma, que estabelece: Art. 784. SÃ£o tÃ-tulos executivos extrajudiciais: ... I - a letra de cÃ¢mbio, a nota promissÃ³ria, a duplicata, a debÃªnture e o cheque; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pois bem, prosseguindo-se com o contraditÃ³rio da parte executada/embargante, observa-se que a controvÃ©rsia, inicialmente, gira em torno da existÃªncia ou nÃ£o de aval dos sÃ³cios para responderem diretamente pelas dÃ-vidas constantes nos tÃ-tulos executados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A legitimidade para agir Ã© condiÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o que se precisa investigar no elemento subjetivo da demanda: os sujeitos. NÃ£o basta que se preencham os 'pressupostos processuais' subjetivos para que a parte possa atuar regularmente em juÃ-zo. Ã necessÃ¡rio, ainda, que os sujeitos da demanda estejam em determinada situaÃ§Ã£o jurÃ-dica que lhes autorize a conduzir o processo em que se discuta aquela relaÃ§Ã£o jurÃ-dica de direito material deduzida em juÃ-zo. Fredie Didier JÃºnior, citando Araken de Assis, afirma que" Parte legÃ-tima Ã© aquela que se encontra em posiÃ§Ã£o processual (autor ou rÃ©u) coincidente com a situaÃ§Ã£o legitimadora, 'decorrente de certa previsÃ£o legal, relativamente Ã quela pessoa e perante o respectivo objeto litigioso' "e completa: Â Â "Essa noÃ§Ã£o revela os principais aspectos da legitimidade ad causam: a) trata-se de uma situaÃ§Ã£o jurÃ-dica regulada pela lei ('situaÃ§Ã£o legitimante'; 'esquemas abstratos'; 'modelo ideal', nas expressÃµes normalmente usadas pela doutrina); b) Ã© qualidade jurÃ-dica que se refere a ambas as partes do processo (autor e rÃ©u); c) afere-se diante do objeto litigioso, a relaÃ§Ã£o jurÃ-dica substancial deduzida - 'toda legitimidade baseia-se em regras de direito material', embora se examine Ã luz da situaÃ§Ã£o afirmada no instrumento da demanda."(Curso de Direito Processual Civil, 14Âª ediÃ§Ã£o, volume 1, Salvador: Jus Podivm, 2012, p. 218) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em que pese os argumentos da parte embargada, e analisando a petiÃ§Ã£o inicial da aÃ§Ã£o de execuÃ§Ã£o de nÂº 0014651-29.1996.814.0301, nÃ£o hÃ¡ dÃºvidas de que a mencionada aÃ§Ã£o fora proposta em desfavor da pessoa jurÃ-dica Melamazon S.A e dos sÃ³cios da empresa, embora as duplicatas cujo dÃ©bito se persegue tenham sido emitidos pela referida empresa, sem qualquer documento que comprove que os sÃ³cios foram avalistas dos negÃ³cios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ora, a aÃ§Ã£o de execuÃ§Ã£o deveria ter sido proposta somente em face da empresa Melamazon S.A, tendo em vista que a pessoa jurÃ-dica nÃ£o pode ser confundida com a pessoa de seus sÃ³cios, os quais assinaram as duplicatas unicamente como representantes legais da sociedade, inexistindo prova de que tenham assumido o dÃ©bito conjuntamente com a empresa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Como cediÃ§o, a personalidade da empresa nÃ£o se confunde com a de seus sÃ³cios, jÃ¡ que se tratam de pessoas distintas e com responsabilidades prÃ³prias, somente podendo ser demandados em caso da aplicaÃ§Ã£o da teoria da desconsideraÃ§Ã£o da personalidade jurÃ-dica (CC, art. 50), o que nÃ£o ocorreu no presente caso, jÃ¡ que sequer houve pedido nesse sentido. A propÃ³sito: Â RECURSO DE APELAÃÃO. EMBARGOS Ã EXECUÃÃO. AÃÃO EXECUTIVA. TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. TÃTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. COMPROMISSO ASSUMIDO PELO SÃCIO NA CONDIÃÃO DE REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA. SOCIEDADE LIMITADA. AUSÃNCIA DE PEDIDO DE DESCONSIDERAÃÃO DA PERSONALIDADE JURÃDICA. ILEGITIMIDADE PASSIVA DO SÃCIO. EXTINÃÃO DA EXECUÃÃO. RECURSO PROVIDO. 1. O Termo de Ajustamento de Conduta Ã© tÃ-tulo executivo extrajudicial, nos termos do art. 5Âº, Â§ 6Âº, da Lei nÂº 7.347/85 (Lei da AÃ§Ã£o Civil PÃºblica), e do art. 585, VIII, do CPC/73, vigente Ã Ã©poca da propositura da aÃ§Ã£o (atual art. 784, VIII, CPC/15) 2. A pessoa jurÃ-dica tem existÃªncia distinta da de seus membros, possuindo personalidade jurÃ-dica e patrimÃ´nio prÃ³prios, notadamente quando se trata de sociedade limitada, em que a responsabilidade dos sÃ³cios Ã© restrita ao valor de suas cotas. 3. O sÃ³cio que assina Termo de Ajustamento de Conduta na condiÃ§Ã£o de representante legal da empresa nÃ£o possui legitimidade para figurar no polo passivo de aÃ§Ã£o executiva embasada no descumprimento das obrigaÃ§Ãµes assumidas no tÃ-tulo, mormente quando inexiste pedido de desconsideraÃ§Ã£o da personalidade jurÃ-dica da empresa. (TJMG - ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel 1.0027.14.018693-6/001, Relator (a): Des.(a) Bitencourt Marcondes , 1Âª CÃMARA CÃVEL, julgamento em 02/05/2017, publicaÃ§Ã£o da sumula em 08/05/2017) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim sendo, na hipÃ³tese vertente, considerando que as obrigaÃ§Ãµes constantes do instrumento executado foram contraÃ-das apenas pela empresa, Ã© de se concluir que os embargantes/executados (sÃ³cios da empresa) nÃ£o sÃ£o partes legÃ-timas para figurarem no polo passivo da aÃ§Ã£o de execuÃ§Ã£o. 3.Â Â Â Â Â Dispositivo Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto,

consoante fundamentaÃ§Ã£o, JULGO PROCEDENTES OS EMBARGOS Ã EXECUÃÃO, e por consequÃªncia, DETERMINO A EXCLUSÃO DOS EMBARGANTES da aÃ§Ã£o de execuÃ§Ã£o processo nÂº0014651-29.1996.814.0301, nos termos do art. 485, VI, do NCPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CONDENO a parte Embargada/exequente ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como dos honorÃ¡rios advocatÃ-cios, ora fixados em 10% sobre o valor da causa, nos termos do art. 85 do CPC/2015. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nos termos do artigo 46, caput, da Lei estadual n. 8.328, de 29/12/2015, fica advertida a parte responsÃ¡vel de que, na hipÃ³tese de, havendo custas, nÃ£o efetuar o pagamento delas no prazo legal, o respectivo crÃ©dito, alÃ©m de encaminhado para inscriÃ§Ã£o em DÃ-vida Ativa, sofrerÃ¡ atualizaÃ§Ã£o monetÃ¡ria e incidÃªncia de outros encargos legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o transito em julgado, translade-se cÃ³pia desta sentenÃ§a e junte-se aos autos da ExecuÃ§Ã£o, processo nÂº 0014651-29.1996.8.14.0301. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Oportunamente, arquivem-se observadas as formalidades legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 06/04/2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Roberto AndrÃ©s Itzcovich Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito Titular da 4Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital 109 PROCESSO: 00178983519988140301 PROCESSO ANTIGO: 199810292442 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH A??o: Embargos à Execução em: 12/04/2022 EMBARGADO:BANCO DA AMAZONIA SA Representante(s): OAB 10535 - CHIARA DE SOUSA COSTA (ADVOGADO) OAB 14035 - JOSE FELIPE DE PAULA BASTOS JUNIOR (ADVOGADO) ADELMIRA CARNEIRO MAIA (ADVOGADO) EMBARGANTE:JOSE SEVERINO FILHO EMBARGANTE:NORTE MADEIRAS IMP.E EXPORTACOES LTDA. EMBARGANTE:MADENORTE S/A. LAMINADOS E COMPENSADOS Representante(s): ROLAND RAAD MASSOUD (ADVOGADO) MARCIA VANIA MARIA PAES DA CONSOLACAO (ADVOGADO) EMBARGANTE:MADENORTE-PART.INVEST. E SERVICOS LTDA. Representante(s): JOSE SANTANA DE SOUZA PEREIRA (ADVOGADO) . AUTOS NÂº 0017898-35.1998.814.0301 EMBARGANTE: MADERNORTE S.A. LAMINADOS E COMPENSADOS e outros EMBARGADO: BANCO DA AMAZÃNIA S.A Cuida-se de EMBARGOS Ã EXECUÃÃO opostos por MADERNORTE S.A. LAMINADOS E COMPENSADOS e outros em desfavor do BANCO DA AMAZÃNIA S.A, em que os embargantes alegam, em suma, que o embargado nÃ£o levou em consideraÃ§Ã£o em seus cÃ¡lculos os valores amortizados desde a assinatura da CÃ©dula de CrÃ©dito Industrial; nÃ£o foram discriminados os parÂ¢metros de cÃ¡lculo utilizados, tampouco como o embargado chegou ao valor que estÃ¡ sendo executado, razÃ£o pela qual a execuÃ§Ã£o deve ser extinta. No mÃ©rito, alega a existÃªncia de excesso de execuÃ§Ã£o. Requer, ao final, que os Embargos Ã ExecuÃ§Ã£o sejam julgados procedentes com a consequente declaraÃ§Ã£o de nulidade das clÃ¡usulas contratuais impugnadas. Os Embargos Ã ExecuÃ§Ã£o foram recebidos e suspensa a execuÃ§Ã£o - fls. 93. O Embargado se manifestou Ã s fls. 94/141, alegando, preliminarmente, a falta de recolhimento das custas iniciais, e no mÃ©rito, rechaÃ§ou todos os argumentos expendidos pelo embargante. O embargante se manifestou Ã s fls. 171/184 Realizada audiÃªncia `as fls. 226, a magistrada declarou saneado o processo e fixou como ponto controvertido o excesso de execuÃ§Ã£o, deferiu o pedido do embargante para realizaÃ§Ã£o de perÃ-cia contÃ¡bil, bem como o pedido do embargado para apresentaÃ§Ã£o de planilha de dÃ©bito atualizada no prazo de 5 dias. Por fim, o embargante peticionou manifestando sua discordÂ¢ncia quanto Ã apresentaÃ§Ã£o de planilha de dÃ©bito pelo embargado. Ã o que cabia relatar. Decido. Ao contrÃ¡rio do que alega o embargado, constato que, conforme certidÃ£o de fls. 93, as custas iniciais dos presentes Embargos Ã ExecuÃ§Ã£o foram devidamente recolhidas, nÃ£o havendo que se falar em extinÃ§Ã£o do feito. Ademais, verifico ainda que nÃ£o merece ser acolhido o argumento do executado no sentido de a execuÃ§Ã£o deve ser extinta sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito por falta apresentaÃ§Ã£o do demonstrativo de dÃ©bito, uma vez que a apresentaÃ§Ã£o do tÃ-tulo executivo e dos cÃ¡lculos de fls. 08/10 foram considerados suficientes quando do recebimento da inicial para dar inÃ-cio ao processo de execuÃ§Ã£o. AlÃ©m disso, o executado nÃ£o nega a existÃªncia da dÃ-vida, portanto, tornou-se ponto incontroverso a existÃªncia do dÃ©bito, nÃ£o sendo cabÃ-vel a extinÃ§Ã£o do processo executivo passados mais de 25 anos desde a sua instauraÃ§Ã£o. Constato que a defesa do executado consiste no excesso de execuÃ§Ã£o. Sendo assim, Ã© absolutamente desnecessÃ¡ria a realizaÃ§Ã£o de perÃ-cia tÃ©cnica deferida em audiÃªncia (fls. 226), por ser matÃ©ria exclusivamente de direito, cuja verificaÃ§Ã£o depende da anÃ¡lise dos instrumentos contratuais juntados aos autos. Esse Ã© o entendimento sedimentado pela jurisprudÃªncia pÃ¡tria. SenÃ£o vejamos: APELAÃÃO CÃVEL. NEGÃCIOS JURÃDICOS BANCÃRIOS. EMBARGOS Ã EXECUÃÃO. CONTRATO DE FINANCIAMENTO E DE CONFISSÃO DE DÃVIDAS. CAPITALIZAÃÃO DE JUROS. REPETIÃÃO DO INDÃBITO. O benefÃ-cio da assistÃªncia judiciÃ¡ria gratuita pode ser postulado e concedido a qualquer momento e em qualquer grau de jurisdiÃ§Ã£o, entretanto, a concessÃ£o da benesse nÃ£o retroage, nÃ£o produzindo efeitos sobre os atos jÃ¡ praticados. Precedentes jurisprudenciais desta Corte. Sustentada a cobranÃ§a de encargos abusivos e/ou excessivos, com fundamento em clÃ¡usulas contratuais ilegais, a prova pericial apresenta-se

absolutamente desnecessÃ¡ria Ã soluÃ§Ã£o do litÃgio, pois que suficiente o exame do contrato em cotejo com o cÃ¡lculo apresentado pelo exeqÃ¼ente. NÃ£o verificado no cÃ¡lculo demonstrativo da dÃvida o cÃ´mputo de juros capitalizados no contrato de confissÃ£o de dÃvida, inviÃ¡vel a pretendida vedaÃ§Ã£o da capitalizaÃ§Ã£o mensal. Cabimento da repetiÃ§Ã£o do indÃ©bito e compensaÃ§Ã£o de valores quando procedidas modificaÃ§Ãµes no contrato que pretendem os embargantes revisar, desde que comprovado o pagamento a maior. DEFERIRAM O BENEFÃCIO DA AJG AOS APELADOS, TODAVIA, SEM EFEITO RETROATIVO, AFASTARAM A PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA E DERAM PARCIAL PROVIMENTO Ã APELAÃÃO. UNÃNIME.(ApelaÃ§Ã£o CÃvel, NÂº 70075393678, VigÃ©sima CÃ¢mara CÃvel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Walda Maria Melo Pierro, Julgado em: 28-02-2018) Nos termos do art. 739- A do antigo Diploma Processual, correspondente ao art. 917, Â§3Âº do CPC/2015, ao alegar excesso de execuÃ§Ã£o, cabia ao executado indicar o valor que entende devido e apresentar o demonstrativo de dÃ©bito. Â CPC/1973 Art. 739-A. Os embargos do executado nÃ£o terÃ£o efeito suspensivo. (...) Â§ 5oQuando o excesso de execuÃ§Ã£o for fundamento dos embargos, o embargante deverÃ¡ declarar na petiÃ§Ã£o inicial o valor que entende correto, apresentando memÃ³ria do cÃ¡lculo, sob pena de rejeiÃ§Ã£o liminar dos embargos ou de nÃ£o conhecimento desse fundamento. CPC/2015 Art. 917. Nos embargos Ã execuÃ§Ã£o, o executado poderÃ¡ alegar: (...) Â§ 3Âº Quando alegar que o exequente, em excesso de execuÃ§Ã£o, pleiteia quantia superior Ã do tÃtulo, o embargante declararÃ¡ na petiÃ§Ã£o inicial o valor que entende correto, apresentando demonstrativo discriminado e atualizado de seu cÃ¡lculo. A referida providÃªncia poderia ser facilmente cumprida, uma vez que processo de execuÃ§Ã£o contÃ©m tanto a CÃ©dula de CrÃ©dito Industrial, quanto os aditivos Re-RatificaÃ§Ã£o firmados pelas partes. Sendo assim, os presentes Embargos Ã ExecuÃ§Ã£o padecem de requisito essencial para a apreciaÃ§Ã£o do pleito, nÃ£o havendo outro caminho senÃ£o a extinÃ§Ã£o do processo sem julgamento do mÃ©rito. Posto isto, com fundamento nos arts. 485, IV, e 917, Â§3Âº, do CÃ³digo de Processo Civil/2015, JULGO EXTINTO o processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito. ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, traslade-se cÃ³pia desta sentenÃ§a para os autos da aÃ§Ã£o de execuÃ§Ã£o (autos nÂº002691-98.1997.814.0301), certificando-se o que for devido. P. R. I. C. BelÃ©m/PA, 11/04/2022. Roberto AndrÃ©s Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4Âª Vara CÃvel e Empresarial da Capital 101

RESENHA: 11/04/2022 A 13/04/2022 - SECRETARIA 1ª UPJ VARAS CIVEL,EMPRES,ORFÃO,INTERDITO, AUSENTE,RESIDUO,ACID DO TRABALHO,REG PUBLICO - VARA: 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM PROCESSO: 00011888919998140301 PROCESSO ANTIGO: 199910018608 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLOS HACHEM CHAVES JUNIOR A??o: Procedimento Sumário em: 11/04/2022 REU:UNIMED DE BELEM COOPDE TRABMEDICO Representante(s): OAB 11270 - DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE (ADVOGADO) OAB 24609 - RAPHAEL NOGUEIRA VON PAUMGARTTEN (ADVOGADO) AUTOR:LUANY DE MAGALHAES SILVA Representante(s): RAIMUNDO KULKAMP (ADVOGADO) REPRESENTANTE:GERSON DOS SANTOS SILVA Representante(s): OAB 8335 - JOSE OLAVO SALGADO MARQUES (ADVOGADO) REPRESENTANTE:MARIA LUZINETE MAGALHAES SILVA. ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Âº, Â§3Âº do Provimento nÂº 006/2006 da CJRMB (com nova redaÃ§Ã£o dada pelo Provimento nÂº 008/2014-CJRMB), que regula, no Ã¢mbito das Secretarias judiciais das Comarcas da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, os atos de administraÃ§Ã£o e mero expediente, intimo a parte apelada, atravÃ©s de seu advogado, a apresentar contrarrazÃµes, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme art. 1.010, Â§1Âº do CPC. BelÃ©m, 11/04/2022. Carlos Hachem Chaves JÃºnior Analista JudiciÃ¡rio PUBLICADO EM ____/____/____ PROCESSO: 00227467420148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VÂNIA CRISTINA TRAVASSOS LOPES BORCEM A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 12/04/2022 EXEQUENTE:BANCO DA AMAZONIA SA BASA Representante(s): FABRICIO DOS REIS BRANDAO (ADVOGADO) OAB 13221-A - CAIO ROGERIO DA COSTA BRANDAO (ADVOGADO) OAB 18475 - BRUNO CESAR BENTES FREITAS (ADVOGADO) EXECUTADO:ACADEMIA D FITNESS LTDA ME EXECUTADO:CLEITON CARVALHO RUIVO EXECUTADO:DANIELA DIAS SIQUEIRA. ATO ORDINATÃRIO Em cumprimento ao disposto no inciso XI, Â§ 2Âº, do Art. 1Âº do Provimento nÂº 006/2006, da C.R.M.B, intime-se a parte AUTORA para efetuar o pagamento de 3 CARTAS + 3 SERVIÃOS POSTAIS para a citaÃ§Ã£o dos rÃ©us. BelÃ©m/PA 12/04/2022. VÃ¢nia Borcem Analista JudiciÃ¡rio RESENHA: 12/04/2022 PUBLICAÃÃO DJE: ____/____/2022 PROCESSO: 00089814820148140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EDNA MORAIS MAGNO DE MATOS A??o:

Procedimento Comum Cível em: 13/04/2022 REQUERENTE:MARIA DE FATIMA FIGUEIREDO DOS SANTOS Representante(s): OAB 15413 - ANDRE LUIZ MORAES DA COSTA (ADVOGADO) OAB 17037 - VERONICA DA SILVA CASEIRO (ADVOGADO) REQUERIDO:FRANCISCO IREUDO A RIBEIRO Representante(s): OAB 12727 - HUGO PINTO BARROSO (ADVOGADO) OAB 19049 - THIAGO SAMPAIO NASCIMENTO (ADVOGADO) OAB 20558 - ROGERIO MATOS MARTINS (ADVOGADO) . Ã-ATO ORDINATÃRIO Em cumprimento ao disposto no art. 1Âº, Â§ 2Âº, inciso ll, do Provimento 006/2006-CJRMB, fica intimada a parte Embargada para apresentar ContrarrazÃµes no prazo de 5 (cinco) dias. BelÃ©m-PA, 13 de Abril de 2022. Edna Campos Morais Servidora da 1Âª UPJ das Vara CÃ-veis e Empresariais de BelÃ©m PUBLICADO EM ____/____/____ PROCESSO: 00098690520148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EDNA MORAIS MAGNO DE MATOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 13/04/2022 AUTOR:REPLACOM ENGENHARIA E COMERCIO LTDA Representante(s): OAB 6556 - FRANCISCO ANTONIO DOS SANTOS MOYA (ADVOGADO) OAB 2203 - MANOEL JOSE MONTEIRO SIQUEIRA (ADVOGADO) REU:GAFISA SPE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Representante(s): OAB 19809 - FABRICIO GOMES CRISTINO (ADVOGADO) OAB 214918 - DANIEL BATTIPAGLIA SGAI (ADVOGADO) . Ã-ATO ORDINATÃRIO Em cumprimento ao disposto no art. 1Âº, Â§ 2Âº, inciso ll, do Provimento 006/2006-CJRMB, fica intimada a parte Apelada para apresentar ContrarrazÃµes no prazo de 15 (quinze) dias. BelÃ©m-PA, 13 de Abril de 2022. Edna Campos Morais Servidora da 1Âª UPJ das Vara CÃ-veis e Empresariais de BelÃ©m PUBLICADO EM ____/____/____ PROCESSO: 00443795120088140301 PROCESSO ANTIGO: 200811196169 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EDNA MORAIS MAGNO DE MATOS A??o: Despejo em: 13/04/2022 AUTOR:CAMILO PEDRO NASSER Representante(s): OAB 13941 - LUIZA MONTENEGRO DUARTE PEREIRA DE SOUZA LEAO (ADVOGADO) OAB 14815 - BERNARDO DE SOUZA MENDES (ADVOGADO) OAB 17877 - RAFAEL CALVINHO SILVA (ADVOGADO) OAB 16059 - JOAO DANIEL MACEDO SA (ADVOGADO) CAMILLO MONTENEGRO DUARTE (ADVOGADO) REU:WALTER GOMES EVANGELISTA Representante(s): RODRIGO CERQUEIRA DE MIRANDA - DEFENSOR (ADVOGADO) AUTOR:ESPOLIO DE CAMILO PEDRO NASSER Representante(s): PEDRO PAULO GUIMARAES NASSER (REP LEGAL) OAB 14815 - BERNARDO DE SOUZA MENDES (ADVOGADO) OAB 17877 - RAFAEL CALVINHO SILVA (ADVOGADO) OAB 16059 - JOAO DANIEL MACEDO SA (ADVOGADO) OAB 18383 - OFIR NOBRE DA SILVA NETTO (ADVOGADO) OAB 17515 - ANDRE LUIZ MONTEIRO DE OLIVEIRA (ADVOGADO) . Ã-ATO ORDINATÃRIO Em cumprimento ao disposto no art. 1Âº, Â§ 2Âº, inciso ll, do Provimento 006/2006-CJRMB, fica intimada a parte Embargada para apresentar ContrarrazÃµes no prazo de 5 (cinco) dias. BelÃ©m-PA, 13 de Abril de 2022. Edna Campos Morais Servidora da 1Âª UPJ das Vara CÃ-veis e Empresariais de BelÃ©m PUBLICADO EM ____/____/____ PROCESSO: 00597583020118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUIGGI MAGRINELLI A??o: Embargos à Execução em: 13/04/2022 EMBARGANTE:RAIMUNDO ANTONIO OLIVEIRA SOUZA Representante(s): OAB 16662 - JOAO JORGE DE OLIVEIRA SILVA (ADVOGADO) OAB 17291 - ANA PAULA REIS CARDOSO (ADVOGADO) OAB 22271 - ADRIANO DE JESUS FERNANDES (ADVOGADO) OAB 8514 - ADRIANE FARIAS SIMOES (ADVOGADO) EMBARGADO:BANCO DO ESTADO DO PARA SA Representante(s): OAB 10270 - LETICIA DAVID THOME (ADVOGADO) OAB 9238 - ALLAN FABIO DA SILVA PINGARILHO (ADVOGADO) . Ã ATO ORDINATÃRIO Com fulcro no art. 1.Âº Â¿ Â§ 2Âº, dos Provimentos 006/2006-CJRMB e 008/2014-CJRMB, tendo em vista a tempestividade dos EMBARGOS DE DECLARAÃÃO de fls. _____, interpostos por RAIMUNDO ANTONIO OLIVEIRA SOUZA, fica o(s) advogado(s) do(s) Embargado(s),BANCO DO ESTADO DO PARA SA, intimado(s) para apresentar contrarrazÃµes no prazo de 05 (cinco) dias. BelÃ©m-PA,Â 13 de abril de 2022. Eu, _____, Servidor da 1Âª UPJ CÃ-vel de BelÃ©m, Auxiliar JudiciÃ¡rio/ Analista JudiciÃ¡rio, o digitei e subscrevi. PUBLICADO EM ____/____/____

RESENHA: 11/04/2022 A 11/04/2022 - SECRETARIA 1ª UPJ VARAS CIVEL,EMPRES,ORFÃO,INTERDITO, AUSENTE,RESIDUO,ACID DO TRABALHO,REG PUBLICO - VARA: 5ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM PROCESSO: 00001129520118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/04/2022 AUTOR:BANCO FINASA BMC SA Representante(s): OAB 13536-A - CELSO MARCON (ADVOGADO) REU:JOAO ELIAS DA COSTA LOBATO Representante(s): OAB 13443 - BRENDA FERNANDES BARRA (ADVOGADO) . Ã£PROCESSO 0000112-95.2011.8.14.0301 SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BANCO HONDA S/A ajuizou a presente AÃÃO DE BUSCA E APREENSÃO COM PEDIDO LIMINAR em face JOÃO ELIAS DA COSTA LOBATO alegando que alienou fiduciariamente em garantia ao requerido o veÃ-culo descrito na inicial, tendo este deixado de cumprir as obrigaÃ§Ãµes contratualmente avenÃ§adas, sendo constituÃ-da em mora. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Requereu que lhe fosse liminarmente deferida a busca e apreensÃ£o do bem, sendo ao final consolidadas a posse e propriedade plenas em seu nome, arcando o rÃ©u com a sucumbÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deferida a busca e apreensÃ£o liminar do bem as fls 28/29 e Mandado de Busca e ApreensÃ£o e CitaÃ§Ã£o cumprido as fls 38 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O requerido apresentou contestaÃ§Ã£o, requerendo os benefÃ-cios da justiÃ§a gratuita, alegando abusividade do contrato firmado entre as partes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Custas finais recolhidas conforme petiÃ§Ã£o 59/61 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A teor do disposto no art. 355, II do CÃ³digo de Processo Civil, passo a proferir sentenÃ§a nesta fase. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Inicialmente, indefiro os benefÃ-cios da justiÃ§a gratuita ao rÃ©uÂ requerido em contestaÃ§Ã£o, uma vez que nÃ£o foi juntado qualquer documento que comprovasse a situaÃ§Ã£o de hipossuficiÃªncia do requerido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cuida-se de aÃ§Ã£o de busca e apreensÃ£o em que o autor pleiteia a devoluÃ§Ã£o do veÃ-culo ou o equivalente em dinheiro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os documentos acostados pelo autor, em especial os de fls 16/22, demonstram que as partes firmaram contrato de financiamento com clÃ¡usula de alienaÃ§Ã£o fiduciÃ¡ria, nos termos do Decreto-Lei 911/69. O rÃ©u foi devidamente constituÃ-do em mora, conforme comunicaÃ§Ã£o de fls 23, nÃ£o havendo que se falar em notificaÃ§Â¿o de dÃ©bito irregular ou falta de comprovaÃ§Ã£o da mora. AlÃ©m disso, a citaÃ§Ã£o se operou de forma plena e eficaz, a teor da certidÃ£o de fls 38, apresentada contestaÃ§Ã£o tempestiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A alienaÃ§Ã£o fiduciÃ¡ria Ã© modalidade de garantia prevista no ordenamento jurÃ-dico brasileiro, nÂ¿o somente no Decreto-lei acima referido, consoante se denota do artigo 1.361 do CÃ³digo Civil. Desse modo, nenhuma ilegalidade hÃ¡ em se transferir a propriedade resolÃºvel do bem ao credor como forma de garantia de pagamento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No mais, as alegaÃ§Ãµes trazidas pelo rÃ©u em nada conseguem contradizer as alegaÃ§Ãµes trazidas na inicial, pois alega apenas genericamente a abusividade das clÃ¡usulas contratuais firmadas, sem apontar de modo especÃ-fico em que ponto o contrato desobedece Ã lei e aos precedentes judiciais obrigatÃ³rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A defesa afirma ilegal o valor cobrado a tÃ-tulo de comissÃ£o de permanÃªncia. No entanto, em anÃ¡lise do contrato acostado aos autos (fls 16/22), nÃ£o Ã© possÃ-vel perceber qualquer tipo de cobranÃ§a a esse tÃ-tulo. AlÃ©m disso, como jÃ¡ afirmado, a exordial Ã© genÃ©rica na afirmaÃ§Ã£o de tal cobranÃ§a, sem apontar como e quanto, no contrato ora em debate, foi cobrado esse encargo. NÃ£o hÃ¡, portanto, se que se discutir sobre a comissÃ£o de permanÃªncia, vez que nÃ£o comprovadamente cobrada no presente negÃ³cio jurÃ-dico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta forma, como o rÃ©u nÃ£o efetuou o pagamento da integralidade da dÃ-vida, e nÃ£o expÃµe, em sua defesa, argumentos que possam impedir, modificar ou extinguir (art 373, II do CPC) o direito do autor, a procedÃªncia da aÃ§Ã£o de busca e apreensÃ£o proposta Ã© medida de rigor, nos termos do artigo 3Âº do Decreto-Lei nÂº 911/69. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, com base nas disposiÃ§Ãµes Ã-nsitas no artigo 3Âº, do Decreto-lei 911/69, JULGO PROCEDENTE o pedido do autor, na forma do art. 487, I, do CPC, e, via de consequÃªncia consolido nas mÃ£os do autor a propriedade do veÃ-culo marca MARCA FIAT, MODELO PALIO FIREÂ 2003, COR CINZA, PLACA HBM4016, Chassi 9BD17146242367458, RENAVAM 816271666 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Condeno o requerido no pagamento das custas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios que fixo na forma dos Â§Â§ 3Âº e 4Âº do art. 85 do CPC em 10% sobre o valor atualizado da causa, considerando o zelo, o tipo de demanda e a simplificaÃ§Â¿o advinda do julgamento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nos termos do art. 2Âº do DL 911/69 com as novas alteraÃ§Ãµes dadas pela Lei 10.931/04, o autor poderÃ¡ vender o veÃ-culo, ficando obrigado a entregar ao rÃ©u o saldo porventura apurado, depois de haver seu crÃ©dito mais despesas de cobranÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Oficie-se ao DETRAN-PA,

comunicando estar autorizado a expedir novo certificado de registro de propriedade em nome do requerente, ou de terceiro por ele indicado, livre do Ã´nus da propriedade fiduciÃ¡ria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Havendo trÃ¢nsito em julgado e nada sendo requerido no prazo de 30 (trinta) dias, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A cÃ³pia desta decisÂ¿o servirÃ¡ como mandado nos termos do art. 1Âº, do Provimento 003/2009 Â¿ CJRMB, de 22.01.2009. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 08 de abril de 2022 Â Â Â Â Â Â Â CELIO PETRONIO D ANUNCIAÃÂ¿O Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito titular da 5Âª vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00008620820228140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO A??o: Abertura, Registro e Cumprimento de Testamento em: 11/04/2022 REQUERENTE:SERVIÇO SOCIAL DO COMERCIO - SESC. Processo: Â 0000862-08.2022.8.14.0301 SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de pedido de vistoria do Livro DiÃ¡rio Auxiliar nÂº 259, referente ao mÃªs de outubro de 2021, do ServiÃ§o Social do ComÃ©rcio - SESC, folhas numeradas seguidamente de 0001 a 958. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O Provimento nÂº 45/2015, do Conselho Nacional de JustiÃ§a - CNJ, dispÃµe: Â¿Art. 1Âº Os serviÃ§os notariais e de registros pÃºblicos prestados mediante delegaÃ§Ã£o do Poder PÃºblico possuirÃ£o os seguintes livros administrativos, salvo aqueles previstos em lei especial: Â a) Visitas e CorreiÃ§Ãµes; Â b) DiÃ¡rio Auxiliar da Receita e da Despesa; c) Controle de DepÃ³sito PrÃ©vio, nos termos do art. 4Âº deste Provimento. Art. 2Âº Os livros previstos neste Provimento serÃ£o abertos, numerados, autenticados e encerrados pelo delegatÃ¡rio, podendo utilizar-se, para esse fim, processo mecÃ¢nico de autenticaÃ§Ã£o previamente aprovado pela autoridade judiciÃ¡ria competente na esfera estadual ou distrital.Â ParÃ¡grafo Ãºnico. O termo de abertura deverÃ¡ conter o nÃºmero do livro, o fim a que se destina, o nÃºmero de folhas que contÃ©m, a declaraÃ§Ã£o de que todas as suas folhas estÃ£o rubricadas e o fecho, com data, nome do delegatÃ¡rio e assinatura. (...) Art. 11 Anualmente, atÃ© o dÃ©cimo dia Ãºtil do mÃªs de fevereiro, o Livro DiÃ¡rio Auxiliar serÃ¡ visado pela autoridade judiciÃ¡ria competente, que determinarÃ¡, sendo o caso, as glosas necessÃ¡rias, podendo, ainda, ordenar sua apresentaÃ§Ã£o sempre que entender conveniente." Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em cumprimento ao art. 11 do Provimento de nÂº 45 do Conselho Nacional de JustiÃ§a, dou por visadas 958 folhas do Livro DiÃ¡rio Auxiliar nÂº 259, referente ao mÃªs de dezembro de 2021, do ServiÃ§o Social do ComÃ©rcio - SESC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s a entrega do Livro DiÃ¡rio, de tudo certificado, dÃª-se baixa na distribuiÃ§Ã£o e arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â SERVIRÃ A PRESENTE, POR CÃPIA DIGITALIZADA, COMO MANDADO, CARTA E OFÃCIO. BelÃ©m-PA, 05 de abril de 2022.Â CÃLIO PETRÃNIO D ANUNCIAÃÃO Juiz de Direito da 5Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00008647520228140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO A??o: Abertura, Registro e Cumprimento de Testamento em: 11/04/2022 REQUERENTE:SERVIÇO SOCIAL DO COMERCIO -SESC. Processo: Â 0000864-75.2022.8.14.0301 SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de pedido de vistoria do Livro DiÃ¡rio Auxiliar nÂº 261, referente ao mÃªs de dezembro de 2021, do ServiÃ§o Social do ComÃ©rcio - SESC, folhas numeradas seguidamente de 0001 a 935. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O Provimento nÂº 45/2015, do Conselho Nacional de JustiÃ§a - CNJ, dispÃµe: Â¿Art. 1Âº Os serviÃ§os notariais e de registros pÃºblicos prestados mediante delegaÃ§Ã£o do Poder PÃºblico possuirÃ£o os seguintes livros administrativos, salvo aqueles previstos em lei especial: Â a) Visitas e CorreiÃ§Ãµes; Â b) DiÃ¡rio Auxiliar da Receita e da Despesa; c) Controle de DepÃ³sito PrÃ©vio, nos termos do art. 4Âº deste Provimento. Art. 2Âº Os livros previstos neste Provimento serÃ£o abertos, numerados, autenticados e encerrados pelo delegatÃ¡rio, podendo utilizar-se, para esse fim, processo mecÃ¢nico de autenticaÃ§Ã£o previamente aprovado pela autoridade judiciÃ¡ria competente na esfera estadual ou distrital.Â ParÃ¡grafo Ãºnico. O termo de abertura deverÃ¡ conter o nÃºmero do livro, o fim a que se destina, o nÃºmero de folhas que contÃ©m, a declaraÃ§Ã£o de que todas as suas folhas estÃ£o rubricadas e o fecho, com data, nome do delegatÃ¡rio e assinatura. (...) Art. 11 Anualmente, atÃ© o dÃ©cimo dia Ãºtil do mÃªs de fevereiro, o Livro DiÃ¡rio Auxiliar serÃ¡ visado pela autoridade judiciÃ¡ria competente, que determinarÃ¡, sendo o caso, as glosas necessÃ¡rias, podendo, ainda, ordenar sua apresentaÃ§Ã£o sempre que entender conveniente." Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em cumprimento ao art. 11 do Provimento de nÂº 45 do Conselho Nacional de JustiÃ§a, dou por visadas 935 folhas do Livro DiÃ¡rio Auxiliar nÂº 261, referente ao mÃªs de dezembro de 2021, do ServiÃ§o Social do ComÃ©rcio - SESC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s a entrega do Livro DiÃ¡rio, de tudo certificado, dÃª-se baixa na distribuiÃ§Ã£o e arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â SERVIRÃ A PRESENTE, POR CÃPIA DIGITALIZADA, COMO MANDADO, CARTA E OFÃCIO. BelÃ©m-PA, 05 de abril de 2022.Â CÃLIO PETRÃNIO D ANUNCIAÃÃO Juiz de Direito da 5Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00080526020068140301 PROCESSO ANTIGO:

200610266121 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/04/2022 REU:CENTRAIS HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA Representante(s): OAB 18663 - ISAAC COSTA LAZARO FILHO (ADVOGADO) JOAO FREDERICK MARCAL E MACIEL (ADVOGADO) GUSTAVO AMARAL PINHEIRO DA SILVA (ADVOGADO) LEONARDO AMARAL PINHEIRO DA SILVA (ADVOGADO) AUTOR:ANTONIO ROBERTO DA COSTA NUNES Representante(s): EVANDRO FARIAS LOPES (ADVOGADO) . Processo: 0008052-60.2006.8.14.0301 SentenÃ§a (extinÃ§Ã£o CUMPRIMENTO DE SENTENÃA) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O autor ingressa com cumprimento de sentenÃ§a as fls 247/277. Dada a inÃ©rcia do executado em realizar o pagamento, conforme certidÃ£o de fls 278-verso, foi deferido o bloqueio eletrÃ´nico do valor exequendo (fls 285), o qual restou frutÃ-fero conforme relatÃ³rio de fls 286/290, bloqueando a quantia executada (R$ 29.127,36) em 16/10/2015 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimado a se manifestar sobre o bloqueio, o executado apresenta impugnaÃ§Ã£o (fls 309/318), pedido rejeitado em decisÃ£o de fls 330/331 a qual ordena o levantamento do saldo existente em subconta a disposiÃ§Ã£o desse juÃ-zo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O executado interpÃµe agravo de instrumento (fls 337/357) contra a referida decisÃ£o, mas a decisÃ£o monocrÃ¡tica de fls 387/391 nega provimento ao recurso mantendo a decisÃ£o de rejeiÃ§Ã£o da impugnaÃ§Ã£o em todos os seus termos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â As fls 381/397, o autor pede o cumprimento da sentenÃ§a, apresentando nova planilha de cÃ¡lculo atualizada atÃ© outubro de 2021, requerendo a expediÃ§Ã£o de alvarÃ¡ relativo ao valor jÃ¡ bloqueado nesses autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o que havia a relatar. DECIDO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Conforme relatado, foi bloqueada a quantia exequenda em outubro de 2015 e, conforme entendimento jurisprudencial, o momento do depÃ³sito ou bloqueio judicial do valor executado marca o termo final de incidÃªncia de juros e correÃ§Ã£o monetÃ¡ria sobre o montante, uma vez que, a partir de entÃ£o, cessam os efeitos da mora, saindo a quantia da esfera de disponibilidade do devedor, ficando a correÃ§Ã£o monetÃ¡ria a cargo da instituiÃ§Ã£o financeira onde o valor estiver depositado AGRAVO DE INSTRUMENTO Â¿ EXPURGOS INFLACIONÃRIOS Â¿ AÃÃO CIVIL PÃBLICA Â¿ JUROS MORATÃRIOS Â¿ TERMO FINAL Â¿ DepÃ³sito judicial tempestivo do valor pleiteado pelo credor em procedimento de cumprimento de sentenÃ§a Â¿ Efetivo pagamento Â¿ Possibilidade, contudo, de discussÃ£o acerca de aspectos do dÃ©bito Â¿ DepÃ³sito judicial que Ã© hÃ¡bil para extinguir a obrigaÃ§Ã£o do devedor Â¿ STJ - Recurso especial representativo de controvÃ©rsia - PretensÃ£o inicial afastada. Recurso desprovido. (TJ-SP 20768151920148260000 SP 2076815-19.2014.8.26.0000, Relator: JoÃ£o Batista Vilhena, Data de Julgamento: 23/11/2017, 17Âª CÃ¢mara de Direito Privado, Data de PublicaÃ§Ã£o: 23/11/2017) DIREITO TRIBUTÃRIO E PROCESSUAL CIVIL - EXECUÃÃO FISCAL - PENHORA VIA BACENJUD - ATUALIZAÃÃO MONETÃRIA - TERMO FINAL - DATA DO BLOQUEIO - RECURSO DESPROVIDO. 1. A penhora on line de valores creditados na conta corrente do executado com a finalidade de garantir a execuÃ§Ã£o do crÃ©dito fiscal equipara-se ao depÃ³sito, cessando, para o devedor, os efeitos da mora, razÃ£o pela qual o termo final da incidÃªncia da correÃ§Ã£o monetÃ¡ria da dÃ-vida executada Ã© a data do bloqueio realizado pelo sistema BacenJud, cabendo Ã instituiÃ§Ã£o financeira corrigir e remunerar o capital depositado. 2. Recurso desprovido. (TJ-DF 20130110052692 0001713-42.2013.8.07.0015, Relator: LEILA ARLANCH, Data de Julgamento: 14/09/2016, 2Âª TURMA CÃVEL, Data de PublicaÃ§Ã£o: Publicado no DJE : 21/09/2016 . PÃ¡g.: 201/212) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante disso, considerando que a decisÃ£o monocrÃ¡tica de fls 387/390 manteve na integralidade a decisÃ£o de fls 330/331, indefiro os cÃ¡lculos apresentados as fls 381/397, pois nÃ£o hÃ¡ que se falar no prosseguimento da presente execuÃ§Ã£o, uma vez que a quantia requerida no pedido de flsÂ 247/277 jÃ¡ se encontra em subconta Ã disposiÃ§Ã£o desse juÃ-zo, conforme relatÃ³rio de fls 397. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em face do exposto, com fulcro no artigo 924, inciso IV e, na forma do artigo 925, do CÃ³digo de Processo Civil, julgo extinta a fase de cumprimento de sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, providencie a Secretaria Judicial a expediÃ§Ã£o do competente alvarÃ¡ judicial em favor da parte autora, conforme os valores depositados em subconta Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Encaminhem-se os autos Ã UNAJ para apuraÃ§Ã£o das custas finais. Em seguida, intime-se o executado a recolhÃª-las no prazo legal, se as houver, conforme determinado em sentenÃ§a, sob pena de inscriÃ§Ã£o em dÃ-vida ativa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o havendo outras diligÃªncias a serem cumpridas, arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 08 de abril de 2022 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CELIO PETRONIO D ANUNCIAÃÂ¿O Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito da 5Âª Vara CÃ-vel da Capital PROCESSO: 00097409720148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 11/04/2022 REQUERENTE:BANCO BRADESCO SOCIEDADE ANONIMA Representante(s): OAB 25197-A - LUCIA CRISTINA PINHO ROSAS (ADVOGADO) OAB 25196-A - EDSON ROSAS JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:PAUNIR COMERCIAL DE MATERIAL ELETRICO LT. Ã£Processo nÂº: 0009740-97.2014.8.14.0301 DESPACHO

Defiro o pedido de fls 97/98. Recolhidas as custas respectivas, cite-se a rÃ© no endereÃ§o indicado pelo autor no referido petitÃ³rio. Considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ e da Portaria nÂº 1304/2021 Â¿ GP deste E. TJPA, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o Intime-se. Cumpra-se Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 06 de abril de 2022 CÃLIO PETRÃNIO DÂ¿ ANUNCIAÃÃO Juiz de Direito PROCESSO: 00117303720038140301 PROCESSO ANTIGO: 200310155591 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO A??o: Execução de Título Judicial em: 11/04/2022 REQUERIDO:COMPANHIA DE SEGUROS ALIANCA DO BRASIL Representante(s): OAB 5555 - FERNANDO AUGUSTO BRAGA DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 19386-A - MILENA PIRAGINE (ADVOGADO) AUTOR:MARIA DAS GRACAS DURANS PANTOJA Representante(s): OAB 14488 - ERICA CRISTINA DOS SANTOS DE CARVALHO (ADVOGADO) OAB 18780 - ANA CARLA DINIZ PAZ (ADVOGADO) . Processo nÂº: 0011730-37.2003.814.0301 DESPACHO Tendo em vista o pedido de fls 175/182, providencie a Secretaria Judicial o extrato atualizado do valor penhorado as fls 122/123. Considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ e da Portaria nÂº 1304/2021 Â¿ GP deste E. TJPA, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Intime-se. Cumpra-se Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 05 de abril de 2022 CÃLIO PETRÃNIO DÂ¿ ANUNCIAÃÃO Juiz de Direito PROCESSO: 00125969720158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/04/2022 REQUERIDO:CEZAR AUGUSTO DOS SANTOS MOTTA Representante(s): OAB 3321 - RUI GUILHERME CARVALHO AQUINO (ADVOGADO) REQUERENTE:TANIA GENTIL DA CRUZ Representante(s): OAB 11540 - THIAGO COSTA LOPES (ADVOGADO) OAB 20246 - ALESSANDRA MARIA CARDOSO (ADVOGADO) OAB 28369 - FLADILSON DA COSTA NOBRE JUNIOR (ADVOGADO) . Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante da conexÃ£o, passo ao julgamento simultÂ¢neo dos processos. SENTENÃA - AUTOS 0034880-41.2011.8.14.0301 Â Â Â Â Â Â Â Â Â CEZAR AUGUSTO SANTOS MOTTA, jÃ¡ qualificada na inicial, por meio de procurador devidamente habilitado, propÃ´s AÃÃO DECLARATORIA DE NULIDADE DE ESCRITURA PUBLICA DE ATO DECLARATORIO DE DISSOLUÃÃO DE SOCIEDADE DE FATO, em face de TANIA GENTIL DA CRUZ. igualmente identificadas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aduz que viveu em uniÃ£o estÃ¡vel com o demandado por cerca de 08 (oito) anos, no perÃ-odo de 2002 a maio de 2010, conforme declarado em escritura pÃºblica de reconhecimento e dissoluÃ§Ã£o de sociedade de fato, a qual regulou tambÃ©m a partilha de bens. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Alega que ficou ajustado que a propriedade do apartamento 702 do EdifÃ-cio Torre e Molina ficava com a requerida, obrigando o autor a quitar e passar para transferir o imÃ³vel para o nome daquela. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sustenta que o imÃ³vel era de elevado valor tendo jÃ¡ sido pago pelo autor o valor de R$ 214.300,00 (duzentos e quatorze mil e trezentos reais), havendo o saldo devedor de R$ 215.700,00 (duzentos e quinze mil) mediante 240 parcelas no valor de R$ 3042,97, sendo que sua concordÃ¢ncia somente se deu em razÃ£o da requerida informar que nÃ£o possuÃ-a outro imÃ³vel, conforme consta tambÃ©m no bojo da execuÃ§Ã£o movida por esta em desfavor do autor perante a 11Âª Vara CÃ-vel da Capital. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Alega que jamais concordaria em dar a requerida este imÃ³vel se tivesse conhecimento de que ela possuÃ-a um outro localizado na Trav. Castelo Branco, n.Âº 500, no conjunto Residencial Vila Farah, adquirido em 14 de outubro do ano de 2004, perÃ-odo em que as partes viviam em uniÃ£o estÃ¡vel. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Esclarece que nÃ£o teve nenhum filho com a requerida e que a partilha deveria ter ocorrido em partes iguais, inclusive do imÃ³vel adquirido pela requerida acima citado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Relata que apÃ³s a separaÃ§Ã£o do casal, a requerida vendeu o imÃ³vel no valor de R$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais), sem que lhe fosse partilhado o produto da venda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Afirma tambÃ©m a ocorrÃªncia de lesÃ£o prevista no art. 157 do CCB como fator gerador de nulidade, eis que houve imposiÃ§Ã£o da parte requerida como condiÃ§Ã£o para a realizaÃ§Ã£o da escritura pÃºblica de dissoluÃ§Ã£o de sociedade de fato e que se evidencia presente a necessidade fÃ-sica e moral imposta ao autor para assumir obrigaÃ§Ã£o excessivamente onerosa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Informa que a requerida tambÃ©m foi agraciada com outro bem, uma Pajero TR4, sem contraprestaÃ§Ã£o alguma em favor do autor. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao final, requereu tutela de urgÃªncia, para suspensÃ£o da eficÃ¡cia da escritura pÃºblica. No mÃ©rito, requer a procedÃªncia decretando a nulidade da escritura pÃºblica de ato

declaratÃ³rio de dissoluÃ§Ã£o de sociedade de fato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juntou documentos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Indeferido o pedido de justiÃ§a gratuita as fls. 53, tendo sido recolhida as custas, foi determinada a citaÃ§Ã£o da requerida as fls. 57. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A requerida apresentou contestaÃ§Ã£o as fls. 63/77, onde alega a inexistÃªncia de omissÃ£o dolosa e lesÃ£o, jÃ¡ que o autor sempre teve conhecimento da existÃªncia do referido imÃ³vel que foi adquirido pelo pai da demandada em nome de dois irmÃ£os, tendo o autor tomada a frente do negÃ³cio junto ao cartÃ³rio Diniz. Alega que inclusive fora o autor quem pressionou a demandada para notificar extrajudicialmente o seu irmÃ£o que estava morando no imÃ³vel sem pagar aluguel, o que fora feito. Sustenta que somente em 2010 conseguiu vender o imÃ³vel, constando inclusive como casada, jÃ¡ que jamais se separou de direito de seu antigo marido. Afirma que o ato foi homologado pelo tabeliÃ£o, nÃ£o havendo que se falar em lesÃ£o ou dolo. Ao final, requereu a improcedÃªncia dos pedidos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Designada audiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o as fls. 108. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Replica as fls. 127/135. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AudiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o as fls. 148, a qual nÃ£o restou frutÃ-fera, tendo sido aberto o prazo de 05 dias para que as partes indicassem as provas que pretendiam produzir. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O autor requereu depoimento pessoal e prova testemunhal (fls. 149) e a requerida prova testemunhal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AudiÃªncia conjunta realizada e anexada nos autos em apenso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Memorias da parte requerida as fls. 166/177 e autora as fls. 181/192. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O cerne da controvÃ©rsia recursal cinge-se a anÃ¡lise de nulidade da escritura de dissoluÃ§Ã£o de sociedade de fato firmado entre as partes pela suposta incidÃªncia de vÃ-cios de consentimento - dolo e lesÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A escritura pÃºblica, conforme liÃ§Ã£o de SÃ-lvio de Salvo Venosa Ã© ato em que as partes comparecem perante oficial pÃºblico, na presenÃ§a ou nÃ£o de testemunhas, para fazer declaraÃ§Ã£o de vontade. Uma vez assinado o ato pelo oficial pÃºblico, pela parte ou parte ou partes declarantes e pelas testemunhas, o oficial encerrarÃ¡ o instrumento, dando fÃ© pÃºblica daquele ato ocorrido. Presume-se que o conteÃºdo desse ato seja verdadeiro, atÃ© prova em contrÃ¡rio. (...). Â Â Â Â Â Â Â Â Â O art. 215 do atual CÃ³digo ratifica que a escritura pÃºblica, lavrada em notas de tabeliÃ£o, Ã© documento dotado de fÃ© pÃºblica, fazendo prova plena. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Afora os requisitos lÃ³gicos e tradicionalmente exigidos, como a identificaÃ§Ã£o das partes, manifestaÃ§Ã£o de vontade, leitura pelo oficial na presenÃ§a de interessados etc.; (Direito Civil: Parte Geral, 11.Âª ed., Atlas, p. 602), Ã© dever do escrivÃ£o zelar pela livre e espontÃ¢nea manifestaÃ§Ã£o das partes, isenta de qualquer mÃ¡cula, ou vÃ-cio de vontade. O ato jurÃ-dico formalizado por um notÃ¡rio deve estar revestido de seguranÃ§a e eficÃ¡cia, porque dessa seguranÃ§a resultarÃ¡ a sua eficÃ¡cia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Importa salientar que o ato jurÃ-dico - escritura declaratÃ³ria - no presente caso, possui objeto lÃ-cito, agente capaz e forma prescrita ou nÃ£o defesa em lei, constituindo, portanto, negÃ³cio jurÃ-dico perfeito e acabado, que somente pode ser anulada quando contiver algum vÃ-cio de consentimento, como erro, dolo, coaÃ§Ã£o, estado de perigo, lesÃ£o ou fraude contra credores (art. 171, II, do CC), o que dependerÃ¡ de prova judicial da sua ocorrÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nessa linha de raciocÃ-nio, alega a parte autora que houve dolo quanto da manifestaÃ§Ã£o de sua vontade, jÃ¡ que foi levado a crer que a requerida nÃ£o tinha outro imÃ³vel, fato supostamente ocultado por esta. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No que se refere ao vÃ-cio de dolo, leciona FÃ¡bio UlhÃ´a Coelho nos seguintes termos: Â¿Dolo Ã© a induÃ§Ã£o em erro de uma parte do negÃ³cio jurÃ-dico. Verifica-se esse tipo de defeito de consentimento quando o sujeito declarante Ã© enganado, isto Ã©, passa a ter a falsa representaÃ§Ã£o da realidade em razÃ£o de expedientes astuciosos usados pela outra parte, ou por agente constrangedor estranho Ã relaÃ§Ã£o negocial. O dolo pode ser principal ou acidental. No primeiro caso, a parte somente realiza o negÃ³cio jurÃ-dico porque foi enganada. NÃ£o fosse a distorÃ§Ã£o da verdade provocada pela conduta dolosa que a vitimou, ela nÃ£o teria manifestado a vontade de fazer o negÃ³cio jurÃ-dico. O dolo principal Ã©, assim, a causa do negÃ³cio jurÃ-dico e o invalida (CC, art. 145). JÃ¡ o dolo acidental Ã© aquele que nÃ£o induziu a parte a praticar o negÃ³cio jurÃ-dico, mas o tornou menos vantajoso. Nesse caso, o sujeito Ã© enganado nÃ£o sobre os aspectos essenciais da relaÃ§Ã£o negocial em vias de ser entabulada, mas acerca de elementos acidentais; isto Ã©, sÃ£o intencionalmente distorcidas algumas circunstÂ¢ncias importantes do negÃ³cio, mas nÃ£o o suficiente para fazer alguÃ©m desistir dele. O dolo acidental nÃ£o implica a invalidade do negÃ³cio jurÃ-dico, mas gera o direito Ã indenizaÃ§Ã£o pelas perdas e danos (CC, art. 146)Â¿. Â Â Â Â Â Â Â Ã cediÃ§o que o Ã´nus da prova compete aquele que alega, no caso o autor, de demonstrar o fato constitutivo do seu direito nos termos do art. 373, inciso I, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Analisando o bojo da escritura de dissoluÃ§Ã£o de uniÃ£o estÃ¡vel verifica-se que nÃ£o hÃ¡ qualquer menÃ§Ã£o de que o demandante anuiu com a obrigaÃ§Ã£o de quitar o financiamento imobiliÃ¡rio e transferir o imÃ³vel para a requerida em virtude desta nÃ£o dispor de outro imÃ³vel. Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, o conteÃºdo do instrumento pÃºblico demonstra apenas a mera liberalidade do autor, tanto o Ã©, que tambÃ©m abriu mÃ£o, nÃ£o sÃ³ do imÃ³vel como tambÃ©m do veÃ-culo em favor da requerida. Â Â Â Â Â Â Â ForÃ§oso reconhecer que, embora, o autor alegue a

ocorrÃªncia de dolo, nÃ£o produzira qualquer prova, principalmente testemunhal, que corroborasse a sua versÃ£o dos fatos, Ã´nus que lhe competia e da qual nÃ£o se desincumbiu. Â Â Â Â Â Â Â Ademais, importa ressaltar que o fato de se descobrir posteriormente a existÃªncia de um bem que nÃ£o fora levado a partilha nÃ£o anula o que fora acordado por CONSENSO entre as partes, seja judicial o extrajudicialmente, permitindo-se apenas ao prejudicado se valer do instituto da sobrepartilha. Â Â Â Â Â Â Â A sobrepartilha Ã© instituto utilizado em casos de desconhecimento de uma das partes a respeito de determinado bem, no momento da partilha, seja ou nÃ£o por ocultaÃ§Ã£o maliciosa ou, ainda, se situados em lugar remoto da sede do juÃ-zo. Embora os bens sonegados nÃ£o se confundam com os descobertos apÃ³s a partilha, ambos pressupÃµem o desconhecimento de sua existÃªncia por umas das partes. Nessa linha, Ã© bem de ver que nÃ£o Ã© todo e qualquer bem que nÃ£o foi partilhado que pode ser considerado sonegado. Â Â Â Â Â Â Â Quanto Ã alegaÃ§Ã£o de lesÃ£o, este vÃ-cio de consentimento se caracteriza quando alguÃ©m obtÃ©m lucro manifestamente desproporcional ao valor real do objeto contratado, aproveitando-se da inexperiÃªncia ou premente necessidade do outro contratante. "Art. 157. Ocorre a lesÃ£o quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiÃªncia, se obriga a prestaÃ§Ã£o manifestamente desproporcional ao valor da prestaÃ§Ã£o oposta." Â Â Â Â Â Â Â A doutrina majoritÃ¡ria defende que para a confirmaÃ§Ã£o deste vÃ-cio devem estar presentes dois elementos: objetivo e subjetivo. O primeiro diz respeito Ã desproporcionalidade da contraprestaÃ§Ã£o. JÃ¡ o segundo, refere-se Ã inexperiÃªncia ou premente necessidade do lesado (DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro. ed. 24, SÃ£o Paulo: Saraiva, 2009, p. 466). Â Â Â Â Â Â Â Assim, nÃ£o basta a ocorrÃªncia do elemento objetivo, hÃ¡ de ser demonstrado tambÃ©m a presenÃ§a dos elementos subjetivos para configuraÃ§Ã£o do vÃ-cio. Â Â Â Â Â Â Â Ocorre que, no presente caso, embora se possa verificar a desproporÃ§Ã£o na partilha consensual realizada entre as partes, forÃ§oso reconhecer que o autor Ã© promotor de justiÃ§a, denotando ter conhecimento suficiente para realizar qualquer declaraÃ§Ã£o de vontade e entender o que assinar e suas consequÃªncias, mormente a extrema simplicidade do teor do documento. Â Â Â Â Â Â Â Ademais, nÃ£o hÃ¡ como se admitir que a preeminente necessidade era a dissoluÃ§Ã£o da sociedade de fato, de modo a justificar que se vira coagido a assumir a obrigaÃ§Ã£o de quitaÃ§Ã£o do imÃ³vel, mormente considerando que por ser profissional do direito, Ã© sabedor que o desfecho poderia se dar por meio de aÃ§Ã£o judicial, sem qualquer obrigaÃ§Ã£o de anuir com qualquer tipo de pressÃ£o, o que, por sinal, tambÃ©m nÃ£o restara demonstrado nos autos. Se nÃ£o o fez Ã© porque nÃ£o achou ser excessivo, portanto, deverÃ¡ honrar com a obrigaÃ§Ã£o livremente avenÃ§ada. De fato, o que resta evidente nos autos Ã© mero arrependimento posterior da parte autora pela renÃºncia a sua parte na partilha. Â Â Â Â Â Â Â De modo, nÃ£o fora apresentada nenhuma prova de que a escritura pÃºblica esteja eivada de vÃ-cio que justificasse o afastamento da presunÃ§Ã£o de veracidade que lhe Ã© inerente, sendo as alegaÃ§Ãµes do autor frÃ¡geis para ilidir a validade do documento firmado em cartÃ³rio, dotado de fÃ© pÃºblica, com sua anuÃªncia, sob pena de transgressÃ£o ao contido no art. 215 do CC. Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, e, em consequÃªncia, julgo extinto o processo com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Condeno o autor ao pagamento de custas e honorÃ¡rios que fixo em 10% do valor da causa. SENTENÃA DOS AUTOS 0012596-97.2015.814.0301 Â Â Â Â Â Â Â Â Â TANIA GENTIL DA CRUZ, jÃ¡ qualificada na inicial, por meio de procurador devidamente habilitado, propÃ´s AÃÃO DE INDENIZAÃÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS, em face de CEZAR AUGUSTO SANTOS MOTTA, igualmente identificadas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aduz que viveu em uniÃ£o estÃ¡vel com o demandado por cerca de 08 (oito) anos, conforme escritura pÃºblica, adquirindo um apartamento situado na rua dos Mundurucus e que ao decidirem a dissoluÃ§Ã£o da sociedade, o demandado cedeu os direitos que possuÃ-a sobre o bem e assumiu a obrigaÃ§Ã£o de quitar o financiamento e transferir para o nome da autora. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sustenta que o demandado deixou de efetuar o pagamento do financiamento imobiliÃ¡rio o que gerou uma notificaÃ§Ã£o extrajudicial e a venda extrajudicial do bem ao senhor Marco Aurelio Neves, em maio de 2012, o qual notificou a autora para desocupaÃ§Ã£o amigÃ¡vel do bem. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Informa que ingressou com aÃ§Ã£o anulatÃ³ria do procedimento de execuÃ§Ã£o extrajudicial, em face da ausÃªncia de notificaÃ§Ã£o quanto a data do leilÃ£o, com pedido liminar de reintegraÃ§Ã£o de posse, enquanto o senhor Marco Neves ajuizou aÃ§Ã£o de imissÃ£o de posse com perdas e danos e pedido de tutela antecipada, a qual foi deferida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Esclarece que nÃ£o teve alternativa a nÃ£o ser desocupar o imÃ³vel e entregar as benfeitorias como indenizaÃ§Ã£o por perdas e danos, mediante acordo com o senhor Marcos Neves. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Relata que sofreu considerÃ¡veis danos materiais e morais pelo nÃ£o compromisso do demandado com o pagamento das parcelas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao final, requereu tutela de urgÃªncia, para que o demandado efetue o pagamento dos aluguÃ©is mensais do imÃ³vel ocupado pela demandante. A procedÃªncia com a condenaÃ§Ã£o ao pagamento de indenizaÃ§Ã£o por danos materiais em R$ 820.000,00 (oitocentos e vinte mil reais) e danos morais de R$

100.000,00 (cem mil reais). Subsidiariamente requerer a indenizaÃ§Ã£o material no valor de R$ 507800,00 (quinhentos e sete mil e oitocentos reais) correspondente ao somatÃ³rio do valor do bem ao terceiro adquirente e aluguÃ©is pagos atÃ© o ajuizamento da presente aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juntou documentos de fls. 24 usque 405. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DecisÃ£o deferido a tutela as fls. 406/409 do valor de R$ 2500,00 (dois mil e quinhentos reais) a tÃ-tulo de aluguel, tendo a parte autora ingressado com Agravo de Instrumento conforme fls. 626/636, o qual foi improvido (fls. 709/713). Â Â Â Â Â Â Â Â Â ManifestaÃ§Ã£o do requerido sobre a tutela de urgÃªncia deferida as fls. 410/420, anexando documentos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O requerido apresentou contestaÃ§Ã£o as fls. 486/521, onde alega conexÃ£o com aÃ§Ã£o 0034880-41.2011.814.0301 que busca a anulaÃ§Ã£o da escritura pÃºblica, bem como prescriÃ§Ã£o trienal do direito de aÃ§Ã£o, jÃ¡ que a escritura realizada em dezembro de 2010 prescreveria em dezembro de 2013. Aduz dolo da requerida quando da confecÃ§Ã£o da escritura, eis que a requerida afirmou que nÃ£o possuÃ-a outro imÃ³vel e a Ã©poca a autora era proprietÃ¡rio de um imÃ³vel localizado na Travessa Castelo Branco e que fora adquirido na constÃ¢ncia da uniÃ£o estÃ¡vel. Sustenta a incidÃªncia do art. 147 do CCB e a ocorrÃªncia de lesÃ£o prevista no art. 157 do referido diploma lega. Afirma inexistir danos morais pelo mero descumprimento contratual. Ao final, requereu o acolhimento da preliminar de prescriÃ§Ã£o e nÃ£o sendo acolhida, a improcedÃªncia dos pedidos. E que no uso do princÃ-pio da eventualidade, em caso, de condenaÃ§Ã£o a tÃ-tulo de dano material que este seja arbitrado em R$ 215.700,00. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juntou documentos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ImpugnaÃ§Ã£o aos benefÃ-cios da JustiÃ§a Gratuita de fls. 637/642 e replica as fls. 645/658. Â Â Â Â Â Â Â Â Â As fls. 659/660, foi acolhida a conexÃ£o, bem como determinada a intimaÃ§Ã£o do requerido para se manifestar sobre a impugnaÃ§Ã£o a justiÃ§a gratuita, o que o fez as fls. 663/668, anexando documentos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimada as partes a indicarem as provas que pretendiam produzir, sob pena de preclusÃ£o (fls. 705), o requerido pugnou pelo depoimento pessoal, oitiva de testemunha e documentos, enquanto a requerente pela prova testemunhal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ãs fls. 721/722, fora revogado o benefÃ-cio da justiÃ§a gratuita ao requerido, bem como designado dia e hora para audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, tendo o demandado ingressado com Agravo de Instrumento (fls. 724/742). Â Â Â Â Â Â Â Â Â AudiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento realizada as fls. 748/749. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Memorias da parte autora as fls. 756/774 e requerida as fls. 785/798. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ReiteraÃ§Ã£o de pedido de justiÃ§a gratuita da autora as fls. 777/783, determinaÃ§Ã£o para que comprovasse a insuficiÃªncia, tendo a parte se manifestado as fls. 803/810. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECIDO. DA ALEGAÃÃO DE OCORRENCIA DE PRESCRIÃÃO TRIENAL Â Â Â Â Â Â Â Â Â Iniciando pela anÃ¡lise da alegaÃ§Ã£o de prescriÃ§Ã£o da dÃ-vida decorrente da obrigaÃ§Ã£o de fazer - quitaÃ§Ã£o do imÃ³vel financiado e transferÃªncia para a autora - inserida na escritura pÃºblica declaratÃ³ria, impÃµe-se, por primeiro, determinar qual o prazo prescricional incidente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o merece guarida a alegaÃ§Ã£o de prescriÃ§Ã£o trienal, eis que se trata de obrigaÃ§Ã£o pessoal, que nÃ£o se encaixa em nenhuma das hipÃ³teses do art.Â 206 do CÃ³digo Civil. Â Â Â Â Â Â Â Â Â De acordo com a jurisprudÃªncia do Superior Tribunal de JustiÃ§a, aplica-se a regra geral (art. 205 CC/02) que prevÃª dez anos de prazo prescricional: Art. 205. A prescriÃ§Ã£o ocorre em dez anos, quando a lei nÃ£o lhe haja fixado prazo menor. Nesse sentido, ainda colaciono julgado: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÃGIDE DO NCPC. AÃÃO DE COBRANÃA. CONTRATO DE COMPRA E VENDA, COM PERMUTA. DESCUMPRIMENTO DO PACTO. CONTRATO ENTABULADO SOB AS REGRAS DO CÃDIGO CIVIL DE 1916. PRESCRIÃÃO DO ART. 178, Â§ 5Âº, IV DO CC/1916, AFASTADA. INCIDÃNCIA DO ART. 177 DO CC/1916. PRESCRIÃÃO VINTENÃRIA. OBRIGAÃÃO DE NATUREZA PESSOAL. SENTENÃA ANULADA. DEVOLUÃÃO DOS AUTOS AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÃÃO. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÃVEL. INCIDÃNCIA DA MULTA DO ART. 1.021, Â§ 4Âº, DO NCPC. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO, COM IMPOSIÃÃO DE MULTA. (...). Prescreve em vinte anos, nos termos do art. 177 do CC/16, o direito de se exigir o cumprimento de obrigaÃ§Ã£o decorrente de promessa de compra e venda firmada aos 4/4/91, diante da natureza pessoal da obrigaÃ§Ã£o. ObservÂ¢ncia das regras de transiÃ§Ã£o do art. 2.028 do CC/02. 4. Com o afastamento da prescriÃ§Ã£o, mister se faz o retorno dos autos a instÂ¢ncia de origem para que se proceda o julgamento do mÃ©rito da causa.(...). Agravo interno nÃ£o provido, com imposiÃ§Ã£o de multa. (AgInt no REsp 1482665/RS, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/06/2019, DJe 12/06/2019) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, tendo a escritura sido realizada em dezembro de 2010 prescreveria em dezembro de 2020, tendo a presente aÃ§Ã£o sido ajuizada em 09/04/2015, nÃ£o hÃ¡ que se falar em prescriÃ§Ã£o. DA COMPROVAÃÃO DA JUSTIÃA GRATUITA PELA REQUERENTE Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nos termos do CPC 99, Â§ 2Âº, o juiz somente poderÃ¡ indeferir o pedido de gratuidade de justiÃ§a desde que haja elementos nos autos que evidenciem a falta de pressupostos legais para a concessÃ£o de gratuidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante da documentaÃ§Ã£o

juntada pela requerente as fls. 803/808, verifica-se a hipossuficiÃªncia, fazendo jus permanecer com a justiÃ§a gratuita. DO MERITO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Incontroverso o inadimplemento do rÃ©u da obrigaÃ§Ã£o de quitaÃ§Ã£o do imÃ³vel e transferÃªncia para a autora, diante da venda extrajudicial do bem pelo agente financeiro e a imissÃ£o da posse do arrematante. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Importa ainda consignar que a escritura pÃºblica nada menciona a respeito de qualquer data limite para a quitaÃ§Ã£o da dÃ-vida e nem precisaria, pois, por Ã³bvio, deveria o rÃ©u ter observado as datas de vencimento anteriormente estipuladas no contrato de financiamento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Embora o rÃ©u, na peÃ§a contestatÃ³ria, nÃ£o negue o inadimplemento, aduziu em sua defesa que o ato jurÃ-dico seria nulo por vicio de consentimento decorrente do dolo e lesÃ£o, o que jÃ¡ nÃ£o restara comprovado, conforme jÃ¡ decidido nos autos 0034880-41.2011.8.14.0301. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A respeito dos danos materiais, coteja o art. 398 do CÃ³digo Civil que nÃ£o cumprida a obrigaÃ§Ã£o, responde o devedor por perdas e danos, mais juros e atualizaÃ§Ã£o monetÃ¡ria e honorÃ¡rios de advogado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nessa senda, diante da impossibilidade de cumprimento da obrigaÃ§Ã£o pelo requerido eis que o bem fora arrematado em leilÃ£o por terceiro, estando a parte autora privada definitivamente da propriedade do imÃ³vel, imperativo que as perdas e danos se dÃª pelo valor da venda extrajudicialmente a ser suportado pelo requerido que dera causa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, a ata de arrematAÃ§Ã£o do imÃ³vel juntada Ã s fls. 123 demonstra que o imÃ³vel foi arrematado por R$ 487.000,00 (quatrocentos e oitenta e sete mil reais), sendo este o valor informado na matrÃ-cula do imÃ³vel referente a arrematAÃ§Ã£o, o que entendo, que atende melhor a indenizaÃ§Ã£o por perdas e danos, jÃ¡ que houve avaliaÃ§Ã£o do bem antes do leilÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, o descumprimento da obrigaÃ§Ã£o pelo requerido impÃ´s a autora o encargo de arcar com o pagamento de aluguÃ©is, conforme contrato de fls. 349/353 e recibos anexos, cabendo a este indenizÃ¡-la por suas perdas e danos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No que se refere aos danos morais, entendo nÃ£o tenham restado caracterizados, embora reconheÃ§a todos os transtornos e aborrecimento e dificuldades suportadas pela requerente oriundos do descumprimento do requerido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isso porque o descumprimento contratual, por si sÃ³, nÃ£o gera indenizaÃ§Ã£o extrapatrimonial, sendo necessÃ¡ria a comprovaÃ§Ã£o da ocorrÃªncia de abalo em algum dos atributos da personalidade da autora, o que nÃ£o veio aos autos, jÃ¡ que nenhuma prova fora produzida nesse sentido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpre referir ainda que no contrato de financiamento figura como devedor apenas o requerido, o que impede qualquer mÃ¡cula ao nome da requerida com relaÃ§Ã£o a possibilidade de negativaÃ§Ã£o junto ao serviÃ§o de proteÃ§Ã£o ao crÃ©dito ou protestado, o que se fosse o caso, implicaria em dano moral in res ipsa. Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, confirmo a tutela de urgÃªncia, e JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO para condenar o requerido ao pagamento de R$ 487.000,00 (quatrocentos e oitenta e sete mil reais), a ser corrigido monetariamente desde a arrematAÃ§Ã£o pelo INPC e juros de mora de 1% a contar da citaÃ§Ã£o, bem como ao pagamento dos aluguÃ©is arcados pela requerida, desde o desembolso, tudo a ser atualizado pelo INPC, com juros de mora de 1% a contar da citaÃ§Ã£o, a ser apurado em liquidaÃ§Ã£o de sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Diante da sucumbÃªncia reciproca, condeno as partes, de forma pro rata, ao pagamento das custas e honorÃ¡rios que fixo em 10% do valor da condenaÃ§Ã£o, nos termos do art. 85 do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Em consequÃªncia, julgo extinto o processo com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Publique-se, registre-se e intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 11 de abril de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CELIO PETRONIO D ANUNCIAÃÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito titular da 5Âª Vara cÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00130359520078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710404382 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/04/2022 REQUERENTE:HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MULTIPLO Representante(s): FABRICIO BENTES CARVALHO (ADVOGADO) VANILDO DE SOUZA LEAO FILHO (ADVOGADO) REQUERIDO:AFONSO MARIA DE LIGORIO BARRAL MONTEIRO JUNIOR Representante(s): CAIO DE AZEVEDO TRINDADE (ADVOGADO) OAB 11270 - DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE (ADVOGADO) . PROCESSO NÂº 0013035-95.2007.8.14.0301 Â Â Â Â Â SENTENÃA (em Embargos de DeclaraÃ§Ã£o) Â Â Â Â Â Trata-se de EMBARGOS DE DECLARAÃÃO contra a sentenÃ§a prolatada nos autos da AÃÃO DE COBRANÃA ajuizada por HSBC BANK BRASIL S/A contra AFONSO MARIA DE LIGÃRIO BARRAL MONTEIRO JUNIOR Â Â Â Â Â O rÃ©u/embargante assegura que a sentenÃ§a que extinguiu o feito sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito Ã© omissa por nÃ£o ter fixado honorÃ¡rios de sucumbÃªncia ao patrono do rÃ©u. Â Â Â Â Â Regularmente instado a se manifestar, o embargado nÃ£o apresentou contrarrazÃµes conforme certidÃ£o de fls 178 Â Â Â Â Â Ã o suficiente a relatar. Decido Â Â Â Â Â No caso em exame, verifico que os embargos foram tempestivamente opostos e reconheÃ§o a legitimidade recursal do Embargante. Regularmente processados, nÃ£o hÃ¡ qualquer fato impeditivo ou extintivo do direito de recorrer, estando preenchidos os pressupostos extrÃ-nsecos da presente via recursal. Â Â Â Â Â Diz o artigo 1022 e seus incisos do CÃ³digo

de processo Civil. Â¿art. 1022 Â¿ Cabem Embargos de DeclaraÃ§Ã£o contra qualquer decisÃ£o judicial para: Â Â Â Â Â I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradiÃ§Ã£o; II - suprir omissÃ£o de ponto ou questÃ£o sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofÃ-cio ou a requerimento; Â Â Â Â Â III - corrigir erro material.Â¿ Â Â Â Â Â Assim, os Embargos de DeclaraÃ§Ã£o devem atender aos seus requisitos, quais sejam, sanar omissÃ£o, contradiÃ§Ã£o ou obscuridade existentes no julgado. Sabe-se que os Embargos de DeclaraÃ§Ã£o sÃ£o recurso de natureza particular, cujo objetivo Ã© a declaraÃ§Ã£o do verdadeiro sentido de decisÃ£o eivada dos vÃ-cios acima citados, nÃ£o se prestando a corrigir decisÃ£o supostamente errada, nem sendo dotado, portanto, em regra, de efeito modificativo ou infringente. Neste sentido, o seguinte julgado: Â¿PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÃÃO. OMISSÃO. INEXISTÃNCIA. MODIFICAÃÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. 1. Os Embargos de DeclaraÃ§Ã£o tÃªm cabimento para suprir omissÃ£o, contradiÃ§Ã£o ou obscuridade no julgado. HipÃ³tese em que nÃ£o se configurou qualquer omissÃ£o ou contradiÃ§Ã£o no decisum, tendo em vista que a deficiÃªncia na fundamentaÃ§Ã£o do recurso por ausÃªncia de indicaÃ§Ã£o expressa dos dispositivos legais violados foi suficientemente fundamentada. 2. Em sede de embargos declaratÃ³rios, apenas Ã© possÃ-vel a modificaÃ§Ã£o do julgado mediante o saneamento de algum dos vÃ-cios previstos no art. 535 do CPC. 3.Â Embargos de declaraÃ§Ã£o aos quais se nega provimentoÂ¿.(EARESP 392200/PR, PRIMEIRA TURMA, REL. Min. LUIZ FUX, DJ DATA:17/03/2003) Â Â Â Â Â Excepcionalmente, podem os embargos declaratÃ³rios ter efeito infringente, mas condicionado ainda a inexistÃªncia no sistema legal de outro recurso para a correÃ§Ã£o do erro cometido, o que nÃ£o Ã© a hipÃ³tese dos autos. Â Â Â Â Â Nesse sentido, colaciono julgado: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÃÃO EFEITO INFRINGENTE. SENTENÃA "EXTRA PETITA". IMPOSSIBILIDADE. EXISTÃNCIA DE RECURSO PRÃPRIO. 1. Prestam-se os embargos de declaraÃ§Ã£o para o esclarecimento de obscuridade, eliminaÃ§Ã£o da contradiÃ§Ã£o ou supressÃ£o de omissÃ£o existente na sentenÃ§a ou no acÃ³rdÃ£o, e nÃ£o para o rejulgamento da causa. 2. "In casu", nada obstante tenha o magistrado proferido sentenÃ§a "extra petita", lhe Ã© vedado anulÃ¡-la para proferir outra, sob pena de violaÃ§Ã£o ao artigo 463 do CPC. 3. O uso de embargos declaratÃ³rios com efeito infringente do julgado somente se autoriza em carÃ¡ter excepcional e na inexistÃªncia no sistema legal de outro recurso para a correÃ§Ã£o do erro cometido. 4. Remessa oficial provida para anular a segunda sentenÃ§a proferida, devendo ser republicada a primeira sentenÃ§a, oportunizando Ã s partes o direito de recorrer. 5. Recurso da UniÃ£o Federal julgado prejudicado. (TRF-3 - AMS: 45703 SP 1999.61.00.045703-3, Relator: DESEMBARGADORA FEDERAL MARLI FERREIRA, Data de Julgamento: 24/09/2003, SEXTA TURMA) (negrito nosso) Â Â Â Â Â No caso dos autos, creio que hÃ¡ na decisÃ£o guerreada o vÃ-cio da omissÃ£o ante a ausÃªncia de pronunciamento desse juÃ-zo quanto aos honorÃ¡rios de sucumbÃªncia, uma vez que a sentenÃ§a de fls 173 condenou o autor/embargado ao pagamento das despesas processuais, mas se pronunciou apenas sobre as custas processuais a serem apuradas pela UNAJ, nada tratando sobre os honorÃ¡rios advocatÃ-cios. EMENTA: APELAÃÃO CÃVEL - AÃÃO DE BUSCA E APREENSÃO - DESISTÃNCIA DA AÃÃO - EXTINÃÃO DO PROCESSO SEM ANÃLISE DO MÃRITO - ÃNUS DE SUCUMBÃNCIA. - A desistÃªncia do processo atrai a norma do art. 90 do CÃ³digo de Processo Civil, que atribui Ã parte que desistiu o Ã´nus pelo pagamento das despesas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios - O comparecimento espontÃ¢neo com a apresentaÃ§Ã£o de defesa antecipada importa em angularizaÃ§Ã£o da relaÃ§Ã£o processual, sendo devidos honorÃ¡rios advocatÃ-cios pela parte que desistiu da aÃ§Ã£o. (TJ-MG - AC: 10000205553845001 MG, Relator: Valdez Leite Machado, Data de Julgamento: 17/12/2020, CÃ¢maras CÃ-veis / 14Âª CÃMARA CÃVEL, Data de PublicaÃ§Ã£o: 17/12/2020) EMENTA: APELAÃÃO CÃVEL - AÃÃO DE COBRANÃA - EXTINÃÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÃÃO DO MÃRITO - ÃNUS DA SUCUMBÃNCIA - CAUSALIDADE. Em relaÃ§Ã£o aos Ã´nus da sucumbÃªncia, o CÃ³digo de Processo Civil, em linhas gerais, estabelece que a reponsabilidade pelo pagamento da condenaÃ§Ã£o serÃ¡ daquele que sair vencido na demanda judicial (ex vi do art. 85 do CPC). No entanto, em alguns casos, em respeito ao princÃ-pio da causalidade, a condenaÃ§Ã£o nÃ£o se faz na pessoa do vencido, mas sim sobre aquele que deu causa Ã propositura da aÃ§Ã£o. (TJ-MG - AC: 10000191295666001 MG, Relator: ValÃ©ria Rodrigues Queiroz, Data de Julgamento: 09/02/0020, Data de PublicaÃ§Ã£o: 17/02/2020) Â Â Â Â Â Pelo exposto, nos termos da fundamentaÃ§Ã£o, conheÃ§o e acolho os embargos de declaraÃ§Ã£o apresentados, a fim de reconhecer a omissÃ£o indicada pelo embargante. Â Â Â Â Â Buscando sanar o vÃ-cio reconhecido e aprimorar a decisÃ£o, determino que, logo apÃ³s o parÃ¡grafo iniciado pela expressÃ£o Â¿Custas, se houver,Â¿Â¿, seja adicionado o seguinte parÃ¡grafo: Condeno tambÃ©m a autora ao pagamento de honorÃ¡rios advocatÃ-cios os quais, considerando os critÃ©rios do artigo 85, Â§2Âº do CPC e equilbrando o princÃ-pio da causalidade com a prevenÃ§Ã£o do enriquecimento sem causa, fixo em R$ 2.000,00 (dois mil reais) a serem pagos ao patrono do rÃ©u. Â Â Â Â Â Os demais termos da sentenÃ§a de fls 73 devem ser mantidos. Â Â Â Â Â Cumpra-se o que foi determinado na

referida decisÃ£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 11 de abril de 2022 Â Â Â Â Â CELIO PETRONIO DÂ¿ANUNCIAÃÃO Â Â Â Â Â Juiz de Direito titular da 5Âª Vara cÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00131818620148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 11/04/2022 EXEQUENTE:FIDO CONSTRUTORA MONTAGENS INDUSTRIAIS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA Representante(s): OAB 122.257 - FRANCISCO JOSE DAS NEVES (ADVOGADO) EXECUTADO:DIRECIONAL DIAMANTE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS Representante(s): OAB 9880 - ANDERSON COSTA RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 20344-A - HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (ADVOGADO) . Processo nÂº: 0013181-86.2014.814.0301 DESPACHO Tendo em vista o pedido de fls 207/209, certifique a Secretaria Judicial se houve ou nÃ£o a protocolizaÃ§Ã£o da petiÃ§Ã£o de fls 203/205 pelos correios, retificando ou ratificando a certidÃ£o de fls 206. Considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ e da Portaria nÂº 1304/2021 Â¿ GP deste E. TJPA, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o dos embargos de declaraÃ§Ã£o Intime-se. Cumpra-se Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 05 de abril de 2022 CÃLIO PETRÃNIO DÂ¿ ANUNCIAÃÃO Juiz de Direito PROCESSO: 00154780320138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/04/2022 REQUERENTE:GUANG SHENG JIAN Representante(s): OAB 15610 - HERMOM DIAS MONTEIRO PIMENTEL (ADVOGADO) OAB 14797 - SERGIO LUIZ DE ANDRADE (ADVOGADO) OAB 22852 - FERNANDO AUGUSTO SAMPAIO SILVA (ADVOGADO) OAB 8910 - CARLOS MAIA DE MELLO PORTO (ADVOGADO) REQUERIDO:DENINA EXPORTAÇOES LTDA Representante(s): OAB 14400 - PATRICK LIMA DE MATTOS (ADVOGADO) REQUERIDO:CARTORIO TRAVASSOS Representante(s): OAB 2468 - LUIZ FERNANDO DE FREITAS MOREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:JOSE LEONARDO NINA TAVARES REQUERIDO:WANG WOQI REQUERIDO:CARTORIO 1 E 2 OFICIO DE VILA DO MURUCUPI - CONDE TERCEIRO:TRANSUNI TRANSPORTES LTDA. Processo nÂº: 0015478-03.2013.814.0301 DESPACHO Intime a parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se sobre a certidÃ£o de fls 522, requerendo o que entender de direito quanto aos requeridos ainda nÃ£o citados. Considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ e da Portaria nÂº 1304/2021 Â¿ GP deste E. TJPA, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o Intime-se. Cumpra-se Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 11 de abril de 2022 CÃLIO PETRÃNIO DÂ¿ ANUNCIAÃÃO Juiz de Direito PROCESSO: 00162502920148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO A??o: Cumprimento de sentença em: 11/04/2022 AUTOR:RAYMER SERRUYA MONTEIRO Representante(s): OAB 5586 - PAULO AUGUSTO DE AZEVEDO MEIRA (ADVOGADO) OAB 8059 - CLAUDIO AUGUSTO DE AZEVEDO MEIRA (ADVOGADO) OAB 18845 - RENAN SENA SILVA (ADVOGADO) OAB 11853 - JOSE BRANDAO FACIOLA DE SOUZA (ADVOGADO) REU:HOLLY COMERCIO DE BIJOUTERIAS LTDA Representante(s): OAB 19044 - JOAO PAULO DE KOS MIRANDA SIQUEIRA (ADVOGADO) REU:BRENDA ROBERTA SILVA REU:LUIZ ALBERTO VIEIRA SILVA Representante(s): OAB 23221 - MANUEL ALBINO RIBEIRO DE AZEVEDO JUNIOR (ADVOGADO) . PROCESSO NÂº 0016250-29.2014.8140201 DECISÃO INTERLOCUTÃRIA A sentenÃ§a de fls 314, integrada pela sentenÃ§a de fls 321, homologou o acordo firmado entre as partes, segundo o qual o contrato de locaÃ§Ã£o havido entre as partes seria prorrogado atÃ© 30/09/2023 e os requeridos se comprometem ao pagamento parcelado do valor de R$ 1.200.000,00, sob pena de desocupaÃ§Ã£o voluntÃ¡ria ou posterior despejo compulsÃ³rio. A sentenÃ§a transitou livremente em julgado conforme certidÃ£o de fls 325. Trata-se, portanto, de uma sentenÃ§a que contÃ©m capÃ-tulos distintos: uma obrigaÃ§Ã£o de pagar quantia e uma obrigaÃ§Ã£o de fazer e dou inÃ-cio Ã fase de cumprimento de sentenÃ§a. Considerando o regime de cumprimento das sentenÃ§as que consubstanciam obrigaÃ§Ã£o de fazer, em que Ã© possÃ-vel tanto a atuaÃ§Ã£o de ofÃ-cio quanto a requerimento das partes, defiro o pedido de fls 319/320 Intime-se as executadas (rÃ©s), por oficial de justiÃ§a (Sumula 410 do STJ) para, no prazo de 48 (quarenta e oito horas), conforme clÃ¡usula 6 do acordoÂ homologado por esse juÃ-zo, desocupar o imÃ³vel objeto da locaÃ§Ã£o, situado na

Avenida Senador Lemos, nÂº 3021, bairro Sacramenta, nesta cidade , conforme indicaÃ§Ã£o da inicial, com advertÃªncia de, em caso de descumprimento, AUTORIZO, desde logo, a expediÃ§Ã£o de mandado de despejo compulsÃ³rio, a ser cumprido por Oficial de JustiÃ§a, nos termos do art. 65 da Lei de nÂº 8.245/1991, ficando autorizados, desde jÃ¡, o emprego de forÃ§a policial e arrombamento, se necessÃ¡rios, com remoÃ§Ã£o dos mÃ³veis e utensÃ-lios que porventura se encontrem no interior do imÃ³vel objeto da locaÃ§Ã£o, ficando o locatÃ¡rio como depositÃ¡rio fiel dos bens NÃ£o sendo aceito o encargo pelo locatÃ¡rio, sejam os bens encaminhados ao depÃ³sito pÃºblico, em tudo observadas as cautelas legais, devendo o Oficial de JustiÃ§a confeccionar Auto Circunstanciado na ocasiÃ£o do cumprimento desta decisÃ£o. Deve o meirinho adotar cautela no cumprimento, informando previamente este JuÃ-zo qualquer embaraÃ§o causado pelo rÃ©u Por fim, serÃ¡ possÃ-vel a incidÃªncia nas penas da litigÃ¢ncia de mÃ¡-fÃ©, sem prejuÃ-zo de responsabilizaÃ§Ã£o por crime de desobediÃªncia, caso o executado descumpra injustificadamente a ordem judicial. Quanto Ã obrigaÃ§Ã£o de pagar quantia, INTIME-SE as devedoras HOLLY COMÃRCIO DE BIJUTERIAS LTDA e outros, por seus advogados habilitados nos autos (art 513,Â§2Âº, I do CPC), para, no prazo de 15 (quinze) dias Ãºteis (CPC, artigo 219, caput), realizar o adimplemento voluntÃ¡rio da obrigaÃ§Ã£o, conforme memorial de cÃ¡lculos acostado em petiÃ§Ã£o 319/320 Ficam advertidos os devedores que, nÃ£o ocorrendo pagamento voluntÃ¡rio no prazo do artigo 523 do CPC, o dÃ©bito serÃ¡ acrescido de multa de dez por cento e, tambÃ©m, de honorÃ¡rios de advogado de dez por cento (CPC, artigo 85, Â§ 1Âº e Â§ 13), tudo na forma do artigo 523, Â§ 1Âº, do CÃ³digo de Processo Civil. Ficam advertidos os devedores, outrossim, de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntÃ¡rio, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimaÃ§Ã£o, apresente, nos prÃ³prios autos, sua impugnaÃ§Ã£o, observando-se que Â¿serÃ¡ considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazoÂ¿ (CPC, artigo 218, Â§ 4Âº). Ademais, nÃ£o efetuado o pagamento voluntÃ¡rio no prazo de 15 (quinze) dias, independentemente de nova intimaÃ§Ã£o da parte credora, poderÃ¡ a parte exequente efetuar pedido de pesquisas junto aos sistemas informatizados Ã disposiÃ§Ã£o do juÃ-zo ou indicar outros bens penhorÃ¡veis, observada a ordem prevista no artigo 835 do CÃ³digo de Processo Civil. FICAm advErtidos os devedores, que tambÃ©m Ã© seu dever apontar quais sÃ£o e onde se encontram os bens sujeitos Ã penhora e seus respectivos valores, e, acaso intimado, se mantenha inerte sem justificativa, este JuÃ-zo poderÃ¡ considerar sua omissÃ£o, ato atentatÃ³rio Ã dignidade da JustiÃ§a (artigo 772, II E 774, V,Â¿ Â¿ NCPC), com a consequente aplicaÃ§Ã£o da multa. Considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ e da Portaria nÂº 1304/2021 Â¿ GP deste E. TJPA, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 05 de abril de 2022 CÃLIO PETRÃNIO D ANUNCIAÃÃO Juiz de Direito da 5Âª vara CÃ-vel da Capital PROCESSO: 00186545320148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 11/04/2022 REQUERENTE:BANCO VOLKSWAGEN SA Representante(s): OAB 24871-A - ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (ADVOGADO) OAB 24872-A - JOSE LIDIO ALVES DOS SANTOS (ADVOGADO) REQUERIDO:MANOEL GONCALVES DA SILVA JUNIOR Representante(s): OAB 18004 - HAROLDO SOARES DA COSTA (ADVOGADO) . Processo: 0018654-53.2014.8.14.0301 SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de BUSCA E APREENSÃO proposta por BANCO VOLKSWAGEN S/A em face de MANOEL GONÃALVES DA SILVA JUNIOR, todos qualificados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â As partes vieram aos autos, as fls 96/98, atravÃ©s de seus representantes, apresentar termo de acordo. E, as fls 119, a parte requerente noticia o cumprimento da avenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã a sÃ-ntese do necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante ao acordo firmado entre as referidas partes, a homologaÃ§Ã£o do ato Ã© medida imperiosa, para que surta os seus efeitos legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, a conciliaÃ§Ã£o entre as partes, conforme se verifica no documento juntado e devidamente assinado, enseja a extinÃ§Ã£o do processo com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, com fundamento no inciso III, alÃ-nea Â¿bÂ¿, do art. 487 do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ISTO POSTO, com fundamento no art. 487, inciso III, alÃ-nea Â¿bÂ¿, do CPC, HOMOLOGO por sentenÃ§a o acordo firmado entre as partes DETERMINANDO A EXTINÃÃO do processo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas nos termos do artigo 90,Â§3Âº do CPC Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se os presentes autos e todos os apensos, com as cautelas legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 08 de abril de 2021 Â Â Â Â Â CÃLIO PETRÃNIO DÂ¿ ANUNCIAÃÃO Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00201708220108140301 PROCESSO

ANTIGO: 201010300543 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO A??o: Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Ci em: 11/04/2022 AUTOR:FERNANDA RAQUEL MORAES SILVA Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) . Ã£Processo: 0020170-82.2010.8.14.0301 SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃÃO DE RETIFICAÃÃO DE REGISTRO intentada por FERNANDA RAQUEL MORAES SILVA, regularmente qualificado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em despacho de fls 13, em atenÃ§Ã£o a pedido da Defensoria PÃºblica (fls 12), esse juÃ-zo determinou a intimaÃ§Ã£o pessoal da parte autora que cumprisse as diligÃªncias requeridas pelo MinistÃ©rio PÃºblico as fls 09/10, sob pena de extinÃ§Ã£o do feito. O requerente, no entanto, devidamente intimado (fls 15), quedou-se inerte, conforme certidÃ£o 15 verso Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o que havia a relatar. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A inÉrcia das partes diante dos deveres e Ã´nus processuais, acarretando a paralisaÃ§Ã£o do processo, faz presumir a desistÃªncia da pretensÃ£o Ã tutela jurisdicional, equivalendo ao desaparecimento superveniente do interesse de agir, condiÃ§Ã£o para o regular exercÃ-cio do direito de aÃ§Ã£o. Art. 485.Â¿ Â¿ O juiz nÃ£o resolverÃ¡ o mÃ©rito quando: (...) VI - verificar ausÃªncia de legitimidade ou de interesse processual; (...) Â§3Âº O juiz conhecerÃ¡ de ofÃ-cio da matÉria constante dos incisos IV, V, VI e IX, em qualquer tempo e grau de jurisdiÃ§Ã£o, enquanto nÃ£o ocorrer o trÂ¢nsito em julgado. Â Â Â Â Â Â ANTE O EXPOSTO, julgo extinto o processo sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, com fundamento no art. 485, inciso VI e Â§3Âº, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Â Sem custas por ser o autor beneficiÃ¡rio da justiÃ§a gratuita. Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, dÃª-se baixa e arquivem-se, com as cautelas legais. Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Â Â Â Â Â Â BelÃ©m-PA, 08 de abril de 2022 CELIO PETRONIO D ANUNCIAÃÂ¿O Juiz de Direito titular da 5Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00250695220148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 11/04/2022 EXEQUENTE:BANCO SANTANDER BRASIL SA Representante(s): ANTONIO BRAZ DA SILVA (ADVOGADO) OAB 12306 - ANA PAULA BARBOSA DA ROCHA GOMES (ADVOGADO) OAB 13904-A - ACACIO FERNANDES ROBOREDO (ADVOGADO) OAB 153447 - FLAVIO NEVES COSTA (ADVOGADO) EXECUTADO:LIDER COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA ME. Despacho Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante a certidÃ£o de trÂ¢nsito Ã fl. 59, arquive-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 11 de abril de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CÃLIO PETRÃNIO DA ANUNCIAÃÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito da 5Âª Vara CÃ-vel da Capital PROCESSO: 00260014020068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610759499 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/04/2022 REU:ENGEPLAN Representante(s): ALESSANDRO PUGET OLIVA (ADVOGADO) AUTOR:EMPRESA DE TRANSPORTE ESTRELA DO MAR Representante(s): JOSE AUGUSTO FREIRE DE FIGUEIREDO (ADVOGADO) HUMBERTO LUIZ DE CARVALHO COSTA (ADVOGADO) REU:AGRIMEC AGRICULTURA MECANIZADA S/A ENVOLVIDO:PAULO SERGIO FERREIRA OZELA REU:CONSTRUTORA LEAL JUNIOR Representante(s): CRISTOVINA PINHEIRO DE MACEDO (ADVOGADO) . PROCESSO: 0026001-40.2006.8.14.0301 DECISÃO INTERLOCUTÃRIA Â Â Â Â Â Tendo em vista o trÂ¢nsito em julgado da sentenÃ§a proferida nesses autos, conforme certificado as fls 251, e considerando o pedido de fls 255/261, dou inÃ-cio Ã fase de cumprimento da sentenÃ§a. Â Â Â Â Â INTIME-SE a devedora EMPRESA DE TRANSPORTE ESTRELA DO MAR, por seus advogados habilitados nos autos (art 513,Â§2Âº, I do CPC), para, no prazo de 15 (quinze) dias Ãºteis (CPC, artigo 219, caput), realizar o adimplemento voluntÃ¡rio da obrigaÃ§Ã£o, conforme memorial de cÃ¡lculos acostado em petiÃ§Ã£o de fls 255/261 Â Â Â Â Â Fica advertido o devedor que, nÃ£o ocorrendo pagamento voluntÃ¡rio no prazo do artigo 523 do CPC, o dÉbito serÃ¡ acrescido de multa de dez por cento e, tambÉm, de honorÃ¡rios de advogado de dez por cento (CPC, artigo 85, Â§ 1Âº e Â§ 13), tudo na forma do artigo 523, Â§ 1Âº, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Fica advertido o devedor, outrossim, de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntÃ¡rio, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimaÃ§Ã£o, apresente, nos prÃ³prios autos, sua impugnaÃ§Ã£o, observando-se que Â¿serÃ¡ considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazoÂ¿ (CPC, artigo 218, Â§ 4Âº). Â Â Â Â Â Ademais, nÃ£o efetuado o pagamento voluntÃ¡rio no prazo de 15 (quinze) dias, independentemente de nova intimaÃ§Ã£o da parte credora, poderÃ¡ a parte exequente efetuar pedido de pesquisas junto aos sistemas informatizados Ã disposiÃ§Ã£o do juÃ-zo ou indicar outros bens penhorÃ¡veis, observada a ordem prevista no artigo 835 do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â FICA advErtido o devedor, que tambÉm Ã© seu dever apontar quais sÃ£o e onde se encontram os bens sujeitos Ã penhora e seus respectivos valores, e, acaso intimado, se mantenha inerte sem justificativa, este JuÃ-zo poderÃ¡ considerar sua omissÃ£o, ato

atentatÃ³rio Ã dignidade da JustiÃ§a (artigo 772, II E 774, V,Â¿ Â¿ NCPC), com a consequente aplicaÃ§Ã£o da multa. Â Â Â Â Â Considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ e da Portaria nÂº 1304/2021 Â¿ GP deste E. TJPA, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 05 de abril de 2022 CÃLIO PETRÃNIO D ANUNCIAÃÃO Juiz de Direito da 5Âª vara CÃ-vel da Capital PROCESSO: 00282497620148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO A??o: Cumprimento de sentença em: 11/04/2022 AUTOR:RAFAEL DA CONCEICAO GAMA Representante(s): OAB 20244 - GABRIELLA BARBOSA SANTOS SASSIM RODRIGUES (ADVOGADO) REU:SPE PROGRESSO INCORPORADORA LTDA Representante(s): OAB 13871-A - FABIO RIVELLI (ADVOGADO) . Ã£Processo nº: 0028249-76.2014.814.0301 Despacho Â Â Â Â Â Tendo em vista a certidÃ£o de trÃ¢nsito em julgado de fls 341, bem como a decisÃ£o de fls 352, arquivem-se os autos obedecidas as cautelas de praxe. Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 06 de abril de 2022 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CÃLIO PETRONIO DÂ¿ ANUNCIACÂ¿O Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00318079020138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO A??o: Cumprimento de sentença em: 11/04/2022 REQUERENTE:JOSÉ HENRIQUE CATTANIO Representante(s): OAB 14007 - JOSE MARIA MARQUES MAUES FILHO (ADVOGADO) REQUERENTE:GISELLE RODRIGUES CATTANIO Representante(s): OAB 14007 - JOSE MARIA MARQUES MAUES FILHO (ADVOGADO) REQUERIDO:TEMPO INCORPORADORA LTDA Representante(s): OAB 12724 - GUSTAVO FREIRE DA FONSECA (ADVOGADO) OAB 13179 - EDUARDO TADEU FRANCEZ BRASIL (ADVOGADO) REQUERIDO:CONSTRUTORA LEAL MOREIRA Representante(s): OAB 14782 - JOSE MILTON DE LIMA SAMPAIO NETO (ADVOGADO) OAB 12724 - GUSTAVO FREIRE DA FONSECA (ADVOGADO) OAB 13179 - EDUARDO TADEU FRANCEZ BRASIL (ADVOGADO) . PROCESSO: 0031807-90.2013.8.14.0301 DECISÃO INTERLOCUTÃRIA Â Â Â Â Â Compulsando os verifico que a petiÃ§Ã£o de fls 327/344 formula pedido de cumprimento de sentenÃ§a e o rÃ©u jÃ¡ se manifesta ainda que nÃ£o regularmente intimado para pagamento da dÃ-vida, mas a fase processual de cumprimento nÃ£o foi regularmente instaurada. Â Â Â Â Â Considerando a diretriz estabelecida pelo CPC de que cabe ao magistrado zelar pelo efetivo contraditÃ³rio (art 7Âº) e tendo em vista o trÃ¢nsito em julgado da sentenÃ§a proferida nesses autos, conforme certificado as fls 306, e considerando o pedido de fls 255/261, dou inÃ-cio Ã fase de cumprimento da sentenÃ§a. Â Â Â Â Â INTIMEM-SE as devedoras TEMPO INCORPORADORA e CONSTRUTORA LEAL MOREIRA, por seus advogados habilitados nos autos (art 513,Â§2Âº, I do CPC), para, no prazo de 15 (quinze) dias Ãºteis (CPC, artigo 219, caput), realizar o adimplemento voluntÃ¡rio da obrigaÃ§Ã£o, conforme memorial de cÃ¡lculos acostado em petiÃ§Ã£o de fls 327/344 Â Â Â Â Â Fica advertido o devedor que, nÃ£o ocorrendo pagamento voluntÃ¡rio no prazo do artigo 523 do CPC, o dÃ©bito serÃ¡ acrescido de multa de dez por cento e, tambÃ©m, de honorÃ¡rios de advogado de dez por cento (CPC, artigo 85, Â§ 1Âº e Â§ 13), tudo na forma do artigo 523, Â§ 1Âº, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Fica advertido o devedor, outrossim, de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntÃ¡rio, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimaÃ§Ã£o, apresente, nos prÃ³prios autos, sua impugnaÃ§Ã£o, observando-se que Â¿serÃ¡ considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazoÂ¿ (CPC, artigo 218, Â§ 4Âº). Â Â Â Â Â Ademais, nÃ£o efetuado o pagamento voluntÃ¡rio no prazo de 15 (quinze) dias, independentemente de nova intimaÃ§Ã£o da parte credora, poderÃ¡ a parte exequente efetuar pedido de pesquisas junto aos sistemas informatizados Ã disposiÃ§Ã£o do juÃ-zo ou indicar outros bens penhorÃ¡veis, observada a ordem prevista no artigo 835 do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â FICA advErtido o devedor, que tambÃ©m Ã© seu dever apontar quais sÃ£o e onde se encontram os bens sujeitos Ã penhora e seus respectivos valores, e, acaso intimado, se mantenha inerte sem justificativa, este JuÃ-zo poderÃ¡ considerar sua omissÃ£o, ato atentatÃ³rio Ã dignidade da JustiÃ§a (artigo 772, II E 774, V,Â¿ Â¿ NCPC), com a consequente aplicaÃ§Ã£o da multa. Â Â Â Â Â Sem prejuÃ-zo, e em obediÃªncia ao artigo 10 do CPC, manifeste-se a parte autora, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre a petiÃ§Ã£o de fls 350/356. Â Â Â Â Â Considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ e da Portaria nÂº 1304/2021 Â¿ GP deste E. TJPA, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos

autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 07 de abril de 2022 CÃLIO PETRÃNIO D ANUNCIAÃÃO Juiz de Direito da 5Âª vara CÃ-vel da Capital PROCESSO: 00327066420108140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/04/2022 AUTOR:JOÃO ELIAS DA COSTA Representante(s): OAB 13443 - BRENDA FERNANDES BARRA (ADVOGADO) REU:BANCO FINASA BMC SA. Ã£Processo: 0032706-64.2010.8.14.0301 SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃÃO REVISIONAL DE CONTRATO C/C CONSIGNAÃÃO EM PAGAMENTO intentada por JOÃO ELIAS DA COSTA, regularmente qualificado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em despacho de fls 74, a parte autora foi intimada a minuta de acordo noticiado em petiÃ§Ã£o de fls 63, sob pena de extinÃ§Ã£o sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito. O requerente, no entanto, devidamente intimado por seus advogados, quedou-se inerte, conforme certidÃ£o de fls 75. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o que havia a relatar. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A inÃ©rcia das partes diante dos deveres e Ã´nus processuais, acarretando a paralisaÃ§Ã£o do processo, faz presumir a desistÃªncia da pretensÃ£o Ã tutela jurisdicional, equivalendo ao desaparecimento superveniente do interesse de agir, condiÃ§Ã£o para o regular exercÃ-cio do direito de aÃ§Ã£o. Art. 485.Â¿ Â¿ O juiz nÃ£o resolverÃ¡ o mÃ©rito quando: (...) VI - verificar ausÃªncia de legitimidade ou de interesse processual; (...) Â§3Âº O juiz conhecerÃ¡ de ofÃ-cio da matÃ©ria constante dos incisos IV, V, VI e IX, em qualquer tempo e grau de jurisdiÃ§Ã£o, enquanto nÃ£o ocorrer o trÂ¢nsito em julgado. Â Â Â Â Â Â ANTE O EXPOSTO, julgo extinto o processo sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, com fundamento no art. 485, inciso VI e Â§3Âº, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Â Sem custas por ser a autora beneficiÃ¡ria de justiÃ§a gratuita Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, dÃª-se baixa e arquivem-se, com as cautelas legais. Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Â Â Â Â Â Â BelÃ©m-PA, 08 de abril de 2022 CELIO PETRONIO D ANUNCIAÃÂ¿O Juiz de Direito titular da 5Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00347568720138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO A??o: Monitória em: 11/04/2022 REQUERENTE:SABEMI PREVIDENCIA PRIVADA Representante(s): OAB 113786 - JULIANO MARTINS MANSUR (ADVOGADO) OAB 19986 - ALVARO ALVES DE LIMA NETO (ADVOGADO) REQUERIDO:JULIO PEREIRA DA COSTA. ÃºProcesso: 0034756-87.2013.814.0301 SentenÃ§a Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃÃO MONITÃRIA proposta por SABEMI Â¿ PREVIDÃNCIA PRIVADA, regularmente qualificada Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em petiÃ§Ã£o de fls 66/67, ante o possÃ-vel Ã³bito do rÃ©u, o autor pede o arquivamento do feito. Recebo, assim, o pedido como desistÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DispÃµe o art. 485, VIII, do CÃ³digo de Processo Civil que o processo serÃ¡ extinto sem julgamento do mÃ©rito, quando o autor desistir da aÃ§Ã£o. JÃ¡ o art. 200, parÃ¡grafo Ãºnico, alerta que tal desistÃªncia somente produzirÃ¡ efeito apÃ³s homologaÃ§Ã£o judicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANTE O EXPOSTO, e nos termos do art. 200, parÃ¡grafo Ãºnico, do CÃ³digo de Processo Civil, HOMOLOGO A DESISTÃNCIA DA AÃÃO, julgando, em consequÃªncia, extinto o processo sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, com fundamento no art. 485, VIII, do CÃ³digo Processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Custas pelo desistente (art 90 do CPC). Encaminhem-se os autos Ã UNAJ para o cÃ¡lculo das custas e, em seguida, se as houver, intime-se o autor para pagamento, sob pena de inscriÃ§Ã£o em dÃ-vida ativa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos, com as cautelas legais. Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 08 de abril de 2022 CÃLIO PETRÃNIO D ANUNCIAÃÃO Juiz de Direito PROCESSO: 00348804120118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/04/2022 REQUERENTE:C. A. S. M. Representante(s): OAB 3321 - RUI GUILHERME CARVALHO AQUINO (ADVOGADO) OAB 18448 - LUANA NELY PINHEIRO E SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:T. G. C. Representante(s): OAB 11540 - THIAGO COSTA LOPES (ADVOGADO) OAB 28369 - FLADILSON DA COSTA NOBRE JUNIOR (ADVOGADO) . Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante da conexÃ£o, passo ao julgamento simultÂ¢neo dos processos. SENTENÃA - AUTOS 0034880-41.2011.8.14.0301 Â Â Â Â Â Â Â Â Â CEZAR AUGUSTO SANTOS MOTTA, jÃ¡ qualificada na inicial, por meio de procurador devidamente habilitado, propÃ´s AÃÃO DECLARATORIA DE NULIDADE DE ESCRITURA PUBLICA DE ATO DECLARATORIO DE DISSOLUÃÃO DE SOCIEDADE DE FATO, em face de TANIA GENTIL DA CRUZ. igualmente identificadas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aduz que viveu em uniÃ£o estÃ¡vel com o demandado por cerca de 08 (oito) anos, no perÃ-odo de 2002 a maio de 2010, conforme declarado em escritura pÃºblica de reconhecimento e dissoluÃ§Ã£o de sociedade de fato, a qual regulou tambÃ©m a partilha de bens. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Alega que ficou ajustado que a propriedade do apartamento 702 do EdifÃ-cio Torre e Molina ficava com a requerida, obrigando o autor a quitar e passar para transferir o imÃ³vel para o nome daquela. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sustenta que o imÃ³vel era de elevado

valor tendo jÃ¡ sido pago pelo autor o valor de R$ 214.300,00 (duzentos e quatorze mil e trezentos reais), havendo o saldo devedor de R$ 215.700,00 (duzentos e quinze mil) mediante 240 parcelas no valor de R$ 3042,97, sendo que sua concordÃ¢ncia somente se deu em razÃ£o da requerida informar que nÃ£o possuÃ-a outro imÃ³vel, conforme consta tambÃ©m no bojo da execuÃ§Ã£o movida por esta em desfavor do autor perante a 11Âª Vara CÃ-vel da Capital. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Alega que jamais concordaria em dar a requerida este imÃ³vel se tivesse conhecimento de que ela possuÃ-a um outro localizado na Trav. Castelo Branco, n.Âº 500, no conjunto Residencial Vila Farah, adquirido em 14 de outubro do ano de 2004, perÃ-odo em que as partes viviam em uniÃ£o estÃ¡vel. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Esclarece que nÃ£o teve nenhum filho com a requerida e que a partilha deveria ter ocorrido em partes iguais, inclusive do imÃ³vel adquirido pela requerida acima citado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Relata que apÃ³s a separaÃ§Ã£o do casal, a requerida vendeu o imÃ³vel no valor de R$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais), sem que lhe fosse partilhado o produto da venda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Afirma tambÃ©m a ocorrÃªncia de lesÃ£o prevista no art. 157 do CCB como fator gerador de nulidade, eis que houve imposiÃ§Ã£o da parte requerida como condiÃ§Ã£o para a realizaÃ§Ã£o da escritura pÃºblica de dissoluÃ§Ã£o de sociedade de fato e que se evidencia presente a necessidade fÃ-sica e moral imposta ao autor para assumir obrigaÃ§Ã£o excessivamente onerosa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Informa que a requerida tambÃ©m foi agraciada com outro bem, uma Pajero TR4, sem contraprestaÃ§Ã£o alguma em favor do autor. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao final, requereu tutela de urgÃªncia, para suspensÃ£o da eficÃ¡cia da escritura pÃºblica. No mÃ©rito, requer a procedÃªncia decretando a nulidade da escritura pÃºblica de ato declaratÃ³rio de dissoluÃ§Ã£o de sociedade de fato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juntou documentos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Indeferido o pedido de justiÃ§a gratuita as fls. 53, tendo sido recolhida as custas, foi determinada a citaÃ§Ã£o da requerida as fls. 57. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A requerida apresentou contestaÃ§Ã£o as fls. 63/77, onde alega a inexistÃªncia de omissÃ£o dolosa e lesÃ£o, jÃ¡ que o autor sempre teve conhecimento da existÃªncia do referido imÃ³vel que foi adquirido pelo pai da demandada em nome de dois irmÃ£os, tendo o autor tomada a frente do negÃ³cio junto ao cartÃ³rio Diniz. Alega que inclusive fora o autor quem pressionou a demandada para notificar extrajudicialmente o seu irmÃ£o que estava morando no imÃ³vel sem pagar aluguel, o que fora feito. Sustenta que somente em 2010 conseguiu vender o imÃ³vel, constando inclusive como casada, jÃ¡ que jamais se separou de direito de seu antigo marido. Afirma que o ato foi homologado pelo tabeliÃ£o, nÃ£o havendo que se falar em lesÃ£o ou dolo. Ao final, requereu a improcedÃªncia dos pedidos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Designada audiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o as fls. 108. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Replica as fls. 127/135. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AudiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o as fls. 148, a qual nÃ£o restou frutÃ-fera, tendo sido aberto o prazo de 05 dias para que as partes indicassem as provas que pretendiam produzir. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O autor requereu depoimento pessoal e prova testemunhal (fls. 149) e a requerida prova testemunhal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AudiÃªncia conjunta realizada e anexada nos autos em apenso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Memorias da parte requerida as fls. 166/177 e autora as fls. 181/192. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O cerne da controvÃ©rsia recursal cinge-se a anÃ¡lise de nulidade da escritura de dissoluÃ§Ã£o de sociedade de fato firmado entre as partes pela suposta incidÃªncia de vÃ-cios de consentimento - dolo e lesÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A escritura pÃºblica, conforme liÃ§Ã£o de SÃ-lvio de Salvo Venosa Ã© ato em que as partes comparecem perante oficial pÃºblico, na presenÃ§a ou nÃ£o de testemunhas, para fazer declaraÃ§Ã£o de vontade. Uma vez assinado o ato pelo oficial pÃºblico, pela parte ou parte ou partes declarantes e pelas testemunhas, o oficial encerrarÃ¡ o instrumento, dando fÃ© pÃºblica daquele ato ocorrido. Presume-se que o conteÃºdo desse ato seja verdadeiro, atÃ© prova em contrÃ¡rio. (...). Â Â Â Â Â Â Â Â Â O art. 215 do atual CÃ³digo ratifica que a escritura pÃºblica, lavrada em notas de tabeliÃ£o, Ã© documento dotado de fÃ© pÃºblica, fazendo prova plena. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Afora os requisitos lÃ³gicos e tradicionalmente exigidos, como a identificaÃ§Ã£o das partes, manifestaÃ§Ã£o de vontade, leitura pelo oficial na presenÃ§a de interessados etc.; (Direito Civil: Parte Geral, 11.Âª ed., Atlas, p. 602), Ã© dever do escrivÃ£o zelar pela livre e espontÃ¢nea manifestaÃ§Ã£o das partes, isenta de qualquer mÃ¡cula, ou vÃ-cio de vontade. O ato jurÃ-dico formalizado por um notÃ¡rio deve estar revestido de seguranÃ§a e eficÃ¡cia, porque dessa seguranÃ§a resultarÃ¡ a sua eficÃ¡cia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Importa salientar que o ato jurÃ-dico - escritura declaratÃ³ria - no presente caso, possui objeto lÃ-cito, agente capaz e forma prescrita ou nÃ£o defesa em lei, constituindo, portanto, negÃ³cio jurÃ-dico perfeito e acabado, que somente pode ser anulada quando contiver algum vÃ-cio de consentimento, como erro, dolo, coaÃ§Ã£o, estado de perigo, lesÃ£o ou fraude contra credores (art. 171, II, do CC), o que dependerÃ¡ de prova judicial da sua ocorrÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nessa linha de raciocÃ-nio, alega a parte autora que houve dolo quanto da manifestaÃ§Ã£o de sua vontade, jÃ¡ que foi levado a crer que a requerida nÃ£o tinha outro imÃ³vel, fato supostamente ocultado por esta. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No que se refere ao vÃ-cio de dolo, leciona FÃ¡bio UlhÃ´a Coelho nos seguintes termos: Â¿Dolo Ã© a induÃ§Ã£o em erro de uma parte do negÃ³cio jurÃ-dico. Verifica-se esse tipo de defeito de consentimento

quando o sujeito declarante Ã© enganado, isto Ã©, passa a ter a falsa representaÃ§Ã£o da realidade em razÃ£o de expedientes astuciosos usados pela outra parte, ou por agente constrangedor estranho Ã relaÃ§Ã£o negocial. O dolo pode ser principal ou acidental. No primeiro caso, a parte somente realiza o negÃ³cio jurÃ-dico porque foi enganada. NÃ£o fosse a distorÃ§Ã£o da verdade provocada pela conduta dolosa que a vitimou, ela nÃ£o teria manifestado a vontade de fazer o negÃ³cio jurÃ-dico. O dolo principal Ã©, assim, a causa do negÃ³cio jurÃ-dico e o invalida (CC, art. 145). JÃ¡ o dolo acidental Ã© aquele que nÃ£o induziu a parte a praticar o negÃ³cio jurÃ-dico, mas o tornou menos vantajoso. Nesse caso, o sujeito Ã© enganado nÃ£o sobre os aspectos essenciais da relaÃ§Ã£o negocial em vias de ser entabulada, mas acerca de elementos acidentais; isto Ã©, sÃ£o intencionalmente distorcidas algumas circunstÃ¢ncias importantes do negÃ³cio, mas nÃ£o o suficiente para fazer alguÃ©m desistir dele. O dolo acidental nÃ£o implica a invalidade do negÃ³cio jurÃ-dico, mas gera o direito Ã indenizaÃ§Ã£o pelas perdas e danos (CC, art. 146)Â¿. Â Â Â Â Â Â Â Ã cediÃ§o que o Ã´nus da prova compete aquele que alega, no caso o autor, de demonstrar o fato constitutivo do seu direito nos termos do art. 373, inciso I, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Analisando o bojo da escritura de dissoluÃ§Ã£o de uniÃ£o estÃ¡vel verifica-se que nÃ£o hÃ¡ qualquer menÃ§Ã£o de que o demandante anuiu com a obrigaÃ§Ã£o de quitar o financiamento imobiliÃ¡rio e transferir o imÃ³vel para a requerida em virtude desta nÃ£o dispor de outro imÃ³vel. Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, o conteÃºdo do instrumento pÃºblico demonstra apenas a mera liberalidade do autor, tanto o Ã©, que tambÃ©m abriu mÃ£o, nÃ£o sÃ³ do imÃ³vel como tambÃ©m do veÃ-culo em favor da requerida. Â Â Â Â Â Â Â ForÃ§oso reconhecer que, embora, o autor alegue a ocorrÃªncia de dolo, nÃ£o produzira qualquer prova, principalmente testemunhal, que corroborasse a sua versÃ£o dos fatos, Ã´nus que lhe competia e da qual nÃ£o se desincumbiu. Â Â Â Â Â Â Â Ademais, importa ressaltar que o fato de se descobrir posteriormente a existÃªncia de um bem que nÃ£o fora levado a partilha nÃ£o anula o que fora acordado por CONSENSO entre as partes, seja judicial o extrajudicialmente, permitindo-se apenas ao prejudicado se valer do instituto da sobrepartilha. Â Â Â Â Â Â Â A sobrepartilha Ã© instituto utilizado em casos de desconhecimento de uma das partes a respeito de determinado bem, no momento da partilha, seja ou nÃ£o por ocultaÃ§Ã£o maliciosa ou, ainda, se situados em lugar remoto da sede do juÃ-zo. Embora os bens sonegados nÃ£o se confundam com os descobertos apÃ³s a partilha, ambos pressupÃµem o desconhecimento de sua existÃªncia por umas das partes. Nessa linha, Ã© bem de ver que nÃ£o Ã© todo e qualquer bem que nÃ£o foi partilhado que pode ser considerado sonegado. Â Â Â Â Â Â Â Quanto Ã alegaÃ§Ã£o de lesÃ£o, este vÃ-cio de consentimento se caracteriza quando alguÃ©m obtÃ©m lucro manifestamente desproporcional ao valor real do objeto contratado, aproveitando-se da inexperiÃªncia ou premente necessidade do outro contratante. "Art. 157. Ocorre a lesÃ£o quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiÃªncia, se obriga a prestaÃ§Ã£o manifestamente desproporcional ao valor da prestaÃ§Ã£o oposta." Â Â Â Â Â Â Â A doutrina majoritÃ¡ria defende que para a confirmaÃ§Ã£o deste vÃ-cio devem estar presentes dois elementos: objetivo e subjetivo. O primeiro diz respeito Ã desproporcionalidade da contraprestaÃ§Ã£o. JÃ¡ o segundo, refere-se Ã inexperiÃªncia ou premente necessidade do lesado (DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro. ed. 24, SÃ£o Paulo: Saraiva, 2009, p. 466). Â Â Â Â Â Â Â Assim, nÃ£o basta a ocorrÃªncia do elemento objetivo, hÃ¡ de ser demonstrado tambÃ©m a presenÃ§a dos elementos subjetivos para configuraÃ§Ã£o do vÃ-cio. Â Â Â Â Â Â Â Ocorre que, no presente caso, embora se possa verificar a desproporÃ§Ã£o na partilha consensual realizada entre as partes, forÃ§oso reconhecer que o autor Ã© promotor de justiÃ§a, denotando ter conhecimento suficiente para realizar qualquer declaraÃ§Ã£o de vontade e entender o que assinar e suas consequÃªncias, mormente a extrema simplicidade do teor do documento. Â Â Â Â Â Â Â Ademais, nÃ£o hÃ¡ como se admitir que a preeminente necessidade era a dissoluÃ§Ã£o da sociedade de fato, de modo a justificar que se vira coagido a assumir a obrigaÃ§Ã£o de quitaÃ§Ã£o do imÃ³vel, mormente considerando que por ser profissional do direito, Ã© sabedor que o desfecho poderia se dar por meio de aÃ§Ã£o judicial, sem qualquer obrigaÃ§Ã£o de anuir com qualquer tipo de pressÃ£o, o que, por sinal, tambÃ©m nÃ£o restara demonstrado nos autos. Se nÃ£o o fez Ã© porque nÃ£o achou ser excessivo, portanto, deverÃ¡ honrar com a obrigaÃ§Ã£o livremente avenÃ§ada. De fato, o que resta evidente nos autos Ã© mero arrependimento posterior da parte autora pela renÃºncia a sua parte na partilha. Â Â Â Â Â Â Â De modo, nÃ£o fora apresentada nenhuma prova de que a escritura pÃºblica esteja eivada de vÃ-cio que justificasse o afastamento da presunÃ§Ã£o de veracidade que lhe Ã© inerente, sendo as alegaÃ§Ãµes do autor frÃ¡geis para ilidir a validade do documento firmado em cartÃ³rio, dotado de fÃ© pÃºblica, com sua anuÃªncia, sob pena de transgressÃ£o ao contido no art. 215 do CC. Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, e, em consequÃªncia, julgo extinto o processo com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Condeno o autor ao pagamento de custas e honorÃ¡rios que fixo em 10% do valor da causa. SENTENÃA DOS AUTOS 0012596-97.2015.814.0301 Â Â Â Â Â Â Â Â Â TANIA GENTIL DA CRUZ, jÃ¡ qualificada na inicial, por

meio de procurador devidamente habilitado, propÃ´s AÃÃO DE INDENIZAÃÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS, em face de CEZAR AUGUSTO SANTOS MOTTA, igualmente identificadas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aduz que viveu em uniÃ£o estÃ¡vel com o demandado por cerca de 08 (oito) anos, conforme escritura pÃºblica, adquirindo um apartamento situado na rua dos Mundurucus e que ao decidirem a dissoluÃ§Ã£o da sociedade, o demandado cedeu os direitos que possuÃ-a sobre o bem e assumiu a obrigaÃ§Ã£o de quitar o financiamento e transferir para o nome da autora. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sustenta que o demandado deixou de efetuar o pagamento do financiamento imobiliÃ¡rio o que gerou uma notificaÃ§Ã£o extrajudicial e a venda extrajudicial do bem ao senhor Marco Aurelio Neves, em maio de 2012, o qual notificou a autora para desocupaÃ§Ã£o amigÃ¡vel do bem. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Informa que ingressou com aÃ§Ã£o anulatÃ³ria do procedimento de execuÃ§Ã£o extrajudicial, em face da ausÃªncia de notificaÃ§Ã£o quanto a data do leilÃ£o, com pedido liminar de reintegraÃ§Ã£o de posse, enquanto o senhor Marco Neves ajuizou aÃ§Ã£o de imissÃ£o de posse com perdas e danos e pedido de tutela antecipada, a qual foi deferida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Esclarece que nÃ£o teve alternativa a nÃ£o ser desocupar o imÃ³vel e entregar as benfeitorias como indenizaÃ§Ã£o por perdas e danos, mediante acordo com o senhor Marcos Neves. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Relata que sofreu considerÃ¡veis danos materiais e morais pelo nÃ£o compromisso do demandado com o pagamento das parcelas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao final, requereu tutela de urgÃªncia, para que o demandado efetue o pagamento dos aluguÃ©is mensais do imÃ³vel ocupado pela demandante. A procedÃªncia com a condenaÃ§Ã£o ao pagamento de indenizaÃ§Ã£o por danos materiais em R$ 820.000,00 (oitocentos e vinte mil reais) e danos morais de R$ 100.000,00 (cem mil reais). Subsidiariamente requerer a indenizaÃ§Ã£o material no valor de R$ 507800,00 (quinhentos e sete mil e oitocentos reais) correspondente ao somatÃ³rio do valor do bem ao terceiro adquirente e aluguÃ©is pagos atÃ© o ajuizamento da presente aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juntou documentos de fls. 24 usque 405. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DecisÃ£o deferido a tutela as fls. 406/409 do valor de R$ 2500,00 (dois mil e quinhentos reais) a tÃ-tulo de aluguel, tendo a parte autora ingressado com Agravo de Instrumento conforme fls. 626/636, o qual foi improvido (fls. 709/713). Â Â Â Â Â Â Â Â Â ManifestaÃ§Ã£o do requerido sobre a tutela de urgÃªncia deferida as fls. 410/420, anexando documentos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O requerido apresentou contestaÃ§Ã£o as fls. 486/521, onde alega conexÃ£o com aÃ§Ã£o 0034880-41.2011.814.0301 que busca a anulaÃ§Ã£o da escritura pÃºblica, bem como prescriÃ§Ã£o trienal do direito de aÃ§Ã£o, jÃ¡ que a escritura realizada em dezembro de 2010 prescreveria em dezembro de 2013. Aduz dolo da requerida quando da confecÃ§Ã£o da escritura, eis que a requerida afirmou que nÃ£o possuÃ-a outro imÃ³vel e a Ã©poca a autora era proprietÃ¡rio de um imÃ³vel localizado na Travessa Castelo Branco e que fora adquirido na constÃ¢ncia da uniÃ£o estÃ¡vel. Sustenta a incidÃªncia do art. 147 do CCB e a ocorrÃªncia de lesÃ£o prevista no art. 157 do referido diploma lega. Afirma inexistir danos morais pelo mero descumprimento contratual. Ao final, requereu o acolhimento da preliminar de prescriÃ§Ã£o e nÃ£o sendo acolhida, a improcedÃªncia dos pedidos. E que no uso do princÃ-pio da eventualidade, em caso, de condenaÃ§Ã£o a tÃ-tulo de dano material que este seja arbitrado em R$ 215.700,00. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juntou documentos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ImpugnaÃ§Ã£o aos benefÃ-cios da JustiÃ§a Gratuita de fls. 637/642 e replica as fls. 645/658. Â Â Â Â Â Â Â Â Â As fls. 659/660, foi acolhida a conexÃ£o, bem como determinada a intimaÃ§Ã£o do requerido para se manifestar sobre a impugnaÃ§Ã£o a justiÃ§a gratuita, o que o fez as fls. 663/668, anexando documentos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimada as partes a indicarem as provas que pretendiam produzir, sob pena de preclusÃ£o (fls. 705), o requerido pugnou pelo depoimento pessoal, oitiva de testemunha e documentos, enquanto a requerente pela prova testemunhal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ãs fls. 721/722, fora revogado o benefÃ-cio da justiÃ§a gratuita ao requerido, bem como designado dia e hora para audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, tendo o demandado ingressado com Agravo de Instrumento (fls. 724/742). Â Â Â Â Â Â Â Â Â AudiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento realizada as fls. 748/749. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Memorias da parte autora as fls. 756/774 e requerida as fls. 785/798. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ReiteraÃ§Ã£o de pedido de justiÃ§a gratuita da autora as fls. 777/783, determinaÃ§Ã£o para que comprovasse a insuficiÃªncia, tendo a parte se manifestado as fls. 803/810. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECIDO. DA ALEGAÃÃO DE OCORRENCIA DE PRESCRIÃÃO TRIENAL Â Â Â Â Â Â Â Â Â Iniciando pela anÃ¡lise da alegaÃ§Ã£o de prescriÃ§Ã£o da dÃ-vida decorrente da obrigaÃ§Ã£o de fazer - quitaÃ§Ã£o do imÃ³vel financiado e transferÃªncia para a autora - inserida na escritura pÃºblica declaratÃ³ria, impÃµe-se, por primeiro, determinar qual o prazo prescricional incidente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o merece guarida a alegaÃ§Ã£o de prescriÃ§Ã£o trienal, eis que se trata de obrigaÃ§Ã£o pessoal, que nÃ£o se encaixa em nenhuma das hipÃ³teses do art.Â 206 do CÃ³digo Civil. Â Â Â Â Â Â Â Â Â De acordo com a jurisprudÃªncia do Superior Tribunal de JustiÃ§a, aplica-se a regra geral (art. 205 CC/02) que prevÃª dez anos de prazo prescricional: Art. 205. A prescriÃ§Ã£o ocorre em dez anos, quando a lei nÃ£o lhe haja fixado prazo menor. Nesse sentido, ainda colaciono julgado: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO

EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÃGIDE DO NCPC. AÃO DE COBRANÃA. CONTRATO DE COMPRA E VENDA, COM PERMUTA. DESCUMPRIMENTO DO PACTO. CONTRATO ENTABULADO SOB AS REGRAS DO CÃDIGO CIVIL DE 1916. PRESCRIÃÃO DO ART. 178, Â§ 5Âº, IV DO CC/1916, AFASTADA. INCIDÃNCIA DO ART. 177 DO CC/1916. PRESCRIÃÃO VINTENÃRIA. OBRIGAÃÃO DE NATUREZA PESSOAL. SENTENÃA ANULADA. DEVOLUÃÃO DOS AUTOS AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÃÃO. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÃVEL. INCIDÃNCIA DA MULTA DO ART. 1.021, Â§ 4Âº, DO NCPC. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO, COM IMPOSIÃÃO DE MULTA. (...). Prescreve em vinte anos, nos termos do art. 177 do CC/16, o direito de se exigir o cumprimento de obrigaÃ§Ã£o decorrente de promessa de compra e venda firmada aos 4/4/91, diante da natureza pessoal da obrigaÃ§Ã£o. ObservÃ¢ncia das regras de transiÃ§Ã£o do art. 2.028 do CC/02. 4. Com o afastamento da prescriÃ§Ã£o, mister se faz o retorno dos autos a instÃ¢ncia de origem para que se proceda o julgamento do mÃ©rito da causa.(...). Agravo interno nÃ£o provido, com imposiÃ§Ã£o de multa. (AgInt no REsp 1482665/RS, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/06/2019, DJe 12/06/2019) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, tendo a escritura sido realizada em dezembro de 2010 prescreveria em dezembro de 2020, tendo a presente aÃ§Ã£o sido ajuizada em 09/04/2015, nÃ£o hÃ¡ que se falar em prescriÃ§Ã£o. DA COMPROVAÃÃO DA JUSTIÃA GRATUITA PELA REQUERENTE Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nos termos do CPC 99, Â§ 2Âº, o juiz somente poderÃ¡ indeferir o pedido de gratuidade de justiÃ§a desde que haja elementos nos autos que evidenciem a falta de pressupostos legais para a concessÃ£o de gratuidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante da documentaÃ§Ã£o juntada pela requerente as fls. 803/808, verifica-se a hipossuficiÃªncia, fazendo jus permanecer com a justiÃ§a gratuita. DO MERITO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Incontroverso o inadimplemento do rÃ©u da obrigaÃ§Ã£o de quitaÃ§Ã£o do imÃ³vel e transferÃªncia para a autora, diante da venda extrajudicial do bem pelo agente financeiro e a imissÃ£o da posse do arrematante. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Importa ainda consignar que a escritura pÃºblica nada menciona a respeito de qualquer data limite para a quitaÃ§Ã£o da dÃ-vida e nem precisaria, pois, por Ã³bvio, deveria o rÃ©u ter observado as datas de vencimento anteriormente estipuladas no contrato de financiamento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Embora o rÃ©u, na peÃ§a contestatÃ³ria, nÃ£o negue o inadimplemento, aduziu em sua defesa que o ato jurÃ-dico seria nulo por vicio de consentimento decorrente do dolo e lesÃ£o, o que jÃ¡ nÃ£o restara comprovado, conforme jÃ¡ decidido nos autos 0034880-41.2011.8.14.0301. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A respeito dos danos materiais, coteja o art. 398 do CÃ³digo Civil que nÃ£o cumprida a obrigaÃ§Ã£o, responde o devedor por perdas e danos, mais juros e atualizaÃ§Ã£o monetÃ¡ria e honorÃ¡rios de advogado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nessa senda, diante da impossibilidade de cumprimento da obrigaÃ§Ã£o pelo requerido eis que o bem fora arrematado em leilÃ£o por terceiro, estando a parte autora privada definitivamente da propriedade do imÃ³vel, imperativo que as perdas e danos se dÃª pelo valor da venda extrajudicialmente a ser suportado pelo requerido que dera causa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, a ata de arrematAÃ§Ã£o do imÃ³vel juntada Ã s fls. 123 demonstra que o imÃ³vel foi arrematado por R$ 487.000,00 (quatrocentos e oitenta e sete mil reais), sendo este o valor informado na matrÃ-cula do imÃ³vel referente a arrematAÃ§Ã£o, o que entendo, que atende melhor a indenizaÃ§Ã£o por perdas e danos, jÃ¡ que houve avaliaÃ§Ã£o do bem antes do leilÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, o descumprimento da obrigaÃ§Ã£o pelo requerido impÃ´s a autora o encargo de arcar com o pagamento de aluguÃ©is, conforme contrato de fls. 349/353 e recibos anexos, cabendo a este indenizÃ¡-la por suas perdas e danos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No que se refere aos danos morais, entendo nÃ£o tenham restado caracterizados, embora reconheÃ§a todos os transtornos e aborrecimento e dificuldades suportadas pela requerente oriundos do descumprimento do requerido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isso porque o descumprimento contratual, por si sÃ³, nÃ£o gera indenizaÃ§Ã£o extrapatrimonial, sendo necessÃ¡ria a comprovaÃ§Ã£o da ocorrÃªncia de abalo em algum dos atributos da personalidade da autora, o que nÃ£o veio aos autos, jÃ¡ que nenhuma prova fora produzida nesse sentido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpre referir ainda que no contrato de financiamento figura como devedor apenas o requerido, o que impede qualquer mÃ¡cula ao nome da requerida com relaÃ§Ã£o a possibilidade de negativaÃ§Ã£o junto ao serviÃ§o de proteÃ§Ã£o ao crÃ©dito ou protestado, o que se fosse o caso, implicaria em dano moral in res ipsa. Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, confirmo a tutela de urgÃªncia, e JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO para condenar o requerido ao pagamento de R$ 487.000,00 (quatrocentos e oitenta e sete mil reais), a ser corrigido monetariamente desde a arrematAÃ§Ã£o pelo INPC e juros de mora de 1% a contar da citaÃ§Ã£o, bem como ao pagamento dos aluguÃ©is arcados pela requerida, desde o desembolso, tudo a ser atualizado pelo INPC, com juros de mora de 1% a contar da citaÃ§Ã£o, a ser apurado em liquidaÃ§Ã£o de sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Diante da sucumbÃªncia reciproca, condeno as partes, de forma pro rata, ao pagamento das custas e honorÃ¡rios que fixo em 10% do valor da condenaÃ§Ã£o, nos termos do art. 85 do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Em consequÃªncia, julgo extinto o processo com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Publique-se, registre-se e intimem-se.

Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 11 de abril de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CELIO PETRONIO D ANUNCIAÃÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito titular da 5Âª Vara cÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00396200820128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO A??o: Cumprimento de sentença em: 11/04/2022 AUTOR:RAFAEL SANTOS DE SOUSA Representante(s): OAB 11857 - SEVERINO ANTONIO ALVES (ADVOGADO) REU:CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMOVEIS DO 2º OFÍCIO WALTER COSTA. Ã£Processo nÂº: 0039620-08.2012.814.0301 DECISÃO Â Â Â Â Â Indefiro o pedido de fls 142/143. Conforme as informaÃ§Ãµes prestadas pelo CartÃ³rio do 2Âº OfÃ-cio de ImÃ³veis (fls 89/91), bem como as fornecidas pela Serventia do 3Âº OfÃ-cio de ImÃ³veis (fls 128/136) circunscriÃ§Ã£o a qual pertence atualmente o imÃ³vel que se pretende levar a registro, verifico que hÃ¡ exigÃªncias legais a serem cumpridas pelo suscitante em obediÃªncia ao CÃ³digo de Normas do Estado do ParÃ¡. Â Â Â Â Â Assim, na esteira do entendimento do MinistÃ©rio PÃºblico manifestado nos pareceres de fls 100/108 e 138/139, considero que a sentenÃ§a prolatada nesses autos faz apenas coisa julgada formal, nÃ£o podendo ser expedido o alvarÃ¡ ali determinado ante as exigÃªncias apresentas pela serventias registriais e aparentemente nÃ£o cumpridas pelo suscitante. Este, portanto, deve cumpri-las ou, caso inconformado, deve suscitar novo procedimento de dÃºvida, uma vez que a sentenÃ§a de fls 77 nÃ£o levou em conta as exigÃªncias legais indicadas posteriormente. Â Â Â Â Â Ante o exposto, arquivem-se os autos obedecidas as cautelas de praxe. Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 07 de abril de 2022 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CÃLIO PETRONIO DÂ¿ ANUNCIACÂ¿O Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00413074920148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO A??o: Consignação em Pagamento em: 11/04/2022 REQUERIDO:MARIA DAS GRACAS FARIAS DA SILVA REQUERIDO:MANOEL CARVALHO CORREA REQUERIDO:MAGNUM ROCHA BRITO REQUERIDO:ANDREA MORAES ABREU REQUERIDO:RAIMUNDA CARMEN GOMES DA SILVA REQUERENTE:LONDRES INCORPARADORA LTDA Representante(s): OAB 149754 - SOLANO DE CAMARGO (ADVOGADO) OAB 91311 - EDUARDO LUIS BROCK (ADVOGADO) OAB 21074-A - FABIO RIVELLI (ADVOGADO) OAB 2940 - LEE BROCK CAMARGO ADVOGADOS (SOCIEDADE DE ADVOGADO) OAB 234435 - IARA FERFOGLIA GDIAS VILARDI (ADVOGADO) . Processo nÂº: 0041307-49.2014.814.0301 DESPACHO Compulsando os autos, verifico que hÃ¡ um defeito na representaÃ§Ã£o processual da parte autora. A advogada subscrevente do pedido de fls 344/350, Dra Mayara Gabriele Paiva Fernandes, acosta substabelecimento de fls 346 outorgado pela Dra Juliana Fachetti Ruiz Lazarin, mas nÃ£o consta desses autos o instrumento atravÃ©s do qual a parte autora outorgou poderes a essa Ãºltima causÃ-dica. Em outras palavras, a Dra Lazarin nÃ£o tinha poderes para substabelecer pois nÃ£o consta dos autos qualquer instrumento de mandato outorgando-lhe poderes: entre as vÃ¡rias procuraÃ§Ãµes juntadas a esses autos, na de fls 324 consta que o escritÃ³rio Lee, Brock, Camargo Advogados substabelece sem reservas os poderes que lhe foram outorgados a outros causÃ-dicos, mas desse substabelecimento nÃ£o conta a DraÂ Juliana Fachetti Ruiz Lazarin. Diante disso, intime-se a parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, esclarecer os pontos acima apontados quanto a sua regularizaÃ§Ã£o processual, sob pena de indeferimento do pedido de fls 344/350. Considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ e da Portaria nÂº 1304/2021 Â¿ GP deste E. TJPA, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o Intime-se. Cumpra-se Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 07 de abril de 2022 CÃLIO PETRÃNIO DÂ¿ ANUNCIAÃÃO Juiz de Direito PROCESSO: 00419039620158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 11/04/2022 AUTOR:BANCO ITAUCARD SA Representante(s): OAB 15530 - LAYSA AGENOR LEITE (ADVOGADO) REU:M I SANTOS COSTA C CALCADOS ME. Ã£Processo nÂº: 0041903-96.2015.8.14.0301 DESPACHO Defiro o pedido de fls 83/86. Recolhidas as custas respectivas, cite-se a parte rÃ© no endereÃ§o indicado pelo autor no referido petitÃ³rio. Considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ e da Portaria nÂº 1304/2021 Â¿ GP deste E. TJPA, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o Intime-se. Cumpra-se Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 08 de abril de 2022 CÃLIO PETRÃNIO DÂ¿ ANUNCIAÃÃO Juiz de Direito PROCESSO: 00424998420108140301 PROCESSO ANTIGO: ----

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO A??o: Cumprimento de sentença em: 11/04/2022 AUTOR:CONDOMINIO DO EDIFICIO MERCURIO Representante(s): OAB 1683 - ALACY VIANA NAHUM (ADVOGADO) OAB 13177 - ARCELINO LOBATO RIBEIRO FILHO (ADVOGADO) OAB 13178 - ELIZA MATOS DE MELO (ADVOGADO) REU:ESPOLIO DE MANOEL IBIAPINA ARAUJO CAVALLEIRO Representante(s): OAB 3191 - MARIA JOSE CABRAL CAVALLI (ADVOGADO) . Ã£Processo: 0042499-84.2010.8.14.0301 Despacho Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que a Ãºltima planilha do dÃ©bito juntada aos autos data de novembro de 2020 (fls 184/193), intime-se a parte exequente para que junte, em 15 (quinze) dias, planilha atualizada do dÃ©bito, bem como para que recolha as custas relativas ao envio de documentos eletrÃ´nicos aos sistemas informatizados nos termos do artigo 3Âº,Â§8Âº da da Lei 8328/2015 (Regimento de Custas e outras despesas processuais no Ã¢mbito do Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumprida a diligÃªncia e tendo em vista a inÃ©rcia da parte executada, em cumprir voluntariamente o julgado, realizar o pagamento ou garantir a execuÃ§Ã£o, conforme certidÃ£o de fls 195, procedo Ã consulta nos sistemas BACENJUD e RENAJUD, em desfavor da executada, conforme pedido de fls 197 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Acautelem-se os autos em gabinete pelo prazo de 05 (cinco) dias aguardando resposta das instituiÃ§Ãµes financeiras. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo sido encontrados ativos financeiros, converto, desde jÃ¡, o bloqueio em penhora e determino a intimaÃ§Ã£o das partes para que se manifestem no prazo de 05 (cinco) dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o havendo bens, intime-se a parte Exequente para que indique bens no prazo de 01 (um) ano, findo os quais e nÃ£o havendo indicaÃ§Ã£o, certifique-se e voltem-se os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ e da Portaria nÂº 1304/2021 Â¿ GP deste E. TJPA, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 04 de abril de 2022 CÃLIO PETRÃNIO DÂ¿ ANUNCIAÃÃO Juiz de Direito PROCESSO: 00492704520138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO A??o: Protesto em: 11/04/2022 REQUERENTE:DIRECIONAL DIAMANTE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS Representante(s): OAB 20344-A - HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (ADVOGADO) REQUERIDO:EIDO CONSTRUTORA MONTAGENS INDUSTRIAIS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDATE E EXPORTAC REQUERIDO:BANCO DO BRASIL SA Representante(s): RAFAEL SGANZERLA DURAND (ADVOGADO) . Processo nÂº: 0049270-45.2013.814.0301 DESPACHO Considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ e da Portaria nÂº 1304/2021 Â¿ GP deste E. TJPA, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o dos embargos de declaraÃ§Ã£o Intime-se. Cumpra-se Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 05 de abril de 2022 CÃLIO PETRÃNIO DÂ¿ ANUNCIAÃÃO Juiz de Direito PROCESSO: 00566404120148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/04/2022 REQUERENTE:VANIA CRISTINA DO NASCIMENTO CARVALHO Representante(s): OAB 14245-A - THAISA CRISTINA CANTONI FRANCA (ADVOGADO) OAB 53400 - ROBERTO CESAR GOUVEIA MAJCHSZAK (ADVOGADO) REQUERIDO:FEDERAL SEGUROS S/A. Ã£Processo: 0056640-41.2014.8.14.0301 SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃÃO DE COBRANÃA intentada por VANIA CRISTINA DO NASCIMENTO CARVALHO, regularmente qualificada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em despacho de fls 81, a parte autora foi intimada a manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinÃ§Ã£o sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito. A requerente, no entanto, devidamente intimado por oficial de justiÃ§a (fls 82), quedou-se inerte por mais de um ano, conforme certidÃ£o de fls 83 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o que havia a relatar. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A inÃ©rcia das partes diante dos deveres e Ã´nus processuais, acarretando a paralisaÃ§Ã£o do processo, faz presumir a desistÃªncia da pretensÃ£o Ã tutela jurisdicional, equivalendo ao desaparecimento superveniente do interesse de agir, condiÃ§Ã£o para o regular exercÃ-cio do direito de aÃ§Ã£o. Art. 485.Â¿ Â¿ O juiz nÃ£o resolverÃ¡ o mÃ©rito quando: (...) VI - verificar ausÃªncia de legitimidade ou de interesse processual; (...) Â§3Âº O juiz conhecerÃ¡ de ofÃ-cio da matÃ©ria constante dos incisos IV, V, VI e IX, em qualquer tempo e grau de jurisdiÃ§Ã£o, enquanto nÃ£o ocorrer o trÂ¢nsito

em julgado. Â Â Â Â Â Â Â ANTE O EXPOSTO, julgo extinto o processo sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, com fundamento no art. 485, inciso VI e Â§3Âº, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Â Â Sem custas por ser a autora beneficiÃ¡ria de justiÃ§a gratuita Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, dÃª-se baixa e arquivem-se, com as cautelas legais. Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m-PA, 08 de abril de 2022 CELIO PETRONIO D ANUNCIAÃÂ¿O Juiz de Direito titular da 5Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00587216020148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO A??o: Cumprimento de sentença em: 11/04/2022 REQUERENTE:HAMILTON FRANCISCO DA SILVA Representante(s): OAB 2721 - JOSE ALFREDO DA SILVA SANTANA (ADVOGADO) OAB 7007-B - LAUDICEA CRISTINA CHAVES MODESTO (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 18335 - CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (ADVOGADO) . Processo nÂº: 0058721-60.2014.814.0301 DESPACHO Tendo em vista as informaÃ§Ãµes prestadas as fls 174/175, intime-se a parte requerida para, no prazo de 5 (cinco) dias, acostar aos autos certidÃ£o atualizada de registro do imÃ³vel objeto da presente aÃ§Ã£o. Em seguida, considerando a certidÃ£o de fls 177, intime-se a parte autora, por seus advogados para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar interesse no feito, requerendo medidas concretas para o prosseguimento do feito, sob pena de arquivamento. Considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ e da Portaria nÂº 1304/2021 Â¿ GP deste E. TJPA, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o dos embargos de declaraÃ§Ã£o Intime-se. Cumpra-se Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 07 de abril de 2022 CÃLIO PETRÃNIO DÂ¿ ANUNCIAÃÃO Juiz de Direito PROCESSO: 00775782320158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO A??o: Procedimento Comum Infância e Juventude em: 11/04/2022 AUTOR:GIRLANE SANTA BRIGIDA QUEIROZ Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REU:CENTRAIS ELETRICAS DO PARA Representante(s): OAB 18329 - JIMMY SOUZA DO CARMO (ADVOGADO) . Processo nÂº: 0077578-23.2015.814.0301 DESPACHO Tendo em vista a petiÃ§Ã£o de fls 126/131, certifique a Secretaria Judicial se o despacho de fls 120 foi efetivamente cumprido, tendo em vista a ordem para que a troca do medidor da requerente seja acompanhada por oficial de justiÃ§a. Considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ e da Portaria nÂº 1304/2021 Â¿ GP deste E. TJPA, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o Intime-se. Cumpra-se Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 07 de abril de 2022 CÃLIO PETRÃNIO DÂ¿ ANUNCIAÃÃO Juiz de Direito PROCESSO: 01303393120158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO A??o: Cumprimento de sentença em: 11/04/2022 REQUERENTE:STUDIO DE BELEZA E ESTETICA LA BELLA HAIR LTDA ME Representante(s): OAB 15903 - JULLY CLEIA FERREIRA OLIVEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO DO BRASIL SA Representante(s): RAFAEL SGANZERLA DURAND (ADVOGADO) OAB OAB/SP N° 128.341 - NELSON WILIAN FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 22339 - JOSE DE LIMA MENDES JUNIOR (ADVOGADO) . Processo: 0130339-31.2015.8.14.0301 Despacho Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a resposta do sistema RENAJUD, intime-se o executado STUDIO DE BELEZA E ESTETICA LA BELLA HAIR LTDA ME, para, querendo, apresentar embargos no prazo legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Atente a secretaria se o executado possui advogado devidamente habilitado nos autos.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Caso contrÃ¡rio, certifique-se, e proceda a intimaÃ§Ã£o, pessoal, por oficial de justiÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. BelÃ©m, 08 de abril de 2022. CÃLIO PETRÃNIO DÂ¿ ANUNCIAÃÃO Juiz de Direito PROCESSO: 02332569420168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO A??o: Cumprimento de sentença em: 11/04/2022 AUTOR:JOSE COSTA DA SILVA Representante(s): OAB

17963 - FRANCISCO RODRIGUES DA SILVA FILHO (ADVOGADO) REU:CELPA CENTRAIS ELETRICAS DO PARA Representante(s): OAB 4670 - LUIS OTAVIO LOBO PAIVA RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 12436 - ANDREZA NAZARE CORREA RIBEIRO (ADVOGADO) . Processo nÂº:0233256-94.2016.814.0301 DESPACHO Certifique a Secretaria Judicial se a decisÃ£o de fls 283 foi cumprida e se houve manifestaÃ§Ã£o da parte executada. Considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ e da Portaria nÂº 1304/2021 Â¿ GP deste E. TJPA, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o Intime-se. Cumpra-se Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 08 de abril de 2022 CÃLIO PETRÃNIO DÂ¿ ANUNCIAÃÃO Juiz de Direito PROCESSO: 03403535520168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/04/2022 REQUERENTE:LUCAS CASTRO PEREIRA Representante(s): OAB 21138 - DANIEL ANDRE LIMA LOPES (ADVOGADO) REQUERIDO:ESPOLIO DE LEVINA GUEDES DA COSTA E SOUZA REQUERIDO:ESPOLIO ALFREDO BENEDITO DE OLIVEIRA CASTRO REQUERIDO:ESPOLIO DE OSMARINA DE SANTANA CASTRO REQUERIDO:ESPOLIO DE ANA CRISTINA DE SANTANA CASTRO E OUTROS. Processo: 0340335-35.2016.814.0301 Despacho Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Defiro o desentranhamento dos documentos juntados com a inicial, devendo a parte interessada providenciar substituiÃ§Ã£o dos mesmos por cÃ³pias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, arquive-se os autos com as cautelas legais, dando-se baixa em nossos sistemas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 11 de abril de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â CÃLIO PETRÃNIO DA ANUNCIAÃÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito da 5Âª Vara CÃ-vel da Capital PROCESSO: 07946261720168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS A??o: Busca e Apreensão em: 11/04/2022 REQUERENTE:LAURINDO SEGTOWICK HERMES Representante(s): OAB 2995 - PAULO SERGIO HAGE HERMES (ADVOGADO) ENVOLVIDO:FERNANDO ANTONIO VEIRA CAPUCHO Representante(s): OAB 16362 - PEDRO JULIO CASTRO COSTA CAPUCHO (ADVOGADO) REQUERIDO:PEDRO JULIO CASTRO COSTA CAPUCHO. DESPACHO Â Â Â Â Â Diante da certidÃ£o de fl. 62, manifeste-se a parte autora, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender necessÃ¡rio ao andamento dos presentes autos, sob pena de extinÃ§Ã£o do feito, sem julgamento do mÃ©rito. BelÃ©m, 04 de abril de 2022. ROSANA LÃCIA DE CANELAS BASTOS JuÃ-za de Direito Titular da 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital

RESENHA: 11/04/2022 A 13/04/2022 - SECRETARIA 1ª UPJ VARAS CIVEL,EMPRES,ORFÃO,INTERDITO, AUSENTE,RESIDUO,ACID DO TRABALHO,REG PUBLICO - VARA: 5ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM PROCESSO: 00376205920178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): BARBARA LEITE COSTA A??o: Consignação em Pagamento em: 11/04/2022 REQUERENTE:WALDEMIR CARVALHO DOS REIS Representante(s): OAB 16147 - WALDEMIR CARVALHO DOS REIS (ADVOGADO) REQUERIDO:REDE CELPA Representante(s): OAB 18329 - JIMMY SOUZA DO CARMO (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO. Em cumprimento ao disposto no art. 1Âº, Â§ 2Âº, inciso XIX, do Provimento 006/2006-CJRMB, intimo a parte autora, por seu advogado, PARA pagar as custas para expediÃ§Ã£o do ofÃ-cio. BelÃ©m, 11/04/22, BÃ¡rbara Leite Costa, Analista JudiciÃ¡rio da 1Âª UPJ CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m. Resenha do dia 11/04/2022 Publicado em, ____/____/____. PROCESSO: 03303252920168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VÂNIA CRISTINA TRAVASSOS LOPES BORCEM A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 11/04/2022 REQUERENTE:ITAU SEGUROS SA Representante(s): OAB 107414 - AMÂNDIO FERREIRA TERESO JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:ANA CLEIDE BRAZ CORDEIRO . ATO ORDINATÃRIO Em cumprimento ao disposto no inciso XI, Â§ 2Âº, do Art. 1Âº do Provimento nÂº 006/2006, da C.R.M.B, intime-se a parte AUTORA para efetuar o pagamento de 1 mandado de Busca e ApreensÃ£o + diligÃªncia especÃ-fica do ato. BelÃ©m/PA 11/04/2022. VÃ¢nia Borcem Analista JudiciÃ¡rio RESENHA: 11/04/2022 PUBLICAÃÃO DJE: ____/____/2022 PROCESSO: 00041945520118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): FERNANDA DO SOCORRO DO NASCIMENTO E NA A??o: Procedimento Comum Cível em: 12/04/2022 AUTOR:BENEDITO MARQUES FERREIRA Representante(s): OAB 18052 - AMAURY PENA FERREIRA (ADVOGADO) REU:RAIMUNDO LIDUÍNO DA SILVA FARIAS Representante(s): OAB 16488 - RENAN ASSUNCAO (ADVOGADO) . ATO

ORDINATÃRIO Em cumprimento ao disposto no art. 1Âº, Â§ 2Âº, inciso XI, do Provimento 006/2006-CJRMB, fica o(a) autor(a) intimado(a) para no prazo de 15 (quinze) dias providenciar o pagamento das custas finais do processo. BelÃ©m,Â 12 de abril de 2022. Servidor(a) da 1UPJ das Varas CÃ-veis e Empresariais de BelÃ©m. Publicado em, ____/____/____. PROCESSO: 00047901620128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): FERNANDA DO SOCORRO DO NASCIMENTO E NA A??o: Procedimento Comum Cível em: 12/04/2022 REQUERIDO:SERASA SA Representante(s): OAB 120552 - ROSANA BENENCASE (ADVOGADO) REQUERENTE:BEM VIVER EMPREEENDIMENTOS LTDA. ATO ORDINATÃRIO Em cumprimento ao disposto no art. 1Âº, Â§ 2Âº, inciso XI, do Provimento 006/2006-CJRMB, fica o(a) autor(a) intimado(a) para no prazo de 15 (quinze) dias providenciar o pagamento das custas finais do processo. BelÃ©m,Â 12 de abril de 2022. Servidor(a) da 1UPJ das Varas CÃ-veis e Empresariais de BelÃ©m. Publicado em, ____/____/____. PROCESSO: 00133173020118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): FERNANDA DO SOCORRO DO NASCIMENTO E NA A??o: Cumprimento de sentença em: 12/04/2022 AUTOR:DAVID DOS SANTOS OLIVEIRA Representante(s): OAB 10175 - FRANCISCO CLEANS ALMEIDA BOMFIM (ADVOGADO) REU:BRADESCO DE SEGUROS SA Representante(s): OAB 13106 - STENIO RAYOL ELOY (ADVOGADO) OAB 12504 - ADRIANE CRISTYNA KUHN (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Em cumprimento ao disposto no art. 1Âº, Â§ 2Âº, inciso XI, do Provimento 006/2006-CJRMB, fica o(a) requerido(a) intimado(a) para no prazo de 15 (quinze) dias providenciar o pagamento das custas finais do processo. BelÃ©m,Â 12 de abril de 2022. Servidor(a) da 1UPJ das Varas CÃ-veis e Empresariais de BelÃ©m. Publicado em, ____/____/____. PROCESSO: 00139698619988140301 PROCESSO ANTIGO: 199810226947 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): FERNANDA DO SOCORRO DO NASCIMENTO E NA A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 12/04/2022 EXEQUENTE:MARCOS MARCELINO CIA LTDA Representante(s): ADRIANA DE O SILVA CASTRO (ADVOGADO) OAB 1618 - ELIAS PINTO DE ALMEIDA (ADVOGADO) EXECUTADO:ATLANTICA PESCA LTDA Representante(s): OAB 6242 - EDUARDO CORREA PINTO KLAUTAU (ADVOGADO) EXECUTADO:MARIA DE NAZARE PESSOA CEBOLAO EXECUTADO:ANTONIO DA COSTA CEBOLAO. ATO ORDINATÃRIO Intimo o autor, atravÃ©s de seu advogado, para pagar as custas finais, no prazo de 15 (quinze) dias. O boleto para pagamento das custas finais jÃ¡ se encontra Ã disposiÃ§Ã£o nos autos do processo. BelÃ©m, 12 de abril de 2022 Milana Quaresma Coordenadora de Atendimento PROCESSO: 00249431620078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710779199 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MILANA QUARESMA PEREIRA A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 12/04/2022 EXECUTADO:DAVID DA SILVA E SOUSA EXECUTADO:GLORIA SOUSA E CIA LTDA EXECUTADO:GLORIA DE JESUS MAIA GONCALVES E SOUSA EXEQUENTE:BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 15201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Em cumprimento ao disposto no art. 1Âº, Â§ 2Âº, inciso XI, do Provimento 006/2006-CJRMB, fica o(a) autor(a) intimado(a) para no prazo de 15 (quinze) dias providenciar o pagamento das custas finais do processo. BelÃ©m,Â 12 de abril de 2022. Servidor(a) da 1UPJ das Varas CÃ-veis e Empresariais de BelÃ©m. Publicado em, ____/____/____. PROCESSO: 00336835120118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): FERNANDA DO SOCORRO DO NASCIMENTO E NA A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 12/04/2022 AUTOR:TUYOSI MAEDA E OUTROS REU:JOAO OLIVEIRA FRUTARIA - ME. ATO ORDINATÃRIO Em cumprimento ao disposto no art. 1Âº, Â§ 2Âº, inciso XI, do Provimento 006/2006-CJRMB, fica o(a) autor(a) intimado(a) para no prazo de 15 (quinze) dias providenciar o pagamento das custas finais do processo. BelÃ©m,Â 12 de abril de 2022. Servidor(a) da 1UPJ das Varas CÃ-veis e Empresariais de BelÃ©m. Publicado em, ____/____/____. PROCESSO: 00507863720128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): FERNANDA DO SOCORRO DO NASCIMENTO E NA A??o: Reintegração / Manutenção de Posse em: 12/04/2022 REQUERENTE:BANCO ITAULEASING SA Representante(s): OAB 16793 - RODRIGO OSCAR RAMOS DE MELO (ADVOGADO) OAB 16.814-A - MAURICIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:AMAZONIA HALL, SERVIÇOS E PRODUCOES DE EVENTOS LTDA REQUERIDO:MARIA DA JOANA DA ROCHA PESSOA. ATO ORDINATÃRIO Em cumprimento ao disposto no art. 1Âº, Â§ 2Âº, inciso XI, do Provimento 006/2006-CJRMB, fica o(a) autor(a) intimado(a) para no prazo de 15 (quinze) dias providenciar o pagamento das custas finais do processo. BelÃ©m,Â 12 de abril de 2022. Servidor(a) da 1UPJ das Varas CÃ-veis e Empresariais de BelÃ©m. Publicado em, ____/____/____. PROCESSO: 00660996720148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MILANA QUARESMA PEREIRA A??o: Monitória em: 12/04/2022 REQUERENTE:BANCO FIAT SA Representante(s): OAB 18694-A - VERIDIANA PRUDENCIO RAFAEL (ADVOGADO) OAB 13846-A - CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES

(ADVOGADO) REQUERIDO:PAULO SERGIO MACEDO MESQUITA. ATO ORDINATÃRIO Em cumprimento ao disposto no art. 1Âº, Â§ 2Âº, inciso XI, do Provimento 006/2006-CJRMB, fica o(a) autor(a) intimado(a) para no prazo de 15 (quinze) dias providenciar o pagamento das custas finais do processo. BelÃ©m,Â 12 de abril de 2022. Servidor(a) da 1UPJ das Varas CÃ-veis e Empresariais de BelÃ©m. Publicado em, ____/____/____. PROCESSO: 00875031420138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): FERNANDA DO SOCORRO DO NASCIMENTO E NA A??o: Cautelar Inominada em: 12/04/2022 REQUERIDO:SERASA SA Representante(s): OAB 3668-A - LUIZ GONZAGA DE MELO VALENCA (ADVOGADO) OAB 154348 - SANI CRISTINA GUIMARAES (ADVOGADO) REQUERENTE:MICHEL SALIM KHAYAT Representante(s): OAB 1643 - HERMENEGILDO ANTONIO CRISPINO (ADVOGADO) REQUERENTE:LUCIENNE SATHLER BRASIL KHAYAT Representante(s): OAB 1643 - HERMENEGILDO ANTONIO CRISPINO (ADVOGADO) REQUERIDO:SERVICO DE PROTECAO AO CREDIDO - SPC INTERESSADO:CAMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE BELEM Representante(s): OAB 2341 - AFONSO MARIA DE LIGORIO BARRAL MONTEIRO (ADVOGADO) OAB 9837 - RAFAEL OLIVEIRA LAURIA (ADVOGADO) OAB 24614 - PAULO ANDREY DE AZEVEDO MAIA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Em cumprimento ao disposto no art. 1Âº, Â§ 2Âº, inciso XI, do Provimento 006/2006-CJRMB, fica o(a) autor(a) intimado(a) para no prazo de 15 (quinze) dias providenciar o pagamento das custas finais do processo. BelÃ©m,Â 12 de abril de 2022. Servidor(a) da 1UPJ das Varas CÃ-veis e Empresariais de BelÃ©m. Publicado em, ____/____/____. PROCESSO: 00097409720148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANA MARIA MOREIRA ARAÚJO A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 13/04/2022 REQUERENTE:BANCO BRADESCO SOCIEDADE ANONIMA Representante(s): OAB 25197-A - LUCIA CRISTINA PINHO ROSAS (ADVOGADO) OAB 25196-A - EDSON ROSAS JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:PAUNIR COMERCIAL DE MATERIAL ELETRICO LT. ATO ORDINATÃRIO Em cumprimento ao disposto no art. 1Âº, Â§ 2Âº, inciso XI, do Provimento 006/2006-CJRMB, e alteraÃ§Ãµes constantes do Provimento 008/2014-CJRMB, que delega poderes aos Servidores, no Ã¢mbito de suas atribuiÃ§Ãµes, para praticarem atos de administraÃ§Ã£o e expediente, sem carÃ¡ter decisÃ³rio, fica intimada a parte Requerente a promover o pagamento da expediÃ§Ã£o de Mandado de CitaÃ§Ã£o, Busca e ApreensÃ£o e das respectivas diligÃªncias do oficial de justiÃ§a, correspondente a Busca e ApreensÃ£o de VEÃCULO, nos termos da Lei 8328/2015, art. 4Âº, VI. ApÃ³s, comprovar o pagamento mediante a juntada do boleto bancÃ¡rio correspondente e do relatÃ³rio de conta do processo, conforme art. 9Âº, Â§ 1Âº da Lei 8328/2015, no prazo de 15 (quinze) dias. BelÃ©m-PA, 13 de abril de 2022. Ana Maria Moreira AraÃºjo, Analista JudiciÃ¡rio da 1Âª UPJ das Varas CÃ-veis e Empresariais de BelÃ©m PROCESSO: 00375556420178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EDNA MORAIS MAGNO DE MATOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 13/04/2022 AUTOR:KELLY SEBASTIANA MONTEIRO MODESTO Representante(s): OAB 19591 - ERIVALDO NAZARENO DO NASCIMENTO FILHO (ADVOGADO) OAB 23646 - ANDRE FELIPE MIRANDA SOARES (ADVOGADO) REU:SPE PROGRESSO INCORPORADORA LTDA Representante(s): OAB 21074-A - FABIO RIVELLI (ADVOGADO) REU:ASACORP EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES SA Representante(s): OAB 21074-A - FABIO RIVELLI (ADVOGADO) REU:ELO INCORPORADORA LTDA Representante(s): OAB 13179 - EDUARDO TADEU FRANCEZ BRASIL (ADVOGADO) REU:PDG REALTY SA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES Representante(s): OAB 21074-A - FABIO RIVELLI (ADVOGADO) REU:LEAL MOREIRA ENGENHARIA LTDA Representante(s): OAB 13179 - EDUARDO TADEU FRANCEZ BRASIL (ADVOGADO) . Ã-ATO ORDINATÃRIO Em cumprimento ao disposto no art. 1Âº, Â§ 2Âº, inciso ll, do Provimento 006/2006-CJRMB, fica intimada a parte Apelada para apresentar ContrarrazÃµes no prazo de 15 (quinze) dias. BelÃ©m-PA, 13 de Abril de 2022. Edna Campos Morais Servidora da 1Âª UPJ das Vara CÃ-veis e Empresariais de BelÃ©m PUBLICADO EM ____/____/____ PROCESSO: 00545321020128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MILANA QUARESMA PEREIRA A??o: Procedimento Sumário em: 13/04/2022 AUTOR:PEDRO AUGUSTO DE MIRANDA BARROS Representante(s): OAB 4543 - AFONSO DE MELO SILVA (ADVOGADO) OAB 6725 - SEBASTIAO NAZARENO VALE DE SOUSA (ADVOGADO) REU:SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT Representante(s): OAB 8770 - BRUNO MENEZES COELHO DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 11307-A - ROBERTA MENEZES COELHO DE SOUZA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Intimo o apelado, atravÃ©s de seu advogado, para apresentar contrarrazÃµes no prazo de 15 (quinze) dias, face as apelaÃ§Ãµes apresentadas. BelÃ©m, 13 de abril de 2022 Milana Quaresma Coordenadora de Atendimento

SECRETARIA DA 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA CAPITAL

RESENHA: 12/04/2022 A 12/04/2022 - SECRETARIA DA 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM - VARA: 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM PROCESSO: 00173931920158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EDMILTON PINTO SAMPAIO A??o: Cumprimento de sentença em: 12/04/2022 REQUERENTE:CONDOMÍNIO VOLUNTÁRIO PÁTIO BELÉM Representante(s): OAB 4147 - HELENA MARIA ROCHA LOBATO (ADVOGADO) REQUERIDO:M N DOS SANTOS BRANDÃO Representante(s): OAB 11505 - VENINO TOURAO PANTOJA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 10194 - GLEUCE DE SOUZA LINO (ADVOGADO) OAB 21306 - GUSTAVO LIMA BUENO (ADVOGADO) REQUERIDO:MIGUEL DOS SANTOS FERRAZ Representante(s): OAB 10194 - GLEUCE DE SOUZA LINO (ADVOGADO) REQUERIDO:CREUZA MARIA SILVA DOS SANTOS Representante(s): OAB 10194 - GLEUCE DE SOUZA LINO (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO - PROC. 0017393-19.2015.8140301. Â Â Â Â Â AtravÃ©s do provimento 006/2006, artigo 1Âº Â§ 2Âº, inciso X oriundo da Corregedoria Geral de JustiÃ§a da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m: fica intimada a parte embargada, para se manifestar sobre os embargos de fls. 208/2013, no prazo legal. Â Â Â Â Â BELÃM-PA,12 DE ABRIL DE 2022. DIRETOR DE SECRETARIA. PROCESSO: 00430762920138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Execução de Título Judicial em: 12/04/2022 EXEQUENTE:LOJAS MARILAR LTDA Representante(s): OAB 8008 - GEORGES CHEDID ABDULMASSIH JUNIOR (ADVOGADO) OAB 5526 - MARIO AUGUSTO VIEIRA DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 14119 - MARIA GRACIEMA FALCAO DE ALMEIDA E SILVA (ADVOGADO) OAB 205408 - NADIA DE ARAUJO MAGALHAES (ADVOGADO) EXECUTADO:RENOVADORA DE PNEUS ICANA EXECUTADO:ESPÓLIO DE MAIRTO MAGALHÃES FILHO EXEQUENTE:MARIO ALVES DO NASCIMENTO FILHO Representante(s): OAB 205408 - NADIA DE ARAUJO MAGALHAES (ADVOGADO) EXEQUENTE:GLACILEA CARVALHO DO NASCIMENTO EXEQUENTE:ABDULMASSIH ADVOGADOS ASSOCIADOS SS Representante(s): OAB 13300 - VANESSA NERIS BRASIL MONTEIRO (ADVOGADO) OAB 9678-A - CHEDID GEORGES ABDULMASSIH (ADVOGADO) INTERESSADO:ANTONIA EUGENIA DE ARAUJO MAGALHAES Representante(s): OAB 1097 - CLAUDIO MENDONCA FERREIRA DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 9870-A - MARCELO PONTE FERREIRA DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 28420 - LORENA DO NASCIMENTO BARBOSA MARIA (ADVOGADO) . Processo de nÂº 0043076-29.2013.814.0301 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Exequentes: Lojas Marilar LTDA E Outros Executados: Renovadora De Pneus Icana, EspÃ³lio De Mairto MagalhÃ£es Filho E AntÃ´nia EugÃªnia De AraÃºjo MagalhÃ£es Â Â Â Â Â Â Â Â Â Despacho Â Â Â Â Â Â Â Â Â Lojas Marilar LTDA e outros ajuizaram AÃ§Ã£o De ExecuÃ§Ã£o ProvisÃ³ria De SentenÃ§a contra Renovadora De Pneus Icana, EspÃ³lio De Mairto MagalhÃ£es Filho e AntÃ´nia EugÃªnia De AraÃºjo MagalhÃ£es, tambÃ©m devidamente qualificados nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O JuÃ-zo determinou a remessa dos autos para que a contadoria efetivasse os cÃ¡lculos tangentes a execuÃ§Ã£o da sentenÃ§a dos autos de adjudicaÃ§Ã£o (Processo nÂº 00351414020028140301). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ãs fls. 436 e ss., os cÃ¡lculos foram juntados e em sequÃªncia foi aberto prazo para as partes manifestarem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em petiÃ§Ã£o (fls. 493 e ss.), a parte Exequente alegou que o parÃ¢metro do valor da causa (da AÃ§Ã£o de AdjudicaÃ§Ã£o) foi equivocadamente considerado pela contadoria do JuÃ-zo, que, ao invÃ©s de um milhÃ£o de reais, utilizou dez mil reais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o que se tem para relatar. Passa-se a decidir: Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1- O equÃ-voco resta reconhecido por este JuÃ-zo, mormente atravÃ©s do despacho protocolo Libra NÂº 20050035176679 (em anexo), que demonstra que o valor da causa (da aÃ§Ã£o de adjudicaÃ§Ã£o) foi modificada para um milhÃ£o de reais, por forÃ§a do despacho que determinou a retificaÃ§Ã£o do valor da causa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2- Desta forma, remeta-se os autos, novamente, Ã contadoria do JuÃ-zo para retificar os cÃ¡lculos de acordo com o valor, de referÃªncia, da causa (um milhÃ£o de reais). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Serve a presente como carta, mandado ou ofÃ-cio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m, data registrada no Sistema. Augusto Cesar da Luz Cavalcante Juiz de Direito, Titular da 6Âª vara CÃ-vel da Capital.

EDITAL DE CITAÇ¿O

(PRAZO DE 30 DIAS)

(art. 256, I, do CPC)

O DR. AUGUSTO CÉSAR DA LUZ CAVALCANTE, Juiz de Direito, da 6ª Vara Cível de Belém, na forma da Lei.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital de Citaç¿o virem, ou dele conhecimento tiverem, que tramita por este Juízo, expediente da Secretaria da 6ª Vara Cível da Capital, a Aç¿o DE EXECUÇ¿O DE SENTENÇA ¿ PROCESSO 00310802920168140301, proposta por: ALEXANDRE WAGNER GOMES LOPES, contra: **DANIEL JOSÉ RACHADEL**, atualmente em lugar incerto e n¿o sabido, fica(m) desde logo, CITADA a parte requerida- DANIEL JOSÉ RACHADEL, que se encontra em lugar incerto e n¿o sabido, para, querendo, apresentar(em) contestaç¿o nos presentes autos no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir do término do prazo deste edital (30 dias), sob pena de revelia (art. 256,I, do CPC, observando-se os requisitos exigidos pelo artigo 526 e seus incisos do mesmo Diploma legal. E para que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente, que será publicado na forma da lei afixado no local público de costume. Dado e passado nesta cidade de Belém, /capital do Estado do Pará, aos 14 dias do mês de março do ano de 2022. Eu,_____ (Edmilton Pinto Sampaio, diretor de secretaria, digitei e o subscrevo, de ordem do Mm juiz de Direito.

EDMILTON PINTO SAMPAIO

Diretor de Secretaria

RESENHA: 01/04/2022 A 12/04/2022 - SECRETARIA 2ª UPJ VARAS CIVEIS E EMPRESARIAL - COMERCIO E SUCESSAO - VARA: 7ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM PROCESSO: 00008490919938140301 PROCESSO ANTIGO: 199310007670 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IVAN TAVARES NEIVA A??o: Interdição/Curatela em: 07/04/2022 ADVOGADO:JOSE FABIANO DA SILVA - DEFENSOR PUBLICO AUTOR:IRACEMA ESTUMANO GALVAO. ATO ORDINATÃRIO 7 de abril de 2022 De ordem do MM JuÃ-zo e amparada pelo Provimento 006/2006 CJRMB, considerando o retorno dos presentes autos do arquivo regional de BelÃ©m ,oÂ presente ato ordinatÃ³rio serve para intimar a parte que solicitou o desarquivamento do processo que, este jÃ¡ se encontra disponÃ-vel em secretaria pelo prazo de 30(trinta) dias, para que requisite o que achar pertinente(Prov.006/2006 da CJRMB). FABIO COSTA Servidor lotado na 2Âª UPJ CÃ-vel e Empresarial da Capital Resenhado em ___/___/2021 Publicado em ___/___/2021 PROCESSO: 00008490919938140301 PROCESSO ANTIGO: 199310007670 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IVAN TAVARES NEIVA A??o: Interdição/Curatela em: 07/04/2022 ADVOGADO:JOSE FABIANO DA SILVA - DEFENSOR PUBLICO AUTOR:IRACEMA ESTUMANO GALVAO. ATO ORDINATÃRIO 7 de abril de 2022 De ordem do MM JuÃ-zo e amparada pelo Provimento 006/2006 CJRMB, considerando o retorno dos presentes autos do arquivo regional de BelÃ©m ,oÂ presente ato ordinatÃ³rio serve para intimar a parte que solicitou o desarquivamento do processo que, este jÃ¡ se encontra disponÃ-vel em secretaria pelo prazo de 30(trinta) dias, para que requisite o que achar pertinente(Prov.006/2006 da CJRMB). FABIO COSTA Servidor lotado na 2Âª UPJ CÃ-vel e Empresarial da Capital Resenhado em ___/___/2021 Publicado em ___/___/2021 PROCESSO: 00026142720038140301 PROCESSO ANTIGO: 200310050585 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IVAN TAVARES NEIVA A??o: Procedimento Sumário em: 07/04/2022 AUTOR:ERICA AMARAL PINHO Representante(s): OAB 10389 - RONDINELI FERREIRA PINTO (ADVOGADO) OAB 13726 - CINTHIA MERLO TAKEMURA (ADVOGADO) OAB 14011 - CAMILO CASSIANO RANGEL CANTO (ADVOGADO) MARIZA ALVES DE AGUIAR SILVA (ADVOGADO) ADVOGADO:BRUNO MARCOS ALVES REU:EMPRESA SCAC FUNDACOES E ESTRUTURAS LTDA Representante(s): FABIO DE OLIVEIRA MOURA (ADVOGADO) BRUNO MARCOS ALVES (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO 7 de abril de 2022 De ordem do MM JuÃ-zo e amparada pelo Provimento 006/2006 CJRMB, considerando o retorno dos presentes autos do arquivo regional de BelÃ©m ,oÂ presente ato ordinatÃ³rio serve para intimar a parte que solicitou o desarquivamento do processo que, este jÃ¡ se encontra disponÃ-vel em secretaria pelo prazo de 30(trinta) dias, para que requisite o que achar pertinente(Prov.006/2006 da CJRMB). FABIO COSTA Servidor lotado na 2Âª UPJ CÃ-vel e Empresarial da Capital Resenhado em ___/___/2021 Publicado em ___/___/2021 PROCESSO: 00026142720038140301 PROCESSO ANTIGO: 200310050585 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IVAN TAVARES NEIVA A??o: Procedimento Sumário em: 07/04/2022 AUTOR:ERICA AMARAL PINHO Representante(s): OAB 10389 - RONDINELI FERREIRA PINTO (ADVOGADO) OAB 13726 - CINTHIA MERLO TAKEMURA (ADVOGADO) OAB 14011 - CAMILO CASSIANO RANGEL CANTO (ADVOGADO) MARIZA ALVES DE AGUIAR SILVA (ADVOGADO) ADVOGADO:BRUNO MARCOS ALVES REU:EMPRESA SCAC FUNDACOES E ESTRUTURAS LTDA Representante(s): FABIO DE OLIVEIRA MOURA (ADVOGADO) BRUNO MARCOS ALVES (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO 7 de abril de 2022 De ordem do MM JuÃ-zo e amparada pelo Provimento 006/2006 CJRMB, considerando o retorno dos presentes autos do arquivo regional de BelÃ©m ,oÂ presente ato ordinatÃ³rio serve para intimar a parte que solicitou o desarquivamento do processo que, este jÃ¡ se encontra disponÃ-vel em secretaria pelo prazo de 30(trinta) dias, para que requisite o que achar pertinente(Prov.006/2006 da CJRMB). FABIO COSTA Servidor lotado na 2Âª UPJ CÃ-vel e Empresarial da Capital Resenhado em ___/___/2021 Publicado em ___/___/2021 PROCESSO: 00041817020048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410142688 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IVAN TAVARES NEIVA A??o: Tutela e Curatela - Nomeação em: 07/04/2022 AUTOR:ALESSANDRA HELENA TEIXEIRA DOS SANTOS Representante(s): KATIA REALE MOTA DA CRUZ (ADVOGADO) REU:MANOEL ELIELSON MONTEIRO RIBEIRO Representante(s): ARLETE EUGENIA DOS SANTOS OLIVEIRA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO 7 de abril de 2022 De ordem do MM JuÃ-zo e amparada pelo Provimento 006/2006 CJRMB, considerando o retorno dos presentes autos do arquivo regional de BelÃ©m ,oÂ presente ato ordinatÃ³rio serve para intimar a parte que solicitou o desarquivamento do processo que, este jÃ¡ se encontra disponÃ-vel em secretaria pelo prazo de 30(trinta) dias, para que requisite o que achar pertinente(Prov.006/2006 da CJRMB). FABIO COSTA Servidor lotado na 2Âª UPJ CÃ-vel e Empresarial da Capital Resenhado em

___/___/2021 Publicado em ___/___/2021 PROCESSO: 00041817020048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410142688 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IVAN TAVARES NEIVA A??o: Tutela e Curatela - Nomeação em: 07/04/2022 AUTOR:ALESSANDRA HELENA TEIXEIRA DOS SANTOS Representante(s): KATIA REALE MOTA DA CRUZ (ADVOGADO) REU:MANOEL ELIELSON MONTEIRO RIBEIRO Representante(s): ARLETE EUGENIA DOS SANTOS OLIVEIRA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO 7 de abril de 2022 De ordem do MM JuÃ-zo e amparada pelo Provimento 006/2006 CJRMB, considerando o retorno dos presentes autos do arquivo regional de BelÃ©m ,oÂ presente ato ordinatÃ³rio serve para intimar a parte que solicitou o desarquivamento do processo que, este jÃ¡ se encontra disponÃ-vel em secretaria pelo prazo de 30(trinta) dias, para que requisite o que achar pertinente(Prov.006/2006 da CJRMB). FABIO COSTA Servidor lotado na 2Âª UPJ CÃ-vel e Empresarial da Capital Resenhado em ___/___/2021 Publicado em ___/___/2021 PROCESSO: 00137510920138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IVAN TAVARES NEIVA A??o: Inventário em: 07/04/2022 INVENTARIANTE:MARGARIDA MARIA NERY DE MIRANDA Representante(s): OAB 15918 - FERNANDA LIVIA NERY DE MIRANDA (ADVOGADO) INVENTARIADO:FRANCISCO FELIPE NERY INVENTARIADO:LUIZA DE OLIVEIRA NERY INTERESSADO:DR. RAIMUNDO NONATO DE OLIVEIRA NERY Representante(s): OAB 4553 - PEDRO HAMILTON DE OLIVEIRA NERY (ADVOGADO) INTERESSADO:PEDRO HAMILTON DE OLIVEIRA NERY Representante(s): OAB 4553 - PEDRO HAMILTON DE OLIVEIRA NERY (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO 7 de abril de 2022 De ordem do MM JuÃ-zo e amparada pelo Provimento 006/2006 CJRMB, considerando o retorno dos presentes autos do arquivo regional de BelÃ©m ,oÂ presente ato ordinatÃ³rio serve para intimar a parte que solicitou o desarquivamento do processo que, este jÃ¡ se encontra disponÃ-vel em secretaria pelo prazo de 30(trinta) dias, para que requisite o que achar pertinente(Prov.006/2006 da CJRMB). FABIO COSTA Servidor lotado na 2Âª UPJ CÃ-vel e Empresarial da Capital Resenhado em ___/___/2021 Publicado em ___/___/2021 PROCESSO: 00137510920138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IVAN TAVARES NEIVA A??o: Inventário em: 07/04/2022 INVENTARIANTE:MARGARIDA MARIA NERY DE MIRANDA Representante(s): OAB 15918 - FERNANDA LIVIA NERY DE MIRANDA (ADVOGADO) INVENTARIADO:FRANCISCO FELIPE NERY INVENTARIADO:LUIZA DE OLIVEIRA NERY INTERESSADO:DR. RAIMUNDO NONATO DE OLIVEIRA NERY Representante(s): OAB 4553 - PEDRO HAMILTON DE OLIVEIRA NERY (ADVOGADO) INTERESSADO:PEDRO HAMILTON DE OLIVEIRA NERY Representante(s): OAB 4553 - PEDRO HAMILTON DE OLIVEIRA NERY (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO 7 de abril de 2022 De ordem do MM JuÃ-zo e amparada pelo Provimento 006/2006 CJRMB, considerando o retorno dos presentes autos do arquivo regional de BelÃ©m ,oÂ presente ato ordinatÃ³rio serve para intimar a parte que solicitou o desarquivamento do processo que, este jÃ¡ se encontra disponÃ-vel em secretaria pelo prazo de 30(trinta) dias, para que requisite o que achar pertinente(Prov.006/2006 da CJRMB). FABIO COSTA Servidor lotado na 2Âª UPJ CÃ-vel e Empresarial da Capital Resenhado em ___/___/2021 Publicado em ___/___/2021

RESENHA: 22/03/2022 A 22/03/2022 - SECRETARIA 2ª UPJ VARAS CIVEIS E EMPRESARIAL - COMERCIO E SUCESSAO - VARA: 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM PROCESSO: 00175684720148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EVERALDO PANTOJA E SILVA A??o: Procedimento Comum Cível em: 22/03/2022 AUTOR:CYNTHIA VELHO CONDURU E SOUZA Representante(s): OAB 4270 - JOSE MARIA FRAGOSO TOSCANO (ADVOGADO) OAB 14035 - JOSE FELIPE DE PAULA BASTOS JUNIOR (ADVOGADO) OAB 8697 - FABRIZIO SANTOS BORDALLO (ADVOGADO) REU:CAIO CONDURU MENDES REU:ENZO CONDURU MENDES. Vistos. Â Â Â Â Â Trata-se de AÃÃO ORDINÃRIA DECLARATÃRIA DE NULIDADE DE DOAÃÃO PÃS TESTAMENTÃRIA C/C PEDIDO DE ANTECIPAÃÃO DE TUTELA movida por CYNTHIA VELHO CONDURÃ E SOUZA em face de CAIO CONDURU MENDES e ENZO CONDURU MENDES,.compulsando os autos verifica-se que houve acordo extrajudicial entre as partes. Â Â Â Â Â Ante o pleito de fls. 207/216, HOMOLOGO o acordo de vontades, juntado aos autos, para que produza seus efeitos, com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, nos termos do art. 487, III, b, do CÃ³digo de Processo Civil, ao cumprimento do acordo, ora homologado. Â Â Â Â Â Autorizo o desentranhamento dos documentos que instruÃ-ram a inicial mediante termo nos autos. Â Â Â Â Â As partes ficam dispensadas do pagamento das custas processuais remanescentes, se houver, conforme alude o art. 90, Â§ 3Â° do CPC. Â Â Â Â Â Cumpra-se expedindo o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, nÃ£o havendo requerimentos, dÃª-se baixa e arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 17 de marÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â EVERALDO PANTOJA E SILVA Â Â Â Â Â Juiz de Direito, respondendo pela 8a Vara CÃ-vel e Empresarial PROCESSO: 00491990920148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EVERALDO PANTOJA E SILVA A??o: Procedimento Comum Cível em: 22/03/2022 AUTOR:FABRICIO DA SILVA MOTA Representante(s): OAB 13232-B - JOAO PERES DE ANDRADE FILHO (DEFENSOR) REU:HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA Representante(s): OAB 18663 - ISAAC COSTA LAZARO FILHO (ADVOGADO) OAB OAB/SP N° 128.341 - NELSON WILIAN FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) . Trata-se de AÃÃO DE OBRIGAÃÃO DE FAZER COM PEDIDO DE ANTECIPAÃÃO DE TUTELA EM CARÃTER DE URGÃNCIA (NECESSIDADE DE INTERNAÃÃO) movida por FABRICIO DA SILVA MOTA em face de HAPVIDA - ASSISTÃNCIA MÃDICA LTDA. Â Â Â Â Â Â Â Em sede inicial, o autor relata que Ã© filiado ao plano de saÃºde desde 11.03.2011 e estÃ¡ sendo submetido a tratamento nefrolÃ³gico. Alega ainda, que ao realizar exame de ultrassonografia abdominal em 30.09.2014 ficou constatado derrame pleural e lÃ-quido na cavidade abdominal adjacente ao baÃ§o e na regiÃ£o pÃ©lvica (fls.17) e diante do quadro clÃ-nico do autor, a mÃ©dica que o acompanha solicitou sua internaÃ§Ã£o com urgÃªncia, o que teria sido negado pela rÃ© sob o argumento que a internaÃ§Ã£o nÃ£o Ã© necessÃ¡ria. Diante disso, veio o autor perante este JuÃ-zo requerer em sede de tutela antecipada que seja determinado Ã requerida a obrigaÃ§Ã£o de proceder a imediata autorizaÃ§Ã£o para a internaÃ§Ã£o do autor em hospital prÃ³prio ou conveniado. Â Â Â Â Â Â Â Juntou Ã inicial os documentos de fls.13-19. Â Â Â Â Â Â Â Desse modo, requereu igualmente a parte autora o deferimento da justiÃ§a gratuita, a condenaÃ§Ã£o da rÃ© Ã indenizaÃ§Ã£o por danos morais no equivalente a 40 (quarenta) salÃ¡rios mÃ-nimos. Â Â Â Â Â Â Â A tutela de urgÃªncia foi deferida conforme fls. 20/23. Â Â Â Â Â Â Â Em fls. 33/35 a requerida informa o cumprimento da decisÃ£o, juntando documentos (fls. 36/61). Â Em sede de ContestaÃ§Ã£o, apÃ³s ser devidamente citada, a rÃ© informa que cumpriu de imediato a obrigaÃ§Ã£o de fazer, narra fatos que contradizem o autor, alegando boa-fÃ© contratual, se colocando contra a possibilidade da InversÃ£o do Ãnus da ProvaÂ e pleiteando a improcedÃªncia dos danos morais em face de ter sido mero aborrecimento. Pleiteia, portanto, a improcedÃªncia dos pedidos do autor. Â Â Â Â Â Â Juntou documentos em fls. 80/108. Â Â Â Â Â Â O autor apresentou RÃ©plica em fls. 113 apenas reafirmando os termos da inicial pedindo o prosseguimento do feito com relaÃ§Ã£o aos danos morais. Â Â Â Â Â Â Houve tentativa conciliatÃ³ria, conforme termo de audiÃªncia em fls. 120/121, porÃ©m sem possibilidade de acordo. Â Â Â Â Â Â Autos conclusos para julgamento. Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Primeiramente, confirmo os benefÃ-cios das JustiÃ§a Gratuita a autora nos termos do art. 98 e seguintes do CPC/2015 em decisÃ£o proferida em sede de tutela. Â Â Â Â Â DA RELAÃÃO DE CONSUMO Â Â Â Â Â O caso em tela demonstra, claramente, a existÃªncia de relaÃ§Ã£o de consumo entre as partes, amoldando-se elas aos conceitos de consumidor e de fornecedor, previstos, respectivamente, nos artigos 2Âº e 3Âº, da Lei 8.078/90. Â Â Â Â Â HÃ¡, portanto, em relaÃ§Ã£o aos autos, clara vulnerabilidade (tÃ©cnica, jurÃ-dica, fÃ¡tica e informacional) frente aos rÃ©us. Â Â Â Â Â O enquadramento do autor como

consumidor se dÃ¡, sobretudo, pelo fato de que a cadeia de produÃ§Ã£o e comercializaÃ§Ã£o do bem encerrou-se em suas mÃ£os. Nesse sentido Ã© o entendimento do Superior Tribunal de JustiÃ§a. Colaciono: PLANO DE SAÃDE - ReparaÃ§Ã£o de danos materiais e morais. Recusa em efetuar o transporte da conveniada para hospital. Atendimento particular ante a falta de atendimento do plano de saÃºde, apesar de constar o hospital no livro de conveniados. SentenÃ§a de procedÃªncia determinando o pagamento de danos material consistente na restituiÃ§Ã£o das quantias gastas com remoÃ§Ã£o e atendimento mÃ©dico no valor de R$ 11.690,00 mais R$20.000,00 de indenizaÃ§Ã£o por dano moral. Falha na prestaÃ§Ã£o dos serviÃ§os do plano de saÃºde. RelaÃ§Ã£o de consumo (CDC, art. 3o, Â§ 2o). PresumÃ-vel a vulnerabilidade e hipossuficiÃªncia da consumidora (CDC, arts. 4o, I, c.c. 6o, VIII). Rejeitada a prejudicial de prescriÃ§Ã£o. Trata-se de relaÃ§Ã£o de consumo regida pelo CDC e pela Lei nÂº 9656/98, regra especial de prescriÃ§Ã£o qÃ¼inqÃ¼enal. InteligÃªncia do art. 27 do CDC Apelante nÃ£o inovou o que jÃ¡ havia sido rechaÃ§ado na sentenÃ§a. MotivaÃ§Ã£o da sentenÃ§a adotada como fundamentaÃ§Ã£o do julgamento em segundo grau. Precedentes jurisprudenciais do STJ, STF e a previsÃ£o legal contida no art. 252 do RITJSP. SentenÃ§a mantida. Recurso improvido. (grifos nossos). (TJ-SP - APL: 990100780867 SP, Relator: James Siano, Data de Julgamento: 05/05/2010, 5Âª CÃ¢mara de Direito Privado, Data de PublicaÃ§Ã£o: 13/05/2010). Â Â Â Â Â Assim, diante do amplo lastro doutrinal acerca do tema, Ã© mais do que correto ser aplicado ao caso o CÃ³digo de Defesa do Consumidor e imputar a inversÃ£o do Ã´nus da prova ao rÃ©u. Â Â Â Â Â DA CONFIRMAÃÃO DA TUTELA ANTECIPADA Â Â Â Â Â Impende destacar que o Ã´nus probante Ã© encargo do sujeito para demonstraÃ§Ã£o de determinadas alegaÃ§Ãµes de fato. Assim, ao autor cabe o Ã´nus da prova do fato constitutivo do seu direito e ao rÃ©u a prova do fato extintivo, impeditivo ou modificativo deste mesmo direito. Da anÃ¡lise dos autos e da colaÃ§Ã£o das provas, restou demonstrado o fato constitutivo do direito, ficando o rÃ©u o encargo de demonstrar o fato extintivo ou modificativo o que este magistrado entende nÃ£o ter o mesmo logrado Ãªxito neste quesito, ainda mais tendo em vista a imputaÃ§Ã£o da InversÃ£o do Ãnus da Prova. Â Â Â Â Â Nos termos do art. 296 do CPC/2015, a tutela antecipada concedida durante o trÂ¢mite processual Ã© eficaz atÃ© que decisÃ£o fundamentada a revogue ou a modifique. Â Â Â Â Â Por ser concedida com base na verossimilhanÃ§a da alegaÃ§Ã£o da parte (CPC/2015, art. 300, "caput"), a antecipaÃ§Ã£o de tutela precisa ser confirmada ou rejeitada pela sentenÃ§a, decisÃ£o que exaure a cogniÃ§Ã£o da causa pelo magistrado que proferiu a decisÃ£o interlocutÃ³ria. Caso a sentenÃ§a nÃ£o confirme ou rejeite expressamente a decisÃ£o antecipatÃ³ria, posiciona-se a doutrina no sentido de que a procedÃªncia e a improcedÃªncia acarretam, respectivamente, em sua confirmaÃ§Ã£o ou revogaÃ§Ã£o implÃ-cita. Assim, diante das provas colacionadas aos autos e das alegaÃ§Ãµes empreendidas pela parte autora, a confirmaÃ§Ã£o da tutela antecipada Ã© a medida que se impÃµe nos termos da decisÃ£o de fls. 20/23. Â Â Â Â Â DO MÃRITO - Dos Danos Morais Â Â Â Â Â A matÃ©ria Ã© afeta Ã saÃºde, direito humano assegurado constitucionalmente. Ou seja, estÃ¡-se aqui defendendo dignidade de pessoa humana, a qual estÃ¡ presente em todo o texto constitucional, bem como do direito Ã saÃºde insculpida na mesma Carta Magna. Â Â Â Â Â Â Reza o artigo 196 da ConstituiÃ§Ã£o Federal de 1988: Â¿A saÃºde Ã© direito de todos e dever do Estado, garantido mediante polÃ-ticas sociais e econÃ´micas que visem Ã reduÃ§Ã£o do risco de doenÃ§a e de outros agravos e ao acesso universal e igualitÃ¡rio Ã s aÃ§Ãµes e serviÃ§os para sua promoÃ§Ã£o, proteÃ§Ã£o e recuperaÃ§Ã£oÂ¿. Dignidade Humana e saÃºde devem andar, portanto, unidas em prol da vida. Â Â Â Â Â Â Entretanto, muito embora estejamos diante de um caso de saÃºde, direito indisponÃ-vel assegurado constitucionalmente, devemos ter em anÃ¡lise que o contrato, regido pela liberalidade das partes, tambÃ©m deve ser respeitado no que nÃ£o contrariar a norma constitucional. No caso em comento, temos que houve recalcitrÂ¢ncia da parte requerida em proceder com a intervenÃ§Ã£o mÃ©dica adequada imediata do requerido/paciente que teve que ingressar com uma demanda judicial para fazer valer um direito que contratualmente, por forÃ§a do Plano de SaÃºde, lhe assistia. Â Â Â Â Â Â Analisando-se a peÃ§a inicial da autora confrontada com a contestaÃ§Ã£o do rÃ©u, hÃ¡ de convir que a rÃ© nÃ£o logrou Ãªxito em contradizer os fatos aduzidos pela mesma, sendo sua responsabilidade de fornecer os serviÃ§os de saÃºde de maneira diligente e sem Ãªbices. Â Â Â Â Â De fato, a alegada mÃ¡ prestaÃ§Ã£o de serviÃ§os nem sempre Ã© culpa exclusiva do fornecedor, logo, diante do caso em questÃ£o entendo ter sido o caso, uma vez que restou comprovada as alegaÃ§Ãµes do autor na exordial, de modo que a responsabilidade que busca frente a demandada pode e lhe deve ser imputada, porque negou a pronta prestaÃ§Ã£o do serviÃ§o de internaÃ§Ã£o, que sÃ³ fora realizada apÃ³s decisÃ£o do magistrado em sede de tutela de urgÃªncia. A demanda perderia o objeto se a requerida comprovasse que procedeu com a internaÃ§Ã£o do paciente antes da propositura da aÃ§Ã£o ou do deferimento da tutela de urgÃªncia. NÃ£o o fez. Â Â Â Â Â Sabe-se que o CÃ³digo de Defesa do Consumidor e o novo CÃ³digo Civil trouxeram ao mundo jurÃ-dico uma nova teoria contratual, permeada por princÃ-pios da eticidade. Dentre estes princÃ-pios, encontra-se a boa-fÃ© objetiva, a qual

estÃ¡ relacionada a deveres anexos ou laterais de conduta. Os referidos deveres, dentre outros, que nÃ£o foram violados no presente caso, podem ser assim resumidos: dever de cuidado em relaÃ§Ã£o Ã outra parte negocial; dever de respeito; dever de lealdade e probidade; dever de agir com honestidade; dever de agir conforme a confianÃ§a depositada. Assim, a requerida, no convencimento deste magistrado, nÃ£o prestou o serviÃ§o de saÃºde adequado a contratante. Â Â Â Â Â Logo, hÃ¡ de se reconhecer a responsabilidade civil pela mÃ¡ prestaÃ§Ã£o do serviÃ§o ou pela nÃ£o prestaÃ§Ã£o do serviÃ§o. Â Â Â Â Â O dano moral pressupÃµe um prejuÃ-zo causado Ã orbita de direitos que nÃ£o se circunscreve a valores materiais ou privados, porÃ©m, atingem de forma indiscriminada a pessoa naquilo que lhe Ã© mais caro que Ã© sua subjetividade transcendental ao corpo fÃ-sico. O homem, por ser dotado de individualidade e de uma personalidade que estÃ¡ assentada em princÃ-pios que o distancia dos outros animais pode estar sujeito a danos que transcendem a esfera patrimonial, o que Ã© reconhecido pelo Direito como o dano moral. A moral jurÃ-dica Ã© essencialmente voltada para uma vida digna, que integra o homem a sua coletividade e que o vincula ao mundo de maneira viÃ¡vel enquanto personalidade criativa e dinÃ¢mica. Â Â Â Â Â A jurisprudÃªncia do Superior Tribunal de JustiÃ§a reconhece em um de seus inÃºmeros acÃ³rdÃ£os a respeito do tema que: Â¿Na atual sistemÃ¡tica constitucional, o conceito de dano moral deve levar em consideraÃ§Ã£o, eminentemente, a dignidade da pessoa humana - vÃ©rtice valorativo e fundamental do Estado DemocrÃ¡tico de Direito - conferindo-se Ã lesÃ£o de natureza extrapatrimonial dimensÃµes mais amplas, em variadas perspectivas. O dano experimentado pelo ofendido qualifica-se como dano psÃ-quico, conceituado pelo ilustre Desembargador RUI STOCO como o distÃºrbio ou perturbaÃ§Ã£o causado Ã pessoa atravÃ©s de sensaÃ§Ãµes anÃ-micas desagradÃ¡veis (...), em que a pessoa Ã© atingida na sua parte interior, anÃ-mica ou psÃ-quica, atravÃ©s de inÃºmeras sensaÃ§Ãµes dolorosas e importunastes, como, por exemplo, a ansiedade, a angÃºstia, o sofrimento, a tristeza, o vazio, o medo, a inseguranÃ§a, o desolamento e outros (Tratado de Responsabilidade Civil, SÂ¿o Paulo, RT, 2007, p. 1.678)Â¿ (Embargos de DivergÃªncia em REsp nÂº 1.127.913/RS (2013/0076325-0), Corte Especial do STJ, Rel. NapoleÃ£o Nunes Maia Filho. j. 04.06.2014, DJe 05.08.2014). Â Â Â Â Â Logo, as premissas para a condenaÃ§Ã£o em danos morais sÃ£o diferentes das analisadas para a condenaÃ§Ã£o dos danos materiais. Diante do caso, estamos frente Ã uma situaÃ§Ã£o que transcendeu a esfera patrimonial do autor, que foi o medo pela perda da sua vida em face da demora na intervenÃ§Ã£o mÃ©dica por culpa da requerida que falhou na prestaÃ§Ã£o do serviÃ§o de saÃºde. Colaciono: A falha na prestaÃ§Ã£o de serviÃ§o hospitalar, decorrente de queimadura sofrida por paciente durante internaÃ§Ã£o, enseja reparaÃ§Ã£o por danos morais.Â A Turma confirmou a sentenÃ§a que condenou o hospital rÃ©u ao pagamento de 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), a tÃ-tulo de danos morais, para a paciente que sofreu queimaduras no braÃ§o e no antebraÃ§o durante o perÃ-odo em que esteve sob os cuidados da instituiÃ§Ã£o. Consta dos autos que a autora, senhora idosa e portadora do mal deÂ Alzheimer, ao receber alta do hospital, foi levada atÃ© sua residÃªncia de ambulÃ¢ncia e, ao chegar - consciente, porÃ©m desorientada -, foi examinada pela equipe tÃ©cnica responsÃ¡vel pelo serviÃ§o deÂ home care,Â que descobriu as lesÃµes tÃ-picas de queimadura. Segundo a Relatora, as fotos acostadas aos autos e o laudo emitido pelo Instituto MÃ©dico Legal corroboraram a conclusÃ£o de que as queimaduras de 1Âº e de 2Âº grau no braÃ§o da paciente ocorreram durante a internaÃ§Ã£o, principalmente porque o hospital nÃ£o se desincumbiu do Ã´nus de demonstrar que o serviÃ§o foi prestado adequadamente e que a paciente saiu de suas dependÃªncias sem qualquer lesÃ£o. Assim, por entender que os hospitais sÃ£o responsÃ¡veis pela integridade fÃ-sica de seus pacientes e que a higidez fÃ-sica e mental da pessoa humana integra os atributos da personalidade, a Turma negou provimento ao apelo do rÃ©u. AcÃ³rdÃ£o n. 1057586, 20160110081130APC, Relator Des. JAMES EDUARDO OLIVEIRA, 4Âª Turma CÃ-vel, data de julgamento: 18/10/2017, publicado no DJe: 6/11/2017. Â Â Â Â Â Afinal, da leitura dos autos em que direÃ§Ã£o se volta a premissa acima exposta? Considero que assiste razÃ£o a parte autora tendo em vista que restou comprovado a ocorrÃªncia do alegado ficando demonstrado o nexo causal afeto Ã responsabilidade civil, pois houve negativa ou falha na prestaÃ§Ã£o do serviÃ§o. Â Â Â Â Â Vencida a fundamentaÃ§Ã£o dos danos morais, passemos Ã sua quantificaÃ§Ã£o. Importante salientar que a quantificaÃ§Ã£o dos danos morais deve obedecer aos PrincÃ-pios da Razoabilidade e Proporcionalidade, que estÃ£o intimamente ligados Ã quantificaÃ§Ã£o do valor atribuÃ-do ao dano moral, visto serem princÃ-pios norteadores do ordenamento jurÃ-dico que determinam um justo equilÃ-brio entre o dano experimentado pela vÃ-tima e o prejuÃ-zo causado pelo autor do dano. Assim, diante da anÃ¡lise dos autos e da jurisprudÃªncia colacionada, entendo nÃ£o ser o caso de mero aborrecimento, porÃ©m pelo pronto cumprimento da tutela antecipada por parte da requerida, levo em consideraÃ§Ã£o o pronto atendimento do adimplemento da obrigaÃ§Ã£o de fazer e arbitro o valor de R$ 10.000,00 (Dez Mil Reais). Â Â Â Â Â DISPOSITIVO Â Â Â Â Â Ante o exposto, com fundamento no art. 487, inciso I do CPC, julgo PROCEDENTE a pretenso da parte autora FABRICIO DA SILVA MOTA,

confirmando a liminar em sua plenitude, nos termos da decisÃ£o de ID. 21/23. Â Â Â Â Â Condeno a parte rÃ© aos danos morais no valor de R$ 10.000,00 (Dez Mil Reais), com correÃ§Ã£o monetÃ¡ria pelo INPC e juros de 1% ao mÃªs a partir da sentenÃ§a/arbitramento, consoante sÃºmula 362 do STJ. Â Â Â Â Â Condeno a parte rÃ© ao pagamento das custas, despesas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios que, equitativamente, fixo em 20% do valor da condenaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias sem que seja requerido o cumprimento de sentenÃ§a, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 17 de marÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â EVERALDO PANTOJA E SILVA Â Â Â Â Â Juiz de Direito, respondendo pela 8a Vara CÃ-vel e Empresarial PROCESSO: 00664608420148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EVERALDO PANTOJA E SILVA A??o: Procedimento Comum Cível em: 22/03/2022 REQUERENTE:TAIS PINHEIRO DE ARAUJO Representante(s): OAB 8604 - CLAUDIOVANY RAMIRO GONCALVES TEIXEIRA (ADVOGADO) OAB 1601 - SONIA HAGE AMARO PINGARILHO (ADVOGADO) REQUERIDO:UNIMED SOCIEADE COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO Representante(s): OAB 11270 - DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE (ADVOGADO) . Trata-se de AÃÃO ORDINÃRIA de reembolso contra Plano de SaÃºde c/c Pedido de tutela antecipada e indenizaÃ§Ã£o por danos morais proposta por TAIS PINHEIRO DE ARAÃJO em face de UNIMED - SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÃDICO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Relata a parte autora que tendo em vista o histÃ³rico familiar envolvendo cÃ¢ncer, com o falecimento precoce de sua mÃ£e, aos 42 anos vÃ-tima de cÃ¢ncer de mama e tambÃ©m de sua avÃ³, como forma de prevenÃ§Ã£o buscou aconselhamento genÃ©tico, tendo como conclusÃ£o da anÃ¡lise genÃ©tica que a Autora teria mais de 85% (oitenta e cinco por cento) de chance de contrair especialmente cÃ¢ncer de mama e de ovÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Temerosa com o resultado da avaliaÃ§Ã£o genÃ©tica, a autora requereu junto ao Requerido a autorizaÃ§Ã£o para realizaÃ§Ã£o de mastectomia profilÃ¡tica bilateral, com a posterior reconstruÃ§Ã£o de mama bilateral com prÃ³tese, o que foi negado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, tendo em vista o risco de morte, realizou as cirurgias as suas expensas, requerendo neste momento o ressarcimento dos valores gastos, no valor de R$-44.150,55 (quarenta e quatro mil, cento e cinquenta reais e cinquenta e cinco centavos) e indenizaÃ§Ã£o por danos morais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juntou documentos, fls. 23/47. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Devidamente citada, a parte requerida apresentou contestaÃ§Ã£o Ã s fls. 97/130, alegando que a autora em nenhum momento procurou a requerida para custear o procedimento cirÃºrgico de retirada das mamas ou ainda o ressarcimento do valor gasto. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em preliminar, alega a inÉpcia da inicial por falta de causa de pedir, carÃªncia de aÃ§Ã£o e ausÃªncia dos documentos indispensÃ¡veis Ã propositura da aÃ§Ã£o. No mÉrito, inexistÃªncia de ato ilÃ-cito pela parte rÃ© e ausÃªncia de dano moral, ao final, pela improcedÃªncia da aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RÉplica Ã s fls. 153/155. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em audiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o, Ã s fls. 157, ausente a parte autora por se encontrar em tratamento mÉdico, porÉm nÃ£o houve acordo. Ficou deferida a expediÃ§Ã£o de ofÃ-cio Ã ANS para verificar se hÃ¡ autorizaÃ§Ã£o para realizaÃ§Ã£o de procedimento com fundamento em estudo genÉtico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â AudiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento Ã s fls. 173/174, onde a parte autora foi ouvida. Em continuaÃ§Ã£o, Ã s fls. 191/192, houve a oitiva do preposto da requerida e de sua testemunha. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Resposta de ofÃ-cio Ã ANS, Ã s fls. 194, na qual encaminhou cÃ³pia da Nota n] 205/2016/GEAS/GGRAS/DIPRO/ANS com o assunto: Mastectomia ProfilÃ¡tica. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Preliminarmente, assevero que as preliminares serÃ£o analisadas conjuntamente com o mÉrito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o ordinÃ¡ria em que a parte autora busca o ressarcimento dos valores gastos com a cirurgia de mastectomia profilÃ¡tica bilateral, com reconstruÃ§Ã£o com mastopexia com prÃ³tese. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Analisando o mais que dos autos consta, tenho que o procedimento mÉdico indicado para a autora deve ser coberto pelo rÃ©u, no caso como jÃ¡ feito, o mesmo deve ser ressarcido, porquanto, o arquÉtipo probatÃ³rio indica, indubitavelmente, o alto risco da autora para cÃ¢ncer de mama. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Entendo que o Exame de InvestigaÃ§Ã£o Molecular dos genes BRCA1 e BRCA2, trazido pela autora Ã fls. 24 e 29, assinado pelo Dr. Walter Pinto Junior, CRM 15.411, constitui prova eficiente para enquadrar o procedimento de mastectomia bilateral redutora de risco, com reconstruÃ§Ã£o imediata da autora, dentre aqueles de cobertura obrigatÃ³ria pelo rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A uma, porque indicado pelos mÉdicos da autora, a duas, em face da obrigaÃ§Ã£o legal da prestaÃ§Ã£o de serviÃ§o de cirurgia plÃ¡stica reconstrutiva de mama, utilizando-se de todos os meios e tÉcnicas necessÃ¡rias, para o tratamento de mutilaÃ§Ã£o decorrente de utilizaÃ§Ã£o de tÉcnica de tratamento de cÃ¢ncer, estabelecida no Â¿caputÂ¿ do art. 10-A da Lei nÂº 9656/98, com os acrÉscimos da Lei nÂº 13.770/2018, especificamente do seu Â§ 1Âº, este do seguinte teor: Â¿Â§ 1Âº Quando existirem condiÃ§Ãµes tÉcnicas, a reconstruÃ§Ã£o da mama serÃ¡ efetuada no tempo cirÃºrgico da mutilaÃ§Ã£o referida no caput deste artigoÂ¿. E trÃªs, em razÃ£o da Nota nÂº

205/2016/GEAS/GGRAS/DIPRO/ANS, que concluiu que havendo indicaÃ§Ã£o do mÃ©dico assistente, Ã© obrigatÃ³ria a cobertura para mastectomia profilÃ¡tica nos casos de pacientes com mutaÃ§Ãµes BRCA1/BRCA2; Ã© obrigatÃ³ria a cobertura para a reconstruÃ§Ã£o mamÃ¡ria, inclusive da contralateral, apÃ³s quadrantectomia ou mastectomia, profilÃ¡tica ou nÃ£o, seja com prÃ³tese/expansores ou retalhos miocutÃ¢neos, conforme expresso no documento de fl. 194/196. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentindo a jurisprudÃªncia: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CONSUMIDOR E SAÃDE SUPLEMENTAR. EXAME GENÃTICO - PREVENÃÃO DE NEOPLASIA - COBERTURA OBRIGATÃRIA. TRATAMENTO PREVENTIVO DETERMINADO EM LEI - RECUSA INJUSTIFICADA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. A assistÃªncia a que alude o art. 1Âº da Lei 9.656/98, que dispÃµe sobre os planos e seguros privados de assistÃªncia Ã saÃºde, compreende todas as aÃ§Ãµes necessÃ¡rias Ã prevenÃ§Ã£o da doenÃ§a e Ã recuperaÃ§Ã£o, manutenÃ§Ã£o e reabilitaÃ§Ã£o da saÃºde, observados os termos desta Lei e do contrato firmado entre as partes (art. 35-F, Lei 9.656/98). 2. In casu, narra a autora que foi diagnosticada com alta predisposiÃ§Ã£o hereditÃ¡ria ao cÃ¢ncer de mama e pÃ¢ncreas, por mutaÃ§Ã£o genÃ©tica, mas que o procedimento de mastectomia bilateral com reconstruÃ§Ã£o e implante mamÃ¡rio nÃ£o foi autorizado pelo plano de saÃºde. Requer tutela de urgÃªncia de obrigaÃ§Ã£o de fazer para determinar que a rÃ© autorize e custeie o tratamento de mastectomia bilateral com reconstruÃ§Ã£o e implante mamÃ¡rio e, no mÃ©rito, sua confirmaÃ§Ã£o. A tutela de urgÃªncia foi deferida (ID 19387993) e a cirurgia realizada, entretanto, parte do procedimento teve que ser custeado pela autora (ID 19388816). A sentenÃ§a julgou parcialmente procedente o pedido para confirmar os efeitos da tutela de urgÃªncia e para condenar o rÃ©u no ressarcimento dos valores pagos pela autora referentes aos honorÃ¡rios mÃ©dicos, no valor de R$ 13.000,00, o que ensejou a interposiÃ§Ã£o do presente recurso. 3. Verifica-se que a autora, por apresentar nÃ³dulos mamÃ¡rios e por possuir vasto histÃ³rico de cÃ¢ncer de mama e outros tipos de cÃ¢nceres na famÃ-lia (ID 19387986 - PÃ¡g. 5) submeteu-se a ?teste genÃ©tico expandido para predisposiÃ§Ã£o hereditÃ¡ria ao cÃ¢ncer por NGS?, o qual apresentou variantes patogÃªnicas e heterozigoze no gene PALB2, bem com alteraÃ§Ãµes com significado incerto, concluindo-se pela presenÃ§a de sÃ-ndrome de predisposiÃ§Ã£o ao cÃ¢ncer de mama e pÃ¢ncreas por mutaÃ§Ã£o do PALB2 (ID 19387986 - PÃ¡g. 5 e 8/11). 4. Ato contÃ-nuo, foi recomendada a realizaÃ§Ã£o de mastectomia bilateral redutora de risco, com reconstruÃ§Ã£o imediata (ID 19387986 - PÃ¡g. 6). Solicitada autorizaÃ§Ã£o para a realizaÃ§Ã£o do procedimento, esta foi negada (ID 19387986 - PÃ¡g. 1/4). 5. A ?cirurgia de mastectomia tambÃ©m tem cobertura obrigatÃ³ria quando indicada pelo mÃ©dico assistente quando o exame genÃ©tico indicar a probabilidade de desenvolver cÃ¢ncer de mama? (Parecer TÃ©cnico nÂº 19/ GEAS/ GGRAS/ DIPRO/ 2019). Dessa forma, realizado o exame genÃ©tico, constatada a presenÃ§a de sÃ-ndrome de predisposiÃ§Ã£o ao cÃ¢ncer de mama, e indicado o tratamento de mastectomia pelo mÃ©dico assistente, nÃ£o hÃ¡ justificativa para a negativa de autorizaÃ§Ã£o do procedimento. 6. NÃ£o merece ser acolhida a alegaÃ§Ã£o recursal de que o procedimento de mastectomia profilÃ¡tica nÃ£o seria passÃ-vel de cobertura porque o exame genÃ©tico apresentado como de risco nÃ£o estÃ¡ previsto de cobertura. Isso porque o DUT da ANS nÂº 110, letra C, prevÃª que o exame ?Sequenciamento de Nova GeraÃ§Ã£o - NGS?, realizado pela autora, nÃ£o tem cobertura, nada dispondo sobre a cirurgia profilÃ¡tica de mastectomia (ID 19388827 - PÃ¡g. 1). A nÃ£o cobertura do exame ?Sequenciamento de Nova GeraÃ§Ã£o - NGS? pelo plano de saÃºde nÃ£o o desqualifica como diagnÃ³stico para a realizaÃ§Ã£o do procedimento cirÃºrgico. 7. Quanto Ã reconstruÃ§Ã£o de mama, o art. 10-A da Lei 9.656/98 estabelece que cabe Ã s operadoras de planos de saÃºde, por meio de sua rede de unidades conveniadas, prestar serviÃ§o de cirurgia plÃ¡stica reconstrutiva de mama, utilizando-se de todos os meios e tÃ©cnicas necessÃ¡rias, para o tratamento de mutilaÃ§Ã£o decorrente de utilizaÃ§Ã£o de tÃ©cnica de tratamento de cÃ¢ncer. 8. Por sua vez, o Parecer TÃ©cnico nÂº 19/ GEAS/ GGRAS/ DIPRO/ 2019 dispÃµe que as modalidades de plÃ¡sticas mamÃ¡rias, associadas ou nÃ£o ao uso de prÃ³teses e/ou expansores para reconstruÃ§Ã£o mamÃ¡ria terÃ£o sua cobertura obrigatÃ³ria pelos planos de saÃºde, quando indicadas pelo mÃ©dico assistente, para ?beneficiÃ¡rios com diagnÃ³stico de cÃ¢ncer de mama; probabilidade de desenvolver cÃ¢ncer de mama de acordo com exame genÃ©tico e; lesÃµes traumÃ¡ticas e tumores em geral (quando a sua retirada, mesmo em carÃ¡ter investigativo, mutila a mama)?. 9. Assim, detectada sÃ-ndrome de predisposiÃ§Ã£o ao cÃ¢ncer de mama, e indicado o tratamento de mastectomia pelo mÃ©dico assistente, a reconstruÃ§Ã£o mamÃ¡ria faz parte do tratamento e tÃªm cobertura garantida pelo rol da ANS. 10. Quanto ao pagamento pela autora de parte do procedimento cirÃºrgico, verifica-se que o rÃ©u arcou com as despesas no montante de R$ 15.000,00, mas alega que deixou de pagar as despesas nos valores de R$ 12.000,00 e R$ 1.000,00 por nÃ£o existir na nota fiscal a funÃ§Ã£o exercida por cada profissional da equipe cirÃºrgica. 11. O fato de nÃ£o haver na nota fiscal a descriÃ§Ã£o detalhada do nome de cada membro da equipe, bem como suas funÃ§Ãµes, por si sÃ³ nÃ£o justifica a negativa de pagamento por parte do rÃ©u, uma vez que as notas fiscais foram

emitidas em nome da autora e no dia do procedimento cirÃºrgico, inferindo-se que os serviÃ§os foram efetivamente prestados e, assim, devem ser reembolsados. Fosse o caso de considerar tais elementos necessÃ¡rios ao seu controle interno poderia facilmente verificar tais dados junto ao nosocÃ´mio com quem tem convÃªnio. 12. Destarte, irretocÃ¡vel a sentenÃ§a vergastada. 13. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 14. SentenÃ§a mantida por seus prÃ³prios e jurÃ-dicos fundamentos, com sÃºmula de julgamento servindo de acÃ³rdÃ£o, na forma do artigo 46 da Lei nÂº 9.099/95. 15. Diante da sucumbÃªncia, nos termos do artigo 55 da Lei dos Juizados Especiais (Lei nÂº 9.099/95), condeno o recorrente ao pagamento das custas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios, estes fixados em 15% (quinze por cento) sobre valor da condenaÃ§Ã£o. (TJ-DF 07615385720198070016 DF 0761538-57.2019.8.07.0016, Relator: ASIEL HENRIQUE DE SOUSA, Data de Julgamento: 27/10/2020, Terceira Turma Recursal, Data de PublicaÃ§Ã£o: Publicado no DJE : 11/11/2020 . PÃ¡g.: Sem PÃ¡gina Cadastrada.) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Noutro giro, observa-se que mesmo que a autora nÃ£o tenha requerido a autorizaÃ§Ã£o da cirurgia administrativamente ou ainda o referido reembolso, nÃ£o retira da mesma o direito de reaver os valores dispendidos com as mesmas, tendo em vista que conforme consignaÃ§Ã£o a mesma faz jus a cobertura do plano nesses casos. A mesma sorte nÃ£o ocorre com os danos morais, tendo em vista que nÃ£o houve pelo plano de saÃºde nenhuma prÃ¡tica de ato ilÃ-cito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â As notas fiscais juntadas aos autos, fls. 32, 38, 39, 40, 41, 42, 43 e 47, chegam ao total dos valores gastos com as cirurgias de R$-39.588,55 (trinta e nove mil, quinhentos e oitenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos), valor que deve ser ressarcido pela requerida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Observa-se que pelas datas da emissÃ£o das mesmas e as descriÃ§Ãµes dos serviÃ§os e produtos, deflui-se que se tratam do tratamento da autora, objeto dos presentes autos. Dessa forma, tenho que devam ser ressarcidas Ã autora. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ratifico, como dito, que nÃ£o vislumbro a ocorrÃªncia de danos morais, tendo em vista que e nenhum momento houve a negativa por parte da requerida em relaÃ§Ã£o aos procedimentos, nem quanto sua realizaÃ§Ã£o nem quanto seu ressarcimento, conforme afirmado pela prÃ³pria autora em audiÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE, os pedidos autorais para CONDENAR a requerida ao ressarcimento dos valores na monta de R$-39.588,55 (trinta e nove mil, quinhentos e oitenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos) em face da parte autora, corrigidas monetariamente desde o respectivo desembolso (SÃºmula 43 do STJ), com juros legais de 1% a.m., contados da citaÃ§Ã£o, conforme art. 405 do CC, JULGO EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÃÃO DE MÃRITO, com espeque no art. 487, inciso I, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ficam indeferidos os demais pedidos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que a parte autora sucumbiu em parte do seu pedido condeno ambas, autora e rÃ©u ao pagamento de custas e despesas processuais, bem como honorÃ¡rios advocatÃ-cios que arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor total da causa, nos termos do art. 85, Â§ 2Âº c/c art. 86, parÃ¡grafo Ãºnico, do CPC, ficando a parte da autora suspensa por ser beneficiÃ¡ria da justiÃ§a gratuita. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SentenÃ§a sujeita ao regime do art. 523, Â§ 1Âº, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, nÃ£o havendo requerimentos, dÃª-se baixa e arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 21 de marÃ§o de 2022. EVERALDO PANTOJA E SILVA Juiz de Direito respondendo pela 8Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 07116773320168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EVERALDO PANTOJA E SILVA A??o: Procedimento Comum Cível em: 22/03/2022 AUTOR:MARCOS ANTONIO DANTAS FERNANDES Representante(s): MARIA DO SOCORRO GUIMARAES (ADVOGADO) REU:BANCO DO BRASIL SA Representante(s): OAB 21078-A - JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (ADVOGADO) OAB 44698 - SERVIO TULIO DE BARCELOS (ADVOGADO) . MARCOS ANTONIO DANTAS FERNANDES ajuizou AÃÃO DE COBRANÃA contra BANCO DO BRASIL S/A, por apropriaÃ§Ã£o indÃ©bita de cotas do PASEP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Narra, em sÃ-ntese, que Ã© militar da reserva vinculado ao Comando da Marinha do Brasil, titular da conta PASEP nÂº 1.805.452.053-6. Ocorre que ao solicitar o levantamento do saldo de sua conta PASEP Ã instituiÃ§Ã£o financeira requerida foi impossibilitado, apesar de atender aos requisitos para tanto. Considerando o exposto, requer que o requerido seja condenado ao pagamento dos valores depositados em sua conta PASEP. Juntou documentos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ContestaÃ§Ã£o Ã s fls. 37/52, pela improcedÃªncia da aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RÃ©plica Ã s fls. 88/98. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimadas as partes nÃ£o requereram a produÃ§Ã£o de novas provas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O autor pleiteia o recebimento de valores referentes as cotas do PASEP junto ao BANCO DO BRASIL S/A, motivo pelo qual ajuizou a presente AÃ§Ã£o de CobranÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Este JuÃ-zo jÃ¡ possui entendimento firmado sobre o assunto, sendo a hipÃ³tese de extinÃ§Ã£o do processo, sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao tratar sobre a legitimidade da

Caixa EconÃ´mica Federal para figurar no polo passivo de aÃ§Ãµes que versem sobre o Fundo do PIS ou do PASEP, o Superior Tribunal de JustiÃ§a (STJ) editou o seguinte enunciado: SÃºmula 77 -Â A Caixa EconÃ´mica Federal Ã© parte ilegÃ-tima para figurar no polo passivo das aÃ§Ãµes relativas as contribuiÃ§Ãµes para o fundo PIS/PASEP. (SÃºmula 77, PRIMEIRA SEÃÂ¿O, julgado em 04/05/1993, DJ 12/05/1993 p. 8903) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O referido entendimento Ã© aplicado por analogia Ã instituiÃ§Ã£o financeira requerida, conforme preleciona a jurisprudÃªncia pÃ¡tria, inclusive do Superior Tribunal de JustiÃ§a (STJ): RECURSO ESPECIAL ALÃNEA "C" PIS-PASEP JUROS E CORREÃÂ¿O MONETÃRIA BANCO DO BRASIL S/A - ILEGITIMIDADE PASSIVA SÃMULA 77/STJ DIVERGÃNCIA JURISPRUDENCIAL CONFIGURADA. A SÃºmula n. 77 deste SodalÃ-cio consagrou entendimento no sentido de que "a Caixa EconÃ´mica Federal Ã© parte ilegÃ-tima para configurar no polo passivo das aÃ§Ãµes relativas Ã s contribuiÃ§Ãµes para o fundo PIS/PASEP". Esse raciocÃ-nio, por analogia, Ã© extensivo ao Banco do Brasil, pois, consoante ressaltado pelo ilustre magistrado sentenciante, "se a Caixa tinha a administraÃ§Ã£o do PIS e o rÃ©u a administraÃ§Ã£o do PASEP, com a unificaÃ§Ã£o do Fundo, perderam tais estabelecimentos financeiros a administraÃ§Ã£o deles, como acabou reconhecido, nÃ£o obstante apenas acerca da Caixa, pela referida SÃºmula". DivergÃªncia jurisprudencial admitida para que prevaleÃ§a o entendimento esposado no RESP 35.734/SP, Relator Min. HÃ©lio Mosimann, in DJU 01.04.96, no qual restou consignado que "o PIS/PASEP Ã© gerido por um conselho Diretor, que Ã© o gestor do negÃ³cio, designado pelo Ministro da Fazenda, com a competÃªncia definida para atribuir aos participantes as quotas de participaÃ§Ã£o, calcular a correÃ§Ã£o monetÃ¡ria, a incidÃªncia de juros, apurar e atribuir o resultado lÃ-quido adicional das operaÃ§Ãµes realizadas (artigos 9Âº e 10Âº do Decreto nÂº 78.726/76, que regulamentou a Lei complementar nÂº 26). O artigo 12 do mesmo Decreto cuida das atribuiÃ§Ãµes do Banco". Recurso especial provido. (REsp 333.871/SP, Rel. Ministro FRANCIULLI NETTO, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/04/2002, DJ 01/07/2002, p. 309) EMENTA: AGRAVO INTERNO EM APELAÃÂ¿O CÃVEL. AÃÂ¿O DE COBRANÃA. DECISÂ¿O MONOCRÃTICA QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO DE APELAÃÂ¿O POR ESTAR EM CONFRONTO COM JURISPRUDÃNCIA DOMINANTE DESTE TRIBUNAL. CONFIRMADA A ILEGITIMIDADE DO BANCO DO BRASIL PARA FIGURAR NO POLO PASSIVO DA DEMANDA. LEVANTAMENTO SALDO DE PASEP. AUSENTE QUALQUER INOVAÃÂ¿O NA SITUAÃÂ¿O FÃTICO-JURÃDICA ESTAMPADA NO RECURSO QUE ENSEJE A RETRATAÃÂ¿O DO DECISUM MONOCRÃTICO. AGRAVO INTERNO CONHECIDO, PORÃM, DESPROVIDO.Â 1. O Banco do Brasil nÃ£o possui legitimidade para figurar no polo passivo de demanda que discute levantamento de depÃ³sito de PASEP, uma vez que atua como mero depositÃ¡rio dos valores recolhidos.Â 2. Nos termos do voto do relator, recurso conhecido, mas desprovido.Â (2018.00762342-02, 186.248, Rel. LEONARDO DE NORONHA TAVARES, ÃrgÂ¿o Julgador 1Âª CÃMARA CÃVEL ISOLADA, Julgado em 2018-02-26, Publicado em 2018-03-01) (TJRJ-0570801) APELAÃÂ¿O CÃVEL. ObrigaÃ§Ã£o de fazer c/c indenizatÃ³ria. CorreÃ§Ã£o de valor contido em conta do PASEP. Ilegitimidade do Banco do Brasil. AplicaÃ§Ã£o por analogia da SÃºmula nÂº 77 do STJ. UnificaÃ§Ã£o dos programas PIS-PASEP que deixou a administraÃ§Ã£o do fundo de participaÃ§Ã£o a cargo do Conselho Diretor, subordinado ao MinistÃ©rio da Fazenda, representado em juÃ-zo pela Fazenda Nacional. Decreto-Lei nÂº 2.052/83, que determinou que as receitas relativas ao fundo, arrecadadas pelos bancos credenciados, seriam repassados ao Banco Nacional de Desenvolvimento EconÃ´mico e Social para aplicaÃ§Ã£o. JurisprudÃªncia do TJ/RJ e STJ. SentenÃ§a mantida. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO, nos termos da SÃºmula 568 do STJ. (ApelaÃ§Ã£o nº 0020854-21.2016.8.19.0205, 10Âª CÃ¢mara CÃ-vel do TJRJ, Rel. Pedro Saraiva de Andrade Lemos. j. 17.08.2017). (TJPA-0072070) PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE APELAÃÂ¿O. AÃÂ¿O DE COBRANÃA. ARGUIÃÂ¿O DE ILEGITIMIDADE PASSIVA EM SEDE DE CONTRARRAZÂ¿ES. PRETENSÂ¿O DO AUTOR EM PLEITEAR O LEVANTAMENTO DOS VALORES DEPOSITADOS A TÃTULO DE PASEP, NOS COFRES DA INSTITUIÃÂ¿O BANCÃRIA REQUERIDA, COM AS DEVIDAS CORREÃÂ¿ES MONETÃRIAS. A INSTITUIÃÂ¿O BANCÃRIA ATUA NO CASO EM TELA TÂ¿O SOMENTE COMO O ÃRGÂ¿O QUE ARRECADA AS CONTRIBUIÃÂ¿ES E AS OPERACIONALIZA, NÂ¿O POSSUINDO, DE FATO, QUALQUER INGERÃNCIA NA ADMINISTRAÃÂ¿O DO FUNDO PRETENDIDO. O DECRETO NÂº 4.751/2003 DETERMINA EM SEU ART. 7Âº QUE O PIS-PASEP SERÃ GERIDO POR UM CONSELHO DIRETOR, ÃRGÂ¿O COLEGIADO CONSTITUÃDO DE SETE MEMBROS EFETIVOS E SUPLENTES EM IGUAL NÃMERO, COM MANDATOS DE DOIS ANOS, DESIGNADOS PELO MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, ALÃM DO QUE O CONSELHO DIRETOR FICA INVESTIDO DA REPRESENTAÃÂ¿O ATIVA E PASSIVA DO PIS-PASEP, QUE SERÃ REPRESENTADO E DEFENDIDO EM JUÃZO POR PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL. RESSALTE-SE QUE O MESMO DECRETO, EM SEU ART. 10, ESTABELECE O ROL DE ATRIBUIÃÂ¿ES DO BANCO DO BRASIL NO TOCANTE AO PASEP, SENDO TODAS AS ATRIBUIÃÂ¿ES MERAMENTE DE ARRECADAÃÂ¿O E OPERACIONALIZAÃÂ¿O

DA MANUTENÃÂ¿O DAS CONTAS, NÂ¿O HAVENDO QUALQUER POSSIBILIDADE DE INGERÃNCIA EM CONCEDER OU NEGAR O LEVANTAMENTO DOS DEPÃSITOS, MUITO MENOS VIR A JUÃZO DISCUTIR SITUAÃÂ¿ES REFERENTES Ã GESTÂ¿O E CORREÃÂ¿O INCIDENTE SOBRE OS VALORES. PRECEDENTES. IMPRESCINDÃVEL QUE SEJA ACOLHIDA A PRELIMINAR ARGUIDA EM SEDE DE CONTRARRAZÂ¿ES PARA RECONHECER A ILEGITIMIDADE DO BANCO APELADO PARA O PRESENTE FEITO. PROCESSO EXTINTO SEM RESOLUÃÂ¿O DE MÃRITO COM FULCRO NO ART. 485, V, DO CPC. RECURSO DE APELAÃÂ¿O NÂ¿O CONHECIDO ANTE A PERDA E OBJETO. (ApelaÃ§Ã£o nÂº 00300599120118140301 (171267), 1Âª Turma de Direito Privado do TJPA, Rel. Gleide Pereira de Moura. j. 20.02.2017, DJE 09.03.2017). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ainda que o autor, em sua exordial, alegue que a conduta danosa realizada pela instituiÃ§Ã£o financeira requerida tenha sido a falta de repasse de valores para a conta individual nÂº 1.805.452.053-6, necessÃ¡rio se faz observar o que dispÃµe, acerca das competÃªncias do BANCO DO BRASIL S/A, o Decreto 4.751/2003, que trata acerca do Fundo PIS-PASEP. Vejamos: Art.Â 10.Â Â Cabem ao Banco do Brasil S.A., em relaÃ§Ã£o ao PASEP, as seguintes atribuiÃ§Ãµes: IIÂ -Â creditar nas contas individuais, quando autorizado pelo Conselho Diretor, as parcelas e benefÃ-cios de que trata o art. 4oÂ deste Decreto; (grifo nosso). Â Ã evidente, portanto, que na condiÃ§Ã£o de mantenedor das contas individuais, mesmo o crÃ©dito de valores nas referidas contas depende de autorizaÃ§Ã£o do Conselho Diretor, Ã³rgÃ£o colegiado responsÃ¡vel pela gestÃ£o do Fundo PIS-PASEP (art. 7Âº do Decreto 4.751/2003). Â Dessa forma, ilegÃ-timo, a instituiÃ§Ã£o financeira requerida, para figurar no polo passivo do presente feito. Â Isso posto, JULGO EXTINTO, SEM RESOLUÃÂ¿O DO MÃRITO, o presente feito, visto que acolhida a preliminar de ilegitimidade passiva, na forma do art. 485, VI, do CÃ³digo de Processo Civil e por tudo mais o que consta nos autos. Â Condeno o autor ao pagamento das custas e despesas processuais. Da mesma forma, condeno a parte autora ao pagamento de honorÃ¡rios advocatÃ-cios sucumbenciais que fixo no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa. Defiro, no entanto, o pedido de justiÃ§a gratuita ao Autor. Â Na hipÃ³tese de trÃ¢nsito em julgado, baixe-se o registro de distribuiÃ§Ã£o e arquive-se, se pagas as custas judiciais finais, se houver. Â P. R. I. C. Â BelÃ©m-PA, 17 de marÃ§o de 2022. EVERALDO PANTOJA E SILVA Juiz de Direito respondendo pela 8Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital

RESENHA: 29/03/2022 A 29/03/2022 - SECRETARIA 2ª UPJ VARAS CIVEIS E EMPRESARIAL - COMERCIO E SUCESSAO - VARA: 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM PROCESSO: 00022404320158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EVERALDO PANTOJA E SILVA A??o: Procedimento Comum Cível em: 29/03/2022 AUTOR:VETIMAGEM CENTRO VETERINARIO DE DIAGNOSTICOS E ESPECIALIDADES Representante(s): OAB 13522-B - DEBORA CRISTINA BEZERRA DE CASTRO (ADVOGADO) OAB 23371 - ARTUR HENRIQUE DE SOUZA FILHO (ADVOGADO) REU:SCIENTIFIC COMERCIO E IMPORTACAO LTDA Representante(s): OAB 5207 - CARLOS OTAVIO DE ARRUDA BEZERRA (ADVOGADO) REU:REDFACTOR FACTORING E FOMENTO COMERCIAL SA Representante(s): OAB 14061 - FELIPE LAVAREDA PINTO MARQUES (ADVOGADO) OAB 115577 - FABIO TELENT (ADVOGADO) . Trata-se de AÃÃO DECLARATÃRIA DE NULIDADE DE TÃTULO E DE INEXISTÃNCIA DE DÃBITO COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA C/C INDENIZAÃÃO POR DANOS MORAIS movida por VETIMAGEM - CENTRO VETERINÃRIO DE DIAGNÃSTICO E ESPECIALIDADES em face de SCIENTIFIC COMÃRCIO E IMPORTAÃÃO LTDA e REDFACTOR FACTORING E FOMENTO COMERCIAL S/A. Â Â Â Â Â Alega o autor que celebrou com a primeira requerida um acordo de compra e venda de produtos, os quais constam na descriÃ§Ã£o da nota fiscal e foram devidamente entregues Ã requerente nos termos e pagamentos informados no acordo. Informa que mesmo tendo efetuado o pagamento da primeira parcela do acordo recebeu no dia 1Âº de abril de 2014, uma intimaÃ§Ã£o do CartÃ³rio Vale Veiga para que efetivasse o referido pagamento sob pena de protesto. Alega que o provÃ¡vel protesto por ausÃªncia de pagamento refere-se a instituiÃ§Ã£o BRADESCO, porÃ©m os boletos que fazem parte das parcelas referem-se a CAIXA ECONÃMICA FEDERAL. Alega que o administrador da requerente tentou entrar em contato com a primeira requerida reclamando do ocorrido, pedindo providÃªncias, mas informa que atÃ© o dia 10/04/2014 nada havia sido feito atÃ© entÃ£o. Â Â Â Â Â Em seguida, a requerente informa que trocou mensagens com a primeira requerida para sanar os inconvenientes, mas nÃ£o houvera sido resolvido a situaÃ§Ã£o atÃ© a propositura da demanda. Informa tambÃ©m que em uma das mensagens a primeira requerida informara que jÃ¡ havia outro tÃ-tulo protestado no nome da requerente e que ele havia solicitado a carta de

anuÃªncia e que este outro protesto tambÃ©m era indevido. Alega que houvera outro tÃ-tulo protestado referente a uma compra no valor de R$ 310,83 (trezentos e dez reais e oitenta e trÃªs centavos), que fora dividido em duas notas: 50-1 e 50-2, emitidas pelo banco BRADESCO, de R$ 155,42 (cento e cinquenta e cinco reais e quarenta e dois centavos) cada. Alega que fora indevidamente protestado, posto terem sido pagos. Â Â Â Â Â De tudo o que informa na exordial, nÃ£o se conforme com o protesto indevido de um tÃ-tulo que desconhece, uma vez que os valores referentes ao contrato celebrado entre as partes foram pagos, porÃ©m em face de outra instituiÃ§Ã£o financeira. Â Â Â Â Â Juntou documentos. Â Â Â Â Â Devidamente citada a parte requerida REDFACTOR FACTORING E FOMENTO COMERCIAL S/A apresentou ContestaÃ§Ã£o em fls. 74/88 alegando que nÃ£o fora a responsÃ¡vel pela emissÃ£o dos tÃ-tulos e sim a outra requerida. Alega que aparentemente a autora pagou boletos emitidos pela SCIENTIFIC referentes a tÃ-tulos de nÂº 1603-1 e 1603-2 em nome da mesma, mas foi a presente requerida quem adquiriu os tÃ-tulos e os encaminhou a protesto apÃ³s o seu vencimento, que nada recebeu em pagamento dos tÃ-tulos adquiridos legitimamente por endosso translativo oneroso, consubstanciado em contrato factoring. Alega, por fim, que nÃ£o houve protesto indevido, mas protestos regulares de tÃ-tulos vencidos e nÃ£o pagos, porÃ©m com tÃ-tulos Â¿clonesÂ¿ que teria colocado em vantagem a outra requerida, que lucrou com a venda do tÃ-tulo original e ainda recebeu o pagamento da autora pelos tÃ-tulos Â¿clonadosÂ¿. Pugna pela improcedÃªncia da demanda. Â Â Â Â Â Juntou documentos. Â Â Â Â Â A requerida SCIENTIFIC COMÃRCIO E IMPORTAÃÃO LTDA. apresentou ContestaÃ§Ã£o em fls. 135/146 alegando basicamente falta de interesse de agir, carÃªncia de aÃ§Ã£o e vitimizaÃ§Ã£o da parte autora em pleitear danos morais. Â Â Â Â Â Juntou documentos. Â Â Â Â Â Despacho saneador em fls.176. Â Â Â Â Â A parte requerida REDFACTOR FACTORING E FOMENTO COMERCIAL S/A pleiteia audiÃªncia para ser ouvida e a parte autora pleiteia o julgamento antecipado da lide, dispensando a audiÃªncia, posto entender que nÃ£o haverÃ¡ acordo. Â Â Â Â Â Autos conclusos. Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â QUESTÃS PRELIMINARES Â Â Â Â Â Cinge-se a matÃ©ria sobre a validade de tÃ-tulo de crÃ©dito e do seu real pagamento, por parte da autora, que nÃ£o deveria ter sido protestada em face da quitaÃ§Ã£o do tÃ-tulo. Assim, a anÃ¡lise da causa consubstanciou-se nos documentos acostados aos autos e se, de fato, houve quitaÃ§Ã£o, o que levaria a procedÃªncia ou nÃ£o da demanda. Â Â Â Â Â Da PRELIMINAR arguida pela requerida SCIENTIFIC COMÃRCIO E IMPORTAÃÃO LTDA. Rejeito as alegaÃ§Ãµes apresentadas pela requerida quanto a inÃ©pcia da aÃ§Ã£o e falta do interesse de agir. AlÃ©m do mais, rejeito igualmente a arguiÃ§Ã£o de falta de responsabilizaÃ§Ã£o da requerida REDFACTOR FACTORING E FOMENTO COMERCIAL S/A por nÃ£o ter sido ela a responsÃ¡vel pela emissÃ£o do tÃ-tulo, uma vez que pelo que consta dos documentos nos autos as partes requeridas sÃ£o legÃ-timas para figurarem no polo passivo tendo sido comprovado o liame subjetivo contratual entre as mesmas, e pelo contrato de factoring informado, a requerida invariavelmente se arrogou nas prerrogativas do Â¿faturizadoÂ¿ quanto a exigibilidade do tpitulo o que lhe liga ao real pagador, a autora no caso, que Ã© a responsÃ¡vel pela quitaÃ§Ã£o da dÃ-vida em face de obrigaÃ§Ã£o contratada com a outra requerida SCIENTIFIC COMÃRCIO E IMPORTAÃÃO LTDA. Â Â Â Â Â Assim, nÃ£o hÃ¡ que se falar igualmente em ausÃªncia de interesse de agir e carÃªncia da aÃ§Ã£o, pois houve contestaÃ§Ã£o e os documentos foram apresentados comprovando a relaÃ§Ã£o jurÃ-dica. NÃ£o hÃ¡ que falar em carÃªncia do direito Ã aÃ§Ã£o, por falta de interesse de agir com base no que alega o requerido, isto porque os documentos apresentados sÃ£o idÃ´neos e aptos a instruÃ-rem a demanda, como se verÃ¡ quando da anÃ¡lise do julgamento. Â Â Â Â Â Inicialmente convÃ©m esclarecer que muito embora haja uma determinaÃ§Ã£o com carÃ¡ter organizacional do Novo CÃ³digo de Processo Civil de julgamento dos processos por ordem cronolÃ³gica de conclusÃ£o, justifica-se o julgamento deste feito de forma prioritÃ¡ria tendo em vista que o tema em discussÃ£o jÃ¡ foi sedimentado pelos Tribunais, possibilitando o julgamento de processos em bloco em consonÃ¢ncia ao que dispÃµe o art. 12, Â§ 2Âº, II do CPC. Â Â Â Â Â Tendo em vista que o conjunto probatÃ³rio colacionado aos autos Ã© suficiente para a formaÃ§Ã£o do convencimento do juÃ-zo, sendo desnecessÃ¡ria a produÃ§Ã£o de outras provas, promovo o julgamento antecipado dos pedidos, nos termos do art. 355, I, do CPC. Logo, dispenso o pedido de audiÃªncia formulado pela requerida conforme fls. 178/180. Â Â Â Â Â DO MÃRITO Â Â Â Â Â A presente decisÃ£o se pautarÃ¡ pela anÃ¡lise documental colacionada aos autos, uma vez que em matÃ©ria de TÃ-tulos de CrÃ©dito o que se deve observar Ã© a cartularidade e sua exigibilidade e se estÃ£o presentes os princÃ-pios legais insculpidos nos artigos 887 a 926 do CÃ³digo Civil que tratam da matÃ©ria. Â Â Â Â Â Pois bem, por se tratar de matÃ©ria eminentemente de direito, o que se pode observar no documento acostado em fls. 45 Ã© que a Nota Fiscal estÃ¡ devidamente preenchida, com nÃºmero especÃ-fico qualificando as partes contratantes, da qual se pode ver que a autora recebeu os produtos e em contrapartida deveria efetuar o pagamento de R$ 2.450,00 (dois mil quatrocentos e cinquenta reais), em duas parcelas de R$ 1.225,00 (mil duzentos e vinte e cinco reais), conforme boletos em fls. 46 e 47. AliÃ¡s,

os boletos em questÃ£o apontam como cedente: SCIENTIFIC COMERCIO E IMPORTAÃÃO LTDA e como sacado: MESQUITA DIAGNOSTICOS LTDA., com data de emissÃ£o idÃªntica a da Nota Fiscal apresentada, qual seja, 24/02/2014, e possuem numeraÃ§Ã£o 1603-1 e 1603-2. Â Â Â Â Â Logo, o que deve ser levado em consideraÃ§Ã£o Ã© que a requerida Ã© quem emitiu o documento em questÃ£o e a parte autora prontamente efetuou o pagamento. Este magistrado entende irrelevante se a parte requerida emitiu Â¿clonesÂ¿ ou efetuou emissÃ£o de outro documento de compensaÃ§Ã£o com segunda requerida em virtude de contrato de factoring cancelado o primeiro documento que tinha como instituiÃ§Ã£o financeira a Caixa EconÃ´mica passando a constar Bradesco, irrelevante porque o liame contratual com a autora era tÃ£o somente da entrega dos produtos e do pagamento pelo serviÃ§o, emitindo os referidos boletos para tanto. NÃ£o hÃ¡ mÃ¡-fÃ© da autora em ter efetuado o pagamento dos boletos nÂº 1603-1 e 1603-2, jÃ¡ que tÃ£o somente cumpriu a contraparte contratual que era o adimplemento. Se, a requerida fez transferÃªncia do tÃ-tulo de crÃ©dito a outrem emitindo novos boletos com instituiÃ§Ã£o financeira diversa da original, tal mudanÃ§a nÃ£o deve alterar em nada a boa-fÃ© contratual da autora. Â Â Â Â Â De fato, o protesto apresentado em fls. 50 aponta como sacador: SCIENTIFIC COMÃRCIO E IMPORTAÃÃO LTDA e como cedente: REDFACTOR F. FOM COML S/A e tendo como devedor: MESQUITA DIAGNÃSTICOS LTDA (autora), e a dÃ-vida Ã© da ordem de R$ 1.225,00 (mil duzentos e vinte e cinco reais) com data de vencimento 26/03/2014, tal como documento de comprovaÃ§Ã£o de pagamento em fls. 48, porÃ©m com instituiÃ§Ãµes financeiras diferentes, uma Caixa EconÃ´mica Federal, outra Bradesco. Tal protesto une as partes requeridas em liame subjetivo a partir do contrato de facturing estabelecido entre as mesmas. Sabe-se que Factoring Ã© o contrato por meio do qual um empresÃ¡rio (faturizado) cede a uma instituiÃ§Ã£o de factoring (faturizadora), total ou parcialmente, os tÃ-tulos de crÃ©ditos recebidos com a atividade empresÃ¡ria para que o faturizador se encarregue de administrar o crÃ©dito eventual, o recebimento de faturas nos vencimentos e eventual procedimento de cobranÃ§a, em caso de inadimplemento dos credores do faturizado. Assim, hÃ¡ de responsabilizar ambas requeridas em relaÃ§Ã£o a autora que, em face do protesto realizado, a meu ver, indevidamente. Â Â Â Â Â Outrossim, a responsabilidade pela emissÃ£o do tÃ-tulo Ã© do sacador. O saque Ã© a emissÃ£o doÂ tÃ-tulo de crÃ©ditoÂ feita pelo sacador (emitente), e onde aparecem a figura jurÃ-dica do sacado e do beneficiÃ¡rio, tambÃ©m conhecido como tomador ou credor. NÃ£o tem como afastar, neste sentido, que a responsabilidade pela emissÃ£o dos boletos apresentados em fls. 46 e 47 Ã© da requerida SCIENTIFIC COMÃRCIO E IMPORTAÃÃO LTDA. NÃ£o pode ser imputada ao autor, portanto, obrigaÃ§Ãµes que nÃ£o sÃ£o e sua responsabilidade, posto nÃ£o ter sido o mesmo responsÃ¡vel pela emissÃ£o de tÃ-tulos anÃ¡logos em instituiÃ§Ãµes financeiras diferentes. Â Â Â Â Â Um dos princÃ-pios norteadores dos tÃ-tulos de crÃ©dito Ã© a literalidade. Segundo este princÃ-pio tudo o que estiver escrito no tÃ-tulo de crÃ©dito representa o direito. Da mesma sorte, tudo que nÃ£o estiver escrito, o nÃ£o poderÃ¡ ser cobrado/exigido. Assim, o documento apresentado pela autora ratifica os termos do que jÃ¡ se consta na Nota Fiscal e vale-se como o prÃ³prio direito aqui discutido. Â Â Â Â Â Ademais, as partes requerida em contestaÃ§Ã£o nada apresentam de documentos que corroborem com o que alegam. Se valem de argumentos frÃ¡geis, mas a matÃ©ria sendo eminentemente documental, nÃ£o hÃ¡ que se adentrar em argumentos subjetivos, posta a cartularidade do documento de cobranÃ§a valer-se por si sÃ³. O autor juntou amplo lastro probatÃ³rio e os documentos por ele acostados fazem prova do alegado. Do seu turno, as partes requeridas nada provaram que conseguisse desconstituir e modificar os termos da exordial. Â Â Â Â Â Reduzido o mÃ³dulo probatÃ³rio, tendo a autora provado que fez o pagamento do tÃ-tulo emitido pela requerida SCIENTIFIC COMÃRCIO E IMPORTAÃÃO LTDA, demonstrando a data e valor da emissÃ£o e do pagamento, muito bem poderia os rÃ©us terem trazido aos autos documentos que demonstrassem nÃ£o terem sido os responsÃ¡veis pela emissÃ£o dos mesmos e do protesto que suportou a autora. NÃ£o o fizeram. Â Â Â Â Â No que diz respeito aos danos morais, os mesmos sÃ£o nitidamente observÃ¡veis pelo que se nota dos fatos narrados e dos documentos acostados. O dano moral pressupÃµe um prejuÃ-zo causado Ã orbita de direitos que nÃ£o se circunscreve a valores materiais ou privados, porÃ©m, atingem de forma indiscriminada a pessoa naquilo que lhe Ã© mais caro - com a devida licenÃ§a poÃ©tico-jurÃ-dica - : Sua parcela de individualidade que estÃ¡ assentada em princÃ-pios que suportam o que Ã© fundamental no ser humano, que o torna diferente dos outros animais e das outras pessoas, que Ã© essencialmente voltada para uma vida digna, que o integra a sua coletividade e que o vincula ao mundo de maneira viÃ¡vel enquanto personalidade criativa e dinÃ¢mica. Sem isto, Ã© a dor do menoscabo, da discriminaÃ§Ã£o, da injustiÃ§a, da sensaÃ§Ã£o de que estamos sendo vilipendiados covardemente diante de uma situaÃ§Ã£o da qual nÃ£o podemos oferecer resistÃªncia. Â Â Â Â Â A jurisprudÃªncia do Superior Tribunal de JustiÃ§a reconhece em um de seus inÃºmeros acÃ³rdÃ£os a respeito do tema que: Â¿Na atual sistemÃ¡tica constitucional, o conceito de dano moral deve levar em consideraÃ§Ã£o, eminentemente, a dignidade da pessoa humana - vÃ©rtice valorativo e fundamental do Estado DemocrÃ¡tico de Direito - conferindo-se Ã

lesÃ£o de natureza extrapatrimonial dimensÃµes mais amplas, em variadas perspectivas. O dano experimentado pelo ofendido qualifica-se como dano psÃ-quico, conceituado pelo ilustre Desembargador RUI STOCO como o distÃºrbio ou perturbaÃ§Ã£o causado Ã pessoa atravÃ©s de sensaÃ§Ãµes anÃ-micas desagradÃ¡veis (...), em que a pessoa Ã© atingida na sua parte interior, anÃ-mica ou psÃ-quica, atravÃ©s de inÃºmeras sensaÃ§Ãµes dolorosas e importunastes, como, por exemplo, a ansiedade, a angÃºstia, o sofrimento, a tristeza, o vazio, o medo, a inseguranÃ§a, o desolamento e outros (Tratado de Responsabilidade Civil, SÂ¿o Paulo, RT, 2007, p. 1.678)Â¿ (Embargos de DivergÃªncia em REsp nÂº 1.127.913/RS (2013/0076325-0), Corte Especial do STJ, Rel. NapoleÃ£o Nunes Maia Filho. j. 04.06.2014, DJe 05.08.2014). Â Â Â Â Â Estas sÃ£o as premissas para a condenaÃ§Ã£o em danos morais. Uma matriz principiolÃ³gica que alberga uma sÃ©rie de possibilidades, uma vez que o ser humano nÃ£o se cansa de criar novas formas de ofender a prÃ³pria espÃ©cie. Â Â Â Â Â Afinal, da leitura dos autos em que direÃ§Ã£o se volta a premissa acima exposta? Considero que assiste razÃ£o a parte autora tendo em vista que restou comprovado a ocorrÃªncia do alegado, tendo sido protestada de maneira indevida. Sobre o assunto, colaciono: EMENTA: APELAÃÃO CÃVEL - AÃÃO DE REPARAÃÃO DE DANOS MORAIS- PROTESTO INDEVIDO - DANOS MORAIS - MAJORAÃÃO DO QUANTUM INDENIZATÃRIO. EMENTA: APELAÃÃO CÃVEL - AÃÃO DE REPARAÃÃO DE DANOS MORAIS- PROTESTO INDEVIDO - DANOS MORAIS - MAJORAÃÃO DO QUANTUM INDENIZATÃRIO. EMENTA: APELAÃÃO CÃVEL - AÃÃO DE REPARAÃÃO DE DANOS MORAIS- PROTESTO INDEVIDO - DANOS MORAIS - MAJORAÃÃO DO QUANTUM INDENIZATÃRIO. EMENTA: APELAÃÃO CÃVEL - AÃÃO DE REPARAÃÃO DE DANOS MORAIS- PROTESTO INDEVIDO -. DANOS MORAIS - MAJORAÃÃO DO QUANTUM INDENIZATÃRIO. Deve-se fixar o valor da compensaÃ§Ã£o do dano moral com cautela e prudÃªncia, atendendo Ã s peculiaridades prÃ³prias ao caso concreto, de modo que o valor arbitrado nÃ£o seja elevado ao ponto de culminar aumento patrimonial indevido ao lesado, nem inexpressivo a ponto de nÃ£o servir ao seu fim pedagÃ³gico. (TJ-MG - AC: 10000190905844001 MG, Relator: Domingos Coelho, Data de Julgamento: 16/10/2019, Data de PublicaÃ§Ã£o: 18/10/2019) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, levando em consideraÃ§Ã£o a gravidade do fato, os princÃ-pios de razoabilidade e proporcionalidade, entendo devido a aplicaÃ§Ã£o do patamar de R$ 6.000,00 (seis mil reais) a tÃ-tulo de danos morais. Â Â Â Â Â A presente decisÃ£o levou em consideraÃ§Ã£o somente os pedidos da exordial, assim, evitando julgamento extra-petita. Â Â Â Â Â DO DISPOSITIVO: Â Â Â Â Â Ante o exposto, julgo PROCEDENTE o pedido do autor, extinguindo o processo com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, na forma do art.487, I do CÃ³digo de Processo Civil, e assim: Â Â Â Â Â - DECLARO a inexigibilidade de dÃ©bitos provenientes de outras instituiÃ§Ãµes financeiras que nÃ£o a constante no tÃ-tulo apresentado pelo autor, oriundos da Nota Fiscal de nÂº 1603, devendo ser considerado quitado o tÃ-tulo protestado, qual seja, o tÃ-tulo de nÂº 1603-2 de fls. 47. Â Â Â Â Â - CONDENAR os requeridos a pagar ao autor a importÃ¢ncia de R$ 6.000,00 (seis mil reais) relativamente aos danos morais, estes com correÃ§Ã£o monetÃ¡ria pelo INPC e juros de 1% ao mÃªs a partir da sentenÃ§a, consoante sÃºmula 362 do STJ. Â Â Â Â Â - CONDENAR o requerido ao pagamento das despesas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios que fixo em 20% (dez por cento) sobre o valor da condenaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â P.R.I.C Â Â Â Â Â Com o trÃ¢nsito em julgado e certificado o integral recolhimento das custas, dÃª-se baixa e arquive-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 29 de marÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â EVERALDO PANTOJA E SILVA Â Â Â Â Â Juiz de Direito, respondendo pela 8a Vara CÃ-vel e Empresarial PROCESSO: 00032826420148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EVERALDO PANTOJA E SILVA A??o: Procedimento Comum Cível em: 29/03/2022 AUTOR:FABIO JONATAS REIS DE SOUSA Representante(s): PAULA CUNHA DA SILVA DENADAI (DEFENSOR) REU:CELPA CENTRAIS ELETRICAS DO PARA SA Representante(s): OAB 6.100 - LUCIMARY GALVAO LEONARDO GARCES (ADVOGADO) OAB 14977 - MARCEL AUGUSTO SOARES DE VASCONCELOS (ADVOGADO) . Tratam-se os autos de AÃÃO DECLARATÃRIA DE INEXISTÃNCIA DE DÃBITO C/C REPETIÃÃO DE INDÃBITO C/C DANOS MORAIS movida por FÃBIO JONATAS REIS DE SOUSA em face de CENTRAIS ELÃTRICAS DO PARÃ S.A - CELPA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Relata o autor que usuÃ¡rio dos serviÃ§os da requerida, com a UC 104321976, desde maio de 2013, quando passou a alugar um kitnet. Alega que desde a primeira fatura o requerente fora surpreendido com o consumo de 4.077kWh, gerando uma fatura de R$-1.901,57 e no mÃªs seguinte 4.077kWh, no valor de R$-1.865,78. O requerente abriu reclamaÃ§Ã£o junto a requerida, que refaturaram as contas, porÃ©m nÃ£o realizaram a vistoria do medidor, motivo pelo qual o mesmo nÃ£o efetuou o pagamento, tendo entÃ£o tido o fornecimento de energia elÃ©trica suspenso, o que obrigou o autor a renegociar a dÃ-vida, com confissÃ£o de dÃ-vida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O Autor nÃ£o entende devido o referido pagamento, requerendo a devoluÃ§Ã£o do mesmo e indenizaÃ§Ã£o por danos morais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Devidamente citada, a rÃ© contestou a contento em fls. 39/49, alegando ser legÃ-tima a cobranÃ§a guerreada, pugnando pela total

improcedÃªncia da demanda. Juntou documentos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RÃ©plica Ã s fls. 69/84. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â AudiÃªncia de ConciliaÃ§Ã£o em fls. 88, restou infrutÃ-fera, porque o autor nÃ£o foi intimado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ratifico o deferimento do benefÃ-cio da JustiÃ§a Gratuita ao autor nos termos do art. 98 e seguintes do CPC/2015.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo ao julgamento antecipado do mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RelaÃ§Ã£o de consumo: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O caso em tela demonstra, claramente, a existÃªncia de relaÃ§Ã£o de consumo entre as partes, amoldando-se elas aos conceitos de consumidor e de fornecedor, previstos, respectivamente, nos artigos 2Âº e 3Âº, da Lei 8.078/90. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â HÃ¡, portanto, em relaÃ§Ã£o aos autos, clara vulnerabilidade (tÃ©cnica, jurÃ-dica, fÃ¡tica e informacional) frente a rÃ©. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O enquadramento do autor como consumidor se dÃ¡, sobretudo, pelo fato de que a cadeia de produÃ§Ã£o e comercializaÃ§Ã£o do bem encerrou-se em suas mÃ£os. Nesse sentido Ã© o entendimento do Superior Tribunal de JustiÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, deve aplicar ao caso o CÃ³digo de Defesa do Consumidor. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Do julgamento do INCIDENTE DE RESOLUÃÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - IRDR Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Importante destacar que a presente aÃ§Ã£o se amolda a matÃ©ria debatida em sede de INCIDENTE DE RESOLUÃÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - IRDR (12085) - 0801251-63.2017.8.14.0000, o que atrairia a suspensÃ£o do feito atÃ© que fosse dirimido o impasse ali suscitado. Entretanto, houve decisÃ£o naqueles autos, cujo teor colaciono o que importa a soluÃ§Ã£o desta controvÃ©rsia: 1 [...] 2.3. Depreende-se que o objeto do IRDR nÃ£o corresponde Ã pretensÃ£o de invalidaÃ§Ã£o de normas regulatÃ³rias, mas tÃ£o somente se as formas de atuaÃ§Ã£o da CELPA atendem Ã s determinaÃ§Ãµes concretas inseridas naquele ato normativo editado pela autarquia. 2.4. Embora haja semelhanÃ§as entre a funÃ§Ã£o plÃºrima do IRDR e os efeitos decorrentes das sentenÃ§as proferidas em aÃ§Ãµes (demandas) coletivas, nÃ£o parece adequado conceituar o IRDR como um tipo de demanda (aÃ§Ã£o). Ademais, as aÃ§Ãµes civis pÃºblicas propostas perante a subseÃ§Ã£o judiciÃ¡ria paraense da JustiÃ§a Federal nÃ£o apresentam causas de pedir e pedidos precisamente idÃªnticos aos que se discute neste incidente processual. 2.5. NÃ£o hÃ¡ qualquer exigÃªncia legal de que o julgamento de admissibilidade do IRDR seja precedido de intimaÃ§Ã£o pessoal da parte para se manifestar nos autos, atÃ© mesmo porque o juÃ-zo de admissibilidade do IRDR se restringe a verificaÃ§Ã£o dos requisitos do art. 976, do CPC, sem implicar prejuÃ-zo efetivo. 3. Em relaÃ§Ã£o Ã s demandas que discutem a apuraÃ§Ã£o de consumo de energia nÃ£o registrado e, consequentemente, a validade das cobranÃ§as realizadas a partir dessas inspeÃ§Ãµes, fixa-se as seguintes teses: a) A formalizaÃ§Ã£o do Termo de OcorrÃªncia de InspeÃ§Ã£o (TOI) serÃ¡ realizada na presenÃ§a do consumidor contratante ou de seu representante legal, bem como de qualquer pessoa ocupante do imÃ³vel no momento da fiscalizaÃ§Ã£o, desde que plenamente capaz e devidamente identificada; b) Para fins de comprovaÃ§Ã£o de consumo nÃ£o registrado (CNR) de energia elÃ©trica e para validade da cobranÃ§a daÃ- decorrente a concessionÃ¡ria de energia estÃ¡ obrigada a realizar prÃ©vio procedimento administrativo, conforme os arts. 115, 129, 130 e 133, da ResoluÃ§Ã£o nÂº. 414/2010, da ANEEL, assegurando ao consumidor usuÃ¡rio o efetivo contraditÃ³rio e a ampla defesa; e, c) Nas demandas relativas ao consumo nÃ£o registrado (CNR) de energia elÃ©trica, a prova da efetivaÃ§Ã£o e regularidade do procedimento administrativo disciplinado na ResoluÃ§Ã£o nÂº. 414/2010, incumbirÃ¡ Ã concessionÃ¡ria de energia elÃ©trica. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Muito embora o presente incidente ainda nÃ£o tenha chegado ao seu desiderato com o trÂ¢nsito em julgado, a presente decisÃ£o aqui exposta ipsis litteris informa os pressupostos em que deverÃ¡ se pautar, a priori, as decisÃµes em curso que guardam identidade com a celeuma. Assim sendo, observando o lastro probatÃ³rio documental acostado aos autos, entendo que as teses na decisÃ£o acima destacadas/grifadas estÃ£o presentes na presente demanda, o que inclina este magistrado a analisar o mÃ©rito da mesma. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Superada estas informaÃ§Ãµes, passo ao mÃ©rito.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Da InexistÃªncia de DÃ©bito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso dos autos, observa-se que o autor junta documentos que atestam sua fatura que entende indevida, fls. 19 e 20. AlÃ©m disso, junta outros documentos, em fls. 17/32. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â De sua parte, o rÃ©u juntou documentos Ã s fls. 59/64. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Observa-se que nÃ£o houve confecÃ§Ã£o do TOI. E assim, sigo as decisÃµes colacionadas abaixo: Â¿EMENTA - APELAÃÃO CÃVEL. RELAÃÃO CONSUMERISTA. IRREGULARIDADE DA COBRANÃA DE RECUPERAÃÃO DE CONSUMO CONSTATADA ATRAVÃS DO TOI - TERMO DE OCORRÃNCIA DE IRREGULARIDADE. 1 -Â Para se caracterizar a irregularidade na conduta do consumidor nÃ£o se mostra suficiente a simples lavratura do TOI (Termo de OcorrÃªncia de Irregularidade),Â jÃ¡ que unilateral, malfere as garantias constitucionais do devido processo legal, ampla defesa e contraditÃ³rio. 2 - Necessidade de prova pericial. NÃ£o foi possÃ-vel a realizaÃ§Ã£o de prova pericial,Â uma vez que o relÃ³gio violado foi retirado da residÃªncia do autor hÃ¡ muito tempo pelos prepostos da parte rÃ©. NÃ£o sendo possÃ-vel a comprovaÃ§Ã£o de irregularidade no faturamento da energia elÃ©trica utilizada pelo

autor, incabÃ-vel a cobranÃ§a dos valores relativos a dÃ-vida apurada pela concessionÃ¡ria do serviÃ§o pÃºblico no TOI. (...). 5 - RECURSO A QUE SE DÃ PARCIAL PROVIMENTO. (Processo: APL 00145402520098190037 RJ 0014540-25.2009.8.19.0037 - ÃrgÃ£o Julgador: VIGÃSIMA QUARTA CAMARA CIVEL/ CONSUMIDOR - PublicaÃ§Ã£o: 24/03/2014 - Julgamento: 16 de Janeiro de 2014 - Relator: DES. ROBERTO GUIMARAES)Â¿. (destaquei) Â¿EMENTA - PRESTAÃÃO DE SERVIÃOS - ENERGIA ELÃTRICA - TERMO DE OCORRÃNCIA DE IRREGULARIDADE - TOI.Â DeclaraÃ§Ã£o de emissÃ£o unilateral. O TOI, por si sÃ³, nÃ£o Ã© suficiente para comprovar a irregularidade do medidor. Fraude nÃ£o comprovada. AusÃªncia de contraditÃ³rio acerca da suposta irregularidade.Â Ãnus probatÃ³rio nÃ£o desvencilhado. SentenÃ§a mantida. Recurso improvido. (Processo: APL 90005413620088260506 SP 9000541-36.2008.8.26.0506 - ÃrgÃ£o Julgador: 8Âª CÂ¢mara ExtraordinÃ¡ria de Direito Privado - PublicaÃ§Ã£o: 15/10/2014 - Julgamento: 8 de Outubro de 2014 - Relator: FÃ¡bio PodestÃ¡)Â¿. (destaquei) Â¿EMENTA - APELAÃÃO. CONSUMIDOR. TERMO DE OCORRÃNCIA DE IRREGULARIDADE.Â FALTA DE NOTIFICAÃÃO PRÃVIA E DE PERÃCIA TÃCNICA. DÃBITO APURADO UNILATERALMENTE. NULIDADE DO TOI. (...).Â ConcessionÃ¡ria que deixou de notificar previamente o consumidor sobre a vistoria, bem como nÃ£o solicitou perÃ-cia tÃ©cnica no momento da lavratura do TOI e nÃ£o efetuou perÃ-cia no aparelho de mediÃ§Ã£o substituÃ-do. NÃ£o atendidos os comandos do art. 72 da ResoluÃ§Ã£o 414/2010 da ANEEL. TOI que nÃ£o ostenta presunÃ§Ã£o de veracidade. (...). (Processo: APL 00910999720108190001 RJ 0091099-97.2010.8.19.0001 - ÃrgÃ£o Julgador: VIGÃSIMA TERCEIRA CAMARA CIVEL/ CONSUMIDOR - PublicaÃ§Ã£o: 15/01/2015 - Julgamento: 7 de Janeiro de 2015 - Relator: DES. MARIA LUIZA DE FREITAS CARVALHO)Â¿. (destaquei). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A requerida nÃ£o logrou Ãªxito em comprovar a existÃªncia de irregularidade no medidor indicando cabalmente que se tratava de uma fraude produzida pelo autor, pois deixou de trazer sequer laudo que ateste a existÃªncia da alegada violaÃ§Ã£o do lacre, o que ensejaria a indicaÃ§Ã£o de provÃ¡vel violaÃ§Ã£o e fraude. AlÃ©m disso, nÃ£o houve sequer o TOI, o que desrespeita a ResoluÃ§Ã£o 414/10 da ANEEL. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ReconheÃ§o, portanto, que os valores foram indevidamente cobrados em fatura do autor, impondo-se Ã rÃ© o Ã´nus do ilÃ-cito. Sob estes fundamentos, resta patente a conduta ilÃ-cita desenvolvida pela instituiÃ§Ã£o requerida, sendo medida que se impÃµem o estabelecimento da prestaÃ§Ã£o reparatÃ³ria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, devem ser declarados tÃ£o somente inexistentes os dÃ©bitos mencionados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dano moral. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto aos danos morais, embora seja cediÃ§o que a simples situaÃ§Ã£o tivesse gerado inconvenientes ao requerente. Outrossim, Ã© cediÃ§o a irritaÃ§Ã£o que os consumidores muitas vezes enfrentam diante da abusividade dos serviÃ§os prestados por serviÃ§os de energia, o que muitas vezes dÃ¡ margem ao dano moral, ainda mais quando o nome do consumidor Ã© posto indevidamente em cadastro de inadimplentes, impedindo que este realize muitas outras transaÃ§Ãµes comerciais, o que nÃ£o ocorreu no presente caso. Bem como, se hÃ¡ corte no fornecimento de energia, o que ocorreu no caso em anÃ¡lise. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, em relaÃ§Ã£o aos danos morais, deve se levar em consideraÃ§Ã£o que a lei autoriza a se pleitear a sua indenizaÃ§Ã£o sempre que um incidente altere o equilÃ-brio emocional, crie constrangimento ou atrapalhe a rotina de uma pessoa, sendo que, para a fixaÃ§Ã£o do valor de tal indenizaÃ§Ã£o, devem ser analisadas as peculiaridades de cada caso, fixando um valor que represente uma puniÃ§Ã£o ao ofensor, e ao mesmo tempo, uma compensaÃ§Ã£o razoÃ¡vel ao ofendido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Este magistrado tem que a situaÃ§Ã£o experimentada pela parte autora transcende a Ã³rbita do mero aborrecimento, notadamente porque houve suspensÃ£o indevida de um serviÃ§o de carÃ¡ter essencial. AliÃ¡s, pelas regras de experiÃªncia comum, hÃ¡ de se convir que um episÃ³dio dessa natureza causa inÃºmeros transtornos a qualquer pessoa, sendo inarredÃ¡vel, portanto, a obrigaÃ§Ã£o de indenizar Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Logo, vislumbro, no caso em apreÃ§o, a configuraÃ§Ã£o dos danos morais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DISPOSITIVO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Posto isso, JULGO PROCEDENTE a pretensÃ£o autoral para DECLARAR a inexistÃªncia do dÃ©bito questionado nos autos, este no valor de R$-727,60 (setecentos e vinte e sete reais e sessenta centavos), determinando sua devoluÃ§Ã£o em dobro e condenar a requerida ao ressarcimento de indenizaÃ§Ã£o relativo aos danos morais em favor da autora no importe de R$-3.000,00 (trÃªs mil reais). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por fim, condeno o rÃ©u Ã s custas processuais e aos honorÃ¡rios advocatÃ-cios que arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor total do dÃ©bito considerado inexistente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, nÃ£o havendo requerimentos, dÃª-se baixa e arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 21 de marÃ§o de 2022. EVERALDO PANTOJA E SILVA Juiz de Direito respondendo pela 8Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00039486020178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EVERALDO PANTOJA E SILVA A??o: Procedimento Comum Cível em: 29/03/2022 AUTOR:ALLAN ANDERSON COSTA PEREIRA Representante(s): OAB 19096 - THAIS NAVA DE SOUSA (ADVOGADO) OAB 19073 -

DANIELLE PINA DE ALMEIDA (ADVOGADO) REU:CONSORCIO NACIONAL VOLKSWAGEM LTDA Representante(s): OAB 36003 - EDSON LEITE RODRIGUES DE OLIVEIRA NETO (ADVOGADO) OAB 20397 - MANUELA MOTTA MOURA DA FONTE (ADVOGADO) . AÃO DE RESCISÃO DE CONTRATUAL C/C RESTITUIÃÃO DE VALORES C/C INDENIZAÃÃO POR DANOS MORAIS E PEDIDO DE TUTELA DE URGÃNCIA movida por ALLAN ANDERSON COSTA PERDEIRA em face de CONSÃRCIO NACIONAL WOLKSWAGEN LTDA. Â Â Â Â Â Cuida-se de pedido que objetiva a devoluÃ§Ã£o imediata das prestaÃ§Ãµes pagas, com correÃ§Ã£o monetÃ¡ria, alegando a autora que firmou com a requerida uma proposta de adesÃ£o de nÂº 1818877. Alega que foi iludido com a promessa de que se desse um lance de R$ 7.500,00 (Sete Mil e Quinhentos Reais) realizaria o sonho de obter o carro prÃ³prio. O contrato foi confirmado pelo pagamento do valor de R$ 363,45 (Trezentos e Sessenta e TrÃªs Reais e Quarenta e Cinco Centavos) relativo a primeira prestaÃ§Ã£o, apÃ³s foi informado que para ser contemplado deveria dar no mÃ-nimo lance de R$ 15.000,00 (Quinze Mil Reais), o que foi divergente do que houvera sido acordado entre ambos. Alega que foi informado por correspondÃªncia que o veÃ-culo fora substituÃ-do, posto nÃ£o ser mais fabricado e que o autor estaria inadimplente com relaÃ§Ã£o a algumas prestaÃ§Ãµes. Diante de todos os transtornos ingressou com a presente demanda. Â Â Â Â Â Juntou documentos. Â Â Â Â Â Devidamente citado, o rÃ©u contestou conforme fls. 41/57. Em resposta, a Administradora reclamada veio noticiar que a requerente celebrou por meio de adesÃ£o contrato de consÃ³rcio no valor de R$ 30.970,00 (Trinta Mil, Novecentos e Setenta Reais), alega que a mesma adquiriu uma cota de consÃ³rcio registrada sob o nÂº 162/06, do grupo 90.413, que previa taxa de administraÃ§Ã£o de 14,5% e multa. Informa ainda que o grupo ao qual foi alocada terÃ¡ duraÃ§Ã£o de 72 (setenta e dois) meses e encerrarÃ¡ suas atividades apÃ³s este perÃ-odo, quando efetivamente terÃ¡ direito ao reembolso acaso nÃ£o seja sorteada atÃ© esta data, como determina a lei. Â Â Â Â Â Houve RÃ©plica em fls. 93/98. Â Â Â Â Â Autos conclusos. Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Primeiramente, ratifico a concessÃ£o da gratuidade da justiÃ§a em favor da autora conforme legislaÃ§Ã£o processual civil em seu art. 98 e seguintes. Â Â Â Â Â Da RelaÃ§Ã£o de Consumo Â Â Â Â Â A relaÃ§Ã£o entre as partes Ã© de consumo. Para que nÃ£o paire dÃºvidas sobre a relaÃ§Ã£o jurÃ-dica entabulada entre as partes, assim Ã© necessÃ¡ria a inversÃ£o do Ã´nus da prova, nos termos do inciso VIII do artigo 6Â° do CÃ³digo de ProteÃ§Ã£o e Defesa do Consumidor. Assim sendo, estamos diante de um caso tÃ-pico do Direito do Consumidor, imputando-se, pelos documentos acostados aos autos, a referida inversÃ£o. Â Â Â Â Â Estamos diante de uma possÃ-vel falha na prestaÃ§Ã£o do serviÃ§o que gerou um dano ao consumidor. Assim, hÃ¡ de perseguir a questÃ£o da responsabilidade civil na seara consumerista. InescusÃ¡vel que o quadro fÃ¡tico traz Ã tona falha na prestaÃ§Ã£o do serviÃ§o de consÃ³rcio. E, como jÃ¡ esclarecido que a relaÃ§Ã£o jurÃ-dica entabulada entre as partes Ã© de consumo, o CÃ³digo de Defesa do Consumidor Ã© aplicÃ¡vel Ã espÃ©cie, abrindo-se, no caso, tambÃ©m por esse Ã¢ngulo, a responsabilidade objetiva da rÃ©. Â Â Â Â Â Do MÃ©rito Â Â Â Â Â A natureza da aÃ§Ã£o jÃ¡ se encontra com entendimento pacificado por este juÃ-zo. Do que se depreende da leitura dos autos, o autor desistiu unilateralmente do contrato e quer sua restituiÃ§Ã£o do investimento inicial suportado.Â Importante observar as alteraÃ§Ãµes trazidas ao sistema de consÃ³rcios pela Lei nÂº 11.795/2008, tendo sido instituÃ-da pelo art. 30 da referida norma a obrigaÃ§Ã£o de a Administradora de ConsÃ³rcio efetuar a contemplaÃ§Ã£o por sorteio do saldo relativo Ã s quantias pagas pelo consorciado que se retira do grupo ao Fundo Comum e ao Fundo de Reserva, apuradas na data da respectiva Assembleia Geral OrdinÃ¡ria de ContemplaÃ§Ã£o, corrigido pelo rendimento da aplicaÃ§Ã£o financeira a que estÃ£o sujeitos osÂ recursos dos consorciados. O grupo de consÃ³rcio que o reclamante integrou jÃ¡ estÃ¡ sob a vigÃªncia da nova lei, razÃ£o pela qual a devoluÃ§Ã£o dos valores pagos ao Fundo Comum e ao Fundo de Reserva nÃ£o poderÃ¡ ser antecipada, mas somente atravÃ©s dos sorteios mensais, jÃ¡ que os demais consorciados nÃ£o poderÃ£o arcar com os prejuÃ-zos causados ao grupo pela desistÃªncia e exclusÃ£o do Reclamante. Â Â Â Â Â O Reclamante aderiu, segundo documentos acostados em fls. 67/68 pela requerida, ao Grupo 90.413 em 05 de marÃ§o de 2012, quando jÃ¡ em vigor a lei nÂº 11.795/2008, ou seja, submetendo-se, portanto, a ela a conclusÃ£o a ser prolatada nestes autos. Importante frisar que sendo um contrato tipicamente de adesÃ£o, hÃ¡ de se levar em conta a livre e espontÃ¢nea vontade do aderente em aceitar o pactuado, sÃ³ podendo ser afastado o pacto em caso de vÃ-cio de vontade, em casos de nulidade contratual e flagrante abusividade de suas clÃ¡usulas, o que nÃ£o Ã© o caso aqui analisado. Â Â Â Â Â Pela nova lei dos consÃ³rcios, somente se darÃ¡ por sorteio a devoluÃ§Ã£o ao consorciado desistente dos valores pagos ao Fundo Comum e ao Fundo de Reserva, combinando-se o art. 30 com o art. 22 e seu parÃ¡grafo 2Âº, que dizem: Artigo 30 - O consorciado excluÃ-do nÃ£o contemplado terÃ¡ direito Ã restituiÃ§Ã£o da importÃ¢ncia paga ao fundo comum do grupo, cujo valor deve ser calculado com base no percentual amortizado do valor do bem ou serviÃ§o vigente na data da assembleia de contemplaÃ§Ã£o, acrescido dos rendimentos da aplicaÃ§Ã£o financeira a que estÃ£o

sujeitos os recursos dos consorciados enquanto nÃ£o utilizados pelo participante, na forma do artigo 24, Â§1Âº. Art. 22. A contemplaÃ§Ã£o Ã© a atribuiÃ§Ã£o a consorciado do crÃ©dito para a aquisiÃ§Ã£o de bem ou serviÃ§o, bem como, para a restituiÃ§Ã£o das parcelas pagas, no caso dos consorciados excluÃ-dos, nos termos do art. 30. (...) Â§ 2Âº. Somente concorrerÃ¡ Ã contemplaÃ§Ã£o o consorciado ativo, de que trata o art. 21, e os excluÃ-dos, para efeito de restituiÃ§Ã£o dos valores pagos, na forma do art. 30. Â Â Â Â Â Temos que, no domÃ-nio da lei anterior, algumas decisÃµes divergentes diziam que a clÃ¡usula contratual que contivesse a previsÃ£o de devoluÃ§Ã£o das prestaÃ§Ãµes pagas pelo consorciado somente apÃ³s o tÃ©rmino do grupo colocaria o consumidor em desvantagem exagerada, afigurando-se nula de pleno direito, nos termos do art. 51, IV, e Â§ 1Âº, do CDC, vez que o seu cumprimento causaria enriquecimento sem causa da administradora. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â E atÃ© existente a esse respeito o Enunciado FONAJE nÂº 109, assim: Enunciado 109Â - Ã absurda a clÃ¡usula que prevÃª a devoluÃ§Ã£o das parcelas pagas Ã administradora de consÃ³rcio somente apÃ³s o encerramento do grupo. A devoluÃ§Ã£o deve ser imediata, os valores atualizados desde os respectivos desembolsos e os juros de mora computados desde a citaÃ§Ã£o (aprovado no XIX EncontroÂ Aracaju/SE). Â Â Â Â Â No entanto, para os grupos formados atÃ© 05/02/2009, o STJ pacificou a questÃ£o, dizendo ser entendimento assente na Corte que, em caso de desistÃªncia do plano de consÃ³rcio, a restituiÃ§Ã£o das parcelas pagas pelo participante far-se-Ã¡ de forma corrigida, porÃ©m nÃ£o de imediato, e sim em atÃ© 30 dias a contar do prazo previsto contratualmente para o encerramento do grupo correspondente. Â Â Â Â Â Em conclusÃ£o, tendo a reclamante aderido ao grupo de consorciados somente a partir de 05/03/2012, aplica-se Ã sua situaÃ§Ã£o, entÃ£o, a lei nÂº 11.795/2008, regulamentando que somente se darÃ¡ por sorteio a devoluÃ§Ã£o ao consorciado desistente dos valores pagos ao Fundo Comum e ao Fundo de Reserva, combinando-se o art. 30 com o art. 22 e seu parÃ¡grafo 2Âº. Â Â Â Â Â Por forÃ§a do exposto, nenhum pedido do autor merece prosperar, nem a tentativa dos danos morais, uma vez que, por forÃ§a de lei, nÃ£o hÃ¡ abusividade e nem ilegalidade diante do pactuado entre as partes e da postura da rÃ© em ter que devolver de imediato as parcelas pagas somente apÃ³s o respectivo sorteio como jÃ¡ fundamentado alhures. Â Â Â Â Â Do Dispositivo Â Â Â Â Â PELO EXPOSTO e pelo mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, extinguindo o processo com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito com base no art. 487, I, do CPC/2015. Â Â Â Â Â Por fim, condeno o autor a pagar as custas processuais e aos advogados dos rÃ©us honorÃ¡rios advocatÃ-cios que fixo em 10% sobre o valor da causa, tudo concernente Ã SeÃ§Ã£o III do CÃ³digo de Processo Civil. No entanto, tais obrigaÃ§Ãµes ficarÃ£o sob condiÃ§Ã£o suspensiva da exigibilidade e somente poderÃ£o ser executadas, se nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trÂ¢nsito em julgado da decisÃ£o, ambos demonstrarem que deixou de existir, em relaÃ§Ã£o a parte contrÃ¡ria, a situaÃ§Ã£o de insuficiÃªncia de recursos, conforme o Â§3Âº do art. 98, do CPC. Â Â Â Â Â Transitado em julgado, se sem recurso, arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â P. R. I. C Â Â Â Â Â EVERALDO PANTOJA E SILVA Â Â Â Â Â Juiz de Direito, respondendo pela 8a Vara CÃ-vel e Empresarial PROCESSO: 00153988520018140301 PROCESSO ANTIGO: 200110186135 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EVERALDO PANTOJA E SILVA A??o: Apelação Cível em: 29/03/2022 AUTOR:AGF BRASIL SEGUROS S/A Representante(s): OAB 7443 - JOSE ROBERTO OLIVEIRA PINHO (ADVOGADO) REU:RIVALDO GONCALVES DE OLIVEIRA JUNIOR Representante(s): EVALDO PINTO (ADVOGADO) . Trata-se de AÃ§Ã£o OrdinÃ¡ria de RepetiÃ§Ã£o de IndÃ©bito movida por AGF BRASIL SEGUROS S/A contra RIVALDO GONÃALVES DE OLIVEIRA JUNIOR, ambos qualificados. Â Â Â Â Â Considerando o julgamento do recurso ApelaÃ§Ã£o e a anulaÃ§Ã£o da sentenÃ§a deste juÃ-zo (fls. 169/171), passo a decidir: Â Â Â Â Â Passo a decidir. Â Â Â Â Â Vale ressaltar, que foi preservado no presente feito, a garantia constitucional do contraditÃ³rio e da ampla defesa conforme determinado em sentenÃ§a na apelaÃ§Ã£o de modo que nÃ£o paire dÃºvidas sobre qualquer irregularidade que possa ser apontada para macular o procedimento. Â Â Â Â Â Desta forma, as partes foram intimadas para a manifestaÃ§Ã£o (fls. 174) e devidamente intimadas as partes se mantiveram inertes, conforme certidÃ£o de fls. 175. E, por cautela, foram intimadas novamente para se manifestar no feito e a parte autora requereu o prosseguimento do feito com novo julgamento da aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â DesnecessÃ¡rias outras provas, passo ao desate da lide (art. 355, I, CPC). Â Â Â Â Â Trata-se de RepetiÃ§Ã£o de IndÃ©bito, na qual se refere ao pleito de devoluÃ§Ã£o do valor pago indevidamente, posto que o carro segurado se encontrava penhorado pela justiÃ§a do trabalho. Â Â Â Â Â Suprida a questÃ£o aventada de cerceamento de defesa pela parte requerente, verifico que o carro objeto da lide nÃ£o se encontra penhorado pela JustiÃ§a do Trabalho, conforme ofÃ-cio acostado em fls. 130, e em relaÃ§Ã£o ao requerido fazer parte do quadro societÃ¡rio de uma empresa, em nada altera o entendimento deste juÃ-zo, posto que, apenas fora passado a informaÃ§Ã£o de que o rÃ©u fazia parte de uma sociedade. Â Â Â Â Â Dessa forma, mantenho a sentenÃ§a de fls. 135/138 em todos os seus termos, e JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO formulado na inicial pelo autor, nos termos em que foi formulado,

extinguindo o feito com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito nos termos do art. 487, I, CPC. Â Â Â Â Â Condeno o Autor ao pagamento das despesas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios que arbitro em 10% do valor da causa. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Â Â Â Â Â Transitada em julgado esta decisÃ£o, arquivem-se os autos, com as cautelas legais. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 14 de marÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â EVERALDO PANTOJA E SILVA Â Â Â Â Â Juiz de Direito, respondendo pela 8a Vara CÃ-vel e Empresarial PROCESSO: 00249569820148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EVERALDO PANTOJA E SILVA A??o: Procedimento Comum Cível em: 29/03/2022 AUTOR:PAULO SERGIO DE SOUZA QUEIROZ REPRESENTANTE:ELIANA REGIA BASTOS LOURINHO Representante(s): OAB 4896 - NILZA MARIA PAES DA CRUZ (DEFENSOR) REU:DISMOBRAS IMP EXP DIST MOV ELETR LTDA Representante(s): OAB 23255 - ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (ADVOGADO) . Trata-se de AÃÃO DE INDENIZAÃÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS proposta por PAULO SÃRGIO DE SOUZA QUEIROZ em desfavor de DISMOBRAS IMP. E DISTR. MOV. E ELETR. S/A. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Alega o autor que em 16 de fevereiro de 2013, dirigiu-se a empresa City Lar e adquiriu duas camas, uma de casal no valor de R$-449,00 e uma de solteiro no valor de R$-350,63. Ocorre que o valor total, de R$-799,63, foi majorado em quase 100%, em razÃ£o do financiamento realizado pela prÃ³pria vendedora, ficando em 9 (nove) parcelas de R$-166,97, totalizando R$-1.502,73. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s dois meses de uso o produto comeÃ§ou a apresentar muitos defeitos. Procurou entÃ£o a Requerida que efetuou a troca do produto, porÃ©m por um de qualidade inferior, tendo ocorrido a emissÃ£o de nova nota fiscal, sendo retida a anterior. Algum tempo depois o novo produto apresentou o mesmo vÃ-cio do anterior. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Procurou novamente a requerida, que disse que efetuaria a troca novamente, porÃ©m com a condiÃ§Ã£o de assinatura de um termo que desistiria da garantia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Relata por fim, que a cama de solteiro tambÃ©m comeÃ§ou a apresentar o mesmo vÃ-cio da de casal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, requer a condenaÃ§Ã£o da requerida em danos morais, no valor de R$-14.480,00 e danos materiais no importe de R$-1.502,72. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juntou documentos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Concedida a justiÃ§a gratuita. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Devidamente citada, certidÃ£o de fls. 67, a requerida apresentou contestaÃ§Ã£o Ã s fls. 68/104, alegando que as partes realizaram acordo junto ao PROCON, no qual ficou acertado que a Requerida devolveria o valor pago e entÃ£o recolheria os produtos. A Procuradora do Requerente, Sra. Eliana Regia Bastos Lourinho, recebeu o valor de R$1.502,73, em 08/07/2014. Assim, requer a improcedÃªncia da aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RÃ©plica Ã s fls. 130/141, alega a autora sobre a quitaÃ§Ã£o do dano material, tendo em vista o acordo feito e cumprido pelas partes. PorÃ©m, requer o prosseguimento do feito em relaÃ§Ã£o aos danos morais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em audiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o, fls. 148/149, nÃ£o houve acordo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O autor em provas, requereu o julgamento antecipado da lide. O requerido nÃ£o se manifestou. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Analisando detidamente o feito, observa-se restar incontroverso que as partes estabeleceram um contrato de compra e venda relativo a duas camas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cinge-se o mÃ©rito recursal em aferir se houve falha na prestaÃ§Ã£o do serviÃ§o pela requerida o que teria ocasionado o dever de reparar os danos morais, ou se os fatos ocorridos foram meros aborrecimentos e dissabores, caracterÃ-sticos da convivÃªncia em sociedade. Â Â Â Pois bem. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Preliminarmente, afasto a preliminar de prescriÃ§Ã£o, tendo em vista que ao caso aplica-se o disposto no art. 27 do CDC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, de acordo com o artigo 927 do CÃ³digo Civil, "aquele que, por ato ilÃ-cito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a reparÃ¡-lo", devendo-se entender por ato ilÃ-cito, nos termos do artigo 186 do mesmo diploma legal, a aÃ§Ã£o ou omissÃ£o voluntÃ¡ria, negligÃªncia ou imprudÃªncia que viola direito e causa prejuÃ-zos a um terceiro, ainda que de ordem exclusivamente moral. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, a configuraÃ§Ã£o da responsabilidade civil exige a coexistÃªncia de quatro elementos: ofensa a uma norma preexistente ou um erro de conduta, culpa, nexo causal e dano, valendo ressaltar, quanto a este Ãºltimo, que em nÃ£o se tratando de dano moral presumÃ-vel (in re ipsa), serÃ¡ imprescindÃ-vel a comprovaÃ§Ã£o de sua configuraÃ§Ã£o caso concreto. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sobre o tema, Maria Helena Diniz ensina: "poder-se-Ã¡ definir a responsabilidade civil como a aplicaÃ§Ã£o de medidas que obriguem alguÃ©m a reparar dano moral ou patrimonial causado a terceiros em razÃ£o de ato do prÃ³prio imputado, de pessoa por quem ele responde, ou de fato de coisa ou animal sob sua guarda (responsabilidade subjetiva) ou, ainda, de simples imposiÃ§Ã£o legal (responsabilidade objetiva)" (CÃ³digo Civil brasileiro interpretado, vol. III, 10Âª ed. Rio de Janeiro. Livraria Freitas Bastos S.A. p. 315 e 318). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na hipÃ³tese vertente, os elementos probatÃ³rios constantes dos autos indicam que a autora adquiriu duas camas na requerida e apÃ³s algum tempo de uso as mesmas comeÃ§aram a apresentar defeito, tendo a Requerida sempre atendido a Requerente, realizando as trocas solicitadas e ao final ainda entabulado

acordo com a devoluÃ§Ã£o total do valor pago. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A autora confirmou que jÃ¡ recebeu os valores a tÃ-tulo de danos materiais, requerendo o prosseguimento quanto aos danos morais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A par disso, ainda que a prova da culpa fique dispensada em razÃ£o da responsabilidade objetiva da requerida (artigo 14 do CDC), sequer vislumbro falha na prestaÃ§Ã£o dos serviÃ§os, tendo em vista que a requerida efetuou a troca do produto, conformado pela Autora. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Como se nÃ£o bastasse, mesmo que se concluÃ-sse pela falha na prestaÃ§Ã£o dos serviÃ§os por parte da demandada, nÃ£o sucederam nos autos provas de que o desgosto experimentado pela Autora tenha ultrapassado os limites da razoabilidade da vida comum em sociedade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse contexto, nos termos do que preceitua o artigo 373, I do CPC/2015, fato Ã© que lhe incumbiria trazer a lume provas robustas acerca do abalo emocional que alega ter sofrido, Ã´nus do qual nÃ£o se desincumbiu, pautando a sua pretensÃ£o em meras alegaÃ§Ãµes genÃ©ricas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pode-se atÃ© admitir que a situaÃ§Ã£o vivenciada foi desagradÃ¡vel e gerou chateaÃ§Ã£o a postulante, mas inexistem elementos que permitam concluir que tenha sido lesiva Ã sua honra, reputaÃ§Ã£o ou dignidade, sendo de suma importÂ¢ncia diferenciar os aborrecimentos que se enquadram como meros dissabores daqueles que se enquadram como prejuÃ-zos extrapatrimoniais, sobretudo em uma sociedade tÃ£o complexa como a atual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o que explica Carlos Roberto GonÃ§alves: "o dano moral direto consiste na lesÃ£o a um interesse que visa a satisfaÃ§Ã£o ou gozo de um bem jurÃ-dico extrapatrimonial contido nos direitos de personalidade (como a vida, a integridade corporal, a liberdade, a honra, o decoro, a intimidade, os sentimentos afetivos, a prÃ³pria imagem). O dano moral indireto consiste na lesÃ£o a um interesse tendente Ã satisfaÃ§Ã£o ou gozo de bens jurÃ-dicos patrimoniais, que produz um menoscabo a um bem extrapatrimonial, ou melhor, Ã© aquele que prova prejuÃ-zo a qualquer interesse nÃ£o patrimonial, devido a uma lesÃ£o a um bem patrimonial da vÃ-tima. Deriva, portanto, do fato lesivo a um interesse patrimonial". (Carlos Roberto GonÃ§alves. Responsabilidade civil. 8Âª ed. rev. de acordo com o novo cÃ³digo civil. SÃ£o Paulo: Saraiva, 2003, p. 549). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â AntÃ´nio JeovÃ¡ Santos, na obra Dano Moral IndenizÃ¡vel, 4Âªed., SÃ£o Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003, p. 113, acrescenta que "as sensaÃ§Ãµes desagradÃ¡veis, por si sÃ³s, que nÃ£o trazem em seu bojo lesividade a algum direito personalÃ-ssimo, nÃ£o merecerÃ£o ser indenizadas. Existe um piso de inconvenientes que o ser humano tem de tolerar, sem que exista o autÃªntico dano moral". Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Como dito, a parte autora nÃ£o juntou lastro probatÃ³rio convincente acerca de suas alegaÃ§Ãµes, de modo que a maioria do alegado ficou por conta apenas dos fatos narrados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim sendo, nÃ£o restou configurado a ocorrÃªncia dos danos morais alegados pelo autor. Nesse contexto, forÃ§oso reconhecer a improcedÃªncia da demanda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, e considerando o que mais dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE a aÃ§Ã£o e extingo o feito com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito na forma do art. 487, I, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas e honorÃ¡rios, tendo em vista ser a parte beneficiÃ¡ria da justiÃ§a gratuita. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificado o trÂ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 11 de agosto de 2020. EVERALDO PANTOJA E SILVA Juiz de Direito respondendo pela 8Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00278022520138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EVERALDO PANTOJA E SILVA A??o: Procedimento Comum Cível em: 29/03/2022 AUTOR:JOSUE FURTADO PIMENTEL Representante(s): OAB 10446 - FERNANDO CALHEIROS RODRIGUES DOMINGUES (ADVOGADO) REU:M.L. ALVES DOS SANTOS. Trata-se AÃO INDENIZATÃRIA POR DANOS MORAIS E MATERIAIS EM RAZÃO DE ATO ILÃCITO PRATICADO PELA RÃ C/C PERDAS E DANOS E LUCROS CESSANTES movido por JOSUÃ FURTADO PIMENTEL em face de M. L. ALVES DO SANTOS/TRANSPORTADORA GABRIELLY e WELLINGTON JOSÃ DA COSTA. Â Â Â Â Â Â Alega a autora que sofreu acidente no perÃ-metro da BR 316 nas proximidades da barreira policial rodoviÃ¡ria federal em 04/01/2013 pelo veÃ-culo tipo CaminhÃ£o - Trator, ano 2011, Placa: NSY 8266, por imprudÃªncia do motorista WELLINGTON JOSÃ DA COSTA, que dirigia o referido veÃ-culo da empresa requerida. Alega que o motorista nÃ£o prestou socorro. Alega que foi procedida abertura de boletim de ocorrÃªncia de acidente de trÂ¢nsito realizado pela prÃ³pria PolÃ-cia Federal concluindo pela culpabilidade do segundo requerido na direÃ§Ã£o do veÃ-culo da empresa, primeira requerida. Por conta do acidente ficou com ferimentos graves e nÃ£o prestaram o socorro devido. Informa que jamais fora procurado pelos requeridos para compor amigavelmente um acordo de restituiÃ§Ã£o indenizatÃ³ria pelo danos que suportou. Alega que teve perda total do veÃ-culo que utilizava para fins de trabalho de sua cozinha industrial, na entrega de marmitas, etc. Â Â Â Â Â Â Por fim, alega que ainda apresenta sequelas do acidente e narra inconvenientes que ultrapassam a esfera patrimonial pleiteia danos morais equivalente a quinhentos salÃ¡rios mÃ-nimos vigentes ao tempo do acidente; danos materiais referentes ao valor do menor orÃ§amento apresentado para conserto do

veÃ-culo, alÃ©m de despesas resultantes pela falta da utilizaÃ§Ã£o do veÃ-culo para seu emprego no valor de R$ 7.200,00 (Sete Mil e Duzentos Reais), mais o restante do financiamento do veÃ-culo destruÃ-do pelos rÃ©us no valor de R$ 64.595,20 (Sessenta e Quatro Mil, Quinhentos e Noventa e Cinco Reais e Vinte Centavos), equivalente ao total do remanescente de 32 prestaÃ§Ãµes. AlÃ©m das despesas mÃ©dicas que suportou. Â Â Â Â Â Juntou documentos. Â Â Â Â Â Â Devidamente citada, a requerida M. L. ALVES DO SANTOS/TRANSPORTADORA GABRIELLY apresentou contestaÃ§Ã£o em fls. 115/140 pleiteando a improcedÃªncia dos pedidos da autora, alegando excludentes do nexo de causalidade na responsabilidade civil por ato de outrem, excludente do nexo de causalidade, litigÂ¢ncia de mÃ¡-fÃ©, dentre outros. Pleiteia denunciaÃ§Ã£o da lide da parte CERAMICA BRAGANTINO LTDA. Â Â Â Â Â Â RÃ©plica do autor em fls. 159/170 reafirmando os termos da inicial e contradizendo a peÃ§a de contestaÃ§Ã£o apresentada pela requerida. Â Â Â Â Â Â Juntou documentos. Â Â Â Â Â Â RÃ©plica da autora em fls. 76/85. Â Â Â Â Â Â AudiÃªncia para tentativa conciliatÃ³ria restou infrutÃ-fera, conforme fls. 187, por ausÃªncia do magistrado naquela oportunidade. Â Â Â Â Â Â O requerido WELLINGTON JOSÃ DA COSTA OLIVERIA nÃ£o fora citado e a autora em fls. 200/202 pleiteou a desistÃªncia do prosseguimento do feito em relaÃ§Ã£o ao referido requerido, o que foi deferido em fls. 211 durante audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento. Â Â Â Â Â Â Na audiÃªncia de instruÃ§Ã£o em fls. 211 fora determinado entÃ£o o julgamento antecipado da lide. Â Â Â Â Â Â Autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Primeiramente confirmo os benefÃ-cios da JustiÃ§a Gratuita em favor do autor nos termos do art. 98 e seguintes do CPC/2015. Â Â Â Â Â DA APLICAÃÃO DO CÃDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - CDC Â Â Â Â Â Primeiramente, remanesce os autos tÃ£o somente em face da primeira requerida M. L. ALVES DO SANTOS ME/TRANSPORTADORA GABRIELLY, posto ter sido excluÃ-do da lide por pedido da autora e determinado por este juÃ-zo a parte WELLINGTON JOSÃ DA COSTA OLIVERIA, conforme decisÃ£o proferida nos autos em audiÃªncia de fls. 211. Â Â Â Â Â Importante esclarecer, ademais, que a vÃ-tima de acidente de trÂ¢nsito causado por empresa equipara-se a consumidor que sofre danos por defeito na prestaÃ§Ã£o dos serviÃ§os. Assim, o caso em tela demonstra, claramente, a existÃªncia de relaÃ§Ã£o de consumo entre as partes, amoldando-se elas aos conceitos de consumidor e de fornecedor, previstos, respectivamente, nos artigos 2Âº e 3Âº, da Lei 8.078/90. Â Â Â Â Â HÃ¡, portanto, em relaÃ§Ã£o aos autos, clara vulnerabilidade (tÃ©cnica, jurÃ-dica, fÃ¡tica e informacional) frente as rÃ©s. Â Â Â Â Â O enquadramento do autor como consumidor se dÃ¡, sobretudo, pelo fato de que a cadeia de produÃ§Ã£o e comercializaÃ§Ã£o do bem encerrou-se em suas mÃ£os. Nesse sentido Ã© o entendimento do Superior Tribunal de JustiÃ§a. Â Â Â Â Â Portanto, deve aplicar ao caso o CÃ³digo de Defesa do Consumidor, bem como ratifico a inversÃ£o do Ã´nus da prova nos termos do art. 6Âº, VIII, do CDC. Â Â Â Â Â DO PEDIDO DE DENUNCIAÃÃO Ã LIDE Â Â Â Â Â Indefiro de plano o pedido de denunciaÃ§Ã£o a lide em face da parte CERAMICA BRAGANTINO LTDA, posto que o documento acostado em fls. 171, do Departamento de TrÂ¢nsito do Estado do ParÃ¡, consta que o veÃ-culo que causou supostamente os danos aos autor Ã© de propriedade da requerida M. L. ALVES DOS SANTOS ME, assim, nÃ£o vejo razÃ£o para a tentativa de transferÃªncia da responsabilidade aqui discutida para parte estranha ao processo, nÃ£o sendo aquela a proprietÃ¡ria do veÃ-culo envolvido no acidente. Â Â Â Â Â DO MÃRITO Â Â Â Â Â Cinge-se a MatÃ©ria sobre a possibilidade de imputar a responsabilidade Ã requerida de danos materiais e morais em face de acidente ocasionado pelo arranque/colisÃ£o de veÃ-culo de transporte da empresa requerida que gerou danos fÃ-sicos graves Ã autora e inutilizou seu veÃ-culo de trabalho. Pois bem, para que haja a responsabilizaÃ§Ã£o civil do requerido Ã© necessÃ¡ria a presenÃ§a de trÃªs requisitos, quais sejam: ilicitude da conduta, nexo de causalidade e dano. Ou seja, o direito Ã reparaÃ§Ã£o do dano depende da concorrÃªncia de trÃªs requisitos, quais sejam, fato lesivo voluntÃ¡rio, causado pelo agente por aÃ§Ã£o ou omissÃ£o voluntÃ¡ria, negligÃªncia, imperÃ-cia ou imprudÃªncia; ocorrÃªncia de um dano patrimonial ou moral; nexo de causalidade entre o dano e o comportamento do agente. Â Â Â Â Â Pois bem, do que consta dos autos entendo que a requerida nada trouxe de substancial que pudesse macular as declaraÃ§Ãµes da exordial da autora que juntou lastro probatÃ³rio convincente como o Laudo de Exame de Corpo de Delito atestando as lesÃµes sofridas em face do acidente conforme constatado em fls. 83, realizado por Instituto MÃ©dico-Legal. Estamos diante de uma aÃ§Ã£o tÃ-pica de pedido de indenizaÃ§Ã£o em face de acidente de trÂ¢nsito. Â Â Â Â Â Incialmente, sabe-se que qualquer lesÃ£o que comprometa a integridade fÃ-sica ou psÃ-quica do indivÃ-duo afigura-se como fato gerador de indenizaÃ§Ã£o por parte de quem, por aÃ§Ã£o ou omissÃ£o, contribui para o evento (artigos 186 e 927 do CCB c/c artigo 5Âº, incisos V e X, da CR/88). Â Â Â Â Â Assim, adentrando o mÃ©rito, no que toca a responsabilidade civil extracontratual, os artigos 186 e 927 do CÃ³digo Civil assim dispÃµem: Art. 186. Aquele que, por aÃ§Ã£o ou omissÃ£o voluntÃ¡ria, negligÃªncia ou imprudÃªncia, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilÃ-cito. Art. 927. Aquele que, por ato ilÃ-cito

(arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a reparÃ¡-lo. Â Â Â Â Â Â Como se extrai, a conduta do agente, a culpa em sentido amplo, o dano e o nexo de causalidade, constituem elementos indispensÃ¡veis Ã configuraÃ§Ã£o da responsabilidade extracontratual. Â Â Â Â Â Â Com referÃªncia ao tema, a propriedade de Caio MÃ¡rio da Silva Pereira: Â¿Deste conceito extraem-se os requisitos essenciais: a) em primeiro lugar, a verificaÃ§Ã£o de uma conduta antijurÃ-dica, que abrange comportamento contrÃ¡rio ao direito, por comissÃ£o ou omissÃ£o, sem necessidade de indagar se houve ou nÃ£o propÃ³sito de malfazer; b) em segundo lugar, a existÃªncia de dano, tomada a expressÃ£o no sentido de a lesÃ£o a um bem jurÃ-dico, seja este de ordem material ou imaterial, de natureza patrimonial ou nÃ£o-patrimonial; c) e em terceiro lugar, o estabelecimento de um nexo de causalidade entre uma e outro, de forma a precisar-se que o dano decorre da conduta antijurÃ-dica, ou, em termos negativos, que sem a verificaÃ§Ã£o do comportamento contrÃ¡rio ao direito nÃ£o teria havido o atentado a bem jurÃ-dico. (InstituiÃ§Ãµes de Direito Civil, I, Editora Forense, pÃ¡g. 457)Â¿. Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos e os documentos acostados pela autora, extrai-se, desse contexto, que a requerida, por meio de seu funcionÃ¡rio, foi a causadora do acidente narrado na inicial, ao colidir com a requerente e nem sequer prestar-lhe socorro. Portanto, faltou a requerida com os deveres de cuidado previstos nos arts. 28, 29 e 34 do CTB, verbis: Art. 28. O condutor deverÃ¡, a todo momento, ter domÃ-nio de seu veÃ-culo, dirigindo-o com atenÃ§Ã£o e cuidados indispensÃ¡veis Ã seguranÃ§a do trÂ¢nsito. Art. 29. O trÂ¢nsito de veÃ-culos nas vias terrestres abertas Ã circulaÃ§Ã£o obedecerÃ¡ Ã s seguintes normas: (...) II - o condutor deverÃ¡ guardar distÂ¢ncia de seguranÃ§a lateral e frontal entre o seu e os demais veÃ-culos, bem como em relaÃ§Ã£o ao bordo da pista, considerando-se, no momento, a velocidade e as condiÃ§Ãµes do local, da circulaÃ§Ã£o, do veÃ-culo e as condiÃ§Ãµes climÃ¡ticas; Art. 34. O condutor que queira executar uma manobra deverÃ¡ certificar-se de que pode executÃ-la sem perigo para os demais usuÃ¡rios da via que o seguem, precedem ou vÃ£o cruzar com ele, considerando sua posiÃ§Ã£o, sua direÃ§Ã£o e sua velocidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dessa forma, resta configurada a culpa da parte requerida pelo acidente narrado nos autos, e, de consequÃªncia, sua responsabilidade indenizatÃ³ria pelos danos causados Ã parte autora. Â Â Â Â Â Determinada aqui a responsabilidade do rÃ©u, passemos ao pedido da autora para analisar se a mesma comprova suas alegaÃ§Ãµes para fazer jus ao carÃ¡ter indenizatÃ³rio do dano. Â Â Â Â Â DANOS MATERIAIS E MORAIS Â Â Â Â Â Analisando os documentos acostados aos autos nÃ£o parece haver dÃºvida que restou demonstrado que o requerido incorreu em ato lesivo, uma vez que se demonstra cabalmente os danos materiais efetivamente suportados pela autora. Corrobora com essa informaÃ§Ã£o os laudos mÃ©dicos acostados pelo autor e hÃ¡ enfaticamente a informaÃ§Ã£o de que as sequelas apresentadas pela autora sÃ£o decorrentes do acidente de trÂ¢nsito ocorrido, deixando-o com diminuiÃ§Ã£o da capacidade laborativa, alÃ©m do que seu veÃ-culo restou danificado, conforme laudo de do Instituto de CriminalÃ-stica Renato Chaves, em fls. 60/61, ali a informaÃ§Ã£o Ã© clara e cristalina no sentido da perda do veÃ-culo e o estado de inutilidade que ficou. Â Â Â Â Â Â O nexo causal entre a conduta da rÃ© e os danos sofridos pelo autor estÃ¡ devidamente provado nos autos, certo que a colisÃ£o Ã© fato incontroverso. Demonstrada a ocorrÃªncia do evento e dos danos, para se liberar do dever de indenizar, competia Ã rÃ© demonstrar a alegada culpa exclusiva da vÃ-tima, mas nÃ£o hÃ¡ nos autos qualquer prova nesse sentido. A requerida tÃ£o somente se lega a pleitear a improcedÃªncia dos pedidos da autora, alegando excludentes do nexo de causalidade na responsabilidade civil por ato de outrem, excludente do nexo de causalidade, litigÂ¢ncia de mÃ¡-fÃ©, dentre outros. Ora, como vimos, nÃ£o assiste razÃ£o a requerida, posto nÃ£o ter sido desconstituÃ-do o nexo de causalidade, pois as perÃ-cias juntadas pelo autor demonstram cabalmente que a responsabilidade coube aquÃ©m estava na conduÃ§Ã£o do veÃ-culo da empresa requerida. Â Â Â Â Â Ã cediÃ§o que Ã© regra de direito processual civil que o Ã´nus da prova cabe Ã quele que alega os fatos. Portanto, quem alega, deve provar, ainda mais nos que diz respeito aos danos morais ou materiais em sua dupla face: emergentes e lucros cessantes. E mais, ainda que acobertada pela inversÃ£o do Ã´nus da prova, os mesmos nÃ£o sÃ£o absolutos. Assim, a inversÃ£o do Ã´nus da prova, medida prevista no CÃ³digo de Defesa do Consumidor, nÃ£o deve ser usada de forma absoluta e nÃ£o exclui disposiÃ§Ã£o do CÃ³digo Civil segundo a qual a prova deve ser feita por quem faz a alegaÃ§Ã£o e a autora comprovou todos os seus fatos, o que esvaziou o instituto ao requerido que nem precisou fazer a prova, posto o lastro probatÃ³rio da autora ter sido suficiente para a formaÃ§Ã£o da convicÃ§Ã£o deste magistrado em face da situaÃ§Ã£o fÃ¡tica apresentada. Entendo estar caraterizado e provado, portanto, os danos informados. Colaciono: CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. COLISÃO. EMPRESA DE ÃNIBUS. DANOS MATERIAIS E MORAIS. JUROS DE MORA. AÃ§Ã£o indenizatÃ³ria em razÃ£o de acidente de trÂ¢nsito ocorrido pela colisÃ£o do Ã´nibus da RÃ© na traseira do carro que transportava a Autora. Ãs empresas de Ã´nibus se aplica a responsabilidade objetiva prevista no artigo 37, Â§ 6Âº, da ConstituiÃ§Ã£o Federal por exercerem atividade de transporte pÃºblico urbano na condiÃ§Ã£o de delegatÃ¡rias do Poder PÃºblico. Assim, apenas se liberam do dever de indenizar se

provarem alguma excludente de responsabilidade. A prova demonstra que o acidente derivou de imperÃ-cia e imprudÃªncia do preposto da RÃ©, que atingiu pela traseira o carro onde estava a Autora, e nÃ£o hÃ¡ qualquer elemento de prova capaz de indicar fato de terceiro para afastar o dever de indenizar da RÃ©. O dano material corresponde aos salÃ¡rios de trÃªs meses da Autora, perÃ-odo em que ficou afastada no INSS. O auxÃ-lio acidente nÃ£o compensa com a verba indenizatÃ³ria do dano material porque decorre de contrato de seguro social celebrado pela Autora, com distinta natureza jurÃ-dica do salÃ¡rio mensal. O arbitramento do dano moral considera o evento lesivo, suas consequÃªncias e a capacidade das partes. Analisados estes requisitos, correta a verba arbitrada na sentenÃ§a. Nos termos da SÃºmula 54 do E. Superior Tribunal de JustiÃ§a os juros de mora fluem a partir do evento danoso no caso de responsabilidade extracontratual. Primeiro recurso provido em parte, desprovido o segundo. (TJ-RJ - APL: 01062719420128190038 RIO DE JANEIRO NOVA IGUACU 5 VARA CIVEL, Relator: HENRIQUE CARLOS DE ANDRADE FIGUEIRA, Data de Julgamento: 29/11/2016, QUINTA CÃMARA CÃVEL, Data de PublicaÃ§Ã£o: 30/11/2016). Â Â Â Â Â Assim, com relaÃ§Ã£o ao dano moral, deve-se entender o mesmo presente, tendo em vista que alÃ©m da angÃºstia e sofrimentos causados pelo acidente em si, a necessidade da autora de ter que se deslocar ao hospital, bem como ficar impossibilitada de exercer sua profissÃ£o e demais atividades cotidianas adequadamente sÃ£o suficientes Ã sua caracterizaÃ§Ã£o. Cumpre lembrar que a autora sofreu lesÃ£o, causando-lhe diminuiÃ§Ã£o da capacidade motora. Quanto ao dano moral, prevalece na jurisprudÃªncia e doutrina que se trata de dano in re ipsa, ou seja, dano que se presume. Colaciono: APELAÃÃO CÃVEL - AÃÃO DE INDENIZAÃÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS - RELAÃÃO DE CONSUMO - INTERPRETAÃÃO DO ART. 88 DO CDC - EMPRESA PRESTADORA DE TRANSPORTE PÃBLICO - PASSAGEIRA LESIONADA NO INTERIOR DE ÃNIBUS POR CONDUTA IMPRUDENTE DO MOTORISTA - OFENSA Ã INTEGRIDADE FÃSICA - OBRIGAÃÃO DE RESULTADO- RESPONSABILIDADE OBJETIVA - DANO MATERIAL EVIDENCIADO - INCAPACIDADE FUNCIONAL ATESTADA POR LAUDO MÃDICO - DESPESAS EM RAZÃO DO EVENTO DANOSO COMPROVADASNOS AUTOS - DANO MORAL CARACTERIZADO - QUANTUM INDENIZATÃRIO MANTIDO - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. Â Â Â Â Â A doutrina e a jurisprudÃªncia sÃ£o unÃ-ssonas quanto Ã presunÃ§Ã£o do dano moral, em casos como o dos autos. O arbitramento judicial Ã© o mais eficiente meio para se fixar o dano moral, e como o legislador nÃ£o ousou, atravÃ©s de norma genÃ©rica e abstrata, prÃ©-tarifar a dor de quem quer que seja, cabe ao magistrado valer-se, na fixaÃ§Ã£o do dano moral, dos princÃ-pios da razoabilidade e da proporcionalidade, para estimar um valor compatÃ-vel com a reprovabilidade da conduta ilÃ-cita e a gravidade do dano por ela produzido. Â Â Â Â Â Na fixaÃ§Ã£o do dano moral devem nortear a anÃ¡lise do magistrado, a reprovabilidade da conduta e a gravidade do dano dela decorrente, mas, tambÃ©m, a capacidade econÃ´mica do causador do dano e as condiÃ§Ãµes pessoais do ofendido. Analisando tais critÃ©rios e as circunstÂncias que nortearam o evento bem como a angÃºstia e sofrimento fÃ-sico impostos Ã parte autora, suas condiÃ§Ãµes pessoais, o perÃ-odo de incapacitÂncia suportada apÃ³s a cirurgia e suas limitaÃ§Ãµes atuais decorrente do acidente, a natureza da lesÃ£o sofrida, bem como o carÃ¡ter pedagÃ³gico de que deve se revestir a fixaÃ§Ã£o do dano moral, afigura-se prudente e adequado que seja indenizada pelo dano moral com a quantia de R$ 10.000,00 (dez mil reais). Â Â Â Â Â No que diz respeito aos danos materiais, os mesmos nÃ£o sÃ£o presumidos, devem ser comprovados pela parte que alega o quantum que suportou em virtude do ato que lhe causou efetivamente o prejuÃ-zo, em sua dupla face: danos emergentes e lucros cessantes. No caso em tela, a parte autora junta documentos que auferem o respectivo valor a ser suportado pelo requerido, referente aos dispÃªndios mÃ©dicos e do conserto do veÃ-culo danificado. Nestes termos, hÃ¡ de ser reconhecido o dano material quanto a este ponto. Ã cediÃ§o que Ã© regra de direito processual civil que o Ã´nus da prova cabe Ã quele que alega os fatos. Portanto, quem alega, deve provar, ainda mais nos que diz respeito aos danos materiais em sua dupla face: emergentes e lucros cessantes. O autor nÃ£o se eximiu de comprovar os gatos efetuados apÃ³s o acidente: recibo de gasto ao pagamento de diÃ¡rias de tÃ¡xi (fls. 76), orÃ§amento interno dos valores a serem suportados pelos reparos (fls. 64/69), demonstraÃ§Ã£o de valores e peÃ§as (fls. 7/75), contrato de financiamento referente aos valores que suportou com o financiamento no valor de R$ 2.018,60 (Dois Mil e Dezoito Reais e Sessenta Centavos) a parcela (fls. 77/82), havendo 32 trinta e duas pendentes no valor total de R$ 64.595,20 (Sessenta e Quatro Mil, Quinhentos e Noventa e Cinco Mil e Vinte Centavos). A autora juntou atestados mÃ©dicos e receituÃ¡rios, comprovando suas urgÃªncias de saÃºde, bem como fotos do eu estado lesivo, conforme fls. 85/91. Ainda colaciona os lucros cessantes Â Â Â Â Â Muito embora tenha juntando amplo lastro probatÃ³rio com as despesas gastas, no que concerne aos valores do contrato de financiamento que alega, entendo serem incabÃ-vel os danos materiais quanto a este ponto, uma vez que o contrato de financiamento tem a ver com a aquisiÃ§Ã£o da propriedade por parte do autor e em nada se anexa ao fato do acidente em si. AlÃ©m do que, os danos materiais a tÃ-tulo de lucros

cessantes e emergentes referentes ao pagamento das diÃ¡rias com tÃ¡xi e orÃ§amentÃ¡ria quanto ao conserto sÃ£o mais que suficientes para restituir o autor no que concerne Ã indenizaÃ§Ã£o pleiteada. Â Â Â Â Â Entendo, portanto, restarem os danos materiais configurados no valor de R$ 123.831,99 (Cento e Vinte e TrÃªs Mil, Oitocentos e trinta e um Reais e Noventa e Nove Centavos), referentes ao menor orÃ§amento apresentado conforme fls. 64/69 e o recibo dos gastos de tÃ¡xi fls. 76. Â Â Â Â Â DO DISPOSITIVO Â Â Â Â Â Ante o exposto, e considerando o que mais dos autos consta, julgo PROCEDENTE os pedidos do autor na inicial com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito na forma do art. 485, I, do CÃ³digo de Processo Civil, para: Â Â Â Â Â CONDENAR o rÃ©u ao pagamento de indenizaÃ§Ã£o de danos materiais no valor de R$ 123.831,99 (Cento e Vinte e TrÃªs Mil, Oitocentos e trinta e um Reais e Noventa e Nove Centavos) com incidÃªncia de juros de 1% (um por cento) ao mÃªs a partir da citaÃ§Ã£o e correÃ§Ã£o monetÃ¡ria a ser atualizada pelo Ã-ndice INPC.Â Â Â Â Â Â - CONDENAR os requeridos a pagar ao autor a importÂ¢ncia de R$ 10.000,00 (dez mil reais) relativamente aos danos morais, estes com correÃ§Ã£o monetÃ¡ria pelo INPC e juros de 1% ao mÃªs a partir da sentenÃ§a, consoante sÃºmula 362 do STJ. Â Â Â Â Â - CONDENAR o requerido ao pagamento das despesas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios que fixo em 20% (dez por cento) sobre o valor da condenaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â P.R.I.C Â Â Â Â Â Com o trÂ¢nsito em julgado e certificado o integral recolhimento das custas, dÃª-se baixa e arquive-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 22 de marÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â EVERALDO PANTOJA E SILVA Â Â Â Â Â Juiz de Direito, respondendo pela 8a Vara CÃ-vel e Empresarial PROCESSO: 00428208620138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EVERALDO PANTOJA E SILVA A??o: Procedimento Comum Cível em: 29/03/2022 AUTOR:BENEDITO MENDONCA DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 6747 - ELIZABETH COSTA COUTINHO (ADVOGADO) AUTOR:BENEDITO GOMES DE ARAUJO E OUTROS Representante(s): OAB 6747 - ELIZABETH COSTA COUTINHO (ADVOGADO) REU:ASSOCIACAO DOS SERVIDORES DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM Representante(s): OAB 2774 - SABATO GIOVANI MEGALE ROSSETTI (ADVOGADO) OAB 10375 - MAURICIO BLANCO DE ALMEIDA (ADVOGADO) . Trata-se de AÃÃO DE PRESTAÃÃO DE CONTAS movida por BENEDITO MENDONÃA DE OLIVEIRA, BENEDITO GOMES DE ARAUJO, DURVAL TAVARES DOS SANTOS, JOÃO ARLINDO MOTA PEREIRA, MIGUEL CARDOSO BARBOSA e WALDEMAR CORREA TAVARES em face de ASSOCIAÃÃO DOS SERVIDORES DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM - ASDER/PA Â Â Â Â Â Ingressaram os autores com a presente demanda exigindo a prestaÃ§Ã£o de contas em face da requerida. Alegam que sÃ£o filiadas da associaÃ§Ã£o rÃ© e que em 18/08/2010 fora realizada uma assembleia para tratar da venda da sede campestre da ASDER e nesta mesma assembleia foi escolhida uma junta governativa composta por quatro sÃ³cios para tratarem da referida venda, sendo comporta pelos sÃ³cios informados na exordial. Â Â Â Â Â Informam que em 2011 foi vendida a sede campestre por supostamente R$ 3.000.000,00 (TrÃªs MilhÃµes de Reais), foi pago o valor de R$ 11.500,00 (Onze Mil e Quinhentos Reais) para alguns filiados, sendo que alguns sÃ³ receberam a metade desse valor. Alegam que essas informaÃ§Ãµes lhes foram repassados verbalmente e gostariam de maiores esclarecimentos, como apresentaÃ§Ã£o de documentos, dentre outros. Alegam que o demandado nunca exibiu balancetes, livros contÃ¡beis etc., que comprovassem os gastos da associaÃ§Ã£o. Assim, mesmo pleiteando a entrega de determinados documentos em 2012, nada lhes foram fornecidos, motivo que levaram os requerentes a ingressarem com a presente aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Juntaram documentos. Â Â Â Â Â A parte requerida apresentou ContestaÃ§Ã£o em fls. 62/63 e na mesma oportunidade apresentaram a contas que entendem devidas colacionando amplo lastro documental (fls. 65/208), pleiteando a extinÃ§Ã£o do feito pela perda do objeto. Â Â Â Â Â ManifestaÃ§Ã£o das autoras em RÃ©plica em fls. 214/217, alegando que, apesar de ter apresentado documentos robustos, entendem que todos os fatos que fundamentam a obrigaÃ§Ã£o da rÃ© de prestar contas nÃ£o restaram provadas. Â Â Â Â Â Autos conclusos. Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Objetiva os requerentes, por meio da presente aÃ§Ã£o, que o requerido seja compelido a prestar as contas relativa a apresentaÃ§Ã£o de todos os comprovantes de todos os pagamentos efetuados durante os anos presididos pela junta governativa. Â Â Â Â Â A aÃ§Ã£o de prestaÃ§Ã£o de contas estÃ¡ prevista nos artigos 550 Ã 553 do CÃ³digo de Processo Civil e tem por objetivo obrigar aquele que administra patrimÃ´nio alheio ou comum a demonstrar em juÃ-zo, e de forma documentalmente justificada, a destinaÃ§Ã£o de bens e direitos. A aÃ§Ã£oÂ deÂ prestaÃ§Ã£oÂ deÂ contas,Â aoÂ contrÃ¡rioÂ doÂ queÂ pode parecer Ã primeira vista, pode ser proposta nÃ£o apenas por aquele que teve seu interesse, bem ou direito administrado por outrem, ou seja, nÃ£o apenas pelo credor das contas, mas tambÃ©m por quem ter o dever de prestÃ¡-las. Sobre a matÃ©ria, dispÃµe o CÃ³digo: CAPÃTULO II DA AÃÃO DE EXIGIR CONTAS Art. 550. Aquele que afirmar ser titular do direito de exigir contas requererÃ¡ a citaÃ§Ã£o do rÃ©u para que as preste ou ofereÃ§a contestaÃ§Ã£o no prazo de 15 (quinze) dias. Â§ 1Âº Na petiÃ§Ã£o inicial, o autor especificarÃ¡, detalhadamente, as razÃµes pelas quais

exige as contas, instruindo-a com documentos comprobatÃ³rios dessa necessidade, se existirem. Â§ 2Âº Prestadas as contas, o autor terÃ¡ 15 (quinze) dias para se manifestar, prosseguindo-se o processo na forma do CapÃ-tulo X do TÃ-tulo I deste Livro. Â§ 3Âº A impugnaÃ§Ã£o das contas apresentadas pelo rÃ©u deverÃ¡ ser fundamentada e especÃ-fica, com referÃªncia expressa ao lanÃ§amento questionado. Â§ 4Âº Se o rÃ©u nÃ£o contestar o pedido, observar-se-Ã¡ o disposto no art. 355. Â§ 5Âº A decisÃ£o que julgar procedente o pedido condenarÃ¡ o rÃ©u a prestar as contas no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de nÃ£o lhe ser lÃ-cito impugnar as que o autor apresentar. Â§ 6Âº Se o rÃ©u apresentar as contas no prazo previsto no Â§ 5Âº, seguir-se-Ã¡ o procedimento do Â§ 2Âº, caso contrÃ¡rio, o autor apresentÃ¡-las-Ã¡ no prazo de 15 (quinze) dias, podendo o juiz determinar a realizaÃ§Ã£o de exame pericial, se necessÃ¡rio. Art. 551. As contas do rÃ©u serÃ£o apresentadas na forma adequada, especificando-se as receitas, a aplicaÃ§Ã£o das despesas e os investimentos, se houver. Â§ 1Âº Havendo impugnaÃ§Ã£o especÃ-fica e fundamentada pelo autor, o juiz estabelecerÃ¡ prazo razoÃ¡vel para que o rÃ©u apresente os documentos justificativos dos lanÃ§amentos individualmente impugnados. Â§ 2Âº As contas do autor, para os fins do art. 550, Â§ 5Âº , serÃ£o apresentadas na forma adequada, jÃ¡ instruÃ-das com os documentos justificativos, especificando-se as receitas, a aplicaÃ§Ã£o das despesas e os investimentos, se houver, bem como o respectivo saldo. Art. 552. A sentenÃ§a apurarÃ¡ o saldo e constituirÃ¡ tÃ-tulo executivo judicial. Art. 553. As contas do inventariante, do tutor, do curador, do depositÃ¡rio e de qualquer outro administrador serÃ£o prestadas em apenso aos autos do processo em que tiver sido nomeado. ParÃ¡grafo Ãºnico. Se qualquer dos referidos no caput for condenado a pagar o saldo e nÃ£o o fizer no prazo legal, o juiz poderÃ¡ destituÃ--lo, sequestrar os bens sob sua guarda, glosar o prÃªmio ou a gratificaÃ§Ã£o a que teria direito e determinar as medidas executivas necessÃ¡rias Ã recomposiÃ§Ã£o do prejuÃ-zo. Â Â Â Â Â Pois bem. Inicialmente, cumpre destacar que a aÃ§Ã£o de exigir contas, regulada pelos arts. 550 e ss. do CPC/15, conforme citado ipsis litteris acima, Ã© dividida em dois momentos. No primeiro, Ã© analisada a legitimidade passiva do demandado, ou seja, se este tem o dever de prestar as contas pretendidas. Num segundo momento, sendo confirmada a legitimidade, surge para o requerido o dever de apresentar as contas pleiteadas, oportunidade em que estas sÃ£o comparadas Ã s trazidas pelo requerente. Havendo discrepÃ¢ncia de valores, o juiz apura o saldo e constitui o tÃ-tulo executivo judicial ou, se tratando apenas de apresentaÃ§Ã£o de documentos contÃ¡beis relativos a determinado perÃ-odo de administraÃ§Ã£o e nÃ£o sendo o caso de impugnaÃ§Ã£o das mesmas pela parte que demanda, hÃ¡ de ser julgada procedente a aÃ§Ã£o tornando satisfeita a obrigaÃ§Ã£o de prestar contas. Â Â Â Â Â Entendo, primeiramente que, de fato, a requerida Ã© legÃ-tima para apresentar as contas requisitadas, pois representa a AssociaÃ§Ã£o da qual os autores fazem parte como filiados tendo os mesmos direitos de exigir contas da administraÃ§Ã£o que gesta determinado perÃ-odo. A requerida por meio da Diretoria que a representa, conforme previsÃ£o do estatuto da associaÃ§Ã£o em fls. 37/51, dentre outras obrigaÃ§Ãµes, possui o encargo de apresentar determinados documentos e efetuar obrigatoriamente uma divulgaÃ§Ã£o interna ao corpo Social com relaÃ§Ã£o ao pagamento dos PecÃºlios, bem como outros deveres fiscais e administrativos, conforme se depreende da leitura do CAÃTULO V do Estatuto em comento. Â Â Â Â Â No presente caso, verifica-se que a Requerida representada pela diretoria informada em fls. 05 (JOSÃ MARIA DA LUZ SANTANA na qualidade de Presidente; JOSÃ MARIA CARREIRA LOPES na qualidade de Vice-Presidente; RAIMUNDO CONCEIÃÃO DOS SANTOS na qualidade de SecretÃ¡rio Geral e CLÃUDIO JOSÃ FREITAS ÃLERES na qualidade de Tesoureiro), desde o inÃ-cio da sua gestÃ£o vem realizando a administraÃ§Ã£o da AssociaÃ§Ã£o gerindo os recursos pagos pelos filiados, representados pelas requerentes, para a manutenÃ§Ã£o da prÃ³pria finalidade associativa. Â Â Â Â Desta feita, e considerando que as contas exigidas pelas requerentes se referem Ã despesas comuns da AssociaÃ§Ã£o, torna-se claro o seu dever de prestar as contas exigidas pelos requerentes na inicial, o que deverÃ¡ ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias, conforme art. 550, Â§ 5Âº, do CPC. Â Â Â Â Â DISPOSITIVO Â Â Â Â Â Isto posto, JULGO PROCEDENTE a pretensÃ£o autoral para DETERMINAR que a Requerida preste as contas tal como pleiteado na inicial, referente a apresentaÃ§Ã£o de todos os comprovantes de todos os pagamentos efetuados durante os anos presididos pela junta governativa (fls. 05). Â Â Â Â Â Resolvo o mÃ©rito nos termos do art. 487, I do CPC. Â Â Â Â Â Face Ã sucumbÃªncia, CONDENO o Requerido ao pagamento das custas e honorÃ¡rios, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, consoante art. 82, Â§2Â° do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Â Â Â Â Â EVERALDO PANTOJA E SILVA Â Â Â Â Â Juiz de Direito, respondendo pela 8a Vara CÃ-vel e Empresarial PROCESSO: 00520617920168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EVERALDO PANTOJA E SILVA A??o: Procedimento Comum Cível em: 29/03/2022 AUTOR:MARIA DO SOCORRO AMARAL DE SOUZA Representante(s): OAB 16765-B - JOHNY FERNANDES GIFFONI (DEFENSOR) REU:HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA Representante(s): OAB 16470 - IGOR MACEDO FACO (ADVOGADO)

REU:ULTRA SOM SS HOSPITAL LAYR MAIA Representante(s): OAB 8699 - LEONARDO AMARAL PINHEIRO DA SILVA (ADVOGADO) . Cuida-se de AÃ§Ã£o da ObrigaÃ§Ã£o de Fazer c/c antecipaÃ§Ã£o dos efeitos da tutela para a realizaÃ§Ã£o de tratamento quimioterÃ¡pico c/c com pedidos de Danos Morais - proposta por Maria do Socorro Amaral de Souza, em face de Hapvida AssistÃªncia MÃ©dica LTDA (1Â° RÃ©u) e Ultra Som ServiÃ§o MÃ©dicos LTDA (hospital Layr Maia, 2Â° RÃ©u), na qual pleiteia a antecipaÃ§Ã£o dos efeitos da tutela especifica da obrigaÃ§Ã£o de fazer, com o desiderato de compelir o requerido a promover a realizaÃ§Ã£o do tratamento mÃ©dico especifico referente aos procedimentos oncolÃ³gicos solicitados.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sustenta que, apesar das reiteradas reclamaÃ§Ãµes e solicitaÃ§Ãµes a ANS, buscando a obtenÃ§Ã£o do seu tratamento, nada foi feito atÃ© o momento. Â Â Â Â Â Â Â Frente ao exposto, visto tratar-se de questÃ£o de vida, ingressou com a presente demanda pedindo medida satisfativa de urgÃªncia.Â Â Â Â Â Â Â Diante de todos os inconvenientes sofridos, ingressou com a presente demanda pleiteando tutela antecipada, dentre outros pedidos como danos morais. Â Â Â Â Â Â Juntou documentos. Â Â Â Â Â Â As rÃ©s devidamente citadas apresentaram ContestaÃ§Ã£o, conforme fls. 117/126 da requerida Ultra Som ServiÃ§o MÃ©dicos LTDA e fls. 141/159 da requerida Hapvida AssistÃªncia MÃ©dica LTDA. De maneira geral arguem ilegitimidade passiva, com relaÃ§Ã£o a primeira a contestar, boa-fÃ© contratual, improcedÃªncia do pedido de dano moral, dentre outros. Â Â Â Â Â Juntou documentos. Â Â Â Â Â Â RÃ©plica da autora em fls. 217/263 e informaÃ§Ã£o do descumprimento da liminar e pedido de sua manutenÃ§Ã£o em fls. 272/274. Â Â Â Â Â Â HÃ¡ tentativa frustrada de conciliaÃ§Ã£o nos autos, conforme fls. 281/283. Â Â Â Â Â Â Autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Â Inicialmente, devemos deixar consignado que se impÃµe o julgamento da lide, eis que desnecessÃ¡ria a produÃ§Ã£o de outros meios de prova, razÃ£o pela qual procedemos ao julgamento, nos termos do art.355, I do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DA PRELIMINAR - ILEGITIMIDADE PASSIVA Â Â Â Â Â Acerca da responsabilidade civil, assim disciplina o CC/02: Â¿Art. 927 . Aquele que, por ato ilÃ-cito, causar dano a outrem, fica obrigado a reparÃ¡-lo. ParÃ¡grafo Ãºnico. HaverÃ¡ obrigaÃ§Ã£o de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.Â¿. Cabe, Ã guisa da menÃ§Ã£o ao artigo 186 do mesmo dispositivo: Â¿Art. 186. Aquele que, por aÃ§Ã£o ou omissÃ£o voluntÃ¡ria, negligÃªncia ou imprudÃªncia, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilÃ-cito.Â¿ A interpretaÃ§Ã£o mais serena que se deve dar ao presente dispositivo gravita em torno da conduta levada a cabo da mÃ¡-fÃ© em proceder com a internaÃ§Ã£o da autora e proporcionar o devido tratamento quimioterÃ¡pico. Â Â Â Â Â Nos contratos de plano de saÃºde revela-se, diante do beneficiÃ¡rio, uma verdadeira rede de contratos, na medida em que vÃ¡rios fornecedores conjugam esforÃ§os para atender a um interesse sistemÃ¡tico, consubstanciado na prestaÃ§Ã£o do serviÃ§o de assistÃªncia Ã saÃºde, rede essa, no entanto, que, na visÃ£o do consumidor, se lhe apresenta como um sÃ³ negÃ³cio jurÃ-dico. Por compor essa rede de contratos voltada Ã prestaÃ§Ã£o do serviÃ§o privado de assistÃªncia Ã saÃºde oferecido aos recorridos, sujeita Ã incidÃªncia do CDC, nÃ£o pode assim, o Hospital conveniado ao Plano para fornecer os serviÃ§os de saÃºde ser eximida da responsabilidade solidÃ¡ria que se lhe imputa em decorrÃªncia da negativa de tratamento de cÃ¢ncer, sobretudo diante do seu destacado papel de ser o prÃ³prio estabelecimento onde se darÃ¡ o tratamento da autora. Assim, colaciono: APELAÃÃO. RELAÃÃO DE CONSUMO. PLANO DE SAÃDE. AUSÃNCIA DE ATENDIMENTO PEDIÃTRICO DE URGÃNCIA. RESPONSABILIDADE SOLIDÃRIA DO PLANO DE SAÃDE E DA UNIDADE HOSPITALAR CONVENIADA. DANO MORAL CONFIGURADO. SENTENÃA MANTIDA. 1. Nos termos da jurisprudÃªncia, diante de falha na prestaÃ§Ã£o de serviÃ§o de hospital conveniado, o plano de saÃºde deve responder solidariamente pelos danos causados ao paciente. Excludente de responsabilidade invocado (fato de terceiro) que nÃ£o merece acolhimento. 2. Se um consumidor contrata um plano de assistÃªncia mÃ©dico hospitalar que prevÃª atendimento pediÃ¡trico e se dirige Ã s unidades conveniadas ao plano para usufruir esse serviÃ§o, nÃ£o se pode negar que Ã© legÃ-tima a sua expectativa em receber o atendimento especÃ-fico. Eventuais entraves existentes na relaÃ§Ã£o entre credenciados e plano nÃ£o sÃ£o oponÃ-veis ao usuÃ¡rio. 3. Parte rÃ© que informou seu desinteresse na instruÃ§Ã£o probatÃ³ria, deixando, assim, de demonstrar a existÃªncia de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da parte autora, a teor do que determina o artigo 333, II do CPC/73, atual 373, II do CPC/15. 4. Falha na prestaÃ§Ã£o do serviÃ§o evidenciada. Paciente de tenra idade (1 ano e 3 meses) que teve que ser deslocada atÃ© uma unidade da rede pÃºblica de saÃºde para lograr atendimento pediÃ¡trico de emergÃªncia. 5. Dano moral configurado. Verba indenizatÃ³ria arbitrada em valor compatÃ-vel com os transtornos sofridos. 6. Negado provimento ao recurso. (TJ-RJ - APL: 00120669420138190052, Relator: Des(a). TEREZA CRISTINA SOBRAL BITTENCOURT SAMPAIO, Data de Julgamento: 12/06/2019, VIGÃSIMA SÃTIMA CÃMARA CÃVEL) Â Â Â Â Â Assim, hÃ¡ de se reconhecer a responsabilidade

solidÃ¡ria das mesmas. Â Â Â Â Â DO MÃRITO Â Â Â Â Â Como se percebe do teor da petiÃ§Ã£o inicial, a controvÃ©rsia principal gira em torno da pretensÃ£o de obrigaÃ§Ã£o de fazer, em que a parte autora requer a determinaÃ§Ã£o para que a rÃ© lhe forneÃ§a o TRATAMENTO QUIMIOTERÃPICO especÃ-fico para tratamento de cÃ¢ncer, conforme prescriÃ§Ã£o mÃ©dica (laudos em fls. 61/62), eis que esta negou o fornecimento, quando da solicitaÃ§Ã£o em sede administrativa, conduta que resultou, ainda, no nascimento de dano moral indenizÃ¡vel, razÃ£o pela qual requer a reparaÃ§Ã£o. A responsabilidade civil pressupÃµe a existÃªncia de quatro elementos: a conduta comissiva ou omissiva, a culpa ou dolo do ofensor, o nexo de causalidade entre a aquela aÃ§Ã£o e o prejuÃ-zo e o dano propriamente dito, elementos sobre os quais se calca a anÃ¡lise do presente julgado. Â Â Â Â Â Este juÃ-zo entende que estamos diante de um momento delicado em nosso paÃ-s no qual o direito Ã saÃºde nunca foi tÃ£o caro e essencial. NÃ£o podemos vislumbrar no atual momento de Pandemia de Covid-19 que alguÃ©m padeÃ§a de males em sua integridade fÃ-sica, ainda mais em se tratando de uma doenÃ§a nefasta como o cÃ¢ncer, trazendo comorbidades e diminuindo em muito a qualidade de vida da autora, jÃ¡ que a mesma Ã© diagnosticada com cÃ¢ncer de pÃ¢ncreas. Â Â Â Â Â Compulsando os autos verifico que as informaÃ§Ãµes aduzidas pela autora em concordÃ¢ncia com seu mÃ©dico que acompanha o tratamento da mesma, atesta a necessidade do inÃ-cio do tratamento quimioterÃ¡pico, inclusive com as guias de autorizaÃ§Ã£o junto Ã requerida para deferimento do mesmo, conforme fls. 63/65, o que fora negado de inÃ-cio pela requerida. Â Â Â Â Â Como se observa, estamos diante de uma natureza de direitos indisponÃ-veis, qual seja, direito Ã vida afeto ao tratamento de saÃºde para cÃ¢ncer. Â Â Â Â Â Na liÃ§Ã£o de ALEXANDRE DE MORAES, "a ConstituiÃ§Ã£o da RepÃºblica consagra ser a SaÃºde direito de todos e dever do Estado, garantido mediante polÃ-ticas sociais e econÃ´micas que visem Ã reduÃ§Ã£o do risco de doenÃ§a e de outros agravos e ao acesso universal e igualitÃ¡rio Ã s aÃ§Ãµes e serviÃ§os de saÃºde, cabendo ao Poder PÃºblico dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentaÃ§Ã£o, fiscalizaÃ§Ã£o e controle, devendo sua execuÃ§Ã£o ser feita diretamente ou por meio de terceiros e, tambÃ©m, por pessoa fÃ-sica ou jurÃ-dica de direito privado (CF, art. 197)" (In "ConstituiÃ§Ã£o do Brasil interpretada e legislaÃ§Ã£o constitucional", 2Âª ed., SÃ£o Paulo: Atlas, p.p. 1926). Â Â Â Â Â Logo, o que estÃ¡ em debate aqui, pelos termos do prisma constitucional, Ã© o mÃ-nimo existencial Ã dignidade da vida humana: a saÃºde. No caso concreto, Ã© a vida humana que estÃ¡ periclitando em termos de seu mÃ-nimo existencial (mantenÃ§a da saÃºde), razÃ£o pela qual se impÃµem medidas de eficÃ¡cia objetiva a resguardar e promover o interesse pÃºblico indisponÃ-vel. Diante dos fatos e de tudo o que mais consta nos autos, devem ser levados em conta os intentos da autora. Â Â Â Â Â O plano de saÃºde Ã© um serviÃ§o oferecido por operadoras e empresas privadas, com a finalidade de prestar assistÃªncia mÃ©dica e hospitalar. A assistÃªncia Ã saÃºde Ã© um direito de todos e um dever do Estado. Esta garantia estÃ¡ disposta na ConstituiÃ§Ã£o Federal do Brasil, mas nÃ£o Ã© suficientemente eficaz para atender toda a populaÃ§Ã£o. Por isso, o Estado permite Ã iniciativa privada a prestaÃ§Ã£o de serviÃ§os mÃ©dicos e hospitalares como forma de assistÃªncia complementar Ã saÃºde, Ã© o caso dos Planos de SaÃºde Privados, que vem em busca dos interesses do indivÃ-duo, tendo como contrapartida o pagamento mensal do beneficiÃ¡rio Ã rede. No caso, a autora Ã© beneficiÃ¡ria e nÃ£o se encontra inadimplente. Â Â Â Â Â Para obter resguardo de um Plano de SaÃºde, neste sentido, basta assinar um contrato com uma operadora de sua preferÃªncia, no caso a HAPVIDA e, com o pagamento da mensalidade, a pessoa passa a ter garantia da cobertura de seus gastos mÃ©dicos, hospitalares e ambulatoriais prestados por sua Rede Assistencial (o conjunto de mÃ©dicos, hospitais e exames ligados ao seu plano).Vale lembrar que as propostas e contratos, que podem ser diferentes em cada um dos planos, estÃ£o submetidos Ã s regras da lei 9.656/98 e ao CÃ³digo de Defesa do Consumidor. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso dos autos, a documentaÃ§Ã£o mÃ©dica de fls. 61/62 e seguintes comprovam que a autora Ã© portadora de neoplasia maligna da mama. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â AlÃ©m disso, o profissional informou a urgÃªncia na realizaÃ§Ã£o do procedimento para tratamento quimioterÃ¡pico, uma vez que se nÃ£o tratada, a doenÃ§a pode evoluir para outros Ã³rgÃ£os e levar a demandante Ã Ã³bito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Outrossim, a questÃ£o central neste pedido de tutela provisÃ³ria de urgÃªncia Ã© saber se pode ser concedido o referido tratamento Ã autora que o necessita em face de estar sendo submetida a tratamento de cÃ¢ncer de mama. Sobre o tema aqui discutido hÃ¡ amplo lastro jurisprudencial, colaciono: Â¿(Â¿) A prescriÃ§Ã£o do mÃ©dico assistente encontra-se a fls. 57 e deixa claro que hÃ¡ indicaÃ§Ã£o de tratamento da enfermidade pelo fornecimento do medicamento PEMBROLIZUMABE, cuja cobertura foi negada pelo plano de saÃºde requerido. Ademais, trata-se de questÃ£o sumulada pelo Tribunal de JustiÃ§a de SÃ£o Paulo, conforme segue: SÃºmula 95: Havendo expressa indicaÃ§Ã£o mÃ©dica, nÃ£o prevalece a negativa de cobertura do custeio ou fornecimento de medicamentos associados a tratamento quimioterÃ¡pico. SÃºmula 100: O contrato de plano/seguro saÃºde submete-se aos ditames do CÃ³digo de Defesa do Consumidor e da Lei n. 9.656/98 ainda que a avenÃ§a tenha sido celebrada antes da vigÃªncia

desses diplomas legais. SÃºmula 102: Havendo expressa indicaÃ§Ã£o mÃ©dica, Ã© abusiva a negativa de cobertura de custeio de tratamento sob o argumento da sua natureza experimental ou por nÃ£o estar previsto no rol de procedimentos da ANS. (Â¿) Diante disso, defiro a tutela provisÃ³ria para determinar que a requerida forneÃ§a no prazo de 48 horas, o medicamento especÃ-fico e na quantidade necessÃ¡ria, conforme indicado pelo mÃ©dico assistente em sua prescriÃ§Ã£o que instrui a inicial, sob pena de incorrer em multa diÃ¡ria de R$20.000,00. (Â¿)Â¿ (DecisÃ£o proferida pelo Juiz de Direito da 15Âª Vara CÃ-vel do Foro Central da Comarca da Capital do Estado de SÃ£o Paulo, em 17/03/2017). Â Â Â Â Â Com relaÃ§Ã£o aos rÃ©us, as requeridas nÃ£o trouxeram elementos que maculassem o entendimento deste juÃ-zo em favor da autora. NÃ£o fez prova convincente do alegado. Rejeito as contestaÃ§Ãµes ali apresentadas, nÃ£o estando o magistrado obrigado a fundamentar ponto por ponto. Â Â Â Â Â Quanto ao Dano Moral, a situaÃ§Ã£o ultrapassa a configuraÃ§Ã£o do mero aborrecimento, atingindo a esfera moral do autor, sendo suficiente para causar abalo psicolÃ³gico ao cidadÃ£o comum e ensejar indenizaÃ§Ã£o por dano moral. Estamos diante da negativa de o Plano de SaÃºde contratado em fornecer ao seu cliente o tratamento necessÃ¡rio para resguardar a sua vida. Assim, entendo que em caso dessa natureza hÃ¡, inclusive, de se aventar o dano in re ipsa. Dano moral configurado. Assim, entendo que em caso dessa natureza hÃ¡, inclusive, de se aventar o dano in re ipsa. Dano moral configurado. Levando em consideraÃ§Ã£o as especificidades do caso e do que mais constam no mesmo arbitro de maneira razoÃ¡vel e proporcional o valor de R$ 10.000,00 (Dez Mil Reais) a tÃ-tulo de danos morais. Â Â Â Â Â Â Â Por fim, com relaÃ§Ã£o a informaÃ§Ã£o do descumprimento da medida liminar, conforme em fls. 272/274, hÃ¡ prova de que, de fato, houve descumprimento de ordem judicial neste sentido. As decisÃµes judiciais devem ser cumpridas, e quando nÃ£o forem de contento das partes, devem ser recorridas, mas jamais descumpridas. NÃ£o existe esta possibilidade, sem que sejam aplicadas penalidades legais. Â Â Â Â Â O art. 537 do CPC, autoriza ao juÃ-zo a aplicaÃ§Ã£o ou majoraÃ§Ã£o de multa quando houver obrigaÃ§Ã£o de fazer, quando o resultado prÃ¡tico depender do cumprimento de decisÃ£o que garanta a efetividade do adimplemento. Assim sendo, defiro o pedido formulado em fls. 272/274, para confirmar a tutela anterior e aplicar a multa imposta pelo descumprimento. Â Â Â Â Â DISPOSITIVO Â Â Â Â Â Ante o exposto, com fundamento no art. 487, inciso I do CPC, julgo PROCEDENTE a pretensÃ£o da parte autora MARIA DO SOCORRO AMARAL DE SOUZA, confirmando a liminar em sua plenitude. Â Â Â Â Â TORNO DEFINITIVA a tutela antecipada deferida em fls. 96/97. Â Â Â Â Â CONDENO o rÃ©u ao pagamento da multa diÃ¡ria aplicada pelo descumprimento da ordem judicial emanada, conforme informado em fls. 272/274 que, naquele momento alcanÃ§ava a monta de R$ 4.000,00 (Quatro Mil Reais), porÃ©m estipulando o limite de atÃ© R$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais). Â Â Â Â Â CONDENO ainda o rÃ©u ao pagamento de R$ 10.000,00 (dez mil reais) a tÃ-tulo de danos morais, com correÃ§Ã£o monetÃ¡ria pelo INPC e juros de 1% ao mÃªs a partir da sentenÃ§a, consoante sÃºmula 362 do STJ. Â Â Â Â Â Por fim, CONDENO o rÃ©u ao pagamento das despesas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios que fixo em 20% (dez por cento) sobre o valor da condenaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â P.R.I.C Â Â Â Â Â Com o trÃ¢nsito em julgado e certificado o integral recolhimento das custas, dÃª-se baixa e arquive-se. Â Â Â Â Â EVERALDO PANTOJA E SILVA Â Â Â Â Â Juiz de Direito, respondendo pela 8a Vara CÃ-vel e Empresarial

RESENHA: 31/03/2022 A 31/03/2022 - SECRETARIA 2ª UPJ VARAS CIVEIS E EMPRESARIAL - COMERCIO E SUCESSAO - VARA: 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM PROCESSO: 05856977620168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO A??o: Procedimento Comum Cível em: 31/03/2022 REQUERENTE:HAROLDO AMORIM DE ALMEIDA Representante(s): OAB 7359 - TELMA LUCIA BORBA PINHEIRO (ADVOGADO) OAB 12816 - PEDRO BENTES PINHEIRO NETO (ADVOGADO) REQUERIDO:CONDOMNIO EDIFCIO PALM SPRINGS Representante(s): OAB 17468 - VERENA CERQUEIRA DOS SANTOS CARDOSO (ADVOGADO) OAB 19767 - PAULA CERQUEIRA NASCIMENTO (ADVOGADO) . Trata-se de AÃÃO DECLARATÃRIA CUMULADA COM OBRIGAÃÃO DE NÃO FAZER movida por HAROLDO AMORIM DE ALMEIDA em face de CONDOMÃNIO EDIFÃCIO PALM SPRINGS (conexo ao Processo NÂº 0721709-97.2016.8.14.0301 - AÃÃO DE OBRIGAÃÃO DE FAZER C/C INDENIZAÃÃO POR DANO MORAL E MATERIAL COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA movida por CONDOMÃNIO EDIFÃCIO PALM, SPRINGS em face de HAROLDO AMORIM DE ALMEIDA). Â Â Â Â Â Alega o autor que Ã© proprietÃ¡rio de uma unidade do condomÃ-nio requerido, onde mora com a esposa e filha. Informa que por conta das constantes chuvas na regiÃ£o optou por fazer o fechamento da sacada com uma nova tecnologia de cortinas mÃ³veis de vidro incolor, conhecida como Reiki, pagando o valor de R$ 7.200,00 (Sete Mil e Duzentos Reais). Alega que antes da reforma fez pesquisa e constatou

que nÃ£o havia qualquer problema em relaÃ§Ã£o Ã seguranÃ§a dos apartamentos, nem restriÃ§Ãµes legais uma vez que a colocaÃ§Ã£o de vidros incolores mÃ³veis nÃ£o significa mudanÃ§a de fachada ou mudanÃ§a arquitetÃ´nica do EdifÃ-cio. Â Â Â Â Â Â Entretanto, informa que recebeu uma notificaÃ§Ã£o extrajudicial dos advogados do condomÃ-nio em marÃ§o de 2016 exigindo a retirada de todo e qualquer material aplicado na varanda da fachada de seu apartamento sob pena de ajuizamento de aÃ§Ã£o judicial no prazo de 48h. Informa que, mesmo tentando dialogar com o requerido foi surpreendido com a expediÃ§Ã£o de uma circular nÂº 08/2016 no qual informava que configura alteraÃ§Ã£o da fachada a reforma. Â Â Â Â Â Â Assim sendo, ingressou com a presente demanda pleiteando que lhe seja declarado o direito de proceder com o fechamento da sua sacada com vidros incolores, assim como para que o condomÃ-nio se obrigue a nÃ£o enviar mais notificaÃ§Ãµes e ou cobranÃ§as para que o demandante retire os vidros, pleiteou tutela antecipada. Â Â Â Â Â Â Juntou documentos. Â Â Â Â Â Â Tutela indeferida conforme decisÃ£o em fls. 70. Â Â Â Â Â Â AudiÃªncia conciliatÃ³ria restou infrutÃ-fera, conforme fls. 86. Â Â Â Â Â Â Devidamente citada a parte requerida apresentou ContestaÃ§Ã£o, conforme fls. 90/92, alegando que o contrato nÃ£o permite alteraÃ§Ã£o da fachada, apontando art. 13 alÃ-neas Â¿aÂ¿ e Â¿fÂ¿, nos itens de proibiÃ§Ãµes. Assim, pleiteia a improcedÃªncia da demanda. Â Â Â Â Â Â Juntou documentos. Â Â Â Â Â Â RÃ©plica do autor em fls. 142/147 na qual reafirma suas pretensÃµes em sede inicial. Â Â Â Â Â Â Houvera interposiÃ§Ã£o de Agravo de Instrumento por parte da autora em face da decisÃ£o denegatÃ³ria da tutela antecipada, assim o Agravo reformou a decisÃ£o concedendo a tutela Ã autora, conforme fls. 157, Agravo de Instrumento NÂº 0014524-79.2016.8.14.0000. Â Â Â Â Â Â Importante esclarecer que a parte requerida ingressou com AÃÃO DE OBRIGAÃÃO DE FAZER C/C INDENIZAÃÃO POR DANO MORAL, MATERIAL COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA (Processo NÂº 0721709-97.2016.8.14.0301) pleiteando justamente o desfazimento das reformas aqui buscadas. E do que consta dos autos os processos forma reunidos em ConexÃ£o. Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Â Primeiramente, reputo a ConexÃ£o dos autos Processo NÂº 058597-76.2016.8.14.0301 e Processo NÂº 0721709-97.2016.8.14.0301, devendo os mesmos serem julgados em sintonia, posto que uma decisÃ£o influirÃ¡ na outra. A conexÃ£o no Novo CPC ocorre quando duas ou mais aÃ§Ãµes possuem pedido ou causa de pedir em comum, devendo serem reunidas para julgamento. Colaciono: Art. 55.Â Reputam-se conexas 2 (duas) ou mais aÃ§Ãµes quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir. (...) Â§ 3Âº. SerÃ£o reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolaÃ§Ã£o de decisÃµes conflitantes ou contraditÃ³rias caso decididos separadamente, mesmo sem conexÃ£o entre eles. Â Â Â Â Â Â Assim, procedo a anÃ¡lise da causa tendo em vistas os pedidos reunidos em ambas aÃ§Ãµes. Â Â Â Â Â Â DO MÃRITO - OBRIGAÃÃO DE FAZER/NÃO-FAZER Â Â Â Â Â Â Cinge-se a matÃ©ria basicamente sobre direito condominial, no qual as partes discordam quanto a construÃ§Ã£o do Reiki - envidraÃ§amento panorÃ¢mico - para impedir os efeitos provados pela chuva. Â Â Â Â Â Â Pois bem, em seu art. 1.336, inciso III, o CÃ³digo Civil prevÃª, dentre outros deveres do condÃ´mino, o de Â¿nÃ£o alterar a forma e a cor da fachada, das partes e esquadrias externasÂ¿ do edifÃ-cio. De acordo com as normas condominiais - ConvenÃ§Ã£o Coletiva do CondomÃ-nio, mais especificamente o art. 13 colacionado aos autos, na alÃ-nea Â¿fÂ¿, consta como proibiÃ§Ã£o fazer fechamento de varandas das fachadas. Â Â Â Â Â Â Entendo que as normas aqui colacionadas nÃ£o podem se sobrepor sobre direitos indisponÃ-veis da qual a seguranÃ§a Ã© mais importante, desde que a alteraÃ§Ã£o perquirida nÃ£o implique em desarmonia arquitetÃ´nica com o resto da construÃ§Ã£o imobiliÃ¡ria. A parte autora trouxe parecer tÃ©cnico neste sentido, conforme se observa em fls. 25/35. O que dÃ¡ para perceber do conjunto probatÃ³rio como um todo, mais especificamente as fotos da reforma analisadas em seu conjunto nÃ£o implicou em desarmonia arquitetÃ´nica. Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifica-se que a varanda da unidade imobiliÃ¡ria em questÃ£o foi inteiramente envidraÃ§ada, com o sistema de envidraÃ§amento Â¿ReikiÂ¿. Em virtude disto, mesmo que tenham sido pintadas as paredes da varanda de cor diversa do padrÃ£o, nÃ£o houve interferÃªncia na harmonia arquitetÃ´nica do empreendimento, jÃ¡ que se trata de Ã¡rea interna do imÃ³vel. E pelo que se observa sÃ³ houve envidraÃ§amento e nÃ£o pintura de cor diversa. Observe-se que hÃ¡ unidades que aproveitam a sacada para arborizar, colocando plantas e ornamentos verdes, outras fazem telamento que, ao meu ver, sÃ£o mais nitidamente perceptÃ-veis do que a vidraÃ§a incolor utilizada pelo autor. HÃ¡ amplo lastro jurisprudencial neste sentido, para tanto colaciono: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÃÃO DE EMBARGO DE OBRA NOVA. DECISÃO AGRAVADA Â EMBARGO DA OBRA. SUPOSTA MODIFICAÃÃO DE FACHADA DO PREDIO. RETIRADA DA PORTA DA VARANDA. NÃO CARACTERIZADA MUDANÃA DE FACHADA. AUTORIZAÃÃO DO CONDOMÃNIO PARA FECHAMENTO DA VARANDA FRONTAL COM VIDRO PELO SISTEMA REIKI. FUMAÃA DO BOM DIREITO EM FAVOR DO AGRAVANTE. PERICULUM IN MORA. PRESENTE. PROVIMENTO DO AGRAVO. I - PRELIMINAR DE DESCUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ART. 526 DO CPC. O descumprimento do disposto no caput do artigo 526 do CPC implica

inadmissibilidade do agravo, desde que arguido e provado pela parte-agravada (parÃ¡grafo Ãºnico). O descumprimento deve ser arguido nas contrarrazÃµes do agravo, sob pena de preclusÃ£o e comprovado mediante a respectiva certidÃ£o cartorÃ¡ria. AlegaÃ§Ã£o intempestiva, operando-se a preclusÃ£o e sem a certidÃ£o PRELIMINAR REJEITDA. II - QUESTÃO DE FUNDO: No caso dos autos o fechamento da sacada da varada com envidraÃ§amento foi aprovado em Assembleia. Entende-se por fachada externa a Ã¡rea limÃ-trofe externa das unidade que integram o condomÃ-nio, que no caso dos autos passou a ser a varanda fechada com envidraÃ§amento pelo sistema REIKI. Nesse contexto, a retirada da porta que separava a varanda da sala nÃ£o significa alteraÃ§Ã£o de fachada, pois como dito acima, a fachada externa do prÃ©dio, passou a ser a varanda com o envidraÃ§amento. Ou seja, a referida porta se tornou interna, e sua retirada nÃ£o implica em mudanÃ§a de fachada. Ademais, nÃ£o se consegue vislumbrar pelo projeto acostado aos autos originÃ¡rios e trazido a colaÃ§Ã£o pelo recorrente nestes autos de agravo, qualquer evidÃªncia de serviÃ§o que leve Ã alteraÃ§Ã£o da fachada do edifÃ-cio. E inclusive, pelo que se depreende da ata da Assembleia de CondomÃ-nio, que autorizou o fechamento das varandas atravÃ©s do sistema "Reiki", nota-se que a preocupaÃ§Ã£o dos CondÃ´minos Ã© a de alteraÃ§Ã£o da fachada e esquadrias externas, e nÃ£o, a de alteraÃ§Ã£o da parte interna do imÃ³vel, o que, repita-se, em princÃ-pio, nÃ£o se vÃª demonstrado no projeto de reforma a ser levado a efeito pelo recorrente na unidade que adquiriu, pelo menos, nesta fase processual. Em sendo assim, uma vez nÃ£o demonstrada a mudanÃ§a de fachada, o agravo deve ser provido no sentido de autorizar a continuidade da obra. AGRAVO PROVIDO. (TJ-BA - AI: 00097644420138050000 BA 0009764-44.2013.8.05.0000, Relator: Gardenia Pereira Duarte, Data de Julgamento: 17/12/2013, Quarta CÃ¢mara CÃ-vel, Data de PublicaÃ§Ã£o: 19/12/2013) Â Â Â Â Â Importante esclarecer que, de fato, hÃ¡ necessidade da Assembleia Condominial aprovar qualquer reforma que importe em alteraÃ§Ã£o do visual da estrutura do condomÃ-nio como um todo. Com base nessas premissas, ainda que a construÃ§Ã£o do Reiki nÃ£o fosse aprovada por mais de dois terÃ§os dos proprietÃ¡rios, a permanÃªncia da edificaÃ§Ã£o informada nÃ£o importou em alteraÃ§Ã£o significativa da arquitetura no sentido de descaracterizar a construÃ§Ã£o como um todo, porquanto nÃ£o resultou em evidente prejuÃ-zo aos condomÃ-nios e nem Ã harmonia arquitetÃ´nica da estrutura condominial. AlÃ©m do que, nÃ£o se trata de Ã¡rea comum, o que tornaria imprescindÃ-vel a aprovaÃ§Ã£o da alteraÃ§Ã£o em Assembleia neste sentido. Â Â Â Â Â A parte requerida e autora dos autos do Processo NÂº 0721709-97.2016.8.14.0301 pleiteou danos materiais e morais. Assim, para que haja a responsabilizaÃ§Ã£o civil do requerido a tÃ-tulo material e moral Ã© necessÃ¡ria a presenÃ§a de trÃªs requisitos, quais sejam: ilicitude da conduta, nexo de causalidade e dano. Ou seja, o direito Ã reparaÃ§Ã£o do dano depende da concorrÃªncia de trÃªs requisitos, quais sejam, fato lesivo voluntÃ¡rio, causado pelo agente por aÃ§Ã£o ou omissÃ£o voluntÃ¡ria, negligÃªncia, imperÃ-cia ou imprudÃªncia; ocorrÃªncia de um dano patrimonial ou moral; nexo de causalidade entre o dano e o comportamento do agente. Estando presente tais elementos hÃ¡ de ser reconhecida ou nÃ£o a responsabilidade perquirida. Â Â Â Â Â Neste sentido, nÃ£o havendo ilÃ-cito por parte da autora em reformar sua varanda com a construÃ§Ã£o de Reiki, nÃ£o hÃ¡ que se falar em responsabilizaÃ§Ã£o e assim a improcedÃªncia dos pedidos do requerido e autor dos autos do Processo NÂº 0721709-97.2016.8.14.0301 Ã© a medida que se impÃµe. Â Â Â Â Â Assim, considerando que a autora nÃ£o alterou a fachada do edifÃ-cio de maneira substancial, nÃ£o hÃ¡ que se falar em sua responsabilizaÃ§Ã£o, motivo que me inclino pela procedÃªncia da demanda em favor do autor HAROLDO AMORIM DE ALMEIDA. Â Â Â Â Â DO DISPOSITIVO Â Â Â Â Â Ante o exposto, com fundamento no art. 487, inciso I do CPC, julgo PROCEDENTE a pretensÃ£o da parte autora nos autos do Processo NÂº 0585697-76.2016.8.14.0301 e, por consequÃªncia, julgo IMPROCEDENTE os pedidos da parte nos autos do Processo NÂº 0721709-97.2016.8.14.0301 para RECONHECER o direito de construÃ§Ã£o do autor HAROLDO AMORIM DE ALMEIDA, mantendo as alteraÃ§Ãµes que fez em sua fachada, por nÃ£o ter alterado a mesma nem ter comprometido a harmonia arquitetÃ´nica do CondomÃ-nio, impondo a multa diÃ¡ria de R$ 1.000,00 (Mil Reais) atÃ© o limite de R$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais) em caso de lhe ser obstaculizado tal direito, valor a ser apurado e executado em sede de Cumprimento de SentenÃ§a, caso haja descumprimento. Â Â Â Â Â Por fim, condeno a parte CONDOMÃNIO EDIFÃCIO PAL SPRINGS ao pagamento de custas, despesas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios que arbitro em 10% sobre o valor da causa, devendo ser considerado a tÃ-tulo de referÃªncia a sucumbÃªncia de cada um dos Processos em que o mesmo nÃ£o logrou Ãªxito na procedÃªncia. Â Â Â Â Â Quitadas as custas e certificado o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos, dando-se baixa na distribuiÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias sem que seja requerido o cumprimento de sentenÃ§a, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Â Â Â Â Â Replique-se este decisum nos autos conexos. Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 01 de abril de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Marco Antonio Lobo Castelo Branco Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito da 8Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 07217099720168140301 PROCESSO

ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO A??o: Procedimento Comum Cível em: 31/03/2022 REQUERENTE:CONDOMNIO EDIFCIO PALM SPRINGS Representante(s): OAB 17468 - VERENA CERQUEIRA DOS SANTOS CARDOSO (ADVOGADO) OAB 19767 - PAULA CERQUEIRA NASCIMENTO (ADVOGADO) REQUERIDO:HAROLDO AMORIM DE ALMEIDA Representante(s): OAB 12816 - PEDRO BENTES PINHEIRO NETO (ADVOGADO) . Trata-se de AÃÃO DECLARATÃRIA CUMULADA COM OBRIGAÃÃO DE NÃO FAZER movida por HAROLDO AMORIM DE ALMEIDA em face de CONDOMÃNIO EDIFÃCIO PALM SPRINGS (conexo ao Processo NÂº 0721709-97.2016.8.14.0301 - AÃÃO DE OBRIGAÃÃO DE FAZER C/C INDENIZAÃÃO POR DANO MORAL E MATERIAL COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA movida por CONDOMÃNIO EDIFÃCIO PALM, SPRINGS em face de HAROLDO AMORIM DE ALMEIDA). Â Â Â Â Â Â Alega o autor que Ã© proprietÃ¡rio de uma unidade do condomÃ-nio requerido, onde mora com a esposa e filha. Informa que por conta das constantes chuvas na regiÃ£o optou por fazer o fechamento da sacada com uma nova tecnologia de cortinas mÃ³veis de vidro incolor, conhecida como Reiki, pagando o valor de R$ 7.200,00 (Sete Mil e Duzentos Reais). Alega que antes da reforma fez pesquisa e constatou que nÃ£o havia qualquer problema em relaÃ§Ã£o Ã seguranÃ§a dos apartamentos, nem restriÃ§Ãµes legais uma vez que a colocaÃ§Ã£o de vidros incolores mÃ³veis nÃ£o significa mudanÃ§a de fachada ou mudanÃ§a arquitetÃ´nica do EdifÃ-cio. Â Â Â Â Â Â Entretanto, informa que recebeu uma notificaÃ§Ã£o extrajudicial dos advogados do condomÃ-nio em marÃ§o de 2016 exigindo a retirada de todo e qualquer material aplicado na varanda da fachada de seu apartamento sob pena de ajuizamento de aÃ§Ã£o judicial no prazo de 48h. Informa que, mesmo tentando dialogar com o requerido foi surpreendido com a expediÃ§Ã£o de uma circular nÂº 08/2016 no qual informava que configura alteraÃ§Ã£o da fachada a reforma. Â Â Â Â Â Â Assim sendo, ingressou com a presente demanda pleiteando que lhe seja declarado o direito de proceder com o fechamento da sua sacada com vidros incolores, assim como para que o condomÃ-nio se obrigue a nÃ£o enviar mais notificaÃ§Ãµes e ou cobranÃ§as para que o demandante retire os vidros, pleiteou tutela antecipada. Â Â Â Â Â Â Juntou documentos. Â Â Â Â Â Â Tutela indeferida conforme decisÃ£o em fls. 70. Â Â Â Â Â Â AudiÃªncia conciliatÃ³ria restou infrutÃ-fera, conforme fls. 86. Â Â Â Â Â Â Devidamente citada a parte requerida apresentou ContestaÃ§Ã£o, conforme fls. 90/92, alegando que o contrato nÃ£o permite alteraÃ§Ã£o da fachada, apontando art. 13 alÃ-neas Â¿aÂ¿ e Â¿fÂ¿, nos itens de proibiÃ§Ãµes. Assim, pleiteia a improcedÃªncia da demanda. Â Â Â Â Â Â Juntou documentos. Â Â Â Â Â Â RÃ©plica do autor em fls. 142/147 na qual reafirma suas pretensÃµes em sede inicial. Â Â Â Â Â Â Houvera interposiÃ§Ã£o de Agravo de Instrumento por parte da autora em face da decisÃ£o denegatÃ³ria da tutela antecipada, assim o Agravo reformou a decisÃ£o concedendo a tutela Ã autora, conforme fls. 157, Agravo de Instrumento NÂº 0014524-79.2016.8.14.0000. Â Â Â Â Â Â Importante esclarecer que a parte requerida ingressou com AÃÃO DE OBRIGAÃÃO DE FAZER C/C INDENIZAÃÃO POR DANO MORAL, MATERIAL COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA (Processo NÂº 0721709-97.2016.8.14.0301) pleiteando justamente o desfazimento das reformas aqui buscadas. E do que consta dos autos os processos forma reunidos em ConexÃ£o. Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Â Primeiramente, reputo a ConexÃ£o dos autos Processo NÂº 058597-76.2016.8.14.0301 e Processo NÂº 0721709-97.2016.8.14.0301, devendo os mesmos serem julgados em sintonia, posto que uma decisÃ£o influirÃ¡ na outra. A conexÃ£o no Novo CPC ocorre quando duas ou mais aÃ§Ãµes possuem pedido ou causa de pedir em comum, devendo serem reunidas para julgamento. Colaciono: Art. 55.Â Reputam-se conexas 2 (duas) ou mais aÃ§Ãµes quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir. (...) Â§ 3Âº. SerÃ£o reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolaÃ§Ã£o de decisÃµes conflitantes ou contraditÃ³rias caso decididos separadamente, mesmo sem conexÃ£o entre eles. Â Â Â Â Â Â Assim, procedo a anÃ¡lise da causa tendo em vistas os pedidos reunidos em ambas aÃ§Ãµes. Â Â Â Â Â Â DO MÃRITO - OBRIGAÃÃO DE FAZER/NÃO-FAZER Â Â Â Â Â Â Cinge-se a matÃ©ria basicamente sobre direito condominial, no qual as partes discordam quanto a construÃ§Ã£o do Reiki - envidraÃ§amento panorÃ¢mico - para impedir os efeitos provados pela chuva. Â Â Â Â Â Â Pois bem, em seu art. 1.336, inciso III, o CÃ³digo Civil prevÃª, dentre outros deveres do condÃ´mino, o de Â¿nÃ£o alterar a forma e a cor da fachada, das partes e esquadrias externasÂ¿ do edifÃ-cio. De acordo com as normas condominiais - ConvenÃ§Ã£o Coletiva do CondomÃ-nio, mais especificamente o art. 13 colacionado aos autos, na alÃ-nea Â¿fÂ¿, consta como proibiÃ§Ã£o fazer fechamento de varandas das fachadas. Â Â Â Â Â Â Entendo que as normas aqui colacionadas nÃ£o podem se sobrepor sobre direitos indisponÃ-veis da qual a seguranÃ§a Ã© mais importante, desde que a alteraÃ§Ã£o perquirida nÃ£o implique em desarmonia arquitetÃ´nica com o resto da construÃ§Ã£o imobiliÃ¡ria. A parte autora trouxe parecer tÃ©cnico neste sentido, conforme se observa em fls. 25/35. O que dÃ¡ para perceber do conjunto probatÃ³rio como um todo, mais especificamente as fotos da reforma analisadas em seu conjunto nÃ£o implicou em desarmonia arquitetÃ´nica. Â Â Â Â Â Compulsando os

autos, verifica-se que a varanda da unidade imobiliÃ¡ria em questÃ£o foi inteiramente envidraÃ§ada, com o sistema de envidraÃ§amento Â¿ReikiÂ¿. Em virtude disto, mesmo que tenham sido pintadas as paredes da varanda de cor diversa do padrÃ£o, nÃ£o houve interferÃªncia na harmonia arquitetÃ´nica do empreendimento, jÃ¡ que se trata de Ã¡rea interna do imÃ³vel. E pelo que se observa sÃ³ houve envidraÃ§amento e nÃ£o pintura de cor diversa. Observe-se que hÃ¡ unidades que aproveitam a sacada para arborizar, colocando plantas e ornamentos verdes, outras fazem telamento que, ao meu ver, sÃ£o mais nitidamente perceptÃ-veis do que a vidraÃ§a incolor utilizada pelo autor. HÃ¡ amplo lastro jurisprudencial neste sentido, para tanto colaciono: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÃÃO DE EMBARGO DE OBRA NOVA. DECISÃO AGRAVADA Â EMBARGO DA OBRA. SUPOSTA MODIFICAÃÃO DE FACHADA DO PREDIO. RETIRADA DA PORTA DA VARANDA. NÃO CARACTERIZADA MUDANÃA DE FACHADA. AUTORIZAÃÃO DO CONDOMÃNIO PARA FECHAMENTO DA VARANDA FRONTAL COM VIDRO PELO SISTEMA REIKI. FUMAÃA DO BOM DIREITO EM FAVOR DO AGRAVANTE. PERICULUM IN MORA. PRESENTE. PROVIMENTO DO AGRAVO. I - PRELIMINAR DE DESCUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ART. 526 DO CPC. O descumprimento do disposto no caput do artigo 526 do CPC implica inadmissibilidade do agravo, desde que arguido e provado pela parte-agravada (parÃ¡grafo Ãºnico). O descumprimento deve ser arguido nas contrarrazÃµes do agravo, sob pena de preclusÃ£o e comprovado mediante a respectiva certidÃ£o cartorÃ¡ria. AlegaÃ§Ã£o intempestiva, operando-se a preclusÃ£o e sem a certidÃ£o PRELIMINAR REJEITDA. II - QUESTÃO DE FUNDO: No caso dos autos o fechamento da sacada da varada com envidraÃ§amento foi aprovado em Assembleia. Entende-se por fachada externa a Ã¡rea limÃ-trofe externa das unidade que integram o condomÃ-nio, que no caso dos autos passou a ser a varanda fechada com envidraÃ§amento pelo sistema REIKI. Nesse contexto, a retirada da porta que separava a varanda da sala nÃ£o significa alteraÃ§Ã£o de fachada, pois como dito acima, a fachada externa do prÃ©dio, passou a ser a varanda com o envidraÃ§amento. Ou seja, a referida porta se tornou interna, e sua retirada nÃ£o implica em mudanÃ§a de fachada. Ademais, nÃ£o se consegue vislumbrar pelo projeto acostado aos autos originÃ¡rios e trazido a colaÃ§Ã£o pelo recorrente nestes autos de agravo, qualquer evidÃªncia de serviÃ§o que leve Ã alteraÃ§Ã£o da fachada do edifÃ-cio. E inclusive, pelo que se depreende da ata da Assembleia de CondomÃ-nio, que autorizou o fechamento das varandas atravÃ©s do sistema "Reiki", nota-se que a preocupaÃ§Ã£o dos CondÃ´minos Ã© a de alteraÃ§Ã£o da fachada e esquadrias externas, e nÃ£o, a de alteraÃ§Ã£o da parte interna do imÃ³vel, o que, repita-se, em princÃ-pio, nÃ£o se vÃª demonstrado no projeto de reforma a ser levado a efeito pelo recorrente na unidade que adquiriu, pelo menos, nesta fase processual. Em sendo assim, uma vez nÃ£o demonstrada a mudanÃ§a de fachada, o agravo deve ser provido no sentido de autorizar a continuidade da obra. AGRAVO PROVIDO. (TJ-BA - AI: 00097644420138050000 BA 0009764-44.2013.8.05.0000, Relator: Gardenia Pereira Duarte, Data de Julgamento: 17/12/2013, Quarta CÃ¢mara CÃ-vel, Data de PublicaÃ§Ã£o: 19/12/2013) Â Â Â Â Â Importante esclarecer que, de fato, hÃ¡ necessidade da Assembleia Condominial aprovar qualquer reforma que importe em alteraÃ§Ã£o do visual da estrutura do condomÃ-nio como um todo. Com base nessas premissas, ainda que a construÃ§Ã£o do Reiki nÃ£o fosse aprovada por mais de dois terÃ§os dos proprietÃ¡rios, a permanÃªncia da edificaÃ§Ã£o informada nÃ£o importou em alteraÃ§Ã£o significativa da arquitetura no sentido de descaracterizar a construÃ§Ã£o como um todo, porquanto nÃ£o resultou em evidente prejuÃ-zo aos condomÃ-nios e nem Ã harmonia arquitetÃ´nica da estrutura condominial. AlÃ©m do que, nÃ£o se trata de Ã¡rea comum, o que tornaria imprescindÃ-vel a aprovaÃ§Ã£o da alteraÃ§Ã£o em Assembleia neste sentido. Â Â Â Â Â A parte requerida e autora dos autos do Processo NÂº 0721709-97.2016.8.14.0301 pleiteou danos materiais e morais. Assim, para que haja a responsabilizaÃ§Ã£o civil do requerido a tÃ-tulo material e moral Ã© necessÃ¡ria a presenÃ§a de trÃªs requisitos, quais sejam: ilicitude da conduta, nexo de causalidade e dano. Ou seja, o direito Ã reparaÃ§Ã£o do dano depende da concorrÃªncia de trÃªs requisitos, quais sejam, fato lesivo voluntÃ¡rio, causado pelo agente por aÃ§Ã£o ou omissÃ£o voluntÃ¡ria, negligÃªncia, imperÃ-cia ou imprudÃªncia; ocorrÃªncia de um dano patrimonial ou moral; nexo de causalidade entre o dano e o comportamento do agente. Estando presente tais elementos hÃ¡ de ser reconhecida ou nÃ£o a responsabilidade perquirida. Â Â Â Â Â Neste sentido, nÃ£o havendo ilÃ-cito por parte da autora em reformar sua varanda com a construÃ§Ã£o de Reiki, nÃ£o hÃ¡ que se falar em responsabilizaÃ§Ã£o e assim a improcedÃªncia dos pedidos do requerido e autor dos autos do Processo NÂº 0721709-97.2016.8.14.0301 Ã© a medida que se impÃµe. Â Â Â Â Â Assim, considerando que a autora nÃ£o alterou a fachada do edifÃ-cio de maneira substancial, nÃ£o hÃ¡ que se falar em sua responsabilizaÃ§Ã£o, motivo que me inclino pela procedÃªncia da demanda em favor do autor HAROLDO AMORIM DE ALMEIDA. Â Â Â Â Â DO DISPOSITIVO Â Â Â Â Â Ante o exposto, com fundamento no art. 487, inciso I do CPC, julgo PROCEDENTE a pretensÃ£o da parte autora nos autos do Processo NÂº 0585697-76.2016.8.14.0301 e, por consequÃªncia, julgo IMPROCEDENTE os pedidos da parte nos autos do Processo NÂº 0721709-97.2016.8.14.0301 para

RECONHECER o direito de construÃ§Ã£o do autor HAROLDO AMORIM DE ALMEIDA, mantendo as alteraÃ§Ãµes que fez em sua fachada, por nÃ£o ter alterado a mesma nem ter comprometido a harmonia arquitetÃ´nica do CondomÃ-nio, impondo a multa diÃ¡ria de R$ 1.000,00 (Mil Reais) atÃ© o limite de R$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais) em caso de lhe ser obstaculizado tal direito, valor a ser apurado e executado em sede de Cumprimento de SentenÃ§a, caso haja descumprimento. Â Â Â Â Â Por fim, condeno a parte CONDOMÃNIO EDIFÃCIO PAL SPRINGS ao pagamento de custas, despesas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios que arbitro em 10% sobre o valor da causa, devendo ser considerado a tÃ-tulo de referÃªncia a sucumbÃªncia de cada um dos Processos em que o mesmo nÃ£o logrou Ãªxito na procedÃªncia. Â Â Â Â Â Quitadas as custas e certificado o trÂ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos, dando-se baixa na distribuiÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias sem que seja requerido o cumprimento de sentenÃ§a, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Â Â Â Â Â Replique-se este decisum nos autos conexos. Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 01 de abril de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Marco Antonio Lobo Castelo Branco Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito da 8Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital

RESENHA: 04/04/2022 A 04/04/2022 - SECRETARIA 2ª UPJ VARAS CIVEIS E EMPRESARIAL - COMERCIO E SUCESSAO - VARA: 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM PROCESSO: 00017227219968140301 PROCESSO ANTIGO: 19961002478 3 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO A??o: Inventário em: 04/04/2022 INVENTARIADO:MARIA LUZIA CALDAS ALVES ENVOLVIDO:SILVINO MARTINS ALVES Representante(s): OAB 6240 - CEZAR ESCOCIO DE FARIA JUNIOR (ADVOGADO) INVENTARIANTE:MARIA ARAUJO DE ALMEIDA Representante(s): LUIZ OTAVIO WANDERLEY MOREIRA (ADVOGADO) . Trata-se os autos de AÃO DE INVENTÃRIO dos bens deixados pelo de cujus MARIA LUZIA CALDAS ALVES. Â Â Â Â Â Â Inicialmente a aÃ§Ã£o fora demandada por MARIA ARAÃJO DE ALMEIDA, genitora da de cujus e informou que o cÃ´njuge sobrevivente, SILVINO MARTINS ALVES, casado em regime de comunhÃ£o parcial de bens, nÃ£o entrara com abertura do inventÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos verifica-se que os autos se referem tÃ£o somente a um imÃ³vel edificado de alvenaria situado Ã Rua Nova I, nÂº 201, bairro do Jurunas, conforme informado em fls. 23. NÃ£o subsistem valores remanescentes deixadas pela de cujus em contas bancÃ¡rias. Â Â Â Â Â Â EntÃ£o, a inventariante ingressou com pedido de adjudicaÃ§Ã£o do bem imÃ³vel. Entretanto, o cÃ´njuge sobrevivente veio aos autos como interessado informar sua discordÃ¢ncia quanto a adjudicaÃ§Ã£o, posto residir no imÃ³vel que pertencia ao casal. A inventariante insurge-se, pois informa que o imÃ³vel fora adquirido pela de cujus antes da constÃ¢ncia do casamento. Â Â Â Â Â Â Em fls. 154/155 o magistrado Ã Ã©poca em entendimento superado atualmente indeferiu o direito real de habitaÃ§Ã£o ao cÃ´njuge sobrevivente o que fez o mesmo ingressar com ApelaÃ§Ã£o. Como nÃ£o se tratava de sentenÃ§a, o juÃ-zo do segundo grau nÃ£o conheceu do recurso e remeteu os autos ao primeiro grau, o qual pende julgamento. Â Â Â Â Â Â Autos conclusos. Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â NÃ£o havendo mais outros bens a serem inventariados e remanescendo anÃ¡lise quanto ao direito de usufruir o bem imÃ³vel em questÃ£o, de plano, hÃ¡ de ser reconhecido em favor do cÃ´njuge sobrevivente o chamado direito real de habitaÃ§Ã£o. Ora, ao cÃ´njuge sobrevivente, qualquer que seja o regime de bens, serÃ¡ assegurado, sem prejuÃ-zo da participaÃ§Ã£o que lhe caiba na heranÃ§a, o direito real de habitaÃ§Ã£o relativamente ao imÃ³vel destinado Ã residÃªncia da famÃ-lia, desde que seja o Ãºnico daquela natureza a inventariar. E, de fato, sendo o bem adquirido antes do casamento ou uniÃ£o, nÃ£o hÃ¡ que se falar direito a meaÃ§Ã£o, e sim somente serÃ¡ exercido pelo cÃ´njuge ou companheiro o direito real de habitaÃ§Ã£o. Logo, aqui nÃ£o estamos a discutir sobre meaÃ§Ã£o, mas sobre o direito real de habitaÃ§Ã£o a que faz jus o cÃ´njuge sobrevivente. Â Â Â Â Â A decisÃ£o de fls. 154/155 merece ser desconstituÃ-da, posto ser entendimento superado nos dias atuais. Â Â Â Â Â Preceitua o entendimento do Superior Tribunal de JustiÃ§a que o direito real de habitaÃ§Ã£o tem carÃ¡ter gratuito (artigo 1.414 do CÃ³digo Civil), razÃ£o pela qual os herdeiros nÃ£o podem exigir remuneraÃ§Ã£o do companheiro sobrevivente pelo uso do imÃ³vel, nem a extinÃ§Ã£o do condomÃ-nio e a alienaÃ§Ã£o do bem enquanto perdurar esse direito. Veja o que diz a lei - CÃ³digo Civil - Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002: Art. 1.831. Ao cÃ´njuge sobrevivente, qualquer que seja o regime de bens, serÃ¡ assegurado, sem prejuÃ-zo da participaÃ§Ã£o que lhe caiba na heranÃ§a, o direito real de habitaÃ§Ã£o relativamente ao imÃ³vel destinado Ã residÃªncia da famÃ-lia, desde que seja o Ãºnico daquela natureza a inventariar. Â Â Â Â Â E a Lei NÂº 9.278, de 10 de maio de 1996: Art. 7Â° Dissolvida a uniÃ£o estÃ¡vel por rescisÃ£o, a assistÃªncia material prevista nesta Lei serÃ¡ prestada por um dos conviventes ao que dela necessitar, a tÃ-tulo de

alimentos. ParÃ¡grafo Ãºnico. Dissolvida a uniÃ£o estÃ¡vel por morte de um dos conviventes, o sobrevivente terÃ¡ direito real de habitaÃ§Ã£o, enquanto viver ou nÃ£o constituir nova uniÃ£o ou casamento, relativamente ao imÃ³vel destinado Ã residÃªncia da famÃ-lia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, em uma anÃ¡lise acurada dos autos, entendo estarem presentes os requisitos do pleito do requerente e interessado cÃ´njuge sobrevivente para que o mesmo nÃ£o venha a ser desarticulado de seu direito. E muito embora a fundamentaÃ§Ã£o da requerente/inventariante seja desfavorÃ¡vel ao companheiro/cÃ´njuge quanto ao regime de bens, remanesce sobre o mesmo um direito que lhe assiste favorÃ¡vel, qual seja, o direito real de habitaÃ§Ã£o. Nestes termos, sendo vitalÃ-cio e personalÃ-ssimo, o direito real de habitaÃ§Ã£o vale tanto no casamento como na uniÃ£o estÃ¡vel e assegura ao viÃºvo ou Ã viÃºva a permanÃªncia no imÃ³vel de residÃªncia do casal. Este Ã© o entendimento do STJ (EREsp 1.520.294 e REsp 1.134.387). Â Â Â Â Â De tudo o que mais consta nos autos, nÃ£o havendo outros bens em nome da de cujus, DEFIRO o direito real de habitaÃ§Ã£o ao companheiro/cÃ´njuge-sobrevivente SILVINO MARTINS ALVES para que este possa continuar residindo no imÃ³vel que servia de residÃªncia do casal de maneira indeterminada, atÃ© que sobrevenha o evento morte do mesmo ou este adquira outro imÃ³vel, e assim, extingo o feito com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito nos termos do art. 487, I, do CPC. Â Â Â Â Â Sem custas. Sem honorÃ¡rios advocatÃ-cios. Â Â Â Â Â Transitada em julgado, dÃª-se baixa e arquive-se. Â Â Â Â Â P.R.I.C Â Â Â Â Â BelÃ©m, 04 de abril de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Marco AntÃ´nio Lobo Castelo Branco Â Juiz de Direito da 8Âª Vara CÃ-vel e Empresarial

RESENHA: 05/04/2022 A 05/04/2022 - SECRETARIA 2ª UPJ VARAS CIVEIS E EMPRESARIAL - COMERCIO E SUCESSAO - VARA: 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM PROCESSO: 00107916320078140301 PROCESSO ANTIGO: 20071033256 7 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EVERALDO PANTOJA E SILVA A??o: Apelação Cível em: 05/04/2022 REU:METROPOLITAN LIFE SEGUROS E PREVIDENCIA PRIVADA SA Representante(s): OAB 10812 - MAX AGUIAR JARDIM (ADVOGADO) AUTOR:CEZAR AUGUSTO DA ROCHA MENDONCA Representante(s): JOSE OTAVIO NUNES MONTEIRO (ADVOGADO) . Trata-se de AÃÃO ORDINÃRIA proposta por CEZAR AGUSTO DA ROCHA MENDONÃA em desfavor de METROPOLITAN LIFE SEGUROS E PREVIDÃNCIA PRIVADA S/A. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Alega o autor que celebrou com a requerida, contrato de adesÃ£o de seguro pessoal, com cobertura de sinistros de morte, invalidez por acidente e doenÃ§a, sendo as cotas pagas com descontos em seu vencimento diretamente por sua empregadora CELPA S/A. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aduz que na vigÃªncia do contrato sofreu sinistro, tendo a empregadora emitido ComunicaÃ§Ã£o de Acidente de Trabalho, e com a confirmaÃ§Ã£o da invalidez o autor foi aposentado pelo INSS. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo remetido a documentaÃ§Ã£o Ã requerida para pagamento do prÃªmio securitÃ¡rio, nÃ£o obteve resposta da seguradora. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, requer o pagamento atualizado do prÃªmio securitÃ¡rio, a partir da data do sinistro em 27/01/2003. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juntou documentos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deferida a justiÃ§a gratuita. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Devidamente citada a requerida contestou a aÃ§Ã£o Ã s fls. 45/64, preliminar de prescriÃ§Ã£o e no mÃ©rito que a negativa se deu em face da invalidez ser parcial e nÃ£o estÃ¡ coberta pela apÃ³lice. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RÃ©plica Ã s fls. 93/94. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em audiÃªncia, fls. 97/98, nÃ£o houve acordo, porÃ©m, foi declarada a prescriÃ§Ã£o do direito do autor e julgado extinto o processo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Interpostos Embargos de DeclaraÃ§Ã£o, os mesmos foram rejeitados, sendo mantida a decisÃ£o embargada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Recurso de ApelaÃ§Ã£o Ã s fls. 128/139 e contrarrazÃµes Ã s fls. 143/149. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â AcordÃ£o Ã s fls. 157/157verso, que por unanimidade conheceram do recurso e no mÃ©rito deram provimento, por entenderem que nÃ£o hÃ¡ nos autos nenhuma comunicaÃ§Ã£o de negativa da indenizaÃ§Ã£o ao autor, assim, nÃ£o hÃ¡ como considerar prescrita a sua pretensÃ£o, aplicando-se ao caso a SÃºmula 229/STJ, e anulando a decisÃ£o de primeiro grau. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ED Ã s fls. 161/166 e contrarrazÃµes Ã s fls. 192/201. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â AcordÃ£o e voto, fls. 204/205, conheceu dos embargos e no mÃ©rito negou provimento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Recurso Especial fls. 206/220 e contrarrazÃµes Ã s fls. 274/279. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DecisÃ£o de admissÃ£o do Recurso Especial Ã s fls. 349 e remessa ao STJ. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DecisÃ£o em RE Ã s fls. 325verso/354, que negou provimento ao mesmo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Retorno dos autos ao juÃ-zo de primeiro grau, a parte autora se manifestou requerendo a prolaÃ§Ã£o de nova sentenÃ§a, com a condenaÃ§Ã£o da requerida ao pagamento da indenizaÃ§Ã£o securitÃ¡ria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Primeiramente, ratifico os benefÃ-cios da JustiÃ§a Gratuita anteriormente deferidos. Â Â Â Â Â Â Â Â

Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o proposta pelo rito ordinÃ¡rio, objetivando o Autor o pagamento do seguro por parte da requerida em face de sua invalidez permanente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Superada a alegaÃ§Ã£o de prescriÃ§Ã£o, inclusive com trÃ¢nsito em julgado, o mÃ©rito aqui discutido Ã© se a invalidez que acometeu o autor Ã© parcial ou total, para que assim estabeleÃ§a-se o direito ao pagamento da indenizaÃ§Ã£o pela Requerida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No contrato existente entre as partes, e sobre o qual nÃ£o hÃ¡ controvÃ©rsia, tem-se que, no item 2.1: Â¿Para efeito desta clÃ¡usula, considera-se como Invalidez Permanente Total por DoenÃ§a (IPD), a perda total definitiva, da capacidade absoluta do Segurado, para desempenhar toda e qualquer uma de suas atividades profissionais normais, bem como, todo e qualquer outro trabalho, do qual lhe advenha lucro ou remuneraÃ§Ã£o e desde que a invalidez tenha sido ocasionada por doenÃ§a especificamente reconhecida pela Medicina e para qual nÃ£o se pode esperar recuperaÃ§Ã£o ou reabilitaÃ§Ã£o, com os recursos terapÃªuticos disponÃ-veis, na data em que ocorrer o evento e durante o perÃ-odo de pagamento da indenizaÃ§Ã£o, impedindo assim, efetivamente, que o Segurado exerÃ§a toda e qualquer atividade laborativa, de qualquer naturezaÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao contrÃ¡rio do que afirma o Autor, a prova feita de sua aposentadoria por invalidez pelo INSS, carta de concessÃ£o de fls. 18, nÃ£o Ã© prova suficiente de que a invalidez Ã© permanente para efeitos securitÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Embora, se saiba, que Ã© requisito do INSS para concessÃ£o da aposentadoria por invalidez que a incapacidade seja total e permanente para o trabalho, a mesma, nÃ£o dÃ¡ direito automÃ¡tico de receber indenizaÃ§Ã£o do seguro contratado com a empresa privada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os requisitos para aposentadoria por invalidez junto ao INSS sÃ£o: o cumprimento de carÃªncia mÃ-nima e que o segurado tenha sido acometido de alguma incapacidade que o impossibilite para o trabalho, diferente dos requisitos para incapacidade profissional, que Ã© na verdade a antecipaÃ§Ã£o do capital previsto para hipÃ³tese de morte, ou seja, bem mais restritiva, e mesmo assim legal, como jÃ¡ decidiu o STJ. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sobre o tema, segue o julgado: RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. CIVIL. SEGURO DE VIDA EM GRUPO. ADICIONAL DE COBERTURA POR INVALIDEZ FUNCIONAL PERMANENTE TOTAL POR DOENÃA - IFPD. ENFERMIDADE ARTICULAR DO JOELHO DIREITO. INCAPACIDADE PARA A PROFISSÃO. INVALIDEZ FUNCIONAL. DEFINIÃÃO PRÃPRIA. LEGALIDADE. ATIVIDADES AUTONÃMICAS DA VIDA DIÃRIA. DECLARAÃÃO MÃDICA. NECESSIDADE. INDENIZAÃÃO SECURITÃRIA INDEVIDA. 1. Recurso especial interposto contra acÃ³rdÃ£o publicado na vigÃªncia do CÃ³digo de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nÂºs 2 e 3/STJ). 2. Cinge-se a controvÃ©rsia a verificar a legalidade da clÃ¡usula que prevÃª a cobertura adicional de invalidez funcional permanente total por doenÃ§a (IFPD ou IPD-F) em contrato de seguro de vida em grupo, condicionando o pagamento da indenizaÃ§Ã£o securitÃ¡ria Ã perda da existÃªncia independente do segurado. 3. Na Invalidez Funcional Permanente Total por DoenÃ§a (IFPD), a garantia do pagamento da indenizaÃ§Ã£o Ã© no caso de invalidez consequente de doenÃ§a que cause a perda da existÃªncia independente do segurado, ocorrida quando o quadro clÃ-nico incapacitante inviabilizar de forma irreversÃ-vel o pleno exercÃ-cio das suas relaÃ§Ãµes autonÃ´micas (art. 17 da Circular SUSEP nÂº 302/2005). 4. Na cobertura de Invalidez Laborativa Permanente Total por DoenÃ§a (ILPD), hÃ¡ a garantia do pagamento de indenizaÃ§Ã£o em caso de incapacidade profissional, permanente e total, consequente de doenÃ§a para a qual nÃ£o se pode esperar recuperaÃ§Ã£o ou reabilitaÃ§Ã£o com os recursos terapÃªuticos disponÃ-veis no momento de sua constataÃ§Ã£o, para a atividade laborativa principal do segurado (art. 15 da Circular SUSEP nÂº 302/2005). 5. A garantia de invalidez funcional nÃ£o tem nenhuma vinculaÃ§Ã£o com a incapacidade profissional, podendo inclusive ser contratada como uma antecipaÃ§Ã£o da cobertura bÃ¡sica de morte. 6. Embora a cobertura IFPD (invalidez funcional) seja mais restritiva que a cobertura ILPD (invalidez profissional ou laboral), nÃ£o hÃ¡ falar em sua abusividade ou ilegalidade, tampouco em ofensa aos princÃ-pios da boa-fÃ© objetiva e da equidade, nÃ£o se constatando tambÃ©m nenhuma vantagem exagerada da seguradora em detrimento do consumidor. 7. Eventual aposentadoria por invalidez permanente concedida pelo INSS nÃ£o confere ao segurado o direito automÃ¡tico de receber indenizaÃ§Ã£o de seguro contratado com empresa privada, sendo imprescindÃ-vel a realizaÃ§Ã£o de perÃ-cia mÃ©dica para atestar tanto a natureza e o grau da incapacidade quanto o correto enquadramento na cobertura contratada (art. 5Âº, parÃ¡grafo Ãºnico, da Circular nÂº 302/2005). O Ã³rgÃ£o previdenciÃ¡rio oficial afere apenas a incapacidade profissional ou laborativa, que nÃ£o se confunde com as incapacidades parcial, total, temporÃ¡ria ou funcional. 8. Tese para os fins do art. 1.040 do CPC/2015: NÃ£o Ã© ilegal ou abusiva a clÃ¡usula que prevÃª a cobertura adicional de invalidez funcional permanente total por doenÃ§a (IFPD) em contrato de seguro de vida em grupo, condicionando o pagamento da indenizaÃ§Ã£o securitÃ¡ria Ã perda da existÃªncia independente do segurado, comprovada por declaraÃ§Ã£o mÃ©dica. 9. No caso concreto, recurso especial provido. (RECURSO ESPECIAL NÂº 1.845.943 - SP (2019/0324319-8), RELATOR: MINISTRO RICARDO VILLAS BÃAS CUEVA, RECORRENTE: ITAÃ VIDA E PREVIDÃNCIA S.A, RECORRIDO: ANTÃNIO BRAZ DE SOUSA,

INTERES.: FENAPREVI-FEDERACAO NACIONAL DE PREVIDENCIA PRIVADA E VIDA - "AMICUS CURIAE") Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Logo, em substituiÃ§Ã£o Ã IPD - Invalidez Permanente por DoenÃ§a, foram criadas, com a Circular SUSEP nÂº 302/2005, duas novas conceituaÃ§Ãµes para a invalidez por doenÃ§a: a laborativa e a funcional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na Invalidez Laborativa Permanente Total por DoenÃ§a (ILPD), hÃ¡ a garantia do pagamento de indenizaÃ§Ã£o em caso de invalidez laborativa permanente total, consequente de doenÃ§a para a qual nÃ£o se pode esperar recuperaÃ§Ã£o ou reabilitaÃ§Ã£o com os recursos terapÃªuticos disponÃ-veis no momento de sua constataÃ§Ã£o, para a atividade laborativa principal do segurado (aquela por meio da qual o segurado obteve maior renda, dentro de determinado exercÃ-cio anual definido nas condiÃ§Ãµes contratuais). Ademais, para efeitos dessa cobertura, consideram-se tambÃ©m como total e permanentemente invÃ¡lidos os segurados portadores de doenÃ§a em fase terminal atestada por profissional legalmente habilitado (art. 15 da Circular SUSEP nÂº 302/2005). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â JÃ¡ na Invalidez Funcional Permanente Total por DoenÃ§a (IFPD), a garantia do pagamento da indenizaÃ§Ã£o Ã© no caso de invalidez consequente de doenÃ§a que cause a perda da existÃªncia independente do segurado, ocorrida quando o quadro clÃ-nico incapacitante inviabilizar de forma irreversÃ-vel o pleno exercÃ-cio das relaÃ§Ãµes autonÃ´micas do segurado, comprovado na forma definida nas condiÃ§Ãµes gerais e/ou especiais do seguro. Ademais, para efeitos dessa cobertura, consideram-se tambÃ©m como total e permanentemente invÃ¡lidos os segurados portadores de doenÃ§a em fase terminal atestada por profissional legalmente habilitado (art. 17 da Circular SUSEP nÂº 302/2005). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ressalta-se que a cobertura adicional IFPD tambÃ©m pode ser contratada com o objetivo de garantir ao segurado, desde que ele o requeira, o pagamento antecipado do capital segurado contratado para a cobertura bÃ¡sica (morte), como, aliÃ¡s, ocorria na garantia IPD, de Ã-ndole facultativa (REsp nÂº 1.769.644/DF, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, DJe 29/10/2020, e REsp nÂº 1.178.616/PR, Rel. Ministro Ricardo Villas BÃ´as Cueva, DJe 24/4/2015). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, embora a cobertura IFPD (invalidez funcional) seja mais restritiva que a cobertura ILPD (invalidez profissional ou laboral), nÃ£o hÃ¡ falar em sua abusividade ou ilegalidade, tampouco em ofensa aos princÃ-pios da boa-fÃ© objetiva e da equidade, nÃ£o se constatando tambÃ©m nenhuma vantagem exagerada da seguradora em detrimento do consumidor. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â dizer, a cobertura IFPD nÃ£o Ã© incompatÃ-vel com a legislaÃ§Ã£o consumerista, conforme jÃ¡ decidiu o STJ. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, nÃ£o restando dÃºvidas que a garantia securitÃ¡ria IFPD (invalidez funcional) Ã© vÃ¡lida e possui pressupostos prÃ³prios, objetivos e transparentes, sem correlaÃ§Ã£o com a profissÃ£o do contratante, torna-se necessÃ¡rio fazer algumas consideraÃ§Ãµes acerca da comprovaÃ§Ã£o da incapacidade para fins securitÃ¡rios.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No que tange Ã comprovaÃ§Ã£o da natureza e da extensÃ£o da incapacidade para fins securitÃ¡rios, o simples fato de o segurado ter sido aposentado pelo INSS por invalidez permanente nÃ£o confere a ele o direito automÃ¡tico de receber indenizaÃ§Ã£o de seguro contratado com empresa privada, sendo imprescindÃ-vel a realizaÃ§Ã£o de perÃ-cia mÃ©dica para atestar o grau de incapacidade e o correto enquadramento na cobertura contratada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, ainda que o contrato de seguro preveja cobertura para incapacidade por doenÃ§a ou por acidente, se existir controvÃ©rsia quanto Ã natureza (temporÃ¡ria ou permanente) e Ã extensÃ£o (total, funcional ou parcial) da invalidez sustentada pelo segurado, Ã© de rigor a produÃ§Ã£o de prova pericial mÃ©dica Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isso porque a concessÃ£o de aposentadoria por invalidez pelo INSS nÃ£o induz presunÃ§Ã£o absoluta da incapacidade total do segurado, nÃ£o podendo, dessa forma, vincular ou obrigar as seguradoras privadas. Como cediÃ§o, a autarquia previdenciÃ¡ria afere apenas a incapacidade profissional ou laborativa, de modo que a aposentadoria por invalidez nÃ£o Ã© apta para demonstrar a ocorrÃªncia de riscos securitÃ¡rios diversos, como as incapacidades parcial, temporÃ¡ria ou funcional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em outras palavras, a invalidez constatada pelo Ã³rgÃ£o previdenciÃ¡rio oficial comprova a incapacidade do segurado de exercer sua profissÃ£o ou outra atividade que garanta o seu sustento; jÃ¡ eventual prova tÃ©cnica a ser requerida pela seguradora farÃ¡ a apuraÃ§Ã£o da prÃ³pria invalidez e do grau correspondente, ou seja, se a incapacidade Ã© permanente ou temporÃ¡ria (aspecto temporal) e se Ã© total, funcional ou parcial (intensidade da lesÃ£o). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Logo, o reconhecimento da invalidez pelo INSS nÃ£o dÃ¡ ao segurado o direito de receber a indenizaÃ§Ã£o referente ao seguro de pessoas, pois a prova, alÃ©m de ser relativa, utiliza-se de critÃ©rios distintos daqueles que a seguradora precisa para apurar a incapacidade garantida na apÃ³lice contratada, devendo haver a realizaÃ§Ã£o de perÃ-cia mÃ©dica especÃ-fica. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso dos autos, houve perÃ-cia mÃ©dica domiciliar realizada no segurado, na qual concluiu-se que a invalidez nÃ£o estava caracterizada para fins de indenizaÃ§Ã£o securitÃ¡ria, como se requer. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A parte autora nÃ£o apresenta quadro de incapacidade, nÃ£o hÃ¡ cobertura securitÃ¡ria, pois necessÃ¡rio seria o comprometimento total de sua independÃªncia autonomia, capaz de acarretar-lhe impedimento por completo para o exercÃ-cio de

qualquer funÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ainda, observa-se que o requerente possui autossuficiÃªncia para exercer as atividades cotidianas, fato que descaracteriza a invalidez total e em consequÃªncia o direito ao recebimento da indenizaÃ§Ã£o pleiteada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, conclui-se que o infortÃºnio em comento nÃ£o se encontra acobertado pelo contrato de seguro em questÃ£o, o que escusa a responsabilidade da requerida no que concerne Ã cobertura da invalidez suportada pelo requerente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deste modo, a improcedÃªncia do pedido Ã© medida que ora se impÃµe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, julgo improcedente o pedido inicial, extinguindo o feito, com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, nos termos do art. 487, I, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Condeno, ainda, o Autor ao pagamento das custas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios que arbitro em 10% sobre o valor da causa, suspensas por ser o autor beneficiÃ¡rio da justiÃ§a gratuita. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificado o trÂ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 29 de marÃ§o de 2022. EVERALDO PANTOJA E SILVA Juiz de Direito respondendo pela 8Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00379999720178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO A??o: Ação Civil Pública em: 05/04/2022 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA PROMOTOR:JOANA CHAGAS COUTINHO REU:AGUA UNIVERSAL EIRELI EPP AGUA UNIVERSAL Representante(s): OAB 17690 - LARISSA NIKOLAY ALMEIDA DA COSTA (ADVOGADO) REU:ALEXANDRE DA SILVA ADRIAO. PROCESSO NÂ° 0037999-97.2017.8.14.0301 ATA DE AUDIÊNCIA Aos 05 dias do mÃªs de abril de 2022, Ã s 10:00, nesta cidade de BelÃ©m, Estado do ParÃ¡, na sala de audiÃªncia do JuÃ-zo da 8Âª Vara CÃ-vel e Empresarial, onde se encontrava o MM. Juiz de Direito MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO,Â Juiz de Direito da 8Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital, titular, foi procedida a abertura de audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, observadas as formalidades legais, na AÃÃO CIVIL PÃBLICA COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA proposta pelo MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DO PARÃ, por intermÃ©dio da Procuradoria Regional e como RÃU AGUA UNIVERSAL - EIRELI e ALEXANDRE DA SILVA ADRIÃO ((Representante legal da empresa: ALEXANDRE DA SILVA ADRIÃOÂ RG: 2000010551000 SSPDC/CE Adv. Dativa: HELENA CLAUDIA MIRALHA PINGARILHO OAB/PA: 2746). Aberta a audiÃªncia, apregoadas as partes, somente o rÃ©u compareceu. PRESENTE O TÃCNICO (TESTEMUNHA): MILTON GOMES DOS SANTOS CRMV/PA: 0648 Tendo em vista que o MinistÃ©rio pÃºblico, em que pese ter sido regularmente intimado, e nÃ£o comparecido a audiÃªncia passo a oitiva do requerido que se manifesta no sentido de que todos os problemas citados na notificaÃ§Ã£o estÃ£o devidamente resolvidos conforme tudo que consta no processo confirma as alegaÃ§Ãµes do requerido, que o requerido nÃ£o trabalha mais com agua envasada e mudou de ramo, fazendo apenas o transporte de agua em caminhÃ£o pipa, obedecendo a recomendaÃ§Ã£o legal, passo a oitiva do servidor pÃºblico vinculado a secretaria do Estado de SaÃºde - SESPA, que foi o perito que compareceu ao local e por isso foi indicado como testemunha, Milton Gomes dos Santos. OITIVA DA TESTEMUNHA: Que foi o tÃ©cnico realizou a inspeÃ§Ã£o e a interdiÃ§Ã£o cautelar; que naquela Ã©poca, nÃ£o havia normas especifica para o envasamento do produto que apÃ³s a ANVISA regulamentou tornando-se mais rÃ-gidas as disposiÃ§Ãµes sobre o assunto; que o rÃ©u fora fiscalizado, entretanto a notificaÃ§Ã£o e a interdiÃ§Ã£o cautelar se deu por conta de questÃµes formais da norma e nÃ£o pela qualidade do produto, tendo em vista que nÃ£o foi constatado que o produto causou algum dano a terceiros. Que ele encerrou as atividades de Ã¡gua envasada, dando fim ao problema. Que o mesmo desde aquela Ã©poca, desistiu de envasar Ã¡gua e atualmente apenas distribui atravÃ©s de caminhÃ£o pipa. ManifestaÃ§Ã£o da advogada do requerido: Requer pela improcedÃªncia da denÃºncia, uma vez que restou comprovado que o suplicado, nÃ£o mais, trabalha no ramo de envasamento de garrafÃ£o de agua e que sua empresa mudou de ramo, tendo por fim, que o objeto da denuncia esvaziou pelo que deve ser revogada a liminar nos termos da lei, sÃ£o termos. DELIBERAÃÂ¿O: Cuida-se de aÃ§Ã£o civil pÃºblica com pedido de tutela antecipada ajuizada pelo MP do ESTADO DO PARÃ em face de AGUA UNIVERSAL - EIRELE aduzindo em sÃ-ntese que em 30 de novembro de 2016 a divisÃ£o de vigilÂ¢ncia sanitÃ¡ria Estadual realizou aÃ§Ã£o de fiscalizaÃ§Ã£o na empresa rÃ©, envasadora de agua adicionada de sais durante a fiscalizaÃ§Ã£o foram detectadas diversas irregularidades, dentre as quais, o funcionamento da empresa sem licenÃ§a da vigilÂ¢ncia sanitÃ¡ria, ausÃªncia de adiÃ§Ã£o de sais por falta de instalaÃ§Ã£o do maquinÃ¡rio para a adiÃ§Ã£o dos sais de forma adequada e a falta de de maquinÃ¡rio automÃ¡tico para prÃ©-lavagem, lavagem e envaso, afirma ainda que o estabelecimento estÃ¡ em perÃ-metro urbano e sem divisÃ³ria entre a Ã¡rea externa e a Ã¡rea de armazenamento dos garrafÃµes envasado. Por fim, a empresa tambÃ©m estava realizando envase em garrafÃµes vencidos, com a produÃ§Ã£o destinada a possÃ-vel comprador aos consumidores, fora lavrado o auto de infraÃ§Ã£o e a empresa foi interditada por nÃ£o possuir infraestrutura mÃ-nima de funcionamento, sem se preocupar com as boas prÃ¡ticas exigÃªncia fundamental para quem trabalha com

o produto agua potÃ¡vel. Â Â Â Â Â Ouvido o requerido, o mesmo se manifesta no sentido de que encerrou suas atividades relacionadas com o envase de garrafÃµes de Ã¡gua mineral e hoje trabalha com caminhÃµes pipa ou seja, mudou a natureza dos seus negÃ³cios e trabalha completamente legalizado. Decido: o presente processo perdeu o objeto a partir do momento em que o requerido fechou suas portas relativas ao envase de agua e atualmente trabalha com outro negÃ³cio, regularizado e que nada tem haver com a denuncia da qual foi objeto a petiÃ§Ã£o inicial cita a questÃ£o do dano social, entretanto, o perito presente a esta audiÃªncia deixou claroÂ que nÃ£o houve nenhum dano a terceiros relacionados a qualidade em si do produto o que afasta tal possibilidade. Um dos pedidos da inicial Ã© no sentido de que sejam encerradas em definitivo as atividades da empresa de envasamento, distribuiÃ§Ã£o e comercializaÃ§Ã£o de agua adicionada de sais, tal pedido, como dito antes, jÃ¡ fora cumprido pela parte que hoje trabalha com outro produto e nÃ£o pretende voltar a trabalhar com os produtos que deram origem a esta aÃ§Ã£o, assim sendo, nÃ£o hÃ¡ porque o poder judiciÃ¡rio se ocupar com uma demanda em que nÃ£o se quer resistÃªncia por parte do demandado, que demonstrou boa-fÃ© processual acrescida do fato de que o verdadeiro dano, foi causado a si prÃ³prio, arcando com os prejuÃ-zos que lhe foram impostos pelos erros cometidos, mas esta posiÃ§Ã£o nÃ£o se mostra apenas sob o Ã¢mbito moral, tendo em vista que materialmente o objeto principal requerido pelo MP foi devidamente cumprido. Ante o exposto, considerando que a obrigaÃ§Ã£o jÃ¡ estÃ¡ devidamente cumprida no mundo dos fatos, entendo que o presente processo perdeu o objeto, devendo ser extinto na forma da lei, nos termos do Art. 487, I, do CÃ³digo de Processo Civil. Custas e honorÃ¡rios advocatÃ-cios com base, no artigo 85 Â§ 10 do CPC, ficando claro que o MP estÃ¡ isento dos honorÃ¡rios. Certificado o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos. P.R.I.C. Nada mais. Eu, _____ (RAPHAELA OLIVEIRA), Assessora de Juiz, o digitei, conferi e subscrevo. JUIZ: TESTEMUNHA (AUTOR): RÃU: ADVOGADO (A):

RESENHA: 01/04/2022 A 12/04/2022 - SECRETARIA 2ª UPJ VARAS CIVEIS E EMPRESARIAL - COMERCIO E SUCESSAO - VARA: 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM PROCESSO: 00015686420178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IVAN TAVARES NEIVA A??o: Cumprimento de sentença em: 07/04/2022 EXEQUENTE:CONDOMÍNIO RESIDENCIAL FLOR DO ANANI Representante(s): OAB 17470 - SIGLIA BETANIA DE OLIVEIRA (ADVOGADO) EXECUTADO:CONSTRUTORA TENDA SA. ATO ORDINATÃRIO 7 de abril de 2022 De ordem do MM JuÃ-zo e amparada pelo Provimento 006/2006 CJRMB, considerando o retorno dos presentes autos do arquivo regional de BelÃ©m ,oÂ presente ato ordinatÃ³rio serve para intimar a parte que solicitou o desarquivamento do processo que, este jÃ¡ se encontra disponÃ-vel em secretaria pelo prazo de 30(trinta) dias, para que requisite o que achar pertinente(Prov.006/2006 da CJRMB). FABIO COSTA Servidor lotado na 2Âª UPJ CÃ-vel e Empresarial da Capital Resenhado em ___/___/2021 Publicado em ___/___/2021 PROCESSO: 00015686420178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IVAN TAVARES NEIVA A??o: Cumprimento de sentença em: 07/04/2022 EXEQUENTE:CONDOMÍNIO RESIDENCIAL FLOR DO ANANI Representante(s): OAB 17470 - SIGLIA BETANIA DE OLIVEIRA (ADVOGADO) EXECUTADO:CONSTRUTORA TENDA SA. ATO ORDINATÃRIO 7 de abril de 2022 De ordem do MM JuÃ-zo e amparada pelo Provimento 006/2006 CJRMB, considerando o retorno dos presentes autos do arquivo regional de BelÃ©m ,oÂ presente ato ordinatÃ³rio serve para intimar a parte que solicitou o desarquivamento do processo que, este jÃ¡ se encontra disponÃ-vel em secretaria pelo prazo de 30(trinta) dias, para que requisite o que achar pertinente(Prov.006/2006 da CJRMB). FABIO COSTA Servidor lotado na 2Âª UPJ CÃ-vel e Empresarial da Capital Resenhado em ___/___/2021 Publicado em ___/___/2021 PROCESSO: 00252719720128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IVAN TAVARES NEIVA A??o: Procedimento Comum Cível em: 07/04/2022 AUTOR:MASSA FALIDA DA ENCOL SA ENGENHARIA COMERCIO E INDUSTRIA Representante(s): OAB 14966 - MONIQUE TELES DE MENEZES MACEDO CHAVES (ADVOGADO) OAB 23336 - HEBERT ROGERIO ARANTES MATEUS (ADVOGADO) OAB 116221 - CASSIA MARIA PEREIRA (ADVOGADO) REU:JOAO CARLOS LOBATO MORAES REU:MARIA AUXILIADORA BARROS MORAES Representante(s): OAB 11996 - FERNANDO ALBUQUERQUE POMPEU (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO 7 de abril de 2022 De ordem do MM JuÃ-zo e amparada pelo Provimento 006/2006 CJRMB, considerando o retorno dos presentes autos do arquivo regional de BelÃ©m ,oÂ presente ato ordinatÃ³rio serve para intimar a parte que solicitou o desarquivamento do processo que, este jÃ¡ se encontra disponÃ-vel em secretaria pelo prazo de 30(trinta) dias, para que requisite o que achar pertinente(Prov.006/2006 da CJRMB). FABIO COSTA Servidor lotado na 2Âª UPJ

CÃ-vel e Empresarial da Capital Resenhado em ___/___/2021 Publicado em ___/___/2021 PROCESSO: 00252719720128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IVAN TAVARES NEIVA A??o: Procedimento Comum Cível em: 07/04/2022 AUTOR:MASSA FALIDA DA ENCOL SA ENGENHARIA COMERCIO E INDUSTRIA Representante(s): OAB 14966 - MONIQUE TELES DE MENEZES MACEDO CHAVES (ADVOGADO) OAB 23336 - HEBERT ROGERIO ARANTES MATEUS (ADVOGADO) OAB 116221 - CASSIA MARIA PEREIRA (ADVOGADO) REU:JOAO CARLOS LOBATO MORAES REU:MARIA AUXILIADORA BARROS MORAES Representante(s): OAB 11996 - FERNANDO ALBUQUERQUE POMPEU (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO 7 de abril de 2022 De ordem do MM JuÃ-zo e amparada pelo Provimento 006/2006 CJRMB, considerando o retorno dos presentes autos do arquivo regional de BelÃ©m ,oÂ presente ato ordinatÃ³rio serve para intimar a parte que solicitou o desarquivamento do processo que, este jÃ¡ se encontra disponÃ-vel em secretaria pelo prazo de 30(trinta) dias, para que requisite o que achar pertinente(Prov.006/2006 da CJRMB). FABIO COSTA Servidor lotado na 2Âª UPJ CÃ-vel e Empresarial da Capital Resenhado em ___/___/2021 Publicado em ___/___/2021

UPJ DAS VARAS CÍVEIS E EMPRESARIAIS DA CAPITAL - 9 VARA CÍVEL E EMPRESARIAL

RESENHA: 01/04/2022 A 12/04/2022 - SECRETARIA 2ª UPJ VARAS CIVEIS E EMPRESARIAL - COMERCIO E SUCESSAO - VARA: 9ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM PROCESSO: 0 0 1 5 2 3 6 8 5 2 0 0 4 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : 2 0 0 4 1 0 5 1 3 5 7 4 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IVAN TAVARES NEIVA A??o: Conversão de Separação Judicial em Divórcio em: 07/04/2022 REQUERENTE:L. C. P. REQUERENTE:P. S. S. P. Representante(s): LEONARDO MAROJA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO 7 de abril de 2022 De ordem do MM JuÃ-zo e amparada pelo Provimento 006/2006 CJRMB, considerando o retorno dos presentes autos do arquivo regional de BelÃ©m ,oÂ presente ato ordinatÃ³rio serve para intimar a parte que solicitou o desarquivamento do processo que, este jÃ¡ se encontra disponÃ-vel em secretaria pelo prazo de 30(trinta) dias, para que requisite o que achar pertinente(Prov.006/2006 da CJRMB). FABIO COSTA Servidor lotado na 2Âª UPJ CÃ-vel e Empresarial da Capital Resenhado em ___/___/2021 Publicado em ___/___/2021 PROCESSO: 00152368520048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410513574 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IVAN TAVARES NEIVA A??o: Conversão de Separação Judicial em Divórcio em: 07/04/2022 REQUERENTE:L. C. P. REQUERENTE:P. S. S. P. Representante(s): LEONARDO MAROJA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO 7 de abril de 2022 De ordem do MM JuÃ-zo e amparada pelo Provimento 006/2006 CJRMB, considerando o retorno dos presentes autos do arquivo regional de BelÃ©m ,oÂ presente ato ordinatÃ³rio serve para intimar a parte que solicitou o desarquivamento do processo que, este jÃ¡ se encontra disponÃ-vel em secretaria pelo prazo de 30(trinta) dias, para que requisite o que achar pertinente(Prov.006/2006 da CJRMB). FABIO COSTA Servidor lotado na 2Âª UPJ CÃ-vel e Empresarial da Capital Resenhado em ___/___/2021 Publicado em ___/___/2021

UPJ DAS VARAS DA FAZENDA DA CAPITAL - 1 VARA DA FAZENDA

PROCESSO: 00499517220108140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Procedimento Comum Cível em: 06/08/2021---AUTOR:LINCOLN CAMPOS PEREIRA Representante(s): OAB 10223 - ANDREI MANTOVANI (ADVOGADO) REU:BANCO DO ESTADO DO PARA BANPARA. CLASSE : PROCEDIMENTO COMUM CÃVEL ASSUNTO : INDENIZAÃ¿Ã¿O POR DANO MATERIAL AUTOR : LINCOLN CAMPOS PEREIRA RÃ¿U : BANCO DO ESTADO DO PARÃ - BANPARÃ SENTENÃ¿A Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â LINCOLN CAMPOS PEREIRA ajuizou AÃ§Ã£o IndenizatÃ³ria contra BANPARÃ. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os advogados das partes foram intimados, para devoluÃ§Ã£o dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram-me conclusos tÃ£o somente o procedimento de Â¿devoluÃ§Ã£o de autosÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Verifico que o Ãºltimo provimento judicial lanÃ§ado no presente processo data de 09/09/2013. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â AlÃ©m disso, resta evidenciado que os autos foram retirados em carga na data de 08/10/2013 sem, no entanto, haver registro de sua devoluÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, considerando o lapso temporal decorrido desde aquela data, Ã© vÃ¡lido presumir o desaparecimento dos autos, justificando a adoÃ§Ã£o dos procedimentos de restauraÃ§Ã£o de autos previstos nos arts. 712 e ss., do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, tendo em vista que os novos processos devem ser formalizados via sistema de Processo Judicial eletrÃ´nico - PJe, conforme Portaria nÂ° 2310/2014-GP (DJe nÂ° 5546/2014, de 21/07/2014), impÃµe-se a extinÃ§Ã£o da presente aÃ§Ã£o, facultando as partes a formalizaÃ§Ã£o daquele procedimento de restauraÃ§Ã£o diretamente no novo sistema. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante das razÃµes expostas, JULGO EXTINTO o processo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas, nem honorÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s transcurso do prazo recursal, certifique-se o trÃ¢nsito em julgado e arquive-se com as cautelas legais, autorizando, desde jÃ¡, se requerido pelas partes, a expediÃ§Ã£o das certidÃµes necessÃ¡rias a instauraÃ§Ã£o do procedimento previsto nos arts. 712 e ss., do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P. R. I. C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 03 de agosto de 2021 JoÃ£o Batista Lopes do Nascimento Juiz da 2Âª Vara da Fazenda da Capital

PROCESSO: 01335698120158140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDREA FERREIRA BISPO A??o: Procedimento Comum Cível em: 13/04/2022---AUTOR:WILLER DE JESUS PANTOJA PEREIRA Representante(s): OAB 11994 - JOSE ANIJAR FRAGOSO REI (DEFENSOR) REU:ESTADO DO PARA. DESPACHO ï¿½ï¿½ï¿½ï¿½ï¿½ï¿½ï¿½ï¿½ï¿½ï¿½ï¿½ï¿½R.H. ï¿½ï¿½ï¿½ï¿½ï¿½ï¿½ï¿½ï¿½ï¿½ï¿½ï¿½Tendo em vista a certidï¿½o de fl. 10, determino: ï¿½ï¿½ï¿½ï¿½ï¿½ï¿½ï¿½ï¿½ï¿½ï¿½ï¿½ï¿½I - INTIME-SE, pessoalmente, o autor WILLER DE JESUS PANTOJA PEREIRA para que promova, no prazo de 30(trinta) dias, na forma prevista nos artigos 712 a 718 do CPC/15, a restauraï¿½ï¿½o dos autos de nï¿½ 0133569-81.2015.814.0301, sob pena de arquivamento do expediente de cobranï¿½a. ï¿½ï¿½ï¿½ï¿½ï¿½ï¿½ï¿½ï¿½ï¿½ï¿½ï¿½II - Escoado o prazo assinalado, certifique-se. Apï¿½s, conclusos. ï¿½ï¿½ï¿½ï¿½ï¿½ï¿½ï¿½ï¿½ï¿½ï¿½ï¿½Intimem-se. Cumpra-se. ï¿½ï¿½ï¿½ï¿½ï¿½ï¿½Belï¿½m, 21 de marï¿½o de 2017. ANDREA FERREIRA BISPO Juï¿½za de Direito Respondendo pela 1ï¿½ Vara de Fazenda Pï¿½blica da Capital

PROCESSO: 00118112020038140301 PROCESSO ANTIGO: 200310156573 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MAGNO GUEDES CHAGAS A??o: Procedimento Comum Cível em: 19/03/2020---AUTOR:COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARA - COSANPA Representante(s): CLEIA SANTOS DE ABREU (ADVOGADO) WILSON RENATO PANDOLFO RIBEIRO (ADVOGADO) JOSE NEWTON CAMPELL MOUTINHO (ADVOGADO) REU:CONDOMINIO DO EDIFICIO LOURENCO M. LOPES BLOCO B Representante(s): ALBA LUCIA CARDOSO DA SILVA (ADVOGADO) . DECISÃO Considerando a Certidão retro, determino a busca e apreensão dos autos, que estão em posse do(a) advogado(a) WILSON RENATO PANDOLFO RIBEIRO - OAB/PA 9.568, bem como determino a perda do direito de vistas dos autos fora de cartório e aplicação de multa no valor de R$ 499,00 (quatrocentos e noventa e nove reais), conforme preceitua o artigo 234, §2º do CPC. Comunique-se o ocorrido a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Pará, para os procedimentos cabíveis, nos termos

do artigo 234, §3º do CPC. Servirá a presente decisão, por cópia digitalizada como MANDADO, nos termos do Provimento nº 03/2009 da CJRMB, com redação que lhe deu o Provimento 011/2009 daquele Órgão Correcional. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Belém (PA), 17 de março de 2020. MAGNO GUEDES CHAGAS. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Fazenda Pública da Capital

UPJ DAS VARAS DA FAZENDA DA CAPITAL - 2 VARA DA FAZENDA

PROCESSO: 00134541620068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610454205 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Cumprimento de sentença em: 06/08/2021---EMBARGANTE:BANCO DO ESTADO DO PARA SA Representante(s): SHIRLEY DA COSTA PINHEIRO (ADVOGADO) OAB 10328 - CLISTENES VITAL (ADVOGADO) EMBARGADO:JOSELI SOARES SANTOS Representante(s): JOAO AUGUSTO DA C. MARINHO (ADVOGADO) . CLASSE : EMBARGOS Ã¿ EXECUÃ¿Ã¿O ASSUNTO : CONTRATOS BANCÃRIOS EMBARGANTE : BANCO DO ESTADO DO PARÃ - BANPARÃ EMBARGADO : JOSELI SOARES SANTOS SENTENÃ¿A Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BANCO DO ESTADO DO PARÃ - BANPARÃ ajuizou AÃ§Ã£o de Embargos Ã ExecuÃ§Ã£o contra JOSELI SOARES SANTOS. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os advogados das partes foram intimados, para devoluÃ§Ã£o dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram-me conclusos tÃ£o somente o procedimento de Â¿devoluÃ§Ã£o de autosÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Verifico que o Ãºltimo provimento judicial lanÃ§ado no presente processo data de 09/12/2011. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â AlÃ©m disso, resta evidenciado que os autos foram retirados em carga na data de 13/08/2010 sem, no entanto, haver registro de sua devoluÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, considerando o lapso temporal decorrido desde aquela data, Ã© vÃ¡lido presumir o desaparecimento dos autos, justificando a adoÃ§Ã£o dos procedimentos de restauraÃ§Ã£o de autos previstos nos arts. 712 e ss., do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, tendo em vista que os novos processos devem ser formalizados via sistema de Processo Judicial eletrÃ´nico - PJe, conforme Portaria nÂ° 2310/2014-GP (DJe nÂ° 5546/2014, de 21/07/2014), impÃµe-se a extinÃ§Ã£o da presente aÃ§Ã£o, facultando as partes a formalizaÃ§Ã£o daquele procedimento de restauraÃ§Ã£o diretamente no novo sistema. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante das razÃµes expostas, JULGO EXTINTO o processo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas, nem honorÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s transcurso do prazo recursal, certifique-se o trÃ¢nsito em julgado e arquive-se com as cautelas legais, autorizando, desde jÃ¡, se requerido pelas partes, a expediÃ§Ã£o das certidÃµes necessÃ¡rias a instauraÃ§Ã£o do procedimento previsto nos arts. 712 e ss., do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P. R. I. C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 03 de agosto de 2021 JoÃ£o Batista Lopes do Nascimento Juiz da 2Âª Vara da Fazenda da Capital

RESENHA: 01/04/2022 A 12/04/2022 - SECRETARIA 2ª UPJ VARAS CIVEIS E EMPRESARIAL - COMERCIO E SUCESSAO - VARA: 10ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM PROCESSO: 00058796619978140301 PROCESSO ANTIGO: 199710090013 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IVAN TAVARES NEIVA A??o: Procedimento Comum Cível em: 07/04/2022 ADVOGADO:PEDRO HAMILTON DE O. NERY ADVOGADO:ANTONIO ALVES DA CUNHA NETO ADVOGADO:LENICE PINHEIRO MENDES ADVOGADO:KAREN LOUREIRO LIMA ADVOGADO:WACIM BALLOUT AUTOR:KATIA CRISTINA GONCALVES DE SOUZA Representante(s): KAREN LOUREIRO LIMA (ADVOGADO) REU:LUIS CARLOS DO ESPIRITO SANTO BRAGA Representante(s): OAB 6245 - DENNIS LOPES SERRUYA (ADVOGADO) KAREN LOUREIRO LIMA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO 7 de abril de 2022 De ordem do MM JuÃ-zo e amparada pelo Provimento 006/2006 CJRMB, considerando o retorno dos presentes autos do arquivo regional de BelÃ©m ,oÂ presente ato ordinatÃ³rio serve para intimar a parte que solicitou o desarquivamento do processo que, este jÃ¡ se encontra disponÃ-vel em secretaria pelo prazo de 30(trinta) dias, para que requisite o que achar pertinente(Prov.006/2006 da CJRMB). FABIO COSTA Servidor lotado na 2Âª UPJ CÃ-vel e Empresarial da Capital Resenhado em ___/___/2021 Publicado em ___/___/2021 PROCESSO: 00058796619978140301 PROCESSO ANTIGO: 199710090013 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IVAN TAVARES NEIVA A??o: Procedimento Comum Cível em: 07/04/2022 ADVOGADO:PEDRO HAMILTON DE O. NERY ADVOGADO:ANTONIO ALVES DA CUNHA NETO ADVOGADO:LENICE PINHEIRO MENDES ADVOGADO:KAREN LOUREIRO LIMA ADVOGADO:WACIM BALLOUT AUTOR:KATIA CRISTINA GONCALVES DE SOUZA Representante(s): KAREN LOUREIRO LIMA (ADVOGADO) REU:LUIS CARLOS DO ESPIRITO SANTO BRAGA Representante(s): OAB 6245 - DENNIS LOPES SERRUYA (ADVOGADO) KAREN LOUREIRO LIMA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO 7 de abril de 2022 De ordem do MM JuÃ-zo e amparada pelo Provimento 006/2006 CJRMB, considerando o retorno dos presentes autos do arquivo regional de BelÃ©m ,oÂ presente ato ordinatÃ³rio serve para intimar a parte que solicitou o desarquivamento do processo que, este jÃ¡ se encontra disponÃ-vel em secretaria pelo prazo de 30(trinta) dias, para que requisite o que achar pertinente(Prov.006/2006 da CJRMB). FABIO COSTA Servidor lotado na 2Âª UPJ CÃ-vel e Empresarial da Capital Resenhado em ___/___/2021 Publicado em ___/___/2021 PROCESSO: 00278063320118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IVAN TAVARES NEIVA A??o: Inventário em: 07/04/2022 INVENTARIANTE:JOAO PAULO DO VALLE MENDES Representante(s): OAB 5875 - KELMA SOUSA DE OLIVEIRA REUTER COUTINHO (ADVOGADO) INVENTARIADO:MARIA LUCIA DO VALLE MENDES. ATO ORDINATÃRIO 7 de abril de 2022 De ordem do MM JuÃ-zo e amparada pelo Provimento 006/2006 CJRMB, considerando o retorno dos presentes autos do arquivo regional de BelÃ©m ,oÂ presente ato ordinatÃ³rio serve para intimar a parte que solicitou o desarquivamento do processo que, este jÃ¡ se encontra disponÃ-vel em secretaria pelo prazo de 30(trinta) dias, para que requisite o que achar pertinente(Prov.006/2006 da CJRMB). FABIO COSTA Servidor lotado na 2Âª UPJ CÃ-vel e Empresarial da Capital Resenhado em ___/___/2021 Publicado em ___/___/2021 PROCESSO: 00278063320118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IVAN TAVARES NEIVA A??o: Inventário em: 07/04/2022 INVENTARIANTE:JOAO PAULO DO VALLE MENDES Representante(s): OAB 5875 - KELMA SOUSA DE OLIVEIRA REUTER COUTINHO (ADVOGADO) INVENTARIADO:MARIA LUCIA DO VALLE MENDES. ATO ORDINATÃRIO 7 de abril de 2022 De ordem do MM JuÃ-zo e amparada pelo Provimento 006/2006 CJRMB, considerando o retorno dos presentes autos do arquivo regional de BelÃ©m ,oÂ presente ato ordinatÃ³rio serve para intimar a parte que solicitou o desarquivamento do processo que, este jÃ¡ se encontra disponÃ-vel em secretaria pelo prazo de 30(trinta) dias, para que requisite o que achar pertinente(Prov.006/2006 da CJRMB). FABIO COSTA Servidor lotado na 2Âª UPJ CÃ-vel e Empresarial da Capital Resenhado em ___/___/2021 Publicado em ___/___/2021 PROCESSO: 00287220720018140301 PROCESSO ANTIGO: 200110347434 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ELOMAR COSTA PEREIRA A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 07/04/2022 AUTOR:J C MARANHAO COM E REP LTDA Representante(s): OAB 6778 - MARLUCE ALMEIDA DE MEDEIROS (ADVOGADO) OAB 12724 - GUSTAVO FREIRE DA FONSECA (ADVOGADO) THALES EDUARDO R PEREIRA (ADVOGADO) OAB 14782 - JOSE MILTON DE LIMA SAMPAIO NETO (ADVOGADO) OAB 12719 - RODOLFO MEIRA ROESSING (ADVOGADO) OAB 9678-A - CHEDID GEORGES ABDULMASSIH (ADVOGADO) OAB 18780 - ANA CARLA DINIZ PAZ (ADVOGADO) OAB 16286 - ELIELTON JOSE ROCHA SOUSA (ADVOGADO) VLADIMIR LOBO KOENIG

(ADVOGADO) REU:WALMIR HUGO PONTES DOS SANTOS JUNIOR Representante(s): OAB 4288 - MAURO CESAR LISBOA DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 15317 - WALMIR HUGO PONTES DOS SANTOS JUNIOR (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO Â TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ Â FÃRUM CÃVEL DA CAPITAL Â SECRETARIA DA 2Âª UPJ - VARAS CÃVEIS E EMPRESARIAIS COMÃRCIO E SUCESSÃO Processo nÂº 0028722-07.2001.8.14.0301 ATO ORDINATÃRIO DEVOLUÃÃO DE AUTOS - Nos termos do inciso XXIV, do Â§ 2Âº, do Art. 1Âº, do Provimento nÂº 006/2006 - CJRMB, combinado com o Art. 234, Â§ 2Âº do CPC - CÃ³digo de Processo Civil vigente, INTIMO o (a) advogado(a) habilitado (a)Â nos autos do Processo em epÃ-grafe. Considerando que a Advogado, Dr. WALMIR HUGO PONTES DOS SANTOS JUNIOR, OAB 15317, estÃ¡ de posse dos autos - PROCESSO CONTENDO 1 VOL COM 179 FLS E 1 APENSO - por tramitaÃ§Ã£o externa, fica o mesmo intimado desde jÃ¡ a devolver no prazo de 03 (trÃªs) dias o Processo para a Secretaria da 2Âª. UPJ CÃ-vel e Empresarial, para que seja cumprida a determinaÃ§Ã£o judicial exarada nos autos. BelÃ©m, 25 de fevereiro de 2022 Â Elomar Costa Pereira Â Servidor da 2Âª UPJ CÃ-vel e EmpresarialÂ Comarca de BelÃ©m-PA PROCESSO: 00402427520088140301 PROCESSO ANTIGO: 200811091997 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IVAN TAVARES NEIVA A??o: Despejo por Falta de Pagamento em: 07/04/2022 REP LEGAL:SERGIO FIUZA DE MELLO MENDES REP LEGAL:VERA MARIA PRATA MENDES REU:ASSOCIACAO CULTURAL E EDUCACIONAL DO PARA ACEPA Representante(s): KELMA OLIVEIRA REUTER COUTINHO (ADVOGADO) OAB 3934 - ISAAC RAMIRO BENTES (ADVOGADO) OAB 11986 - BRENDA MELO DA SILVA (ADVOGADO) AUTOR:REINALDO FERREIRA DA SILVA JUNIOR Representante(s): OAB 8349 - NEWTON CELIO PACHECO DE ALBUQUERQUE (ADVOGADO) OAB 13132 - BRUNO ALMEIDA DE ARAUJO COSTA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO 7 de abril de 2022 De ordem do MM JuÃ-zo e amparada pelo Provimento 006/2006 CJRMB, considerando o retorno dos presentes autos do arquivo regional de BelÃ©m ,oÂ presente ato ordinatÃ³rio serve para intimar a parte que solicitou o desarquivamento do processo que, este jÃ¡ se encontra disponÃ-vel em secretaria pelo prazo de 30(trinta) dias, para que requisite o que achar pertinente(Prov.006/2006 da CJRMB). FABIO COSTA Servidor lotado na 2Âª UPJ CÃ-vel e Empresarial da Capital Resenhado em ___/___/2021 Publicado em ___/___/2021 PROCESSO: 00402427520088140301 PROCESSO ANTIGO: 200811091997 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IVAN TAVARES NEIVA A??o: Despejo por Falta de Pagamento em: 07/04/2022 REP LEGAL:SERGIO FIUZA DE MELLO MENDES REP LEGAL:VERA MARIA PRATA MENDES REU:ASSOCIACAO CULTURAL E EDUCACIONAL DO PARA ACEPA Representante(s): KELMA OLIVEIRA REUTER COUTINHO (ADVOGADO) OAB 3934 - ISAAC RAMIRO BENTES (ADVOGADO) OAB 11986 - BRENDA MELO DA SILVA (ADVOGADO) AUTOR:REINALDO FERREIRA DA SILVA JUNIOR Representante(s): OAB 8349 - NEWTON CELIO PACHECO DE ALBUQUERQUE (ADVOGADO) OAB 13132 - BRUNO ALMEIDA DE ARAUJO COSTA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO 7 de abril de 2022 De ordem do MM JuÃ-zo e amparada pelo Provimento 006/2006 CJRMB, considerando o retorno dos presentes autos do arquivo regional de BelÃ©m ,oÂ presente ato ordinatÃ³rio serve para intimar a parte que solicitou o desarquivamento do processo que, este jÃ¡ se encontra disponÃ-vel em secretaria pelo prazo de 30(trinta) dias, para que requisite o que achar pertinente(Prov.006/2006 da CJRMB). FABIO COSTA Servidor lotado na 2Âª UPJ CÃ-vel e Empresarial da Capital Resenhado em ___/___/2021 Publicado em ___/___/2021

RESENHA: 01/04/2022 A 12/04/2022 - SECRETARIA 2ª UPJ VARAS CIVEIS E EMPRESARIAL - COMERCIO E SUCESSAO - VARA: 11ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM PROCESSO: 00015549720148140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IVAN TAVARES NEIVA A??o: Busca e Apreensão Infância e Juventude em: 07/04/2022 REQUERENTE:BANCO FINASA BMC SA Representante(s): OAB 18694-A - VERIDIANA PRUDENCIO RAFAEL (ADVOGADO) OAB 13846-A - CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (ADVOGADO) REQUERIDO:HANDERSON CLAYTON DA SILVA RIBEIRO Representante(s): OAB 18004 - HAROLDO SOARES DA COSTA (ADVOGADO) OAB 15650 - KENIA SOARES DA COSTA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO 7 de abril de 2022 De ordem do MM JuÃ-zo e amparada pelo Provimento 006/2006 CJRMB, considerando o retorno dos presentes autos do arquivo regional de BelÃ©m ,oÂ presente ato ordinatÃ³rio serve para intimar a parte que solicitou o desarquivamento do processo que, este jÃ¡ se encontra disponÃ-vel em secretaria pelo prazo de 30(trinta) dias, para que requisite o que achar pertinente(Prov.006/2006 da CJRMB). FABIO COSTA Servidor lotado na 2Âª UPJ CÃ-vel e Empresarial da Capital Resenhado em ___/___/2021 Publicado em ___/___/2021 PROCESSO: 00015549720148140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IVAN TAVARES NEIVA A??o: Busca e Apreensão Infância e Juventude em: 07/04/2022 REQUERENTE:BANCO FINASA BMC SA Representante(s): OAB 18694-A - VERIDIANA PRUDENCIO RAFAEL (ADVOGADO) OAB 13846-A - CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (ADVOGADO) REQUERIDO:HANDERSON CLAYTON DA SILVA RIBEIRO Representante(s): OAB 18004 - HAROLDO SOARES DA COSTA (ADVOGADO) OAB 15650 - KENIA SOARES DA COSTA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO 7 de abril de 2022 De ordem do MM JuÃ-zo e amparada pelo Provimento 006/2006 CJRMB, considerando o retorno dos presentes autos do arquivo regional de BelÃ©m ,oÂ presente ato ordinatÃ³rio serve para intimar a parte que solicitou o desarquivamento do processo que, este jÃ¡ se encontra disponÃ-vel em secretaria pelo prazo de 30(trinta) dias, para que requisite o que achar pertinente(Prov.006/2006 da CJRMB). FABIO COSTA Servidor lotado na 2Âª UPJ CÃ-vel e Empresarial da Capital Resenhado em ___/___/2021 Publicado em ___/___/2021 PROCESSO: 00085256219948140301 PROCESSO ANTIGO: 199410095593 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IVAN TAVARES NEIVA A??o: Inventário em: 07/04/2022 ADVOGADO:HYGINO S. AMANAJAS DE OLIVEIRA AUTOR:MARIA DE FATIMA RAMOS DIOGO INVENTARIADO:CUSTODIO RODRIGUES DIOGO. ATO ORDINATÃRIO 7 de abril de 2022 De ordem do MM JuÃ-zo e amparada pelo Provimento 006/2006 CJRMB, considerando o retorno dos presentes autos do arquivo regional de BelÃ©m ,oÂ presente ato ordinatÃ³rio serve para intimar a parte que solicitou o desarquivamento do processo que, este jÃ¡ se encontra disponÃ-vel em secretaria pelo prazo de 30(trinta) dias, para que requisite o que achar pertinente(Prov.006/2006 da CJRMB). FABIO COSTA Servidor lotado na 2Âª UPJ CÃ-vel e Empresarial da Capital Resenhado em ___/___/2021 Publicado em ___/___/2021 PROCESSO: 00085256219948140301 PROCESSO ANTIGO: 199410095593 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IVAN TAVARES NEIVA A??o: Inventário em: 07/04/2022 ADVOGADO:HYGINO S. AMANAJAS DE OLIVEIRA AUTOR:MARIA DE FATIMA RAMOS DIOGO INVENTARIADO:CUSTODIO RODRIGUES DIOGO. ATO ORDINATÃRIO 7 de abril de 2022 De ordem do MM JuÃ-zo e amparada pelo Provimento 006/2006 CJRMB, considerando o retorno dos presentes autos do arquivo regional de BelÃ©m ,oÂ presente ato ordinatÃ³rio serve para intimar a parte que solicitou o desarquivamento do processo que, este jÃ¡ se encontra disponÃ-vel em secretaria pelo prazo de 30(trinta) dias, para que requisite o que achar pertinente(Prov.006/2006 da CJRMB). FABIO COSTA Servidor lotado na 2Âª UPJ CÃ-vel e Empresarial da Capital Resenhado em ___/___/2021 Publicado em ___/___/2021 PROCESSO: 01351812020168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IVAN TAVARES NEIVA A??o: Procedimento Comum Cível em: 07/04/2022 REQUERENTE:JUSTA ROSA DA SILVA ARAUJO Representante(s): OAB 16489 - MARCIO DE FARIAS FIGUEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BMC REQUERIDO:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S A Representante(s): OAB 89774 - ACACIO FERNANDEZ ROBOREDO (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO 7 de abril de 2022 De ordem do MM JuÃ-zo e amparada pelo Provimento 006/2006 CJRMB, considerando o retorno dos presentes autos do arquivo regional de BelÃ©m ,oÂ presente ato ordinatÃ³rio serve para intimar a parte que solicitou o desarquivamento do processo que, este jÃ¡ se encontra disponÃ-vel em secretaria pelo prazo de 30(trinta) dias, para que requisite o que achar pertinente(Prov.006/2006 da CJRMB). FABIO COSTA Servidor lotado na 2Âª UPJ CÃ-vel e Empresarial da Capital Resenhado em ___/___/2021 Publicado em ___/___/2021

PROCESSO: 01351812020168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IVAN TAVARES NEIVA A??o: Procedimento Comum Cível em: 07/04/2022 REQUERENTE:JUSTA ROSA DA SILVA ARAUJO Representante(s): OAB 16489 - MARCIO DE FARIAS FIGUEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BMC REQUERIDO:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S A Representante(s): OAB 89774 - ACACIO FERNANDEZ ROBOREDO (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO 7 de abril de 2022 De ordem do MM JuÃ-zo e amparada pelo Provimento 006/2006 CJRMB, considerando o retorno dos presentes autos do arquivo regional de BelÃ©m ,oÂ presente ato ordinatÃ³rio serve para intimar a parte que solicitou o desarquivamento do processo que, este jÃ¡ se encontra disponÃ-vel em secretaria pelo prazo de 30(trinta) dias, para que requisite o que achar pertinente(Prov.006/2006 da CJRMB). FABIO COSTA Servidor lotado na 2Âª UPJ CÃ-vel e Empresarial da Capital Resenhado em ___/___/2021 Publicado em ___/___/2021

RESENHA: 06/04/2022 A 06/04/2022 - SECRETARIA 3ª UPJ VARAS DE COMERCIO, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, FALENCIA E SUCESSÕES - VARA: 13ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM PROCESSO: 00083681619968140301 PROCESSO ANTIGO: 199610273022 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CRISTIANO ARANTES E SILVA A??o: Habilitação de Crédito em: 06/04/2022 REQUERIDO:SUPERLOJAS COMERCIO LTDA Representante(s): OAB 8289 - LUIZ CLAUDIO AFFONSO MIRANDA (ADVOGADO) OAB 3643 - ROSANA DE LOURDES MONTEIRO MARTINS (ADVOGADO) OAB 1097 - CLAUDIO MENDONCA FERREIRA DE SOUZA (ADVOGADO) REQUERENTE:EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS Representante(s): OAB 5265 - SAMUEL TEIXEIRA DA SILVA (ADVOGADO) OAB 7347 - ROBERTO RIBEIRO DA CUNHA (ADVOGADO) OAB 3961 - ANTONIO CANDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITTO (ADVOGADO) OAB 5265 - SAMUEL TEIXEIRA DA SILVA (ADVOGADO) OAB 7347 - ROBERTO RIBEIRO DA CUNHA (ADVOGADO) OAB 3961 - ANTONIO CANDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITTO (ADVOGADO) SÍNDICO:JOSE LUIZ GONCALVES DA COSTA. SENTENÃA Vistos, etc. Trata-se de processo de FALÃNCIA decretada em 25.09.1995, em desfavor da empresa SUPERLOJAS COMÃRCIO LTDA. ApÃ³s mais de 15 anos de tramitaÃ§Ã£o, e nÃ£o tendo havido arrecadaÃ§Ã£o de ativos, foi publicado edital para que os credores manifestassem interesse no prosseguimento do feito. Instado a se manifestar, MinistÃ©rio PÃºblico informou que nada tinha a requerer (fls. 691). Decido. Aplica-se Ã presente aÃ§Ã£o de falÃªncia o Decreto Lei 7.661/45, consoante determinaÃ§Ã£o contida no artigo 192 da Lei 11.101/2005,Â ipsis verbis: Art. 192. Esta Lei nÃ£o se aplica aos processos de falÃªncia ou de concordata ajuizados anteriormente ao inÃ-cio de sua vigÃªncia, que serÃ£o concluÃ-dos nos termos do Decreto-Lei no 7.661, de 21 de junho de 1945. Compulsando os autos, verifico que apÃ³s diversas diligÃªncias realizadas para constituiÃ§Ã£o do ativo da empresa nÃ£o foram encontrados bens mÃ³veis e/ou imÃ³veis passÃ-veis de arrecadaÃ§Ã£o e nÃ£o sobreveio manifestaÃ§Ã£o de quaisquer interessados na continuidade do procedimento falimentar. O feito enquadra-se na regra do artigo 75 do Decreto Lei 7.661/45, que prevÃª o encerramento da falÃªncia nos casos de inexistÃªncia de bens, desde que, intimados os credores, nÃ£o haja manifestaÃ§Ã£o pelo prosseguimento do feito. Assim sendo, consubstanciado no artigo 132 do Decreto Lei 7.661/1945,Â DECLARO ENCERRADAÂ a falÃªncia decretada em desfavor de SUPERLOJAS COMÃRCIO LTDA, permanecendo a Falida responsÃ¡vel pelo passivo que persistir.Â Por outro lado, pela legislaÃ§Ã£o falimentar a remuneraÃ§Ã£o do sÃ-ndico Ã© fixada com base no percentual a ser recebido dos ativos que arrecadar. Nos casos de falÃªncia frustrada nÃ£o hÃ¡ qualquer ativo, razÃ£o pela qual deixo de arbitrar valor de honorÃ¡rios.Â Â ExpeÃ§a-se o edital (artigo 132, Â§2Âº do Decreto Lei 7.661/1945). Diligencie-se na forma do artigo 132, Â§3Âº do Decreto Lei 7.661/1945. Oficie-se Ã s Fazendas Federal, Estadual e Ã Junta Comercial do Estado do ParÃ¡ para comunicar o encerramento da falÃªncia. DEFIRO ASSISTÃNCIA JUDICIÃRIA GRATUITA tendo em vista a inexistÃªncia de ativos apurados como fato gerador do encerramento desta falÃªncia. Nos termos do art. 55, Â§1Âº, CPC, relacionado ao julgamento simultÃ¢neo, decreto a extinÃ§Ã£o de todas as habilitaÃ§Ãµes/impugnaÃ§Ãµes de crÃ©dito vinculadas a este feito, por manifesta ausÃªncia de interesse dos credores (art. 485, VI, CPC), devendo esta sentenÃ§a cadastrada em cada uma das referidas habilitaÃ§Ãµes/impugnaÃ§Ãµes de crÃ©dito. CiÃªncia ao SÃ-ndico, por publicaÃ§Ã£o, e ao MinistÃ©rio PÃºblico Estadual. Transitada em julgado, arquive-se, observadas as formalidades legais. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. BelÃ©m, data registrada/finalizada no sistema. CRISTIANO ARANTES E SILVA Juiz de Direito da 13Âª Vara CÃ-vel e Empresarial (DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE CONFORME LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO Ã MARGEM) PROCESSO: 00084523919948140301 PROCESSO ANTIGO: 199410094683 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CRISTIANO ARANTES E SILVA A??o: Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Micro em: 06/04/2022 AUTOR:SUPERLOJAS COMERCIO LTDA Representante(s): OAB 1097 - CLAUDIO MENDONCA FERREIRA DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 3643 - ROSANA DE LOURDES MONTEIRO MARTINS (ADVOGADO) OAB 8289 - LUIZ CLAUDIO AFFONSO MIRANDA (ADVOGADO) INTERESSADO:WHIRLPOOL SA Representante(s): OAB 79391 - RODRIGO HENRIQUES TOCANTINS (ADVOGADO) SÍNDICO:JOSE LUIZ GONCALVES DA COSTA. SENTENÃA Vistos, etc. Trata-se de processo de FALÃNCIA decretada em 25.09.1995, em desfavor da empresa SUPERLOJAS COMÃRCIO LTDA. ApÃ³s mais de 15 anos de tramitaÃ§Ã£o, e nÃ£o tendo havido arrecadaÃ§Ã£o de ativos, foi publicado edital para que os credores manifestassem interesse no prosseguimento do feito. Instado a se manifestar, MinistÃ©rio PÃºblico informou que nada tinha a requerer

(fls. 691). Decido. Aplica-se Ã presente aÃ§Ã£o de falÃªncia o Decreto Lei 7.661/45, consoante determinaÃ§Ã£o contida no artigo 192 da Lei 11.101/2005,Â ipsis verbis: Art. 192. Esta Lei nÃ£o se aplica aos processos de falÃªncia ou de concordata ajuizados anteriormente ao inÃ-cio de sua vigÃªncia, que serÃ£o concluÃ-dos nos termos do Decreto-Lei no 7.661, de 21 de junho de 1945. Compulsando os autos, verifico que apÃ³s diversas diligÃªncias realizadas para constituiÃ§Ã£o do ativo da empresa nÃ£o foram encontrados bens mÃ³veis e/ou imÃ³veis passÃ-veis de arrecadaÃ§Ã£o e nÃ£o sobreveio manifestaÃ§Ã£o de quaisquer interessados na continuidade do procedimento falimentar. O feito enquadra-se na regra do artigo 75 do Decreto Lei 7.661/45, que prevÃª o encerramento da falÃªncia nos casos de inexistÃªncia de bens, desde que, intimados os credores, nÃ£o haja manifestaÃ§Ã£o pelo prosseguimento do feito. Assim sendo, consubstanciado no artigo 132 do Decreto Lei 7.661/1945,Â DECLARO ENCERRADAÂ a falÃªncia decretada em desfavor de SUPERLOJAS COMÃRCIO LTDA, permanecendo a Falida responsÃ¡vel pelo passivo que persistir.Â Por outro lado, pela legislaÃ§Ã£o falimentar a remuneraÃ§Ã£o do sÃ-ndico Ã© fixada com base no percentual a ser recebido dos ativos que arrecadar. Nos casos de falÃªncia frustrada nÃ£o hÃ¡ qualquer ativo, razÃ£o pela qual deixo de arbitrar valor de honorÃ¡rios.Â Â ExpeÃ§a-se o edital (artigo 132, Â§2Âº do Decreto Lei 7.661/1945). Diligencie-se na forma do artigo 132, Â§3Âº do Decreto Lei 7.661/1945. Oficie-se Ã s Fazendas Federal, Estadual e Ã Junta Comercial do Estado do ParÃ¡ para comunicar o encerramento da falÃªncia. DEFIRO ASSISTÃNCIA JUDICIÃRIA GRATUITA tendo em vista a inexistÃªncia de ativos apurados como fato gerador do encerramento desta falÃªncia. Nos termos do art. 55, Â§1Âº, CPC, relacionado ao julgamento simultÃ¢neo, decreto a extinÃ§Ã£o de todas as habilitaÃ§Ãµes/impugnaÃ§Ãµes de crÃ©dito vinculadas a este feito, por manifesta ausÃªncia de interesse dos credores (art. 485, VI, CPC), devendo esta sentenÃ§a cadastrada em cada uma das referidas habilitaÃ§Ãµes/impugnaÃ§Ãµes de crÃ©dito. CiÃªncia ao SÃ-ndico, por publicaÃ§Ã£o, e ao MinistÃ©rio PÃºblico Estadual. Transitada em julgado, arquive-se, observadas as formalidades legais. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. BelÃ©m, data registrada/finalizada no sistema. CRISTIANO ARANTES E SILVA Juiz de Direito da 13Âª Vara CÃ-vel e Empresarial (DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE CONFORME LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO Ã MARGEM) PROCESSO: 00094566620088140301 PROCESSO ANTIGO: 19961027290 9 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CRISTIANO ARANTES E SILVA A??o: Habilitação de Crédito em: 06/04/2022 REQUERENTE:OTACILIO FRAZAO FILHO Representante(s): OAB 3537 - RAIMUNDO ELIAS DE SOUZA MENDES (DEFENSOR) OAB 3537 - RAIMUNDO ELIAS DE SOUZA MENDES (DEFENSOR) REQUERIDO:SUPERLOJAS COMERCIO LTDA Representante(s): OAB 8289 - LUIZ CLAUDIO AFFONSO MIRANDA (ADVOGADO) OAB 3643 - ROSANA DE LOURDES MONTEIRO MARTINS (ADVOGADO) OAB 1097 - CLAUDIO MENDONCA FERREIRA DE SOUZA (ADVOGADO) SÍNDICO:JOSE LUIZ GONCALVES DA COSTA. SENTENÃA Vistos, etc. Trata-se de processo de FALÃNCIA decretada em 25.09.1995, em desfavor da empresa SUPERLOJAS COMÃRCIO LTDA. ApÃ³s mais de 15 anos de tramitaÃ§Ã£o, e nÃ£o tendo havido arrecadaÃ§Ã£o de ativos, foi publicado edital para que os credores manifestassem interesse no prosseguimento do feito. Instado a se manifestar, MinistÃ©rio PÃºblico informou que nada tinha a requerer (fls. 691). Decido. Aplica-se Ã presente aÃ§Ã£o de falÃªncia o Decreto Lei 7.661/45, consoante determinaÃ§Ã£o contida no artigo 192 da Lei 11.101/2005,Â ipsis verbis: Art. 192. Esta Lei nÃ£o se aplica aos processos de falÃªncia ou de concordata ajuizados anteriormente ao inÃ-cio de sua vigÃªncia, que serÃ£o concluÃ-dos nos termos do Decreto-Lei no 7.661, de 21 de junho de 1945. Compulsando os autos, verifico que apÃ³s diversas diligÃªncias realizadas para constituiÃ§Ã£o do ativo da empresa nÃ£o foram encontrados bens mÃ³veis e/ou imÃ³veis passÃ-veis de arrecadaÃ§Ã£o e nÃ£o sobreveio manifestaÃ§Ã£o de quaisquer interessados na continuidade do procedimento falimentar. O feito enquadra-se na regra do artigo 75 do Decreto Lei 7.661/45, que prevÃª o encerramento da falÃªncia nos casos de inexistÃªncia de bens, desde que, intimados os credores, nÃ£o haja manifestaÃ§Ã£o pelo prosseguimento do feito. Assim sendo, consubstanciado no artigo 132 do Decreto Lei 7.661/1945,Â DECLARO ENCERRADAÂ a falÃªncia decretada em desfavor de SUPERLOJAS COMÃRCIO LTDA, permanecendo a Falida responsÃ¡vel pelo passivo que persistir.Â Por outro lado, pela legislaÃ§Ã£o falimentar a remuneraÃ§Ã£o do sÃ-ndico Ã© fixada com base no percentual a ser recebido dos ativos que arrecadar. Nos casos de falÃªncia frustrada nÃ£o hÃ¡ qualquer ativo, razÃ£o pela qual deixo de arbitrar valor de honorÃ¡rios.Â Â ExpeÃ§a-se o edital (artigo 132, Â§2Âº do Decreto Lei 7.661/1945). Diligencie-se na forma do artigo 132, Â§3Âº do Decreto Lei 7.661/1945. Oficie-se Ã s Fazendas Federal, Estadual e Ã Junta Comercial do Estado do ParÃ¡ para comunicar o encerramento da falÃªncia. DEFIRO ASSISTÃNCIA JUDICIÃRIA GRATUITA tendo em vista a inexistÃªncia de ativos apurados como fato gerador do encerramento desta falÃªncia. Nos termos do art. 55, Â§1Âº, CPC, relacionado ao julgamento simultÃ¢neo, decreto a extinÃ§Ã£o de todas as habilitaÃ§Ãµes/impugnaÃ§Ãµes de crÃ©dito vinculadas a este feito, por manifesta ausÃªncia de interesse

dos credores (art. 485, VI, CPC), devendo esta sentenÃ§a cadastrada em cada uma das referidas habilitaÃ§Ãµes/impugnaÃ§Ãµes de crÃ©dito. CiÃªncia ao SÃ-ndico, por publicaÃ§Ã£o, e ao MinistÃ©rio PÃºblico Estadual. Transitada em julgado, arquive-se, observadas as formalidades legais. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. BelÃ©m, data registrada/finalizada no sistema. CRISTIANO ARANTES E SILVA Juiz de Direito da 13Âª Vara CÃ-vel e Empresarial (DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE CONFORME LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO Ã MARGEM) PROCESSO: 00094576120088140301 PROCESSO ANTIGO: 199410203617 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CRISTIANO ARANTES E SILVA A??o: Habilitação de Crédito em: 06/04/2022 REQUERIDO:CONCORDATA PREVENTIVA DE SUPERLOJAS COMERCIO LTDA Representante(s): OAB 8289 - LUIZ CLAUDIO AFFONSO MIRANDA (ADVOGADO) OAB 3643 - ROSANA DE LOURDES MONTEIRO MARTINS (ADVOGADO) OAB 1097 - CLAUDIO MENDONCA FERREIRA DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 8289 - LUIZ CLAUDIO AFFONSO MIRANDA (ADVOGADO) OAB 3643 - ROSANA DE LOURDES MONTEIRO MARTINS (ADVOGADO) OAB 1097 - CLAUDIO MENDONCA FERREIRA DE SOUZA (ADVOGADO) AUTOR:GRADIENTE ELETRONICA SA Representante(s): OAB 3431 - GILBERTO BATISTA DINIZ (ADVOGADO) SÍNDICO:JOSE LUIZ GONCALVES DA COSTA. SENTENÃA Vistos, etc. Trata-se de processo de FALÃNCIA decretada em 25.09.1995, em desfavor da empresa SUPERLOJAS COMÃRCIO LTDA. ApÃ³s mais de 15 anos de tramitaÃ§Ã£o, e nÃ£o tendo havido arrecadaÃ§Ã£o de ativos, foi publicado edital para que os credores manifestassem interesse no prosseguimento do feito. Instado a se manifestar, MinistÃ©rio PÃºblico informou que nada tinha a requerer (fls. 691). Decido. Aplica-se Ã presente aÃ§Ã£o de falÃªncia o Decreto Lei 7.661/45, consoante determinaÃ§Ã£o contida no artigo 192 da Lei 11.101/2005,Â ipsis verbis: Art. 192. Esta Lei nÃ£o se aplica aos processos de falÃªncia ou de concordata ajuizados anteriormente ao inÃ-cio de sua vigÃªncia, que serÃ£o concluÃ-dos nos termos do Decreto-Lei no 7.661, de 21 de junho de 1945. Compulsando os autos, verifico que apÃ³s diversas diligÃªncias realizadas para constituiÃ§Ã£o do ativo da empresa nÃ£o foram encontrados bens mÃ³veis e/ou imÃ³veis passÃ-veis de arrecadaÃ§Ã£o e nÃ£o sobreveio manifestaÃ§Ã£o de quaisquer interessados na continuidade do procedimento falimentar. O feito enquadra-se na regra do artigo 75 do Decreto Lei 7.661/45, que prevÃª o encerramento da falÃªncia nos casos de inexistÃªncia de bens, desde que, intimados os credores, nÃ£o haja manifestaÃ§Ã£o pelo prosseguimento do feito. Assim sendo, consubstanciado no artigo 132 do Decreto Lei 7.661/1945,Â DECLARO ENCERRADAÂ a falÃªncia decretada em desfavor de SUPERLOJAS COMÃRCIO LTDA, permanecendo a Falida responsÃ¡vel pelo passivo que persistir.Â Por outro lado, pela legislaÃ§Ã£o falimentar a remuneraÃ§Ã£o do sÃ-ndico Ã© fixada com base no percentual a ser recebido dos ativos que arrecadar. Nos casos de falÃªncia frustrada nÃ£o hÃ¡ qualquer ativo, razÃ£o pela qual deixo de arbitrar valor de honorÃ¡rios.Â Â ExpeÃ§a-se o edital (artigo 132, Â§2Âº do Decreto Lei 7.661/1945). Diligencie-se na forma do artigo 132, Â§3Âº do Decreto Lei 7.661/1945. Oficie-se Ã s Fazendas Federal, Estadual e Ã Junta Comercial do Estado do ParÃ¡ para comunicar o encerramento da falÃªncia. DEFIRO ASSISTÃNCIA JUDICIÃRIA GRATUITA tendo em vista a inexistÃªncia de ativos apurados como fato gerador do encerramento desta falÃªncia. Nos termos do art. 55, Â§1Âº, CPC, relacionado ao julgamento simultÃ¢neo, decreto a extinÃ§Ã£o de todas as habilitaÃ§Ãµes/impugnaÃ§Ãµes de crÃ©dito vinculadas a este feito, por manifesta ausÃªncia de interesse dos credores (art. 485, VI, CPC), devendo esta sentenÃ§a cadastrada em cada uma das referidas habilitaÃ§Ãµes/impugnaÃ§Ãµes de crÃ©dito. CiÃªncia ao SÃ-ndico, por publicaÃ§Ã£o, e ao MinistÃ©rio PÃºblico Estadual. Transitada em julgado, arquive-se, observadas as formalidades legais. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. BelÃ©m, data registrada/finalizada no sistema. CRISTIANO ARANTES E SILVA Juiz de Direito da 13Âª Vara CÃ-vel e Empresarial (DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE CONFORME LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO Ã MARGEM) PROCESSO: 00094585620088140301 PROCESSO ANTIGO: 199410203625 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CRISTIANO ARANTES E SILVA A??o: Habilitação de Crédito em: 06/04/2022 REQUERIDO:CONCORDATA PREVENTIVA DE SUPERLOJAS COMERCIO LTDA Representante(s): OAB 8289 - LUIZ CLAUDIO AFFONSO MIRANDA (ADVOGADO) OAB 3643 - ROSANA DE LOURDES MONTEIRO MARTINS (ADVOGADO) OAB 1097 - CLAUDIO MENDONCA FERREIRA DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 8289 - LUIZ CLAUDIO AFFONSO MIRANDA (ADVOGADO) OAB 3643 - ROSANA DE LOURDES MONTEIRO MARTINS (ADVOGADO) OAB 1097 - CLAUDIO MENDONCA FERREIRA DE SOUZA (ADVOGADO) AUTOR:PHILCO DA AMAZONIA SA Representante(s): OAB 2438 - CARLOS LEVY FERREIRA GOMES (ADVOGADO) OAB 2438 - CARLOS LEVY FERREIRA GOMES (ADVOGADO) SÍNDICO:JOSE LUIZ GONCALVES DA COSTA. SENTENÃA Vistos, etc. Trata-se de processo de FALÃNCIA decretada em 25.09.1995, em desfavor da empresa SUPERLOJAS COMÃRCIO LTDA. ApÃ³s mais de 15 anos de tramitaÃ§Ã£o, e nÃ£o tendo havido arrecadaÃ§Ã£o de ativos, foi publicado edital para que os credores manifestassem interesse no

prosseguimento do feito. Instado a se manifestar, MinistÃ©rio PÃºblico informou que nada tinha a requerer (fls. 691). Decido. Aplica-se Ã presente aÃ§Ã£o de falÃªncia o Decreto Lei 7.661/45, consoante determinaÃ§Ã£o contida no artigo 192 da Lei 11.101/2005,Â ipsis verbis: Art. 192. Esta Lei nÃ£o se aplica aos processos de falÃªncia ou de concordata ajuizados anteriormente ao inÃ-cio de sua vigÃªncia, que serÃ£o concluÃ-dos nos termos do Decreto-Lei no 7.661, de 21 de junho de 1945. Compulsando os autos, verifico que apÃ³s diversas diligÃªncias realizadas para constituiÃ§Ã£o do ativo da empresa nÃ£o foram encontrados bens mÃ³veis e/ou imÃ³veis passÃ-veis de arrecadaÃ§Ã£o e nÃ£o sobreveio manifestaÃ§Ã£o de quaisquer interessados na continuidade do procedimento falimentar. O feito enquadra-se na regra do artigo 75 do Decreto Lei 7.661/45, que prevÃª o encerramento da falÃªncia nos casos de inexistÃªncia de bens, desde que, intimados os credores, nÃ£o haja manifestaÃ§Ã£o pelo prosseguimento do feito. Assim sendo, consubstanciado no artigo 132 do Decreto Lei 7.661/1945,Â DECLARO ENCERRADAÂ a falÃªncia decretada em desfavor de SUPERLOJAS COMÃRCIO LTDA, permanecendo a Falida responsÃ¡vel pelo passivo que persistir.Â Por outro lado, pela legislaÃ§Ã£o falimentar a remuneraÃ§Ã£o do sÃ-ndico Ã© fixada com base no percentual a ser recebido dos ativos que arrecadar. Nos casos de falÃªncia frustrada nÃ£o hÃ¡ qualquer ativo, razÃ£o pela qual deixo de arbitrar valor de honorÃ¡rios.Â Â ExpeÃ§a-se o edital (artigo 132, Â§2Âº do Decreto Lei 7.661/1945). Diligencie-se na forma do artigo 132, Â§3Âº do Decreto Lei 7.661/1945. Oficie-se Ã s Fazendas Federal, Estadual e Ã Junta Comercial do Estado do ParÃ¡ para comunicar o encerramento da falÃªncia. DEFIRO ASSISTÃNCIA JUDICIÃRIA GRATUITA tendo em vista a inexistÃªncia de ativos apurados como fato gerador do encerramento desta falÃªncia. Nos termos do art. 55, Â§1Âº, CPC, relacionado ao julgamento simultÃ¢neo, decreto a extinÃ§Ã£o de todas as habilitaÃ§Ãµes/impugnaÃ§Ãµes de crÃ©dito vinculadas a este feito, por manifesta ausÃªncia de interesse dos credores (art. 485, VI, CPC), devendo esta sentenÃ§a cadastrada em cada uma das referidas habilitaÃ§Ãµes/impugnaÃ§Ãµes de crÃ©dito. CiÃªncia ao SÃ-ndico, por publicaÃ§Ã£o, e ao MinistÃ©rio PÃºblico Estadual. Transitada em julgado, arquive-se, observadas as formalidades legais. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. BelÃ©m, data registrada/finalizada no sistema. CRISTIANO ARANTES E SILVA Juiz de Direito da 13Âª Vara CÃ-vel e Empresarial (DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE CONFORME LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO Ã MARGEM) PROCESSO: 00094595120088140301 PROCESSO ANTIGO: 19951024717 7 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CRISTIANO ARANTES E SILVA A??o: Habilitação de Crédito em: 06/04/2022 AUTOR:TV SBT CANAL CINCO DE BELEM SA Representante(s): OAB R-237 - RAIMUNDO BENEDITO DE SOUZA CONTE (ADVOGADO) REQUERIDO:CONCORDATA PREVENTIVA DE SUPERLOJAS COMERCIO LTDA Representante(s): OAB 8289 - LUIZ CLAUDIO AFFONSO MIRANDA (ADVOGADO) OAB 3643 - ROSANA DE LOURDES MONTEIRO MARTINS (ADVOGADO) OAB 1097 - CLAUDIO MENDONCA FERREIRA DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 8289 - LUIZ CLAUDIO AFFONSO MIRANDA (ADVOGADO) OAB 3643 - ROSANA DE LOURDES MONTEIRO MARTINS (ADVOGADO) OAB 1097 - CLAUDIO MENDONCA FERREIRA DE SOUZA (ADVOGADO) SÍNDICO:JOSE LUIZ GONCALVES DA COSTA. SENTENÃA Vistos, etc. Trata-se de processo de FALÃNCIA decretada em 25.09.1995, em desfavor da empresa SUPERLOJAS COMÃRCIO LTDA. ApÃ³s mais de 15 anos de tramitaÃ§Ã£o, e nÃ£o tendo havido arrecadaÃ§Ã£o de ativos, foi publicado edital para que os credores manifestassem interesse no prosseguimento do feito. Instado a se manifestar, MinistÃ©rio PÃºblico informou que nada tinha a requerer (fls. 691). Decido. Aplica-se Ã presente aÃ§Ã£o de falÃªncia o Decreto Lei 7.661/45, consoante determinaÃ§Ã£o contida no artigo 192 da Lei 11.101/2005,Â ipsis verbis: Art. 192. Esta Lei nÃ£o se aplica aos processos de falÃªncia ou de concordata ajuizados anteriormente ao inÃ-cio de sua vigÃªncia, que serÃ£o concluÃ-dos nos termos do Decreto-Lei no 7.661, de 21 de junho de 1945. Compulsando os autos, verifico que apÃ³s diversas diligÃªncias realizadas para constituiÃ§Ã£o do ativo da empresa nÃ£o foram encontrados bens mÃ³veis e/ou imÃ³veis passÃ-veis de arrecadaÃ§Ã£o e nÃ£o sobreveio manifestaÃ§Ã£o de quaisquer interessados na continuidade do procedimento falimentar. O feito enquadra-se na regra do artigo 75 do Decreto Lei 7.661/45, que prevÃª o encerramento da falÃªncia nos casos de inexistÃªncia de bens, desde que, intimados os credores, nÃ£o haja manifestaÃ§Ã£o pelo prosseguimento do feito. Assim sendo, consubstanciado no artigo 132 do Decreto Lei 7.661/1945,Â DECLARO ENCERRADAÂ a falÃªncia decretada em desfavor de SUPERLOJAS COMÃRCIO LTDA, permanecendo a Falida responsÃ¡vel pelo passivo que persistir.Â Por outro lado, pela legislaÃ§Ã£o falimentar a remuneraÃ§Ã£o do sÃ-ndico Ã© fixada com base no percentual a ser recebido dos ativos que arrecadar. Nos casos de falÃªncia frustrada nÃ£o hÃ¡ qualquer ativo, razÃ£o pela qual deixo de arbitrar valor de honorÃ¡rios.Â Â ExpeÃ§a-se o edital (artigo 132, Â§2Âº do Decreto Lei 7.661/1945). Diligencie-se na forma do artigo 132, Â§3Âº do Decreto Lei 7.661/1945. Oficie-se Ã s Fazendas Federal, Estadual e Ã Junta Comercial do Estado do ParÃ¡ para comunicar o encerramento da falÃªncia. DEFIRO ASSISTÃNCIA JUDICIÃRIA GRATUITA tendo em vista a inexistÃªncia de ativos

apurados como fato gerador do encerramento desta falÃªncia. Nos termos do art. 55, Â§1Âº, CPC, relacionado ao julgamento simultÃ¢neo, decreto a extinÃ§Ã£o de todas as habilitaÃ§Ãµes/impugnaÃ§Ãµes de crÃ©dito vinculadas a este feito, por manifesta ausÃªncia de interesse dos credores (art. 485, VI, CPC), devendo esta sentenÃ§a cadastrada em cada uma das referidas habilitaÃ§Ãµes/impugnaÃ§Ãµes de crÃ©dito. CiÃªncia ao SÃ-ndico, por publicaÃ§Ã£o, e ao MinistÃ©rio PÃºblico Estadual. Transitada em julgado, arquive-se, observadas as formalidades legais. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. BelÃ©m, data registrada/finalizada no sistema. CRISTIANO ARANTES E SILVA Juiz de Direito da 13Âª Vara CÃ-vel e Empresarial (DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE CONFORME LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO Ã MARGEM) PROCESSO: 00094604620088140301 PROCESSO ANTIGO: 19951024718 5 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CRISTIANO ARANTES E SILVA A??o: Habilitação de Crédito em: 06/04/2022 REQUERIDO:CONCORDATA PREVENTIVA DE SUPERLOJAS COMERCIO LTDA Representante(s): OAB 8289 - LUIZ CLAUDIO AFFONSO MIRANDA (ADVOGADO) OAB 3643 - ROSANA DE LOURDES MONTEIRO MARTINS (ADVOGADO) OAB 1097 - CLAUDIO MENDONCA FERREIRA DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 8289 - LUIZ CLAUDIO AFFONSO MIRANDA (ADVOGADO) OAB 3643 - ROSANA DE LOURDES MONTEIRO MARTINS (ADVOGADO) OAB 1097 - CLAUDIO MENDONCA FERREIRA DE SOUZA (ADVOGADO) AUTOR:SHARP DO BRASIL SA IND DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS Representante(s): OAB 12010 - RUY RIBEIRO (ADVOGADO) OAB 12010 - RUY RIBEIRO (ADVOGADO) SÍNDICO:JOSE LUIZ GONCALVES DA COSTA. SENTENÃA Vistos, etc. Trata-se de processo de FALÃNCIA decretada em 25.09.1995, em desfavor da empresa SUPERLOJAS COMÃRCIO LTDA. ApÃ³s mais de 15 anos de tramitaÃ§Ã£o, e nÃ£o tendo havido arrecadaÃ§Ã£o de ativos, foi publicado edital para que os credores manifestassem interesse no prosseguimento do feito. Instado a se manifestar, MinistÃ©rio PÃºblico informou que nada tinha a requerer (fls. 691). Decido. Aplica-se Ã presente aÃ§Ã£o de falÃªncia o Decreto Lei 7.661/45, consoante determinaÃ§Ã£o contida no artigo 192 da Lei 11.101/2005,Â ipsis verbis: Art. 192. Esta Lei nÃ£o se aplica aos processos de falÃªncia ou de concordata ajuizados anteriormente ao inÃ-cio de sua vigÃªncia, que serÃ£o concluÃ-dos nos termos do Decreto-Lei no 7.661, de 21 de junho de 1945. Compulsando os autos, verifico que apÃ³s diversas diligÃªncias realizadas para constituiÃ§Ã£o do ativo da empresa nÃ£o foram encontrados bens mÃ³veis e/ou imÃ³veis passÃ-veis de arrecadaÃ§Ã£o e nÃ£o sobreveio manifestaÃ§Ã£o de quaisquer interessados na continuidade do procedimento falimentar. O feito enquadra-se na regra do artigo 75 do Decreto Lei 7.661/45, que prevÃª o encerramento da falÃªncia nos casos de inexistÃªncia de bens, desde que, intimados os credores, nÃ£o haja manifestaÃ§Ã£o pelo prosseguimento do feito. Assim sendo, consubstanciado no artigo 132 do Decreto Lei 7.661/1945,Â DECLARO ENCERRADAÂ a falÃªncia decretada em desfavor de SUPERLOJAS COMÃRCIO LTDA, permanecendo a Falida responsÃ¡vel pelo passivo que persistir.Â Por outro lado, pela legislaÃ§Ã£o falimentar a remuneraÃ§Ã£o do sÃ-ndico Ã© fixada com base no percentual a ser recebido dos ativos que arrecadar. Nos casos de falÃªncia frustrada nÃ£o hÃ¡ qualquer ativo, razÃ£o pela qual deixo de arbitrar valor de honorÃ¡rios.Â Â ExpeÃ§a-se o edital (artigo 132, Â§2Âº do Decreto Lei 7.661/1945). Diligencie-se na forma do artigo 132, Â§3Âº do Decreto Lei 7.661/1945. Oficie-se Ã s Fazendas Federal, Estadual e Ã Junta Comercial do Estado do ParÃ¡ para comunicar o encerramento da falÃªncia. DEFIRO ASSISTÃNCIA JUDICIÃRIA GRATUITA tendo em vista a inexistÃªncia de ativos apurados como fato gerador do encerramento desta falÃªncia. Nos termos do art. 55, Â§1Âº, CPC, relacionado ao julgamento simultÃ¢neo, decreto a extinÃ§Ã£o de todas as habilitaÃ§Ãµes/impugnaÃ§Ãµes de crÃ©dito vinculadas a este feito, por manifesta ausÃªncia de interesse dos credores (art. 485, VI, CPC), devendo esta sentenÃ§a cadastrada em cada uma das referidas habilitaÃ§Ãµes/impugnaÃ§Ãµes de crÃ©dito. CiÃªncia ao SÃ-ndico, por publicaÃ§Ã£o, e ao MinistÃ©rio PÃºblico Estadual. Transitada em julgado, arquive-se, observadas as formalidades legais. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. BelÃ©m, data registrada/finalizada no sistema. CRISTIANO ARANTES E SILVA Juiz de Direito da 13Âª Vara CÃ-vel e Empresarial (DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE CONFORME LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO Ã MARGEM) PROCESSO: 00094614120088140301 PROCESSO ANTIGO: 19941020363 3 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CRISTIANO ARANTES E SILVA A??o: Habilitação de Crédito em: 06/04/2022 AUTOR:PHILIPS DO BRASIL LTDA Representante(s): OAB 5471 - MOACYR GONCALVES PAMPLONA JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:CONCORDATA PREVENTIVA DE SUPERLOJAS COMERCIO LTDA Representante(s): OAB 8289 - LUIZ CLAUDIO AFFONSO MIRANDA (ADVOGADO) OAB 3643 - ROSANA DE LOURDES MONTEIRO MARTINS (ADVOGADO) OAB 1097 - JANDIRA HENRIQUES (ADVOGADO) OAB 8289 - LUIZ CLAUDIO AFFONSO MIRANDA (ADVOGADO) OAB 3643 - ROSANA DE LOURDES MONTEIRO MARTINS (ADVOGADO) OAB 1097 - JANDIRA HENRIQUES (ADVOGADO) SÍNDICO:JOSE LUIZ GONCALVES DA COSTA. SENTENÃA Vistos, etc.

Trata-se de processo de FALÃNCIA decretada em 25.09.1995, em desfavor da empresa SUPERLOJAS COMÃRCIO LTDA. ApÃ³s mais de 15 anos de tramitaÃ§Ã£o, e nÃ£o tendo havido arrecadaÃ§Ã£o de ativos, foi publicado edital para que os credores manifestassem interesse no prosseguimento do feito. Instado a se manifestar, MinistÃ©rio PÃºblico informou que nada tinha a requerer (fls. 691). Decido. Aplica-se Ã presente aÃ§Ã£o de falÃªncia o Decreto Lei 7.661/45, consoante determinaÃ§Ã£o contida no artigo 192 da Lei 11.101/2005,Â ipsis verbis: Art. 192. Esta Lei nÃ£o se aplica aos processos de falÃªncia ou de concordata ajuizados anteriormente ao inÃ-cio de sua vigÃªncia, que serÃ£o concluÃ-dos nos termos do Decreto-Lei no 7.661, de 21 de junho de 1945. Compulsando os autos, verifico que apÃ³s diversas diligÃªncias realizadas para constituiÃ§Ã£o do ativo da empresa nÃ£o foram encontrados bens mÃ³veis e/ou imÃ³veis passÃ-veis de arrecadaÃ§Ã£o e nÃ£o sobreveio manifestaÃ§Ã£o de quaisquer interessados na continuidade do procedimento falimentar. O feito enquadra-se na regra do artigo 75 do Decreto Lei 7.661/45, que prevÃª o encerramento da falÃªncia nos casos de inexistÃªncia de bens, desde que, intimados os credores, nÃ£o haja manifestaÃ§Ã£o pelo prosseguimento do feito. Assim sendo, consubstanciado no artigo 132 do Decreto Lei 7.661/1945,Â DECLARO ENCERRADAÂ a falÃªncia decretada em desfavor de SUPERLOJAS COMÃRCIO LTDA, permanecendo a Falida responsÃ¡vel pelo passivo que persistir.Â Por outro lado, pela legislaÃ§Ã£o falimentar a remuneraÃ§Ã£o do sÃ-ndico Ã© fixada com base no percentual a ser recebido dos ativos que arrecadar. Nos casos de falÃªncia frustrada nÃ£o hÃ¡ qualquer ativo, razÃ£o pela qual deixo de arbitrar valor de honorÃ¡rios.Â Â ExpeÃ§a-se o edital (artigo 132, Â§2Âº do Decreto Lei 7.661/1945). Diligencie-se na forma do artigo 132, Â§3Âº do Decreto Lei 7.661/1945. Oficie-se Ã s Fazendas Federal, Estadual e Ã Junta Comercial do Estado do ParÃ¡ para comunicar o encerramento da falÃªncia. DEFIRO ASSISTÃNCIA JUDICIÃRIA GRATUITA tendo em vista a inexistÃªncia de ativos apurados como fato gerador do encerramento desta falÃªncia. Nos termos do art. 55, Â§1Âº, CPC, relacionado ao julgamento simultÃ¢neo, decreto a extinÃ§Ã£o de todas as habilitaÃ§Ãµes/impugnaÃ§Ãµes de crÃ©dito vinculadas a este feito, por manifesta ausÃªncia de interesse dos credores (art. 485, VI, CPC), devendo esta sentenÃ§a cadastrada em cada uma das referidas habilitaÃ§Ãµes/impugnaÃ§Ãµes de crÃ©dito. CiÃªncia ao SÃ-ndico, por publicaÃ§Ã£o, e ao MinistÃ©rio PÃºblico Estadual. Transitada em julgado, arquive-se, observadas as formalidades legais. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. BelÃ©m, data registrada/finalizada no sistema. CRISTIANO ARANTES E SILVA Juiz de Direito da 13Âª Vara CÃ-vel e Empresarial (DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE CONFORME LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO Ã MARGEM) PROCESSO: 00094623620088140301 PROCESSO ANTIGO: 19941020364 1 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CRISTIANO ARANTES E SILVA A??o: Habilitação de Crédito em: 06/04/2022 REQUERIDO:SUPERLOJAS COMERCIO LTDA Representante(s): OAB 8289 - LUIZ CLAUDIO AFFONSO MIRANDA (ADVOGADO) OAB 3643 - ROSANA DE LOURDES MONTEIRO MARTINS (ADVOGADO) OAB 1097 - CLAUDIO MENDONCA FERREIRA DE SOUZA (ADVOGADO) AUTOR:JASREP REPRESENTACOES LTDA Representante(s): OAB 1490 - YOLENE DE AZEVEDO BARROS (ADVOGADO) OAB 1490 - YOLENE DE AZEVEDO BARROS (ADVOGADO) SÍNDICO:JOSE LUIZ GONCALVES DA COSTA. SENTENÃA Vistos, etc. Trata-se de processo de FALÃNCIA decretada em 25.09.1995, em desfavor da empresa SUPERLOJAS COMÃRCIO LTDA. ApÃ³s mais de 15 anos de tramitaÃ§Ã£o, e nÃ£o tendo havido arrecadaÃ§Ã£o de ativos, foi publicado edital para que os credores manifestassem interesse no prosseguimento do feito. Instado a se manifestar, MinistÃ©rio PÃºblico informou que nada tinha a requerer (fls. 691). Decido. Aplica-se Ã presente aÃ§Ã£o de falÃªncia o Decreto Lei 7.661/45, consoante determinaÃ§Ã£o contida no artigo 192 da Lei 11.101/2005,Â ipsis verbis: Art. 192. Esta Lei nÃ£o se aplica aos processos de falÃªncia ou de concordata ajuizados anteriormente ao inÃ-cio de sua vigÃªncia, que serÃ£o concluÃ-dos nos termos do Decreto-Lei no 7.661, de 21 de junho de 1945. Compulsando os autos, verifico que apÃ³s diversas diligÃªncias realizadas para constituiÃ§Ã£o do ativo da empresa nÃ£o foram encontrados bens mÃ³veis e/ou imÃ³veis passÃ-veis de arrecadaÃ§Ã£o e nÃ£o sobreveio manifestaÃ§Ã£o de quaisquer interessados na continuidade do procedimento falimentar. O feito enquadra-se na regra do artigo 75 do Decreto Lei 7.661/45, que prevÃª o encerramento da falÃªncia nos casos de inexistÃªncia de bens, desde que, intimados os credores, nÃ£o haja manifestaÃ§Ã£o pelo prosseguimento do feito. Assim sendo, consubstanciado no artigo 132 do Decreto Lei 7.661/1945,Â DECLARO ENCERRADAÂ a falÃªncia decretada em desfavor de SUPERLOJAS COMÃRCIO LTDA, permanecendo a Falida responsÃ¡vel pelo passivo que persistir.Â Por outro lado, pela legislaÃ§Ã£o falimentar a remuneraÃ§Ã£o do sÃ-ndico Ã© fixada com base no percentual a ser recebido dos ativos que arrecadar. Nos casos de falÃªncia frustrada nÃ£o hÃ¡ qualquer ativo, razÃ£o pela qual deixo de arbitrar valor de honorÃ¡rios.Â Â ExpeÃ§a-se o edital (artigo 132, Â§2Âº do Decreto Lei 7.661/1945). Diligencie-se na forma do artigo 132, Â§3Âº do Decreto Lei 7.661/1945. Oficie-se Ã s Fazendas Federal, Estadual e Ã Junta Comercial do Estado do ParÃ¡ para comunicar o encerramento da falÃªncia. DEFIRO ASSISTÃNCIA

JUDICIÃRIA GRATUITA tendo em vista a inexistÃªncia de ativos apurados como fato gerador do encerramento desta falÃªncia. Nos termos do art. 55, Â§1Âº, CPC, relacionado ao julgamento simultÃ¢neo, decreto a extinÃ§Ã£o de todas as habilitaÃ§Ãµes/impugnaÃ§Ãµes de crÃ©dito vinculadas a este feito, por manifesta ausÃªncia de interesse dos credores (art. 485, VI, CPC), devendo esta sentenÃ§a cadastrada em cada uma das referidas habilitaÃ§Ãµes/impugnaÃ§Ãµes de crÃ©dito. CiÃªncia ao SÃ-ndico, por publicaÃ§Ã£o, e ao MinistÃ©rio PÃºblico Estadual. Transitada em julgado, arquive-se, observadas as formalidades legais. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. BelÃ©m, data registrada/finalizada no sistema. CRISTIANO ARANTES E SILVA Juiz de Direito da 13Âª Vara CÃ-vel e Empresarial (DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE CONFORME LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO Ã MARGEM) PROCESSO: 00094633120088140301 PROCESSO ANTIGO: 199410203659 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CRISTIANO ARANTES E SILVA A??o: Habilitação de Crédito em: 06/04/2022 REQUERIDO:CONCORDATA PREVENTIVA DE SUPERLOJAS COMERCIO LTDA Representante(s): OAB 8289 - LUIZ CLAUDIO AFFONSO MIRANDA (ADVOGADO) OAB 3643 - ROSANA DE LOURDES MONTEIRO MARTINS (ADVOGADO) OAB 1097 - CLAUDIO MENDONCA FERREIRA DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 8289 - LUIZ CLAUDIO AFFONSO MIRANDA (ADVOGADO) OAB 3643 - ROSANA DE LOURDES MONTEIRO MARTINS (ADVOGADO) OAB 1097 - CLAUDIO MENDONCA FERREIRA DE SOUZA (ADVOGADO) AUTOR:TECHNOS DA AMAZONIA IND E COM LTDA Representante(s): OAB 4606 - NOEMIA MARIA DE LACERDA SCHUTZ (ADVOGADO) SÍNDICO:JOSE LUIZ GONCALVES DA COSTA. SENTENÃA Vistos, etc. Trata-se de processo de FALÃNCIA decretada em 25.09.1995, em desfavor da empresa SUPERLOJAS COMÃRCIO LTDA. ApÃ³s mais de 15 anos de tramitaÃ§Ã£o, e nÃ£o tendo havido arrecadaÃ§Ã£o de ativos, foi publicado edital para que os credores manifestassem interesse no prosseguimento do feito. Instado a se manifestar, MinistÃ©rio PÃºblico informou que nada tinha a requerer (fls. 691). Decido. Aplica-se Ã presente aÃ§Ã£o de falÃªncia o Decreto Lei 7.661/45, consoante determinaÃ§Ã£o contida no artigo 192 da Lei 11.101/2005,Â ipsis verbis: Art. 192. Esta Lei nÃ£o se aplica aos processos de falÃªncia ou de concordata ajuizados anteriormente ao inÃ-cio de sua vigÃªncia, que serÃ£o concluÃ-dos nos termos do Decreto-Lei no 7.661, de 21 de junho de 1945. Compulsando os autos, verifico que apÃ³s diversas diligÃªncias realizadas para constituiÃ§Ã£o do ativo da empresa nÃ£o foram encontrados bens mÃ³veis e/ou imÃ³veis passÃ-veis de arrecadaÃ§Ã£o e nÃ£o sobreveio manifestaÃ§Ã£o de quaisquer interessados na continuidade do procedimento falimentar. O feito enquadra-se na regra do artigo 75 do Decreto Lei 7.661/45, que prevÃª o encerramento da falÃªncia nos casos de inexistÃªncia de bens, desde que, intimados os credores, nÃ£o haja manifestaÃ§Ã£o pelo prosseguimento do feito. Assim sendo, consubstanciado no artigo 132 do Decreto Lei 7.661/1945,Â DECLARO ENCERRADAÂ a falÃªncia decretada em desfavor de SUPERLOJAS COMÃRCIO LTDA, permanecendo a Falida responsÃ¡vel pelo passivo que persistir.Â Por outro lado, pela legislaÃ§Ã£o falimentar a remuneraÃ§Ã£o do sÃ-ndico Ã© fixada com base no percentual a ser recebido dos ativos que arrecadar. Nos casos de falÃªncia frustrada nÃ£o hÃ¡ qualquer ativo, razÃ£o pela qual deixo de arbitrar valor de honorÃ¡rios.Â Â ExpeÃ§a-se o edital (artigo 132, Â§2Âº do Decreto Lei 7.661/1945). Diligencie-se na forma do artigo 132, Â§3Âº do Decreto Lei 7.661/1945. Oficie-se Ã s Fazendas Federal, Estadual e Ã Junta Comercial do Estado do ParÃ¡ para comunicar o encerramento da falÃªncia. DEFIRO ASSISTÃNCIA JUDICIÃRIA GRATUITA tendo em vista a inexistÃªncia de ativos apurados como fato gerador do encerramento desta falÃªncia. Nos termos do art. 55, Â§1Âº, CPC, relacionado ao julgamento simultÃ¢neo, decreto a extinÃ§Ã£o de todas as habilitaÃ§Ãµes/impugnaÃ§Ãµes de crÃ©dito vinculadas a este feito, por manifesta ausÃªncia de interesse dos credores (art. 485, VI, CPC), devendo esta sentenÃ§a cadastrada em cada uma das referidas habilitaÃ§Ãµes/impugnaÃ§Ãµes de crÃ©dito. CiÃªncia ao SÃ-ndico, por publicaÃ§Ã£o, e ao MinistÃ©rio PÃºblico Estadual. Transitada em julgado, arquive-se, observadas as formalidades legais. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. BelÃ©m, data registrada/finalizada no sistema. CRISTIANO ARANTES E SILVA Juiz de Direito da 13Âª Vara CÃ-vel e Empresarial (DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE CONFORME LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO Ã MARGEM) PROCESSO: 00094642620088140301 PROCESSO ANTIGO: 199510247193 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CRISTIANO ARANTES E SILVA A??o: Habilitação de Crédito em: 06/04/2022 REQUERIDO:CONCORDATA PREVENTIVA DE SUPERLOJAS COMERCIO LTDA Representante(s): OAB 8289 - LUIZ CLAUDIO AFFONSO MIRANDA (ADVOGADO) OAB 3643 - ROSANA DE LOURDES MONTEIRO MARTINS (ADVOGADO) OAB 1097 - CLAUDIO MENDONCA FERREIRA DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 8289 - LUIZ CLAUDIO AFFONSO MIRANDA (ADVOGADO) OAB 3643 - ROSANA DE LOURDES MONTEIRO MARTINS (ADVOGADO) OAB 1097 - CLAUDIO MENDONCA FERREIRA DE SOUZA (ADVOGADO) AUTOR:NELIMA INDUSTRIA DE RELOGIOS SA Representante(s): OAB 122.124-A - NOEMIA MARIA DE LACERDA SCHUTZ (ADVOGADO) OAB

122.124-A - NOEMIA MARIA DE LACERDA SCHUTZ (ADVOGADO) SÍNDICO:JOSE LUIZ GONCALVES DA COSTA. SENTENÃA Vistos, etc. Trata-se de processo de FALÃNCIA decretada em 25.09.1995, em desfavor da empresa SUPERLOJAS COMÃRCIO LTDA. ApÃ³s mais de 15 anos de tramitaÃ§Ã£o, e nÃ£o tendo havido arrecadaÃ§Ã£o de ativos, foi publicado edital para que os credores manifestassem interesse no prosseguimento do feito. Instado a se manifestar, MinistÃ©rio PÃºblico informou que nada tinha a requerer (fls. 691). Decido. Aplica-se Ã presente aÃ§Ã£o de falÃªncia o Decreto Lei 7.661/45, consoante determinaÃ§Ã£o contida no artigo 192 da Lei 11.101/2005,Â ipsis verbis: Art. 192. Esta Lei nÃ£o se aplica aos processos de falÃªncia ou de concordata ajuizados anteriormente ao inÃ-cio de sua vigÃªncia, que serÃ£o concluÃ-dos nos termos do Decreto-Lei no 7.661, de 21 de junho de 1945. Compulsando os autos, verifico que apÃ³s diversas diligÃªncias realizadas para constituiÃ§Ã£o do ativo da empresa nÃ£o foram encontrados bens mÃ³veis e/ou imÃ³veis passÃ-veis de arrecadaÃ§Ã£o e nÃ£o sobreveio manifestaÃ§Ã£o de quaisquer interessados na continuidade do procedimento falimentar. O feito enquadra-se na regra do artigo 75 do Decreto Lei 7.661/45, que prevÃª o encerramento da falÃªncia nos casos de inexistÃªncia de bens, desde que, intimados os credores, nÃ£o haja manifestaÃ§Ã£o pelo prosseguimento do feito. Assim sendo, consubstanciado no artigo 132 do Decreto Lei 7.661/1945,Â DECLARO ENCERRADAÂ a falÃªncia decretada em desfavor de SUPERLOJAS COMÃRCIO LTDA, permanecendo a Falida responsÃ¡vel pelo passivo que persistir.Â Por outro lado, pela legislaÃ§Ã£o falimentar a remuneraÃ§Ã£o do sÃ-ndico Ã© fixada com base no percentual a ser recebido dos ativos que arrecadar. Nos casos de falÃªncia frustrada nÃ£o hÃ¡ qualquer ativo, razÃ£o pela qual deixo de arbitrar valor de honorÃ¡rios.Â Â ExpeÃ§a-se o edital (artigo 132, Â§2Âº do Decreto Lei 7.661/1945). Diligencie-se na forma do artigo 132, Â§3Âº do Decreto Lei 7.661/1945. Oficie-se Ã s Fazendas Federal, Estadual e Ã Junta Comercial do Estado do ParÃ¡ para comunicar o encerramento da falÃªncia. DEFIRO ASSISTÃNCIA JUDICIÃRIA GRATUITA tendo em vista a inexistÃªncia de ativos apurados como fato gerador do encerramento desta falÃªncia. Nos termos do art. 55, Â§1Âº, CPC, relacionado ao julgamento simultÃ¢neo, decreto a extinÃ§Ã£o de todas as habilitaÃ§Ãµes/impugnaÃ§Ãµes de crÃ©dito vinculadas a este feito, por manifesta ausÃªncia de interesse dos credores (art. 485, VI, CPC), devendo esta sentenÃ§a cadastrada em cada uma das referidas habilitaÃ§Ãµes/impugnaÃ§Ãµes de crÃ©dito. CiÃªncia ao SÃ-ndico, por publicaÃ§Ã£o, e ao MinistÃ©rio PÃºblico Estadual. Transitada em julgado, arquive-se, observadas as formalidades legais. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. BelÃ©m, data registrada/finalizada no sistema. CRISTIANO ARANTES E SILVA Juiz de Direito da 13Âª Vara CÃ-vel e Empresarial (DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE CONFORME LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO Ã MARGEM) PROCESSO: 00094652120088140301 PROCESSO ANTIGO: 19941020366 7 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CRISTIANO ARANTES E SILVA A??o: Habilitação de Crédito em: 06/04/2022 REQUERIDO:CONCORDATA PREVENTIVA DE SUPERLOJAS COMERCIO LTDA Representante(s): OAB 8289 - LUIZ CLAUDIO AFFONSO MIRANDA (ADVOGADO) OAB 3643 - ROSANA DE LOURDES MONTEIRO MARTINS (ADVOGADO) OAB 1097 - CLAUDIO MENDONCA FERREIRA DE SOUZA (ADVOGADO DATIVO) OAB 8289 - LUIZ CLAUDIO AFFONSO MIRANDA (ADVOGADO) OAB 3643 - ROSANA DE LOURDES MONTEIRO MARTINS (ADVOGADO) OAB 1097 - CLAUDIO MENDONCA FERREIRA DE SOUZA (ADVOGADO DATIVO) AUTOR:PHILIPS DA AMAZONIA SA INDUSTRIA ELETRONICA Representante(s): OAB 5471 - MOACYR GONCALVES PAMPLONA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 5471 - MOACYR GONCALVES PAMPLONA JUNIOR (ADVOGADO) SÍNDICO:JOSE LUIZ GONCALVES DA COSTA. SENTENÃA Vistos, etc. Trata-se de processo de FALÃNCIA decretada em 25.09.1995, em desfavor da empresa SUPERLOJAS COMÃRCIO LTDA. ApÃ³s mais de 15 anos de tramitaÃ§Ã£o, e nÃ£o tendo havido arrecadaÃ§Ã£o de ativos, foi publicado edital para que os credores manifestassem interesse no prosseguimento do feito. Instado a se manifestar, MinistÃ©rio PÃºblico informou que nada tinha a requerer (fls. 691). Decido. Aplica-se Ã presente aÃ§Ã£o de falÃªncia o Decreto Lei 7.661/45, consoante determinaÃ§Ã£o contida no artigo 192 da Lei 11.101/2005,Â ipsis verbis: Art. 192. Esta Lei nÃ£o se aplica aos processos de falÃªncia ou de concordata ajuizados anteriormente ao inÃ-cio de sua vigÃªncia, que serÃ£o concluÃ-dos nos termos do Decreto-Lei no 7.661, de 21 de junho de 1945. Compulsando os autos, verifico que apÃ³s diversas diligÃªncias realizadas para constituiÃ§Ã£o do ativo da empresa nÃ£o foram encontrados bens mÃ³veis e/ou imÃ³veis passÃ-veis de arrecadaÃ§Ã£o e nÃ£o sobreveio manifestaÃ§Ã£o de quaisquer interessados na continuidade do procedimento falimentar. O feito enquadra-se na regra do artigo 75 do Decreto Lei 7.661/45, que prevÃª o encerramento da falÃªncia nos casos de inexistÃªncia de bens, desde que, intimados os credores, nÃ£o haja manifestaÃ§Ã£o pelo prosseguimento do feito. Assim sendo, consubstanciado no artigo 132 do Decreto Lei 7.661/1945,Â DECLARO ENCERRADAÂ a falÃªncia decretada em desfavor de SUPERLOJAS COMÃRCIO LTDA, permanecendo a Falida responsÃ¡vel pelo passivo que persistir.Â Por outro lado, pela legislaÃ§Ã£o falimentar a remuneraÃ§Ã£o do sÃ-ndico Ã© fixada com base no percentual a ser recebido

dos ativos que arrecadar. Nos casos de falÃªncia frustrada nÃ£o hÃ¡ qualquer ativo, razÃ£o pela qual deixo de arbitrar valor de honorÃ¡rios.Â Â ExpeÃ§a-se o edital (artigo 132, Â§2Âº do Decreto Lei 7.661/1945). Diligencie-se na forma do artigo 132, Â§3Âº do Decreto Lei 7.661/1945. Oficie-se Ã s Fazendas Federal, Estadual e Ã Junta Comercial do Estado do ParÃ¡ para comunicar o encerramento da falÃªncia. DEFIRO ASSISTÃNCIA JUDICIÃRIA GRATUITA tendo em vista a inexistÃªncia de ativos apurados como fato gerador do encerramento desta falÃªncia. Nos termos do art. 55, Â§1Âº, CPC, relacionado ao julgamento simultÃ¢neo, decreto a extinÃ§Ã£o de todas as habilitaÃ§Ãµes/impugnaÃ§Ãµes de crÃ©dito vinculadas a este feito, por manifesta ausÃªncia de interesse dos credores (art. 485, VI, CPC), devendo esta sentenÃ§a cadastrada em cada uma das referidas habilitaÃ§Ãµes/impugnaÃ§Ãµes de crÃ©dito. CiÃªncia ao SÃ-ndico, por publicaÃ§Ã£o, e ao MinistÃ©rio PÃºblico Estadual. Transitada em julgado, arquive-se, observadas as formalidades legais. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. BelÃ©m, data registrada/finalizada no sistema. CRISTIANO ARANTES E SILVA Juiz de Direito da 13Âª Vara CÃ-vel e Empresarial (DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE CONFORME LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO Ã MARGEM) PROCESSO: 00094661620088140301 PROCESSO ANTIGO: 19941020367 5 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CRISTIANO ARANTES E SILVA A??o: Habilitação de Crédito em: 06/04/2022 AUTOR:REFRIGERACAO PARANA SA Representante(s): OAB 4850 - ANTONIO ZANINI PEREIRA (ADVOGADO) OAB 5371 - VANA LUCIA CAVALCANTI DE GOUVEIA (ADVOGADO) OAB 10128 - AMILCAR BASTOS FALCAO (ADVOGADO) REQUERIDO:SUPERLOJAS COMERCIO LTDA Representante(s): OAB 8289 - LUIZ CLAUDIO AFFONSO MIRANDA (ADVOGADO) OAB 3643 - ROSANA DE LOURDES MONTEIRO MARTINS (ADVOGADO) OAB 1097 - CLAUDIO MENDONCA FERREIRA DE SOUZA (ADVOGADO) SÍNDICO:JOSE LUIZ GONCALVES DA COSTA. SENTENÃA Vistos, etc. Trata-se de processo de FALÃNCIA decretada em 25.09.1995, em desfavor da empresa SUPERLOJAS COMÃRCIO LTDA. ApÃ³s mais de 15 anos de tramitaÃ§Ã£o, e nÃ£o tendo havido arrecadaÃ§Ã£o de ativos, foi publicado edital para que os credores manifestassem interesse no prosseguimento do feito. Instado a se manifestar, MinistÃ©rio PÃºblico informou que nada tinha a requerer (fls. 691). Decido. Aplica-se Ã presente aÃ§Ã£o de falÃªncia o Decreto Lei 7.661/45, consoante determinaÃ§Ã£o contida no artigo 192 da Lei 11.101/2005,Â ipsis verbis: Art. 192. Esta Lei nÃ£o se aplica aos processos de falÃªncia ou de concordata ajuizados anteriormente ao inÃ-cio de sua vigÃªncia, que serÃ£o concluÃ-dos nos termos do Decreto-Lei no 7.661, de 21 de junho de 1945. Compulsando os autos, verifico que apÃ³s diversas diligÃªncias realizadas para constituiÃ§Ã£o do ativo da empresa nÃ£o foram encontrados bens mÃ³veis e/ou imÃ³veis passÃ-veis de arrecadaÃ§Ã£o e nÃ£o sobreveio manifestaÃ§Ã£o de quaisquer interessados na continuidade do procedimento falimentar. O feito enquadra-se na regra do artigo 75 do Decreto Lei 7.661/45, que prevÃª o encerramento da falÃªncia nos casos de inexistÃªncia de bens, desde que, intimados os credores, nÃ£o haja manifestaÃ§Ã£o pelo prosseguimento do feito. Assim sendo, consubstanciado no artigo 132 do Decreto Lei 7.661/1945,Â DECLARO ENCERRADAÂ a falÃªncia decretada em desfavor de SUPERLOJAS COMÃRCIO LTDA, permanecendo a Falida responsÃ¡vel pelo passivo que persistir.Â Por outro lado, pela legislaÃ§Ã£o falimentar a remuneraÃ§Ã£o do sÃ-ndico Ã© fixada com base no percentual a ser recebido dos ativos que arrecadar. Nos casos de falÃªncia frustrada nÃ£o hÃ¡ qualquer ativo, razÃ£o pela qual deixo de arbitrar valor de honorÃ¡rios.Â Â ExpeÃ§a-se o edital (artigo 132, Â§2Âº do Decreto Lei 7.661/1945). Diligencie-se na forma do artigo 132, Â§3Âº do Decreto Lei 7.661/1945. Oficie-se Ã s Fazendas Federal, Estadual e Ã Junta Comercial do Estado do ParÃ¡ para comunicar o encerramento da falÃªncia. DEFIRO ASSISTÃNCIA JUDICIÃRIA GRATUITA tendo em vista a inexistÃªncia de ativos apurados como fato gerador do encerramento desta falÃªncia. Nos termos do art. 55, Â§1Âº, CPC, relacionado ao julgamento simultÃ¢neo, decreto a extinÃ§Ã£o de todas as habilitaÃ§Ãµes/impugnaÃ§Ãµes de crÃ©dito vinculadas a este feito, por manifesta ausÃªncia de interesse dos credores (art. 485, VI, CPC), devendo esta sentenÃ§a cadastrada em cada uma das referidas habilitaÃ§Ãµes/impugnaÃ§Ãµes de crÃ©dito. CiÃªncia ao SÃ-ndico, por publicaÃ§Ã£o, e ao MinistÃ©rio PÃºblico Estadual. Transitada em julgado, arquive-se, observadas as formalidades legais. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. BelÃ©m, data registrada/finalizada no sistema. CRISTIANO ARANTES E SILVA Juiz de Direito da 13Âª Vara CÃ-vel e Empresarial (DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE CONFORME LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO Ã MARGEM) PROCESSO: 00113414719948140301 PROCESSO ANTIGO: 19941010738 3 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CRISTIANO ARANTES E SILVA A??o: Habilitação de Crédito em: 06/04/2022 AUTOR:COMPANHIA REAL DE INVESTIMENTO ADVOGADO:PAULO DE SA REU:SUPERLOJAS COMERCIAL LTDA Representante(s): OAB 8289 - LUIZ CLAUDIO AFFONSO MIRANDA (ADVOGADO) OAB 3643 - ROSANA DE LOURDES MONTEIRO MARTINS (ADVOGADO) OAB 1097 - CLAUDIO MENDONCA FERREIRA DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 8289 - LUIZ CLAUDIO

AFFONSO MIRANDA (ADVOGADO) OAB 3643 - ROSANA DE LOURDES MONTEIRO MARTINS (ADVOGADO) OAB 1097 - CLAUDIO MENDONCA FERREIRA DE SOUZA (ADVOGADO) ADVOGADO:CLAUDIO MENDONCA FERREIRA DE SOUZA. SÍNDICO:JOSE LUIZ GONCALVES DA COSTA. SENTENÃA Vistos, etc. Trata-se de processo de FALÃNCIA decretada em 25.09.1995, em desfavor da empresa SUPERLOJAS COMÃRCIO LTDA. ApÃ³s mais de 15 anos de tramitaÃ§Ã£o, e nÃ£o tendo havido arrecadaÃ§Ã£o de ativos, foi publicado edital para que os credores manifestassem interesse no prosseguimento do feito. Instado a se manifestar, MinistÃ©rio PÃºblico informou que nada tinha a requerer (fls. 691). Decido. Aplica-se Ã presente aÃ§Ã£o de falÃªncia o Decreto Lei 7.661/45, consoante determinaÃ§Ã£o contida no artigo 192 da Lei 11.101/2005,Â ipsis verbis: Art. 192. Esta Lei nÃ£o se aplica aos processos de falÃªncia ou de concordata ajuizados anteriormente ao inÃ-cio de sua vigÃªncia, que serÃ£o concluÃ-dos nos termos do Decreto-Lei no 7.661, de 21 de junho de 1945. Compulsando os autos, verifico que apÃ³s diversas diligÃªncias realizadas para constituiÃ§Ã£o do ativo da empresa nÃ£o foram encontrados bens mÃ³veis e/ou imÃ³veis passÃ-veis de arrecadaÃ§Ã£o e nÃ£o sobreveio manifestaÃ§Ã£o de quaisquer interessados na continuidade do procedimento falimentar. O feito enquadra-se na regra do artigo 75 do Decreto Lei 7.661/45, que prevÃª o encerramento da falÃªncia nos casos de inexistÃªncia de bens, desde que, intimados os credores, nÃ£o haja manifestaÃ§Ã£o pelo prosseguimento do feito. Assim sendo, consubstanciado no artigo 132 do Decreto Lei 7.661/1945,Â DECLARO ENCERRADAÂ a falÃªncia decretada em desfavor de SUPERLOJAS COMÃRCIO LTDA, permanecendo a Falida responsÃ¡vel pelo passivo que persistir.Â Por outro lado, pela legislaÃ§Ã£o falimentar a remuneraÃ§Ã£o do sÃ-ndico Ã© fixada com base no percentual a ser recebido dos ativos que arrecadar. Nos casos de falÃªncia frustrada nÃ£o hÃ¡ qualquer ativo, razÃ£o pela qual deixo de arbitrar valor de honorÃ¡rios.Â Â ExpeÃ§a-se o edital (artigo 132, Â§2Âº do Decreto Lei 7.661/1945). Diligencie-se na forma do artigo 132, Â§3Âº do Decreto Lei 7.661/1945. Oficie-se Ã s Fazendas Federal, Estadual e Ã Junta Comercial do Estado do ParÃ¡ para comunicar o encerramento da falÃªncia. DEFIRO ASSISTÃNCIA JUDICIÃRIA GRATUITA tendo em vista a inexistÃªncia de ativos apurados como fato gerador do encerramento desta falÃªncia. Nos termos do art. 55, Â§1Âº, CPC, relacionado ao julgamento simultÃ¢neo, decreto a extinÃ§Ã£o de todas as habilitaÃ§Ãµes/impugnaÃ§Ãµes de crÃ©dito vinculadas a este feito, por manifesta ausÃªncia de interesse dos credores (art. 485, VI, CPC), devendo esta sentenÃ§a cadastrada em cada uma das referidas habilitaÃ§Ãµes/impugnaÃ§Ãµes de crÃ©dito. CiÃªncia ao SÃ-ndico, por publicaÃ§Ã£o, e ao MinistÃ©rio PÃºblico Estadual. Transitada em julgado, arquive-se, observadas as formalidades legais. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. BelÃ©m, data registrada/finalizada no sistema. CRISTIANO ARANTES E SILVA Juiz de Direito da 13Âª Vara CÃ-vel e Empresarial (DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE CONFORME LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO Ã MARGEM) PROCESSO: 00125988819958140301 PROCESSO ANTIGO: 19941020197 7 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CRISTIANO ARANTES E SILVA A??o: Habilitação de Crédito em: 06/04/2022 ADVOGADO:CLAUDIO M. FERREIRA DE SOUZA ADVOGADO:MOACYR GONCALVES PAMPLONA REU:CONCORDATA PREVENTIVA DE SUPERLOJAS COM Representante(s): OAB 8289 - LUIZ CLAUDIO AFFONSO MIRANDA (ADVOGADO) OAB 3643 - ROSANA DE LOURDES MONTEIRO MARTINS (ADVOGADO) OAB 1097 - CLAUDIO MENDONCA FERREIRA DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 8289 - LUIZ CLAUDIO AFFONSO MIRANDA (ADVOGADO) OAB 3643 - ROSANA DE LOURDES MONTEIRO MARTINS (ADVOGADO) OAB 1097 - CLAUDIO MENDONCA FERREIRA DE SOUZA (ADVOGADO) AUTOR:BICICLETAS MONARK SA Representante(s): OAB 5471 - MOACYR GONCALVES PAMPLONA JUNIOR (ADVOGADO) SÍNDICO:JOSE LUIZ GONCALVES DA COSTA. SENTENÃA Vistos, etc. Trata-se de processo de FALÃNCIA decretada em 25.09.1995, em desfavor da empresa SUPERLOJAS COMÃRCIO LTDA. ApÃ³s mais de 15 anos de tramitaÃ§Ã£o, e nÃ£o tendo havido arrecadaÃ§Ã£o de ativos, foi publicado edital para que os credores manifestassem interesse no prosseguimento do feito. Instado a se manifestar, MinistÃ©rio PÃºblico informou que nada tinha a requerer (fls. 691). Decido. Aplica-se Ã presente aÃ§Ã£o de falÃªncia o Decreto Lei 7.661/45, consoante determinaÃ§Ã£o contida no artigo 192 da Lei 11.101/2005,Â ipsis verbis: Art. 192. Esta Lei nÃ£o se aplica aos processos de falÃªncia ou de concordata ajuizados anteriormente ao inÃ-cio de sua vigÃªncia, que serÃ£o concluÃ-dos nos termos do Decreto-Lei no 7.661, de 21 de junho de 1945. Compulsando os autos, verifico que apÃ³s diversas diligÃªncias realizadas para constituiÃ§Ã£o do ativo da empresa nÃ£o foram encontrados bens mÃ³veis e/ou imÃ³veis passÃ-veis de arrecadaÃ§Ã£o e nÃ£o sobreveio manifestaÃ§Ã£o de quaisquer interessados na continuidade do procedimento falimentar. O feito enquadra-se na regra do artigo 75 do Decreto Lei 7.661/45, que prevÃª o encerramento da falÃªncia nos casos de inexistÃªncia de bens, desde que, intimados os credores, nÃ£o haja manifestaÃ§Ã£o pelo prosseguimento do feito. Assim sendo, consubstanciado no artigo 132 do Decreto Lei 7.661/1945,Â DECLARO ENCERRADAÂ a falÃªncia decretada em desfavor de SUPERLOJAS COMÃRCIO LTDA, permanecendo a Falida responsÃ¡vel pelo

passivo que persistir.Â Por outro lado, pela legislaÃ§Ã£o falimentar a remuneraÃ§Ã£o do sÃ-ndico Ã© fixada com base no percentual a ser recebido dos ativos que arrecadar. Nos casos de falÃªncia frustrada nÃ£o hÃ¡ qualquer ativo, razÃ£o pela qual deixo de arbitrar valor de honorÃ¡rios.Â Â ExpeÃ§a-se o edital (artigo 132, Â§2Âº do Decreto Lei 7.661/1945). Diligencie-se na forma do artigo 132, Â§3Âº do Decreto Lei 7.661/1945. Oficie-se Ã s Fazendas Federal, Estadual e Ã Junta Comercial do Estado do ParÃ¡ para comunicar o encerramento da falÃªncia. DEFIRO ASSISTÃNCIA JUDICIÃRIA GRATUITA tendo em vista a inexistÃªncia de ativos apurados como fato gerador do encerramento desta falÃªncia. Nos termos do art. 55, Â§1Âº, CPC, relacionado ao julgamento simultÃ¢neo, decreto a extinÃ§Ã£o de todas as habilitaÃ§Ãµes/impugnaÃ§Ãµes de crÃ©dito vinculadas a este feito, por manifesta ausÃªncia de interesse dos credores (art. 485, VI, CPC), devendo esta sentenÃ§a cadastrada em cada uma das referidas habilitaÃ§Ãµes/impugnaÃ§Ãµes de crÃ©dito. CiÃªncia ao SÃ-ndico, por publicaÃ§Ã£o, e ao MinistÃ©rio PÃºblico Estadual. Transitada em julgado, arquive-se, observadas as formalidades legais. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. BelÃ©m, data registrada/finalizada no sistema. CRISTIANO ARANTES E SILVA Juiz de Direito da 13Âª Vara CÃ-vel e Empresarial (DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE CONFORME LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO Ã MARGEM) PROCESSO: 00132377319948140301 PROCESSO ANTIGO: 19941016068 2 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CRISTIANO ARANTES E SILVA A??o: Habilitação de Crédito em: 06/04/2022 ADVOGADO:MARIA LAURA M. GAVIOLI REU:SUPERLOJAS Representante(s): OAB 8289 - LUIZ CLAUDIO AFFONSO MIRANDA (ADVOGADO) OAB 3643 - ROSANA DE LOURDES MONTEIRO MARTINS (ADVOGADO) OAB 1097 - CLAUDIO MENDONCA FERREIRA DE SOUZA (ADVOGADO) AUTOR:MULTIBRAS SA ELETRODOMESTICOS Representante(s): OAB 86617 - MARIA LAURA MORRONI GAVIOLI (ADVOGADO) OAB 26972 - MARIA LUIZA DE FRANCO AGUDO (ADVOGADO) OAB 31844 - JOSE AUGUSTO DE MEDEIROS CRUZ (ADVOGADO) SÍNDICO:JOSE LUIZ GONCALVES DA COSTA. SENTENÃA Vistos, etc. Trata-se de processo de FALÃNCIA decretada em 25.09.1995, em desfavor da empresa SUPERLOJAS COMÃRCIO LTDA. ApÃ³s mais de 15 anos de tramitaÃ§Ã£o, e nÃ£o tendo havido arrecadaÃ§Ã£o de ativos, foi publicado edital para que os credores manifestassem interesse no prosseguimento do feito. Instado a se manifestar, MinistÃ©rio PÃºblico informou que nada tinha a requerer (fls. 691). Decido. Aplica-se Ã presente aÃ§Ã£o de falÃªncia o Decreto Lei 7.661/45, consoante determinaÃ§Ã£o contida no artigo 192 da Lei 11.101/2005,Â ipsis verbis: Art. 192. Esta Lei nÃ£o se aplica aos processos de falÃªncia ou de concordata ajuizados anteriormente ao inÃ-cio de sua vigÃªncia, que serÃ£o concluÃ-dos nos termos do Decreto-Lei no 7.661, de 21 de junho de 1945. Compulsando os autos, verifico que apÃ³s diversas diligÃªncias realizadas para constituiÃ§Ã£o do ativo da empresa nÃ£o foram encontrados bens mÃ³veis e/ou imÃ³veis passÃ-veis de arrecadaÃ§Ã£o e nÃ£o sobreveio manifestaÃ§Ã£o de quaisquer interessados na continuidade do procedimento falimentar. O feito enquadra-se na regra do artigo 75 do Decreto Lei 7.661/45, que prevÃª o encerramento da falÃªncia nos casos de inexistÃªncia de bens, desde que, intimados os credores, nÃ£o haja manifestaÃ§Ã£o pelo prosseguimento do feito. Assim sendo, consubstanciado no artigo 132 do Decreto Lei 7.661/1945,Â DECLARO ENCERRADAÂ a falÃªncia decretada em desfavor de SUPERLOJAS COMÃRCIO LTDA, permanecendo a Falida responsÃ¡vel pelo passivo que persistir.Â Por outro lado, pela legislaÃ§Ã£o falimentar a remuneraÃ§Ã£o do sÃ-ndico Ã© fixada com base no percentual a ser recebido dos ativos que arrecadar. Nos casos de falÃªncia frustrada nÃ£o hÃ¡ qualquer ativo, razÃ£o pela qual deixo de arbitrar valor de honorÃ¡rios.Â Â ExpeÃ§a-se o edital (artigo 132, Â§2Âº do Decreto Lei 7.661/1945). Diligencie-se na forma do artigo 132, Â§3Âº do Decreto Lei 7.661/1945. Oficie-se Ã s Fazendas Federal, Estadual e Ã Junta Comercial do Estado do ParÃ¡ para comunicar o encerramento da falÃªncia. DEFIRO ASSISTÃNCIA JUDICIÃRIA GRATUITA tendo em vista a inexistÃªncia de ativos apurados como fato gerador do encerramento desta falÃªncia. Nos termos do art. 55, Â§1Âº, CPC, relacionado ao julgamento simultÃ¢neo, decreto a extinÃ§Ã£o de todas as habilitaÃ§Ãµes/impugnaÃ§Ãµes de crÃ©dito vinculadas a este feito, por manifesta ausÃªncia de interesse dos credores (art. 485, VI, CPC), devendo esta sentenÃ§a cadastrada em cada uma das referidas habilitaÃ§Ãµes/impugnaÃ§Ãµes de crÃ©dito. CiÃªncia ao SÃ-ndico, por publicaÃ§Ã£o, e ao MinistÃ©rio PÃºblico Estadual. Transitada em julgado, arquive-se, observadas as formalidades legais. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. BelÃ©m, data registrada/finalizada no sistema. CRISTIANO ARANTES E SILVA Juiz de Direito da 13Âª Vara CÃ-vel e Empresarial (DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE CONFORME LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO Ã MARGEM)

FÓRUM CRIMINAL

DIRETORIA DO FÓRUM CRIMINAL

FÓRUM CRIMINAL DA COMARCA DE BELÉM

A Excelentíssima Doutora **ANGELA ALICE ALVES TUMA,** Juíza Diretora do Fórum Criminal da Capital, no uso de suas atribuições legais etc.

Resolve:

PORTARIA Nº 027/2022-Plantão/DFCrim

A Excelentíssima Doutora **ANGELA ALICE ALVES TUMA**, Juíza Diretora do Fórum Criminal da Capital, no uso de suas atribuições legais etc.

Considerando o disposto na Resolução nº. 013/2009-GP, publicada no DJ 4363, de 25/06/2009, e na Resolução 021/2009-GP, publicada no DJE 4416, de 10/09/2009, e a Resolução n.º 16/2016-GP, publicada no DJE 5980, de 2/06/2016, que tratam do serviço de Plantão no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Considerando a Portaria n.º 110/2016-DFCri, de 16/12/16, que alterou a Portaria n.º 070/2016-DFCri

Considerando o Sigadoc n.º OFI-2017/13165, autorizando o 2º servidor de Secretaria aos finais de semana e feriados;

Resolve:

Art. 1º Divulgar a escala de PLANTÃO DO FÓRUM CRIMINAL, para o mês de **ABRIL/2022:**

DIAS	HORÁRIO	MAGISTRADO	SERVIDORES
22, 23 e 24/04 22/04 ¿ Facultado	Dias: 22 a 24/04 ¿ 08h às 14h	2ª Vara de Crimes contra Crianças e Adolescentes **Dra. Suayden Fernandes Silva Sampaio, Juíza Titular ou substituta.** **Celular de Plantão:** (91) 98010-1182 **E-mail:** 2criancabelem@tjpa.jus.br	**Diretor (a) de Secretaria:** Luana de Barros Aquino Alcantara **Servidor(a) de Secretaria:** Fernanda Quinderé Tavares Batista (22 a 24/04) **Servidor(a) Distribuidor(a):** Paola Baraúna Magno Willyane Bruna Sousa Pacheco **Assessor(a) de Juiz(a):** Rayvelly Fernandes Lanhellas

			Oficiais de Justiça: Rafael Fontes do Vale (22/04) Raimundo Nonato dos Santos Lima (22/04 - sobreaviso) Victor José Luz Barbas (23 e 24/04) Ronaldo Ferreira Lima (23 e 24/04 ¿ Sobreaviso) **Operadores Sociais:** Eveny da Rocha Teixeira: Psicóloga/CEM/VDFM Rosângela de Andrade Laurido: Serviço Social/VEPMA Elis Maria Junes de Souza: Serviço Social/PARAPAZ Mulher

Art. 2º Poderá haver alteração desta Portaria a qualquer momento a critério da Administração, para se adequar ao que determina o Art. 10, da Resolução 013/2009-GP.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Belém, 11 de março de 2022

ANGELA ALICE ALVES TUMA

Juíza Diretora do Fórum Criminal da Capital

FÓRUM CRIMINAL DA COMARCA DE BELÉM

A Excelentíssima Doutora **ANGELA ALICE ALVES TUMA,** Juíza Diretora do Fórum Criminal da Capital, no uso de suas atribuições legais etc.

Resolve:

PORTARIA Nº 027/2022-Plantão/DFCrim

A Excelentíssima Doutora **ANGELA ALICE ALVES TUMA**, Juíza Diretora do Fórum Criminal da Capital, no uso de suas atribuições legais etc.

Considerando o disposto na Resolução nº. 013/2009-GP, publicada no DJ 4363, de 25/06/2009, e na Resolução 021/2009-GP, publicada no DJE 4416, de 10/09/2009, e a Resolução n.º 16/2016-GP, publicada no DJE 5980, de 2/06/2016, que tratam do serviço de Plantão no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Considerando a Portaria n.º 110/2016-DFCri, de 16/12/16, que alterou a Portaria n.º 070/2016-DFCri

Considerando o Sigadoc n.º OFI-2017/13165, autorizando o 2º servidor de Secretaria aos finais de semana e feriados;

Resolve:

Art. 1º Divulgar a escala de PLANTÃO DO FÓRUM CRIMINAL, para o mês de **ABRIL/2022:**

DIAS	HORÁRIO	MAGISTRADO	SERVIDORES
25, 26, 27 e 28/04	**Dias:** 25 a 28/04 ¿ 14h às 17h	1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher **Dr. João Augusto de Oliveira Jr., Juiz de Direito, ou substituto.** **Celular de Plantão:** (91)99299-5060 **E-mail:** 1mulherbelem@tjpa.jus.br	**Diretor (a) de Secretaria:** Dênio Lobo **Servidor(a) Distribuidor(a):** Jorge Noberto **Assessor (a) de Juiz(a):** Elaine Karoline Mainardi **Oficiais de Justiça:** Gladson Pereira Américo (25/04) Glaucia Araújo Bitterncourt (25/04) Gustavo Brandão K. Maués (25/04 ¿ Sobreaviso) José Elias Rufino de Matos (26/04) José Lima Coelho (26/04) José Luiz Santos (26/04 ¿ Sobreaviso) Luis Guilherme L. de A. Pontes (27/04) Luzia Julia Soares Rosa (27/04) Manoel Monteiro G. Filho (27/04 ¿ Sobreaviso) Mauro Ordonez da S. Martins (28/04) Mayara Leal Miranda (28/04) Max George Maciel Diniz (28/04 ¿ Sobreaviso) **Operadores Sociais:**

			Lila Pinto da Costa de Moraes: Psicóloga/VEPMA Elis Regina Nunes Correa: Serviço Social/CEM/VDFM Roselena Maria Gouvêa do Amaral Lobato: Serviço Social/VEPMA

Art. 2º Poderá haver alteração desta Portaria a qualquer momento a critério da Administração, para se adequar ao que determina o Art. 10, da Resolução 013/2009-GP.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Belém, 11 de março de 2022

ANGELA ALICE ALVES TUMA

Juíza Diretora do Fórum Criminal da Capital

SECRETARIA DA 1ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL

RESENHA: 12/04/2022 A 12/04/2022 - SECRETARIA DA 1ª VARA CRIMINAL DE BELEM - VARA: 1ª VARA CRIMINAL DE BELEM PROCESSO: 00000217220208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FATIMA ALVES DA SILVA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/04/2022 VITIMA:A. V. C. B. DENUNCIADO:KEYSER DE JESUS PINHEIRO Representante(s): OAB 123456789 - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) . EDITAL DE CITAÃÃO A Exma. Sra. Dra Doutora Maria de FÃ¡tima Alves da Silva, JuÃ-za de Direito, respondendo pela 1Âª Vara Criminal da Comarca de BelÃ©m, faz saber aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que, pelo representante do MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡, foi denunciado, KEYSER DE JESUS PINHEIRO, brasileira, natural de Igarape-Miri-PA, RG n.Â° 5692686, 3ÂªÂ via (SSP/PA), filha de Maria JosÃ© Pinheiro Anthunes, endreÃ§o residente na Rod. Artur Bernardes, Passagem Â¿AleluiaÂ¿, nÂº31-C, o (s) qual (is) nÃ£o sendo localizado(s) para ser(em) citado(a)(s) pessoalmente, expede-se o presente EDITAL DE CITAÃÃO com prazo de 15 (quinze) dias que correrÃ¡ a partir da data de publicaÃ§Ã£o, em conformidade ao art. 361 e ss. do CÃ³digo de Processo Penal, para o referido rÃ©u responder Ã acusaÃ§Ã£o, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos dos artigos 396 e 396-A do CÃ³digo de Processo Penal (sendo que o prazo para apresentaÃ§Ã£o de resposta correrÃ¡ apÃ³s o tÃ©rmino do prazo de quinze dias fixado neste edital), podendo argÃ¼ir preliminares e alegar tudo o que interesse Ã sua defesa, oferecer documentos e justificaÃ§Ãµes, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimaÃ§Ã£o, quando necessÃ¡rio, referente ao processo nÂ° 00000217220208140401, em que foi denunciado(a) como incurso nas disposiÃ§Ãµes do Artigo 155, caput, e Art. 307, ambos doÂ CÃ³digo Penal Brasileiro, sendo que, se o acusado, citado por edital, nÃ£o comparecer, nem constituir advogado, ficarÃ£o suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produÃ§Ã£o antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisÃ£o preventiva, conforme dispÃµe o art. 366 do CÃ³digo de Processo Penal. Eu, LÃ¡zaro Sarmento dos Santos, Analista JudiciÃ¡rio da 1Âª Vara Criminal de BelÃ©m, o subscrevi. FÃ³rum Criminal de BelÃ©m, 12 de abril de 2022. Maria de FÃ¡tima Alves da Silva JuÃ-za de Direito, respondendo pela 1Âª Vara Criminal da Capital. PROCESSO: 00001703420218140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FATIMA ALVES DA SILVA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/04/2022 VITIMA:A. K. S. G. DENUNCIADO:CLEITOMAR LOUREIRO LOPES. DESPACHO Â Â Â Â Â Determino a intimaÃ§Ã£o pessoal do acusado para constituir novo advogado ou nomear a Defensoria PÃºblica, no prazo de 10 (dez) dias, e, caso infrutÃ-fera, expeÃ§a-se edital com prazo de 15 (quinze) dias com o mesmo fim. Decorrido o prazo sem manifestaÃ§Ã£o, ser-lhe-Ã¡ nomeado Defensor PÃºblico para prosseguir em sua defesa tÃ©cnica. Â Â Â Â Â Int. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 11 de abril de 2022. MARIA DE FÃTIMA ALVES DA SILVA JuÃ-za de Direito respondendo pela 1Âª Vara Criminal da Capital PROCESSO: 00006016820218140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FATIMA ALVES DA SILVA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/04/2022 DENUNCIADO:RENALDO ALVES FILHO DENUNCIADO:MARCELO DE JESUS SILVA CARDIAS VITIMA:O. E. . EDITAL DE INTIMAÃÃO A Exma. Sra. Dra. Maria de FÃ¡tima Alves da Silva, JuÃ-za de Direito Respondendo pela 1Âª Vara Criminal da Comarca de BelÃ©m, faz saber aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que o acusado RENALDO ALVES FILHO, brasileiro, natural de CametÃ¡/PA, nascido em 01/11/1987, filho de Raimunda Monteiro Alho e Renaldo Souza Alves, residente Ã Rua Professor Nelson Ribeiro, Pass. Praiana, nÂº 4552, bairro do TelÃ©grafo, BelÃ©m/PA, como nÃ£o foi encontrado para ser intimado pessoalmente, expede-se o presente EDITAL DE INTIMAÃÃO, com fulcro no art. 231,II, do CPC, com prazo de 10 (dez) dias que correrÃ¡ a partir da data de publicaÃ§Ã£o, para que o referido acusado habilite novo advogado para prosseguir em sua defesa tÃ©cnica, nos autos do processo nÂº 00006016820218140401, ficando ciente(s) de que decorrido o prazo concedido sem manifestaÃ§Ã£o, serÃ¡, de imediato, nomeado um Defensor PÃºblico para tal. Eu, Simone Feitosa de Souza, Diretora de Secretaria, o subscrevi. FÃ³rum Criminal de BelÃ©m, 12 de abril de 2022. MARIA DE FÃTIMA ALVES DA SILVA JuÃ-za de Direito Respondendo pela 1Âª Vara Criminal da Capital. PROCESSO: 00019610920198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FATIMA ALVES DA SILVA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/04/2022 VITIMA:P. M. C. DENUNCIADO:CLAUDIO AUGUSTO SARMANHO Representante(s): OAB 12233 - SEVERO ALVES DO CARMO (ADVOGADO) . DESPACHO Â Â Â Â Â I - Considerando que o acusado, intimado Ã fl. 82, nÃ£o compareceu nem justificou a ausÃªncia Ã audiÃªncia de 08/04/2022, conforme certidÃ£o de fl. 92, decreto a sua revelia, com

fulcro no artigo 367 do CPP. Â Â Â Â Â II - Junte-se aos autos a certidÃ£o do mandado de intimaÃ§Ã£o da vÃ-tima, e, apÃ³s, dÃª-se vista ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â III - Cumpram-se as diligÃªncias necessÃ¡rias para a realizaÃ§Ã£o da audiÃªncia redesignada para o dia 18/08/2022, Ã s 9h30. BelÃ©m/PA, 11 de abril de 2022. MARIA DE FÃTIMA ALVES DA SILVA JuÃ-za de Direito respondendo pela 1Âª Vara Criminal da Capital PROCESSO: 00069623820208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FATIMA ALVES DA SILVA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/04/2022 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:MADISON BRENDO CUNHA DA SILVA. EDITAL DE NOTIFICAÃÃO A Exma. Dra Doutora Maria de FÃ¡tima Alves da Silva, JuÃ-za de Direito, respondendo pela 1Âª Vara Criminal da Comarca de BelÃ©m, faz saber aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que, pelo representante do MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡, foi denunciado MADISON BRENDO CUNHA DA SILVA, brasileiro, natural de BelÃ©m-PA, nascido em 03.02.2002, RG 8836663-SSP/PA,Â filho de Mariana Ricarda da Luz da Cunha e Madson Ferreira da Silva, residente e domiciliado Passagem Ex-Combatentes, nÂº13, CEP 66065-280, BelÃ©m(PA), o (s) qual (is) nÃ£o sendo localizado(s) para ser(em) notificado(s) pessoalmente, expede-se o presente EDITAL DE NOTIFICAÃÃO com prazo de 15 (quinze) dias que correrÃ¡ a partir da data de publicaÃ§Ã£o, em conformidade ao art. 361 e ss. do CÃ³digo de Processo Penal, para o referido rÃ©u apresentar DEFESA PRELIMINAR, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, consistente em defesa preliminar e exceÃ§Ãµes. consoante dicÃ§Ã£o do art. 55 da Lei 11.343/20069(sendo que o prazo para apresentaÃ§Ã£o de resposta correrÃ¡ apÃ³s o tÃ©rmino do prazo de quinze dias fixado neste edital), podendo argÃ¼ir preliminares e alegar tudo o que interesse Ã sua defesa, oferecer documentos e justificaÃ§Ãµes, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimaÃ§Ã£o para audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento quando necessÃ¡rio, referente ao processo nÂ° 00069623820208140401, em que foi denunciado como incurso nas disposiÃ§Ãµes do artigo 33, da Lei nÂº11.343/2006, sendo que, se o acusado, notificado por edital, nÃ£o comparecer, nem constituir advogado, ficarÃ£o suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produÃ§Ã£o antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisÃ£o preventiva, conforme dispÃµe o art. 366 do CÃ³digo de Processo Penal. Eu, LÃ¡zaro Sarmento dos Santos, Analista JudiciÃ¡rio da 1Âº Vara Criminal de BelÃ©m, o subscrevi. FÃ³rum Criminal de BelÃ©m, 12 de abril de 2022.. Maria de FÃ¡tima Alves da Silva Juiza de Direito Respondendo pela 1Âª Vara Criminal da Capital. PROCESSO: 00092421620198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FATIMA ALVES DA SILVA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/04/2022 DENUNCIADO:MAX RUAN SOUZA DA SILVA Representante(s): OAB 7236 - JORGE LUIZ REGO TAVARES (ADVOGADO) OAB 21174 - ALEXANDRE ANDRE BRITO REIS (ADVOGADO) DENUNCIADO:CARLOS FERREIRA DA SILVA Representante(s): OAB 7236 - JORGE LUIZ REGO TAVARES (ADVOGADO) OAB 21174 - ALEXANDRE ANDRE BRITO REIS (ADVOGADO) VITIMA:C. J. L. L. Representante(s): OAB 20385 - JESSICA SANTOS MALCHER GILLET (ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO) VITIMA:A. C. . DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Requer o MinistÃ©rio PÃºblico, Ã s fls. 258, que este JuÃ-zo oficie Ã Delegacia Geral de PolÃ-cia para que seja instaurado inquÃ©rito policial com o fim de apurar crime previsto no art. 303 do CTB, tendo como vÃ-tima Cristiano JoÃ£o Loureiro Lima, que figura tambÃ©m como vÃ-tima neste processo. Â Â Â Â Â Â Â Analiso o pedido. Â Â Â Â Â Â Â O atual sistema acusatÃ³rio previsto pela ConstituiÃ§Ã£o Federal de 1988 atribui ao magistrado a funÃ§Ã£o de julgar, e nÃ£o de investigar, acusar ou diligenciar. A requisiÃ§Ã£o de instauraÃ§Ã£o de inquÃ©rito policial e respectivos pedidos de diligÃªncias sÃ£o de atribuiÃ§Ã£o do MinistÃ©rio PÃºblico, considerando a previsÃ£o contida no artigo 129, VIII da ConstituiÃ§Ã£o Federal, e no artigo 47 do CPP, razÃ£o pela qual, indefiro pedido de fls. 258. Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Cumpridas as determinaÃ§Ãµes da sentenÃ§a de fls. 247/249, arquivem-se os autos com as cautelas legais. Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 11 de abril de 2022. MARIA DE FÃTIMA ALVES DA SILVA JuÃ-za de Direito respondendo pela 1Âª Vara Criminal da Capital PROCESSO: 00129045120208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FATIMA ALVES DA SILVA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/04/2022 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:JOELSON DA SILVA ALMEIDA Representante(s): OAB 23364 - RONDINELLY MAIA ABRANCHES GOMES (ADVOGADO) . DESPACHO Â Â Â Â Â I - Considerando certidÃ£o de fl. 49, redesigno a audiÃªncia para o dia 25/08/2022, Ã s 10h30. Â Â Â Â Â II - Intime-se a testemunha Shirlene na forma requerida pelo MinistÃ©rio PÃºblico, bem como o acusado, preso por outro processo. Â Â Â Â Â Int. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 11 de abril de 2022. MARIA DE FÃTIMA ALVES DA SILVA JuÃ-za de Direito respondendo pela 1Âª Vara Criminal da Capital PROCESSO: 00245968120198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SIMONE FEITOSA DE SOUZA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/04/2022 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:JANETE BAIA DOS SANTOS

Representante(s): OAB 14069 - MARCUS NASCIMENTO DO COUTO (ADVOGADO) AUTOR:A JUSTICA PUBLICA. ATO ORDINATÃRIO Em cumprimento a DeterminaÃ§Ã£o do MM. Juiz, com base no Provimento nÂº 006/2006, art. 1Âº, Â§ 1Âº, inciso I, considerando a Portaria nÂº 3003/2021 - GP, publicada em 03/03/2021. 1Âº - Fica redesignada a audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento nos autos em epÃ-grafe, para o dia o 04/05/2022 Ã s 09h30min.Â 2Âº - Cumpram-se as diligÃªncias. 3Âº - Cientes os presentes. BelÃ©m, 12 de abril de 2022. Simone Feitosa de Souza Diretora de Secretaria da 1Âª Vara Criminal de BelÃ©m do JuÃ-zo singular PROCESSO: 00033450720198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: VITIMA: O. E. DENUNCIADO: D. M. G.

SECRETARIA DA 3ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL

SENTENÇA

Tratam os presentes autos de Ação Penal de Competência do Juízo Singular, no qual a nacional ROGER CRISTIAN NEGRÃO ALVES, qualificado nos autos, foi denunciado pelo Ministério Público, lhe sendo imputado o Art. 157, §2º, I e II do Código Penal.

O Ministério Público, em manifestação à fls. 112 , requereu a extinção de punibilidade do denunciado.

Diante dos documentos juntados nos autos, como declaração de óbito às fls. 109/110 e, nos termos do artigo 107, inciso I, do Código Penal, uma das formas de se extinguir a punibilidade é pela morte do agente.

Ante o exposto, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do denunciado ROGER CRISTIAN NEGRÃO ALVES, devidamente qualificada nos autos.

Ciência às partes.

Após, arquive-se.

Belém, 10 de março de 2022

CRISTINA SANDOVAL COLLYER

Juíza de Direito Titular da 3ª Vara Criminal da Comarca de Belém-PA

SENTENÇA

Tratam os presentes autos de Ação Penal de Competência do Juízo Singular, no qual a nacional Leonardo Barroso da Silva, qualificada nos autos, foi denunciada pelo Ministério Público, lhe sendo imputado o Art. 168, inciso III, do Código Penal.

O Ministério Público, em manifestação à fls. 52 , requereu a extinção de punibilidade da denunciado Leonardo Barroso da Silva

Diante dos documentos juntados nos autos, como declaração de óbito às fls. 47/48 e, nos termos do artigo 107, inciso I, do Código Penal, uma das formas de se extinguir a punibilidade é pela morte do agente.

Ante o exposto, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do denunciado LEONARDO BARROSO DA SILVA, devidamente qualificada nos autos.

Ciência às partes.

Após, arquive-se.

Belém, 10 de março de 2022

CRISTINA SANDOVAL COLLYER

Juíza de Direito Titular da 3ª Vara Criminal da Comarca de Belém-PA

SECRETARIA DA 6ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL

RESENHA: 13/04/2022 A 13/04/2022 - SECRETARIA DA 6ª VARA CRIMINAL DE BELEM - VARA: 6ª VARA CRIMINAL DE BELEM PROCESSO: 00012515220208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GISELE MENDES CAMARCO LEITE A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 13/04/2022 DENUNCIADO:ANTONIO MARCOS MANUEL DOMINGOS DENUNCIADO:GLAUCIA PRUDENCIO DOMINGOS VITIMA:H. A. S. N. VITIMA:M. E. S. T. . AÃ§Â¿o Penal Autos: 0001251-52.2020.8.14.0401 Autor: MinistÃ©rio PÃºblico Estadual Denunciado(s): Antonio Marcos Manuel Domingos e Glaucia Prudencio Domingos Considerando o transcurso do tempo apÃ³s a citaÃ§Ã£o por edital sem qualquer resposta dos rÃ©us(fls, 33), decreto a SUSPENSÃO DO PROCESSO para ANTONIO MARCOS MANUEL DOMINGOS e GLAUCIA PRUDENCIO DOMINGOS, bem como do CURSO DO PRAZO PRESCRICIONAL, na forma do art. 366 do CÃ³digo de Processo Penal. Oportunamente, retornem-me os autos conclusos. Cumpra-se BelÃ©m/PA, 13 de abril de 2022. Gisele Mendes CamarÃ§o Leite Juiza de Direito respondendo pela 6Âª Vara Criminal de BelÃ©m / PA PROCESSO: 00015798720098140401 PROCESSO ANTIGO: 200920054498 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GISELE MENDES CAMARCO LEITE A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 13/04/2022 PROMOTOR:MARCIA BEATRIZ REIS SOUZA DENUNCIADO:REMY KALONJI DENUNCIADO:ULISSES B. GRAY JR. VITIMA:S. F. P. . AÃ§Â¿o Penal Autos: 0001579-87.2009.8.14.0401 Autor: MinistÃ©rio PÃºblico Estadual Denunciado: Ulisses B. Gray Jr. e Nino Edoghotu Vistos etc. Trata-se de aÃ§Ã£o penal incondicionada proposta pelo MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡ no dia 30/06/2009 (fls. 02/04) em desfavor de ULISSES B. GRAY JR. e NINO EDOGHOTU, qualificado Ã s fls. 201, dando-o como incurso nas sanÃ§Ãµes punitivas inseridas no Art. 171 c/c art. 14, ambos do CP. Em audiÃªncia realizada em 01 de fevereiro de 2019 fls 181/182, foi oferecida a proposta de suspensÃ£o condicional do processo ao rÃ©u Nino Edoghotu. Esta proposta foi inteiramente aceita e acatada pelo rÃ©u. Em manifestaÃ§Ã£o ministerial de fls. 210, o Parquet requereu a extinÃ§Ã£o da punibilidade em razÃ£o do cumprimento da condicional. Ã o breve relatÃ³rio. Considerando-se que houve integral aceitaÃ§Ã£o e cumprimento da proposta de suspensÃ£o condicional do processo, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE de NINO EDOGHOTU, qualificado nos autos, na forma do art. 89, Â§ 5Âº, da Lei Federal nÂº 9.099/95. Ciente o MinistÃ©rio PÃºblico. ApÃ³s, providenciem-se as baixas de estilo, observadas as formalidades legais. P. R. I. C. BelÃ©m/PA, 13 de abril de 2022. GISELE MENDES CAMARÃO LEITE JuÃ-za de Direito respondendo pela 6ÂªVara Criminal da Comarca de BelÃ©m/PA PROCESSO: 00030061420208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GISELE MENDES CAMARCO LEITE A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 13/04/2022 VITIMA:T. S. C. DENUNCIADO:RONALD SILVA DOS SANTOS Representante(s): OAB 123456789 - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) DENUNCIADO:RENAN SANTOS MONTEIRO Representante(s): OAB 10056 - EDILENA MARIA DA COSTA GANTUSS (ADVOGADO) DENUNCIADO:SANDRO FRANCISCO DA SILVA CAMPOS Representante(s): OAB 123456789 - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) . AÃ§Â¿o Penal Autos: 0003006-14.2020.8.14.0401 Autor: MinistÃ©rio PÃºblico Estadual Denunciado: Ronald Silva dos SantosÂ Considerando o transcurso do tempo apÃ³s a citaÃ§Ã£o por edital sem qualquer manifestaÃ§Ã£o do rÃ©u (fls. 67), decreto a SUSPENSÃO DO PROCESSO para RONALD SILVA DOS SANTOS bem como do CURSO DO PRAZO PRESCRICIONAL, na forma do art. 366 do CÃ³digo de Processo Penal. Oportunamente, retornem-me os autos conclusos. Cumpra-se BelÃ©m/PA, 13 de abril de 2022. Gisele Mendes CamarÃ§o Leite Juiza de Direito respondendo pela 6Âª Vara Criminal de BelÃ©m / PA PROCESSO: 00030321220208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GISELE MENDES CAMARCO LEITE A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 13/04/2022 DENUNCIADO:CARLOS ANDRE GUIMARAES DE FREITAS VITIMA:M. A. S. S. . AÃ§Â¿o Penal Autos: 0003032-12.2020.8.14.0401 Autor: MinistÃ©rio PÃºblico Estadual Denunciado: AndrÃ© GuimarÃ£es de Freitas Considerando o transcurso do tempo apÃ³s a citaÃ§Ã£o por edital sem qualquer manifestaÃ§Ã£o do rÃ©u (fls. 18), decreto a SUSPENSÃO DO PROCESSO para ANDRÃ GUIMARÃES DE FREITAS bem como do CURSO DO PRAZO PRESCRICIONAL, na forma do art. 366 do CÃ³digo de Processo Penal. Oportunamente, retornem-me os autos conclusos. Cumpra-se BelÃ©m/PA, 13 de abril de 2022. Gisele Mendes CamarÃ§o Leite Juiza de Direito respondendo pela 6Âª Vara Criminal de BelÃ©m / PA PROCESSO: 00063431120208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GISELE MENDES CAMARCO LEITE A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 13/04/2022 DENUNCIADO:ANDREI

GOMES DA SILVA Representante(s): OAB 123456789 - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) VITIMA:A. J. L. P. VITIMA:F. S. F. . DELIBERAÃÃO: Â¿VISTOS ETC. 1 - Considerando a manifestaÃ§Ã£o do representante do MinistÃ©rio PÃºblico na insistÃªncia da vÃ-tima FELIPE SOARES FIGUEIRA, designo desde jÃ¡ o dia 13/07/2023 Ã s 10h, para continuaÃ§Ã£o da audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento. 2 - Intimem-se as partes. 3 - Cumpra-se, observadas as cautelas de lei. BelÃ©m (PA), 12 de abril de 2022. GISELE MENDES CAMARÃO LEITE, JuÃ-za de Direito, respondendo pela 6Âª Vara Criminal da CapitalÂ¿. PROCESSO: 00124888320208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GISELE MENDES CAMARCO LEITE A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 13/04/2022 VITIMA:A. C. O. E. DENUNCIADO:JOEL DOS SANTOS SANTANA. AÃ§Ã£o Penal Autos: 0012488-83.2020.8.14.0401 Autor: MinistÃ©rio PÃºblico Estadual RÃ©u: Joel dos Santos Santana Considerando o teor da certidÃ£o de fl.30 atestando que o denunciado JOEL DOS SANTOS SANTANA qualificado nos autos, foi devidamente citado por edital, porÃ©m, nÃ£o compareceu em juÃ-zo, tampouco constituiu defensor para representÃ¡-lo no feito, decreto a SUSPENSÃO DO PROCESSO E DO CURSO DO PRAZO PRESCRICIONAL, na forma do art. 366 do CÃ³digo de Processo Penal. Ademais, a ausÃªncia de informaÃ§Ãµes a respeito de sua localizaÃ§Ã£o, em razÃ£o de nÃ£o ter sido encontrado o seu endereÃ§o acostado nos autos, bem como da injustificada inutilizaÃ§Ã£o do equipamento de monitoramento eletrÃ´nico, e diante do evidente prejuÃ-zo Ã instruÃ§Ã£o criminal e da futura aplicaÃ§Ã£o da lei penal, Ã© imperiosa a decretaÃ§Ã£o da prisÃ£o preventiva, eis que latente a presenÃ§a dos pressupostos dispostos no art. 312 do CÃ³digo de Processo Penal. Neste sentido, o Superior Tribunal de JustiÃ§a possui jurisprudÃªncia consolidada no sentido de que a necessidade da segregaÃ§Ã£o cautelar se impÃµe quando evidenciado que o denunciado se furta em se submeter a persecuÃ§Ã£o criminal, concretizando um dos requisitos do permissivo legal, ou seja, para assegurar a aplicaÃ§Ã£o da lei penal (STJ - HC 101.762, da minha relatoria, julgado em 04.10.2011; STJ - HC 106.816/PE, rel. min. Ellen Gracie, DJe nÂº 117, publicado em 20.06.2011; STJ - HC 107.863/SP, rel. min. Luiz Fux, DJe nÂº 98, publicado em 25.05.2011; STJ - HC 106.702/RJ, rel. min. CÃ¡rmen LÃºcia, DJe nÂº 100, publicado em 27.05.2011; e STJ - HC 101.934/RS, publicado em 08.10.2010; e STJ - HC 290.359Â¿MG, Rel. Ministro Moura Ribeiro, Quinta Turma, julgado em 06Â¿05Â¿2014, DJe 13Â¿05Â¿2014). ISTO POSTO, presentes os elementos ensejadores da prisÃ£o preventiva, como a necessidade de garantia da ordem pÃºblica e a proteÃ§Ã£o da instruÃ§Ã£o criminal, DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA DE JOEL DOS SANTOS SANTANA, com fulcro no art.312 c/c art.366, do CÃ³digo de Processo Penal Brasileiro. ExpeÃ§a-se o competente mandado de prisÃ£o preventiva. Publique-se, Registre-se, Intime-se, Cumpra-se. BelÃ©m/PA, 13 de abril de 2022. GISELE MENDES CAMARÃO LEITE JuÃ-za de Direito respondendo pela 6Âª Vara Criminal de BelÃ©m/PA PROCESSO: 00125919020208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GISELE MENDES CAMARCO LEITE A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 13/04/2022 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:LORENA SANTOS FREITAS. AÃ§Â¿o Penal Autos: 0012591-90.2020.8.14.0401 Autor: MinistÃ©rio PÃºblico Estadual Denunciada: Lorena Santos Freitas Considerando o transcurso do tempo apÃ³s a citaÃ§Ã£o por edital sem qualquer manifestaÃ§Ã£o da rÃ© (fls. 16), decreto a SUSPENSÃO DO PROCESSO para LORENA SANTOS FREITAS bem como do CURSO DO PRAZO PRESCRICIONAL, na forma do art. 366 do CÃ³digo de Processo Penal. Oportunamente, retornem-me os autos conclusos. Cumpra-se BelÃ©m/PA, 13 de abril de 2022. Gisele Mendes CamarÃ§o Leite Juiza de Direito respondendo pela 6Âª Vara Criminal de BelÃ©m / PA PROCESSO: 00137636720208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GISELE MENDES CAMARCO LEITE A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 13/04/2022 DENUNCIADO:VITOR HUGO DE JESUS DEZINCOURT VITIMA:J. C. L. . AÃ§Â¿o Penal Autos: 0013763-67.2020.8.14.0401 Autor: MinistÃ©rio PÃºblico Estadual Denunciado: Vitor Hugo de Jesus Dezincourt Considerando o transcurso do tempo apÃ³s a citaÃ§Ã£o por edital sem qualquer manifestaÃ§Ã£o do rÃ©u (fls. 18), decreto a SUSPENSÃO DO PROCESSO para VITOR HUGO DE JESUS DEZINCOURT bem como do CURSO DO PRAZO PRESCRICIONAL, na forma do art. 366 do CÃ³digo de Processo Penal. Oportunamente, retornem-me os autos conclusos. Cumpra-se BelÃ©m/PA, 13 de abril de 2022. Gisele Mendes CamarÃ§o Leite Juiza de Direito respondendo pela 6Âª Vara Criminal de BelÃ©m / PA PROCESSO: 00144934920188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GISELE MENDES CAMARCO LEITE A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 13/04/2022 DENUNCIADO:MARIA CRISTINA MATTIOLI VITIMA:F. S. B. . AÃ§Â¿o Penal Autos: 0014493-49.2018.8.14.0401 Autor: MinistÃ©rio PÃºblico Estadual Denunciada: Maria Cristina Mattioli Considerando o transcurso do tempo apÃ³s a citaÃ§Ã£o por edital sem qualquer manifestaÃ§Ã£o da rÃ© (fls. 109), decreto a SUSPENSÃO DO PROCESSO para MARIA CRISTINA MATTIOLI bem como do CURSO DO PRAZO PRESCRICIONAL, na forma do art. 366 do CÃ³digo de

Processo Penal. Oportunamente, retornem-me os autos conclusos. Cumpra-se BelÃ©m/PA, 13 de abril de 2022. Gisele Mendes CamarÃ§o Leite Juiza de Direito respondendo pela 6Âª Vara Criminal de BelÃ©m / PA PROCESSO: 00170512320208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GISELE MENDES CAMARCO LEITE A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 13/04/2022 AUTOR DO FATO:VANILDO NOBRE CARNEIRO FILHO VITIMA:E. B. Q. VITIMA:O. E. . AÃ§Â¿o Penal Autos: 0017051-23.2020.8.14.0401 Autor: MinistÃ©rio PÃºblico Estadual Denunciado(s): Vanildo Nobre Carneiro Filho Considerando o transcurso do tempo apÃ³s a citaÃ§Ã£o por edital sem qualquer manifestaÃ§Ã£o do rÃ©u (fls, 23), decreto a SUSPENSÃO DO PROCESSO para VANILDO NOBRE CARNEIRO FILHO, bem como do CURSO DO PRAZO PRESCRICIONAL, na forma do art. 366 do CÃ³digo de Processo Penal. Oportunamente, retornem-me os autos conclusos. Cumpra-se BelÃ©m/PA, 13 de abril de 2022. Gisele Mendes CamarÃ§o Leite Juiza de Direito respondendo pela 6Âª Vara Criminal de BelÃ©m / PA PROCESSO: 00254695220178140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GISELE MENDES CAMARCO LEITE A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 13/04/2022 VITIMA:L. A. N. C. DENUNCIADO:RODRIGO MACEDO DA MOTA Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) PROMOTOR:DR JOSE RUI DE ALMEIDA BARBOZA. AÃ§Â¿o Penal Autos: 0025469-52.2017.8.14.0401 Autor: MinistÃ©rio PÃºblico Estadual Denunciado(s): Rodrigo Macedo da Mota Considerando o transcurso do tempo apÃ³s a citaÃ§Ã£o por edital sem qualquer manifestaÃ§Ã£o do rÃ©u (fls, 221), decreto a SUSPENSÃO DO PROCESSO para RODRIGO MACEDO DA MOTA bem como do CURSO DO PRAZO PRESCRICIONAL, na forma do art. 366 do CÃ³digo de Processo Penal. Oportunamente, retornem-me os autos conclusos. Cumpra-se BelÃ©m/PA, 13 de abril de 2022. Gisele Mendes CamarÃ§o Leite Juiza de Direito respondendo pela 6Âª Vara Criminal de BelÃ©m / PA PROCESSO: 00263506320168140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GISELE MENDES CAMARCO LEITE A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 13/04/2022 VITIMA:P. M. E. T. L. DENUNCIADO:AMAURI DOS SANTOS TORRES. AÃ§Â¿o Penal Autos: 0026350-63.2016.8.14.0401 Autor: MinistÃ©rio PÃºblico Estadual Denunciado: Amauri dos Santos Torres Considerando o transcurso do tempo apÃ³s a citaÃ§Ã£o por edital sem qualquer manifestaÃ§Ã£o do rÃ©u (fls. 21), decreto a SUSPENSÃO DO PROCESSO para AMAURI DOS SANTOS TORRES bem como do CURSO DO PRAZO PRESCRICIONAL, na forma do art. 366 do CÃ³digo de Processo Penal. Oportunamente, retornem-me os autos conclusos. Cumpra-se BelÃ©m/PA, 13 de abril de 2022. Gisele Mendes CamarÃ§o Leite Juiza de Direito respondendo pela 6Âª Vara Criminal de BelÃ©m / PA

SECRETARIA DA VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

RESENHA: 11/04/2022 A 12/04/2022 - SECRETARIA DA VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO DE BELEM - VARA: VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO DE BELEM PROCESSO: 00011855020198140064 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EDUARDO RODRIGUES DE MENDONCA FREIRE A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/04/2022 DENUNCIADO:JORSADAK SILVA BARROS Representante(s): OAB 15564 - ANDERSON JOSE LOPES FRANCO (ADVOGADO) OAB 20146 - FABIO FALCÃO CHAVES (ADVOGADO) OAB 20818 - MARIO RENAN CABRAL PRADO SA (ADVOGADO) OAB 9789 - SAMUEL BORGES CRUZ (ADVOGADO) DENUNCIADO:ELIELSON DE MORAES BARROSO Representante(s): OAB 12401 - ALEXANDRE AUGUSTO DE PINHO PIRES (ADVOGADO) DENUNCIADO:GESSIAS TAVARES NUNES DENUNCIADO:BENEDITO FILHO PEREIRA GOMES Representante(s): OAB 12401 - ALEXANDRE AUGUSTO DE PINHO PIRES (ADVOGADO) DENUNCIADO:GILNEY VIEIRA LOBATO Representante(s): OAB 12401 - ALEXANDRE AUGUSTO DE PINHO PIRES (ADVOGADO) OAB 4684 - HILARIO CARVALHO MONTEIRO JUNIOR (ADVOGADO) OAB 4771 - ALVARO AUGUSTO DE PAULA VILHENA (ADVOGADO) DENUNCIADO:GILVAN VIEIRA LOBATO Representante(s): OAB 12401 - ALEXANDRE AUGUSTO DE PINHO PIRES (ADVOGADO) OAB 4684 - HILARIO CARVALHO MONTEIRO JUNIOR (ADVOGADO) DENUNCIADO:JOSE MARIA NOGUEIRA DOS REIS Representante(s): OAB 12401 - ALEXANDRE AUGUSTO DE PINHO PIRES (ADVOGADO) DENUNCIADO:HUMBERTO HERBET DE OLIVEIRA RODRIGUES Representante(s): OAB 12401 - ALEXANDRE AUGUSTO DE PINHO PIRES (ADVOGADO) DENUNCIADO:ENILSON JOSE DA SILVA MACHADO Representante(s): OAB 19774 - BRENO BRAZIL DE ALMEIDA LINS (ADVOGADO) OAB 27786 - WELLINGTON HANZEER DE AZEVEDO BRAZAO (ADVOGADO) DENUNCIADO:GLEYDSON SENA PEREIRA Representante(s): OAB 21627 - WALDER EVERTON COSTA DA SILVA (ADVOGADO) DENUNCIADO:EVERTON ROSARIO SANTANA Representante(s): OAB 19674 - FERNANDO MAGALHAES PEREIRA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 24372 - LUIZ SERGIO MIRANDA DEL PUPO (ADVOGADO) OAB 19964 - MARVEN DA SILVA FRANCES (ADVOGADO) DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO _____
PÃ¡gina 1 de 34 SENTENÃA Vistos etc. O MinistÃ©rio PÃºblico Estadual denunciou, incluindo o aditamento Ã denÃºncia, BENEDITO FILHO PEREIRA GOMES, EVERTON ROSARIO SANTANA, GILNEY VIEIRA LOBATO e outros, todos qualificados nos autos, como incursos nas sanÃ§Ãµes dos delitos tipificados no art.157, Â§2Â°, II, Â§ 2Âº-A, I, c/c art. 2Âº, Â§3Âº e Â§4Âº, II, da Lei 12.850/14 e art. 163, parÃ¡grafo Ãºnico, I, II, III, do CP. Os presentes autos foram desmembrados para os rÃ©us BENEDITO FILHO PEREIRA GOMES, EVERTON ROSARIO SANTANA e GILNEY VIEIRA LOBATO, figurando, por conseguinte, somente os mesmos nestes autos. Quanto ao fato delituoso, no ponto, narra a exordial acusatÃ³ria, in verbis: "(...) Em conformidade com o inquÃ©rito policial, os acusados planejaram e executaram o assalto Ã agÃªncia do Banco do Estado do ParÃ¡ no MunicÃ-pio de Viseu ocorrido em 06.11.2018, cujo modus operando consistiu em sitiar a cidade com uso de homens armados com fuzis e escopetas em trÃªs automÃ³veis, uso de refÃ©ns como escudos humanos e ainda tentativa de isolamento da cidade por meio da queima de pontes. Logo apÃ³s a consumaÃ§Ã£o do crime, agentes da autoridade policial mediante diligÃªncias de investigaÃ§Ã£o localizaram e prenderam o nacional SILVIO GONÃALVES DOS SANTOS, morador a vila de Limondeua em Viseu, o qual foi recrutado pela quadrilha para servir de mateiro durante a execuÃ§Ã£o do crime, o qual, apÃ³s interrogatÃ³rio, precisou a participaÃ§Ã£o dos representados EVERTON SANTANA, RAIMUNDO LEITE e JÃLIO DO NASCIMENTO, bem como outros suspeitos ainda em investigaÃ§Ã£o (RICARDO, JÃNIOR e VELHO). Prosseguindo as diligÃªncias, em 15.11.2018, os agentes da autoridade policial prenderam na cidade de BraganÃ§a GILNEY VIEIRA LOBATO, GILVAN VIEIRA LOBATO, JOSÃ MARIA NOGUEIRA DOS REIS, LARISSA PEREIRA DA PAIXÃO MATOS e ELEINE CRISTINA BOTELHO ARROSO, com os quais foram encontrados R$217.000,00 (PARTE DO DINHEIRO ROUBADO DO VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO _____
PÃ¡gina 2 de 34 BANCO BamparÃ¡ em Viseu), duas pistolas .40 e .380, carregadores de fuzil tipo Magal e muniÃ§Ãµes calibre .30, .40, .380 e .556. Por meio dos interrogatÃ³rios dos presos, bem como cruzamento de informaÃ§Ãµes e documentos, os agentes reuniram indÃ-cios da participaÃ§Ã£o dos suspeitos HUMBERTO HERBET DE OLIVEIRA RODRIGUES e ENILSON JOSÃ DA SILVA MACHADO, com participantes do planejamento e execuÃ§Ã£o do assalto, inclusive recrutando outros envolvidos, os quais

foram presos preventivamente por ordem judicial em 15.11.2018. Diante disto, por meio de interrogatÃ³rio, oitivas de testemunhas, anÃ¡lise de documentos e cruzamento de informaÃ§Ãµes, os agentes da autoridade policial reuniram indÃ-cios suficientes de materialidade e autoria em relaÃ§Ã£o aos ora representados, GESSIAS TAVARES NUNES (ONÃA CAÃADOR), responsÃ¡vel por armazenamento de armas, guia de comparsas em fuga, e rendiÃ§Ã£o de refÃ©ns durante o assalto em 06.11.2018; ELIENSON DE MORAES BARROSO (ELIELSON MACACHEIRA), o qual rendeu refÃ©ns e atirou com arma de grosso calibre para o alto e em direÃ§Ã£o ao interior da agÃªncia bancÃ¡ria durante o assalto em 06.11.2019; BENEDITO FILHO PEREIRA GOMES (LORO), por pilotar o veÃ-culo Toyota Corola prata da organizaÃ§Ã£o criminosa, portar arma de fogo de uso restrito e disparar contra a agÃªncia bancÃ¡ria no dia 06.11.2018; EVERTON DO ROSÃRIO SANTANA, por fazer o planejamento operacional e execuÃ§Ã£o, recrutando elementos, rendendo refÃ©ns durante o assalto, JOSARDAK SILVA BARROS (ZÃ DA MARANATA), responsÃ¡vel por financiar a organizaÃ§Ã£o do grupo criminoso, custando aluguel de carros e armas de fogo de diversos calibres, bem como recebimento de valores via depÃ³sito bancÃ¡rio dos assaltantes GLEYDSON DE SENA PÃREIRA (MELÃ), integrante da facÃ§Ã£o criminosa Comando Vermelho-CV, tudo em conformidade com os relatÃ³rios de investigaÃ§Ã£o fundamentados nas provas reunidas pela autoridade policial especializada.(...)" (sic.) Recebimento da denÃºncia, Ã s fls. 08/09. DeclÃ-nio de competÃªncia da Comarca de Viseu para esta Vara Especializada Ã fl. 41. Aditamento (e ratificaÃ§Ã£o) da denÃºncia pelo MP-GAECO Ã s fls. 97/100. VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO _____
PÃ¡gina 3 de 34 DecisÃ£o deste juÃ-zo suscitando conflito negativo de competÃªncia Ã s fls. 103/116. DecisÃ£o monocrÃ¡tica fixando a competÃªncia da presente Vara Ã s fls. 143/151. DecisÃ£o deste juÃ-zo ratificando os atos do juÃ-zo de Viseu, recebendo o aditamento da denÃºncia e reabrindo o prazo para a apresentaÃ§Ã£o de defesas, Ã s fls. 122/125. Respostas Ã acusaÃ§Ã£o, Ã s fls. 14/16 (rÃ©u BENEDITO-ratificada Ã fl. 297), 298/303 (rÃ©u EVERTON) e 417/418 (rÃ©u GILNEY). DecisÃ£o de ratificaÃ§Ã£o do recebimento da denÃºncia Ã s fls. 616/618. AudiÃªncia de instruÃ§Ã£o Ã s fls. 704/710, 772/777, 825/832, 889/894 e 898/902. Na fase no art. 402, nÃ£o houve requerimentos (fl. 900). AlegaÃ§Ãµes finais do parquet e da defesa, em forma de memoriais, respectivamente, Ã s fls. 907/918 (MP), 920/925 (EVERTON), 934/942 (GILNEY) e 953/965 (BENEDITO). Ã o relatÃ³rio. DECIDO. Compulsando detidamente os autos, ressai que, no que concerne Ã alegaÃ§Ã£o de cerceamento de defesa, em virtude do nÃ£o envio tempestivo do link para o advogado do rÃ©u BENEDITO participar da audiÃªncia de instruÃ§Ã£o, tal alegaÃ§Ã£o nÃ£o merece prosperar, tendo em vista que, conforme certidÃ£o de fl. 967, a audiÃªncia designada para o dia 08/10/2021 nÃ£o ocorreu, tendo sido redesignada , sendo os advogados devidamente intimados, via DiÃ¡rio de JustiÃ§a, da nova data, todavia, o causÃ-dico em questÃ£o nÃ£o solicitou o envio de nenhum link para a realizaÃ§Ã£o d a nova data da audiÃªncia (dia 18/10/2021), razÃ£o pela qual, por consectÃ¡rio lÃ³gico, nÃ£o houve envio de link , jÃ¡ que o aludido advogado , conforme a certidÃ£o da secretaria, nÃ£o solicitou a sua participaÃ§Ã£o por videoconferÃªncia, sendo V A R A D E C O M B A T E A O C R I M E O R G A N I Z A D O _____ PÃ¡gina 4 de 34 que essa modalidade de audiÃªncia nÃ£o ocorre de forma automÃ¡tica, conforme explicitado na referida certidÃ£o de fl. 967, pelo que afasto tal preliminar. Quanto ao mÃ©rito e, em relaÃ§Ã£o ao delito de organizaÃ§Ã£o criminosa, imputado a todos os rÃ©us na presente aÃ§Ã£o penal, conclui-se que, na espÃ©cie, nÃ£o foi devidamente comprovada a existÃªncia do mesmo. De anÃ¡lise detida dos autos, ressai que nÃ£o hÃ¡ elementos probatÃ³rios suficientes que evidencie a presenÃ§a de uma organizaÃ§Ã£o criminosa na espÃ©cie, ou que os rÃ©us GILNEY, EVERTON e BENEDITO integrem alguma organizaÃ§Ã£o criminosa, nÃ£o se podendo presumir a existÃªncia de tal delito simplesmente pela gravidade concreta dos crimes perpetrados. Com efeito, uma organizaÃ§Ã£o criminosa pode ser conceituada como a associaÃ§Ã£o estÃ¡vel de quatro ou mais pessoas, de carÃ¡ter permanente, com estrutura empresarial, padrÃ£o hierÃ¡rquico-piramidal, divisÃ£o de tarefas predefinidas, de modo que cada um responda pelo seu posto, recrutamento de pessoas, objetivando a perpetraÃ§Ã£o de infraÃ§Ãµes penais, geralmente de elevada lesividade social, com escopo prioritÃ¡rio de lucro e poder a ele relacionado, mediante a utilizaÃ§Ã£o de meios de intimidaÃ§Ã£o, como violÃªncia e ameaÃ§as, com, em regra, o estabelecimento de conexÃ£o estrutural ou funcional com o Poder PÃºblico, especialmente via corrupÃ§Ã£o - para assegurar a impunidade, pela neutralizaÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o dos Ã³rgÃ£os de controle social e persecuÃ§Ã£o penal -, o fornecimento de bens e serviÃ§os ilÃ-citos e a infiltraÃ§Ã£o na economia legal, por intermÃ©dio do uso de empresas legÃ-timas, sendo ainda caracterizada pela territorialidade, formaÃ§Ã£o de uma rede de conexÃµes com outras associaÃ§Ãµes ilÃ-citas, instituiÃ§Ãµes e setores comunitÃ¡rios e tendÃªncia Ã expansÃ£o e Ã transnacionalidade, eventualmente ofertando prestaÃ§Ãµes sociais a comunidades negligenciadas pelo Estado. O crime organizado Ã© a espÃ©cie de

macrocriminalidade. Luiz FlÃ¡vio Gomes e Raul Cervini, por sua vez, na publicaÃ§Ã£o intitulada "Crime Organizado: Enfoques CriminolÃ³gico, JurÃ-dico e PolÃ-tico Criminal", pg. 92/98, listam traÃ§os de identificaÃ§Ã£o da organizaÃ§Ã£o criminosa, quais sejam: "(...) 1) previsÃ£o de acumulaÃ§Ã£o de riquezas indevida ou de forma ilÃ-cita; 2) hierarquia estrutural; 3) planejamento empresarial envolvendo, por exemplo, custo das atividades, forma de pagamento do pessoal, programaÃ§Ã£o do fluxo de mercadorias, planejamento dos itinerÃ¡rios, etc.; 4) uso dos meios VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO _____ PÃ¡gina 5 de 34 tecnolÃ³gicos sofisticados; 5) recrutamento de pessoas e divisÃ£o funcional de atividades; 6) conexÃ£o estrutural ou funcional com o Poder PÃºblico ou com agentes do Poder PÃºblico, a ponto de formar uma simbiose, decorrente do seu alto poder de corrupÃ§Ã£o e do seu poder de influÃªncia. Nessa relaÃ§Ã£o se verifica tanto a participaÃ§Ã£o direta de agentes do Poder PÃºblico nas associaÃ§Ãµes, quanto atitudes de favorecimento para o funcionamento das organizaÃ§Ãµes; 7) ampla oferta de prestaÃ§Ãµes sociais, no Ã¢mbito da saÃºde publica, seguranÃ§a, transportes, alimentaÃ§Ã£o, alimentaÃ§Ã£o e emprego; 8) divisÃ£o territorial das atividades ilÃ-citas; 9) alto poder de intimidaÃ§Ã£o; 10) real capacidade para fraude, de forma a lesar o patrimÃ´nio publico ou coletivo; 11) conexÃ£o local, regional, nacional ou internacional com outra organizaÃ§Ã£o criminosa.(...)". Sobre o tema, assim discorre o saudoso professor LUIZ FLAVIO GOMES, a quem tive a honra de ser aluno: "Hierarquia estrutural, planejamento empresarial, claro objetivo de lucros, uso de meios tecnolÃ³gicos avanÃ§ados, recrutamento de pessoas, divisÃ£o funcional de atividades, conexÃ£o estrutural ou funcional com o poder pÃºblico e/ou com o poder polÃ-tico, oferta de prestaÃ§Ãµes sociais, divisÃ£o territorial das atividades, alto poder de intimidaÃ§Ã£o, alta capacitaÃ§Ã£o para a fraude, conexÃ£o local, regional, nacional ou internacional com outras organizaÃ§Ãµes etc. (GOMES, Luiz FlÃ¡vio. Que Se Entende por Crime Organizado (Parte 1). DisponÃ-vel em http://www.lfg.com.br - 2 de marÃ§o de 2010. Acesso em: 03 out. 2012). Segundo Baltazar, Ã© possÃ-vel ressaltar o reconhecimento de algumas caracterÃ-sticas listadas pela doutrina e jurisprudÃªncia como sendo bÃ¡sicas de uma facÃ§Ã£o: "[...] pluralidade de agentes, estabilidade e permanÃªncia, finalidade de lucro, divisÃ£o do Trabalho, estrutura empresarial, hierarquia, disciplina, conexÃ£o com o Estado, corrupÃ§Ã£o, clientelismo, violÃªncia, relaÃ§Ãµes de rede com outras organizaÃ§Ãµes, mobilidade de agentes, exploraÃ§Ã£o ilÃ-cita de mercados lÃ-citos, monopÃ³lio ou VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO _____ PÃ¡gina 6 de 34 cartel, controle territorial, uso de meios tecnolÃ³gicos sofisticados, internacionalidade, embaraÃ§o do curso processual, compartimentalizaÃ§Ã£o" (BALTAZAR, 2010, p. 521). Guilherme de Souza Nucci, em seu livro Leis Penais e Processuais Comentadas, Volume 2: "Definir OrganizaÃ§Ã£o criminosa Ã© uma tarefa complexa e controversa, tal como a prÃ³pria atividade do crime nesse cenÃ¡rio. Trata-se da atuaÃ§Ã£o da delinquÃªncia estruturada, que visa ao combate de bens jurÃ-dicos fundamentais para o Estado DemocrÃ¡tico de Direito. A relevÃ¢ncia da conceituaÃ§Ã£o se deve tambÃ©m ao fato de ter sido criado um tipo penal especÃ-fico para punir integrantes dessa modalidade da associaÃ§Ã£o. Sob outro prisma, nÃ£o se pode escapar da etimologia do termo organizaÃ§Ã£o, que evidencia uma estrutura ou um conjunto de partes ou elementos, devidamente ordenado e disposto em bases previamente acertadas, funcionando sempre com um ritmo e uma frequÃªncia ponderÃ¡veis no senÃ¡rio prÃ¡tico. Em suma, cuida-se de associaÃ§Ã£o de agentes, com carÃ¡ter estÃ¡vel e duradouro, para o fim de praticar infraÃ§Ãµes penais, devidamente estruturada em organismo prÃ©-estabelecido, com divisÃ£o de tarefas, embora visando ao objetivo comum de alcanÃ§ar qualquer vantagem ilÃ-cita, a ser partilhada entre os seus integrantes. Na liÃ§Ã£o de Rodolfo Tigre Maia, por outro lado, o 'crime organizado Ã© a forma de criminalidade consentÃ¢nea com o estÃ¡gio atual do desenvolvimento capitalista de produÃ§Ã£o (inclusive do capitalismo de estado que vigorou na antiga URSS), marcado sobretudo pela hegemonia norte americana no pÃ³s-guerra, pelo incremento do desemprego, pela interdependÃªncia de economias nacionais, pela continua associaÃ§Ã£o do capital bancÃ¡rio com o capital industrial, pela crescente concentraÃ§Ã£o e internacionalizaÃ§Ã£o do capital, processo anteriormente designado por imperialismo mas hoje, para esvaziar seu conteÃºdo ideolÃ³gico, mais conhecido pelo epÃ-teto neoliberal de 'globalizaÃ§Ã£o da economia' (...) os empresÃ¡rios do crime criam corporaÃ§Ãµes - as armas mais poderosas do crime organizado - aos moldes organizacionais das tradicionalmente operantes no mercado convencional (estas tambÃ©m frequentemente flagradas em prÃ¡ticas ilegais), para o cumprimento de seus misteres ou infiltram-se em empresas legitimas com as mesmas finalidades' (O Estado VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO _____ PÃ¡gina 7 de 34 desorganizado contra o crime organizado, p.21-22). NÃ£o se pode discordar dessa visÃ£o empresarial do crime, que se molda como se fosse autentica corporaÃ§Ã£o, com 'diretoria, gerencias regionais e locais,

funcionÃ¡rios', na busca de lucro, em estrita hierarquia, com invasÃ£o nas entranhas dos Ã³rgÃ£os estatais, dispondo de tecnologia de ponta, conexÃµes variadas no mercado, atitudes de controle estrito de obediÃªncia, validando a violÃªncia como exemplo para a fidelidade dos seus membros e espalhando-se, sempre e cada vez mais, nÃ£o somente pelo territÃ³rio nacional, mas, sobretudo, para outros paÃ-ses. Os danos e o perigo que provoca Ã sociedade e ao estado sÃ£o imensurÃ¡veis, atÃ© porque essas organizaÃ§Ãµes tÃªm capacidade de corroer a honestidade pÃºblica, corrompendo polÃ-ticos e autoridades e gerando descredito Ã s instituiÃ§Ãµes oficiais, bem como fomentando a impunidade no tocante aos crimes em geral." Cezar Roberto Bitencourt e Paulo CÃ©sar Busato, in ComentÃ¡rios Ã Lei de OrganizaÃ§Ã£o Criminosa, editora Saraiva, p. 26/29 leciona: "OrganizaÃ§Ã£o criminosa nÃ£o Ã© simples reuniÃ£o de pessoas que resolvem praticar alguns crimes, e tampouco a ciente e voluntÃ¡ria reuniÃ£o de algumas pessoas para a prÃ¡tica de determinados crimes, cuja previsÃ£o consta de nossos cÃ³digos penais, nÃ£o passando do conhecimento concurso eventual de pessoas (art. 29 do CP). O novo texto legal (Lei 12.850) foi expresso e preciso na definiÃ§Ã£o do que constitui organizaÃ§Ã£o criminosa, qual seja, 'a associaÃ§Ã£o de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisÃ£o de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prÃ¡tica de infraÃ§Ãµes penais cujas penas mÃ¡ximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, que sejam de carÃ¡ter transnacional'. Em outros termos, essa 'associaÃ§Ã£o criminosa' para se revestir da caracterÃ-stica de 'organizaÃ§Ã£o' necessita ser 'estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisÃ£o de tarefas, ainda que informalmente'. Pois nessa estrutura ordenada e caracterizada pela divisÃ£o de tarefas reside, alÃ©m de outras, a principal distinÃ§Ã£o entre VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
_____ PÃ¡gina 8 de 34
'organizaÃ§Ã£o criminosa' e 'associaÃ§Ã£o criminosa', conforme demonstraremos adiante. (...) Pois ao longo dos Ãºltimos vinte anos nÃ£o tem sido outra nossa constante preocupaÃ§Ã£o, qual seja, a banalizaÃ§Ã£o que as instÃ¢ncias formais de controle tÃªm feito sobre a concepÃ§Ã£o de crime organizado. Nesse sentido, examinando o antigo crime de quadrilha ou bando, fizemos o seguinte comentÃ¡rio:' NÃ£o se pode deixar de deplorar, na verdade, o uso abusivo, indevido e reprovÃ¡vel que se tem feito no quotidiano forense, a partir do episÃ³dio Collor de Mello, denunciando-se, indiscriminadamente, por formaÃ§Ã£o de quadrilha (agora denominada associaÃ§Ã£o criminosa), qualquer concurso de mais de trÃªs pessoas, especialmente nos chamados crimes societÃ¡rios, em autÃªntico louvor Ã responsabilidade penal objetiva, cÃ¢ncer tirÃ¢nico jÃ¡ extirpado do ordenamento jurÃ-dico brasileiro. Essa prÃ¡tica odiosa beira o abuso de autoridade (abuso do poder de denunciar). Na realidade, queremos demonstrar que Ã© injustificÃ¡vel a confusÃ£o que rotineiramente se tem feito entre concurso eventual de pessoas (art. 29) e associaÃ§Ã£o criminosa (art. 288). Com efeito, nÃ£o se pode confundir aquele - concurso de pessoas -, que Ã© associaÃ§Ã£o ocasional, eventual, temporÃ¡ria, para o cometimento d um ou mais crimes determinados, com esta que Ã© uma associaÃ§Ã£o para delinquir, configuradora do crime de associaÃ§Ã£o criminosa, que deve ser duradoura, permanente e estÃ¡vel, cuja finalidade Ã© o cometimento indeterminado de crimes'". (BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal: parte especial. 7. Ed. SÃ£o Paulo: Saraiva, 2013, v.4, p. 452)'. (...) Na verdade, organizaÃ§Ã£o criminosa nÃ£o Ã© uma associaÃ§Ã£o qualquer, nÃ£o Ã© uma simples reuniÃ£o de pessoas, ou uma mera associaÃ§Ã£o para delinquir, como aquela prevista no art. 288 do CP, caso contrÃ¡rio, nÃ£o seria necessÃ¡ria uma nova definiÃ§Ã£o para esse badalado instituto jurÃ-dico. Certamente, ela nÃ£o se configura numa reuniÃ£o de pessoas legalmente estruturada para outra finalidade, como para a finalidade comercial, industrial ou empresarial no seio da qual acabem cometendo algum ou vÃ¡rios crimes, ainda que sistematicamente, em outros termos, a prÃ¡tica de crimes, normalmente econÃ´micos, por VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
_____ PÃ¡gina 9 de 34
empresÃ¡rios mesclados com sua atividade-fim nÃ£o constitui a figura agora definida pela lei como organizaÃ§Ã£o criminosa. A 'estrutura ordenada' e a natural 'divisÃ£o de tarefas' existente no seio empresarial nÃ£o tÃªm o 'objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prÃ¡tica de infraÃ§Ãµes penais cujas penas mÃ¡ximas sejam superiores a 4 (anos)', que constitui a essÃªncia da organizaÃ§Ã£o criminosa. Em outros termos, 'estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisÃ£o de tarefas' sÃ£o elementares constitutivas especificas de uma organizaÃ§Ã£o criminosa, isto Ã©, de uma associaÃ§Ã£o ordenada e estruturada para obter vantagem de qualquer natureza mediante a prÃ¡tica de infraÃ§Ãµes penais, que nÃ£o se confunde com uma entidade empresarial, seja comercial ou industrial. Nessas associaÃ§Ãµes empresÃ¡rias (comercial, industrial etc.) a finalidade nÃ£o Ã© praticar crimes ou obter vantagem de qualquer natureza mediante a prÃ¡tica de infraÃ§Ãµes penais, mas aquela constante de seu respectivo contrato social, ainda que se pratiquem

crimes em seu meio. Quando no seio da empresa ocorrer a prÃ¡tica indiscriminada de crimes, poderÃ¡, no mÃ¡ximo, caracterizar a tradicional 'associaÃ§Ã£o criminosa', a antiga quadrilha ou bando, desde que satisfaÃ§a seus requisitos legais. Com efeito, a partir da definiÃ§Ã£o conceitual de organizaÃ§Ã£o criminosa, associaÃ§Ã£o criminosa e concurso de pessoas. E tampouco serÃ¡ admissÃ-vel invocarem-se as definiÃ§Ãµes internacionais para ampliar a abrangÃªncia da concepÃ§Ã£o brasileira de organizaÃ§Ã£o criminosa, pois elas nÃ£o passarÃ£o de meras referÃªncias histÃ³ricas. O conceito de organizaÃ§Ã£o criminosa nÃ£o pode ser banalizado, especialmente pela gravidade da sanÃ§Ã£o que comina, qual seja, reclusÃ£o de trÃªs a oito anos. Nessa aferiÃ§Ã£o, o MinistÃ©rio PÃºblico deverÃ¡ ter sempre presente que, a despeito de ser o titular do ius puniendi, Ã© antes de tudo o fiscal da lei e de sua execuÃ§Ã£o (custos legis). Entende-se por organizaÃ§Ã£o criminosa a reuniÃ£o estÃ¡vel e permanente (que nÃ£o significa perpÃ©tua), alÃ©m de ordenada estruturalmente e que tenha como caracterÃ-stica a divisÃ£o de tarefas, para o fim de perpetrar uma indeterminada sÃ©ria de crimes, como meio para obtenÃ§Ã£o de vantagens de qualquer natureza. VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

Para MENDRONI, Marcelo Batlouni. In Crime organizado: aspectos gerais e mecanismos legais. SÃ£o Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2002. p. 06, a estrutura das organizaÃ§Ãµes criminosas divide-se em graus hierÃ¡rquicos, sob os seguintes aspectos: "As organizaÃ§Ãµes criminosas tradicionais revelam estrutura hierÃ¡rquico-piramidal (chefe, sub-chefes, gerentes e aviÃµes) com no mÃ-nimo trÃªs nÃ-veis; Chefes: pessoas que ocupem cargos pÃºblicos importantes, que possuam muito dinheiro, posiÃ§Ã£o social privilegiada por qualquer razÃ£o, etc...., podendo conter chefe, na posiÃ§Ã£o suprema da organizaÃ§Ã£o e sub-chefes logo abaixo e no mesmo nÃ-vel; mas, adotando um sistema presidencialista", apenas um comandarÃ¡. Os sub-chefes existem, basicamente", para transmitir as ordens da chefia para os gerentes e tomar decisÃµes na sua eventual ausÃªncia. Os chefes e sub-chefes quase nunca aparecem, pois comandam atravÃ©s de "testas de ferro" ou "laranjas" que, na maioria das vezes, coincidem com as pessoas dos gerentes, prejudicando sobremaneira a produÃ§Ã£o de prova criminal contra eles; Gerentes: pessoas de confianÃ§a do chefe, com capacidade de comando, a quem aqueles delegam algum poder. Recebem as ordens da cÃºpula e as repassam aos AviÃµes [..] Os gerentes servem tambÃ©m, na maioria das organizaÃ§Ãµes, como "testas de ferro" ou "laranjas". TransaÃ§Ãµes sÃ£o realizadas em seus nomes, empresas sÃ£o abertas em seus nomes (com a finalidade de lavagem de dinheiro); sÃ£o aqueles que para todos os efeitos, emitem ordens, protegendo, fielmente a figura de seus chefes [...]" Leciona, ainda, SZNICK, Valdir. In Crime Organizado comentÃ¡rios. SÃ£o Paulo: UniversitÃ¡ria de Direito, 1997. p. 459, que: "LideranÃ§a - Na estrutura do crime organizado, a mesa se compÃµe de grupos, subgrupos, grupo menor, alÃ©m da cÃºpula, com os principais e o "chefÃ£o", numa divisÃ£o herdada da mÃ¡fia italiana, passando pela norte-americana. Dentro desse esquema, a organizaÃ§Ã£o precisa de cooperaÃ§Ã£o de muitos especializados que, se nÃ£o a integram, dÃ£o assessoria [...]". VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

Estabelecidas as premissas bÃ¡sicas relativamente ao conceito de organizaÃ§Ãµes criminosas e, adentrando na apreciaÃ§Ã£o do caso em anÃ¡lise nos presentes autos, verifica-se que, como jÃ¡ ressaltado, nÃ£o estÃ£o preenchidos, na espÃ©cie, os requisitos necessÃ¡rios para o reconhecimento de uma organizaÃ§Ã£o criminosa. Pois bem. In casu, nÃ£o se verifica a permanÃªncia - estabilidade do grupo criminoso, o animus associativo de forma estÃ¡vel e duradoura, a estrutura hierarquizada sob a forma de pirÃ¢mide, ou seja, a estrutura hierÃ¡rquico-piramidal, organizaÃ§Ã£o sob o modelo empresarial, assim como outros requisitos jÃ¡ citados retro. Assevere-se que a denÃºncia e o seu aditamento sequer narra, concretamente, os elementos bÃ¡sicos concebidos pela doutrina e jurisprudÃªncia sobre o tema para o reconhecimento da suposta OrganizaÃ§Ã£o Criminosa, com a consequente configuraÃ§Ã£o do crime previsto no art. 2Âº, Â§2Âº, da Lei nÂº 12.850/13, ressaltando que o aditamento apenas cita alguns dos elementos, mas apenas genericamente e sem ressonÃ¢ncia concreta nos autos. Pelo contrÃ¡rio, na hipÃ³tese dos autos, nem sequer fora evidenciada a existÃªncia de uma associaÃ§Ã£o criminosa (art. 288, do CP), tendo em vista que se exige, tambÃ©m para configuraÃ§Ã£o do crime previsto no art. 288, do CP, a existÃªncia do animus associativo, estÃ¡vel e permanente, de difÃ-cil verificaÃ§Ã£o, na espÃ©cie, quando a denÃºncia narra somente um fato delituoso que teria sido perpetrado pelo grupo. Ressalte-se, por oportuno, que a estabilidade e a permanÃªncia, Ã-nsitas Ã associaÃ§Ã£o criminosa, nÃ£o se confundem com eventual planejamento do crime. Desse modo, o fato de os rÃ©us terem se planejado com antecedÃªncia e do iter criminis ter perdurado por alguns dias, per si, nÃ£o importa em se concluir que os mesmos estariam associados, de maneira estÃ¡vel e permanente, para a prÃ¡tica de outros delitos, havendo elementos nos autos para se concluir que os mesmos se programaram, por alguns dias, para a prÃ¡tica destes delitos (roubo e dano), constituindo-se, pois, em atos preparatÃ³rios dos delitos, no caso

sub examen, nÃ£o se confundindo, destarte, a preparaÃ§Ã£o de um crime com a prÃ¡tica de outros delitos, como exige o tipo penal do art. 288, do CP. VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO _____ PÃ¡gina 12 de 34

Observe-se que, quanto a tais delitos (roubo e dano), hÃ¡ que se falar em concurso de crimes, que nÃ£o se confunde com os delitos de organizaÃ§Ã£o criminosa ou de associaÃ§Ã£o criminosa. A despeito de ser cediÃ§o que grande parte dos roubos a bancos sÃ£o praticados por grupos organizados, nÃ£o hÃ¡ como se presumir tal fato para a condenaÃ§Ã£o, devendo haver nos autos provas concretas da existÃªncia dos elementos indispensÃ¡veis Ã configuraÃ§Ã£o do crime de organizaÃ§Ã£o criminosa ou de associaÃ§Ã£o criminosa, sob pena de se estabelecer uma verdadeira responsabilizaÃ§Ã£o objetiva, com a mÃ¡xima vÃªnia. Outrossim, ressalte-se que o simples uso de armas de grosso calibre, a audÃ¡cia na empreitada criminosa, a repercussÃ£o social do crime e o suposto envolvimento de parte dos agentes dos crimes em outros delitos anteriormente, per si, nÃ£o sÃ£o elementos bastantes para a configuraÃ§Ã£o do delito organizaÃ§Ã£o criminosa ou de associaÃ§Ã£o criminosa, conforme doutrina e jurisprudÃªncia abalizada sobre o tema, como Ã© sabido, sendo indispensÃ¡vel, na espÃ©cie, a presenÃ§a de elementos concretos e cabais para a configuraÃ§Ã£o de tais delitos, o que nÃ£o ocorreu no caso sub examen. Registre-se, ainda, a liÃ§Ã£o de Marcelo Batlouni Metroni e Rodolfo Tigre Maia, citados por Guilherme Nucci In Leis Penais e Processuais Penais Comentadas, 6Âª ed., SÃ£o Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012, Volume 2, p.86/87, para os quais a organizaÃ§Ã£o criminosa funciona como uma verdadeira empresa voltada Ã prÃ¡tica de crimes, sendo que Nucci finaliza afirmando, verbis: "(...) NÃ£o se pode discordar dessa visÃ£o empresarial do crime, que se molda como se fosse autÃªntica corporaÃ§Ã£o, com "diretorias, gerÃªncias regionais e locais, funcionÃ¡rios", na busca do lucro, em estrita hierarquia, com invasÃ£o nas entranhas dos Ã³rgÃ£os estatais, dispondo de tecnologia de ponta, conexÃµes variadas no mercado, atitudes de controle estrito de obediÃªncia, validando a violÃªncia como exemplo para a fidelidade de seus membros e espalhando-se, sempre e cada vez mais, nÃ£o somente pelo territÃ³rio nacional, mas sobretudo para outros paÃ-ses. (...)". VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO _____ PÃ¡gina 13 de 34

NÃ£o fora atribuÃ-da aos ora denunciados, ademais, qualquer conduta que aponte para a prÃ¡tica de eventual lavagem de dinheiro, delito este intrinsecamente relacionado ao crime de organizaÃ§Ã£o criminosa, na medida em que toda organizaÃ§Ã£o criminosa pratica, necessariamente, o crime de lavagem. Nesse sentido: "Crime de lavagem de dinheiro Ã© fator absolutamente necessÃ¡rio a qualquer organizaÃ§Ã£o criminosa, que, de uma forma ou de outra precisa processar os ganhos ilÃ-citos revestindo-lhes de aparÃªncia lÃ-cita. Ã o Ãºnico presente em todas, necessariamente. Ã possÃ-vel afirmar que toda organizaÃ§Ã£o criminosa pratica crime de lavagem de dinheiro. A recÃ-proca nÃ£o Ã© verdadeira, entretanto, jÃ¡ que nem todo agente que pratica lavagem de dinheiro pertence a organizaÃ§Ã£o criminosa." (MENDRONI, ibid., p. 39) Pelo exposto, conclui-se pela nÃ£o configuraÃ§Ã£o do delito de organizaÃ§Ã£o criminosa ou mesmo o de associaÃ§Ã£o criminosa. Ressalte-se que a absolviÃ§Ã£o dos rÃ©us quanto ao delito de organizaÃ§Ã£o criminosa, que atraiu a competÃªncia desta Vara Especializada, nÃ£o tem o condÃ£o de modificÃ¡-la, conforme a regra da perpetuatio jurisdicionis, insculpida no art. 81, do CPP, permanecendo este juÃ-zo, portanto, competente para o julgamento do feito quanto aos crimes conexos. Neste sentido, a farta jurisprudÃªncia, inclusive do STF: HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. PACIENTE (INVESTIGADOR DA POLÃCIA CIVIL) DENUNCIADO POR FACILITAÃÃO DE CONTRABANDO, ABUSO DE AUTORIDADE E EXTORSÃO PERANTE A JUSTIÃA FEDERAL. CONEXÃO. POSTERIOR ABSOLVIÃÃO PELO CRIME QUE ATRAIU A COMPETÃNCIA PARA A JUSTIÃA FEDERAL (FACILITAÃÃO DE CONTRABANDO) E CONDENAÃÃO PELO CRIME DE CONCUSSÃO. IRRELEVÃNCIA. ART. 81 DO CPP (PERPETUATIO JURISDICTIONIS). PRECEDENTES DO STJ. PARECER DO MPF PELA DENEGAÃÃO DA ORDEM. ORDEM DENEGADA. 1. Estabelecida a competÃªncia da JustiÃ§a Federal em face da conexÃ£o entre crimes da competÃªncia estadual e federal, encerrada a instruÃ§Ã£o crimina l, a absolviÃ§Ã£o ou a desclassificaÃ§Ã£o quanto VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO _____ PÃ¡gina 14 de 34 ao delito que atraiu a competÃªncia para a JustiÃ§a Federal nÃ£o retira a sua competÃªncia para apreciar as demais imputaÃ§Ãµes. Art. 81 do CPP. Precedentes do CC 34.321/RJ">STJ: CC 34.321/RJ, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJU 26.03.07, CC 32.458/SP, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, DJU 02.03.05 e HC 72.496/SC, Rel. Min. FELIX FISCHER, DJU 14.05.07. 2. HC denegado, em consonÃ¢ncia com o parecer ministerial. (STJ - HC: 112990 PR 2008/0174502 - 5, Relator: Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Data de Julgamento: 29/10/2009, T5 - QUINTA TURMA, Data de PublicaÃ§Ã£o: DJe 07/12/2009) PROCESSO NÂº 0024585 - 57.2016.8.14.0401 AUTOS DE CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÃNCIA SUSCITANTE: JUÃZO DE DIREITO DA 10Âª VARA PENAL DA

CAPITAL SU SCITADO: JUÃZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO PROCURADOR DE JUSTIÃA: LUIZ CESAR TAVARES BIBAS RELATOR: Des. MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE EMENTA: CONFLITO DE COMPETÃNCIA. TRÃFICO E PORTE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITID O. CONEXÃO. REMESSA AO JUÃZO COMUM APÃS ABSOLVIÃÃO DO CRIME DE TRÃFICO E ASSOCIAÃÃO. CRIME REMANESCENTE. COMPETÃNCIA. PERPETUATIO JURISDICIONIS. 1. Eventual absolviÃ§Ã£o ou desclassificaÃ§Ã£o quanto ao delito que atraiu, inicialmente, a competÃªncia da Vara Especializada nÃ£o tem o condÃ£o de modificÃ¡-la, tendo em vista o que dispÃµe o art. 81 do CPP, que assegura a perpetuatio jurisdicionis. 2. Conflito de jurisdiÃ§Ã£o dirimido para declarar competente o JuÃ-zo de Direito da Vara de Crime Organizado da Comarca de BelÃ©m. PENAL E PROCESSUAL PENAL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÃNCIA. AÃÃO PENAL PARA APURAR CRIMES CONEXOS. ROUBO MAJORADO E CORRUPÃÃO DE MENORES. DECLARAÃÃO DA PRESCRIÃÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA QUANTO AO CRIME DE CORRUPÃÃO DE MENORES. APLICAÃÃO DA REGRA DA PERPETUATIO JURISDICTIONIS (ART. 81 DO CPP) 1. Ainda que desapareÃ§a a causa que atraiu a competÃªncia para a Vara Especializada, com declaraÃ§Ã£o de VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

prescriÃ§Ã£o do crime previsto no art. 244-B do ECA, a regra da perpetuatio jurisdictionis (CPP, art. 81) impÃµe ao magistrado a continuidade no julgamento da causa, aproveitando-se a instruÃ§Ã£o criminal realizada, de modo a possibilitar um trilhar menos oneroso Ã s partes e ao Estado - sem, obviamente, olvidar os direitos individuais do acusado - atendendo-se, assim, aos princÃ-pios da economia processual e da identidade fÃ-sica do juiz. 2) CONFLITO CONHECIDO E PROVIDO, FIXANDO A COMPETÃNCIA PARA PROCESSAR O FEITO DO JUÃZO SUSCITADO. (2017.05416805-06, 184.672, Rel. RONALDO MARQUES VALLE, ÃrgÃ£o Julgador SEÃÃO DE DIREITO PENAL, Julgado em 2017-12-18, Publicado em NÃ£o Informado(a)) EMENTA: PENAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÃDIO. ALEGAÃAO DE INCOMPETÃNCIA DA JUSTIÃA FEDERAL. INOCORRÃNCIA. CONEXAO COM CRIMES DE COMPETÃNCIA DA JUSTIÃA FEDERAL. PERPETUATIO JURISDICTIONIS. ART. 81 DO CPP. IMPOSSIBILIDADE DE ANÃLISE APROFUNDADA DE FATOS E PROVAS EM SEDE DE HABEAS CORPUS. ORDEM DENEGADA. I A competÃªncia para julgamento do feito foi fixada na JustiÃ§a Federal pois no curso das investigaÃ§Ãµes, que serviram de base para o oferecimento da denÃºncia, surgiram fortes indÃ-cios de que o homicÃ-dio estava relacionado com o trÃ¡fico internacional de drogas. II O paciente foi, ainda, denunciado em outra aÃ§Ã£o penal pela prÃ¡tica dos delitos de lavagem de dinheiro e sonegaÃ§Ã£o fiscal supostamente relacionados ao trÃ¡fico internacional de drogas, o que reforÃ§ou a manutenÃ§Ã£o da competÃªncia da JustiÃ§a Federal. III - Quando hÃ¡ crimes conexos de competÃªncia da JustiÃ§a Federal o processamento e julgamento dos feitos compete a esta. IV. A posterior extinÃ§Ã£o da punibilidade de um dos feitos e o reconhecimento da incompetÃªncia do outro, que tambÃ©m atraÃ-ram a competÃªncia da JustiÃ§a Federal nÃ£o extingue a competÃªncia desta em razÃ£o da perpetuaÃ§Ã£o de jurisdiÃ§Ã£o, nos termos do art. 81 do CPP. Precedentes. V - A discussÃ£o acerca da correta fixaÃ§Ã£o da competÃªncia, bem como da existÃªncia de conexÃ£o em razÃ£o da ligaÃ§Ã£o do homicÃ-dio com o crime de trÃ¡fico internacional de drogas ou de outro delito apto a justificar a competÃªncia da JustiÃ§a Federal exige o exame aprofundado de fatos e provas, o que, em sede de Artigo 81 do Decreto Lei nÂº 3.689 de 03 de Outubro de 1941 Decreto-lei nÂº 3.689, de 3 de outubro de 1941. Artigo 81 do Decreto Lei nÂº 3.689 de 03 de Outubro de 1941 Decreto-lei nÂº 3.689, de 3 de outubro de 1941. VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

habeas corpus, nÃ£o se mostra possÃ-vel, visto tratar-se de instrumento destinado Ã proteÃ§Ã£o de direito demonstrÃ¡vel de , que nÃ£o admite dilaÃ§Ã£o probatÃ³ria. VI - Ordem denegada. (STF - 1Âª Turma, HC n.Âº 100.154/MT, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJe 10/5/2011, g.n.) PENAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÃDIO. ALEGAÃÃO DE INCOMPETÃNCIA DA JUSTIÃA FEDERAL. INOCORRÃNCIA. CONEXÃO COM CRIMES DE COMPETÃNCIA DA JUSTIÃA FEDERAL. PERPETUATIO JURISDICTIONIS. ART. 81 DO CPP. IMPOSSIBILIDADE DE ANÃLISE APROFUNDADA DE FATOS E PROVAS EM SEDE DE HABEAS CORPUS. ORDEM DENEGADA. I - A competÃªncia para julgamento do feito foi fixada na JustiÃ§a Federal pois no curso das investigaÃ§Ãµes, que serviram de base para o oferecimento da denÃºncia, surgiram fortes indÃ-cios de que o homicÃ-dio estava relacionado com o trÃ¡fico internacional de drogas. II - O paciente foi, ainda, denunciado em outra aÃ§Ã£o penal pela prÃ¡tica dos delitos de lavagem de dinheiro e sonegaÃ§Ã£o fiscal supostamente relacionados ao trÃ¡fico internacional de drogas, o que reforÃ§ou a manutenÃ§Ã£o da competÃªncia da JustiÃ§a Federal. III - Quando hÃ¡ crimes conexos de competÃªncia da JustiÃ§a Federal o processamento e julgamento dos feitos compete a esta. IV. A posterior extinÃ§Ã£o da punibilidade de um dos feitos e o reconhecimento da

incompetÃªncia do outro, que tambÃ©m atraÃ-ram a competÃªncia da JustiÃ§a Federal nÃ£o extingue a competÃªncia desta em razÃ£o da perpetuaÃ§Ã£o de jurisdiÃ§Ã£o, nos termos do art. 81 do CPP. Precedentes. V - A discussÃ£o acerca da correta fixaÃ§Ã£o da competÃªncia, bem como da existÃªncia de conexÃ£o em razÃ£o da ligaÃ§Ã£o do homicÃ-dio com o crime de trÃ¡fico internacional de drogas ou de outro delito apto a justificar a competÃªncia da JustiÃ§a Federal exige o exame aprofundado de fatos e provas, o que, em sede de habeas corpus, nÃ£o se mostra possÃ-vel, visto tratar-se de instrumento destinado Ã proteÃ§Ã£o de direito demonstrÃ¡vel de , que nÃ£o admite dilaÃ§Ã£o probatÃ³ria. VI - Ordem denegada. (STF - HC: 100154 MT, Relator: Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Data de Julgamento: 16/11/2010, Primeira Turma, Data de PublicaÃ§Ã£o: DJe-035 DIVULG 21-02-2011 PUBLIC 22-02 2011 EMENT VOL-02468-01 PP-00078 VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

CONFLITO NEGATIVO DE JURISDIÃÃO - POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO E POSSE ILEGAL DE MUNIÃÃO DE USO RESTRITO - REUNIÃO DOS PROCESSOS POR CONEXÃO INSTRUMENTAL E "POR QUESTÃO DE ECONOMIA PROCESSUAL" - DEVOLUÃÃO AO JUÃZO QUE DECLINOU DE COMPETÃNCIA PARA INSTRUÃÃO E JULGAMENTO DOS DELITOS REMANESCENTES - APLICAÃÃO DA REGRA DA PERPETUATIO JURISDICTIONIS (CPP, ART. 81) - PARECER DA PGJ ADOTADO - JULGADOS DO STJ - CONFLITO PROCEDENTE. "Por conseguinte, uma vez reconhecido como competente em razÃ£o da conexÃ£o instrumental de crimes, prorrogou se a competÃªncia o que justifica o processamento e julgamento dos crimes remanescentes" (Domingos SÃ¡vio de Barros Arruda, procurador de JustiÃ§a - fls. 442/445v) "1. Ainda que desapareÃ§a a causa que atraiu a competÃªncia para determinado Ã³rgÃ£o jurisdicional, a regra da perpetuatio jurisdictionis (CPP, art. 81) impÃµe ao magistrado a continuidade no julgamento da causa, aproveitando-se a instruÃ§Ã£o criminal realizada, de modo a possibilitar um trilhar menos oneroso Ã s partes e ao Estado - sem, obviamente, olvidar os direitos individuais do acusado - atendendo-se, assim, aos princÃ-pios da economia processual e da identidade fÃ-sica do juiz. 2. Na espÃ©cie, a absolviÃ§Ã£o do corrÃ©u do delito de trÃ¡fico internacional de entorpecentes, nÃ£o tem o condÃ£o de impedir a anÃ¡lise do fato remanescente, pois a cogitada conexÃ£o instrumental, ainda que nÃ£o comprovada nos autos, Ã© bastante para perpetuar a competÃªncia da JustiÃ§a Federal, para o julgamento da conduta do paciente, nos moldes do art. 81 do CPP, afastando-se a declaraÃ§Ã£o de nulidade da aÃ§Ã£o penal, sob o argumento de incompetÃªncia do juÃ-zo sentenciante" (STJ, HC 217363/SC) "COMPETÃNCIA ORIGINARIAMENTE FIXADA PELA CONEXÃO INSTRUMENTAL. PERPETUATIO JURISDICIONIS. 1. Uma vez reconhecida, corretamente, a conexÃ£o instrumental entre os feitos, o juiz que originariamente nÃ£o seria o competente, passa a ter competÃªncia, que nÃ£o mais poderÃ¡ ser dele retirada. 2. AlteraÃ§Ãµes supervenientes Ã propositura da demanda nÃ£o influirÃ£o na competÃªncia do juÃ-zo, ex vi do disposto nos arts. 81 do CÃ³digo de Processo Penal e 87 do CÃ³digo de Processo Civil. 3. Recurso especial provido para declarar competente o juÃ-zo da 3Âª Vara Federal do Rio de Janeiro." (STJ, REsp 1063023/RJ) (TJMT, CJ VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

114055/2016, DES. MARCOS MACHADO, TURMA DE CÃMARAS CRIMINAIS REUNIDAS, Julgado em 06/07/2017, Publicado no DJE 11/07/2017). Em relaÃ§Ã£o ao crime de roubo, imputado aos rÃ©us, passo a decidir: A materialidade foi fartamente comprovada pelo conjunto probatÃ³rio constante do processo. Com relaÃ§Ã£o Ã autoria do delito, quanto aos rÃ©us em comento, nÃ£o existem dÃºvidas no que toca Ã mesma, tendo em vista as provas constantes dos autos que confirmam a referida autoria. Com efeito, em sede inquisitorial, foram ouvidos HUMBERTO HERBET DE OLIVEIRA RODRIGUES (fl. 59, IPL), o qual confirmou a sua participaÃ§Ã£o no roubo, confirmando, outrossim, a participaÃ§Ã£o dos rÃ©us EVERTON, GILNEY e BENEDITO (LORO); foi ouvido, ainda, ENILSON JOSÃ DA SILVA MACHADO (fl. 63, IPL), o qual confirmou a sua participaÃ§Ã£o no roubo, assim como a participaÃ§Ã£o dos rÃ©us GILNEY e BENEDITO (LORO); SILVIO GONÃALVES DOS SANTOS, "BALICA" (fl. 104, IPL), o qual declarou que o rÃ©u EVERTON participou do crime em questÃ£o e GILVAN VIEIRA LOBARTO (fl. 132), o qual declarou que GILNEY auxiliou no crime. Ressalte-se que tais depoimentos foram plenamente confirmados em juÃ-zo, sob o crivo do contraditÃ³rio e da ampla defesa. Com efeito, a testemunha arrolada pelo MP, ROGER ANDERSON DE SOUZA SILVA, policial civil (investigador), em juÃ-zo, sob o crivo do contraditÃ³rio e da ampla defesa, declarou, de forma firme, segura e convincente, em sÃ-ntese, que, os irmÃ£os GILNEY e GILVAN foram presos em BraganÃ§a e, de acordo eles, foram convidados para participar do roubo por Gilberto e EVERTON; declarou, tambÃ©m, que "BALICA" foi preso e esclareceu que levava mantimentos para o grupo e que EVERTON foi quem o convidou para participar do roubo; declarou, ainda, que, de acordo com "BALICA", a esposa de EVERTON tinha uma Ã³tica na rua do banco; que EVERTON tinha tambÃ©m como atribuiÃ§Ã£o observar a movimentaÃ§Ã£o do banco, assim como

participar do roubo; que "LOURO" (BENEDITO) tambÃ©m participou do roubo, que teria inclusive dirigido o veÃ-culo no dia do crime; que GILNEY e Gilvan participaram ativamente do roubo. Esclareceu, ademais, o depoente, que as suas declaraÃ§Ãµes sÃ£o com base nas investigaÃ§Ãµes e tambÃ©m nos depoimentos dos outros rÃ©us. VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO _____ PÃ¡gina 19 de 34 A testemunha arrolada pelo MP, MANOEL FAUSTO BULCÃO CARDOSO NETO, policial civil (Delegado), em juÃ-zo, sob o crivo do contraditÃ³rio e da ampla defesa, declarou, de forma firme, segura e convincente, em sÃ-ntese, que, apÃ³s o roubo a equipe policial deslocou-se ao local para o inÃ-cio das diligÃªncias; que efetuaram a prisÃ£o de "BALICA", tendo a aludida testemunha (o Delegado) participado do interrogatÃ³rio policial de "BALICA", segundo o qual foi convidado pelo rÃ©u EVERTON para participar do roubo; que "BALICA" tambÃ©m conheceu GILVAN e GILNEY, os quais eram proprietÃ¡rios de lojas; que EVERTON teria uma Ã³tica e uma loja de motos na rua do banco, mas tambÃ©m participou ativamente do roubo; que EVERTON, GILVAN e GILNEY arquitetaram o crime. O depoente esclareceu, outrossim, que GILNEY, GILVAN e ZÃ MARIA foram presos em flagrante delito portando armamentos, mÃ¡scaras, muniÃ§Ãµes e uma parte do dinheiro roubado do banco, inclusive com a "logo" do BanparÃ¡. Segundo referida testemunha, BENEDITO tambÃ©m participou ativamente do crime. As demais testemunhas arroladas pelo MP narraram detalhadamente como ocorreu o roubo, todavia nÃ£o conseguiram identificar os rÃ©us, porquanto os mesmos estariam usando capuzes e mÃ¡scaras, bem como as obrigaram a olhar para o chÃ£o durante a empreitada criminosa, todavia tal fato per si nÃ£o tem o condÃ£o de infirmar o conjunto probatÃ³rio carreado aos autos que direciona no sentido da condenaÃ§Ã£o. As testemunhas arroladas pela defesa nÃ£o presenciaram o roubo, apenas discorreram sobre a conduta social dos rÃ©us. Os rÃ©us, em juÃ-zo, negaram a prÃ¡tica dos crimes imputados na denÃºncia. Ressalte-se que o rÃ©u BENEDITO, em juÃ-zo, sob o crivo do contraditÃ³rio, confirmou a sua alcunha de "LOURO"; EVERTON, por sua vez, em juÃ-zo, confirmou que a sua esposa possui uma Ã³tica na rua do banco roubado e que ele possui uma "loja de motos", conforme relatado pelos policiais; GILNEY, em juÃ-zo, confirmou que foi preso em flagrante com armas e dinheiro, mas alegou que desconhecia tal fato e que sÃ³ estava pegando uma carona. Emerge dos autos, pois, que o rÃ©u GILNEY VIEIRA LOBATO, a despeito de negar a prÃ¡tica dos crimes, foi mencionado nos interrogatÃ³rios policiais dos rÃ©us HUMBERTO HERBET DE OLIVEIRA RODRIGUES (fl. 59, dos autos de IPL) e ENILSON JOSÃ DA SILVA MACHADO (fl. 63, dos autos de IPL), vulgo "BRABO", VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO _____ PÃ¡gina 20 de 34 como sendo pessoa de expressiva participaÃ§Ã£o no fato delituoso apurado nos presentes autos. Demais disso, as testemunhas/policiais, arroladas pelo MP, ouvidas em juÃ-zo, sob o crivo do contraditÃ³rio, confirmaram tais depoimentos, de maneira indene de dÃºvidas. Insta, ademais, salientar que o mencionado rÃ©u foi preso em flagrante com armas e muniÃ§Ãµes, que, segundo a perÃ-cia, direcionam no sentido de que seriam as mesmas armas e muniÃ§Ãµes que teriam sido utilizadas no roubo em comento, assim como com vultosa quantia em dinheiro (objeto de processo autÃ´nomo), sendo, repita-se, o laudo pericial, de fls. 783/787, corrobora que se tratavam das mesmas armas e muniÃ§Ãµes utilizadas no referido roubo, porquanto o aludido la udo concluiu que possuem "elementos coincidentes", bem como que os cartuchos pertenceriam ao mesmo lote, de maneira que a condenaÃ§Ã£o quanto a tal delito para GILNEY Ã© medida que se impÃµe. No que concerne a EVERTON ROSÃRIO SANTANA, de igual modo, a autoria do crime de roubo estÃ¡ plenamente comprovada nos presentes autos, tendo em vista que foi mencionado nos interrogatÃ³rios, em sede policial, de HUMBERTO HERBET DE OLIVEIRA RODRIGUES (fl. 59, dos autos de IPL) e SILVIO GONÃALVES DOS SANTOS "BALICA" (fl. 104, dos autos de IPL), como tendo participaÃ§Ã£o ativa no roubo do BanparÃ¡ de Viseu, tudo devidamente confirmado em juÃ-zo pelos policiais civis, como jÃ¡ dito, de maneira segura e indene dÃºvidas. Ressalte-se, por oportuno que, a despeito da alegaÃ§Ã£o de que o rÃ©u EVERTON estaria em sua loja no momento do crime, o mencionado rÃ©u nÃ£o comprovou a sua alegaÃ§Ã£o com o condÃ£o de autorizar a sua absolviÃ§Ã£o, nos termos do art. 156, do CPP, com a devida vÃªnia, tendo a defesa juntado aos autos declaraÃ§Ãµes escritas de pessoas que supostamente estariam na loja do rÃ©u, juntamente com o mesmo, todavia, tais declaraÃ§Ãµes escritas, per si, nÃ£o tÃªm o condÃ£o de ensejar a absolviÃ§Ã£o do mesmo, mormente porque sequer foram tais pessoas arroladas pela defesa para serem ouvidas em juÃ-zo como testemunhas, sob o crivo do contraditÃ³rio, e, ademais, tais declaraÃ§Ãµes escritas nÃ£o tem o condÃ£o de infirmar os depoimentos das testemunhas/policiais, que foram firmes e convincentes, assim como conjunto probatÃ³rio que direciona no sentido da condenaÃ§Ã£o. No que tange a BENEDITO FILHO PEREIRA, a autoria tambÃ©m ficou plenamente demonstrada, sendo que o aludido rÃ©u foi mencionado por HUMBERTO HERBET DE OLIVEIRA RODRIGUES (fl. 59, dos autos de IPL) e ENILSON JOSÃ DA SILVA MACHADO (fl. 63, dos autos de IPL), os quais declararam que "LORO" VARA DE COMBATE AO CRIME

ORGANIZADO _____ PÃ¡gina 21 de 34 (alcunha do rÃ©u BENEDITO) participou do roubo ao BanparÃ¡, declaraÃ§Ãµes estas devidamente confirmadas perante este juÃ-zo pelos policiais civis, como jÃ¡ mencionado, de forma segura e indene de dÃºvidas, ressaltando-se que a alcunha de "LORO" foi confirmada em juÃ-zo pelo prÃ³prio rÃ©u. Impende mencionar que a ausÃªncia de reconhecimento e "prova tÃ©cnica de suas identificaÃ§Ãµes", por meio de digitais etc., nÃ£o inviabiliza a condenaÃ§Ã£o, mÃ¡xime porque nÃ£o Ã© condiÃ§Ã£o sine qua non para a referida condenaÃ§Ã£o, mormente quando as demais provas carreadas aos autos direcionam no sentido da mesma. Acrescente-se a isso que, neste tipo de crime, conhecido como "novo cangaÃ§o", Ã© costumeira a utilizaÃ§Ã£o de mÃ¡scaras e de capuzes para prejudicar a identificaÃ§Ã£o dos criminosos. Dessa forma, se concluir pela imprescindibilidade de reconhecimento pelas vÃ-timas, mesmo diante de outros elementos probatÃ³rios seguros, acabaria por inviabilizar qualquer condenaÃ§Ã£o neste tipo de delito, que causa terror Ã populaÃ§Ã£o local. No que concerne ao crime de dano qualificado, o conjunto probatÃ³rio carreado aos autos autoriza o reconhecimento da materialidade e da autoria do crime em relaÃ§Ã£o aos citados rÃ©us, posto que verifica-se, dos laudos de fls. 87/88, 89/90 e 95/101, a ocorrÃªncia de danos materiais em duas pontes, que foram queimadas, sendo que as provas carreadas aos autos direcionam no sentido de que os rÃ©us, ocasionaram danos materiais nas referidas pontes, com grave ameaÃ§a Ã pessoas, com substÂncia inflamÃ¡vel e contra o patrimÃ´nio de pessoa jurÃ-dica de direito pÃºblico, fatos que qualificam o mencionado crime, havendo, ainda, desÃ-gnios autÃ´nomos em relaÃ§Ã£o ao crime de dano e de roubo, pelos rÃ©us, havendo que se falar, pois, em concurso formal imperfeito na espÃ©cie, aplicando-se a regra da somatÃ³ria das penas relativa ao concurso material, conforme se extrai do art. 70, parte final, do CP. Nesse sentido: APELAÃÃO CRIMINAL - ROUBO MAJORADO E DANO QUALIFICADO EM CONCURSO MATERIAL DE CRIMES - PRETENDIDA A DESCLASSIFICAÃÃO DE ROUBO MAJORADO PARA FURTO QUALIFICADO - IMPOSSIBILIDADE - CONJUNTO PROBATÃRIO QUE REVELA A GRAVE AMEAÃA - IMPOSSIBILIDADE DE ABSORÃÃO DO CRIME DE DANO PELO CRIME DE ROUBO - DESÃGNOS AUTÃNOMOS - DOSIMETRIA - VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO _____ PÃ¡gina 22 de 34 PENA - BASE FIXADA ACIMA DO MÃNIMO LEGAL DE FORMA PROPORCIONAL E RAZOÃVEL - EXCLUSÃO DE INDENIZAÃÃO CIVIL Ã VÃTIMA - PROCEDÃNCIA - QUANTUM ESTABELECIDO SEM CONTRADITÃRIO E AMPLA DEFESA - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. NÃ£o hÃ¡ falar - se em desclassificaÃ§Ã£o para o delito de furto quando comprovada a grave ameaÃ§a exercida pelo apelante e corrÃ©u Ã vÃ-tima para a subtraÃ§Ã£o da res furtiva. Se o crime de dano praticado pelo apelante nÃ£o se mostra como simples meio para a consumaÃ§Ã£o do roubo, mas foram praticados com desÃ-gnios autÃ´nomos e independentes, nÃ£o hÃ¡ falar em absorÃ§Ã£o daquele por esse . MantÃ©m - se a pena - base do apelante, pois fixada dent ro dos critÃ©rios de razoabilidade e proporcionalidade necessÃ¡rios para a reprovaÃ§Ã£o e prevenÃ§Ã£o do crime. O valor mÃ-nimo para reparaÃ§Ã£o dos danos causados pela infraÃ§Ã£o, somente poderÃ¡ ser fixado em desfavor do rÃ©u, se oportunizados a este, todos os meios de defesa, sob pena, de ofensa aos princÃ-pios do contraditÃ³rio e ampla defesa, o que, nÃ£o ocorreu na hipÃ³tese. (TJ - MT - APL: 00011793320128110012 MT, Relator: PAULO DA CUNHA, Data de Julgamento: 28/11/2017, PRIMEIRA CÃMARA CRIMINAL, Data de PublicaÃ§Ã£o: 01/ 12/2017). Pelo exposto, por tudo que dos autos consta e do livre convencimento motivado que formo , JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensÃ£o punitiva estatal para CONDENAR os rÃ©us BENEDITO FILHO PEREIRA, EVERTON ROSARIO SANTANA e GILNEY VIEIRA LOBATO , jÃ¡ qualificados nos autos, como incursos nas sanÃ§Ãµes do art. 157, Â§2Âº, I, II e V , do CP (vez que o crime ocorreu antes da entrada em vigor da Lei n.Âº 13.964/19 , que incluiu o Â§2Âº - B, no art. 157, do CP , tendo alterado tal artigo) , bem como nas sanÃ§Ãµes do art. 163, parÃ¡grafo Ãºnico, I, II, III, todos do CPB , c/c o art. 70, parte final, do CP, e ABSOLVÃ - LOS do s crime s previsto s no art. 2Âº, Â§ 3 Âº e Â§ 4Âº, II , da Lei nÂº 12.850/13 , e art. 288, do C PB , com fundamento no art. 386, VII, do CPP. Passo a dosar a pena do rÃ©u BENEDITO FILHO PEREIRA , segundo o critÃ©rio trifÃ¡sico, de Nelson Hungria, abraÃ§ado por nosso cÃ³digo penal , quanto ao crime de roubo: Pela anÃ¡lise das circunstÂncias judiciais contemplada s no artigo 59 do CÃ³digo Penal, tem - se que a culpabilidade Ã© intensa, tendo o rÃ©u participado de crime praticado com extrema audÃ¡cia, em via pÃºblica, contra agÃªncia bancÃ¡ria, em plena VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO _____ PÃ¡gina 23 de 34 luz do dia, na modalidade "novo cangaÃ§o", causando considerÃ¡vel terror Ã s vÃ-timas e Ã populaÃ§Ã£o local, valendo-se, ademais, de explosivos e armamento de grosso calibre. Antecedentes nÃ£o maculados, tendo em vista a sÃºmula 444, do STJ. Sem elementos nos autos para a anÃ¡lise de sua conduta social e personalidade. Motivos costumeiros desta espÃ©cie de crime. CircunstÂncias bastantes desfavorÃ¡veis

ao rÃ©u, tendo em vista que fora subtraÃ-da do banco aproximadamente R$ 2.000.000,00 (dois milhÃµes de reais), montante do qual somente se conseguiu recuperar a quantia de R$ 217.000,00, conforme narra a denÃºncia. ConsequÃªncias extrapenais desfavorÃ¡veis, posto que Ã© certo que delitos praticados com tamanha violÃªncia deixam abalos psicolÃ³gicos quiÃ§Ã¡ irreversÃ-veis em suas vÃ-timas. Essa modalidade de crime conhecida como "novo cangaÃ§o" deixa, sem sombra de dÃºvidas, como ressaltado, abalos significativos nas vÃ-timas e, por vezes, irreversÃ-veis. As vÃ-timas, com os seus comportamentos, nÃ£o contribuÃ-ram para o crime. Isto posto, fixo a pena - base do delito em 10 anos de reclusÃ£o e em 360 dias - multa. Na segunda fase de aplicaÃ§Ã£o da pena, nÃ£o vislumbro nenhuma circunstÃ¢ncia agravante e nem atenuante, permanecendo a pena em 10 anos de reclusÃ£o e em 360 dias - multa. Na terceira fase de aplicaÃ§Ã£o da pena, tendo em vista as balizas a serem observadas na valoraÃ§Ã£o das causas de aumento de pena previstas; considerando se que o crime foi praticado em concurso de pessoas, com uso de armas de grosso calibre, bem como que os rÃ©us restringiram a liberdade de algumas vÃ-timas, mantendo-as em seu poder, inclusive fazendo algumas das vÃ-timas de escudo humano, exsurge que hÃ¡ que incidir as causas de aumento, previstas nos art. 157, Â§ 2Âº, I, II e V, do CP (antes da alteraÃ§Ã£o jÃ¡ mencionada), pelo que aumento a pena em metade, perfazendo e fixando a pena deste delito em 15 anos de reclusÃ£o e 540 dias-multa. Verifica-se que caberia na espÃ©cie, ainda na terceira fase, a causa de aumento, prevista no art. 157, Â§ 2Âº-B, do CP, tendo em vista que, segundo a perÃ-cia encartada nos autos, os rÃ©us utilizaram-se de armas de fogo de uso restrito. No entanto, como dito, Ã Ã©poca do crime nÃ£o estava em vigor tal artigo, pelo que deixo de aplicar o mesmo, nÃ£o podendo a lei retroagir para prejudicar o rÃ©u, como Ã© consabido VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

Tendo em vista a situaÃ§Ã£o econÃ´mica do rÃ©u, fixo cada dia-multa na base de 1/3 do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente no PaÃ-s. Passo a dosar a pena quanto ao delito de dano qualificado: Pela anÃ¡lise das circunstÃ¢ncias judiciais contempladas no artigo 59 do CÃ³digo Penal, tem-se que a culpabilidade Ã© intensa, tendo o rÃ©u participado de crime praticado com extrema audÃ¡cia, em via pÃºblica, contra agÃªncia bancÃ¡ria, sendo que, na fuga, ainda danificaram duas pontes, ateando fogo nas mesmas, conforme perÃ-cia encartada nos autos, isso tudo em plena luz do dia, na modalidade de crime conhecida como "novo cangaÃ§o", causando considerÃ¡vel terror Ã s vÃ-timas e Ã populaÃ§Ã£o local, valendo-se, ademais, de explosivos e armamento de grosso calibre. Antecedentes nÃ£o maculados, tendo em vista a sÃºmula 444, do STJ. Sem elementos nos autos para a anÃ¡lise de sua conduta social e personalidade. Motivos costumeiros desta espÃ©cie de crime. CircunstÃ¢ncias costumeiras deste tipo de delito. ConsequÃªncias extrapenais desfavorÃ¡veis, posto que Ã© certo que delitos praticados com tamanha violÃªncia deixam abalos psicolÃ³gicos quiÃ§Ã¡ irreversÃ-veis em suas vÃ-timas. Essa modalidade de crime conhecida como "novo cangaÃ§o" deixa, sem sombra de dÃºvidas, como ressaltado, abalos significativos nas vÃ-timas e, por vezes, irreversÃ-veis. As vÃ-timas, com os seus comportamentos, nÃ£o contribuÃ-ram para o crime. Isto posto, fixo a pena - base do delito em 03 anos de reclusÃ£o e em 360 dias - multa. Na segunda fase de aplicaÃ§Ã£o da pena, nÃ£o vislumbro nenhuma circunstÃ¢ncia agravante e nem atenuante, permanecendo a pena em 10 anos de reclusÃ£o e em 360 dias - multa. Na terceira fase de aplicaÃ§Ã£o de pena, nÃ£o verifico nenhuma causa de aumento ou de diminuiÃ§Ã£o de pena, pelo que fixo a pena deste delito em 03 anos de detenÃ§Ã£o e 360 dias-multa. Tendo em vista a situaÃ§Ã£o econÃ´mica do rÃ©u, fixo cada dia-multa na base de 1/3 do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente no PaÃ-s. Aplico as penas cumulativamente, em virtude dos desÃ-gnios autÃ´nomos do rÃ©u quanto ao delito de roubo e de dano qualificado, segundo a regra contida no VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

art. 70, parte final, do CP, perfazendo e tornando definitiva a pena em 18 anos de reclusÃ£o e 900 dias-multa, com observÃ¢ncia, outrossim, do art. 111, da LEP. NEGO AO SENTENCIADO O DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE, por entender presentes os pressupostos e fundamentos da prisÃ£o preventiva, o fumus comissi delicti, consubstanciado na prova da materialidade e na existÃªncia da autoria, devidamente comprovadas, e o periculum libertatis, fundado no risco de que o sentenciado, em liberdade, possa criar abalo Ã ordem pÃºblica e Ã aplicaÃ§Ã£o da lei penal, ante Ã periculosidade real do rÃ©u. Desta feita, seguindo o entendimento da doutrina abalizada e da jurisprudÃªncia pÃ¡tria, MANTENHO a prisÃ£o preventiva do rÃ©u, jÃ¡ qualificado nos autos. Ressalte-se, ainda, que o aludido rÃ©u permaneceu preso durante o trÂ¢mite processual e nÃ£o seria razoÃ¡vel que fosse posto em liberdade no momento de sua condenaÃ§Ã£o, sendo que, ademais, nÃ£o hÃ¡ nenhum elemento novo com o condÃ£o de autorizar a revogaÃ§Ã£o da prisÃ£o em questÃ£o. Neste sentido: RECURSO ORDINÃRIO EM HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. TRÃFICO DE DROGAS. NEGATIVA DO DIREITO DE APELAR EM LIBERDADE. RÃU PRESO EM FLAGRANTE E QUE ASSIM PERMANECEU DURANTE A INSTRUÃÃO. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÃBLICA. GRAVIDADE CONCRETA. QUANTIDADE DE

DROGAS APREENDIDAS. FUNDAMENTAÃÃO IDÃNEA. CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. INSUFICIÃNCIA, NO CASO. RECURSO DESPROVIDO. 1. O Recorrente, preso em flagrante no dia 13/08/2017, foi condenado como incurso nos arts. 33, caput, 35 c.c. o art. 40, inciso V, todos da Lei n.Âº 11.343/2006, Ã pena total de 15 (quinze) anos e 8 (oito) meses de reclusÃ£o, em regime fechado, negado o direito de recorrer em liberdade. 2. A manutenÃ§Ã£o da custÃ³dia cautelar no momento da sentenÃ§a condenatÃ³ria, nos casos em que o Acusado permaneceu preso durante toda a instruÃ§Ã£o criminal, nÃ£o requer fundamentaÃ§Ã£o exaustiva, sendo suficiente ao entendimento de que permanecem inalterados os motivos que levaram Ã decretaÃ§Ã£o da medida extrema em um primeiro momento, desde que estejam, de fato, preenchidos os requisitos legais do art. 312 do CÃ³digo de Processo Penal. VARA D E C O M B A T E A O C R I M E O R G A N I Z A D O _____ PÃ¡gina 26 de 34 Precedentes. (...) 5. Recurso ordinÃ¡rio em habeas corpus desprovido. (RHC 107.182/PA, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 16/05/2019, DJe 31/05/2019). Os grifos sÃ£o do signatÃ¡rio. Fixo como regime inicial de cumprimento de pena o FECHADO , levando - se em consideraÃ§Ã£ o o disposto no art. 33 e seus parÃ¡grafos do CP e art. 387, Â§ 2Âº, do CPP. Determino, independente do trÃ¢nsito em julgado: A expediÃ§Ã£o da guia de execuÃ§Ã£o provisÃ³ria. Havendo o trÃ¢nsito em julgado: ExpeÃ§a-se a guia de execuÃ§Ã£o definitiva. Passo a dosar a pena do rÃ©u EVERTON ROSARIO SANTANA, segundo o critÃ©rio trifÃ¡sico, de Nelson Hungria, abraÃ§ado por nosso cÃ³digo penal, quanto ao delito de roubo: Pela anÃ¡lise das circunstÂ¢ncias judiciais contempladas no artigo 59 do CÃ³digo Penal, tem-se que a culpabilidade Ã© intensa, tendo o rÃ©u participado de crime praticado com extrema audÃ¡cia, em via pÃºblica, contra agÃªncia bancÃ¡ria, em plena luz do dia, na modalidade "novo cangaÃ§o", causando considerÃ¡vel terror Ã s vÃ-timas e Ã populaÃ§Ã£o local, valendo-se, ademais, de explosivos e armamento de grosso calibre. Antecedentes nÃ£o maculados, tendo em vista a sÃºmula 444, do STJ. Sem elementos nos autos para a anÃ¡lise de sua conduta social e personalidade. Motivos costumeiros desta espÃ©cie de crime. CircunstÂ¢ncias bastantes desfavorÃ¡veis ao rÃ©u, tendo em vista que fora subtraÃ-da do banco aproximadamente R$ 2.000.000,00 (dois milhÃµes de reais), montante do qual somente se conseguiu recuperar a quantia de R$ 217.000,00, conforme narra a denÃºncia. ConsequÃªncias extrapenais desfavorÃ¡veis, posto que Ã© certo que delitos praticados com tamanha violÃªncia deixam abalos psicolÃ³gicos quiÃ§Ã¡ irreversÃ-veis em suas vÃ-timas. Essa modalidade de crime conhecida como "novo cangaÃ§o" deixa, sem sombra de dÃºvidas, como ressaltado, abalos significativos nas vÃ-timas e, por vezes, irreversÃ-veis. As vÃ-timas, com os seus comportamentos, nÃ£o contribuÃ-ram para o crime. Isto posto, fixo a pena - base do delito em 10 anos de reclusÃ£o e em 360 dias - multa. V A R A D E C O M B A T E A O C R I M E O R G A N I Z A D O _____ PÃ¡gina 27 de 34 Na segunda fase de aplicaÃ§Ã£o da pena, nÃ£o vislumbro nenhuma circunstÂ¢ncia agravante e nem atenuante, permanecendo a pena em 10 anos de reclusÃ£o e em 360 dias - multa. Na terceira fase de aplicaÃ§Ã£o da pena, tendo em vista as balizas a serem observadas na valoraÃ§Ã£o das causas de aumento de pena previstas; considerando se que o crime foi praticado em concurso de pessoas, com uso de armas de grosso calibre, bem como que os rÃ©us restringiram a liberdade de algumas vÃ-timas, mantendo-as em seu poder, inclusive fazendo algumas das vÃ-timas de escudo humano, exsurge que hÃ¡ que incidir as causas de aumento, previstas nos art. 157, Â§ 2Âº, I, II e V, do CP (antes da alteraÃ§Ã£o jÃ¡ mencionada), pelo que aumento a pena em metade, perfazendo e fixando a pena deste delito em 15 anos de reclusÃ£o e 540 dias-multa. Verifica-se que caberia na espÃ©cie, ainda na terceira fase, a causa de aumento, prevista no art. 157, Â§ 2Âº-B, do CP, tendo em vista que, segundo a perÃ-cia encartada nos autos, os rÃ©us utilizaram-se de armas de fogo de uso restrito. No entanto, como dito, Ã Ã©poca do crime nÃ£o estava em vigor tal artigo, pelo que deixo de aplicar o mesmo, nÃ£o podendo a lei retroagir para prejudicar o rÃ©u, como Ã© consabido Tendo em vista a situaÃ§Ã£o econÃ´mica do rÃ©u, fixo cada dia-multa na base de 1/3 do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente no PaÃ-s. Passo a dosar a pena quanto ao delito de dano qualificado: Pela anÃ¡lise das circunstÂ¢ncias judiciais contempladas no artigo 59 do CÃ³digo Penal, tem-se que a culpabilidade Ã© intensa, tendo o rÃ©u participado de crime praticado com extrema audÃ¡cia, em via pÃºblica, contra agÃªncia bancÃ¡ria, sendo que, na fuga, ainda danificaram duas pontes, ateando fogo nas mesmas, conforme perÃ-cia encartada nos autos, isso tudo em plena luz do dia, na modalidade de crime conhecida como "novo cangaÃ§o", causando considerÃ¡vel terror Ã s vÃ-timas e Ã populaÃ§Ã£o local, valendo-se, ademais, de explosivos e armamento de grosso calibre. Antecedentes nÃ£o maculados, tendo em vista a sÃºmula 444, do STJ. Sem elementos nos autos para a anÃ¡lise de sua conduta social e personalidade. Motivos costumeiros desta espÃ©cie de crime. CircunstÂ¢ncias costumeiras deste tipo de delito. ConsequÃªncias extrapenais desfavorÃ¡veis, posto que Ã© certo que delitos praticados com tamanha violÃªncia deixam abalos psicolÃ³gicos quiÃ§Ã¡ irreversÃ-veis em suas VARA DE COMBATE AO

C R I M E O R G A N I Z A D O
_____ PÃ¡gina 28 de 34
vÃ-timas. Essa modalidade de crime conhecida como "novo cangaÃ§o" deixa, sem sombra de dÃºvidas, como ressaltado, abalos significativos nas vÃ-timas e, por vezes, irreversÃ-veis. As vÃ-timas, com os seus comportamentos, nÃ£o contribuÃ-ram para o crime. Isto posto, fixo a pena - base do delito em 03 anos de reclusÃ£o e em 360 dias - multa. Na segunda fase de aplicaÃ§Ã£o da pena, nÃ£o vislumbro nenhuma circunstÃ¢ncia agravante e nem atenuante, permanecendo a pena em 10 anos de reclusÃ£o e em 360 dias - multa. Na terceira fase de aplicaÃ§Ã£o de pena, nÃ£o verifico nenhuma causa de aumento ou de diminuiÃ§Ã£o de pena, pelo que fixo a pena deste delito em 03 anos de detenÃ§Ã£o e 360 dias-multa. Tendo em vista a situaÃ§Ã£o econÃ´mica do rÃ©u, fixo cada dia-multa na base de 1/3 do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente no PaÃ-s. Aplico as penas cumulativamente, em virtude dos desÃ-gnios autÃ´nomos do rÃ©u quanto ao delito de roubo e de dano qualificado, segundo a regra contida no art. 70, parte final, do CP, perfazendo e tornando definitiva a pena em 18 anos de reclusÃ£o e 900 dias-multa, com observÃ¢ncia, outrossim, do art. 111, da LEP. NEGO AO SENTENCIADO O DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE, por entender presentes os pressupostos e fundamentos da prisÃ£o preventiva, o fumus comissi delicti, consubstanciado na prova da materialidade e na existÃªncia da autoria, devidamente comprovadas, e o periculum libertatis, fundado no risco de que o sentenciado, em liberdade, possa criar abalo Ã ordem pÃºblica e Ã aplicaÃ§Ã£o da lei penal, ante Ã periculosidade real do rÃ©u. Desta feita, seguindo o entendimento da doutrina abalizada e da jurisprudÃªncia pÃ¡tria, MANTENHO a prisÃ£o preventiva do rÃ©u, jÃ¡ qualificado nos autos. Ressalte-se, ainda, que o aludido rÃ©u permaneceu preso durante a instruÃ§Ã£o do processo e nÃ£o seria razoÃ¡vel que fosse posto em liberdade no momento de sua condenaÃ§Ã£o, sendo que, ademais, nÃ£o hÃ¡ nenhum elemento novo com o condÃ£o de autorizar a revogaÃ§Ã£o da prisÃ£o em questÃ£o. Neste sentido: VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
_____ PÃ¡gina 29 de 34
RECURSO ORDINÃRIO EM HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. TRÃFICO DE DROGAS. NEGATIVA DO DIREITO DE APELAR EM LIBERDADE. RÃU PRESO EM FLAGRANTE E QUE ASSIM PERMANECEU DURANTE A INSTRUÃÃO. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÃBLICA. GRAVIDADE CONCRETA. QUANTIDADE DE DROGAS APREENDIDAS. FUNDAMENTAÃÃO IDÃNEA. CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. INSUFICIÃNCIA, NO CASO. RECURSO DESPROVIDO. 1. O Recorrente, preso em flagrante no dia 13/08/2017, foi condenado como incurso nos arts. 33, caput, 35 c.c. o art. 40, inciso V, todos da Lei n.Âº 11.343/2006, Ã pena total de 15 (quinze) anos e 8 (oito) meses de reclusÃ£o, em regime fechado, negado o direito de recorrer em liberdade. 2. A manutenÃ§Ã£o da custÃ³dia cautelar no momento da sentenÃ§a condenatÃ³ria, nos casos em que o Acusado permaneceu preso durante toda a instruÃ§Ã£o criminal, nÃ£o requer fundamentaÃ§Ã£o exaustiva, sendo suficiente ao entendimento de que permanecem inalterados os motivos que levaram Ã decretaÃ§Ã£o da medida extrema em um primeiro momento, desde que estejam, de fato, preenchidos os requisitos legais do art. 312 do CÃ³digo de Processo Penal. Precedentes. (...) 5. Recurso ordinÃ¡rio em habeas corpus desprovido. (RHC 107.182/PA, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 16/05/2019, DJe 31/05/2019). Os grifos sÃ£o do signatÃ¡rio. Fixo como regime inicial de cumprimento de pena o FECHADO , levando - se em consideraÃ§Ã£o o disposto no art. 33 e seus parÃ¡grafos do CP e art. 387, Â§ 2Âº, do CPP. Determino, independente do trÃ¢nsito em julgado: A expediÃ§Ã£o da guia de execuÃ§Ã£o provisÃ³ria. Havendo o trÃ¢nsito em julgado: ExpeÃ§a-se a guia de execuÃ§Ã£o definitiva. VARA DE COMBATE AO
C R I M E O R G A N I Z A D O
_____ PÃ¡gina 30 de 34
Passo a dosar a pena do rÃ©u GILNEY VIEIRA LOBATO, segundo o critÃ©rio trifÃ¡sico, de Nelson Hungria, abraÃ§ado por nosso cÃ³digo penal, quanto ao crime de roubo: Pela anÃ¡lise das circunstÃ¢ncias judiciais contempladas no artigo 59 do CÃ³digo Penal, tem-se que a culpabilidade Ã© intensa, tendo o rÃ©u participado de crime praticado com extrema audÃ¡cia, em via pÃºblica, contra agÃªncia bancÃ¡ria, em plena luz do dia, na modalidade "novo cangaÃ§o", causando considerÃ¡vel terror Ã s vÃ-timas e Ã populaÃ§Ã£o local, valendo-se, ademais, de explosivos e armamento de grosso calibre. Antecedentes nÃ£o maculados, tendo em vista a sÃºmula 444, do STJ. Sem elementos nos autos para a anÃ¡lise de sua conduta social e personalidade. Motivos costumeiros desta espÃ©cie de crime. CircunstÃ¢ncias bastantes desfavorÃ¡veis ao rÃ©u, tendo em vista que fora subtraÃ-da do banco aproximadamente R$ 2.000.000,00 (dois milhÃµes de reais), montante do qual somente se conseguiu recuperar a quantia de R$ 217.000,00, conforme narra a denÃºncia. ConsequÃªncias extrapenais desfavorÃ¡veis, posto que Ã© certo que delitos praticados com tamanha violÃªncia deixam abalos psicolÃ³gicos quiÃ§Ã¡ irreversÃ-veis em suas vÃ-timas. Essa modalidade de crime conhecida como "novo cangaÃ§o" deixa, sem sombra de dÃºvidas, como ressaltado, abalos significativos nas vÃ-timas e, por

vezes, irreversÃ-veis. As vÃ-timas, com os seus comportamentos, nÃ£o contribuÃ-ram para o crime. Isto posto, fixo a pena - base do delito em 10 anos de reclusÃ£o e em 360 dias - multa. Na segunda fase de aplicaÃ§Ã£o da pena, nÃ£o vislumbro nenhuma circunstÃ¢ncia agravante e nem atenuante, permanecendo a pena em 10 anos de reclusÃ£o e em 360 dias - multa. Na terceira fase de aplicaÃ§Ã£o da pena, tendo em vista as balizas a serem observadas na valoraÃ§Ã£o das causas de aumento de pena previstas; considerando se que o crime foi praticado em concurso de pessoas, com uso de armas de grosso calibre, bem como que os rÃ©us restringiram a liberdade de algumas vÃ-timas, mantendo-as em seu poder, inclusive fazendo algumas das vÃ-timas de escudo humano, exsurge que hÃ¡ que incidir as causas de aumento, previstas nos art. 157, Â§ 2Âº, I, II e V, do CP (antes da alteraÃ§Ã£o jÃ¡ mencionada) , pelo que aumento a pena em metade, perfazendo e fixando a pena deste delito em 15 anos de reclusÃ£o e 540 dias-multa. Verifica-se que caberia na espÃ©cie, ainda na terceira fase, a causa de VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
_____ PÃ¡gina 31 de 34

aumento, prevista no art. 157, Â§ 2Âº-B, do CP, tendo em vista que, segundo a perÃ-cia encartada nos autos, os rÃ©us utilizaram-se de armas de fogo de uso restrito. No entanto, como dito, Ã Ã©poca do crime nÃ£o estava em vigor tal artigo, pelo que deixo de aplicar o mesmo, nÃ£o podendo a lei retroagir para prejudicar o rÃ©u, como Ã© consabido. Tendo em vista a situaÃ§Ã£o econÃ´mica do rÃ©u, fixo cada dia-multa na base de 1/3 do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente no PaÃ-s. Passo a dosar a pena quanto ao delito de dano qualificado: Pela anÃ¡lise das circunstÃ¢ncias judiciais contempladas no artigo 59 do CÃ³digo Penal, tem-se que a culpabilidade Ã© intensa, tendo o rÃ©u participado de crime praticado com extrema audÃ¡cia, em via pÃºblica, contra agÃªncia bancÃ¡ria, sendo que, na fuga, ainda danificaram duas pontes, ateando fogo nas mesmas, conforme perÃ-cia encartada nos autos, isso tudo em plena luz do dia, na modalidade de crime conhecida como "novo cangaÃ§o", causando considerÃ¡vel terror Ã s vÃ-timas e Ã populaÃ§Ã£o local, valendo-se, ademais, de explosivos e armamento de grosso calibre. Antecedentes nÃ£o maculados, tendo em vista a sÃºmula 444, do STJ. Sem elementos nos autos para a anÃ¡lise de sua conduta social e personalidade. Motivos costumeiros desta espÃ©cie de crime. CircunstÃ¢ncias costumeiras deste tipo de delito. ConsequÃªncias extrapenais desfavorÃ¡veis, posto que Ã© certo que delitos praticados com tamanha violÃªncia deixam abalos psicolÃ³gicos quiÃ§Ã¡ irreversÃ-veis em suas vÃ-timas. Essa modalidade de crime conhecida como "novo cangaÃ§o" deixa, sem sombra de dÃºvidas, como ressaltado, abalos significativos nas vÃ-timas e, por vezes, irreversÃ-veis. As vÃ-timas, com os seus comportamentos, nÃ£o contribuÃ-ram para o crime. Isto posto, fixo a pena - base do delito em 03 anos de reclusÃ£o e em 360 dias - multa. Na segunda fase de aplicaÃ§Ã£o da pena, nÃ£o vislumbro nenhuma circunstÃ¢ncia agravante e nem atenuante, permanecendo a pena em 10 anos de reclusÃ£o e em 360 dias - multa. Na terceira fase de aplicaÃ§Ã£o de pena, nÃ£o verifico nenhuma causa de aumento ou de diminuiÃ§Ã£o de pena, pelo que fixo a pena deste delito em 03 anos de detenÃ§Ã£o e 360 dias-multa. VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
_____ PÃ¡gina 32 de 34

Tendo em vista a situaÃ§Ã£o econÃ´mica do rÃ©u, fixo cada dia-multa na base de 1/3 do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente no PaÃ-s. Aplico as penas cumulativamente, em virtude dos desÃ-gnios autÃ´nomos do rÃ©u quanto ao delito de roubo e de dano qualificado, segundo a regra contida no art. 70, parte final, do CP, perfazendo e tornando definitiva a pena em 18 anos de reclusÃ£o e 900 dias-multa, com observÃ¢ncia, outrossim, do art. 111, da LEP. Concedo ao sentenciado o direito de recorrer em liberdade , por entender nÃ£o estarem presentes os pressupostos e fundamentos para a decretaÃ§Ã£o da prisÃ£o preventiva, tendo respondido parte do processo em liberdade, e nÃ£o hÃ¡ nenhum elemento novo ou contemporÃ¢neo a autorizar a segregaÃ§Ã£o cautelar neste instante. Fixo como regime inicial de cumprimento de pena o FECHADO , levando - se em consideraÃ§Ã£ o o disposto no art. 33 e seus parÃ¡grafos do CP e art. 387, Â§ 2Âº, do CPP. Havendo o trÃ¢nsito em julgado: EXPEÃA-SE o mandado de prisÃ£o, e, com a efetivaÃ§Ã£o do mesmo, a guia de execuÃ§Ã£o definitiva. CONDENO os rÃ©us ao pagamento das custas processuais, vez que nÃ£o comprovaram ser pobres na forma da lei. Em relaÃ§Ã£o ao veÃ-culo COROLLA GLI, COR PRATA, apreendido, conforme auto de apreensÃ£o de fl. 75, dos autos de IPL, com o trÃ¢nsito em julgado da sentenÃ§a condenatÃ³ria, determino o seu perdimento em favor da UniÃ£o, uma vez que o referido veÃ-culo foi utilizado como instrumento do crime, sendo que, outrossim, atÃ© este instante, nÃ£o houve qualquer pleito de restituiÃ§Ã£o do bem por parte de eventual terceiro de boa-fÃ©. Nes t e sentido: APELAÃÃO CRIMINAL - RECURSO DO MP - REFORMA DA DESCLASSIFICAÃÃO PARA O CRIME DE FURTO SIMPLES - POSSIBILIDADE - CONJUNTO PROBATÃRIO ROBUSTO - FIRME PALAVRA DAS VÃTIMAS - BENS SUBTRAÃDOS MEDIANTE GRAVE AMEAÃA - CONDUTAS QUE SE VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
_____ PÃ¡gina 33 de 34

ENQUADRAM NO CRIME DE ROUBO - CONFIGURADAS AS MAJORANTES DO CONCURSO DE AGENTES E DO EMPREGO DE ARMA DE FOGO - REFORMA DA ABSOLVIÃÃO RELATIVA AO CRIME DE POSSE DE ARMA DE FOGO COM NUMERAÃÃO SUPRIMIDA - ACOLHIMENTO - MATERIALIDADE E AUTORIA DEVIDAMENTE DEMONSTRADAS - FIRMES ELEMENTOS PROBATÃRIOS - CONDENAÃÃO DECRETADA - RECURSO DEFENSIVO - REGIME FECHADO INALTERADO - SUBSTITUIÃÃO INCABÃVEL - ISENÃÃO DAS CUSTAS JUDICIAIS - IMPOSSIBILIDADE - RÃU ASSISTIDO POR ADVOGADO CONSTITUÃDO - VEÃCULO UTILIZADO COMO INSTRUMENTO DO CRIME - PER DIMENTO EM FAVOR DA UNIÃO QUE REPRESENTA EFEITO AUTOMÃTICO DA CONDENAÃÃO - RECURSO MINISTERIAL PROVIDO E RECURSO DEFENSIVO IMPROVIDO. I - No caso dos autos, os elementos probatÃ³rios reunidos aos autos durante todo o iter processual sÃ£o suficientes a demons trar que o rÃ©u, em conjunto com um segundo indivÃ-duo nÃ£o identificado, efetuou a subtraÃ§Ã£o dos bens pertencentes Ã s vÃ-timas, cuja aÃ§Ã£o fora praticada mediante grave ameaÃ§a exercida com arma de fogo e concurso de agentes. AlÃ©m disso, as provas demonstram qu e o acusado mantinha sob guarda, em sua residÃªncia, um revÃ³lver de calibre 38 com numeraÃ§Ã£o suprimida por aÃ§Ã£o abrasiva e 05 muniÃ§Ãµes congÃªneres. O firme relato apresentado pelas vÃ-timas em juÃ-zo, devidamente secundado pela prova pericial, confissÃ£o parcia l e evidÃªncias concretas que exsurgem do flagrante, afastam qualquer dÃºvida acerca da materialidade, autoria e enquadramento jurÃ-dico das condutas, impondo - se, assim, a decretaÃ§Ã£o da condenaÃ§Ã£o pelos crimes de roubo majorados pelo concurso de agentes e emp rego de arma de fogo, em continuidade delitiva, bem como pelo delito de posse de arma de fogo com numeraÃ§Ã£o suprimida. II - Ã cabÃ-vel o regime fechado ao reincidente que ostenta circunstÃ¢ncias judiciais desabonadoras e restou condenado Ã pena superior a 08 anos. III - ImpossÃ-vel a substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos ao reincidente que teve a reprimenda quantificada em patamar superior a 04 anos e que ainda conta com circunstÃ¢ncias judiciais desabonadoras. VI - NÃ£o se conced e os benefÃ-cios da JustiÃ§a Gratuita se o condenado nÃ£o comprovou sua hipossuficiÃªncia, bem como encontra - se assistido por advogado VARA DE COMBATE A O C R I M E O R G A N I Z A D O ____ PÃ¡gina 34 de 34 particular, demonstrando possuir capacidade financeira para arcar com as custas judiciais a que deu causa. VII - Diante da in equÃ-voca utilizaÃ§Ã£o do veÃ-culo automotor como instrumento para a consecuÃ§Ã£o dos crimes de roubo, impÃµe - se o perdimento em favor da UniÃ£o, atÃ© porque se trata de efeito automÃ¡tico da condenaÃ§Ã£o, ex vi do art. 91, II, a, do CP. VIII - Recurso ministerial pro vido e recurso defensivo improvido.(TJ - MS - APR: 00155280820168120001 MS 0015528 - 08.2016.8.12.0001, Relator: Des. Emerson Cafure, Data de Julgamento: 29/11/2019, 1Âª CÃ¢mara Criminal, Data de PublicaÃ§Ã£o: 06/12/2019) No tocante Ã multa fixada, o seu processa mento e efetivaÃ§Ã£o sÃ£o atividades que competem ao juÃ-zo da execuÃ§Ã£o penal, nos termos d a Lei nÂº 13.964/19 . Ainda apÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, LANCEM - SE os nomes do s sentenciado s no rol dos culpados. OFICIE - SE ao setor de estatÃ-stica criminal do Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡ e ao TRE, para as providÃªncias de praxe e legais. P.R.I.C., expedindo o necessÃ¡rio. ApÃ³s, com o trÃ¢nsito em julgado, ARQUIVE - SE. BelÃ©m/PA, data regis trada no sistema. EDUARDO RODRIGUES DE MENDONÃA FREIRE Juiz de Direito Titular da Vara de Combate ao Crime Organizado Documento assinado digitalmente PROCESSO: 00015142120198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LIBIO ARAUJO MOURA A??o: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos em: 11/04/2022 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:ADRIANA OLIVEIRA Representante(s): OAB 7574 - PAULO GALHARDO GOMES (ADVOGADO) OAB 21585 - ISABELA RIBEIRO CARVALHO (ADVOGADO) OAB 29202 - VINICIUS SILVA ARAUJO GOMES (ADVOGADO) PROMOTOR:SEGUNDA PROMOTORIA DE ENTORPECENTE. Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ VaraÂ deÂ CombateÂ ao crime organizado- BelÃ©m AUDIÃNCIA DE INSTRUÃÃO E JULGAMENTO Autos nÂº 0001514-21.2019.8.14.0401 (LIBRA) Autor.........: MinistÃ©rio PÃºblico RÃ©u...........: ADRIANA OLIVEIRA Data/hora..:Â 08/04/2022, ÃS 11h00. Â TERMO DE AUDIÃNCIA Ao 08 dias do mÃªs de ABRIL do ano de 2022, nesta Cidade de BelÃ©m, Estado do ParÃ¡, na Sala de AudiÃªncia da Vara de Combate ao Crime Organizado, no FÃ³rum local, onde se achavam presentes o Dr. LÃBIO ARAÃJO MOURA, MM. Juiz de Direito, comigo o(a) servidor(a), abaixo assinado. Presentes o (a) Representante do MinistÃ©rio PÃºblico (RMP), Dra. ANDREA ALICE BRANCHES NAPOLEÃO. Presentes os Advogados da rÃ©, Drs. PAULO GALHARDO GOMES (OAB/PA 007574), VINICIUS SILVA ARAUJO GOMES (OAB/PA 29202) e ISABELA RIBEIRO CARVALHO (OAB/PA 21585). ABERTA A AUDIÃNCIA, constatou-se a presenÃ§a da acusada, ADRIANA OLIVEIRA. Segue, em mÃ-dia, oitiva das testemunhas do MP, ROGERIO RODRIGUES DA PAZ e NATANAEL BRUNO CORREA BATISTA. Quanto ao interrogatÃ³rio da denunciada, ADRIANA OLIVEIRA, foi dispensado pela Defesa, ratificando os dados de

identificaÃ§Ã£o da acusada. Dada a palavra ao MinistÃ©rio PÃºblico para alegaÃ§Ãµes finais, requereu vista. DELIBERAÃÃO EM AUDIÃNCIA: 1) MÃdia anexada aos autos PJE; 2) VISTA ao MP e DEFESA, para apresentaÃ§Ã£o de alegaÃ§Ãµes finais, no prazo sucessivo de 05 dias; 3) ApÃ³s, conclusos para sentenÃ§a; 4) Saem os presentes intimados. Nada mais havendo, DISPENSADAS AS ASSINATURAS - GRAVADO VIA MICROSOFT TEAMS. Eu, , Versalhes Ferreira, Secretaria da VCCO, conferi e assino. PROCESSO: 00034617620208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): NANCY PALMEIRA SADALLA A??o: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos em: 11/04/2022 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:VICTOR EMANUEL RODRIGUES MONTEIRO. ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â De ordem do Exmo. Sr. Eduardo Rodrigues de MendonÃ§a Freire, Juiz de Direito, nesta data, procedo ao arquivamento dos presentes autos. BelÃ©m/PA, 11 de abril de 2022. Nancy Palmeira Sadalla Analista JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00049455220178140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): NANCY PALMEIRA SADALLA A??o: Medidas Cautelares em: 11/04/2022 AUTORIDADE POLICIAL:DPC FERNANDA MAUES DE SOUZA REQUERIDO:MEDIDA CAUTELAR SIGILOSA ENVOLVIDO:OPERACAO TENTACULOS INDICIADO:KEILLA MARTINS LIMA INDICIADO:MARICILIA MATOS DA SILVA Representante(s): OAB 8269 - PAULO DE TARSO DE SOUSA PEREIRA (ADVOGADO) INDICIADO:LEANDRO PEREIRA FERNANDES Representante(s): OAB 8269 - PAULO DE TARSO DE SOUSA PEREIRA (ADVOGADO) INDICIADO:ELIELSON FONSECA RODRIGUES Representante(s): OAB 14069 - MARCUS NASCIMENTO DO COUTO (ADVOGADO) INDICIADO:MAGNO MARLOS STRIBERNE CABRAL INDICIADO:ILDA MATOS DA SILVA Representante(s): OAB 10781 - MARCO ANTONIO PINA DE ARAUJO (ADVOGADO) OAB 19230 - ROCHERTER WALBER BARBOSA MARQUES (ADVOGADO) OAB 29783 - AFONSO FILIPE PEREIRA DA SILVA (ADVOGADO) INDICIADO:MERIELLE DA SILVA CARRERA Representante(s): OAB 14459 - TIAGO SILVA BRITO (ADVOGADO) OAB 18243 - EDIVALDO NAZARENO DIAS LIMA (ADVOGADO) INDICIADO:THARLES OU THARLYS DA SILVA MARQUES INDICIADO:CARLOS OLIVEIRA BRAGA INDICIADO:ALESSANDRA SILVA DE SOUZA. ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â De ordem do Exmo. Sr. Eduardo Rodrigues de MendonÃ§a Freire, Juiz de Direito, nesta data, procedo ao arquivamento dos presentes autos. BelÃ©m/PA, 11 de abril de 2022. Nancy Palmeira Sadalla Analista JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00108196320188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LIBIO ARAUJO MOURA A??o: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos em: 11/04/2022 VITIMA:A. C. B. C. DENUNCIADO:JESSICA MAYARA DA SILVA OLIVEIRA Representante(s): OAB 5059 - EVA ELIANA DE SOUZA ROCHA (ADVOGADO) OAB 29830 - RAIMUNDO MAURICIO PINTO JUNIOR (ADVOGADO) PROMOTOR:SEGUNDA PROMOTORIA DE ENTORPECENTE. Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ VaraÂ deÂ CombateÂ ao crime organizado- BelÃ©m AUDIÃNCIA DE INSTRUÃÃO E JULGAMENTO Autos nÂº 0010819-63.2018.8.14.0401 (LIBRA) Autor.........: MinistÃ©rio PÃºblico RÃ©u............: JESSICA MAYARA DA SILVA OLIVEIRA Data/hora..:Â 08/04/2022, ÃS 10h45. Â TERMO DE AUDIÃNCIA Ao 08 dias do mÃªs de ABRIL do ano de 2022, nesta Cidade de BelÃ©m, Estado do ParÃ¡, na Sala de AudiÃªncia da Vara de Combate ao Crime Organizado, no FÃ³rum local, onde se achavam presentes o Dr. LÃBIO ARAÃJO MOURA, MM. Juiz de Direito, comigo o(a) servidor(a), abaixo assinado. Presentes o (a) Representante do MinistÃ©rio PÃºblico (RMP), Dra. ANDREA ALICE BRANCHES NAPOLEÃO. ABERTA A AUDIÃNCIA, constatou-se a ausÃªncia/presenÃ§a do acusado, JESSICA MAYARA DA SILVA OLIVEIRA, acompanhada do Dr. RAIMUNDO MAURICIO PINTO JUNIOR (OAB/PA 29.830). Segue, em mÃdia, oitiva da testemunha do MP, ANA CLAUDIA BRITO COIMBRA. Segue, em mÃdia, interrogatÃ³rio da denunciada, JESSICA MAYARA DA SILVA OLIVEIRA. Dada a palavra ao MinistÃ©rio PÃºblico para alegaÃ§Ãµes finais, requereu vista. DELIBERAÃÃO EM AUDIÃNCIA: 1) MÃdia anexada aos autos PJE; 2) VISTA ao MP e DEFESA, para apresentaÃ§Ã£o de alegaÃ§Ãµes finais, no prazo sucessivo de 05 dias; 3) ApÃ³s, conclusos para sentenÃ§a; 4) Saem os presentes intimados. Nada mais havendo, DISPENSADAS AS ASSINATURAS - GRAVADO VIA MICROSOFT TEAMS. Eu, , Versalhes Ferreira, Secretaria da VCCO, conferi e assino. PROCESSO: 00249062420188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LIBIO ARAUJO MOURA A??o: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos em: 11/04/2022 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:ELITON DA COSTA MARTINS Representante(s): DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) PROMOTOR:2(SEGUNDA) PROMOTORIA DE JUSTICA/ENTORPECENTES. Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ VaraÂ deÂ CombateÂ ao crime organizado- BelÃ©m AUDIÃNCIA DE INSTRUÃÃO E JULGAMENTO Autos nÂº 0024906-24.2018.8.14.0401 (LIBRA) Autor.........: MinistÃ©rio PÃºblico RÃ©u............: ELITON DA COSTA MARTINS Data/hora..:Â 08/04/2022, ÃS 10h30. Â TERMO DE AUDIÃNCIA Ao 08 dias do mÃªs de ABRIL

do ano de 2022, nesta Cidade de BelÃ©m, Estado do ParÃ¡, na Sala de AudiÃªncia da Vara de Combate ao Crime Organizado, no FÃ³rum local, onde se achavam presentes o Dr. LÃBIO ARAÃJO MOURA, MM. Juiz de Direito, comigo o(a) servidor(a), abaixo assinado. Presente a Representante do MinistÃ©rio PÃºblico (RMP), Dra. ANDREA ALICE BRANCHES NAPOLEÃO. PresenÃ§a do Representante da Defensoria PÃºblica, DR. FLORIANO BARBOSA JR. ABERTA A AUDIÃNCIA, constatou-se a presenÃ§a do acusado, ELITON DA COSTA MARTINS. Segue, em mÃ-dia, oitiva das testemunhas do MP, JEFFERSON FARIAS DOS SANTOS e DAVID RONALDO ALMEIDA PANTOJA. Constatou-se a ausÃªncia da testemunha do MP, OTONIEL FERREIRA BARBOSA (nÃ£o reside mais no endereÃ§o - certidÃ£o fl. 66) e HABIO CICERO CALDAS BARBOSA. O MP DESISTE da oitiva das testemunhas faltosa, o que foi deferido pelo MM. Juiz. Quanto ao interrogatÃ³rio do denunciado, ELITON DA COSTA MARTINS, ficou em silÃªncio. Dada a palavra ao MinistÃ©rio PÃºblico para alegaÃ§Ãµes finais, requereu vista. DELIBERAÃÃO EM AUDIÃNCIA: 1) MÃ-dia anexada aos autos PJE; 2) VISTA ao MP e DEFESA, para apresentaÃ§Ã£o de alegaÃ§Ãµes finais, no prazo sucessivo de 05 dias; 3) ApÃ³s, conclusos para sentenÃ§a; 4) Saem os presentes intimados. Nada mais havendo, DISPENSADAS AS ASSINATURAS - GRAVADO VIA MICROSOFT TEAMS. Eu, , Versalhes Ferreira, Secretaria da VCCO, conferi e assino. PROCESSO: 00131469020188140009 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): NANCY PALMEIRA SADALLA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/04/2022 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:GILVAN VIEIRA LOBATO Representante(s): OAB 12401 - ALEXANDRE AUGUSTO DE PINHO PIRES (ADVOGADO) OAB 21123 - RODRIGO MARQUES SILVA (ADVOGADO) OAB 1590 - AMERICO LINS DA SILVA LEAL (ADVOGADO) OAB 4684 - HILARIO CARVALHO MONTEIRO JUNIOR (ADVOGADO) OAB 8269 - PAULO DE TARSO DE SOUSA PEREIRA (ADVOGADO) DENUNCIADO:ELAINE CRISTINA BOTELHO BARROSO Representante(s): OAB 12401 - ALEXANDRE AUGUSTO DE PINHO PIRES (ADVOGADO) OAB 8269 - PAULO DE TARSO DE SOUSA PEREIRA (ADVOGADO) DENUNCIADO:JOSE MARIA NOGUEIRA DOS REIS Representante(s): OAB 12401 - ALEXANDRE AUGUSTO DE PINHO PIRES (ADVOGADO) DENUNCIADO:LARISSA PEREIRA DA PAIXAO MATOS Representante(s): OAB 12401 - ALEXANDRE AUGUSTO DE PINHO PIRES (ADVOGADO) OAB 8269 - PAULO DE TARSO DE SOUSA PEREIRA (ADVOGADO) DENUNCIADO:GILNEY VIEIRA LOBATO Representante(s): OAB 29868 - CAROLINA MOURA CRUZ (ADVOGADO) OAB 31266 - GISELE CRISTINE DA SILVA VILHENA (ADVOGADO) OAB 4771 - ALVARO AUGUSTO DE PAULA VILHENA (ADVOGADO) DENUNCIANTE:MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ Representante(s): NAIARA VIDAL NOGUEIRA (PROMOTOR(A)) . ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Nos termos do art. 1.Âº, Â§1.Âº, VI do Provimento n.Âº 006/06-CJRMB, ficam intimadas as defesas dos rÃ©us ELAINE CRISTINA BOTELHO BARROSO, LARISSA PEREIRA DA PAIXÃO, JOSÃ MARIA NOGUEIRA DOS REIS, GILVAN VIEIRA LOBATO e GILNEY VIEIRA LOBATO, para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar alegaÃ§Ãµes finais, em forma de memoriais. BelÃ©m/PA, 12 de abril de 2022. Nancy Palmeira Sadalla Analista JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00023411620208140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Cautelar Inominada Criminal em: ENVOLVIDO: O. T. AUTORIDADE POLICIAL: D. F. M. S. REQUERIDO: M. C. S. INVESTIGADO: L. P. F. INVESTIGADO: M. M. S. PROCESSO: 00042683320198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Pedido de Prisão Preventiva em: REPRESENTADO: D. G. S. REPRESENTADO: M. B. C. REPRESENTADO: E. J. S. S. REPRESENTADO: L. P. F. REPRESENTADO: J. A. O. S. REPRESENTADO: B. S. M. REPRESENTADO: V. P. REPRESENTANTE: D. L. C. M. B. J. REPRESENTANTE: D. F. R. R. L. PROCESSO: 00073860620178140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Cautelar Inominada Criminal em: AUTORIDADE POLICIAL: D. F. M. S. ENVOLVIDO: O. T. PROCESSO: 00304765420198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Inquérito Policial em: INDICIADO: K. M. L. INDICIADO: T. S. M. INDICIADO: R. R. C. INDICIADO: A. C. A. B. F. Representante(s): OAB 16235 - MARCOS ROBERTO DA CUNHA NADALON (ADVOGADO) OAB 29244 - PAMELA CRISTINA DE SOUZA ALVES (ADVOGADO) INDICIADO: C. M. J. INDICIADO: L. P. F. INDICIADO: A. S. S. Representante(s): OAB 29565 - JULIANA DA SILVA BRABO (ADVOGADO) INDICIADO: P. B. M. INDICIADO: A. R. N. S. INDICIADO: J. F. S. N. INDICIADO: D. F. G. INDICIADO: A. M. T. F. INDICIADO: M. S. P. B. INDICIADO: E. R. S. INDICIADO: N. S. R. INDICIADO: J. S. C. INDICIADO: B. S. L. INDICIADO: B. S. L. INDICIADO: C. O. B. Representante(s): OAB 21704 - CLEVERSON JORGE PALHA DE PINHO (ADVOGADO) INDICIADO: A. C. M. INDICIADO: J. C. F. S. INDICIADO: M. S. C. INDICIADO: I. M. S. INDICIADO: M. M. S. VITIMA: O. E.

FÓRUM DE ICOARACI

SECRETARIA DA VARA DE FAMILIA DISTRITAL DE ICOARACI

RESENHA: 17/03/2022 A 12/04/2022 - SECRETARIA DA VARA DE FAMILIA DISTRITAL DE ICOARACI - VARA: VARA DE FAMILIA DISTRITAL DE ICOARACI PROCESSO: 00032256620078140201 PROCESSO ANTIGO: 200710022176 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALLISON DE SOUZA XIMENES A??o: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 04/04/2022 REP LEGAL:TELMA LUCIA DA SILVA PINHEIRO Representante(s): ANDREIA DE F. MAGNO DE MORAES (ADVOGADO) AUTOR:ROMULO FERREIRA PINHEIRO JUNIOR REU:ROMULO FERREIRA PINHEIRO REQUERIDO:ROMULO FERREIRA PINHEIRO Representante(s): OAB 23416 - FERNANDA DA COSTA SILVA CUNHA (ADVOGADO) OAB 26955 - RAYSSA GABRIELLE BAGLIOLI DAMMSKI (ADVOGADO) OAB 21166 - GILSON ANDRE SILVA DA COSTA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Em cumprimento aos termos do Provimento nÂº 010/2009, de 09/03/2009, da Corregedoria de JustiÃ§a da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m: Considerando que os autos do processo jÃ¡ estÃ£o disponÃ-veis, na Secretaria da Vara, e, considerando o deferimento de vistas dos autos ao patrono do solicitante do desarquivamento, intimo o patrono da parte para ciÃªncia da abertura do prazo de 05 (cinco) dias para que obtenha vistas dos autos do processo, sob pena de retorno dos autos arquivo. BelÃ©m (PA), 04 de abril de 2022. Allison de Souza Ximenes Analista JudiciÃ¡rio da Vara de FamÃ-lia Distrital de Icoaraci PROCESSO: 00008198619948140201 PROCESSO ANTIGO: 19941012448 0 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARCELINO LOBATO RIBEIRO FILHO A??o: Divórcio Consensual em: 07/04/2022 AUTOR:RUBEMAR DO NASCIMENTO Representante(s): OAB 19088 - ANANDA NASSAR MAIA (ADVOGADO) REU:SILVANE NAZARE SANTOS DO NASCIMENTO ADVOGADO:JORGE ARISTEU PAMPLONA / DEF. PUBLICO. ATO ORDINATÃRIO Em cumprimento aos termos do Provimento nÂº 006/2006-CGJ, de 05/10/2006, e alteraÃ§Ãµes pelo Provimento nÂº. 08/2014 da Corregedoria de JustiÃ§a da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m: Considerando o deferimento de desarquivamento, serve o presente ato ordinatÃ³rio para intimar o patrono do solicitante para que tome conhecimento da abertura do prazo de 05 (cinco) dias para obter vista/carga dos autos, sob pena de retorno destes ao arquivo. BelÃ©m (PA), 7 de abril de 2022 Arcelino Ribeiro Filho Analista JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00010696620118140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GERALDO NEVES LEITE A??o: Homologação de Transação Extrajudicial em: 12/04/2022 AUTOR:V. L. B. S. Representante(s): OAB 32200 - DAVID BENTES SERPA (ADVOGADO) AUTOR:J. N. E. S. Representante(s): OAB 9714 - FRANCIARA PEREIRA LEMOS (DEFENSOR) . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃÂ VARA DE FAMÃLIA DISTRITAL DE ICOARACI - COMARCA DE BELÃMÂ RUA MANOEL BARATA, 1107, BAIRRO PONTA GROSSA, BELÃM/PA - CEP 66810-100Â E-mail: 1famicoaraci@tjpa.jus.br - Telefone: 3211-7070/3211-7071 Processo nÂº: 0001069-66.2011.8.14.0201Â DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando as petiÃ§Ãµes nÂº2022.00328141-87 e nÂº2022.00420322-91, bem como as informaÃ§Ãµes constantes nas certidÃµes nÂº2022.2022.00333017-09 e nÂº2022.00451434-69, DEFIRO o pedido de desarquivamento dos autos, independentemente do recolhimento de custas, na medida em que a parte solicitante Ã© beneficiÃ¡ria da gratuidade da justiÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Entrementes, tendo em vista que o processo nÃ£o se encontra arquivado nas dependÃªncias deste FÃ³rum Distrital (Vara de FamÃ-lia - Gabinete, Secretaria e Arquivo), oficie-se ao Arquivo Geral de BelÃ©m para que desarquive os autos e o remeta a este JuÃ-zo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Procedido o desarquivamento, abra-se vista ao(Ã) advogado(a) signatÃ¡rio(a), pelo prazo de 05 (cinco) dias, para fins de retirada da(s) cÃ³pia(s) do(s) documento(s) mencionado(s) no petitÃ³rio acima referido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo, nÃ£o havendo outros requerimentos pendentes de apreciaÃ§Ã£o judicial, certifique-se o necessÃ¡rio e, observadas as formalidades legais, retornem os autos ao arquivo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Icoaraci-BelÃ©m/PA, 14 de abril de 2022. GERALDO NEVES LEITE Juiz de Direito PROCESSO: 00011153520028140201 PROCESSO ANTIGO: 20021019526 8 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GERALDO NEVES LEITE A??o: Regulamentação de Visitas em: 12/04/2022 ADVOGADO:AFONSO MARAMALDO REU:MARIA DOS SANTOS PAIVA COSTA AUTOR:EBER JOAO DA SILVA COSTA Representante(s): OAB 16569 - MARCO ANTONIO RODRIGUES DE OLIVEIRA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃÂ VARA DE FAMÃLIA DISTRITAL DE ICOARACI - COMARCA DE BELÃMÂ RUA MANOEL BARATA, 1107, BAIRRO

PONTA GROSSA, BELÃM/PA - CEP 66810-100Â E-mail: 1famicoaraci@tjpa.jus.br - Telefone: 3211-7070/3211-7071 Processo nÂº: 0001115-35.2002.8.14.0201Â DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a petiÃ§Ã£o nÂº2022.00422846-85, bem como as informaÃ§Ãµes constantes na certidÃ£o nÂº2022.00451467-67, estando devidamente recolhidas as custas, DEFIRO o pedido de desarquivamento dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Entrementes, tendo em vista que o processo nÃ£o se encontra arquivado nas dependÃªncias deste FÃ³rum Distrital (Vara de FamÃ-lia - Gabinete, Secretaria e Arquivo), oficie-se ao Arquivo Geral de BelÃ©m para que desarquive os autos e o remeta a este JuÃ-zo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Procedido o desarquivamento, abra-se vista ao(Ã) advogado(a) signatÃ¡rio(a), pelo prazo de 05 (cinco) dias, para fins de retirada da(s) cÃ³pia(s) do(s) documento(s) mencionado(s) no petitÃ³rio acima referido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo, nÃ£o havendo outros requerimentos pendentes de apreciaÃ§Ã£o judicial, certifique-se o necessÃ¡rio e, observadas as formalidades legais, retornem os autos ao arquivo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Icoaraci-BelÃ©m/PA, 11 de abril de 2022. GERALDO NEVES LEITE Juiz de Direito PROCESSO: 00011617020108140201 PROCESSO ANTIGO: 201010007735 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GERALDO NEVES LEITE A??o: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 12/04/2022 REU:M. J. B. Representante(s): OAB 7510 - ANA CRISTINA CAMPOS E SILVA CALDERARO (ADVOGADO) OAB 17073 - IVY PINHEIRO RUFINO (ADVOGADO) OAB 12711 - ANDREA LUISA FONSECA SARRAF (ADVOGADO) OAB 5087 - VERA LUCIA FARACO MACIEL (ADVOGADO) REPRESENTANTE:V. A. C. Representante(s): OAB 10382 - JOSE ALIRIO PALHETA ALVES (ADVOGADO) OAB 20430 - ARTHUR PUGET MOUTA (ADVOGADO) AUTOR:M. V. C. B. . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃÂ VARA DE FAMÃLIA DISTRITAL DE ICOARACI - COMARCA DE BELÃMÂ RUA MANOEL BARATA, 1107, BAIRRO PONTA GROSSA, BELÃM/PA - CEP 66810-100Â E-mail: 1famicoaraci@tjpa.jus.br - Telefone: 3211-7070/3211-7071 Processo nÂº: 0001161-70.2010.8.14.0201Â DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a petiÃ§Ã£o nÂº2022.00334109-31, bem como as informaÃ§Ãµes constantes na certidÃ£o nÂº2022.00451449-24, DEFIRO o desarquivamento dos autos, independentemente do recolhimento de custas, face Ã gratuidade justiÃ§a que ora defiro, eis que carreado aos autos documento comprovatÃ³rio da hipossuficiÃªncia alegada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, procedido o desarquivamento, abra-se vista Ã parte peticionante, pelo prazo de 05 (cinco) dias, para fins de extraÃ§Ã£o das cÃ³pias dos documentos mencionados no petitÃ³rio em anexo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo, nÃ£o havendo outros requerimentos pendentes de apreciaÃ§Ã£o judicial, certifique-se o necessÃ¡rio e, observadas as formalidades legais, retornem os autos ao arquivo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Icoaraci-BelÃ©m/PA, 14 de abril de 2022. GERALDO NEVES LEITE Juiz de Direito PROCESSO: 00041190320098140201 PROCESSO ANTIGO: 200910030622 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GERALDO NEVES LEITE A??o: Homologação de Transação Extrajudicial em: 12/04/2022 AUTOR:E. M. F. Representante(s): OAB 12819 - RENATO DA SILVA NEVES (ADVOGADO) AUTOR:D. G. S. Representante(s): BRENO LUZ MORAIS - DEF PUBLICO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃÂ VARA DE FAMÃLIA DISTRITAL DE ICOARACI - COMARCA DE BELÃMÂ RUA MANOEL BARATA, 1107, BAIRRO PONTA GROSSA, BELÃM/PA - CEP 66810-100Â E-mail: 1famicoaraci@tjpa.jus.br - Telefone: 3211-7070/3211-7071 Processo nÂº: 0004119-03.2009.8.14.0201Â DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a petiÃ§Ã£o nÂº2022.00366937-02, bem como as informaÃ§Ãµes constantes na certidÃ£o nÂº2022.00451447-30, DEFIRO o pedido de desarquivamento dos autos, independentemente do recolhimento de custas, na medida em que a parte solicitante Ã© patrocinada pela Defensoria PÃºblica do Estado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Procedido o desarquivamento, abra-se vista ao(Ã) Defensor(a) PÃºblico(a) signatÃ¡rio(a), pelo prazo de 05 (cinco) dias, para fins de retirada da(s) cÃ³pia(s) do(s) documento(s) mencionado(s) no petitÃ³rio acima referido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo, nÃ£o havendo outros requerimentos pendentes de apreciaÃ§Ã£o judicial, certifique-se o necessÃ¡rio e, observadas as formalidades legais, retornem os autos ao arquivo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Icoaraci-BelÃ©m/PA, 14 de abril de 2022. GERALDO NEVES LEITE Juiz de Direito PROCESSO: 00112829120168140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GERALDO NEVES LEITE A??o: Homologação de Transação Extrajudicial em: 12/04/2022 AUTOR:K. F. P. Representante(s): OAB 24851 - YASMIN LUANA DA SILVA NASSAR (ADVOGADO) OAB 37.818 - PATRICIA DE MELO ACIOLY (ADVOGADO) REPRESENTANTE:K. M. F. Representante(s): OAB 24851 - YASMIN LUANA DA SILVA NASSAR (ADVOGADO) OAB 37.818 - PATRICIA DE MELO ACIOLY (ADVOGADO) AUTOR:J. A. S. P. Representante(s): OAB 13879-A - LUIS CARLOS DE AGUIAR PORTELA (DEFENSOR) . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃÂ VARA DE FAMÃLIA DISTRITAL DE ICOARACI - COMARCA DE BELÃMÂ RUA MANOEL BARATA, 1107, BAIRRO PONTA GROSSA, BELÃM/PA - CEP 66810-100Â E-mail: 1famicoaraci@tjpa.jus.br - Telefone: 3211-7070/3211-7071Â Processo nÂº: 0011282-91.2016.8.14.0201Â DESPACHOÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a

petiÃ§Ã£o nÂº2022.00423318-27, bem como as informaÃ§Ãµes constantes na certidÃ£o nÂº2022.00451524-90, DEFIRO o pedido de desarquivamento dos autos, independentemente do recolhimento de custas, uma vez que a parte solicitante Ã© beneficiÃ¡ria da assistÃªncia judiciÃ¡ria gratuita. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Procedido o desarquivamento, abra-se vista dos autos ao(Ã) advogado(a) peticionante, pelo prazo de 05 (cinco) dias, para fins de retirada da(s) cÃ³pia(s) do(s) documento(s) mencionado(s) no petitÃ³rio acima referido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo, nÃ£o havendo outros requerimentos pendentes de apreciaÃ§Ã£o judicial, certifique-se o necessÃ¡rio e, observadas as formalidades legais, retornem os autos ao arquivo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, quanto ao pedido atinente Ã disponibilizaÃ§Ã£o do processo de forma eletrÃ´nica, fica facultado (Ã)ao peticionante, querendo, proceder com a digitalizaÃ§Ã£o dos autos, dentro do prazo acima referido. Cabendo salientar, ainda, que, o projeto Â¿JuÃ-zo 100% DigitalÂ¿ Ã© destinado a processos em curso e, no caso dos autos, o processo epigrafado se encontra sentenciado, com trÃ¢nsito em julgado e arquivado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Icoaraci-BelÃ©m/PA, 11 de abril de 2022.Â GERALDO NEVES LEITE Juiz de Direito PROCESSO: 01116261720158140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GERALDO NEVES LEITE A??o: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 12/04/2022 AUTOR:C. G. R. A. Representante(s): OAB 12943 - INGRID LEDA NORONHA MACEDO (DEFENSOR) AUTOR:K. G. R. A. Representante(s): OAB 12943 - INGRID LEDA NORONHA MACEDO (DEFENSOR) REPRESENTANTE:K. C. R. L. REU:G. N. A. . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃÂ VARA DE FAMÃLIA DISTRITAL DE ICOARACI - COMARCA DE BELÃMÂ RUA MANOEL BARATA, 1107, BAIRRO PONTA GROSSA, BELÃM/PA - CEP 66810-100Â E-mail: 1famicoaraci@tjpa.jus.br - Telefone: 3211-7070/3211-7071 Processo nÂº: 0111626-17.2015.8.14.0201Â DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a petiÃ§Ã£o nÂº2022.00366774-06, bem como as informaÃ§Ãµes constantes na certidÃ£o nÂº2022.00451445-36, DEFIRO o pedido de desarquivamento dos autos, independentemente do recolhimento de custas, na medida em que a parte solicitante Ã© patrocinada pela Defensoria PÃºblica do Estado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Procedido o desarquivamento, abra-se vista ao(Ã) Defensor(a) PÃºblico(a) signatÃ¡rio(a), pelo prazo de 05 (cinco) dias, para fins de retirada da(s) cÃ³pia(s) do(s) documento(s) mencionado(s) no petitÃ³rio acima referido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo, nÃ£o havendo outros requerimentos pendentes de apreciaÃ§Ã£o judicial, certifique-se o necessÃ¡rio e, observadas as formalidades legais, retornem os autos ao arquivo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Icoaraci-BelÃ©m/PA, 14 de abril de 2022. GERALDO NEVES LEITE Juiz de Direito PROCESSO: 00006995220138140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MICHELLE BRASIL FERREIRA AMORIM A??o: Incidente de Falsidade em: 21/03/2022 AUTOR:I. S. C. Representante(s): OAB 19327 - YANA FIGUEIREDO RIBEIRO (ADVOGADO) REQUERIDO:DANIELE DOS SANTOS SOUZA Representante(s): OAB 8796 - EDNILSON GONCALVES DA SILVA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Em cumprimento aos termos do Provimento nÂº 006/2006-CGJ, de 05/10/2006, e alteraÃ§Ãµes pelo Provimento nÂº. 08/2014 da Corregedoria de JustiÃ§a da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m: Considerando o deferimento de desarquivamento, serve o presente ato ordinatÃ³rio para intimar o patrono do solicitante para que tome conhecimento da abertura do prazo de 05 (cinco) dias para obter vista dos autos, sob pena de retorno destes ao arquivo. Icoaraci-BelÃ©m (PA), 18 de marÃ§o de 2022. PROCESSO: 00044307620088140201 PROCESSO ANTIGO: 200810032116 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MICHELLE BRASIL FERREIRA AMORIM A??o: Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas em: 21/03/2022 REU:D. S. S. Representante(s): OAB 8796 - EDNILSON GONCALVES DA SILVA (ADVOGADO) AUTOR:I. S. C. Representante(s): OAB 19327 - YANA FIGUEIREDO RIBEIRO (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Em cumprimento aos termos do Provimento nÂº 006/2006-CGJ, de 05/10/2006, e alteraÃ§Ãµes pelo Provimento nÂº. 08/2014 da Corregedoria de JustiÃ§a da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m: Considerando o deferimento de desarquivamento, serve o presente ato ordinatÃ³rio para intimar o patrono do solicitante para que tome conhecimento da abertura do prazo de 05 (cinco) dias para obter vista dos autos, sob pena de retorno destes ao arquivo. Icoaraci-BelÃ©m (PA), 18 de marÃ§o de 2022. PROCESSO: 00055356820138140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MICHELLE BRASIL FERREIRA AMORIM A??o: Arrolamento de Bens em: 21/03/2022 AUTOR:MARIA DE JESUS GONCALVES FERREIRA Representante(s): OAB 13475 - LUIS DENIVAL NETO (ADVOGADO) REU:DURVAL COSTA FERREIRA Representante(s): OAB 16319 - NADIA HELLEN GAIA DE ALMEIDA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Em cumprimento aos termos do Provimento nÂº 006/2006-CGJ, de 05/10/2006, e alteraÃ§Ãµes pelo Provimento nÂº. 08/2014 da Corregedoria de JustiÃ§a da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m: Considerando o deferimento de desarquivamento, serve o presente ato ordinatÃ³rio para intimar o patrono do solicitante para que tome conhecimento da abertura do prazo de 05 (cinco) dias para obter vista dos

autos, sob pena de retorno destes ao arquivo. Icoaraci-BelÃ©m (PA), 18 de marÃ§o de 2022. PROCESSO: 00003322019958140201 PROCESSO ANTIGO: 199510072008 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GERALDO NEVES LEITE A??o: Divórcio Consensual em: 31/03/2022 ADVOGADO:CARLOS ROGERIO LOBATO DE ARAUJO AUTOR:MARCILIO MEDEIROS PANTOJA REQUERENTE:GEORGINA MARIA DE OLIVEIRA PANTOJA Representante(s): OAB 18810 - KADJA LEMOS SILVA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃÂ VARA DE FAMÃLIA DISTRITAL DE ICOARACI - COMARCA DE BELÃMÂ RUA MANOEL BARATA, 1107, BAIRRO PONTA GROSSA, BELÃM/PA - CEP 66810-100Â E-mail: 1famicoaraci@tjpa.jus.br - Telefone: 3211-7070/3211-7071Â Processo nÂº: 0000332-20.1995.8.14.0201Â DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a certidÃ£o nÂº2022.00332494-26, cujo conteÃºdo informa a respeito do(a) advogado(a) signatÃ¡rio(a) nÃ£o possuir instrumento de mandato procuratÃ³rio conferido pela parte peticionante, intime-se o(a) referido(a) causÃ-dico(a) para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da circunstÃ¢ncia supracitada, juntando aos autos o documento pertinente ou, na sua impossibilidade, requerendo o que entender de direito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, decorrido o prazo, havendo manifestaÃ§Ã£o, certifique-se o necessÃ¡rio e faÃ§a-se concluso para deliberaÃ§Ã£o, do contrÃ¡rio, nÃ£o havendo, DEVOLVA-SE a petiÃ§Ã£o respectiva a(o) patrono(a), devendo ser procedido o cancelamento do documento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Icoaraci-BelÃ©m/PA, 29 de marÃ§o de 2022. GERALDO NEVES LEITE Juiz de Direito PROCESSO: 00029401520068140201 PROCESSO ANTIGO: 200610584383 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GERALDO NEVES LEITE A??o: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 31/03/2022 AUTOR:MARCIO ANDRE FEITOSA MALCHER Representante(s): TANIA LAURA LIMA DA SILVA (ADVOGADO) REU:N. C. R. M. REQUERENTE:N. M. R. Representante(s): OAB 197.202 - VALERIA DA COSTA VIEIRA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃÂ VARA DE FAMÃLIA DISTRITAL DE ICOARACI - COMARCA DE BELÃMÂ RUA MANOEL BARATA, 1107, BAIRRO PONTA GROSSA, BELÃM/PA - CEP 66810-100Â E-mail: 1famicoaraci@tjpa.jus.br - Telefone: 3211-7070/3211-7071 Processo nÂº 0002940-15.2006.8.14.0201 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DESPACHOÂ Â Â Â Â Â Ã Secretaria JudiciÃ¡ria para cumprimento integral do despacho de fls.37. Â Â Â Â Â Icoaraci-BelÃ©m/PA, 29 de marÃ§o de 2022. GERALDO NEVES LEITE Juiz de Direito PROCESSO: 00044253420138140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GERALDO NEVES LEITE A??o: Cumprimento de sentença em: 31/03/2022 AUTOR:M. R. P. REPRESENTANTE:C. G. R. Representante(s): OAB 19506 - ZANANDREA CARLA ALENCAR OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 21666 - CLAUDIA CRISTINA QUEIROZ FERREIRA (ADVOGADO) REU:R. T. P. . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃÂ VARA DE FAMÃLIA DISTRITAL DE ICOARACI - COMARCA DE BELÃMÂ RUA MANOEL BARATA, 1107, BAIRRO PONTA GROSSA, BELÃM/PA - CEP 66810-100Â E-mail: 1famicoaraci@tjpa.jus.br - Telefone: 3211-7070/3211-7071 Processo nÂº: 0004425-34.2013.8.14.0201 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a petiÃ§Ã£o nÂº2022.00297135-82, bem como as informaÃ§Ãµes constantes na certidÃ£o nÂº2022.00332291-53, DEFIRO o pedido de desarquivamento dos autos, independentemente do recolhimento de custas, na medida em que a parte solicitante Ã© beneficiÃ¡ria da justiÃ§a gratuita. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Procedido o desarquivamento, certifique-se e faÃ§a-se concluso para anÃ¡lise dos demais pedidos constantes no petitÃ³rio ao norte mencionado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Icoaraci-BelÃ©m/PA, 29 de marÃ§o de 2022. GERALDO NEVES LEITE Juiz de Direito PROCESSO: 00047793020118140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GERALDO NEVES LEITE A??o: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 31/03/2022 AUTOR:L. M. M. AUTOR:L. M. M. Representante(s): OAB 62.166 - GABRIELLE SCHWEITZER MEDEIROS (ADVOGADO) REPRESENTANTE:L. M. V. Representante(s): OAB 5555 - FERNANDO AUGUSTO BRAGA DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 12098 - CAMILA TSCHA ARRAIS (ADVOGADO) REU:F. C. S. M. Representante(s): OAB 1109 - SOPHIA OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 16496 - EVELYN LIMA DE ANDRADE (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃÂ VARA DE FAMÃLIA DISTRITAL DE ICOARACI - COMARCA DE BELÃMÂ RUA MANOEL BARATA, 1107, BAIRRO PONTA GROSSA, BELÃM/PA - CEP 66810-100Â E-mail: 1famicoaraci@tjpa.jus.br - Telefone: 3211-7070/3211-7071 Processo nÂº: 0004779-30.2011.8.14.0201Â DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a petiÃ§Ã£o nÂº2022.00309971-83, bem como as informaÃ§Ãµes constantes na certidÃ£o nÂº2022.00332820-18, DEFIRO o pedido de desarquivamento dos autos, independentemente do recolhimento de custas, na medida em que a parte solicitante Ã© beneficiÃ¡ria da justiÃ§a gratuita. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Entrementes, tendo em vista que o processo nÃ£o se encontra arquivado nas dependÃªncias deste FÃ³rum Distrital (Vara de FamÃ-lia - Gabinete, Secretaria e Arquivo), oficie-se ao Arquivo Geral de BelÃ©m para que desarquive os autos e o remeta a este JuÃ-zo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Procedido o desarquivamento, abra-se vista ao(Ã) advogado(a) signatÃ¡rio(a), pelo prazo de 05 (cinco) dias, para fins

de retirada da(s) cÃ³pia(s) do(s) documento(s) mencionado(s) no petitÃ³rio acima referido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo, nÃ£o havendo outros requerimentos pendentes de apreciaÃ§Ã£o judicial, certifique-se o necessÃ¡rio e, observadas as formalidades legais, retornem os autos ao arquivo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Icoaraci-BelÃ©m/PA, 29 de marÃ§o de 2022. GERALDO NEVES LEITE Juiz de Direito

SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DISTRITAL DE ICOARACI

RESENHA: 12/04/2022 A 12/04/2022 - SECRETARIA DA 1ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DISTRITAL DE ICOARACI - VARA: 1ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DISTRITAL DE ICOARACI PROCESSO: 00000024662007814020 1 PROCESSO ANTIGO: 200710000312 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SERGIO RICARDO LIMA DA COSTA A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 12/04/2022 AUTOR:PETROBRAS DISTRIBUIDORA SA Representante(s): OAB 25711 - LEONARDO MENDES CRUZ (ADVOGADO) REU:F.M. MACHADO DA SILVA EXECUTADO:FLAVIA MAGALHAES MACHADO DA SILVA. PROCESSO 0000024-66.2007.8.14.0201 EXECUÃÃO DE TÃTULO EXTRAJUDICIAL EXEQUENTE: PETROBRAS DISTRIBUIDORA SA EXECUTADA: F.M. MACHADO DA SILVA e FLAVIA MAGALHAES MACHADO DA SILVA DESPACHO 1.Â Â Â Â Â O exequente requereu a consulta ao sistema INFOJUD a fim de obter a declaraÃ§Ã£o de bens dos executados para obter endereÃ§os atualizados. 2.Â Â Â Â Â Esse sistema informatizado tem como objetivo permitir aos juÃ-zes o acesso on-line ao cadastro de contribuintes na base de dados da Receita Federal, alÃ©m de declaraÃ§Ãµes de imposto de renda e de imposto territorial rural. 3.Â Â Â Â Â No entanto, muito embora as inÃºmeras tentativas de acesso exclusivo por este Juiz e as recorrentes falhas e travamentos no programa Â¿eCACÂ¿ privativo da receita federal, nÃ£o foi possÃ-vel a este Juiz a realizar as buscas para penhora de bens declarados pelo executado. 4.Â Â Â Â Â Considerando a recorrÃªncia dessa falha em vÃ¡rios outros processos em trÃ¢mite nessa unidade judiciÃ¡ria, formalizei pedido junto Ã PresidÃªncia desse EgrÃ©gio Tribunal para que essa situaÃ§Ã£o seja normalizada, de acordo com SIGA-DOC PA-REQ-2018/09051. 5.Â Â Â Â Â Ante todo o exposto, adoto as seguintes providÃªncias: a)Â Â Â Â Â Recolhidas as custas respectivas, expeÃ§a-se ofÃ-cio Ã Receita Federal a fim de que forneÃ§a, no prazo de 10 (dez) dias, informaÃ§Ãµes sobre as 5 Ãºltimas declaraÃ§Ãµes de imposto de renda dos executados. b)Â Â Â Â Â Cumpridas as diligÃªncias anteriores e recebidas as respostas, intime-se a exequente para sobre elas se manifestar ou indique outros bens suscetÃ-veis de penhora (art. 835 NCPC), sob pena de extinÃ§Ã£o do feito por falta de interesse ou suspensÃ£o caso nÃ£o forem encontrados bens penhorÃ¡veis (art. 921, III do CPC). 6.Â Â Â Â Â Decorrido o prazo acima assinalado, com ou sem manifestaÃ§Ã£o, nesse Ãºltimo caso devidamente certificado pela Secretaria Judicial, voltem os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se e cumpra-se. Distrito de Icoaraci (PA),11 de Abril de 2022 SERGIO RICARDO LIMA DA COSTA Juiz de Direito Titular da 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial Distrital de Icoaraci PROCESSO: 00003881019948140201 PROCESSO ANTIGO: 199410053619 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SERGIO RICARDO LIMA DA COSTA A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 12/04/2022 AUTOR:BANCO DA AMAZONIA SA Representante(s): OAB 7308 - JOSIANE MARIA MAUES DA COSTA FRANCO (ADVOGADO) OAB 10535 - CHIARA DE SOUSA COSTA (ADVOGADO) OAB 13559 - MARCEL LEDA NORONHA MACEDO (ADVOGADO) OAB 13179 - EDUARDO TADEU FRANCEZ BRASIL (ADVOGADO) REPRESENTANTE:ERNANI AUGUSTO ANDRADE BERBARY REU:ANTONIO ERMOGENIO DE SOUZA CRUZ Representante(s): OAB 00000 - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) . Ã£PROCESSO NÂº. 0000388-10.1994.8.14.0201 EXECUÃÃO DE TÃTULO EXTRAJUDICIAL EXEQUENTE: BANCO DA AMAZÃNIA S/A EXECUTADO: ANTONIO ERMOGENIO DE SOUZA CRUZ DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Intime-se o exequente, pessoalmente, para, no prazo de 05 (cinco) dias, requerer o que entender de direito, sob pena de extinÃ§Ã£o do feito por falta de interesse processual. 2.Â Â Â Â Â Transcorrido o prazo, com ou sem manifestaÃ§Ã£o, neste Ãºltimo caso certificado pela Secretaria Judicial, voltem imediatamente conclusos. 3.Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Distrito de Icoaraci (PA), 11 de Abril de 2022 SÃRGIO RICARDO LIMA DA COSTA Juiz de Direito Titular da 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial Distrital de Icoaraci PROCESSO: 00006633519968140201 PROCESSO ANTIGO: 199610158497 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SERGIO RICARDO LIMA DA COSTA A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 12/04/2022 AUTOR:BANCO DA AMAZONIA SA Representante(s): OAB 6241 - CARLA MARIA NOGUEIRA DE ARAUJO (ADVOGADO) OAB 1788 - LUIZ PAULO SANTOS ALVARES (ADVOGADO) OAB 7091 - ANA COELI BASTOS LISBOA (ADVOGADO) OAB 5543 - ALINE MEIRELLES BARROS (ADVOGADO) OAB 6240 - CEZAR ESCOCIO DE FARIA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 7308 - JOSIANE MARIA MAUES DA COSTA FRANCO (ADVOGADO) OAB 6258 - JOSE CELIO SANTOS LIMA (ADVOGADO) OAB 1120 - MARCIO FERREIRA DA SILVA (ADVOGADO) OAB 10210 - WALTER SILVEIRA FRANCO (ADVOGADO) REU:JOSE RUFINO DA SILVA REU:COOPERATIVA DOS PESCAD. PARA - COPESPA. PROCESSO nÂº. 0000663-35.1996.8.14.0201 EXECUÃÃO DE TÃTULO EXTRAJUDICIAL EXEQUENTE: BANCO DA AMAZONIA S.A EXECUTADOS: JOSE RUFINO DA SILVA e

COOPERATIVA DOS PESCADORES DO PARÃ-COPESPA DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Conforme espelho do SISBAJUD em anexo, ocorreu falha no cadastro da ordem de bloqueio de valores, uma vez que o sistema acusa Â¿nÃºmero invÃ¡lidoÂ¿, mesmo com os dados corretos, inviabilizando o envio da ordem de maneira eletrÃ´nica. 2.Â Â Â Â Â Sendo assim, e considerando que o feito nÃ£o pode permanecer paralisado inadvertidamente, determino a expediÃ§Ã£o de oficio ao BANCO CENTRAL determinando o bloqueio do valor de R$ 7.691.067,35 (sete milhÃµes seiscentos e noventa e um mil sessenta e sete reais e trinta e cinco centavos) Â¿ planilha Ã s fls. 201/231 Â¿ nas contas bancÃ¡rias dos executados JOSE RUFINO DA SILVA e COOPERATIVA DOS PESCADORES DO PARÃ-COPESPA em carÃ¡ter de urgÃªncia. 3.Â Â Â Â Â Sem prejuÃ-zo, oficie-se Ã Corregedoria Geral de JustiÃ§a do TJPA, para ciÃªncia e providÃªncias para a soluÃ§Ã£o do problema junto ao setor responsÃ¡vel pelo SISBAJUD, no CNJ. Distrito de Icoaraci, 11 de Abril de 2022 SÃRGIO RICARDO LIMA DA COSTA Juiz de Direito Titular da 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial Distrital de Icoaraci PROCESSO: 00007406720028140201 PROCESSO ANTIGO: 200210128698 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SERGIO RICARDO LIMA DA COSTA A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 12/04/2022 AUTOR:BANCO BRADESCO S A Representante(s): JOSE NAZARENO NOGUEIRA DE LIMA (ADVOGADO) MARIA DO PERPETUO SOCORRO RASSY TEIXEIRA (ADVOGADO) OAB 2716 - ONEIDE KATAOKA NOGUEIRA LIMA (ADVOGADO) OAB 15201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 14835 - MANOEL AGAPITO MAIA FILHO (ADVOGADO) REU:EDMILSON BENOLIEL OLIVEIRA REU:IRMAOS UNIDOS IND E COM. LTDA. PROCESSO nÂº. 0000740-67.2002.8.14.0201 EXECUÃÃO DE TÃTULO EXTRAJUDICIAL EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S.A EXECUTADOS: EDMILSON BENOLIEL OLIVEIRA e IRMÃOS UNIDOS IND E COM. LTDA DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Conforme espelho do SISBAJUD em anexo, ocorreu falha no cadastro da ordem de bloqueio de valores, uma vez que o sistema acusa Â¿nÃºmero invÃ¡lidoÂ¿, mesmo com os dados corretos, inviabilizando o envio da ordem de maneira eletrÃ´nica. 2.Â Â Â Â Â Sendo assim, e considerando que o feito nÃ£o pode permanecer paralisado inadvertidamente, determino a expediÃ§Ã£o de oficio ao BANCO CENTRAL determinando o bloqueio do valor de R$1.856.283,16 (um milhÃ£o oitocentos e cinquenta e seis mil duzentos e oitenta e trÃªs reais e dezesseis centavos) Â¿ planilha Ã s fls. 325/327 Â¿ nas contas bancÃ¡rias dos executados EDMILSON BENOLIEL OLIVEIRA e IRMAOS UNIDOS IND E COM. LTDA em carÃ¡ter de urgÃªncia. 3.Â Â Â Â Â Sem prejuÃ-zo, oficie-se Ã Corregedoria Geral de JustiÃ§a do TJPA, para ciÃªncia e providÃªncias para a soluÃ§Ã£o do problema junto ao setor responsÃ¡vel pelo SISBAJUD, no CNJ. Distrito de Icoaraci, 11 de Abril de 2022 SÃRGIO RICARDO LIMA DA COSTA Juiz de Direito Titular da 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial Distrital de Icoaraci PROCESSO: 00008229219958140201 PROCESSO ANTIGO: 199510167737 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SERGIO RICARDO LIMA DA COSTA A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 12/04/2022 AUTOR:BANCO DA AMAZONIA SA Representante(s): OAB 63440 - MARCELO TOSTES DE CASSTRO MAIA (ADVOGADO) OAB 108112 - FERNANDO MOREIRA DRUMMOND TEIXEIRA (ADVOGADO) REU:ANESIO ULISSES DOS SANTOS. PROCESSO nÂº. 0000822-92.1995.8.14.0201 BUSCA E APREENSÃO DE ALIENAÃÃO FIDUCIÃRIA EXEQUENTE: BANCO DA AMAZONIA S.A EXECUTADOS: ANESIO ULISSES DOS SANTOS DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Conforme espelho do SISBAJUD em anexo, ocorreu falha no cadastro da ordem de bloqueio de valores, uma vez que o sistema acusa Â¿nÃºmero invÃ¡lidoÂ¿, mesmo com os dados corretos, inviabilizando o envio da ordem de maneira eletrÃ´nica. 2.Â Â Â Â Â Sendo assim, e considerando que o feito nÃ£o pode permanecer paralisado inadvertidamente, determino a expediÃ§Ã£o de oficio ao BANCO CENTRAL determinando o bloqueio do valor de R$ 13.396.675,72 (treze milhÃµes trezentos e noventa e seis mil seiscentos e setenta e cinco reais e setenta e dois centavos) Â¿ planilha Ã s fls. 283/295 Â¿ nas contas bancÃ¡rias dos executados ANESIO ULISSES DOS SANTOS em carÃ¡ter de urgÃªncia. 3.Â Â Â Â Â Sem prejuÃ-zo, oficie-se Ã Corregedoria Geral de JustiÃ§a do TJPA, para ciÃªncia e providÃªncias para a soluÃ§Ã£o do problema junto ao setor responsÃ¡vel pelo SISBAJUD, no CNJ. Distrito de Icoaraci, 11 de Abril de 2022 SÃRGIO RICARDO LIMA DA COSTA Juiz de Direito Titular da 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial Distrital de Icoaraci PROCESSO: 00010090420038140201 PROCESSO ANTIGO: 200310140790 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SERGIO RICARDO LIMA DA COSTA A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 12/04/2022 AUTOR:BANCO BRADESCO S A Representante(s): OAB 11366 - PAULA CRISTINA NAKANO TAVARES VIANNA (ADVOGADO) OAB 2716 - ONEIDE KATAOKA NOGUEIRA LIMA (ADVOGADO) OAB 9447 - ARLENE MARA DE SOUSA DIAS (ADVOGADO) OAB 15201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) OFIR NOBRE DA SILVA NETO (ADVOGADO) REU:APIMAZON INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. Ã£PROCESSO NÂº. 0001009-04.2003.8.14.0201 EXECUÃÃO DE TÃTULO EXTRAJUDICIAL EXEQUENTE: BANCO BRADESCO LTDA EXECUTADO: APIMAZON INDUSTRIA E COMERCIO LTDA DECISÃO INTERLOCUTÃRIA 1.Â Â Â Â Â Defiro o pedido formulado na petiÃ§Ã£o fls. 184. Suspenda-se

o processo, pelo prazo de 01 (um) ano, a ser contado da data da publicaÃ§Ã£o da presente decisÃ£o, por forÃ§a do Artigo 921, III do CPC/15. 2.Â Â Â Â Â Acautelem-se os autos em Secretaria e, decorrido o prazo, com ou sem manifestaÃ§Ã£o, nesse Ãºltimo caso devidamente certificado, voltem os autos conclusos. 3.Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Distrito de Icoaraci (PA), 11 de Abril de 2022. SÃRGIO RICARDO LIMA DA COSTA Juiz de Direito Titular da 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial Distrital de Icoaraci PROCESSO: 00011183319988140201 PROCESSO ANTIGO: 199810236758 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SERGIO RICARDO LIMA DA COSTA A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 12/04/2022 REU:TACIANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Representante(s): OAB 3180 - BENEDITO MARQUES DA ROCHA (ADVOGADO) REU:PEDRO PEREIRA CONTIJO Representante(s): OAB 3500 - CARLOS ALBERTO SERRA DE SOUZA (ADVOGADO) REU:ALOYSIA CONTIJO SOBRINHO AUTOR:JOÃO NINGUEM. Ã£PROCESSO NÂº. 0001118-33.1998.8.14.0201 EXECUÃÃO DE TÃTULO EXTRAJUDICIAL EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S/A EXECUTADO: TACIANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Intime-se o exequente, pessoalmente, para, no prazo de 05 (cinco) dias, requerer o que entender de direito, sob pena de extinÃ§Ã£o do feito por falta de interesse processual. 2.Â Â Â Â Â Transcorrido o prazo, com ou sem manifestaÃ§Ã£o, neste Ãºltimo caso certificado pela Secretaria Judicial, voltem imediatamente conclusos. 3.Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Distrito de Icoaraci (PA), 11 de Abril de 2022 SÃRGIO RICARDO LIMA DA COSTA Juiz de Direito Titular da 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial Distrital de Icoaraci PROCESSO: 00018345020038140201 PROCESSO ANTIGO: 200310430323 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SERGIO RICARDO LIMA DA COSTA A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 12/04/2022 AUTOR:BANCO DO BRASIL SA Representante(s): OAB 15610 - HERMOM DIAS MONTEIRO PIMENTEL (ADVOGADO) OAB 14797 - SERGIO LUIZ DE ANDRADE (ADVOGADO) OAB 15048 - LUIZ OTAVIO SOUZA FERREIRA JUNIOR (ADVOGADO) LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS (ADVOGADO) OAB 21078-A - JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (ADVOGADO) OAB 44698 - SERVIO TULIO DE BARCELOS (ADVOGADO) OAB 21148-A - LEONARDO SOUSA FURTADO DA SILVA (ADVOGADO) REU:DELBA RITA FELIX DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 00000 - DEFENSORIA PUBLICA (CURADOR ESPECIAL) REU:GENIBALDO FELIX DOS SANTOS Representante(s): OAB 00000 - DEFENSORIA PUBLICA (CURADOR ESPECIAL) REU:ESTEVAO DO SOCORRO SANTOS CRUZ Representante(s): OAB 00000 - DEFENSORIA PUBLICA (CURADOR ESPECIAL) . PROCESSO nÂº. 0001834-50.2003.8.14.0201 EXECUÃÃO DE TÃTULO EXTRAJUDICIAL EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL S.A EXECUTADOS: DELBA RITA FELIZ DE OLIVEIRA, GENIBALDO FELIX DOS SANTOS e ESTEVAO DO SOCORRO DOS SANTOS CRUZ DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Conforme espelho do SISBAJUD em anexo, ocorreu falha no cadastro da ordem de bloqueio de valores, uma vez que o sistema acusa Â¿nÃºmero invÃ¡lidoÂ¿, mesmo com os dados corretos, inviabilizando o envio da ordem de maneira eletrÃ´nica. 2.Â Â Â Â Â Sendo assim, e considerando que o feito nÃ£o pode permanecer paralisado inadvertidamente, determino a expediÃ§Ã£o de oficio ao BANCO CENTRAL determinando o bloqueio do valor de R$ 948.913,37 (novecentos e quarenta e oito mil, novecentos e treze reais e trinta e sete centavos) Â¿ planilha Ã s fls. 161/162 Â¿ nas contas bancÃ¡rias dos executados DELBA RITA FELIZ DE OLIVEIRA, GENIBALDO FELIX DOS SANTOS e ESTEVAO DO SOCORRO DOS SANTOS CRUZ em carÃ¡ter de urgÃªncia. 3.Â Â Â Â Â Sem prejuÃ-zo, oficie-se Ã Corregedoria Geral de JustiÃ§a do TJPA, para ciÃªncia e providÃªncias para a soluÃ§Ã£o do problema junto ao setor responsÃ¡vel pelo SISBAJUD, no CNJ. Distrito de Icoaraci, 11 de Abril de 2022 SÃRGIO RICARDO LIMA DA COSTA Juiz de Direito Titular da 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial Distrital de Icoaraci PROCESSO: 00028647020098140201 PROCESSO ANTIGO: 200910020582 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SERGIO RICARDO LIMA DA COSTA A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 12/04/2022 AUTOR:PLASMETAL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Representante(s): OAB 10491 - MARCELO DE OLIVEIRA CASTRO RODRIGUES VIDINHA (ADVOGADO) OAB 15011 - CIBELE DE NAZARE MONTEIRO SARMENTO (ADVOGADO) OAB 16392 - ALFREDO DA SILVA LISBOA NETO (ADVOGADO) OAB 21474 - CARLA YURI HISATSUGU (ADVOGADO) OAB 22043 - SUELLEN ALCANTARA DA SILVA (ADVOGADO) REU:CRUZ COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA REU:IRENE GONCALVES MOREIRA. PROCESSO NÂº 0002864-70.2009.8.14.0201 EXECUÃÃO DE TÃTULO EXTRAJUDICIAL EXEQUENTE: PLASMETAL INDSTRIA E COMERCIO LTDA EXECUTADO: CRUZ COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÃÃO LTDA SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de EXECUÃÃO DE TÃTULO EXTRAJUDICIAL ajuizada por PLASMETAL INDSTRIA E COMERCIO LTDA em desfavor de CRUZ COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÃÃO LTDA. Devidamente acima identificados os autos e qualificadas as partes, temos que expediu-se intimaÃ§Ã£o pessoal para que a autora manifestasse o seu interesse no feito, tendo sido esta devidamente recebida (fls. 254), contudo nÃ£o foi obtida nenhuma manifestaÃ§Ã£o, conforme

certidÃ£o de fls. 255, transcorrendo, assim, in albis o prazo legal. Ã o breve relatÃ³rio. Passo a decidir. NÃ£o se aplica a presente causa a regra do art. 12, caput do novo CPC, de observÂ¢ncia da ordem cronolÃ³gica da conclusÃ£o dos autos para a prolaÃ§Ã£o de sentenÃ§a, haja vista as exceÃ§Ãµes previstas no parÃ¡grafo 2Âº, I e IV do art. 12 NCPC, onde nÃ£o se aplica a regra do caput do dispositivo, Ã s sentenÃ§as proferidas em audiÃªncia, Ã s homologaÃ§Ãµes de acordo, Ã improcedÃªncia liminar do pedido e Ã s sentenÃ§as terminativas sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito. Em anÃ¡lise aos autos, verifico que o autor, alÃ©m de vir tumultuando o prosseguimento do feito, nÃ£o atendeu Ã determinaÃ§Ã£o do JuÃ-zo quanto Ã sua manifestaÃ§Ã£o para prosseguimento do feito. O abandono da causa Ã© um estado do processo, ou seja, o processo encontra-se abandonado. Esse estado fica caracterizado quando o requerente, por um prazo superior a 30 (trinta) dias, deixar de promover atos e diligÃªncias que lhe incumbir. Os institutos do abandono da causa e da negligÃªncia sÃ£o muito parecidos, de modo que uma das Ãºnicas diferenÃ§as entre eles Ã© a necessidade de requerimento da parte contrÃ¡ria para ser declarado o abandono (SÃºmula 240 do STJ). Na realidade, sÃ³ haverÃ¡ necessidade de requerimento da parte contrÃ¡ria caso jÃ¡ tenha sido oferecida defesa (art. 485, Â§ 6Âº, do CPC), caso tenha havido citaÃ§Ã£o e o nÃ£o oferecimento de defesa, nÃ£o existe nenhum Ã³bice a declarar o abandono da causa ex officio. Colhe-se do entendimento jurisprudencial: PROCESSUAL CIVIL - EXTINÃÃO DO PROCESSO POR ABANDONO DE CAUSA - INTIMAÃÃO PESSOAL DO AUTOR. Extingue-se a aÃ§Ã£o quando a parte, por nÃ£o promover os atos e diligÃªncias que lhe competir, abandonar a causa por mais de trinta dias e nÃ£o suprir a falta em quarenta e oito horas, embora intimada para tanto. (TJ-MG - AC: 10243060021306001 MG, Relator: MaurÃ-lio Gabriel, Data de Julgamento: 04/02/2016,Â CÃ¢maras CÃ-veis / 15Âª CÃMARA CÃVEL, Data de PublicaÃ§Ã£o: 29/02/2016) APELAÃÃO CÃVEL - BUSCA E APREENSÃO - EXTINÃÃO DO PROCESSO POR ABANDONO DA CAUSA, ART. 267, Â§ 1Âº DO CPC - INTIMAÃÃO PESSOAL - OCORRÃNCIA. - Deixando o exequente de praticar, no processo, os atos que lhe competiam e, depois de intimado pessoalmente para dar-lhe andamento, permanece inerte, correta se afigura a sentenÃ§a que declara a extinÃ§Ã£o do feito, consoante o disposto no inciso III, do art. 267, do CPC, c/c o Â§ 1Âº. (TJ-MG - AC: 10342130013325001 MG, Relator: SÃ©rgio AndrÃ© da Fonseca Xavier, Data de Julgamento: 16/02/2016,Â CÃ¢maras CÃ-veis / 18Âª CÃMARA CÃVEL, Data de PublicaÃ§Ã£o: 22/02/2016) NÃ£o se pode aceitar as reiteradas rejeiÃ§Ãµes do autor em cumprir os atos processuais que lhe cabem para a devida continuidade da marcha processual, por isso, julgo claro o abandono da causa. Este, por sua vez, nÃ£o se configura tÃ£o somente pelo decurso do tempo, mas pelo claro desinteresse da parte em atender Ã s determinaÃ§Ãµes do julgador. Ora, sendo provocador da prestaÃ§Ã£o jurisdicional, compete ao autor promover os atos necessÃ¡rios para ter seu pleito atendido. Ã seu interesse. Tecidas estas consideraÃ§Ãµes acima chego Ã ilaÃ§Ã£o de que a parte autora nÃ£o tem interesse no prosseguimento do feito, tendo em vista que nÃ£o promoveu os atos que lhe competia, demonstrando abandono da causa. Na forma do Artigo 485, Inciso VI, do CÃ³digo de Processo Civil de 2015, Â¿O juiz nÃ£o resolverÃ¡ o mÃ©rito quando verificar a ausÃªncia de legitimidade ou de interesse de agirÂ¿ e do Inciso III do referido artigo: Â¿Por nÃ£o promover os atos e as diligÃªncias que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) diasÂ¿. Ora, se o prÃ³prio autor nÃ£o comparece em JuÃ-zo nem peticiona nos autos e por nÃ£o requerer o que lhe compete como necessÃ¡rio para o devido continuar da marcha processual, este dÃ¡ a entender que nada tem a requerer ou almejar dentro do feito, me restando concluir que perdeu interesse no objeto da demanda e o consequente abandono da causa. Isto posto, JULGO EXTINTO o processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, com arrimo no Artigo 485, Inciso III e VI, do CÃ³digo de Processo Civil de 2015. Como esta aÃ§Ã£o poderÃ¡ ser intentada novamente, na forma do Artigo 486 do CÃ³digo de Processo Civil/2015, fica desde logo autorizado o desentranhamento dos documentos anexos a exordial, mediante recibo e substituiÃ§Ã£o por cÃ³pia nos autos, Ã custa do requerente. Condeno o autor no pagamento das custas e despesas processuais pertinentes (art. 90 do CPC) e em honorÃ¡rios de sucumbÃªncia, o qual fixo em 10% sobre o valor da causa. Dispensadas no caso de patrocÃ-nio pela Defensoria PÃºblica. A UNAJ para cÃ¡lculo de eventuais custas pendentes. Havendo-as, intime-se para recolhimento, no prazo de 15 (quinze) dias. Inexistindo pagamento, seja pela nÃ£o localizaÃ§Ã£o do devedor, seja pelo transcurso do prazo, expeÃ§a-se certidÃ£o de crÃ©dito, que serÃ¡ encaminhada Ã Secretaria de Estado da Fazenda, com cÃ³pia Ã Coordenadoria Geral de ArrecadaÃ§Ã£o do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, providenciando-se, em seguida, o arquivamento do processo. Tudo conforme art. 46 Â§ 6Âº da lei 8.328/2015, que dispÃµe sobre o Regimento de Custas e outras despesas processuais no Ã¢mbito do Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡. Havendo bloqueios e/ou restriÃ§Ãµes nos sistemas processuais do SISBAJUD e RENAJUD, liberem-se. Decorrido o prazo recursal e adotadas as providÃªncias de praxe e arquivar os autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se e Cumpra-se. Distrito de Icoaraci (PA), 11 de abril de 2022. SÃRGIO RICARDO LIMA DA COSTA Juiz de Direito Titular da 1Âª Vara Empresarial Distrital de Icoaraci

PROCESSO: 00028656520098140201 PROCESSO ANTIGO: 200910020590 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SERGIO RICARDO LIMA DA COSTA A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 12/04/2022 REU:HP DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA AUTOR:PLASMETAL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Representante(s): OAB 10491 - MARCELO DE OLIVEIRA CASTRO RODRIGUES VIDINHA (ADVOGADO) OAB 15011 - CIBELE DE NAZARE MONTEIRO SARMENTO (ADVOGADO) OAB 16170 - FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA (ADVOGADO) OAB 16392 - ALFREDO DA SILVA LISBOA NETO (ADVOGADO) OAB 21474 - CARLA YURI HISATSUGU (ADVOGADO) OAB 22043 - SUELLEN ALCANTARA DA SILVA (ADVOGADO) OAB 21475 - PAULO RICARDO FONSECA DE FREITAS (ADVOGADO) OAB 25789 - LEONAN CORREA DA SILVA (ADVOGADO) . PROCESSO 0002865-65.2009.8.14.0201 EXECUÃÃO DE TÃTULO EXTRAJUDICIAL EXEQUENTE: PLASMETAL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EXECUTADA: HP DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS DE CONSTRUÃÃO LTDA DESPACHO 1.Â Â Â Â Â O exequente requereu a consulta ao sistema INFOJUD a fim de obter a declaraÃ§Ã£o de bens dos executados para obter endereÃ§os atualizados. 2.Â Â Â Â Â Esse sistema informatizado tem como objetivo permitir aos juÃ-zes o acesso on-line ao cadastro de contribuintes na base de dados da Receita Federal, alÃ©m de declaraÃ§Ãµes de imposto de renda e de imposto territorial rural. 3.Â Â Â Â Â No entanto, muito embora as inÃºmeras tentativas de acesso exclusivo por este Juiz e as recorrentes falhas e travamentos no programa Â¿eCACÂ¿ privativo da receita federal, nÃ£o foi possÃ-vel a este Juiz a realizar as buscas para penhora de bens declarados pelo executado. 4.Â Â Â Â Â Considerando a recorrÃªncia dessa falha em vÃ¡rios outros processos em trÃ¢mite nessa unidade judiciÃ¡ria, formalizei pedido junto Ã PresidÃªncia desse EgrÃ©gio Tribunal para que essa situaÃ§Ã£o seja normalizada, de acordo com SIGA-DOC PA-REQ-2018/09051. 5.Â Â Â Â Â Ante todo o exposto, adoto as seguintes providÃªncias: a)Â Â Â Â Â Recolhidas as custas respectivas, expeÃ§a-se ofÃ-cio Ã Receita Federal a fim de que forneÃ§a, no prazo de 10 (dez) dias, informaÃ§Ãµes sobre as 5 Ãºltimas declaraÃ§Ãµes de imposto de renda dos executados. b)Â Â Â Â Â Cumpridas as diligÃªncias anteriores e recebidas as respostas, intime-se a exequente para sobre elas se manifestar ou indique outros bens suscetÃ-veis de penhora (art. 835 NCPC), sob pena de extinÃ§Ã£o do feito por falta de interesse ou suspensÃ£o caso nÃ£o forem encontrados bens penhorÃ¡veis (art. 921, III do CPC). 6.Â Â Â Â Â Decorrido o prazo acima assinalado, com ou sem manifestaÃ§Ã£o, nesse Ãºltimo caso devidamente certificado pela Secretaria Judicial, voltem os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se e cumpra-se. Distrito de Icoaraci (PA),11 de Abril de 2022 SERGIO RICARDO LIMA DA COSTA Juiz de Direito Titular da 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial Distrital de Icoaraci PROCESSO: 00029497820158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SERGIO RICARDO LIMA DA COSTA A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 12/04/2022 EXEQUENTE:BANCO SANTANDER BRASIL SA Representante(s): OAB 22654-A - WILLIAM CARMONA MAYA (ADVOGADO) EXECUTADO:SEMASA INDUSTRIA COMERCIO E EXPORTAÇÃO DE MADEIRAS LTDA Representante(s): OAB 12727 - HUGO PINTO BARROSO (ADVOGADO) EXECUTADO:JOAO CARLOS MALINSKI Representante(s): OAB 12727 - HUGO PINTO BARROSO (ADVOGADO) . Ã£PROCESSO NÂº. 0002949-78.2015.8.14.0301 EXECUÃÃO DE TÃTULO EXTRAJUDICIAL EXEQUENTE: BANCO SANTANDER BRASIL S/A EXECUTADO: SEMASA INDUSTRIA COMERCIO E EXPORTAÃÃO DE MADEIRAS LTDA DESPACHO Considerando a petiÃ§Ã£o de acordo Ã fl. 101/117, observo que foi protocolada em cÃ³pia simples. Nesse sentido, intime-se a parte rÃ© para, no prazo de 05 (cinco) dias, juntar aos autos a proposta de acordo original com as assinaturas devidamente reconhecidas em cartÃ³rio, e caso conste a assinatura do advogado de qualquer das partes que esteja habilitado com poderes especÃ-ficos para transigir nos autos, para que, assim, o acordo seja homologado e surta os efeitos jurÃ-dicos e legais. Intime-se e Cumpra-se. Distrito de Icoaraci (PA), 11 de abril de 2022. SÃRGIO RICARDO LIMA DA COSTA Juiz de Direito Titular da 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de Icoaraci PROCESSO: 00037365820118140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SERGIO RICARDO LIMA DA COSTA A??o: Cumprimento de sentença em: 12/04/2022 AUTOR:COOPERFORTE - COOP. DE ECON. E CRED. MUTUO DOS FUNC. DE INST. FINAN. PUB. FED. Representante(s): OAB 10011 - SADI BONATTO (ADVOGADO) OAB 25698 - FERNANDO JOSE BONATTO (ADVOGADO) REU:LUIZ ANGELO TEIXEIRA JOSINO DA COSTA Representante(s): OAB 28143 - ANDRE RODRIGUES PALMQUIST (ADVOGADO) . PROCESSO NÂº. 0003736-58.2011.8.14.0201 CUMPRIMENTO DE SENTENÃA AUTOR: COOPERFORTE- COOP DE ECON E CRED MUTUO DOS FUNC DE INST FINAN PUB FED RÃU: LUIZ ANGELO TEIXEIRA JOSINO DA COSTA DECISÃO 1.Â Â Â Â Â Defiro o pedido do autor de petiÃ§Ã£o de fls. 368 e determino o bloqueio de veÃ-culos existentes, livres de gravames, passÃ-veis de penhora, via sistema online do RENAJUD, dispondo assim a indisponibilidade de possÃ-veis veÃ-culos do(a) executado(a). 2.Â Â Â Â Â Realizado o bloqueio online, intime-se o(a) executado(a), por seu advogado, ou

nÃ£o havendo, pessoalmente, para, no prazo de 05 dias, querendo, impugnar (Art. 854, Â§3Âº CPC/15). 3.Â Â Â Â Â NÃ£o havendo impugnaÃ§Ã£o ou rejeitada, CONVERTO o bloqueio em PENHORA, sem necessidade de termo, e determino, de ofÃ-cio, a restriÃ§Ã£o do veÃ-culo para a satisfaÃ§Ã£o do crÃ©dito. 4.Â Â Â Â Â Intime-se o exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar quanto Ã satisfaÃ§Ã£o de seu crÃ©dito, sendo que o silÃªncio serÃ¡ presumido como cumprimento da obrigaÃ§Ã£o, e venham os autos conclusos para sentenÃ§a de extinÃ§Ã£o pelo pagamento, nos termos do art. 924, II, do CPC/15. 5.Â Â Â Â Â Sendo negativa a resposta de localizaÃ§Ã£o de veÃ-culos livres de constriÃ§Ã£o, intime-se o exequente para manifestar-se no prazo de 10 (dez) dias, indicando bens para a penhora, ou formular devidamente o pedido de desconsideraÃ§Ã£o da personalidade jurÃ-dica da executada. 6.Â Â Â Â Â Determino a intimaÃ§Ã£o do exequente para fins do art. 830, Â§ 2Â°, CPC. 7.Â Â Â Â Â Custas na forma da lei. 8.Â Â Â Â Â Intime-se e cumpra-se. Distrito de Icoaraci (PA), 11 de Abril de 2022. SÃRGIO RICARDO LIMA DA COSTA Juiz de Direito Titular da 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial Distrital de Icoaraci PROCESSO: 00042061620168140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SERGIO RICARDO LIMA DA COSTA A??o: Cumprimento de sentença em: 12/04/2022 REQUERENTE:BANCO HSBC BANK BRASIL SA BANCO MULTIPLO Representante(s): OAB 6686 - CARLA SIQUEIRA BARBOSA (ADVOGADO) OAB 15530 - LAYSA AGENOR LEITE (ADVOGADO) REQUERIDO:ADRIANO DE SA VANZELER Representante(s): OAB 24064 - MARCO ANTÔNIO GUIMARÃES MORAES (ADVOGADO) . Ã£PROCESSO NÂº. 0004206-16.2016.8.14.0201 CUMPRIMENTO DE SENTENÃA EXEQUENTE: BANCO HSBC BANK BRASIL S.A BANCO MULTIPLO EXECUTADO: ADRIANO DE SA VANZELER DECISÃO INTERLOCUTÃRIA 1.Â Â Â Â Â Defiro o pedido formulado na petiÃ§Ã£o fls. 325. Suspenda-se o processo, pelo prazo de 01 (um) ano, a ser contado da data da publicaÃ§Ã£o da presente decisÃ£o, por forÃ§a do Artigo 921, III do CPC/15. 2.Â Â Â Â Â Acautelem-se os autos em Secretaria e, decorrido o prazo, com ou sem manifestaÃ§Ã£o, nesse Ãºltimo caso devidamente certificado, voltem os autos conclusos. 3.Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Distrito de Icoaraci (PA), 11 de Abril de 2022. SÃRGIO RICARDO LIMA DA COSTA Juiz de Direito Titular da 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial Distrital de Icoaraci PROCESSO: 00043104720128140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SERGIO RICARDO LIMA DA COSTA A??o: Cumprimento de sentença em: 12/04/2022 AUTOR:FUNDACAO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL PETROS Representante(s): OAB 15408-A - CARLOS FERNANDO DE SIQUEIRA CASTRO (ADVOGADO) OAB 15410-A - CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO (ADVOGADO) REU:CLAUDIA MARIA MARTINS BARBOSA Representante(s): OAB 21335 - ELEONAN MONTEIRO DE ALBUQUERQUE SILVA (ADVOGADO) . Ã£PROCESSO NÂº. 0004310-47.2012.8.14.0201 CUMPRIMENTO DE SENTENÃA AUTOR: FUNDAÃÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL PETROS RÃU: CLAUDIA MARIAÂ MARTINS BARBOSA DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Defiro a dilaÃ§Ã£o do prazo requerido pelo exequente Ã s fls. 275, aguarde-se por 15 (quinze) dias em secretaria. 2.Â Â Â Â Â Decorrido o prazo acima, com ou sem manifestaÃ§Ã£o, nesse Ãºltimo caso devidamente certificado pela Secretaria Judicial, voltem os autos conclusos. Â Distrito de Icoaraci (PA), 11 de Abril de 2022. SERGIO RICARDO LIMA DA COSTA Juiz de Direito Titular da 1Âª Vara CÃ-vel Empresarial de Icoaraci PROCESSO: 00049901320098140201 PROCESSO ANTIGO: 200910037529 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SERGIO RICARDO LIMA DA COSTA A??o: Cumprimento de sentença em: 12/04/2022 AUTOR:ELAINE CRISTINA ANJOS DOS SANTOS Representante(s): OAB 6266 - ALCINDO VOGADO NETO (ADVOGADO) OAB 8514 - ADRIANE FARIAS SIMOES (ADVOGADO) OAB 13372 - ALINE DE FATIMA MARTINS DA COSTA (ADVOGADO) OAB 7985 - ROSANE BAGLIOLI DAMMSKI (ADVOGADO) OAB 17907 - ADRIANA INEZ ELUAN DA SILVA COSTA (ADVOGADO) OAB 18811 - LEANDRO ACATAUASSU DE ARAUJO (ADVOGADO) OAB 16753 - ELENICE DOS PRAZERES SILVA (ADVOGADO) OAB 7622 - ANNA CLAUDIA FONSECA DE CASTRO (ADVOGADO) OAB 27728 - LUNA LIMA ELMESCANY (ADVOGADO) OAB 13372 - ALINE DE FATIMA MARTINS DA COSTA BULHOES LEITE (ADVOGADO) REU:WANDERLEY CORREA DA SILVA Representante(s): OAB 3044 - CARLOS RAIMUNDO GUERRA VEIGA (ADVOGADO) OAB 14266 - VERENNA MONTEIRO MAGALHAES (ADVOGADO) . Ã£PROCESSO NÂº. 0004990-13.2009.8.14.0201 CUMPRIMENTO DE SENTENÃA EXEQUENTE: ELAINE CRISTINA ANJOS DOS SANTOS EXECUTADO: WANDERLEY CORREA DA SILVA DECISÃO INTERLOCUTÃRIA 1.Â Â Â Â Â Defiro o pedido formulado na petiÃ§Ã£o fls. 215. Suspenda-se o processo, pelo prazo de 01 (um) ano, a ser contado da data da publicaÃ§Ã£o da presente decisÃ£o, por forÃ§a do Artigo 921, III do CPC/15. 2.Â Â Â Â Â Acautelem-se os autos em Secretaria e, decorrido o prazo, com ou sem manifestaÃ§Ã£o, nesse Ãºltimo caso devidamente certificado, voltem os autos conclusos. 3.Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Distrito de Icoaraci (PA), 11 de Abril de 2022. SÃRGIO RICARDO LIMA DA COSTA Juiz de Direito Titular da 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial Distrital de Icoaraci PROCESSO: 00051558220108140201 PROCESSO

ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SERGIO RICARDO LIMA DA COSTA A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 12/04/2022 AUTOR:MM COMERCIO DE PETROLEO LTDA Representante(s): OAB 11714 - JOSE ASSUNCAO MARINHO DOS SANTOS FILHO (ADVOGADO) OAB 10758 - FRANCINALDO FERNANDES DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 15325 - CINTHYA NOEMIA MENDES GOMES (ADVOGADO) OAB 14360 - NAPOLEAO NICOLAU DA COSTA NETO (ADVOGADO) OAB 13380 - DIOGO RODRIGUES FERREIRA (ADVOGADO) OAB 18916 - PIETRO MANESCHY GASPARETTO (ADVOGADO) OAB 19999 - BRUNO BANDEIRA FERREIRA (ADVOGADO) REU:SAMBURA PESCA LTDA. Ã£PROCESSO NÂº. 0005155-82.2010.8.14.0201 EXECUÃÃO DE TÃTULO EXTRAJUDICIAL EXEQUENTE: MM COMERCIO DE PETROLEO LTDA EXECUTADO: SAMBURA PESCA LTDA DECISÃO INTERLOCUTÃRIA 1.Â Â Â Â Â Defiro o pedido formulado na petiÃ§Ã£o fls. 211. Suspenda-se o processo, pelo prazo de 06 (seis) meses, a ser contado da data da publicaÃ§Ã£o da presente decisÃ£o, por forÃ§a do Artigo 921, III do CPC/15. 2.Â Â Â Â Â Acautelem-se os autos em Secretaria e, decorrido o prazo, com ou sem manifestaÃ§Ã£o, nesse Ãºltimo caso devidamente certificado, voltem os autos conclusos. 3.Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Distrito de Icoaraci (PA), 11 de Abril de 2022. SÃRGIO RICARDO LIMA DA COSTA Juiz de Direito Titular da 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial Distrital de Icoaraci PROCESSO: 00054602920138140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SERGIO RICARDO LIMA DA COSTA A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 12/04/2022 REQUERENTE:BANCO INTERMEDIUM SA Representante(s): OAB 22654-A - WILLIAM CARMONA MAYA (ADVOGADO) REQUERIDO:RODOLFO DA SILVA FEIO. PROCESSO N.0005460-29.2013.8.14.0201 EXECUÃÃO DE TÃTULO EXTRAJUDICIAL EXEQUENTE: BANCO INTERMEDIUM SA EXECUTADO: RODOLFO DA SILVA FEIO DECISÃO 1.Â Â Â Â Â Defiro o pedido de fls. 150/156. Intime-se o exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, planilha atualizada do dÃ©bito, uma vez que a que consta nos autos encontra-se defasada. 2.Â Â Â Â Â Apresentada a planilha, proceda-se a consulta para bloqueio de valores e bens existentes, livres de gravames, passÃ-veis de penhora, junto ao sistema online do SISBAJUD , para indisponibilidade de bens e ativos financeiros do(a) Executado(a). 3.Â Â Â Â Â Realizado o bloqueio online, intime-se o(a) executado(a), por seu advogado, ou nÃ£o havendo, pessoalmente, para, no prazo de 05 (cinco) dias, querendo, impugnar (Art. 854, Â§3Âº CPC/15). 4.Â Â Â Â Â NÃ£o havendo impugnaÃ§Ã£o ou rejeitada, CONVERTO o bloqueio em PENHORA, sem necessidade de termo, e determino, de ofÃ-cio, que a instituiÃ§Ã£o financeira em 24 horas efetue o depÃ³sito em juÃ-zo, do montante do valor disponÃ-vel suficiente para a satisfaÃ§Ã£o do crÃ©dito. 5.Â Â Â Â Â Intime-se o exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar quanto Ã satisfaÃ§Ã£o de seu crÃ©dito, sendo que o silÃªncio serÃ¡ presumido como cumprimento da obrigaÃ§Ã£o, e venham os autos conclusos para sentenÃ§a de extinÃ§Ã£o pelo pagamento, nos termos do art. 924, II, do CPC/15. 6.Â Â Â Â Â Sendo negativo/insuficiente o saldo em conta, por informaÃ§Ã£o das instituiÃ§Ãµes bancÃ¡rias, intime-se o exequente para manifestar-se no prazo de 10 (dez) dias, indicando bens para a penhora, ou formular devidamente o pedido de desconsideraÃ§Ã£o da personalidade jurÃ-dica da executada. 7.Â Â Â Â Â Determino a intimaÃ§Ã£o do exequente para fins do art. 830, Â§ 2Â°, CPC. 8.Â Â Â Â Â Custas na forma da lei. 9.Â Â Â Â Â Intime-se e cumpra-se. Distrito de Icoaraci (PA), 11 de Abril de 2022. SÃRGIO RICARDO LIMA DA COSTA Juiz de Direito Titular da 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial Distrital de Icoaraci PROCESSO: 00055925220148140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SERGIO RICARDO LIMA DA COSTA A??o: Cumprimento de sentença em: 12/04/2022 AUTOR:BANCO SANTADER SA Representante(s): OAB 13904-A - ACACIO FERNANDES ROBOREDO (ADVOGADO) OAB 17578 - ALBERTO ALVES DE MORAES (ADVOGADO) OAB 20399 - MICHELLE DE OLIVEIRA FERREIRA (ADVOGADO) REU:ENTRE-RIOS RODOFLUVIAL E SERVICOS LTDA - ME REU:CLEA DE FATIMA SOUSA DA LUIZ LITISCONSORTE ATIVO:ITAPEVA VII MULTICARTEIRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO PADRONIZADOS Representante(s): OAB 15674-A - KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (ADVOGADO) . Ã£PROCESSO NÂº. 0005592-52.2014.8.14.0201 CUMPRIMENTO DE SENTENÃA AUTOR: BANCO SANTANDER SA RÃU: ENTRE-RIOS RODOFLUVIAL E SERVIÃOS LTDA-ME DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Defiro a dilaÃ§Ã£o do prazo requerido pelo exequente Ã s fls. 257, aguarde-se por 60 (sessenta) dias em secretaria. 2.Â Â Â Â Â Decorrido o prazo acima, com ou sem manifestaÃ§Ã£o, nesse Ãºltimo caso devidamente certificado pela Secretaria Judicial, voltem os autos conclusos. Â Distrito de Icoaraci (PA), 11 de Abril de 2022. SERGIO RICARDO LIMA DA COSTA Juiz de Direito Titular da 1Âª Vara CÃ-vel Empresarial de Icoaraci PROCESSO: 00059207920148140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SERGIO RICARDO LIMA DA COSTA A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 12/04/2022 AUTOR:BANCO SANTADER SA Representante(s): OAB 13904-A - ACACIO FERNANDES ROBOREDO (ADVOGADO) OAB 15674-A - KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (ADVOGADO) REU:COSTA NORTE COMERCIO DE PESCADOS

LTDA Representante(s): OAB 14885 - ELIAS WILLIAM PEREIRA DE SOUSA (ADVOGADO) REU:JONH SOARES DE CARVALHO Representante(s): OAB 14885 - ELIAS WILLIAM PEREIRA DE SOUSA (ADVOGADO) CESSIONÁRIO:ITAPEVA VII MULTICARTEIRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITO CREDITORIOS NAO PADRONIZADOS Representante(s): OAB 15674-A - KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (ADVOGADO) . PROCESSO N.0005920-79.2014.8.14.0201 EXECUÃÃO DE TÃTULO EXTRAJUDICIAL EXEQUENTE: BANCO SANTANDER S/A EXECUTADO: COSTA NORTE COMÃRCIO DE PESCADOS LTDA e JONH SOARES DE CARVALHO DECISÃO 1.Â Â Â Â Â Defiro o pedido de fls. 357/359. Intime-se o exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, planilha atualizada do dÃ©bito, uma vez que a que consta nos autos encontra-se defasada. 2.Â Â Â Â Â Apresentada a planilha, proceda-se a consulta para bloqueio de valores e bens existentes, livres de gravames, passÃ-veis de penhora, junto ao sistema online do SISBAJUD , para indisponibilidade de bens e ativos financeiros do(a) Executado(a). 3.Â Â Â Â Â Realizado o bloqueio online, intime-se o(a) executado(a), por seu advogado, ou nÃ£o havendo, pessoalmente, para, no prazo de 05 (cinco) dias, querendo, impugnar (Art. 854, Â§3Âº CPC/15). 4.Â Â Â Â Â NÃ£o havendo impugnaÃ§Ã£o ou rejeitada, CONVERTO o bloqueio em PENHORA, sem necessidade de termo, e determino, de ofÃ-cio, que a instituiÃ§Ã£o financeira em 24 horas efetue o depÃ³sito em juÃ-zo, do montante do valor disponÃ-vel suficiente para a satisfaÃ§Ã£o do crÃ©dito. 5.Â Â Â Â Â Intime-se o exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar quanto Ã satisfaÃ§Ã£o de seu crÃ©dito, sendo que o silÃªncio serÃ¡ presumido como cumprimento da obrigaÃ§Ã£o, e venham os autos conclusos para sentenÃ§a de extinÃ§Ã£o pelo pagamento, nos termos do art. 924, II, do CPC/15. 6.Â Â Â Â Â Sendo negativo/insuficiente o saldo em conta, por informaÃ§Ã£o das instituiÃ§Ãµes bancÃ¡rias, intime-se o exequente para manifestar-se no prazo de 10 (dez) dias, indicando bens para a penhora, ou formular devidamente o pedido de desconsideraÃ§Ã£o da personalidade jurÃ-dica da executada. 7.Â Â Â Â Â Determino a intimaÃ§Ã£o do exequente para fins do art. 830, Â§ 2Â°, CPC. 8.Â Â Â Â Â Custas na forma da lei. 9.Â Â Â Â Â Intime-se e cumpra-se. Distrito de Icoaraci (PA), 11 de Abril de 2022. SÃRGIO RICARDO LIMA DA COSTA Juiz de Direito Titular da 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial Distrital de Icoaraci PROCESSO: 00064752820168140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SERGIO RICARDO LIMA DA COSTA A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 12/04/2022 REQUERENTE:BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 25197-A - LUCIA CRISTINA PINHO ROSAS (ADVOGADO) OAB 25196-A - EDSON ROSAS JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:COOPETAGRI Representante(s): OAB 23878 - KEILLA CRISTINA MESQUITA GALVAO (ADVOGADO) REQUERIDO:CESAR LOPES NOGUEIRA. Ã£PROCESSO NÂº. 0006475-28.2016.8.14.0201 EXECUÃÃO DE TÃTULO EXTRAJUDICIAL EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S/A EXECUTADO: COOPETAGRI e CESAR LOPES NOGUEIRA DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Considerando a certidÃ£o de fls. 154, intime-se o exequente, pessoalmente, para, no prazo de 05 (cinco) dias, requerer o que entender de direito, sob pena de extinÃ§Ã£o do feito por falta de interesse processual. 2.Â Â Â Â Â Transcorrido o prazo, com ou sem manifestaÃ§Ã£o, neste Ãºltimo caso certificado pela Secretaria Judicial, voltem imediatamente conclusos. 3.Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Distrito de Icoaraci (PA), 11 de Abril de 2022 SÃRGIO RICARDO LIMA DA COSTA Juiz de Direito Titular da 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial Distrital de Icoaraci PROCESSO: 00072911520138140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SERGIO RICARDO LIMA DA COSTA A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 12/04/2022 AUTOR:BANCO CNH CAPITAL SA Representante(s): OAB 25731 - MAGDA L R EGGER (ADVOGADO) OAB 53.612 - STEPHANY MARY FERREIRA REGIS DA SILVA (ADVOGADO) OAB 253137 - SIDNEI FERRARIA (ADVOGADO) OAB 206337 - FABIOLA BORGES DE MESQUITA (ADVOGADO) OAB 141277-A - MARILI DR TABORDA (ADVOGADO) OAB 25.276 - LUCIANA SEZANOWSKI MACHADO (ADVOGADO) ADGERLENY LUZIA FERNANDES DA SILVA PINTO (REPRESENTANTE/NOTICIANTE) REU:MADEIREIRA ALTO GIRO BELEM LTDA. Ã£PROCESSO NÂº. 0007291-15.2013.8.14.0201 BUSCA E APREENSÃO AUTOR: BANCO CNH CAPITAL S/A RÃU: MADEREIRA ALTO GIRO BELÃM LTDA DECISÃO 1.Â Â Â Â Â Diante da petiÃ§Ã£o da parte requerente de fls. 232, do pedido de habilitaÃ§Ã£o de fls. 281 e da devida comprovaÃ§Ã£o da cessÃ£o de crÃ©dito (fls. 317/320), defiro o pedido de habilitaÃ§Ã£o de FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÃRIOS NÃO PADRONIZADOS NPL II como sucessora processual do autor BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S/A, nos termos do Art. 286, caput, CC c/c Art. 77, Â§ 1Âº, III do CPC. Retifique-se a autuaÃ§Ã£o. 2.Â Â Â Â Â ApÃ³s, intime-se a nova parte autora para ratificar a desistÃªncia da aÃ§Ã£o de fls. 232 ou requerer o que entender necessÃ¡rio Ã conclusÃ£o do feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinÃ§Ã£o do processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito. 3.Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Distrito de Icoaraci (PA), 11 de abril de 2022. SÃRGIO RICARDO LIMA DA COSTA Juiz de Direito Titular da 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial Distrital de Icoaraci PROCESSO: 00080028320148140201 PROCESSO ANTIGO: ----

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SERGIO RICARDO LIMA DA COSTA A??o: Reintegração / Manutenção de Posse em: 12/04/2022 AUTOR:JOAO GONCALVES RODRIGUES Representante(s): OAB 18974 - HILDEBERG RUBENSON DE LIMA BARBOSA JUNIOR (ADVOGADO) REU:ANA CRISTINA BORGES DA SILVA E OUTROS Representante(s): OAB 7646 - ARINOS NORONHA DO NASCIMENTO (ADVOGADO) OAB 10000 - MARIO VINICIUS IMBIRIBA HESKETH (ADVOGADO) OAB 21315 - IURY DA GAMA PANTOJA (ADVOGADO) OAB 23741 - MOISÉS DOS SANTOS SILVA (ADVOGADO) . PROCESSO NÂº. 0008002-83.2014.8.14.0201 REINTEGRAÃÃO / MANUTENÃÃO DE POSSE AUTOR: JOAO GONÃALVEZ RODRIGUES RÃU: ANA CRISTINA BORGES DA SILVA e outro DECISÃO 1.Â Â Â Â Â Defiro a habilitaÃ§Ã£o dos herdeiros de JOÃO GONÃALVES RODRIGUES elencados Ã s fls. 337, bem como a consequente substituiÃ§Ã£o processual do polo ativo da demanda. Proceda-se o cadastro e retificaÃ§Ã£o na autuaÃ§Ã£o dos autos no sistema processual LIBRA, bem como na capa dos autos. 2.Â Â Â Â Â Feitas as devidas alteraÃ§Ãµes, intime-se a parte autora, por meio de seus sucessores, para no prazo de 10 (dez) dias requerer o que entender de direito para a devida continuidade da marcha processual, sob pena de extinÃ§Ã£o do processo por falta superveniente de interesse processual. 3.Â Â Â Â Â Intime-se e Cumpra-se. Distrito de Icoaraci (PA), 11 de abril de 2022. SÃRGIO RICARDO LIMA DA COSTA Juiz de Direito Titular da 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de Icoaraci PROCESSO: 00176254020158140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SERGIO RICARDO LIMA DA COSTA A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 12/04/2022 EXEQUENTE:PETROBRAS DISTRIBUIDORA SA Representante(s): OAB 25711 - LEONARDO MENDES CRUZ (ADVOGADO) EXECUTADO:VIACAO ICOARACI PARA LTDA Representante(s): OAB 13933 - GUSTAVO PASTOR DA SILVA PINHEIRO (ADVOGADO) OAB 14597 - YURI JORDY NASCIMENTO FIGUEIREDO (ADVOGADO) OAB 15009 - TIAGO FERREIRA DA CUNHA (ADVOGADO) . Ã£PROCESSO NÂº. 0017625-40.2015.8.14.0201 EXECUÃÃO DE TÃTULO EXTRAJUDICIAL EXEQUENTE: PETROBRAS DISTRIBUIDORA SA EXECUTADO: VIACAO ICOARACI PARA LTDA DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Intime-se o exequente, pessoalmente, para, no prazo de 05 (cinco) dias, requerer o que entender de direito, sob pena de extinÃ§Ã£o do feito por falta de interesse processual. 2.Â Â Â Â Â Transcorrido o prazo, com ou sem manifestaÃ§Ã£o, neste Ãºltimo caso certificado pela Secretaria Judicial, voltem imediatamente conclusos. 3.Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Distrito de Icoaraci (PA), 11 de Abril de 2022 SÃRGIO RICARDO LIMA DA COSTA Juiz de Direito Titular da 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial Distrital de Icoaraci PROCESSO: 00213860720148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SERGIO RICARDO LIMA DA COSTA A??o: Busca e Apreensão em: 12/04/2022 AUTOR:BANCO VOLKSWAGEN SA Representante(s): OAB 24872-A - JOSE LIDIO ALVES DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 24871-A - ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (ADVOGADO) REU:FRANCISCO MACHADO Representante(s): OAB 13661 - JOAO VELOSO DE CARVALHO (ADVOGADO) . Ã£PROCESSO NÂº. 0021386-07.2014.8.14.0301 BUSCA E APREENSÃO AUTOR: BANCO VOLKSWAGEN SA RÃU: FRANCISCO MACHADO DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Defiro a dilaÃ§Ã£o do prazo requerido pelo exequente Ã s fls. 285, aguarde-se por 20 (vinte) dias em secretaria. 2.Â Â Â Â Â Decorrido o prazo acima, com ou sem manifestaÃ§Ã£o, nesse Ãºltimo caso devidamente certificado pela Secretaria Judicial, voltem os autos conclusos. Â Distrito de Icoaraci (PA), 11 de Abril de 2022. SERGIO RICARDO LIMA DA COSTA Juiz de Direito Titular da 1Âª Vara CÃ-vel Empresarial de Icoaraci PROCESSO: 00536159220158140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SERGIO RICARDO LIMA DA COSTA A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 12/04/2022 EXEQUENTE:BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 15201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) EXECUTADO:INDUSSAN IND COM E EXPORT DE MADEIRAS SANTOS LTDA EXECUTADO:JOAO GONCALVES DOS SANTOS EXECUTADO:MARCIA ALVES DOS SANTOS. PROCESSO N. 0053615-92.2015.8.14.0201 EXECUÃÃO DE TÃTULO EXTRAJUDICIAL EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S/AÂ EXECUTADO: INDUSSAN IND COM E EXPORT DE MADEIRAS SANTOS LTDA e outros DECISÃO Diante do informado em certidÃ£o de fls. 132, bem como pelo manusear dos presentes autos, verifico que, realmente, houve equÃ-voco diante da determinaÃ§Ã£o de fls. 111 a qual determinou a consulta de dados cadastrais por meio dos sistemas disponÃ-veis a este JuÃ-zo, diferente do que havia requerido o autor em petiÃ§Ã£o de fls. 109/110. Feita tal digressÃ£o, e buscando a higidez processual, CHAMO O PROCESSO A ORDEM e torno o sem efeito o despacho de fls. 111, bem como todos os atos dele decorrentes. E, visando a continuidade ordinÃ¡ria da marcha processual passo a assim determinar: 1. Defiro o pedido de fls. 109/110. Intime-se o exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, planilha atualizada do dÃ©bito, uma vez que a que consta nos autos encontra-se defasada. 2. Apresentada a planilha, proceda-se a consulta para bloqueio de valores e bens existentes, livres de gravames, passÃ-veis de penhora, junto ao sistema online do SISBAJUD, para indisponibilidade de bens e

ativos financeiros do(a) Executado(a). 3. Realizado o bloqueio online, intime-se o(a) executado(a), por seu advogado, ou nÃ£o havendo, pessoalmente, para, no prazo de 05 (cinco) dias, querendo, impugnar (Art. 854, Â§3Âº CPC/15). 4. NÃ£o havendo impugnaÃ§Ã£o ou rejeitada, CONVERTO o bloqueio em PENHORA, sem necessidade de termo, e determino, de ofÃ-cio, que a instituiÃ§Ã£o financeira em 24 horas efetue o depÃ³sito em juÃ-zo, do montante do valor disponÃ-vel suficiente para a satisfaÃ§Ã£o do crÃ©dito. 5. Intime-se o exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar quanto Ã satisfaÃ§Ã£o de seu crÃ©dito, sendo que o silÃªncio serÃ¡ presumido como cumprimento da obrigaÃ§Ã£o, e venham os autos conclusos para sentenÃ§a de extinÃ§Ã£o pelo pagamento, nos termos do art. 924, II, do CPC/15. 6. Sendo negativo/insuficiente o saldo em conta, por informaÃ§Ã£o das instituiÃ§Ãµes bancÃ¡rias, intime-se o exequente para manifestar-se no prazo de 10 (dez) dias, indicando bens para a penhora, ou formular devidamente o pedido de desconsideraÃ§Ã£o da personalidade jurÃ-dica da executada. 7. Determino a intimaÃ§Ã£o do exequente para fins do art. 830, Â§ 2Â°, CPC. 8. Custas na forma da lei. 9. Intime-se e cumpra-se. Distrito de Icoaraci (PA), 11 de abril de 2022. SÃRGIO RICARDO LIMA DA COSTA Juiz de Direito Titular da 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial Distrital de Icoaraci

SECRETARIA DA 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DISTRITAL DE ICOARACI

EDITAL DE INTERDIÇÃO

PROC. Nº 0833718-60.2020.8.14.0301

A Dra. **EDNA MARIA DE MOURA PALHA** ¿ Juíza de Direito, respondendo pela 2ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci, Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais etc. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver que foi DECRETADA, **POR SENTENÇA**, **a INTERDIÇÃO DE ALDO DO SOCORRO BATISTA RODRIGUES**, brasileiro(a), nascido(a) aos 18/01/1972, portador(a) do RG nº 334122 PC/PA e CPF nº 532.348.122-68; filho(a) de Santana Rodrigues e Maria Dalva Batista Rodrigues, cujo registro de nascimento foi feito sob o nº 26581, Liv. 48, Fls. 172 no Cartório de Registro Civil de Abaetetuba/PA, residente e domiciliado (a) no mesmo endereço que seu curador(a) que se encontra na impossibilidade de reger os atos da vida civil, nomeando como seu **CURADOR (A) DEFINITIVO (A)** o (a) senhor (a)). **ALINE BATISTA RODRIGUES**, brasileiro(a), portador(a) do RG nº 3341263 PC/PA e CPF nº 691.945.802-00, residente e domiciliado(a), na Travessa São Roque nº 2270, CEP: 66.810-020, Campina/Icoaraci/Belém/PA, tudo de conformidade com a sentença prolatada nos autos cíveis de CURATELA/INTERDIÇÃO (Proc. nº 0833718-60.2020.8.14.0301), tendo como autor (a) **ALINE BATISTA RODRIGUES** e como interditando (a) **ALDO DO SOCORRO BATISTA RODRIGUES,** Dado e passado neste Distrito de Icoaraci, aos vinte e nove (29) dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois (2022). Eu, Kátia Cristina Corrêa da Fonseca, Analista Judiciário, o digitei. (Artigo 1º, §3º do Provimento 006/2006-CJRMB).

ALISOLENE OLIVEIRA DA COSTA

Diretora de Secretaria da 2ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci

EDITAL DE INTERDIÇÃO

PROC. Nº 0800817-77.2022.8.14.0201

A Dra. **EDNA MARIA DE MOURA PALHA** ¿ Juíza de Direito, respondendo pela 2ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci, Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais etc. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver que foi DECRETADA, **POR SENTENÇA**, **a INTERDIÇÃO DE RAYSSA LIMA NEVES**, brasileiro(a), nascido(a) aos 22/04/2002, portador(a) do RG nº 8333298 PC/PA e CPF nº 053.532.002-76; filho(a) de Edilson Pantoja Neves e Marília de Nazaré Pontes Lima, cujo registro de nascimento foi feito sob o nº 60397, Liv. A-71, Fls.20 no Cartório de Registro Civil de Icoaraci/Belém/PA, residente e domiciliado (a) no mesmo endereço que seu curador(a) que se encontra na impossibilidade de reger os atos da vida civil, nomeando como seu **CURADOR (A) DEFINITIVO (A)** o (a) senhor (a)). **MARÍLIA DE NAZARÉ PONTES LIMA**, brasileiro(a), portador(a) do RG nº 2929633 PC/PA e CPF nº 919.464.922-72, residente e domiciliado(a), na Alameda Vasco da Gama nº 10, casa A (fundos), Entre Travessa Andradas e Paracuri, CEP: 66.811-400, Agulha/Icoaraci/Belém/PA, tudo de conformidade com a sentença prolatada nos autos cíveis de CURATELA/INTERDIÇÃO (Proc. nº 0800817-77.2022.8.14.0201), tendo como autor (a) **MARÍLIA DE NAZARÉ PONTES LIMA** e como interditando (a) **RAYSSA LIMA NEVES,** Dado e passado neste Distrito de Icoaraci, aos treze (13) dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois (2022). Eu, Kátia Cristina Corrêa da Fonseca, Analista Judiciário, o digitei. (Artigo 1º, §3º do Provimento 006/2006-CJRMB).

ALISOLENE OLIVEIRA DA COSTA

Diretora de Secretaria da 2ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci

FÓRUM DE ANANINDEUA

SECRETARIA DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE ANANINDEUA

PROCESSO: 00064424120168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública em: 05/08/2021 EXEQUENTE:A FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA Representante(s): RICARDO NASSER SEFER (PROCURADOR(A)) EXECUTADO: ELIZABETH CUNHA ALVES DA CUNHA Representante(s): OAB 3619 - MARIA LUCIA ALVES DA CUNHA (ADVOGADO) Sentença Vistos. Trata-se de processo em fase de cumprimento de sentença em face do Estado do Pará. A exequente pleiteia o pagamento dos honorários fixados em decisão de fls. (20/21) que acolheu a Exceção de Pré-Executividade. Ausente impugnação à execução dos honorários sucumbenciais (fl.32). Após, os autos foram remetidos ao contador do Juízo (fl.33). Apresentado os cálculos da contadoria do Juízo (fl.34/35), a parte exequente e executado se mantiveram silente. É o relatório sucinto. Decido. Cabe julgamento antecipado da lide. Diante da fixação de honorários sucumbenciais, entendo que a decisão que ora se impõe é a de julgar totalmente procedente a execução, uma vez que a pretensão não foi resistida. Hei por bem homologar o valor de R$ 428,91 (quatrocentos e vinte e oito reais e noventa e um centavos), nos seguintes parâmetros: à Exequente ¿ Dra. Maria Lúcia Alves da Cunha OAB/PA nº 3619, à título de honorários advocatícios sucumbenciais. Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE A EXECUÇÃO E HOMOLOGO, nos termos do artigo 910, § 3º c/c art. 535, § 3º, do Código de Processo Civil. Assim, tendo em vista tratar-se de quantia de pequeno valor na forma do artigo 2º da Resolução nº 007/2005-GP-TJE, determino a expedição de ofício requisitório na forma do artigo 100 da CF c/c artigo 87 do ADCT, para pagamento da quantia de R$ 428,91 (quatrocentos e vinte e oito reais e noventa e um centavos). Certificado o Trânsito em Julgado, EXPEÇA-SE ao Representante Legal do Estado do Pará, REQUISIÇÃO PARA PAGAMENTO DE OBRIGAÇÃO DE PEQUENO VALOR (RPV), a ser realizado no prazo de 02 (dois) meses, contados da entrega da requisição, mediante depósito na agência de banco oficial mais próxima da residência da Exequente, na forma do art. 535, § 3º, II do NCPC. Solicite-se a documentação necessária ao cumprimento da ordem. Expedido o RPV, arquive-se os autos provisoriamente até que seja informado o efetivo pagamento, momento em que deverá ocorrer o arquivamento definitivo. Deixo de condenar o executado em honorários de sucumbência, uma vez que a pretensão não foi resistida. Custas pelo executado, ficando isento do recolhimento em virtude de ser Fazenda Pública. Atendidas as diligências acima, ARQUIVE-SE. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Expeçam-se os expedientes que forem necessários, servirá a presente, por cópia digitada, como mandado/ofício/carta precatória para as comunicações necessárias (Provimento nº 003/2009-CJCI-TJPA). Ananindeua-PA, 05 de agosto de 2021 Adelino Arrais Gomes da Silva Juiz de Direito Titular da vara da Fazenda Pública de Ananindeua. PUBLICAÇÃO MANUAL.

SECRETARIA DA 1ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA

Processo n.: 0017007-30.2017.8.14.0006
ACUSADO(A)(S): REGIA CARLA DA SILVA PAIS
ADVOGADA: JANAINA SILVA MOURA, OAB Nº 27633-PA.
DESPACHO/MANDADO

1. Em razão da adequação de pauta, REDESIGNO A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO (continuação) de fl.25 para o dia 16/05/2022, às 09:50h, a ser realizada na sala de audiência da 1ª Vara Criminal de Ananindeua- Fórum de Ananindeua-Pa.

2. Intimem-se a(o) acusada(o), as testemunhas indicadas pela acusação e pela defesa para participarem presencialmente do ato.

3. Para fins de evitar aglomeração, faculto a participação no ato por videoconferência, do Advogado/Defensor Público e do Promotor de Justiça.

3.1. Esclareço que a audiência por videoconferência será realizada na plataforma Microsoft Teams, cujos participantes remotos deverão acessar o link de acesso disponibilizado pela Secretaria, com no mínimo de 05 (cinco) minutos de antecedência.

4. A Secretaria Judicial ficará responsável para auxiliar as partes nas audiências, tanto presencialmente quanto52 \hich por videoconferência, devendo realizar os testes e ajustes necessários no sistema, se necessário.

5. Havendo testemunha(s) policial(is), REQUISITE(M)-SE a(s) mesma(s), para participar(em) do ato de forma presencial no dia, hora e local descritos no item 1, sendo facultada a participação da(o)(s) mesmo(a)(s) por videoconferência, devendo a(s) referida(s) testemunha(s) informar(em) a Secretaria da Vara com antecedência mínima de 05(cinco) dias, caso queiram participar do ato por videoconferência, para fins de encaminhamento do link de audiência.

5.1. Caso o(a)(s) ré(u)(s) ou alguma testemunha indicada pelas partes não consiga(m) participar do ato presencialmente, por motivo de comorbidade, dificuldade de locomoção ou outra justificativa plausível, deverá comunicar a este Juízo com antecedência de 05(cinco) dias para a realização do ato, juntando as devidas comprovações ou justificativa da impossibilidade, bem como fornecendo os dados eletrônicos necessários.

5.2. Desde já ressalto que a ausência de comunicação quanto ao interesse de participar remotamente do ato levará a interpretação de que a(s) testemunha(s) policial, o réu e a(s) testemunha civil(s) participará(ão) presencialmente da audiência designada.

6. No ato de intimação do(a)(s) ré(u)(s) e testemunhas em geral, deverá ser solicitado o contato telefônico do(a)(s) mesmo(a)(s) para facilitar o envio de intimações pela Secretaria da Vara.

7. Ciência ao Ministério Público e a Defensoria ou advogado habilitado nos autos. 8. Intime-se. Cumpra-se. SIRVA-SE DESTE INSTRUMENTO COMO MANDADO.

SECRETARIA DA 3ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA

RESENHA: 13/04/2022 A 13/04/2022 - SECRETARIA DA 3ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA - VARA: 3ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA PROCESSO: 00009823420208140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LEILIANA GISELE SILVA DE OLIVEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 13/04/2022 VITIMA:B. M. M. AUTORIDADE POLICIAL:SECCIONAL URBANA DA CIDADE NOVA DENUNCIADO:ADALBERTO MORAES SILLE Representante(s): OAB 26447 - JULIANA BORGES NUNES (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO em cumprimento a DeterminaÃ§Ã£o do MM. Juiz Carlos Magno Gomes de Oliveira, Juiz de Direito Titular da 3Âª Vara Penal de Ananindeua, com base no Provimento nÂº 006/2006, art. 1Âº, Â§ 1Âº, inciso I: 1. Intimo a advogada do acusado ADALBERTO MORAES SILLE, Dra. Juliana Borges Nunes, OAB/Pa nÂº 26447, para apresentar razÃµes ao apelo no prazo de 08 (oito) dias. Ananindeua, 13 de abril de 2022. Leiliana Gisele Silva de Oliveira, Diretora de Secretaria da 3Âª Vara Criminal de Ananindeua. PROCESSO: 00018786220148140952 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLOS MAGNO GOMES DE OLIVEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 13/04/2022 DENUNCIADO:CARLOS JORGE DA SILVA AZEVEDO VITIMA:A. C. O. E. . ATO ORDINATÃRIO em cumprimento a DeterminaÃ§Ã£o do MM. Carlos Magno Gomes de Oliveira, Juiz de Direito Titular da 3Âª Vara Criminal de Ananindeua, com base no Provimento nÂº 006/2006, art.1Âº, Â§ 1Âº, inciso IV: Cumpre-me redesignar a audiÃªncia para o dia 01.08.2022, Ã s 10h45m. Cientes os presentes. Ananindeua, 13.04.2022. Marilena Cely Figueiredo Rabelo, Servidora da 3Âª Vara Criminal, Comarca de Ananindeua PROCESSO: 00024131520198140952 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARILENA CELY R. FIGUEIREDO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 13/04/2022 VITIMA:M. A. S. M. DENUNCIADO:VALTER JOSE VASCONCELOS MIRANDA. ATO ORDINATÃRIO em cumprimento a DeterminaÃ§Ã£o do MM. Carlos Magno Gomes de Oliveira, Juiz de Direito Titular da 3Âª Vara Criminal de Ananindeua, com base no Provimento nÂº 006/2006, art.1Âº, Â§ 1Âº, inciso IV: Cumpre-me redesignar a audiÃªncia para o dia 30.06.2022, Ã s 11h00m, em razÃ£o da ausÃªncia do acusado, nÃ£o intimado. Cientes os presentes. Ananindeua, 13.04.2022. Marilena Cely Figueiredo Rabelo, Servidora da 3Âª Vara Criminal, Comarca de Ananindeua PROCESSO: 00031062420198140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARILENA CELY R. FIGUEIREDO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 13/04/2022 VITIMA:A. C. O. E. DENUNCIADO:JOATAN SILVA ALVES JUNIOR DENUNCIADO:ALAN JHONES SANTANA ALVES. ATO ORDINATÃRIO em cumprimento a DeterminaÃ§Ã£o do MM. Carlos Magno Gomes de Oliveira, Juiz de Direito Titular da 3Âª Vara Criminal de Ananindeua, com base no Provimento nÂº 006/2006, art.1Âº, Â§ 1Âº, inciso IV: Cumpre-me redesignar a audiÃªncia para o dia 03/08.2022, Ã s 8h30m, em face da ausÃªncia da Defensoria PÃºblica, conforme oficio nÂº001/2022/CoordenaÃ§Ã£o/DPA. Cientes os presentes.Â Ananindeua, 13 de abril de 2022. Â Marilena Cely Figueiredo Rabelo Â Servidora da 3Âª Vara Criminal Â Comarca de Ananindeua PROCESSO: 00043436120058140006 PROCESSO ANTIGO: 200520018620 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARILENA CELY R. FIGUEIREDO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 13/04/2022 DENUNCIADO:ELIEL NAZARENO CORREIA VITIMA:J. L. S. L. . ATO ORDINATÃRIO em cumprimento a DeterminaÃ§Ã£o do MM. Carlos Magno Gomes de Oliveira, Juiz de Direito Titular da 3Âª Vara Criminal de Ananindeua, com base no Provimento nÂº 006/2006, art.1Âº, Â§ 1Âº, inciso IV: Cumpre-me redesignar a audiÃªncia para o dia 08.06.2022, Ã s 11h30m. Cientes os presentes. Ananindeua, 13.04.2022. Marilena Cely Figueiredo Rabelo, Servidora da 3Âª Vara Criminal, Comarca de Ananindeua PROCESSO: 00075864520198140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARILENA CELY R. FIGUEIREDO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 13/04/2022 VITIMA:A. C. O. E. AUTORIDADE POLICIAL:SECCIONAL URBANA DE ANANINDEUA DENUNCIADO:ALAN SILVA DE SOUZA. ATO ORDINATÃRIO em cumprimento a DeterminaÃ§Ã£o do MM. Carlos Magno Gomes de Oliveira, Juiz de Direito Titular da 3Âª Vara Criminal de Ananindeua, com base no Provimento nÂº 006/2006, art.1Âº, Â§ 1Âº, inciso IV: Cumpre-me redesignar a audiÃªncia para o dia 01.08.2022, Ã s 10h10m. Cientes os presentes. Ananindeua, 13.04.2022. Marilena Cely Figueiredo Rabelo, Servidora da 3Âª Vara Criminal, Comarca de Ananindeua PROCESSO: 00085751720208140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARILENA CELY R. FIGUEIREDO A??o: Inquérito Policial em: 13/04/2022 VITIMA:A. C. O. E. INDICIADO:JORGE VIEIRA GOMES. ATO ORDINATÃRIO em cumprimento a DeterminaÃ§Ã£o do MM. Carlos Magno Gomes de Oliveira, Juiz de Direito Titular da 3Âª

Vara Criminal de Ananindeua, com base no Provimento nÂº 006/2006, art.1Âº, Â§ 1Âº, inciso IV: Cumpre-me redesignar a audiÃªncia para o dia 01/08.2022, Ã s 9h15m, em face da ausÃªncia da Defensoria PÃºblica, conforme oficio nÂº001/2022/CoordenaÃ§Ã£o/DPA. Cientes os presentes.Â Ananindeua, 13 de abril de 2022. Â Marilena Cely Figueiredo Rabelo Â Servidora da 3Âª Vara Criminal Â Comarca de Ananindeua PROCESSO: 00094139120198140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARILENA CELY R. FIGUEIREDO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 13/04/2022 AUTORIDADE POLICIAL:DELEGACIA GERAL DA POLICIA CIVIL DENUNCIADO:MARCELO FERREIRA DA SILVA. ATO ORDINATÃRIO em cumprimento a DeterminaÃ§Ã£o do MM. Carlos Magno Gomes de Oliveira, Juiz de Direito Titular da 3Âª Vara Criminal de Ananindeua, com base no Provimento nÂº 006/2006, art.1Âº, Â§ 1Âº, inciso IV: Cumpre-me redesignar a audiÃªncia para o dia 01.08.2022, Ã s 9h30m. Cientes os presentes. Ananindeua, 13.04.2022. Marilena Cely Figueiredo Rabelo, Servidora da 3Âª Vara Criminal, Comarca de Ananindeua PROCESSO: 00099115620208140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARILENA CELY R. FIGUEIREDO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 13/04/2022 INDICIADO:CLAUDIO ALAN ABREU DE CARVALHO. ATO ORDINATÃRIO em cumprimento a DeterminaÃ§Ã£o do MM. Carlos Magno Gomes de Oliveira, Juiz de Direito Titular da 3Âª Vara Criminal de Ananindeua, com base no Provimento nÂº 006/2006, art.1Âº, Â§ 1Âº, inciso IV: Cumpre-me redesignar a audiÃªncia para o dia 01.08.2022, Ã s 9h00m. Cientes os presentes. Ananindeua, 13.04.2022. Marilena Cely Figueiredo Rabelo, Servidora da 3Âª Vara Criminal, Comarca de Ananindeua PROCESSO: 00126218320198140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLOS MAGNO GOMES DE OLIVEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 13/04/2022 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:MAX EMILIANO RIBEIRO DA SILVA. ATO ORDINATÃRIO em cumprimento a DeterminaÃ§Ã£o do MM. Carlos Magno Gomes de Oliveira, Juiz de Direito Titular da 3Âª Vara Criminal de Ananindeua, com base no Provimento nÂº 006/2006, art.1Âº, Â§ 1Âº, inciso IV: Cumpre-me redesignar a audiÃªncia para o dia 01.08.2022, Ã s 10h15m. Cientes os presentes. Ananindeua, 13.04.2022. Marilena Cely Figueiredo Rabelo, Servidora da 3Âª Vara Criminal, Comarca de Ananindeua PROCESSO: 00131451720188140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARILENA CELY R. FIGUEIREDO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 13/04/2022 VITIMA:A. C. O. E. DENUNCIADO:RENAN DE JESUS NASCIMENTO DA SILVA. ATO ORDINATÃRIO em cumprimento a DeterminaÃ§Ã£o do MM. Carlos Magno Gomes de Oliveira, Juiz de Direito Titular da 3Âª Vara Criminal de Ananindeua, com base no Provimento nÂº 006/2006, art.1Âº, Â§ 1Âº, inciso IV: Cumpre-me redesignar a audiÃªncia para o dia 09.06.2022, Ã s 10h00m, em razÃ£o da ausÃªncia do acusado, nÃ£o intimado. Cientes os presentes. Ananindeua, 13.04.2022. Marilena Cely Figueiredo Rabelo, Servidora da 3Âª Vara Criminal, Comarca de Ananindeua

RESENHA: 13/04/2022 A 13/04/2022 - SECRETARIA DA 3ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA - VARA: 3ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA PROCESSO: 00009823420208140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LEILIANA GISELE SILVA DE OLIVEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 13/04/2022 VITIMA:B. M. M. AUTORIDADE POLICIAL:SECCIONAL URBANA DA CIDADE NOVA DENUNCIADO:ADALBERTO MORAES SILLE Representante(s): OAB 26447 - JULIANA BORGES NUNES (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO em cumprimento a DeterminaÃ§Ã£o do MM. Juiz Carlos Magno Gomes de Oliveira, Juiz de Direito Titular da 3Âª Vara Penal de Ananindeua, com base no Provimento nÂº 006/2006, art. 1Âº, Â§ 1Âº, inciso I: 1. Intimo a advogada do acusado ADALBERTO MORAES SILLE, Dra. Juliana Borges Nunes, OAB/Pa nÂº 26447, para apresentar razÃµes ao apelo no prazo de 08 (oito) dias. Ananindeua, 13 de abril de 2022. Leiliana Gisele Silva de Oliveira, Diretora de Secretaria da 3Âª Vara Criminal de Ananindeua. PROCESSO: 00018786220148140952 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLOS MAGNO GOMES DE OLIVEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 13/04/2022 DENUNCIADO:CARLOS JORGE DA SILVA AZEVEDO VITIMA:A. C. O. E. . ATO ORDINATÃRIO em cumprimento a DeterminaÃ§Ã£o do MM. Carlos Magno Gomes de Oliveira, Juiz de Direito Titular da 3Âª Vara Criminal de Ananindeua, com base no Provimento nÂº 006/2006, art.1Âº, Â§ 1Âº, inciso IV: Cumpre-me redesignar a audiÃªncia para o dia 01.08.2022, Ã s 10h45m. Cientes os presentes. Ananindeua, 13.04.2022. Marilena Cely Figueiredo Rabelo, Servidora da 3Âª Vara Criminal, Comarca de Ananindeua PROCESSO: 00024131520198140952 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARILENA CELY R. FIGUEIREDO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 13/04/2022 VITIMA:M. A. S. M. DENUNCIADO:VALTER JOSE

VASCONCELOS MIRANDA. ATO ORDINATÃRIO em cumprimento a DeterminaÃ§Ã£o do MM. Carlos Magno Gomes de Oliveira, Juiz de Direito Titular da 3Âª Vara Criminal de Ananindeua, com base no Provimento nÂº 006/2006, art.1Âº, Â§ 1Âº, inciso IV: Cumpre-me redesignar a audiÃªncia para o dia 30.06.2022, Ã s 11h00m, em razÃ£o da ausÃªncia do acusado, nÃ£o intimado. Cientes os presentes. Ananindeua, 13.04.2022. Marilena Cely Figueiredo Rabelo, Servidora da 3Âª Vara Criminal, Comarca de Ananindeua PROCESSO: 00031062420198140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARILENA CELY R. FIGUEIREDO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 13/04/2022 VITIMA:A. C. O. E. DENUNCIADO:JOATAN SILVA ALVES JUNIOR DENUNCIADO:ALAN JHONES SANTANA ALVES. ATO ORDINATÃRIO em cumprimento a DeterminaÃ§Ã£o do MM. Carlos Magno Gomes de Oliveira, Juiz de Direito Titular da 3Âª Vara Criminal de Ananindeua, com base no Provimento nÂº 006/2006, art.1Âº, Â§ 1Âº, inciso IV: Cumpre-me redesignar a audiÃªncia para o dia 03/08.2022, Ã s 8h30m, em face da ausÃªncia da Defensoria PÃºblica, conforme oficio nÂº001/2022/CoordenaÃ§Ã£o/DPA. Cientes os presentes.Â Ananindeua, 13 de abril de 2022. Â Marilena Cely Figueiredo Rabelo Â Servidora da 3Âª Vara Criminal Â Comarca de Ananindeua PROCESSO: 00043436120058140006 PROCESSO ANTIGO: 200520018620 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARILENA CELY R. FIGUEIREDO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 13/04/2022 DENUNCIADO:ELIEL NAZARENO CORREIA VITIMA:J. L. S. L. . ATO ORDINATÃRIO em cumprimento a DeterminaÃ§Ã£o do MM. Carlos Magno Gomes de Oliveira, Juiz de Direito Titular da 3Âª Vara Criminal de Ananindeua, com base no Provimento nÂº 006/2006, art.1Âº, Â§ 1Âº, inciso IV: Cumpre-me redesignar a audiÃªncia para o dia 08.06.2022, Ã s 11h30m. Cientes os presentes. Ananindeua, 13.04.2022. Marilena Cely Figueiredo Rabelo, Servidora da 3Âª Vara Criminal, Comarca de Ananindeua PROCESSO: 00075864520198140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARILENA CELY R. FIGUEIREDO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 13/04/2022 VITIMA:A. C. O. E. AUTORIDADE POLICIAL:SECCIONAL URBANA DE ANANINDEUA DENUNCIADO:ALAN SILVA DE SOUZA. ATO ORDINATÃRIO em cumprimento a DeterminaÃ§Ã£o do MM. Carlos Magno Gomes de Oliveira, Juiz de Direito Titular da 3Âª Vara Criminal de Ananindeua, com base no Provimento nÂº 006/2006, art.1Âº, Â§ 1Âº, inciso IV: Cumpre-me redesignar a audiÃªncia para o dia 01.08.2022, Ã s 10h10m. Cientes os presentes. Ananindeua, 13.04.2022. Marilena Cely Figueiredo Rabelo, Servidora da 3Âª Vara Criminal, Comarca de Ananindeua PROCESSO: 00084770320188140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LEILIANA GISELE SILVA DE OLIVEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 13/04/2022 DENUNCIADO:ROGERIO REIS RODRIGUES MONTEIRO Representante(s): OAB 21635 - SOANNY DOS SANTOS ROCHA (ADVOGADO) OAB 21483 - JESSICA PINHEIRO ALVES (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO em cumprimento a DeterminaÃ§Ã£o do MM. Juiz Carlos Magno Gomes de Oliveira, Juiz de Direito Titular da 3Âª Vara Penal de Ananindeua, com base no Provimento nÂº 006/2006, art. 1Âº, Â§ 1Âº, inciso I: 1. Intimo o advogado do acusado ROGERIO REIS RODRIGUES MONTEIRO, Dra. Soanny dos Santos Rocha, OAB/Pa nÂº 21.635 e Dra. JÃ©ssica Pinheiro Alves, OAB/Pa nÂº 21.483, para apresentar memÃ³rias no prazo de 05 (cinco) dias. Ananindeua, 12 de abril de 2022. Samir Pinheiro de SÃ¡, Diretor de Secretaria da 3Âª Vara Criminal (antiga 9Âº Vara) de Ananindeua. PROCESSO: 00085751720208140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARILENA CELY R. FIGUEIREDO A??o: Inquérito Policial em: 13/04/2022 VITIMA:A. C. O. E. INDICIADO:JORGE VIEIRA GOMES. ATO ORDINATÃRIO em cumprimento a DeterminaÃ§Ã£o do MM. Carlos Magno Gomes de Oliveira, Juiz de Direito Titular da 3Âª Vara Criminal de Ananindeua, com base no Provimento nÂº 006/2006, art.1Âº, Â§ 1Âº, inciso IV: Cumpre-me redesignar a audiÃªncia para o dia 01/08.2022, Ã s 9h15m, em face da ausÃªncia da Defensoria PÃºblica, conforme oficio nÂº001/2022/CoordenaÃ§Ã£o/DPA. Cientes os presentes.Â Ananindeua, 13 de abril de 2022. Â Marilena Cely Figueiredo Rabelo Â Servidora da 3Âª Vara Criminal Â Comarca de Ananindeua PROCESSO: 00094139120198140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARILENA CELY R. FIGUEIREDO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 13/04/2022 AUTORIDADE POLICIAL:DELEGACIA GERAL DA POLICIA CIVIL DENUNCIADO:MARCELO FERREIRA DA SILVA. ATO ORDINATÃRIO em cumprimento a DeterminaÃ§Ã£o do MM. Carlos Magno Gomes de Oliveira, Juiz de Direito Titular da 3Âª Vara Criminal de Ananindeua, com base no Provimento nÂº 006/2006, art.1Âº, Â§ 1Âº, inciso IV: Cumpre-me redesignar a audiÃªncia para o dia 01.08.2022, Ã s 9h30m. Cientes os presentes. Ananindeua, 13.04.2022. Marilena Cely Figueiredo Rabelo, Servidora da 3Âª Vara Criminal, Comarca de Ananindeua PROCESSO: 00099115620208140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARILENA CELY R. FIGUEIREDO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 13/04/2022 INDICIADO:CLAUDIO ALAN ABREU DE CARVALHO. ATO ORDINATÃRIO em cumprimento a

DeterminaÃ§Ã£o do MM. Carlos Magno Gomes de Oliveira, Juiz de Direito Titular da 3Âª Vara Criminal de Ananindeua, com base no Provimento nÂº 006/2006, art.1Âº, Â§ 1Âº, inciso IV: Cumpre-me redesignar a audiÃªncia para o dia 01.08.2022, Ã s 9h00m. Cientes os presentes. Ananindeua, 13.04.2022. Marilena Cely Figueiredo Rabelo, Servidora da 3Âª Vara Criminal, Comarca de Ananindeua PROCESSO: 00126218320198140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLOS MAGNO GOMES DE OLIVEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 13/04/2022 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:MAX EMILIANO RIBEIRO DA SILVA. ATO ORDINATÃRIO em cumprimento a DeterminaÃ§Ã£o do MM. Carlos Magno Gomes de Oliveira, Juiz de Direito Titular da 3Âª Vara Criminal de Ananindeua, com base no Provimento nÂº 006/2006, art.1Âº, Â§ 1Âº, inciso IV: Cumpre-me redesignar a audiÃªncia para o dia 01.08.2022, Ã s 10h15m. Cientes os presentes. Ananindeua, 13.04.2022. Marilena Cely Figueiredo Rabelo, Servidora da 3Âª Vara Criminal, Comarca de Ananindeua PROCESSO: 00131451720188140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARILENA CELY R. FIGUEIREDO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 13/04/2022 VITIMA:A. C. O. E. DENUNCIADO:RENAN DE JESUS NASCIMENTO DA SILVA. ATO ORDINATÃRIO em cumprimento a DeterminaÃ§Ã£o do MM. Carlos Magno Gomes de Oliveira, Juiz de Direito Titular da 3Âª Vara Criminal de Ananindeua, com base no Provimento nÂº 006/2006, art.1Âº, Â§ 1Âº, inciso IV: Cumpre-me redesignar a audiÃªncia para o dia 09.06.2022, Ã s 10h00m, em razÃ£o da ausÃªncia do acusado, nÃ£o intimado. Cientes os presentes. Ananindeua, 13.04.2022. Marilena Cely Figueiredo Rabelo, Servidora da 3Âª Vara Criminal, Comarca de Ananindeua

SECRETARIA DA 4ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA

ATO ORDINATÓRIO

Processo: **00142347520188140006**

DENUNCIADO: **MARCOS VINÍCIUS DOS SANTOS SOUZA**

DEFESA: **IAGO DA CUNHA CARDOSO SILVA ¿ OAB/PA 23.325**

DE ORDEM, do Excelentíssimo Senhor Doutor EMANOEL JORGE DIAS MOUTA, Juiz de Direito Titular 4ª Vara Penal de Ananindeua, nos termos da Portaria nº 09, de 08 de maio de 2018, e do Provimento 006/2006-CJRMB, alterado pelo Provimento nº 08/2014 ¿ CJRMB, FICA INTIMADO(A) o(a)(s) advogado(a)(s) de defesa acima identificado(s), para comparecer(em) no **dia 16 de maio de 2022, às 08:30 horas**, na Secretaria da 4ª Vara Criminal do Fórum da Comarca de Ananindeua, localizado na Avenida Claudio Sanders, antiga Estrada do Maguari, 193 (2º Andar), bairro Centro, Ananindeua - Pará, a fim de participar de AUDIÊNCIA DE INSTRUÇ¿O E JULGAMENTO designada nos autos do processo em epígrafe.

Ananindeua, 12 de abril de 2022.

Kátia Regina da Silva Motta

Auxiliar Judiciário lotada na 4ª Vara Criminal

Comarca de Ananindeua

SECRETARIA DA 5ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA

RESENHA: 01/04/2022 A 12/04/2022 - SECRETARIA DA 5ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA - VARA: 5ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA PROCESSO: 00029344820208140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO RONALDO CORREA MARTIRES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 01/04/2022 VITIMA:A. C. O. E. AUTORIDADE POLICIAL:SECCIONAL URBANA DA CIDADE NOVA DENUNCIADO:ITALO FRANCISCO RIBEIRO DE OLIVEIRA DENUNCIADO:LEONARDO PASSINHO. Processo: 0002934-48.2020.8.14.0006 Acusados: Italo Francisco Ribeiro de Oliveira e Leonardo Passarinho Â Â Â Â Â Â Â Â R. H. Â Â Â Â Â Â Â Â 1. Considerando que o acusado Italo Francisco Ribeiro de Oliveira foi citado por edital e permaneceu inerte atÃ© o presente momento, conforme teor da certidÃ£o de fls. 76, suspendo o processo e o curso do prazo prescricional, nos termos do art. 366, do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â 2. Encaminhe-se os autos Ã Defensoria PÃºblica para apresentar Defesa PrÃ©via a favor do acusado Leonardo Passarinho, no prazo e forma legal. Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, retornem os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Ananindeua/PA, 05 de abril de 2022 JoÃ£o Ronaldo CorrÃªa MÃ¡rtires Juiz de Direito 1 1 PROCESSO: 00057336420208140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO RONALDO CORREA MARTIRES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 01/04/2022 AUTORIDADE POLICIAL:DELEGACIA DA SECCIONAL CIDADE NOVA DENUNCIADO:PAULO GABRIEL MAIA SILLE. Processo nÂ° 0005733-64.2020.8.14.0006 Acusado(s): Paulo Gabriel Maia Sille R. H. 1 - Determino a citaÃ§Ã£o do rÃ©u Paulo Gabriel Maia Sille, por edital com prazo de 15 (quinze) dias, para apresentar defesa preliminar no prazo e forma legal. Â Â Â Â Â 2 - Conste no edital de citaÃ§Ã£o que nÃ£o sendo apresentada defesa no prazo legal ou se o acusado nÃ£o constituir Advogado, serÃ¡ o feito suspenso, bem como o curso do prazo prescricional, conforme o art. 366, do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â 3 - Senhor Diretor de Secretaria: Ultrapassado o prazo legal de 10 (dez) dias sem a apresentaÃ§Ã£o de defesa prÃ©via ou se o acusado, mesmo citado, nÃ£o constituir defensor, voltem conclusos. Â Â Â Â Â Â Ananindeua/Pa, 03 de abril de 2022 JoÃ£o Ronaldo CorrÃªa MÃ¡rtires Juiz de Direito PROCESSO: 00057697720188140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALINE MENDES OLIVEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 01/04/2022 DENUNCIADO:KAIO ROBERTO DOS SANTOS OLIVEIRA DENUNCIADO:BRUNO DE LUCAS PINA MANITO Representante(s): OAB 17971 - FERNANDO ROGERIO LIMA FARAH (ADVOGADO) DENUNCIADO:RONI AUGUSTO DA LUZ PINHO Representante(s): OAB 5522 - MARIA AMELIA DELGADO VIANA (ADVOGADO) . ATO ORDINATORIO. (De acordo com o art. 93, XIV da CF/88, art. 162, Â§4Âº do CPC e Provimento 006/2006-CJRMB). INTIME o(s) advogado(s) da(s) parte(s) para tomar(em) ciÃªncia da AUDIÃNCIA do dia 17 DE MAIO DE 2022, Ã s 9h30. Ananindeua, 01 de abril de 2022. LEILSON LIRA BATISTA. Diretor de Secretaria da 5Âª vara penal de Ananindeua. PROCESSO: 00075240520198140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALINE MENDES OLIVEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 04/04/2022 VITIMA:A. S. AUTORIDADE POLICIAL:SECCIONAL URBANA DA CIDADE NOVA DENUNCIADO:MARCELO WAINER DA COSTA SILVA Representante(s): OAB 29319 - MARCONI GOMES SOUZA (ADVOGADO) DENUNCIADO:VALDECI ROZARIO MENDONCA DENUNCIADO:JONATHA COSTA BAIA Representante(s): OAB 29319 - MARCONI GOMES SOUZA (ADVOGADO) DENUNCIADO:RODRIGO ALVES MASSUD Representante(s): OAB 24024 - BEIDSON RODRIGUES COUTO (ADVOGADO) . ATO ORDINATORIO. (De acordo com o art. 93, XIV da CF/88, art. 162, Â§4Âº do CPC e Provimento 006/2006-CJRMB). INTIME o(s) advogado(s) da(s) parte(s) para tomar(em) ciÃªncia da AUDIÃNCIA do dia 31 DE MAIO DE 2022, Ã s 10h. Ananindeua, 04 de abril de 2022. LEILSON LIRA BATISTA. Diretor de Secretaria da 5Âª vara penal de Ananindeua. PROCESSO: 00179261920178140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LEILSON LIRA BATISTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 04/04/2022 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:BRUNO DA SILVA SANTOS Representante(s): OAB 21486 - CAMILO RAMOS CAVALCANTE (ADVOGADO) DENUNCIADO:NEIDSON DANIEL MIRANDA DA SILVA. ATO ORDINATORIO. (De acordo com o art. 93, XIV da CF/88, art. 162, Â§4Âº do CPC e Provimento 006/2006-CJRMB). INTIME os ADVOGADO(S) DO(S) RÃU(S) para tomar ciÃªncia da AUDIÃNCIA DO DIA 24/05/2022 Ã s 10h30. Ananindeua, 04 de abril de 2022. LEILSON LIRA BATISTA. Diretor de Secretaria da 5Âª vara penal de Ananindeua. PROCESSO: 00001475520198140952 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO RONALDO CORREA MARTIRES A??o: Termo Circunstanciado em: 05/04/2022 AUTOR DO FATO:ANTONIA PEREIRA DA SILVA

Representante(s): OAB 24399 - JORGE RIBEIRO DIAS DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 27827 - FABRICIUS GEORGES MEDEIROS DA CUNHA (ADVOGADO) OAB 28194 - WADY CHARONE NETO (ADVOGADO) VITIMA:M. B. C. Representante(s): OAB 17308 - VIRGILIO ALBERTO AZEVEDO MOURA (ADVOGADO) OAB 18107 - ZARAH EMANUELLE MARTINHO TRINDADE (ADVOGADO) . Processo nÂ° 0000147-55.2019.814.0952 Querelante: AntÃ´nia Pereira da Silva Querelado: Manoel Borges Corpes Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Defiro o pedido de reuniÃ£o do presente feito com o processo de nÂ° 0008123-50.2018.814.0952, tendo em vista que as partes e objeto sÃ£o os mesmos. Â Â Â Â Â Intimem-se. Ananindeua/Pa, 01 de abril de 2022 JoÃ£o Ronaldo CorrÃªa MÃ¡rtires Juiz de direito PROCESSO: 00002442320128140945 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO RONALDO CORREA MARTIRES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 05/04/2022 DENUNCIADO:ANA PAULA DA COSTA GOMES VITIMA:N. C. C. F. . Processo nÂ° 0000244-23.2012.8.14.0945 Acusada: Ana Paula da Costa Gomes Â Â Â Â Â Â R. H. Â Â Â Â Â Â 1 - Ante a inexistÃªncia de configuraÃ§Ã£o de qualquer das hipÃ³teses de AbsolviÃ§Ã£o SumÃ¡ria enumeradas no art. 397 do CPP, em que pese a defesa preliminar Ã s fls. 39/40, designo audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para a data de 29 de junho de 2023, Ã s 10:00 horas. Â Â Â Â Â Â 2 - Intime-se a rÃ©, a vÃ-tima e testemunhas arroladas pela acusaÃ§Ã£o e defesa, expedindo-se precatÃ³rias e requisiÃ§Ãµes necessÃ¡rias. Â Â Â Â Â Â 3 - DÃª-se ciÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico e a Defensoria PÃºblica. Ananindeua/PA, 03 de abril de 2022 JoÃ£o Ronaldo CorrÃªa MÃ¡rtires Juiz de Direito PROCESSO: 00006709220198140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO RONALDO CORREA MARTIRES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 05/04/2022 VITIMA:O. O. C. VITIMA:M. F. S. VITIMA:R. L. N. DENUNCIADO:JEFERSON RODRIGO MARINHO DENUNCIADO:ALINE DA SILVA E SILVA. Ã© EDITAL DE CITAÃÃO Â (Prazo de 15 dias) O Dr. JOÃO RONALDO CORREA MARTIRES, Juiz de Direito respondendo pela 5Âª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua Â¿ PA, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais que lhe sÃ£o conferidas por Lei, faz saber aos que lerem ou dele tomarem conhecimento que foi denunciado(a) pela 5Âª Promotoria de JustiÃ§a Criminal de Ananindeua-PA, o(a) nacional JEFERSON RODRIGO MARINHO, brasileiro, natural de SÃ£o Miguel do GuamÃ¡, nascido em: 05/03/1997, filho de Maria Arlete Marinho, residente e domiciliado(a) em: local incerto e nÃ£o sabido, como incurso(a) nas penas do art.157, Â§ 3Â°, II, do CPB, nestes autos. E como nÃ£o foi encontrado(a) para ser citado(a) pessoalmente, expede-se o presente EDITAL, para constituir Novo Advogado, no prazo de 5 dias, a fim de apresentar memoriais finais no prazo e forma legal. NÃ£o sendo apresentada defesa no prazo legal, ou se o(a) acusado(a), nÃ£o constituir Advogado, fica nomeado desde logo Defensor PÃºblico para atuar em sua defesa, a quem os autos deverÃ£o ser remetidos. E, para que ninguÃ©m no futuro possa alegar ignorÃ¢ncia, serÃ¡ o presente publicado e afixado no fÃ³rum de Ananindeua-PA e no DIÁRIO DA JUSTIÃA, na forma da Lei. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Ananindeua-PA, Estado do ParÃ¡, JuÃ-zo da 5Âª. Vara Criminal, aos 05 dias do mÃªs de abril do ano de 2022. Eu, Jennyfer Camille, EstagiÃ¡ria, com anuÃªncia do Diretor de Secretaria, o digitei, de ordem do MeritÃ-ssimo Juiz. JOÃO RONALDO CORREA MARTIRES Juiz de Direito respondendo pela 5Âª Vara Criminal Comarca de Ananindeua/PA PROCESSO: 00006709220198140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO RONALDO CORREA MARTIRES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 05/04/2022 VITIMA:O. O. C. VITIMA:M. F. S. VITIMA:R. L. N. DENUNCIADO:JEFERSON RODRIGO MARINHO DENUNCIADO:ALINE DA SILVA E SILVA. Ã© EDITAL DE CITAÃÃO Â (Prazo de 15 dias) O Dr. JOÃO RONALDO CORREA MARTIRES, Juiz de Direito respondendo pela 5Âª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua Â¿ PA, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais que lhe sÃ£o conferidas por Lei, faz saber aos que lerem ou dele tomarem conhecimento que foi denunciado(a) pela 5Âª Promotoria de JustiÃ§a Criminal de Ananindeua-PA, o(a) nacional ALINE DA SILVA E SILVA, nascido em: 16/07/1997, filha de Armando Rente da Silva e Edilene Sousa da Silva, residente e domiciliado(a) em: local incerto e nÃ£o sabido, como incurso(a) nas penas do art.180, Caput, do CPB, nestes autos. E como nÃ£o foi encontrado(a) para ser citado(a) pessoalmente, expede-se o presente EDITAL, para constituir Novo Advogado, no prazo de 5 dias, a fim de apresentar memoriais finais no prazo e forma legal. NÃ£o sendo apresentada defesa no prazo legal, ou se o(a) acusado(a), nÃ£o constituir Advogado, fica nomeado desde logo Defensor PÃºblico para atuar em sua defesa, a quem os autos deverÃ£o ser remetidos. E, para que ninguÃ©m no futuro possa alegar ignorÃ¢ncia, serÃ¡ o presente publicado e afixado no fÃ³rum de Ananindeua-PA e no DIÁRIO DA JUSTIÃA, na forma da Lei. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Ananindeua-PA, Estado do ParÃ¡, JuÃ-zo da 5Âª. Vara Criminal, aos 05 dias do mÃªs de abril do ano de 2022. Eu, Jennyfer Camille, EstagiÃ¡ria, com anuÃªncia do Diretor de Secretaria, o digitei, de ordem do MeritÃ-ssimo Juiz. JOÃO RONALDO CORREA MARTIRES Juiz de Direito respondendo pela 5Âª Vara Criminal Comarca de Ananindeua/PA PROCESSO: 00007173220208140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A):

JOAO RONALDO CORREA MARTIRES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 05/04/2022 VITIMA:J. M. S. AUTORIDADE POLICIAL:SECCIONAL DE POLICIA DE ANANINDEUA DENUNCIADO:LUCAS WANCLEBEM MARTINS VIEIRA. Processo nÂ° 0000717-32.2020.8.14.0006 Acusado: LUCAS WANCLEBEM MARTINS VIEIRA Â Â Â Â Â Â Â Â R. H. Â Â Â Â Â Â Â Â 1. Considerando que o acusado foi citado por edital e permaneceu inerte atÃ© o presente momento, conforme teor da certidÃ£o encartada nos autos, suspendo o processo e o curso do prazo prescricional, nos termos do art. 366, do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â 2. Deixo de designar audiÃªncia para inquiriÃ§Ã£o das testemunhas arroladas pela acusaÃ§Ã£o, por entender que a produÃ§Ã£o antecipada de provas somente pode ser levada a efeito nos casos em que for imprescindÃ-vel e urgente a colheita da prova testemunhal, o que nÃ£o ocorre no caso vertente. Â Â Â Â Â Â Â Â 3. Desse modo, determino que os presentes autos aguardem em Secretaria a localizaÃ§Ã£o do rÃ©u para se ver processar, devendo o Sr. Diretor de Secretaria encaminhar os autos, a cada 90 (noventa) dias ao MinistÃ©rio PÃºblico para fins de localizaÃ§Ã£o do endereÃ§o atualizado do acusado visando seu ulterior chamamento ao feito. Â Â Â Â Â Â Â Â 4- Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Ananindeua/PA, 05/04/2022 JoÃ£o Ronaldo CorrÃªa MÃ¡rtires Juiz de Direito 1 1 PROCESSO: 00010517620148140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO RONALDO CORREA MARTIRES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 05/04/2022 FLAGRANTEADO:CLARA DE NAZARÉ DA SILVA SANTOS Representante(s): OAB 14182 - CLODOILSON DE ARAUJO PICANCO (ADVOGADO) VITIMA:O. E. . Processo nÂº 0001051-76.2014.814.0006 Denunciada: Clarca de NazarÃ© da Silva Santos Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc.. 1.Â Â Â Â Â Diante da certidÃ£o de fl. 90, intime-se a acusada CLARA DE NAZARÃ DA SILVA, no endereÃ§o indicado na audiÃªncia instrutÃ³ria para que constitua novo advogado, no prazo de 10 (dez) dias, advertindo-a que, em caso de inÃ©rcia serÃ¡ nomeado defensor pÃºblico para atuar em sua defesa. 2.Â Â Â Â Â Constituindo a acusada novo defensor, ou sendo o caso de patrocÃ-nio da Defensoria PÃºblica, intime-se para que apresente contrarrazÃµes ao recurso de apelaÃ§Ã£o interposto pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual. 3.Â Â Â Â Â Intime-se o advogado Dr. Clodonilson de AraÃºjo PicanÃ§o, OAB/PA 14.182, para que justifique a sua inÃ©rcia no presente processo, acerca das contrarrazÃµes ao recurso de apelaÃ§Ã£o, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena deste juÃ-zo solicitar providÃªncias junto a OAB/PA. 4.Â Â Â Â Â Decorrido o prazo, sem justificativa do advogado, oficie-se a OAB/PA, para que de acordo com o que estabelece art. 34, XI e art. 35 do EAOAB, tome as providÃªncias cabÃ-veis em face do referido causÃ-dico. Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Ananindeua (PA), 30 de marÃ§o de 2022 JoÃ£o Ronaldo CorrÃªa MÃ¡rtires Juiz de Direito 1 PROCESSO: 00017549420208140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO RONALDO CORREA MARTIRES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 05/04/2022 AUTORIDADE POLICIAL:DELEGACIA DA SECCIONAL CIDADE NOVA DENUNCIADO:EDTON ALEX DA COSTA PEREIRA. Processo nÂ° 0001754-94.2020.8.14.0006 Acusado: EDTON ALEX DA COSTA PEREIRA Â Â Â Â Â Â Â Â R. H. Â Â Â Â Â Â Â Â 1. Considerando que o acusado foi citado por edital e permaneceu inerte atÃ© o presente momento, conforme teor da certidÃ£o encartada nos autos, suspendo o processo e o curso do prazo prescricional, nos termos do art. 366, do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â 2. Deixo de designar audiÃªncia para inquiriÃ§Ã£o das testemunhas arroladas pela acusaÃ§Ã£o, por entender que a produÃ§Ã£o antecipada de provas somente pode ser levada a efeito nos casos em que for imprescindÃ-vel e urgente a colheita da prova testemunhal, o que nÃ£o ocorre no caso vertente. Â Â Â Â Â Â Â Â 3. Desse modo, determino que os presentes autos aguardem em Secretaria a localizaÃ§Ã£o do rÃ©u para se ver processar, devendo o Sr. Diretor de Secretaria encaminhar os autos, a cada 90 (noventa) dias ao MinistÃ©rio PÃºblico para fins de localizaÃ§Ã£o do endereÃ§o atualizado do acusado visando seu ulterior chamamento ao feito. Â Â Â Â Â Â Â Â 4- Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Ananindeua/PA, 05/04/2022 JoÃ£o Ronaldo CorrÃªa MÃ¡rtires Juiz de Direito 1 1 PROCESSO: 00027173920198140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LEILSON LIRA BATISTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 05/04/2022 VITIMA:M. A. P. VITIMA:J. B. R. VITIMA:A. M. A. VITIMA:K. P. A. VITIMA:R. P. S. DENUNCIADO:JOSE BENEDITO RAMOS Representante(s): OAB 22788 - CARLOS REUTEMAN SANTOS DA SILVA (ADVOGADO) . ATO ORDINATORIO. (De acordo com o art. 93, XIV da CF/88, art. 162, Â§4Âº do CPC e Provimento 006/2006-CJRMB). INTIME o(s) ADVOGADO(S) DO(S) RÃU(S) para tomar(em) ciÃªncia da AUDIÊNCIA DO DIA 26/05/2022 Ã s 10h. Ananindeua, 5 de abril de 2022. LEILSON LIRA BATISTA. Diretor de Secretaria da 5Âª vara penal de Ananindeua. PROCESSO: 00031053920198140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LEILSON LIRA BATISTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 05/04/2022 VITIMA:A. C. O. E. DENUNCIADO:MARCOS ALEXANDRE DOS SANTOS DORIA Representante(s): OAB 21835 - ELIEZER SILVA DE SOUSA (ADVOGADO) . ATO ORDINATORIO. (De acordo com o art. 93, XIV da CF/88, art.

162, Â§4Âº do CPC e Provimento 006/2006-CJRMB). INTIME o(s) ADVOGADO(S) DO(S) RÃU(S) para tomar(em) ciÃªncia da AUDIÃNCIA DO DIA 26/05/2022 Ã s 09h. Ananindeua, 5 de abril de 2022. LEILSON LIRA BATISTA. Diretor de Secretaria da 5Âª vara penal de Ananindeua. PROCESSO: 00050356720198140952 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALINE MENDES OLIVEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 05/04/2022 VITIMA:P. H. S. C. QUERELANTE:ELOISA JOSE MIRANDA DE SOUSA Representante(s): OAB 18709 - IGOR BRUNO SILVA DE MIRANDA (ADVOGADO) VITIMA:P. S. L. C. DENUNCIADO:JACIARA SANTOS DA SILVA Representante(s): OAB 19684 - HILTON CESAR REIS DA SILVA (ADVOGADO) . ATO ORDINATORIO. (De acordo com o art. 93, XIV da CF/88, art. 162, Â§4Âº do CPC e Provimento 006/2006-CJRMB). INTIME o(s) advogado(s) da(s) parte(s) para tomar(em) ciÃªncia da AUDIÃNCIA do dia 30 DE MAIO DE 2022, Ã s 10h45. Ananindeua, 05 de abril de 2022. LEILSON LIRA BATISTA. Diretor de Secretaria da 5Âª vara penal de Ananindeua. PROCESSO: 00059787520208140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO RONALDO CORREA MARTIRES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 05/04/2022 DENUNCIADO:KEROLANY PONTES ALVES. Processo nÂ° 0005978-75.2020.8.14.0006 Denunciada (s): Karolany Pontes Alves Vistos, etc. 1. Notifique-se a acusada no endereÃ§o de fls. 16, para oferecer defesa prÃ©via, por escrito, no prazo de 10(dez) dias, podendo arguir preliminares e invocar todas as razÃµes de defesa, oferecer documentos e justificaÃ§Ãµes, especificar as provas que pretende produzir e arrolar atÃ© 5(cinco) testemunhas (art. 55 e Â§1Âº da Lei 11.343/2006). 2. Se a resposta nÃ£o for apresentada no prazo estabelecido acima, nomeio antecipadamente defensor pÃºblico atuante nesta Comarca para oferecÃª-las em igual prazo, concedendo-lhe vista dos autos. 3. Cumpram-se as diligÃªncias solicitadas pelo Representante do MinistÃ©rio PÃºblico na denÃºncia, caso requeridas. 4. Intime-se. Ananindeua/PA, 31 de marÃ§o de 2022 JoÃ£o Ronaldo CorrÃªa MÃ¡rtires Juiz de Direito PROCESSO: 00059802120158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO RONALDO CORREA MARTIRES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 05/04/2022 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:MARCIO DA CONCEICAO SILVA Representante(s): OAB 14870 - MARCOS JOSE SIQUEIRA DAS DORES (ADVOGADO) . Processo nÂ° 0005980-21.2015.8.14.0006 Acusado: MARCIO DA CONCEICAO SILVA Â Â Â Â Â Â Â Â R. H. Â Â Â Â Â Â Â Â 1. Considerando que o acusado foi citado por edital e permaneceu inerte atÃ© o presente momento, conforme teor da certidÃ£o encartada nos autos, suspendo o processo e o curso do prazo prescricional, nos termos do art. 366, do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â 2. Deixo de designar audiÃªncia para inquiriÃ§Ã£o das testemunhas arroladas pela acusaÃ§Ã£o, por entender que a produÃ§Ã£o antecipada de provas somente pode ser levada a efeito nos casos em que for imprescindÃ-vel e urgente a colheita da prova testemunhal, o que nÃ£o ocorre no caso vertente. Â Â Â Â Â Â Â Â 3. Desse modo, determino que os presentes autos aguardem em Secretaria a localizaÃ§Ã£o do rÃ©u para se ver processar, devendo o Sr. Diretor de Secretaria encaminhar os autos, a cada 90 (noventa) dias ao MinistÃ©rio PÃºblico para fins de localizaÃ§Ã£o do endereÃ§o atualizado do acusado visando seu ulterior chamamento ao feito. Â Â Â Â Â Â Â Â 4- Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Ananindeua/PA, 05/04/2022 JoÃ£o Ronaldo CorrÃªa MÃ¡rtires Juiz de Direito 1 1 PROCESSO: 00075108420208140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO RONALDO CORREA MARTIRES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 05/04/2022 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:JOSE ALCIDES DA SILVA SOUZA Representante(s): OAB 21948 - CINTHIA RODRIGUES SANTANA (ADVOGADO) . Processo nÂº 0007510-84.2020.8140006 Acusado: JosÃ© Alcides da Silva Souza Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc.. 1.Â Â Â Â Â Diante da certidÃ£o de fl. 39, intime-se o acusado JosÃ© Alcides da Silva Souza, no endereÃ§o indicado Ã s fls. 36, para que constitua novo advogado, no prazo de 10 (dez) dias, advertindo-a que, em caso de inÃ©rcia serÃ¡ nomeado defensor pÃºblico para atuar em sua defesa. 2.Â Â Â Â Â Constituindo a acusada novo defensor, ou sendo o caso de patrocÃ-nio da Defensoria PÃºblica, intime-se para que apresente memoriais finais escritos. 3.Â Â Â Â Â Intime-se a advogada Dra. Cinthia Rodrigues Santana, OAB/PA 21.948, para que justifique a sua inÃ©rcia no presente processo, acerca da nÃ£o apresentaÃ§Ã£o de memoriais finais, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena deste juÃ-zo solicitar providÃªncias junto a OAB/PA. 4.Â Â Â Â Â Decorrido o prazo, sem justificativa do advogado, oficie-se a OAB/PA, para que de acordo com o que estabelece art. 34, XI e art. 35 do EAOAB, tome as providÃªncias cabÃ-veis em face do referido causÃ-dico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ananindeua (PA), 30 de marÃ§o de 2022 JoÃ£o Ronaldo CorrÃªa MÃ¡rtires Juiz de Direito 1 PROCESSO: 00076785720188140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO RONALDO CORREA MARTIRES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 05/04/2022 VITIMA:T. J. O. L. S. DENUNCIADO:SERGIO BARBOSA. Processo nÂ° 0007678-57.2018.8.14.0006 Acusado: SERGIO BARBOSA Â Â Â Â Â Â Â Â R. H. Â Â Â Â Â Â Â Â 1. Considerando que o acusado foi citado por edital e

permaneceu inerte atÃ© o presente momento, conforme teor da certidÃ£o encartada nos autos, suspendo o processo e o curso do prazo prescricional, nos termos do art. 366, do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â 2. Deixo de designar audiÃªncia para inquiriÃ§Ã£o das testemunhas arroladas pela acusaÃ§Ã£o, por entender que a produÃ§Ã£o antecipada de provas somente pode ser levada a efeito nos casos em que for imprescindÃ-vel e urgente a colheita da prova testemunhal, o que nÃ£o ocorre no caso vertente. Â Â Â Â Â Â Â Â 3. Desse modo, determino que os presentes autos aguardem em Secretaria a localizaÃ§Ã£o do rÃ©u para se ver processar, devendo o Sr. Diretor de Secretaria encaminhar os autos, a cada 90 (noventa) dias ao MinistÃ©rio PÃºblico para fins de localizaÃ§Ã£o do endereÃ§o atualizado do acusado visando seu ulterior chamamento ao feito. Â Â Â Â Â Â Â Â 4- Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Ananindeua/PA, 05/04/2022 JoÃ£o Ronaldo CorrÃªa MÃ¡rtires Juiz de Direito 1 1 PROCESSO: 00097054220208140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO RONALDO CORREA MARTIRES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 05/04/2022 ENVOLVIDO:COMARCA DE ANANINDEUA AUTORIDADE POLICIAL:SECCIONAL UNBANA DO PAAR DENUNCIADO:LUIS FERNANDO MARINHO SANTOS DA SILVA Representante(s): OAB 22710 - ANDERSON ARAUJO MENDES (ADVOGADO) . Processo nÂ° 0009705-42.2020.8.14.0006 Acusado: LUIS FERNANDO MARINHO SANTOS DA SILVA Â Â Â Â Â Â Â Â R. H. Â Â Â Â Â Â Â Â 1. Considerando que o acusado foi citado por edital e permaneceu inerte atÃ© o presente momento, conforme teor da certidÃ£o encartada nos autos, suspendo o processo e o curso do prazo prescricional, nos termos do art. 366, do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â 2. Deixo de designar audiÃªncia para inquiriÃ§Ã£o das testemunhas arroladas pela acusaÃ§Ã£o, por entender que a produÃ§Ã£o antecipada de provas somente pode ser levada a efeito nos casos em que for imprescindÃ-vel e urgente a colheita da prova testemunhal, o que nÃ£o ocorre no caso vertente. Â Â Â Â Â Â Â Â 3. Desse modo, determino que os presentes autos aguardem em Secretaria a localizaÃ§Ã£o do rÃ©u para se ver processar, devendo o Sr. Diretor de Secretaria encaminhar os autos, a cada 90 (noventa) dias ao MinistÃ©rio PÃºblico para fins de localizaÃ§Ã£o do endereÃ§o atualizado do acusado visando seu ulterior chamamento ao feito. Â Â Â Â Â Â Â Â 4- Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Ananindeua/PA, 05/04/2022 JoÃ£o Ronaldo CorrÃªa MÃ¡rtires Juiz de Direito 1 1 PROCESSO: 00104927120208140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO RONALDO CORREA MARTIRES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 05/04/2022 AUTORIDADE POLICIAL:ICUI GUAJARA UNIDADE INTEGRADA PROPAZ DENUNCIADO:RUAN JUNIOR SANTIAGO DA SILVA. Processo nÂ° 0010492-71.2020.8.14.0006 Acusado(s): Ruan Junior Santiago da Silva R. H. Â Â Â Â Â Â 1 - Determino a citaÃ§Ã£o do rÃ©u Ruan Junior Santiago da Silva, por edital com prazo de 15 (quinze) dias, para apresentar defesa preliminar no prazo e forma legal. Â Â Â Â Â 2 - Conste no edital de citaÃ§Ã£o que nÃ£o sendo apresentada defesa no prazo legal ou se o acusado nÃ£o constituir Advogado, serÃ¡ o feito suspenso, bem como o curso do prazo prescricional, conforme o art. 366, do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â 3 - Senhor Diretor de Secretaria: Ultrapassado o prazo legal de 10 (dez) dias sem a apresentaÃ§Ã£o de defesa prÃ©via ou se o acusado, mesmo citado, nÃ£o constituir defensor, voltem conclusos. Â Â Â Â Â Â Ananindeua/Pa, 05 de abril de 2022 JoÃ£o Ronaldo CorrÃªa MÃ¡rtires Juiz de Direito PROCESSO: 00108070220208140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO RONALDO CORREA MARTIRES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 05/04/2022 VITIMA:D. S. R. DENUNCIADO:GLEDISOM GOMES FERREIRA DA SILVA. Processo nÂ° 0010807-02.2020.8.14.0006 Acusado(s): Gledisom Gomes Ferreira da Silva R. H. 1 - Determino a citaÃ§Ã£o do rÃ©u Gleidisom Gomes Ferreira da Silva, por edital com prazo de 15 (quinze) dias, para apresentar defesa preliminar no prazo e forma legal. Â Â Â Â Â 2 - Conste no edital de citaÃ§Ã£o que nÃ£o sendo apresentada defesa no prazo legal ou se o acusado nÃ£o constituir Advogado, serÃ¡ o feito suspenso, bem como o curso do prazo prescricional, conforme o art. 366, do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â 3 - Senhor Diretor de Secretaria: Ultrapassado o prazo legal de 10 (dez) dias sem a apresentaÃ§Ã£o de defesa prÃ©via ou se o acusado, mesmo citado, nÃ£o constituir defensor, voltem conclusos. Â Â Â Â Â Â Ananindeua/Pa, 05 de abril de 2022 JoÃ£o Ronaldo CorrÃªa MÃ¡rtires Juiz de Direito PROCESSO: 00108070220208140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO RONALDO CORREA MARTIRES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 05/04/2022 VITIMA:D. S. R. DENUNCIADO:GLEDISOM GOMES FERREIRA DA SILVA. Ã© EDITAL DE CITAÃÃO Â (Prazo de 15 dias) O Dr. JOÃO RONALDO CORREA MARTIRES, Juiz de Direito respondendo pela 5Âª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua Â¿ PA, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais que lhe sÃ£o conferidas por Lei, faz saber aos que lerem ou dele tomarem conhecimento que foi denunciado(a) pela 5Âª Promotoria de JustiÃ§a Criminal de Ananindeua-PA, o(a) nacional GLEDISOM GOMES FERREIRA DA SILVA, brasileiro, natural de Â BelÃ©m do ParÃ¡, nascido em: 27/11/1996, filha de Maria Gomes Ferreira e Francisco Ferreira da Silva, residente e domiciliado(a) em: local incerto e nÃ£o sabido, como incurso(a) nas penas

do art.155, Caput, do CÃ³digo Penal, nestes autos. E como nÃ£o foi encontrado(a) para ser citado(a) pessoalmente, expede-se o presente EDITAL, para constituir Novo Advogado, no prazo de 5 dias, a fim de apresentar memoriais finais no prazo e forma legal. NÃ£o sendo apresentada defesa no prazo legal, ou se o(a) acusado(a), nÃ£o constituir Advogado, fica nomeado desde logo Defensor PÃºblico para atuar em sua defesa, a quem os autos deverÃ£o ser remetidos. E, para que ninguÃ©m no futuro possa alegar ignorÃ¢ncia, serÃ¡ o presente publicado e afixado no fÃ³rum de Ananindeua-PA e no DIÃRIO DA JUSTIÃA, na forma da Lei. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Ananindeua-PA, Estado do ParÃ¡, JuÃ-zo da 5Âª. Vara Criminal, aos 05 dias do mÃªs de abril do ano de 2022. Eu, Jennyfer Camille, EstagiÃ¡ria, com anuÃªncia do Diretor de Secretaria, o digitei, de ordem do MeritÃ-ssimo Juiz. JOÃO RONALDO CORREA MARTIRES Juiz de Direito respondendo pela 5Âª Vara Criminal Comarca de Ananindeua/PA PROCESSO: 00115147220178140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO RONALDO CORREA MARTIRES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 05/04/2022 VITIMA:A. C. M. AUTORIDADE POLICIAL:DELEGACIA DE POLICIA DA SECCIONAL DA CIDADE NOVA DENUNCIADO:KLEBERSON MANOEL RIBEIRO DOS REIS DENUNCIADO:IVANILDO LOPES DE OLIVEIRA DENUNCIADO:FABRICIO SANTOS DA SILVA. Processo 0011514-72.2017.8.14.0006 Acusado(s): Ivanildo Lopes de Oliveira - revel Ã s fls. 45 Vistos, etc. Dou por encerrada a instruÃ§Ã£o processual. Vista dos autos ao MinistÃ©rio PÃºblico para apresentaÃ§Ã£o de memoriais finais no prazo de 05 (cinco) dias, em seguida Ã Defesa. ApÃ³s, faÃ§am os autos conclusos para julgamento. Ananindeua/Pa, 05 de abril de 2022 JOÃO RONALDO CORREA MÃRITRES Juiz de direito PROCESSO: 00123687120148140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LEILSON LIRA BATISTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 05/04/2022 VITIMA:G. S. P. DENUNCIADO:SILVANILSON ALBUQUERQUE DA SILVA Representante(s): OAB 21835 - ELIEZER SILVA DE SOUSA (ADVOGADO) DENUNCIADO:LUCAS LUIS DIAS DA SILVA Representante(s): OAB 23041 - ERLLEN DA COSTA RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 25402 - LEILA VANIA BASTOS RAIOL (ADVOGADO) OAB 19782 - ANTONIO VITOR CARDOSO TOURAO PANTOJA (ADVOGADO) . ATO ORDINATORIO. (De acordo com o art. 93, XIV da CF/88, art. 162, Â§4Âº do CPC e Provimento 006/2006-CJRMB). INTIME o(s) ADVOGADO(S) DO(S) RÃU(S) para tomar(em) ciÃªncia da AUDIÃNCIA DO DIA 25/05/2022 Ã s 10h. Ananindeua, 5 de abril de 2022. LEILSON LIRA BATISTA. Diretor de Secretaria da 5Âª vara penal de Ananindeua. PROCESSO: 00128438520188140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO RONALDO CORREA MARTIRES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 05/04/2022 DENUNCIADO:CLEITON SOUZA DA SILVA DENUNCIADO:IVANEIDE MONTEIRO PEREIRA SANTOS DENUNCIADO:LUCIANO CARLOS MAIA. Processo nÂ° 0012843-85.2018.8.14.0006 Acusados: Cleiton Souza da Silva, Luciano Carlos Maia e Ivaneide Monteiro Pereira Santos Â Â Â Â Â Â R. H. Â Â Â Â Â Â 1 - Ante a inexistÃªncia de configuraÃ§Ã£o de qualquer das hipÃ³teses de AbsolviÃ§Ã£o SumÃ¡ria enumeradas no art. 397 do CPP, em que pese a defesa preliminar Ã s fls. 10, 14 e 15, designo audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para a data de 12 de abril de 2023, Ã s 10:00 horas. Â Â Â Â Â Â 2 - Intimem-se os rÃ©us, as testemunhas arroladas pela acusaÃ§Ã£o e defesa, expedindo-se precatÃ³rias e requisiÃ§Ãµes necessÃ¡rias. Â Â Â Â Â Â 3 - DÃª-se ciÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico e a Defensoria PÃºblica. Ananindeua/PA, 29 de marÃ§o de 2022 JoÃ£o Ronaldo CorrÃªa MÃ¡rtires Juiz de Direito PROCESSO: 00131775620178140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO RONALDO CORREA MARTIRES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 05/04/2022 VITIMA:V. R. S. VITIMA:L. A. A. O. VITIMA:V. R. C. T. DENUNCIADO:JOSE EVARISTO DE SOUSA. Processo nÂ° 0013177-56.2017.8.14.0006 Acusado: JOSE EVARISTO DE SOUSA Â Â Â Â Â Â Â Â R. H. Â Â Â Â Â Â Â Â 1. Considerando que o acusado foi citado por edital e permaneceu inerte atÃ© o presente momento, conforme teor da certidÃ£o encartada nos autos, suspendo o processo e o curso do prazo prescricional, nos termos do art. 366, do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â 2. Deixo de designar audiÃªncia para inquiriÃ§Ã£o das testemunhas arroladas pela acusaÃ§Ã£o, por entender que a produÃ§Ã£o antecipada de provas somente pode ser levada a efeito nos casos em que for imprescindÃ-vel e urgente a colheita da prova testemunhal, o que nÃ£o ocorre no caso vertente. Â Â Â Â Â Â Â Â 3. Desse modo, determino que os presentes autos aguardem em Secretaria a localizaÃ§Ã£o do rÃ©u para se ver processar, devendo o Sr. Diretor de Secretaria encaminhar os autos, a cada 90 (noventa) dias ao MinistÃ©rio PÃºblico para fins de localizaÃ§Ã£o do endereÃ§o atualizado do acusado visando seu ulterior chamamento ao feito. Â Â Â Â Â Â Â Â 4- Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Ananindeua/PA, 05/04/2022 JoÃ£o Ronaldo CorrÃªa MÃ¡rtires Juiz de Direito 1 1 PROCESSO: 00136021520198140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LEILSON LIRA BATISTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 05/04/2022 VITIMA:A. C. O. E. AUTORIDADE POLICIAL:DELEGACIA DE

HOMICIDIOS DE ICOARACI DENUNCIADO:LENON GOMES DE MOURA Representante(s): OAB 17201 - MARCELO NORONHA CASSIMIRO (ADVOGADO) . ATO ORDINATORIO. (De acordo com o art. 93, XIV da CF/88, art. 162, Â§4Âº do CPC e Provimento 006/2006-CJRMB). INTIME o(s) ADVOGADO(S) DO(S) RÃU(S)/DENUNCIADO(S) para tomar(em) ciÃªncia da AUDIÃNCIA DO DIA 20/06/2022 Ã s 10h45. Ananindeua, 5 de abril de 2022. LEILSON LIRA BATISTA. Diretor de Secretaria da 5Âª vara penal de Ananindeua. PROCESSO: 00150820420148140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO RONALDO CORREA MARTIRES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 05/04/2022 FLAGRANTEADO:JOSE EDINALDO GOMES VITIMA:A. C. O. E. . Processo nÂ° 0015082-04.2014.8.14.0006 Acusado: JosÃ© Ednaldo Gomes Â Â Â Â Â Â R. H. Â Â Â Â Â Â 1 - Designo audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para a data de 03 de agosto de 2023, Ã s 09:00 horas. Â Â Â Â Â Â 2 - Intime-se o rÃ©u no endereÃ§o de fls. 106, vez que, conforme certidÃ£o de fls. 109, reside neste endereÃ§o. Â Â Â Â Â Â 3 - Intime-se as testemunhas Emerson Oliveira de Castro e Marcio Borges Pimenta, expedindo-se requisiÃ§Ãµes necessÃ¡rias. Â Â Â Â Â Â 4 - Deixo de intimar a testemunha Eliane de Jesus Farias Caldas, por nÃ£o haver endereÃ§o atualizado da mesma. Â Â Â Â Â Â 5 - DÃª-se ciÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico e a Defensoria PÃºblica. Ananindeua/PA, 05 de abril de 2022 JoÃ£o Ronaldo CorrÃªa MÃ¡rtires Juiz de Direito PROCESSO: 00173714120138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO RONALDO CORREA MARTIRES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 05/04/2022 ACUSADO:NATALIA BARROS CARDOSO VITIMA:I. J. B. C. . Processo 0017371-41.2013.8.14.0006 Acusada(s): Nathalia Barros Cardoso Vistos, etc. Dou por encerrada a instruÃ§Ã£o processual. Vista dos autos ao MinistÃ©rio PÃºblico para apresentaÃ§Ã£o de memoriais finais no prazo de 05 (cinco) dias, em seguida Ã Defesa. ApÃ³s, faÃ§am os autos conclusos para julgamento. Ananindeua/Pa, 05 de abril de 2022 JOÃO RONALDO CORREA MÃRITRES Juiz de direito PROCESSO: 00190368720168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO RONALDO CORREA MARTIRES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 05/04/2022 DENUNCIADO:CAIO WILLIAM LOPES DA COSTA Representante(s): OAB 7013 - EVANDRO FARIAS LOPES (ADVOGADO) . Processo nÂ° 0019036-87.2016.814.0006 Acusado(s): Caio William Lopes da Costa Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Intime-se o acusado a fim de que constitua novo advogado no prazo de 05 (cinco) dias, caso contrÃ¡rio, fica nomeado, desde de logo, o Defensor PÃºblico desta Comarca para atuar em sua defesa, a quem os autos deverÃ£o ser remetidos. Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos. Â Â Â Â Â Â Ananindeua (PA), 05 de abril de 2022 Â Â Â Â Â Â Â JoÃ£o Ronaldo CorrÃªa MÃ¡rtires Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito Titular da 5Âª Vara Criminal Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: SANTARÃMÂ Â Email: Â Â Â EndereÃ§o: Avenida MendonÃ§a Furtado, S/N, FÃ³rum de SantarÃ©mÂ CEP: 68.040-050Â Â Bairro: LiberdadeÂ Â Fone: (93) 3064-9219 PROCESSO: 00234702220168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO RONALDO CORREA MARTIRES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 05/04/2022 DENUNCIADO:DEIVID ABREU MONTEIRO Representante(s): OAB 14301 - MARIA MAURINEDE RODRIGUES BARROSO (ADVOGADO) VITIMA:J. C. P. DENUNCIADO:LEANDRO CARVALHO DA SILVA VITIMA:E. C. F. . Processo nÂ° 0023470-22.2016.8.14.0006 Acusados: Deivid Abreu Monteiro e Leandro Carvalho da Silva-revel Ã s fls. 41 Â Â Â Â Â Â R. H. Â Â Â Â Â Â 1 - Designo audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para a data de 03 de agosto de 2023, Ã s 09:30 horas. Â Â Â Â Â Â 2 - Intime-se o rÃ©u Deivid Abreu Monteiro e as testemunhas Janilson Costa Pinheiro e JoÃ£o Paulo Sousa de AraÃºjo nos endereÃ§os de fls. 83 e 84, expedindo-se precatÃ³rias e requisiÃ§Ãµes necessÃ¡rias. Â Â Â Â Â Â 4 - Deixo de intimar a testemunha Edson Cordovil de Freitas, por nÃ£o haver endereÃ§o atualizado da mesma. Â Â Â Â Â Â 5 - DÃª-se ciÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico e a Defesa. Ananindeua/PA, 05 de abril de 2022 JoÃ£o Ronaldo CorrÃªa MÃ¡rtires Juiz de Direito PROCESSO: 00057336420208140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LEILSON LIRA BATISTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 06/04/2022 AUTORIDADE POLICIAL:DELEGACIA DA SECCIONAL CIDADE NOVA DENUNCIADO:PAULO GABRIEL MAIA SILLE. EDITAL DE CITAÃÃO Â (Prazo de 15 dias) O Dr. JOÃO RONALDO CORREA MARTIRES, Juiz de Direito respondendo pela 5Âª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua - PA, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais que lhe sÃ£o conferidas por Lei, faz saber aos que lerem ou dele tomarem conhecimento que foi denunciado(a) pela 5Âª Promotoria de JustiÃ§a Criminal de Ananindeua-PA, o(a) nacional PAULO GABRIEL MAIA SILLE, brasileiro, natural de Ananindeua/PA, nascido em: 05/10/1999, filho de Efraim Moraes Sille e Priscila Kellen da Silva Maia Sille, residente e domiciliado(a) em: local incerto e nÃ£o sabido, como incurso(a) nas penas do art.33, caput, da Lei 11.343/06, nestes autos. E como nÃ£o foi encontrado(a) para ser citado(a) pessoalmente, expede-se o presente EDITAL, para constituir Novo Advogado, no prazo de 5 dias, a fim de apresentar memoriais finais

no prazo e forma legal. NÃ£o sendo apresentada defesa no prazo legal, ou se o(a) acusado(a), nÃ£o constituir Advogado, fica nomeado desde logo Defensor PÃºblico para atuar em sua defesa, a quem os autos deverÃ£o ser remetidos. E, para que ninguÃ©m no futuro possa alegar ignorÃ¢ncia, serÃ¡ o presente publicado e afixado no fÃ³rum de Ananindeua-PA e no DIÁRIO DA JUSTIÃA, na forma da Lei. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Ananindeua-PA, Estado do ParÃ¡, JuÃ-zo da 5Âª. Vara Criminal, aos 06 dias do mÃªs de abril do ano de 2022. Eu, Jennyfer Camille, EstagiÃ¡ria, com anuÃªncia do Diretor de Secretaria, o digitei, de ordem do MeritÃ-ssimo Juiz. JOÃO RONALDO CORREA MARTIRES Juiz de Direito respondendo pela 5Âª Vara Criminal Comarca de Ananindeua/PA PROCESSO: 00061476920208140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO RONALDO CORREA MARTIRES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 06/04/2022 AUTORIDADE POLICIAL:SECCIONAL URBANA DA CIDADE NOVA DENUNCIADO:ALESSANDE MATOS VIANA VITIMA:J. M. M. F. . Processo nÂ° 0006147-69.2020.8.14.0133 Acusado(s): Alessande Matos Viana Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1 - Recebo a denÃºncia por estarem presentes os requisitos do art. 41, do CÃ³digo de Processo Penal, dando o acusado como provisoriamente incurso no tipo penal que lhe Ã© imputado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2 - Cite-se o rÃ©u para responder Ã acusaÃ§Ã£o no prazo de 10 (dez) dias (art. 396, do CPP). Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3 - Apresentada a resposta no prazo de lei, faÃ§am os autos conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Caso contrÃ¡rio, fica nomeado, desde logo, o Defensor PÃºblico desta Comarca, para os fins do art. 396-A, do CPP, a quem os autos deverÃ£o ser remetidos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 4- Eventualmente frustrada a citaÃ§Ã£o pessoal do acusado, encaminhem-se os autos ao MinistÃ©rio PÃºblico. ApÃ³s, conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ananindeua (PA), 12 de abril de 2022. JoÃ£o Ronaldo CorrÃªa MÃ¡rtires Juiz de Direito PROCESSO: 00082989820208140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO RONALDO CORREA MARTIRES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 06/04/2022 DENUNCIADO:JAIR DE SOUZA FARIAS VITIMA:A. C. O. E. . Processo nÂ° 0008298-98.2020.8.14.0006 Acusado(s): Jair de Souza Farias Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1 - Recebo a denÃºncia por estarem presentes os requisitos do art. 41, do CÃ³digo de Processo Penal, dando o acusado como provisoriamente incurso no tipo penal que lhe Ã© imputado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2 - Cite-se o rÃ©u para responder Ã acusaÃ§Ã£o no prazo de 10 (dez) dias (art. 396, do CPP). Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3 - Apresentada a resposta no prazo de lei, faÃ§am os autos conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Caso contrÃ¡rio, fica nomeado, desde logo, o Defensor PÃºblico desta Comarca, para os fins do art. 396-A, do CPP, a quem os autos deverÃ£o ser remetidos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 4- Eventualmente frustrada a citaÃ§Ã£o pessoal do acusado, encaminhem-se os autos ao MinistÃ©rio PÃºblico. ApÃ³s, conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ananindeua (PA), 12 de abril de 2022. JoÃ£o Ronaldo CorrÃªa MÃ¡rtires Juiz de Direito PROCESSO: 00102837320188140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO RONALDO CORREA MARTIRES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 06/04/2022 VITIMA:A. C. O. E. AUTORIDADE POLICIAL:DELEGACIA DA SECCIONAL DA CIDADE NOVA DENUNCIADO:ANTONIO BRAZ DIAS DA SILVA. Processo nÂ° 0010283-73.2018.8.14.0006 Acusado(s): Antonio Braz Dias da Silva Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1 - Recebo a denÃºncia por estarem presentes os requisitos do art. 41, do CÃ³digo de Processo Penal, dando o acusado como provisoriamente incurso no tipo penal que lhe Ã© imputado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2 - Cite-se o rÃ©u para responder Ã acusaÃ§Ã£o no prazo de 10 (dez) dias (art. 396, do CPP). Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3 - Apresentada a resposta no prazo de lei, faÃ§am os autos conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Caso contrÃ¡rio, fica nomeado, desde logo, o Defensor PÃºblico desta Comarca, para os fins do art. 396-A, do CPP, a quem os autos deverÃ£o ser remetidos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 4- Eventualmente frustrada a citaÃ§Ã£o pessoal do acusado, encaminhem-se os autos ao MinistÃ©rio PÃºblico. ApÃ³s, conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ananindeua (PA), 12 de abril de 2022. JoÃ£o Ronaldo CorrÃªa MÃ¡rtires Juiz de Direito PROCESSO: 00104927120208140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO RONALDO CORREA MARTIRES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 06/04/2022 AUTORIDADE POLICIAL:ICUI GUAJARA UNIDADE INTEGRADA PROPAZ DENUNCIADO:RUAN JUNIOR SANTIAGO DA SILVA. EDITAL DE CITAÃÃO Â (Prazo de 15 dias) O Dr. JOÃO RONALDO CORREA MARTIRES, Juiz de Direito respondendo pela 5Âª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua - PA, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais que lhe sÃ£o conferidas por Lei, faz saber aos que lerem ou dele tomarem conhecimento que foi denunciado(a) pela 5Âª Promotoria de JustiÃ§a Criminal de Ananindeua-PA, o(a) nacional RUAN JUNIOR SANTIAGO DA SILVA, brasileiro, natural de BelÃ©m/PA, nascido em: 05/06/1979, filho de Ruth Irene Silva Santos, residente e domiciliado(a) em: local incerto e nÃ£o sabido, como incurso(a) nas penas do art.33, Caput, da Lei NÂ° 11.343/06, nestes autos. E como nÃ£o foi encontrado(a) para ser citado(a) pessoalmente, expede-se o presente EDITAL, para constituir Novo Advogado, no prazo de 5 dias, a fim de apresentar memoriais finais no prazo e forma legal. NÃ£o sendo apresentada defesa no prazo legal, ou se o(a) acusado(a), nÃ£o

constituir Advogado, fica nomeado desde logo Defensor PÃºblico para atuar em sua defesa, a quem os autos deverÃ£o ser remetidos. E, para que ninguÃ©m no futuro possa alegar ignorÃ¢ncia, serÃ¡ o presente publicado e afixado no fÃ³rum de Ananindeua-PA e no DIÁRIO DA JUSTIÃA, na forma da Lei. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Ananindeua-PA, Estado do ParÃ¡, JuÃ-zo da 5Âª. Vara Criminal, aos 06 dias do mÃªs de abril do ano de 2022. Eu, Jennyfer Camille, EstagiÃ¡ria, com anuÃªncia do Diretor de Secretaria, o digitei, de ordem do MeritÃ-ssimo Juiz. JOÃO RONALDO CORREA MARTIRES Juiz de Direito respondendo pela 5Âª Vara Criminal Comarca de Ananindeua/PA PROCESSO: 00132119420188140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO RONALDO CORREA MARTIRES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 06/04/2022 VITIMA:W. S. M. DENUNCIADO:DOUGLAS MONTEIRO DA SILVA. Processo nÂ° 0013211-94.2018.8.14.0006 Acusado(s): Douglas Monteiro da Silva R. H. Â Â Â Â Â Â 1 - Determino a citaÃ§Ã£o do rÃ©u Douglas Monteiro da Silva, por edital com prazo de 15 (quinze) dias, para apresentar defesa preliminar no prazo e forma legal. Â Â Â Â Â 2 - Conste no edital de citaÃ§Ã£o que nÃ£o sendo apresentada defesa no prazo legal ou se o acusado nÃ£o constituir Advogado, serÃ¡ o feito suspenso, bem como o curso do prazo prescricional, conforme o art. 366, do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â 3 - Senhor Diretor de Secretaria: Ultrapassado o prazo legal de 10 (dez) dias sem a apresentaÃ§Ã£o de defesa prÃ©via ou se o acusado, mesmo citado, nÃ£o constituir defensor, voltem conclusos. Â Â Â Â Â Â Ananindeua/Pa, 12 de abril de 2022 JoÃ£o Ronaldo CorrÃªa MÃ¡rtires Juiz de Direito PROCESSO: 00170471720148140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO RONALDO CORREA MARTIRES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 06/04/2022 VITIMA:G. L. S. DENUNCIADO:MARCIEL BRANDAO DE SOUZA. Processo 0017047-17.2014.8.14.0006 Acusado: Marciel BrandÃ£o de Souza Â Â Â Â Â Â Â Â R. H. Â Â Â Â Â Â Â Â 1. Considerando que o acusado foi citado por edital e permaneceu inerte atÃ© o presente momento, conforme teor da certidÃ£o de fls. 72, suspendo o processo e o curso do prazo prescricional, nos termos do art. 366, do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â 2. Deixo de designar audiÃªncia para inquiriÃ§Ã£o das testemunhas arroladas pela acusaÃ§Ã£o, por entender que a produÃ§Ã£o antecipada de provas somente pode ser levada a efeito nos casos em que for imprescindÃ-vel e urgente a colheita da prova testemunhal, o que nÃ£o ocorre no caso vertente. Â Â Â Â Â Â Â Â 3. Desse modo, determino que os presentes autos aguardem em Secretaria a localizaÃ§Ã£o do rÃ©u para se ver processar, devendo o Sr. Diretor de Secretaria encaminhar os autos a cada 90 (noventa) dias ao MinistÃ©rio PÃºblico para fins de localizaÃ§Ã£o do endereÃ§o atualizado do acusado visando seu ulterior chamamento ao feito. Â Â Â Â Â Â Â Â 4- Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Ananindeua/PA, 12 de abril de 2022 JoÃ£o Ronaldo CorrÃªa MÃ¡rtires Juiz de Direito 1 1 PROCESSO: 00001475520198140952 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALINE MENDES OLIVEIRA A??o: Termo Circunstanciado em: 07/04/2022 AUTOR DO FATO:ANTONIA PEREIRA DA SILVA Representante(s): OAB 24399 - JORGE RIBEIRO DIAS DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 27827 - FABRICIUS GEORGES MEDEIROS DA CUNHA (ADVOGADO) OAB 28194 - WADY CHARONE NETO (ADVOGADO) VITIMA:M. B. C. Representante(s): OAB 17308 - VIRGILIO ALBERTO AZEVEDO MOURA (ADVOGADO) OAB 18107 - ZARAH EMANUELLE MARTINHO TRINDADE (ADVOGADO) . ATO ORDINATORIO. (De acordo com o art. 93, XIV da CF/88, art. 162, Â§4Âº do CPC e Provimento 006/2006-CJRMB). INTIME o(s) advogado(s) da(s) parte(s) para tomar(em) ciÃªncia da AUDIÃNCIA do dia 31 DE MAIO DE 2022, Ã s 9h30. Ananindeua, 05 de abril de 2022. LEILSON LIRA BATISTA. Diretor de Secretaria da 5Âª vara penal de Ananindeua. PROCESSO: 00032812720138140944 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO RONALDO CORREA MARTIRES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 07/04/2022 VITIMA:E. S. C. DENUNCIADO:FABIANO DE JESUS PEREIRA DE BARROS Representante(s): OAB 9789 - SAMUEL BORGES CRUZ (ADVOGADO) . Processo nÂ° 0003281-27.2013.8.14.0944 Acusado: Fabiano de Jesus Pereira de Barros Â Â Â Â Â Â R. H. Â Â Â Â Â Â 1 - Designo audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para a data de 08 de agosto de 2023, Ã s 09:00 horas. Â Â Â Â Â Â 2 - Intime-se o rÃ©u, as testemunhas arroladas pela acusaÃ§Ã£o e defesa, expedindo-se precatÃ³rias e requisiÃ§Ãµes necessÃ¡rias. Â Â Â Â Â Â 3 - DÃª-se ciÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico e a Defesa. Ananindeua/PA, 07 de abril de 2022 JoÃ£o Ronaldo CorrÃªa MÃ¡rtires Juiz de Direito PROCESSO: 00041152120198140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LEILSON LIRA BATISTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 07/04/2022 VITIMA:A. C. O. E. AUTORIDADE POLICIAL:SECCIONAL UNBANA DO PAAR DENUNCIADO:ALESSANDRO DA SILVA PAMPLONA DENUNCIADO:EDISON BORGES DOS SANTOS JUNIOR Representante(s): OAB 23714 - CAROLINE FERREIRA DA ROSA (ADVOGADO) OAB 29979 - MANOEL PINHEIRO GONÇALVES JUNIOR (ADVOGADO) DENUNCIADO:GLEISSON PRATA DE SOUZA Representante(s): OAB 23714 - CAROLINE FERREIRA DA ROSA (ADVOGADO) . ATO ORDINATORIO. (De acordo com o art. 93, XIV da CF/88, art. 162, Â§4Âº

do CPC e Provimento 006/2006-CJRMB). INTIME o(s) ADVOGADO(S) DO(S) RÃU(S)/DENUNCIADO(S) para tomar(em) ciÃªncia da AUDIÃNCIA DO DIA 01/06/2022 Ã s 9h. Ananindeua, 7 de abril de 2022. LEILSON LIRA BATISTA. Diretor de Secretaria da 5Âª Vara Criminal de Ananindeua. PROCESSO: 00025493720198140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LEILSON LIRA BATISTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 08/04/2022 VITIMA:L. A. A. N. DENUNCIADO:ALAN TIAGO CARDOSO PAMPHYLIO Representante(s): OAB 21835 - ELIEZER SILVA DE SOUSA (ADVOGADO) . ATO ORDINATORIO. (De acordo com o art. 93, XIV da CF/88, art. 162, Â§4Âº do CPC e Provimento 006/2006-CJRMB). INTIME o(s) ADVOGADO(S) DO(S) RÃU(S)/DENUNCIADO(S) para tomar(em) ciÃªncia da AUDIÃNCIA DO DIA 02/06/2022 Ã s 9h. Ananindeua, 8 de abril de 2022. LEILSON LIRA BATISTA. Diretor de Secretaria da 5Âª Vara Criminal de Ananindeua. PROCESSO: 00009853220188140952 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): FREDERICO NOGUEIRA KIZAN XAVIER A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/04/2022 VITIMA:A. C. DENUNCIADO:JAIRO BEZERRA BARROS. ATO ORDINATÃRIO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes que me sÃ£o conferidas por lei, que procedo ao ARQUIVAMENTO DEFINITIVO dos autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â Ananindeua, 11 de abril de 2022 Frederico Nogueira Kizan Xavier Analista JudiciÃ¡rio da 5Âª Vara Criminal Comarca de Ananindeua PROCESSO: 00009853220188140952 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): FREDERICO NOGUEIRA KIZAN XAVIER A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/04/2022 VITIMA:A. C. DENUNCIADO:JAIRO BEZERRA BARROS. ATO ORDINATÃRIO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes que me sÃ£o conferidas por lei, que procedo ao ARQUIVAMENTO DEFINITIVO dos autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â Ananindeua, 11 de abril de 2022 Frederico Nogueira Kizan Xavier Analista JudiciÃ¡rio da 5Âª Vara Criminal Comarca de Ananindeua PROCESSO: 00016435220168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LEILSON LIRA BATISTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/04/2022 AUTOR:O ESTADO REU:MARCOS DE OLIVEIRA LIMA Representante(s): OAB 14937 - ANA CAROLINA FIGUEIREDO VIDAL (ADVOGADO) OAB 27507 - TOBIAS ANTONIO FERNANDES VIDAL (ADVOGADO) . ATO ORDINATORIO. (De acordo com o art. 93, XIV da CF/88, art. 162, Â§4Âº do CPC e Provimento 006/2006-CJRMB). INTIME o(s) ADVOGADO(S) DO(S) RÃU(S)/DENUNCIADO(S) para tomar(em) ciÃªncia da AUDIÃNCIA DO DIA 07/06/2022, Ã s 10h30. Ananindeua, 11 de abril de 2022. LEILSON LIRA BATISTA. Diretor de Secretaria da 5Âª Vara Criminal de Ananindeua. PROCESSO: 00017460520148140952 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): FREDERICO NOGUEIRA KIZAN XAVIER A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/04/2022 ACUSADO:VICTOR HUGO GADELHA VIEIRA VITIMA:O. E. . ATO ORDINATÃRIO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes que me sÃ£o conferidas por lei, que procedo ao ARQUIVAMENTO DEFINITIVO dos autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â Ananindeua, 11 de abril de 2022 Frederico Nogueira Kizan Xavier Analista JudiciÃ¡rio da 5Âª Vara Criminal Comarca de Ananindeua PROCESSO: 00017460520148140952 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): FREDERICO NOGUEIRA KIZAN XAVIER A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/04/2022 ACUSADO:VICTOR HUGO GADELHA VIEIRA VITIMA:O. E. . ATO ORDINATÃRIO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes que me sÃ£o conferidas por lei, que procedo ao ARQUIVAMENTO DEFINITIVO dos autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â Ananindeua, 11 de abril de 2022 Frederico Nogueira Kizan Xavier Analista JudiciÃ¡rio da 5Âª Vara Criminal Comarca de Ananindeua PROCESSO: 00019561820138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): FREDERICO NOGUEIRA KIZAN XAVIER A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/04/2022 INDICIADO:MARCELO XAVIER PANTOJA VITIMA:O. E. . ATO ORDINATÃRIO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes que me sÃ£o conferidas por lei, que procedo ao ARQUIVAMENTO DEFINITIVO dos autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â Ananindeua, 11 de abril de 2022 Frederico Nogueira Kizan Xavier Analista JudiciÃ¡rio da 5Âª Vara Criminal Comarca de Ananindeua PROCESSO: 00019561820138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): FREDERICO NOGUEIRA KIZAN XAVIER A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/04/2022 INDICIADO:MARCELO XAVIER PANTOJA VITIMA:O. E. . ATO ORDINATÃRIO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes que me sÃ£o conferidas por lei, que procedo ao ARQUIVAMENTO DEFINITIVO dos autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â Ananindeua, 11 de abril de 2022 Frederico Nogueira Kizan Xavier Analista JudiciÃ¡rio da 5Âª Vara Criminal Comarca de Ananindeua PROCESSO: 00053966320118140006 PROCESSO ANTIGO: ----

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): FREDERICO NOGUEIRA KIZAN XAVIER A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/04/2022 ACUSADO:MARLENE DA SILVA CHAGAS VITIMA:A. C. . ATO ORDINATÃRIO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes que me sÃ£o conferidas por lei, que procedo ao ARQUIVAMENTO DEFINITIVO dos autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â Ananindeua, 11 de abril de 2022 Frederico Nogueira Kizan Xavier Analista JudiciÃ¡rio da 5Âª Vara Criminal Comarca de Ananindeua PROCESSO: 00053966320118140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): FREDERICO NOGUEIRA KIZAN XAVIER A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/04/2022 ACUSADO:MARLENE DA SILVA CHAGAS VITIMA:A. C. . ATO ORDINATÃRIO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes que me sÃ£o conferidas por lei, que procedo ao ARQUIVAMENTO DEFINITIVO dos autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â Ananindeua, 11 de abril de 2022 Frederico Nogueira Kizan Xavier Analista JudiciÃ¡rio da 5Âª Vara Criminal Comarca de Ananindeua PROCESSO: 00070275420208140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): FREDERICO NOGUEIRA KIZAN XAVIER A??o: Inquérito Policial em: 11/04/2022 VITIMA:J. A. B. INDICIADO:EM APURACAO AUTORIDADE POLICIAL:DELEGACIA DE JULIA SEFFER. ATO ORDINATÃRIO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes que me sÃ£o conferidas por lei, que procedo ao ARQUIVAMENTO DEFINITIVO dos autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â Ananindeua, 11 de abril de 2022 Frederico Nogueira Kizan Xavier Analista JudiciÃ¡rio da 5Âª Vara Criminal Comarca de Ananindeua PROCESSO: 00070275420208140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): FREDERICO NOGUEIRA KIZAN XAVIER A??o: Inquérito Policial em: 11/04/2022 VITIMA:J. A. B. INDICIADO:EM APURACAO AUTORIDADE POLICIAL:DELEGACIA DE JULIA SEFFER. ATO ORDINATÃRIO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes que me sÃ£o conferidas por lei, que procedo ao ARQUIVAMENTO DEFINITIVO dos autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â Ananindeua, 11 de abril de 2022 Frederico Nogueira Kizan Xavier Analista JudiciÃ¡rio da 5Âª Vara Criminal Comarca de Ananindeua PROCESSO: 00074487820198140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): FREDERICO NOGUEIRA KIZAN XAVIER A??o: Inquérito Policial em: 11/04/2022 AUTORIDADE POLICIAL:DIVISAO DE PREVENCAO E REPRESSAO A CRIMES TECNOLOGICOS DPRCT INDICIADO:EM APURACAO VITIMA:R. N. T. S. . ATO ORDINATÃRIO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes que me sÃ£o conferidas por lei, que procedo ao ARQUIVAMENTO DEFINITIVO dos autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â Ananindeua, 11 de abril de 2022 Frederico Nogueira Kizan Xavier Analista JudiciÃ¡rio da 5Âª Vara Criminal Comarca de Ananindeua PROCESSO: 00074487820198140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): FREDERICO NOGUEIRA KIZAN XAVIER A??o: Inquérito Policial em: 11/04/2022 AUTORIDADE POLICIAL:DIVISAO DE PREVENCAO E REPRESSAO A CRIMES TECNOLOGICOS DPRCT INDICIADO:EM APURACAO VITIMA:R. N. T. S. . ATO ORDINATÃRIO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes que me sÃ£o conferidas por lei, que procedo ao ARQUIVAMENTO DEFINITIVO dos autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â Ananindeua, 11 de abril de 2022 Frederico Nogueira Kizan Xavier Analista JudiciÃ¡rio da 5Âª Vara Criminal Comarca de Ananindeua PROCESSO: 00086661020208140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO RONALDO CORREA MARTIRES A??o: Inquérito Policial em: 11/04/2022 VITIMA:L. M. V. S. AUTORIDADE POLICIAL:GILANDESON NEGREIROS CALDAS INDICIADO:RENATO MANFREDINHE ALEIXO DO ROSARIO Representante(s): OAB 29625 - EDNILSON RODRIGUES BARRETO JUNIOR (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ Comarca de Ananindeua - 5Âª vara Criminal TERMO DE AUDIÃNCIA Autos de RECEPTAÃÃO Processo nÂº 0008666-10.2020.8.14.0006 Indiciado (s): RENATO MANFREDINHE ALEIXO DO ROSARIO Data: 11 de abril de 2022, Ã s 10h15min Local: Sala de audiÃªncias da 5Âª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua PRESENÃAS: Juiz de Direito: JOÃO RONALDO CORRÃA MÃRTIRES Promotor de JustiÃ§a: PAULO ARIAS CARVALHO CRUZ Advogado: FERNANDO ALBUQUERQUE POMPEU - OAB-PA 11996 Indiciado (s): RENATO MANFREDINHE ALEIXO DO ROSARIO FILIAÃÃO: GLAUBER ROBERTO PEREIRA DO ROSARIO E TALITA TATIANE DA SILVA ALEIXO ENDEREÃO: TRAVESSA 2Âª DE QUELUZ, 1040, BAIRRO CANUDOS, BELÃM,-PA DATA DE NASCIMENTO: 15/07/2000 ESTADO CIVIL: SOLTEIRO PROFISSÃO: ESTUDANTE RG: 7663246 5Âª VIA SSP-PA DATA DA EMISSAO: 12.03.2021 - CPF: 036865.012-01 Â Â Â Â Aberta a audiÃªncia, pelo sistema TEAMS (JuÃ-zo E MinistÃ©rio PÃºblico) e presencial (advogado e indiciado), o Representante do MinistÃ©rio PÃºblico propÃ´s acordo de nÃ£o persecuÃ§Ã£o penal formulado nos autos, nos seguintes termos: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1 - DO OBJETOÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â

Â Â Â ClÃ¡usula NÂº 1: O presente Acordo de NÃ£o PersecuÃ§Ã£o Penal tem por objeto a imputaÃ§Ã£o ao acordante do fato de que no dia 22/09/2020, neste municÃ-pio, o acordante praticou o Crime de ReceptaÃ§Ã£o, conforme narram os autos do InquÃ©rito Policial anexado, Crime previsto no Artigo 180 do CÃ³digo Penal; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2 - DA CONFISSÃO E DAS TRATATIVAS DO ACORDOÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ClÃ¡usula NÂº 2: O ACORDANTE, assistido por seu Defensor, confessa ter realizado a conduta narrada na ClÃ¡usula NÂº 1;Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ClÃ¡usula NÂº 3: Realizado o acordo, os autos serÃ£o submetidos Ã apreciaÃ§Ã£o judicial, valendo esclarecer que a celebraÃ§Ã£o do acordo nÃ£o justifica o ajuizamento de aÃ§Ã£o penal privada subsidiÃ¡ria da pÃºblica, uma vez que, segundo o STF, Â¿o pressuposto dessa aÃ§Ã£o penal Ã© a inÃ©rcia do MPÂ¿ (RE 274115 AgR), o que nÃ£o ocorre no presente feito;Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3 - DAS OBRIGAÃÃES DO ACORDANTEÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ClÃ¡usula NÂº 4: O ACORDANTE obriga-se, no prazo de 30 (trinta) dias, apÃ³s a homologaÃ§Ã£o do acordo, a pagar o valor de 1/5 (um e meio) salÃ¡rio mÃ-nimo vigente no paÃ-s, Ã entidade pÃºblica de interesse social a ser indicada pelo MM. JuÃ-zo da ExecuÃ§Ã£o de Penas e Medidas Alternativas - Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ (RegiÃ£o Metropolitana - Artigo 28-A, IV, do CPP) que, preferencialmente, tenha como funÃ§Ã£o prestar assistÃªncia Ã s pessoas carentes; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ClÃ¡usula NÂº 5: O ACORDANTE obriga-se, pelo perÃ-odo de 04 (quatro) meses, a comparecer mensalmente perante o MM. JuÃ-zo - Secretaria da 5Âª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua, a fim de justificar as suas atividades profissionais (Artigo 28-A, V, do CPP); Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 4 - DOS DEVERES DO ACORDANTEÂ ClÃ¡usula NÂº 6: O ACORDANTE se compromete a comunicar imediata e comprovadamente ao MINISTÃRIO PÃBLICO eventual mudanÃ§a de endereÃ§o, nÃºmero de telefone ou e-mail, bem como a comprovar atÃ© o dia 15 de cada mÃªs o cumprimento das obrigaÃ§Ãµes assumidas, independentemente de notificaÃ§Ã£o ou aviso prÃ©vio, devendo, quando for o caso, por iniciativa prÃ³pria, apresentar imediatamente e de forma documentada eventual justificativa para o nÃ£o cumprimento do acordo (Artigo 18, Â§ 8Âº, da ResoluÃ§Ã£o NÂº 181/2017 do CNMP); Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ClÃ¡usula NÂº 7 - O ACORDANTE se compromete a comprovar perante o MM. JuÃ-zo - Secretaria da 5Âª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua, mediante a apresentaÃ§Ã£o de comprovante bancÃ¡rio e/ou recibo, o pagamento dos valores discriminados na ClÃ¡usula NÂº 04 que integra as condiÃ§Ãµes deste termo, no prazo mÃ¡ximo de 15 (quinze) dias apÃ³s o vencimento da obrigaÃ§Ã£o; Â ClÃ¡usula NÂº 8 - O ACORDANTE se compromete a comprovar ao MM. JuÃ-zo da ExecuÃ§Ã£o de Penas e Medidas Alternativas - Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ (RegiÃ£o Metropolitana), mensalmente, o cumprimento das demais condiÃ§Ãµes do acordo, especificada na ClÃ¡usula NÂº 06 que integra as condiÃ§Ãµes deste instrumento, independente de notificaÃ§Ã£o ou aviso prÃ©vio, devendo, quando for o caso, por iniciativa prÃ³pria, apresentar imediatamente e de forma documentada eventual justificativa para o nÃ£o cumprimento do acordo;Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ClÃ¡usula NÂº 09 - Intimado do descumprimento de quaisquer das condiÃ§Ãµes estipuladas neste acordo, o ACORDANTE se compromete a apresentar justificativa no prazo de 15 (quinze) dias, a qual serÃ¡ analisada quanto a respectiva pertinÃªncia pelo MINISTÃRIO PÃBLICO;Â 5 - DAS OBRIGAÃÃES E DEVERES DO MPPA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ClÃ¡usula NÂº 10: Cumpridas integralmente as obrigaÃ§Ãµes e deveres previstos nos CapÃ-tulos 04, 05, 06 e 07 deste termo, o MINISTÃRIO PÃBLICO obriga-se a promover a extinÃ§Ã£o da punibilidade do ACORDANTE. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 6 - DAS CONSEQUÃNCIAS DO EVENTUAL DESCUMPRIMENTO DO ACORDOÂ ClÃ¡usula NÂº 11: Descumpridos, injustificadamente, quaisquer das obrigaÃ§Ãµes e deveres previstos nos CapÃ-tulos 4, 5 e 6, no prazo estabelecido, o MINISTÃRIO PÃBLICO comunicarÃ¡ ao MM. JUÃZO, para fins de sua rescisÃ£o e posterior oferecimento de DenÃºncia (Artigo 28-A, Â§ 10, do CPP); Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ClÃ¡usula NÂº 12: Se a rescisÃ£o do acordo for imputÃ¡vel ao ACORDANTE, o MINISTÃRIO PÃBLICO, se for o caso, poderÃ¡ imediatamente oferecer a DenÃºncia, utilizando-se de todos os elementos de prova colhidos na celebraÃ§Ã£o do acordo, inclusive a confissÃ£o formal e circunstancial, bem como os documentos que houver apresentado;Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ClÃ¡usula NÂº 13: O descumprimento do acordo pelo ACORDANTE tambÃ©m poderÃ¡ ser utilizado pelo MinistÃ©rio PÃºblico como justificativa para o eventual nÃ£o oferecimento de Proposta de SuspensÃ£o Condicional do Processo;Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ClÃ¡usula NÂº 14: NÃ£o sendo apresentada justificativa no prazo de 15 (quinze) dias, ou nÃ£o concordando o MINISTÃRIO PÃBLICO com a justificativa apresentada, o MM. JuÃ-zo da execuÃ§Ã£o serÃ¡ comunicado para fins de rescisÃ£o do presente acordo; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 7 - DO CUMPRIMENTO INTEGRAL DO ACORDOÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ClÃ¡usula NÂº 15: Cumprindo integralmente o acordo, o MINISTÃRIO PÃBLICO promoverÃ¡ o arquivamento do procedimento criminal correspondente, observadas as regras contidas no Artigo 28-A do CÃ³digo de Processo Penal, requerendo ao MM. JUÃZO a declaraÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da

punibilidade do ACORDANTE;Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 8 - DA HOMOLOGAÃÃO DO ACORDOÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ClÃ¡usula NÂº 16: Para que produza seus jurÃ-dicos e legais efeitos, o MINISTÃRIO PÃBLICO submeterÃ¡ o presente acordo Ã apreciaÃ§Ã£o do MM. JUÃZO da 5Âª Vara Criminal de Ananindeua - TJE/PA, para fins de homologaÃ§Ã£o, nos termos CÃ³digo de Processo Penal; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ClÃ¡usula NÂº 17: Homologado judicialmente o presente acordo, serÃ¡ iniciada a respectiva execuÃ§Ã£o perante o MM. JUÃZO competente;Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ClÃ¡usula NÂº 18: Caso nÃ£o homologado judicialmente o acordo, os elementos de informaÃ§Ã£o de carÃ¡ter autoincriminatÃ³rio e que foram produzidos pelo ACORDANTE nÃ£o poderÃ£o ser utilizados em seu desfavor; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 9 - DECLARAÃÃO DE ACEITAÃÃO PELO ACORDANTEÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ClÃ¡usula NÂº 19: O ACORDANTE, plenamente assistido por seu Defensor, declara, de livre e espontÃ¢nea vontade, a sua aceitaÃ§Ã£o ao presente acordo em todos os seus termos e clÃ¡usulas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Consciente e voluntariamente, as partes subscritas firmam o presente termo, em trÃªs vias de igual forma, teor e valor para que produza seus legais efeitos. O Mm. Juiz passou a SENTENCIAR nos seguintes termos: Â Â Â Â Â Â Trata-se de acordo de nÃ£o persecuÃ§Ã£o penal formulado pelo MinistÃ©rio PÃºblico em face de RENATO MANFREDINHE ALEIXO DO ROSARIO. Â Â Â Â Â Â Â O referido acordo foi firmado pelo MinistÃ©rio PÃºblico, indiciado e ADVOGADO, em todos os seu termos e clÃ¡usulas, razÃ£o pelo qual, homologo-o, vez que foram cumpridas as formalidades descritas no art. 28-A, Â§ 4Âº, do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Revogo as medidas cautelares determinadas em audiÃªncia de custÃ³dia, oficie-se ao nÃºcleo de monitoramento para a retirada do equipamento Â Â Â Â Â Â Â Encaminhem-se os autos ao MinistÃ©rio PÃºblico para que providencie o necessÃ¡rio para o inÃ-cio da execuÃ§Ã£o perante o juÃ-zo da vara de execuÃ§Ã£o penal, conforme estabelecido no art. 28-A, Â§ 6Âº do CPB. Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vai devidamente assinado. Eu, Camila Barroso LeitÃ£o, analista judiciÃ¡rio da 5Âª Vara Criminal, o digitei. JOÃO RONALDO CORRÃA MÃRTIRES Juiz de Direito PAULO ARIAS CARVALHO CRUZ Promotor(a) de JustiÃ§a FERNANDO ALBUQUERQUE POMPEU OAB-PA 11996 RENATO MANFREDINHE ALEIXO DO ROSARIO 3 PROCESSO: 00105201020188140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): FREDERICO NOGUEIRA KIZAN XAVIER A??o: Inquérito Policial em: 11/04/2022 INDICIADO:EM APURACAO VITIMA:H. C. P. S. . ATO ORDINATÃRIO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes que me sÃ£o conferidas por lei, que procedo ao ARQUIVAMENTO DEFINITIVO dos autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â Ananindeua, 11 de abril de 2022 Frederico Nogueira Kizan Xavier Analista JudiciÃ¡rio da 5Âª Vara Criminal Comarca de Ananindeua PROCESSO: 00105201020188140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): FREDERICO NOGUEIRA KIZAN XAVIER A??o: Inquérito Policial em: 11/04/2022 INDICIADO:EM APURACAO VITIMA:H. C. P. S. . ATO ORDINATÃRIO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes que me sÃ£o conferidas por lei, que procedo ao ARQUIVAMENTO DEFINITIVO dos autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â Ananindeua, 11 de abril de 2022 Frederico Nogueira Kizan Xavier Analista JudiciÃ¡rio da 5Âª Vara Criminal Comarca de Ananindeua PROCESSO: 00120229120128140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO RONALDO CORREA MARTIRES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/04/2022 FLAGRANTEADO:PAULO VICTOR MACEDO PEREIRA VITIMA:L. S. S. INDICIADO:KLEBER IZAIAS DOS SANTOS. EDITAL DE INTIMAÃÃO DE SENTENÃA (Prazo de 90 dias) O ExcelentÃ-ssimo Senhor Doutor JOÃO RONALDO CORREA MARTIRES, Juiz de Direito Titular da 5Âª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua-PA, faz saber aos que lerem ou dele tomarem conhecimento que foi denunciado(a) pela Promotoria de JustiÃ§a Criminal de Ananindeua-PA, o(a) nacional, KLÃBER IZAIAS DOS SANTOS, brasileiro, paraense, filho de VALDIRENE DO SOCORRO DOS SANTOS, residente em local incerto e nÃ£o sabido, como incurso nas penas do art. 33, Â§ 2Â°, Letra B, do CÃ³digo Penal, dos autos nÂº 00120229201281400006. E como nÃ£o foi encontrado (a) para ser intimado(a) pessoalmente, estando atualmente em lugar incerto e nÃ£o sabido, expede-se o presente EDITAL, nos termos art. 392, VI do CPP, para que o(a) denunciado(a) tome ciÃªncia da sentenÃ§a prolatado por este juÃ-zo e proferida na AÃ§Ã£o Penal supracitada, a qual CONDENOU O RÃU EM 07(SETE) ANOS E 09(NOVE) MESES DE RECLUSÃO E AO PAGAMENTO DE 77(SETENTA E SETE) DIAS-MULTA, INICIALMENTE NO REGIME SEMI-ABERTO. E, para que ninguÃ©m no futuro possa alegar ignorÃ¢ncia, serÃ¡ o presente publicado e afixado no fÃ³rum de Ananindeua-PA, bem como, publicado no DIÁRIO DA JUSTIÃA, na forma da Lei. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Ananindeua-PA, Estado do ParÃ¡, JuÃ-zo da 5Âª. Vara Criminal, aos 11 (onze) dia do mÃªs de abril do ano de 2022. Eu, Jennyfer Camille, estagiÃ¡ria, lotado na 5Âº Vara Criminal de Ananindeua, com anuÃªncia do Diretor de Secretaria, o digitei, de ordem do MeritÃ-ssimo Juiz. JOÃO RONALDO CORREA MARTIRES JuÃ-za de Direito respondendo pela 5Âª Vara Criminal Comarca de Ananindeua/PA PROCESSO:

00121507720138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): FREDERICO NOGUEIRA KIZAN XAVIER A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/04/2022 ACUSADO:JOSE ALEX PRESTES CARMO VITIMA:R. P. C. . ATO ORDINATÃRIO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes que me sÃ£o conferidas por lei, que procedo ao ARQUIVAMENTO DEFINITIVO dos autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â Ananindeua, 11 de abril de 2022 Frederico Nogueira Kizan Xavier Analista JudiciÃ¡rio da 5Âª Vara Criminal Comarca de Ananindeua PROCESSO: 00121507720138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): FREDERICO NOGUEIRA KIZAN XAVIER A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/04/2022 ACUSADO:JOSE ALEX PRESTES CARMO VITIMA:R. P. C. . ATO ORDINATÃRIO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes que me sÃ£o conferidas por lei, que procedo ao ARQUIVAMENTO DEFINITIVO dos autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â Ananindeua, 11 de abril de 2022 Frederico Nogueira Kizan Xavier Analista JudiciÃ¡rio da 5Âª Vara Criminal Comarca de Ananindeua PROCESSO: 00125484820188140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): FREDERICO NOGUEIRA KIZAN XAVIER A??o: Inquérito Policial em: 11/04/2022 INDICIADO:EM APURACAO VITIMA:A. G. S. . ATO ORDINATÃRIO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes que me sÃ£o conferidas por lei, que procedo ao ARQUIVAMENTO DEFINITIVO dos autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â Ananindeua, 11 de abril de 2022 Frederico Nogueira Kizan Xavier Analista JudiciÃ¡rio da 5Âª Vara Criminal Comarca de Ananindeua PROCESSO: 00125484820188140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): FREDERICO NOGUEIRA KIZAN XAVIER A??o: Inquérito Policial em: 11/04/2022 INDICIADO:EM APURACAO VITIMA:A. G. S. . ATO ORDINATÃRIO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes que me sÃ£o conferidas por lei, que procedo ao ARQUIVAMENTO DEFINITIVO dos autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â Ananindeua, 11 de abril de 2022 Frederico Nogueira Kizan Xavier Analista JudiciÃ¡rio da 5Âª Vara Criminal Comarca de Ananindeua PROCESSO: 00156152620158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): FREDERICO NOGUEIRA KIZAN XAVIER A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/04/2022 ACUSADO:WAGNER ANDRADE DE CASTRO VITIMA:R. E. P. O. S. Representante(s): OAB 19214 - JEAN DOS PASSOS LIMA (ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO) ACUSADO:SIDNEY BATISTA CALDAS. ATO ORDINATÃRIO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes que me sÃ£o conferidas por lei, que procedo ao ARQUIVAMENTO DEFINITIVO dos autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â Ananindeua, 11 de abril de 2022 Frederico Nogueira Kizan Xavier Analista JudiciÃ¡rio da 5Âª Vara Criminal Comarca de Ananindeua PROCESSO: 00156152620158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): FREDERICO NOGUEIRA KIZAN XAVIER A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/04/2022 ACUSADO:WAGNER ANDRADE DE CASTRO VITIMA:R. E. P. O. S. Representante(s): OAB 19214 - JEAN DOS PASSOS LIMA (ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO) ACUSADO:SIDNEY BATISTA CALDAS. ATO ORDINATÃRIO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes que me sÃ£o conferidas por lei, que procedo ao ARQUIVAMENTO DEFINITIVO dos autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â Ananindeua, 11 de abril de 2022 Frederico Nogueira Kizan Xavier Analista JudiciÃ¡rio da 5Âª Vara Criminal Comarca de Ananindeua PROCESSO: 00159273620148140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): FREDERICO NOGUEIRA KIZAN XAVIER A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/04/2022 FLAGRANTEADO:JULIO HONORATO DA SILVA Representante(s): OAB 21140 - SAMARA SOBRINHA DOS SANTOS ALVES (ADVOGADO) OAB 18291 - JULIA FERREIRA BASTOS SILVA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes que me sÃ£o conferidas por lei, que procedo ao ARQUIVAMENTO DEFINITIVO dos autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â Ananindeua, 11 de abril de 2022 Frederico Nogueira Kizan Xavier Analista JudiciÃ¡rio da 5Âª Vara Criminal Comarca de Ananindeua PROCESSO: 00159273620148140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): FREDERICO NOGUEIRA KIZAN XAVIER A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/04/2022 FLAGRANTEADO:JULIO HONORATO DA SILVA Representante(s): OAB 21140 - SAMARA SOBRINHA DOS SANTOS ALVES (ADVOGADO) OAB 18291 - JULIA FERREIRA BASTOS SILVA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes que me sÃ£o conferidas por lei, que procedo ao ARQUIVAMENTO DEFINITIVO dos autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â Ananindeua, 11 de abril de 2022 Frederico Nogueira Kizan Xavier Analista JudiciÃ¡rio da 5Âª Vara Criminal Comarca de Ananindeua PROCESSO: 00174204820148140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): FREDERICO

NOGUEIRA KIZAN XAVIER A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/04/2022 AUTORIDADE POLICIAL:DELEGACIA DA SECCIONAL CIDADE NOVA FLAGRANTEADO:LAURA REGINA DO NASCIMENTO SILVA VITIMA:A. C. . ATO ORDINATÃRIO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes que me sÃ£o conferidas por lei, que procedo ao ARQUIVAMENTO DEFINITIVO dos autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â Ananindeua, 11 de abril de 2022 Frederico Nogueira Kizan Xavier Analista JudiciÃ¡rio da 5Âª Vara Criminal Comarca de Ananindeua PROCESSO: 00174204820148140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): FREDERICO NOGUEIRA KIZAN XAVIER A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/04/2022 AUTORIDADE POLICIAL:DELEGACIA DA SECCIONAL CIDADE NOVA FLAGRANTEADO:LAURA REGINA DO NASCIMENTO SILVA VITIMA:A. C. . ATO ORDINATÃRIO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes que me sÃ£o conferidas por lei, que procedo ao ARQUIVAMENTO DEFINITIVO dos autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â Ananindeua, 11 de abril de 2022 Frederico Nogueira Kizan Xavier Analista JudiciÃ¡rio da 5Âª Vara Criminal Comarca de Ananindeua PROCESSO: 00406447820158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LEILSON LIRA BATISTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/04/2022 FLAGRANTEADO:LUCAS MONTEIRO DO ROSARIO Representante(s): OAB 0660 - ROMULO DE SOUZA DIAS (ADVOGADO) VITIMA:O. E. . ATO ORDINATORIO. (De acordo com o art. 93, XIV da CF/88, art. 162, Â§4Âº do CPC e Provimento 006/2006-CJRMB). INTIME o(s) ADVOGADO(S) DO(S) RÃU(S)/DENUNCIADO(S) para tomar(em) ciÃªncia da AUDIÃNCIA DO DIA 07/06/2022, Ã s 10h. Ananindeua, 11 de abril de 2022. LEILSON LIRA BATISTA. Diretor de Secretaria da 5Âª Vara Criminal de Ananindeua. PROCESSO: 00585715720158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): FREDERICO NOGUEIRA KIZAN XAVIER A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/04/2022 AUTORIDADE POLICIAL:DELEGACIA DE POLICIA DA JADERLANDIA DENUNCIADO:JAMILEN FERNANDES DA SILVA VITIMA:A. C. O. E. . ATO ORDINATÃRIO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes que me sÃ£o conferidas por lei, que procedo ao ARQUIVAMENTO DEFINITIVO dos autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â Ananindeua, 11 de abril de 2022 Frederico Nogueira Kizan Xavier Analista JudiciÃ¡rio da 5Âª Vara Criminal Comarca de Ananindeua PROCESSO: 00585715720158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): FREDERICO NOGUEIRA KIZAN XAVIER A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/04/2022 AUTORIDADE POLICIAL:DELEGACIA DE POLICIA DA JADERLANDIA DENUNCIADO:JAMILEN FERNANDES DA SILVA VITIMA:A. C. O. E. . ATO ORDINATÃRIO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes que me sÃ£o conferidas por lei, que procedo ao ARQUIVAMENTO DEFINITIVO dos autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â Ananindeua, 11 de abril de 2022 Frederico Nogueira Kizan Xavier Analista JudiciÃ¡rio da 5Âª Vara Criminal Comarca de Ananindeua PROCESSO: 00002214620138140944 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO RONALDO CORREA MARTIRES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/04/2022 VITIMA:S. J. F. Representante(s): OAB 17262 - EVANDRO MARTIN PANTOJA PEREIRA (ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO) DENUNCIADO:WANESSA HALL CORREA. Processo nÂº 0000221-46.2013.8.14.0944 Denunciado: Wanessa Hall Correa Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc.. 1.Â Â Â Â Â Diante da certidÃ£o de fl. 91, intime-se a vÃ-tima na qualidade de Assistente de AcusaÃ§Ã£o, no endereÃ§o indicado Ã s fls. 56, para que constitua novo advogado no prazo de 10 (dez) dias, advertindo-a que, em caso de inÃ©rcia serÃ¡ nomeado defensor pÃºblico para atuar em seu favor, devendo no mesmo prazo se manifestar acerca do interesse em prosseguir com o recurso em sentido estrito interposto Ã s fls. 88. 2.Â Â Â Â Â Constituindo a vÃ-tima novo defensor, ou manifestando interesse em prosseguir com o feito e sendo o caso de patrocÃ-nio da Defensoria PÃºblica, intime-se para que apresente razÃµes do recurso no prazo legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ananindeua (PA), 12 de abril de 2022 JoÃ£o Ronaldo CorrÃªa MÃ¡rtires Juiz de Direito 1 PROCESSO: 00010445020158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO RONALDO CORREA MARTIRES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/04/2022 VITIMA:A. R. A. M. VITIMA:L. C. M. P. J. VITIMA:G. L. S. DENUNCIADO:MARCIEL BRANDAO DE SOUZA. Processo 0001044-50.2015.814.0006Â Acusado: Marciel BrandÃ£o de Souza Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc.. Â Â Â Â Â Â Â 1. Considerando que o acusado foi citado por edital e permaneceu inerte atÃ© o presente momento, conforme teor da certidÃ£o de fls. 76, suspendo o processo e o curso do prazo prescricional, nos termos do art. 366, do CPP. Â Â Â Â Â Â Â 2. Deixo de designar audiÃªncia para inquiriÃ§Ã£o das testemunhas arroladas pela acusaÃ§Ã£o, por entender que a produÃ§Ã£o antecipada de provas somente pode ser levada a efeito nos casos em que for imprescindÃ-vel e urgente a colheita da prova testemunhal, o que nÃ£o ocorre no caso vertente. Â Â Â Â Â

Â Â Â 3. Desse modo, determino que os presentes autos aguardem em Secretaria a localizaÃ§Ã£o do rÃ©u para se ver processar, devendo o Sr. Diretor de Secretaria encaminhar os autos, a cada 90 (noventa) dias ao MinistÃ©rio PÃºblico para fins de localizaÃ§Ã£o do endereÃ§o atualizado do acusado visando seu ulterior chamamento ao feito. Â Â Â Â Â Â Â Â 4- Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Ananindeua/PA, 12 de abril de 2022 JoÃ£o Ronaldo CorrÃªa MÃ¡rtires Juiz de Direito 1 1 PROCESSO: 00010829520198140952 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO RONALDO CORREA MARTIRES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/04/2022 QUERELANTE:SIDNEY MONTEIRO DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 19782 - ANTONIO VITOR CARDOSO TOURAO PANTOJA (ADVOGADO) OAB 23898 - ANTONIO RENATO COSTA FONTELLE (ADVOGADO) QUERELANTE:THAIS DE OLIVEIRA VIEIRA Representante(s): OAB 23898 - ANTONIO RENATO COSTA FONTELLE (ADVOGADO) OAB 19782 - ANTONIO VITOR CARDOSO TOURAO PANTOJA (ADVOGADO) QUERELADO:RENATA SIMONE SILVA DOS SANTOS QUERELADO:SILVANA SILVA DOS SANTOS. Processo nÂ° 0001082-95.2019.814.0952 Querelante: Sidney Monteiro de Oliveira e Thais de Oliveira Viana Â Â Â Â Â R. H. Â Â Â Â Â Â 1 - Intimem-se os querelantes por meio de seu patrono para que no prazo de 15 (quinze) dias, informe o endereÃ§o dos querelados a fim de que os mesmos sejam citados pessoalmente, sob pena de extinÃ§Ã£o do presente feito nos termos do art. 60, inciso I, do CPP. Â Â Â Â Â 2 - Ultrapassado o prazo com ou sem manifestaÃ§Ã£o, retornem conclusos. Â Â Â Â Â Â Ananindeua/Pa, 11 de abril de 2022 JoÃ£o Ronaldo CorrÃªa MÃ¡rtires Juiz de Direito PROCESSO: 00018525520158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO RONALDO CORREA MARTIRES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/04/2022 INDICIADO:ETIENE MARTINS MACHADO Representante(s): OAB 9172 - DANIEL FERNANDES DA SILVA (ADVOGADO) OAB 20551 - MANUELA LISBOA PEREIRA DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:L. F. S. S. . EDITAL DE INTIMAÃÃO Â (Prazo de 15 dias) O Dr. JOÃO RONALDO CORREA MARTIRES, JuÃ-za de Direito respondendo pela 5Âª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua - PA, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais que lhe sÃ£o conferidas por Lei, faz saber aos que lerem ou dele tomarem conhecimento que foi denunciado(a) pela 5Âª Promotoria de JustiÃ§a Criminal de Ananindeua-PA, o(a) nacional ETIENE MARTINS MACHADO, brasileiro, paraense, nascido em 12/09/1968, filho de Maria do PerpÃ©tuo Socorro Martins Machado e Carlos Miguel de Andrade Machado, residente e domiciliado(a) em: local incerto e nÃ£o sabido, como incurso(a) nas penas do Art. 171, do CÃ³digo Penal, nestes autos. Intime-se a rÃ© por edital, com prazo de 15 (quinze) dias, para constituir novo advogado no prazo de 5 dias, para atuar em sua defesa, no prazo e forma legal. NÃ£o sendo apresentada defesa no prazo legal, ou se o (a) acusado (a), nÃ£o constituir Advogado, serÃ¡ nomeado, desde logo, o Defensor PÃºblico desta Comarca para atuar em sua defesa, a quem os autos deverÃ£o ser remetidos. E, para que ninguÃ©m no futuro possa alegar ignorÃ¢ncia, serÃ¡ o presente publicado e afixado no fÃ³rum de Ananindeua-PA e no DIÁRIO DA JUSTIÃA, na forma da Lei. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Ananindeua-PA, Estado do ParÃ¡, JuÃ-zo da 5Âª. Vara Criminal, aos 12 dias do mÃªs de abril do ano de 2022. Eu, Jennyfer Camille, EstagiÃ¡ria, com anuÃªncia do Diretor de Secretaria, o digitei. JOÃO RONALDO CORREA MARTIRES Juiz de Direito respondendo pela 5Âª Vara Criminal Comarca de Ananindeua/PA PROCESSO: 00018525520158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO RONALDO CORREA MARTIRES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/04/2022 INDICIADO:ETIENE MARTINS MACHADO Representante(s): OAB 9172 - DANIEL FERNANDES DA SILVA (ADVOGADO) OAB 20551 - MANUELA LISBOA PEREIRA DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:L. F. S. S. . Processo nÂ° 0001852-55.2015.814.0006 Acusada(s): Etiene Martins Machado Â Â Â Â Â Â Vistos, etc.. 1-Â Â Â Â Â Intime-se a rÃ© por edital com prazo de 15 (quinze) dias, para constituir novo advogado no prazo de cinco dias, para apresentaÃ§Ã£o de memoriais finais no prazo e forma legal. 2-Â Â Â Â Â Conste no edital que nÃ£o sendo apresentada manifestaÃ§Ã£o ou se a acusada nÃ£o constituir Advogado, fica nomeado desde logo Defensor PÃºblico para atuar em sua defesa, a quem os autos deverÃ£o ser remetidos. 3-Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos para julgamento. Â Â Â Â Â Â Ananindeua/Pa, 11 de abril de 2022 JoÃ£o Ronaldo CorrÃªa MÃ¡rtires Juiz de Direito PROCESSO: 00025209420138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO RONALDO CORREA MARTIRES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/04/2022 ACUSADO:GEILSON GUEDES DA COSTA ACUSADO:JONATHAN PASSOS DIAS Representante(s): OAB 29520 - MULLER RUANO SOARES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:O. E. . Processo nÂ° 0002520-94.2013.814.0006 Acusado (s): Genir Soares de Sousa Vistos, etc. 1- Recebo o aditamento Ã denÃºncia oferecido Ã s fls. 163, dando o acusado Genir Soares de Sousa, como provisoriamente incurso no tipo penal que lhe Ã© imputado. 2- Cite-se o rÃ©u no Sistema Prisional, para responder Ã acusaÃ§Ã£o no prazo de 10 (dez) dias (art. 396, do CPP). 3 - Apresentada a resposta no prazo de lei, faÃ§am os autos conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Caso contrÃ¡rio,

fica nomeado, desde logo, o Defensor PÃºblico desta Comarca, para os fins do art. 396-A, do CPP, a quem os autos deverÃ£o ser remetidos. 4- Eventualmente frustrada a citaÃ§Ã£o pessoal do acusado, encaminhem-se os autos ao MinistÃ©rio PÃºblico. ApÃ³s, conclusos. 5 - Proceda-se a retificaÃ§Ã£o na capa dos autos. 6 - ApÃ³s, conclusos. Ananindeua (PA), 12 de abril de 2022 JoÃ£o Ronaldo CorrÃªa MÃ¡rtires Juiz de Direito PROCESSO: 00047697120208140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LEILSON LIRA BATISTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/04/2022 AUTORIDADE POLICIAL:DELEGACIA DE POLICIA DA SECCIONAL DA CIDADE NOVA DENUNCIADO:EVANDRO MONTEIRO DA CONCEICAO Representante(s): OAB 4276 - PAULO ROBERTO VALE DOS REIS (ADVOGADO) OAB 29805 - SEBASTIAO HENRIQUE PANTOJA DOS SANTOS (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO (De acordo com o art. 93, XIV da CF/88, art. 162, Â§4Âº do CPC e Provimento 006/2006-CJRMB). INTIME(M)-SE o(s) advogado(s) do(s) ACUSADO(S), para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar(em) suas alegaÃ§Ãµes finais, por memorial. Ananindeua, 12 de marÃ§o de 2022. Leilson Batista, Diretor de Secretaria da 5Âª Vara Penal de Ananindeua. PROCESSO: 00047772920128140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO RONALDO CORREA MARTIRES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/04/2022 VITIMA:L. H. C. R. ACUSADO:MADIANE DIAS SENA Representante(s): OAB 16206 - DAVI LIRA DA SILVA (ADVOGADO) OAB 21256 - EDGAR DE OLIVEIRA SANTOS (ADVOGADO) . Processo 0004777-29.2012.814.0006 Denunciado: Madiane Dias Sena Vistos, etc. Considerando que a Defesa foi intimada para manifestaÃ§Ã£o quanto Ã testemunha de arrolada por ocasiÃ£o da resposta Ã acusaÃ§Ã£o, tendo permanecido inerte atÃ© o presente momento, entendo que houve desistÃªncia tÃ¡cita de sua oitiva. Dou por encerrada a instruÃ§Ã£o processual. Vista Ã s partes para apresentaÃ§Ã£o de Memoriais Finais, no prazo sucessivo de 05 cinco dias. ApÃ³s, conclusos para julgamento. Ananindeua/Pa, 11 de abril de 2022 JoÃ£o Ronaldo CorrÃªa MÃ¡rtires Juiz de direito PROCESSO: 00054517020138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO RONALDO CORREA MARTIRES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/04/2022 ACUSADO:MARCOS ADRIANO DO ESPIRITO SANTO GONCALVES Representante(s): OAB 19110 - ELENIZE DAS MERCES MESQUITA (ADVOGADO) VITIMA:L. A. M. Representante(s): OAB 23387 - MAYARA AZEVEDO DE MORAES (ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO) TESTEMUNHA:KLABER REMEDIOS FREITAS Representante(s): OAB 27641 - RUI GUILHERME DE ALMEIDA DE SOUSA JUNIOR (ADVOGADO) . Processo nÂº 0005451-70.2013.8.14.0006 Denunciado: Marcos Adriano do EspÃ-rito Santo GonÃ§alves Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc.. 1.Â Â Â Â Â Diante da certidÃ£o de fl. 89, intime-se o acusado Marcos Antonio do EspÃ-rito Santo GonÃ§alves, no endereÃ§o indicado na audiÃªncia instrutÃ³ria para que constitua novo advogado, no prazo de 10 (dez) dias, advertindo-o que, em caso de inÃ©rcia serÃ¡ nomeado defensor pÃºblico para atuar em sua defesa. 2.Â Â Â Â Â Constituindo o acusado novo defensor, ou sendo o caso de patrocÃ-nio da Defensoria PÃºblica, intime-se para que apresente memoriais finais no prazo legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ananindeua (PA), 12 de abril de 2022 JoÃ£o Ronaldo CorrÃªa MÃ¡rtires Juiz de Direito 1 PROCESSO: 00055905620128140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO RONALDO CORREA MARTIRES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/04/2022 VITIMA:O. E. ACUSADO:JOSE CARLOS LOBATO Representante(s): OAB 4983 - GRACYANA HENRIQUES CASTANHEIRA (ADVOGADO) ACUSADO:JAMIL NAZARENO MIRANDA SANTANA ACUSADO:TATIANE BARROS CARDOSO Representante(s): OAB 4983 - GRACYANA HENRIQUES CASTANHEIRA (ADVOGADO) OAB 8482 - CARLOS ALEXANDRE TEIXEIRA REIS VASQUEZ (ADVOGADO) OAB 17318 - ELVA MARIA SALES COELHO (ADVOGADO) ACUSADO:GLORIA MARIA PINHEIRO CARDOSO Representante(s): OAB 4983 - GRACYANA HENRIQUES CASTANHEIRA (ADVOGADO) OAB 7228 - IVANILDA BARBOSA PONTES (ADVOGADO) OAB 8352 - LAURA DO ROSARIO COSTA SILVA (ADVOGADO) ACUSADO:PAULO DE TARSO DUTRA MENDES Representante(s): OAB 20329 - DRIELE BASTOS MENDES (ADVOGADO) . Processo nÂ° 0005590-56.2012.814.0006 Acusado (s): Jose Carlos Lobato e outros Vistos, etc. 1- Intimem-se as partes para manifestaÃ§Ã£o acerca do laudo pericial juntado Ã s fls. 515/532. 2- Em nÃ£o havendo mais requerimentos, vista dos autos ao MinistÃ©rio PÃºblico para apresentaÃ§Ã£o de memoriais finais no prazo de 05 (cinco) dias, em seguida Ã Defesa por igual prazo. 3 - ApÃ³s conclusos para julgamento. Ananindeua (PA), 12 de abril de 2022 JoÃ£o Ronaldo CorrÃªa MÃ¡rtires Juiz de Direito PROCESSO: 00056312320128140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO RONALDO CORREA MARTIRES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/04/2022 DENUNCIADO:HIGOR ALHO DOS SANTOS Representante(s): OAB 19356 - ECIVALDO PAIXAO NASCIMENTO (ADVOGADO) VITIMA:E. E. S. . Processo nÂº 0005631-23.2012.814.0006 Denunciado: Higor Alho dos Santos Vistos, etc.. Â Â Â Â Â Â Â

Â Â Â Â Â Â Â I- Atento ao teor da certidÃ£o de fls. 230, arbitro multa no valor de 05 (cinco) salÃ¡rios mÃ-nimos ao advogado Dr. Ecivaldo PaixÃ£o Nascimento, OAB/PA 19.356, ante a inÃ©rcia injustificada perante este juÃ-zo, com fulcro no art. 265 do CPP, vez que, devidamente intimada nÃ£o apresentou contrarrazÃµes em favor do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â II- Intimem-se o patrono Dr. Ecivaldo PaixÃ£o Nascimento, OAB/PA 19.356, acerca do teor da decisÃ£o, para que realize o recolhimento da multa arbitrada, no prazo der 10 (dez) dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â III- Intime-se o rÃ©u pessoalmente, para que constitua novo advogado ou que manifeste seu interesse em ser patrocinada pela Defensoria PÃºblica, no prazo de 10 (dez) dias, advertindo-o que, transcorrendo o prazo, caso nÃ£o faÃ§a, serÃ¡ nomeado Defensor PÃºblico para atuar em sua defesa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ananindeua/PA, 12 de abril de 2022 JOÃO RONALDO CORRÃA MÃRTIRES Juiz de Direito PROCESSO: 00062013820148140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO RONALDO CORREA MARTIRES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/04/2022 DENUNCIADO:JOCIBERTO TORRES DE ALMEIDA FILHO Representante(s): OAB 13915 - CLEBIA DE SOUSA COSTA (ADVOGADO) OAB 17842 - ANA CAVALCANTE NOBREGA DA CRUZ (ADVOGADO) VITIMA:A. M. N. N. VITIMA:J. N. S. . Processo nÂº 0006201-38.2014.814.0006 Denunciado: Jociberto Torres de Almeida Filho Vistos, etc.. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â I- Atento ao teor da certidÃ£o de fls. 121, arbitro multa no valor de 05 (cinco) salÃ¡rios mÃ-nimos Ã advogada Dra. Clebia de Sousa Costa, OAB/PA 13.915, ante a inÃ©rcia injustificada perante este juÃ-zo, com fulcro no art. 265 do CPP, vez que, devidamente intimada nÃ£o apresentou memoriais finais em favor do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â II- Intimem-se a patrona Dra. Clebia de Sousa Costa, OAB/PA 13.915, acerca do teor da decisÃ£o, para que realize o recolhimento da multa arbitrada, no prazo der 10 (dez) dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â III- Intime-se o rÃ©u pessoalmente, para que constitua novo advogado ou que manifeste seu interesse em ser patrocinada pela Defensoria PÃºblica, no prazo de 10 (dez) dias, advertindo-o que, transcorrendo o prazo, caso nÃ£o faÃ§a, serÃ¡ nomeado Defensor PÃºblico para atuar em sua defesa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ananindeua/PA, 12 de abril de 2022 JOÃO RONALDO CORRÃA MÃRTIRES Juiz de Direito PROCESSO: 00064066720148140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO RONALDO CORREA MARTIRES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/04/2022 DENUNCIADO:ADEMIR PINTO DA SILVA Representante(s): OAB 8009 - FERNANDO ANTONIO DA SILVA NUNES FILHO (ADVOGADO) VITIMA:A. E. R. S. . Processo nÂº 0006406-67.2014.814.0006 Denunciado: Ademir Pinto da Silva Vistos, etc.. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â I- Atento ao teor da certidÃ£o de fls. 134, arbitro multa no valor de 05 (cinco) salÃ¡rios mÃ-nimos ao advogado Dr. Fernando Antonio da Silva Nunes Filho, OAB/PA 8009, ante a inÃ©rcia injustificada perante este juÃ-zo, com fulcro no art. 265 do CPP, vez que, devidamente intimada nÃ£o apresentou contrarrazÃµes em favor do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â II- Intimem-se a patrona Dr. Fernando Antonio da Silva Nunes Filho, OAB/PA 8009, acerca do teor da decisÃ£o, para que realize o recolhimento da multa arbitrada, no prazo der 10 (dez) dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â III- Intime-se o rÃ©u pessoalmente, para que constitua novo advogado ou que manifeste seu interesse em ser patrocinada pela Defensoria PÃºblica, no prazo de 10 (dez) dias, advertindo-o que, transcorrendo o prazo, caso nÃ£o faÃ§a, serÃ¡ nomeado Defensor PÃºblico para atuar em sua defesa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ananindeua/PA, 12 de abril de 2022 JOÃO RONALDO CORRÃA MÃRTIRES Juiz de Direito PROCESSO: 00065013320188140952 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO RONALDO CORREA MARTIRES A??o: Inquérito Policial em: 12/04/2022 AUTORIDADE POLICIAL:DELEGACIA CIDADE NOVA AUTOR/VITIMA:ANDREA KARLA FERNANDES COSTA Representante(s): OAB 22263 - ANDREA KARLA FERNANDES COSTA (ADVOGADO) AUTOR/VITIMA:SUELY BASTOS FERNANDES Representante(s): OAB 19109 - MARIA IVANILZA TOBIAS DE SOUSA (ADVOGADO) AUTOR/VITIMA:DANIELLA CUNHA LOPES Representante(s): OAB 19221 - HERBERT SOUSA DUARTE (ADVOGADO) AUTOR/VITIMA:RONALDO ALVES BURBA Representante(s): OAB 19221 - HERBERT SOUSA DUARTE (ADVOGADO) . Processo nÂ° 0006501-33.2018.814.0952 Querelantes: Andrea Karla Fernandes Costa e Suely Bastos Fernandes Â Â Â Â Â R. H. Â Â Â Â Â Â 1 - Intimem-se os querelantes por meio de seu patrono para que no prazo de 15 (quinze) dias, informe os endereÃ§os dos querelados a fim de que os mesmos sejam citados pessoalmente, sob pena de extinÃ§Ã£o do presente feito nos termos do art. 60, inciso I, do CPP. Â Â Â Â Â 2 - Ultrapassado o prazo com ou sem manifestaÃ§Ã£o, retornem conclusos. Â Â Â Â Â Â Ananindeua/Pa, 12 de abril de 2022 JoÃ£o Ronaldo CorrÃªa MÃ¡rtires Juiz de Direito PROCESSO: 00076860520168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO RONALDO CORREA MARTIRES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/04/2022 AUTORIDADE POLICIAL:DELEGACIA DO AURA

FLAGRANTEADO:JESSICA CARDOSO VIEIRA Representante(s): OAB 3776 - RAIMUNDO PEREIRA CAVALCANTE (ADVOGADO) FLAGRANTEADO:JHONATA COSTA DA SILVA VITIMA:O. E. . Processo nÂ° 0007686-05.2016.814.0006 Acusada(s): Jessica Cardoso Vieira e Jhonata Costa da Silva Â Â Â Â Â Â Vistos, etc.. 1-Â Â Â Â Â Considerando que ambos os rÃ©us sÃ£o assistidos da Defensoria PÃºblica, determino a remessa dos autos Ã quele Ã³rgÃ£o para apresentaÃ§Ã£o de memoriais finais no prazo e forma legal. 2-Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos para julgamento. Â Â Â Â Â Â Ananindeua/Pa, 11 de abril de 2022 JoÃ£o Ronaldo CorrÃªa MÃ¡rtires Juiz de Direito PROCESSO: 00106796020128140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LEILSON LIRA BATISTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/04/2022 VITIMA:R. A. M. ACUSADO:FRANCISCO GOMES DA PENHA Representante(s): OAB 17201 - MARCELO NORONHA CASSIMIRO (ADVOGADO) . ATO ORDINATORIO. (De acordo com o art. 93, XIV da CF/88, art. 162, Â§4Âº do CPC e Provimento 006/2006-CJRMB). INTIME o(s) ADVOGADO(S) DO(S) RÃU(S)/DENUNCIADO(S) para tomar(em) ciÃªncia da AUDIÊNCIA DO DIA 08/06/2022, Ã s 11h. Ananindeua, 12 de abril de 2022. LEILSON LIRA BATISTA. Diretor de Secretaria da 5Âª Vara Criminal de Ananindeua. PROCESSO: 00111466320178140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO RONALDO CORREA MARTIRES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/04/2022 VITIMA:A. C. O. E. AUTORIDADE POLICIAL:DELEGACIA DE POLICIA DA SECCIONAL DA CIDADE NOVA DENUNCIADO:THIAGO DO NASCIMENTO LIMA Representante(s): OAB 23745 - ADILSON FARIAS DE SOUSA (ADVOGADO) . Processo 0011146-63.2017.814.0006 Denunciado: Thiago do Nascimento Lima Vistos, etc. Considerando que este juÃ-zo tem prolatado decisÃµes reconhecendo ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o virtual em determinados feitos que encontram-se em tramitaÃ§Ã£o nesta vara, determino a remessa dos autos ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o quanto a eventual ocorrÃªncia de prescriÃ§Ã£o virtual no presente processo. ApÃ³s, conclusos. Ananindeua/Pa, 11 de abril de 2022 JoÃ£o Ronaldo CorrÃªa MÃ¡rtires Juiz de direito PROCESSO: 00132119420188140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO RONALDO CORREA MARTIRES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/04/2022 VITIMA:W. S. M. DENUNCIADO:DOUGLAS MONTEIRO DA SILVA. EDITAL DE CITAÃÃO Â (Prazo de 15 dias) O Dr. JOÃO RONALDO CORREA MARTIRES, Juiz de Direito respondendo pela 5Âª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua - PA, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais que lhe sÃ£o conferidas por Lei, faz saber aos que lerem ou dele tomarem conhecimento que foi denunciado(a) pela 5Âª Promotoria de JustiÃ§a Criminal de Ananindeua-PA, o(a) nacional DOUGLAS MONTEIRO DA SILVA, brasileiro, natural de BelÃ©m/PA, nascido em: 17/08/1998, filho de Zeliene Monteiro da Silva, residente e domiciliado(a) em: local incerto e nÃ£o sabido, como incurso(a) nas penas do art. 155, Caput, ambos do CPB, nestes autos. E como nÃ£o foi encontrado(a) para ser citado(a) pessoalmente, expede-se o presente EDITAL, para constituir Novo Advogado, no prazo de 5 dias, a fim de apresentar memoriais finais no prazo e forma legal. NÃ£o sendo apresentada defesa no prazo legal, ou se o(a) acusado(a), nÃ£o constituir Advogado, fica nomeado desde logo Defensor PÃºblico para atuar em sua defesa, a quem os autos deverÃ£o ser remetidos. E, para que ninguÃ©m no futuro possa alegar ignorÃ¢ncia, serÃ¡ o presente publicado e afixado no fÃ³rum de Ananindeua-PA e no DIÃRIO DA JUSTIÃA, na forma da Lei. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Ananindeua-PA, Estado do ParÃ¡, JuÃ-zo da 5Âª. Vara Criminal, aos 12 dias do mÃªs de abril do ano de 2022. Eu, Jennyfer Camille, EstagiÃ¡ria, com anuÃªncia do Diretor de Secretaria, o digitei, de ordem do MeritÃ-ssimo Juiz. JOÃO RONALDO CORREA MARTIRES Juiz de Direito respondendo pela 5Âª Vara Criminal Comarca de Ananindeua/PA PROCESSO: 00139624720198140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LEILSON LIRA BATISTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/04/2022 DENUNCIADO:HELIO ROBERTO MELO VITOR Representante(s): OAB 9612 - MARCIO FABIO NUNES DA SILVA (ADVOGADO) . ATO ORDINATORIO. (De acordo com o art. 93, XIV da CF/88, art. 162, Â§4Âº do CPC e Provimento 006/2006-CJRMB). INTIME o(s) ADVOGADO(S) DO(S) RÃU(S)/DENUNCIADO(S) para tomar(em) ciÃªncia da AUDIÊNCIA DO DIA 01/06/2022, Ã s 9h30. Ananindeua, 12 de abril de 2022. LEILSON LIRA BATISTA. Diretor de Secretaria da 5Âª Vara Criminal de Ananindeua. PROCESSO: 00141371220178140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO RONALDO CORREA MARTIRES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/04/2022 DENUNCIADO:YAGO RAYFSON DE MEDEIROS BEZERRA DENUNCIADO:HERICK COSTA NUNES Representante(s): OAB 22387 - LINALDO CARDOSO DA COSTA (ADVOGADO) DENUNCIADO:MARIA NETA CONCEICAO Representante(s): OAB 25332 - OSVALDO BRITO DE MEDEIROS NETO (ADVOGADO) . Processo nÂº 0014137-12.2017.814.0006 Denunciado: Herick Costa Nunes Vistos, etc.. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â I- Atento ao teor da certidÃ£o de fls. 230, arbitro multa no valor de 05 (cinco) salÃ¡rios mÃ-nimos ao advogado Dr. Linaldo Cardoso da Costa, OAB/PA 22.387, ante a inÃ©rcia injustificada perante este juÃ-zo, com fulcro no art. 265 do CPP,

vez que, devidamente intimada nÃ£o apresentou contrarrazÃµes em favor do rÃ©u Herick Costa Nunes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â II- Intimem-se o patrono Dr. Linaldo Cardoso da Costa, OAB/PA 22.387, acerca do teor da decisÃ£o, para que realize o recolhimento da multa arbitrada, no prazo der 10 (dez) dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â III- Intime-se o rÃ©u pessoalmente, para que constitua novo advogado ou que manifeste seu interesse em ser patrocinada pela Defensoria PÃºblica, no prazo de 10 (dez) dias, advertindo-o que, transcorrendo o prazo, caso nÃ£o faÃ§a, serÃ¡ nomeado Defensor PÃºblico para atuar em sua defesa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ananindeua/PA, 12 de abril de 2022 -JOÃO RONALDO CORRÃA MÃRTIRES Juiz de Direito PROCESSO: 00156824920198140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO RONALDO CORREA MARTIRES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/04/2022 DENUNCIADO:ALEX SANDRO DA CUNHA BARATA Representante(s): OAB 20851 - AMETISTA NOGUEIRA TURAN (ADVOGADO) . Processo nÂº 0015682-49.2019.814.0006 Denunciado: Alex Sandro da Cunha Barata Vistos, etc.. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â I- Atento ao teor da certidÃ£o de fls. 53, arbitro multa no valor de 05 (cinco) salÃ¡rios mÃ-nimos Ã advogada Dra. Ametista Nogueira Turan, OAB/PA 20.851, ante a inÃ©rcia injustificada perante este juÃ-zo, com fulcro no art. 265 do CPP, vez que, devidamente intimada nÃ£o apresentou memoriais finais em favor do rÃ©u Alex Sandro da Cunha Barata. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â II- Intimem-se a patrona Dra. Ametista Nogueira Turan, OAB/PA 20.851, acerca do teor da decisÃ£o, para que realize o recolhimento da multa arbitrada, no prazo der 10 (dez) dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â III- Intime-se o rÃ©u pessoalmente, para que constitua novo advogado ou que manifeste seu interesse em ser patrocinada pela Defensoria PÃºblica, no prazo de 10 (dez) dias, advertindo-o que, transcorrendo o prazo, caso nÃ£o faÃ§a, serÃ¡ nomeado Defensor PÃºblico para atuar em sua defesa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ananindeua/PA, 12 de abril de 2022 JOÃO RONALDO CORRÃA MÃRTIRES Juiz de Direito PROCESSO: 00215496220158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LEILSON LIRA BATISTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/04/2022 DENUNCIADO:JOAQUIM ANTONIO OLIVEIRA MENEZES Representante(s): OAB 21520 - BRUNO COSTA MENDONÇA (ADVOGADO) VITIMA:E. S. M. D. . ATO ORDINATORIO. (De acordo com o art. 93, XIV da CF/88, art. 162, Â§4Âº do CPC e Provimento 006/2006-CJRMB). INTIME o(s) ADVOGADO(S) DO(S) RÃU(S)/DENUNCIADO(S) para tomar(em) ciÃªncia da AUDIÃNCIA DO DIA 08/06/2022, Ã s 10h30. Ananindeua, 12 de abril de 2022. LEILSON LIRA BATISTA. Diretor de Secretaria da 5Âª Vara Criminal de Ananindeua. PROCESSO: 00345476220158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO RONALDO CORREA MARTIRES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/04/2022 FLAGRANTEADO:GILBERTO PEREIRA DOS SANTOS VITIMA:O. E. FLAGRANTEADO:DANIELA FARIAS CALDAS Representante(s): OAB 8352 - LAURA DO ROSARIO COSTA SILVA (ADVOGADO) . Processo nÂº 0034547-62.2015.814.0006 Denunciados: Gilberto Pereira dos Santos e Daniela Farias Caldas Vistos, etc.. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â I- Atento ao teor da certidÃ£o de fls. 113, arbitro multa no valor de 05 (cinco) salÃ¡rios mÃ-nimos Ã advogada Dra. Laura do RosÃ¡rio Caldas, OAB/PA 8352, ante a inÃ©rcia injustificada perante este juÃ-zo, com fulcro no art. 265 do CPP, vez que, devidamente intimada nÃ£o apresentou contrarrazÃµes em favor da rÃ© Daniela Farias Caldas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â II- Intimem-se a patrona Dra. Laura do RosÃ¡rio Caldas, OAB/PA 8352, acerca do teor da decisÃ£o, para que realizem o recolhimento da multa arbitrada, no prazo der 10 (dez) dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â III- Intime-se a rÃ© pessoalmente, para que constitua novo advogado ou que manifeste seu interesse em ser patrocinada pela Defensoria PÃºblica, no prazo de 10 (dez) dias, advertindo-o que, transcorrendo o prazo, caso nÃ£o faÃ§a, serÃ¡ nomeado Defensor PÃºblico para atuar em sua defesa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ananindeua/PA, 12 de abril de 2022 JOÃO RONALDO CORRÃA MÃRTIRES Juiz de Direito PROCESSO: 00355392320158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LEILSON LIRA BATISTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/04/2022 AUTORIDADE POLICIAL:DELEGACIA DE POLICIA DA SECCIONAL DA CIDADE NOVA VITIMA:O. A. R. R. VITIMA:J. J. S. VITIMA:J. S. R. R. FLAGRANTEADO:ISAQUE CARLOS COSTA GATINHO Representante(s): OAB 8657 - SALOMAO DOS SANTOS MATOS (ADVOGADO) FLAGRANTEADO:ANTONIELLE BARBOSA RIBERO Representante(s): OAB 14069 - MARCUS NASCIMENTO DO COUTO (ADVOGADO) . ATO ORDINATORIO. (De acordo com o art. 93, XIV da CF/88, art. 162, Â§4Âº do CPC e Provimento 006/2006-CJRMB). INTIME o(s) advogado(s) da(s) parte(s) para tomar(em) ciÃªncia da AUDIÃNCIA do dia 08 DE JUNHO DE 2022, Ã s 10h. Ananindeua, 05 de abril de 2022. LEILSON LIRA BATISTA. Diretor de Secretaria da 5Âª vara penal de Ananindeua. PROCESSO: 00049588320198140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em:

VITIMA: E. P. DENUNCIADO: F. C. P. B. Representante(s): OAB 21091 - FABIO JOSE FURTADO DOS REMEDIOS KASAHARA (ADVOGADO) OAB 29525 - MARIANA BRANDAO PAIVA (ADVOGADO) PROCESSO: 00053218020138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: ACUSADO: C. T. S. Representante(s): OAB 7363 - MARCO AURELIO DE JESUS MENDES (ADVOGADO) VITIMA: E. T. M. M. VITIMA: N. M. P. PROCESSO: 00123816520178140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: VITIMA: J. R. D. A. DENUNCIADO: R. H. P. S. DENUNCIADO: D. L. N. S. DENUNCIADO: J. C. S. F. Representante(s): OAB 16192 - MARIVALDO NUNES DO NASCIMENTO (ADVOGADO)

FÓRUM DE BENEVIDES

SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BENEVIDES

Ato Ordinatório

Processo nº 0024129-64.2009.8.14.0097

Ação de Busca e Apreensão.

Requerente: Banco Finasa S/A.

Advogado: Celso Marcon ¿ OAB/PA 13.536-A.

Requerido: Glebson Paulo Silva de Oliveira.

Com supedâneo no Provimento nº 06/2006, art. 1º, § 2º, XI, da CJRMB, modificado pelo Provimento nº 08/2014, da CJRMB, intime-se o requerente a satisfazer as custas finais, no prazo de 15 (quinze) dias.

Benevides, 13 de abril de 2022.

Gabriel Seixas dos Santos Leão

Auxiliar Judiciário ¿ Matrícula 121339

Ato Ordinatório

Processo nº 0002246-85.2012.8.14.0097

Execução de Título Extrajudicial.

Exequente: Banco Santander Brasil S/A.

Advogado: Celso Marcon ¿ OAB/PA 13.536-A.

Executado: Ewerson Begot Pinheiro.

Com supedâneo no Provimento nº 06/2006, art. 1º, § 2º, XI, da CJRMB, modificado pelo Provimento nº 08/2014, da CJRMB, intime-se o exequente a satisfazer as custas finais, no prazo de 15 (quinze) dias.

Benevides, 13 de abril de 2022.

Gabriel Seixas dos Santos Leão

Auxiliar Judiciário ¿ Matrícula 121339

SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE BENEVIDES

EDITAL DE CITAÇÃO

(PRAZO DE 10 DIAS)

A MMa. Sra. Dra. EDILENE DE JESUS BARROS SOARES, Juíza de Direito, titular da Vara Criminal da Comarca de Benevides, Estado do Pará, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele tiverem conhecimento que per este Juízo tramita o processo nº: 0007565-92.2016.8.14.0097, tendo como acusado(a)(s) MARIA LIDIANE MARQUES RIBEIRO, brasileira, filha de Maria Telma Marques Ribeiro e Edmilsom Ribeiro, nascida em 28.09.1979. Em virtude deste se encontrar em lugar incerto e não sabido, expede-se o presente EDITAL, com o prazo de 10 (dez) dias, para que o acusado observe a acusação que lhe foi imputada nos autos em epígrafe, sendo que em sua resposta poderá arguir preliminar e alegar tudo o que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificações especificar provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação quando necessário. EXPEDIDO nesta Cidade e Comarca de Benevides, Estado do Pará, aos treze (13) dias do mês de abril (04) do ano de dois mil e vinte e dois (2022). Eu, Ilana Gabriele Neves dos Navegantes, auxiliar administrativa, que o digitei, e segue assinado pela Diretora de Secretaria, consoante Art. 1º, §1º, IX, do Provimento nº. 006/2006, c/c Art. 1º, §1º, do provimento 08/2014, da Corregedoria-Geral de Justiça da Região Metropolitana de Belém. MARTA MACIEL PIMENTEL Diretora de Secretaria da Vara Criminal de Benevides-PA

EDITAL DE CITAÇÃO

(PRAZO DE 10 DIAS)

A MMa. Sra. Dra. EDILENE DE JESUS BARROS SOARES, Juíza de Direito, titular da Vara Criminal da Comarca de Benevides, Estado do Pará, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele tiverem conhecimento que per este Juízo tramita o processo nº: 0007565-92.2016.8.14.0097, tendo como acusado(a)(s) LEILA GONÇALVES DE BESSA, brasileira, filha de Ovidia Gonçalves de Bessa e Joaquim Alves de Bessa, nascida em 27.01.1966. Em virtude deste se encontrar em lugar incerto e não sabido, expede-se o presente EDITAL, com o prazo de 10 (dez) dias, para que o acusado observe a acusação que lhe foi imputada nos autos em epígrafe, sendo que em sua resposta poderá arguir preliminar e alegar tudo o que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificações especificar provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação quando necessário. EXPEDIDO nesta Cidade e Comarca de Benevides, Estado do Pará, aos treze (13) dias do mês de abril (04) do ano de dois mil e vinte e dois (2022). Eu, Ilana Gabriele Neves dos Navegantes, auxiliar administrativa, que o digitei, e segue assinado pela Diretora de Secretaria, consoante Art. 1º, §1º, IX, do Provimento nº. 006/2006, c/c Art. 1º, §1º, do provimento 08/2014, da Corregedoria-Geral de Justiça da Região Metropolitana de Belém. MARTA MACIEL PIMENTEL Diretora de Secretaria da Vara Criminal de Benevides-PA.

EDITAL DE CITAÇÃO

(PRAZO DE 10 DIAS)

A MMa. Sra. Dra. EDILENE DE JESUS BARROS SOARES, Juíza de Direito, titular da Vara Criminal da Comarca de Benevides, Estado do Pará, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele tiverem conhecimento que per este Juízo tramita o processo nº: 0007565-92.2016.8.14.0097, tendo como acusado(a)(s) MARQUES BESSA COMÉRCIO ATACADISTA DE MADEIRA LTDA, pessoa jurídica, representada legalmente por sua sócia Leila Gonçalves de Bessa e Maria Lidiane Marques Ribeiro (pessoas físicas), CNPJ nº 09.284.458/0001-94. Em virtude deste se encontrar em lugar incerto e não sabido, expede-se o presente EDITAL, com o prazo de 10 (dez) dias, para que o acusado observe a acusação que lhe foi imputada nos autos em epígrafe, sendo que em sua resposta poderá arguir preliminar e alegar tudo o que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificações especificar provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação quando necessário.

EXPEDIDO nesta Cidade e Comarca de Benevides, Estado do Pará, aos treze (13) dias do mês de abril (04) do ano de dois mil e vinte e dois (2022). Eu, Ilana Gabriele Neves dos Navegantes, auxiliar administrativa, que o digitei, e segue assinado pela Diretora de Secretaria, consoante Art. 1º, §1º, IX, do Provimento nº. 006/2006, c/c Art. 1º, §1º, do provimento 08/2014, da Corregedoria-Geral de Justiça da Região Metropolitana de Belém. MARTA MACIEL PIMENTEL Diretora de Secretaria da Vara Criminal de Benevides-PA.

PROCESSO Nº 0005254-26.2019.8.14.0097 ¿ AÇÃO PENAL ¿ VIOLÊNCIA DOMESTICA ¿ DENUNCIADO: WAGNO MORGON RIBEIRO DA SILVA (ADV. MARGELLY DA COSTA MESQUITA OAB/PA 10639 / ADV. KELLY ELAINE MESQUITA B. DA SILVA OAB/PA 8476-E / LARISSA NIKOLAY ALMEIDA DA COSTA OAB/PA 17690) - TERMO DE AUDIÊNCIA - DELIBERAÇÃO: Encerrada a instrução processual. Dê-se vistas para as alegações finais. Nada mais havendo, a MM. Juíza deu por encerrado o presente termo. Todas as partes que se encontram a audiência declaram que dispensam a assinatura física, levando em conta o momento da pandemia do covid-19. Valendo a assinatura do (a) magistrado (a), o qual possui fé pública, como forma de validar a presença de todas as partes.

SECRETARIA DA 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BENEVIDES

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO

A Exma. Dra. **DANIELLY MODESTO DE LIMA ABREU**, Juíza de Direito, titular da 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Benevides, Estado do Pará (PA), no uso de suas atribuições legais, etc., **FAZ SABER**, aos que virem o presente edital, ou dele tiverem conhecimento, que por este Juízo tramitaram os autos de substituição de curador autuados sob o n.º **0801749-23.2021.8.14.0097**, tendo acolhido os pedidos expressos nos autos, conforme consta na sentença de Id **54760122**, decisão que decretou a troca de curador do interditado **ANTÔNIO JOSÉ SALES DOS ANJOS JUNIOR**. O encargo da curatela foi conferido à nova curadora Sra. **IOLANDA LÚCIA DE LIMA GOMES, ficando, assim, a antiga curadora Sra. ESMERALDA ROSA ROSÁRIO DOS ANJOS dispensada definitivamente do múnus da curatela**. A curatela, no caso em tela, é por prazo indeterminado e afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial do curatelado, não alcançará o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto (art. 85 da Lei nº 13.146/2015). Por força do art. 1.774 do Código Civil, as obrigações do curador estão previstas nos artigos 1.741, 1.747 e 1.748 do referido Código, sendo ao curador vedada a prática dos atos descritos no art. 1.749 do Código Civil. A referida Curadora não poderá, por qualquer modo, alienar ou onerar bens móveis ou imóveis de qualquer natureza, que venham a pertencer ao Interditado, sem a necessária autorização Judicial. Os valores eventualmente recebidos de entidades previdenciárias deverão ser aplicados exclusivamente na saúde, na alimentação e no bem-estar do Interditado. A sentença será inscrita no Registro de Pessoas Naturais, em conformidade com a determinação do § 3º, do art. 755, do Código de Processo Civil. **EXPEDIDO** nesta Cidade e Comarca de Benevides, Estado do Pará (PA), ao primeiro (1º) dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois (2022), nos termos do Provimento n.º 006/2006, alterado pelo Provimento n.º 008/2014, da CGJRMB.

GILBERTO DOS SANTOS PEREIRA

Auxiliar judiciário da Secretaria da 3ª Vara Cível e Empresarial

da Comarca de Benevides (PA)

FÓRUM DE MARITUBA

SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE MARITUBA

EDITAL Pelo presente EDITAL, informo aos que virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo de Direito e Secretaria da 1ª Vara Cível e Empresarial desta Comarca, tramitam os autos do Processo nº 0000921-93.2014.814.0133, relativo a Ação de Substituição de Curador, em que é parte requerente ANA LUCIA RAMOS DE AVIZ, brasileiro(a), casado(a), do lar, paraense, natural de Bragança-PA, nascido(a) em 14/05/1962, filho(a) de João Borges Ramos e Izaulina Ferreira Ramos, e foi parte curatelada RAIMUNDA FERREIRA RAMOS, brasileiro(a), solteira, paraense, natural de Caratateua-PA, nascido(a) em 09/04/1956, filho(a) de João Borges Ramos e Isaulina Ferreira Ramos, tendo sido proferida Sentença no ID 20180144564591(fls. 60/61), deferindo a CURATELA DEFINITIVA da parte curatelada à parte requerente, cuja parte dispositiva determinou ao final o seguinte: " Diante do exposto e tendo em vista os documentos constantes nos autos, especialmente o estudo social realizado, bem como o disposto nos arts. 1.766 e 1.781 do Código Civil, confirmo a antecipação de tutela pleiteada e JULGO PROCEDENTE O PEDIDO FORMULADO, REMOVENDO O REQUERIDO DO CARGO DE CURADOR E NOMEANDO A AUTORA ANA LUCIA RAMOS DE AVIZ COMO CURADORA PERMANENTE DE SUA IRMÃ, RAIMUNDA FERREIRA RAMOS. DECLARO EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, na forma dos arts. 316, 487, I, e 490 do CPC. Sem incidência de custas, tendo em vista a gratuidade. Dê-se ciência ao Ministério Público e à Defensoria Pública. Havendo interposição de apelação, proceda-se na forma do art. 1.010 do CPC, independentemente de conclusão dos autos. Após o trânsito em julgado, certifique-se e arquive-se.". E para que ninguém possa alegar ignorância, será o presente afixado em lugar de costume e publicado na forma da lei (art. 755, §3º da Lei nº 13.105/2020). Dado e passado neste município e Comarca de Marituba-PA, aos 14 de março de 2022. Eu, Jefferson Oliveira Souza, Servidor(a) Público(a) lotado(a) na Secretaria da 1ª Vara Cível e Empresarial de Marituba, o digitei. C U M P R A ¿ S E. ALDINÉIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da 1ª Vara Cível e Empresarial Comarca de Marituba-PA

EDITAIS

COMARCA DA CAPITAL - EDITAIS

EDITAL DE PROCLAMAS - CARTORIO VAL DE CÃES

Faço saber por lei que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos por lei:

CARLOS D'AVILA MENEZES RODRIGUES e ESTER LEAL CARVALHO. Ele solteiro, Ela solteira.

DAVIS ROGÉRIO TORRES PACHECO e SAMARA NAZARÉ DE SOUZA VIEIRA. Ele solteiro, Ela divorciada.

IVAN TORRES DOS SANTOS e DARLENE DA SILVA REIS. Ele solteiro, Ela solteira.

JOSE RÔMULO DOS SANTOS e CINTIA LORENA SOUZA DE MOURA. Ele solteiro, Ela solteira.

MARCELO JARDIM DE AZEVEDO e RAFAELA DE ALMEIDA CAMPOS. Ele solteiro, Ela solteira.

MARINALDO SOUSA DA SILVA e JOELMA DE LIMA EVANGELISTA. Ele solteiro, Ela solteira.

MOISÉS VAZ DE MATOS e KETTLE JAMILLY LOPES DOS SANTOS. Ele solteiro, Ela solteira.

ROBSON BATISTA BITTENCOURT e MIRIAN ARAUJO DOS SANTOS. Ele solteiro, Ela solteira.

YAN FELIPE CARPINTERO EVANGELISTA e MYLANNE GILVANDRA DOS SANTOS SOUSA. Ele solteiro, Ela solteira.

Se alguém souber de impedimentos denuncie-o na forma da Lei. E Eu, Acilino Aragão Mendes, Oficial do Cartório Val-de-Cães, Comarca de Belém Estado do Pará, faço afixação deste, neste Oficio e sua publicação no Diário de Justiça. Belém, 13 de abril de 2022.

EDITAL DE PROCLAMAS - 2º OFÍCIO

Luiziana Maria Henderson Guedes de Oliveira, Oficial do Cartório de Registros Civil Segundo Ofício da Comarca de Belém do Estado do Pará, faz saber que pretendem contrair matrimônio os seguintes casais:

1. DOUGLAS OLIVEIRA DA COSTA e ANA CLEISE MARTINS FERREIRA. Ele é solteiro e Ela é solteira.

2. LAÉRCIO ALBUQUERQUE VARELA e HELENA RODRIGUES CARDOSO. Ele é solteiro e Ela é solteira.

3. MANOEL DE JESUS LOPES SENA e ANNDREA CAROLINY DA COSTA TAVARES. Ele é divorciado e Ela é solteira.

4. EDILSON SARMENTO BEZERRA e IZABELA CRISTINA DAMASCENO DA COSTA. Ele é solteiro e Ela é solteira.

5. OZEAS RIBEIRO RAPOUSO e EMANUELLE SANTOS SARAIVA. Ele é divorciado e Ela é solteira.

6. MURILO HENRIQUE DA SILVA SALGADO e ELIANE BENTES SANTOS. Ele é solteiro e Ela e solteira.

7. WILLIAM DE OLIVEIRA FERREIRA e GLAUCIA MICHELLE LIMA DAMASCENO. Ele é divorciado e Ela é solteira.

8. ANTONIO GONÇALVES ABREU e CLEONICE DOS SANTOS CORRÊA. Ele é solteiro e Ela é solteira.

9. ROGERIO DE JESUS TEIXEIRA CHAVES e MARIA DE NAZARÉ DA SILVA SANTOS. Ele é solteiro e Ela é solteira.

10. ALEXANDRE CHAVES DOS SANTOS e HILMA CRISTINA GONÇALVES DOS SANTOS. Ele é solteiro e Ela é solteira.

11. LUIZ PAULO CALDAS DE CASTRO e ANDREIA MOREIRA DOS SANTOS. Ele é solteiro e Ela é solteira.

12. GABRIEL ALLAF SILVA DOS SANTOS e ELLEN PATRÍCIA MORAES DOS SANTOS. Ele é solteiro e Ela é solteira.

13. ANDERSON SARAIVA FERREIRA e ANDRÉIA CRISTINA SANTOS DE OLIVEIRA. Ele é solteiro e Ela é solteira.

14. JOSÉ DOS SANTOS MACHADO e SANDRA PEREIRA BARBOSA. Ele é solteiro e Ela é divorciada.

15. JOSÉ FELIPE VASCONCELOS DA SILVA e WINAYRA PEREIRA PALHETA. Ele é solteiro e Ela é solteira.

16. LUÍS MIGUEL LIMA DA SILVA e ELIZABETE CARDOSO DA SILVA. Ele é solteira e Ele é solteira.

17. ERICLENES FRANCISCO OLIVEIRA DOS SANTOS e SAMARA CRISTINA DA SILVA SANTOS. Ele é solteiro e Ela é solteira.

18. ELITON DAS MÊRCES SILVA e MAYARA MAFRA MENEZES. Ele é solteiro e Ela é solteira.

19. ANDRÉ FELIPE LIMA DA COSTA e ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA COSTA. Ele é solteiro e Ela é solteira.

20. RONALDO CARRÉRA e SILVANA MARIA DE SOUZA. Ele é solteiro e Ela é solteira.

21. JOÃO DA SILVA RODRIGUES e MARIA CRISTINA SILVA DE MORAES. Ele é solteiro e Ela é solteira.

22. ANTONIO RODRIGO CORRÊA VIEIRA e BEATRIZ CARDOSO DA SILVA. Ele é solteiro e Ela é divorciada.

23. MICHEL MOREIRA DA SILVA e GIRCELI DA SILVA GAMA. Ele é solteiro e Ela é solteira.

24. VINICIUS DIEGO DAMASCENO UCHÔA e ROBERTA CARLA DE MELO FARIAS. Ele é solteiro e Ela

é solteira.

Eu, Luiziana Maria Henderson Guedes de Oliveira, oficial, o fiz publicar. Belém, 12 de Abril de 2022.

EDITAL DE PROCLAMAS

Luiziana Maria Henderson Guedes de Oliveira, Oficial do Cartório de Registros Civil Segundo Ofício da Comarca de Belém do Estado do Pará, faz saber que pretendem contrair matrimônio os seguintes casais:

ERRATA

No Diário da Justiça, Edição Nº 7350/2022, Publicado na Terça-feira, 12 de Abril de 2022, onde se lê:

8. GEORGE SILVA VIANA ARAUJO e JAILMA BENDELAQUE SOUSA. Ele é **solteiro** e Ela é solteira.

Leia-se:

8. GEORGE SILVA VIANA ARAUJO e JAILMA BENDELAQUE SOUSA. Ele é **DIVORCIADO** e Ela é solteira.

Eu, Luiziana Maria Henderson Guedes de Oliveira, oficial, o fiz publicar. Belém,12 de Abril de 2022.

EDITAL DE PROCLAMAS

Luiziana Maria Henderson Guedes de Oliveira, Oficial do Cartório de Registros Civil Segundo Ofício da Comarca de Belém do Estado do Pará, faz saber que pretendem contrair matrimônio os seguintes casais:

ERRATA

No Diário da Justiça, Edição Nº 7350/2022, Publicado na Terça-feira, 12 de Abril de 2022, onde se lê:

29. JOSIAS DOS SANTOS CARVALHO e JOSENADIA COELHO LAMEIRA. Ele é divorciado e **ELE É DIVORCIADO.**

Leia-se:

29. JOSIAS DOS SANTOS CARVALHO e JOSENADIA COELHO LAMEIRA. Ele é divorciado e **ELA É DIVORCIADA.**

Eu, Luiziana Maria Henderson Guedes de Oliveira, oficial, o fiz publicar. Belém,12 de Abril de 2022.

EDITAL DE PROCLAMAS

Luiziana Maria Henderson Guedes de Oliveira, Oficial do Cartório de Registros Civil Segundo Ofício da Comarca de Belém do Estado do Pará, faz saber que pretendem contrair matrimônio os seguintes casais:

ERRATA

No Diário da Justiça, Edição Nº 7350/2022, Publicado na Terça-feira, 12 de Abril de 2022, onde se lê:

32. LUIZ ILENO MOURA **DE SOUZA** e ANGELA BATISTA CANTARELLI VALEZI. Ele é divorciado e Ela é solteira.

Leia-se:

32. LUIZ ILENO MOURA **PEREIRA** e ANGELA BATISTA CANTARELLI VALEZI. Ele é divorciado e Ela é solteira.

Eu, Luiziana Maria Henderson Guedes de Oliveira, oficial, o fiz publicar. Belém,12 de Abril de 2022.

EDITAL DE PROCLAMAS

Luiziana Maria Henderson Guedes de Oliveira, Oficial do Cartório de Registros Civil Segundo Ofício da Comarca de Belém do Estado do Pará, faz saber que pretendem contrair matrimônio os seguintes casais:

ERRATA

No Diário da Justiça, Edição Nº 7350/2022, Publicado na Terça-feira, 12 de Abril de 2022, onde se lê:

48. WELLINGTON DOS SANTOS RODRIGUES e CRISTINA RIBEIRO LAREDO. Ele é solteiro e Ela é solteira.

Leia-se:

48. WELLINGTON DOS SANTOS RODRIGUES e **ÉRICA** CRISTINA RIBEIRO LAREDO. Ele é solteiro e Ela é solteira.

Eu, Luiziana Maria Henderson Guedes de Oliveira, oficial, o fiz publicar. Belém,12 de Abril de 2022.

EDITAL DE PROCLAMAS - 3º OFÍCIO

Conrrado Rezende Soares, Oficial Registrador do Cartório de Registros Civil do Terceiro Ofício da Comarca de Belém, Estado do Pará, faz saber que pretendem contrair matrimônio os seguintes casais:

1. CAIO AUGUSTO SANTOS DE AZEVEDO e THAIS BARROS E SILVA. Ele é solteiro e Ela é solteira.

2. RAFAEL DAS GRAÇAS NASCIMENTO DA COSTA e LETÍCIA MARÚCIA BARATA DA COSTA. Ele é solteiro e Ela é solteira.

3. GELIAN MONTEIRO PASSOS e LUCIANE ANGELICA SOUZA DA SILVA. Ele é solteiro e Ela é solteira.

Eu, Conrrado Rezende Soares, Oficial Registrador, o fiz publicar.

Belém/PA, 13 de abril de 2022.

EDITAL DE PROCLAMAS - CARTÓRIO 4º OFICIO

Faço saber por lei que pretendem se casar:

SAMUEL ALBUQUERQUE BONIFACIO e RAISS SOUSA GOMES AMBOS SOLTEIROS

JOSÉ CARLOS TADEU DE FIGUEIREDO e GLEIDE MOURA DE SOUZA AMBOS SOLTEIROS

CARLOS WAGNER DOS SANTOS ASSUNÇÃO e MICHELE DOS SANTOS MAGNO AMBOS SOLTEIROS

Eu, Elyzette Mendes Carvalho, Oficial do Cartório do 4º Oficio, Comarca de Belém, Estado do Pará, faço afixação deste, neste Oficio e sua publicação no Diário de Justiça. Belém 13 de ABRIL de 2022.

EDITAL DE PROCLAMAS - 18/2022

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos por Lei:

João Alberto Feio Maynart Tenório com Luciana Guedes Alves, ele solteiro, ela divorciada. Renato Diego Santiago Oliveira com Cibely Souza e Souza, solteiros. João Favacho Ferreira com Regina Selma de Lima Negrão, solteiros. Jenivaldo Carneiro Monteiro com Francilene Gomes dos Santos, ele solteiro, ela divorciada.

E eu, Aurea Tavares Martins, Oficial do Cartório Privativo de Casamento do 1º Distrito TJE-PA, Comarca de Belém Estado do Pará, faço afixação deste na galeria de editais do Forum Civel e sua publicação no Diário da Justiça. Em: 13/04/2022.

PROCESSO: 0851564-90.2020.8.14.0301

EDITAL DE INTERDIÇÃO

A Doutora VALDEÍSE MARIA REIS BASTOS, Juíza de Direito Titular da 3ª Vara Cível e Empresarial da Capital, faz a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que através deste Juízo e Secretaria processaram-se os autos nº 0851564-90.2020.8.14.0301 da Ação de CURATELA requerida por ELAINE PINTO COELHO, portador(a) do RG: 1657356-PC/PA 3VIA e CPF: 250.798.322-15, a interdição de MARIA DE LOURDES PINTO COELHO, portador(a) do RG: 1412101-PC/PA 2VIA, CPF: 217.905.152-20, nascido em 06/09/1939, filho(a) de Euthymio Henderson Pinto e Cassilda Oliveira Pinto, que o impossibilita de praticar qualquer ato da vida civil, tendo sido prolatada ao final da sentença, cuja parte final é a seguinte: ISTO POSTO, decido o seguinte: Reconheço a incapacidade relativa do (a) interditando (a) MARIA DE LOURDES PINTO COELHO, e, com fundamento no artigo 4º, III, do Código Civil, decreto-lhe a interdição, nomeando-lhe curador (a) o (a) senhor (a) ELAINE PINTO COELHO, conforme artigo 1.767 e seguintes, do mesmo Código; Salvo os considerados personalíssimos pelo ordenamento jurídico, fica o (a) interditado (a) impedido (a) de praticar pessoalmente, sem assistência do (a) curador (a), todos os atos da vida civil que importem na assunção de obrigação perante terceiros, para si, seus herdeiros e dependentes, podendo fazê-los somente se devidamente assistido pelo curador (a); O (a) curador (a), ora nomeado (a), deverá comparecer na secretaria o Juízo a fim de prestar o compromisso de bem e fielmente exercer o encargo, firmando o competente termo; O (a) curador (a) não tem poderes para vender, permutar e onerar bens imóveis da (o) interditada (o). O (a) curador (a) não tem poderes para contrair empréstimos em nome do (a) inter-ditado (a). Ditas restrições devem constar nos termos de curatela. Expeça-se Mandado de Registro da presente Interdição e Curatela, a fim de que o Senhor Oficial do Cartório de Registro Civil Comarca promova o cumprimento ao artigo 92, Lei 6.015/73; Expeça-se mandado de averbação para constar no registro de nascimento ou casamento do (a) interditado (a) que foi decretada a interdição e nomeado curador (a) a (o) mesmo (a); e Oficie-se a Receita Federal informando sobre a interdição e curatela, do (a) interditado (a). Caso seja eleitor, expeça-se oficio ao Cartório Eleitoral comunicando da sentença que decretou interdição e curatela, do (a) interditado (a). Custas pelo autor, caso não seja beneficiário da justiça gratuita. Transitada em julgado, cumprida a decisão, arquive-se em defini-tivo, observando-se as cautelas de estilo. Publique-se em conformidade com o art.755, §3º, do CPC. Registre-se. Intimem-se. Dê ciência ao Ministério Público. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. P.R.I.C. Após, com o trânsito em julgado, estando o feito devidamente certificado, ARQUIVEM-SE, observadas as cautelas de praxe. Belém/PA; VALDEISE MARIA REIS BASTOS Juíza de Direito Titular da 3ª Vara Cível e Empresarial da Capital

PROCESSO: 0841109-66.2020.2020.8.14.0301

EDITAL DE INTERDIÇÃO

A Doutora VALDEÍSE MARIA REIS BASTOS, Juíza de Direito Titular da 3ª Vara Cível e Empresarial da Capital, faz a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que através deste Juízo e Secretaria processaram-se os autos nº 0841109-66.2020.2020.8.14.0301 da Ação de CURATELA requerida por JORDEL GUERREIRO DO NASCIMENTO, portador(a) do RG: 2746191-PC/PA 2VIA e CPF: 252.101.902-00, a interdição de JORDAN GUERREIRO DO NASCIMENTO, portador(a) do RG: 8776768-PC/PA, CPF: 634.101.412-00, nascido em 15/11/1964, filho(a) de João de Deus Bar-bosa do Nascimento e Terezinha de Jesus Guerreiro Nascimento, que o impossibilita de praticar qualquer ato da vida civil, tendo sido prolatada ao final da sentença, cuja parte final é a seguinte: ¿ISTO POSTO, decido o seguinte: Reconheço a incapacidade relativa do (a) interditando (a) JORDAN GUERREIRO DO NASCIMENTO, e, com fundamento no artigo 4º, III, do Código Civil, decreto-lhe a interdição, nomeando-lhe curador (a) o (a) senhor (a) JORDEL GUERREIRO DO NASCIMENTO, conforme artigo 1.767 e seguintes, do mesmo Código; Salvo os considerados personalíssimos pelo ordenamento jurídico, fica o (a) interditado (a) impedido (a) de praticar pessoalmente, sem assistência do (a) curador (a), todos os atos da vida civil que importem na assunção de obrigação perante terceiros, para si, seus herdeiros e dependentes, podendo fazê-los somente se devidamente assistido pelo curador (a); O (a) curador (a), ora nomeado (a), deverá comparecer na secretaria o Juízo a fim de prestar o compromisso de bem e fielmente exercer o encargo, firmando o competente termo; O (a) curador (a) não tem poderes para vender,

permutar e onerar bens imóveis da (o) interditada (o). O (a) curador (a) não tem poderes para contrair empréstimos em nome do (a) interditado (a). Ditas restrições devem constar nos termos de curatela. Expeça-se Mandado de Registro da presente Interdição e Curatela, a fim de que o Senhor Oficial do Cartório de Registro Civil Comarca promova o cumprimento ao artigo 92, Lei 6.015/73; Expeça-se mandado de averbação para constar no registro de nascimento ou casamento do (a) interditado (a) que foi decretada a interdição e nomeado curador (a) a (o) mesmo (a); e Oficie-se a Receita Federal informando sobre a inter-dição e curatela, do (a) interditado (a). Caso seja eleitor, expeça-se oficio ao Cartório Eleitoral comunicando da sentença que decretou interdição e curatela, do (a) interditado (a). Custas pelo autor, caso não seja beneficiário da justiça gratuita. Transitada em julgado, cumprida a decisão, arquive-se em definitivo, observando-se as cautelas de estilo. Publique-se em conformidade com o art.755, §3º, do CPC. Registre-se. Intimem-se. Dê ciência ao Ministério Público. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. P.R.I.C. Após, com o trânsito em julgado, estando o feito devidamente certificado, ARQUIVEM-SE, observadas as cautelas de praxe. Belém/PA; VALDEISE MARIA REIS BASTOS Juíza de Direito Titular da 3ª Vara Cível e Empresarial da Capital ¿

PROCESSO: 0819073-93.2021.8.14.0301

EDITAL DE INTERDIÇÃO

A Doutora VALDEÍSE MARIA REIS BASTOS, Juíza de Direito Titular da 3ª Vara Cível e Empresarial da Capital, faz a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que através deste Juízo e Secretaria processaram-se os autos nº 0819073-93.2021.8.14.0301 da Ação de CURATELA requerida por WANDA LIMA DOS SANTOS, portador do RG: 1418068-PC/PA 2VIA e CPF: 293.755.502-06, a interdição de ANTONIA LIMA DOS SANTOS, portador do RG 4983566-PC/PA e CPF: 237.098.472-49, nascido em 17/12/1938, filho(a) de Antonio Batista de Lima e Sergia Mendonça de Lima, que o impossibilita de praticar qualquer ato da vida civil, tendo sido prolatada ao final da sentença, cuja parte final é a seguinte: ¿ISTO POSTO, decido o seguinte: Reconheço a incapacidade relativa do (a) interditando (a) ANTONIA LIMA DOS SANTOS, e, com fundamento no artigo 4º, III, do Código Civil, decreto-lhe a interdição TOTAL, nomeando-lhe curador o (a) senhor (a) WANDA LIMA DOS SANTOS, conforme artigo 1.767 e seguintes, do mesmo Código; O (a) curador (a), ora nomeado (a), deverá comparecer na secretaria o Juízo a fim de prestar o compromisso de bem e fielmente exercer o encargo, firmando o competente termo; O (a) cura-dor (a) não tem poderes para vender, permutar e onerar bens imóveis da (o) interditada (o). O (a) curador (a) não tem poderes para contrair empréstimos em nome do (a) interditado (a). Ditas restrições devem constar nos termos de curatela. Quanto aos demais atos da vida civil, fica o Curador responsável para representação. Expeça-se Mandado de Registro da presente Interdição e Curatela, a fim de que o Senhor Oficial do Cartório de Registro Civil Comarca promova o cumprimento ao artigo 92, Lei 6.015/73; Expeça-se mandado de averbação para constar no registro de nascimento ou casamento do (a) interditado (a) que foi decretada a interdição e nomeado curador (a) a (o) mesmo (a); e Oficie-se a Receita Federal informando sobre a inter-dição e curatela, do (a) interditado (a). Caso seja eleitor, expeça-se oficio ao Cartório Eleitoral comunicando da sentença que decretou interdição e curatela, do (a) interditado (a). Custas pelo autor, caso não seja beneficiário da justiça gratuita.Transitada em julgado, cumprida a decisão, arquive-se em definitivo, observando-se as cautelas de estilo. Publique-se em conformidade com o art.755, §3º, do CPC. Registre-se. Intimem-se. Dê ciência ao Ministério Público. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. P.R.I.C. Após, com o trânsito em julgado, estando o feito devidamente certificado, ARQUIVEM-SE, observadas as cautelas de praxe. Belém/PA; VALDEISE MARIA REIS BASTOS Juíza de Direito Titular da 3ª Vara Cível e Empresarial da Capital¿

PROCESSO: 0850239-80.2020.8.14.0301

EDITAL DE INTERDIÇÃO

A Doutora VALDEÍSE MARIA REIS BASTOS, Juíza de Direito Titular da 3ª Vara Cível e Empresarial da Capital, faz a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que através deste Juízo e Secretaria processaram-se os autos nº 0850239-80.2020.8.14.0301 da Ação de CURATELA requerida por ELIANA LACERDA TEIXEIRA, portador do RG: 4101032-SSP/PA e CPF: 236.666.762-00, a interdição de VIVIANE DE LIMA LACERDA, portador do RG 6258859-PC/PA e CPF: 537.854.952-34, nascido em 15/08/1974, filho(a) de Eliseu de Araújo Lacerda e Júlia de Lima Lacerda, que o impossibilita de praticar qualquer ato da vida civil, tendo sido prolatada ao final da sentença, cuja parte final é a seguinte: ¿ISTO POSTO, decido o seguinte: Reconheço a incapacidade relativa do(a) interditando(a) VIVIANE DE LIMA LACERDA, e, com fundamento no artigo 4º, III, do Código Civil, decreto-lhe a

interdição, nomeando-lhe curador(a) o(a) senhor(a) ELIANA LACERDA TEIXEIRA, conforme artigo 1.767 e seguintes, do mesmo Código; Salvo os considerados personalíssimos pelo ordenamento jurídico, fica o(a) interditado(a) impedido(a) de praticar pessoal-mente, sem assistência do(a) curador(a), todos os atos da vida civil que importem na assunção de obrigação perante terceiros, para si, seus herdeiros e dependentes, podendo fazê-los somente se devidamente assistido pelo curador(a); O (a) curador (a), ora nomeado (a), deverá comparecer na secretaria o juízo a fim de prestar o compromisso de bem e fielmente exercer o encargo, firmando o competente termo; O (A) curador (a) não tem poderes para vender, permutar e onerar bens imóveis da (o) interditada (o). O (A) curador (a) não tem poderes para contrair empréstimos em nome do (a) interditado (a). Ditas restrições devem constar nos termos de curatela. Expeça-se Mandado de Registro da presente Interdição e Curatela, a fim de que o Senhor Oficial do Cartório de Registro Civil Comarca pro-mova o cumprimento ao artigo 92, Lei 6.015/73; Expeça-se mandado de averbação para constar no registro de nascimento ou casamento do(a) interditado(a) que foi decretada a interdição e nomeado curador(a) a(o) mesmo(a); e Oficie-se a Re-ceita Federal informando sobre a interdição e curatela, do(a) interditado(a). Caso seja eleitor, expeça-se oficio ao Cartório Eleitoral comunicando da sentença que decretou interdição e curatela, do (a) interditado (a). Custas pelo autor, caso não seja beneficiário da justiça gratuita. Transitada em julgado, cumprida a decisão, arquive-se em definitivo, observando-se as cautelas de estilo. Publique-se em conformidade com o art.755, §3º, do CPC. Registre-se. Intimem-se. Dê ciência ao Ministério Público. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. P.R.I.C. Após, com o trânsito em julgado, estando o feito devidamente certificado, ARQUIVEM-SE, observadas as cautelas de praxe. Belém/PA; VALDEISE MARIA REIS BASTOS. Juíza de Direito Titular da 3ª Vara Cível e Empresarial da Capital¿

PROCESSO: 0826170-52.2018.8.14.0301

EDITAL DE INTERDIÇÃO

O Doutor JOÃO LOURENÇO MAIA DA SILVA, Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial da Capital, faz a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que através deste Juízo e Secretaria processaram-se os autos nº PROCESSO: 0826170-52.2018.8.14.0301 da Ação de CURATELA requerida por EDMILSON JUNIOR NASCIMENTO DE ARAUJO, portador(a) do RG: 3747076-PC/PA e CPF: 742.416.052-49, a interdição de DANIELI SILVIA NASCIMENTO DE ARAUJO, portador(a) do RG: 3927309-PC/PA 3VIA e CPF: 696.674.112-49, nascido em 07/11/1980, filho(a) de Edmilson da Conceição Pantoja de Araújo e Joana Darc Abreu Nascimento, que o impossibilita de praticar qualquer ato da vida civil, tendo sido prolatada ao final da sentença, cuja par-te final é a seguinte:¿ Ante o exposto, julgo procedente o pedido e decreto a interdição definitiva de DANIELI SILVIA NASCIMENTO DE ARAUJO, declarando-o(a) relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do artigo 4º, inciso III, do Có-digo Civil do Brasil, e de acordo com o artigo 1.775, do Código Civil do Brasil, nomeio-lhe Curador(a) o(a) requerente EDMILSON JUNIOR NASCIMENTO DE ARAUJO, que deve-rá prestar o compromisso legal, em cujo termo deverão constar as restrições determinadas pelo juízo. Ressalto que a curatela afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial. Não alcança o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto, constituindo-se medida extraordinária, preservados os interesses do curatelado. O(A) curador(a) não tem poderes para vender, permutar e onerar bens imóveis da(o) interditada(o). O(A) curador(a) não tem poderes para contrair empréstimos em nome do(a) interditado(a). Ditas restrições devem constar nos termos de cura-tela. Em razão do disposto no artigo 755, § 3º, do Código de Processo Civil do Brasil e no artigo 9º, inciso III, do Código Civil do Brasil, inscreva-se a presente no registro de pessoas naturais e imediatamente publique-se no sitio do Tribunal de Justiça e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses, publique-se também na imprensa local, 1 (uma) vez, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do(a) interdito(a) e do(a) curador(a), a causa da interdição e os limites da curatela. Sem custas. Observadas as formalidades legais, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se. Belém, 27 de janeiro de 2022. JOÃO LOURENÇO MAIA DA SILVA Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Belém¿

PROCESSO: 0852258-59.2020.8.14.0301

EDITAL DE INTERDIÇÃO

A Doutora VALDEÍSE MARIA REIS BASTOS, Juíza de Direito Titular da 3ª Vara Cível e Empresarial da Capital, faz a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que através deste Juízo

e Secretaria processaram-se os autos nº 0852258-59.2020.8.14.0301 da Ação de CURATELA requerida por JOSE ANTONIO DE OLIVEIRA SOARES, portador do RG: 7369-CRC/PA e CPF: 063.545.132-87, a interdição de MARIA JOSE DE OLIVEIRA SOARES, portador do RG 3414830-PC/PA 2VIA e CPF: 013.212.502-15, nascido em 15/08/1950, filho(a) de Aureliano Soares de Moraes e Olinda Coelho de Oliveira, que o impossibilita de praticar qualquer ato da vida civil, tendo sido prolatada ao final da sentença, cuja parte final é a seguinte: ¿ISTO POSTO, decido o seguinte: Reconheço a incapacidade relativa do (a) interditando (a) MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA SOARES, e, com fundamento no artigo 4º, III, do Código Civil, decreto-lhe a interdição, nomeando-lhe curador o (a) senhor (a) JOSÉ ANTONIO DE OLIVEIRA SOARES, conforme artigo 1.767 e seguintes, do mesmo Código; Salvo os considerados personalíssimos pelo ordenamento jurídico, fica o (a) interditado (a) impedido (a) de praticar pessoalmente, sem assistência do (a) curador (a), todos os atos da vida civil que importem na assunção de obrigação perante terceiros, para si, seus herdeiros e dependentes, podendo fazê-los somente se devidamente assistido pelo curador (a); O (a) curador (a), ora nomeado (a), deverá com-parecer na secretaria o Juízo a fim de prestar o compromisso de bem e fielmente exercer o encargo, firmando o competente termo; O (a) curador (a) não tem poderes para vender, permutar e onerar bens imóveis da (o) interditada (o). O (a) curador (a) não tem poderes para contrair empréstimos em nome do (a) interditado (a). Ditas restrições devem constar nos termos de curatela. Expeça-se Mandado de Registro da presente Interdição e Curatela, a fim de que o Senhor Oficial do Cartório de Registro Civil Comarca promova o cumprimento ao artigo 92, Lei 6.015/73; Expeça-se mandado de averbação para constar no registro de nascimento ou casa-mento do (a) interditado (a) que foi decretada a interdição e nomeado curador (a) a (o) mesmo (a); e Oficie-se a Receita Federal informando sobre a interdição e curatela, do (a) interditado (a). Caso seja eleitor, expeça-se oficio ao Cartório Eleitoral comunicando da sentença que decretou interdição e curatela, do (a) interditado (a). Custas pelo autor, caso não seja beneficiário da justiça gratuita. Transitada em julgado, cumprida a decisão, arquive-se em definitivo, observando-se as cautelas de estilo. Publique-se em conformidade com o art.755, §3º, do CPC. Registre-se. Intimem-se. Dê ciência ao Ministério Público. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. P.R.I.C. Após, com o trânsito em julgado, estando o feito devidamente certificado, ARQUIVEM-SE, observadas as cautelas de praxe. Belém/PA; VALDEISE MARIA REIS BASTOS Juíza de Direito Titular da 3ª Vara Cível e Empresarial da Capital¿

PROCESSO: 0821593-26.2021.8.14.0301 EDITAL DE INTERDIÇÃO

A Doutora **VALDEÍSE MARIA REIS BASTOS,** Juíza de Direito Titular da 3ª Vara Cível e Empresarial da Capital, faz a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que através deste Juízo e Secretaria processaram-se os autos nº **0821593-26.2021.8.14.0301** da Ação de CURATELA requerida por **MARIA JOSE DOS SANTOS CHAVES**, portador do RG: 2230492-PC/PA 4VIA e CPF: 174.174.652-34, a interdição de **LUCIA HELENA SILVA DOS SANTOS**, portador do RG 4749899-PC/PA 2VIA e CPF: 539.395.302-04, nascido em 18/03/1970, filho(a) de Fenelon Ribeiro dos Santos e Maurila Silva dos Santos, que o impossibilita de praticar qualquer ato da vida civil, tendo sido prolatada ao final da sentença, cuja parte final é a seguinte: ¿ **ISTO POSTO,** decido o seguinte: Reconheço a incapacidade relativa do (a) interditando (a) ***LÚCIA HELENA SILVA DOS SANTOS***, e, com fundamento no artigo 4º, III, do Código Civil, decreto-lhe a interdição, nomeando-lhe curador o (a) senhor (a) ***MARIA JOSÉ DOS SANTOS CHAVES***, conforme artigo 1.767 e seguintes, do mesmo Código; Salvo os considerados personalíssimos pelo ordenamento jurídico, fica o (a) interditado (a) impedido (a) de praticar pessoalmente, sem assistência do (a) curador (a), todos os atos da vida civil que importem na assunção de obrigação perante terceiros, para si, seus herdeiros e dependentes, podendo fazê-los somente se devidamente assistido pelo curador (a); O (a) curador (a), ora nomeado (a), deverá comparecer na secretaria o Juízo a fim de prestar o compromisso de bem e fielmente exercer o encargo, firmando o competente termo; O (a) curador (a) não tem poderes para vender, permutar e onerar bens imóveis da (o) interditada (o). O (a) curador (a) não tem poderes para contrair empréstimos em nome do (a) interditado (a). Ditas restrições devem constar nos termos de curatela. Expeça-se Mandado de Registro da presente

Interdição e Curatela, a fim de que o Senhor Oficial do Cartório de Registro Civil Comarca promova o cumprimento ao artigo 92, Lei 6.015/73; Expeça-se mandado de averbação para constar no registro de nascimento ou casamento do (a) interditado (a) que foi decretada a interdição e nomeado curador (a) a (o) mesmo (a); e Oficie-se a Receita Federal informando sobre a interdição e curatela, do (a) interditado (a). Caso seja eleitor, expeça-se oficio ao Cartório Eleitoral comunicando da sentença que decretou interdição e curatela, do (a) interditado (a). Custas pelo autor, caso não seja beneficiário da justiça gratuita. Transitada em julgado, cumprida a decisão, arquive-se em definitivo, observando-se as cautelas de estilo. Publique-se em conformidade com o art.755, §3º, do CPC. Registre-se. Intimem-se. Dê ciência ao Ministério Público. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. P.R.I.C. Após, com o trânsito em julgado, estando o feito devidamente certificado, ARQUIVEM-SE, observadas as cautelas de praxe. Belém/PA; VALDEISE MARIA REIS BASTOS Juíza de Direito Titular da 3ª Vara Cível e Empresarial da Capital¿

VALDEÍSE MARIA REIS BASTOS

Juíza de Direito Titular da 3ª Vara Cível e Empresarial da Capital

PROCESSO: 0019105-73.2017.8.14.0301

EDITAL DE INTERDIÇÃO

O Doutor **JOÃO LOURENÇO MAIA DA SILVA,** Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial da Capital, faz a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que através deste Juízo e Secretaria processaram-se os autos nº **PROCESSO: 0019105-73.2017.8.14.0301** da Ação de CURATELA requerida por **ANTENOR DA COSTA SANTOS**, portador(a) do RG: 1901906-SSP/PA 2VIA e CPF: 394.685.182-72, a interdição de **BRUNA THAYS SOUSA SANTOS**, portador(a) do RG: 7200229-PC/PA 2VIA e CPF: 025.777.222-73, nascido em 07/05/1992, filho(a) de Antenor da Costa Santos e Arlete Paixão de Sousa, que o impossibilita de praticar qualquer ato da vida civil, tendo sido prolatada ao final da sentença, cuja parte final é a seguinte:¿ Ante o exposto, julgo procedente o pedido e decreto a interdiç¿o definitiva de **BRUNA THAIS SOUZA SANTOS,** declarando-o relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do artigo 4º, inciso III, do Código Civil do Brasil, e de acordo com o artigo 1.775, do Código Civil do Brasil, nomeio-lhe curador o requerente **ANTENOR DA COSTA SANTOS,** que deverá prestar o compromisso legal, em cujo termo dever¿o constar as restriç¿es determinadas pelo juízo. O (A) curador (a) n¿o tem poderes para vender, permutar e onerar bens imóveis da (o) interditada (o). O (A) curador (a) n¿o tem poderes para contrair empréstimos em nome do (a) interditado (a). Ditas restriç¿es devem constar nos termos de curatela. Em raz¿o do disposto no artigo 755, § 3º, do Código de Processo Civil do Brasil e no artigo 9º, inciso III, do Código Civil do Brasil, inscreva-se a presente no Registro Civil e imediatamente publique-se no sitio do Tribunal de Justiça e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses, publique-se também na imprensa local, 1 (uma) vez, e no órg¿o oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do(a) interdito(a) e do(a) curador(a), a causa da interdiç¿o e os limites da curatela. Sem custas. Observadas as formalidades legais, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se. Belém, 18 de setembro de 2020. **JO¿O LOURENÇO MAIA DA SILVA** Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca da Capital¿ Eu, Bárbara Leite, subscrevi o Edital, Belém, 07/04/2022.

JOÃO LOURENÇO MAIA DA SILVA

Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial da Capital

EDITAL DE INTERDIÇÃOPROCESSO: 0846850-87.2020.8.14.0301

A Doutora **VALDEÍSE MARIA REIS BASTOS,** Juíza de Direito Titular da 3ª Vara Cível e Empresarial da Capital, faz a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que através deste Juízo e Secretaria processaram-se os autos nº **0846850-87.2020.8.14.0301** da Ação de CURATELA requerida por **MARIA IVANEIDE SOUSA DE DEUS**, brasileira, casada, portadora do RG nº 5915545 PC/PA e inscrita no CPF nº 265.976.162-00, a interdição de **NEUSA LOBATO MOREIRA**, brasileira, divorciada, aposentada, portadora do RG nº 4329565 PC/PA e inscrita no CPF nº 088.810.732-34, **nascido(a) 07/01/1925, filho(a) de FABELIANO LOPES LOBATO e JOANA DOS SANTOS LOBATO**, que o impossibilita de praticar qualquer ato da vida civil, tendo sido prolatada ao final da sentença, cuja parte final é a seguinte: ¿ **ISTO POSTO,** decido o seguinte: Reconheço a incapacidade relativa do (a) interditando (a) ***NEUSA LOBATO MOREIRA***, e, com fundamento no artigo 4º, III, do Código Civil, decreto-lhe a interdição, nomeando-lhe curador o (a) senhor (a) ***MARIA IVANEIDE SOUSA DE DEUS***, conforme artigo 1.767 e seguintes, do mesmo Código; Salvo os considerados personalíssimos pelo ordenamento jurídico, fica o (a) interditado (a) impedido (a) de praticar pessoalmente, sem assistência do (a) curador (a), todos os atos da vida civil que importem na assunção de obrigação perante terceiros, para si, seus herdeiros e dependentes, podendo fazê-los somente se devidamente assistido pelo curador (a); O (a) curador (a), ora nomeado (a), deverá comparecer na secretaria o Juízo a fim de prestar o compromisso de bem e fielmente exercer o encargo, firmando o competente termo; O (a) curador (a) não tem poderes para vender, permutar e onerar bens imóveis da (o) interditada (o). O (a) curador (a) não tem poderes para contrair empréstimos em nome do (a) interditado (a). Ditas restrições devem constar nos termos de curatela. Expeça-se Mandado de Registro da presente Interdição e Curatela, a fim de que o Senhor Oficial do Cartório de Registro Civil Comarca promova o cumprimento ao artigo 92, Lei 6.015/73; Expeça-se mandado de averbação para constar no registro de nascimento ou casamento do (a) interditado (a) que foi decretada a interdição e nomeado curador (a) a (o) mesmo (a); e Oficie-se a Receita Federal informando sobre a interdição e curatela, do (a) interditado (a). Caso seja eleitor, expeça-se oficio ao Cartório Eleitoral comunicando da sentença que decretou interdição e curatela, do (a) interditado (a). Custas pelo autor, caso não seja beneficiário da justiça gratuita. Transitada em julgado, cumprida a decisão, arquive-se em definitivo, observando-se as cautelas de estilo. Publique-se em conformidade com o art.755, §3º, do CPC. Registre-se. Intimem-se. Dê ciência ao Ministério Público. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. P.R.I.C. Após, com o trânsito em julgado, estando o feito devidamente certificado, ARQUIVEM-SE, observadas as cautelas de praxe. Belém/PA. Juiz de Direito (assinatura eletrônica) 3ª Vara Cível e Empresarial de Belém.¿ Eu, Bárbara Leite, subscrevi, Belém, 08/04/2022.

VALDEÍSE MARIA REIS BASTOS

Juíza de Direito Titular da 3ª Vara Cível e Empresarial da Capital

JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

RESENHA: 12/04/2022 A 12/04/2022 - SECRETARIA DA VARA UNICA DA JUSTICA MILITAR - VARA: VARA UNICA DA JUSTICA MILITAR PROCESSO: 00006071420128140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS A??o: Processo de Conhecimento em: 12/04/2022 AUTOR:RUBENS RODRIGUES MOREIRA Representante(s): FABIO PIRES NAMEKATA - DEFENSOR PÚBLICO (DEFENSOR PÚBLICO - NEAH) REU:A COLETIVIDADE O ESTADO. CERTIDÃO Â Â Emanuel Nazareno da Costa Santos, Analista JudiciÃ¡rio do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, lotado na JustiÃ§a Militar do Estado (Secretaria CÃ-vel), usando das atribuiÃ§Ãµes que lhe sÃ£o conferidas por Lei, CERTIFICA que nos Autos de AÃ§Ã£o CÃ-vel NÂº 0000607-14.2012.814.0200, que o AUTOR, RUBENS RODRIGUES MOREIRA, foi intimado do DESPACHO de folhas 591 dos autos, se manifestando atravÃ©s do Defensor PÃºblico, Doutor FÃ¡bio Pires Namekata eÂ apresentando MEMORIAL DE CÃLCULOS, dentro do prazo legal, como consta Ã s folhas 593/599 dos autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m, Pa., 12 de abril de 2022. Analista JudiciÃ¡rio da JMEPA Mat. 132241 PROCESSO: 00022078920208140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 12/04/2022 AUTOR:MARCIO DA SILVA BARROS Representante(s): OAB 6266 - ALCINDO VOGADO NETO (ADVOGADO) REU:A COLETIVIDADE O ESTADO. CERTIDÃO Â Â Emanuel Nazareno da Costa Santos, Analista JudiciÃ¡rio do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, lotado na JustiÃ§a Militar do Estado (Secretaria CÃ-vel), usando das atribuiÃ§Ãµes que lhe sÃ£o conferidas por Lei, CERTIFICA que nos Autos de AÃ§Ã£o CÃ-vel NÂº 0002207-89.2020.814.0200, que o AUTOR, foi INTIMADO (edital-fls. 48 dos autos) para se manifestar quanto ao interesse na produÃ§Ã£o de outras provas, porÃ©m, transcorreu livremente o prazo, posto que nÃ£o se manifestou, conforme consulta no sistema Libra. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m, Pa., 12 de abril de 2022. Analista JudiciÃ¡rio da JMEPA Mat. 132241 PROCESSO: 00063549520198140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 12/04/2022 AUTOR:EWERTON DA SILVA NASCIMENTO Representante(s): OAB 20764 - THADEU WAGNER SOUZA BARAUNA LIMA (ADVOGADO) OAB 26418 - NADIA PATRICIA NEGREIROS GUERRA (ADVOGADO) REU:A COLETIVIDADE O ESTADO. CERTIDÃO Â Â Emanuel Nazareno da Costa Santos, Analista JudiciÃ¡rio do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, lotado na JustiÃ§a Militar do Estado (Secretaria CÃ-vel), usando das atribuiÃ§Ãµes que lhe sÃ£o conferidas por Lei, CERTIFICA que nos Autos de AÃ§Ã£o CÃ-vel NÂº 0006354-95.2019.814.0200, que o AUTOR, foi INTIMADO (edital-fls. 270 dos autos) para apresentar RÃPLICA, porÃ©m, transcorreu livremente o prazo sem manifestaÃ§Ã£o do CausÃ-dico, conforme consulta no sistema Libra. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m, Pa., 12 de abril de 2022. Analista JudiciÃ¡rio da JMEPA Mat. 132241 PROCESSO: 00171940920158140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS A??o: Embargos em: 12/04/2022 EXEQUENTE:FELIPE JUNIOR VIEGAS CORREA EXECUTADO:A COLETIVIDADE O ESTADO. CERTIDÃO Â Â Emanuel Nazareno da Costa Santos, Analista JudiciÃ¡rio do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, lotado na JustiÃ§a Militar do Estado (Secretaria CÃ-vel), usando das atribuiÃ§Ãµes que lhe sÃ£o conferidas por Lei, CERTIFICA que nos Autos de AÃ§Ã£o CÃ-vel NÂº 0017194-09.2015.814.0200, tendo como AUTOR-EXEQUENTE, FELIPE JUNIOR VIEGAS CORREA e RÃU-EXECUTADO, ESTADO DO PARÃ, que com relaÃ§Ã£o a SENTENÃA de folhas 130/136, que tanto o entÃ£o Advogado, Doutor GIOVANY HENRIQUE SALES DA SILVA, a Advogada, Doutora SUSIANE SERRÃO DA SILVA e Advogada, Doutora DARCI DE MACEDO E SILVA, bem como o RÃU-ESTADO DO PARÃ, representado pela PGE, foram intimados (fls. 137/138 e 191 dos autos) da decisÃ£o de folhas 130/136 dos autos e no tocante ao item 2, na parte que fixou o valor do crÃ©dito do autor no montante de R$ 512.054,25 (quinhentos e doze mil, cinquenta e quatro reais e vinte e cinco centavos), atualizados atÃ© 31/10/2016, nÃ£o se opuseram, como se verifica Ã s folhas 113, 116 e 121 dos autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m, Pa., 12 de abril de 2022. Analista JudiciÃ¡rio da JMEPA Mat. 132241 PROCESSO: 00291935620158140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Inquérito Policial Militar em: ENCARREGADO: J. H. E. S. INDICIADO: J. N. C. INDICIADO: E. G. S. INDICIADO: F. R. S. INDICIADO: M. O. S. INDICIADO: L. L. S. PROMOTOR: M. P. M.

COMARCA DE ABAETETUBA

SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA

RESENHA: 18/03/2022 A 18/03/2022 - SECRETARIA DA VARA DO JUIZADO ESPECIAL DE ABAETETUBA - VARA: VARA DO JUIZADO ESPECIAL DE ABAETETUBA PROCESSO: 00018914020048140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DIANA CRISTINA FERREIRA DA CUNHA A??o: Procedimento do Juizado Especial Cível em: 18/03/2022 REQUERENTE:DOMINGOS RODRIGUES DA SILVA REQUERIDO:JOAO BATISTA COTTA. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dispensado o relatÃ³rio, nos termos do art. 38 da Lei nÂº 9.099/95. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Analisando os presentes autos (fl. 39), constato que o requerente nÃ£o foi localizado no domicÃ-lio indicado na exordial e, consequentemente, nÃ£o cumpriu as determinaÃ§Ãµes do despacho de fl. 36, sendo, pois, imperiosa a extinÃ§Ã£o do feito sem a resoluÃ§Ã£o de seu mÃ©rito, em virtude do abandono da causa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, JULGO EXTINTO ESTE PROCESSO SEM RESOLUÃÃO DE MÃRITO com fulcro no artigo 485, III, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isentas as partes de custas, despesas processuais e honorÃ¡rios de sucumbÃªncia (artigos 54 e 55, da Lei nÂº 9.099/1995). Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Abaetetuba-PA, 18/03/2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diana Cristina Ferreira da Cunha Â Â Â Â Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00027002520078140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DIANA CRISTINA FERREIRA DA CUNHA A??o: Procedimento do Juizado Especial Cível em: 18/03/2022 RECLAMANTE:CELIA REGINA FERNANDES RECLAMADO:ELIZA DA SILVA PEREIRA. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dispensado o relatÃ³rio, nos termos do art. 38 da Lei nÂº 9.099/95. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Analisando os presentes autos, constato que a parte autora quedou-se inerte, nÃ£o apresentando interesse no prosseguimento do processo, conforme certidÃ£o de fl. 80-v, sendo, pois, imperiosa a extinÃ§Ã£o do feito sem a resoluÃ§Ã£o de seu mÃ©rito, em virtude do abandono da causa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÃÃO DE MÃRITO, com fulcro no artigo 485, III, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas e sem honorÃ¡rios (artigos 54 e 55, da Lei nÂº 9.099/1995). Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Abaetetuba-PA, assinado eletronicamente, mediante utilizaÃ§Ã£o de certificaÃ§Ã£o digital, na data de sua inclusÃ£o no Sistema de Processo Judicial EletrÃ´nico - PJE. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diana Cristina Ferreira da Cunha Â Â Â Â Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00053928420138140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DIANA CRISTINA FERREIRA DA CUNHA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo em: 18/03/2022 DENUNCIADO:MANOEL PINHEIRO GONCALVES JUNIOR. AUTOS DE AÃÃO PENAL - TCO NÂº. 0005392-84.2013.814.0070 DENUNCIADO: MANOEL PINHEIRO GONÃALVES JUNIOR Â Â Â Â Â SENTENÃA. Â Â Â Â Â Vistos etc., Â Â Â Â Â Dispensado o relatÃ³rio nos termos do permissivo legal. Â Â Â Â Â Em 23/09/2013, foi lavrado auto de Termo Circunstanciado de OcorrÃªncia contra MANOEL PINHEIRO GONÃALVES JUNIOR, pela prÃ¡tica de crime tipificado no Artigo 310, da Lei NÂº. 9.503/1997. Â Â Â Â Â Manuseando os autos verifico que entre a data da ocorrÃªncia dos fatos atÃ© a presente data decorreram mais de 08 anos. Â Â Â Â Â O Artigo 107, do CÃ³digo Penal Brasileiro, dispÃµe que a punibilidade se extingue dentre outros casos, pela prescriÃ§Ã£o, decadÃªncia ou perempÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â No caso do Artigo 310, da Lei NÂº. 9.503/1997, em cuja pena a acusada foi incurso, a prescriÃ§Ã£o opera-se em 04 anos. Â Â Â Â Â Considerando-se que entre a data dos fatos e o dia de hoje decorreu um lapso temporal superior Ã quele exigido no Artigo 109, Inciso V, do CPB, a extinÃ§Ã£o do processo torna-se absolutamente necessÃ¡rio, por se tratar de disposiÃ§Ã£o de ordem pÃºblica. Â Â Â Â Â Isto posto, nos termos do Artigo 107, Inciso IV do CÃ³digo Penal Brasileiro, DECRETO A EXTINÃÃO DA PUNIBILIDADE da pretensÃ£o punitiva por parte do Estado contra o denunciado, e, consequentemente, DETERMINO O ARQUIVAMENTO DOS AUTOS com baixa na distribuiÃ§Ã£o e demais providÃªncias legais. Â Â Â Â Â DÃª-se ciÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â P.R.I.C. Abaetetuba, 18 de marÃ§o de 2022. DIANA CRISTINA FERREIRA DA COSTA JuÃ-za de Direito, respondendo pelo Juizado Especial de Abaetetuba.

RESENHA: 18/03/2022 A 18/03/2022 - SECRETARIA DA VARA DO JUIZADO ESPECIAL DE ABAETETUBA - VARA: VARA DO JUIZADO ESPECIAL DE ABAETETUBA PROCESSO: 00018914020048140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DIANA CRISTINA FERREIRA DA CUNHA A??o: Procedimento do Juizado Especial Cível em: 18/03/2022 REQUERENTE:DOMINGOS RODRIGUES DA SILVA REQUERIDO:JOAO BATISTA COTTA. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dispensado o relatÃ³rio, nos termos do art. 38 da Lei nÂº 9.099/95. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Analisando os presentes autos (fl. 39), constato que o requerente nÃ£o foi localizado no domicÃ-lio indicado na exordial e, consequentemente, nÃ£o cumpriu as determinaÃ§Ãµes do despacho de fl. 36, sendo, pois, imperiosa a extinÃ§Ã£o do feito sem a resoluÃ§Ã£o de seu mÃ©rito, em virtude do abandono da causa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, JULGO EXTINTO ESTE PROCESSO SEM RESOLUÃÃO DE MÃRITO com fulcro no artigo 485, III, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isentas as partes de custas, despesas processuais e honorÃ¡rios de sucumbÃªncia (artigos 54 e 55, da Lei nÂº 9.099/1995). Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Abaetetuba-PA, 18/03/2022. Â Diana Cristina Ferreira da Cunha Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00027002520078140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DIANA CRISTINA FERREIRA DA CUNHA A??o: Procedimento do Juizado Especial Cível em: 18/03/2022 RECLAMANTE:CELIA REGINA FERNANDES Representante(s): OAB 12929 - BRUNA BARBOSA DA COSTA FERNANDES (ADVOGADO) RECLAMADO:ELIZA DA SILVA PEREIRA. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dispensado o relatÃ³rio, nos termos do art. 38 da Lei nÂº 9.099/95. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Analisando os presentes autos, constato que a parte autora quedou-se inerte, nÃ£o apresentando interesse no prosseguimento do processo, conforme certidÃ£o de fl. 80-v, sendo, pois, imperiosa a extinÃ§Ã£o do feito sem a resoluÃ§Ã£o de seu mÃ©rito, em virtude do abandono da causa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÃÃO DE MÃRITO, com fulcro no artigo 485, III, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas e sem honorÃ¡rios (artigos 54 e 55, da Lei nÂº 9.099/1995). Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Abaetetuba-PA, assinado eletronicamente, mediante utilizaÃ§Ã£o de certificaÃ§Ã£o digital, na data de sua inclusÃ£o no Sistema de Processo Judicial EletrÃ´nico - PJE. Â Diana Cristina Ferreira da Cunha Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00053928420138140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DIANA CRISTINA FERREIRA DA CUNHA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo em: 18/03/2022 DENUNCIADO:MANOEL PINHEIRO GONCALVES JUNIOR. AUTOS DE AÃÃO PENAL - TCO NÂº. 0005392-84.2013.814.0070 DENUNCIADO: MANOEL PINHEIRO GONÃALVES JUNIOR Â Â Â Â Â SENTENÃA. Â Â Â Â Â Vistos etc., Â Â Â Â Â Dispensado o relatÃ³rio nos termos do permissivo legal. Â Â Â Â Â Em 23/09/2013, foi lavrado auto de Termo Circunstanciado de OcorrÃªncia contra MANOEL PINHEIRO GONÃALVES JUNIOR, pela prÃ¡tica de crime tipificado no Artigo 310, da Lei NÂº. 9.503/1997. Â Â Â Â Â Manuseando os autos verifico que entre a data da ocorrÃªncia dos fatos atÃ© a presente data decorreram mais de 08 anos. Â Â Â Â Â O Artigo 107, do CÃ³digo Penal Brasileiro, dispÃµe que a punibilidade se extingue dentre outros casos, pela prescriÃ§Ã£o, decadÃªncia ou perempÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â No caso do Artigo 310, da Lei NÂº. 9.503/1997, em cuja pena a acusada foi incurso, a prescriÃ§Ã£o opera-se em 04 anos. Â Â Â Â Â Considerando-se que entre a data dos fatos e o dia de hoje decorreu um lapso temporal superior Ã quele exigido no Artigo 109, Inciso V, do CPB, a extinÃ§Ã£o do processo torna-se absolutamente necessÃ¡rio, por se tratar de disposiÃ§Ã£o de ordem pÃºblica. Â Â Â Â Â Isto posto, nos termos do Artigo 107, Inciso IV do CÃ³digo Penal Brasileiro, DECRETO A EXTINÃÃO DA PUNIBILIDADE da pretensÃ£o punitiva por parte do Estado contra o denunciado, e, consequentemente, DETERMINO O ARQUIVAMENTO DOS AUTOS com baixa na distribuiÃ§Ã£o e demais providÃªncias legais. Â Â Â Â Â DÃª-se ciÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â P.R.I.C. Abaetetuba, 18 de marÃ§o de 2022. DIANA CRISTINA FERREIRA DA COSTA JuÃ-za de Direito, respondendo pelo Juizado Especial de Abaetetuba.

COMARCA DE MARABÁ

SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE MARABÁ

RESENHA: 12/04/2022 A 12/04/2022 - SECRETARIA DA 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE MARABÁ - VARA: 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE MARABÁ PROCESSO: 00041505120158140028 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HANNAH FERREIRA ROCHA BEZERRA A??o: Procedimento Comum Cível em: 12/04/2022 REQUERENTE:JAIRO DE ALMEIDA OLIVEIRA Representante(s): OAB 13878 - ODILON VIEIRA NETO (ADVOGADO) OAB 16283 - RANYELLE DA SILVA SEPTIMO (ADVOGADO) OAB 22689 - SÂMARA CARDOSO SÁ (ADVOGADO) REQUERIDO:MIRANDA CRUZ MADEIRAS ME Representante(s): OAB 3662 - AURENICE PINHEIRO BOTELHO (ADVOGADO) OAB 14197 - KAIO PINHEIRO BOTELHO COSTA (ADVOGADO) OAB 18441 - JOZENILDA NASCIMENTO SANTANA (ADVOGADO) REQUERIDO:JOAQUIM MIRANDA CRUZ Representante(s): OAB 3662 - AURENICE PINHEIRO BOTELHO (ADVOGADO) OAB 14197 - KAIO PINHEIRO BOTELHO COSTA (ADVOGADO) OAB 18441 - JOZENILDA NASCIMENTO SANTANA (ADVOGADO) . SENTENÃA I - RELATÃRIO Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o de indenizaÃ§Ã£o por danos materiais e morais decorrentes de acidente automobilÃ-stico proposta por JAIRO ALMEIDA OLIVEIRA em face de MIRANDA CRUZ MADEIRAS ME e JOAQUIM MIRANDA CRUZ, qualificados nos autos. Â Â Â Â Â Alegou o autor que estava trafegando de moto quando foi abalroado por caminhÃ£o de propriedade da primeira requerida, causando-lhe graves ferimentos. Disse que o condutor do caminhÃ£o nÃ£o respeitou a sinalizaÃ§Ã£o e estava em alta velocidade, tendo agido com imprudÃªncia. Â Â Â Â Â DecorrÃªncia disso, informou que as sequelas fÃ-sicas o impossibilitam atÃ© os dias atuais de exercer atividade remunerada, pugnando por danos morais e estÃ©ticos, bem como dano material, tanto por dano emergente, pelas despesas do conserto de sua motocicleta, quanto por lucro cessante, pelo que deixou de ganhar em face de sua incapacidade para o trabalho. Â Â Â Â Â Citados, os requeridos apresentaram contestaÃ§Ã£o, arguindo preliminares de carÃªncia da aÃ§Ã£o por ilegitimidade ad causam ativa e passiva e, no mÃ©rito, ausÃªncia do dever de indenizar em face de culpa exclusiva da vÃ-tima (fls. 171/183). Â Â Â Â Â RÃ©plica pelo autor, combatendo as teses da contestaÃ§Ã£o (fls. 206/217). Â Â Â Â Â Designada audiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o, a qual restou infrutÃ-fera (fl. 246). Â Â Â Â Â Determinada a realizaÃ§Ã£o de perÃ-cia mÃ©dica em favor do autor (fl. 223). Â Â Â Â Â AudiÃªncia de instruÃ§Ã£o realizada, oportunidade na qual foram ouvidas as partes e informantes arrolados pelos rÃ©us, evento gravado em mÃ-dia anexa (fl. 263/265). Â Â Â Â Â AlegaÃ§Ãµes finais pelas partes, ratificando seus termos (fls. 266/280). Â Â Â Â Â Â o relatÃ³rio. Decido. II - FUNDAMENTAÃÃO II.1 - PRELIMINARES Â Â Â Â Â Antes de adentrar ao mÃ©rito, necessÃ¡rio o exame das preliminares. Â Â Â Â Â Os rÃ©us sustentaram ilegitimidade ativa do autor por demandar ressarcimento pelo reparo da motocicleta, sob a alegaÃ§Ã£o de que o requerente nÃ£o Ã© o proprietÃ¡rio do veÃ-culo. Â Â Â Â Â Sabe-se que legitimidade para a causa Ã© a qualidade para agir juridicamente, como autor, ou rÃ©u, por ser a parte o sujeito ativo ou passivo do direito material controvertido ou declaraÃ§Ã£o que se pleiteia. Â Â Â Â Â De acordo com a melhor doutrina, para que se verifique a legitimaÃ§Ã£o ad causam Ã© necessÃ¡rio que haja identidade entre o sujeito da relaÃ§Ã£o processual e as pessoas a quem ou contra quem a lei concede a aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â No caso concreto, o direito material que se pleiteia, nesse ponto especÃ-fico da preliminar ora examinada, Ã© o ressarcimento pelos danos causados na motocicleta, e o sujeito que sofreu o dano Ã©, sem dÃºvidas, o requerente, quem teve que arcar com as despesas de conserto do veÃ-culo, devendo, assim, ser indenizado na eventual procedÃªncia do pedido, conforme faz prova o orÃ§amento de fl. 33. Â Â Â Â Â Por tais motivos, rejeito a preliminar de ilegitimidade ativa do autor. Â Â Â Â Â Por outro lado, verifico que, de fato, a primeira requerida nÃ£o possui legitimidade para compor o polo passivo, haja vista que o caminhÃ£o Ã© de propriedade do segundo requerido, pessoa fÃ-sica, conforme faz prova o documento do veÃ-culo em fl. 197, inexistindo relaÃ§Ã£o jurÃ-dica entre a primeira requerida, pessoa jurÃ-dica, e o autor, com base no princÃ-pio da autonomia patrimonial. Ausente, portanto, o nexo causal entre tais pessoas. Â Â Â Â Â Dessa forma, acolho a preliminar de ilegitimidade passiva de MIRANDA CRUZ MADEIRAS ME e determino a sua exclusÃ£o do feito. Â Â Â Â Â Preliminares superadas, passo Ã anÃ¡lise do mÃ©rito. II.2 - MÃRITO Â Â Â Â Â DA RESPONSABILIDADE CIVIL Â Â Â Â Â Cinge-se o objeto da demanda na anÃ¡lise dos pressupostos da responsabilidade civil decorrente de acidente de trÃ¢nsito. Â Â Â Â Â Como sabido, sÃ£o trÃªs os elementos: a conduta, o dano, o nexo de causalidade e ainda o elemento subjetivo, culpa ou dolo, nos termos do art. 186 do CÃ³digo Civil. Â Â Â Â Â Assim, demonstradas a existÃªncia de tais

pressupostos, Ã© certa a obrigaÃ§Ã£o de reparar o dano, conforme a imposiÃ§Ã£o legal do art. 927, do CC/02. Â Â Â Â Â No caso em apreÃ§o, verifico a ocorrÃªncia de tais requisitos, posto que a conduta e o dano restaram comprovadas por meio das fotos, do Boletim de Acidente de TrÃ¢nsito, dos laudos mÃ©dicos e da instruÃ§Ã£o realizada, na qual demonstrou que o condutor do caminhÃ£o (Kelyo AntÃ´nio de Oliveira) invadiu a pista preferencial onde o autor trafegava. Â Â Â Â Â Do mesmo modo, de posse do que dos autos consta, houve nexo de causalidade entre a conduta e o dano, bem como, culpa por parte do motorista do caminhÃ£o, senÃ£o vejamos. Â Â Â Â Â O CÃ³digo de TrÃ¢nsito Brasileiro Ã© claro ao dispor que o condutor deverÃ¡, a todo momento, ter domÃ-nio e controle de seu veÃ-culo, dirigindo-o com atenÃ§Ã£o e cuidados indispensÃ¡veis Ã seguranÃ§a do trÃ¢nsito. Â Â Â Â Â E mais, o mesmo CÃ³digo Ã© expresso no sentido de que os veÃ-culos de maior porte serÃ£o sempre responsÃ¡veis pela seguranÃ§a dos menores, nos termos do art. 29, Â§2Âº: Art. 29 (Â¿) Â§ 2Âº Respeitadas as normas de circulaÃ§Ã£o e conduta estabelecidas neste artigo, em ordem decrescente, os veÃ-culos de maior porte serÃ£o sempre responsÃ¡veis pela seguranÃ§a dos menores, os motorizados pelos nÃ£o motorizados e, juntos, pela incolumidade dos pedestres. Â Â Â Â Â Todavia, as provas dos autos demonstram que o autor seguia fluxo na rodovia com sua moto quando o motorista do caminhÃ£o adentrou a pista provocando a colisÃ£o transversal, conforme faz prova o croqui da PRF (fls. 36/451), nÃ£o observando as regras de prudÃªncia exigidas pela legislaÃ§Ã£o de trÃ¢nsito, que, no caso, impunha ao condutor do carro parar e aguardar os veÃ-culos da via preferencial passarem. Â Â Â Â Â No caso de veÃ-culos transitando por fluxos que se cruzem em rodovia, possui preferÃªncia quem estiver circulando por ela, conforme determina o CTB: Art. 29. O trÃ¢nsito de veÃ-culos nas vias terrestres abertas Ã circulaÃ§Ã£o obedecerÃ¡ Ã s seguintes normas: [...] III - quando veÃ-culos, transitando por fluxos que se cruzem, se aproximarem de local nÃ£o sinalizado, terÃ¡ preferÃªncia de passagem: Â Â Â Â Â no caso de apenas um fluxo ser proveniente de rodovia, aquele que estiver circulando por ela; Â Â Â Â Â Na hipÃ³tese dos autos, verifica-se que tal regra nÃ£o foi observada pelo condutor do caminhÃ£o, que adentrou Ã pista, sem, contudo, dar preferÃªncia ao autor que vinha no sentido contrÃ¡rio no fluxo da rodovia, de acordo com o Boletim de Acidente de TrÃ¢nsito da PolÃ-cia RodoviÃ¡ria Federal, subsidiado pelos depoimentos dos informantes ouvidos em juÃ-zo. Â Â Â Â Â Neste sentido, dispÃµe o CÃ³digo de TrÃ¢nsito Brasileiro: Art. 34. O condutor que queira executar uma manobra deverÃ¡ certificar-se de que pode executÃ¡-la sem perigo para os demais usuÃ¡rios da via que o seguem, precedem ou vÃ£o cruzar com ele, considerando sua posiÃ§Ã£o, sua direÃ§Ã£o e sua velocidade. Â Â Â Â Â Por fim, o mesmo diploma Ã© claro ao estabelecer que durante a manobra de mudanÃ§a de direÃ§Ã£o, o condutor deverÃ¡ ceder passagem aos veÃ-culos que transitem em sentido contrÃ¡rio pela pista da via da qual vai sair, respeitadas as normas de preferÃªncia de passagem. Vejamos: Art. 38. (...) ParÃ¡grafo Ãºnico. Durante a manobra de mudanÃ§a de direÃ§Ã£o, o condutor deverÃ¡ ceder passagem aos pedestres e ciclistas, aos veÃ-culos que transitem em sentido contrÃ¡rio pela pista da via da qual vai sair, respeitadas as normas de preferÃªncia de passagem. Â Â Â Â Â No vertente caso, o autor tinha a preferÃªncia, por seguir o fluxo de uma rodovia, mas o condutor do caminhÃ£o nÃ£o parou para ceder passagem. Â Â Â Â Â Assim, constatado o dano e o nexo causal, Ã© certo o dever de indenizar. Â Â Â Â Â Noutro giro, a suposta ausÃªncia de vÃ-nculo trabalhista entre o condutor do veÃ-culo (Kelyo) e o proprietÃ¡rio (rÃ©u), nÃ£o Ã© suficiente para fastar o dever de indenizaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Isso porque, conforme precedentes do Superior Tribunal de JustiÃ§a, o proprietÃ¡rio do veÃ-culo deve responder solidariamente pelos prejuÃ-zos causados pelo condutor em virtude de acidente de trÃ¢nsito, pois a guarda jurÃ-dica do veÃ-culo pertence ao proprietÃ¡rio, sendo este o responsÃ¡vel, portanto, pelos atos ilÃ-citos praticados por terceiro a quem a direÃ§Ã£o Ã© confiada, com base na teoria da responsabilidade civil sobre o fato da coisa (AcÃ³rdÃ£o 1204087, 07043719820178070001, Relator: GILBERTO PEREIRA DE OLIVEIRA, Terceira Turma CÃ-vel, data de julgamento: 18/9/2019, publicado no DJe: 1Âº/10/2019). Â Â Â Â Â Neste sentido: Â¿Responsabilidade solidÃ¡ria do proprietÃ¡rio Â - acidente de trÃ¢nsito 4. Consoante a jurisprudÃªncia do Superior Tribunal de JustiÃ§a, o proprietÃ¡rio do veÃ-culo responde objetiva e solidariamente pelos atos culposos de terceiro que o conduz, provocando acidente de trÃ¢nsito, pouco importando que o motorista nÃ£o seja seu empregado ou preposto, ou que o transporte seja gratuito ou oneroso.Â¿Â AgInt no REsp 1815476/RS. Â Â Â Â Â Inclusive, pelo mesmo fundamento, o STF possui entendimento sumulado relativo a caso semelhante: SÃºmula 492 do STFÂ - "A empresa locadora de veÃ-culos responde, civil e solidariamente com o locatÃ¡rio, pelos danos por este causados a terceiro, no uso do carro locado." Â Â Â Â Â No caso dos autos, restou comprovado que o rÃ©u Ã© o proprietÃ¡rio do caminhÃ£o conduzido pelo causador do acidente, conforme documento do veÃ-culo Ã fl. 197, motivo pelo qual deve responder solidariamente pelo dano. Â Â Â Â Â DO DANO MATERIAL Â Â Â Â Â Pleiteia o autor seja calculada a indenizaÃ§Ã£o por dano material com base em sua renda mÃ©dia, multiplicado pela quantidade de meses relativos Ã sua expectativa de vida, a ser paga de uma sÃ³ vez, no total de R$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil

reais). Â Â Â Â Â Ã certo que o pagamento integral da indenizaÃ§Ã£o Ã© uma faculdade conferida ao prejudicado, no esteio do parÃ¡grafo Ãºnico do art. 950, do CÃ³digo Civil: Â¿O prejudicado, se preferir, poderÃ¡ exigir que a indenizaÃ§Ã£o seja arbitrada e paga de uma sÃ³ vezÂ¿. Â Â Â Â Â Contudo, a partir da prÃ³pria literalidade do referido dispositivo, compreende-se que, se o prejudicado optar pelo pagamento integral, a indenizaÃ§Ã£o serÃ¡ arbitrada de forma a ser paga de uma sÃ³ vez, nÃ£o havendo falar em cÃ¡lculo. Â Â Â Â Â Esse Ã© o entendimento do Superior Tribunal de JustiÃ§a (STJ): (...) o parÃ¡grafo Ãºnico, do art. 950, ao tratar do pagamento de indenizaÃ§Ã£o em parcela Ãºnica, nÃ£o se referiu a cÃ¡lculo. A expressÃ£o empregada Ã© outra. Menciona-se arbitramento, verbis: 'indenizaÃ§Ã£o... arbitrada'. Arbitrar, como se sabe, Ã© coisa completamente diversa de calcular. As operaÃ§Ãµes sÃ£o inconfundÃ-veis. Cuida-se de distinÃ§Ã£o bem conhecida e corrente no direito positivo, especialmente no campo da liquidaÃ§Ã£o de sentenÃ§a, como se vÃª, por exemplo, no art. 879, da CLT, que se refere separadamente a 'cÃ¡lculo' e a 'arbitramento'. A primeira operaÃ§Ã£o envolve operaÃ§Ã£o aritmÃ©tica (CPC, art. 475-B). Quem liquida, no fundo, Ã© o contador, que faz o cÃ¡lculo, nÃ£o o juiz. Como decidiu o Superior Tribunal de JustiÃ§a, 'a condenaÃ§Ã£o em valor fixo e/ou em nÃºmeros de salÃ¡rios mÃ-nimos pode ser executada diretamente sem necessidade de liquidaÃ§Ã£o por arbitramento'. Quando o caso Ã© de arbitramento, ao contrÃ¡rio, hÃ¡ que atribuir valor a algo, atribuiÃ§Ã£o que vai alÃ©m de mero cÃ¡lculo matemÃ¡tico, implicando estimaÃ§Ã£o, ponderaÃ§Ã£o, juÃ-zo. Se o legislador civil de 2002 referiu-se a arbitramento, nÃ£o a cÃ¡lculo, deve-se entender a expressÃ£o no sentido que lhe Ã© prÃ³prio, no seu verdadeiro sentido, ou seja, como algo diverso de mero cÃ¡lculo. (...) (Resp. NÂº 1.531.096 - PR (2014/0270385-6). Â Â Â Â Â Diante disso, deve ser fixado valor especÃ-fico na forma de arbitramento, a ser pago em parcela Ãºnica, visando Ã reparaÃ§Ã£o do prejudicado, sem deixar de ponderar sobre outros fatores, dentre eles, a capacidade do ofensor. Â Â Â Â Â No caso concreto, a perÃ-cia judicial concluiu que o autor Â¿nÃ£o Ã© considerado invÃ¡lido, podendo ser reabilitado. Grau de incapacidade funcional em 50% no momentoÂ¿, o que aponta incapacidade temporÃ¡ria, conforme expressamente respondeu o perito ao quesito 14 (fl. 251). Â Â Â Â Â A anÃ¡lise do laudo pericial permite constatar que a incapacidade nÃ£o Ã© definitiva, apesar de nÃ£o haver precisÃ£o sobre o tempo de sua duraÃ§Ã£o. NÃ£o consta tambÃ©m requerimento de perÃ-cia complementar para suprir tal omissÃ£o, em que pese ambas as partes terem se manifestado sobre a perÃ-cia. Â Â Â Â Â Ã vista disso, impÃµe-se a utilizaÃ§Ã£o da regra de distribuiÃ§Ã£o geral do Ã´nus da prova (art. 373, do CPC). Nesse contexto, o autor informou em suas alegaÃ§Ãµes finais que, apesar de ultrapassados quatro anos do acidente, ainda se encontra inapto para o trabalho, contudo, nÃ£o comprovou o alegado com a apresentaÃ§Ã£o de laudo mÃ©dico complementar ou qualquer outra prova. Â Â Â Â Â Sendo assim, o autor nÃ£o se desincumbiu do seu Ã´nus da prova quanto ao fato constitutivo do seu direito, no ponto especÃ-fico de duraÃ§Ã£o e regressÃ£o da incapacidade. Â Â Â Â Â Assim, diante da ausÃªncia de elementos que demonstrem o tempo de duraÃ§Ã£o da incapacidade, bem como o seu grau de regressÃ£o, para se chegar Ã data provÃ¡vel que o autor permaneceu inapto para o seu trabalho, necessÃ¡rio se ater ao laudo pericial, no qual aponta que atÃ© a data da realizaÃ§Ã£o da perÃ-cia o requerente encontrava-se impossibilitado de exercer suas atividades laborativas. Â Â Â Â Â Desse modo, Ã© certo que, da data do acidente atÃ© a data da realizaÃ§Ã£o da perÃ-cia, novembro de 2014 a marÃ§o de 2018, o autor permaneceu incapacitado para o labor, devendo ser indenizado com base em sua remuneraÃ§Ã£o mensal, Ã Ã©poca, proporcionalmente ao perÃ-odo mencionado, de aproximadamente 40 (quarenta) meses. Â Â Â Â Â Nesse ponto, o autor alegou que possuÃ-a renda mensal de R$ 2.000,00 (dois mil reais), porÃ©m nÃ£o juntou comprovante de rendimento, apesar de constar declaraÃ§Ã£o de trabalho como vendedor autÃ´nomo em empresa de eletrodomÃ©sticos (fl. 22). Desse modo, reputo razoÃ¡vel a conclusÃ£o que ele recebia, ao menos, um salÃ¡rio-mÃ-nimo mensal, que, calculados no perÃ-odo de 40 (quarenta) meses, resulta no valor aproximado de R$ 40.000,000 (quarenta mil reais), correspondentes ao que o demandante deixou de ganhar, em razÃ£o de sua impossibilidade de trabalhar decorrente do acidente. Â Â Â Â Â No que tange ao perÃ-odo posterior, considerando que se ultrapassaram 3 (trÃªs) anos da realizaÃ§Ã£o da perÃ-cia atÃ© a presente data, bem como que restou definida a incapacidade temporÃ¡ria e reversÃ-vel do autor, reputo razoÃ¡vel o arbitramento do valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), a tÃ-tulo de indenizaÃ§Ã£o por dano material nesse lapso (a partir de marÃ§o de 2018 atÃ© a presente data), uma vez que Ã© presumÃ-vel a reduÃ§Ã£o de sua incapacidade para o trabalho, ou mesmo a sua integral readaptaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Destarte, somando-se os perÃ-odos, julgo razoÃ¡vel a indenizaÃ§Ã£o a tÃ-tulo de dano material na modalidade lucros cessantes no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Â Â Â Â Â Quanto ao dano emergente, o autor nÃ£o juntou comprovante de pagamento das despesas de conserto da motocicleta, limitando-se a apresentar o respectivo orÃ§amento (fl. 33), motivo porque deve ser julgado improcedente. Â Â Â Â Â DO DANO MORAL Â Â Â Â Â Prevalece na jurisprudÃªncia dos Tribunais PÃ¡trios que cabeÂ indenizaÃ§Ã£o por danos morais a quem sofre lesÃµesÂ em um acidente de trÃ¢nsito, ainda que se trate

de incapacidade temporÃ¡ria: Â¿Ã cabÃ-vel indenizaÃ§Ã£o por danos morais, com intuito de reparar o mal causado ao autor que, em virtude do acidente automobilÃ-stico, sofreu fratura de segundoÂ metatarso esquerdo e de acetÃ¡bulo Ã direita, sobrevindo tratamento conservador e incapacidade laborativa temporÃ¡ria, conforme evidencia a documentaÃ§Ã£o que instruiu a inicial. Ora, nÃ£o hÃ¡ dÃºvida que ele experimentou dor e amargura, com reflexo no estado psicolÃ³gico" (TJ-SP. ProcessoÂ 1001232-97.2018.8.26.0390). Â Â Â Â Â O prÃ³prio STJ, inclusive, jÃ¡ concluiu pela possibilidade de indenizaÃ§Ã£o moral independentemente da demonstraÃ§Ã£o de prejuÃ-zo extrapatrimonial, sendo uma consequÃªncia presumida da prÃ³pria conduta que viesse a injustamente atingir a dignidade do ser humano (REsp n. 1.628.700/MG, Rel. Min. Ricardo Villas BÃ´as Cueva, Terceira Turma, DJe 1Âº/3/2018; REsp n. 1.059.663/MS, Rel. Min. Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJe 17/12/2008; REsp n. 1.675.874/MS, Rel. Min. Rogerio Schietti Cruz, Terceira SeÃ§Ã£o, DJe 8/3/2018). Â Â Â Â Â Com efeito, Ã© certo que a indenizaÃ§Ã£o nÃ£o pode constituir premiaÃ§Ã£o ao lesado, sob pena de enriquecimento sem causa, devendo ser arbitrado em atenÃ§Ã£o aos princÃ-pios da razoabilidade e proporcionalidade, observando-se a gravidade do fato, a dimensÃ£o do dano, a intensidade do dolo ou o grau de culpa e a condiÃ§Ã£o econÃ´mica das partes. Â Â Â Â Â Considerando tais parÃ¢metros, observa-se que a extensÃ£o do dano Ã© evidente, posto que o requerente sofreu lesÃ£o com debilidade que o incapacitou temporariamente ao exercÃ-cio de suas atividades laborais, experimentando dor e sofrimento decorrentes do infortÃºnio. Â Â Â Â Â Dessa forma, nÃ£o restam dÃºvidas acerca da ocorrÃªncia do abalo psicolÃ³gico sofrido pelo autor, revelando-se coerente o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) a tÃ-tulo de danos morais. DO DANO ESTÃTICO Â Â Â Â Â Â A indenizaÃ§Ã£o por dano estÃ©tico fica caracterizada quando sÃ£o causadas deformidades fÃ-sicas que provocam o aleijÃ£o e repugnÃ¢ncia, alÃ©m de outros defeitos fÃ-sicos que causem Ã vÃ-tima desgosto ou complexo de inferioridade. Â Â Â Â Â In casu, os danos estÃ©ticos sÃ£o consequÃªncia da fratura do fÃªmur direito do autor, conforme laudo pericial, alÃ©m de outras sequelas que o levaram a permanecer internado por 48 dias, tendo sido submetido a cirurgias no perÃ-odo. Â Â Â Â Â Em que pese a incapacidade temporÃ¡ria, as lesÃµes foram permanentes, causando extensas e visÃ-veis cicatrizes nas pernas e no abdÃ´men. Â Â Â Â Â Assim, reputo existente o dano estÃ©tico sofrido pelo autor, diante das provas acostada aos autos, que teve que suportar internaÃ§Ã£o hospitalar, cirurgia, longo perÃ-odo de adaptaÃ§Ã£o, culminando, pois, em deformidade permanente com cicatrizes visÃ-veis. Dessa forma, diante dos laudos e demais provas produzidas nos autos, fixo o dano estÃ©tico em R$ 10.000,00 (dez mil reais). Â Â Â Â Â Portanto, o autor faz jus Ã indenizaÃ§Ã£o por danos materiais, morais e estÃ©ticos a serem suportados pelo requerido. III - DISPOSITIVO Â Â Â Â Â Diante de tais consideraÃ§Ãµes: i) quanto ao rÃ©u MIRANDA CRUZ MADEIRAS - ME, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÃÃO DE MÃRITO, com fulcro no art. 485, VI, do CPC; ii) quanto ao segundo requerido, extinguindo o feito com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, com espeque no art. 487, I, do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos contidos na inicial para CONDENAR o rÃ©u JOAQUIM MIRANDA CRUZ a pagar ao autor os valores de: a)Â Â Â Â Â R$ 50.00,00 (cinquenta mil reais), em parcela Ãºnica, a tÃ-tulo de danos materiais, corrigidos monetariamente pelos Ã-ndices do INPC e juros legais de 1% ao mÃªs, a contar do evento danoso (07/11/2014); b)Â Â Â Â Â R$ 10.000,00 (dez mil reais), em parcela Ãºnica, a tÃ-tulo de dano moral, corrigido monetariamente pelos Ã-ndices do INPC e juros legais de 1% ao mÃªs, a contar da data do arbitramento (31/03/2022); c)Â Â Â Â Â R$ 10.000,00 (dez mil reais), em parcela Ãºnica, a tÃ-tulo de dano estÃ©tico, corrigidos monetariamente pelos Ã-ndices do INPC e juros legais de 1% ao mÃªs, a contar do evento danoso (07/11/2014). Â Â Â Â Â Considerando a sucumbÃªncia do autor em parte mÃ-nima do pedido (art. 86, parÃ¡grafo Ãºnico, do CPC/2015), condeno o rÃ©u JOAQUIM MIRANDA CRUZ ao pagamento integral das custas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios, os quais arbitro em 10% (dez por cento) do valor da condenaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Intime-se o rÃ©u JOAQUIM MIRANDA CRUZ para pagamento das custas processuais devidas, no prazo de 15 (quinze) dias. Na inÃ©rcia, encaminhe-se para inscriÃ§Ã£o em DÃ-vida Ativa (Art. 46, da Lei nÂº 8.328/2015). Â Â Â Â Â Interposto recurso de apelaÃ§Ã£o, certifique-se nos autos e proceda-se a intimaÃ§Ã£o da parte contrÃ¡ria para, querendo, contrarrazoar no prazo legal. Em seguida, remetam-se os autos ao EgrÃ©gio Tribunal de JustiÃ§a do ParÃ¡, independente de conclusÃ£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, arquive-se. Â Â Â Â Â Serve a presente sentenÃ§a como Carta de IntimaÃ§Ã£o, Mandado de IntimaÃ§Ã£o, OfÃ-cio, Edital, Carta PrecatÃ³ria, IntimaÃ§Ã£o EletrÃ´nica, IntimaÃ§Ã£o via Procuradoria ou DJE, dentre esses, o expediente que for necessÃ¡rio, nos termos do Provimento nÂº 003/2009-CJCI. Â Â Â Â Â MarabÃ¡-PA, 31 de marÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â HANNAH FERREIRA ROCHA BEZERRA Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Substituta Â Â Â Â Â 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de MarabÃ¡/PA Â Â Â Â Â .:. Â PÃ¡gina de 14Â FÃ³rum de: MARABÃÂ Â Email: 2civelmaraba@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: Rodovia transamazÃ´nica, S/NÂ CEP: 68.508-970Â Â Bairro: AmapÃ¡Â Â Fone: (94)3312-7817

PROCESSO: 00118582120168140028 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HANNAH FERREIRA ROCHA BEZERRA A??o: Procedimento Comum Cível em: 12/04/2022 REQUERENTE:ANTONIO MARIA DOS SANTOS Representante(s): OAB 20287 - SAMANTHA SABRINA DE HOLANDA GOMES (ADVOGADO) REQUERIDO:GMA VEICULOS Representante(s): OAB 9881 - MARCIO RODRIGUES ALMEIDA (ADVOGADO) TERCEIRO:BV FINANCEIRA SA Representante(s): OAB 5.546 - GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (ADVOGADO) TERCEIRO:G V VEICULOS Representante(s): OAB 9881 - MARCIO RODRIGUES ALMEIDA (ADVOGADO) . Processo 0011858-21.2016.8.14.0028 Classe: AÃ§Ã£o de obrigaÃ§Ã£o de fazer cumulada com danos materiais e morais Autor: ANTONIO MARIA DOS SANTOS Advogado: SAMANTHA SABRINA DE HOLANDA GOMES, OAB nÂº 20287 Requerido: GMA VEICULOS, BV FINANCEIRA SA e Â G V VEICULOS Advogado: MARCIO RODRIGUES ALMEIDA, 9881, GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI, OAB nÂº 5.546 e MARCIO RODRIGUES ALMEIDA, OAB nÂº 9881 SENTENÃA I - RELATÃRIO 1.Â Â Â Â Â Trata-se de AÃÃO DE OBRIGAÃÃO DE FAZER C/C INDENIZAÃÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS ajuizada por ANTÃNIO MARIA DOS SANTOS em face de GMA VEÃCULOS E GV VEÃCULOS e BV FINANCEIRA SA CRÃDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (cf. emenda Ã inicial - fl. 60), qualificados nos autos. 2.Â Â Â Â Â Alega o autor, em sÃ-ntese, que adquiriu junto Ã s requeridas um veÃ-culo seminovo do tipo Fiat/Strada Fire CE Flex modelo 2010/2011, no valor de R$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), dando em pagamento um veÃ-culo de sua propriedade e o restante por meio de financiamento com a requerida BV FINANCEIRA. 3.Â Â Â Â Â Aduziu que ao tentar efetivar a transferÃªncia do veÃ-culo para seu nome descobriu que jÃ¡ existia uma comunicaÃ§Ã£o de venda para terceiro junto ao DETRAN. 4.Â Â Â Â Â Asseverou que, apÃ³s alguns dias da venda do bem, entregaram-lhe um suposto recibo de venda do veÃ-culo contendo sua assinatura. Alega, no entanto, que nunca assinou tal documento e que a assinatura seria falsificada. 5.Â Â Â Â Â Assim, ficou impossibilitado de colocar o veÃ-culo em seu nome e, em consequÃªncia, teve o veÃ-culo apreendido e leiloado pelo DETRAN. 6.Â Â Â Â Â Nesse sentido, aduz que sofreu danos materiais e morais, pugnando pela condenaÃ§Ã£o dos requeridos. 7.Â Â Â Â Â Juntou documentos (18/58). 8.Â Â Â Â Â DecisÃ£o de indeferimento da tutela provisÃ³ria e de deferimento do benefÃ-cio da justiÃ§a gratuita (fls. 59). 9.Â Â Â Â Â Na sequÃªncia, o autor requereu a inclusÃ£o da BV FINANCEIRA S/A CRÃDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (fl. 60), o que foi deferido por este JuÃ-zo (fl. 62). 10.Â Â Â Â Â ContestaÃ§Ã£o do requerido BV FINANCEIRA (fls. 68/72), aduzindo, preliminarmente, a sua ilegitimidade para compor o polo passivo da lide, pugnando pela sua exclusÃ£o do feito. No mÃ©rito, aduz que Ã© regular a contrataÃ§Ã£o do financiamento, inclusive, informando que o gravame foi retirado em 2017 com a venda do bem em leilÃ£o. Alegou que nÃ£o houve defeito na prestaÃ§Ã£o do serviÃ§o por ato ilÃ-cito; que o autor nÃ£o direito ao recebimento de danos morais, pugnando pela total improcedÃªncia da aÃ§Ã£o. Juntou documentos (Fls. 72/85). 11.Â Â Â Â Â O requerido GMA COMÃRCIO DE VEÃCULOS LTDA contestou o feito (fls. 95/99), aduzindo, preliminarmente, que nÃ£o vendeu nenhum veÃ-culo ao requerido e que o suposto vendedor nÃ£o tem vÃ-nculo com o requerido. Alegou ainda que nÃ£o vendeu e nÃ£o entrego o veÃ-culo citado nos autos, pugnando pelo reconhecimento de sua ilegitimidade no feito. Impugnou a concessÃ£o da gratuidade de justiÃ§a, em razÃ£o do valor pago pelo bem adquirido. Ainda em sede de preliminar, aduziu que o pedido do autor Ã© genÃ©rico, pugnando pela extinÃ§Ã£o do feito sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito por inÃ©pcia da inicial. Quanto ao mÃ©rito, alegou a inexistÃªncia de defeito na prestaÃ§Ã£o de serviÃ§o; a inocorrÃªncia de danos morais ou materiais; impugnando os documentos juntados pelo autor. Ao final, requereu a total improcedÃªncia da aÃ§Ã£o. 12.Â Â Â Â Â Designada audiÃªncia conciliatÃ³ria em 18/07/2018, restou infrutÃ-fera (fl. 106). 13.Â Â Â Â Â O autor manifestou-se em rÃ©plica (fls. 111/117), aduzindo que o veÃ-culo que era de sua propriedade foi vendido ao requerido GMA COMÃRCIO DE VEÃCULOS, bem como foi este requerido quem realizou todo o procedimento de financiamento junto Ã requerida BV FINANCEIRA, recebendo o valor financiado a tÃ-tulo de venda do bem. Pugnou pela conversÃ£o da obrigaÃ§Ã£o em perdas e danos materiais e morais, considerando que o veÃ-culo foi apreendido pelo DETRAN e vendido em leilÃ£o, pugnando pela condenaÃ§Ã£o do requerido em danos materiais de R$ 24.287,00 (vinte e quatro mil, duzentos e oitenta e sete reais), de acordo com a tabela FIPE e danos morais no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais). 14.Â Â Â Â Â A requerida GV VEÃCULOS apresentou contestaÃ§Ã£o intempestiva (fl. 126). 15.Â Â Â Â Â Intimadas as partes para indicarem a necessidade de produÃ§Ã£o de provas (fl. 127), GV veÃ-culos informou nÃ£o ter interesse na produÃ§Ã£o de prova (fl. 131), GMA COMÃRCIO DE VEICULOS LTDA (fls. 132/133), tambÃ©m informou que nÃ£o tem interesse na produÃ§Ã£o de provas e BV financeira nÃ£o se manifestou. O autor pugnou pela julgamento antecipado da lide (fls. 134/135). 16.Â Â Â Â Â Ã o que importa relatar. DECIDO. II - FUNDAMENTAÃÃO II.1 - PRELIMINARES A)Â Â Â Â Â IMPUGNAÃÃO Ã JUSTIÃA GRATUITA 17.Â Â Â Â Â Registro que o Â§3Âº do art. 99 do CPC estabelece uma presunÃ§Ã£o

de veracidade da alegaÃ§Ã£o de insuficiÃªncia deduzia por pessoa natural. Ademais, a parte requerida nÃ£o apresentou qualquer prova idÃ´nea capaz de afastar a presunÃ§Ã£o legalmente estabelecida, Ressalto que o fato de ter adquirido um carro no valor de R$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), por si sÃ³, nÃ£o impede a concessÃ£o do benefÃ-cio. Rejeito, portanto, a impugnaÃ§Ã£o. B)Â Â Â Â Â INÃPCIA DA INICIAL 18.Â Â Â Â Â A requerida GMA COMÃRCIO DE VEÃCULOS LTDA, em sede de contestaÃ§Ã£o, pugna pela extinÃ§Ã£o do feito sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito sob o argumento de que o autor formulou pedido genÃ©rico. Indefiro o pedido, porquanto verifico que o autor indiciou em sua inicial a causa de pedir de forma clara o suficiente para viabilizar a defesa das rÃ©s. Ademais, nÃ£o formulou pedido genÃ©rico, indicando os valores que pretende. C)Â Â Â Â Â ILEGITIMIDADE PASSIVA DAS REQUERIDAS 19.Â Â Â Â Â Por outro lado, acolho a alegaÃ§Ã£o de ilegitimidade passiva da BV FINANCEIRA, considerando que a jurisprudÃªncia reconhece a ausÃªncia de responsabilidade dos bancos de varejo, como Ã© o caso, conforme entendimento consolidado do STJ: 20.Â Â Â Â Â Â¿RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E DO CONSUMIDOR. COMPRA E VENDA DE AUTOMÃVEL. VÃCIO DO PRODUTO. RESOLUÃÃO DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO. DESCABIMENTO. AGENTE FINANCEIRO NÃO VINCULADO Ã MONTADORA. JURISPRUDÃNCIA PACÃFICA DESTA CORTE SUPERIOR. RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÃRSIA NÂº 326/STJ. 1. ControvÃ©rsia acerca da possibilidade de resoluÃ§Ã£o do contrato de financiamento, com devoluÃ§Ã£o das parcelas pagas, em virtude da resoluÃ§Ã£o do contrato de compra e venda de automÃ³vel por vÃ-cio do produto. 2. ExistÃªncia de jurisprudÃªncia pacÃ-fica nesta Corte Superior no sentido de que os agentes financeiros ("bancos de varejo") que financiam a compra e venda de automÃ³vel nÃ£o respondem pelos vÃ-cios do produto, subsistindo o contrato de financiamento mesmo apÃ³s a resoluÃ§Ã£o do contrato de compra e venda, exceto no caso dos bancos integrantes do grupo econÃ´mico da montadora ("bancos da montadora"). 3. Caso concreto em que o financiamento foi obtido junto a um "banco de varejo", sendo descabida, portanto, a resoluÃ§Ã£o do contrato de financiamento. 4. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. (REsp 1946388/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/12/2021, DJe 17/12/2021) 21.Â Â Â Â Â Â¿AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÃÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C PEDIDO DE INDENIZAÃÃO POR DANOS MORAIS. AQUISIÃÃO DE VEÃCULO. FINANCIAMENTO COLIGADO. RESPONSABILIDADE DA INSTITUIÃÃO FINANCEIRA. AUSÃNCIA. OMISSÃO. SÃMULA 83/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO. 1. Nos termos da jurisprudÃªncia do STJ, "nÃ£o hÃ¡ relaÃ§Ã£o de acessoriedade entre o contrato de compra e venda de bem de consumo e o de financiamento bancÃ¡rio com alienaÃ§Ã£o fiduciÃ¡ria, destinado a viabilizar a aquisiÃ§Ã£o. AliÃ¡s, apenas hÃ¡ falar em responsabilidade solidÃ¡ria no caso de a instituiÃ§Ã£o financeira estar vinculada Ã concessionÃ¡ria do veÃ-culo - hipÃ³tese em que se trata de banco da prÃ³pria montadora -, o que nÃ£o se constata na espÃ©cie" (AgInt no REsp 1.519.556/SP, Rel. Ministro MARCO AURÃLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe de 25/11/2016). 2. Agravo interno improvido. (AgInt no AREsp 1.793.242/DF, Rel. Ministro RAUL ARAÃJO, QUARTA TURMA, julgado em 09/08/2021, DJe 31/08/2021) 22.Â Â Â Â Â Ressalto, no ponto, que a anÃ¡lise acerca da legitimidade passiva das requeridas GMA VEÃCULOS E GV VEÃCULOS confunde-se com o prÃ³prio mÃ©rito da aÃ§Ã£o, conforme demonstrado adiante. II.2 - MÃRITO 23.Â Â Â Â Â De inÃ-cio, com relaÃ§Ã£o Ã requerida GV VEÃCULOS, verifico que esta apresentou contestaÃ§Ã£o intempestiva, motivo pelo qual decreto sua revelia, nos termos do art. 344 do CPC. 24.Â Â Â Â Â O documento juntado aos autos Ã s fls. 72/74, indica que a concessionÃ¡ria que efetuou a venda do automÃ³vel em questÃ£o Ã© LOJA DO AUTOMOVEIS Ltda, CNPJ 08.866.595/0001-74. 25.Â Â Â Â Â O requerido GMA ComÃ©rcio de VeÃ-culos Ltda apresentou contestaÃ§Ã£o, aduzindo que nÃ£o possui legitimidade passiva para a aÃ§Ã£o, uma vez que nÃ£o vendeu qualquer tipo de veÃ-culo para o requerente e que a pessoa indicada no documento de fl. 44 nÃ£o Ã© empregado da requerida. 26.Â Â Â Â Â Ressalto, no ponto, que o requerido GV VEÃCULOS Ã© revel. Inobstante, a revelia nÃ£o produz o efeito mencionado noÂ art. 344Â do CPC, se as alegaÃ§Ãµes de fato formuladas pelo autor forem inverossÃ-meis ou estiverem em contradiÃ§Ã£o com prova constante dos autos, de acordo com o art. 345, IV do CPC. Ã este, justamente, o caso dos autos. 27.Â Â Â Â Â De fato, o documento de fl. 74, indica que a concessionÃ¡ria de revenda Ã© Â¿LOJA DO AUTOMOVEL LTDA, CNPJ: 08.866.595/0001-74Â¿, com filial em SÃ£o LuÃ-s/MA. 28.Â Â Â Â Â Por outro lado, observa-se que as requeridas indicadas na inicial sÃ£o GMA VEÃCULOS, CNPJ nÂº 10.639.265/0001-98 e GV VEÃCULOS, CNPJ nÂº 14.716.957/0001-43, conforme indicam os documentos de fls. 23/24, que possuem sede em Rondon do ParÃ¡. O documento de transferÃªncia do veÃ-culo tambÃ©m indica que a possÃ-vel tratativa de transferÃªncia teria sido realizado pelo autor em Imperatriz/MA. 29.Â Â Â Â Â Segundo o CPC, o Ã´nus da prova incumbe ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito, nos termos do art. 373, I, do CPC. 30.Â Â Â Â Â Dessa forma, nÃ£o se evidencia um nexo entre os fatos aduzidos pelo autor e as requeridas. E o autor nÃ£o juntou aos autos a cÃ©dula de crÃ©dito bancÃ¡rio completa, que poderia ser confrontada com

o documento juntado Ã fl. 74. 31.Â Â Â Â Â Por conseguinte, o autor aduziu que o procedimento de compra do veÃ-culo foi realizado pela BV financeira e que a GMA teria recebido o valor financiado oriundo da alienaÃ§Ã£o, bem como o veÃ-culo Celta que o autor teria dado como entrada para realizar o negÃ³cio, fatos que nÃ£o restaram comprovado nos autos. Da mesma forma, alegou que a GV VEÃCULOS foi quem entregou o bem ao requerente, o que tambÃ©m nÃ£o restou comprovado nos autos. 32.Â Â Â Â Â E ainda, o autor alegou que teria havido fraude no preenchimento do documento de transferÃªncia do veÃ-culo, mas nÃ£o comprovou tal alegaÃ§Ã£o. 33.Â Â Â Â Â Diante de tudo o que restou acima consignado, nÃ£o restou evidenciado, pelas provas apresentadas nos autos, a relaÃ§Ã£o existente entre o suposto ilÃ-cito alegado pelo autor na inicial e as requeridas. Desse modo, nÃ£o Ã© possÃ-vel imputar a responsabilidade por danos morais ou materiais Ã s rÃ©s. 34.Â Â Â Â Â Apesar de se tratar de ausÃªncia de legitimidade das partes, de acordo com a teoria da asserÃ§Ã£o, considerando que houve um aprofundamento da legitimidade apÃ³s oportunizado a produÃ§Ã£o probatÃ³ria, nÃ£o Ã© caso de extinÃ§Ã£o do feito sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, mas sim de julgamento improcedente da demanda, nos termos do entendimento consolidado do STJ (REsp 1893387/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/06/2021, DJe 30/06/2021). 35.Â Â Â Â Â Ademais, nos termos do art. 488 do CPC, desde que seja possÃ-vel, o juiz resolverÃ¡ o mÃ©rito sempre que a decisÃ£o for favorÃ¡vel Ã parte a quem aproveitaria eventual pronunciamento nos termos do art. 485 do CPC. 36.Â Â Â Â Â Diante de tais consideraÃ§Ãµes, quando Ã BV FINANCEIRA, reconheÃ§o sua ilegitimidade passiva e JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÃÃO DO MÃRITO, nos termos do art. 485, VI, do CPC. Quanto Ã s requeridas GMA VEÃCULOS e GV veÃ-culos, JULGO IMPROCEDENTE o pedido contido na inicial e extingo o processo, com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, nos termos do disposto no art. 487, I, do CPC. 37.Â Â Â Â Â Condeno o autor ao pagamento das custas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios em favor dos requeridos, os quais arbitro em 10% (dez por cento) do valor da causa. Suspenso o pagamento das custas diante da gratuidade processual concedida. 38.Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas e advertÃªncias legais. 39.Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â Â Â Â Â MarabÃ¡/PA, 24 de marÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â HANNAH FERREIRA ROCHA BEZERRA Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Substituta Â Â Â Â Â 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de MarabÃ¡/PA PROCESSO: 00152538420178140028 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HANNAH FERREIRA ROCHA BEZERRA A??o: Procedimento Comum Cível em: 12/04/2022 REQUERENTE:FRANCISCA DE ASSIS JORGE DE MORAES Representante(s): OAB 20016-B - ROBERT ALISSON RODRIGUES SILVA (ADVOGADO) OAB 26498 - LUCAS SOUZA CHAVES (ADVOGADO) OAB 27009 - BRUNA FERNANDA DE OLIVEIRA NASCIMENTO (ADVOGADO) REQUERENTE:GABRIELLY JORGE MORAES Representante(s): OAB 20016-B - ROBERT ALISSON RODRIGUES SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:UNIMED BELEM COOPERATIVA DE TRABALHO DE MEDICO Representante(s): OAB 11270 - DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE (ADVOGADO) OAB 26498 - LUCAS SOUZA CHAVES (ADVOGADO) . Processo 0015253-84.2017.8.14.0028 Classe processual: AÃ§Ã£o de ObrigaÃ§Ã£o de Fazer com pedido de tutela antecipada c/c danos morais Requerentes: FRANCISCA DE ASSIST JORGE DE MORAES E GABRIELLY JORGE MORAES Requerido: UNIMED BELÃM COOPERATIVA DE TRABALHO MÃDICO-COOPERATIVA DE TRABALHO MÃDICO SENTENÃA I - RELATÃRIO 1.Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o de obrigaÃ§Ã£o de fazer com pedido de tutela antecipada cumulada com pedido de danos morais ajuizada pela FRANCISCA DE ASSIS JORGE DE MORAES e GABRIELLY JORGE MORAES, em face de UNIMED SUL DO PARÃ - COOPERATIVA DE TRABALHO MÃDICO, qualificados nos autos. 2.Â Â Â Â Â Alegam as autoras, em sÃ-ntese, que mantÃ©m contrato de prestaÃ§Ã£o de serviÃ§o mÃ©dicos com a requerida desde 16/05/2003, no qual a autora FRANCISCA DE ASSIS Ã© a titular a autora GABRIELLY JORGE DE MORAES Ã© uma de suas dependentes. 3.Â Â Â Â Â Asseveram que a autora GABRIELLY teve atendimento de parto negado pelo plano, sob a alegaÃ§Ã£o de que o atendimento obstÃ©trico nÃ£o havia sido contratado. 4.Â Â Â Â Â Assim, pugnaram pela inversÃ£o do Ã´nus da prova e requereram a procedÃªncia do pedido para obrigar a requeria a custear o procedimento cirÃºrgico (parto), com a fixaÃ§Ã£o de multa, alÃ©m de pagamento a tÃ-tulo de reparaÃ§Ã£o por danos morais, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais). 5.Â Â Â Â Â Juntaram documentos (fls. 17/127). 6.Â Â Â Â Â DecisÃ£o de deferimento parcial da tutela de urgÃªncia, determinando que a requerida realize o parto da autora GABRIELLY JORGE MORAES, com toda a cobertura necessÃ¡ria, com o resguardo da vida tanto da parturiente como da nascitura, sob pena de multa diÃ¡ria de R$ 10.000,00 (dez mil) reais, em 05/09/2017 (fls. 128/131). 7.Â Â Â Â Â ContestaÃ§Ã£o da requerida (fls. 147/155), aduzindo que negou atendimento com base no contrato firmado, no exercÃ-cio regular de direito, alegando que atendimento obstÃ©trico depende da opÃ§Ã£o do consumidor em incluir o atendimento por ocasiÃ£o da assinatura do contrato. Asseverou que Ã© fato incontroverso que a autora nÃ£o optou pela contrataÃ§Ã£o do mÃ³dulo de

obstetrÃ-cia em sua proposta de admissÃ£o, pugnando pela improcedÃªncia do pedido. Juntou documentos (fls. 156/170). 8.Â Â Â Â Â O autor apresentou impugnaÃ§Ã£o Ã contestaÃ§Ã£o (fls. 173/177), ratificando os termos da inicial. 9.Â Â Â Â Â Intimadas as partes para indicarem a necessidade de produÃ§Ã£o de provas, o requerido se manifestou (fls. 181/182), pelo julgamento antecipado do feito e o autor nÃ£o se manifestou, conforme certificado nos autos (fl. 184). 10.Â Â Â Â Â Ã o que importa relatar. Decido. II - FUNDAMENTAÃÃO 11.Â Â Â Â Â O objeto da presente aÃ§Ã£o Ã© a negativa de cobertura obstÃ©trica em plano de saÃºde. 12.Â Â Â Â Â Aplica-se no presente caso as normas do CÃ³digo de Defesa do Consumidor, nos termos do entendimento sumulado 608 do STJ (Â¿Aplica-se o CÃ³digo de Defesa do Consumidor aos contratos de plano de saÃºde, salvo os administrados por entidades de autogestÃ£oÂ¿). 13.Â Â Â Â Â O requerido alegou em contestaÃ§Ã£o que o CDC nÃ£o tem aplicaÃ§Ã£o preponderante sobre a Lei 9.656/1998, a fim de fundamentar que nÃ£o hÃ¡ obrigatoriedade de cobertura do atendimento obstÃ©trico, tendo em vista a ausÃªncia de opÃ§Ã£o da autora pelo mÃ³dulo obstetrÃ-cia, com fundamento no art. 12 da citada Lei. 14.Â Â Â Â Â Ressalto, que quanto Ã aplicaÃ§Ã£o do CDC, conforme entendimento sumular do STJ, Ã© inconteste a aplicaÃ§Ã£o deste no caso em testilha, de forma subsidiÃ¡ria ao que prevÃª a Lei 9.656/98. 15.Â Â Â Â Â Segundo o Ministro RICARDO VILLAS BÃAS CUEVA, no EAREspÂ 988070Â / SP: Â¿as normas do CÃ³digo de Defesa do Consumidor (CDC) aplicam-se apenas subsidiariamente nos planos de saÃºde, conforme previsÃ£o do art. 35-G da Lei nÂº 9.656/1998. De qualquer maneira, como cediÃ§o, em casos de incompatibilidade de normas, pelos critÃ©rios da especialidade e da cronologia, hÃ¡ evidente prevalÃªncia da lei especial nova.Â¿ 16.Â Â Â Â Â Portanto, ao caso devem ser aplicados os princÃ-pios norteadores do CÃ³digo de Defesa do Consumidor, as normas gerais do CÃ³digo Civil e a Lei 9.656/98. 17.Â Â Â Â Â Verifico que, de fato, a Lei nÂº. 9.656/98 permite a exclusÃ£o de cobertura do procedimento obstÃ©trico, nos termos do art. 12, II, alÃ-nea Â¿aÂ¿. 18.Â Â Â Â Â A autora na inicial aduziu que tinha conhecimento de que nÃ£o foi feita, de inÃ-cio, a opÃ§Ã£o de cobertura obstÃ©trica para a dependente Gabrielly. Contudo, quando a Gabrielly atingiu a maioridade, sustenta que recebeu 02 (dois) boletos, nos termos do art. 61, Â§2Âº, alÃ-nea Â¿aÂ¿ do contrato de adesÃ£o, para incluir o TÃTULO X - MÃDULO OPCIONAL no plano em favor de Gabrielly Jorge Moraes. Aduz, ainda, que realizou pagamento destes 2 (dois) boletos com acrÃ©scimo de 60% e acreditou que teria havido a adesÃ£o ao mÃ³dulo, apesar de nÃ£o ter mais recebidos boletos com o citado acrÃ©scimo. 19.Â Â Â Â Â Argumentou que houve legÃ-tima expectativa de cobertura do parto diante da liberaÃ§Ã£o do plano dos exames obstÃ©tricos, conforme comprova os documentos de fls. 51/63. 20.Â Â Â Â Â O contrato prevÃª no art. 61, o seguinte: 21.Â Â Â Â Â Â¿Este mÃ³dulo Ã© complementar Ã cobertura definida no CapÃ-tulo II do TÃ-tulo VII, e sua contrataÃ§Ã£o e valor estarÃ£o expressos na Proposta de AdmissÃ£o sendo nesse caso acrescido dos procedimentos relativos ao prÃ©-natal e da assistÃªncia ao parto, esta apÃ³s o cumprimento do perÃ-odo de CarÃªncia de 300 dias. 22.Â Â Â Â Â A requerida aduziu que agiu no exercÃ-cio regular de direito ao negar o procedimento cirÃºrgico. 23.Â Â Â Â Â Ressalto, no entanto, que restou comprovado que, mesmo a despeito de constar na proposta de adesÃ£o ao Plano a nÃ£o cobertura de obstetrÃ-cia, o requerido autorizou diversos procedimentos de prÃ©-natal em favor da autora. 24.Â Â Â Â Â Em cumprimento ao princÃ-pio da boa-fÃ©, Ã-nsita em toda relaÃ§Ã£o jurÃ-dica, impÃµe-se que as partes respeitem os legÃ-timos interesses e asÂ expectativasÂ razoÃ¡veis, agindo com lealdade, sem abuso, sem causar lesÃ£o ou desvantagem excessiva ao outro. 25.Â Â Â Â Â Tem-se como institutos que decorrem diretamente da boa-fÃ© os fenÃ´menos da supressio e surrectio. 26.Â Â Â Â Â Supressio decorre do nÃ£o exercÃ-cio de determinado direito, por seu titular, no curso da relaÃ§Ã£o contratual, gerando para a outra parte, em virtude do princÃ-pio da boa-fÃ© objetiva, a legÃ-tima expectativa de que nÃ£o mais se mostrava sujeito ao cumprimento da obrigaÃ§Ã£o. 27.Â Â Â Â Â Segundo a doutrina, a configuraÃ§Ã£o da supressio exige 3 (trÃªs) requisitos: a) inÃ©rcia do titular do direito subjetivo, b) decurso de tempo capaz de gerar a expectativa de que esse direito nÃ£o mais seria exercido; e c) deslealdade em decorrÃªncia de seu exercÃ-cio posterior, com reflexos no equilÃ-brio da relaÃ§Ã£o contratual. 28.Â Â Â Â Â Registro que Ã© imprescindÃ-vel que o ato da parte desperte na outra a confianÃ§a de que a abstenÃ§Ã£o ou a execuÃ§Ã£o permaneceriam, a despeito de nÃ£o serem obrigatÃ³rias. Foi justamente o que ocorreu no caso em anÃ¡lise. 29.Â Â Â Â Â Ora, se durante toda a gravidez da requerente o plano autorizou e viabilizou os vÃ¡rios procedimentos relativos ao prÃ©-natal sem cobrar valores adicionais para o atendimento obstÃ©trico, conforme restou comprovado nos autos, Ã© possÃ-vel concluir que esta conduta criou na autora a legÃ-tima expectativa de que seu parto seria coberto pelo contrato, nos termos do art. 61 do contrato de adesÃ£o pactuado (fl. 44). 30.Â Â Â Â Â Ademais, de fato, na Ã©poca de contrataÃ§Ã£o, sendo a segunda requerente crianÃ§a, nÃ£o haveria motivo para contratar a cobertura obstÃ©trica. Em adicional, o prÃ³prio contrato de adesÃ£o previa o incremento de valores apÃ³s o advento da maioridade civil. Por fim, o prÃ³prio plano autorizou exames de prÃ©-natal na dependente. Todos esses fatores geraram na parte autora a legÃ-tima expectativa de que,

tal como seus exames de prÃ©-natal, o seu parto tambÃ©m seria coberto pela operadora de saÃºde. 31.Â Â Â Â Â Nesse sentido, jÃ¡ reconheceu o STJ em casos envolvendo cobertura de planos de saÃºde: 32.Â Â Â Â Â Â¿RECURSO ESPECIAL NÂº 1921323 - PR (2021/0037197-0) (...) NÃ£o sÃ³ isso, verifica-se que, em 03.12.2013, quando a autora (...) jÃ¡ havia hÃ¡ muito completado 21 anos, a prÃ³pria operadora apelante aceitou incluir no mesmo plano nÃ£o regulamentado o opcional obstÃ©trico, cujo valor, inclusive, foi calculado expressamente "de acordo com a faixa etÃ¡ria". Ou seja, nÃ£o apenas restou inerte quanto ao exercÃ-cio do direito previsto na clÃ¡usula contratual, como adotou postura ativa contrÃ¡ria a ela. Nessas circunstÃ¢ncias, ainda que de fato nÃ£o fosse possÃ-vel exigir da apelante o conhecimento a respeito do casamento das autoras, nÃ£o Ã© aceitÃ¡vel o argumento de que nÃ£o poderia aferir a idade das mesmas, sobretudo ao passo que se defronta com contrato de trato sucessivo, com anual emissÃ£o de carteirinhas e que, como se viu, foi objeto de aditivo contratual quando jÃ¡ ultrapassada a idade limite e no qual sequer foi questionando o estado civil da autora (embora houvesse campo especÃ-fico para tanto no formulÃ¡rio preenchido pela prÃ³pria operadora - mov. 36.6). Com efeito, percebe-se que com sua conduta a Unimed incutiu nos demandantes a expectativa de que a clÃ¡usula limitativa quanto Ã permanÃªncia dos dependentes nÃ£o mais seria aplicada, expectativa esta reforÃ§ada ao longo de 23 anos e pela prÃ³pria postura da rÃ© ao aceitar a realizaÃ§Ã£o de um aditivo. Nesse sentido, diante do nÃ£o exercÃ-cio de um direito contratual verifica-se que houve a supressio quanto Ã clÃ¡usula de limitaÃ§Ã£o de permanÃªncia de dependentes, em sua totalidade por forÃ§a inclusive dos artigos 47 e 54, Â§4Âºdo CDC, surgindo para as consumidoras o direito de permanecerem no plano independentemente da idade, estado civil ou dependÃªncia econÃ´mica. Sobre o tema, leciona a doutrina: "Supressio, surrectio e tu quo que sÃ£o conceitos correlatos Ã boa-fÃ© objetiva, oriundos do direito comparado. Devem ser utilizados como funÃ§Ã£o integrativa, suprindo lacunas do contrato e trazendo deveres implÃ-citos Ã s partes contratuais. Na supressio, assevera Ruy Rosado de Aguiar JÃºnior, `um direito nÃ£o exercido durante determinado lapso de tempo nÃ£o poderÃ¡ mas sÃª-lo, por contrariar a boa-fÃ©. O contrato de prestaÃ§Ã£o duradoura que tiver permanecido sem cumprimento durante longo tempo, por falta de iniciativa do credor, nÃ£o pode ser motivo de nenhuma exigÃªncia, se o devedor teve motivo para pensar extinta a obrigaÃ§Ã£o e programou sua vida nessa perspectiva. (...) A surrectio, aduz Ruy Rosado de Aguiar JÃºnior, `Ã© a outra face da suppressio, pois consiste no nascimento de um direito, sendo nova fonte de direito subjetivo, consequente Ã continuada prÃ¡tica de certos atos (...)" (GONÃALVES, Carlos Roberto. Direito Civil brasileiro. 3Âº v. 15Âªed. e-book. SÃ£o Paulo: Saraiva, 2018, Item 6.7.3.) NÃ£o bastasse, a pretensÃ£o de exclusÃ£o das autoras fundada na citada clÃ¡usula apÃ³s ter a Unimed aceitado firmar aditivo contratual (revela conduta contraditÃ³ria venire contra factum proprium). E ainda que a apelante alegue que os autores Ã© que faltaram com a boa-fÃ© objetiva ao deixarem de notificar a cessaÃ§Ã£o das situaÃ§Ãµes contratualmente previstas, a verdade Ã© que a conduta deles ao permanecerem adimplindo devidamente com as mensalidades denota exatamente a boa-fÃ©, reforÃ§ada pela postura adotada pela Unimed ao longo da duraÃ§Ã£o do contrato e sobressaindo, ademais, a posiÃ§Ã£o de vulnerabilidade deles frente Ã operadora, nos termos do art. 6Âº, VIII, do CDC, sendo certo que a Unimed sequer produziu qualquer prova no sentido de que haveria diferenÃ§a de preÃ§o caso as autoras ao invÃ©s de dependentes fossem titulares da uma mesma espÃ©cie contratual nÃ£o regulamentada.(...)" Portanto, nesse ponto, deve ser provido o recurso, considerando que o apelante EVERTON permaneceu como dependente no plano por mais de 23 anos, apÃ³s atingir a maioridade, ao passo que a recorrente INGRID, por mais de 15 anos, a contar de quando completou 21 anos (idade em que deveria ter sido excluÃ-da)." Com efeito, destaco que este Superior Tribunal de JustiÃ§a, Ã luz dos valores e direitos envolvidos em debate, entende que a inÃ©rcia das operadoras de planos de saÃºde em promover a exclusÃ£o de beneficiÃ¡rios ou dependentes do plano nos casos devidos, permitindo a sua permanÃªncia por longos prazos, implica o reconhecimento da supressio/surrectio no tocante a esse direito. No caso em debate, as partes recorridas, dependentes, permaneceram no plano por 23 e 15 anos apÃ³s o advento da idade limite prevista no contrato, nÃ£o podendo a recorrente alegar desconhecimento deste fato ou mÃ¡-fÃ© dos autores, mormente ao se considerar a celebraÃ§Ã£o de aditivo e revalidaÃ§Ã£o contratuais entre as partes mesmo apÃ³s o advento do termo anteriormente previsto, de modo que devida a proteÃ§Ã£o da confianÃ§a gerada na parte autora pelo prÃ³prio comportamento da operadora do plano de saÃºde.Â¿ 33.Â Â Â Â Â Â¿RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. PLANO DE SAÃDE COLETIVO. NULIDADE DO ACÃRDÃO RECORRIDO. INOCORRÃNCIA. DIREITO DE MANUTENÃÃO. EX-EMPREGADO DESPEDIDO SEM JUSTA CAUSA. LIMITAÃÃO AO PRAZO DE 24 MESES. PERMANÃNCIA NO PLANO DE SAÃDE POR MAIS DE 10 ANOS. INÃRCIA DE ESTIPULANTE EM PROMOVER A EXCLUSÃO. 'SUPRESSIO'. OCORRÃNCIA. RESPEITO Ã DIGNIDADE DA PESSOA IDOSA NO MERCADO DE PLANOS DE SAÃDE. 1. ControvÃ©rsia acerca da possibilidade de se excluir ex-empregado do plano de saÃºde, apÃ³s

ultrapassado, em quase 10 anos, a data do rompimento do vÃ-nculo empregatÃ-cio. 2. InocorrÃªncia de nulidade no acÃ³rdÃ£o recorrido por aplicaÃ§Ã£o do CDC Ã estipulante, uma vez que o fundamento da 'supressio' (que tem lastro no CÃ³digo Civil), seria suficiente para fundamentar o resultado do julgamento. 3. Nos termos do art. 30, Â§ 1Âº, da Lei 9.656/1998, o ex-empregado despedido sem justa causa tem direito de permanecer no plano de saÃºde pelo tempo equivalente a um terÃ§o do tempo em que contribuiu para o plano, observado o limite mÃ-nimo de 6 meses e mÃ¡ximo de 24 meses apÃ³s a rescisÃ£o do contrato de trabalho. 4. Caso concreto em que a estipulante deixou de exercer o direito de excluir o ex-empregado do plano de saÃºde ao tÃ©rmino do prazo de 24 meses, mantendo-o vinculado ao plano por quase uma dÃ©cada, quando entÃ£o decidiu exercer tal direito. 5. CriaÃ§Ã£o de legÃ-tima expectativa para o ex-empregado (jÃ¡ aposentado e idoso) de que permaneceria vinculado ao plano de saÃºde, a exemplo dos ex-empregados que se aposentaram na empresa. 6. AplicaÃ§Ã£o ao caso do princÃ-pio da boa-fÃ© objetiva, na concreÃ§Ã£o do brocardo jurÃ-dico da "supressio". 7. Perda de eficÃ¡cia do direito de excluir o ex-empregado do plano de saÃºde, em virtude da legÃ-tima expectativa criada pelo longo perÃ-odo de inÃ©rcia da estipulante. 8. ProteÃ§Ã£o da pessoa idosa no mercado de planos de saÃºde por meio da solidariedade intergeracional. Doutrina sobre o tema. 9. Caso concreto em que a exclusÃ£o tardia do ex-empregado romperia com a solidariedade intergeracional em desfavor deste. 10. ExistÃªncia de precedente especÃ-fico desta Turma em que a 'supressio' foi aplicada em caso anÃ¡logo, porÃ©m com um perÃ-odo de manutenÃ§Ã£o no plano de saÃºde superior a 10 anos. 11. Possibilidade de aplicaÃ§Ã£o das razÃµes de decidir desse precedente ao caso dos autos, embora o perÃ-odo de manutenÃ§Ã£o tenha sido inferior a 10 anos (9 anos), uma vez que o ex-empregado jÃ¡ se encontrava na condiÃ§Ã£o de idoso quando foi comunicado da futura exclusÃ£o. 12. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO. (REsp 1918599/RJ, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 9/3/2021, DJe 15/3/2021)Â¿ 34.Â Â Â Â Â Â¿CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÃÃO DECLARATÃRIA DE EXTINÃÃO DE HIPOTECA. RELAÃÃO CONTRATUAL. AQUISIÃÃO DE COMBUSTÃVEL E USO DA MARCA. INEXISTÃNCIA DE OBRIGAÃÃES PENDENTES. SUPRESSIO E SURRECTIO. CARACTERIZAÃÃO. AUSÃNCIA DE PRORROGAÃÃO DO CONTRATO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE (SÃMULA 7/STJ). AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. Segundo o instituto da supressio, a consagrada inÃ©rcia no exercÃ-cio de direito pelo titular, no curso de relaÃ§Ã£o contratual, gera para a outra parte, em virtude do princÃ-pio da boa-fÃ© objetiva, a legÃ-tima expectativa de que nÃ£o mais se mostrava sujeita ao cumprimento da obrigaÃ§Ã£o negligenciada, caracterizando possÃ-vel deslealdade a pretensÃ£o de retomada posterior do exercÃ-cio do direito. Precedentes. 2. No caso, o Tribunal de JustiÃ§a observou que, durante anos, a rÃ© nunca procurou satisfazer seu direito contratual relativo ao fornecimento de cota mÃ-nima de combustÃ-vel a ser adquirido pelo autor, extinguindo a relaÃ§Ã£o contratual no seu termo final, sem a pendÃªncia de dÃ©bitos inadimplidos, razÃ£o pela qual nÃ£o haveria motivo para a permanÃªncia do gravame hipotecÃ¡rio. A modificaÃ§Ã£o de tal entendimento, sobretudo quanto Ã caracterizaÃ§Ã£o dos institutos da supressio e da surrectio, demandaria o reexame do substrato fÃ¡tico-probatÃ³rio dos autos, providÃªncia inviÃ¡vel no recurso especial, a teor do disposto na SÃºmula 7 do STJ. 3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1795558/PR, Rel. Ministro RAUL ARAÃJO, QUARTA TURMA, julgado em 21/6/2021, DJe 1/7/2021) Ademais, o acolhimento das razÃµes despendidas pelo recorrente para afastar a ocorrÃªncia de supressio implicaria, necessariamente, o reexame do contexto fÃ¡tico-probatÃ³rio, o que Ã© vedado nesta via do recurso especial, em razÃ£o do Ã³bice contido na SÃºmula nÂ° 7/STJ. Nesse sentido: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÃÃO COMINATÃRIA. EX-EMPREGADO APOSENTADO. MANUTENÃÃO DE PLANO DE SAÃDE. VIOLAÃÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÃNCIA. TRIBUNAL DE ORIGEM QUE DIRIMIU A CONTROVÃRSIA DE FORMA SUFICIENTEMENTE FUNDAMENTADA. OMISSÃO INEXISTENTE. REFORMA DO JULGADO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÃNCIA DA SÃMULA NÂº 7 DO STJ. AUSÃNCIA DE IMPUGNAÃÃO A ARGUMENTO ESPECÃFICO. INCIDÃNCIA, POR ANALOGIA, DA SÃMULA NÂº 283/STF. DECISÃO MANTIDA. 1. NÃ£o subsiste a alegada ofensa do art. 535 do CPC porque o Tribunal de origem enfrentou todas as questÃµes postas, nÃ£o havendo, no acÃ³rdÃ£o recorrido omissÃ£o, contradiÃ§Ã£o ou obscuridade. 2. Para infirmar a conclusÃ£o a que chegou o Tribunal de origem acerca da ocorrÃªncia da supressio, que se expressa na impossibilidade do exercÃ-cio de direitos ou prerrogativas contratuais em decorrÃªncia do transcurso do tempo associado Ã boa-fÃ©, e/ou da configuraÃ§Ã£o do venire contra factum proprium, caracterizado pela contrataÃ§Ã£o de um novo plano de saÃºde, seria inevitÃ¡vel o revolvimento do arcabouÃ§o fÃ¡tico-probatÃ³rio carreado aos autos, procedimento sabidamente inviÃ¡vel na instÃ¢ncia especial. 3. Ausente a impugnaÃ§Ã£o a fundamento suficiente para manter o acÃ³rdÃ£o recorrido, o recurso nÃ£o merece ser conhecido. InteligÃªncia da SÃºmula nÂº 283 do STF, aplicÃ¡vel, por analogia, ao recurso especial. 4. Agravo

regimental nÃ£o provido. (AgRg no AREsp 561.325/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/4/2015, DJe 28/4/2015) Em face do exposto, nÃ£o conheÃ§o do recurso especial. Intimem-se. BrasÃ-lia, 17 de agosto de 2021. MARIA ISABEL GALLOTTI Relatora (Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, 23/08/2021)Â¿ 35.Â Â Â Â Â Logo, a conduta da requerida de aceitar a realizaÃ§Ã£o dos procedimentos relativos ao prÃ©-natal sem cobrar nenhum valor aditivo para inclusÃ£o do mÃ³dulo de obstetrÃ-cia, fez criar na autora a legÃ-tima expectativa de que assistÃªncia ao parto estaria incluÃ-da. Dessa feita, deve ser reconhecido o direito da autora em realizar o parto sem custos adicionais junto Ã requerida, obrigada a cobrir o procedimento diante da sua inÃ©rcia, com base na ocorrÃªncia da supressio, nos termos de entendimento anÃ¡logos aplicado no STJ. 36.Â Â Â Â Â Por outro lado, com relaÃ§Ã£o ao pedido de danos morais, entendo que nÃ£o restou comprovado nos autos a sua configuraÃ§Ã£o. Isso porque, a parte autora limitou-se a argumentar que Â¿fora tomada de angÃºstia ao saber que o exame nÃ£o seria realizadoÂ¿ (...) Â¿como se observa do laudo fornecido pelo mÃ©dico, a paciente se encontra com reclamaÃ§Ã£o de dores insuportÃ¡veisÂ¿. Contudo, o referido laudo nÃ£o foi juntado Ã documentaÃ§Ã£o inicial. NÃ£o se trata, no caso, de dano moral in re ipsa. Cumpria Ã autora demonstrar os fatos constitutivos do seu direito. Assim, quanto a esse ponto, seu pedido nÃ£o merece prosperar. III - DISPOSITIVO 37.Â Â Â Â Â Diante de tais consideraÃ§Ãµes, extinguindo o feito com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, com espeque no art. 487, I, do CPC, CONFIRMO A TUTELA DE URGÃNCIA de fls. 128/131 e JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos contidos na inicial para: 38.Â Â Â Â Â DETERMINAR a parte requerida realize o parto da segunda requerente Sr., GABRIELLY JORGE MORAES, com toda a cobertura necessÃ¡ria, sob pena de multa de R$ 10.000,00 (dez mil reais). 39.Â Â Â Â Â Tendo em vista a sucumbÃªncia recÃ-proca e nÃ£o equivalente, condeno as partes ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como honorÃ¡rios advocatÃ-cios em 10% sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, Â§2Âº, do CPC, na proporÃ§Ã£o de 25% para o autor e 75% para o rÃ©u, nos termos do art. 85, Â¿caputÂ¿, do CPC, devendo ser observada, em relaÃ§Ã£o Ã s autoras, a regra do art. 98, Â§3Âº do CPC. 40.Â Â Â Â Â Cientifique-se o requerido que o nÃ£o pagamento das custas implicarÃ¡ em inscriÃ§Ã£o do dÃ©bito em dÃ-vida ativa. 41.Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, pagas as custas ou inscritas em dÃ-vida ativa, nada sendo requerido o inÃ-cio da fase de cumprimento, arquivem-se os autos com as cautelas e advertÃªncias legais. 42.Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. 43.Â Â Â Â Â MarabÃ¡/PA, 28 de marÃ§o de 2022. HANNAH FERREIRA ROCHA BEZERRA JuÃ-za de Direito Substituta 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de MarabÃ¡/PA PROCESSO: 00160713620178140028 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HANNAH FERREIRA ROCHA BEZERRA A??o: Procedimento Comum Cível em: 12/04/2022 REQUERENTE:RENIL DAS CHAGAS PASTANA Representante(s): OAB 17055 - BRUNA CRISTINA PASTANA MUTRAN (ADVOGADO) REQUERENTE:ELESSANDRA ATAIDE PASTANA Representante(s): OAB 17055 - BRUNA CRISTINA PASTANA MUTRAN (ADVOGADO) REQUERIDO:ITAPEVA VIII MULTICARTEIRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO PADRONIZADOS Representante(s): OAB 220907 - GUSTAVO CLEMENTE VILELA (ADVOGADO) REPRESENTANTE:RCB PLANEJAMENTO FINANCEIRO LTDA. Autos: 0016071-36.2017.8.14.0028 Requerente: RENIL DAS CHAGAS PASTANA E ELESSANDRA ATAÃDE PASTANA ADVOGADO: BRUNA CRISTINA PASTANA MUTRAN, OAB nÂº 17055 Requerida: ITAPEVA VIII MULTICARTEIRA FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÃRIOS NÃO PADRONIZADOS ADVOGADO: GUSTAVO CLEMENTE VILELA, OAB nÂº 220907 DECISÃO INTERLOCUTÃRIA 1.Â Â Â Â Â Considerando a decisÃ£o do STJ proferida no REsp 1891498/SP, a fim de evitar decisÃµes divergentes nos Tribunais de origem, da questÃ£o objeto de discussÃ£o do presente processo, quanto Ã definiÃ§Ã£o da tese alusiva Ã prevalÃªncia, ou nÃ£o, do CÃ³digo de Defesa do Consumidor na hipÃ³tese de resoluÃ§Ã£o do contrato de compra e venda de bem imÃ³vel com clÃ¡usula de alienaÃ§Ã£o fiduciÃ¡ria em garantia, hÃ¡ determinaÃ§Ã£o de suspensÃ£o do processamento de todos os feitos e recursos pendentes que versem sobre idÃªntica questÃ£o e que tramitem no territÃ³rio nacional, nos termos do art. 1.037, II, do CPC/2015. (AcÃ³rdÃ£o publicado no DJe de 8/6/2021). Nesse sentido, destaco a emenda de afetaÃ§Ã£o: Â¿EMENTA PROPOSTA DE AFETAÃÃO - TEMÃTICA ACERCA DA PREVALÃNCIA, OU NÃO, DO CÃDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR NA HIPÃTESE DE RESOLUÃÃO DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE BEM IMÃVEL, COM CLÃUSULA DE ALIENAÃÃO FIDUCIÃRIA EM GARANTIA. 1. DelimitaÃ§Ã£o da controvÃ©rsia: 1.1. DefiniÃ§Ã£o da tese alusiva Ã prevalÃªncia, ou nÃ£o, do CÃ³digo de Defesa do Consumidor na hipÃ³tese de resoluÃ§Ã£o do contrato de compra e venda de bem imÃ³vel, com clÃ¡usula de alienaÃ§Ã£o fiduciÃ¡ria em garantia. 2. RECURSO ESPECIAL AFETADO AO RITO DO ART. 1.036 CPC/2015. BrasÃ-lia (DF), 18 de maio de 2021 (Data do Julgamento) 2.Â Â Â Â Â Assim, suspendo o feito pelo prazo de 06 (seis) meses ou atÃ© a conclusÃ£o de julgamento pelo STJ. 3.Â Â Â Â Â Transcorrido o prazo, certifique-se nos autos e conclusos

para decisÃ£o. 4.Â Â Â Â Â Publique-se. Intime-se. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. 5.Â Â Â Â Â MarabÃ¡-PA, 29 de marÃ§o de 2022. HANNAH FERREIRA ROCHA BEZERRA JuÃ-za de Direito Substituta 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de MarabÃ¡/PA PROCESSO: 00169030620168140028 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HANNAH FERREIRA ROCHA BEZERRA A??o: Procedimento Comum Cível em: 12/04/2022 REQUERENTE:ALBINEU PEREIRA DE MORAIS Representante(s): OAB 18193 - GARDENIA COELHO DE ARAUJO ALVES (ADVOGADO) OAB 19366 - AVEILTON SILVA DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 20006 - JAIRIANE DOS SANTOS MOTA (ADVOGADO) REQUERENTE:IRENILDE DA SILVA SILVA Representante(s): OAB 18193 - GARDENIA COELHO DE ARAUJO ALVES (ADVOGADO) OAB 19366 - AVEILTON SILVA DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 20006 - JAIRIANE DOS SANTOS MOTA (ADVOGADO) REQUERIDO:VALE SA Representante(s): OAB 13889 - ANIZIO GALLI JUNIOR (ADVOGADO) OAB 17830 - DANIELLE SERRUYA SORIANO DE MELLO (ADVOGADO) OAB 12816 - PEDRO BENTES PINHEIRO NETO (ADVOGADO) . SENTENÃA I - RELATÃRIO 1.Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o ordinÃ¡ria proposta por ALBINEU PEREIRA DE MORAIS e IRENILDE DA SILVA SILVA em que pleiteiam indenizaÃ§Ã£o porÂ desapropriaÃ§Ã£o a preÃ§o vil com pedido de pagamento porÂ danos moraisÂ contra VALE S.A. 2.Â Â Â Â Â Alegaram os autores que sofreram Â¿desocupaÃ§Ã£o forÃ§adaÂ¿ pela empresa requerida em razÃ£o da duplicaÃ§Ã£o da Estrada de Ferro CarajÃ¡s que perpassa pelo bairro Alzira Mutran, nesta cidade, onde localizava sua casa. 3.Â Â Â Â Â Aduziram que sofreram com os impactos da obra antes da desocupaÃ§Ã£o do imÃ³vel, como poluiÃ§Ã£o sonora, da Ã¡gua e dor ar, o que fez aceitarem a proposta de indenizaÃ§Ã£o. 4.Â Â Â Â Â Assinaram o instrumento de transaÃ§Ã£o particular, que previu o pagamento de indenizaÃ§Ã£o nos valores de R$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais) para aquisiÃ§Ã£o de novo imÃ³vel, R$ 10.350,00 (dez mil trezentos e cinqÃ¼enta reais) para despesas cartoriais e R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) para arcar as despesas da mudanÃ§a. 5.Â Â Â Â Â Adquiriram o novo imÃ³vel, aduzindo que o valor da compra foi transferido diretamente para o vendedor da referida casa e somente permaneceu em sua conta a quantia referente Ã s despesas cartoriais e Ã s despesas da mudanÃ§a. 6.Â Â Â Â Â Alegaram ainda que pagaram R$ 788,00 (setecentos e oitenta reais), a tÃ-tulo de honorÃ¡rios advocatÃ-cios decorrentes da transaÃ§Ã£o, que entende indevidos. 7.Â Â Â Â Â DecorrÃªncia disso sustentaram a existÃªncia de dano moral, em face do preÃ§o baixo da indenizaÃ§Ã£o e dos transtornos que sofreram. 8.Â Â Â Â Â Recebida a inicial, foi determinada a citaÃ§Ã£o da rÃ© e designada audiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o, que restou infrutÃ-fera (fl. 41). 9.Â Â Â Â Â Em contestaÃ§Ã£o a parte rÃ© alega, preliminarmente, a inÃ©pcia da inicial por ausÃªncia de documentos essenciais Ã propositura da aÃ§Ã£o e de carÃªncia da aÃ§Ã£o por falta de interesse de agir. Quanto ao mÃ©rito, pugnou pela improcedÃªncia total do pedido, alegando inexistÃªncia do dever de indenizar, em virtude da licitude da desapropriaÃ§Ã£o e pagamento justo (fls. 59/81). 10.Â Â Â Â Â AudiÃªncia de instruÃ§Ã£o realizada, oportunidade na qual foram ouvidos os autores e o preposto da empresa rÃ©, cujas oitivas foram gravadas e constam em mÃ-dia anexa (fls. 201/202). 11.Â Â Â Â Â AlegaÃ§Ãµes finais pela requerida e certificada a ausÃªncia de memoriais pelos autores (fls. 207/226). 12.Â Â Â Â Â Autos conclusos para sentenÃ§a. 13.Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Decido. II - FUNDAMENTAÃÃO II.1 - PRELIMINARES 14.Â Â Â Â Â A requerida pugna pela extinÃ§Ã£o do feito sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito sob o argumento de que a petiÃ§Ã£o inicial Ã© inepta, pois Â¿(...) a narrativa dos fatos do autor nÃ£o possui uma conclusÃ£o lÃ³gica, tampouco traz qualquer documento que comprove suas alegaÃ§Ãµes Â¿. Indefiro o pedido, porquanto verifico que a parte autora indiciou em sua inicial a causa de pedir de forma clara o suficiente para viabilizar a defesa da rÃ©. Ademais, juntou documentos suficientes para o deferimento da inicial e anÃ¡lise do mÃ©rito. 15.Â Â Â Â Â Ademais, rejeito tambÃ©m a alegaÃ§Ã£o de carÃªncia da aÃ§Ã£o por falta de interesse de agir, uma vez que os argumentos trazidos pela requerida quanto a esse ponto confundem-se com o prÃ³prio mÃ©rito, conforme serÃ¡ demonstrado adiante. II.2 - MÃRITO 16.Â Â Â Â Â Inicialmente, sabe-se da dimensÃ£o constitucional do direito Ã propriedade (art. 5Âº, XXII, da CR/88), nÃ£o se olvidando tambÃ©m da boa-fÃ© objetiva das relaÃ§Ãµes contratuais. 17.Â Â Â Â Â Sem embargo, a questÃ£o central do litÃ-gio refere-se ao cabimento ou nÃ£o de dano moral e material decorrente de desapropriaÃ§Ã£o de imÃ³vel declarado de utilidade pÃºblica. 18.Â Â Â Â Â Para tanto, necessÃ¡rio se faz o exame da licitude do procedimento expropriatÃ³rio. 19.Â Â Â Â Â Pois bem. No Ã¢mbito constitucional, a desapropriaÃ§Ã£o por utilidade pÃºblica estÃ¡ prevista no art. 5Âº, XXIV, da CR/88, que prevÃª como requisito a justa e prÃ©via indenizaÃ§Ã£o em dinheiro. 20.Â Â Â Â Â Nos termos do Decreto Lei 3.365/1941, Ã© certo que a desapropriaÃ§Ã£o Ã© um procedimento que se realiza em duas fases: declaratÃ³ria e executÃ³ria. A primeira consiste na indicaÃ§Ã£o da necessidade ou utilidade pÃºblica, ou do interesse social do bem. A segunda compreende a fixaÃ§Ã£o do preÃ§o (justa indenizaÃ§Ã£o) e a efetiva transferÃªncia do bem para o domÃ-nio do expropriante, podendo ser judicial ou extrajudicial, esta Ãºltima quando o proprietÃ¡rio

aceita o preÃ§o ofertado. 21.Â Â Â Â Â No vertente caso, observa-se que todos os requisitos do procedimento foram respeitados, vez que o imÃ³vel foi devidamente declarado de utilidade pÃºblica (fl. 161) e houve indenizaÃ§Ã£o justa, prÃ©via e em dinheiro, na medida em que a transferÃªncia do bem ocorreu de forma extrajudicial, ou seja, o autor aceitou o valor proposto, conforme faz prova o instrumento de transaÃ§Ã£o extrajudicial assinado pelas partes e o recibo do valor indenizatÃ³rio de fls. 129/136. 22.Â Â Â Â Â Vale frisar que, somente no caso de recusa da proposta e diante de aÃ§Ã£o de desapropriaÃ§Ã£o ajuizada pelo expropriante, Ã© que o autor poderia contestar o valor ofertado, nÃ£o sendo este o presente caso. 23.Â Â Â Â Â AlÃ©m disso, os autores adquiriram outro imÃ³vel com o valor da indenizaÃ§Ã£o, conforme faz prova o contrato de compra e venda de fls. 137/138, denotando mais um elemento que aponta indenizaÃ§Ã£o justa. 24.Â Â Â Â Â Sendo assim, reputo devidamente lÃ-cito o procedimento expropriatÃ³rio, nÃ£o havendo falar, portanto, em indenizaÃ§Ã£o por dano mora ou material. 25.Â Â Â Â Â Com efeito, o STJ possui entendimento no sentido de inexistÃªncia de dano moral em face de desapropriaÃ§Ã£o lÃ-cita: Â¿o preÃ§o vil ofertado, nÃ£o constitui ilÃ-cito aos moldes do art. 186 do CC/2002, tendo em conta que todo o processo expropriatÃ³rio, desde o seu inÃ-cio, foi fiscalizado, no plano formal e material, pelo poder jurisdicional. NÃ£o hÃ¡ o que se falar, desta feita, em ilegalidade esta concebida como ato contrÃ¡rio ao direito. NÃ£o configurado o ilÃ-cito, requisito ensejador da reparaÃ§Ã£o civil, nÃ£o hÃ¡ no que se falar em dano existente e, concomitantemente, em dever indenizatÃ³rioÂ¿ (AgInt no RECURSO ESPECIAL NÂº 1.666.022 - SC (2016/0323638-4). III - DISPOSTIVO 26.Â Â Â Â Â Pelo exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido contido na inicial e extingo o processo, com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, nos termos do disposto no Art. 487, I, do CPC. 27.Â Â Â Â Â Condeno os autores ao pagamento das custas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios, os quais arbitro em 10% (dez por cento) do valor da causa, ficando sua exigibilidade suspensa, visto a concessÃ£o da gratuidade judiciÃ¡ria. 28.Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, arquive-se. 29.Â Â Â Â Â Publique-se. Intimem-se. 30.Â Â Â Â Â Serve a presente sentenÃ§a como Carta de IntimaÃ§Ã£o, Mandado de IntimaÃ§Ã£o, OfÃ-cio, Edital, Carta PrecatÃ³ria, IntimaÃ§Ã£o EletrÃ´nica, IntimaÃ§Ã£o via Procuradoria ou DJE, dentre esses, o expediente que for necessÃ¡rio, nos termos do Provimento nÂº 003/2009-CJCI. MarabÃ¡-PA, 30 de marÃ§o de 2022. HANNAH FERREIRA ROCHA BEZERRA JuÃ-za de Direito Substituta 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de MarabÃ¡/PA PROCESSO: 00023025820178140028 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Tutela e Curatela - Nomeação em: REQUERENTE: I. M. P. S. Representante(s): OAB 17115 - RILKER MIKELSON DE OLIVEIRA VIANA (DEFENSOR) MENOR: C. G. O. M. MENOR: K. B. O. M. PROCESSO: 00134423120138140028 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Procedimento Comum Cível em: REQUERIDO: K. F. S. Representante(s): OAB 16352 - AGENOR PINHEIRO LEAL (ADVOGADO) OAB 10289-A - VILMA ROSA LEAL DE SOUZA (ADVOGADO) REQUERENTE: A. L. C. J. Representante(s): OAB 12054 - DEUSIMAR PEREIRA DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 14752 - CLAUDIONOR GOMES DA SILVEIRA (ADVOGADO)

SECRETARIA DA 1ª VARA CRIMINAL DE MARABÁ

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS

Processo: 0042241-16.2015.814.0028

Capitulação penal: Art. 147 e 217-A do CPB

Denunciado(s): JEZIO RODRIGUES CHAVES

A Excelentíssima Senhora **Renata Guerreiro Milhomem de Souza**, **Juíza de Direito titular da 1ª Vara Criminal de Marabá**, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc.

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem que, perante o Juízo da 1ª Vara e expediente da Secretaria da 1ª Vara Criminal da cidade e Comarca de Marabá, processam-se os autos em epígrafe e tendo em vista que o(a) acusado(a) **JEZIO RODRIGUES CHAVES,** brasileiro, convivente, pedreiro, natural de Corgo Novo/MA, nascido aos 27.01.1976, RG 4219062 PC/PA 2ª via, filho de José Sidelino Chaves e Maria Chaves, **residente e domiciliado na Folha 06, ao lado da Associação (casa de tábua), invasão da SUPA, Nova Marabá -** Marabá / PA, **atualmente¿ ¿ encontra-se em lugar incerto e não sabido**, portanto fica este(a), pelo presente, devidamente **INTIMADO(a) DA SENTENÇA** da presente ação na qual foi condenado(a) nas penas do artigo 217-A, caput, do CPB, sendo esta fixada em **09 (nove) anos de reclusão, com cumprimento de pena em regime inicial fechado.** E para que ninguém possa alegar ignorância no presente ou no futuro, será o presente edital afixado no átrio do fórum local, e publicado no Diário de Justiça Eletrônico.

Dado e passado nesta cidade de Marabá, aos 13 de abril de 2022. Eu_____ Rafael Alves de Matos, o digitei e subscrevi.

SECRETARIA DA 2ª VARA CRIMINAL DE MARABÁ

Jaconias Medeiros Silva ¿ Diretor de Secretaria

Email: 2crimaraba@tjpa.jus.br

EDITAL DE CITAÇÃO

Ação Penal 0012922-61.2019.814.0028; Autor: DIEGO VALERIANO NASCIMENTO DA CRUZ

Prazo de 15 (quinze) dias

O(a) Exmo(a). Sr(a). Dr(a). MARCELO ANDREI SIMÃO SANTOS, Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Criminal, desta cidade e Comarca de Marabá, Estado do Pará, na forma da Lei, faz saber aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que, foi(ram) denunciado(s): DIEGO VALERIANO NASCIMENTO DA CRUZ, CPF: 996.147.072-91, nascido em 15.05.1989, filho de Maria Dalva Oliveira da Cruz e Zacarias Valeriano da Cruz(vulgo GÊ do Joel), filho de Joel Alves da Silva e Maria de Assunção de Moraes, brasileiro, natural de (sem informação), nascido em (sem informação), residência na (sem informação), Marabá Pa. E como o referido qualificado e denunciado não foi encontrado para ser citado pessoalmente, estando, portanto, em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente edital com o prazo de quinze (15) dias, pelo que ficará o mesmo denunciado perfeitamente CITADO nos autos de Ação Penal n° 0012922-61.2019.814.0028, para todos os seus fins, termos e atos, bem como intimado e notificado a comparecer no Edifício do Fórum local, situado na Rodovia Transamazônica, s/n ¿ Agrópolis do INCRA ¿ Amapá, Marabá/PA, para apresentar RESPOSTA ESCRITA à denúncia formulada pelo representante do Ministério Público Estadual, no prazo de 10 dias, consignando-se a advertência de que, caso não haja manifestação, os autos serão suspensos e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisão preventiva, nos termos do disposto no art. 312. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, especialmente a(o) denunciado, e de futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será afixado e publicado, na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Marabá, Estado do Pará, pela Secretaria da 2ª Vara Criminal, dia 13 de abril de 2022. Eu, Jaconias Medeiros Silva, o digitei e subscrevi.

MARCELO ANDREI SIMÃO SANTOS

Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal

SECRETARIA DA VARA AGRÁRIA DE MARABÁ

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO: 30 dias O Dr. **AMARILDO JOSÉ MAZUTTI,** Juiz de Direito Titular da Vara Agrária de Marabá, Estado do Pará, república Federativa do Brasil na Forma da Lei etc... **FAZ SABER** a todos quanto o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que, perante o Juízo da Região Agrária de Marabá e expediente da Secretaria da Região Agrária de Marabá e Comarca de Marabá, se processam os autos de **Ação Civil Pública nº 0800772-78.2020.8.14.0028,** em que figura como autor(es): **Ministério Público do Estado do Pará** e réu(s): **José Macena de Miranda, Neusa Maria Santis Semioti e outros.** Em razão da notícia constante nos autos de que os requeridos NEUSA MARIA SANTIS SEMIOTI e possíveis herdeiros e interessados ausentes, incertos ou desconhecidos, do espólio de JOSÉ MACENA DE MIRANDA (art. 259, III, do CPC) encontram-se em local incerto e não sabido, pelo presente edital ficam o autor devidamente intimado do teor do r. despacho de ID 48503696, a seguir transcrito: Processo nº 0800772-78.2020.8.14.0028 Requerente (s): Ministério Público Requerido (s): José Macena de Miranda e outros AÇÃO CIVIL PÚBLICA SENTENÇA Vistos os autos. 1. RELATÓRIO O Instituto de Terras do Estado do Pará - ITERPA interpôs Embargos de Declaração com Efeito Modificativo (ID nº 32943334) em face da decisão de ID nº 28507857, com a finalidade de corrigir erro material consistente na inclusão do ITERPA no pólo passivo. Alega que, ao determinar ao autor a emenda à inicial objetivando a inclusão no pólo passivo o Município de São João do Araguaia e o Estado do Pará, equivocadamente, se manifestou acrescendo a autarquia estadual, ora embargante, e o erro se manteve na decisão deste Juízo (ID nº 16861283) O Ministério Público, autor, se manifestou pelo conhecimento e acolhimento dos embargos (ID nº 44651021). Eis o relato necessário, passo a decidir. 2. FUNDAMENTAÇÃO O recurso de embargos de declaração é o instrumento cabível para sanar eventuais vícios na sentença ou acórdão, enfim, qualquer decisão judicial, provocados por obscuridade, contradição ou omissão, conforme se depreende do art. 1.022 do Código de Processo Civil, in verbis: ¿Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: I. Esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; II. Suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o Juiz de ofício ou a requerimento; III. Corrigir erro material.¿ Analisando detidamente os autos, constato que a pretensão da embargante merece prosperar, diante do erro material existente na decisão vergastada, posto que houve efetivamente o erro material no dispositivo da decisão que determinou a permanência do ITERPA no pólo passivo, eis que a decisão (ID nº 16861283) determinou a emenda à inicial para incluir no pólo passivo da lide apenas o Estado do Pará e o Município de São João do Araguaia. 3. DISPOSITIVO Ante o exposto, com fundamento no art. 1022 e seguintes do Código de Processo Civil, CONHEÇO e ACOLHO os EMBARGOS DECLARATÓRIOS para, corrigindo erro material, retificar a parte dispositiva da decisão de ID nº 28507857, EXCLUINDO-SE o ITERPA do pólo passivo da demanda e INCLUINDO-O na condição de assistente simples da parte autora. Verifico, ainda, que há informações nos autos de que o requerido JOSÉ MACENA DE MIRANDA faleceu (ID nº 31940820), bem como da não localização da requerida NEUSA MARIA SANTIS SEMIOTI (ID nº 32958053). Posto isto, DETERMINO: I. INTIME (M)-SE as partes; II. À Secretaria para que RETIFIQUE as partes no sistema PJE; III. CITE-SE, por edital, com prazo de 30 (trinta) dias, a requerida NEUSA MARIA SANTIS SEMIOTI, nos termos do artigo 256, II, o Código de Processo Civil ¿ CPC; IV. CITEM-SE, por edital, com prazo de 30 (trinta) dias, os possíveis herdeiros e interessados ausentes, incertos ou desconhecidos, do espólio de JOSÉ MACENA DE MIRANDA (art. 259, III, do CPC). P.R.I. Cumpra-se. Servirá esta, mediante cópia, como OFÍCIO/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/EDITAL, nos termos do Provimento nº 11/2009-CJRMB, Diário da Justiça nº 4294, de 11/03/2009, no que couber. Marabá (PA), 28 de janeiro de 2022. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI Juiz de Direito Titular da 3ª Região Agrária ¿ Marabá¿ .¿ E, para que ninguém possa alegar ignorância no presente ou no futuro, será o edital publicado no Diário de Justiça Eletrônico do Estado do Pará e afixado no átrio da Vara Agrária de Marabá, na forma da Lei, informando que este Juízo Funciona das 08:00 às 14:00 horas, na Rodovia Transamazônica, s/n ¿ Agrópolis do INCRA, Amapá, Estado do Pará. **EXPEDIDO** nesta cidade de Marabá, **04 dias do mês de março de 2022.** Eu, Alline N. Raiol S. Pereira, Diretora de Secretaria, este digitei e o subscrevo (art. 1º, § 3º do Provimento nº 006/2006-CJRMB c/c 006/2009-CJCI). **Alline Nazareth Raiol Sousa Pereira. Diretora de Secretaria Região Agrária de Marabá.**

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO: 30 dias O Dr. **AMARILDO JOSÉ MAZUTTI,** Juiz de Direito Titular da Vara Agrária de Marabá, Estado do Pará, república Federativa do Brasil na Forma da Lei etc... **FAZ SABER** a todos quanto o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que, perante o Juízo da Região Agrária de Marabá e expediente da Secretaria da Região Agrária de Marabá e Comarca de Marabá, se processam os autos de **Ação Civil Pública nº 0800772-78.2020.8.14.0028,** em que figura como autor(es): **Ministério Público do Estado do Pará** e réu(s): **José Macena de Miranda, Neusa Maria Santis Semioti e outros.** Em razão da notícia constante nos autos de que os requeridos NEUSA MARIA SANTIS SEMIOTI e possíveis herdeiros e interessados ausentes, incertos ou desconhecidos, do espólio de JOSÉ MACENA DE MIRANDA (art. 259, III, do CPC) encontram-se em local incerto e não sabido, pelo presente edital ficam o autor devidamente intimado do teor do r. despacho de ID 48503696, a seguir transcrito: Processo nº 0800772-78.2020.8.14.0028 Requerente (s): Ministério Público Requerido (s): José Macena de Miranda e outros AÇÃO CIVIL PÚBLICA SENTENÇA Vistos os autos. 1. RELATÓRIO O Instituto de Terras do Estado do Pará - ITERPA interpôs Embargos de Declaração com Efeito Modificativo (ID nº 32943334) em face da decisão de ID nº 28507857, com a finalidade de corrigir erro material consistente na inclusão do ITERPA no pólo passivo. Alega que, ao determinar ao autor a emenda à inicial objetivando a inclusão no pólo passivo o Município de São João do Araguaia e o Estado do Pará, equivocadamente, se manifestou acrescendo a autarquia estadual, ora embargante, e o erro se manteve na decisão deste Juízo (ID nº 16861283) O Ministério Público, autor, se manifestou pelo conhecimento e acolhimento dos embargos (ID nº 44651021). Eis o relato necessário, passo a decidir. 2. FUNDAMENTAÇÃO O recurso de embargos de declaração é o instrumento cabível para sanar eventuais vícios na sentença ou acórdão, enfim, qualquer decisão judicial, provocados por obscuridade, contradição ou omissão, conforme se depreende do art. 1.022 do Código de Processo Civil, in verbis: ¿Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: I. Esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; II. Suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o Juiz de ofício ou a requerimento; III. Corrigir erro material.¿ Analisando detidamente os autos, constato que a pretensão da embargante merece prosperar, diante do erro material existente na decisão vergastada, posto que houve efetivamente o erro material no dispositivo da decisão que determinou a permanência do ITERPA no pólo passivo, eis que a decisão (ID nº 16861283) determinou a emenda à inicial para incluir no pólo passivo da lide apenas o Estado do Pará e o Município de São João do Araguaia. 3. DISPOSITIVO Ante o exposto, com fundamento no art. 1022 e seguintes do Código de Processo Civil, CONHEÇO e ACOLHO os EMBARGOS DECLARATÓRIOS para, corrigindo erro material, retificar a parte dispositiva da decisão de ID nº 28507857, EXCLUINDO-SE o ITERPA do pólo passivo da demanda e INCLUINDO-O na condição de assistente simples da parte autora. Verifico, ainda, que há informações nos autos de que o requerido JOSÉ MACENA DE MIRANDA faleceu (ID nº 31940820), bem como da não localização da requerida NEUSA MARIA SANTIS SEMIOTI (ID nº 32958053). Posto isto, DETERMINO: I. INTIME (M)-SE as partes; II. À Secretaria para que RETIFIQUE as partes no sistema PJE; III. CITE-SE, por edital, com prazo de 30 (trinta) dias, a requerida NEUSA MARIA SANTIS SEMIOTI, nos termos do artigo 256, II, o Código de Processo Civil ¿ CPC; IV. CITEM-SE, por edital, com prazo de 30 (trinta) dias, os possíveis herdeiros e interessados ausentes, incertos ou desconhecidos, do espólio de JOSÉ MACENA DE MIRANDA (art. 259, III, do CPC). P.R.I. Cumpra-se. Servirá esta, mediante cópia, como OFÍCIO/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/EDITAL, nos termos do Provimento nº 11/2009-CJRMB, Diário da Justiça nº 4294, de 11/03/2009, no que couber. Marabá (PA), 28 de janeiro de 2022. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI Juiz de Direito Titular da 3ª Região Agrária ¿ Marabá¿ .¿ E, para que ninguém possa alegar ignorância no presente ou no futuro, será o edital publicado no Diário de Justiça Eletrônico do Estado do Pará e afixado no átrio da Vara Agrária de Marabá, na forma da Lei, informando que este Juízo Funciona das 08:00 às 14:00 horas, na Rodovia Transamazônica, s/n ¿ Agrópolis do INCRA, Amapá, Estado do Pará. **EXPEDIDO** nesta cidade de Marabá, **04 dias do mês de março de 2022.** Eu, Alline N. Raiol S. Pereira, Diretora de Secretaria, este digitei e o subscrevo (art. 1º, § 3º do Provimento nº 006/2006-CJRMB c/c 006/2009-CJCI). **Alline Nazareth Raiol Sousa Pereira. Diretora de Secretaria Região Agrária de Marabá.**

Processo nº 0007238-59.2007.8.14.0028 Requerente: Pascoal Aurélio de Oliveira Adv.: Félix Antônio Costa de Oliveira OAB/PA 8201-A Requeridos: Edvaldo Moura da Silva e Outros Adv.: Antonio Lopes Filho OAB/PA 16.267-A, José Batista Gonçalves Afonso OAB/PA 10.611. DECISÃO Vistos os autos. Tendo em vista a decisão na ADPF 828 TPI ¿ SEGUNDA/DF do Ministro Luiz Roberto Barroso do STF, datada de 30/03/2022, que estendeu o prazo da medida cautelar anterior, nos termos em que proferida, a fim de que os direitos assegurados pela Lei nº 14.216/2021, para as áreas urbanas e rurais, sigam vigentes até 30 de junho de 2022, SUSPENDO a desocupação efetiva da área abrangida pela liminar até o dia 30/06/2022, sem prejuízo do prosseguimento processual e regular do feito. Tendo em vista a possibilidade da resolução pacífica do conflito, DEFIRO, em parte, o pleito dos requeridos de fls. 926 e, DESIGNO Audiência de Conciliação para o dia 05 de julho de 2022, às 10h00min, a ser realizada na Sala de Audiências da Vara Agrária de Marabá/PA, às 10h00min, devendo a parte autora apresentar Georreferenciamento certificado ou não pelo INCRA/SIGEF, com todas as especificações de localização e dimensão da área a ser reintegrada. Posto isto, DETERMINO: I. INTIMEM-SE as partes; II. INTIMEM-SE o Ministério Público e a Defensoria Pública; III. EXPEÇA-SE ofício ao Comando de Missões da Polícia Militar para ciência desta decisão de suspensão da decisão de cumprimento até 31/06/2022, findo o prazo será ajustada nova data para início dos procedimentos de desocupação do imóvel; IV. EXPEÇA-SE ofício à PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO DOS CARAJÁS/PA, por meio da Secretaria de Assistência Social do Município, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias apresentem relatório socioeconômico das famílias ocupantes da área, bem como, informem a quantidade de idosos, crianças e demais pessoas vulneráveis, tudo visando a desocupação efetiva que será realizada no final do prazo de suspensão; V. Após, providencie a MIGRAÇÃO dos autos para o sistema PJE P.R.I. Cumpra-se. O presente servirá, mediante cópia, como mandado/ofício/carta precatória/edital, nos termos do Provimento nº 11/2009-CJRMB, Diário da Justiça nº 4294, de 11/03/2009, no que couber. Marabá/PA, 12 de abril de 2022. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI Juiz de Direito Titular da Vara Agrária da 3ª Região - Marabá/PA

Processo nº 0007238-59.2007.8.14.0028 Requerente: Pascoal Aurélio de Oliveira Adv.: Félix Antônio Costa de Oliveira OAB/PA 8201-A Requeridos: Edvaldo Moura da Silva e Outros Adv.: Antonio Lopes Filho OAB/PA 16.267-A, José Batista Gonçalves Afonso OAB/PA 10.611 ATO ORDINATÓRIO (Conforme Provimento 006/2006-CJRMB c/c 006/2009- CJCI). Pelo presente ato, fica o autor, por seus advogados habilitados, devidamente intimado a expedir via site tjpa.jus.br e recolher as custas intermediárias referentes a 01 ofício, 01 e-mail com impressão, 01 mandado de intimação e 01 diligência de Oficial de Justiça, no prazo de 15 dias, para cumprimento de diligências determinadas nos autos pelo Juízo Agrário de Marabá. Marabá, 13 de abril de 2022. Alline Nazareth Raiol Sousa Pereira Diretora de Secretaria Região Agrária de Marabá.

SECRETARIA DA 3ª VARA CRIMINAL DE MARABÁ

Processo n. º 0001845-21.2020.814.0028

Capitulação: Art. 121, §2º, inciso II do CP

Réu: ANTONIO LIMA ABREU

Advogado(a) do réu: JOHNNY KARLLOS ALMEIDA DE MORAES ¿ OAB/GO 41.255; WANESSA RIBEIRO CARDOSO DE MORAES ¿ OAB/GO 59.181; MATHEUS ATAIDES DE OLIVEIRA ¿ OAB/GO 63.986;

¿ ¿

ATO ORDINATÓRIO (Conforme preceitua o artigo 1.º, § 1.º, IX do Provimento 006/2006 CJRMB e 006/2009 CJCI)**.** ¿ ¿ Pelo presente ato, fica(m) o (s) Advogado (s) acima mencionado **INTIMADO(S)**, para tomar ciência da audiência de instrução e julgamento designada para o dia 28 de abril de 2022 às 10:00 horas, nos autos acima mencionados. Marabá/PA, 13 de abril de 2022. Francisco Alves de Lima. Diretor de Secretaria da 3 ª Vara Criminal.

COMARCA DE SANTARÉM

UPJ DAS VARAS CÍVEIS E EMPRESARIAIS DE SANTARÉM - 1 VARA CÍVEL E EMPRESARIAL

PROCESSO: 00022907520048140051 PROCESSO ANTIGO: 200410016122 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROBERTO RODRIGUES BRITO JUNIOR A??o: Usucapião em: 01/04/2022---AUTOR:MINAMOTO HONDA Representante(s): GERALDO SIROTHEAU (ADVOGADO) REQUERIDO:MANOEL DOMINGOS FERREIRA E SUA MULHER. PROCESSO NÂº 0002290-75.2004.8.14.0051 REQUERENTE: MINAMOTO HONDA ADVOGADA: MARCELO BENEDITO LARA DA SILVA, OAB/PA 28.927-A DESPACHO/MANDADO RH. Indefiro a gratuidade. Intime-se a parte autora para o recolhimento de custas, prazo de 15 dias, sob pena de nÃ£o desarquivamento. SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/OFÃCIO/CARTA PRECATÃ¿RIA. SantarÃ©m/PA, 01 de abril de 2022. ROBERTO RODRIGUES BRITO JUNIOR Juiz de Direito Titular da 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de SantarÃ©m no exercÃ-cio da jurisdiÃ§Ã£o cumulativa

UPJ DAS VARAS CRIMINAIS DE SANTARÉM - 1 VARA CRIMINAL

Processo nº 0000658-93.2010.8.14.0051

Tipificaç¿o penal: Art. 171 do CPB (inicial Art. 251 do CPM)

Autor: Ministério Público Estadual

Acusado: DARILDO LIMA SILVA

Patrono: Dr. DARILDO LIMA SILVA OAB/PA 16548

Vítima: GLAUBER MOTA PEREIRA

Assistente: ANDRE LUIZ GONCALVES LISBOA ¿ OAB/PA 12217

SENTENÇA ¿ META 4

Vistos, etc.,

O Ministério Público Estadual ofereceu denúncia contra o acusado nominado na epígrafe e devidamente qualificado nos autos como incurso no Art. 251 do CPM.

No decorrer do processo, foi declarada a incompetência da Vara Especializada para a Vara Comum, por entender, o MPM e o Juízo, que o crime n¿o tinha vínculo com as funç¿es castrenses (fls. 168/173).

Antes de passar à breve narrativa fática contida na exordial, é necessário salientar que o processo teve tramitaç¿o errática, demasiado tempo instrutório, podendo citar dentro do mesmo, duas denúncias. Uma delas, às fls. 247/251 do Vol. II do IPL, com protocolo em 30/03/2011 e outra às fls. 02/04 do Vol. III, com protocolo em 17/03/2011.

Registre-se que o IPL consta as numeraç¿es de fls. 01/246 no VOL I e 247/575 no VOL II.

O VOL III, inicia-se em 01 e a última documentaç¿o consta da fl. 209.

Em que pese uma das denúncias ter sido ofertada pela 3ª e outra pela 1ª Promotoria Militar, ambas imputam ao acusado a conduta de estelionato, previsto no Art. 251 do CPM.

A narraç¿o dos fatos dá conta que o acusado teria falsificado documentos de Glauber Mota Pereira e, com os documentos, feito o pedido de cart¿o de crédito, tentativa de abertura de conta no Banco Real, teria aberto conta no HSBC, obtido TV por assinatura e adquirido cart¿es de crédito. Também teria aberto crédito junto ao Comercial Xingu, efetuando compra no valor de R$ 364,00 (trezentos e sessenta e quatro reais), tendo como identificaç¿o, utilizado a identidade funcional de Glauber com a foto do denunciado.

Outros documentos adulterados teriam sido alguns contracheques que Glauber teria lhe emprestado a pedido, sob a justificativa de que Darildo queria comparar os vencimentos.

Com a inicial acusativa vieram os autos do inquérito iniciado por portaria. Destaca-se do bojo do inquérito os boletins de ocorrência de fls. 006/008, os documentos de fls. 010/015, a representaç¿o criminal de fls. 033/036, proposta de crédito de fl. 037 e cópia das notas de compra mencionadas na denúncia, fl. 038, autenticada pelo escriv¿o. Constam ainda, laudo 25/2011 (grafotécnico) e notas de compra originais (fls.

235/244).

A denúncia (fl. 02/04) fora recebida à fl. 05 (31/08/2011). A aç¿o inicial seguiu o rito castrense, n¿o havendo a fase de defesa preliminar.

Cabe registrar que pende de julgamento no E. STF, o RHC 142608, no qual se discute a aplicaç¿o subsidiária na Justiça Militar, da formalidade dos Arts. 396 e 396-A do CPP.

O acusado foi licenciado a pedido, dos quadros da PM ainda durante a fase de inquérito (fl. 224, 03/12/2010), tendo o processo seguido na JM em raz¿o de o licenciamento n¿o influenciar enquanto ainda presentes indícios de crime funcional.

CP com oitiva de testemunhas e interrogatório do réu à fl. 101/107.

O ofendido requereu a constituiç¿o de causídico para atuar como assistente de acusaç¿o nos autos da CP 0003711-39.2013.8.14.0051 (fls. 101, 104/105). Admitida a assistência à acusaç¿o, esta n¿o foi intimada para os demais atos do processo, nem mesmo para se manifestar em memorais finais, após o órg¿o ministerial. Registre-se que n¿o o foi oportunizado, pois o processo seguiu os ditames do CPPM. Dessarte, o assistente à acusaç¿o n¿o requereu, como formalidade do Art. 428 do CPP, vistas dos autos logo após a apresentaç¿o de alegaç¿es finais por parte do MP, pelo que n¿o há nulidades a prolaç¿o de sentença neste momento, mormente quando o MP requereu a condenaç¿o do réu.

A defesa apresentou alegaç¿es finais em 08/06/2017, alegando incompetência do juízo, inépcia da inicial, ausência de citaç¿o e, no mérito, absolviç¿o por falta de provas/in dubio pro reo (fls. 124/131).

Em 26/11/2018, foi reconhecida a incompetência da Justiça Militar (DOC. 20180491279354), cabendo por distribuiç¿o o julgamento a esse juízo.

Recebidos os autos, o MP apresentou memoriais finais às fls. 185/194.

Houve ratificaç¿o dos atos praticados pelo juízo anterior por parte deste Juízo (fl. 194), sendo determinada a intimaç¿o da defesa para a apresentaç¿o de memoriais finais.

Publicaç¿o às fls. 196/197.

Certid¿o informando a n¿o apresentaç¿o de alegaç¿es finais por parte da defesa (fl. 198 ¿ 06/11/2020).

Memoriais finais da defesa (fls. 199/203).

Antecedentes criminais à fl. 204.

Certid¿o do Diretor de Secretaria informando a retenç¿o dos autos e n¿o apresentaç¿o de memorais finais por parte do réu, advogando em causa própria, às fls. 205/209, após seguidas intimaç¿es.

O réu/advogado reteve os autos de 10/03/2020 a 14/07/2020 (126 dias) e de 19/11/2020 a 23/09/2021 (312 dias), totalizando 438 (quatrocentos e trinta e oito dias).

Em alegaç¿es finais o Ministério Público pugna pela condenaç¿o do réu no crime de estelionato (Art. 171) e falsidade ideológica (Art. 299), ambos, em concurso material (Art. 69 do CP). (fls. 185/194).

Por seu turno a defesa alega preliminarmente que o órg¿o Ministerial requer a condenaç¿o por crime diverso do que consta na peça inaugural e transformaç¿o da testemunha em vítima. Alega que o crime previsto na acusaç¿o era o do Art. 251 do COM e a condenaç¿o requer a condenaç¿o pelo crime do Art. 299 do CP. Argui que houve mudança na acusaç¿o (mutatio libelli, ainda que a defesa tenha referido

emendatio libelli), sem o seguimento de formalidades necessárias (aditamento, nova oportunidade para a defesa, etc.). Aduz falta de provas para embasar a condenaç¿o e, por fim, a prescriç¿o.

Os pedidos s¿o:

a) absolviç¿o por falta de provas;

b) a n¿o condenaç¿o por crime de estelionato, pois houve mudança de testemunha a vítima, sem registro de boletim de ocorrência e n¿o haver aditamento da denúncia;

c) absolviç¿o quanto ao crime de falsidade ideológica, por falta de provas e o reconhecimento apenas fotográfico n¿o servir como prova;

d) em eventual condenaç¿o, a aplicaç¿o de pena mínima;

e) se admitida a acusatória, o reconhecimento da prescriç¿o;

f) a substituiç¿o da pena privativa de liberdade e o regime aberto para o início do cumprimento da pena; (fls. 199/203).

É o breve relatório. Decido.

Preliminarmente, registro que a citaç¿o do réu n¿o seguiu a formalidade legal, visto que n¿o foi encontrado por oficial de justiça, no entanto, entendo que a citaç¿o resta suprida uma vez que o acusado compareceu em audiência de instruç¿o e julgamento e interrogatório e praticou atos posteriores na causa, advogando em causa própria, n¿o havendo qualquer prejuízo à defesa que imponha declaraç¿o de nulidade (Art. 563 do CPP).

Quanto aos fatos imputados ao acusado (materialidade), restou evidente que foram realizadas duas compras no comércio de Mell Elizângela, sendo que no comércio da mesma (Comercial Xingu), Darildo teria apresentado documentos de Glauber, porém, com a foto sua. As compras realizadas por Darildo nunca foram pagas.

Também restou evidente a entrega de documentos para a abertura de conta no Banco Real, no HSBC, a aprovaç¿o de cart¿o CRED-SHOP e a criaç¿o de cadastro junto à Via Embratel.

Quanto à adequaç¿o típica dos delitos, será melhor delineada no decorrer da fundamentaç¿o.

Quanto à autoria, resta igualmente evidente, e n¿o há que se falar em falha no reconhecimento de Darildo, quando o mesmo era conhecido de Glauber e da noiva deste, e foi reconhecido por todas as testemunhas que compareceram em Juízo, quando o mesmo acompanhou o depoimento das mesmas.

A propósito, a suma dos depoimentos da vítima e testemunhas fica grafada abaixo:

Glauber Mota Pereira:

Dia 11 de agosto de 2010 estava na faculdade e lhe ligaram. Uma pessoa que conhece informou que Darildo havia **aberto uma conta em seu nome no Banco Real**... Pediu a sua noiva para confirmar a situaç¿o. Trabalhava com Darildo no BOX da Igreja Matriz... Questionou Darildo de ter aberto conta em seu nome... Darildo disse que era um mal-entendido e pediu desculpa... Perguntou o que mais ele tinha feito e o mesmo disse que **havia solicitado dois cart¿es de crédito pela internet**... Apareceu mais coisas e a moça do Cyber quem fez... Conversando com Darildo, este lhe informou que **havia pedido uma antena da Embratel por telefone.** Também **abriu no HSBC.** No Banco Real, o gerente disse que havia aberto pela internet. Informou que estava tudo cancelado. No HSBC falou ao Sr. Madson que se colega

havia aberto uma conta. Mostrou os documentos. Estavam contracheques n¿o originais. Foi feita uma montagem. Os dados n¿o conferem com o original. Seu contracheque original consta diversos descontos e o contracheque apresentado só tinha um. A identidade, os dados eram seus, mas a foto era dele. Ele solicitou cart¿es em seu nome. Foi adulterada a identidade, o contracheque, e o comprovante de residência da Via Embratel. Foram canceladas as duas contas. Os cart¿es de crédito e a Via Embratel também. Tem um bilhete. Darildo n¿o tinha comentado do **CRED-SHOP** nem do **Comercial Xingu.** Consultou seu nome no SPC e viu que seu nome havia sido consultado no CRED-SHOP e no Comercial Xingu, mas n¿o tinha solicitado consulta nessas empresas. Era para abrir o crédito em seu nome. N¿o deu tempo de haver prejuízo financeiro. No Comercial Xingu foram adquirido compras. Trezentos e pouco. CRED-SHOP foi solicitado cart¿o. N¿o sabe se chegou. Cancelou. O cart¿o do CRED-SHOP seria utilizado para compras no Armazém Paraíba. Sua sorte é que descobriu rápido. Ainda n¿o tinha vencido para ficar em débito. Depois que saiu do HSBC foi direto para o Comando, passar para a Corregedoria. Estava algo bem grande. N¿o lembro o nome do gerente do HSBC. Ele n¿o informou como conseguiu seus documentos, mas suspeita. Suspeita que ele tenha pegado seus documentos no BOX, pois deixava no BOX quando saía. Os documentos sempre esteve consigo. Nunca deu falta deles. Quando Madson entregou os documentos viu que estavam adulterados. Madson reconheceu o Darildo no banco. Disse que Darildo havia estado lá. No Comercial Xingu, Darildo assinou o nome de Glauber. Seu endereço era no Caranazal. O endereço de cadastro no Comercial Xingu e nos demais locais seria o apartamento de Darildo próximo à FIT. Sabe que Darildo assinou em seu nome por intermédio da testemunha do Comercial. A conta no HSBC foi aberta pessoalmente. A pessoa do banco quem lhe avisou n¿o quis se identificar por ele ser policial e andar armado. Conhece a pessoa. Ela pediu para n¿o se identificar. N¿o trabalha mais lá... Seu nome n¿o foi negativado. Foram apenas consultas. N¿o sabe quem fez a adulteraç¿o. **Darildo alegava que havia uma moça do Cyber quem fez a falsificaç¿o.**

Adailson Correa:

... informou que Darildo e Glauber trabalhavam no policiamento ostensivo no Comércio. Quando trabalhavam na área comercial, conheceu o Darildo. Já conhecia o Glauber. Darildo lhe ligou um dia para levar um papel para o Glauber. No PM BOX deu o papel para o Glauber. N¿o lembra a data com precis¿o... teve conhecimento que havia problema entre os dois militares. Soube das compras no Mercantil. N¿o sabia do uso dos documentos. **Darildo havia comprado gêneros alimentícios em nome dele (Glauber).** N¿o sabe se era Barato Total ou Xingu. Prestou informaç¿o em sindicância no quartel. Por terceiros soube que havia falsificaç¿o de documentos. Que Darildo havia utilizado os documentos de Glauber para realizar a compra.

Mell Elizângela:

... disse que é proprietária do Comercial Xingu. Atendeu o Darildo em seu Comercial. Foi para fazer cadastro. No diaatendeu ele. Primeiro se informou o que precisava para fazer cadastro. Depois ele retornou com os documentos necessários. Era RG, comprovante de residência e contracheque. Consultava no SPC. S¿o n¿o houvesse restriç¿es o cadastro era aprovado. Foi no nome do Glauber. Era a carteirinha da polícia. Tinha a fotografia dele e o nome era do Glauber. Só apresentou o último contracheque. Estava em nome do Glauber. Ele se identificou como Glauber. Efetuou duas compras. Fez a primeira, que disse que encaminharia ao interior e voltaria para fazer outra compra para ele. Uma era duzentos e pouco e a outra n¿o lembra. Ele n¿o pagou as compras. Ficou no prejuízo. Tomou conhecimento que Darildo havia falsificado o documento pois a consulta fica registrada, ent¿o eles (Glauber e a noiva) foram lá para saber o porquê de ter consultado o CPF do Glauber. Glauber lhe mostrou uma foto para identificar se era o Darildo. Confirmou que seria o Darildo que teria ido e efetuado a compra.

Alita Celma:

... confirmou os fatos, sobre as idas ao banco para confirmar os fatos, sobre a abertura de contas. Havia uma no banco Real em seu nome. A pessoa garantiu que era ele (Darildo) que estava abrindo a conta. Confrontaram Darildo. Ele confessou, pediu perd¿o e disse que era uma fraqueza. Darildo disse que era só isso mesmo, só a conta do Banco Real. Perante a advogada de Darildo ele falou de dois cart¿es de

crédito e a conta da Embratel e a conta do HSBC. Foram juntos ao banco e o gerente do Banco Real já havia cancelado a conta pela ocorrência de fraude. No HSBC o gerente Madson havia feito pessoalmente a conta para Darildo e o reconheceu.

Claudia Leticia:

... informou que tem conhecimento dos cart¿es do CRED-SHOP. Teve contato com o Glauber pois ele foi na empresa e pediu para verificar a documentaç¿o do CRED-SHOP e havia documentaç¿o do Glauber com a foto do Darildo. Foi uma promotora quem fez o cadastro. Era a identidade de polícia, comprovante de residência. N¿o lembra se havia contracheque. O CRED-SHOP sempre pede comprovante de renda, ent¿o com certeza tinha. Já havia sido aprovada a proposta, mas n¿o foi realizada compra. Foi cancelado antes.

Daiany Nascimento:

... disse que n¿o se recorda quem era a pessoa. Para se lembrar da fisionomia da pessoa, n¿o lembra. Fazia muitos cadastros por dia. Reconhece a sua letra na proposta. Quando v¿o fazer cadastro, apresentam os documentos originais. Teve de apresentar documentos originais. Os documentos originais n¿o aparentavam ser cópias. Era a fotografia do Darildo. O documento era do Glauber. Tinha contracheque sim. Estava em nome do Glauber. A empresa só pede um contracheque.

Madson:

... trabalhava no HSBC com abertura de conta. No caso, recebeu a documentaç¿o de uma conta aberta via internet. Guardou a documentaç¿o e ficou-se aguardando a vinda da pessoa interessada para assinatura e demais providências. Isso n¿o aconteceu. Cerca de duas pessoas foram lesadas pelo réu. Aí descobriram do que se tratava. N¿o chegou a ser concluído o processo (de abertura de conta). A pessoa que recebeu os documentos n¿o trabalha mais no Banco. À época, permitia-se o início do cadastro via internet, mas a conta somente seria aberta se a pessoa comparecesse, assinasse e apresentasse os documentos originais. Atendeu Darildo e Glauber. **Os documentos apresentados eram contracheque, comprovante de endereço, identidade e CPF. Esses documentos estavam em nome de Glauber.** N¿o se lembra se foi o acusado que apresentou a documentaç¿o ou se foi outra pessoa. Foi um colega do banco que repassou os documentos para o depoente. N¿o ficou nada pendente em nome de Glauber junto ao HSCB. N¿o conhecia Darildo. N¿o se lembra se Darildo esteve em sua presença. N¿o se lembra de ter falado com Darildo. Lembra de ter falado mais com Glauber e acredita que a noiva deste. **Darildo estava presente.** Glauber pediu para ver um procedimento de abertura de conta e queria que houvesse o cancelamento. Esclareceu que havia sido dado entrada, mas n¿o tinha havido a conclus¿o a abertura da conta.

DA TIPIFICAÇ¿O:

A tipificaç¿o inicial apontava para crime de estelionato militar e, após a declinaç¿o de competência, foi enquadrada a conduta como estelionato do código penal.

Segundo entendimento Ministerial, os fatos se subsumem aos Arts. 171 e 299 do CP (estelionato e falsidade ideológica) havendo concurso material (Art. 69 do CP). (fls. 185/194).

DO ESTELIONATO

Art. 171 - Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento:

Pena - reclus¿o, de um a cinco anos, e multa, de quinhentos mil réis a dez contos de réis. (Vide Lei nº 7.209, de 1984)

O crime de estelionato é crime contra o patrimônio e é consumado quando da obtenç¿o para si ou para outrem, de vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento, embora seja necessário citar que parte da doutrina entenda que a vantagem, n¿o precisa necessariamente ser econômica.

Diferencia-se o estelionato, do furto mediante fraude, por exemplo. No furto mediante fraude, a fraude é empregada para diminuir a vigilância da sobre o objeto da subtraç¿o. No estelionato, o agente age de forma dolosa e maliciosa para que o ofendido lhe entregue o bem almejado espontaneamente. Em geral, estelionatários induzem a vítima a um estado de torpor, que só percebe que foi lesada momentos depois. N¿o é necessário que o agente se utilize de um tipo específico de meio fraudulento, apesar que o artigo expresse inicialmente artifício ou ardil. O preceito secundário da norma prevê pena de reclus¿o de um a cinco anos e multa.

FALSIDADE IDEOLÓGICA

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaraç¿o que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaraç¿o falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigaç¿o ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclus¿o, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclus¿o de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular. (Vide Lei nº 7.209, de 1984)

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificaç¿o ou alteraç¿o é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Quanto à falsidade ideológica, trata-se de crime de aç¿o pública incondicionada, de aç¿o múltipla, ou seja, vários atos podem tipificá-lo. O agente pode cometê-lo por omiss¿o ou comiss¿o, quando deixa de, em documento público ou particular, de fazer constar declaraç¿o que nele deveria ou de inserir declaraç¿o falsa. O objetivo tem de estar presente: alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, criar obrigaç¿o ou prejudicar direito.

Há que se diferenciar a falsidade ideológica pela inserç¿o de declaraç¿o falsa ou diversa, do crime de falsificaç¿o de documento.

Na falsidade ideológica, o documento tem todas as características de verdadeiro, sem adulteraç¿es a respeito do suporte e do texto. Todavia o que nele consta n¿o condiz com a realidade, porque o agente quis, com a disfunç¿o entre a realidade e o registro documental, prejudicar direito, criar obrigaç¿o ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

N¿o é de bom alvitre, prosseguir na fundamentaç¿o do título, sem apor a letra da lei relativa aos crimes de falsificaç¿o e uso do falso:

A falsificaç¿o de documento pode ser de documento público ou particular. Segue a dicç¿o legal:

Falsificaç¿o de documento público

Art. 297 - Falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro:

Pena - reclus¿o, de dois a seis anos, e multa.

§ 1º - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, aumenta-se a pena de sexta parte.

Falsificaç¿o de documento particular (Redaç¿o dada pela Lei nº 12.737, de 2012) Vigência

Art. 298 - Falsificar, no todo ou em parte, documento particular ou alterar documento particular verdadeiro:

Pena - reclus¿o, de um a cinco anos, e multa.

No campo das falsidades, ainda pode, o agente, valer-se do uso de documento falso:

Uso de documento falso

Art. 304 - Fazer uso de qualquer dos papéis falsificados ou alterados, a que se referem os arts. 297 a 302

Pena - a cominada à falsificaç¿o ou à alteraç¿o.

O crime de falsificaç¿o de documento público ou particular, o agente deve cometer o núcleo de falsificar, quando cria-se um documento falso em sua inteireza. Se o agente modifica partes do documento, está a cometer o de alterar o documento, que pode ser público ou particular. Por documento **público** entende-se aquele emanado de um ente ou agente público, a exemplo de uma carteira de **carteira de identidade e/ou contracheque** (NUCCI, 2017, p. 803)[1].

Por **documento particular**, entende-se o documento emitido por pessoa de interesse privado, seja física ou jurídica, exceto entidades paraestatais.

Notadamente, quando se trata de falsificaç¿o grosseira, pode n¿o se configurar a falsificaç¿o, no entanto, se utilizado em fraude, pode-se configurar o crime de estelionato.

Quanto ao **uso de documento falso**, trata-se do uso de quaisquer dos papeis falsificados ou alterados, mediante cometimento dos fatos anteriores, n¿o havendo, contudo, obrigatoriedade de que o agente que faz o uso tenha feito a alteraç¿o, mas que dela saiba.

Quanto à falsificaç¿o ou adulteraç¿o de documento, só é punível se a falsificaç¿o n¿o for grosseira, pois a falsificaç¿o grosseira n¿o provê potencialidade lesiva ao documento. Quanto **à potencialidade lesiva, se dá quando ilude a pessoa a quem este foi apresentado:**

¿Atestado médico apresentado para justificar ausência ao serviço. Falsidade grosseira. Documento que iludiu a pessoa responsável pelo setor de recebimento de dispensas médicas. (...) Ordem denegada¿. STF ¿ HC 117.638-RJ, 2.a T., rel. Gilmar Mendes, 11.03.2014.

¿A adulteraç¿o reconhecida como grosseira n¿o configura, por si, o falsum (ou o crime de uso do falsum), podendo, isto sim, ser meio ou instrumento para a prática de outro crime¿ STJ ¿ HC 24.853-BA, 5.a T., rel. Felix Fischer, 16.12.2003, v.u., DJ 09.02.2004, p. 194).

Perpassadas as consideraç¿es acima, afinal de contas, teria Darildo cometido alguma das condutas acima? Se positivo, quais delas?

Vejamos que é indiscutível, a estas alturas da fundamentaç¿o:

a) Que Darildo realizou cadastro na Via Embratel em nome de Glauber, instalando o serviço em sua residência às expensas de Glauber, que teria faturas lançadas em seu desfavor (vide fl. 10/);

b) Assinou proposta de emiss¿o de cart¿o CRED-SHOP em nome de Glauber, passando-se como a vítima (vide proposta fl. 037), comprovada mediante a apresentaç¿o do documento e a confirmaç¿o de Daiane, a funcionária do estabelecimento, que admitiu em juízo ter preenchido a proposta para Darildo, achando estar realizando cadastro para Glauber, cujos dados constavam da carteira de identidade

funcional;

c) Realizou compras no Comercial Xingu nos valores de R$ 286,73 (Fatura 339771) e 78,24 (Fatura 339717), (vide notas de fls. 243/244), cujas cópias foram certificadas como originais, fato confirmado pela senhora Mell, que reconheceu Darildo, presente na sala de audiências como a pessoa que compareceu com documento de identidade (ou cópia) com a própria foto e comprovante de renda (contracheque), porém com os dados de Glauber e, após a aprovaç¿o do cadastro, realizou duas compras;

d) Solicitou abertura de conta nos bancos HSBC e Real (atual Santander)[2], requisitando dois cart¿es de crédito junto ao Banco Santander (01 Visa e 01 Mastercard), havendo provas testemunhais e a carta apócrifa de fl. 15, que foi endereçada a Glauber por Darildo, através da testemunha Adailson Correa.

Todavia, há dúvida nos autos, de que Darildo ou alguém, sob sua influência tenha falsificado o documento de identidade de Glauber (fls. 09/09-v), posto que o documento n¿o foi localizado ou apreendido para realizaç¿o de perícia a fim de se avaliar se seria uma falsificaç¿o grosseira ou com características de originalidade.

Note-se que a falsificaç¿o de documento, requer o uso de um documento físico, porém, dotado de adulteraç¿es em partes ou no todo, capazes de induzir a outra parte de sua originalidade. **Decerto, as cópias da identidade militar de Glauber presentes no processo n¿o se encaixam na concepç¿o de documento para fins penais, o que torna inviável a condenaç¿o por de crime de falsificaç¿o de documento quanto à identidade, por insuficiência probatória.**

O entendimento retro se dá porque, das pessoas ouvidas, apenas Daiane disse que Darildo teria apresentado documento com características de original. Ainda que remota, **há a hipótese de Darildo ter apresentado a ela apenas cópia da identidade, que possui elementos materiais de suporte diferentes do contracheque**, pois, de rigor, no ramo comercial os critérios para criaç¿o de cadastro s¿o mais elásticos, ao menos, no que concerne à abertura de cadastro. Comunga tal entendimento pois as duas tentativas de abertura de conta em banco, segundo o que se apurou nos autos, n¿o foram concluídas pois os gerentes teriam solicitado os documentos originais, tendo Darildo ficado de trazer posteriormente, o que, em tese, pode n¿o ter ocorrido.

Quanto à falsificaç¿o de contracheques, difere-se um pouco da quest¿o do documento de identidade:

As vias apresentadas pelo acusado foram suficientes para permitir a assinatura de proposta junto ao CREDI-SHOP e ao Mercantil Xingu, neste caso, n¿o cabe falar em ausência de potencialidade lesiva:

RHC 98920 / DF RECURSO ORDINARIO EM HABEAS CORPUS 2018/0132383-0

PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. FALSIDADE IDEOLÓGICA. TRANCAMENTO DA AÇ¿O PENAL. ALEGAÇ¿O DE ATIPICIDADE DA CONDUTA. CÓPIA N¿O AUTENTICADA DA CNH. DATA DE VALIDADE ADULTERADA. UTILIZAÇ¿O PARA FIRMAR CONTRATO DE SEGURO. IRREGULARIDADE PERCEBIDA APÓS O SINISTRO DO AUTOMÓVEL. REALIZAÇ¿O DE

SINDICÂNCIA INTERNA. DOCUMENTO COM POTENCIALIDADE LESIVA. FALSIFICAÇ¿O GROSSEIRA. INOCORRÊNCIA. RECURSO DESPROVIDO.

Ementa

I - ... II - Muito embora a jurisprudência firmada por este Superior Tribunal de Justiça seja no sentido de que a utilizaç¿o de cópia reprográfica n¿o autenticada n¿o configura aç¿o com potencial de causar dano à fé pública, há, in casu, particularidades que afastam esse entendimento. III - Na hipótese dos autos, o recorrente, em tese, adulterou a data de validade de cópia de sua Carteira Nacional de Habilitaç¿o, e a

utilizou para firmar contrato de seguro de automóvel, obtendo êxito em ludibriar a empresa seguradora, uma vez que a contrataç¿o foi realizada através de sistema eletrônico e a empresa n¿o teve acesso aos documentos originais. IV - N¿o há que se falar em falsificaç¿o grosseira, uma vez que a suposta adulteraç¿o somente foi descoberta em momento posterior, após sindicância interna realizada pela seguradora, por ocasi¿o do sinistro do automóvel, n¿o tendo sido percebida em análise inicial, o que demonstra a potencialidade lesiva do documento. V - Com isso, mostra-se prematuro o trancamento da aç¿o penal, considerando que somente após a correta instruç¿o criminal, com a devida análise dos fatos e provas, será possível concluir pela ocorrência ou n¿o do delito de falsidade ideológica. Recurso ordinário em habeas corpus desprovido. (Relator Ministro FELIX FISCHER, Órg¿o Julgador QUINTA TURMA Data do Julgamento 26/06/2018 Data da Publicaç¿o/Fonte DJe 01/08/2018).

HC 169626 / RS HABEAS CORPUS 2010/0070586-9

Ementa

CRIMINAL. HC. USO DE DOCUMENTO FALSO. TRANCAMENTO DA AÇ¿O PENAL. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. ATIPICIDADE DA CONDUTA. N¿O OCORRÊNCIA. CÓPIA DOCUMENTAL SEM AUTENTICAÇ¿O. FATO QUE, POR SI SÓ, N¿O DESCARACTERIZA O TIPO PENAL. DOCUMENTO COM POTENCIALIDADE LESIVA. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA N¿O EVIDENCIADA DE PLANO. ORDEM DENEGADA.

I. Hipótese na qual se alega a atipicidade da conduta praticada pela paciente, que foi denunciada pelo delito de uso de documento falso, pois a mesma teria utilizado cópia de documento sem autenticaç¿o e sem aparência de original. II. A falta de justa causa para a aç¿o penal só pode ser reconhecida quando, sem a necessidade de exame aprofundado e valorativo dos fatos, indícios e provas, restar inequivocamente demonstrada, pela impetraç¿o, a atipicidade flagrante do fato, a ausência de indícios a fundamentarem a acusaç¿o, ou, ainda, a extinç¿o da punibilidade. III. Se o documento montado foi utilizado perante o Poder Judiciário para fundamentar pedido, tendo os denunciados obtido êxito em demanda judicial, n¿o há que se falar em ausência de potencialidade lesiva do documento para causar dando à fé pública, o que afasta a aplicaç¿o, à hipótese dos autos, do entendimento de que o uso de cópia n¿o autenticada de documento resulta na atipicidade da conduta. IV. Prematuro o trancamento da aç¿o penal, bem como a profunda análise da argumentaç¿o do writ, o que somente poderá ser permitido após a correta instruç¿o criminal, com a devida análise dos fatos e provas, oportunidade em que se procederá à oitiva das testemunhas, bem como de todos os acusados, concluindo-se pela ocorrência ou n¿o do delito de uso de documento falso. V. Ordem denegada. (Relator(a) Ministro GILSON DIPP Órg¿o Julgador QUINTA TURMA Data do Julgamento 09/11/2010 Data da Publicaç¿o/Fonte DJe 22/11/2010). grifos nossos

Como se depreende, no caso em tela a falsificaç¿o dos contracheques foi suficiente para induzir a empresa CREDI-SHOP e o MERCANTIL quanto à renda do acusado para prover-lhe cadastro para compra a prazo, o que demonstra a potencialidade lesiva do documento.

E, se houve **falsificaç¿o dos contracheques**, ainda que n¿o haja prova de que o réu de próprio punho e aparato as tenha realizado, foi realizada às suas expensas, segundo seu intelecto de angariar bens e direitos juntos ao setor de comércio e serviços em prejuízo de Glauber, que teve o nome utilizado, e das empresas, que arcariam com o prejuízo da fraude. É inequívoco que Darildo era o único interessado no uso do documento falso, portanto, da falsificaç¿o, inclusive porque solicitou um contracheque de Glauber ¿para comparaç¿o¿.

No caso da adulteraç¿o dos contracheques, n¿o se fala em falsidade ideológica, mas de falsidade material, visto que Darildo n¿o detinha autorizaç¿o para preenchimento de qualquer documento em nome de Glauber, autorizaç¿o essa que seria elemento essencial para tipificaç¿o do crime de falsidade ideológica.

A denúncia n¿o capitulou, porém, o acusado cometeu, ao se apresentar como Glauber, o crime de falsa identidade. Todavia, o crime de falsa identidade se encontra prescrito

Laudo e documentos de fls. 235/244, atestam inconsistência na assinatura atribuída a Glauber, que, de fato, foram feitas por Darildo passando-se pela vítima junto ao Comercial Xingu e ao CREDI-SHOP.

Também pode se perceber que a assinatura na carteira de identidade com a foto de Darildo (fl. 009), as assinaturas lançadas por Glauber para fins de comparaç¿o (fls. 239, 240, 241) e a assinatura constante carteira de identidade funcional de Glauber de fl. 242 s¿o coincidentes. A alteraç¿o em sua identidade (no caso, na cópia), portanto, se resume à troca da foto atribuída a Darildo.

Ao assinar as notas de compra junto ao Comercial Xingu, o acusado Darildo, portanto, cometeu o crime de **falsa identidade (atribuir-se falsa identidade para obter vantagem, em proveito próprio ou alheio ou para causar dano a outrem)**, em concurso com o crime de **falsidade ideológica**, pois fez a proprietária do Mercantil preencher um documento como se fosse para Glauber, além de ter aposto no documento a assinatura de Glauber, ou seja: **Darildo fez inserir em documento particular**, declaraç¿o diversa do que nele deveria constar, com o fim de prejudicar direito ou criar obrigaç¿o. Junto ao Comercial Xingu, ao tempo em que o acusado cometia os ilícitos retrocitados, cometia o crime de estelionato, **por duas vezes**, em continuidade delitiva pois obteve para si, vantagem ilícita (entrega de duas compras no valor somado de R$ 364,97) em prejuízo alheio, mantendo alguém em erro mediante fraude.

Poder-se-ia falar em consunç¿o, entre os crimes meio (falsidades) e o crime fim:

"1. O princípio da consunç¿o é aplicado quando uma das condutas típicas for meio necessário ou fase normal de preparaç¿o ou execuç¿o do delito de alcance mais amplo.

2. Comprovado que os crimes tipificados no art. 171, 'caput', c/c art. 14, inciso II e parágrafo único (estelionato tentado), e art. 304 (uso de documento falso), todos do Código Penal, ocorreram na mesma circunstância fática, servindo o falso como meio necessário para o estelionato e nele se exaurindo (por n¿o haver provas em sentido contrário), aplica-se o princípio da consunç¿o (Súmula 17 do STJ)."

Acórd¿o 1184895, 20150710285282APR, Relator: SILVANIO BARBOSA DOS SANTOS, 2ª Turma Criminal, data de julgamento: 4/7/2019, publicado no DJe: 12/7/2019.

Todavia, apercebe-se que de posse dos documentos (ou cópias) adulteradas, Darildo cometeu outros crimes de **estelionato:**

Contra a empresa Via Embratel (3), sendo que neste caso o crime foi **consumado**, pois houve a geraç¿o de fatura em nome de Glauber, tendo os serviços suspensos até a transferência, após a descoberta das fraudes (vide fl. 010 e 015).

O crime de **estelionato** em face da CREDI-SHOP (4) **n¿o foi consumado**, visto que, apesar de o cadastro aparentemente ter sido aprovado, Darildo n¿o chegou a tomar posse dos cart¿es e realizar compras.

Igualmente, os **dois estelionatos** (5 e 6) em face das **agências bancárias** n¿o foram consumados, visto que a descoberta evitou a entrega de cart¿es e movimentaç¿es por parte de Darildo.

Assim sendo, o acusado Darildo cometeu três estelionatos consumados (Mercantil e Via Embratel) e três tentativas frustradas (agências bancárias e CREDI-SHOP).

Cometeu ainda, crimes de falsidade ideológica ao **fazer inserir (ou inserindo, no caso de cadastros pela internet) os dados pessoais de Glauber** em formulários junto aos bancos (Real/Santander e HSBC), ao CREDI-SHOP, Via Embratel e ao Mercantil (declaraç¿o falsa), todavia, **os crimes de falsidade ideológica s¿o absorvidos pelo crime de estelionato (crime meio).**

Quanto à falsificaç¿o dos contracheques, é patente, de sorte que o acusado deve responder por esse crime em concurso material, uma vez que os documentos foram utilizados em diversos locais, em dias diferentes. Colaciono Jurisprudência:

2ª TURMA CRIMINAL Classe: APELAÇ¿O N. Processo: 20170310008313APR (0000819-63.2017.8.07.0003) Relator: Desembargador JO¿O TIMÓTEO DE OLIVEIRA Revisor: Desembargador JAIR SOARES Acórd¿o N.: 1184105 PENAL. ESTELIONATO. USO DE DOCUMENTO FALSO. RECURSO DA DEFESA. APLICAÇ¿O DA CONSUNÇ¿O ENTRE AS CONDUTAS. INVIABILIDADE. POTENCIALIDADE LESIVA DO DOCUMENTO. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO.

1. Nos termos do Enunciado da Súmula nº 17 do c. Superior Tribunal de Justiça, o Princípio da Consunç¿o só se aplica quando o crime de uso de documento falso se exaure no delito de estelionato. 2. No caso concreto, as provas dos autos demonstraram que o réu em um primeiro momento tentou adquirir bens por meio de uma certeira de identidade falsificada, e, dias após, identificou-se falsamente a agentes públicos com o mesmo documento em nome de outrem, n¿o havendo perda de sua potencialidade lesiva. 3. Negado provimento ao recurso.

... Assim, pode-se concluir que o uso do mesmo documento falso em oportunidades diversas e com diferentes fins impede a aplicaç¿o do Princípio da Consunç¿o do crime de uso de documento falso pelo de estelionato, tendo em vista que a potencialidade lesiva do documento apresentado n¿o se exauriu...

O acórd¿o colacionado tem por base, outros pronunciamentos judiciais:

Estelionato. Uso de documento falso. Provas. Emprego do meio fraudulento. Crime impossível. Consunç¿o. (...) 2 - N¿o há consunç¿o entre o crime de uso de documento falso e o crime de estelionato, quando, cometida tentativa de estelionato, o falso n¿o teve sua potencialidade lesiva exaurida, pois a ré, em circunstância fática posterior e momento distinto, fez uso novamente do documento falso. 3- Apelaç¿o n¿o provida. (Acórd¿o n.1155889, 20180110192782APR, Relator: JAIR SOARES, Revisor: SILVANIO BARBOSA DOS SANTOS, 2ª TURMA CRIMINAL, Data de Julgamento: 28/02/2019, Publicado no DJE: 07/03/2019. Pág.: 131/143).

(...) 3. Conforme o Enunciado nº 17 da Súmula do Superior Tribunal de

Justiça, aplica-se o princípio da consunç¿o quando o falso constituir crime-meio necessário para a prática de crime de estelionato. Todavia, quando subsistir a potencialidade lesiva da falsidade, n¿o há falar em absorç¿o, pois o falso permanece hígido para a prática de outros delitos. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça. (Acórd¿o n.1161822, 20130710409510APR, Relator: ROBERVAL CASEMIRO BELINATI, Revisor: JAIR SOARES, 2ª TURMA CRIMINAL, Data de Julgamento: 28/03/2019, Publicado no DJE: 02/04/2019. Pág.: 113/140)

(...) I - Se a prova dos autos indica que o falso n¿o se exauriria no estelionato, permanecendo sua potencialidade lesiva para a prática de outros crimes, n¿o há que falar em absorç¿o do crime do artigo 304 pelo previsto no artigo 171, ambos do Código Penal. (...) VI ¿ Recurso desprovido. (Acórd¿o n.986002, 20150111252418APR, Relator: NILSONI DE FREITAS CUSTODIO, Revisor: JO¿O BATISTA TEIXEIRA, 3ª TURMA CRIMINAL, Data de Julgamento: 01/12/2016, Publicado no DJE: 09/12/2016. Pág.: 128/135)

N¿o há outro entendimento, sen¿o, pelo afastamento da Súmula 17 do STJ, descabendo falar em princípio da consunç¿o.

Aponto que n¿o foi realizada perícia nos contracheques adulterados acostados às fls. 11/13, no entanto, a perícia é dispensável no sentido de que os originais est¿o juntados às fls. 21/23, sendo que os

documentos de fls. 11/13, tem mesma base de papel, portanto, eram aptos a iludir a quem os mesmos fossem apresentados. Outrossim outros meios trazem a conclus¿o de que houve, de fato, adulteraç¿o do contracheque de Glauber, podendo apontar como prova os depoimentos colhidos, mormente pelo fato de **Darildo ter solicitado, dias antes, cópia do contracheque de Glauber para fazer uma comparaç¿o** (fl. 032).

Cunha (2019, p. 752/753), cita em sua obra o respeitável autor Mirabete, neste sentido:

¿Já se tem decidido que a perícia é dispensável quando se trata de substituiç¿o de fotografias em carteira de identidade (RJTRS 58/29), **quando o elemento material do delito consta dos autos, podendo ser a todo momento visto e examinado pelo juiz** (RT 417/107), **e quando a falsificaç¿o se apura através de outras provas** (RF 220/81); RJTESP 56/295; RT 582/317, 705/353¿**[3]**

Com as devidas consideraç¿es, ficou devidamente comprovado que o réu Darildo Lima Silva **falsificou o contracheque de Glauber (o qual pediu emprestado para fazer uma comparaç¿o), criando três cópias distintas do documento referentes aos meses de maio, junho e julho de 2010**.

DO CRIME CONTINUADO (Art. 71 do CP)

O acusado Darildo, ao se utilizar de falsas declaraç¿es e documentos falsificados para abrir (ou tentar) cadastro e adquirir produtos e serviços em nome de Glauber cometeu crimes de mesma espécie, mediante mais de uma aç¿o ou omiss¿o, que, pela maneira de execuç¿o, pelo tempo e lugar, podem ser considerados como continuaç¿o do primeiro, porém, cabendo aumento de pena:

Quando o agente, mediante mais de uma aç¿o ou omiss¿o, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condiç¿es de tempo, lugar, maneira de execuç¿o e outras semelhantes, devem os subseqüentes ser havidos como continuaç¿o do primeiro, aplica-se-lhe a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços.

Quanto à fraç¿o de aumento, o STJ, corte máxima em interpretaç¿o de Leis Federais fixou o seguinte entendimento:

"4. A fraç¿o de aumento pela continuidade delitiva, prevista no artigo 71 do Código Penal, deve obedecer a critérios objetivos, devendo ser observada a quantidade de infraç¿es praticadas pelo agente. (...). 5. Nos termos da doutrina e da jurisprudência deste egrégio Tribunal, pacificou-se o entendimento de que, em caso de crime continuado, deve ser adotado o critério da quantidade de crimes cometidos, ficando estabelecidas as seguintes medidas: dois crimes - acréscimo de um sexto (1/6); três delitos - acréscimo de um quinto (1/5); quatro crimes - acréscimo de um quarto (1/4); cinco delitos - acréscimo de um terço (1/3); seis crimes - acréscimo de metade (1/2); **sete delitos ou mais - acréscimo de dois terços (2/3)."** Acórd¿o 1193187, 20151010089137APR, Relator: SILVANIO BARBOSA DOS SANTOS, 2ª Turma Criminal, data de julgamento: 8/8/2019, publicado no DJE: 16/8/2019.=

¿1. Pacificou-se neste Sodalício o entendimento de que a fraç¿o de aumento em raz¿o da prática de crime continuado deve ser fixada de acordo com o número de delitos cometidos, aplicando-se 1/6 pela prática de 2 infraç¿es; 1/5 para 3 infraç¿es; 1/4 para 4 infraç¿es; 1/3 para 5 infraç¿es;1/2 para 6 infraç¿es; **e 2/3 para 7 ou mais infraç¿es. 2. N¿o sendo possível precisar o número exato de ilícitos praticados, este Superior Tribunal de Justiça entende que a fraç¿o de aumento deve ser fixada com base na sua duraç¿o. Precedentes.¿** HC 442.316/SP

No caso concreto, considerando que o réu cometeu seis condutas tidas por estelionato, (03 tentadas e 03 consumadas), o percentual de aumento será à metade, sobre a maior pena imposta.

DO CONCURSO DE CRIMES (Art. 69 do CP)

Art. 69 do CP:

Quando o agente, mediante mais de uma aç¿o ou omiss¿o, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou n¿o, aplicam-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido. No caso de aplicaç¿o cumulativa de penas de reclus¿o e de detenç¿o, executa-se primeiro aquela.

Conforme salientado na fundamentaç¿o, o acusado ainda cometeu o crime de **falsificaç¿o de documento público (contracheque, emitido pela PM/PA)**, produzindo, da via que pediu para Glauber, três cópias distintas, deve responder em concurso material, pelo que as penas do crime de falsificaç¿o e de estelionato dever¿o ser somadas.

N¿o se enquadra na hipótese de crime militar, visto que a apresentaç¿o do documento se deu perante entidade privada.

De plano, n¿o há que se falar em concurso formal de crimes entre a falsidade e os estelionatos, pois as condutas s¿o distintas e os crimes diversos, conforme já fundamentado de forma extenuante.

DA EMENDATIO LIBELLI

O instituto da Emendatio Libelli está previsto na sistemática processual. Eis o ditame:

Art. 383. O juiz, sem modificar a descriç¿o do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definiç¿o jurídica diversa, ainda que, em conseqüência, tenha de aplicar pena mais grave.

Denota-se que a denúncia apresentada perante a Justiça Militar capitulou a conduta como estelionato militar (Art. 251 do CPM), somente. Ocorre que o MP havia descrito todas as condutas referenciadas na fundamentaç¿o, havendo decorrência lógica os demais crimes mencionados pelo juízo quando da tipificaç¿o da conduta. Assim sendo, o Ordenamento Jurídico, a quem se atribui completude, prevê que o juízo pode dar definiç¿o jurídica diversa da apontada na denúncia, ainda que para isso tenha de aplicar pena mais grave, o que no caso, embora n¿o capitulada na inicial, presente está a hipótese de possibilidade de aplicaç¿o da reprimenda por ambos os crimes atribuídos ao acusado.

DA PRESCRIÇ¿O

Dos crimes descritos na denúncia, a pretens¿o punitiva estatal permanece hígida, salvo quanto ao crime de falsa identidade.

O crime do Art. 171 e 299 do CP tem pena máxima cominada de 5 anos.

O crime do Art. 297 do CP tem pena máxima cominada de 6 anos.

O crime do Art. 304 do CP tem pena semelhante à do Art. 297 do CP.

O prazo prescricional para as condutas, de acordo com o Art. 109, inc. III do CP é de 12 anos.

Assim sendo, considerando o recebimento da denúncia em 31/08/2011, só ocorreria a prescriç¿o em 31/08/2023, caso n¿o houvesse nenhuma causa interruptiva ou suspensiva, portanto, n¿o se fala em extinç¿o da punibilidade pela prescriç¿o neste momento.

DO CONCEITO ANALÍTICO DE CRIME

Quanto aos elementos constitutivos do crime, a tipicidade fora atendida, pois os fatos est¿o codificados como bens jurídicos a serem protegidos pela norma. A antijuridicidade está presente, pois os fatos lhes s¿o contrários e imp¿em ao agente, pena, em caso de confronto. A culpabilidade do agente é patente,

pois n¿o há causas excludentes ou que isentem o réu de pena. Logo, presentes os três elementos caracterizadores do crime, incumbe declarar o réu culpado e aplicar as penas previstas em lei, com base nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

DAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS

Nesse tópico, correlaciono a intensa engenhosidade do agente:

Darildo, para conseguir o intento junto a bancos (abertura de contas e emiss¿o cart¿es), precisava de um comprovante de endereço em nome de Glauber (1ª fase do crime). Para tanto, primeiro contratou a conta junto à Via Embratel. Note-se que, para a geraç¿o de fatura (conforme a apresentada), depende de certo tempo. A fatura apresentada era real, pois em nenhum momento se falou em falsificaç¿o da mesma e, ademais, o réu, quando encaminhou a carta apócrifa para Glauber, falou que havia pedido a suspens¿o do serviço e o cancelamento. Logo, o serviço era de fato contratado e a fatura, verídica, excluindo a hipótese de mera falsificaç¿o de documento particular (fatura). **A contrataç¿o do serviço da Via Embratel teve dois objetivos distintos: utilizaç¿o do serviço e, talvez, mais importante, servir de comprovante de residência para as fraudes que ocorreriam depois, nos bancos, mercantil e na loja varejista.** Isto demonstra que Darildo n¿o cometeu as condutas diversas em curto espaço de tempo (dias), mas semanas ou quiçá, meses, cristalizando a culpabilidade exacerbada do agente, que será devidamente considerada para fins de imposiç¿o de pena base.

DISPOSITIVO

Por tudo o que consta dos autos, julgo parcialmente procedente a pretens¿o punitiva estatal para condenar DARILDO LIMA DA SILVA como incurso no art. 171 por três vezes, c/c Art. 171 c/c Art. 14, II do CP por três vezes ambas, em continuidade delitiva e pela conduta prevista no Art. 297 do CP, por uma vez, em concurso material, na forma do Art. 69, caput, do Código Penal.

Em raz¿o de os crimes de estelionato terem sido cometidos de forma símile, somente uma dosimetria se fará, privilegiando o princípio da celeridade e economia processual, mesmo porque a maior pena prevista, por óbvio, é a pena do crime consumado.

Assim, passo a fixar a pena em observância ao art. 59 e 68 do Código Penal.

DO CRIME DE ESTELIONATO

a) **culpabilidade**: Acentuada (DESFAVORÁVEL), ante a ampla preparaç¿o que ocorreu antes da consumaç¿o do delito, inclusive, com a contrataç¿o de serviço para gerar comprovante de residência em nome de Glauber o que tornando sua conduta mais digna de reprovaç¿o. **(D**);

b) **antecedentes**: O réu n¿o possui sentença condenatória transitada em julgado contra si, sendo-lhe favorável (f);

c) **sua conduta social**: n¿o há elementos a valorar negativamente (f);

d) **personalidade**: N¿o foram colhidos elementos suficientes para sua valoraç¿o (f);

e) dos **motivos** n¿o se evidenciam elementos além daqueles exigidos para o tipo penal (f);

f) As **circunstâncias** s¿o DESFAVORÁVEIS pois o acusado se apoderou dos documentos de Glauber, impondo ao mesmo o ônus de ser devedor à sua revelia, expondo-o ao risco de ser negativado e ficar endividado, comprometendo seriamente suas economias, além de ter causado prejuízo ao mercantil, (vide notas n¿o pagas até a data em que a vítima Mell foi ouvida em juízo), agindo o réu com desconsideraç¿o à pessoa (relativamente próxima) de Glauber, com quem labutava, o que torna sua conduta mais

merecedora de maior reprovaç¿o **(D);**

g) As **consequências** do crime também s¿o desabonadoras ao acusado, posto que mesmo tendo sido denunciado criminalmente, n¿o efetuou o pagamento das notas de compra junto ao mercantil, causando prejuízo deliberado, que apesar de n¿o t¿o alto em valor econômico, mostra desvalor de suas atitudes, gerando inclusive, descrédito que respinga a corporaç¿o a qual servia, em suma, mesmo passado tanto tempo da descoberta da fraude (2010) o réu n¿o procurou minimizar o prejuízo causado, portanto, DESFAVORÁVEL **(D);**

h) o **comportamento da vítima** n¿o deve ser considerado em desfavor do réu (f).

Três circunstâncias judiciais foram negativamente valoradas.

Sopesadas as circunstâncias judiciais fixo pena-base em 02 (dois) anos e 06 (seis) meses de reclus¿o e 50 (cinquenta) dias-multa, calculadas unitariamente em um trigésimo do salário-mínimo vigente ao tempo do fato.

Na segunda fase, n¿o há atenuantes ou agravantes a computar.

Na terceira fase, n¿o há causas de aumento ou diminuiç¿o aplicáveis na parte especial do Código Penal, ficando no patamar acima referido.

Por fim, resta aplicar o aumento de pena em raz¿o da ocorrência do chamado crime continuado (Art. 71 do CP), pelo que aumento a pena à metade (1/2), ficando numa pena concreta e definitiva de 03 (três) anos e 09 (nove) meses de reclus¿o e 75 (setenta e cinco) dias-multa, para o crime de ESTELIONATO.

DA FALSIFICAÇ¿O DE DOCUMENTO PÚBLICO (ART. 297 DO CP)

a) **culpabilidade**: Demonstrou culpabilidade acentuada, pois n¿o se limitou a adulterar partes relativas a rendimentos, mas falsificou o contracheque emitido por seu empregador (PM/PA), atribuindo ao documento nome de terceiro prejudicado, tendo se utilizado do documento por diversas vezes, em diversos estabelecimentos, sendo sua conduta merecedora de veemente censura, portanto (DESFAVORÁVEL) **(D**);

b) **antecedentes**: O réu n¿o possui sentença condenatória transitada em julgado contra si, sendo-lhe favorável (f);

c) **sua conduta social**: n¿o há elementos a valorar negativamente (f);

d) **personalidade**: N¿o foram colhidos elementos suficientes para sua valoraç¿o (f);

e) dos **motivos** n¿o se evidenciam elementos além daqueles exigidos para o tipo penal, qual seja a violaç¿o da ordem pública por algum motivo relevante para o infrator (f);

f) As **circunstâncias** s¿o DESFAVORÁVEIS pois o acusado se apoderou do contracheque de Glauber mediante ardil, agindo o réu com desconsideraç¿o à pessoa (relativamente próxima) de Glauber, com quem labutava, o que torna sua conduta mais merecedora de maior reprovaç¿o **(D);**

g) As **consequências** do crime também s¿o desabonadoras ao acusado, todavia n¿o será aqui aquilatada para fins de mudança na pena base, uma vez que a consequência em especial do crime, foi cometer outros crimes, aos quais o acusado está sendo responsabilizado, cabendo registrar que, este crime só n¿o foi pelos estelionatos absorvidos ante a utilizaç¿o do falso em diversas ocasi¿es e circunstâncias, conforme fundamentado, portanto, aqui será considerada neutra, a fim de se evitar bis in idem (f);

h) o **comportamento da vítima** n¿o deve ser considerado em desfavor do réu (f).

Duas circunstâncias judiciais foram negativamente valoradas.

Sopesadas as circunstâncias judiciais fixo pena-base em 03 (três) anos e 06 (seis) meses de reclus¿o e 50 (cinquenta) dias-multa, calculadas unitariamente em um trigésimo do salário-mínimo vigente ao tempo do fato.

Na segunda fase e terceira fases, n¿o há atenuantes ou agravantes a computar, pelo que a pena CONCRETA E DEFINITIVA para o delito do Art. 297 do CP é de 03 (três) anos e 06 (seis meses) de reclus¿o e cinquenta dias-multa.

Em raz¿o do concurso material, (art. 69 do CP), o somatório importa em 07 (sete) anos e 03 (três) meses de reclus¿o e 125 (cento e vinte e cinco dias-multa).

Os dias-multa ser¿o computados à ordem de 1/30 (um trigésimo) do maior salário mínimo vigente ao tempo do fato.

Para defini¿o do regime inicial de cumprimento de pena, aponto o SEMIABERTO, nos termos do Art. 33, § 2º, ¿b¿ do CP.

Incabível a substitui¿o da pena bem como o sursis, em raz¿o do quantum da pena aplicado.

Após a instru¿o ficou evidente o prejuízo à vítima Comercial Xingu no importe de R$ 364,97 (trezentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos), valor que deverá ser corrigido com juros e corre¿o monetária desde a data do ilícito. Em havendo pedido do MP em suas alega¿es finais, CONDENO o réu neste valor como mínimo para reparar a vítima (Comercial Xingu), nos termos do Art. 387, IV do CP.

Em rela¿o à vítima Glauber, a utiliza¿o de seu nome (um de seus direitos de personalidade) importa em reconhecimento de grave abalo moral à sua pessoa, pelo que CONDENO o réu a ressarcir a vítima em R$ 4.000,00 (dois mil reais), como mínimo para repara¿o de danos, devendo tal valor contar a partir da sentença condenatória (Súmula 362 do STJ).

Ressalto que a defesa teve oportunidade de se manifestar sobre o pedido em quest¿o, permanecendo silente.

Colaciono casos paradigmas abaixo, sobre o tema.

Caso 1

3. O artigo 387, inciso IV, do Código de Processo Penal, autoriza a fixa¿o de valor mínimo a título de repara¿o de danos causados pela infra¿o. Apesar da divergência jurisprudencial e doutrinária acerca da natureza do dano que pode ser objeto de repara¿o mediante a fixa¿o do valor indenizatório mínimo, este Tribunal de Justiça adota a orienta¿o restritiva do disposto no inciso IV do artigo 387 do Código de Processo Penal, entendendo-se que n¿o é cabível a fixa¿o, pelo juízo criminal, de indeniza¿o a título de repara¿o por dano moral sofrido por vítima de crime, pois a inten¿o do legislador seria facilitar a repara¿o da vítima quando o prejuízo suportado fosse evidente. Ressalva ao entendimento do Relator.

4. Recursos conhecidos, n¿o provido o recurso do Ministério Público e parcialmente provido o recurso da Defesa para, mantida a condena¿o do réu nas san¿es do artigo 129, § 9º, do Código Penal, à pena de 03 (três) meses de deten¿o, em regime inicial aberto, substituída a pena privativa de liberdade por 01 (uma) restritiva de direitos, cassar a decis¿o que restabeleceu as medidas de prote¿o que já haviam sido revogadas na sentença condenatória. (TJDFT - Acórd¿o n.787965, 20111110002770APR, Relator: ROBERVAL CASEMIRO BELINATI, Revisor: SILVÂNIO BARBOSA DOS SANTOS, 2ª Turma Criminal,

Data de Julgamento: 08/05/2014, Publicado no DJE: 14/05/2014. Pág.: 207)

Caso 2

[...] A extrema complexidade dos fatos e a intensa imbricaç¿o dos crimes tornam inviável a fixaç¿o de forma segura de um valor, ainda que mínimo, para reparaç¿o dos danos causados pelos delitos praticados por cada um dos réus. Ministro Joaquim Barbosa. Supremo Tribunal Federal. Julgamento da AP 470 (Mensal¿o).

Como se vê, o mesmo tema do caso 1 foi debatido também pelo STF, de forma que, pela interpretaç¿o que se extrai dos casos, o que se rechaça é a condenaç¿o em valor para reparaç¿o de danos sem elementos probatórios suficientes. N¿o é o caso do julgado nestes autos.

Condeno o réu nas custas processuais (art. 804 do CPP).

Deixo de aplicar a detraç¿o, posto que o período de pris¿o n¿o impacta no regime inicial de cumprimento da reprimenda.

Autorizo ao acusado recorrer em liberdade porquanto nesta condiç¿o responde ao processo.

Após o trânsito em julgado:

Determino seja o nome do réu lançado no rol dos culpados (art. 393, II do CPP e art. 5º, LVII da CF).

Remeta-se à Vara de Execuç¿es Penais desta comarca, documentaç¿o necessária à formaç¿o dos autos de execuç¿o criminal, inclusive a guia para execuç¿o de penas e medidas n¿o privativas de liberdade e certid¿o do trânsito em julgado da sentença, em 05 (cinco) dias.

Proceda-se às anotaç¿es e comunicaç¿es de estilo (Cartório Eleitoral e Instituto de Identificaç¿o).

Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Dê-se ciência às vítimas.

DA PRESCRIÇ¿O RETROATIVA

Pelo quantum da pena aplicada a cada um dos crimes isoladamente (menos de quatro anos), denota-se que contando da data da sentença retroagindo à data de recebimento da denúncia, transcorreu prazo superior a 10 (dez) anos. Destarte, decorrendo o trânsito em julgado, as penas irremediavelmente estar¿o prescritas, nos termos do Art. 110 do CP, pelo que DETERMINO, após o decurso dos prazos, do retorno dos autos em conclus¿o para declaraç¿o de extinç¿o de punibilidade.

OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Considerando a certid¿o de nº 2021020097339, denotando que o réu por três vezes n¿o praticou o ato devido, bem como só devolveu o processo após ligaç¿o da assessoria do juízo, com analogia no Art. 234, § 2º do CPC, declaro a perda do direito de vistas fora de cartório. Consequentemente, aplico-lhe a multa prevista no referido artigo no patamar de 1/2 (meio) salário-mínimo vigente.

Ademais, a conduta de n¿o devolver os autos pode configurar, a priori, crime de sonegaç¿o de papel ou objeto de valor probatório previsto no Art. 356 do CP. Destarte, determino que sejam encaminhadas cópias da denúncia, das intimaç¿es e da certid¿o de nº 20210200973339 ao MP, para as providências que entender pertinentes.

Santarém/PA, 29 de novembro de 2021.

ALEXANDRE RIZZI, Juiz de Direito Titular da 1ª Vara Criminal Comarca de Santarém

Processo nº 0000658-93.2010.8.14.0200

Tipificaç¿o penal: Art. 171 do CPB (inicial Art. 251 do CPM)

Autor: Ministério Público Estadual

Acusado: DARILDO LIMA SILVA

Patrono: Dr. DARILDO LIMA SILVA OAB/PA 16548

Vítima: GLAUBER MOTA PEREIRA

Assistente: ANDRE LUIZ GONCALVES LISBOA ¿ OAB/PA 12217

DESPACHO

Como medida de economia e celeridade, TRAMITE-SE de modo físico, sendo desnecessária a remessa para a central de digitalizaç¿o.

Providencie-se a intimaç¿o da defesa, do inteiro teor da sentença.

Após, certifique-se o trânsito em julgado ou a interposiç¿o de recursos, se for o caso.

Após, CONCLUSOS.

Santarém/PA, 13 de abril de 2022.

ALEXANDRE RIZZI, Juiz de Direito Titular da 1ª Vara Criminal Comarca de Santarém

[1] NUCCI, Guilherme de Souza. Código penal comentado. 17. ed. rev., atual. e ampl. ¿ Rio de Janeiro: Forense, 2017.

[2] O Banco Real fora adquirido pelo Banco Santander e em 2010, iniciava a transiç¿o, com a troca de nome das agências de para Santander, dessarte, aonde se lê Santader ou Banco Real, s¿o a mesma instituiç¿o.

[3] MIRABETE, Julio Fabrini. Manual de Direito Penal: parte especial, v. 3. P. 217, apud CUNHA, Rogério Sanches, Mnaual de Direito Penal: parte especial.

UPJ DA VARA DE EXECUÇÃO PENAL DE SANTARÉM

E D I T A L D E I N T I M AÇÃO

P R A Z O 15 D I A S

Classe: Execução da Pena

Apenado: ALEX PAIVA MOURA

O Dr. Flávio Oliveira Lauande, MM. Juiz de Direito Titular da Vara de Execução Penal da Comarca de Santarém, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, no uso de suas atribuições legais, etc..

FAZ SABER a quem este ler ou dele tomar conhecimento, **INTIME-SE** o apenado **ALEX PAIVA MOURA**, brasileiro, filho de Maria do Socorro Paiva Moura, nascido em 05/12/1993, atualmente em lugar incerto e não sabido, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, mantenha contato com o setor interdisciplinar da Vara de Execução Penal desta Comarca, através do aplicativo WhatsApp (93) 99134-6704, com a finalidade de dar continuidade ao cumprimento da pena que lhe foi imposta nos autos do processo nº 0002012-71.2017.814.0051, FICANDO DESDE JÁ CIENTE QUE CASO NÃO CUMPRA AO DETERMINADO NESTE EDITAL ESTARÁ SUJEITO A REGRESSÃO DE REGIME OU A OUTRA SANÇÃO. CUMPRA-SE. Dado e passado nesta cidade de Santarém, Estado do Pará, Secretaria da Vara de Execução Penal de Santarém, aos 29 dias do mês de março de 2022. Eu, ____, Ádria Gonçalves Vinhote, Analista Judiciário, digitei e subscrevo.

Ádria Gonçalves Vinhote

Analista Judiciário da VEP de Santarém

De ordem. Provimento 006/2006-CJCI

E D I T A L D E I N T I M AÇÃO

P R A Z O 15 D I A S

Classe: Execução da Pena

Apenado: JONERF RODRIGUES DA SILVA LANGER

O Dr. Flávio Oliveira Lauande, MM. Juiz de Direito Titular da Vara de Execução Penal da Comarca de Santarém, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, no uso de suas atribuições legais, etc..

FAZ SABER a quem este ler ou dele tomar conhecimento, **INTIME-SE** o apenado **JONERF RODRIGUES DA SILVA LANGER**, brasileiro, paraense, natural de Santarém, filho de Ricardo Gomes Langer e Darleth Rodrigues da Silva, nascido em 21/04/1999, atualmente em lugar incerto e não sabido, para que tome ciência da decisão que determinou a revogação da suspensão da pena que lhe foi aplicada nos autos do processo nº 0015401-89.2018.814.0051; bem como para que, no prazo de 05 (cinco) dias, mantenha contato com o setor interdisciplinar da Vara de Execução Penal desta Comarca, através do aplicativo

WhatsApp (93) 99134-6704, com a finalidade de dar início ao cumprimento da pena que lhe foi imposta, FICANDO DESDE JÁ CIENTE QUE CASO NÃO CUMPRA AO DETERMINADO NESTE EDITAL ESTARÁ SUJEIRO A REGRESSÃO DE REGIME OU A OUTRA SANÇÃO. CUMPRA-SE. Dado e passado nesta cidade de Santarém, Estado do Pará, Secretaria da Vara de Execução Penal de Santarém, aos 29 dias do mês de março de 2022. Eu, ____, Ádria Gonçalves Vinhote, Analista Judiciário, digitei e subscrevo.

Ádria Gonçalves Vinhote

Analista Judiciário da VEP de Santarém

De ordem. Provimento 006/2006-CJCI

E D I T A L D E I N T I M AÇÃO

P R A Z O 15 D I A S

Classe: Execução da Pena

Apenado: ALEXANDRE FERREIRA

O Dr. Flávio Oliveira Lauande, MM. Juiz de Direito Titular da Vara de Execução Penal da Comarca de Santarém, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, no uso de suas atribuições legais, etc..

FAZ SABER a quem este ler ou dele tomar conhecimento, **INTIME-SE** o apenado **ALEXANDRE FERREIRA**, brasileiro, filho de Raquel Ferreira da Silva ou Raquel Ferreira, nascido em 09/08/1985, atualmente em lugar incerto e não sabido, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, mantenha contato com o setor interdisciplinar da Vara de Execução Penal desta Comarca, através do aplicativo WhatsApp (93) 99134-6704, com a finalidade de dar continuidade ao cumprimento da pena que lhe foi imposta nos autos do processo nº 0000968-51.2016.814.0051, FICANDO DESDE JÁ CIENTE QUE CASO NÃO CUMPRA AO DETERMINADO NESTE EDITAL ESTARÁ SUJEITO A REGRESSÃO DE REGIME OU A OUTRA SANÇÃO. CUMPRA-SE. Dado e passado nesta cidade de Santarém, Estado do Pará, Secretaria da Vara de Execução Penal de Santarém, aos 29 dias do mês de março de 2022. Eu, ____, Ádria Gonçalves Vinhote, Analista Judiciário, digitei e subscrevo.

Ádria Gonçalves Vinhote

Analista Judiciário da VEP de Santarém

De ordem. Provimento 006/2006-CJCI

E D I T A L D E I N T I M AÇÃO

P R A Z O 15 D I A S

Classe: Execução da Pena

Apenada: DORACY GOMES DE ANDRADE

O Dr. Flávio Oliveira Lauande, MM. Juiz de Direito Titular da Vara de Execução Penal da Comarca de Santarém, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, no uso de suas atribuições legais, etc..

FAZ SABER a quem este ler ou dele tomar conhecimento, **INTIME-SE** a apenada **DORACY GOMES DE ANDRADE**, brasileira, filha de Francisco José Andrade e Maria Gomes de Andrade, nascida em 20/01/1971, atualmente em lugar incerto e não sabido, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, mantenha contato com o setor interdisciplinar da Vara de Execução Penal desta Comarca, através do aplicativo WhatsApp (93) 99134-6704, com a finalidade de dar continuidade ao cumprimento da pena que lhe foi imposta nos autos do processo nº 0001001-46.2013.814.0051, FICANDO DESDE JÁ CIENTE QUE CASO NÃO CUMPRA AO DETERMINADO NESTE EDITAL ESTARÁ SUJEITO A REGRESSÃO DE REGIME OU A OUTRA SANÇÃO. CUMPRA-SE. Dado e passado nesta cidade de Santarém, Estado do Pará, Secretaria da Vara de Execução Penal de Santarém, aos 29 dias do mês de março de 2022. Eu, ____, Ádria Gonçalves Vinhote, Analista Judiciário, digitei e subscrevo.

Ádria Gonçalves Vinhote

Analista Judiciário da VEP de Santarém

De ordem. Provimento 006/2006-CJCI

E D I T A L D E I N T I M AÇÃO

P R A Z O 15 D I A S

Classe: Execução da Pena

Apenado: RUDIMAR NOGUEIRA KAMINSKI

O Dr. Flávio Oliveira Lauande, MM. Juiz de Direito Titular da Vara de Execução Penal da Comarca de Santarém, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, no uso de suas atribuições legais, etc..

FAZ SABER a quem este ler ou dele tomar conhecimento, **INTIME-SE** o apenado **RUDIMAR NOGUEIRA KAMINSKI**, brasileiro, filho de Gilmar Kaminski e Célia Regina Nogueira, nascido em 22/11/1995, atualmente em lugar incerto e não sabido, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, mantenha contato com o setor interdisciplinar da Vara de Execução Penal desta Comarca, através do aplicativo WhatsApp (93) 99134-6704, com a finalidade de dar continuidade ao cumprimento da pena que lhe foi imposta nos autos do processo nº 0002156-79.2018.811.0023, FICANDO DESDE JÁ CIENTE QUE CASO NÃO CUMPRA AO DETERMINADO NESTE EDITAL ESTARÁ SUJEITO A REGRESSÃO DE REGIME OU A OUTRA SANÇÃO. CUMPRA-SE. Dado e passado nesta cidade de Santarém, Estado do Pará, Secretaria da Vara de Execução Penal de Santarém, aos 29 dias do mês de março de 2022. Eu, ____, Ádria Gonçalves Vinhote, Analista Judiciário, digitei e subscrevo.

Ádria Gonçalves Vinhote

Analista Judiciário da VEP de Santarém

De ordem. Provimento 006/2006-CJCI

E D I T A L D E I N T I M AÇÃO

P R A Z O 15 D I A S

Classe: Execução da Pena

Apenado: FRED PAULO BATISTA OLIVEIRA

O Dr. Flávio Oliveira Lauande, MM. Juiz de Direito Titular da Vara de Execução Penal da Comarca de Santarém, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, no uso de suas atribuições legais, etc..

FAZ SABER a quem este ler ou dele tomar conhecimento, **INTIME-SE** o apenado **FRED PAULO BATISTA OLIVEIRA**, brasileiro, filho de Maria de Jesus Batista de Oliveira e José Paulo de Sousa, nascido em 01/03/1982, atualmente em lugar incerto e não sabido, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, mantenha contato com o setor interdisciplinar da Vara de Execução Penal desta Comarca, através do aplicativo WhatsApp (93) 99134-6704, com a finalidade de dar continuidade ao cumprimento da pena que lhe foi imposta nos autos do processo nº 0003239-82.2006.814.0051, FICANDO DESDE JÁ CIENTE QUE CASO NÃO CUMPRA AO DETERMINADO NESTE EDITAL ESTARÁ SUJEITO A REGRESSÃO DE REGIME OU A OUTRA SANÇÃO. CUMPRA-SE. Dado e passado nesta cidade de Santarém, Estado do Pará, Secretaria da Vara de Execução Penal de Santarém, aos 29 dias do mês de março de 2022. Eu, ____, Ádria Gonçalves Vinhote, Analista Judiciário, digitei e subscrevo.

Ádria Gonçalves Vinhote

Analista Judiciário da VEP de Santarém

De ordem. Provimento 006/2006-CJCI

E D I T A L D E I N T I M AÇÃO

P R A Z O 15 D I A S

Classe: Execução da Pena

Apenada: RAIANE NOGUEIRA DOS SANTOS

O Dr. Flávio Oliveira Lauande, MM. Juiz de Direito Titular da Vara de Execução Penal da Comarca de Santarém, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, no uso de suas atribuições legais, etc..

FAZ SABER a quem este ler ou dele tomar conhecimento, **INTIME-SE** a apenada **RAIANE NOGUEIRA DOS SANTOS**, brasileira, paraense, filha de Maria Eliene Nogueira dos Santos, nascida em 17/04/1990, atualmente em lugar incerto e não sabido, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, mantenha contato com o

setor interdisciplinar da Vara de Execução Penal desta Comarca, através do aplicativo WhatsApp (93) 99134-6704, com a finalidade de tomar ciência da sentença que converteu as penas restritivas de direitos que lhe foram aplicadas nos autos do processo nº 0005260-11.2018.814.0051 em privativa de liberdade, a ser cumprida no regime aberto; bem como dar início ao cumprimento da pena, FICANDO DESDE JÁ CIENTE QUE CASO NÃO CUMPRA AO DETERMINADO NESTE EDITAL ESTARÁ SUJEITA A REGRESSÃO DE REGIME OU A OUTRA SANÇÃO. CUMPRA-SE. Dado e passado nesta cidade de Santarém, Estado do Pará, Secretaria da Vara de Execução Penal de Santarém, aos 29 dias do mês de março de 2022. Eu, ____, Ádria Gonçalves Vinhote, Analista Judiciário, digitei e subscrevo.

Ádria Gonçalves Vinhote

Analista Judiciário da VEP de Santarém

De ordem. Provimento 006/2006-CJCI

E D I T A L D E I N T I M AÇÃO

P R A Z O 15 D I A S

Classe: Execução da Pena

Apenado: DILSON SANTOS DE SIQUEIRA

O Dr. Flávio Oliveira Lauande, MM. Juiz de Direito Titular da Vara de Execução Penal da Comarca de Santarém, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, no uso de suas atribuições legais, etc..

FAZ SABER a quem este ler ou dele tomar conhecimento, **INTIME-SE** o apenado **DILSON SANTOS DE SIQUEIRA**, brasileiro, paraense, filho de Vera Lúcia Santos de Siqueira, nascido em 03/09/1982, atualmente em lugar incerto e não sabido, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, mantenha contato com o setor interdisciplinar da Vara de Execução Penal desta Comarca, através do aplicativo WhatsApp (93) 99134-6704, com a finalidade de tomar ciência da sentença que converteu as penas restritivas de direitos que lhe foram aplicadas nos autos do processo nº 0010825-87.2017.814.0051 em privativa de liberdade, a ser cumprida no regime aberto; bem como dar início ao cumprimento da pena, FICANDO DESDE JÁ CIENTE QUE CASO NÃO CUMPRA AO DETERMINADO NESTE EDITAL ESTARÁ SUJEITO A REGRESSÃO DE REGIME OU A OUTRA SANÇÃO. CUMPRA-SE. Dado e passado nesta cidade de Santarém, Estado do Pará, Secretaria da Vara de Execução Penal de Santarém, aos 29 dias do mês de março de 2022. Eu, ____, Ádria Gonçalves Vinhote, Analista Judiciário, digitei e subscrevo.

Ádria Gonçalves Vinhote

Analista Judiciário da VEP de Santarém

De ordem. Provimento 006/2006-CJCI

E D I T A L D E I N T I M AÇÃO

P R A Z O 15 D I A S

Classe: Execução da Pena

Apenado: LEONARDO PEREIRA DE ALENCAR

O Dr. Flávio Oliveira Lauande, MM. Juiz de Direito Titular da Vara de Execução Penal da Comarca de Santarém, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, no uso de suas atribuições legais, etc..

FAZ SABER a quem este ler ou dele tomar conhecimento, **INTIME-SE** o apenado **LEONARDO PEREIRA DE ALENCAR**, brasileiro, paraense, filho de Linaldo Cardoso Alencar e Maria Cleonildes Pereira, nascido em 11/09/1992, atualmente em lugar incerto e não sabido, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, mantenha contato com o setor interdisciplinar da Vara de Execução Penal desta Comarca, através do aplicativo WhatsApp (93) 99134-6704, com a finalidade de tomar ciência da sentença que converteu as penas restritivas de direitos que lhe foram aplicadas nos autos do processo nº 0016600-83.2017.814.0051 em privativa de liberdade, a ser cumprida no regime aberto; bem como dar início ao cumprimento da pena, FICANDO DESDE JÁ CIENTE QUE CASO NÃO CUMPRA AO DETERMINADO NESTE EDITAL ESTARÁ SUJEITO A REGRESSÃO DE REGIME OU A OUTRA SANÇÃO. CUMPRA-SE. Dado e passado nesta cidade de Santarém, Estado do Pará, Secretaria da Vara de Execução Penal de Santarém, aos 29 dias do mês de março de 2022. Eu, ____, Ádria Gonçalves Vinhote, Analista Judiciário, digitei e subscrevo.

Ádria Gonçalves Vinhote

Analista Judiciário da VEP de Santarém

De ordem. Provimento 006/2006-CJCI

E D I T A L D E I N T I M AÇÃO

P R A Z O 15 D I A S

Classe: Execução da Pena

Apenado: MARLISSON DAS CHAGAS CARDOSO

O Dr. Flávio Oliveira Lauande, MM. Juiz de Direito Titular da Vara de Execução Penal da Comarca de Santarém, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, no uso de suas atribuições legais, etc..

FAZ SABER a quem este ler ou dele tomar conhecimento, **INTIME-SE** o apenado **MARLISSON DAS CHAGAS CARDOSO**, atualmente em lugar incerto e não sabido, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, mantenha contato com o setor interdisciplinar da Vara de Execução Penal desta Comarca, através do aplicativo WhatsApp (93) 99134-6704, com a finalidade de tomar ciência da sentença que converteu as penas restritivas de direitos que lhe foram aplicadas nos autos do processo nº 0004325-75.2017.814.0351 em privativa de liberdade, a ser cumprida no regime aberto; bem como dar início ao cumprimento da pena, FICANDO DESDE JÁ CIENTE QUE CASO NÃO CUMPRA AO DETERMINADO NESTE EDITAL ESTARÁ SUJEITO A REGRESSÃO DE REGIME OU A OUTRA SANÇÃO. CUMPRA-SE. Dado e passado nesta cidade de Santarém, Estado do Pará, Secretaria da Vara de Execução Penal de Santarém, aos 29 dias do mês de março de 2022. Eu, ____, Ádria Gonçalves Vinhote, Analista Judiciário, digitei e subscrevo.

Ádria Gonçalves Vinhote

Analista Judiciário da VEP de Santarém

De ordem. Provimento 006/2006-CJCI

E D I T A L D E I N T I M AÇÃO

P R A Z O 15 D I A S

Classe: Execução da Pena

Apenado: SIDNEY CARDOSO PEDROSO

O Dr. Flávio Oliveira Lauande, MM. Juiz de Direito Titular da Vara de Execução Penal da Comarca de Santarém, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, no uso de suas atribuições legais, etc..

FAZ SABER a quem este ler ou dele tomar conhecimento, **INTIME-SE** o apenado **SIDNEY CARDOSO PEDROSO**, brasileiro, paraense, filho de Fernando Pedroso e Raimunda Serra Cardoso, nascido em 25/06/1979, atualmente em lugar incerto e não sabido, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, mantenha contato com o setor interdisciplinar da Vara de Execução Penal desta Comarca, através do aplicativo WhatsApp (93) 99134-6704, com a finalidade de dar continuidade ao cumprimento das penas que lhe foram impostas nos autos dos processos n^{os} 0002156-79.2000.814.0051 e 0012508-67.2014.814.0051, FICANDO DESDE JÁ CIENTE QUE CASO NÃO CUMPRA AO DETERMINADO NESTE EDITAL ESTARÁ SUJEITO A REGRESSÃO DE REGIME OU A OUTRA SANÇÃO. CUMPRA-SE. Dado e passado nesta cidade de Santarém, Estado do Pará, Secretaria da Vara de Execução Penal de Santarém, aos 29 dias do mês de março de 2022. Eu, ____, Ádria Gonçalves Vinhote, Analista Judiciário, digitei e subscrevo.

Ádria Gonçalves Vinhote

Analista Judiciário da VEP de Santarém

De ordem. Provimento 006/2006-CJCI

E D I T A L D E I N T I M AÇÃO

P R A Z O 15 D I A S

Classe: Execução da Pena

Apenado: JOABSON OLIVEIRA DA SILVA

O Dr. Flávio Oliveira Lauande, MM. Juiz de Direito Titular da Vara de Execução Penal da Comarca de Santarém, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, no uso de suas atribuições legais, etc..

FAZ SABER a quem este ler ou dele tomar conhecimento, **INTIME-SE** o apenado **JOABSON OLIVEIRA DA SILVA**, brasileiro, paraense, filho de Vaneide Oliveira da Silva, nascido em 19/05/1995, atualmente em lugar incerto e não sabido, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, mantenha contato com o setor interdisciplinar da Vara de Execução Penal desta Comarca, através do aplicativo WhatsApp (93) 99134-6704, com a finalidade de dar continuidade ao cumprimento da pena que lhe foi imposta nos autos do processo nº 0005111-28.2018.814.9100, FICANDO DESDE JÁ CIENTE QUE CASO NÃO CUMPRA AO DETERMINADO NESTE EDITAL ESTARÁ SUJEITO A REGRESSÃO DE REGIME OU A OUTRA SANÇÃO. CUMPRA-SE. Dado e passado nesta cidade de Santarém, Estado do Pará, Secretaria da Vara de Execução Penal de Santarém, aos 29 dias do mês de março de 2022. Eu, ____, Ádria Gonçalves Vinhote, Analista Judiciário, digitei e subscrevo.

Ádria Gonçalves Vinhote

Analista Judiciário da VEP de Santarém

De ordem. Provimento 006/2006-CJCI

UPJ DA VARA DO JUIZADO ESPECIAL DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE SANTARÉM

RESENHA: 12/04/2022 A 12/04/2022 - GABINETE DA VARA DO JUIZADO ESPECIAL DE VIOLENCIA DOMESTICA E FAMILIAR DE SANTAREM - VARA: VARA DO JUIZADO ESPECIAL DE VIOLENCIA DOMESTICA E FAMILIAR - MULHER DE SANTAREM

P R O C E S S O : 0 0 0 0 7 8 7 4 5 2 0 1 9 8 1 4 0 0 5 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/04/2022 DENUNCIADO:JHONATA VIEIRA DA SILVA VITIMA:R. C. M. . DISPOSITIVO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do nacional JHONATA VIEIRA SILVA, devidamente qualificado nos autos, com fundamento no disposto nos artigos 107, IV, primeira figura, 109, IV e VI, e 115, todos do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isento o denunciado ao pagamento de custas e despesas judiciais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publicada em audiÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Havendo o trÂ¢nsito em julgado desta sentenÃ§a, proceda-se Ã s anotaÃ§Ãµes necessÃ¡rias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Finalmente, baixe-se o registro de distribuiÃ§Ã£o e arquive-se este processo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SantarÃ©m - ParÃ¡, 12 de abril de 2022. DELIBERAÃÃES FINAIS: As partes renunciam ao prazo recursal, sendo devidamente homologado pelo JuÃzo em audiÃªncia. Cumpridos os comandos da sentenÃ§a, dÃª-se baixa e arquivem-se os autos. Nada mais lido e achado conforme, este termo foi encerrado e segue assinado pelos presentes. Eu, Igor Edevaldo Alves Machado, estagiÃ¡rio, o digitei e conferi.

P R O C E S S O : 0 0 0 2 6 1 8 9 4 2 0 2 0 8 1 4 0 0 5 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/04/2022 DENUNCIADO:DIEGO DANILO DA SILVA FERREIRA VITIMA:P. M. N. . DELIBERAÃÃES FINAIS: 1.Â Â Â Â Â Redesigno a audiÃªncia para a data de 06/09/2022, Ã s 09h30min, de forma presencial, na sala de audiÃªncias da Vara de violÃªncia domÃ©stica da Comarca de SantarÃ©m, afim de que se proceda Ã oitiva da vÃtima. 2.Â Â Â Â Â Intime-se a vÃtima PATRÃCIA MOTA DO NASCIMENTO no novo endereÃ§o fornecido pelo MP (rua VitÃ³ria RÃ©gia, nÂº 21, bairro do Santarenzinho, SantarÃ©m - PA). 3.Â Â Â Â Â Considerando que se tratam de autos fÃsicos, e que a nova data designada para o ato ultrapassa o prazo definido pelo Tribunal para digitalizaÃ§Ã£o de todos os processos que tramitam nesta Vara especializada, determino a digitalizaÃ§Ã£o dos presentes autos. 4.Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio e cumpra-se. Nada mais lido e achado conforme, este termo foi encerrado e segue assinado pelos presentes. Eu, Igor Edevaldo Alves Machado, estagiÃ¡rio, o digitei e conferi.

P R O C E S S O : 0 0 0 2 9 0 3 8 7 2 0 2 0 8 1 4 0 0 5 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 12/04/2022 REQUERENTE:D. S. O. REQUERIDO:A. A. C. . (...). Â Â Â Â Â Â Â Â Â III - DISPOSITIVO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto e de tudo o mais que dos autos consta, atendendo aos princÃpios e demais normas orientadoras da matÃ©ria, acolho a manifestaÃ§Ã£o ministerial e JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÃÃO DE MÃRITO, e o faÃ§o de ofÃcio, nos termos do art. 485, III c/c art. 77, V, ambos do CPC, tendo em vista a parte autora nÃ£o ter informado sua mudanÃ§a de endereÃ§o, ficando a causa abandonada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas e sem honorÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo sem eventual recurso, certifique-se e arquivem-se os autos com baixa na distribuiÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se, como de praxe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Expedientes NecessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â SantarÃ©m - PA, 12 de abril de 2022. Â Â Â Â Â CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA Â Â Â Â Â JuÃza de Direito titular da Vara do Juizado da ViolÃªncia DomÃ©stica Â Â Â Â Â e Familiar contra a Mulher de SantarÃ©m-PA.

P R O C E S S O : 0 0 0 3 9 2 8 3 8 2 0 2 0 8 1 4 0 0 5 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 12/04/2022 REQUERENTE:R. M. F. REQUERIDO:W. G. O. B. . (...). Â Â Â Â Â Â Â Â Â III - DISPOSITIVO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto e de tudo o mais que dos autos consta, atendendo aos princÃpios e demais normas orientadoras da matÃ©ria, HOMOLOGO A DESISTÃNCIA e JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÃÃO DE MÃRITO, e o faÃ§o nos termos do art. 485, VIII do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deixo de condenar a requerente em custas e honorÃ¡rios por ser beneficiÃ¡ria da justiÃ§a gratuita, nos termos do art. 40, VIII da

Lei Estadual nÂº 8.328/2015, que dispÃµe sobre o Regimento de Custas e outras despesas processuais no Ã¢mbito do Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡, isenta Ã s vÃtimas nos processos de competÃªncia do Juizado de ViolÃªncia DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher. E, ainda, por ser entendimento pacÃfico no STJ que a extinÃ§Ã£o pela perda do objeto nÃ£o gera sucumbÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, decorrido o prazo sem eventual recurso, certifique-se e arquivem-se os autos com baixa na distribuiÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se ciÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Expedientes necessÃ¡rios. Cumpra-se com as cautelas de praxe. Â Â Â Â Â Â SantarÃ©m - PA, 12 de abril de 2022.Â CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA JuÃza de Direito Titular da Vara do Juizado da ViolÃªncia DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher de SantarÃ©m-PA.

P R O C E S S O : 0 0 0 4 8 1 1 1 9 2 0 1 9 8 1 4 0 0 5 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/04/2022 VITIMA:A. C. F. S. DENUNCIADO:LEONARDO BATISTA NOGUEIRA. Processo NÂº 0004811-19.2019.8.14.0051 AÃ§Ã£o Penal PÃºblica Denunciado: LEONARDO BATISTA NOGUEIRA Defensoria PÃºblica Â D E S P A C H O Â Â Â Â Â Â 1. Tendo em vista a inexistÃªncia de causas que autorizem a absolviÃ§Ã£o sumÃ¡ria, MANTENHO o recebimento da denÃºncia, uma vez que a defesa nÃ£o arguiu qualquer matÃ©ria que me convencesse a reconsiderar o recebimento da peÃ§a acusatÃ³ria, notadamente as matÃ©rias ventiladas no art. 397 do CPP. Â Â Â Â Â Â 2. Desta feita, designo audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para o dia 06 de SETEMBRO de 2022, Ã s 10h00min, pelo que determino a requisiÃ§Ã£o do rÃ©u, se preso estiver, ou sua intimaÃ§Ã£o pessoal, se solto, ou, ainda, a publicaÃ§Ã£o da data da audiÃªncia por meio de edital, caso esteja em local incerto e nÃ£o sabido. Â Â Â Â Â Â 3. Atente-se para a eventual existÃªncia de outros processos em tramitaÃ§Ã£o do acusado (0806950-37.2021), devendo reuni-los e observar a designaÃ§Ã£o da audiÃªncia para a mesma data. Â Â Â Â Â Â 4. ExpeÃ§a-se mandado de intimaÃ§Ã£o para as testemunhas arroladas pelo MinistÃ©rio PÃºblico e, sendo o caso, as testemunhas arroladas pela defesa, devendo constar nos mandados que a ausÃªncia injustificada da testemunha poderÃ¡ ensejar na instauraÃ§Ã£o de procedimento contra a mesma por crime de desobediÃªncia - Art. 330 do CPB. Â Â Â Â Â Â 5. Intimem-se o MinistÃ©rio PÃºblico, a assistÃªncia, se houver, assim como a defesa. Â Â Â Â Â Â 6. Cumpra-se as diligÃªncias requeridas pelo MinistÃ©rio PÃºblico na peÃ§a acusatÃ³ria. Â Â Â Â Â Â 7. Juntem-se os antecedentes criminais do(s) rÃ©u(s), relatando o que constar sobre outros procedimentos criminais porventura existentes contra o denunciado. Â Â Â Â Â Â 8. Providencie-se, com prioridade, a digitalizaÃ§Ã£o e a migraÃ§Ã£o do presente feito para o PJE. Â Â Â Â Â Â 9.Â Expedientes necessÃ¡rios. Cumpra-se, como de praxe. Â Â Â Â Â Â SantarÃ©m - PA, 12 de abril de 2022.Â Â Â Â Â Â Â Â CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA Â Â Â Â Â JuÃza de Direito Titular da Vara do Juizado da ViolÃªncia DomÃ©stica e Â Â Â Â Â Familiar contra a Mulher de SantarÃ©m-PA.

P R O C E S S O : 0 0 0 7 0 2 2 9 1 2 0 2 0 8 1 4 0 0 5 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 12/04/2022 REQUERIDO:L. M. REQUERENTE:M. C. R. S. . (...). Â Â Â Â Â Â Â Â Â III - DISPOSITIVO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto e de tudo o mais que dos autos consta, atendendo aos princÃpios e demais normas orientadoras da matÃ©ria, extingo o processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, com fundamento no art. 485, VI, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deixo de condenar a requerente em custas e honorÃ¡rios por ser beneficiÃ¡ria da justiÃ§a gratuita, nos termos do art. 40, VIII da Lei Estadual nÂº 8.328/2015, que dispÃµe sobre o Regimento de Custas e outras despesas processuais no Ã¢mbito do Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡, isenta Ã s vÃtimas nos processos de competÃªncia do Juizado de ViolÃªncia DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher. E, ainda, por ser entendimento pacÃfico no STJ que a extinÃ§Ã£o pela perda do objeto nÃ£o gera sucumbÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se ciÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo sem eventual recurso, certifique-se e arquivem-se os autos com baixa na distribuiÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se, como de praxe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Expedientes NecessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â SantarÃ©m - PA, 12 de abril de 2022. CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA JuÃza de Direito Titular da Vara do Juizado da ViolÃªncia DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher de SantarÃ©m-PA.

P R O C E S S O : 0 0 0 7 3 4 1 9 3 2 0 1 9 8 1 4 0 0 5 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/04/2022 DENUNCIADO:RONEI SANTOS DE OLIVEIRA VITIMA:T. C. B. P. . Â Por todo o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a pretensÃ£o punitiva estatal deduzida na peÃ§a acusatÃ³ria, razÃ£o pela qual ABSOLVO o rÃ©u RONEI SANTOS DE

OLIVEIRA da acusaÃ§Ã£o do cometimento da contravenÃ§Ã£o penal de vias de fato, tipificada no art. 21 do Decreto Lei nÂ° 3.688/41, c/c art. 7Â°, inciso I da Lei nÂ° 11.340/2006, fundamentando a absolviÃ§Ã£o no art. 386, VII, do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publicada em audiÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SantarÃ©m, 12 de abril de 2022. DELIBERAÃÃES FINAIS: As partes renunciam ao prazo recursal, sendo devidamente homologado pelo JuÃzo em audiÃªncia. Cumpridos os comandos da sentenÃ§a, dÃª-se baixa e arquivem-se os autos. Nada mais lido e achado conforme, este termo foi encerrado e segue assinado pelos presentes. Eu, Igor Edevaldo Alves Machado, estagiÃ¡rio, o digitei e conferi.

P R O C E S S O : 0 0 0 8 6 4 2 4 1 2 0 2 0 8 1 4 0 0 5 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 12/04/2022 REQUERENTE:K. K. L. V. REPRESENTANTE:ALBANIRA CASTRO LOPES REQUERIDO:A. J. M. L. REQUERIDO:B. M. L. . (...). Â Â Â Â Â Â Â Â Â III - DISPOSITIVO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto e de tudo o mais que dos autos consta, atendendo aos princÃpios e demais normas orientadoras da matÃ©ria, acolho a manifestaÃ§Ã£o ministerial e JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÃÃO DE MÃRITO, e o faÃ§o nos termos do art. 485, III, do CPC, tendo em vista a inercia da parte autora, ficando a causa abandonada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas, na forma da lei. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo sem eventual recurso, certifique-se e arquivem-se os autos com baixa na distribuiÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se, como de praxe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Expedientes NecessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â SantarÃ©m - PA, 12 de abril de 2022. Â Â Â Â Â CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA Â Â Â Â Â JuÃza de Direito titular da Vara do Juizado da ViolÃªncia DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher de SantarÃ©m-PA

P R O C E S S O : 0 0 0 8 6 6 2 3 2 2 0 2 0 8 1 4 0 0 5 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 12/04/2022 VITIMA:A. A. M. REQUERIDO:LUCENILDO SOUSA PARAGUA. (...). Â Â Â Â Â Â Â Â Â III - DISPOSITIVO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto e de tudo o mais que dos autos consta, atendendo aos princÃpios e demais normas orientadoras da matÃ©ria, HOMOLOGO A DESISTÃNCIA e JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÃÃO DE MÃRITO, e o faÃ§o nos termos do art. 485, VIII do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deixo de condenar a requerente em custas e honorÃ¡rios por ser beneficiÃ¡ria da justiÃ§a gratuita, nos termos do art. 40, VIII da Lei Estadual nÂº 8.328/2015, que dispÃµe sobre o Regimento de Custas e outras despesas processuais no Ã¢mbito do Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡, isenta Ã s vÃtimas nos processos de competÃªncia do Juizado de ViolÃªncia DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher. E, ainda, por ser entendimento pacÃfico no STJ que a extinÃ§Ã£o pela perda do objeto nÃ£o gera sucumbÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, decorrido o prazo sem eventual recurso, certifique-se e arquivem-se os autos com baixa na distribuiÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se ciÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Expedientes necessÃ¡rios. Cumpra-se com as cautelas de praxe. Â Â Â Â Â SantarÃ©m - PA, 12 de abril de 2022.Â CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA JuÃza de Direito Titular da Vara do Juizado da ViolÃªncia DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher de SantarÃ©m-PA.

P R O C E S S O : 0 0 0 9 5 0 8 4 9 2 0 2 0 8 1 4 0 0 5 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/04/2022 DENUNCIADO:SEBASTIAO NOGUEIRA COSTA VITIMA:R. M. F. . DELIBERAÃÃES FINAIS EM AUDIÃNCIA: 1.Â Â Â Â Â Designo a data de 23/08/2022, Ã s 11h30min, de forma presencial, na sala de audiÃªncias da Vara de ViolÃªncia DomÃ©stica da Comarca de SantarÃ©m, para continuaÃ§Ã£o da audiÃªncia, com a finalidade de ouvir as testemunhas LEONARDO FERREIRA COSTA e LORENA KELLEN DA SILVA MARINHO, bem como, interrogar o acusado. 2.Â Â Â Â Â Intime-se testemunha LEONARDO FERREIRA COSTA no endereÃ§o atualizado fornecido pelo MP (rua AngÃ©lica, nÂº 802, Aeroporto Velho) TEL. (93) 99119-1450. 3.Â Â Â Â Â Intime-se a testemunha LORENA KELLEN DA SILVA MARINHO (TEL. 93 99104-6384). 4.Â Â Â Â Â Ciente e intimado o acusado SEBASTIÃO NOGUEIRA COSTA, presente neste ato. 5.Â Â Â Â Â Considerando que se tratam de autos fÃsicos, e que a nova data designada para o ato ultrapassa o prazo definido pelo Tribunal para digitalizaÃ§Ã£o de todos os processos que tramitam nesta Vara especializada, determino a digitalizaÃ§Ã£o dos presentes autos. 6.Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio e cumpra-se. Nada mais lido e achado conforme, este termo foi encerrado e segue assinado pelos presentes. Eu, Igor Edevaldo Alves Machado, estagiÃ¡rio, o digitei e conferi.

P R O C E S S O : 0 0 0 9 9 5 6 2 2 2 0 2 0 8 1 4 0 0 5 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/04/2022 DENUNCIADO:ALAN NASCIMENTO DA SILVA VITIMA:C. S. B. . Processo NÂº 0009956-22.2020.8.14.0051 AÃ§Ã£o Penal PÃºblica Denunciado: ALAN NASCIMENTO DA SILVA Defensoria PÃºblica Â D E S P A C H O Â Â Â Â Â Â 1. Tendo em vista a inexistÃªncia de causas que autorizem a absolviÃ§Ã£o sumÃ¡ria, MANTENHO o recebimento da denÃºncia, uma vez que a defesa nÃ£o arguiu qualquer matÃ©ria que me convencesse a reconsiderar o recebimento da peÃ§a acusatÃ³ria, notadamente as matÃ©rias ventiladas no art. 397 do CPP. Â Â Â Â Â Â 2. Desta feita, designo audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para o dia 06 de SETEMBRO de 2022, Ã s 11h00min, pelo que determino a requisiÃ§Ã£o do rÃ©u, se preso estiver, ou sua intimaÃ§Ã£o pessoal, se solto, ou, ainda, a publicaÃ§Ã£o da data da audiÃªncia por meio de edital, caso esteja em local incerto e nÃ£o sabido. Â Â Â Â Â Â 3. Atente-se para a eventual existÃªncia de outros em tramitaÃ§Ã£o do acusado, devendo reuni-los e observar a designaÃ§Ã£o da audiÃªncia para a mesma data. Â Â Â Â Â Â 4. ExpeÃ§a-se mandado de intimaÃ§Ã£o para as testemunhas arroladas pelo MinistÃ©rio PÃºblico e, sendo o caso, as testemunhas arroladas pela defesa, devendo constar nos mandados que a ausÃªncia injustificada da testemunha poderÃ¡ ensejar na instauraÃ§Ã£o de procedimento contra a mesma por crime de desobediÃªncia - Art. 330 do CPB. Â Â Â Â Â Â 5. Intimem-se o MinistÃ©rio PÃºblico, a assistÃªncia, se houver, assim como a defesa. Â Â Â Â Â Â 6. Cumpra-se as diligÃªncias requeridas pelo MinistÃ©rio PÃºblico na peÃ§a acusatÃ³ria. Â Â Â Â Â Â 7. Juntem-se os antecedentes criminais do(s) rÃ©u(s), relatando o que constar sobre outros procedimentos criminais porventura existentes contra o denunciado. Â Â Â Â Â Â 8. Providencie-se, com prioridade, a digitalizaÃ§Ã£o e a migraÃ§Ã£o do presente feito para o PJE. Â Â Â Â Â Â 9.Â Expedientes necessÃ¡rios. Cumpra-se, como de praxe. Â Â Â Â Â Â SantarÃ©m - PA, 12 de abril de 2022.Â Â Â Â Â Â Â CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA Â Â Â Â Â JuÃza de Direito Titular da Vara do Juizado da ViolÃªncia DomÃ©stica e Â Â Â Â Â Familiar contra a Mulher de SantarÃ©m-PA.

P R O C E S S O : 0 0 1 3 2 8 1 3 9 2 0 1 9 8 1 4 0 0 5 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/04/2022 DENUNCIADO:FRANCISCO ELINALDO LIRA DE ARAUJO VITIMA:E. R. S. VITIMA:A. S. S. . DELIBERAÃÃES FINAIS EM AUDIÃNCIA: 1.Â Â Â Â Â Redesigno a audiÃªncia para a data de 28/07/2022, Ã s 10h40min, de forma PRESENCIAL, na sala de audiÃªncias da Vara de ViolÃªncia DomÃ©stica da Comarca de SantarÃ©m. 2.Â Â Â Â Â Renovem-se as diligÃªncias para INTIMAÃÃO PESSOAL da vÃtima ALANA DA SILVA SÃ, tendo em vista que foi intimada apenas por telefone anteriormente. 3.Â Â Â Â Â Renovem-se as diligÃªncias para INTIMAÃÃO PESSOAL DA vÃtima ENI ROCHA SÃ, tendo em vista que foi intimada apenas por telefone anteriormente. 4.Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se ofÃcio Ã PolÃcia Militar solicitando a apresentaÃ§Ã£o dos policiais JOSÃ ANTÃNIO DA SILVA SANTOS E FAGNO FREITAS LIMA. 5.Â Â Â Â Â Ciente e intimado o acusado FRANCISCO ELINALDO LIRA DE ARAÃJO e sua advogada, presentes neste ato. 6.Â Â Â Â Â Considerando que se tratam de autos fÃsicos, e que a nova data designada para o ato ultrapassa o prazo definido pelo Tribunal para digitalizaÃ§Ã£o de todos os processos que tramitam nesta Vara especializada, determino a digitalizaÃ§Ã£o dos presentes autos. 7.Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio e cumpra-se. Nada mais lido e achado conforme, este termo foi encerrado e segue assinado pelos presentes. Eu, Igor Edevaldo Alves Machado, estagiÃ¡rio, o digitei e conferi.

P R O C E S S O : 0 0 1 3 5 4 1 1 9 2 0 1 9 8 1 4 0 0 5 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/04/2022 DENUNCIADO:PAULO VICENTE BEREZA Representante(s): OAB 10087 - SIDNEY CAMPOS GOMES (ADVOGADO) OAB 28734 - MATHEUS FEITOSA DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:N. C. M. C. B. . Processo nÂ°. 0013541-19.2019.8.14.0051 Autos de AÃ§Ã£o Penal PÃºblica RÃ©u: PAULO VICENTE BEREZA Advogado: SIDNEY CAMPOS GOMES - OAB/PA NÂº 10-087 e Â MATHEUS FEITOSA DA SILVA - OAB/PA NÂº 28.734. Â Â Â Â Â D E S P A C H O Â Â Â Â Â Â 1. Diante da tempestividade da apelaÃ§Ã£o interposta pelo rÃ©u, conforme certidÃ£o reto, abra-se vista dos autos ao(s) advogado(s) habilitado(s) nos autos para apresentar razÃµes de apelaÃ§Ã£o, e, apÃ³s ao MinistÃ©rio PÃºblico para apresentaÃ§Ã£o de contrarrazÃµes. Â Â Â Â Â Â 2. Apresentadas as razÃµes e contrarrazÃµes ao recurso, remetam-se os autos ao EgrÃ©gio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com as homenagens desta magistrada. Â Â Â Â Â Â 3. Cumpra-se. DÃª-se prioridade. Â Â Â Â Â SantarÃ©m - PA, 12 de abril de 2022. Â Â Â Â Â CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA Â Â Â Â Â JuÃza de Direito Titular da Vara do Juizado da ViolÃªncia DomÃ©stica e

Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Familiar contra a Mulher de SantarÃ©m-PA.

P R O C E S S O : 0 0 0 3 4 3 6 8 0 2 0 1 9 8 1 4 0 0 5 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: DENUNCIADO: E. G. L. VITIMA: Z. L. P.

COMARCA DE ALTAMIRA

SECRETARIA DA 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ALTAMIRA

PROCESSO: 0010082-21.2017.8.14.0005 **ASSUNTO:** [Inventário e Partilha] **CLASSE:** INVENTÁRIO (39) **EDITAL DE CITAÇÃO ¿ PRAZO 15 (QUINZE) DIAS** O DR. **ANDRÉ PAULO ALENCAR SPÍNDOLA**, Juiz de Direito Respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER aos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem que, por meio deste, com prazo de 15 (quinze) dias, ficam **CITADOS TODOS OS EVENTUAIS HERDEIROS**, para responderem ao INVENTÁRIO (39), em curso neste Juízo da 3ª Vara Cível e Empresarial, proposta pelos requerentes **ALCILENE SILVA DE ALMEIDA**, **FRANCISCA DA SILVA LIRA** e **ELIANE MARIA BATISTA**, de cujus **DOMINGOS BARBOSA DA SILVA** e **TEREZINHA DE JESUS TELES DA SILVA**. Cientificando-os de que o prazo para contestarem a ação é de 15 (quinze) dias, não sendo contestada a presente ação presumir-se-ão como verdadeiros os fatos articulados pelo autor. E para que não se aleguem ignorância, foi expedido o presente Edital em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, afixado no lugar de costume, e publicado no Diário de Justiça Eletrônico, conforme determinação da lei. Dado e passado nesta cidade de Altamira, Estado do Pará, aos 13 de abril de 2022. Eu, JADNA CLEIA SILVA SOUSA, Auxiliar Judiciário de Secretária da 3ª Vara Cível, digitei, subscrevi e assino. De ordem do Exmo. Sr. Dr. **ANDRÉ PAULO ALENCAR SPÍNDOLA**, Juiz de Direito Respondendo deste Juízo. JADNA CLEIA SILVA SOUSA Auxiliar Judiciário de Secretaria da 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira/PA

COMARCA DE TUCURUÍ

SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE TUCURUÍ

RESENHA: 17/03/2022 A 17/03/2022 - SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE TUCURUÍ - VARA: VARA CRIMINAL DE TUCURUÍ PROCESSO: 00026268520138140061 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PEDRO ENRICO DE OLIVEIRA A??o: Execução da Pena em: 17/03/2022 APENADO:WENDESON RODRIGUES PINHEIRO REQUERIDO:JUIZO DE EXECUCAO PENAL DA COMARCA DE TUCURUI/PA. SENTENÃA: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O sentenciado devidamente qualificado nos autos, foi processado e condenado, tendo cumprido integralmente sua pena. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Consta dos autos, certidÃ£o de cumprimento integral da pena. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Manifestou-se o MinistÃ©rio PÃºblico pela extinÃ§Ã£o da punibilidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â D E C I D O. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Uma vez que o rÃ©u cumpriu integralmente a (s) pena (s) imposta (s), e tendo o MinistÃ©rio PÃºblico se manifestado favoravelmente, resta apenas a extinÃ§Ã£o de sua punibilidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, JULGO EXTINTA a punibilidade do sentenciado PAULO AUGUSTO VELOSO, nos termos do artigo 66, II, da Lei de ExecuÃ§Ãµes Penais, em virtude do integral cumprimento da pena imposta. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado proceder Ã s comunicaÃ§Ãµes de praxe e arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â TucuruÃ-/PA, 17 de marÃ§o de 2022. PEDRO ENRICO DE OLIVEIRA Juiz de Direito Titular da Vara Criminal da Comarca de TucuruÃ- PROCESSO: 00083503120178140061 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PEDRO ENRICO DE OLIVEIRA A??o: Execução da Pena em: 17/03/2022 APENADO:MARLON DA SILVA RODRIGUES EXEQUENTE:JUIZO DE EXECUCAO DE TUCURUI. RÃ©u: MARLON DA SILVA RODRIGUES. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de deliberaÃ§Ã£o quanto Ã prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o executÃ³ria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Fundamento e decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O sentenciado, foi condenado como incurso no art. 129, Â§ 9Âº, do CÃ³digo Penal, c/c a Lei 11.340/06 Ã pena de 08 (oito) meses de detenÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O lapso prescricional a ser observado Ã© de quatro anos, nos termos do artigo 109, inciso V do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, observado o Ãºltimo marco prescricional, qual seja, o trÃ¢nsito em julgado para o MinistÃ©rio PÃºblico, e considerando que, atÃ© a presente data, nÃ£o foi iniciado o cumprimento da pena, tampouco ocorreram outros marcos interruptivos ou suspensivos da prescriÃ§Ã£o, de rigor o reconhecimento da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o executÃ³ria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por tais fundamentos, reconheÃ§o a prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o executÃ³ria e julgo extinta a punibilidade do sentenciado MARLON DA SILVA RODRIGUES, em relaÃ§Ã£o Ã pena imposta neste processo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se o apenado, via DiÃ¡rio de JustiÃ§a EletrÃ´nico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico e Ã Defensoria PÃºblica. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â TucuruÃ-- PA, 17 de marÃ§o de 2022. PEDRO ENRICO DE OLIVEIRA Juiz de Direito Titular da Vara Criminal da Comarca de TucuruÃ- PROCESSO: 00911750320158140061 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PEDRO ENRICO DE OLIVEIRA A??o: Medidas Protetivas - Estatuto do Idoso Criminal em: 17/03/2022 VITIMA:M. M. F. C. AUTOR:MP PJT INDICIADO:ADRIANA CRISTINA MORAES DA ROCHA Representante(s): OAB 6147 - EDILEUZA PAIXAO MEIRELES (ADVOGADO) INDICIADO:STENIO DE SOUZA LEMOS Representante(s): OAB 6147 - EDILEUZA PAIXAO MEIRELES (ADVOGADO) . SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡, com atuaÃ§Ã£o nesta Comarca, atravÃ©s da Promotora de JustiÃ§a, Dra. ADRIANA PASSOS FERREIRA, propÃ´s perante este JuÃ-zo Pedido de Medida Protetiva de urgÃªncia, com arrimo nas Leis nÂ°s 11.340/06 e 10.741/03, em face de CRISTIANE DA CONCEIÃÃO COSTA e seu esposo, e ADRIANA COSTA e seu esposo, residentes e domiciliados Ã Rua Presidente MÃ©dici, bairro Santa Izabel, nesta cidade, tendo em vista que os mesmos vem praticando agressÃµes no ambiente da unidade domÃ©stica da vÃ-tima MARIA MADALENA FURTADO CASTRO, residente e domiciliada Ã Rua Presidente MÃ©dici, nÂ° 286, bairro Santa Izabel, nesta cidade, que Ã© pessoa idosa e possuidora de uma fragilidade psÃ-quica e vem sendo perseguida e ameaÃ§ada pelos vizinhos que jogam pedras no telhado de sua casa, assim como lhe xingam de velha imunda e velha doida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Instruiu o pedido com Estudo Social realizado pelo CREAS, onde conclui que a saÃºde da vÃ-tima estÃ¡ sendo afetada como um todo e que as medidas de urgÃªncia se fazem necessÃ¡rias para que possam diminuir a vulnerabilidade e o risco social a

que a idosa se encontra, e relatÃ³rio do Departamento de VigilÃ¢ncia SanitÃ¡ria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em decisÃ£o liminar de fls. 29/30, foram concedidas medidas protetivas Ã vÃ-tima. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â As partes foram devidamente intimadas, conforme certidÃ£o de fl. 23. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A defesa de StÃªnio de Souza Lemos e Adriana Cristina Moraes da Rocha requereu vista dos autos Ã s fls. 24/25. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ProcuraÃ§Ã£o Ã fl. 26. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em despacho de fl. 27, este JuÃ-zo deferiu o pedido de vista. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ãs fls. 29/35 a defesa de StÃªnio de Souza Lemos e Adriana Cristina Moraes da Rocha requereu a revogaÃ§Ã£o das medidas protetivas de urgÃªncia anteriormente decretadas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã fl. 66 o Parquet Estadual requereu a designaÃ§Ã£o de audiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em audiÃªncia, compareceu apenas a suposta vÃ-tima. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sucintamente relatado, DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Entendo que a causa estÃ¡ suficientemente instruÃ-da para o seu julgamento, sendo desnecessÃ¡ria a produÃ§Ã£o de provas em audiÃªncia, mesmo porque o objeto dos presentes autos Ã© tÃ£o somente para a apreciaÃ§Ã£o da manutenÃ§Ã£o e/ou revogaÃ§Ã£o das medidas protetivas de urgÃªncia, e por isso passo a apreciaÃ§Ã£o do feito, nos termos do art. 355, I, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Consta dos autos que o motivo da requerente solicitar as medidas protetivas se deu em virtude de ter sido sua tranquilidade supostamente perturbada por alguns vizinhos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os requeridos embora tenham se manifestado, nÃ£o apresentaram contestaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Inicialmente, esclareÃ§o que o presente feito nÃ£o visa a apuraÃ§Ã£o do fato delituoso, mas sim de medidas protetivas, em decorrÃªncia da perturbaÃ§Ã£o sofrida pela vÃ-tima. Desta forma, a medida protetiva prevista na lei nÂº 11.340/06, como Ã© sabido, visa a garantia da ofendida que se encontra em situaÃ§Ã£o de risco, resguardando-lhe, alÃ©m de sua incolumidade fÃ-sica e psÃ-quica, o direito de uma vida sem violÃªncia e com harmonia, solidariedade, respeito e dignidade, fundamentos esses que devem prevalecer dentro do Ã¢mbito familiar (parentes prÃ³ximos ou pessoas com quem convive ou jÃ¡ conviveu). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Outrossim, anoto que nos casos de violÃªncia contra a mulher, no Ã¢mbito domÃ©stico, a palavra da vÃ-tima ganha especial relevÃ¢ncia, mormente quando o caso ocorre longe dos olhares de testemunhas, pelo que entendo que as declaraÃ§Ãµes constantes nos autos sÃ£o o suficiente para fins de deferimento das medidas protetivas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, mantenho as medidas protetivas deferidas na decisÃ£o liminar em favor da vÃ-tima, a fim de resguardar a sua integridade fÃ-sica e psicolÃ³gica. Em consequÃªncia, declaro extinto o processo com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito com fundamento no art. 487, I, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Mantenho o prazo de 01 (um) ano para a duraÃ§Ã£o das medidas protetivas, a contar da intimaÃ§Ã£o das partes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se a vÃ-tima e os requeridos via DiÃ¡rio de JustiÃ§a EletrÃ´nico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico e Ã Defensoria PÃºblica. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, dÃª-se baixa e arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â TucuruÃ-/PA, 17 de marÃ§o de 2022. PEDRO ENRICO DE OLIVEIRA Juiz de Direito Titular da Vara Criminal da Comarca de TucuruÃ-

COMARCA DE CASTANHAL

SECRETARIA DA 1ª VARA CRIMINAL DE CASTANHAL

Processo nro. 0002843-96.2018.8.14.0015. Crime de Trânsito. Réu: JOÃO PAZ DA SILVA (Advogado: João Bosco Pereira de Araújo, OAB-PA 17.839). Pelo presente, faz-se público, a quem interessar possa, em específico ao(s) advogado(s) constituído(s), que fora prolatada sentença de extinção da punibilidade nos autos.

Processo nro. 0005171-33.2017.8.14.0015. Crime de Trânsito. Réu: JELENA BETANIA DA SILVA (Advogada: Loys Denize Maria Aragão, OAB-PA 7847). Pelo presente, faz-se público, a quem interessar possa, em específico ao(s) advogado(s) constituído(s), que fora prolatada sentença de extinção da punibilidade nos autos.

Processo nº 0008092-04.2013.814.0015. CRIME DE LESÃO CORPORAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. Réu PAULO SERGIO PEREIRA (Adv.: HEITOR PANTOJA OAB/PA Nº 25.270). VÍTIMA J.D.S.P.. Pelo presente, faz-se público, a quem interessar possa, em específico ao(s) advogado(s) constituído(s), que fora exarada sentença de extinção de punibilidade nos autos em epígrafe.

SECRETARIA DA VARA AGRÁRIA DE CASTANHAL

Processo n. º 004153-11.2013.8.14.0049

Autor: RAFAEL SALES OHASHI

Adv.: EVANDRO FARIAS LOPES OAB/PA N° 7013, ELIANASATOMI NOGUCHI OAB/PA N° 6985, CARLENA MORAES LIMA DE OLIVEIRA OAB/PA N° 20154; ROSA KEILA SOUSA DE SOUZA ¿ OAB-PA nº 9229.

Réus: MARIA HELENA GOMES E OUTROS

Adv.: DEFENSORIA PÚBLICA, ELVA MARIA SALES COELHO OAB/PA N° 17.318, MARCOS ROGÉRIO SILVA OAB/GO 55828; ANTÔNIO ALBERTO DA COSTA PIMENTEL ¿ OAB-PA nº ¿ 20.873.

Ação: Reintegração de Posse

DESPACHO ORDINATÓRIO

Nos termos do art. 1º, Parágrafo 2º, inciso XI, do provimento 006/09 da CJCI, que delegou poderes ao Diretor de Secretaria e atribuições para praticar atos de administração e mero expediente, sem caráter decisório, bem como nos termos do artigo 8º, Parágrafo 10 da Portaria Conjunta nº 03 ¿ GP/VP-TJPA, ficam as partes intimadas de que os presentes autos foram digitalizados para tramitação no Sistema de Processo Judicial Eletrônico ¿ PJE.

Castanhal, 13 de abril de 2022.

SYLVIO MAGNUS SILVA FERREIRA

Analista Judiciário da Vara Agrária de Castanhal.

Processo nº 0001486-86.2010.814.0015

Requerentes: Alfredo Gonçalves Viana; Alfred da Silva Nunes Viana

Adv.: **DR. LUIS ANTÔNIO MONTEIRO DE BRITO OAB-PA nº 19.905**; kelly garcia ¿ oab/pa 10.604; jorge borba ¿ oab/pa 2741; marco aurelio de melo nogueira ¿ oab/pa 19.769;

Requeridos: Wilson Dantas Dias, Francisco Diógenes dos Santos e Outros.

Adv.: Baltazar Tavares Sobrinho ¿ OAB/PA 7.815; Thiago Henrique Cristo Paranhos ¿ OAB/PA 18.715; Bruno Marcello Fonseca de Assunç¿o ¿ OAB/PA 19.340; Miguel Biz ¿ OAB/PA 15.409-B, Defensoria Pública Agrária e Nikollas Gabriel Pinto de Oliveira ¿ OAB/PA 22.334.

DESPACHO ORDINATÓRIO

Nos termos do art. 1º, Parágrafo 2º, inciso XI, do provimento 006/09 da CJCI, que delegou poderes ao Diretor de Secretaria e atribuições para praticar atos de administração e mero expediente, sem caráter decisório, bem como nos termos do artigo 8º, Parágrafo 10 da Portaria Conjunta nº 03 ¿ GP/VP-TJPA, ficam as partes intimadas de que os presentes autos foram digitalizados para tramitação no Sistema de Processo Judicial Eletrônico ¿ PJE.

Castanhal, 13 de abril de 2022.

SYLVIO MAGNUS SILVA FERREIRA

Analista Judiciário da Vara Agrária de Castanhal.

PROCESSO: 0002720-40.2006.8.14.0015

Requerentes: Agropecuária Flechal S/A, Pedro Paulo Melo Bastos

Advogados (As): Fabrizio Santos Bordallo OAB/PA 8697, Jefferson Carvalho Galvão OAB/PA 16.500, Thatiana De Araújo Ribas OAB/PA 11364, Laiz Jane Ferreira Pinheiro OAB/PA 14.983.

Requeridos: Joaquim Dos Santos E Outros

Advogados (As): Baltazar Tavares Sobrinho OAB/PA N° 7815, Antônio Costas Passo OAB/PA N° 10157.

Ação: Reintegração / Manutenção de Posse.

DESPACHO ORDINATÓRIO

Nos termos do art. 1º, Parágrafo 2º, inciso XI, do provimento 006/09 da CJCI, que delegou poderes ao Diretor de Secretaria e atribuições para praticar atos de administração e mero expediente, sem caráter decisório, bem como nos termos do artigo 8º, Parágrafo 10 da Portaria Conjunta nº 03 ¿ GP/VP-TJPA, ficam as partes intimadas de que os presentes autos foram digitalizados para tramitação no Sistema de Processo Judicial Eletrônico ¿ PJE.

Castanhal, 13 de abril de 2022.

SYLVIO MAGNUS SILVA FERREIRA

Analista Judiciário da Vara Agrária de Castanhal.

Processo n. º 0002115-58.2006.814.0015

Requerente: Espólio de Alexandre Sylvan Machado e Ricardo Machado Perrone

Adv.: Maxiely Scaramussa Bergamin OAB/PA n°. 12.399, Márcia Pires Chaves ¿ OAB-PA nº 16241-B.

Requeridos: Associação dos Mini e Pequenos Produtores Rurais da Colônia Potiritá, Associação dos Moradores, Produtores e Produtoras da Colônia Cachoeiro e Outros.

Adv.: Nelson Francisco Marzullo Maia OAB/PA n°. 7.440, Jéssica Reis ¿ OAB-PA nº 29.189, Cadmo Bastos Melo Júnior ¿ OAB- PA nº 4749, Defensoria Pública Agrária.

Ação: Reintegração de Posse (Fazenda Cachoeiro ¿ Paragominas/PA)

DESPACHO ORDINATÓRIO

Nos termos do art. 1º, Parágrafo 2º, inciso XI, do provimento 006/09 da CJCI, que delegou poderes ao Diretor de Secretaria e atribuições para praticar atos de administração e mero expediente, sem caráter decisório, bem como nos termos do artigo 8º, Parágrafo 10 da Portaria Conjunta nº 03 ¿ GP/VP-TJPA, ficam as partes intimadas de que os presentes autos foram digitalizados para tramitação no Sistema de Processo Judicial Eletrônico ¿ PJE.

Castanhal, 13 de abril de 2022.

SYLVIO MAGNUS SILVA FERREIRA

Analista Judiciário da Vara Agrária de Castanhal.

PROCESSO N° 0008690-21.2014.8.14.0015

REQUERENTE: FRANCISCA ALVES DA SILVA

ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA

REQUERIDO: CARANGUEIJINHO, SAMUEL DE TAL, GRAÇA, JOÃO PINHEIRO, ZÉ PINHEIRO ZILO E OUTROS

ADVOGADO: FRANCISCO RODRIGO ARAÚJO SAMPAIO OAB/PA N°: 22.286

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

PROCESSO: 0008690-21.2014.8.14.0015

REQUERENTE(S): HERDEIROS DE FRANCISCA ALVES DA SILVA: Sr. Deguimar Jucelice Alves da Silva e OUTROS.

ADVOGADO(A): DEFENSORIA PÚBLICA AGRÁRIA

REQUERIDO(A)(S): JOSÉ DA SILVA PINHEIRO, MANOEL R. LOPES DOS SANTOS, MARIA GRACIETE DEAMORIM SILVA VIEIRA, FRANCISCO XAVIER DIAS, JOÃO DA SILVA PINHEIRO e OUTROS.

ADVOGADO(A): Dr. FRANCISCO RODRIGO ARAÚJO SAMPAIO, OAB/PA n. 22.286

AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE ¿ CASTANHAL

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de março do ano de 2022, às 11h, na sala de audiências da Vara Agrária da Castanhal, presente o MM. Juiz de Direito Presidente, Dr. ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO G. DA FONSECA, comigo, Analista Judiciária/Assessora, abaixo assinado. Presente a estagiária NAELY DOS SANTOS MOREIRA. Presente a representante do Ministério Público, Dra. IONE MISSAE DA SILVA NAKAMURA bem como o estagiário do MP, acadêmico de direito da Estácio, Sr. THAYON RIBEIRO DOS SANTOS, RG n. 6300640 MTE/PA e CPF n. 039.214.772-63. Apregoadas as partes, verificou-se a ausência da parte autora (herdeiros da senhora Francisca Alves da Silva) Sr. DEGUIMAR JUCELICE ALVES DA SILVA e OUTROS. Presente a Defensora Pública Agrária, Dra. ANDREAMACEDO BARRETO, que assiste à parte autora. Presente o requerido Sr. MANOEL ROSILO LOPES DOS SANTOS, RG n. 3621044 PC/PA. Ausentes os requeridos Sr. JOSÉ DA SILVA PINHEIRO, MARIA GRACIETE DE AMORIMSILVA VIEIRA, FRANCISCO XAVIER DIAS, JOÃO DA SILVA PINHEIRO e OUTROS. Ausente o advogado dos requeridos habilitado nos autos Dr. FRANCISCO RODRIGO ARAÚJO SAMPAIO, OAB/PA n. 22.286. Se apresentaram também no ato como possíveis requeridos, os senhores Sra. ANTÔNIO PINHEIRO DA SILVA, RG n. 71348496-9SSP/MA; Sr. CARLITO SOARES DA PAIXÃO, RG n. 2431407 SSP/PA; Sr. ELCINEI BARBOSA DA SILVA, RG n.4863148 PC/PA e CPF n. 841.193.492-68; Sra. MARIA VALDIRENE PINHEIRO DA SILVA, RG n. 5546130 Sr. RAIMUNDO PINHEIRO DA SILVA, RG n. 7502563 PC/PA. Ausentes as testemunhas arroladas pela parte autora Sr. PAULO NEGRÃO BARBOSA, RG n. 1724687 SSP/PA e Sr. ANTÔNIO SOARES VALENTE, RG n. 1891305 SSP/PAABERTA A AUDIÊNCIA, o juiz constatou que, conforme certidão de fl. 228, a oficial de justiça, por motivos meteorológicos não conseguiu ter acesso ao local onde residem os demandantes, fato que acaba por frustrar a realização do ato processual, na medida em que o depoimento pessoal dos requerentes era uma das diligências deferidas nos autos. Desse modo, deve ser redesignada a audiência. DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: Diante do exposto, REDESIGNO O ATO PROCESSUAL para o dia 25/04/2022, às11h, ficando desde logo cientes os presentes. Ordeno, na oportunidade, que sejam reiteradas as diligências com vistas à intimação das pessoas que deverão ser inquiridas em audiência conforme fls. 195/98. Determino, ainda, que para facilitar o acesso aos autos, seja desde logo digitalizado o presente feito, facilitando-se, assim, seu manuseio pelas partes e pelo juízo. Cumpra-se. Nada mais havendo, mandou encerrar o presente termo que, lido e achado conforme, em tudo observados os ditames legais, vai por todos assinado. Eu,____(Raquel Moura Ribeiro), Analista Judiciária/Assessora, matrícula n.º144.134, o digitei e conferi.

MM.Juiz:_____

Promotora de Justiça agrária:_____

Defensora Pública agrária:_____

Requeridos:_____
_____
_____

COMARCA DE SANTA MARIA DO PARÁ

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SANTA MARIA DO PARÁ

INTIMAÇÃO DE ADVOGADA(S): Dra. **JÉSSICA GABRIELE PICANÇO ARAUJO ¿ OAB/PA N.º 18.946**

Proc. n.º 0001966-64.2017.814.0057

Autos crime de: ROUBO QUALIFICADO

Denunciado(s): 1) JAQUELINE DE SOUZA (Patrocinado(a) por Defensor Dativo)

2) **RIKSON DANIEL TOMÉ LOPES**

Advogada do 2º denunciado: Dra. **JÉSSICA GABRIELE PICANÇO ARAUJO ¿ OAB/PA N.º 18.946**

Fica Vossa Senhorias **INTIMADO(A)** nos autos do referido processo, que tramita neste Juízo, da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia **23/06/2022, ÀS 09:00 HORAS**, no Fórum desta Comarca de Santa Maria do Pará.

INTIMANDO-O(A), ainda, que as testemunhas de defesa, deverão fornecer os respectivos dados eletrônicos, tais quais: endereço de e-mail, número de telefone celular e número utilizado no aplicativo Whatsapp, COM ANTECEDÊNCIA PELO MENOS 03 (TRÊS) DIAS, ANTES DA DATA INDICADA DA AUDIÊNCIA, a fim de facilitar a comunicação e operacionalização do ato. A priori será procedida à oitiva de cada testemunha em sua respectiva residência ou local de trabalho, comprometendo-se esta, salvo motivo justificável, a estar disponível para acesso no dia e hora que serão designados por este Juízo. O link da audiência será enviado, para o email e ou whatsapp fornecido, caso testemunhas não consigam acessar o link da audiência, deverão entrar em contato com Fórum através do email: varaunicasantamaria@gmail.com ou telefone 91 98567-5102 ou 3442-1142, ocasião em que serão orientadas quanto ao acesso ou se deverão comparecer ao Fórum. Na hipótese de partes e testemunhas comparecerem presencialmente, será permitida a entrada no Fórum de uma vítima/testemunha por vez (salvo se menor de idade, quando será permitida a entrada do responsável), sendo imprescindível a utilização de máscaras e apresentação do documento de identificação, uso de álcool gel, e todos os demais procedimentos necessários à prevenção da transmissão da COVID-19.

Santa Maria do Pará, 13/04/2022.

Reginaldo Cardoso da Cruz

Diretor de Secretaria

RESENHA: 06/04/2022 A 12/04/2022 - GABINETE DA VARA UNICA DE SANTA MARIA DO PARA - VARA: VARA UNICA DE SANTA MARIA DO PARA PROCESSO: 00033125020178140057 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANA LOUISE RAMOS DOS SANTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 08/04/2022 REQUERENTE:J. S. S. Representante(s): WALTER AUGUSTO BARRETO TEIXEIRA (DEFENSOR) REPRESENTANTE:LUCIA DE JESUS SOARES LOPES REQUERIDO:ELIZEU DO ESPIRITO SANTO DA SILVA JUNIOR REQUERIDO:JOSE LUIS DA SILVA E

SILVA. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de pedido de anulaÃ§Ã£o de assentamento no registro civil de nascimento proposta por JULIANE SOARES DA SILVA argumentando, em sÃ-ntese, que foi realizado um segundo registro de nascimento por sua mÃ£e e padrasto em setembro de 2004 com declaraÃ§Ãµes falsas de paternidade e local de nascimento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Realizada audiÃªncia para oitiva dos envolvidos em 06.04.2022, a genitora Lucia de Jesus Soares Alves confirmou que foi junto com seu entÃ£o companheiro JosÃ© Luis da Silva e Silva realizar o registro de nascimento em setembro de 2004 registrando a crianÃ§a com o nome de Ana Caroliny Lopes e Silva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O genitor Elizeu do EspÃ-rito Santo da Silva Junior informou que acompanhou na maternidade e em posse da certidÃ£o de nascido vivo providenciou o registro de nascimento da filha conforme nome previamente combinado, Juliane Soares da Silva. Esclareceu, ainda, que por muitos anos ficou sem notÃ-cias da filha a reencontrando quando estava jÃ¡ com aproximadamente 9 anos sendo revelada a verdade. Esclareceu, ainda, que desde entÃ£o passou a acompanhar a filha e que seus documentos pessoais foram retirados com a certidÃ£o original. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Instado a se manifestar o MinistÃ©rio PÃºblico indicou que se trata de conduta criminosa, mas, como nÃ£o pode subsistir segundo registro manifestou favoravelmente ao pedido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Defiro a gratuidade judicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante da duplicidade de assentos e evidente nulidade do segundo assento de nascimento proveniente de informaÃ§Ãµes falsas, impÃµe-se em respeito a anterioridade, unicidade e, em especial, veracidade, que o segundo registro de nascimento seja cancelado imediatamente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A requerente foi regularmente registrada no 2Âº OfÃ-cio de Notas e Registros Â¿Bezerra FalcÃ£oÂ¿ em Ananindeua, certidÃ£o n. 60.702 livro 115-A, fl. 94 em 18 de setembro de 2003 por seu verdadeiro pai, Elizeu do EspÃ-rito Santo da Silva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O provimento 28/2013 do CNJ estabelece que: Â¿Art. 16. Constatada a duplicidade de assentos de nascimento para a mesma pessoa, decorrente do registro tardio, serÃ¡ cancelado o assento de nascimento lavrado em segundo lugar, com transposiÃ§Ã£o, para o assento anterior, das anotaÃ§Ãµes e averbaÃ§Ãµes que nÃ£o forem incompatÃ-veis.Â¿ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em nada serÃ¡ aproveitado o segundo assento de nascimento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico postulou o cancelamento do segundo registro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, DEFIRO o pedido contido na inicial e julgo o presente feito EXTINTO COM RESOLUÃÂ¿O DO MÃRITO nos termos do art. 487, I do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante da ausÃªncia de interesse recursal deve ser desde logo certificado trÃ¢nsito em julgado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Oficie-se ao CartÃ³rio Conduru de SÃ£o Domingos do Capim para que cancele o assentamento de nascimento n. 26776 de Ana Caroliny Lopes e Silva - livro A-74, fl. 39 verso em razÃ£o da falsidade de declaraÃ§Ãµes prestadas no momento do registro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se, registre-se e intimem-se. Sem custas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Serve como mandado / ofÃ-cio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Santa Maria do ParÃ¡, 08 de abril de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ana Louise Ramos dos Santos Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito. PROCESSO: 00093063020138140015 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANA LOUISE RAMOS DOS SANTOS A??o: EXECUÇÃO PENAL E DE MEDIDAS ALTERNATIVAS em: 08/04/2022 COATOR:JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE SANTA MARIA DO PARA APENADO:MARCELO CLEITON RODRIGUES DE SOUZA. SENTENÃA - CUMPRIMENTO DA PENA Processo nÂ°: 0009306-30.2013.8.14.0015 Apenado: MARCELO CLEITON RODRIGUES DE SOUZA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â MARCELO CLEITON RODRIGUES DE SOUZA, qualificado nos autos, foi condenado pela prÃ¡tica do crime previsto no artigo 157, caput do CP, Ã pena de 05 (cinco) e 06 (seis) meses de reclusÃ£o e 10 dias-multa, em regime inicial semiaberto. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Houve a progressÃ£o de regime ao aberto e a remessa dos autos a esta Vara Ãnica - fls.64/65; Â Â Â Â Â Â Â Â Â AudiÃªncia admonitÃ³ria realizada em 10/09/2015 - fl.74 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ãs fls. 76 hÃ¡ certificaÃ§Ã£o de cumprimento da pena, exceto quanto Ã pena-multa; Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico Estadual Ã s fls. 81 reconhece que a pena privativa de liberdade foi integralmente cumprida, porÃ©m requer a intimaÃ§Ã£o do apenado para pagamento da pena-multa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relato necessÃ¡rio. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Estabelece o artigo 66, II, da Lei nÂº 7.210/84 que cabe ao Juiz da execuÃ§Ã£o declarar extinta a punibilidade do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, constato o cumprimento da pena privativa de liberdade fixada em 05 (cinco) anos e 06 (seis) meses de reclusÃ£o, inexistindo notÃ-cias de descumprimento das condiÃ§Ãµes impostas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No que diz respeito a ausÃªncia de liquidaÃ§Ã£o dos 10 (dez) dias-multa pelo apenado, em razÃ£o de se tratar de dÃ-vida de valor, conforme prescreve o artigo 51 do CÃ³digo Penal, bem como fora rebatido pelo STF por ocasiÃ£o do julgamento da ADI 3150 e do Tema 931 do STJ, em recurso repetitivo, restando cumprida integralmente a sanÃ§Ã£o corpÃ³rea o inadimplemento da pena-multa nÃ£o impede o reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade, incumbindo ao MinistÃ©rio PÃºblico ou Ã Fazenda PÃºblica a execuÃ§Ã£o da dÃ-vida de valor, de acordo com o procedimento previsto no artigo 164 da Lei de ExecuÃ§Ã£o Penal. Â Â Â

Â Â Â Â Â Â Vejamos: Art. 51 do CP. Transitada em julgado a sentenÃ§a condenatÃ³ria, a multa serÃ¡ executada perante o juiz da execuÃ§Ã£o penal e serÃ¡ considerada dÃ-vida de valor, aplicÃ¡veis as normas relativas Ã dÃ-vida ativa da Fazenda PÃºblica, inclusive no que concerne Ã s causas interruptivas e suspensivas da prescriÃ§Ã£o. Art. 164 da LEP. ExtraÃ-da certidÃ£o da sentenÃ§a condenatÃ³ria com trÃ¢nsito em julgado, que valerÃ¡ como tÃ-tulo executivo judicial, o MinistÃ©rio PÃºblico requererÃ¡, em autos apartados, a citaÃ§Ã£o do condenado para, no prazo de 10 (dez) dias, pagar o valor da multa ou nomear bens Ã penhora. Tema 931 do STJ: Nos casos em que haja condenaÃ§Ã£o a pena privativa de liberdade e multa, cumprida a primeira (ou a restritiva de direitos que eventualmente a tenha substituÃ-do), o inadimplemento da sanÃ§Ã£o pecuniÃ¡ria nÃ£o obsta o reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade." REsp 1.519.777/SP Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dado o carÃ¡ter de dÃ-vida de valor da pena-multa, sendo aplicÃ¡veis as normas da legislaÃ§Ã£o relativa Ã dÃ-vida ativa da Fazenda PÃºblica, executÃ¡vel por meio de adoÃ§Ã£o de procedimentos prÃ³prios da execuÃ§Ã£o fiscal, nÃ£o pode servir como empecilho Ã extinÃ§Ã£o da punibilidade da pena corpÃ³rea cumprida com regularidade e compromisso pelo educando, razÃ£o pela qual INDEFIRO o pedido do MP de fls. 81. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, julgo extinta a punibilidade de MARCELO CLEITON RODRIGUES DE SOUZA, qualificado nos autos, com fundamento no art. 66, II, da Lei 7.210/84, em decorrÃªncia do cumprimento integral da pena de 05 (cinco) e 06 (seis) meses de reclusÃ£o, pela prÃ¡tica do crime do artigo157, caput do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se o rÃ©u somente atravÃ©s do DiÃ¡rio da JustiÃ§a EletrÃ´nico e o MP pessoalmente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, faÃ§am-se as anotaÃ§Ãµes necessÃ¡rias no sistema INFODIP e arquivem-se os autos com as cautelas e formalidades legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Santa Maria do ParÃ¡/PA, 07 de abril de 2022 Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANA LOUISE RAMOS DOS SANTOS Â Â Â Â Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito. PROCESSO: 00026265820178140057 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANA LOUISE RAMOS DOS SANTOS A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/04/2022 DENUNCIADO:MARIA ALICE COSTA MAGALHAES Representante(s): OAB 18041 - MARIA NAGELA ALENCAR LIMA CARNEIRO (ADVOGADO) DENUNCIADO:CLAUDIA GONCALVES DA SILVA Representante(s): OAB 28151 - ANTONIA MARIA IRANILDA VIEIRA DE SOUSA (ADVOGADO) DENUNCIADO:ARLINDO FERREIRA GARCIA Representante(s): OAB 16030 - FREDERICO SANTOS FERREIRA (ADVOGADO) VITIMA:E. T. P. . DESPACHO Â Â Â Â Â Conforme manifestaÃ§Ã£o retro, designo audiÃªncia para oitiva das testemunhas EVANDECLEY DA SILVA SOUSA E JORGE LUIZ BORDALLO PANTOJA, para o dia 29/06/2022, Ã s 13:30. Â Â Â Â Â A TESTEMUNHA IVANY PEREIRA AMARAL JÃ FORA OUVINDA, CONFORME FL. 154. Â Â Â Â Â Em razÃ£o dos efeitos da pandemia o ato poderÃ¡ ser realizado pela plataforma de videoconferÃªncia Microsoft Teams, regularmente contratada pelo Tribunal de JustiÃ§a do ParÃ¡, que deverÃ¡ ser baixada e instalada, por meio do seguinte endereÃ§o eletrÃ´nico: https://www.microsoft.com/pt-br/microsoft-365/microsoft-teams/download-app. Â Â Â Â Â O programa ou aplicativo pode ser utilizado em qualquer celular ou computador com cÃ¢mera e acesso Ã internet. Solicita-se que se realize o download a fim de possibilitar audiÃªncia virtual. Â Â Â Â Â As partes deverÃ£o fornecer os respectivos dados eletrÃ´nicos, tais quais: endereÃ§o de e-mail, nÃºmero de telefone celular e nÃºmero utilizado no aplicativo WhatsApp a fim de facilitar a comunicaÃ§Ã£o e operacionalizaÃ§Ã£o do ato atÃ© trÃªs dias de antecedÃªncia. As informaÃ§Ãµes de acesso e eventuais dÃºvidas devem ser sanadas pelo e-mail varaunicasantamaria@gmail.com e/ou WhatsApp 91 8567-5102, meios de comunicaÃ§Ã£o para audiÃªncias. Â Â Â Â Â Advirto que impossibilidade de participar de forma remota deverÃ¡ a testemunha comparecer presencialmente na data e hora designada. Na hipÃ³tese de partes e testemunhas comparecerem presencialmente, serÃ¡ permitida a entrada no FÃ³rum de uma vÃ-tima/testemunha por vez (salvo se menor de idade, quando serÃ¡ permitida a entrada do responsÃ¡vel), sendo imprescindÃ-vel a utilizaÃ§Ã£o de mÃ¡scaras e apresentaÃ§Ã£o do documento de identificaÃ§Ã£o, uso de Ã¡lcool gel, e todos os demais procedimentos necessÃ¡rios Ã prevenÃ§Ã£o da transmissÃ£o da COVID-19. Â Â Â Â Â Caso a testemunha agente polÃ-tico nÃ£o possa comparecer na data e hora designada, deve este, previamente, comunicar ao juÃ-zo, indicando as datas que se fara disponÃ-vel para sua oitivas. ExpeÃ§a a secretaria o necessÃ¡rio. Â Cumpra-se. Santa Maria do ParÃ¡, 12 de abril de 2022. Ana Louise Ramos dos Santos JuÃ-za de Direito

COMARCA DE ITAITUBA

SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE ITAITUBA

PROCESSO: 0802965-44.2021.8.14.0024 DENUNCIADO(s): REU: MANOEL DE JESUS PEREIRA CABRAL**. INTIMAÇÃO DE ADVOGADO(S):** Nos termos do Art. 1º, § 2º, inc. II do Provimento 006/2009 ¿ CJCI, fica (m) o(s) Advogado(s) **Advogado(s) do reclamado: JOSE LUIS PEREIRA DE SOUSA (OAB/PA 12.993)** . INTIMADO(S): para que comparecer em audiência: **Tipo: Sessão de Julgamento do Tribunal do Júri Sala: SALA AUDIÊNCIA VARA CRIMINAL DE ITAITUBA Data: 05/05/2022 Hora: 08:00,** no Salão Popular do Júri, sito à Trav. Paes de Carvalho, nº 50, Bairro Centro, anexo ao Fórum de Justiça, Itaituba/PA.

Itaituba ¿ Pará, 13/04/2022.

IRENILDA MARTA PORTO PEREIRA

VARA CRIMINAL DE ITAITUBA

PROCESSO: 0802965-44.2021.8.14.0024 DENUNCIADO(s): REU: MANOEL DE JESUS PEREIRA CABRAL**. INTIMAÇÃO DE ADVOGADO(S):** Nos termos do Art. 1º, § 2º, inc. II do Provimento 006/2009 ¿ CJCI, fica (m) o(s) Advogado(s) **Advogado(s) do reclamado: LUIZ HENRIQUE GOMES JÚNIOR (OAB/PA 28.944)**. INTIMADO(S): para que comparecer em audiência: **Tipo: Sessão de Julgamento do Tribunal do Júri Sala: SALA AUDIÊNCIA VARA CRIMINAL DE ITAITUBA Data: 05/05/2022 Hora: 08:00,** no Salão Popular do Júri, sito à Trav. Paes de Carvalho, nº 50, Bairro Centro, anexo ao Fórum de Justiça, Itaituba/PA.

Itaituba ¿ Pará, 13/04/2022.

IRENILDA MARTA PORTO PEREIRA

VARA CRIMINAL DE ITAITUBA

PROCESSO: 0802965-44.2021.8.14.0024 DENUNCIADO(s): REU: MANOEL DE JESUS PEREIRA CABRAL**. INTIMAÇÃO DE ADVOGADO(S):** Nos termos do Art. 1º, § 2º, inc. II do Provimento 006/2009 ¿ CJCI, fica (m) o(s) Advogado(s) **Advogado(s) do reclamado: ELINEKE CONCEIÇÃO LAMEIRA LEITE (OAB/PA 27.270)**. INTIMADO(S): para que comparecer em audiência: **Tipo: Sessão de Julgamento do Tribunal do Júri Sala: SALA AUDIÊNCIA VARA CRIMINAL DE ITAITUBA Data: 05/05/2022 Hora: 08:00,** no Salão Popular do Júri, sito à Trav. Paes de Carvalho, nº 50, Bairro Centro, anexo ao Fórum de Justiça, Itaituba/PA.

Itaituba ¿ Pará, 13/04/2022.

IRENILDA MARTA PORTO PEREIRA

VARA CRIMINAL DE ITAITUBA

COMARCA DE REDENÇÃO

SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE REDENÇÃO

P R O C E S S O : 0 0 0 0 2 6 2 1 8 2 0 1 8 8 1 4 0 0 4 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): --- A??o: --- em: ---ADOLESCENTE: G. R. S. REPRESENTANTE: V. R. F. VITIMA: L. A. S. Vistos, Trata-se de apuração de ato infracional supostamente praticado pelo investigado, noticiado à Polícia em 02/10/2017. Verifico que o Ministério Público em 18/08/2021 requereu a decretação da prescrição, na forma dos artigos 180, I e 201, II, do ECA, com o subsequente arquivamento do feito. Sobreveio a conclusão dos autos a 16/11/2021. É o breve relato. DECIDO. Observo que o fato praticado foi informado à Polícia em 02/10/2017. Após escuta especializada, a Delegacia informou que não houve informação que pudesse levar a autoria do ato infracional investigado. Não houve representação, sequer se conseguiu identificar possível autor do ato infracional noticiado à Polícia. Assim, acolho a manifestação do MP, posto que decorreu mais de 1 ano e 06 meses desde a data do fato sem qualquer causa interruptiva da prescrição, sendo certo que esta, com maior razão, atinge os processos em que se apura ato infracional. Diante disso, acolho a manifestação do MP, por conseguinte, declaro extinta a punibilidade face a ocorrência da prescrição, na forma do art. 107, IV, do Código Penal. Sem custas, face a gratuidade da justiça. Publique-se. Registrada no sistema LIBRA. Intime-se o Ministério Pública. Após, arquive-se, tendo em vista que se impõe, de imediato, o trânsito em julgado, tendo em conta a manifestação acolhida do MP.Dispensa-se a intimação do investigado, posto que sequer foi identificada possível autoria. Cumpra-se. Redenção/PA, 26 de novembro de 2021. Juíza Substituta REJANE BARBOSA DA SILVA Respondendo pela 2ª Vara Cível e Empresarial de Redenção

P R O C E S S O : 0 0 1 1 8 0 2 3 4 2 0 1 6 8 1 4 0 0 4 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANA PRISCILA DA CRUZ A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 10/02/2020---REQUERIDO:EDSON PORTELA SILVA REQUERENTE:BANCO BRADESCO FIANCIAMENTOS SA Representante(s): OAB 15530 - LAYSA AGENOR LEITE (ADVOGADO) OAB 20638-A - ANTONIO BRAZ DA SILVA (ADVOGADO) . Processo n. 0011802-34.2016.8.14.0045 SENTENÇA/MANDADO (Provimento n. 003/2009-CJCI -TJE/PA) Vistos, etc. RELATÓRIO Trata-se de ação de busca e apreensão pelo Decreto Lei n. 911/1969, proposta por Banco Bradesco Financiamentos S.A. em desfavor de Edson Portela Silva, requerendo o cumprimento da obrigação constante no Contrato de Financiamento com Garantia de Alienação Fiduciária em Garantia/ cédula de crédito bancária n. 4354176921 (f. 09/16) do veículo MARCA: WOLKSWAGEM, MODELO: AMAROK, ANO: 2013, COR: CINZA, PLACA: OTS 2999, CHASSI: WV1DB42HXEA013285, amparado no art. 3º do Decreto-Lei n. 911/1969. Juntou estatuto social, procuração, contrato, notificação e consultas sobre o veículo. Deferida a liminar à f. 51. O veículo foi apreendido e entregue ao fiel depositário (f. 58). O réu citado pessoalmente (f. 58) não ofereceu contestação (F. 61). Petição da requerente à f. 60 em que pede a aplicação dos efeitos da revelia com o julgamento antecipado do feito. Certidão à f. 62 atestado a inexistência de custas pendentes. Vieram os autos conclusos. É o relatório. FUNDAMENTAÇÃO Estão presentes os pressupostos de constituição e desenvolvimento válido da relação processual, bem assim as condições da ação, quais sejam, a legitimidade e a possibilidade jurídica do pedido. Ausentes as situações do art. 354 e presente a hipótese do art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil, julgo antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito. As questões de fato são incontroversas, mormente em razão da evidente revelia do requerido, que, citado pessoalmente, não ofereceu resposta. Quanto às questões de direito, razão assiste à parte autora. O instrumento que deu origem à questão posta a julgamento é um Contrato de Financiamento com Garantia de Alienação Fiduciária em Garantia/ cédula de crédito bancária n. 4354176921 (f. 09/16) para financiamento de veículo, com garantia de alienação fiduciária, regido pelo Decreto-Lei 911/69, de cuja redação sobressai-se o procedimento processual a ser seguido na solução dos litígios e, inclusive, as diretrizes e formas de eventuais defesas a serem apresentadas. Da leitura do § 2º do art. 3º do diploma legal acima mencionado, ao requerido, citado no procedimento ora analisado, dois caminhos se apresentam, pelos quais pode estruturar suas teses de defesa: a) purgação da mora no prazo legal, pelo

valor total vincendo do contrato; e b) contestação, cujas alegações devem versar tão somente sobre o pagamento do débito vencido ou sobre o cumprimento das obrigações contratuais. Na hipótese, o requerido não purgou a mora, tampouco apresentou defesa. Desse modo, deve ser consolidada a posse plena em nome do autor. DISPOSITIVO Em face do exposto, com fundamento no art. 487, I do Código de Processo Civil c/c art. 3º, § 1º, do Decreto Lei n. 911/69, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL PARA: a) CONFIRMAR a liminar concedida e deferir ao promovente, proprietário fiduciário, posse plena, para todos efeitos legais, do automóvel descrito na inicial; b) DECLARAR rescindido o contrato; Cumpra-se o disposto no art. 2º do Decreto Lei n. 911/69, oficiando-se ao DETRAN, para comunicar que a parte autora está autorizada a proceder à transferência de dito bem a terceiros. Facultada a venda extrajudicial (§ 1º, art. 3.º do Dec Lei 911/69 com NR da Lei 10.931/2004). Condeno, ainda, a parte Ré à restituição das custas processuais e honorários advocatícios ao patrono da parte autora que, em atenção ao disposto no art. 85, § 8º do CPC, fixo em 10% (dez por cento) do valor da causa, notadamente pela pouca duração e complexidade desta. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se. Redenção (PA), 10 de fevereiro de 2020. Ana Priscila da Cruz Dias Juíza de Direito - TJEPA

P R O C E S S O : 0 0 0 9 7 0 3 5 7 2 0 1 7 8 1 4 0 0 4 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): --- A??o: --- em: ---REQUERENTE: P. L. P. Representante(s): OAB 23672-B - JOSÉ ANTONIO TEODORO ROSA JÚNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO: S. D. L. Vistos. I ¿ RELATÓRIO Trata-se de AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL C/C PARTILHA DE BENS ajuizada por PAULO LIMA PEREIRA em face de SINAIRA DIAS LOIOLA. Relata o autor que conviveu de maneira estável e duradoura com a requerida por um período de 17 (dezessete) anos. Alega que durante a constância da união estável construíram um patrimônio consistente em: a) 01 (uma) casa localizada na Av. Bráulio W. Gurjão, 394, Setor Serrinha, Redenção-PA, CEP: 68550-000, avaliada em R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais); b) 01 (um) carro Uno Way, 2010/2011, avaliado em R$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais); c) 01 (uma) moto Honda, C100 Biz, avaliada em R$ 3.000,00 (três mil reais); d) 01 (um) Freezer Brastemp, estimado em R$ 4.000,00 (quatro mil reais). Afirma que, da união do casal advieram 02 (duas) filhas, ainda menores, a saber, V.L.P. e A.L.L.P. Diante do exposto, pugnou por: a) reconhecimento da união estável com sua posterior dissolução; b) partilha dos bens adquiridos na constância da união estável na proporção de 50% (cinquenta por cento) para cada parte; c) fixação de pensão alimentícia para as filhas. Decisão de fls. 19, deferindo os benefícios da justiça gratuita. Termo de Audiência de Conciliação às fls. 38, com Decisão Parcial de Mérito de Homologação de Acordo quanto ao valor da pensão alimentícia às filhas, restando pendentes de análise os pedidos de declaração e dissolução de união estável e de partilha dos bens. Citada em audiência (fls. 38), a ré não apresentou contestação conforme certidão de fls. 46. Às fls. 43, Petição do Defensor Público, informando que em contato com a ré, esta, manifestou desinteresse em comparecer à Defensoria Pública para articular a sua contestação. Entretanto, confirmou os fatos alegados pelo Autor, no que se refere à união estável e ao seu período. Confirmou, ainda, a relação de bens constante da inicial, manifestando interesse no prosseguimento do feito para a divisão de bens. É o relatório. Decido. II ¿ FUNDAMENTAÇÃO Inicialmente, verifica-se que, embora citada, a ré não apresentou contestação, razão pela qual decreto sua revelia. Por conseguinte, o presente feito comporta julgamento antecipado do mérito nos moldes do art. 355, inciso II do Código de Processo Civil, não havendo requerimento ou necessidade da produção de provas em audiência de instrução. A parte Autora ajuizou a presente demanda pleiteando, Reconhecimento e Dissolução de União Estável, Partilha de Bens e a fixação de Pensão Alimentícia para as filhas, pedidos estes que devem ser julgados procedentes. Quanto ao reconhecimento da sociedade conjugal de fato entre os litigantes, verifica-se autêntica união estável, pois, não controvertida, eis que o casal manteve relacionamento com ares de casamento no período de 17 (dezessete) anos, de 2000 a 2017, reconhecimento público e desiderato de formação familiar, do qual adveio duas filhas, conforme Certidões de fls. 10/11, sobrevindo o rompimento. Dessa forma, a declaração e a consequente dissolução da união estável entre as partes são medidas de rigor. Assim ocorrendo, as questões residuais devem ser enfrentadas e dirimidas. No que tange ao tópico da partilha de bens, reconhece-se de imediato o direito de meação de ambos os conviventes sobre os bens adquiridos pelo esforço comum. Vejamos o que estabelece o art. 1.725 do Código Civil sobre a matéria: Na união estável, salvo contrato escrito entre os companheiros, aplica-se às relações patrimoniais, no que couber, o regime da comunhão parcial de bens. Ao tratar da divisão de bens na dissolução da União Estável, a súmula 380 do STF, dispõe no seguinte sentido: Comprovada a existência da sociedade de fato

entre concubinos, é cabível a sua dissolução judicial, com a partilha do patrimônio adquirido pelo esforço comum. Ademais, o artigo 5º da Lei 9.278/96, prevê a questão patrimonial envolvendo os companheiros, no qual dispõe que, em não havendo estipulação contrária em contrato escrito, os bens móveis e imóveis adquiridos por um ou por ambos os conviventes, na constância da união estável e a título oneroso, são considerados fruto do trabalho e da colaboração comum, passando a pertencer a ambos, em condomínio e em partes iguais. Outrossim, em demandas de partilha de bens, a lide, em alguns casos, se resolve em decorrência do ônus da prova, uma vez que, quase sempre, as partes não dispõem de documentos a comprovar as suas assertivas. Assim sendo, em que pese o arrolamento de bens constante da inicial deve-se resguardar o direito de terceiros. Nesse contexto, segundo o art. 373 do CPC: O ônus da prova incumbe: I - ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito; II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Com efeito, o autor se desincumbiu das provas dos fatos constitutivos de seu direito, o que não se pode dizer com relação à ré, já que não trouxe aos autos as provas capazes de impedir, modificar ou extinguir os direitos do autor. Vejamos a jurisprudência pátria sobre o tema: EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL E PARTILHA DE BENS. MOTONETA. Na união estável, o regime de bens aplicável é o da comunhão parcial se, em sentido contrário, não dispuseram os conviventes (art. 1.725 do CC). De regra, então, comunicam-se os bens que sobrevierem ao casal na constância da união, conforme dispõe o art. 1.658 do CC, sendo irrelevante perquirir acerca da colaboração individual, presumindo-se que resultou do esforço comum. Logo, a motoneta Honda C100 Biz, placa IJT 8506, deve ser partilhada entre as partes, na proporção de 50% para cada um, porquanto adquirida no curso da união, com base no valor da Tabela FIPE à época da separação. DERAM PROVIMENTO. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70079029187, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luiz Felipe Brasil Santos, Julgado em 01/11/2018). III ¿ DISPOSITIVO ANTE O EXPOSTO, e por tudo o mais que dos autos consta, com fulcro no art. 487, inciso I do CPC, JULGO PROCEDENTES os pedidos constantes da inicial, para: 1-RECONHER A EXISTÊNCIA DE UNIÃO ESTÁVEL entre PAULO LIMA PEREIRA e SINAIRA DIAS LOIOLA, por aproximadamente 17 (dezessete) anos, compreendida entre o ano de 2000 até 2017, DECLARANDO, ainda, a sua DISSOLUÇÃO, com supedâneo no art. 1.723 do CC para que produza todos os jurídicos e legais efeitos; 2- DETERMINAR a PARTILHA IGUALITÁRIA DOS BENS adquiridos durante a constância da união estável e arrolados na petição inicial, na forma ora determinada, em 50% para cada uma das partes, resguardados os direitos de terceiros. 3- Tornar definitivo o valor da pensão alimentícia. 4- Sem custas. Cientifique-se o representante do Ministério Público Estadual. Transitada em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. SERVE ESTE INSTRUMENTO COMO MANDADO. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. CUMPRA-SE. Redenção/PA, 17 de maio de 2021. NILDA MARA MIRANDA DE FREITAS JÁCOME Juíza de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 0 8 9 6 2 0 2 0 1 1 8 1 4 0 0 4 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): NILDA MARA MIRANDA DE FREITAS JACOME A??o: Procedimento Comum Cível em: 03/08/2021---REQUERENTE:ARAUTO MOTOS LTDA REPRESENTANTE:JOSUÉ FURTADO DE ARAÚJO Representante(s): OAB 15762-B - SANDRA CANDIDA DA SILVA (ADVOGADO) OAB 17091 - MONIQUE CHALUPE CORREIA LIMA (ADVOGADO) REQUERIDO:ALESSANDRO DE MELO SILVA. SENTENÃ¿A Vistos. Trata-se de aÃ§Ã£o proposta pela parte requerente, em face da parte requerida, todos qualificados nos autos. Intimada para indicar o fiel depositÃ¡rio nos autos (fl. 54), a parte autora apresentou manifestaÃ§Ã£o de forma intempestiva. A parte autora, ao ingressar com a aÃ§Ã£o, estava ciente das providÃªncias que lhe eram cabÃveis, inclusive de comparecer aos atos processuais dos quais fora intimada, contudo, verifica-se que esta manteve-se inerte na referida demanda. Ã¿ o breve relato. DECIDO. O caso Ã© de extinÃ§Ã£o do feito sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito. A parte autora, ao ingressar com a aÃ§Ã£o, estava ciente das providÃªncias que lhe eram cabÃveis, inclusive de prestar as informaÃ§Ãµes necessÃ¡rias para o andamento processual, bem como comparecer aos atos dos quais fora intimada, de forma tempestiva. Desta forma, como se sabe, uma vez que Ã© dever da parte se atentar aos atos processuais de sua responsabilidade, sendo que, quando nÃ£o, em caso de inÃ©rcia, tem-se por configurado o abandono da causa, na forma do art. 485, III, do CÃ³digo de Processo Civil (Lei nÂº. 13.105/15). Nesse sentido: Â¿Cumpre Ã s partes manter atualizado o endereÃ§o, presumindo-se vÃ¡lidas as intimaÃ§Ãµes remetidas ao endereÃ§o informado na inicial. 2. Correta a extinÃ§Ã£o do feito por abandono, considerando a inÃ©rcia da parte autora diante de regular intimaÃ§Ã£o para dar prosseguimento ao feito. 3. SentenÃ§a mantida. (TJ-DF - APC: 20100710101217 DF 0010075-62.2010.8.07.0007, Relator: GISLENE PINHEIRO, Data de Julgamento: 10/09/2014, 5Âª

Turma CÃvel, Data de PublicaÃ§Ã£o: Publicado no DJE: 18/09/2014. PÃ¡g.: 171). Ante o exposto, JULGO EXTINTA a presente aÃ§Ã£o, o que faÃ§o com fundamento no artigo art. 485, III, do CÃ³digo de Processo Civil. Sem honorÃ¡rios advocatÃcios. Custas na forma da lei. Transitada em julgado, PROMOVAM-SE as anotaÃ§Ãµes e baixas necessÃ¡rias, apÃ³s ARQUIVEM-SE os autos. P. R. I. CUMPRA-SE, servindo de mandado. RedenÃ§Ã£o/PA, data registrada no sistema. Nilda Mara Miranda de Freitas JÃ¡come JuÃza de Direito Titular da 2Âª Vara CÃvel e Empresarial de RedenÃ§Ã£o/PA

P R O C E S S O : 0 0 4 6 8 9 0 7 0 2 0 1 5 8 1 4 0 0 4 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): NILDA MARA MIRANDA DE FREITAS JACOME A??o: Busca e Apreensão em: 03/08/2021---REQUERENTE:ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA Representante(s): OAB 31618 - DANTE MARIANO GREGNANIN SOBRINHO (ADVOGADO) REQUERIDO:WANDERSON PEREIRA DA SILVA. SENTENÃ¿A Vistos. Trata-se de aÃ§Ã£o proposta pela parte requerente, em face da parte requerida, todos qualificados nos autos. Intimada para indicar o fiel depositÃ¡rio nos autos (fl. 26), a parte autora apresentou manifestaÃ§Ã£o de forma intempestiva. A parte autora, ao ingressar com a aÃ§Ã£o, estava ciente das providÃªncias que lhe eram cabÃveis, inclusive de comparecer aos atos processuais dos quais fora intimada, contudo, verifica-se que esta manteve-se inerte na referida demanda. Ã¿ o breve relato. DECIDO. O caso Ã© de extinÃ§Ã£o do feito sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito. A parte autora, ao ingressar com a aÃ§Ã£o, estava ciente das providÃªncias que lhe eram cabÃveis, inclusive de prestar as informaÃ§Ãµes necessÃ¡rias para o andamento processual, bem como comparecer aos atos dos quais fora intimada, de forma tempestiva. Desta forma, como se sabe, uma vez que Ã© dever da parte se atentar aos atos processuais de sua responsabilidade, sendo que, quando nÃ£o, em caso de inÃ©rcia, tem-se por configurado o abandono da causa, na forma do art. 485, III, do CÃ³digo de Processo Civil (Lei nÂº. 13.105/15). Nesse sentido: Â¿Cumpre Ã s partes manter atualizado o endereÃ§o, presumindo-se vÃ¡lidas as intimaÃ§Ãµes remetidas ao endereÃ§o informado na inicial. 2. Correta a extinÃ§Ã£o do feito por abandono, considerando a inÃ©rcia da parte autora diante de regular intimaÃ§Ã£o para dar prosseguimento ao feito. 3. SentenÃ§a mantida. (TJ-DF - APC: 20100710101217 DF 0010075-62.2010.8.07.0007, Relator: GISLENE PINHEIRO, Data de Julgamento: 10/09/2014, 5Âª Turma CÃvel, Data de PublicaÃ§Ã£o: Publicado no DJE: 18/09/2014. PÃ¡g.: 171). Ante o exposto, JULGO EXTINTA a presente aÃ§Ã£o, o que faÃ§o com fundamento no artigo art. 485, III, do CÃ³digo de Processo Civil. Sem honorÃ¡rios advocatÃcios. Custas na forma da lei. Transitada em julgado, PROMOVAM-SE as anotaÃ§Ãµes e baixas necessÃ¡rias, apÃ³s ARQUIVEM-SE os autos. P. R. I. CUMPRA-SE, servindo de mandado. RedenÃ§Ã£o/PA, data registrada no sistema. Nilda Mara Miranda de Freitas JÃ¡come JuÃza de Direito Titular da 2Âª Vara CÃvel e Empresarial de RedenÃ§Ã£o/PA

P R O C E S S O : 0 0 0 6 5 9 2 7 0 2 0 1 4 8 1 4 0 0 4 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): NILDA MARA MIRANDA DE FREITAS JACOME A??o: Procedimento Sumário em: 28/07/2021---REQUERENTE:G. A. S. Representante(s): OAB 10644 - IZAIAS FARIA BORGES (ADVOGADO) REPRESENTANTE:FRANCISCA DE ARAUJO GUIMARAES REQUERIDO:A SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SAGURO DPVAT Representante(s): OAB 14351 - MARILIA DIAS ANDRADE (ADVOGADO) OAB 16292 - LUANA SILVA SANTOS (ADVOGADO) . SENTENÃ¿A Vistos. Trata-se de aÃ§Ã£o proposta pela parte requerente, em face da parte requerida, todos qualificados nos autos. A parte autora, ao ingressar com a aÃ§Ã£o, estava ciente das providÃªncias que lhe eram cabÃveis, inclusive de comparecer aos atos processuais dos quais fora intimada, contudo, verifica-se que esta manteve-se inerte na referida demanda. Ã¿ o breve relato. DECIDO. Inicialmente, defiro os benefÃcios da gratuidade da justiÃ§a. O caso Ã© de extinÃ§Ã£o do feito sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito. A parte autora, ao ingressar com a aÃ§Ã£o, estava ciente das providÃªncias que lhe eram cabÃveis, inclusive de atualizar seu endereÃ§o e disponibilizar telefone para contato. Desta forma, como se sabe, uma vez que Ã© dever da parte manter seu endereÃ§o atualizado nos autos, deve-se reputar vÃ¡lida a comunicaÃ§Ã£o emitida ao endereÃ§o declinado na inicial, de modo que, em nÃ£o sendo atendida a intimaÃ§Ã£o, tem-se por configurado o abandono da causa, na forma do art. 485, III, do CÃ³digo de Processo Civil (Lei nÂº. 13.105/15). Nesse sentido: Â¿Cumpre Ã s partes manter atualizado o endereÃ§o, presumindo-se vÃ¡lidas as intimaÃ§Ãµes remetidas ao endereÃ§o informado na inicial. 2. Correta a extinÃ§Ã£o do feito por abandono, considerando a inÃ©rcia da parte autora diante de regular intimaÃ§Ã£o para dar prosseguimento ao feito. 3. SentenÃ§a mantida. (TJ-DF -

APC: 20100710101217 DF 0010075-62.2010.8.07.0007, Relator: GISLENE PINHEIRO, Data de Julgamento: 10/09/2014, 5Âª Turma CÃvel, Data de PublicaÃ§Ã£o: Publicado no DJE: 18/09/2014. PÃ¡g.: 171). Ante o exposto, JULGO EXTINTA a presente aÃ§Ã£o, o que faÃ§o com fundamento no artigo art. 485, III, do CÃ³digo de Processo Civil. Sem honorÃ¡rios advocatÃcios. Sem custas, visto que deferido o benefÃcio da justiÃ§a gratuita. Transitada em julgado, PROMOVAM-SE as anotaÃ§Ãµes e baixas necessÃ¡rias, apÃ³s ARQUIVEM-SE os autos. P. R. I. CUMPRA-SE, servindo de mandado. RedenÃ§Ã£o/PA, data registrada no sistema. Nilda Mara Miranda de Freitas JÃ¡come JuÃza de Direito Titular da 2Âª Vara CÃvel e Empresarial de RedenÃ§Ã£o/PA

P R O C E S S O : 0 0 0 0 7 2 3 8 7 2 0 1 8 8 1 4 0 0 4 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): FRANCISCO GILSON DUARTE KUMAMOTO SEGUNDO A??o: Alvará Judicial em: 14/02/2022---REQUERENTE:M. S. T. Representante(s): P. R. S. (REP LEGAL) JARDEL COUTINHO DOS SANTOS OAB 25974 (ADVOGADO) REQUERIDO:W. A. T. SentenÃ§a Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â M. S. T, qualificado, devidamente representado por sua genitora - P. R. SANTANA, ingressou com aÃ§Ã£o de AlvarÃ¡ Judicial, aduzindo, em sÃntese, que na qualidade de filho e Ãºnico herdeiro de W. A. T., falecido em 02 de julho de 2015, afirma ser legitimado a receber valor referente a consÃ³rcio junto Ã Administradora de ConsÃ³rcios Honda, em nome do falecido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juntou documentos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico, instado a se manifestar, pugnou pela expediÃ§Ã£o do respectivo alvarÃ¡. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Relatado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo a decidir. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Inicialmente, defiro/mantenho o pedido de justiÃ§a gratuita formulado pela parte autora. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O pedido Ã© procedente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O feito Ã© de jurisdiÃ§Ã£o voluntÃ¡ria, conforme expressÃ£o do inciso VII do art. 725 do CPC, logo, autorizado Ã©, ao magistrado, aplicar medida que considerar mais conveniente e oportuna, sem observar, notadamente, o critÃ©rio da legalidade estrita. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pois bem. Como cediÃ§o, a presente aÃ§Ã£o constitui um procedimento de jurisdiÃ§Ã£o voluntÃ¡ria, pelo qual se objetiva a expediÃ§Ã£o de alvarÃ¡ judicial que autorize a prÃ¡tica de um ato, no caso, levantamento de valor correspondente consÃ³rcio junto Ã Administradora de ConsÃ³rcios Honda, em nome de W. A. T., por sorte que o autor, na qualidade de Ãºnico herdeiro, Ã© legitimado a receber por via de alvarÃ¡ os valores pretendidos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesta senda, o postulante deve comprovar o Ã³bito do titular do crÃ©dito, a sua condiÃ§Ã£o de herdeiro ou sucessor, bem como a existÃªncia do crÃ©dito pleiteado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Consta nos autos prova suficiente para o deferimento do pedido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta feita, considerando que ao JuÃzo Ã© autorizado a encontrar a soluÃ§Ã£o que repute mais conveniente, tenho que o requerente M. S. T., devidamente representado por sua genitora - P. R. S. Ã© a pessoa mais indicada a receber os valores correspondentes ao saldo existente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1. ISTO POSTO, considerando a documentaÃ§Ã£o apresentada e o que foi expendido ao norte, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO e determino a expediÃ§Ã£o de ALVARÃ, autorizando M. S. T., devidamente representado por sua genitora - P. R. S., a levantar a quantia total existente na conta indicada na exordial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2. Sem custas e honorÃ¡rios advocatÃcios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3. ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se com as baixas de estilo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 4. P. R. I. C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 5. Sirva-se da presente como mandado/ alvarÃ¡/ ofÃcio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RedenÃ§Ã£o/PA, 14 de fevereiro de 2022. Francisco Gilson Duarte Kumamoto Segundo Juiz de Direito

COMARCA DE PARAGOMINAS

SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE PARAGOMINAS

RESENHA: 12/04/2022 A 12/04/2022 - SECRETARIA DA 1ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE PARAGOMINAS - VARA: 1ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE PARAGOMINAS PROCESSO: 00005681020158140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): TÁSSIA MURARO AIRES A??o: Embargos de Terceiro Cível em: 12/04/2022 EMBARGANTE:LUIS FERNANDO SILVA RIBEIRO Representante(s): OAB 13750 - ELAINE SILVIA ARAUJO RODRIGUES (ADVOGADO) EMBARGADO:CLAUDIONOR MELO Representante(s): OAB 16076-B - WELLINGTON DA CRUZ MANO (ADVOGADO) OAB 11528 - MOISES NORBERTO CORACINI (ADVOGADO) . ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO COMARCA DE PARAGOMINAS SECRETARIA DA 1Âª VARA CÃVEL ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â De ordem da MMÂª JuÃ-za, intime-se a parte que requereu o DESARQUIVAMENTO de que OS AUTOS FORAM INTEGRALMENTE DIGITALIZADOS e cadastrados no sistema libra, sendo que estarÃ£o disponibilizados em secretaria judicial para armazenamento em pen-drive a ser fornecido pelo interessado. Paragominas/PA, _____/_____/_____. TÃ¡ssia Muraro Aires Diretora de Secretaria da 1Âª Vara CÃ-vel de Paragominas/PA. PROCESSO: 00005681020158140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): TÁSSIA MURARO AIRES A??o: Embargos de Terceiro Cível em: 12/04/2022 EMBARGANTE:LUIS FERNANDO SILVA RIBEIRO Representante(s): OAB 13750 - ELAINE SILVIA ARAUJO RODRIGUES (ADVOGADO) EMBARGADO:CLAUDIONOR MELO Representante(s): OAB 16076-B - WELLINGTON DA CRUZ MANO (ADVOGADO) OAB 11528 - MOISES NORBERTO CORACINI (ADVOGADO) . ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO COMARCA DE PARAGOMINAS SECRETARIA DA 1Âª VARA CÃVEL ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â De ordem da MMÂª JuÃ-za, intime-se a parte que requereu o DESARQUIVAMENTO de que OS AUTOS FORAM INTEGRALMENTE DIGITALIZADOS e cadastrados no sistema libra, sendo que estarÃ£o disponibilizados em secretaria judicial para armazenamento em pen-drive a ser fornecido pelo interessado. Paragominas/PA, _____/_____/_____. TÃ¡ssia Muraro Aires Diretora de Secretaria da 1Âª Vara CÃ-vel de Paragominas/PA. PROCESSO: 00005699220158140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): TÁSSIA MURARO AIRES A??o: Embargos de Terceiro Cível em: 12/04/2022 EMBARGANTE:T. Y. S. R. REPRESENTANTE:RUSINETE FERRAZ DA SILVA Representante(s): OAB 13750 - ELAINE SILVIA ARAUJO RODRIGUES (ADVOGADO) EMBARGADO:CLAUDIONOR MELO Representante(s): OAB 16076-B - WELLINGTON DA CRUZ MANO (ADVOGADO) OAB 11528 - MOISES NORBERTO CORACINI (ADVOGADO) . ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO COMARCA DE PARAGOMINAS SECRETARIA DA 1Âª VARA CÃVEL ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â De ordem da MMÂª JuÃ-za, intime-se a parte que requereu o DESARQUIVAMENTO de que OS AUTOS FORAM INTEGRALMENTE DIGITALIZADOS e cadastrados no sistema libra, sendo que estarÃ£o disponibilizados em secretaria judicial para armazenamento em pen-drive a ser fornecido pelo interessado. Paragominas/PA, _____/_____/_____. TÃ¡ssia Muraro Aires Diretora de Secretaria da 1Âª Vara CÃ-vel de Paragominas/PA. PROCESSO: 00005699220158140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): TÁSSIA MURARO AIRES A??o: Embargos de Terceiro Cível em: 12/04/2022 EMBARGANTE:T. Y. S. R. REPRESENTANTE:RUSINETE FERRAZ DA SILVA Representante(s): OAB 13750 - ELAINE SILVIA ARAUJO RODRIGUES (ADVOGADO) EMBARGADO:CLAUDIONOR MELO Representante(s): OAB 16076-B - WELLINGTON DA CRUZ MANO (ADVOGADO) OAB 11528 - MOISES NORBERTO CORACINI (ADVOGADO) . ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO COMARCA DE PARAGOMINAS SECRETARIA DA 1Âª VARA CÃVEL ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â De ordem da MMÂª JuÃ-za, intime-se a parte que requereu o DESARQUIVAMENTO de que OS AUTOS FORAM INTEGRALMENTE DIGITALIZADOS e cadastrados no sistema libra, sendo que estarÃ£o disponibilizados em secretaria judicial para armazenamento em pen-drive a ser fornecido pelo interessado. Paragominas/PA, _____/_____/_____. TÃ¡ssia Muraro Aires Diretora de Secretaria da 1Âª Vara CÃ-vel de Paragominas/PA. PROCESSO: 00104150220168140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): TÁSSIA MURARO AIRES A??o: Embargos de Terceiro Cível em: 12/04/2022 EMBARGADO:CLAUDIONOR MELO Representante(s): OAB 16076-B - WELLINGTON DA CRUZ MANO (ADVOGADO) REPRESENTANTE:RUSINETE FERRAZ DA SILVA Representante(s): OAB 5441 - ANTONIO CARLOS

SILVA PANTOJA (ADVOGADO) EMBARGANTE:LUIS CARLOS GUTERRES RIBEIRO JUNIOR EMBARGANTE:LUIS FERNANDO DA SILVA RIBEIRO EMBARGANTE:LUZYMAGNO DA SILVA RIBEIRO. ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO COMARCA DE PARAGOMINAS SECRETARIA DA 1Âª VARA CÃVEL ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â De ordem da MMÂª JuÃ-za, intime-se a parte que requereu o DESARQUIVAMENTO de que OS AUTOS FORAM INTEGRALMENTE DIGITALIZADOS e cadastrados no sistema libra, sendo que estarÃ£o disponibilizados em secretaria judicial para armazenamento em pen-drive a ser fornecido pelo interessado. Paragominas/PA, _____/_____/_____. TÃ¡ssia Muraro Aires Diretora de Secretaria da 1Âª Vara CÃ-vel de Paragominas/PA. PROCESSO: 00104150220168140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): TÁSSIA MURARO AIRES A??o: Embargos de Terceiro Cível em: 12/04/2022 EMBARGADO:CLAUDIONOR MELO Representante(s): OAB 16076-B - WELLINGTON DA CRUZ MANO (ADVOGADO) REPRESENTANTE:RUSINETE FERRAZ DA SILVA Representante(s): OAB 5441 - ANTONIO CARLOS SILVA PANTOJA (ADVOGADO) EMBARGANTE:LUIS CARLOS GUTERRES RIBEIRO JUNIOR EMBARGANTE:LUIS FERNANDO DA SILVA RIBEIRO EMBARGANTE:LUZYMAGNO DA SILVA RIBEIRO. ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO COMARCA DE PARAGOMINAS SECRETARIA DA 1Âª VARA CÃVEL ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â De ordem da MMÂª JuÃ-za, intime-se a parte que requereu o DESARQUIVAMENTO de que OS AUTOS FORAM INTEGRALMENTE DIGITALIZADOS e cadastrados no sistema libra, sendo que estarÃ£o disponibilizados em secretaria judicial para armazenamento em pen-drive a ser fornecido pelo interessado. Paragominas/PA, _____/_____/_____. TÃ¡ssia Muraro Aires Diretora de Secretaria da 1Âª Vara CÃ-vel de Paragominas/PA. PROCESSO: 00241183420158140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): TÁSSIA MURARO AIRES A??o: Embargos em: 12/04/2022 EMBARGADO:CLAUDIONOR MELO EMBARGANTE:RUSINETE FERRAZ DA SILVA Representante(s): OAB 6953 - JOAO VICENTE PINHEIRO C. DE AZEVEDO (ADVOGADO) . ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO COMARCA DE PARAGOMINAS SECRETARIA DA 1Âª VARA CÃVEL ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â De ordem da MMÂª JuÃ-za, intime-se a parte que requereu o DESARQUIVAMENTO de que OS AUTOS FORAM INTEGRALMENTE DIGITALIZADOS e cadastrados no sistema libra, sendo que estarÃ£o disponibilizados em secretaria judicial para armazenamento em pen-drive a ser fornecido pelo interessado. Paragominas/PA, _____/_____/_____. TÃ¡ssia Muraro Aires Diretora de Secretaria da 1Âª Vara CÃ-vel de Paragominas/PA. PROCESSO: 00241183420158140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): TÁSSIA MURARO AIRES A??o: Embargos em: 12/04/2022 EMBARGADO:CLAUDIONOR MELO EMBARGANTE:RUSINETE FERRAZ DA SILVA Representante(s): OAB 6953 - JOAO VICENTE PINHEIRO C. DE AZEVEDO (ADVOGADO) . ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO COMARCA DE PARAGOMINAS SECRETARIA DA 1Âª VARA CÃVEL ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â De ordem da MMÂª JuÃ-za, intime-se a parte que requereu o DESARQUIVAMENTO de que OS AUTOS FORAM INTEGRALMENTE DIGITALIZADOS e cadastrados no sistema libra, sendo que estarÃ£o disponibilizados em secretaria judicial para armazenamento em pen-drive a ser fornecido pelo interessado. Paragominas/PA, _____/_____/_____. TÃ¡ssia Muraro Aires Diretora de Secretaria da 1Âª Vara CÃ-vel de Paragominas/PA.

SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE PARAGOMINAS

PROCESSO: 00059946120198140039 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROGERIO TIBURCIO DE MORAES CAVALCANTI A??o: Reintegração / Manutenção de Posse em: 12/04/2022---REQUERENTE:BURITI IMOVEIS LTDA Representante(s): OAB 10652-A - ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO (ADVOGADO) REQUERIDO:MARIA SILVANIA AMORIM FARIAS COELHO Representante(s): OAB 18208 - MELINA ROCHA RODRIGUES (ADVOGADO) REQUERIDO:MARCOS ALEXANDRE LOPES COELHO. SENTENÃ¿A Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos os autos.Â 1.Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o de RescisÃ£o Contratual c/c Pedido de ReintegraÃ§Ã£o de Posse com Pedido Liminar de IndenizaÃ§Ã£o por Perdas e Danos ajuizada por BURITI IMÃ¿VEIS LTDA em face de MARIA SILVANIA AMORIM FARIAS COELHO e MARCOS ALEXANDRE LOPES COELHO, qualificados nos autos. 2.Â Â Â Â Â Inicialmente, importante destacar que o pedido de desistÃªncia da aÃ§Ã£o se deu sem que a parte Requerida tenha sido citada e protocolado contestaÃ§Ã£o, incabÃ-vel, portanto, a condenaÃ§Ã£o em honorÃ¡rios sucumbenciais. Nesse sentido: POSSE. BUSCA E APREENSÃ¿O. ASSISTÃ¿NCIA JUDICIÃRIA GRATUITA. COMPROVAÃ¿Ã¿O DA ALTERAÃ¿Ã¿O DA CONDIÃ¿Ã¿O FINANCEIRA DO APELANTE. HIPOSSUFICIÃ¿NCIA COMPROVADA. DEFERIMENTO DO BENEFÃCIO. DESISTÃ¿NCIA DA AÃ¿Ã¿O ANTES DA CITAÃ¿Ã¿O. EXTINÃ¿Ã¿O SEM RESOLUÃ¿Ã¿O DO MÃ¿RITO. CONTESTAÃ¿Ã¿O PREMATURA. RELAÃ¿Ã¿O JURÃDICA PROCESSUAL NÃ¿O FORMADA, DE RIGOR A AUSÃ¿NCIA DE CONDENAÃ¿Ã¿O AO PAGAMENTO DE HONORÃRIOS. APLICAÃ¿Ã¿O DO PRINCÃPIO DA CAUSALIDADE. RECURSO PROVIDO. (TJ-SP 10104346120168260037 SP 1010434-61.2016.8.26.0037, Relator: Alfredo AttiÃ©, Data de Julgamento: 23/11/2017, 26Âª CÃ¢mara de Direito Privado, Data de PublicaÃ§Ã£o: 24/11/2017) 3.Â Â Â Â Â Ante o exposto, homologo a desistÃªncia da aÃ§Ã£o, julgando extinto o processo, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, nos termos do disposto no Art. 485, VIII, do CPC, revogando a medida liminar concedida. 4.Â Â Â Â Â Havendo bloqueio judicial ou eventual outra restriÃ§Ã£o em razÃ£o desta aÃ§Ã£o, proceda as medidas necessÃ¡rias para seu cancelamento. 5.Â Â Â Â Â Deixo de condenar a parte autora em honorÃ¡rios advocatÃ-cios, visto a desistÃªncia da aÃ§Ã£o ter ocorrido antes da citaÃ§Ã£o da parte requerida, neste sentido: Â¿APELAÃ¿Ã¿O CÃVEL - BUSCA E APREENSÃ¿O - DESISTÃ¿NCIA DA AÃ¿Ã¿O ANTERIOR Ã¿ CITAÃ¿Ã¿O - HOMOLOGAÃ¿Ã¿O - HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS DE SUCUMBÃ¿NCIA INDEVIDOS. - Desistindo o autor da demanda antes mesmo de ocorrida a citaÃ§Ã£o da parte adversa, nÃ£o lhe deve ser imputada a condenaÃ§Ã£o ao pagamento de honorÃ¡rios advocatÃ-cios de sucumbÃªncia. (TJ-MG - AC: 10071130014070001 MG, Relator: Anacleto Rodrigues (JD CONVOCADO), Data de Julgamento: 19/08/2015, CÃ¢maras CÃ-veis / 12Âª CÃ¿MARA CÃVEL, Data de PublicaÃ§Ã£o: 26/08/2015).Â¿ PROCESSUAL CIVIL. APELAÃ¿Ã¿O. BUSCA E APREENSÃ¿O. DESISTÃ¿NCIA. CITAÃ¿Ã¿O. AUSÃ¿NCIA. 1. Ausente a citaÃ§Ã£o, inviÃ¡vel a condenaÃ§Ã£o da parte autora em honorÃ¡rios advocatÃ-cios sucumbenciais, porquanto nÃ£o angularizada a lide, mesmo no caso de a parte rÃ© ter peticionado em juÃ-zo. 2. Recurso desprovido. (TJ-DF 20151010039286 0003882-46.2015.8.07.0010, Relator: MARIO-ZAM BELMIRO, Data de Julgamento: 24/11/2016, 8Âª TURMA CÃVEL, Data de PublicaÃ§Ã£o: Publicado no DJE: 15/12/2016 . PÃ¡g.: 408/414) 6.Â Â Â Â Â Caso nÃ£o se trate de demanda com concessÃ£o de gratuidade de justiÃ§a, remetam-se os autos Ã UNAJ. As custas pendentes, se houverem, deverÃ£o ser pagas pela parte autora. Por razÃµes de praxe nos moldes do artigo 46 da Lei de Custas (LEI nÂº. 8.328, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015) na hipÃ³tese de nÃ£o pagamento das custas pelo condenado no prazo legal, o crÃ©dito correspondente serÃ¡ encaminhado para inscriÃ§Ã£o em dÃ-vida ativa, e sofrerÃ¡ atualizaÃ§Ã£o monetÃ¡ria e incidÃªncia dos demais encargos legais pela Secretaria de Estado da Fazenda. (RedaÃ§Ã£o dada pela Lei nÂ°. 8.583/2017). Â 7.Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas e advertÃªncias legais, devendo ser adotas asotas as exigÃªncias estabelecidas pela RESOLUÃ¿Ã¿O NÂº 20, DE 13 DE OUTUBRO DE 2021. DispÃµe sobre o Procedimento Administrativo de CobranÃ§a de custas e outras despesas processuais pendentes em processos judiciais transitados em julgado, no Ã¢mbito do Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. ServirÃ¡ a presente decisÃ£o, inclusive por cÃ³pia, como Mandado de NotificaÃ§Ã£o/CitaÃ§Ã£o/IntimaÃ§Ã£o e OfÃ-cio, nos termos do Provimento nÂº03/2009, da CJCI - TJEPA. Â Paragominas/PA, data registrada pelo sistema. ROGÃ¿RIO TIBÃ¿RCIO DE MORAES CAVALCANTI Juiz de Direito respondendo pela 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de Paragominas (PORTARIA nÂº 881/2022-GP. BelÃ©m, 14 de marÃ§o de 2022)PROCESSO: 01041165120158140039

PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROGERIO TIBURCIO DE MORAES CAVALCANTI A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 12/04/2022---REQUERENTE:BANCO DA AMAZONIA SA Representante(s): OAB 7535 - SAMUEL NYSTRON DE ALMEIDA BRITO (ADVOGADO) OAB 8562 - ROSIMAR SOCORRO DE SOUZA RAMOS (ADVOGADO) REQUERIDO:ARTHUR EROVILDES DA SILVA LOBATO Representante(s): OAB 11078 - MARCELO LAMEIRA VERGOLINO (ADVOGADO) REQUERIDO:HERLANDO LOBATO NOGUEIRA. DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Defiro o desentranhamento dos tÃ-tulos originais que instruÃ-ram a execuÃ§Ã£o e a sua devoluÃ§Ã£o ao exequente, devendo ser mantido nos autos cÃ³pias de tais documentos. 2.Â Â Â Â Â Considerando que nas fls.108/111 consta sentenÃ§a homologatÃ³ria de acordo, diante de petiÃ§Ãµes das partes informando regular cumprimento (fls.116, 129 e 136) do acordado, determino o arquivamento dos autos, diante de certidÃ£o de trÃ¢nsito em julgado. 3.Â Â Â Â Â Caso existentes, determino que o Exequente promova a baixa de toda e qualquer restriÃ§Ã£o ao crÃ©dito em desfavor dos executados com relaÃ§Ã£o Ã presente aÃ§Ã£o executÃ³ria, ou, forneÃ§a aos Executados toda a documentaÃ§Ã£o necessÃ¡ria, para que, os prÃ³prios possam efetuas as baixas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Â Paragominas/PA, data registrada pelo sistema. ROGÃ¿RIO TIBÃ¿RCIO DE MORAES CAVALCANTI Juiz de Direito respondendo pela 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de Paragominas (PORTARIA nÂº 881/2022-GP. BelÃ©m, 14 de marÃ§o de 2022)

SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE PARAGOMINAS

E D I T A L D E I N T I M A Ç Ã O (PRAZO DE 15 DIAS) PROCESSO Nº 0003217-50.2012.8.14.0039 Denunciado: ALCIRLEI FARIAS DE ALMEIDA, vulgo ¿Nino¿ brasileiro, paraense, natural de Paragominas/PA, nascido em 08/04/1990, filho de Ediel Soares de Almeida e Eunice Pereira Farias, portador do RG de nº 5499086 SSP/PA e CPF de nº 009.310.112-05, em local incerto e não sabido. Capitulação Penal: ART. 121, §2º, I E IV DO CÓDIGO PENAL E ART. 121, §2º, I E IV DO CÓDIGO PENAL C/C ART. 14, II, DO CPB C/C ART. 69 DO CÓDIGO PENAL. De ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO, Vara Criminal/Execução Penal desta Comarca (atos de mero expediente delegados pelo Juízo) faço saber aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que pelo Ministério Público foi denunciado: ALCIRLEI FARIAS DE ALMEIDA, estando atualmente em lugar incerto e não sabido. E como não foram encontrados para serem intimado pessoalmente, expede-se o presente EDITAL, com prazo de 05 (cinco) dias, para que o acusado venha constituir advogado e/ou informar se desejam ser assistido pela Defensoria Pública. Se não houver habilitação de advogado o supracitado será assistido pela Defensoria Pública. Paragominas (PA), 13 de abril de 2022. POLLYANA BRAZ B. CAVALCANTI Diretora da Secretaria da Vara Criminal/Execução Penal Comarca de Paragominas

RESENHA: 08/04/2022 A 08/04/2022 - SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE PARAGOMINAS - VARA: VARA CRIMINAL DE PARAGOMINAS PROCESSO: 00022410420168140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 08/04/2022 VITIMA:O. S. S. DENUNCIADO:JOSE CHAGAS DOS SANTOS MARTINS COSTA Representante(s): OAB 9407 - GABRIEL COSTA DA SILVA (ADVOGADO) DENUNCIADO:JUCELINO MAFRA AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. AÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0002241-04.2016.814.0039 RÃU: JOSÃ CHAGAS DOS SANTOS MARTINS COSTA e JUCELINO MAFRA DECISÃO DE PRONÃNCIA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡ apresentou denÃºncia em desfavor dos rÃ©us JOSÃ CHAGAS DOS SANTOS MARTINS COSTA e JUCELINO MAFRA, imputando-lhes a conduta descrita no art. 121, Â§ 2Âº, II e III, do CÃ³digo Penal, tendo como vÃ-tima Osmir dos Santos Souza. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Segundo a denÃºncia, no dia 26 de fevereiro de 2016, por volta das 22h, no Bairro JaderlÃ¢ndia, em Paragominas/PA, os rÃ©us, mataram a vÃ-tima Osmir dos Santos Souza, por motivo fÃºtil, e com emprego de meio cruel. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No dia dos fatos, os rÃ©us estavam na residÃªncia de uma terceira pessoa, consumindo bebidas alcoÃ³licas, quando a vÃ-tima chegou ao local, e permaneceu na residÃªncia a contragosto dos rÃ©us. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em determinado momento, os rÃ©us se desentenderam com a vÃ-tima, o que motivou JosÃ© Chagas a pegar uma Â¿perna mancaÂ¿ e atingir a cabeÃ§a da vÃ-tima com diversos golpes. Ato contÃ-nuo, o rÃ©u Jucelino Mafra, utilizou um banco de madeira para ajudar na violÃªncia. ApÃ³s a prÃ¡tica do crime, os rÃ©us se evadiram do local. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A denÃºncia foi recebida em 5 de julho de 2016 e determinada as citaÃ§Ãµes dos rÃ©us (fl. 60). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os rÃ©us foram citados (fl. 66) e apresentaram Resposta Ã AcusaÃ§Ã£o (fls. 68/69 e fls. 123/124). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Realizada audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento no dia 4 de outubro de 2016, foram ouvidas as testemunhas arroladas na denÃºncia, Gilson Pio Neri, CÃ-cero Tales da Silva e AntÃ´nio Pereira Castro. O MinistÃ©rio PÃºblico desistiu das oitivas das testemunhas ausentes. Foram tambÃ©m ouvidas a testemunhas de Defesa do rÃ©u Jucelino Mafra, Marlene da Silva Lima. Sem mais testemunhas de defesa. Os rÃ©us foram interrogados. O MinistÃ©rio PÃºblico requereu a juntada do laudo necroscÃ³pico na ocasiÃ£o de alegaÃ§Ãµes finais. Houve requerimento de revogaÃ§Ã£o da prisÃ£o preventiva, e concedida aos rÃ©us (fls.110/113). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Laudo de PerÃ-cia de Hematologia Forense (fl.115) e o laudo da PerÃ-cia de NecrÃ³psia (fls. 118/119). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em Memoriais Finais, o MinistÃ©rio PÃºblico requereu a pronÃºncia dos rÃ©us, como incursos no art. 121, Â§ 2Âº, II e III, do CÃ³digo Penal (fls.129/134). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Defesa, em Memoriais Finais, requereu a absolviÃ§Ã£o sumÃ¡ria dos rÃ©us em razÃ£o da legitima defesa e, subsidiariamente, a impronÃºncia dos rÃ©us (fls. 140/143 e 158/163). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na sentenÃ§a de pronÃºncia Ã© vedada a anÃ¡lise aprofundada do mÃ©rito da questÃ£o, tendo em vista ser atribuiÃ§Ã£o dos integrantes do Conselho de SentenÃ§a do JÃºri Popular, por forÃ§a do que dispÃµe o art. 5Âº, inciso XXXVIII, alÃ-nea Â¿cÂ¿, da

ConstituiÃ§Ã£o Federal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Mesmo com essa vedaÃ§Ã£o, a fundamentaÃ§Ã£o da decisÃ£o de pronÃºncia Ã© indispensÃ¡vel, conforme preceitua o art. 93, IX, da CF. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, passo Ã anÃ¡lise dos elementos de provas contidos nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A materialidade do delito Ã© certa, o que se constata pelo laudo de PerÃ-cia de Hematologia Forense (fl.115) e o laudo da PerÃ-cia de NecrÃ³psia (fls. 118/119). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto aos indÃ-cios de autoria, vislumbro a presenÃ§a somente para o rÃ©u JosÃ© Chagas dos Santos Martins Costa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O rÃ©u, em juÃ-zo, confessou a prÃ¡tica delitiva, bem como as testemunhas ouvidas indicam sua autoria, assim, a valoraÃ§Ã£o probatÃ³ria que se faz dos elementos reunidos na primeira fase de procedimento do JÃºri, em termos moderados, aponta a existÃªncia de indÃ-cios suficientes para autorizar a sua submissÃ£o no julgamento perante o Tribunal do JÃºri desta Comarca. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse ponto, dispenso a transcriÃ§Ã£o dos depoimentos das testemunhas arroladas na denÃºncia e dos rÃ©us, para que nÃ£o se adentre no mÃ©rito processual e se desvirtue a atribuiÃ§Ã£o do Tribunal do JÃºri. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse passo, tenho que nessa fase processual, nÃ£o deve a causa ser subtraÃ-da da apreciaÃ§Ã£o do seu JuÃ-zo Natural, que Ã© o Tribunal do JÃºri, posto que se trata de crime doloso contra a vida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, melhor serÃ¡ que os senhores jurados do Conselho de SentenÃ§a apreciem as teses desenvolvidas pelo rÃ©u no PlenÃ¡rio do Tribunal de JÃºri. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ora, nos crimes dolosos contra a vida, consumado ou tentado, a competÃªncia para julgamento Ã© exclusiva do Tribunal do JÃºri. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Havendo controvÃ©rsia sobre a tese levantada pelo rÃ©u, e subsistindo dÃºvidas quanto a qualquer matÃ©ria alegada durante a instruÃ§Ã£o, tem-se por acertado remeter Ã apreciaÃ§Ã£o do caso ao amplo debate e exame pelo Tribunal do JÃºri, pois este Ã© o JuÃ-zo natural da lide. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Insta considerar que em crimes de competÃªncia do Tribunal de JÃºri, como no caso em apreÃ§o, o magistrado somente estÃ¡ autorizado a reconhecer provas da materialidade do crime e indÃ-cios da autoria, relegando a apreciaÃ§Ã£o do meritum causae ao corpo de jurados. HÃ¡ nestes casos inversÃ£o da regra in dubio pro reo para in dubio pro societate. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A materialidade encontra-se devidamente comprovada, conforme demonstrado nos autos. Por sua vez, os indÃ-cios de autoria, restam presentes por meio dos depoimentos de testemunhas e rÃ©us prestados na instruÃ§Ã£o processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pelos elementos probatÃ³rios que se extraem dos autos, outra medida nÃ£o caberia que nÃ£o a pronÃºncia do rÃ©u, devendo a matÃ©ria ser apreciada e decidida pelo corpo de jurados do Tribunal do JÃºri. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Para decretar a absolviÃ§Ã£o sumÃ¡ria do rÃ©u, mister se faz a comprovaÃ§Ã£o inverossÃ-mil de que este nÃ£o cometeu o crime ou veio a agir ao manto de uma das causas de excludente da antijuridicidade ou da culpabilidade, fato nÃ£o comprovado pelas provas deduzidas atÃ© o presente momento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse diapasÃ£o, ainda que haja dÃºvida quanto Ã presenÃ§a do `animus necandiÂ¿, nÃ£o se cogita, neste momento, a desclassificaÃ§Ã£o do delito para outro de competÃªncia do juiz singular, incumbindo que o exame se processe perante o Conselho de SentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido, tem se manifestado a jurisprudÃªncia: RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. PRONÃNCIA. TENTATIVA DE HOMICÃDIO. LEGÃTIMA DEFESA. REQUERIMENTO DEFENSIVO DE PRONÃNCIA DO RÃU COMO INCURSO NO ARTIGO 129, Â§ 3Âº, DO CÃDIGO PENAL. IMPROPRIEDADE JURÃDICA DO PEDIDO. 1. A absolviÃ§Ã£o sumÃ¡ria, no Ã¢mbito do procedimento do jÃºri, por constituir uma antecipaÃ§Ã£o do julgamento do mÃ©rito, Ã© medida excepcional que sÃ³ tem lugar quando comprovada de forma robusta a excludente aventada. Havendo versÃ£o probatÃ³ria em sentido contrÃ¡rio, aos jurados compete decidir. JuÃ-zo de admissibilidade da acusaÃ§Ã£o mantido. 2. InviÃ¡vel, da mesma forma, a impronÃºncia do acusado por insuficiÃªncia de provas da autoria, posto que admitido por ele o disparo de arma de fogo, embora sob a alegaÃ§Ã£o de legÃ-tima defesa. 3. Absoluta a impropriedade jurÃ-dica da pretensÃ£o defensiva de pronÃºncia do rÃ©u como incurso no artigo 129, Â§ 3Âº, do CÃ³digo Penal. Ã sabido que o Tribunal do JÃºri possui competÃªncia exclusiva e especÃ-fica para julgamento dos crimes dolosos contra a vida. O reconhecimento da intenÃ§Ã£o de lesionar, sustentada alternativamente pela defesa tÃ©cnica, ensejaria a desclassificaÃ§Ã£o da imputaÃ§Ã£o penal por ausÃªncia de dolo de matar, o que nÃ£o Ã© o caso dos autos, ao menos nÃ£o nessa fase do processo. RECURSO DESPROVIDO. (Recurso em Sentido Estrito NÂº 70041273137, Terceira CÃ¢mara Criminal, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Nereu JosÃ© Giacomolli, Julgado em 05/05/2011). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Eventual agravante deverÃ¡ ser analisada na sentenÃ§a durante o JÃºri. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No entanto, nÃ£o restou demonstrado indÃ-cios de autoria quanto ao rÃ©u Jucelino Mafra, uma vez que as testemunhas nÃ£o presenciaram os fatos, assim como o rÃ©u JosÃ© Chagas dos Santos Martins Costa ter o isentado da coautoria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, em que pese o rÃ©u JosÃ© Chagas ter mudado sua versÃ£o em juÃ-zo, o art. 155 do CPP veda o convencimento do juiz pautado apenas nas provas colhidas na fase investigativa, ressalvadas as provas cautelares e as nÃ£o repetÃ-veis, vejamos: Art.Â 155.Â O juiz

formarÃ¡ sua convicÃ§Ã£o pela livre apreciaÃ§Ã£o da prova produzida em contraditÃ³rio judicial, nÃ£o podendo fundamentar sua decisÃ£o exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigaÃ§Ã£o, ressalvadas as provas cautelares, nÃ£o repetÃ-veis e antecipadas.Â - grifei Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â De outro modo, a despeito da pronÃºncia tratar-se de mero juÃ-zo de admissibilidade da acusaÃ§Ã£o para que o rÃ©u seja submetido a julgamento pelo jÃºri popular, a mesma estÃ¡ vinculada Ã existÃªncia de prova da materialidade do delito e suficientes indÃ-cios da autoria, elementos sem os quais o rÃ©u deve ser impronunciado, nos termos do artigo 414, do CPP, in verbis: Art. 414.Â NÃ£o se convencendo da materialidade do fato ou da existÃªncia de indÃ-cios suficientes de autoria ou de participaÃ§Ã£o, o juiz, fundamentadamente, impronunciarÃ¡ o acusado. - grifei Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o Ã© outro o entendimento jÃ¡ esposado pelo Superior Tribunal de JustiÃ§a, conforme se extrai do seguinte julgado: Processual Penal. InquÃ©rito policial (procedimento preparatÃ³rio). Provas (validade e eficÃ¡cia). SentenÃ§a condenatÃ³ria. Fundamento exclusivo: provas produzidas no inquÃ©rito (nulidade).Â ViolaÃ§Ã£o do contraditÃ³rio (ocorrÃªncia). 1. O inquÃ©rito policial Ã© procedimento preparatÃ³rio que apresenta conteÃºdo meramente informativo com o fim de fornecer elementos tendentes Ã abertura da aÃ§Ã£o penal. 2. A prova, para que tenha valor, deve ser feita perante juiz competente, com as garantias de direito conferidas aos indiciados e de acordo com as prescriÃ§Ãµes estabelecidas na lei. 3. As provas produzidas ao longo da fase inquisitiva tÃªm validade e eficÃ¡cia na formaÃ§Ã£o da convicÃ§Ã£o do juiz tÃ£o-somente se confirmadas por outros elementos colhidos durante a fase instrutÃ³ria judicial. Do contrÃ¡rio, nÃ£o se prestam a fundamentar o juÃ-zo condenatÃ³rio, sob pena de violaÃ§Ã£o do contraditÃ³rio. 4. Ã trabalho da acusaÃ§Ã£o transformar os elementos do inquÃ©rito em elementos de convicÃ§Ã£o do juiz. 5. Habeas corpus concedido para restabelecer a sentenÃ§a absolutÃ³ria. (HC 36.813/MG, Rel. Ministro NILSON NAVES, SEXTA TURMA, julgado em 07/04/2005, DJ 06/02/2006 p. 337) - grifei Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sendo assim, o rÃ©u Jucelino Mafra deve ser impronunciado quanto ao crime descrito na denÃºncia, em razÃ£o de nÃ£o existir indÃ-cios suficientes de autoria do delito contra si a ponto de viabilizar o relato da denÃºncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, nÃ£o estÃ£o presentes nos autos os pressupostos da sentenÃ§a de pronÃºncia, constantes no artigo 413, do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pelo exposto e por tudo que dos autos consta, de forma concisa e sucinta, PRONUNCIO o rÃ©u JosÃ© Chagas dos Santos Martins Costa, imputando-lhe a conduta descrita no art. 121, Â§ 2Âº, II (Â¿por motivo fÃºtilÂ¿) e III (Â¿por emprego de meio cruel), do CÃ³digo Penal; e IMPRONUNCIO o rÃ©u Jucelino Mafra, nos termos do artigo 414, caput, do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que os rÃ©us responderam ao processo na condiÃ§Ã£o de rÃ©us soltos, concedo o direito de recorreram em liberdade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 7 de abril de 2022 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito

COMARCA DE RONDON DO PARÁ

SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL DE RONDON DO PARÁ

PROCESSO: 0000928-55.2014.8.14.0046

CLASSE: AÇÃO DE - EXECUÇÃO FISCAL

REQUERENTE: A FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA

ADVOGADO (A)(OS): PROCURADOR DO ESTADO

REQUERIDO:(A)(OS): INDÚSTRIA E COM DE MADEIRAS AMAZÔNIA LTDA, CARLOS ALBERTO RIBEIRO AQUINO

ADVOGADO (A)(OS):

DESPACHO Intime-se as partes para manifestar interesse nos feitos, dada a possibilidade de se tratarem de feitos reativados indevidamente, no prazo de cinco dias. Ressalto que o presente despacho é prolatado à vista tão somente da presente certidão. Rondon do Pará - PA, 13 de dezembro de 2021. _____ TAINÁ MONTEIRO DA COSTA Juíza da 1ª Vara Cível da Comarca de Rondon do Pará/PA

PROCESSO: 0000928-55.2014.8.14.0046

CLASSE: AÇÃO DE - EXECUÇÃO FISCAL

REQUERENTE: A FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA

ADVOGADO (A)(OS): PROCURADOR DO ESTADO

REQUERIDO:(A)(OS): INDÚSTRIA E COM DE MADEIRAS AMAZÔNIA LTDA, CARLOS ALBERTO RIBEIRO AQUINO

ADVOGADO (A)(OS):

DESPACHO Intime-se as partes para manifestar interesse nos feitos, dada a possibilidade de se tratarem de feitos reativados indevidamente, no prazo de cinco dias. Ressalto que o presente despacho é prolatado à vista tão somente da presente certidão. Rondon do Pará - PA, 13 de dezembro de 2021. _____ TAINÁ MONTEIRO DA COSTA Juíza da 1ª Vara Cível da Comarca de Rondon do Pará/PA

COMARCA DE JURUTI

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE JURUTI

PROCESSO: 000062-39.2005.8.14.00866 ¿ Indenização Requerente: MUNICIPIO DE JURUTI PREFEITURA MUNICIPAL Requerido: ISAIAS BATISTA FILHO Advogado: EDUARDO CARVALHO OAB/PA 8123 ¿ ISAIAS BATISTA NETO OAB/PA 9529 ¿ MARIA LUCIA PANTOJA DE FARIAS OAB/PA 1678 **ATO ORDINATÓRIO** De ordem do Dr. ODINANDRO GARCIA CUNHA, MM. Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Juruti, pratico o seguinte ato ordinatório: 1-INTIMEM-SE as partes quanto ao encerramento de trâmite físico de processo. 2-O referido processo foi devidamente convertido do suporte físico para eletrônico, migrado e registrado no Sistema de Processo Judicial eletrônico (PJe), em onformidade com dispositivo na portaria Conjunta nº 1/2018-GP-VP, que implementa o processo eletrônico no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, mantendo o mesmo número do processo físico para o meio eletrônico e a interposiç¿o de recurso. 3- Fica encerrada a tramitaç¿o do processo em suporte físico para, ent¿o, ter continuidade a sua instruç¿o e tramitaç¿o somente por meio do sistema eletrônico PJe. Os advogados, defensores e membros do Ministério Público devem providenciar o credenciamento e a habilitaç¿o no PJe, de acordo com os §§ 5° e 6 ° do artigo 9° da Portaria supracitada. 4- Sirva-se desde ato, mediante cópia, como intimaç¿o das parte, por seu advogado/defensor público, via DJE/PJe. 1 de abril de 2022 Rosy Ellem Rodrigues do Nascimento Diretora de Secretaria ¿ matrícula: 143545 Comarca de Juruti.

PROCESSO: 0000180-10.2008.8.14.0086 ¿ Processo de Conhecimento Requerente: MUNICIPIO DE JURUTI Requerido: ISAIAS BATISTA FILHO Advogado: MARIA LUCIA PANTOJA DE FARIAS OAB/PA 1678 **ATO ORDINATÓRIO** De ordem do Dr. ODINANDRO GARCIA CUNHA, MM. Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Juruti, pratico o seguinte ato ordinatório: 1-INTIMEM-SE as partes quanto ao encerramento de trâmite físico de processo. 2-O referido processo foi devidamente convertido do suporte físico para eletrônico, migrado e registrado no Sistema de Processo Judicial eletrônico (PJe), em onformidade com dispositivo na portaria Conjunta nº 1/2018-GP-VP, que implementa o processo eletrônico no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, mantendo o mesmo número do processo físico para o meio eletrônico e a interposiç¿o de recurso. 3- Fica encerrada a tramitaç¿o do processo em suporte físico para, ent¿o, ter continuidade a sua instruç¿o e tramitaç¿o somente por meio do sistema eletrônico PJe. Os advogados, defensores e membros do Ministério Público devem providenciar o credenciamento e a habilitaç¿o no PJe, de acordo com os §§ 5° e 6 ° do artigo 9° da Portaria supracitada. 4- Sirva-se desde ato, mediante cópia, como intimaç¿o das parte, por seu advogado/defensor público, via DJE/PJe. 1 de abril de 2022 Rosy Ellem Rodrigues do Nascimento Diretora de Secretaria ¿ matrícula: 143545 Comarca de Juruti.

PROCESSO: 0000001-66.2014.8.14.0086 ¿ Procedimento Ordinário Exequente: BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A Advogado: MYLLENA BOBUREMA DE OLIVEIRA OAB/PA 17640 Executado: SORIMAR MARINHO DOS SANTOS Executado: ADENILDO DA SILVA FERREIRA Executado: GRAZIANE BATISTA DE OLIVEIRA Advogado: **MARIA LUCIA PANTOJA DE FARIAS OAB/PA 1678 ATO ORDINATÓRIO** De ordem do Dr. ODINANDRO GARCIA CUNHA, MM. Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Juruti, pratico o seguinte ato ordinatório: 1-INTIMEM-SE as partes quanto ao encerramento de trâmite físico de processo. 2-O referido processo foi devidamente convertido do suporte físico para eletrônico, migrado e registrado no Sistema de Processo Judicial eletrônico (PJe), em onformidade com dispositivo na portaria Conjunta nº 1/2018-GP-VP, que implementa o processo eletrônico no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, mantendo o mesmo número do processo físico para o meio eletrônico e a interposiç¿o de recurso. 3- Fica encerrada a tramitaç¿o do processo em suporte físico para, ent¿o, ter continuidade a sua instruç¿o e tramitaç¿o somente por meio do sistema eletrônico PJe. Os advogados, defensores e membros do Ministério Público devem providenciar o credenciamento e a habilitaç¿o no PJe, de acordo com os §§ 5° e 6 ° do artigo 9° da Portaria supracitada. 4- Sirva-se desde ato, mediante cópia, como intimaç¿o das parte, por seu advogado/defensor público, via DJE/PJe. 1 de abril de 2022 Rosy Ellem Rodrigues do Nascimento Diretora de Secretaria ¿ matrícula: 143545 Comarca de Juruti.

PROCESSO: 0004927-27.2013.8.14.0086 ¿ Busca e Apreensão Requerente: C.V. FINANCEIRA S/A ¿ CREDITO E INVESTIMENTO Advogado: GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELLI OAB/PA 20951 A ¿ RODRIGO FASSETTO GOES OAB/PA 20953 A Requerido: EDNER VIEIRA DA SILVA **ATO ORDINATÓRIO** De ordem do Dr. ODINANDRO GARCIA CUNHA, MM. Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Juruti, pratico o seguinte ato ordinatório: 1-INTIMEM-SE as partes quanto ao encerramento de trâmite físico de processo. 2-O referido processo foi devidamente convertido do suporte físico para eletrônico, migrado e registrado no Sistema de Processo Judicial eletrônico (PJe), em onformidade com dispositivo na portaria Conjunta nº 1/2018-GP-VP, que implementa o processo eletrônico no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, mantendo o mesmo número do processo físico para o meio eletrônico e a interposiç¿o de recurso. 3- Fica encerrada a tramitaç¿o do processo em suporte físico para, ent¿o, ter continuidade a sua instruç¿o e tramitaç¿o somente por meio do sistema eletrônico PJe. Os advogados, defensores e membros do Ministério Público devem providenciar o credenciamento e a habilitaç¿o no PJe, de acordo com os §§ 5° e 6 ° do artigo 9° da Portaria supracitada. 4- Sirva-se desde ato, mediante cópia, como intimaç¿o das parte, por seu advogado/defensor público, via DJE/PJe. 1 de abril de 2022 Rosy Ellem Rodrigues do Nascimento Diretora de Secretaria ¿ matrícula: 143545 Comarca de Juruti.

PROCESSO: 0001842-91.2017.8.14.0086 ¿ Execução de Titulo Extrajudicial Requerente: BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A Advogado: LETICIA DAVID THOME OAB/PA 10.270 Requerido: LUCIANO COSTA DE SOUZA CARDOSO Requerido: JACIRENE DOS SANTOS TAVARES Requerido: MARCIA CARDOSO DE SOUZA **ATO ORDINATÓRIO** De ordem do Dr. ODINANDRO GARCIA CUNHA, MM. Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Juruti, pratico o seguinte ato ordinatório: 1-INTIMEM-SE as partes quanto ao encerramento de trâmite físico de processo. 2-O referido processo foi devidamente convertido do suporte físico para eletrônico, migrado e registrado no Sistema de Processo Judicial eletrônico (PJe), em onformidade com dispositivo na portaria Conjunta nº 1/2018-GP-VP, que implementa o processo eletrônico no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, mantendo o mesmo número do processo físico para o meio eletrônico e a interposiç¿o de recurso. 3- Fica encerrada a tramitaç¿o do processo em suporte físico para, ent¿o, ter continuidade a sua instruç¿o e tramitaç¿o somente por meio do sistema eletrônico PJe. Os advogados, defensores e membros do Ministério Público devem providenciar o credenciamento e a habilitaç¿o no PJe, de acordo com os §§ 5° e 6 ° do artigo 9° da Portaria supracitada. 4- Sirva-se desde ato, mediante cópia, como intimaç¿o das parte, por seu advogado/defensor público, via DJE/PJe. 1 de abril de 2022 Rosy Ellem Rodrigues do Nascimento Diretora de Secretaria ¿ matrícula: 143545 Comarca de Juruti.

PROCESSO: 0000883-62.2013.8.14.0086 Execução de Titulo Extrajudicial Exequente: BANCO TRIANGULO S/A Advogado: MARCUS VINICIUS DE CARVALHO REZENDE REIS OAB/MG 1.623-A Executado: L M DE JESUS ME **ATO ORDINATÓRIO** De ordem do Dr. ODINANDRO GARCIA CUNHA, MM. Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Juruti, pratico o seguinte ato ordinatório: 1-INTIMEM-SE as partes quanto ao encerramento de trâmite físico de processo. 2-O referido processo foi devidamente convertido do suporte físico para eletrônico, migrado e registrado no Sistema de Processo Judicial eletrônico (PJe), em onformidade com dispositivo na portaria Conjunta nº 1/2018-GP-VP, que implementa o processo eletrônico no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, mantendo o mesmo número do processo físico para o meio eletrônico e a interposiç¿o de recurso. 3- Fica encerrada a tramitaç¿o do processo em suporte físico para, ent¿o, ter continuidade a sua instruç¿o e tramitaç¿o somente por meio do sistema eletrônico PJe. Os advogados, defensores e membros do Ministério Público devem providenciar o credenciamento e a habilitaç¿o no PJe, de acordo com os §§ 5° e 6 ° do artigo 9° da Portaria supracitada. 4- Sirva-se desde ato, mediante cópia, como intimaç¿o das parte, por seu advogado/defensor público, via DJE/PJe. 1 de abril de 2022 Rosy Ellem Rodrigues do Nascimento Diretora de Secretaria ¿ matrícula: 143545 Comarca de Juruti.

PROCESSO: 0010314-13.2019.814.0086 ¿ Procedimento Comum Cível Requerente: KATIA MARIA PEREIRA CANTO Advogado: MARCIO JOSE GOMES DE SOUSA OAB/PA 10516 Requerido: MARIA DO CARMO PEREIRA GUIMARAES Requerido: ROSARIO BENTES CANTO **ATO ORDINATÓRIO** De ordem do Dr. ODINANDRO GARCIA CUNHA, MM. Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Juruti, pratico o seguinte ato ordinatório: 1-INTIMEM-SE as partes quanto ao encerramento de trâmite físico de processo. 2-O referido processo foi devidamente convertido do suporte físico para eletrônico, migrado e registrado no Sistema de Processo Judicial eletrônico (PJe), em onformidade com dispositivo na

portaria Conjunta nº 1/2018-GP-VP, que implementa o processo eletrônico no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, mantendo o mesmo número do processo físico para o meio eletrônico e a interposiç¿o de recurso. 3- Fica encerrada a tramitaç¿o do processo em suporte físico para, ent¿o, ter continuidade a sua instruç¿o e tramitaç¿o somente por meio do sistema eletrônico PJe. Os advogados, defensores e membros do Ministério Público devem providenciar o credenciamento e a habilitaç¿o no PJe, de acordo com os §§ 5° e 6 ° do artigo 9° da Portaria supracitada. 4- Sirva-se desde ato, mediante cópia, como intimaç¿o das parte, por seu advogado/defensor público, via DJE/PJe. 1 de abril de 2022 Rosy Ellem Rodrigues do Nascimento Diretora de Secretaria ¿ matrícula: 143545 Comarca de Juruti.

PROCESSO: 0006353-64.2019.8.14.0086 ¿ Procedimento Ordinário Requerente: THATIANE DOS REIS VIEIRA Advogado: MARCIO JOSE GOMES DE SOUSA 10516 Requerido: MUNICIPIO DE JURUTI **ATO ORDINATÓRIO** De ordem do Dr. ODINANDRO GARCIA CUNHA, MM. Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Juruti, pratico o seguinte ato ordinatório: 1-INTIMEM-SE as partes quanto ao encerramento de trâmite físico de processo. 2-O referido processo foi devidamente convertido do suporte físico para eletrônico, migrado e registrado no Sistema de Processo Judicial eletrônico (PJe), em onformidade com dispositivo na portaria Conjunta nº 1/2018-GP-VP, que implementa o processo eletrônico no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, mantendo o mesmo número do processo físico para o meio eletrônico e a interposiç¿o de recurso. 3- Fica encerrada a tramitaç¿o do processo em suporte físico para, ent¿o, ter continuidade a sua instruç¿o e tramitaç¿o somente por meio do sistema eletrônico PJe. Os advogados, defensores e membros do Ministério Público devem providenciar o credenciamento e a habilitaç¿o no PJe, de acordo com os §§ 5° e 6 ° do artigo 9° da Portaria supracitada. 4- Sirva-se desde ato, mediante cópia, como intimaç¿o das parte, por seu advogado/defensor público, via DJE/PJe. 1 de abril de 2022 Rosy Ellem Rodrigues do Nascimento Diretora de Secretaria ¿ matrícula: 143545 Comarca de Juruti.

PROCESSO: 0008835-82.2019.8.14.0086 ¿ Busca e Apreensão Requerente: VALTRA ADMINISTRDADORA DE CONSORCIOS LTDA Advogado: FERNANDO RODRIGUES DOS SANTOS OAB/SP 196.461 Requerido: COMPACTA COMERCIO CONSTRUÇOES E SERVIÇOS LTDA **ATO ORDINATÓRIO** De ordem do Dr. ODINANDRO GARCIA CUNHA, MM. Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Juruti, pratico o seguinte ato ordinatório: 1-INTIMEM-SE as partes quanto ao encerramento de trâmite físico de processo. 2-O referido processo foi devidamente convertido do suporte físico para eletrônico, migrado e registrado no Sistema de Processo Judicial eletrônico (PJe), em onformidade com dispositivo na portaria Conjunta nº 1/2018-GP-VP, que implementa o processo eletrônico no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, mantendo o mesmo número do processo físico para o meio eletrônico e a interposiç¿o de recurso. 3- Fica encerrada a tramitaç¿o do processo em suporte físico para, ent¿o, ter continuidade a sua instruç¿o e tramitaç¿o somente por meio do sistema eletrônico PJe. Os advogados, defensores e membros do Ministério Público devem providenciar o credenciamento e a habilitaç¿o no PJe, de acordo com os §§ 5° e 6 ° do artigo 9° da Portaria supracitada. 4- Sirva-se desde ato, mediante cópia, como intimaç¿o das parte, por seu advogado/defensor público, via DJE/PJe. 1 de abril de 2022 Rosy Ellem Rodrigues do Nascimento Diretora de Secretaria ¿ matrícula: 143545 Comarca de Juruti.

PROCESSO: 0004746-89.2014.8.14.0086 - Inventario Inventariante: LAURINEUMA NASCIMENTO DE MELO Advogado: Advogado: ANTONIO JOAO TEIXEIRA CAMPOS SILVA OAB/PA 7271 ¿ MARIA LUCIA PANTOJA DE FARIAS OAB/PA 1678 **ATO ORDINATÓRIO** De ordem do Dr. ODINANDRO GARCIA CUNHA, MM. Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Juruti, pratico o seguinte ato ordinatório: 1-INTIMEM-SE as partes quanto ao encerramento de trâmite físico de processo. 2-O referido processo foi devidamente convertido do suporte físico para eletrônico, migrado e registrado no Sistema de Processo Judicial eletrônico (PJe), em onformidade com dispositivo na portaria Conjunta nº 1/2018-GP-VP, que implementa o processo eletrônico no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, mantendo o mesmo número do processo físico para o meio eletrônico e a interposiç¿o de recurso. 3- Fica encerrada a tramitaç¿o do processo em suporte físico para, ent¿o, ter continuidade a sua instruç¿o e tramitaç¿o somente por meio do sistema eletrônico PJe. Os advogados, defensores e membros do Ministério Público devem providenciar o credenciamento e a habilitaç¿o no PJe, de acordo com os §§ 5° e 6 ° do artigo 9° da Portaria supracitada. 4- Sirva-se desde ato, mediante cópia, como intimaç¿o das parte, por seu advogado/defensor público, via DJE/PJe. 1 de abril de 2022 Rosy Ellem Rodrigues do Nascimento Diretora de Secretaria ¿ matrícula: 143545 Comarca de Juruti.

PROCESSO: 0000254-64.2008.8.14.0086 ¿ Ordinária ¿ Requerido: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL Requerido: MARIA LEDA GOMES Advogado: ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA OAB/PA 13.253 **ATO ORDINATÓRIO** De ordem do Dr. ODINANDRO GARCIA CUNHA, MM. Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Juruti, pratico o seguinte ato ordinatório: 1-INTIMEM-SE as partes quanto ao encerramento de trâmite físico de processo. 2-O referido processo foi devidamente convertido do suporte físico para eletrônico, migrado e registrado no Sistema de Processo Judicial eletrônico (PJe), em onformidade com dispositivo na portaria Conjunta nº 1/2018-GP-VP, que implementa o processo eletrônico no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, mantendo o mesmo número do processo físico para o meio eletrônico e a interposiç¿o de recurso. 3- Fica encerrada a tramitaç¿o do processo em suporte físico para, ent¿o, ter continuidade a sua instruç¿o e tramitaç¿o somente por meio do sistema eletrônico PJe. Os advogados, defensores e membros do Ministério Público devem providenciar o credenciamento e a habilitaç¿o no PJe, de acordo com os §§ 5° e 6 ° do artigo 9° da Portaria supracitada. 4- Sirva-se desde ato, mediante cópia, como intimaç¿o das parte, por seu advogado/defensor público, via DJE/PJe. 1 de abril de 2022 Rosy Ellem Rodrigues do Nascimento Diretora de Secretaria ¿ matrícula: 143545 Comarca de Juruti.

PROCESSO: 0005817-58.2016.8.14.0086 ¿ Execução de Titulo Extrajudicial Embargante: RITA PATRICIA PARA BATISTA Advogado: LUCILENE MARIA GOMES COSTA OAB/PA 17.180-A Embargado: FATIMA LUCIA ALVES DA SILVA Advogado: ROMULO PINHEIRO DO AMARAL OAB/PA 9403 **ATO ORDINATÓRIO** De ordem do Dr. ODINANDRO GARCIA CUNHA, MM. Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Juruti, pratico o seguinte ato ordinatório: 1-INTIMEM-SE as partes quanto ao encerramento de trâmite físico de processo. 2-O referido processo foi devidamente convertido do suporte físico para eletrônico, migrado e registrado no Sistema de Processo Judicial eletrônico (PJe), em onformidade com dispositivo na portaria Conjunta nº 1/2018-GP-VP, que implementa o processo eletrônico no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, mantendo o mesmo número do processo físico para o meio eletrônico e a interposiç¿o de recurso. 3- Fica encerrada a tramitaç¿o do processo em suporte físico para, ent¿o, ter continuidade a sua instruç¿o e tramitaç¿o somente por meio do sistema eletrônico PJe. Os advogados, defensores e membros do Ministério Público devem providenciar o credenciamento e a habilitaç¿o no PJe, de acordo com os §§ 5° e 6 ° do artigo 9° da Portaria supracitada. 4- Sirva-se desde ato, mediante cópia, como intimaç¿o das parte, por seu advogado/defensor público, via DJE/PJe. 1 de abril de 2022 Rosy Ellem Rodrigues do Nascimento Diretora de Secretaria ¿ matrícula: 143545 Comarca de Juruti.

PROCESSO: 0002565-18.2014.8.14.0086 ¿ Procedimento Ordinário Requerente: BANCO DO BRASIL S.A. Advogado: SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB/AM 1.048-A Requerido: MANOEL HEILAND GOMES COSTA E OUTROS **ATO ORDINATÓRIO** De ordem do Dr. ODINANDRO GARCIA CUNHA, MM. Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Juruti, pratico o seguinte ato ordinatório: 1-INTIMEM-SE as partes quanto ao encerramento de trâmite físico de processo. 2-O referido processo foi devidamente convertido do suporte físico para eletrônico, migrado e registrado no Sistema de Processo Judicial eletrônico (PJe), em onformidade com dispositivo na portaria Conjunta nº 1/2018-GP-VP, que implementa o processo eletrônico no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, mantendo o mesmo número do processo físico para o meio eletrônico e a interposiç¿o de recurso. 3- Fica encerrada a tramitaç¿o do processo em suporte físico para, ent¿o, ter continuidade a sua instruç¿o e tramitaç¿o somente por meio do sistema eletrônico PJe. Os advogados, defensores e membros do Ministério Público devem providenciar o credenciamento e a habilitaç¿o no PJe, de acordo com os §§ 5° e 6 ° do artigo 9° da Portaria supracitada. 4- Sirva-se desde ato, mediante cópia, como intimaç¿o das parte, por seu advogado/defensor público, via DJE/PJe. 1 de abril de 2022 Rosy Ellem Rodrigues do Nascimento Diretora de Secretaria ¿ matrícula: 143545 Comarca de Juruti.

PROCESSO: 0001261-81.2014.8.14.0086 ¿ Execução Fiscal Exequente: A UNIAO ¿ FAZENDA NACIONAL Executado: ROSANA BARROS TITO Advogado: HENRY JOSE PEREIRA MATIAS OAB/PA 13.484 **ATO ORDINATÓRIO** De ordem do Dr. ODINANDRO GARCIA CUNHA, MM. Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Juruti, pratico o seguinte ato ordinatório: 1-INTIMEM-SE as partes quanto ao encerramento de trâmite físico de processo. 2-O referido processo foi devidamente convertido do suporte físico para eletrônico, migrado e registrado no Sistema de Processo Judicial eletrônico (PJe), em onformidade com dispositivo na portaria Conjunta nº 1/2018-GP-VP, que implementa o processo eletrônico no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, mantendo o mesmo número do processo

físico para o meio eletrônico e a interposiç¿o de recurso. 3- Fica encerrada a tramitaç¿o do processo em suporte físico para, ent¿o, ter continuidade a sua instruç¿o e tramitaç¿o somente por meio do sistema eletrônico PJe. Os advogados, defensores e membros do Ministério Público devem providenciar o credenciamento e a habilitaç¿o no PJe, de acordo com os §§ 5° e 6 ° do artigo 9° da Portaria supracitada. 4- Sirva-se desde ato, mediante cópia, como intimaç¿o das parte, por seu advogado/defensor público, via DJE/PJe. 1 de abril de 2022 Rosy Ellem Rodrigues do Nascimento Diretora de Secretaria ¿ matrícula: 143545 Comarca de Juruti.

PROCESSO: 0000105-73.2005.8.14.0086 Inventario e Partilha Requerente(s): NAIZA SANTOS DA SILVA, MARILANE SANTOS DA SILVA, DARIO SANTOS DA SILVA, VANIA SANTOS DA SILVA, NADIR SANTOS DA SILVA Advogado: EDMILSON DAS NEVES GUERRA OAB 848 13605-ATerceiro: ALCOA WORLD ALUMINA BRASIL LTDA Advogado: JULIO MACHADO DOS SANTOS OAB/PA 15.330 ¿ LAYNNA LIDIA LEITE NEIVA OAB/PA 24.905 ATO ORDINATÓRIO De ordem do Dr. FELIPPE JOSE SILVA FERREIRA, MM. Juiz de Direito respondendo pela Vara Única da Comarca de Juruti, pratico o seguinte ato ordinatório: INTIME-SE a inventariante (NADIR DOS SANTOS SILVA) para recolher, no prazo legal, as custas emitidas pela UNAJ. Boleto 2022065122, sob pena de extinç¿o do feito. Juruti, 08 de abril de 2022. Elizabeth R. Costa Auxiliar Judiciário ¿ Mat.198111 Comarca de Juruti

COMARCA DE ORIXIMINA

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE ORIXIMINA

Autos nº 0002744-31.2016.8.14.0037

EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL

Requerente: JOSÉ ALVES RODRIGUES;

Advogado: RÔMULO PINHEIRO DO AMARAL_OAB/PA 9403 e YASMIM CAROLINE PIMENTEL DO AMARAL_OAB/PA 21.5710;

Requerido: RAIMUNDO PEDRO ALVES DE ALMEIDA;

Advogado: MILENA DE SOUZA SARUBBI_OAB/PA 2.848;

TERMO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

Aos dez (10) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e vinte e um (2021),

nesta cidade de Oriximiná, Estado do Pará, na sala de audiências desta, presente o

MM. Juiz de Direito, Dr. WALLACE CARNEIRO DE SOUSA ¿ videoconferência, comigo assistente de audiências ao final nominado. Feito o pregão de praxe, constatou-se: Presente(s) o(a) advogado(a)(s) do embargante, Dr (a). MILENA DE SOUZA SARUBBI ¿ OAB/PA N° 12.848. Ausente(s) o(a)(s) embargante RAIMUNDO PEDRO MARQUES DE ALMEIDA, e o(a)(s) embargado(a)(s) JOSÉ ALVES RODRIGUES. ABERTA AUDIÊNCIA, a patrona do embargante solicita a análise da petição de fls. 40/41 dos autos processuais. Considerando a ausência das duas partes, conclua-se para decisão. PROVIDENCIE-SE: 1. CERTIFIQUE a secretaria quanto à intimação das partes para esta audiência. Nada mais havendo, o MM. Juiz determino o encerramento do presente termo, Eu, _____, Silas Guedes Oliveira, digitei e subscrevo..

Autos nº 0005570-30.2016.8.14.0037

EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL

Requerente: BANCO BRASIL S/A;

Advogado: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS OAB/PA 21.148-A e OAB/MG 44.698;

Requerido: RAIMUNDO JANIO ANDRADE RIBEIRO e outros;

Advogado:-

DESPACHO

1. Intime-se o Exequente para informar, no prazo de 5 dias, se o débito foi pago espontaneamente pelos Executados e se requer a adjudicação dos bens dados em garantia às fls. 83/89. Cumpra-se. Oriximiná-PA, 15 de março de 2022. WALLACE CARNEIRO DE SOUSA, Juiz de Direito.

PROCESSO Nº: 0000813-89.2008.8.14.0037

REQUERENTE: SOCIEDADE BENEFICIENTE ISRAELITA BRASILEIRA HOSPITAL ALBERT EINSTEIN

ADVOGADO: TATIANA MARIA PAULINO DE SOUZA AOB/SP Nº 208.032

REQUERIDO: AUGUSTO MOREIRA DE ARAUJO

ADVOGADO: MILENA DE SOUZA SARUBBI OAB Nº 12.848

DESPACHO

1. Nos termos do artigo 355, inciso I, do CPC, o juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando não houver necessidade de produção de outras provas.

2. Não verifico vícios ou nulidades. Assim, INTIMEM-SE as partes, mediante seus respectivos advogados (ou pessoalmente, em se tratando de patrocínio da Defensoria Pública, Ministério Público, ou Fazenda Pública), para, no prazo comum de 5 dias, informarem se ainda possuem provas a produzir, indicando quais provas ainda são necessárias, assim como a sua importância para a comprovação das questões de fato e de direito discutidas no processo.

2.1. Advirto que o silêncio implicará em concordância com o julgamento antecipado do mérito e que as partes podem requerer, também, o julgamento.

2.2. Havendo requerimento pela produção de provas, REGISTRO que em se tratando de prova testemunhal, cabe às partes especificar qual fato pretendem provar por meio de testemunhas e não apenas declinar que pretendem produzir prova testemunhal, valendo tal exigência, também, para o depoimento pessoal; em se tratando de perícia, cabe às partes especificarem qual tipo de perícia pretendem e a razão pela qual entendem que a prova do fato depende de conhecimento especial de técnico; em relação à prova documental, cabe destacar que compete à parte instruir a petição inicial (art. 320 do CPC), ou a contestação (art. 336, CPC), com os documentos destinados a provar-lhe as alegações, sendo lícito às partes, em qualquer tempo, juntar aos autos documentos novos, desde que destinados a fazer prova de fatos ocorridos depois dos articulados, ou para contrapô-los aos que foram produzidos nos autos (art. 435 do CPC).

3. Caso peticionem pela produção de provas, conclusos os autos para verificação da pertinência do pedido e decisão de saneamento e organização do processo (CPC, artigo 357).

4. Caso não peticionem pela produção de provas, conclusos os autos para julgamento (CPC, artigo 355). Nessa hipótese, o cartório judicial deve cumprir previamente o artigo 26 da Lei Estadual n. 8.328/2015 (Lei de Custas do Poder Judiciário do Estado do Pará).

Cumpra-se.

Oriximiná-PA, 7 de março de 2022.

WALLACE CARNEIRO DE SOUSA

Juiz de Direito

PROCESSO Nº: 0003712-90.2018.8.14.0037

REQUERENTE: JULIA DOS REIS DA CRUZ

ADVOGADO: MAURICIO DE OLVEIRA RODRIGUES OAB/PA Nº 8736

REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DO PARÁ ¿ CELPA ¿ AGÊNCIA DE ORIXIMINÁ

ADVOGADO: MILENA DE SOUZA SARUBBI OAB/PA Nº 12.848

DESPACHO

1. Nos termos do artigo 355, inciso I, do CPC, o juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando não houver necessidade de produção de outras provas.

2. Não verifico vícios ou nulidades. Assim, INTIMEM-SE as partes, mediante seus respectivos advogados (ou pessoalmente, em se tratando de patrocínio da Defensoria Pública, Ministério Público, ou Fazenda Pública), para, no prazo comum de 5 dias, informarem se ainda possuem provas a produzir, indicando quais provas ainda são necessárias, assim como a sua importância para a comprovação das questões de fato e de direito discutidas no processo.

2.1. Advirto que o silêncio implicará em concordância com o julgamento antecipado do mérito e que as partes podem requerer, também, o julgamento.

2.2. Havendo requerimento pela produção de provas, REGISTRO que em se tratando de prova testemunhal, cabe às partes especificar qual fato pretendem provar por meio de testemunhas e não apenas declinar que pretendem produzir prova testemunhal, valendo tal exigência, também, para o depoimento pessoal; em se tratando de perícia, cabe às partes especificarem qual tipo de perícia pretendem e a razão pela qual entendem que a prova do fato depende de conhecimento especial de técnico; em relação à prova documental, cabe destacar que compete à parte instruir a petição inicial (art. 320 do CPC), ou a contestação (art. 336, CPC), com os documentos destinados a provar-lhe as alegações, sendo lícito às partes, em qualquer tempo, juntar aos autos documentos novos, desde que destinados a fazer prova de fatos ocorridos depois dos articulados, ou para contrapô-los aos que foram produzidos nos autos (art. 435 do CPC).

3. Caso peticionem pela produção de provas, conclusos os autos para verificação da pertinência do pedido e decisão de saneamento e organização do processo (CPC, artigo 357).

4. Caso não peticionem pela produção de provas, conclusos os autos para julgamento (CPC, artigo 355). Nessa hipótese, o cartório judicial deve cumprir previamente o artigo 26 da Lei Estadual n. 8.328/2015 (Lei de Custas do Poder Judiciário do Estado do Pará).

Cumpra-se.

Oriximiná-PA, 7 de março de 2022.

WALLACE CARNEIRO DE SOUSA

Juiz de Direito

PROCESSO Nº: 0000463-97.2019.8.14.0037

REQUERENTE: M S DE SEIXAS

REPRESENTANTE: FRANCIONE SILVA DE SEIXAS

ADVOGADO: MILENA DE SOUZA SARUBBI OAB/PA Nº 12.848

REQUERIDO: JOSÉ SILVINO FERNANDES GATO

ADVOGADO: RAIMUNDA LAURA SERRÃO DA SILVA SOUZA OAB/PA Nº 5.330

DESPACHO

1. Nos termos do artigo 355, inciso I, do CPC, o juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando não houver necessidade de produção de outras provas.

2. Não verifico vícios ou nulidades. Assim, INTIMEM-SE as partes, mediante seus respectivos advogados (ou pessoalmente, em se tratando de patrocínio da Defensoria Pública, Ministério Público, ou Fazenda Pública), para, no prazo comum de 5 dias, informarem se ainda possuem provas a produzir, indicando quais provas ainda são necessárias, assim como a sua importância para a comprovação das questões de fato e de direito discutidas no processo.

2.1. Advirto que o silêncio implicará em concordância com o julgamento antecipado do mérito e que as partes podem requerer, também, o julgamento.

2.2. Havendo requerimento pela produção de provas, REGISTRO que em se tratando de prova testemunhal, cabe às partes especificar qual fato pretendem provar por meio de testemunhas e não apenas declinar que pretendem produzir prova testemunhal, valendo tal exigência, também, para o depoimento pessoal; em se tratando de perícia, cabe às partes especificarem qual tipo de perícia pretendem e a razão pela qual entendem que a prova do fato depende de conhecimento especial de técnico; em relação à prova documental, cabe destacar que compete à parte instruir a petição inicial (art. 320 do CPC), ou a contestação (art. 336, CPC), com os documentos destinados a provar-lhe as alegações, sendo lícito às partes, em qualquer tempo, juntar aos autos documentos novos, desde que destinados a fazer prova de fatos ocorridos depois dos articulados, ou para contrapô-los aos que foram produzidos nos autos (art. 435 do CPC).

3. Caso peticionem pela produção de provas, conclusos os autos para verificação da pertinência do pedido e decisão de saneamento e organização do processo (CPC, artigo 357).

4. Caso não peticionem pela produção de provas, conclusos os autos para julgamento (CPC, artigo 355). Nessa hipótese, o cartório judicial deve cumprir previamente o artigo 26 da Lei Estadual n. 8.328/2015 (Lei de Custas do Poder Judiciário do Estado do Pará).

Cumpra-se.

Oriximiná-PA, 7 de março de 2022.

WALLACE CARNEIRO DE SOUSA

Juiz de Direito

Autos nº 0002743-75.2018.8.14.0037

Apuração de ato infracional

Representante: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Representados: JONILSON PEREIRA DA SILVA e LENIZALDO PRUDENCIO DE

SOUZA

Ato infracional: art. 157, §2º, I e II, do Código Penal

SENTENÇA SEM MÉRITO

III ¿ DISPOSITIVO

Ante o exposto e os documentos do caderno processual, JULGO EXTINTO O PROCESSO,

SEM RESOLUÇÃO DO SEU MÉRITO, nos termos do art. 121, §5º, c/c art. 152, ambos do

ECA c/c art. 485, VI, do Código de Processo Civil.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se, somente via DJE.

Ciência ao Ministério Público e à Defensoria Pública.

Após o trânsito em julgado, certifique-se e arquivem-se os autos.

Cumpra-se.

Oriximiná-PA, 12 de abril de 2022.

WALLACE CARNEIRO DE SOUSA

Juiz de Direito

PROCESSO Nº: 0010833-38.2019.8.14.0037

REQUERENTE: CONSTRUTORA SANTOS E NASCIMENTO LTDA-ME

REPRESENTANTE: DEUZENIL DOS SANTOS NASCIMENTO

ADVOGADO: ELIEL SERRA CHAGAS OAB/PA Nº 26.550

REQUERIDO: SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE ORIXIMINÁ E ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO DE NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO

SENTENÇA SEM MÉRITO

Vistos.

HOMOLOGO por sentença o pedido de desistência formulado pela parte autora à fl. 83 dos autos, para que se produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Assim, JULGO EXTINTO O PRESENTE PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO e o faço nos termos do artigo 485, VIII, do Código de Processo Civil.

Sem Custas e sem honorários.

Decorrido o prazo sem recursos, certifique-se o trânsito em julgado e arquivem-se os autos com a devida baixa na distribuição.

Publique-se. Registre-se. Intime-se a DPE pessoalmente.

Intime-se as partes mediante DJE, apenas.

Com o trânsito em julgado, certifique-se e arquive-se.

Cumpra-se.

Oriximiná-PA, 11 de abril de 2022.

WALLACE CARNEIRO DE SOUSA

Juiz de Direito

Autos nº 0004854-95.2019.8.14.0037
Ação de interdição e curatela
Requerente: MARIA IVANILDES DOS SANTOS
Advogado: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
Interditando(a): JOSIVALDO MOUTINHO DOS SANTOS
Advogado: NÃO CONSTITUIU

SENTENÇA COM MÉRITO

III_DISPOSITIVO
Ante o exposto, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTES os pedidos da parte autora, pelo que DECRETO A INTERDIÇÃO DE JOSIVALDO MOUTINHO DOS SANTOS e NOMEIO COMO CURADOR DEFINITIVO dele a sua mãe MARIA IVANILDES MOUTINHO DOS SANTOS, extinguindo o feito com resolução de seu mérito, nos termos
do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Esta sentença de interdição será inscrita no registro de pessoas naturais e imediatamente
publicada na rede mundial de computadores, no sítio do tribunal a que estiver vinculado o juízo e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses, na imprensa local, 1 (uma) vez, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com
intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do interdito e do curador, a causa da interdição, os limites da curatela e, não sendo total a interdição, os atos que o interdito poderá praticar autonomamente. O(a) curador(a) deverá assinar termo de compromisso definitivo de desempenhar dentro da Lei a função de curador, cujo termo será registrado em Livro próprio deste Cartório Judicial, ficando ciente que não poderá por qualquer modo alienar ou onerar bens móveis, imóveis ou de quaisquer natureza, pertencente ao interditando, sem autorização judicial. Os valores recebidos de entidades previdenciárias deverão ser aplicados exclusivamente na saúde, alimentação e no bem estar do(a) interditando(a).
Sem custas nem honorários, pelos benefícios da justiça gratuita.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se, pessoalmente. Oficie-se ao Cartório de Registro de Pessoas Naturais desta comarca.
Publique-se o edital de interdição. Ciência ao Ministério Público.
Ciência à Defensoria Pública. Cumpra-se. Oriximiná-PA, 12 de abril de 2022. WALLACE CARNEIRO DE SOUSA, Juiz de Direito.

Autos nº 0008189-59.2018.14.0037

Ação de tutela provisória de urgência cautelar em caráter antecedente

Requerente: CLEUZIANE MELO DE MOURA

Advogado: MAURICIO DE OLIVIERA RODRIGUES ¿ OAB/PA 8.736

Requerido: ADERCIO SOUZA PEREIRA

Advogado: NÃO CONSTITUIU

SENTENÇA SEM MÉRITO

III ¿ DISPOSITIVO

Ante o exposto e de tudo o mais que dos autos consta, atendendo aos princípios e demais

normas orientadoras da matéria, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO

DE MÉRITO, e o faço nos termos do art. 485, VI, do CPC, em razão da ausência de

interesse processual.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se, via DJE apenas, pelo princípio da eficiência.

Ciência à Defensoria Pública.

Findo o prazo recursal, certifique-se e arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

Cumpra-se.

Oriximiná-PA, 12 de abril de 2022.

WALLACE CARNEIRO DE SOUSA

Juiz de Direito

Autos nº 0000405-02.2016.8.14.0037

Apuração de ato infracional

Representante: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Representado: IZAQUIEL SOUZA DE SOUZA

Advogado: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

SENTENÇA SEM MÉRITO

III ¿ DISPOSITIVO

Ante o exposto e os documentos do caderno processual, JULGO IMPROCEDENTE o

pedido contido na Representação e EXTINGO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO

SEU MÉRITO, nos termos do art. 121, §5º, c/c art. 152, ambos do ECA c/c art. 485, VI, do

Código de Processo Civil.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se, somente via DJE.

Ciência ao Ministério Público e à Defensoria Pública.

Após o trânsito em julgado, certifique-se e arquivem-se os autos.

Cumpra-se.

Oriximiná-PA, 12 de abril de 2022.

WALLACE CARNEIRO DE SOUSA

Juiz de Direito

PROCESSO Nº: 0000429-27.2006.8.14.0037

REQUERENTE: JOEL FERREIRA LOPES

ADVOGADO (S): FILOMENA MARIA MILEO GUERREIRO OAB/PA Nº 3.687 E ELISANGÊLA BENTES FERNANDES OAB Nº 12.693

REQUERIDO: JOEL PINHEIRO DE ARAUJO

ADVOGADO: LIA FERNANDA GUIMARAES FARIAS OAB Nº 9428

SENTENÇA SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO

I ¿ RELATÓRIO

A parte autora foi procurada para se manifestar nos autos a fim de impulsionar o feito, todavia, a mesma mudou de endereço e não comunicou nos autos, conforme certificou o(a) oficial de justiça, estando a causa abandonada por mais de 30 dias.

É o relatório necessário. Decido.

II ¿ FUNDAMENTAÇÃO

A presente demanda está parada por inércia da parte autora, o que enseja a extinção do feito sem julgamento de mérito. O Código de Processo Civil assim dispõe:

``Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando:

(...)

III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias;

IV - verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo;´´

Dispõe também o código que:

``Art. 77. Além de outros previstos neste Código, são deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo:

V ¿ declinar, no primeiro momento que lhes couber falar nos autos, o endereço residencial ou profissional onde receberão intimações, atualizando essa informação sempre que ocorrer qualquer modificação temporária ou definitiva.´´

Nesse contexto fático-jurídico, impõe-se a extinção do feito, diante do abandono da causa e consequente ausência de pressupostos de desenvolvimento válido e regular do processo.

III ¿ DISPOSITIVO

Ante o exposto e de tudo o mais que dos autos consta, atendendo aos princípios e demais normas orientadoras da matéria, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, e o faço de ofício, nos termos do artigo 485, incisos III e IV, do Código de Processo Civil.

Sem custas. Sem honorários.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se somente mediante DJE.

Findo o prazo recursal, certifique-se e arquivem-se os autos.

Cumpra-se.

Oriximiná-PA, 11 de abril de 2022.

WALLACE CARNEIRO DE SOUSA

Juiz de Direito

PROCESSO Nº: 0004044-91.2017.8.14.0037

REQUERENTE: LUCIANO FREITAS FARIA

ADVOGADO (S): MAURICIO DE OLIVEIRA RODRIGUES ¿ OAB/PA 8.736

REQUERIDO: BANCO DO ESTADO DO PARÁ

ADVOGADO (S): THIAGO DOS SANTOS ALMEIDA ¿ OAB/PA 17.337 e PAULO ROBERTO ARÉVALO BARROS FILHO ¿ OAB/PA 10.676

SENTENÇA COM MÉRITO

I ¿ RELATÓRIO

Cuida-se de ação de revisão de contrato de empréstimo consignado ajuizada por LUCIANOFREITAS FARIA em desfavor do BANCO DO ESTADO DO PARÁ, objetivando reduzir juros remuneratórios praticados em contrato de empréstimo para, em tese, juros à taxa média do mercado.

Após o trâmite normal do procedimento, às fls. 163/170, as partes apresentaram acordo firmado extrajudicialmente e o submeteram à homologação judicial.

É o relatório necessário. Decido.

II ¿ FUNDAMENTAÇÃO

Tratando-se de demanda em que as partes entabularam acordo, na forma apresentada às fls. 163/170, bem como por estarem devidamente representadas, não vejo óbice à homologação judicial.

A solução consensual dos conflitos é prestigiada pelo novo Código de Processo Civil e acarreta a resolução do feito com mérito. Com efeito:

``Art. 3º Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito.

§1º É permitida a arbitragem, na forma da lei.

§2º O Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos.

§3º A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial.

Art. 487. Haverá resolução de mérito quando o juiz:

I - acolher ou rejeitar o pedido formulado na ação ou na reconvenção;

II - decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição;

III - homologar:

a) o reconhecimento da procedência do pedido formulado na ação ou na

reconvenção;

b) a transação;

c) a renúncia à pretensão formulada na ação ou na reconvenção.

Parágrafo único. Ressalvada a hipótese do, a prescrição e a decadência não serão reconhecidas sem que antes seja dada às partes oportunidade de manifestar-se.´´

Desse modo, amoldando-se os fatos às normas jurídicas, merece procedência a homologação do acordo apresentado.

III ¿ DISPOSITIVO

Ante o exposto e, principalmente, por se tratar de livre manifestação das partes, hei por bem HOMOLOGAR, por SENTENÇA, o acordo celebrado entre elas, cujos termos ficam fazendo parte integrante desta sentença, para que se produzam seus jurídicos e legais efeitos, pelo que JULGO EXTINTO O PRESENTE PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, e o faço nos termos do art. 487, III, ``b´´ do Código de Processo Civil.

Sem custas, diante dos benefícios da gratuidade da justiça.

Honorários na forma acordada.

Publique-se. Registre-se.

Intimem-se as partes, mediante seus advogados.

Ultrapassado o prazo recursal, certifique-se e arquivem-se os autos, com baixa na distribuição.

Cumpra-se.

Oriximiná-PA, 11 de abril de 2022.

WALLACE CARNEIRO DE SOUSA

Juiz de Direito

PROCESSO Nº: 0003665-87.2016.8.14.0037

REQUERENTE: ISAQUE PICANÇO DE OLIVEIRA

ADVOGADO (S): LIA FERNANDA GUIMARÃES FARIAS - OAB/PA 9.428

REQUERIDO: CIDELIA DA SILVA SOARES

ADVOGADO (S): RAIMUNDA LAURA SERRÃO DA SILVA SOUZA - OAB/PA 5.330

SENTENÇA COM MÉRITO

I ¿ RELATÓRIO

Cuida-se de ação de reconhecimento e dissolução de união estável c/c partilha de bens ajuizada por ISAQUE PICANÇO DE OLIVEIRA em desfavor de CIDELIA DA SILVA SOARES.

Após o trâmite normal do procedimento, às fls. 72/74, as partes apresentaram acordo firmado extrajudicialmente e o submeteram à homologação judicial.

É o relatório necessário. Decido.

II ¿ FUNDAMENTAÇÃO

Tratando-se de demanda em que as partes entabularam acordo, na forma apresentada às fls. 72/74, bem como por estarem devidamente representadas e não possuírem filhos, não vejo óbice à homologação judicial.

A solução consensual dos conflitos é prestigiada pelo novo Código de Processo Civil e acarreta a resolução do feito com mérito. Com efeito:

``Art. 3º Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito.

§1º É permitida a arbitragem, na forma da lei.

§2º O Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos.

§3º A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser

estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial.

Art. 487. Haverá resolução de mérito quando o juiz:

I - acolher ou rejeitar o pedido formulado na ação ou na reconvenção;

II - decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição;

III - homologar:

a) o reconhecimento da procedência do pedido formulado na ação ou na reconvenção;

b) a transação;

c) a renúncia à pretensão formulada na ação ou na reconvenção.

Parágrafo único. Ressalvada a hipótese do, a prescrição e a decadência não serão reconhecidas sem que antes seja dada às partes oportunidade de manifestar-se.´´

Desse modo, amoldando-se os fatos às normas jurídicas, merece procedência a homologação do acordo apresentado.

III ¿ DISPOSITIVO

Ante o exposto e, principalmente, por se tratar de livre manifestação das partes, hei por bem HOMOLOGAR, por SENTENÇA, o acordo celebrado entre elas, cujos termos ficam fazendo parte integrante desta sentença, para que se produzam seus jurídicos e legais efeitos, pelo que JULGO EXTINTO O PRESENTE PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, e o faço nos termos do art. 487, III, ``b´´ do Código de Processo Civil.

Sem custas, diante dos benefícios da gratuidade da justiça.

Honorários na forma acordada.

Publique-se. Registre-se.

Intimem-se as partes, mediante seus advogados.

Ultrapassado o prazo recursal, certifique-se e arquivem-se os autos, com baixa na distribuição.

Cumpra-se.

Oriximiná-PA, 11 de abril de 2022.

WALLACE CARNEIRO DE SOUSA

Juiz de Direito

PROCESSO Nº: 0000161-73.2016.8.14.0037

REQUERENTE: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A

ADVOGADO (S): GIULIO ALVARENGA REALE ¿ OAB/PA 20.107

REQUERIDO: MARCIA HELENA FARIAS NICACIO

ADVOGADO (S): NÃO CONSTITUIU

SENTENÇA SEM MÉRITO

I ¿ RELATÓRIO

Devidamente intimada para cumprimento de diligência determinada por este Juízo, a parte autora deixou o prazo transcorrer integralmente, sem tomar a providência cabível, estando a causa abandonada por mais de 30 dias.

Sem o cumprimento da diligência determinada, a ação não tem como prosseguir em razão da falta de pressuposto de desenvolvimento válido do processo.

É o relatório necessário. Decido.

II ¿ FUNDAMENTAÇÃO

O Código de Processo Civil dispõe que: ``Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: III ¿ por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; IV ¿ verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.´´

A presente demanda está parada por inércia do Requerente, o que enseja a extinção do feito sem julgamento de mérito, diante do abandono e a consequente ausência de pressuposto ao desenvolvimento do processo.

III ¿ DISPOSITIVO

Ante o exposto e de tudo o mais que dos autos consta, atendendo aos princípios e demais normas orientadoras da matéria, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, e o faço de ofício, nos termos do art. 485, III e IV do CPC.

Sem Custas e sem honorários.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se, somente via DJE.

Findo o prazo recursal, certifique-se e arquivem-se os autos.

Cumpra-se.

Oriximiná-PA, 11 de abril de 2022.

WALLACE CARNEIRO DE SOUSA

Juiz de Direito

PROCESSO Nº: 0005428-55.2018.8.14.0037

REQUERENTE: C V T LAVOR

REPRESENTANTE: RAILENE VIEIRA TAVARES

ADVOGADO (S): LAFAIETE PEREIRA BIET OAB/PA 20.043 E MARIA ROSA FIGUEIRA DE SOUZA - OAB/PA 14.093

REQUERIDO: FABIO LAVOR DE SOUZA

ADVOGADO (S): MILENA DE SOUZA SARUBBI ¿ OAB/PA 12.848

SENTENÇA COM MÉRITO

I ¿ RELATÓRIO

Trata-se de ação de cumprimento de sentença de alimentos ajuizada por CIBELY VIEIRA TAVARES LAVOR, representada por sua genitora RAILENE VIEIRA TAVARES, em desfavor de FABIO LAVOR DE SOUZA, para o adimplemento dos valores relativos a alimentos definitivos.

Às fls. 17/21, a parte executada informou a quitação do débito e juntou aos autos os comprovantes.

É o relatório necessário. Decido.

II ¿ FUNDAMENTAÇÃO

Tratando-se de execução em que foi informada a quitação do débito, a sua extinção é medida que se impõe, nos termos do Código de Processo Civil. Com efeito:

``Art. 924. Extingue-se a execução quando:

I - a petição inicial for indeferida;

II - a obrigação for satisfeita;

III - o executado obtiver, por qualquer outro meio, a extinção total da dívida;

IV - o exequente renunciar ao crédito;

V - ocorrer a prescrição intercorrente.

Art. 925. A extinção só produz efeito quando declarada por sentença.´´

Assim, passo a extinguir a execução, mediante sentença, para produzir efeitos.

III ¿ DISPOSITIVO

Diante do exposto, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO, com fundamento no art. 924,

inciso II, e art. 925, ambos do CPC.

Sem custas nem honorários.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se, somente mediante DJE.

Findo o prazo recursal, certifique-se o trânsito em julgado e arquivem-se os autos.

Cumpra-se.

Oriximiná-PA, 11 de abril de 2022.

WALLACE CARNEIRO DE SOUSA

Juiz de Direito

PROCESSO Nº: 0010910-47.2019.8.14.0037

REQUERENTES: CEZAR ADRIANO PINHEIRO NOBRE E ELCILENE SANTOS NOBRE

ADVOGADO: RAIMUNDA LAURA SERRÃO DA SILVA SOUZA OAB/PA Nº 5330

REQUERIDO: PAULA ALESSANDRA DA SILVA MARINHO

DECISÃO

1. Estando presentes, em tese, os requisitos insculpidos no artigo 319 do Código de Processo Civil - CPC, recebo a petição inicial.

2. Defiro o pedido de gratuidade da justiça, presumindo a insuficiência de recursos da parte autora para pagar custas e despesas processuais, nos temos do artigo 98 do CPC, em análise dos documentos apresentados.

3. DESIGNO audiência de conciliação, nos termos do artigo 334 do CPC, para o dia 29 de JUNHO de 2022, às 11h00min, a ser realizada no Fórum de Justiça da Comarca de Oriximiná, devendo a parte requerida ser citada com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.

4. Expeça-se o mandado de citação para o requerido e confinantes.

5. Tendo em vista o disposto no artigo 335 do Código de Processo Civil, conste também do mandado de citação que o réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do

art. 334, §4º, inciso I (se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual).

6. Fica a parte autora intimada para a audiência na pessoa de seu advogado e por meio da publicação desta decisão na imprensa oficial (CPC, artigo 334, §3º), salvo se patrocinado pela Defensoria Pública, caso em que será intimado pessoalmente.

7. Advirto, com fulcro no artigo 334, § 8º, do Código de Processo Civil que o não

comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do Estado.

8. As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos (CPC, artigo 334, § 9º).

9. A parte poderá constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir. (CPC, artigo 334, §10º).

Cumpra-se.

ESTA DECISÃO SERVE COMO MANDADO E OFÍCIO.

Oriximiná, 24 de agosto de 2021.

FRANCISCO JOAQUIM DA SILVA FILHO

Juiz de Direito respondendo pela Comarca de Oriximiná

Autos nº 0167475-78.2015.8.14.0037

EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL

Requerente: JOSÉ ALVES RODRIGUES;

Advogado: RÔMULO PINHEIRO DO AMARAL_OAB/PA 9403 e YASMIM CAROLINE PIMENTEL DO AMARAL_OAB/PA 21.5710;

Requerido: RAIMUNDO PEDRO ALVES DE ALMEIDA;

Advogado: MILENA DE SOUZA SARUBBI_OAB/PA 2.848;

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

1. Diante da ausência de localização do Executado e/ou de seus bens passíveis de penhora, SUSPENDO a execução, pelo prazo de 1 ano, nos termos do artigo 921, caput, III, e §1º, do Código de Processo Civil. Fica também suspensa a prescrição. 2. Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano sem que seja localizado o executado ou que sejam encontrados bens penhoráveis, certifique-se o decurso desse prazo e

arquivem-se os autos. Os autos serão desarquivados para prosseguimento da execução se a qualquer tempo forem encontrados bens penhoráveis. 3. Intime-se o Exequente, mediante seus advogados, para ciência desta decisão. Cumpra-se. Oriximiná-PA, 16 de março de 2022. WALLACE CARNEIRO DE SOUSA, Juiz de Direito.

PROCESSO Nº: 0010353-94.2018.8.14.0037

REQUERENTE: K.P.X.B

REPRESENTANTE: FRANCIMARA PEREIRA XAVIER

DEFENSOR: GIANE DE ANDRADE BUBOLA LIMA

REQUERIDO: PATRIC DE OLIVEIRA BASILIO

ADVOGADO: MAURICIO DE OLIVEIRA RODRIGUES OAB/PA Nº 83736

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Em razão do requerido, devidamente citado e ciente do prazo para apresentar sua contestação, ter se manifestado intempestivamente, DECRETO A SUA REVELIA.

DESIGNO audiência de instrução e julgamento para o dia 29 de JUNHO de 2022, às 10h00min, a ser realizada na sala de audiências do Fórum de Justiça da Comarca de Oriximiná.

A parte Requerente será intimada da audiência por meio de seu advogado, mediante publicação no Diário Oficial, salvo se patrocinada pela Defensoria Pública, caso em que será intimada pessoalmente.

Cabe à parte intimar as testemunhas por elas arroladas do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do Juízo, na forma do artigo 455, caput e parágrafos, do Código de Processo Civil, devendo o oficial de justiça advertir a parte a respeito dessa incumbência, caso ela seja intimada pessoalmente. O número de testemunhas arroladas não pode ser superior a 10 (dez), sendo 3 (três), no máximo, para a prova de cada fato.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ESTA DECISÃO SERVE COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO E OFÍCIO.

Cumpra-se.

Oriximiná/PA, 12 de agosto de 2021.

FRANCISCO JOAQUIM DA SILVA FILHO

Juiz de Direito respondendo pela Comarca de Oriximiná

PROCESSO Nº: 0012449-82.2018.8.14.0037

REQUERENTE: JOÃO GIORDANO FERRAGENS LTDA MAGIOFER

ADVOGADO: CAROLINE LEITE GIORDANO OAB/PA Nº 18.923-B

REQUERIDO: ALMIR ALVES PEREIRA SERVIÇOS ME E ALMIR ALVES PEREIRA

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

1. Diante da ausência de localização do Executado e/ou de seus bens passíveis de penhora, SUSPENDO a execução, pelo prazo de 1 ano, nos termos do artigo 921, caput, III, e §1º, do Código de Processo Civil. Fica também suspensa a prescrição.

2. Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano sem que seja localizado o executado ou que sejam encontrados bens penhoráveis, certifique-se o decurso desse prazo e arquivem-se os autos. Os autos serão desarquivados para prosseguimento da execução se a qualquer tempo forem encontrados bens penhoráveis.

3. Intime-se o Exequente, mediante seus advogados, para ciência desta decisão e para recolher as custas relativas ao seu pedido de penhora e outras restrições via BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e/ou SERAJUD.

4. Comprovado o recolhimento das custas, retornem-me os autos conclusos para a busca, conforme requerido pelo Exequente.

Cumpra-se.

Oriximiná-PA, 16 de março de 2022.

WALLACE CARNEIRO DE SOUSA

Juiz de Direito

COMARCA DE ALENQUER

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE ALENQUER

RESENHA: 08/04/2022 A 08/04/2022 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE ALENQUER - VARA: VARA UNICA DE ALENQUER PROCESSO: 00005742820158140003 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID WEBER AGUIAR COSTA A??o: Inquérito Policial em: 08/04/2022 INDICIADO:WANDERSON CARVALHO DE LIMA VITIMA:S. M. S. . SENTENÃA Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de autos instaurados para a apuraÃ§Ã£o da prÃ¡tica de infraÃ§Ã£o penal. Â Â Â Â Â Â Â Vieram-me os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Relatado o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifico que o(a) autor(a) do fato fora acusado(a) da prÃ¡tica da infraÃ§Ã£o penal em apreÃ§o. Â Â Â Â Â Â Â Verifico que a infraÃ§Ã£o em deslinde possui pena caracterizada pela incidÃªncia do instituto da prescriÃ§Ã£o, uma vez que seus prazos, de acordo com as anotaÃ§Ãµes do artigo 109 do CPB, encontram-se prescritos. Â Â Â Â Â Â Â Houve o transcurso do prazo prescricional da pretensÃ£o punitiva do Estado, uma vez que nÃ£o se verifica a incidÃªncia de outra causa interruptiva da prescriÃ§Ã£o, nos termos do art. 117 do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Em face do exposto, consubstanciado na manifestaÃ§Ã£o do MinistÃ©rio PÃºblico e por tudo mais que dos autos consta, JULGO EXTINTO O PROCESSO, e, por conseguinte, a punibilidade do(a) agente, em razÃ£o da ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, nos termos do artigo 109 c/c art. 107, IV, todos do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo recursal, arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Alenquer, 8 de abril de 2022. DAVID WEBER AGUIAR COSTA Juiz de Direito PROCESSO: 00006432420098140003 PROCESSO ANTIGO: 200920002439 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID WEBER AGUIAR COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 08/04/2022 REPRESENTANTE:MUNICIPIO DE ALENQUER Representante(s): OAB 15078 - MARJEAN DA SILVA MONTE (ADVOGADO) PATRICIA ADRIANA R. VALENTE E OUTROS (ADVOGADO) REPRESENTADO:DIMAS RODRIGUES LEITE Representante(s): OAB 18326 - ALESSANDRO BERNARDES PINTO (ADVOGADO) REPRESENTADO:JOAO FERREIRA. DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Arquivem-se os autos; 2.Â Â Â Â Â Cumpra-se. Alenquer, 8 de abril de 2022. DAVID WEBER AGUIAR COSTA Juiz de Direito PROCESSO: 00008313320088140003 PROCESSO ANTIGO: 200810008092 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID WEBER AGUIAR COSTA A??o: Procedimento Comum Cível em: 08/04/2022 REQUERENTE:JOAO MOREIRA DA COSTA NETO Representante(s): ROBERTO NOGUEIRA SIMOES (DEFENSOR PÚBLICO - NAEM) ROBERTO NOGUEIRA SIMOES (DEFENSOR PÚBLICO - NAEM) REQUERIDO:SILAS CAMPOS DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 18326 - ALESSANDRO BERNARDES PINTO (ADVOGADO) OAB 18326 - ALESSANDRO BERNARDES PINTO (ADVOGADO) REPRESENTANTE:JUCILEIDE DO VALLE DA COSTA. SENTENÃA Vistos etc.Â Cuidam os presentes autos deÂ MEDIDA DE PROTEÃÃOÂ endereÃ§ada a esse juÃ-zo, via ofÃ-cio do Conselho Tutelar do MunicÃ-pio de Alenquer para as providÃªncias e medidas cabÃ-veis. RelatÃ³rio Circunstanciado apresentado (fl. 03). Parecer ministerial (fl. 17/18) pela extinÃ§Ã£o do feito. Assim, vieram-me os autos conclusos. Ã oÂ RELATÃRIO. FUNDAMENTO e DECIDO. Compulsando os autos, observo que o interessado jÃ¡ atingiu a maioridade e, portanto, nÃ£o permanece em situaÃ§Ã£o de risco a ensejar a decretaÃ§Ã£o de medida de proteÃ§Ã£o. Dessa forma, considerando a perda de objeto, de modo a inviabilizar o prosseguimento do feito, mostra-se incidente a causa de extinÃ§Ã£o do processo, na forma do artigo 485, IV, do novo CPC. Pelo exposto,Â EXTINGOÂ o feito, sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, nos termos do que dispÃµe o artigo 485, IV, do novo CÃ³digo de Processo Civil. Sem custas. ApÃ³s, transitado em julgado, arquive-se com as cautelas de praxe. CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Alenquer/PA,Â 8 de abril de 2022.Â DAVID WEBER AGUIAR COSTA Juiz de Direito PROCESSO: 00008528820118140003 PROCESSO ANTIGO: 201120004423 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID WEBER AGUIAR COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo em: 08/04/2022 REU:INDIVIDUO NAO IDENTIFICADO VITIMA:R. M. O. . DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Arquivem-se os autos; 2.Â Â Â Â Â Cumpra-se. Alenquer, 8 de abril de 2022. DAVID WEBER AGUIAR COSTA Juiz de Direito PROCESSO: 00016663620188140003 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID WEBER AGUIAR COSTA A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 08/04/2022 EXEQUENTE:SUELY DA SILVA ME Representante(s): OAB 8304 - ELEM FABRICIA SARMENTO DE SANTANA (ADVOGADO) EXECUTADO:JAMIA RAQUEL ALVES DA

COSTA. SENTENÃA Visto Trata-se de aÃ§Ã£o de execuÃ§Ã£o de tÃ-tulo extrajudicial. A parte exequente foi devidamente intimada para dar prosseguimento ao feito, tendo se manifestado apÃ³s mais de trÃªs anos, requerendo a extinÃ§Ã£o do processo com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito. NÃ£o vislumbro, no entanto, nenhuma hipÃ³tese de extinÃ§Ã£o da execuÃ§Ã£o (artigo 924 do CPC). O que se observa Ã© o desinteresse da parte autora no seguimento do feito. Em face do exposto, determino o arquivamento da presente execuÃ§Ã£o. Sem custas face a gratuidade deferida nos autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se, inclusive por edital, se necessÃ¡rio. Arquive-se com as cautelas legais. Alenquer, 08 de abril de 2022. DAVID WEBER AGUIAR COSTA Juiz de Direito PROCESSO: 00020465920188140003 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID WEBER AGUIAR COSTA A??o: Inquérito Policial em: 08/04/2022 INDICIADO:CLEUTO DA SILVA AMORIM VITIMA:M. G. L. B. . SENTENÃA Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de autos instaurados para a apuraÃ§Ã£o da prÃ¡tica de infraÃ§Ã£o penal. Â Â Â Â Â Â Â Vieram-me os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Relatado o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifico que o(a) autor(a) do fato fora acusado(a) da prÃ¡tica da infraÃ§Ã£o penal em apreÃ§o. Â Â Â Â Â Â Â Verifico que a infraÃ§Ã£o em deslinde possui pena caracterizada pela incidÃªncia do instituto da prescriÃ§Ã£o, uma vez que seus prazos, de acordo com as anotaÃ§Ãµes do artigo 109 do CPB, encontram-se prescritos. Â Â Â Â Â Â Â Houve o transcurso do prazo prescricional da pretensÃ£o punitiva do Estado, uma vez que nÃ£o se verifica a incidÃªncia de outra causa interruptiva da prescriÃ§Ã£o, nos termos do art. 117 do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Em face do exposto, consubstanciado na manifestaÃ§Ã£o do MinistÃ©rio PÃºblico e por tudo mais que dos autos consta, JULGO EXTINTO O PROCESSO, e, por conseguinte, a punibilidade do(a) agente, em razÃ£o da ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, nos termos do artigo 109 c/c art. 107, IV, todos do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo recursal, arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Alenquer, 8 de abril de 2022. DAVID WEBER AGUIAR COSTA Juiz de Direito PROCESSO: 00027670620188140037 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID WEBER AGUIAR COSTA A??o: Inquérito Policial em: 08/04/2022 AUTOR:JOSE MACIEL BATISTA VITIMA:S. S. N. . SENTENÃA Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de autos instaurados para a apuraÃ§Ã£o da prÃ¡tica de infraÃ§Ã£o penal. Â Â Â Â Â Â Â Vieram-me os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Relatado o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifico que o(a) autor(a) do fato fora acusado(a) da prÃ¡tica da infraÃ§Ã£o penal em apreÃ§o. Â Â Â Â Â Â Â Verifico que a infraÃ§Ã£o em deslinde possui pena caracterizada pela incidÃªncia do instituto da prescriÃ§Ã£o, uma vez que seus prazos, de acordo com as anotaÃ§Ãµes do artigo 109 do CPB, encontram-se prescritos. Â Â Â Â Â Â Â Houve o transcurso do prazo prescricional da pretensÃ£o punitiva do Estado, uma vez que nÃ£o se verifica a incidÃªncia de outra causa interruptiva da prescriÃ§Ã£o, nos termos do art. 117 do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Em face do exposto, consubstanciado na manifestaÃ§Ã£o do MinistÃ©rio PÃºblico e por tudo mais que dos autos consta, JULGO EXTINTO O PROCESSO, e, por conseguinte, a punibilidade do(a) agente, em razÃ£o da ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, nos termos do artigo 109 c/c art. 107, IV, todos do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo recursal, arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Alenquer, 8 de abril de 2022. DAVID WEBER AGUIAR COSTA Juiz de Direito PROCESSO: 00033690220188140003 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID WEBER AGUIAR COSTA A??o: Inquérito Policial em: 08/04/2022 INDICIADO:DEVIAN REGIS DO CARMO VITIMA:J. F. S. . SENTENÃA Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de autos instaurados para a apuraÃ§Ã£o da prÃ¡tica de infraÃ§Ã£o penal. Â Â Â Â Â Â Â Vieram-me os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Relatado o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifico que o(a) autor(a) do fato fora acusado(a) da prÃ¡tica da infraÃ§Ã£o penal em apreÃ§o. Â Â Â Â Â Â Â Verifico que a infraÃ§Ã£o em deslinde possui pena caracterizada pela incidÃªncia do instituto da prescriÃ§Ã£o, uma vez que seus prazos, de acordo com as anotaÃ§Ãµes do artigo 109 do CPB, encontram-se prescritos. Â Â Â Â Â Â Â Houve o transcurso do prazo prescricional da pretensÃ£o punitiva do Estado, uma vez que nÃ£o se verifica a incidÃªncia de outra causa interruptiva da prescriÃ§Ã£o, nos termos do art. 117 do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Em face do exposto, consubstanciado na manifestaÃ§Ã£o do MinistÃ©rio PÃºblico e por tudo mais que dos autos consta, JULGO EXTINTO O PROCESSO, e, por conseguinte, a punibilidade do(a) agente, em razÃ£o da ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, nos termos do artigo 109 c/c art. 107, IV, todos do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo recursal, arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Alenquer, 8 de abril de 2022. DAVID WEBER AGUIAR COSTA Juiz de Direito PROCESSO: 00039115420178140003 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID WEBER AGUIAR COSTA A??o: Inquérito Policial em: 08/04/2022 INDICIADO:EM APURACAO VITIMA:J. P. F. S. . DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Arquivem-se os autos; 2.Â Â Â Â Â Cumpra-se. Alenquer, 8 de abril de 2022. DAVID WEBER AGUIAR COSTA Juiz de Direito PROCESSO: 00040110920178140003 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID WEBER AGUIAR

COSTA A??o: Inquérito Policial em: 08/04/2022 INDICIADO:PEDRO BATISTA RODRIGUES VITIMA:G. S. B. . SENTENÃA Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de autos instaurados para a apuraÃ§Ã£o da prÃ¡tica de infraÃ§Ã£o penal. Â Â Â Â Â Â Â Vieram-me os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Relatado o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifico que o(a) autor(a) do fato fora acusado(a) da prÃ¡tica da infraÃ§Ã£o penal em apreÃ§o. Â Â Â Â Â Â Â Verifico que a infraÃ§Ã£o em deslinde possui pena caracterizada pela incidÃªncia do instituto da prescriÃ§Ã£o, uma vez que seus prazos, de acordo com as anotaÃ§Ãµes do artigo 109 do CPB, encontram-se prescritos. Â Â Â Â Â Â Â Houve o transcurso do prazo prescricional da pretensÃ£o punitiva do Estado, uma vez que nÃ£o se verifica a incidÃªncia de outra causa interruptiva da prescriÃ§Ã£o, nos termos do art. 117 do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Em face do exposto, consubstanciado na manifestaÃ§Ã£o do MinistÃ©rio PÃºblico e por tudo mais que dos autos consta, JULGO EXTINTO O PROCESSO, e, por conseguinte, a punibilidade do(a) agente, em razÃ£o da ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, nos termos do artigo 109 c/c art. 107, IV, todos do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo recursal, arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Alenquer, 8 de abril de 2022. DAVID WEBER AGUIAR COSTA Juiz de Direito PROCESSO: 00048697920138140003 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID WEBER AGUIAR COSTA A??o: Inquérito Policial em: 08/04/2022 VITIMA:A. O. S. F. . DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Arquivem-se os autos; 2.Â Â Â Â Â Cumpra-se. Alenquer, 8 de abril de 2022. DAVID WEBER AGUIAR COSTA Juiz de Direito PROCESSO: 00064485220198140003 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID WEBER AGUIAR COSTA A??o: Inquérito Policial em: 08/04/2022 AUTOR:APURACAO VITIMA:E. S. P. . DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Arquivem-se os autos; 2.Â Â Â Â Â Cumpra-se. Alenquer, 8 de abril de 2022. DAVID WEBER AGUIAR COSTA Juiz de Direito PROCESSO: 00089532120168140003 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID WEBER AGUIAR COSTA A??o: Inquérito Policial em: 08/04/2022 INDICIADO:EM APURACAO VITIMA:A. S. L. C. S. D. . DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Arquivem-se os autos; 2.Â Â Â Â Â Cumpra-se. Alenquer, 8 de abril de 2022. DAVID WEBER AGUIAR COSTA Juiz de Direito PROCESSO: 00485745920158140003 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID WEBER AGUIAR COSTA A??o: Inquérito Policial em: 08/04/2022 AUTOR:POR IDENTIFICAR VITIMA:C. B. S. . DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Arquivem-se os autos; 2.Â Â Â Â Â Cumpra-se. Alenquer, 8 de abril de 2022. DAVID WEBER AGUIAR COSTA Juiz de Direito PROCESSO: 00785727220158140003 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID WEBER AGUIAR COSTA A??o: Inquérito Policial em: 08/04/2022 INDICIADO:JHONASON GAMA E SILVA Representante(s): OAB 19584 - MARINES CATTANI MONTE (ADVOGADO) VITIMA:L. M. S. . SENTENÃA Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de autos instaurados para a apuraÃ§Ã£o da prÃ¡tica de infraÃ§Ã£o penal. Â Â Â Â Â Â Â Vieram-me os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Relatado o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifico que o(a) autor(a) do fato fora acusado(a) da prÃ¡tica da infraÃ§Ã£o penal em apreÃ§o. Â Â Â Â Â Â Â Verifico que a infraÃ§Ã£o em deslinde possui pena caracterizada pela incidÃªncia do instituto da prescriÃ§Ã£o, uma vez que seus prazos, de acordo com as anotaÃ§Ãµes do artigo 109 do CPB, encontram-se prescritos. Â Â Â Â Â Â Â Houve o transcurso do prazo prescricional da pretensÃ£o punitiva do Estado, uma vez que nÃ£o se verifica a incidÃªncia de outra causa interruptiva da prescriÃ§Ã£o, nos termos do art. 117 do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Em face do exposto, consubstanciado na manifestaÃ§Ã£o do MinistÃ©rio PÃºblico e por tudo mais que dos autos consta, JULGO EXTINTO O PROCESSO, e, por conseguinte, a punibilidade do(a) agente, em razÃ£o da ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, nos termos do artigo 109 c/c art. 107, IV, todos do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo recursal, arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Alenquer, 8 de abril de 2022. DAVID WEBER AGUIAR COSTA Juiz de Direito PROCESSO: 00078533120168140003 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente em: REQUERENTE: W. B. P. S. G. C. T. VITIMA: L. I. S.

RESENHA: 12/04/2022 A 12/04/2022 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE ALENQUER - VARA: VARA UNICA DE ALENQUER PROCESSO: 00046930320138140003 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID WEBER AGUIAR COSTA A??o: Inquérito Policial em: 12/04/2022 AUTOR:GEOVANE DE SOUSA CORREA VITIMA:J. M. B. N. VITIMA:M. C. B. . SENTENÃA Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de autos instaurados para a apuraÃ§Ã£o da prÃ¡tica de infraÃ§Ã£o penal. Â Â Â Â Â Â Â Vieram-me os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Relatado o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifico que o(a) autor(a) do fato fora

acusado(a) da prÃ¡tica da infraÃ§Ã£o penal em apreÃ§o. Â Â Â Â Â Â Â Verifico que a infraÃ§Ã£o em deslinde possui pena caracterizada pela incidÃªncia do instituto da prescriÃ§Ã£o, uma vez que seus prazos, de acordo com as anotaÃ§Ãµes do artigo 109 do CPB, encontram-se prescritos. Â Â Â Â Â Â Â Houve o transcurso do prazo prescricional da pretensÃ£o punitiva do Estado, uma vez que nÃ£o se verifica a incidÃªncia de outra causa interruptiva da prescriÃ§Ã£o, nos termos do art. 117 do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Em face do exposto, consubstanciado na manifestaÃ§Ã£o do MinistÃ©rio PÃºblico e por tudo mais que dos autos consta, JULGO EXTINTO O PROCESSO, e, por conseguinte, a punibilidade do(a) agente, em razÃ£o da ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, nos termos do artigo 109 c/c art. 107, IV, todos do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo recursal, arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Alenquer, 12 de abril de 2022. DAVID WEBER AGUIAR COSTA Juiz de Direito

COMARCA DE CAPANEMA

SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CAPANEMA

RESENHA: 13/04/2022- GABINETE DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CAPANEMA - VARA: 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CAPANEMA

P R O C E S S O : 0 0 0 1 0 7 8 0 4 2 0 1 5 8 1 4 0 0 1 3 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANA ASSUNCAO PINHEIRO A??o: Procedimento de Conhecimento em: 12/04/2022---REQUERENTE:ADRIANO SILVA PANTOJA Representante(s): OAB 16268-B - JAQUELINE KURITA (DEFENSOR) REQUERIDO:ESTADO DO PARA REQUERIDO:MUNICIPIO DE CAPANEMA Representante(s): OAB 21957-B - CAIO RODRIGO TEIXEIRA DOS SANTOS (ADVOGADO) . PROCESSO: 0001078-04.2015.8.14.0013 REQUERENTE: ADRIANO SILVA PANTOJA REQUERIDOS: ESTADO DO PARÃ e do MUNICÃPIO DE CAPANEMA Â DECISÃ¿O/MANDADOÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cuidam-se os autos de AÃ¿Ã¿O DE FAZER CUMULADA COM DANOS MORAIS E PEDIDO DE ANTECIPAÃ¿Ã¿O DOS EFEITOS DA TUTELA JURISDICIONAL. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Defensoria PÃºblica alega que o demandante foi portador da patologia CID C 41.1 (neoplasia maligna na mandÃ-bula) e que no dia 10 de agosto de 2011 foi operado para a ressecÃ§Ã£o de tumor de mandÃ-bula. Narra que devido a complicaÃ§Ãµes pÃ³s-operatÃ³rias houve necessidade de nova cirurgia, realizada em novembro de 2011. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Informa que apÃ³s a retirada do tumor, houve a necessidade de reconstruÃ§Ã£o da mandÃ-bula, realizada em 2014. Todavia, sustenta que tal procedimento acarretou sÃ©rios problemas ao paciente. O autor alega que a placa cirÃºrgica nÃ£o foi devidamente colocada, de modo que a reconstruÃ§Ã£o mandibular nÃ£o logrou Ãªxito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ o relato. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifico a necessidade de perÃ-cia judicial tendo em vista que o esclarecimento dos fatos demanda conhecimento tÃ©cnico a fim de auxiliar o JuÃ-zo no deslinde do processo, forte no art.370 do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Destarte, NOMEIO, para atuar como perito judicial, o mÃ©dico Dr. DILSON LUIZ CARDOSO DE FREITAS, CRM/PA 2625, TELEFONE (91) 98866-4417, para submeter Ã perÃ-cia o REQUERENTE, facultado Ã s partes a indicaÃ§Ã£o de assistente tÃ©cnico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Informo que o mÃ©dico, ora nomeado, exerce atividade laboral, pela parte da manhÃ£, em clÃ-nica situada na Rua Joaquim Costa, em frente ao supermercado Â¿AtacadÃ£o do CarlitoÂ¿, e pela parte da tarde, em ClÃ-nica situada na Avenida BarÃ£o de Capanema, ao lado do DETRAN-PA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em razÃ£o da realizaÃ§Ã£o da perÃ-cia, ARBITRO honorÃ¡rios periciais no valor de R$ 370,00 (trezentos e setenta reais), nos termos do Â§1Âº do artigo 2Âº, do Provimento Conjunto nÂº 010/2016. Â Â Â Â Â Â Â Â Â INTIME-SE o mÃ©dico, pelos meios virtuais, para aceitar o encargo ou informar recusa devidamente justificada, no prazo de 5 dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na hipÃ³tese de aceitaÃ§Ã£o do encargo, deverÃ¡ o perito informar data, horÃ¡rio e local em que o autor da aÃ§Ã£o deverÃ¡ comparecer para ser submetido Ã perÃ-cia mÃ©dica. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificada a informaÃ§Ã£o do perito, INTIME-SE a parte autora para que compareÃ§a na data, hora e local informados pelo mÃ©dico, a fim de realizar a perÃ-cia, sob pena de extinÃ§Ã£o do processo, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â INTIME-SE as partes, tambÃ©m, para oferecerem quesitos, no prazo de 5 dias, ressaltando-se que Ã© sua incumbÃªncia arguir o impedimento ou a suspeiÃ§Ã£o do perito, sendo opcional a indicaÃ§Ã£o de peritos assistentes, devendo apontar o nome do profissional, sob pena de preclusÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Realizada a perÃ-cia, fica desde logo INTIMADO, o mÃ©dico mencionado, para que expeÃ§a o competente laudo pericial, no prazo mÃ¡ximo de 03 (trÃªs) dias, remetendo via original assinada, para este juÃ-zo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os quesitos do juÃ-zo sÃ£o: a)Â Â Â Â Â O autor padece de alguma patologia ou deformidade? Se sim, qual? b)Â Â Â Â Â HÃ¡ necessidade de tratamento cirÃºrgico? c)Â Â Â Â Â O tratamento do paciente deve ser conduzido por qual especialidade mÃ©dica? d)Â Â Â Â Â Existe tratamento indicado na cidade de Capanema? Se nÃ£o, existe tratamento no Estado do ParÃ¡? e)Â Â Â Â Â A patologia ou deformidade que acomete o autor Ã© decorrente de erro mÃ©dico? f)Â Â Â Â Â Para melhor caracterizar a patologia e/ou deformidade existente, se for o caso, hÃ¡ necessidade de exames complementares? Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s a juntada do laudo pericial, informe-se ao setor de depÃ³sitos judiciais do TJPA, em observÃ¢ncia ao Provimento Conjunto nÂº 010/2016-CRMB/CJCI, sobre a autorizaÃ§Ã£o e emissÃ£o da nota de empenho para pagamento de honorÃ¡rios

periciais a fim de efetuar o repasse direto para a conta do perito, qual seja: BANCO DO BRASIL, AGÃ¿NCIA 0820-6, CONTA 34.256-4, VARIAÃ¿Ã¿O 51, titular DILSON LUIZ CARDOSO DE FREITAS. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s a juntada do laudo pericial, certifique-se e INTIME-SE as partes para se manifestarem sobre a perÃ-cia, em prazo sucessivo de 15 (quinze) dias, assegurada vista dos autos, indicando a necessidade de audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento ou se Ã© caso de julgamento antecipado do mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpridos todos os itens, certifiquem-se e remetam-se os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â SERVE O PRESENTE ATO COMO OFÃCIO/MANDADO. Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Capanema/PA, 12 de abril de 2022. LUANA ASSUNÃ¿Ã¿O PINHEIRO JuÃ-za de Direito Â PÃ¡gina de 4Â FÃ³rum de: CAPANEMAÂ Â Email: 1capanema@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: Av. BarÃ£o de Capanema 1011, FÃ³rum Des. Estanislau Pessoa de VasconcelosÂ CEP: 68.700-970Â Â Bairro: CentroÂ Â Fone: (91)3411-1834

PROCESSO: 00056693820178140013 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANA ASSUNCAO PINHEIRO A??o: Procedimento Comum Infância e Juventude em: 06/04/2022---REQUERENTE:WALYSON VIDA DA COSTA E SILVA REQUERENTE:IVO PENICHE DE AVIZ REQUERENTE:ANTONIO CICERO DA SILVA REQUERENTE:MICHAEL DOUGLAS LIMA SANTOS REQUERENTE:EDDI SILVAN NUNES CARDOSO REQUERENTE:FRANCISCO JUNIOR VICENTE DE BRITO REQUERENTE:JOSE EDIMILSON GUIMARAES SIQUEIRA REQUERENTE:JOSE GRACIELSON DA PAIXAO SOUZA Representante(s): OAB 6842 - JORGE OTAVIO PESSOA DO NASCIMENTO (ADVOGADO) REQUERIDO:ESTADO DO PARA REPRESENTANTE:SIMAO ROBINSON OLIVEIRA JATENE. PROCESSO: 0005669-38.2017.8.14.0013 NATUREZA: FAZENDA PÃ¿BLICA REQUERENTE: WALYSON VIDA DA COSTA E SILVA E OUTROS ADVOGADO: JORGE OTAVIO PESSOA DO NASCIMENTO (OAB/PA 6.842) REQUERIDO: ESTADO DO PARÃ SENTENÃ¿A/MANDADO: Vistos, etc. I - RELATÃ¿RIO: Â Â Â Â Â Â Tratam os autos de aÃ§Ã£o de obrigaÃ§Ã£o de fazer, proposta por WALYSON VIDA DA COSTA E SILVA E OUTROS, em litisconsÃ³rcio facultativo, em face do ESTADO DO PARÃ, objetivando modificaÃ§Ã£o de remuneraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Alegam os autores, resumidamente, que sÃ£o MILITARES ESTADUAIS (PM ou BOMBEIRO) e que, nas suas remuneraÃ§Ãµes, o soldo Ã© inferior a um salÃ¡rio-mÃ-nimo. Apontam que existe legislaÃ§Ã£o que estabelece patamar nÃ£o inferior ao salÃ¡rio-mÃ-nimo e pedem a aplicaÃ§Ã£o desta, inclusive liminarmente. Pede tambÃ©m a diferenÃ§a dos cinco anos anteriores ao ajuizamento da aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Em decisÃ£o de fls. 70, foi indeferido o pedido liminar e deferida a gratuidade da justiÃ§a. Â Â Â Â Â Â Citado, o ESTADO DO PARÃ apresentou contestaÃ§Ã£o de fls. 71/80 verso, em que impugna o valor da causa; impugna a gratuidade da justiÃ§a; inÃ©pcia por pedido genÃ©rico; falta de interesse de agir; no mÃ©rito, alegou problema orÃ§amentÃ¡rio e a inconstitucionalidade da vinculaÃ§Ã£o do soldo ao salÃ¡rio mÃ-nimo; pede a condenaÃ§Ã£o do autor em honorÃ¡rios advocatÃ-cios e custas, por fim, pede a improcedÃªncia do pleito inicial. Â Â Â Â Â Â A parte autora, intimada, apresentou rÃ©plica Ã s fls. 84/89, em que rebate os pontos da contestaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Vieram, entÃ£o, os autos conclusos. Ã¿ o que basta relatar. Passo a fundamentar. II - FUNDAMENTAÃ¿Ã¿O: Â Â Â Â Â Â Passo a apreciar as questÃµes preliminares. Â Â Â Â Â Â Quanto Ã inÃ©pcia, alega a parte REQUERIDA que o pedido Ã© genÃ©rico, porÃ©m, em anÃ¡lise Ã petiÃ§Ã£o inicial, identifico que foi discriminado o pedido de indexaÃ§Ã£o do soldo ao salÃ¡rio-mÃ-nimo e suas parcelas retroativas referentes aos cinco anos anteriores ao ajuizamento da aÃ§Ã£o. Assim, nÃ£o se tratando de pedido genÃ©rico, REJEITO a preliminar de inÃ©pcia. Â Â Â Â Â Â Quanto Ã impugnaÃ§Ã£o da gratuidade da justiÃ§a, alega o REQUERIDO que o vencimento dos REQUERENTES nÃ£o comportam a gratuidade da justiÃ§a. A essÃªncia da existÃªncia do instituto da gratuidade da justiÃ§a diz respeito ao momento do ajuizamento da aÃ§Ã£o e seu curso processual, em que Ã© analisada a hipossuficiÃªncia naquele momento e, desde o inÃ-cio, os REQUERENTES nÃ£o omitiram suas remuneraÃ§Ãµes e isto foi analisado quando da decisÃ£o de deferimento. Resta ainda salientar que a insuficiÃªncia de recursos da pessoa fÃ-sica Ã© presumida no CPC. Vide transcriÃ§Ã£o: Art. 99. O pedido de gratuidade da justiÃ§a pode ser formulado na petiÃ§Ã£o inicial, na contestaÃ§Ã£o, na petiÃ§Ã£o para ingresso de terceiro no processo ou em recurso. [....] Â§ 3Âº Presume-se verdadeira a alegaÃ§Ã£o de insuficiÃªncia deduzida exclusivamente por pessoa natural. Â Â Â Â Â Â Desta forma, REJEITO a IMPUGNAÃ¿Ã¿O da gratuidade da justiÃ§a, mantendo o deferimento. Â Â Â Â Â Â Quanto Ã impugnaÃ§Ã£o ao valor da causa, alega o REQUERIDO que o valor inicialmente atribuÃ-do, de mil reais, nÃ£o atende ao CPC, o que pode ser

corrigido de ofÃ-cio pelo juÃ-zo. Vide transcriÃ§Ã£o: Art. 292. O valor da causa constarÃ¡ da petiÃ§Ã£o inicial ou da reconvenÃ§Ã£o e serÃ¡: [....] Â§ 3Âº O juiz corrigirÃ¡, de ofÃ-cio e por arbitramento, o valor da causa quando verificar que nÃ£o corresponde ao conteÃºdo patrimonial em discussÃ£o ou ao proveito econÃ´mico perseguido pelo autor, caso em que se procederÃ¡ ao recolhimento das custas correspondentes. Â Â Â Â Â Â Alega o REQUERIDO que o correto seria o valor da indenizaÃ§Ã£o pleiteada. Em verificaÃ§Ã£o aos autos, nÃ£o Ã© possÃ-vel mensurar, em face da ausÃªncia dos contracheques dos Ãºltimos cinco anos anteriores ao ajuizamento, e tambÃ©m nÃ£o foi demonstrado pelo REQUERIDO. Assim, REJEITO a impugnaÃ§Ã£o ao valor da causa. Â Â Â Â Â Â Dada a desnecessidade de produÃ§Ã£o de mais provas, resolvo julgar antecipadamente a lide, nos termos do artigo 355, I, do CPC. Vide transcriÃ§Ã£o: Art. 355. O juiz julgarÃ¡ antecipadamente o pedido, proferindo sentenÃ§a com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, quando: I - nÃ£o houver necessidade de produÃ§Ã£o de outras provas; Â Â Â Â Â Â Quanto ao pedido de declaraÃ§Ã£o de inconstitucionalidade, hÃ¡ quatro pontos de referÃªncia: um precedente do STJ; um precedente do TJPA em controle difuso; e duas sÃºmula vinculante. Vide transcriÃ§Ã£o: ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. POLICIAL MILITAR. SOLDO. VBR. VIOLAÃ¿Ã¿O DO ART. 535 DO CPC. INEXISTÃ¿NCIA. SÃ¿MULA 280/STF. 1. Trata-se, originariamente, de AÃ§Ã£o ordinÃ¡ria revisional de remuneraÃ§Ã£o que debate a aplicaÃ§Ã£o da Lei 11.216/1995 (que estabeleceu o Vencimento BÃ¡sico de ReferÃªnciaÂ VB.) 2. NÃ£o se configura a ofensa ao art. 535 do CÃ³digo de Processo Civil, uma vez que o Tribunal a quo julgou integralmente a lide e solucionou a controvÃ©rsia, tal como lhe foi apresentada. 3. O deslinde das questÃµes de mÃ©rito deu-se, na origem, com base em interpretaÃ§Ã£o de leis locais - Leis estaduais 10.426/1990 e 11.216/1995 e Lei Complementar estadual 32/2001 -, inviÃ¡veis de serem reexaminadas em Recurso Especial, conforme dispÃµe a SÃºmula 280/STF. 4. Ã¿ possÃ-vel a fixaÃ§Ã£o do vencimento em valor inferior ao do salÃ¡rio mÃ-nimo, desde que a remuneraÃ§Ã£o total, a dizer, aquela acrescida das vantagens vencimentais, seja igual ou superior a ele. Dessarte, ex vi da interpretaÃ§Ã£o dos arts. 7Âº, IV, e 39, Â§3Âº, da CF/88, nenhum servidor pÃºblico ativo ou inativo poderÃ¡ receber remuneraÃ§Ã£o mensal inferior ao salÃ¡rio mÃ-nimo, nÃ£o vigorando essa restriÃ§Ã£o ao vencimento bÃ¡sico, como no caso do soldo. Precedentes do STJ. 5. Agravo Regimental nÃ£o provido. (AgRg no AREsp 258.848/PE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/02/2013, DJe 08/03/2013) APELAÃ¿Ã¿O CÃVEL. AÃ¿Ã¿O DE COBRANÃ¿A DE REAJUSTE SALARIAL. POLICIAL MILITAR. PRELIMINAR DE REVISÃ¿O DE JUSTIÃ¿A GRATUITA SUSCITADA EM CONTRARRAZÃ¿ES PELO ESTADO DO PARÃ. REJEITADA. PRETENSÃ¿O DE REAJUSTE DE SOLDO COM BASE NO SALÃRIO MÃNIMO. SENTENÃ¿A QUE JULGOU IMPROCEDENTE A DEMANDA. IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS PRESERVADA. IMPOSSIBILIDADE DE VINCULAÃ¿Ã¿O DO SALÃRIO MÃNIMO PARA QUALQUER FINALIDADE. INCONSTITUCIONALIDADE DOS ARTIGOS 31, I, DA CONSTITUIÃ¿Ã¿O ESTADUAL E DO ARTIGO 2Âº DA LEI ESTADUAL NÂº 6.827/06 RECONHECIDA PELO TRIBUNAL PLENO DESTE E. TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO PARÃ. VIOLAÃ¿Ã¿O AO ART. 7Âº, IV, DA CONSTITUIÃ¿Ã¿O DA REPÃ¿BLICA E SÃ¿MULA VINCULANTE NÂº 4 DO STF. POSSIBILIDADE DE FIXAÃ¿Ã¿O DO SOLDO (PARCELA QUE COMPÃ¿E A REMUNERAÃ¿Ã¿O) EM VALOR INFERIOR AO SALÃRIO MÃNIMO, VEZ QUE A GARANTIA DO SALÃRIO MÃNIMO DIZ RESPEITO APENAS Ã¿ REMUNERAÃ¿Ã¿O TOTAL. SENTENÃ¿A MANTIDA. RECURSO DE APELAÃ¿Ã¿O CONHECIDO E IMPROVIDO. Ã¿ UNANIMIDADE.Â 1.Preliminar de revisÃ£o de justiÃ§a gratuita suscitada em contrarrazÃµes pelo Estado do ParÃ¡. o Magistrado de primeiro grau, nÃ£o evidenciando a falta dos pressupostos legais para a concessÃ£o da gratuita (7472292, 7472292, Rel. EZILDA PASTANA MUTRAN, Ã¿rgÃ£o Julgador 1Âª Turma de Direito PÃºblico, Julgado em 2021-11-29, Publicado em 2021-12-09) SÃ¿MULA VINCULANTE NÂº 6 STF - NÃ£o viola a ConstituiÃ§Ã£o o estabelecimento de remuneraÃ§Ã£o inferior ao salÃ¡rio mÃ-nimo para as praÃ§as prestadoras de serviÃ§o militar inicial. SÃ¿MULA VINCULANTE 4 STF - Salvo nos casos previstos na ConstituiÃ§Ã£o, o salÃ¡rio mÃ-nimo nÃ£o pode ser usado como indexador de base de cÃ¡lculo de vantagem de servidor pÃºblico ou de empregado, nem ser substituÃ-do por decisÃ£o judicial. Â Â Â Â Â Â O precedente do TJPA abrange a integralidade do objeto da presente demanda. Assim, cabe a este juÃ-zo adotar o precedente, para alcanÃ§ar tanto a inconstitucionalidade da norma em relaÃ§Ã£o aos atos normativos que fundamentam a petiÃ§Ã£o inicial quanto a consequente prejudicialidade do pedido quanto Ã s verbas retroativas. Â Â Â Â Â Â Esta Ã© a fundamentaÃ§Ã£o. III - DISPOSITIVO: Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, DECLARO A INCONSTITUCIONALIDADE do artigo 31, I, da ConstituiÃ§Ã£o Estadual e do artigo 2Âº da Lei Estadual NÂº 6.827/06 e, assim, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial de fixaÃ§Ã£o do soldo com base no salÃ¡rio mÃ-nimo, prejudicada a apreciaÃ§Ã£o do pedido de verbas retroativas, com fundamento nas sÃºmulas vinculantes do STF de nÃºmeros 04 e 06, c/c precedente 0003776-94.2018.8.14.0039, do TJPA, acÃ³rdÃ£o nÂº 7472292, c/c precedente AgRg no AREsp 258.848/PE, do STJ; com isso, EXTINGO o

processo, com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, com fundamento nos artigos 316, 354, 487, I, e 490, do CPC. Sem custas, dada a gratuidade da justiÃ§a. Por fim, condeno os REQUERENTES ao pagamento de honorÃ¡rios advocatÃ-cios, em favor do fundo especial para este fim, do ESTADO DO PARÃ, os quais arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, suspensa a exigibilidade, em razÃ£o da gratuidade da justiÃ§a, com fundamento no art. 98, Â§3Âº, do CPC. Havendo apresentaÃ§Ã£o de recurso, intime-se a parte adversa para, querendo, apresentar contrarrazÃµes no prazo legal e remetam-se os autos ao Ã³rgÃ£o julgador competente. ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos. SERVE O PRESENTE ATO COMO MANDADO. ExpeÃ§am-se o necessÃ¡rio. Publique-se. Intime-se. Registre-se. Cumpra-se. Capanema-PA, 06 de abril de 2022. LUANA ASSUNÃ¿Ã¿O PINHEIRO JuÃ-za de Direito.

P R O C E S S O : 0 0 0 0 3 3 0 9 8 2 0 1 7 8 1 4 0 0 1 3 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANA ASSUNCAO PINHEIRO A??o: Procedimento Comum Infância e Juventude em: 06/04/2022---REQUERENTE:EDILSON ANTONIO BORGES DE CASTRO Representante(s): OAB 15927 - GEOVANO HONORIO SILVA DA SILVA (ADVOGADO) OAB 20863-A - WELTON RODRIGO DA SILVA FERNANDES (ADVOGADO) REQUERIDO:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL. PROCESSO: 0000330-98.2017.8.14.0013 NATUREZA: FAZENDA PÃ¿BLICA REQUERENTE: EDILSON ANTONIO BORGES DE CASTRO ADVOGADO: WELTON RODRIGO DA SILVA FERNANDES (OAB/PA 20.863-A) ADVOGADO: GEOVANO HONORIO SILVA DA SILVA (OAB/PA 15.927) REQUERIDO: ESTADO DO PARÃ SENTENÃ¿A/MANDADO: Vistos, etc. I - RELATÃ¿RIO: Â Â Â Â Â Â Tratam os autos de aÃ§Ã£o de obrigaÃ§Ã£o de fazer, proposta por EDILSON ANTONIO BORGES DE CASTRO, em face do ESTADO DO PARÃ, objetivando modificaÃ§Ã£o de remuneraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Alega o autor, resumidamente, que Ã© BOMBEIRO MILITAR e que, na sua remuneraÃ§Ã£o, o soldo Ã© inferior a um salÃ¡rio-mÃ-nimo. Aponta que existe legislaÃ§Ã£o que estabelece patamar nÃ£o inferior ao salÃ¡rio-mÃ-nimo e pede a aplicaÃ§Ã£o desta, inclusive liminarmente. Pede tambÃ©m a diferenÃ§a dos cinco anos anteriores ao ajuizamento da aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Em decisÃ£o de fls. 35, foi indeferido o pedido liminar e deferida a gratuidade da justiÃ§a. Â Â Â Â Â Â Citado, o ESTADO DO PARÃ apresentou contestaÃ§Ã£o de fls. 36/46 verso, em que impugna o valor da causa; impugna a gratuidade da justiÃ§a; inÃ©pcia por pedido genÃ©rico; falta de interesse de agir; no mÃ©rito, alegou problema orÃ§amentÃ¡rio e a inconstitucionalidade da vinculaÃ§Ã£o do soldo ao salÃ¡rio mÃ-nimo; pede a condenaÃ§Ã£o do autor em honorÃ¡rios advocatÃ-cios e custas, por fim, pede a improcedÃªncia do pleito inicial. Â Â Â Â Â Â A parte autora, intimada a apresentar rÃ©plica, nÃ£o se manifestou, conforme certidÃ£o de fls. 51. Â Â Â Â Â Â Vieram, entÃ£o, os autos conclusos. Ã¿ o que basta relatar. Passo a fundamentar. II - FUNDAMENTAÃ¿Ã¿O: Â Â Â Â Â Â Passo a apreciar as questÃµes preliminares. Â Â Â Â Â Â Quanto Ã inÃ©pcia, alega a parte REQUERIDA que o pedido Ã© genÃ©rico, porÃ©m, em anÃ¡lise Ã petiÃ§Ã£o inicial, identifico que foi discriminado o pedido de indexaÃ§Ã£o do soldo ao salÃ¡rio-mÃ-nimo e suas parcelas retroativas referentes aos cinco anos anteriores ao ajuizamento da aÃ§Ã£o. Assim, nÃ£o se tratando de pedido genÃ©rico, REJEITO a preliminar de inÃ©pcia. Â Â Â Â Â Â Quanto Ã impugnaÃ§Ã£o da gratuidade da justiÃ§a, alega o REQUERIDO que o vencimento do REQUERENTE nÃ£o comporta a gratuidade da justiÃ§a. A essÃªncia da existÃªncia do instituto da gratuidade da justiÃ§a diz respeito ao momento do ajuizamento da aÃ§Ã£o e seu curso processual, em que Ã© analisada a hipossuficiÃªncia naquele momento e, desde o inÃ-cio, o REQUERENTE nÃ£o omitiu sua remuneraÃ§Ã£o e isto foi analisado quando da decisÃ£o de deferimento. Resta ainda salientar que a insuficiÃªncia de recursos da pessoa fÃ-sica Ã© presumida no CPC. Vide transcriÃ§Ã£o: Art. 99. O pedido de gratuidade da justiÃ§a pode ser formulado na petiÃ§Ã£o inicial, na contestaÃ§Ã£o, na petiÃ§Ã£o para ingresso de terceiro no processo ou em recurso. [....] Â§ 3Âº Presume-se verdadeira a alegaÃ§Ã£o de insuficiÃªncia deduzida exclusivamente por pessoa natural. Â Â Â Â Â Â Desta forma, REJEITO a IMPUGNAÃ¿Ã¿O da gratuidade da justiÃ§a, mantendo o deferimento. Â Â Â Â Â Â Quanto Ã impugnaÃ§Ã£o ao valor da causa, alega o REQUERIDO que o valor inicialmente atribuÃ-do, de mil reais, nÃ£o atende ao CPC, o que pode ser corrigido de ofÃ-cio pelo juÃ-zo. Vide transcriÃ§Ã£o: Art. 292. O valor da causa constarÃ¡ da petiÃ§Ã£o inicial ou da reconvenÃ§Ã£o e serÃ¡: [....] Â§ 3Âº O juiz corrigirÃ¡, de ofÃ-cio e por arbitramento, o valor da causa quando verificar que nÃ£o corresponde ao conteÃºdo patrimonial em discussÃ£o ou ao proveito econÃ´mico perseguido pelo autor, caso em que se procederÃ¡ ao recolhimento das custas correspondentes. Â Â Â Â Â Â Alega o REQUERIDO que o correto seria o valor da indenizaÃ§Ã£o pleiteada. Em verificaÃ§Ã£o aos autos, identifico que foram juntados contracheques de 2015 e 2016. Nos contracheques de 2015, verifico que o soldo equivalia a exatamente um salÃ¡rio-mÃ-nimo (R$ 788,00).

PorÃ©m, o ano de 2016, foi mantido o valor, enquanto o salÃ¡rio-mÃ-nimo aumentou para R$ 880,00. Sendo a aÃ§Ã£o de janeiro de 2017, verificada a diferenÃ§a inicial de R$ 1.200,00 - NÃ£o Ã© possÃ-vel averiguar a soma dos valores retroativos, o que tambÃ©m nÃ£o foi demonstrado pelo REQUERIDO. Assim, ACOLHO a impugnaÃ§Ã£o, para determinar a retificaÃ§Ã£o, de ofÃ-cio, do valor da causa, para R$ 1.200,00 (mil e duzentos reais). Â Â Â Â Â Â Dada a desnecessidade de produÃ§Ã£o de mais provas, resolvo julgar antecipadamente a lide, nos termos do artigo 355, I, do CPC. Vide transcriÃ§Ã£o: Art. 355. O juiz julgarÃ¡ antecipadamente o pedido, proferindo sentenÃ§a com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, quando: I - nÃ£o houver necessidade de produÃ§Ã£o de outras provas; Â Â Â Â Â Â Quanto ao pedido de declaraÃ§Ã£o de inconstitucionalidade, hÃ¡ quatro pontos de referÃªncia: um precedente do STJ; um precedente do TJPA em controle difuso; e duas sÃºmula vinculante. Vide transcriÃ§Ã£o: ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. POLICIAL MILITAR. SOLDO. VBR. VIOLAÃ¿Ã¿O DO ART. 535 DO CPC. INEXISTÃ¿NCIA. SÃ¿MULA 280/STF. 1. Trata-se, originariamente, de AÃ§Ã£o ordinÃ¡ria revisional de remuneraÃ§Ã£o que debate a aplicaÃ§Ã£o da Lei 11.216/1995 (que estabeleceu o Vencimento BÃ¡sico de ReferÃªnciaÂ VB.) 2. NÃ£o se configura a ofensa ao art. 535 do CÃ³digo de Processo Civil, uma vez que o Tribunal a quo julgou integralmente a lide e solucionou a controvÃ©rsia, tal como lhe foi apresentada. 3. O deslinde das questÃµes de mÃ©rito deu-se, na origem, com base em interpretaÃ§Ã£o de leis locais - Leis estaduais 10.426/1990 e 11.216/1995 e Lei Complementar estadual 32/2001 -, inviÃ¡veis de serem reexaminadas em Recurso Especial, conforme dispÃµe a SÃºmula 280/STF. 4. Ã¿ possÃ-vel a fixaÃ§Ã£o do vencimento em valor inferior ao do salÃ¡rio mÃ-nimo, desde que a remuneraÃ§Ã£o total, a dizer, aquela acrescida das vantagens vencimentais, seja igual ou superior a ele. Dessarte, ex vi da interpretaÃ§Ã£o dos arts. 7Âº, IV, e 39, Â§3Âº, da CF/88, nenhum servidor pÃºblico ativo ou inativo poderÃ¡ receber remuneraÃ§Ã£o mensal inferior ao salÃ¡rio mÃ-nimo, nÃ£o vigorando essa restriÃ§Ã£o ao vencimento bÃ¡sico, como no caso do soldo. Precedentes do STJ. 5. Agravo Regimental nÃ£o provido. (AgRg no AREsp 258.848/PE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/02/2013, DJe 08/03/2013) APELAÃ¿Ã¿O CÃVEL. AÃ¿Ã¿O DE COBRANÃ¿A DE REAJUSTE SALARIAL. POLICIAL MILITAR. PRELIMINAR DE REVISÃ¿O DE JUSTIÃ¿A GRATUITA SUSCITADA EM CONTRARRAZÃ¿ES PELO ESTADO DO PARÃ. REJEITADA. PRETENSÃ¿O DE REAJUSTE DE SOLDO COM BASE NO SALÃRIO MÃNIMO. SENTENÃ¿A QUE JULGOU IMPROCEDENTE A DEMANDA. IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS PRESERVADA. IMPOSSIBILIDADE DE VINCULAÃ¿Ã¿O DO SALÃRIO MÃNIMO PARA QUALQUER FINALIDADE. INCONSTITUCIONALIDADE DOS ARTIGOS 31, I, DA CONSTITUIÃ¿Ã¿O ESTADUAL E DO ARTIGO 2Âº DA LEI ESTADUAL NÂº 6.827/06 RECONHECIDA PELO TRIBUNAL PLENO DESTE E. TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO PARÃ. VIOLAÃ¿Ã¿O AO ART. 7Âº, IV, DA CONSTITUIÃ¿Ã¿O DA REPÃ¿BLICA E SÃ¿MULA VINCULANTE NÂº 4 DO STF. POSSIBILIDADE DE FIXAÃ¿Ã¿O DO SOLDO (PARCELA QUE COMPÃ¿E A REMUNERAÃ¿Ã¿O) EM VALOR INFERIOR AO SALÃRIO MÃNIMO, VEZ QUE A GARANTIA DO SALÃRIO MÃNIMO DIZ RESPEITO APENAS Ã¿ REMUNERAÃ¿Ã¿O TOTAL. SENTENÃ¿A MANTIDA. RECURSO DE APELAÃ¿Ã¿O CONHECIDO E IMPROVIDO. Ã¿ UNANIMIDADE.Â 1.Preliminar de revisÃ£o de justiÃ§a gratuita suscitada em contrarrazÃµes pelo Estado do ParÃ¡. o Magistrado de primeiro grau, nÃ£o evidenciando a falta dos pressupostos legais para a concessÃ£o da gratuita (7472292, 7472292, Rel. EZILDA PASTANA MUTRAN, Ã¿rgÃ£o Julgador 1Âª Turma de Direito PÃºblico, Julgado em 2021-11-29, Publicado em 2021-12-09) SÃ¿MULA VINCULANTE NÂº 6 STF - NÃ£o viola a ConstituiÃ§Ã£o o estabelecimento de remuneraÃ§Ã£o inferior ao salÃ¡rio mÃ-nimo para as praÃ§as prestadoras de serviÃ§o militar inicial. SÃ¿MULA VINCULANTE 4 STF - Salvo nos casos previstos na ConstituiÃ§Ã£o, o salÃ¡rio mÃ-nimo nÃ£o pode ser usado como indexador de base de cÃ¡lculo de vantagem de servidor pÃºblico ou de empregado, nem ser substituÃ-do por decisÃ£o judicial. Â Â Â Â Â Â O precedente do TJPA abrange a integralidade do objeto da presente demanda. Embora, como jÃ¡ descrito, o pedido seja naturalmente improcedente em relaÃ§Ã£o ao ano de 2015, cabe a este juÃ-zo adotar o precedente, para alcanÃ§ar tanto a inconstitucionalidade da norma em relaÃ§Ã£o aos atos normativos que fundamentam a petiÃ§Ã£o inicial quanto a consequente prejudicialidade do pedido quanto Ã s verbas retroativas. Â Â Â Â Â Â Esta Ã© a fundamentaÃ§Ã£o. III - DISPOSITIVO: Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, DECLARO A INCONSTITUCIONALIDADE do artigo 31, I, da ConstituiÃ§Ã£o Estadual e do artigo 2Âº da Lei Estadual NÂº 6.827/06 e, assim, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial de fixaÃ§Ã£o do soldo com base no salÃ¡rio mÃ-nimo, prejudicada a apreciaÃ§Ã£o do pedido de verbas retroativas, com fundamento nas sÃºmulas vinculantes do STF de nÃºmeros 04 e 06, c/c precedente 0003776-94.2018.8.14.0039, do TJPA, acÃ³rdÃ£o nÂº 7472292, c/c precedente AgRg no AREsp 258.848/PE, do STJ; com isso, EXTINGO o processo, com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, com fundamento nos artigos 316, 354, 487, I, e 490, do CPC. Sem custas, dada a gratuidade da justiÃ§a. Por fim, condeno o REQUERENTE ao pagamento de honorÃ¡rios advocatÃ-cios, em favor do fundo especial para este fim, do

ESTADO DO PARÃ, os quais arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa retificada nesta sentenÃ§a, suspensa a exigibilidade, em razÃ£o da gratuidade da justiÃ§a, com fundamento no art. 98, Â§3Âº, do CPC. - Retifiquem-se o valor da causa para R$ 1.200,00; Havendo apresentaÃ§Ã£o de recurso, intime-se a parte adversa para, querendo, apresentar contrarrazÃµes no prazo legal e remetam-se os autos ao Ã³rgÃ£o julgador competente. ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos. SERVE O PRESENTE ATO COMO MANDADO. ExpeÃ§am-se o necessÃ¡rio. Publique-se. Intime-se. Registre-se. Cumpra-se. Capanema-PA, 06 de abril de 2022. LUANA ASSUNÃ¿Ã¿O PINHEIRO JuÃ-za de Direito.

P R O C E S S O : 0 0 0 1 3 6 4 1 1 2 0 1 7 8 1 4 0 0 1 3 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANA ASSUNCAO PINHEIRO A??o: Reintegração / Manutenção de Posse em: 12/04/2022---REQUERENTE:ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGENS - ASDER REPRESENTANTE:JOSE MARIA DA LUZ SANTANA Representante(s): OAB 20428 - ELLISON COSTA CEREJA (ADVOGADO) REQUERIDO:ASSOCIACAO DE MORADORES DA INVASAO ASDER ASMIDERPA REQUERIDO:ANTONIO MARIA BARROS DE SILVA REQUERIDO:MARIA DARLENE NOGUEIRA DE OLIVEIRA REQUERIDO:CLAUDILENE DA SILVA MIRANDA REQUERIDO:JOSE OZIEL PINHEIRO DA SILVA REQUERIDO:AGOSTINHO DOS SANTOS RODRIGUES REQUERIDO:CARLOS SARMENTO REQUERIDO:HINALDO VITAL MARTINS CHAGAS REQUERIDO:GILVANE CARVALHO DE SOUSA REQUERIDO:FERNANDA RAMOS GOMES REQUERIDO:EVANILDO FERNANDO SOUSA REQUERIDO:OUTROS INVASORES. PROCESSO NÂº 0001364-11.2017.8.14.0013 REQUERENTE: ASSOCIAÃ¿Ã¿O DOS SERVIDORES DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - ASDER ADVOGADO: ELISON COSTA CEREJA - OAB/PA NÂº 20.428 REQUERIDO: ASSOCIÃ¿Ã¿O DE MORADORES DA INVASÃ¿O ASDER - ASDER. SENTENÃ¿A Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o de reintegraÃ§Ã£o de posse, ajuizada por ASSOCIAÃ¿Ã¿O DOS SERVIDORES DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM em face do requerido acima identificado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s certa tramitaÃ§Ã£o intimou-se o autor para manifestar-se acerca das contestaÃ§Ãµes apresentadas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificada a inÃ©rcia do autor, foi ele intimado para manifestar interesse no prosseguimento do feito, no entanto, mais um vez nÃ£o se manifestou. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos.Â Ã¿ a sÃ-ntese do necessÃ¡rio. Doravante, decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Como Ã© cediÃ§o, o CÃ³digo de Processo Civil arrola como uma das causas de extinÃ§Ã£o do processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito a inaÃ§Ã£o do autor por mais de 30 (trinta) dias, que resta caracterizada quando este Ã© devidamente chamado para a realizaÃ§Ã£o de determinada diligÃªncia ou ato processual, mas se queda inerte. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Houve intimaÃ§Ã£o da parte requerente para realizaÃ§Ã£o de ato a fim de dar prosseguimento no feito, porÃ©m, permaneceu inerte, conforme certificado nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Analisando os autos, Ã© possÃ-vel perceber que a parte requerente deixou de promover atos que lhe incumbia, restando caracterizado seu total desinteresse no prosseguimento da demanda e na satisfaÃ§Ã£o da tutela jurisdicional, merecendo a sua extinÃ§Ã£o.Â Ora, a marcha processual nÃ£o pode ficar ao alvedrio das partes, fazendo com que o processo permaneÃ§a em Secretaria Judicial ou ocupando a mÃ¡quina judiciÃ¡ria, quando o principal interessado no andamento do feito sequer demonstra empenho em receber a resposta do Poder JudiciÃ¡rio.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Outrossim, cumpre destacar que a presente extinÃ§Ã£o nÃ£o impede que a parte intente nova aÃ§Ã£o. Por conseguinte, resta evidente o abandono do processo, o que enseja a extinÃ§Ã£o do feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pelo exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÃ¿Ã¿O DO MÃ¿RITO, com fulcro no inciso III, artigo 485, CÃ³digo de Processo Civil (CPC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas e honorÃ¡rios, pois DEFIRO o pedido de justiÃ§a gratuita. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MP e Ã Defensoria PÃºblica. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Registre-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, ARQUIVEM-SE os autos, dando-se baixa da distribuiÃ§Ã£o no Sistema Libra. Capanema/PA, 12 de abril de 2022. LUANA ASSUNÃ¿Ã¿O PINHEIRO JuÃ-za de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 0 4 5 9 1 9 2 0 0 7 8 1 4 0 0 1 3 P R O C E S S O A N T I G O : MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANA ASSUNCAO PINHEIRO A??o: Procedimento Comum Cível em: 27/06/2021---REQUERENTE: ADRIANO SILVA PANTOJA Representante(s): DEFENSORIA PÚBLICA REQUERIDO: ESTADO DO PARA Representante(s):

PROCURADORIA DO ESTADO DO PARA. SENTENCA.Vistos, etc.I.RELATÓRIO Cuida-se a presente AÇÃO DE FAZER COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA JURISDICIONAL ajuizada por ADRIANO SILVA PANTOJA em face do ESTADO DO PARÁ e do MUNICÍPIO DE CAPANEMA.A Defensoria Pública alega que o demandante foi portador da patologia CID C 41.1 (neoplasia maligna na mandíbula), Câncer. No dia 10 de agosto de 2011 foi operado para a ressecção de tumor de mandíbula. Devido a complicações pós-operatórias houve necessidade de nova cirurgia que, ao seu turno, demandava uma futura reconstrução da mandíbula. Afirma que após anos de retornos e novas consultas, não se realizou a cirurgia de reparação, pois os médicos afirmavam que o procedimento não era coberto pelo SUS, ou que não havia prótese disponível. Aduz que o requerente possui vários problemas decorrentes da falta de reconstrução da mandíbula, como dificuldade para falar, deglutir, dormir, além da deformidade estética que o impede, inclusive, de se empregar.Requer a realização do procedimento sob o custeio do SUS, com vista efetivar o direito à saúde que assiste ao paciente. Liminar deferida à fl.58-62.À fl.79, agravo de instrumento interposto pelo Estado do Pará.À fl.101, o Estado do Pará ofereceu contestação. Arguiu a incompetência absoluta do juízo da 2ª Vara Cível da comarca de Capanema para julgar a lide. Alegou a ilegitimidade passiva do Estado do Pará. Sustentou que os tratamentos médicos ofertados pelo Poder Público obedecem limites orçamentários e licitatórios.O Agravo de Instrumento foi parcialmente provido. Autos remetidos à 1ª Vara Cível.Era o que cabia relatar.Fundamento e decido.II.FUNDAMENTAÇÃO DO SOBRESTAMENTO DO PROCESSO. Consta despacho, à fl.161, que defere o pedido de sobrestamento do processo até a resolução dos autos nº 0001078-04.2015.8.14.0013. Todavia, verifica-se que não há necessidade de aguardar o julgamento do outro processo, visto que a presente demanda obteve a devida satisfação, como atestado à fl.136.No escopo de efetivar o princípio da inafastabilidade da jurisdição, que se consubstancia no art.5, XXXV, da CF, bem como em observância ao princípio da primazia do mérito, segundo o qual a atividade jurisdicional deve se nortear pela atividade satisfativa dos direitos discutidos em juízo, passo a análise do mérito. MÉRITO.O direito à saúde está inserto no rol dos direitos e garantias fundamentais da Constituição Federal de 1988, expresso no art. 6º do diploma referido, que trata dos direitos sociais: ¿Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição¿.A Constituição Federal disciplina a Saúde no art. 196, dispondo o seguinte:Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Infraconstitucionalmente, o direito à saúde encontra-se regulado em diversas leis, portarias, regulamentos e resoluções, dos quais importa destacar a Lei n. 8.080/1990, que regula e institui o Sistema Único de Saúde. Como já mencionado, no art. 196, a Constituição Federal estabelece ser a saúde ¿direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação¿. A promoção, proteção e recuperação da saúde é dever do Estado, compreendidos aí todos os entes políticos que compõem a organização federativa do Estado brasileiro. O dispositivo acima transcrito fundamenta-se em vários princípios, dentre os quais se sobressai o do acesso universal e igualitário às ações do Estado que objetivam a mais plena garantia de cobertura e atendimento da população. Assim, o direito à vida e à saúde é prerrogativa jurídica indisponível, assegurada à população pela Constituição da República, incumbindo ao Poder Público o dever de garantir a observância desse direito, por meio de políticas públicas que visem à proteção e recuperação da saúde. O direito à vida e à saúde, se qualificam como um direito subjetivo inalienável, assegurado a todos pela própria Constituição Federal. Deste modo, em situações como a dos autos, em que restou demonstrada a necessidade de realização de cirurgia e fornecimento de atendimento médico integral, não se mostra razoável prevalecer o interesse financeiro e secundário do Estado. Assim, o Estado, em sua acepção ampla (União, Estado, Distrito Federal e Municípios), tem o dever constitucional de fornecer às pessoas os tratamentos necessários à sua sobrevivência e melhoria de qualidade de vida, por se tratar de serviço de relevância pública, conforme se observa no RE 393.175-AgR, de Relatoria do Ministro Celso de Mello: PACIENTES COM ESQUIZOFRENIA PARANÓIDE E DOENÇA MANÍACO-DEPRESSIVA CRÔNICA, COM EPISÓDIOS DE TENTATIVA DE SUICÍDIO - PESSOAS DESTITUÍDAS DE RECURSOS FINANCEIROS - DIREITO À VIDA E À SAÚDE - NECESSIDADE IMPERIOSA DE SE PRESERVAR, POR RAZÕES DE CARÁTER ÉTICO-JURÍDICO, A INTEGRIDADE DESSE DIREITO ESSENCIAL - FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTOS INDISPENSÁVEIS EM FAVOR DE PESSOAS CARENTES - DEVER CONSTITUCIONAL DO ESTADO (CF, ARTS. 5º, "CAPUT", E 196) - PRECEDENTES (STF) - ABUSO DO DIREITO DE RECORRER - IMPOSIÇÃO DE MULTA - RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. O DIREITO

À SAÚDE REPRESENTA CONSEQÜÊNCIA CONSTITUCIONAL INDISSOCIÁVEL DO DIREITO À VIDA. - O direito público subjetivo à saúde representa prerrogativa jurídica indisponível assegurada à generalidade das pessoas pela própria Constituição da República (art. 196). Traduz bem jurídico constitucionalmente tutelado, por cuja integridade deve velar, de maneira responsável, o Poder Público, a quem incumbe formular - e implementar - políticas sociais e econômicas idôneas que visem a garantir, aos cidadãos, o acesso universal e igualitário à assistência farmacêutica e médico-hospitalar. - O direito à saúde - além de qualificar-se como direito fundamental que assiste a todas as pessoas - representa consequência constitucional indissociável do direito à vida. O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir, ainda que por censurável omissão, em grave comportamento inconstitucional. [...] Precedentes. (RE 393175 AgR, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, julgado em 12/12/2006, DJ 02-02-2007 PP-00140 EMENT VOL-02262-08 PP-01524) (grifei).Deste modo, não merece acolhimento o argumento de que a canalização de recursos públicos para situações individuais, independentemente do valor, fira o espírito das normas constitucionais, Pelo contrário, a inércia do Estado face às agruras de seus cidadãos contraria o direito fundamental do indivíduo à saúde. Isso não significa, como alega o requerido, alteração da regulação de leitos e processos licitatórios, pois na ausência de leito na regulação pública, é dever do Estado encaminhar o paciente a um hospital privado às custas do erário público, pois a vida é o bem mais precioso a ser protegido.Por fim, ressalto que, segundo entendimento do STJ (REsp 684.311/RS, Rel. Min. Castro Meira, DJ 18.4.2006), o magistrado não está obrigado a se manifestar sobre todas as alegações das partes, nem se ater aos fundamentos indicados por elas ou responder, um a um, a todos os seus argumentos se encontrou motivo suficiente para fundamentar a decisão. III.DISPOSITIVO Ante o exposto, nos termos 487, I, do CPC, julgo TOTALMENTE PROCEDENTE os pedidos, CONFIRMANDO A TUTELA deferida à fl.58-62, em favor de ADRIANO SILVA PANTOJA. Assim, condeno definitivamente o ESTADO DO PARÁ à obrigação de fazer, já determinada e cumprida em sede liminar, julgando o processo extinto com resolução do mérito.Isento de custas, na forma do art. 40, II, da Lei 8.583/17. Decorrido o prazo para interposição de recurso voluntário, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará para cumprimento do disposto no art. 496, CPC. Transitado em julgado, arquivem-se os autos. P.R.I.C.Capanema/PA, 27 de julho de 2021. GIORDANNO LOUREIRO CAVALCANTI GRILO Juiz de Direito Substituto.

SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CAPANEMA

DESPACHO / MANDADO
Processo n. 0001806-74.2017.8.14.0013
Requerente: MARIA JOSE SOUSA DA SILVA.
Advogada da Requerente: MYLLENE OLIVEIRA SANTIAGO. OAB/PA 21440-B.
Requerido: CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. - CELPA.
Advogado do Requerido: RODRIGO CUNHA DE MORAES. OAB/PA 26288 e FLAVIO AUGUSTO QUEIROZ MONTALVÃO DAS NEVES. OAB/PA 12358

1 - Designo audiência de Instrução e Julgamento para o dia 22.06.2022 às 10:00h. Intimem-se as partes por seus advogados através do DJE, para comparecerem na audiência designada.
2 ¿Intime-se o especialista Sr. BRUNO FRANCISCO, por oficial de justiça, na TV. ORIENTAL DO MERCADO, Nº 144, CENTRO (EM FRENTE A FEIRA LIVRE), CAPANEMA-PA, TEL: 3462-1377 e 98033-8179, FRANTEC Assistência Técnica, para comparecer a audiência designada, para ser inquirido a condição de técnico especialista colaborador do Juízo, advertindo-o que sua ausência injustificada acarretar-lhe-á multa de um salário-mínimo.
Serve o presente despacho como mandado de intimação e citação.
Capanema-PA, 13 de abril de 2022.
Alan Rodrigo Campos Meireles
Juíz de Direito da 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Capanema

Processo 00087-16.2020.8.14.0013
AÇÃO: Execução de titulo Extrajudicial
REQUERENTE: F C G NASCIMENTO E CIA LTDA EPP IDEALIZE MAGAZINE
REPRESENTANTE: FRANCISCO CHAGAS GOMES DO NASCIMENTO
REPRESENTANTE: SAMIR DA SILVA NASCIMENTO
REPRESENTANTE: SAVIO SILVA NASCIMENTO
REQUERIDO: ANTONIO JAIME FERREIRA NASCIMENTO

R.H.
Proceda-se à virtualização dos autos.
Intime-se o exequente para, no prazo de 05 dias, apresentar memória de cálculo discriminada e atualizada do crédito para fins de penhora pelos sistemas eletrônicos, pena de extinção do processo.
Após conclusos.
Capanema, 12 de abril de 2022.
Alan Rodrigo Campos Meireles
Juiz de Direito da 2ª Vara Cível e Empresarial de Capanema

Processo: 0003527-95.2016.8.14.0013

Requerente: MARIA ELUCIVANE DA COSTA SILVA.

Defensoria Pública

Requerido: FRANCISCO BORGES LOPES JUNIOR.

Advogado do requerido: JOSE MARIA DIAS DE MENESES JUNIOR OAB/PA 25.153 e MARLON DE SOUSA MENEZES OAB/PA 24.975.

VISTOS; Proceda-se à virtualização dos autos. Defiro o pedido de fls. 103 verso e diante da inexistência de bens penhoráveis,determino, nos termos do art. 40 da LEF, da Súmula 314/STJ e REspRepetitivo n. 1.340.553/RS. a suspensão do processo pelo prazo de seis anos. P.R.I. Capanema, 13 de abril de 2022.ALAN RODRIGO CAMPOS MEIRELESJuiz de Direito da 2ª Vara Cível e Empresarial de Capanema.

P R O C E S S O : 0 0 0 5 5 3 7 8 3 2 0 1 4 8 1 4 0 0 1 3 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): --- A??o: --- em: ---REQUERENTE: M. C. S. M.

REPRESENTANTE: E. S. S. M.

REQUERIDO: J. G. O. R.H.

Proceda-se à virtualização dos autos. Oficie-se à empresa apontada como empregadora do executado mencionada à fl. 79 para, no prazo de cinco dias, informar se o executado lá trabalha e o valor do salário percebido. Anoto que determinei a penhora on line do valor da execução. Aguarde-se o prazo de trinta dias para reposta do SISBAJUD. Sem prejuízo, determino a inserção do mandado de prisão civil no BNMP2. Após conclusos. Capanema, 12 de abril de 2022.

Alan Rodrigo Campos Meireles

Juiz de Direito da 2ª Vara Cível e Empresarial de Capanema

P R O C E S S O : 0 0 0 0 6 9 6 4 5 2 0 1 4 8 1 4 0 0 1 3 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALAN RODRIGO CAMPOS MEIRELES A??o: Procedimento de Conhecimento em: 02/02/2022---REQUERENTE:ANDERSON PABLO PEREIRA DOS SANTOS Representante(s): OAB 16268-B - JAQUELINE KURITA (DEFENSOR) REQUERIDO:SINART SOCIEDADE NACIONAL DE APOIO RODOVIARIO E TURISTICO LTDA Representante(s): OAB 14110 - SERGIO LEITE CARDOSO FILHO (ADVOGADO)

R.H.Proceda-se à virtualização dos autos.

À Defensoria Pública para contrarrazões.

Após conclusos.Capanema, 12 de abril de 2022.

Alan Rodrigo Campos Meireles

Juiz de Direito da 2ª Vara Cível e Empresarial de Capanema

PROCESSO:0000908-05.2007.8.14.0013INVENTARIADO: RAIMUNDO PEREIRA VERASHERDEIRO: LUIZ DO NASCIMENTO DOS SANTOS VERASRepresentante(s):OAB 6842 - JORGE OTAVIO PESSOA DO NASCIMENTO (ADVOGADO)AUTOR: ADALGIZA DOS SANTOS VERAS e outros..R.H. Proceda-se à virtualização dos autos. Após conclusos. Capanema, 13 de abril de 2022.Alan Rodrigo Campos MeirelesJuiz de Direito da 2ª Vara Cível e Empresarial de Capanema

PROCESSO:0005048-75.2016.8.14.0013REQUERENTE: I. F. R.Representante(s):OAB 5895974/PA - DEFENSOR PUBLICO (DEFENSOR)REQUERIDO: I. S. C.REQUERIDO: I. S. C. e outros..Vistos; Intime-se a requerente, pessoalmente, para, no prazo de 5 dias, manifestarinteresse no prosseguimento do feito indicando os endereços atualizados dasrequeridas, pena de extinção do processo sem resolução do mérito. Cumpra-se com urgência. Cópia como mandado. Após, imediatamente conclusos à mesa do magistrado. Capanema, data da assinatura eletrônica. Alan Rodrigo Campos Meireles. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível e Empresarial de Capanema

P R O C E S S O : 0 0 0 3 4 1 3 8 8 2 0 1 8 8 1 4 0 0 1 3 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): --- A??o: --- em: ---EXEQUENTE: J. M. S. P.

REPRESENTANTE: E. M. S.

Representante(s): OAB 5895974/PA - DEFENSOR PUBLICO (DEFENSOR) EXECUTADO: J. M. S. P. Vistos; Intime-se a requerente, pessoalmente, para, no prazo de 5 dias, manifestar interesse no prosseguimento do feito indicando o número do CPF do executado para fins de penhora on line, pena de extinção do processo sem resolução do mérito. Cumpra-se com urgência. Cópia como mandado. Após, imediatamente conclusos à mesa do magistrado. Capanema, data da assinatura eletrônica. Alan Rodrigo Campos Meireles. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível e Empresarial de Capanema.

PROCESSO:0001868-17.2017.8.14.0013. REQUERENTE: LEILA GOMES DA SILVA. DEFENSORIA PÚBÇLICA. REQUERIDO: JOSE ADAILSON DA SILVA SILVA. REQUERIDO: JOAO VITOR SILVA DA SILVA. INTERESSADO RAIRA VITORIA DE ARAUJO. ENVOLVIDO JOSEI ADAILTON DA SILVA. Vistos; Intime-se a requerente, pessoalmente, para, no prazo de 5 dias, manifestarinteresse no prosseguimento do feito indicando os endereços atualizados dasrequeridas, pena de extinção do processo sem resolução do mérito. Cumpra-se com urgência. Cópia como mandado. Após, imediatamente conclusos à mesa do magistrado. Capanema, data da assinatura eletrônica. Alan Rodrigo Campos Meireles. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível e Empresarial de Capanema.

Processo n. 0007835-43.2017.8.14.0013

Rep. legal da Requerente: NATHALIA SUELEM DE LIMA SANTOS.

Defensoria publica

Requerido: ANTONIO ALRIVAN ARAÚJO BATISTA.

VISTOS ETC.

Trata ¿se de AÇÃO DE ALIMENTOS proposta por D.A.L.B representado por NATHALIA SUELEM DE LIMA SANTOS, em face de ANTONIO ALRIVAN ARAÚJO BATISTA, identificados e qualificados nos autos.

Alega a autora, em síntese, ser filho do requerido, o qual não cumpre com sua obrigação natural e legal de prestar alimentos ao seu filho.

Requer a condenação do requerido ao pagamento de pensão alimentícia no valor sugerido de 35% do salário mínimo.

Juntou documentos.

O requerido foi citado por edital, conforme fl. 26, o réu apresentou contestação por negativa geral (fl. 30 e 31).

Relatei. Decido.

Frente as declarações e provas, julgo imediatamente (CPC, art. 355, II) procedente a demanda para, ratificando a liminar deferida initio litis, condenar

o requerido a prestar alimentos ao requerente em quantia equivalente a 35% do salário mínimo, a partir da citação, perfazendo o valor de R$ 424,20, a ser pago mediante recibo diretamente à genitora da menor. Assim decidindo, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC.
Condeno ainda o requerido nas custas processuais e honorários advocatícios, que arbitro em 10% sobre o valor atualizado da causa (CPC, art. 292, III, c/c art. 85, § 2º).
P.R.I.
Com o trânsito em julgado, não havendo pagamento das custas processuais, expeça ¿se certidão para fins de inscrição em dívida ativa e arquive ¿se.
Capanema, 13 de abril de 2022.
Serve a presente sentença como mandado de intimação/citação.
Alan Rodrigo Campos Meireles,
Juiz de Direito da 2ª Vara Cível e Empresarial de Capanema

Processo 0008676-38.2017.8.14.0013- AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATOS/REQUERENTE: EDSON COSTA- REQUERIDO: BANCO DO ESTADO DO PARA SA BANPARA/ ADVOGADO: RAISSA ARAUJO-OAB/PA 8273-A
VISTOS ETC.
Versam os autos sobre AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO proposta por EDSON COSTA contra BANCO DO ESTADO DO PARÁ ¿ BANPARÁ, identificados e qualificados nos autos.
Alega o autor, em síntese, que possui em vigor com o requerido dois empréstimos, um consignado e outro de novação de dívida BANPARÁCARD cujas parcelas somadas, descontadas em folha de pagamento, correspondem a quase 60% de seus rendimentos líquidos.
Requer a revisão do contrato para que a soma das parcelas devidas mensalmente seja limitada a 30% dos seus rendimentos líquidos.
Tutela antecipada indeferida.
Em contestação, o requerido impugna a limitação dos descontos para outros contratos bancários afora o de empréstimo consignado, forte no decidido pelo STJ nop REsp 1586910.
Requer a improcedência da demanda.
Relatei. Decido.
Assiste razão ao requerido.
De fato, conforme assentado pelo STJ no julgamento do REsp 1.586.910 - SP:
Após amplo debate, este Colegiado, dentre outros diversos fundamentos relevantes mencionados no acórdão recorrido, perfilhou o entendimento de que: a) não há supedâneo legal para a adoção da mesma limitação, referente a empréstimo para desconto em folha, para a prestação do mútuo firmado com a instituição financeira administradora da contacorrente; b) o contrato de conta-corrente é modalidade absorvida pela prática bancária, trazendo praticidade e simplificação contábil, da qual dependem várias outras prestações do banco e mesmo o pagamento de obrigações contratuais diversas com terceiros, que têm, nessa relação contratual, o meio de sua viabilização; c) o art. 6º, parágrafo 1º, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro confere proteção ao ato jurídico perfeito e, consoante os arts. 313 e 314 do CC, o credor não pode ser obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida, ainda que mais valiosa; d) o ordenamento jurídico já prevê a medida específica do instituto da insolvência civil, de que pode lançar mão o devedor, em

caso de superendividamento; e) é o legislador democrático que está devidamente aparelhado para a apreciação das limitações necessárias à autonomia privada em face dos outros valores e direitos constitucionais.

Dessarte, constata-se que a pretensão do autor vai de encontro à jurisprudência pacífica do STJ sobre e tema, o que acarreta sua improcedência.

Isto posto, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE A DEMANDA e extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art., 487, inciso I, do CPC.

Condeno o autor nas custas processuais e honorários advocatícios, que arbitro em 15% do valor atualizado da causa, cuja exigibilidade fica suspensa em decorrência da concessão dos benefícios da gratuidade da justiça.

P.R.I

Com o trânsito em julgado, arquive-se.

Capanema, 12 de abril de 2022.

Alan Rodrigo Campos Meireles

Juiz de Direito da 2ª Vara Cível e Empresarial de Capanema

PROCESSO: 0005783-16.2013.8.14.0013.REQUERENTE: MARILENA CAVALCANTE PRATA DOS SANTOS. REQUERIDO: ELIEZER LIMA DOS SANTOS. DEFENSORIA PUBLICA. VISTOS ETC.Trata-se de REQUERIMENTO DE CUMPRIMENTO DE CAPÍTULO DE SENTENÇAQUE FIXOU HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS proposto pela DEFENSORIA PÚBLICAcontra ALIEZER LIMA DOS SANTOS, identificados e qualificados nos autos.Pelo que se extra dos autos, o réu quedou-se revel em uma ação de divórcio litigioso sembens a partilhar. Decretado o divórcio, foi condenado ao pagamento de 20% do valoratualizado da causa a título de honorários sucumbenciais.Desde então foram praticados os seguintes atos processuais, todos sob o pálio da gratuidadeda justiça: expedição de carta precatória, penhora on line, intimação por edital.Evidente a inutilidade da presente execução decorrente da desproporcionalidade entre odispêndio de tempo, dinheiro e energia processual em face do valor ínfimo objeto daexecução. Atente-se ainda que a exequente é uma instituição pública que deve em todos osseus atos observar os princípios constitucionais, mormente os da economicidade emoralidade.Dessarte, tenho por totalmente desarrazoada, inadequada e inútil a presente pretensão.Isto posto, extingo o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, inciso VI, doCPC.P.R.I.Com o trânsito em julgado arquive-se.

PROCESSO:0000813-50.2005.8.14.0013. EXEQUENTE: MANOEL RODRIGUES DA SILVA. DEFENSORIA PÚBLICA. EXECUTADO: FRANCISCO MARIA DOS SANTOS. VISTOS ETC.Trata-se de AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL proposta porMANOEL RODRIGUES DA SILVA contra FRANCISCO MARIA DOS SANTOS,identificados e qualificados nos autos.Conforme certificado à fl. 42, o exequente faleceu no curso do processo.Intimada a esposa do falecido para, no prazo de 15 dias, proceder à habilitação nos autos,apesar de demonstrar interesse, não procedeu à habilitação.Isto posto, extingo o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 313, § 2º, incisoII, do CPC.P.R.I.Com o trânsito em julgado arquive-se. Capanema, 13 de abril de 2022.Alan Rodrigo Campos MeirelesJuiz de Direito da 2ª Vara Cível e Empresarial de Capanema

PROCESSO: 00021734020138140013 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALAN RODRIGO CAMPOS MEIRELES A??o: Procedimento Comum Cível em: 20/10/2021---REQUERENTE:ORLANDO SILVA LISBOA Representante(s): OAB 16518-B - JOAQUIM AZEVEDO LIMA FILHO (DEFENSOR)

REQUERIDO:BANCO BMC TERCEIRO:BANCO BRADESCO Representante(s): OAB 15201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO)

VISTOS ETC. Versam os autos sobre ação declaratória de nulidade de negócio jurídico cumulada com perdas e danos proposta por Orlando Silva Lisboa contra Banco BMC, identificados e qualificados nos autos.Alega o autor, em síntese, que em abril de 2013 firmou com o banco requerido um empréstimo consignado cujo valor não lhe foi repassado. Que dias depois tomou conhecimento da realização do referido empréstimo, nada obstante reafirma que não recebeu o valor objeto do contrato.Requer seja declarada a ilegalidade dos descontos decorrentes do contrato de empréstimo consignado e a restituição em dobro dos valores descontados.Juntou documentos.Em contestação, alega o banco requerido que o requerente em 10/04/2013 firmou um contrato de empréstimo consignado no valor de R$ 1.509,19, sendo que parte do crédito foi utilizado para quitação de uma dívida com outra instituição financeira e o restante ¿ R$ 613,85 ¿ foi creditado na Caixa Econômica Federal, agência 0025-6, Conta 000715504, em 18/04/2013, requerendo, destarte, a improcedência da demanda.

Juntou documentos.

Em réplica, o autor requereu a decretação da revelia do requerido, o que foi deferido sem prejuízo da admissão das provas apresentadas na contestação.Instado a se manifestar sobre o contrato apresentado pelo requerido, o autor reconheceu a existência e validade do negócio jurídico, negando, entretanto, tenho recebido o valor emprestado.É a história relevante do processo.Relatei. Decido.

Conforme relatado, o requerente em cota lançada no verso da folha 58 dos autos reconhece ter realizado o negócio jurídico impugnado nos autos, nada obstante nega ter recebido o valor.Ocorre que, conforme se constata do documento de fl. 09, anexado à inicial, o valor remanescente do contrato - R$ 613,85 ¿ foi depositado na conta do requerente no dia informado pelo requerido, o que afasta cabalmente o inadimplemento informado na inicial, devendo o negócio jurídico firmado ser mantido.

Isto posto, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE A DEMANDA e extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art., 487, inciso I, do CPC.

Frente à improcedência, revogo a liminar deferida initio litis.

Condeno o autor nas custas processuais e honorários advocatícios, que arbitro em 15% do valor atualizado da causa, cuja exigibilidade fica suspensa em decorrência da concessão dos benefícios da gratuidade da justiça.

P.R.I.

Com o trânsito em julgado, arquive-se Capanema, 12 de abril de 2022

Alan Rodrigo Campos Meireles

Juiz de Direito da 2ª Vara Cível e Empresarial de Capanema

REQUERENTE: ANTONIO JOSE DE LIMA VARELARepresentante(s):OAB 23082 - ESTER FERREIRA DA SILVA (ADVOGADO)REQUERIDO: BANCO DO ESTADO DO PARA - BANPARARepresentante(s):OAB 17337 - THIAGO DOS SANTOS ALMEIDA (ADVOGADO)OAB 24380 - NATHALIA CARDOSO FERREIRA SOUSA (ADVOGADO VISTOS ETC. Versam os autos sobre AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO proposta porANTÔNIO JOSÉ DE LIMA VARELA contra BANCO DO ESTADO DO PARÁ ¿BANPARÁ, identificados e qualificados nos autos. Alega o autor, em síntese, que possui em vigor com o requerido dois empréstimos, umconsignado e outro de novação de dívida BANPARÁCARD cujas parcelas somadas,descontadas em folha de pagamento, correspondem a quase 55% de seus rendimentoslíquidos. Requer a revisão do contrato para que a soma das parcelas devidas mensalmente sejalimitada a 30% dos seus rendimentos líquidos. Tutela antecipada indeferida.Em

contestação, o requerido impugna a limitação dos descontos para outros contratosbancários afora o de empréstimo consignado, forte no decidido pelo STJ nop REsp 1586910.Requer a improcedência da demanda.Relatei. Decido.Assiste razão ao requerido.De fato, conforme assentado pelo STJ no julgamento do REsp 1.586.910 - SP:Após amplo debate, este Colegiado, dentre outros diversos fundamentos relevantesmencionados no acórdão recorrido, perfilhou o entendimento de que: a) não há supedâneolegal para a adoção da mesma limitação, referente a empréstimo para desconto em folha,para a prestação do mútuo firmado com a instituição financeira administradora da conta-corrente; b) o contrato de conta-corrente é modalidade absorvida pela prática bancária,trazendo praticidade e simplificação contábil, da qual dependem várias outras prestações dobanco e mesmo o pagamento de obrigações contratuais diversas com terceiros, que têm,nessa relação contratual, o meio de sua viabilização; c) o art. 6º, parágrafo 1º, da Lei deIntrodução às Normas do Direito Brasileiro confere proteção ao ato jurídico perfeito e,consoante os arts. 313 e 314 do CC, o credor não pode ser obrigado a receber prestaçãodiversa da que lhe é devida, ainda que mais valiosa; d) o ordenamento jurídico já prevê amedida específica do instituto da insolvência civil, de que pode lançar mão o devedor, emcaso de superendividamento; e) é o legislador democrático que está devidamente aparelhadopara a apreciação das limitações necessárias à autonomia privada em face dos outros valorese direitos constitucionais.Dessarte, constata-se que a pretensão do autor vai de encontro à jurisprudência pacífica doSTJ sobre e tema, o que acarreta sua improcedência. Isto posto, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE A DEMANDA e extingo oprocesso com resolução do mérito, nos termos do art., 487, inciso I, do CPC. Condeno o autor nas custas processuais e honorários advocatícios, que arbitro em 15% dovalor atualizado da causa, cuja exigibilidade fica suspensa em decorrência da concessão dosbenefícios da gratuidade da justiça. P.R.I. Com o trânsito em julgado, arquive-se. Capanema, 12 de abril de 2022.Alan Rodrigo Campos MeirelesJuiz de Direito da 2ª Vara Cível e Empresarial de Capanema

PROCESSO: 00015015620188140013 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO (A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALAN RODRIGO CAMPOS MEIRELES Ação: Procedimento Comum Cível em: 07/04/2022---REQUERENTE:MARIA BENEDITA PINHEIRO DOS SANTOS Representante(s): OAB 5895974/PA - DEFENSOR PUBLICO (DEFENSOR) REQUERIDO:BANCO ITAU BMG CONSIGNADO SA Representante(s): OAB 60359 - NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO (ADVOGADO) . VISTOS ETC. Versam os autos sobre AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE NEGÓCIO JURÍDICO proposta por MARIA BENEDITA PINHEIRO DOS SANTOS contra BANCO ITAÚ BMG CONSIGNADO S/A, identificados e qualificados nos autos. Alega a autora, em síntese, que em 28/01/2016 foi realizado um empréstimo consignado em seu nome sem o seu consentimento através do qual passaram a ocorrer descontos mensais em seu benefício previdenciário em favor do banco requerido. Requereu, em tutela antecipada, a suspensão dos descontos; e, no mérito, a declaração de inexistência do negócio jurídico com a repetição em dobro dos valores descontados e reparação pelo dano moral suportado. Ação proposta em 15/02/2018. Em despacho de fl. 13, determinei a emenda da inicial para que a autora informasse se o valor objeto do contrato impugnado foi depositado em sua conta bancária, bem como se se utilizou de tal numerário. Em cumprimento à determinação, informou a requerente não ter recebido tais valores em sua conta. Em contestação, demonstra o requerido através dos dados bancários da requerente, que efetuou o depósito de R$ 3.987,11 na conta corrente de sua titularidade no dia 29/01/2016. Exatamente o mesmo valor depositado na mesma data constante no extrato bancário apresentado pela própria requerente na emenda à inicial. Destarte, ao contrário do informado pela requerente, o valor objeto do contrato impugnado foi depositado em sua conta. Nada obstante, em réplica, insiste a autora na inexistência do negócio jurídico uma vez que ¿sequer assinou documento para o requerido¿. Relatei. Decido. A resolução da lide exige a análise da forma do negócio jurídico para se aferir se a assinatura do contratante ¿ admitindo in status assertionis que a requente não assinou qualquer contrato ¿ é imprescindível à validade do contrato, ou se é possível o consentimento tácito, extraído das circunstâncias do caso, mormente pelo denominado comportamento concludente. Advirta-se que o raciocínio desenvolvido nesta decisão é o analógico, próprio do sistema de precedentes, comparando-se casos similares para aplicar ao caso concreto a norma jurídica extraída do caso paradigma. Neste sentido, explica Edward H. Levi: ¿O modelo básico de raciocínio jurídico é o do raciocínio fundamentado em casos similares. Trata-se de um processo dividido em três etapas e norteados pela doutrina do precedente, segundo a qual uma proposição representativa do primeiro caso transforma-se em uma norma jurídica, que é depois aplicada à situação similar seguinte. Os procedimentos são os seguintes: veem-se

similaridades entre dois casos; anuncia-se, a seguir, a norma jurídica inerente ao primeiro caso; a norma jurídica torna-se aplicável ao segundo caso. Este é um método de raciocínio necessário ao direito, mas possui características que, em outras circunstâncias, poderiam ser consideradas imperfeições¿ (UMA INTRODUÇ¿O AO RACIOCÍNIO JURÍDICO, Martins Fontes, 2005, p. 2). No mesmo sentido, Daniel Mitidiero: ¿Assim, é preciso perceber que aplicar um precedente envolve comparação entre casos distintos ¿ um julgado por determinado órgão, outro que deve ser julgado por outro órgão. Não por outra razão normalmente se alude à analogia como elemento essencial do raciocínio jurídico de um sistema de precedentes. Em outras palavras, demanda a individualização dos pressupostos fático-jurídicos essenciais que d¿o vida aos casos e a busca por semelhanças ou distinções relevantes¿. (Precedentes - Ed. 2022, https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/111026212/v4/page/RB-2.8) Invoca-se como precedente - qualitativo, material, funcional ¿ o acórdão paradigmático proferido no REsp 1881149/DF, sob a relatoria da Ministra Nancy Andrigui, no qual o STJ, por deliberação unânime da TERCEIRA TURMA, em caso semelhante, decidiu que: ¿4. A forma do negócio jurídico é o modo pelo qual a vontade é exteriorizada. No ordenamento jurídico pátrio, vigora o princípio da liberdade de forma (art. 107 do CC/02). Isto é, salvo quando a lei requerer expressamente forma especial, a declaração de vontade pode operar de forma expressa, tácita ou mesmo pelo silêncio (art. 111 do CC/02). 5. A manifestação de vontade tácita configura-se pela presença do denominado comportamento concludente. Ou seja, quando as circunstâncias evidenciam a intenção da parte de anuir com o negócio. A análise da sua existência dá-se por meio da aplicação da boa-fé objetiva na vertente hermenêutica. 6. Na hipótese, a execução do contrato pela recorrente por tempo considerável configura verdadeiro comportamento concludente, por exprimir sua aceitação com as condições previamente acordadas com a recorrida. 7. A exigência legal de forma especial é questão atinente ao plano da validade do negócio (art. 166, IV, do CC/02). Todavia, a alegação de nulidade pode se revelar abusiva por contrariar a boa-fé objetiva na sua função limitadora do exercício de direito subjetivo ou mesmo mitigadora do rigor legis. A proibição à contraditoriedade desleal no exercício de direitos manifesta-se nas figuras da vedação ao comportamento contraditório (nemo potest venire contra factum proprium) e de que a ninguém é dado beneficiar-se da própria torpeza (nemo auditur propriam turpitudinem allegans). A conservação do negócio jurídico, nessa hipótese, significa dar primazia à confiança provocada na outra parte da relação contratual¿. Segundo se extrai do substancioso voto, o propósito recursal consistia em analisar a validade de contrato de franquia n¿o assinado em face da exigência prevista em lei de que deveria ser escrito e assinado na presença de duas testemunhas. Principia a eminente Ministra pela análise dos arts. 107 e 111 do Código Civil para firmar a primeira premissa de seu voto: A forma do negócio jurídico é o modo pelo qual a vontade é exteriorizada, podendo ser ¿ salvo quando a lei requerer expressamente forma especial ¿ expressa, tácita ou mesmo pelo silêncio. Ao tratar da manifestação tácita de vontade, invoca a teoria do comportamento concludente que, segundo Pontes de Miranda, configura-se ¿por atos ou omissões que se hajam de interpretar, conforme as circunstâncias, como manifestação de vontade do ofertante ou do aceitante¿ (PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. Tratado de Direito Privado. Tomo XXXVIII. Atualizado por Claudia Lima Marques e Bruno Miragem. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012, p. 88). E aponta, com base na doutrina de Paulo Mota Pinto (Declaração tácita e comportamento concludente no negócio jurídico. Coimbra: Almedina, 1995, p. 778), que um dos mais significativos exemplos de comportamento concludente consiste na execução do negócio. Coerente com a premissa fixada, conclui: ¿Logo, a execução do contrato pela recorrente por tempo considerável configura verdadeiro comportamento concludente, por exprimir sua aceitação com as condições previamente acordadas com a recorrida¿. Em seguida, trata da sanção de nulidade cominada pelo art. 166, IV, do CC/02 ao negócio jurídico que não tenha observado em sua formação a forma prescrita em lei. Firme na doutrina de Judith Martins Costa (A Boa-fé no Direito Privado: critérios para sua aplicação. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2018, p. 697) e Antônio Manoel da Rocha Menezes Cordeiro (Da Boa fé no Direito Civil. Lisboa: Almedina, 2013, p. 795), assenta a segunda premissa, afirmando que, ¿quando implicar a contraditoriedade desleal¿, a nulidade meramente formal deve ser afastada, visto que ¿o exercício de um direito que implique a alegaç¿o de nulidade formal pode ser abusivo por contrariar a boa-fé¿. Arremata então que, em observância aos deveres anexos ao princípio da boa-fé ¿ nemo potest venire contra factum proprium e nemo auditur propriam turpitudinem allegans ¿ é inadmissível o exercício de posição jurídica em contradição com o comportamento adotado anteriormente. E, conferindo primazia à confiança provocada na outra parte da relação contratual, decidiu que deveria o negócio jurídico, ainda que padecendo de vício formal, ser conservado. Em conclusão, a par da inobservância da forma exigida pela lei de regência para a validade do negócio jurídico analisado, considerando a execução pela recorrente dos termos contratados, rejeitou a pretens¿o anulatória ao fundamento de que ¿a prática de conduta contraditória desleal pela recorrente tem força para impedir a alegação de nulidade do contrato¿. Volvendo ao caso sub judice, constata-se a

plena similitude fática com o caso paradigma. De fato, assim como lá, aqui a autora pretende a anulação do negócio jurídico por vício formal consistente em alegada inexistência de sua assinatura em qualquer contrato. Nada obstante, além de receber em sua conta bancária o valor objeto do negócio, cumpriu sem qualquer objeção os seus termos por mais de dois anos. Ou seja, ao receber sem qualquer reserva em sua conta corrente o valor objeto do contrato, a requerente consentiu tacitamente, através de um comportamento concludente, na formação do negócio jurídico. E ao cumprir sem qualquer objeç¿o a obrigação de pagamento do empréstimo por mais de dois anos, a requerente suscitou no requerido a legítima expectativa no cumprimento do acordado, caracterizando sua posterior pretensão anulatória insofismável comportamento contraditório, vedado pelo art. 422 do Código Civil. Dessarte, constatada a similitude dos casos, os fundamentos determinantes do paradigma ¿ comportamento concludente e venire contra factum proprium ¿ devem aqui ser aplicados. Isto posto, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE A DEMANDA e extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. Condeno a autora nas custas processuais e honorários advocatícios, que arbitro em 15% sobre o valor atualizado da causa, cujas exigibilidades ficam suspensas nos termos do art. 98, § 3º, do CPC. P.R.I. Ciência pessoal à Defensoria Pública. Com o trânsito em julgado, arquive-se. Capanema, 07 de abril de 2022. Alan Rodrigo Campos Meireles Juiz de Direito da 2ª Vara Cível e Empresarial de Capanema

PROCESSO: 0005963-32.2013.8.14.0013

REQUERIDO: JOSE AUGUSTO COSTA GUIMARAESRepresentante(s):OAB 17125 - LUCAS EVANGELISTA DE SOUSA NETO (ADVOGADO)OAB 18853 - SAMMIDY MONTEIRO MENDES (ADVOGADO)REQUERENTE: BANCO PAN AMERICANO SARepresentante(s):OAB 11831 - VANESSA SANTOS LAMARAO (ADVOGADO)OAB 16.814-A - MAURICIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (ADVOGADO)OAB 192649 - ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (ADVOGADO)OAB 108911 - NELSON PASCHOALOTTO (ADVOGADO)OAB 24872-A - JOSE LIDIO ALVES DOS SANTOS (ADVOGADO).Vistos etc. Trata-se de AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIAproposta por BANCO PANAMERICANO S/A contra JOSÉ AUGUSTO COSTAGUIMARÃES, identificados e qualificados nos autos. A liminar foi deferida, entretanto não cumprida por ter o requerido mudado de endereço (fl.73). Entremente, o requerido compareceu espontaneamente nos autos, informou seu novoendereço, apresentou contestação (fls. 24-67) e, em autos apartados, exceção deincompetência absoluta. A exceção de incompetência foi indeferida por inadequação da via eleita. Em derradeira manifestação, o autor requer a pesquisa do novo endereço do réu através dossistemas eletrônicos. Relatei. Decido. Prefacialmente, em observância ao decidido pelo STJ no TEMA REPETITIVO 1040 - Naação de busca e apreensão de que trata o Decreto-Lei nº 911/1969, a análiseda contestação somente deve ocorrer após a execução da medida liminar ¿ deixo paraanalisar a contestação após o cumprimento da liminar. Outrossim, considerando que o réu compareceu espontaneamente aos autos, que todos queparticipam do processo devem colaborar para uma decisão justa e efetiva (CPC, art. 6º), eque a conduta comissiva ou omissiva do executado que intimado não indica ao juiz quaissão e onde estão os bens sujeitos à penhora configura-se ato atentatório à dignidade dajustiça (CPC, art. 774, V), determino:a) Proceda-se à virtualização dos autos;b) Intime-se o requerido, através de seu advogado, via sistema PJE, para, no prazo de 5 dias,indicar o local em que poderá ser localizado o veículo objeto da demanda para que sejaefetivada a liminar deferida por este juízo, pena de multa diária no valor de R$ 1.000,00 (milreais), limitada a trinta dias;c) O bloqueio judicial de veículo via sistema RENAJUD.Após conclusos.Capanema, 1 de abril de 2022.Alan Rodrigo Campos MeirelesJuiz de Direito titular da 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Capanema/PA. P.R.I. Com o trânsito em julgado arquive-se. Capanema, 1 de abril de 2022.Alan Rodrigo Campos MeirelesJuiz de Direito da 2ª Vara Cível e Empresarial de Capanema

PROCESSO: 00001846219998140013 PROCESSO ANTIGO: 199910002030

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALAN RODRIGO CAMPOS MEIRELES A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 15/12/2021---EXEQUENTE:BANCO DA AMAZONIA SA Representante(s): OAB 10176 - ARNALDO HENRIQUE ANDRADE DA SILVA (ADVOGADO) EXECUTADO:ADELGISIO REMIGIO DOS SANTOS. Vistos etc.Vistos etc. BANCO DA AMAZÔNIA S/A opõe EMBARGOS DE DECLARAÇÃO com efeitos infringentes à sentença extintiva lançada às fls. 119. Alega em síntese que a sentença teria descurado do mandamento previsto no § 1º do art. 485 ao extinguir a execução sem prévia intimação pessoal do exequente.

Requer o provimento dos embargos com efeitos infringentes para anular a sentença e dar prosseguimento ao feito. Relatei. Decido. Analisando a sentença embargada a partir da conjugação de todos os seus elementos, constata-se que o fundamento da extinção da execução não foi o abandono da causa (art. 485, III); mas a inobservância pelo exequente da apresentação de memória de cálculo discriminada e atualizada do crédito, **pressuposto de desenvolvimento válido do processo** (art. 485, IV). De fato, dispõe o art. Art. 798, inciso I, alínea b, do CPC. Ao propor a execução, incumbe ao exequente: instruir a petição inicial com: o demonstrativo do débito atualizado até a data de propositura da ação, quando se tratar de execução por quantia certa.Trata-se, destarte, de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido do processo cuja ausência, após oportunizada a emenda pelo exequente, acarreta, ex vi do art. 801 do CPC, a extinção da execução. Neste sentido é a jurisprudência do STJ:AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DO DÉBITO. EXTINÇÃO DE PLANO DO FEITO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE OPORTUNIZAR AO CREDOR A EMENDA DA INICIAL. ARTS. 614, II, E 616 DO CPC.1. **É pacífica a jurisprudência desta Corte no sentido de que a insuficiência ou incompletude do extrato analítico do débito não implica**, **de imediato**, **a extinção do processo**, **uma vez que deve ser oportunizada ao credor a emenda da inicial a fim de corrigir o vício** (CPC, art. 616), ainda que já opostos os embargos do devedor, **caso em que, regularizado o vício**, deve ser permitido ao embargante o aditamento dos embargos.2. Agravo regimental a que se ega provimento. (AgRg no REsp 848.025/MG, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 04/12/2012, DJe 04/02/2013) No caso, conforme relatado na sentença embargada, o exequente foi validamente intimado via dje para no prazo de 15 (quinze) dias apresentar memória de cálculo discriminada e atualizada do crédito a fim de que este juízo, em estrita observância ao art. 139, inciso II, velasse pela duração razoável do processo. Expirado o prazo, o embargante não apresentou a memória de cálculo, atraindo a incidência do art. 223 do CPC: **Decorrido o prazo**, **extingue-se o direito de praticar ou de emendar o ato processual**, **independentemente de declaração judicial**, **ficando assegurado**, **porém**, **à parte provar que não o realizou por justa causa**. E mais, tendo pleno conhecimento do vício que acarretou a extinção do processo, deveria o embargante, autorizado pela parte final do art. 223 e ciente do dever de cooperação previsto no art. 6º, ambos do CPC, anexar aos embargos a memória de cálculo imprescindível ao prosseguimento do feito. Destarte, ao não apresentar memória de cálculo discriminada e atualizada do crédito, pressuposto de desenvolvimento válido do processo executivo, o embargante incidiu no inciso IV do art. 485, ao qual não se aplica o § 1º do respectivo dispositivo. Neste sentido é a jurisprudência do STJ:AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO MONITÓRIA. INÉRCIA DA PARTE PARA PROMOVER A CITAÇÃO. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL. ART. 485, IV, DO CPC/2015. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. **A jurisprudência desta Corte possui entendimento no sentido de ser desnecessária a intimação pessoal da parte autora para extinção do feito sem resolução do mérito**, **com amparo no art. 485**, **IV**, **do CPC/2015**.2. A intimação pessoal da parte é exigida nos casos de extinção do feito por abandono (art. 485, §1º do CPC/2015). Hipótese diversa da dos autos, em que a parte autora não procedeu as medidas necessárias para a citação, não obstante ter sido intimada para tanto.3. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1480641/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 20/08/2019, DJe 23/08/2019).PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ORDINÁRIA VISANDO À COMPENSAÇÃO DE VALORES RECOLHIDOS A TÍTULO DE FINSOCIAL. INDEFERIMENTO LIMINAR DA PETIÇÃO INICIAL. NÃO ATENDIMENTO DA DETERMINAÇÃO JUDICIAL DE EMENDA À INICIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 284, DO CPC. EXTINÇÃO DO FEITO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. FALTA DE REGULARIZAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. INTIMAÇÃO REALIZADA VIA DIÁRIO DE JUSTIÇA. PRESCINDIBILIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL. INAPLICAÇÃO DO ART. 284, § 1º DO CPC. HIPÓTESE FÁTICA DIVERSA.1. O art. 284, do CPC, prevê que "Verificando o juiz que a petição inicial não preenche os requisitos exigidos nos arts. 282 e 283, ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor a emende, ou a complete, no prazo de 10 (dez) dias. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial." 2.

A falta da correção da capacidade processual (art. 37, § único do CPC), **pressuposto de existência da relação jurídica**, **bem como de juntada de planilha de cálculos atualizada na fase executória pela parte devidamente intimada** (fls. 104), **importa na extinção do feito sem julgamento do mérito**, **independentemente de citação pessoal da autora**, **por não se tratar de hipótese de abandono da causa** (art. 267, III do CPC), **que a reclama**.3. In casu, consta dos autos que a parte autora restou devidamente intimada nos termos da decisão acostada às fls. 104 dos autos, in verbis: "Traga a parte autora, em dez dias, planilha de cálculos atualizada, para comprovar que o valor atribuído à causa corresponde ao efetivamente pleiteado. Regularize a parte autora a representação, considerando que a procuração de fls. 17 não indica quem está assinando pela empresa autora. Não havendo manifestação neste sentido, voltem-me os autos conclusos para sentença." 4. Sobressai da doutrina de Nelson Nery, ao comentar o art. 267, inciso IV do CPC, acerca da ausência de pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, o que se segue: "IV: 32.Casuística: Capacidade postulatória. Direito de Petição: 'O direito de petição, previsto na CF 5º, XXXIV, 'a', não representa a garantia do próprio interessado postular em juízo, em nome próprio. Para isso, há de estar devidamente habilitado, na forma da lei. Não é possível, com fundamento nesse direito, garantir à parte vir a juízo sem a presença de advogado. São distintos o direito de petição e o de postular em juízo. Processo extinto por ausência dos pressupostos de constituição válido (CPC 267 IV) - (STF 1ª Turma - Pet 825-1 - BA, rel. Ministro Ilmar Galvão, j. 17.12.1993, DJU 3.2.1994, p. 787)."(In, Código de Processo Civil Comentado, Editora Revista dos Tribunais, 9ª Edição, pág. 438)" 5. Destarte, em não sendo hipótese de incidência dos incisos II e III, do supracitado dispositivo legal, resta dispensada a intimação pessoal da parte, porquanto suficiente a intimação do advogado para a apresentação da procuração judicial.6. Agravo Regimental desprovido. (AgRg no AgRg nos EDcl no REsp 723.432/RJ, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 04/03/2008, DJe 05/05/2008) Isto posto, tendo em vista que a ação foi extinta por perda superveniente de pressuposto de desenvolvimento válido do processo, rejeito os embargos e mantenho a sentença por seus próprios fundamentos, retificando apenas o dispositivo para nele constar a extinção do processo sem resolução do mérito sob a rubrica do art. 485, inciso IV, do CPC. P.R.I. Com o trânsito em julgado, arquive-se. Capanema, 15 de dezembro de 2021.Alan Rodrigo Campos MeirelesJuiz de Direito da 2ª Vara Cível e Empresarial de Capanema

PROCESSO Nº 000915-92.2013.814.0013 ¿AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO C/ ANULAÇÃO DE CONTRATO C/ DANOS MORAIS E MATERIAIS E ANTECIPAÇÃO DE TUTELA REQUERENTE: RAIMUNDO NONATO BATISTA DO NASCIMENTO ADVOGADO: MAURO SERGIO DE ASSIS LOPES ¿OAB/PA Nº 10170 REQUERIDO: SABEMI SEGURADORA S/A ADVOGADO: PABLO BERGER ¿OAB /RS Nº 61011 REQUERIDO: EMBRACRED PROMOTORA DE VENDAS LTDA ADVOGADO: DANILO COSTA MOREIRA ¿OAB /PA Nº 15019 PROCESSO Nº 000915-92.2013.814.0013 ¿AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO C/ ANULAÇÃO DE CONTRATO C/ DANOS MORAIS E MATERIAIS E ANTECIPAÇÃO DE TUTELA REQUERENTE: RAIMUNDO NONATO BATISTA DO NASCIMENTO ADVOGADO: MAURO SERGIO DE ASSIS LOPES ¿OAB/PA Nº 10170 REQUERIDO: SABEMI SEGURADORA S/A ADVOGADO: PABLO BERGER ¿OAB / R S N º 6 1 0 1 1 R E Q U E R I D O : E M B R A C R E D P R O M O T O R A D E V E N D A S L T D A A D V O G A D O : D A N I L O C O S T A M O R E I R A ¿ O A B / P A N º 1 5 0 1 9 ATO ORDINATÓRIO Conforme determinado no item 8.10.2.f do manual de Rotinas Cíveis do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, de ordem, promovo a intimação do apelado RAIMUNDO NONATO BATISTA DO NASCIMENTO por meio de seu (s) advogado (s) Dr ADVOGADO:

MAURO SERGIO DE ASSIS LOPES ¿OAB/PA Nº 10170 para apresentar as contrarrazões, no prazo legal. Capanema PA, 13/04/2022. NAJLA SOUSA DO CARMO Analista Judiciário da 2ª Vara da Comarca de Capanema

0 0 0 1 2 9 0 2 0 2 0 1 8 8 1 4 0 0 1 3 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALAN RODRIGO CAMPOS MEIRELES A??o: Procedimento Comum Infância e Juventude em: 05/04/2022---REQUERENTE:SONIA REGINA RODRIGUES BEZERRA REQUERENTE:JAIANE ANITA DE SOUSA PEREIRA REQUERENTE:MARIA DE NAZARE MARTINS REQUERENTE:RAIMUNDO COSMO DA SILVA BEZERRA Representante(s): OAB 5895974/PA - DEFENSOR PUBLICO (DEFENSOR) REQUERIDO:CENTRAIS ELETRICAS DO PARA CELPA Representante(s): OAB 12436 - ANDREZA NAZARE CORREA RIBEIRO (ADVOGADO) OAB 14665 - PEDRO THAUMATURGO SORIANO DE MELLO FILHO (ADVOGADO)AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA PROCESSO Nº 0001290-20.2018.8.14.0013

SENTENÇA Vistos, etc. Trata-se de AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA INAUDITA ALTERA PARTS proposta por SONIA REGINA RODRIGUES BEZERRA E OUTROS, contra o CELPA, Rede de Energia ¿ Centrais Elétricas do Pará. Aduziu que os autores moram na Rodovia Pará-Maranhão, KM 5, Zona Rural de Capanema, há vários anos. Que suas residências situam-se a 20 metros da Rede Elétrica mais próxima. Narrou que no ano de 2012 os autores procuraram a concessionária de energia solicitando a ligação de suas unidades consumidoras. A concessionária de serviços após visita na residência dos autores informou que a área rural do mesmo seria abarcada pelo Programa Luz para Todos e que até o final de 2012 a rede de tensão primária chegaria a suas residências. Que até o ajuizamento da ação, sequer houve o inicio das obras, mesmo com a solicitação emitida em 22 de março de 2022, estando as famílias em pleno século XXI sem energia elétrica.Juntou documentos. Liminar indeferida as fl. 24Às fl. 25-28, a ré apresentou contestação, arguindo em síntese que a resolução homologatória de n° 2.545 de 14 maio de 2019 da referida agência, define para a Equatorial Pará o ano limite para o alcance da universalização rural para execução das ligações com redes convencionais como 2022 e com sistemas de geração como 2020.

Processo 0001527-88.2017.8.14.0013 Requerente: PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS Advogado: Nelson Willians Fratoni Rodrigues- OAB/PA 15201-A
Requerido: DISBRAVA DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS E ALIMENTOS LTDA
Advogado: THEO SALES REDIG-- OAB/PA 14.810 Magistrado: Alan Rodrigo Campos Meireles Vistos etc.Versam os autos sobre AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS proposta por PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS contra DISBRAVA DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS E ALIMENTOS LTDA, identificados e qualificados nos autos.Alega a autora, em síntese, que no dia 19 de novembro de 2014 um veículo de propriedade da requerida colidiu com a traseira de um veículo por ela segurado, obrigando-a arcar com
os custos decorrentes do dano. Na condição de sub-rogada da segurada, requer, nos termos do art. 786 do CC, a condenação da requerida ao ressarcimento dos valores dispendidos no conserto do carro segurado.
Juntou documentos. Em contestação, a requerida alega inépcia da inicial, prescrição, inexistência de sub-rogação inexistência de dever de indenizar.
Em réplica, a autora refuta a prescrição invocando o art. 206, § 3º, inciso V, do CC.Relatei. Decido.A pretensão resta fulminada pela prescrição.De fato, o prazo prescricional a ser observado para a ação de ressarcimento proposta pela seguradora em face do causador do dano é o mesmo da proposta pelo segurado contra a seguradora, previsto no art. 206, § 1º, inciso II, do CC; ou seja, um ano.Tal prazo tem como termo inicial a data do pagamento da indenização securitária.Precedente:AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REGRESSIVA. SUBROGAÇÃO DE SEGURO.
OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO INEXISTENTES.ACÓRDÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO.

PRESCRIÇÃO DA AÇÃO ÂNUA CONTADA DO PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. JULGADO EM
HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE SUPERIOR. SÚMULA
83/STJ. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.1. Não nenhuma omissão ou mesmo contradição a ser sanada no julgamento da segunda instância, portanto inexistentes os requisitos para reconhecimento de ofensa ao art. 1.022 do
CPC/2015. O acórdão dirimiu a controvérsia com base em fundamentação sólida, sem tais vícios, tendo apenas resolvido a celeuma em sentido contrário ao postulado pela parte insurgente.2. É firme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que o termo inicial do prazo prescricional do direito de a seguradora pleitear a indenização do dano causado por terceiro ao segurado é a data em que foi efetuado o pagamento da indenização securitária.
TJPA - DIÁRIO DA JUSTIÇA - Edição nº 7348/2022 - Sexta-feira, 8 de Abril de 2022 453Precedentes.3. Ao afastar a prescrição, a segunda instância respeitou a jurisprudência desta Corte Superior - Súmula 83/STJ.
4. Agravo interno desprovido.(AgInt no REsp 1959955/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRATURMA, julgado em 21/02/2022, DJe 23/02/2022). Fixadas estas premissas, constato pelo termo de quitação de fl. 20 que a indenização securitária foi paga em 07/01/2015, data em que entregue o veículo devidamente reparado à segurada.Considerando que a demanda foi proposta em 21/02/2017, mais de dois anos após o efetivo pagamento da indenização securitária, evidenciada se apresenta a prescrição.
Isto posto, nos termos do art. 487, inciso II, do CPC, JULGO TOTALMENTE
IMPROCEDENTE A DEMANDA.Condeno a autora nas custas processuais e honorários advocatícios, que arbitro em 15% do valor atualizado da causa.
P.R.I.Com o trânsito em julgado, arquive-se.Capanema, 05 de abril de 2022.
Alan Rodrigo Campos Meireles Juiz de Direito da 2ª Vara Cível e Empresarial de CapanemA

COMARCA DE SALINÓPOLIS

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SALINÓPOLIS

RESENHA: 13/04/2022 A 18/04/2022 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE SALINOPOLIS - VARA: VARA UNICA DE SALINOPOLIS PROCESSO: 00000716820118140048 PROCESSO ANTIGO: 201110000225 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Procedimento Comum Cível em: 13/04/2022 REU:OSVALDO NASSER TUMA Representante(s): OAB 6941 - ANTONIO NAZARENO LIMA DOS SANTOS (ADVOGADO) AUTOR:ALEXANDRE HUMBERTO DE ALENCAR GUSMAN ACHA Representante(s): OAB 15766 - LUI ALEXANDRE FEITOSA SANCHES (ADVOGADO) . Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ COMARCA DE SALINÃPOLIS Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RH 1.Â Â Â Â Â Intime-se para o pagamento das custas judiciais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis, 05/04/2022. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00018924220148140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 13/04/2022 DENUNCIADO:ODIVALDO SOUZA DO NASCIMENTO VITIMA:D. S. F. VITIMA:F. R. S. DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO. RHÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que para fixaÃ§Ã£o da pena Ã© necessÃ¡ria anÃ¡lise dos requisitos descritos no art. 59 do CPB, dentre os quais, os antecedentes. Retornem os autos Ã Secretaria JudiciÃ¡ria, a fim de realizarem a juntada dos antecedentes criminais atualizados do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpridas as diligÃªncias, conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis-Pa, 08 de abril de 2022. Â Â Â Â Â Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00060489720198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos em: 13/04/2022 DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:ALEXANDRE FAGUNDES DE SOUSA Representante(s): OAB 15492 - HALANNA DENISE DE OLIVEIRA DEMETRIO (ADVOGADO) OAB 12515-A - GLEUSE SIEBRA DIAS (ADVOGADO) DENUNCIADO:DENISE CRISTINA SOUSA MELO Representante(s): OAB 19782 - ANTONIO VITOR CARDOSO TOURAO PANTOJA (ADVOGADO) DENUNCIADO:LETICIA MELO DE AVIZ Representante(s): OAB 23898 - ANTONIO RENATO COSTA FONTELLE (ADVOGADO) OAB 19782 - ANTONIO VITOR CARDOSO TOURAO PANTOJA (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RHÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que para fixaÃ§Ã£o da pena Ã© necessÃ¡ria anÃ¡lise dos requisitos descritos no art. 59 do CPB, dentre os quais, os antecedentes. Retornem os autos Ã Secretaria JudiciÃ¡ria, a fim de realizarem a juntada dos antecedentes criminais atualizados do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpridas as diligÃªncias, conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis-Pa, 08 de abril de 2022. Â Â Â Â Â Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis Â PROCESSO: 00080909020178140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos em: 13/04/2022 DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:CLEIA SILVA TEIXEIRA DENUNCIADO:MARCELO LUIS MONTEIRO CORREA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RHÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que para fixaÃ§Ã£o da pena Ã© necessÃ¡ria anÃ¡lise dos requisitos descritos no art. 59 do CPB, dentre os quais, os antecedentes. Retornem os autos Ã Secretaria JudiciÃ¡ria, a fim de realizarem a juntada dos antecedentes criminais atualizados do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpridas as diligÃªncias, conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis-Pa, 08 de abril de 2022. Â Â Â Â Â Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis Â PROCESSO: 00096714320178140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 13/04/2022 DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:ALAN DE SENA COSTA Representante(s): OAB 12515-A - GLEUSE SIEBRA DIAS (ADVOGADO) VITIMA:A. T. M. L. . RHÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que para fixaÃ§Ã£o da pena Ã© necessÃ¡ria anÃ¡lise dos requisitos

descritos no art. 59 do CPB, dentre os quais, os antecedentes. Retornem os autos Ã Secretaria JudiciÃ¡ria, a fim de realizarem a juntada dos antecedentes criminais atualizados do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpridas as diligÃªncias, conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis-Pa, 08 de abril de 2022. Â Â Â Â Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00114887420198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 13/04/2022 DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:WALISON GONCALVES DIAS VITIMA:L. H. S. O. VITIMA:S. M. A. S. . Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RHÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que para fixaÃ§Ã£o da pena Ã© necessÃ¡ria anÃ¡lise dos requisitos descritos no art. 59 do CPB, dentre os quais, os antecedentes. Retornem os autos Ã Secretaria JudiciÃ¡ria, a fim de realizarem a juntada dos antecedentes criminais atualizados do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpridas as diligÃªncias, conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis-Pa, 08 de abril de 2022. Â Â Â Â Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis Â PROCESSO: 00134451820168140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 13/04/2022 DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:LUCAS NEGRAO DA SILVA VITIMA:N. A. C. T. . Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RHÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que para fixaÃ§Ã£o da pena Ã© necessÃ¡ria anÃ¡lise dos requisitos descritos no art. 59 do CPB, dentre os quais, os antecedentes. Retornem os autos Ã Secretaria JudiciÃ¡ria, a fim de realizarem a juntada dos antecedentes criminais atualizados do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpridas as diligÃªncias, conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis-Pa, 08 de abril de 2022. Â Â Â Â Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis Â PROCESSO: 00140300220188140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 13/04/2022 DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:GEDEAO ARAUJO RAIOL Representante(s): OAB 20045 - PERPETUA SOCORRO MARIA CORREA DA CRUZ (ADVOGADO) OAB 21140 - SAMARA SOBRINHA DOS SANTOS ALVES (ADVOGADO) VITIMA:A. S. C. S. . Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RHÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que para fixaÃ§Ã£o da pena Ã© necessÃ¡ria anÃ¡lise dos requisitos descritos no art. 59 do CPB, dentre os quais, os antecedentes. Retornem os autos Ã Secretaria JudiciÃ¡ria, a fim de realizarem a juntada dos antecedentes criminais atualizados do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpridas as diligÃªncias, conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis-Pa, 08 de abril de 2022. Â Â Â Â Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis Â PROCESSO: 00000310320038140048 PROCESSO ANTIGO: 20031000026 7 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Reintegração / Manutenção de Posse em: 18/04/2022 REU:NILZA DA SILVA COSTA Representante(s): ANGELO BRAZIL DA SILVA (ADVOGADO) AUTOR:ANTONIO MARIA ALVES DE BRITO Representante(s): FABIO BRAGA DE OLIVEIRA BENTES (ADVOGADO) . DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Conforme certificado pela Chefe da Unaj, foi identificado queÂ a custa final consta com situaÃ§Â¿o aberta. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta forma, considerando que a parte requerida quedou-se inerte, quanto ao pagamento das custas processuais devidas, determino, a fim de saneamento da pendÃªncia no recolhimento da custa processual, a inscriÃ§Ã£o do dÃ©bito em DÃ-vida Ativa, devendo ser adotado os novos procedimentos de acordo com o expediente PA-MEM-2020/36785, referente a ferramenta para o uso geral de InscriÃ§Â¿o em DÃ-vida Ativa, disponibilizada no Portal Interno no link https://divida-ativa.i.tj.pa.gov.br/. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis/PA, 11 de Fevereiro de 2022. Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis/PA PROCESSO: 00000439820158140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Busca e Apreensão em: 18/04/2022 REQUERENTE:CONSORCIO NACIONAL SUZUKI MOTOS LTDA Representante(s): OAB 18663 - SAMMARA ENITA CORREA VIEIRA (ADVOGADO) OAB 231747 - EDMILSON KOJI MOTODA (ADVOGADO) REQUERIDO:SARA CLAUDIA DA COSTA CASTRO_353027. Ã£DECISÃO/MANDADO Â Â Â Â Â Â Â Vistos e etc. Â Â Â Â Â Â Â 1. Ã do autor a obrigaÃ§Ã£o de indicar, na inicial, o endereÃ§o completo da parte adversa, conforme prevÃª o inciso II do art. 319 do

CPC/15. Â Â Â Â Â Â Â No caso em comento, tratando-se de instituiÃ§Ã£o financeira com grande poder econÃ´mico, concluo pela inaplicabilidade do Â§1Âº do aludido dispositivo legal, tendo em vista que diligÃªncias para fins de localizaÃ§Ã£o do paradeiro do rÃ©u poderiam ser efetivadas pela prÃ³pria requerente. Â Â Â Â Â Â Â Desse modo, concedo o prazo de 15 (quinze) dias, para que promova a emenda da exordial para fins de identificaÃ§Ã£o do endereÃ§o do rÃ©u, sob pena de indeferimento da inicial e extinÃ§Ã£o do feito sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â 2. ApÃ³s o decurso do prazo, com ou sem manifestaÃ§Ã£o do autor, neste Ãºltimo caso, devidamente certificado, remetam-se os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â ServirÃ¡ a presente, por cÃ³pia digitada, como MANDADO/OFÃCIO/CARTAPRECATÃRIA, nos termos do Provimento nÂº 003/2009 da CJRMB (alterado pelos Provimentos 011/2009 e 014/2009), aplicÃ¡vel Ã s comarcas do interior por forÃ§a do Provimento nÂº 003/2009 da CJCI). Â Â Â Â Â Â Â Cumpra na forma e sob as penas da lei. Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis/PA, 6 de abril de 2022. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis/PA PROCESSO: 00003626020068140048 PROCESSO ANTIGO: 200610001832 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Busca e Apreensão em: 18/04/2022 REQUERENTE:BANCO FINASA S/A Representante(s): VANESSA LINHARES GOUVEIA (ADVOGADO) REQUERIDO:MARIA MARLENE GOMES CAISCIANE. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Vistos e etc. Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o de Busca e ApreensÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â A parte autora apesar de devidamente intimada quedou-se inerte. Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â FUNDAMENTAÃÃO: Â Â Â Â Â Â Â Da anÃ¡lise dos autos, observa-se que a parte autora quedou-se inerte, quando intimada para promover os atos e diligÃªncias que lhe incumbiam. Â Â Â Â Â Â Â A respeito, o art. 485, III, CPC/15 dispÃµe que o juiz irÃ¡ extinguir o processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito quando a parte nÃ£o promover os atos e diligÃªncias que lhe incumbir. Â Â Â Â Â Â Â DISPOSITIVO: Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista a inÃ©rcia da parte autora, JULGO EXTINTO O PROCESSO, na forma do art. 485, incisos III, CPC/15. Â Â Â Â Â Â Â Sem custas. Â Â Â Â Â Â Â Certificado o trÂ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos, observadas as formalidades legais com a respectiva baixa no sistema. Â Â Â Â Â Â Â P. R. I. C. Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis/PA, 24 de Junho de 2021. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis/PA PROCESSO: 00016132120118140048 PROCESSO ANTIGO: 201110009201 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Cumprimento de sentença em: 18/04/2022 REU:FABIO MIRANDA VIANA AUTOR:JULIO CESAR NORONHA Representante(s): OAB 26463-A - PAULO BICALHO SILVA (ADVOGADO) . Rh. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1. Intime-se a parte Executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do valor executado (art. 523, CPC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2. Transcorrido o prazo sem o pagamento voluntÃ¡rio, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que a parte executada, independentemente de penhora ou nova intimaÃ§Ã£o, apresente, nos prÃ³prios autos, sua impugnaÃ§Ã£o (art. 525, CPC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3. NÃ£o ocorrendo pagamento voluntÃ¡rio no prazo do caput, o dÃ©bito serÃ¡ acrescido de multa de dez por cento e, tambÃ©m, de honorÃ¡rios de advogado de dez por cento (art. 523, Â§1Âº, CPC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 4. NÃ£o efetuado tempestivamente o pagamento voluntÃ¡rio, serÃ¡ expedido, desde logo, mandado de penhora e avaliaÃ§Ã£o, seguindo-se os atos de expropriaÃ§Ã£o (art. 523, Â§ 3Âº do CPC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 5. P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis-PA, 15 de fevereiro de 2022. Â Â Â Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Juiz de Direito Titular da Comarca de SalinÃ³polis/PA PROCESSO: 00016721520128140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos em: 18/04/2022 DENUNCIADO:NELSON MERCES ALMEIDA Representante(s): OAB 15511 - ALEXANDRE DE MIRANDA MOURA (ADVOGADO) DENUNCIADO:IAN ASSIS DOS REIS DENUNCIADO:ANTONIO JORGE CAMPOS ASSIS DENUNCIADO:TANIRIS ASSIS DOS REIS Representante(s): OAB 12925 - ANA LAURA MACEDO SA (DEFENSOR) DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, ofereceu denÃºncia contra ANTONIO JORGE CAMPOS ASSIS, NELSON MERCES ALMEIDA, IAN ASSIS DOS REIS e TANIRIS ASSIS DOS REIS, devidamente qualificado, pela prÃ¡tica de trÃ¡fico de drogas, crime previsto no art. 33 da Lei nÂº 11.343/2006. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O processo seguiu seu curso, com apresentaÃ§Ã£o de defesa, realizaÃ§Ã£o de audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, sendo qualificados e interrogados os acusados, exceto o denunciado Antonio, uma vez que mudou de endereÃ§o sem informar ao juÃ-zo (mÃ-di-Cd-fl. 275). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em AlegaÃ§Ãµes finais o MinistÃ©rio PÃºblico, requereu a total procedÃªncia da denÃºncia, com aplicaÃ§Ã£o de pena pela prÃ¡tica descrita no art. 33, caput da Lei nÂº 11.343/06 em face dos acusados Nelson Merces Almeida, Ian Assis dos Reis e Taniris Assis dos Reis e

AbsolviÃ§Ã£o do Acusado Antonio Jorge Campos Assis. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Defesa, por sua vez em alegaÃ§Ãµes finais, requereu a absolviÃ§Ã£o dos acusados, nos termos do art. 386, inciso VII do CPB e, no caso de nÃ£o acolhimento, o reconhecimento da da causa de diminuiÃ§Ã£o de pena prevista no art. 33, Â§4Âº da lei de drogas e concessÃ£o do direito de recorrer em liberdade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em sÃ-ntese, Ã© o relatÃ³rio. Passo a motivar e, ao fim, DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o foram alegadas preliminares. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo Ã anÃ¡lise do mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Da materialidade Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A materialidade delitiva restou demonstrada pelos seguintes elementos de convicÃ§Ã£o: i) Laudo ToxicolÃ³gico Definitivo nÂº 117/2012, devidamente juntado (fls. 54/57). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Da autoria Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o restam dÃºvidas quanto Ã autoria em face de Nelson Merces Almeida, Ian Assis Dos Reis e Taniris Assis Dos Reis. SenÃ£o vejamos: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sobre os fatos narrados na denÃºncia, os policiais que participaram da autuaÃ§Ã£o, quais sejam, Jiovana Carvalho Pinheiro e Mario JosÃ© da Silva JÃºnior, afirmaram que abordaram o acusado Ian, momento no qual, encontraram com este uma quantidade de entorpecente. Acrescentam que Ian relatou que a droga era de sua irmÃ£ e estaria vendendo para ela. Esclareceram que Ian os levou atÃ© sua residÃªncia e no local estava Tanires, que iniciou uma discussÃ£o com Ian sobre a posse do entorpecente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os policiais afirmaram que o acusado Nelson, Ã Ã©poca namorado de Taniris, foi atÃ© o banheiro e deu descarga e ao entrarem no local somente restavam os restos do entorpecente. Por fim relataram que o restante do entorpecente foi encontrado dentro da residÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sobre o acusado Antonio a guarniÃ§Ã£o somente informou que ele relatou que era pescador e ficava na casa quando retornava da pescaria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os acusados negaram a autoria delitiva, no caso de Ian este alegou nÃ£o saber o proprietÃ¡rio da droga e por sua vez Nelson e Tanires afirmam que seria de Antonio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, os depoimentos das testemunhas, policiais, somados aos demais elementos de convicÃ§Ã£o, especialmente o laudo toxicolÃ³gico definitivo, que dÃ¡ conta da quantidade e natureza da droga, conduzem Ã segura conclusÃ£o de que, efetivamente, os acusados Ian e Tanires enquadram-se no tipo descrito no artigo 33 da Lei 11.343/2006. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, hÃ¡ uma narrativa harmÃ´nica dos policiais de que apÃ³s a abordagem e diligÃªncias, culminaram na apreensÃ£o do entorpecente na residÃªncia dos acusados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste aspecto, nÃ£o vejo nenhum tipo de mÃ¡cula que pudesse contaminar os depoimentos dos policiais, por ter ficado esclarecido a forma de como se deu a operaÃ§Ã£o/diligÃªncia que culminou na prisÃ£o em flagrante do denunciado. NÃ£o obstante, no caso sob exame, os acusados "tinha em depÃ³sito" substÃ¢ncia entorpecente, restando inconteste o cometimento do trÃ¡fico ilÃ-cito de entorpecentes, vez que realizou um (ou mais) dos 18 (dezoito) verbos, ou nÃºcleos, previstos no artigo 33, da lei acima mencionada, qual (is) seja (m), Â¿vender" e Â¿ter em depÃ³sitoÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pois bem. Sabe-se que a maioria dos procedimentos envolvendo o trÃ¡fico ilÃ-cito de drogas, excluindo aqueles que iniciam com percuciente trabalho investigativo, voltado para o crime organizado, sÃ£o flagrantes oriundos de denÃºncias anÃ´nimas, rondas ostensivas, ou aÃ§Ãµes policiais de combate ao trÃ¡fico de drogas, sendo que, via de regras, os agentes presentes sÃ£o os policiais, as vezes alguns usuÃ¡rios e os flagrados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A par disso, na maioria das vezes, os policiais sÃ£o as Ãºnicas testemunhas do fato, posto que dificilmente um morador, atÃ© mesmo usuÃ¡rios, vem em juÃ-zo prestar depoimento identificando os criminosos e o seu modo de atuaÃ§Ã£o, sendo plenamente justificÃ¡vel essa peculiaridade, dado o receio das consequÃªncias que possam vir a sofrer, preferindo silenciar e conviver com o trÃ¡fico de drogas e os crimes decorrentes desse ilÃ-cito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, empresto credibilidade a palavra dos policiais, a nÃ£o ser que haja prova robusta em sentido contrÃ¡rio, o que nÃ£o observei nos autos, bem como nÃ£o vislumbrei qualquer contradiÃ§Ã£o nos depoimentos colhidos, ou que de qualquer forma queiram prejudicar os rÃ©us. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â De resto, inexistindo outras teses de defesa a serem analisadas, cabe dizer que o rÃ©u agiu ao desamparo de causas de exclusÃ£o de antijuridicidade ou de culpabilidade, impondo-se sua condenaÃ§Ã£o. Quanto aos acusados ANTONIO JORGE CAMPOS ASSIS e NELSON MERCES ALMEIDA. Â Â Â Â Â No caso dos acusados, vejo que sua autoria Ã© duvidosa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A partir da anÃ¡lise aprofundada do conjunto probatÃ³rio coligido na presente demanda, nÃ£o me parece possÃ-vel concluir, sem sombra de dÃºvidas, que os acusados praticavam quaisquer das condutas previstas no art. 33, da Lei nÂº 11.343/2006. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o obstante conste dos autos que Antonio residia na mesma casa que a droga foi encontrada e Nelson estar no local, isto nÃ£o tem o condÃ£o, a meu ver, de ensejar a sua condenaÃ§Ã£o por trÃ¡fico ilÃ-cito de entorpecentes, considerando que pelo depoimento dos policiais nada foi relatado que levasse a certeza de veredicto condenatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â E digo mais: ainda que ficasse comprovado que o acusado Nelson e o Antonio, tio de Ian e Taniris, tivessem ciÃªncia - ou pudesse ao menos desconfiar - que sua namorada e sobrinhos, estavam traficando, Ã© compreensÃ-vel que ela nÃ£o os delatassem. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em casos anÃ¡logos ao presente, jÃ¡ decidiu a

jurisprudÃªncia pÃ¡tria no sentido de absolver a denunciada ao argumento de Â¿que ela apenas quis proteger o companheiro, pai dos seus filhos, o que Ã© humano e compreensÃ-velÂ¿ (TJSC - AC - Rel. MarcÃ-lio Medeiros - JC 50 - 6/558), ou, ainda, de que Â¿inexiste prova segura de que tenha agido em colaboraÃ§Ã£o consciente e voluntÃ¡ria com o co-rÃ©uÂ¿ (TJSP - Ap. 201.371-3 - Rel. GonÃ§alves Nogueira - JTJ 180/316). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O sistema normativo constitucional, atravÃ©s de seus princÃ-pios, exerce grande influÃªncia sobre os demais ramos do direito. Esta influÃªncia pode ser observada no Ã¢mbito processual penal que trata do conflito existente entre o Â¿Jus puniendiÂ¿ do Estado, que Ã© seu Ãºnico titular, e o Â¿Jus libertatisÂ¿ do cidadÃ£o, direito intangÃ-vel, reputado o maior de todos os bens jurÃ-dicos afetos Ã pessoa humana. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã claro, que a maioria quer sempre a condenaÃ§Ã£o do culpado de um ilÃ-cito penal. Assim como, a absolviÃ§Ã£o do inocente. Como a muito jÃ¡ se disse, a sociedade perde cada vez que um culpado Ã© indevidamente inocentado e solto Ã s ruas e perde ainda mais e de inconteste forma, com a condenaÃ§Ã£o de inocentes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, para que a sociedade nÃ£o perca ou pelo menos nÃ£o perca da forma mais grave que Ã© com a condenaÃ§Ã£o de um inocente, Ã© necessÃ¡rio que o MinistÃ©rio PÃºblico arque, na sua totalidade, com o Ã´nus que lhe Ã© exclusivo: provar inequivocamente a autoria, materialidade e todos os elementos do tipo penal que inicialmente imputou ao acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Segundo Alexandre de Moraes (MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 10. ed. SÃ£o Paulo: Atlas, pÃ¡g. 130), Â¿hÃ¡ necessidade de o Estado comprovar a culpabilidade do indivÃ-duo, que Ã© constitucionalmente inocente, sob pena de voltarmos ao total arbÃ-trio estatalÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O acusado nÃ£o tem o dever de provar a sua inocÃªncia, cabe ao acusador comprovar a sua culpa, sendo considerado inocente, atÃ© o trÃ¢nsito em julgado de uma sentenÃ§a penal condenatÃ³ria. Esta sentenÃ§a deve decorrer de um processo judicial, dentro dos moldes legais, o qual deve ser instruÃ-do pelo contraditÃ³rio, pela proibiÃ§Ã£o de provas ilÃ-citas e esteja arrimado em elementos sÃ©rios de convicÃ§Ã£o. SÃ³ depois desta, o suspeito serÃ¡ considerado culpado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste diapasÃ£o, a fala de Pereira e Souza mostra-se atualÃ-ssima e de Ã-mpar pertinÃªncia (pÃ¡g. 128 a 132): Â¿Prova Ã© ato judicial, pelo qual se faz certo o juiz da verdade do delito. A obrigaÃ§Ã£o da prova do delito incumbe ao acusador. Na falta dela Ã© o rÃ©u absolvido. Quando hÃ¡ colisÃ£o de provas ou resta alguma dÃºvida a respeito do delito, nÃ£o deve proceder-se Ã condenaÃ§Ã£o. NÃ£o bastam para a imposiÃ§Ã£o da pena a prova semiplena, ou os indÃ-cios. `Quando os delitos sÃ£o mais atrozes, tanto mais plena e clara deve ser a sua provaÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante de tal quadro facilmente perceptÃ-vel em nossos dias, inolvidÃ¡vel se torna a posiÃ§Ã£o tomada pelo EgrÃ©gio Supremo Tribunal Federal: Â¿A persecuÃ§Ã£o penal, rege-se, enquanto atividade estatal juridicamente vinculada, por padrÃµes normativos, que, consagrados pela ConstituiÃ§Ã£o e pelas leis, traduzem limitaÃ§Ãµes significativas ao poder do Estado. Por isso mesmo, o processo penal sÃ³ pode ser concebido - e assim deve ser visto - como instrumento de salvaguarda da liberdade do rÃ©u. O processo penal condenatÃ³rio nÃ£o Ã© um instrumento de arbÃ-trio do Estado. Ele representa, antes, um poderoso meio de contenÃ§Ã£o e de delimitaÃ§Ã£o dos poderes que dispÃµem os Ã³rgÃ£os incumbidos da persecuÃ§Ã£o penal. Ao delinear um cÃ-rculo de proteÃ§Ã£o em torno da pessoa do rÃ©u - que jamais se presume culpado, atÃ© que sobrevenha irrecorrÃ-vel sentenÃ§a condenatÃ³ria - o processo penal revela-se instrumento que inibe a opressÃ£o judicial e que, condicionado por parÃ¢metros Ã©tico-jurÃ-dicos, impÃµe ao Ã³rgÃ£o acusador o Ã´nus integral da prova, ao mesmo tempo em que faculta ao acusado, que jamais necessita demonstrar a sua inocÃªncia, o direito de defender-se e de questionar, criticamente, sob a Ã©gide do contraditÃ³rio, todos os elementos probatÃ³rios produzidos pelo MinistÃ©rio PÃºblico.Â¿ (S.T.F. - HC nÂº 73.338-7 - RS, 1Âª Turma, Rel. Min. Celso de Mello, j. 7/11/89, DJU de 14/8/92, p. 12.225. ementa parcial). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na esteira de tais entendimentos, hÃ¡ que se concluir que diante do frÃ¡gil quadro probatÃ³rio constante dos autos a absolviÃ§Ã£o dos acusados Antonio e Nelson Ã© medida que se impÃµe. II) - DA CONCLUSÃO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em face do exposto e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensÃ£o punitiva estatal formulada na DenÃºncia, motivo pelo qual: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â a)Â ABSOLVO o acusado ANTONIO JORGE CAMPOS ASSIS e NELSON MERCES ALMEIDA, da imputaÃ§Ã£o prevista no Art. 33, caput, da Lei nÂº11.343/06, com fundamento no art.Â 386, inciso VII, do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â b) Â CONDENO os acusados, IAN ASSIS DOS REIS e TANIRIS ASSIS DOS REIS, nas sanÃ§Ãµes punitivas do Art. 33, caput, da Lei nÂº11.343/06, na figura Â¿venderÂ¿ e Â¿ter em depÃ³sitoÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo Ã dosimetria das penas, atento aos ditames do art. 68 do Estatuto Repressivo. Quanto ao acusado IAN ASSIS DOS REIS a)Â Â Â Â Â CircunstÃ¢ncias judiciais (art. 59 do CÃ³digo Penal) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â a.1) culpabilidade: No caso em tela, a culpabilidade do acusado Ã© normal para os delitos desta espÃ©cie. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â a.2) antecedentes: o rÃ©u registra antecedentes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â a.3) conduta social: NÃ£o hÃ¡ informaÃ§Ãµes sobre a conduta social do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â a.4) personalidade: A anÃ¡lise

desta circunstÃ¢ncia Ã© inviÃ¡vel por conta da falta de elementos para tanto. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â a.5) motivos do crime: EstÃ£o relacionados com o intuito de obter vantagem patrimonial fÃ¡cil em detrimento saÃºde de terceiros, o que Ã© prÃ³prio do crime de trÃ¡fico de entorpecentes, nÃ£o podendo ser considerado para majoraÃ§Ã£o da pena base. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â a.6) circunstÃ¢ncias do crime: comum a espÃ©cie do delito ora em anÃ¡lise, cuja gravidade Ã© clara do tipo penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â a.7) consequÃªncias do crime: nada a valorar, eis que sÃ£o comuns Ã espÃ©cie. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â a.8) natureza e quantidade da substÃ¢ncia entorpecente (art. 42 da Lei 11.343/2006: a droga apreendida, no caso 380,760g de substÃ¢ncia pastosa, que, segundo Laudo ToxicolÃ³gico Definitivo nÂº 117/2012 (fls. 54/57), foi POSITIVO para as substÃ¢ncias quÃ-micas Benzoilmetilecgonina, vulgarmente conhecida como COCAÃNA, respectivamente. Ocorre que, como se disse em linhas atrÃ¡s, a grande vÃ-tima quando se trata de crime de trÃ¡fico de drogas Ã© a saÃºde pÃºblica, a preocupaÃ§Ã£o da lei de entorpecente Ã© evitar o risco Ã integridade social que os entorpecentes acarretam a coletividade. No caso dos autos, as substÃ¢ncias ilÃ-citas que o acusado tinha em guarda tem aÃ§Ã£o no organismo afetando o sistema nervoso central, acarretando graves danos Ã saÃºde, motivo pelo qual tal circunstÃ¢ncia Ã© desfavorÃ¡vel ao rÃ©u, devendo ser valorada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Concluindo, Ã vista de tais circunstÃ¢ncias judiciais, fixo a pena-base acima do mÃ-nimo para o crime de trÃ¡fico, na modalidade Â¿venderÂ¿ (Art. 33, caput, da Lei nÂº 11.343/06), em 06 (seis) anos de reclusÃ£o e ao pagamento de 500 (quinhentos) dias-multa, a razÃ£o de 1/30 (um trinta avos) do salÃ¡rio-mÃ-nimo vigente Ã Ã©poca do fato criminoso, a qual deverÃ¡ ser corrigida monetariamente pelo INPC (Ã-ndice da inflaÃ§Ã£o) quando do efetivo pagamento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Agravantes e atenuantes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Inexistem agravantes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ReconheÃ§o a atenuante de confissÃ£o, motivo pelo qual atenuo a pena em 01 (um) ano, ficando atÃ© aqui em 05 (cinco) anos de reclusÃ£o e ao pagamento de 500 (quinhentos) dias-multa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aumento e diminuiÃ§Ã£o Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ causas de aumento da pena e diminuiÃ§Ã£o de pena, tendo em vista que o acusado registra antecedentes, nÃ£o se podendo aplicar o disposto descrito no art. 33, Â§4Âº da Lei nÂº 11.343/06. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Conforme entendimento jurisprudencial: HABEAS CORPUS. TRÃFICO ILÃCITO DE ENTORPECENTES. CONDENAÃÃO CONFIRMADA EM SEDE DE APELAÃÃO. IMPETRAÃÃO SUBSTITUTIVA DE RECURSO ESPECIAL. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. PENA-BASE ACIMA DO MÃNIMO LEGAL. MAUS ANTECEDENTES. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. NÃO OCORRÃNCIA. CAUSA ESPECIAL DE DIMINUIÃÃO DE PENA PREVISTA NO ART. 33, Â§ 4Âº, DA LEI N.Âº 11.343 /06. NEGATIVA JUSTIFICADA. MAUS ANTECEDENTES E REINCIDÃNCIA. NÃO CONHECIMENTO. 1. Ã imperiosa a necessidade de racionalizaÃ§Ã£o do emprego do habeas corpus, em prestÃ-gio ao Ã¢mbito de cogniÃ§Ã£o da garantia constitucional, e, em louvor Ã lÃ³gica do sistema recursal. In casu, foi impetrada indevidamente a ordem como substitutiva de recurso especial. 2. A Corte de origem adotou fundamentaÃ§Ã£o concreta para justificar a exasperaÃ§Ã£o da pena-base, nÃ£o parecendo arbitrÃ¡rio ou desarrazoado o quantum imposto, tendo em vista a existÃªncia de maus antecedentes. 3. A existÃªncia de maus antecedentes e de reincidÃªncia justifica a negativa da aplicaÃ§Ã£o da causa de diminuiÃ§Ã£o de pena prevista no art. 33 , Â§ 4Âº , da Lei n.Âº 11.343 /06, porquanto o comando de regÃªncia da matÃ©ria dispÃµe que "(...) as penas poderÃ£o ser reduzidas de um sexto a dois terÃ§os (...) desde que o agente seja primÃ¡rio, de bons antecedentes, nÃ£o se dedique Ã s atividades criminosas nem integre organizaÃ§Ã£o criminosa". 4. Habeas corpus nÃ£o conhecido. Encontrado em: LDR-06 LEI DE DROGAS ART :00033 PAR: 00004 HABEAS CORPUS - SUCEDÃNEO RECURSAL STF - HC 109956-PR... (FIXAÃÃO DA PENA-BASE ACIMA DO MÃNIMO LEGAL - MAUS ANTECEDENTES - FUNDAMENTAÃÃO IDÃNEA) STJ - HC... 250009-SP STJ - AgRg no HC 258300-MS STJ - HC 253379-SP (TRÃFICO DE DROGAS - CAUSA DE DIMINUIÃÃO DE PENA. Grifos nossos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, torno a pena do rÃ©u IAN ASSIS DOS REIS, definitiva 05 (cinco) anos de reclusÃ£o e ao pagamento de 500 (quinhentos) dias-multa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DetraÃ§Ã£o do perÃ-odo de prisÃ£o provisÃ³ria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nos termos do art. 387, Â§ 2Âº, do CPP, com redaÃ§Ã£o dada pela Lei 12.736/12, deverÃ¡ ser subtraÃ-do o tempo de prisÃ£o cautelar de 4 (quatro) meses e 03 (trÃªs) dias, para fins de determinaÃ§Ã£o do regime inicial de cumprimento de pena. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Regime de cumprimento de pena Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A pena privativa de liberdade do rÃ©u deverÃ¡ ser cumprida em regime SEMIABERTO (art. 33 Â§ 2Â° Â¿bÂ¿ do CPB), devendo o acusado cumprir a reprimenda na ColÃ´nia AgrÃ-cola Â¿Heleno FragosoÂ¿ ou outro estabelecimento equivalente, onde exista vaga. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SubstituiÃ§Ã£o por pena restritiva de direitos e suspensÃ£o condicional da pena Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â IncabÃ-veis tais benefÃ-cios, diante do quantum da pena. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Valor do dia multa Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao que consta dos autos, as condiÃ§Ãµes econÃ´micas do rÃ©u nÃ£o sÃ£o boas, de sorte que arbitro o valor do dia multa em seu mÃ-nimo, ou seja, 1/30(um trigÃ©simo) do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente na data dos fatos, devidamente atualizado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Direito de apelar em liberdade Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em

anÃ¡lise dos autos verifico que nÃ£o mais subsistem os motivos autorizadores para a manutenÃ§Ã£o da custÃ³dia preventiva, motivo pelo qual, concedo ao rÃ©u o direito de recorrer em liberdade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto a acusada TANIRIS ASSIS DOS REIS Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â a)Â CircunstÃ¢ncias judiciais (art. 59 do CÃ³digo Penal) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â a.1) culpabilidade: No caso em tela, a culpabilidade da acusada Ã© normal para os delitos desta espÃ©cie. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â a.2) antecedentes: A rÃ© nÃ£o registra antecedentes em seu desfavor. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â a.3) conduta social: NÃ£o hÃ¡ informaÃ§Ãµes sobre a conduta social da acusada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â a.4) personalidade: A anÃ¡lise desta circunstÃ¢ncia Ã© inviÃ¡vel por conta da falta de elementos para tanto. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â a.5) motivos do crime: EstÃ£o relacionados com o intuito de obter vantagem patrimonial fÃ¡cil em detrimento saÃºde de terceiros, o que Ã© prÃ³prio do crime de trÃ¡fico de entorpecentes, nÃ£o podendo ser considerado para majoraÃ§Ã£o da pena base. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â a.6) circunstÃ¢ncias do crime: NÃ£o devem ser consideradas desfavoravelmente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â a.7) consequÃªncias do crime: nada a valorar, eis que sÃ£o comuns Ã espÃ©cie. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â a.8) natureza e quantidade da substÂncia entorpecente (art. 42 da Lei 11.343/2006: a droga apreendida, no caso 380,760g de substÂncia pastosa, que, segundo Laudo ToxicolÃ³gico Definitivo nÂº 117/2012 (fls. 54/57), foi POSITIVO para as substÂncias quÃ-micas Benzoilmetilecgonina, vulgarmente conhecida como COCAÃNA, respectivamente. Ocorre que, como se disse em linhas atrÃ¡s, a grande vÃ-tima quando se trata de crime de trÃ¡fico de drogas Ã© a saÃºde pÃºblica, a preocupaÃ§Ã£o da lei de entorpecente Ã© evitar o risco Ã integridade social que os entorpecentes acarretam a coletividade. No caso dos autos, as substÂncias ilÃ-citas que a acusada tinha em depÃ³sito tem aÃ§Ã£o no organismo afetando o sistema nervoso central, acarretando graves danos Ã saÃºde, motivo pelo qual tal circunstÂncia Ã© desfavorÃ¡vel ao rÃ©u, devendo ser valorada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Concluindo, Ã vista de tais circunstÂncias judiciais, fixo a pena-base acima do mÃ-nimo para o crime de trÃ¡fico, na modalidade Â¿ter em depÃ³sitoÂ¿ (Art. 33, caput, da Lei nÂº 11.343/06), em 05 (cinco) anos e 06 (seis) meses de reclusÃ£o e ao pagamento de 500 (quinhentos) dias-multa, a razÃ£o de 1/30 (um trinta avos) do salÃ¡rio-mÃ-nimo vigente Ã Ã©poca do fato criminoso, a qual deverÃ¡ ser corrigida monetariamente pelo INPC (Ã-ndice da inflaÃ§Ã£o) quando do efetivo pagamento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Agravantes e atenuantes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Inexistem agravantes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ReconheÃ§o a atenuante de confissÃ£o, motivo pelo qual atenuo a pena em 06 (seis) meses, ficando atÃ© aqui em 05 (cinco) anos de reclusÃ£o e ao pagamento de 500 (quinhentos) dias-multa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aumento e diminuiÃ§Ã£o Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ causas de aumento da pena. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Entendo que a acusada faz jus a causa de diminuiÃ§Ã£o prevista no art. art. 33, Â§4Âº da Lei nÂº 11.343/06, uma vez que nÃ£o ostenta condenaÃ§Ãµes que permitam concluir que se dedique Ã atividade criminosa ou integre organizaÃ§Ã£o criminosa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dessa forma, considerando a quantidade da droga, entendo cabÃ-vel a aplicaÃ§Ã£o da fraÃ§Ã£o de reduÃ§Ã£o em 1/4 (um quarto), de modo que torno a pena da rÃ© TANIRIS ASSIS DOS REIS, definitiva em 03 (trÃªs) ano e 09 (nove) meses de reclusÃ£o e ao pagamento de 500 (quinhentos) dias-multa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DetraÃ§Ã£o do perÃ-odo de prisÃ£o provisÃ³ria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nos termos do art. 387, Â§ 2Âº, do CPP, com redaÃ§Ã£o dada pela Lei 12.736/12, deverÃ¡ ser subtraÃ-do o tempo de prisÃ£o cautelar de 04 (quatro) meses e 13 (trezes) dias para fins de determinaÃ§Ã£o do regime inicial de cumprimento de pena. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Regime De Cumprimento De Pena Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A pena privativa de liberdade da rÃ© deverÃ¡ ser cumprida em regime ABERTO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SubstituiÃ§Ã£o por pena restritiva de direitos e suspensÃ£o condicional da pena Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A rÃ© preenche os requisitos do art. 44 do CÃ³digo Penal, eis que o quantum de pena, considerando perÃ-odo de detraÃ§Ã£o, Ã© inferior a quatro anos, o crime nÃ£o foi praticado mediante violÃªncia ou grave ameaÃ§a contra a pessoa e entendo que a substituiÃ§Ã£o Ã© suficiente para a reprovaÃ§Ã£o do crime. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Destarte, deixo para substituir a pena na fase da execuÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Valor do dia multa Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao que consta dos autos, as condiÃ§Ãµes econÃ´micas da rÃ© nÃ£o sÃ£o boas, de sorte que arbitro o valor do dia multa em seu mÃ-nimo, ou seja, 1/30(um trigÃ©simo) do salÃ¡rio-mÃ-nimo vigente na data dos fatos, devidamente atualizado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Direito de apelar em liberdade Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Concedo a rÃ© o direito de recorrer em liberdade, considerando o quantum da pena e o regime inicial aplicado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DisposiÃ§Ãµes gerais 1-Â Â Â Â Â Deixo de fixar o valor mÃ-nimo dos danos, tendo em vista que nÃ£o formulado requerimento a esse respeito na denÚncia, nÃ£o possibilitando ao acusado, nesse particular, o devido contraditÃ³rio. 2-Â Â Â Â Â Em virtude da situaÃ§Ã£o econÃ´mica do acusado, deixo de condenÃ¡-lo Ã s custas processuais. 3-Â Â Â Â Â Determino Ã Autoridade Policial que efetue a destruiÃ§Ã£o da droga apreendida, observando os artigos 50, Â§ 3Âº e 72 da Lei nÂº11.343/2006, caso nÃ£o tenha assim procedido; Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂnsito em julgado: 4-Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se mandado de prisÃ£o. 5-Â Â Â Â Â lance-se o nome do rÃ©u no rol dos culpados; 6-Â Â Â Â Â oficie-se ao CartÃ³rio

Eleitoral para suspensÃ£o dos seus direitos polÃ-ticos; 7-Â Â Â Â Â comunique-se para fins de anotaÃ§Ã£o do antecedente; 8-Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se guia de execuÃ§Ã£o definitiva. 9-Â Â Â Â Â Publique-se na Ã-ntegra no DiÃ¡rio da JustiÃ§a. Registre-se. Intimem-se. Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis (PA), 08 de abril de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00017720220118140048 PROCESSO ANTIGO: 201110010141 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Procedimento de Conhecimento em: 18/04/2022 REQUERENTE:SANDRA ANILZIA DE BARROS E SILVA FLORES DE BRITO AUTOR:SERGIO HENRIQUE RAIOL FERREIRA Representante(s): OAB 4701 - FRANCISCO ARAUJO DOS SANTOS (ADVOGADO) . Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ COMARCA DE SALINÃPOLIS Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RH 1.Â Â Â Â Â Intime-se para o pagamento das custas judiciais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis, 05/04/2022. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00018236820188140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/04/2022 REQUERENTE:ROSIANE BRITO DE CARVALHO Representante(s): OAB 22233 - JAVANN HEBER DE CARVALHO (ADVOGADO) REQUERIDO:E T R CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA Representante(s): OAB 17929 - RAQUEL DOS SANTOS PORTO (ADVOGADO) . RH Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Face a natureza infringente dos embargos de declaraÃ§Ã£o, diga a parte requerida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se Â SalinÃ³polis, 05 de abril de 2022. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00020278320168140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/04/2022 REQUERENTE:ANA LUCIA CRUZ LOPES Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) OAB 22537 - FERNANDO DE FREITAS MARINHO (ADVOGADO) REQUERIDO:LOJAS RADISCO Representante(s): OAB 6007 - MANASSES ALVES DA ROCHA (ADVOGADO) OAB 10170 - MAURO SERGIO DE ASSIS LOPES (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RH. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1 - Diga a DP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2- ApÃ³s Conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis, 05/04/2022. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00036080220178140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 18/04/2022 EXEQUENTE:JOAO OTAVIO BEILER Representante(s): OAB 12515-A - GLEUSE SIEBRA DIAS (ADVOGADO) EXECUTADO:FILIPI SANTOS DE BRITO. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos e etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o de ExecuÃ§Ã£o proposta por JOÃO OTAVIO BEILER. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â AtravÃ©s de patrono, a requerente peticionou pela desistÃªncia da aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã cediÃ§o que o pedido de desistÃªncia da aÃ§Ã£o pode ocorrer de forma expressa (pedido expresso da parte autora) e de forma tÃ¡cita - com a prÃ¡tica de atos incompatÃ-veis com a vontade de prosseguir com o feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÃÃO DO MÃRITO, homologando a desistÃªncia da aÃ§Ã£o, com fundamento no art. 485, inciso II e VIII, do CÃ³digo de Processo Civil Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Custas pela parte autora. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificado o trÂ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos, observadas as formalidades legais com a respectiva baixa no sistema. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P. R. I. C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis-Pa, 05 de abril de 2022. Â Â Â Â Â Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00044542420148140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/04/2022 REQUERENTE:JULIO CESAR NORONHA Representante(s): OAB 15492 - HALANNA DENISE DE OLIVEIRA DEMETRIO (ADVOGADO) OAB 26463-A - PAULO BICALHO SILVA (ADVOGADO) OAB 29782 - MARIA DANIELA DE SOUZA HENRIQUE (ADVOGADO) REQUERIDO:JOSE NUNES DE AMORIM Representante(s): OAB 21050 - DANYEL HOUAT NERY DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 22794 - SUAMMY MONTEIRO CARNEIRO (ADVOGADO) . SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â 1. RELATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Vistos e etc. Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃÃO ORDINÃRIA DE CUMPRIMENTO DE CONTRATO C/C OBRIGAÃÃO DE FAZER proposta por JULIO CESAR NORONHA em face de JOSE NUNES DE AMORIM, ambos devidamente qualificados nos autos do processo em epÃ-grafe, pelas razÃµes fÃ¡ticas e de direito, elencadas na peÃ§a vestibular. Â Â Â Â Â Â Â O autor instruiu a petiÃ§Ã£o inicial com documentos (fls. 11/19). Â Â Â Â Â Â Â Em sÃ-ntese, narra a exordial que o requerente firmou contrato particular de confissÃ£o de dÃ-vida com

garantia de bem imÃ³vel com o requerido no dia 8 de novembro de 2013, tendo o rÃ©u reconhecido a dÃ-vida no valor de R$ 85.000, 00 (oitenta e cinco mil reais), sendo-lhe emitida a nota promissÃ³ria de nÂº 01/01 com vencimento para o dia 5 de janeiro de 2014. Â Â Â Â Â Â Â De acordo com o instrumento, se nÃ£o houvesse a quitaÃ§Ã£o do dÃ©bito no prazo acordado, o requerente ficaria em definitivo com o imÃ³vel identificado na inicial, o qual foi dado em garantia pelo devedor, ora demandado. Desse modo, considerando que o rÃ©u nÃ£o cumpriu com a sua obrigaÃ§Ã£o, o requerente pugna pela prestaÃ§Ã£o da tutela jurisdicional para fins de satisfaÃ§Ã£o do direito vindicado nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Ab initio, acolheu-se o pedido de gratuidade de justiÃ§a em favor do demandante, alÃ©m de ter sido ordenada a citaÃ§Ã£o do rÃ©u, o qual foi regularmente citado (fl. 23) e apresentou contestaÃ§Ã£o Ã s fls. 24/30. Â Â Â Â Â Â Â Em sede de contestaÃ§Ã£o, o demandado alegou a prÃ¡tica de agiotagem pelo requerente e, consequentemente, suscitou a nulidade do negÃ³cio jurÃ-dico (fls. 24/30). Â Â Â Â Â Â Â Instado a se manifestar, o requerente apresentou rÃ©plica Ã s fls. 32/38. Â Â Â Â Â Â Â Designou-se audiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o para o dia 05/12/2017 Ã s 12h15, tendo as partes sido devidamente intimadas (fl. 46). PorÃ©m, a tentativa de acordo restou infrutÃ-fera, havendo deliberaÃ§Ã£o pela especificaÃ§Ã£o de provas no prazo de 10 (dez) dias, conforme comprova o termo de audiÃªncia de fl. 47. Â Â Â Â Â Â Â O requerido manifestou-se pugnando pela produÃ§Ã£o de prova testemunhal, depoimento pessoal do requerente e provas documentais juntadas aos autos (fls. 52/53). Por sua vez, o demandante requereu tambÃ©m o depoimento pessoal das partes, oitiva de testemunhas e juntada de prova documental (fl. 55). Â Â Â Â Â Â Â Ato contÃ-nuo, foi designada audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para o dia 04/07/18 Ã s 09h10. Â Â Â Â Â Â Â Termo de audiÃªncia com respectiva mÃ-dia audiovisual Ã s fls. 60/61, havendo deliberaÃ§Ã£o pela concessÃ£o de prazo de 05 (cinco) dias para juntada de documentos pelas partes (fl. 60). Â Â Â Â Â Â Â Em seguida, as partes requereram a juntada de documentaÃ§Ã£o (fls. 62/70 e fls. 71/79), tendo sido concedido o prazo de 15 (quinze) dias para apresentarem manifestaÃ§Ã£o nos autos acerca da documentaÃ§Ã£o acostada ao caderno processual pela parte contrÃ¡ria, contudo, houve o transcurso do prazo in albis. Â Â Â Â Â Â Â Posteriormente, foi concedido o prazo de 15 (quinze) dias sucessivos para apresentaÃ§Ã£o de alegaÃ§Ãµes finais na forma de memoriais (fl. 86), no entanto, nÃ£o houve manifestaÃ§Ã£o das partesÂ (fl. 87). Â Â Â Â Â Â Â Visando a autocomposiÃ§Ã£o entre as partes, o juÃ-zo designou audiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o para o dia 14/10/21 Ã s 12h55, porÃ©m, as partes nÃ£o transacionaram, tendo sido concedido prazo de 10 (dez) dias para apresentaÃ§Ã£o de alegaÃ§Ãµes finais na forma de memorais (fl. 91). Â Â Â Â Â Â Â O autor apresentou memoriais Ã s fls. 92/95, enquanto o rÃ©u quedou-se inerte (fl. 96). Â Â Â Â Â Â Â Ã o compendioso relatÃ³rio. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â 2. FUNDAMENTAÃÃO Â Â Â Â Â Â Â Da anÃ¡lise acurada dos autos, constato assiste razÃ£o ao demandante, o qual se desincumbiu do encargo processual elencado no inciso I do art. 373 do CPC/15, visto que comprovou o fato constitutivo de seu direito, pois promoveu a juntada ao caderno processual do instrumento particular de confissÃ£o de dÃ-vida com garantia de bens imÃ³veis celebrado com o rÃ©u (fls. 14/16). Â Â Â Â Â Â Â Por sua vez, em sede de contestaÃ§Ã£o, o demandado nÃ£o negou a existÃªncia de negociaÃ§Ã£o entre as partes, no entanto, aduziu que o negÃ³cio jurÃ-dico que deu origem Ã relaÃ§Ã£o jurÃ-dica entre os litigantes foi simulado a fim de ocultar o estabelecimento de pacto comissÃ³rio (transferÃªncia da posse de bem imÃ³vel do devedor ao credor, para garantir o cumprimento da obrigaÃ§Ã£o) como garantia do contrato de mÃºtuo usurÃ¡rio firmado entre as partes, razÃ£o pela qual suscitou a nulidade do negÃ³cio jurÃ-dico, em razÃ£o da vedaÃ§Ã£o da prÃ¡tica de agiotagem pelo ordenamento jurÃ-dico brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Ocorre que o demandando nÃ£o produziu provas a fim de demonstrar a existÃªncia de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, conforme obriga o inciso II do art. 373 do CPC/15, limitando-se a arguir a existÃªncia do vÃ-cio denominado simulaÃ§Ã£o, o qual teria maculado o negÃ³cio jurÃ-dico entabulado entre as partes. Â Â Â Â Â Â Â Ressalta-se que o cheque juntado aos autos (fl. 66VÂº) pelo demandado nÃ£o se reputa como meio de prova idÃ´neo capaz de comprovar a prÃ¡tica de agiotagem pelo autor. Ademais, embora a testemunha arrolada pelo requerido, qual seja, Francisco Xavier Marques da Cruz, tenha afirmado ter ciÃªncia da negociaÃ§Ã£o entre as partes, afirmou desconhecer a causa debendi do negÃ³cio jurÃ-dico em questÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, considerando o conjunto probatÃ³rio carreado nos autos, o pedido do autor merece guarida, sendo imprescindÃ-vel salvaguardar os princÃ-pios contratuais da obrigatoriedade dos contratos (pacta sunt servanda ou da intangibilidade), autonomia de vontade e da boa-fÃ© objetiva. Â Â Â Â Â Â Â Sobre o princÃ-pio da obrigatoriedade dos contratos, o doutrinador Orlando Gomes preleciona: Â¿O princÃ-pio da forÃ§a obrigatÃ³ria dos contratos consubstancia-se na regra de que o contrato Ã© lei entre as partes. Tendo sido celebrado com observÃ¢ncia de todos os pressupostos e requisitos, deve ser executado pelas partes como se suas clÃ¡usulas fossem preceitos imperativosÂ¿. (GOMES, Orlando. Contratos, 7Âª ed. Forense, Rio de Janeiro, 1979, p. 40). Â Â Â Â Â Â Â Quanto Ã boa-fÃ© objetiva, trata-se de uma regra de conduta que constitui uma exigÃªncia de lealdade, modelo objetivo de conduta, responsÃ¡vel por impor Ã s

partes deveres, dentre os quais, dever de cuidado, de respeito, de informaÃ§Ã£o, de agir conforme a confianÃ§a depositada, de lealdade, de cooperaÃ§Ã£o e de agir conforme a razoabilidade, a equidade e a boa razÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Embora o instrumento particular de confissÃ£o de dÃ-vida com garantia de bens imÃ³veis (fls. 14/15) nÃ£o possua forÃ§a executiva, pois despido da assinatura de testemunhas, inconteste a relaÃ§Ã£o jurÃ-dica existente entre as partes que deu origem ao negÃ³cio jurÃ-dico, posto que deve ser reconhecida, pois a certeza quanto ao ajuste celebrado foi obtida pelo prÃ³prio contexto dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Ã Ã©poca da celebraÃ§Ã£o do contrato entre as partes, o imÃ³vel ofertado em garantia pelo rÃ©u jÃ¡ estava hipotecado ao Banco do Brasil S.A., inclusive houve a averbaÃ§Ã£o da hipoteca na matrÃ-cula do imÃ³vel. Â Â Â Â Â Â Â Sobre a hipoteca, cabe trazer Ã baila que a partir do registro do tÃ-tulo constitutivo, ela produz efeitos em relaÃ§Ã£o ao devedor, credor, Ã relaÃ§Ã£o jurÃ-dica em si mesma, a terceiros e aos bens gravados. Portanto, cabe destacar que em razÃ£o do direito de sequela, a hipoteca acompanha o imÃ³vel, logo, a transferÃªncia da propriedade do imÃ³vel nÃ£o prejudica o direito do credor hipotecÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Dessa feita, concluo que assiste razÃ£o ao autor, devendo o requerido ser compelido a cumprir as clÃ¡usulas contratuais para fins de imediata transferÃªncia do registro do imÃ³vel dado em garantia para o nome do requerente e, consequentemente, adimplemento forÃ§ado da obrigaÃ§Ã£o discutida nos presentes autos. Â Â Â Â Â Â Â 3. DISPOSITIVO Â Â Â Â Â Â Â Isto posto, JULGO PROCEDENTE o pedido autoral, declarando a existÃªncia e validade do contrato firmado entre os litigantes e, por conseguinte, condeno o requerido ao cumprimento das clÃ¡usulas contratuais, devendo efetuar o pagamento da dÃ-vida devidamente corrigida pelo INPC, a partir do seu vencimento, acrescida de juros moratÃ³rios a partir da citaÃ§Ã£o (art. 405, CC/02), ou, em caso de impossibilidade, que promova no prazo de 30 (trinta) dias, a partir do trÃ¢nsito em julgado, voluntariamente, as medidas necessÃ¡rias para fins de transferÃªncia de titularidade do imÃ³vel ofertado em garantia para o nome do credor, ora autor, sob pena de fixaÃ§Ã£o de multa diÃ¡ria de R$ 1.000, 00 (mil reais), limitada ao valor atualizado do contrato, sem prejuÃ-zo de aplicaÃ§Ã£o de outras medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatÃ³rias aplicÃ¡veis Ã espÃ©cie (inciso IV do art. 139, CPC). Â Â Â Â Â Â Â Resolvo, assim, o mÃ©rito da demanda, com fulcro no art. 487, inciso I, do CPC e, por conseguinte, EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÃÃO DE MÃRITO. Â Â Â Â Â Â Â Condeno a parte requerida a arcar com o pagamento de custas processuais, alÃ©m de honorÃ¡rios advocatÃ-cios, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, Â§2Âº, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Transitada em julgado, arquive-se os autos com as devidas cautelas legais e respectiva baixa no sistema. Â Â Â Â Â Â Â SERVE A PRESENTE, POR CÃPIA DIGITADA COMO MANDADO DE INTIMAÃÃO/CITAÃÃO, OFÃCIO E CARTA PRECATÃRIA, NOS TERMOS DO PROVIMENTOS NÂº 003/2009 da CJRMB (alterado pelos PROVIMENTOS NÂº 011/2009 e NÂº 014/2009), aplicÃ¡vel Ã s comarcas do interior por forÃ§a do PROVIMENTO NÂº 003/2009 da CJCI). Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se na forma e sob as penas da Lei. Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis/PA, 09 de Fevereiro de 2022. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis/PA PROCESSO: 00047464320138140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/04/2022 REQUERENTE:VANILZA MONTEIRO DA COSTA Representante(s): OAB 15166 - ANTONIO HAROLDO GUERRA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO FIAT SA. DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Conforme certificado pela Chefe da Unaj, foi identificado queÂ a custa final consta com situaÃ§Ã£o aberta. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta forma, considerando que a parte quedou-se inerte, quanto ao pagamento das custas processuais devidas, determino, a fim de saneamento da pendÃªncia no recolhimento da custa processual, a inscriÃ§Ã£o do dÃ©bito em DÃ-vida Ativa, devendo ser adotado os novos procedimentos de acordo com o expediente PA-MEM-2020/36785, referente a ferramenta para o uso geral de InscriÃ§Â¿o em DÃ-vida Ativa, disponibilizada no Portal Interno no link https://divida-ativa.i.tj.pa.gov.br/. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Proceda-seÂ o necessÃ¡rio e arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis/PA, 05 de abril de 2022. Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis/PA PROCESSO: 00050486220198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 18/04/2022 REQUERENTE:P. C. M. P. REPRESENTANTE:RAFAELA SOUSA DA MAIA Representante(s): OAB 0000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (ADVOGADO) REQUERIDO:ANTONIO CEZAR MARINHO LOPES PEREIRA Representante(s): OAB 29382 - ANA CRISTINA SILVA DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 29604 - ALCILEIA FERREIRA FARIAS (ADVOGADO) . SENTENÃA 1.Â Â Â Â Â RELATÃRIO Vistos e etc. Â Â Â Â Â Trata-se de AÃÃO DE ALIMENTOS COM PEDIDO DE ALIMENTOS PROVISIONAIS proposta por P.C.M.P., menor representado por sua genitora, a Sra. RAFAELA SOUSA DA MAIA em face de ANTONIO CEZAR

MARINHO, todos devidamente qualificados nos presentes autos em epÃ-grafe, em que o autor aduz em prol da pretensÃ£o, em apertada sÃ-ntese, sobre a obrigaÃ§Ã£o alimentar de seu genitor, bem como sobre a necessidade da crianÃ§a em receber alimentos. Â Â Â Â Â A petiÃ§Ã£o inicial foi instruÃ-da com documentos (fls. 06/10). Â Â Â Â Â Inicialmente, ordenou-se a tramitaÃ§Ã£o do feito sob segredo de justiÃ§a e foi deferido o pedido de gratuidade de justiÃ§a em favor da parte autora. AlÃ©m disso, fixou-se alimentos provisÃ³rios em 20% (vinte por cento) sobre o salÃ¡rio mÃ-nimo, devidos pelo rÃ©u a partir da citaÃ§Ã£o ao alimentando. Por fim, foi designada audiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o, instruÃ§Ã£o e julgamento para o dia 22/10/19 Ã s 10h30min. Â Â Â Â Â Termo de AudiÃªncia Ã fl. 17, havendo deliberaÃ§Ã£o pela redesignaÃ§Ã£o da audiÃªncia para o dia 06/02/20 Ã s 10h30. Â Â Â Â Â Termo de AudiÃªncia Ã fl. 23, havendo deliberaÃ§Ã£o pela redesignaÃ§Ã£o do ato para o dia 05/03/20 Ã s 12h10min. Â Â Â Â Â Termo de AudiÃªncia com respectiva mÃ-dia audiovisual Ã s fls. 26/27, restando infrutÃ-fera a tentativa de acordo entre as partes. Â Â Â Â Â AlegaÃ§Ãµes Finais apresentadas pelo rÃ©u Ã s fls. 39/43. Â Â Â Â Â AlegaÃ§Ãµes Finais apresentadas pelo autor Ã s fls. 45/46. Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. DECIDO. 2.Â Â Â Â Â FUNDAMENTAÃÃO 2.1 DA REVELIA. Â Â Â Â Â Preliminarmente, verifico a ocorrÃªncia da revelia, pois o rÃ©u foi devidamente citado, no entanto, deixou transcorrer in albis o prazo sem apresentar defesa. Â Â Â Â Â Considerando que se trata de direito a alimentos de menor de idade, a simples comprovaÃ§Ã£o de relaÃ§Ã£o de paternidade com o alimentante constitui prova suficiente para que sejam fixados alimentos em seu favor, sendo que o genitor tem o dever de pagar alimentos ao seu filho. Â Â Â Â Â Ã fl. 08, houve a juntada da certidÃ£o de nascimento do menor, onde consta o nome do alimentante como seu genitor. Logo, existe prova prÃ©-constituÃ-da suficiente nos fÃ³lios para a fixaÃ§Ã£o de alimentos. Â Â Â Â Â O rÃ©u, apesar de devidamente citado, nÃ£o ofertou contestaÃ§Ã£o, de tal sorte que deve ser considerado revel, presumindo-se como verdadeiros os fatos alegados contra ele, conforme previsÃ£o do art. 344 do CPC. Â Â Â Â Â A nÃ£o aplicaÃ§Ã£o dos efeitos da revelia ocorre somente em relaÃ§Ã£o ao alimentado, pois neste caso, trata-se de direito indisponÃ-vel. Os alimentos, em relaÃ§Ã£o ao alimentante, possuem carÃ¡ter apenas patrimonial, motivo pelo qual Ã© possÃ-vel a produÃ§Ã£o dos efeitos da revelia contra ele. Â Â Â Â Â Acerca da matÃ©ria, merecem transcriÃ§Ã£o os seguintes julgados: AÃÃO DE ALIMENTOS. REVELIA. EFEITOS. FIXAÃÃO DO BINÃMIO ALIMENTAR. Se o rÃ©u foi citado e deixou de oferecer contestaÃ§Ã£o, tornou-se revel, ensejando a presunÃ§Ã£o de veracidade relativa dos fatos alegados na exordial. A relativizaÃ§Ã£o dos efeitos da revelia, prevista no artigo 320, II, do CPC, deve ser aplicada em relaÃ§Ã£o Ã menor, e nÃ£o em relaÃ§Ã£o ao demandado. APELO NÃO PROVIDO. (SEGREDO DE JUSTIÃA) (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel NÂº 70021558911, Oitava CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Claudir Fidelis Faccenda, Julgado em 25/10/2007). APELAÃÃO CÃVEL. AÃÃO DE ALIMENTOS. FIXAÃÃO. BINÃMIO ALIMENTAR. REVELIA. INEXISTÃNCIA DE PROVA QUANTO AOS RENDIMENTOS DO ALIMENTANTE. ÃNUS DA PROVA. Se o rÃ©u foi citado e deixou de oferecer contestaÃ§Ã£o, tornou-se revel, ensejando a presunÃ§Ã£o de veracidade relativa dos fatos alegados na exordial. A relativizaÃ§Ã£o dos efeitos da revelia, prevista no artigo 320, II, do CPC, deve ser aplicada em relaÃ§Ã£o Ã menor, e nÃ£o em relaÃ§Ã£o ao alimentante. Ã do rÃ©u o Ã´nus da prova acerca de sua impossibilidade de prestar o valor postulado. AplicaÃ§Ã£o da sÃºmula nÂº 37, do Centro de Estudos do TJ/RS. RECURSO IMPROVIDO. (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel NÂº 70033694191, Oitava CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Claudir Fidelis Faccenda, Julgado em 25/02/2010). Â Â Â Â Â Pelo exposto, decreto a revelia do requerido e, por conseguinte, reputo como verdadeiros os fatos articulados na inicial. 3.Â Â Â Â Â DOS ALIMENTOS Â Â Â Â Â Provada a paternidade, devidos sÃ£o os alimentos, os quais devem ser fixados na proporÃ§Ã£o das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada. Quanto Ã s necessidades dos alimentos, resta indubitÃ¡vel, face Ã pouca condiÃ§Ã£o econÃ´mica da genitora. Â Â Â Â Â A obrigaÃ§Ã£o de pensionamento apresenta-se como caracterÃ-stica da famÃ-lia moderna, sendo a manifestaÃ§Ã£o de solidariedade econÃ´mica que existe em vida entre dois membros de um mesmo grupo. Nesse sentido, cabe aos pais, no caso sub judice, manter o filho, solidariamente. Â Â Â Â Â Â O Â§1Âº do art. 1694 do CÃ³digo Civil Brasileiro normatiza que "Os alimentos devem ser fixados na proporÃ§Ã£o das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada". Tal regra encerra maleabilidade e circunstancialidade, fixando o juiz percentual ou valor em decorrÃªncia dos fatos relevantes provados no processo, que permitam Ã menor desfrutar de um padrÃ£o de vida que espelhe a situaÃ§Ã£o econÃ´mico-financeira de seus pais. Â Â Â Â Â O filho da parte rÃ© necessita de assistÃªncia financeira contÃ-nua para honrar os compromissos assumidos com saÃºde, alimentaÃ§Ã£o, vestuÃ¡rio, lazer, alÃ©m de uma infinidade de outras obrigaÃ§Ãµes impostas pela vida moderna. Â Â Â Â Â Na determinaÃ§Ã£o do quantum, considera-se as condiÃ§Ãµes sociais da pessoa humana com direito aos alimentos, como a sua idade, a saÃºde e outras circunstÃ¢ncias particulares de tempo e de lugar que influenciam na decisÃ£o da medida requerida. Â Â Â Â Â Quanto Ã representante legal do requerente, nÃ£o Ã© de se esquecer que circunstÃ¢ncias,

como a mulher habilitada para o trabalho e em condiÃ§Ã£o de ter renda suficiente para sua manutenÃ§Ã£o", norteiam o juiz na fixaÃ§Ã£o dos alimentos a serem pagos pelo genitor (TJES, RT 626/149). Â Â Â Â Â Destarte, o ÃrgÃ£o Ministerial apresentou parecer favorÃ¡vel ao deferimento do pleito formulado na inicial. Â Â Â Â Â Por tanto, considerando as provas produzidas nos presentes autos, estou convicto de que o genitor pode fornecer o equivalente a 20% (vinte) por cento) sobre o valor do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente ao seu filho, visto que o demandado nÃ£o comprovou a alegada incapacidade para o trabalho. 4.Â Â Â Â Â DISPOSITIVO Â Â Â Â Â PELO EXPOSTO, nos termos do art. 1.694 do CÃ³digo Civil Brasileiro, julgo procedente o pedido e, por conseguinte, condeno ANTONIO CEZAR MARINHO a pagar, mensalmente, Ã P.C.M.P., menor representado por sua mÃ£e RAFAELA SOUSA DA MAIA, 20 % (vinte por cento) sobre o salÃ¡rio mÃ-nimo vigente, atendidos os pressupostos da necessidade do demandante, bem como a possibilidade do demandado, valor que deverÃ¡ ser repassado diretamente Ã representante legal do menor mediante recibo ou na forma pactuada entre as partes. Â Â Â Â Â E, por conseguinte, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÃÃO DE MÃRITO, com fundamento no inciso I do art. 487 do CPC. Â Â Â Â Â Sem custas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios, em razÃ£o da hipossuficiÃªncia financeira dos litigantes. Â Â Â Â Â Certifique-se o trÃ¢nsito em julgado e, ato contÃ-nuo, arquive-se com as devidas cautelas legais e baixas no sistema. Â Â Â Â Â ServirÃ¡ a presente, por cÃ³pia digitada, como MANDADO/CARTAPRECATÃRIA/OFÃCIO, nos termos do Provimento nº 003/2009 da CJRMB (alterado pelos Provimentos nº 011/2009 e nº 014/2009), aplicÃ¡vel Ã s comarcas do interior por forÃ§a do Provimento nº 003/2009 da CJCI). Â Â Â Â Â Cumpra na forma e sob as penas da lei. Â Â Â Â Â Intimem-se. Â Â Â Â Â SalinÃ³polis/PA, 7 de abril de 2022. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis/PA PROCESSO: 00052304820198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/04/2022 REQUERENTE:VITOR BORGES DA SILVA Representante(s): OAB 0000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO Representante(s): OAB 28178-A - GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (ADVOGADO) . Ã£SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â 1. RELATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Vistos e etc. Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃÃO DECLARATÃRIA DE INEXISTÃNCIA OU NULIDADE DE DÃBITO C/C OBRIGAÃÃO DE FAZER C/C RESTITUIÃÃO DE INDÃBITO C/C INDENIZATÃRIA POR DANOS MORAIS E MATERIAIS COM PEDIDO DE TUTELA proposta por VITOR BORGES DA SILVA em face de BANCO BONSUCESSO CONSIGNADO, ambos devidamente qualificados nos autos em epÃ-grafe, pelas razÃµes fÃ¡ticas e de direito, elencadas na petiÃ§Ã£o inicial. Â Â Â Â Â Â Â A parte autora instruiu a petiÃ§Ã£o inicial com documentos pertinentes (fls. 07/23). Â Â Â Â Â Â Â Ab initio, foi deferido o pedido de concessÃ£o de gratuidade de justiÃ§a em favor da suplicante, alÃ©m de ter sido acolhido o pleito de prioridade de tramitaÃ§Ã£o processual. Destarte, a apreciaÃ§Ã£o do pedido de tutela de urgÃªncia foi postergado para momento posterior Ã formalizaÃ§Ã£o do contraditÃ³rio. Por fim, designou-se audiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o para o dia 05 de dezembro de 2019 Ã s 09h35min com ordem de citaÃ§Ã£o do rÃ©u e intimaÃ§Ã£o do autor para o ato processual (fl. 25). Â Â Â Â Â Â Â O rÃ©u foi regularmente citado (fl. 26VÂº). Â Â Â Â Â Â Â ContestaÃ§Ã£o apresentada pelo Banco Bradesco S.A. Ã s fls. 59/67. Por sua vez, o demandante apresentou rÃ©plica Ã s fls. 70/71. Â Â Â Â Â Â Â Em seguida, determinou-se a intimaÃ§Ã£o dos litigantes para especificarem provas, contudo, as partes ratificaram as provas jÃ¡ produzidas nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Ã o compendioso relatÃ³rio. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â 2. FUNDAMENTAÃÃO Â Â Â Â Â Â Â a) QUESTÃES PRELIMINARES Â Â Â Â Â Â Â 1. ILEGITIMIDADE PASSIVA DO BANCO BRADESCO S.A. Â Â Â Â Â Â Conforme informado em sede de contestaÃ§Ã£o, os supostos contratos contestados na presente demanda derivam de operaÃ§Ã£o bancÃ¡ria denominada de portabilidade de crÃ©dito que consiste na transferÃªncia de dÃ-vida de um emprÃ©stimo ou financiamento contratado em uma determinada instituiÃ§Ã£o financeira para outra. Â Â Â Â Â Â Â No caso em comento, o autor possuÃ-a dÃ-vida com o Banco Bonsucesso Consignado e a transferiu para o Banco Bradesco S.A. Â Â Â Â Â Â Â Dito disto, imperioso relatar que a responsabilizaÃ§Ã£o para reparar o prejuÃ-zo decorrente de fraude na portabilidade de emprÃ©stimo consignado entre as instituiÃ§Ãµes envolvidas Ã© solidÃ¡ria, isto porque as instituiÃ§Ãµes financeiras envolvidas na operaÃ§Ã£o de portabilidade, ainda que concorrentes, passam a integrar uma mesma cadeia de fornecimento, impondo-se a ambas o dever de apurar a regularidade do consentimento e da transferÃªncia da operaÃ§Ã£o, recaindo sobre elas a responsabilidade solidÃ¡ria em relaÃ§Ã£o aos danos decorrentes de falha na prestaÃ§Ã£o do serviÃ§o. Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido, dispÃµe o teor da SÃºmula nÂº 479 do Superior Tribunal de JustiÃ§a: "As instituiÃ§Ãµes financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no Ã¢mbito de operaÃ§Ãµes bancÃ¡rias". Â Â Â Â Â Â Â Sendo assim, rejeito a questÃ£o preliminar suscitada e, por conseguinte, determino a inclusÃ£o do BANCO BRADESCO S/A no polo

passivo da presente demanda. Providencie-se as alteraÃ§Ãµes necessÃ¡rias na contracapa dos autos. Â Â Â Â Â Â Considerando que o requerido contesta as dÃ-vidas dos contratos oriundos das operaÃ§Ãµes de portabilidade, as quais foram formalizadas pelo Banco Bradesco S/A, determino a exclusÃ£o do BANCO BONSUCESSO CONSIGNADO S/A do polo passivo da lide a fim de evitar tumulto processual. Â Â Â Â Â Â Â DO MÃRITO Â Â Â Â Â Â Â O cerne da lide cinge-se Ã obtenÃ§Ã£o, pelo requerente, de indenizaÃ§Ã£o por danos materiais e morais em razÃ£o da realizaÃ§Ã£o de descontos mensais nos seus proventos de aposentadoria pela instituiÃ§Ã£o requerida, com base em contratos de emprÃ©stimos supostamente fraudulentos. Â Â Â Â Â Â Â Considerando que a natureza da relaÃ§Ã£o jurÃ-dica subjacente envolve a discussÃ£o de contrato de emprÃ©stimo celebrado entre um usuÃ¡rio final e uma instituiÃ§Ã£o bancÃ¡ria, aplica-se ao caso em tela, o CÃ³digo de Defesa do Consumidor, nos moldes da SÃºmula nÂº 297 do STJ. Â Â Â Â Â Â Â Do cotejo analÃ-tico dos autos, considerando a disparidade tÃ©cnica ou informacional, consubstanciada em uma situaÃ§Ã£o de desconhecimento que demonstra a incapacidade da demandante de produzir provas necessÃ¡rias Ã satisfaÃ§Ã£o de sua pretensÃ£o em juÃ-zo, constata-se sua hipossuficiÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Sobre a dificuldade do consumidor para produzir, no processo, a prova do fato favorÃ¡vel a seu interesse, ante a ausÃªncia de conhecimento tÃ©cnico especÃ-fico sobre o produto ou serviÃ§o adquirido ou Ã vista da falta de recursos financeiros para arcar com os custos da produÃ§Ã£o dessa prova, segue julgado do Superior Tribunal de JustiÃ§a: Equivocado, nos litÃ-gios coletivos ou difusos, reduzir a hipossuficiÃªncia exclusivamente ao Â¿necessitadoÂ¿ de recursos financeiros, pressuposto para a assistÃªncia judiciÃ¡ria, mas nÃ£o para a inversÃ£o do Ã´nus da prova. Na litigiosidade supraindividual, hipossuficiente Ã© tanto o pobre (=carente material) como aquele que, Â¿segundo as regras ordinÃ¡rias de experiÃªnciaÂ¿ e as circunstÂ¢ncias do caso concreto, nÃ£o dispÃµe de mecanismos aptos a fazer valer seu direito (=carente processual). Um e outro encontram-se, com base em transcendente valor de isonomia real, abrigados e protegidos pelo regime solidarista dos arts. 6Âº, VIII, e 117 do CÃ³digo de Defesa do Consumidor (Resp 1235467/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/08/2013, Dje 17/11/2016). Â Â Â Â Â Â Â Outrossim, revela-se a verossimilhanÃ§a das alegaÃ§Ãµes do requerente, dada a sua plausibilidade, visto que Ã© comum a ocorrÃªncia da prÃ¡tica de celebraÃ§Ã£o fraudulenta de emprÃ©stimo tendo como mutuantes pessoas idosas. Â Â Â Â Â Â Â Como requerente Ã© idoso, caracteriza-se como vulnerÃ¡vel, alÃ©m de ser parte hipossuficiente na presente demanda. Desse modo, aplicÃ¡vel Ã hipÃ³tese o disposto no art. 6Âº, inciso VIII, do Diploma Consumerista, ou seja, a inversÃ£o do Ã´nus da prova. Â Â Â Â Â Â Â A presente aÃ§Ã£o comporta julgamento antecipado, eis que incide, na espÃ©cie, o inciso I do art. 355, do CPC, em razÃ£o da desnecessidade da produÃ§Ã£o de outras provas, alÃ©m daquelas jÃ¡ colacionadas aos autos, inclusive nÃ£o houve requerimento de produÃ§Ã£o probatÃ³ria pelos litigantes. Â Â Â Â Â Â Â Importa relatar que a regra protetiva do direito do consumidor citada nÃ£o desobriga a parte autora de provar minimamente o fato constitutivo de seu direito, devendo trazer aos autos um lastro probatÃ³rio mÃ-nimo que permita ao julgador assentar seu entendimento acerca dos fatos, visto que a adoÃ§Ã£o da distribuiÃ§Ã£o dinÃ¢mica do Ã´nus da prova pelo CDC nÃ£o afasta a regra geral prevista no CÃ³digo de Processo Civil, art. 373, I e II, segundo a qual compete ao autor demonstrar o direito que o assiste e ao rÃ©u a existÃªncia de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito daquele. Â Â Â Â Â Â Â Segundo o demandante, tanto o emprÃ©stimo realizado no dia 26/07/18 sob o contrato de nÂº 349.976.729 no valor de R$ 967, 12 (novecentos e sessenta e sete reais e doze centavos) financiado em 55 (cinquenta e cinco) parcelas de R$ 30, 14 (trinta reais e quatorze centavos), quanto o pactuado tambÃ©m no dia 26/07/18 sob o contrato de nÂº 349.976.881 no valor de R$ 6.045, 35 (seis mil, quarenta e cinco reais e trinta e cinco centavos), a ser pago em 51 (cinquenta e uma) parcelas de R$ 196, 36 (cento e noventa e seis reais e trinta e seis centavos), possuem origem fraudulenta, haja vista que ausente a manifestaÃ§Ã£o de vontade do autor nos negÃ³cios jurÃ-dicos aludidos. Â Â Â Â Â Â Â A parte autora afirma nÃ£o ter contratado nenhum emprÃ©stimo com o banco requerido e para fins de comprovaÃ§Ã£o do direito alegado, o demandante juntou aos fÃ³lios, documentos pessoais, comprovante de residÃªncia, extratos bancÃ¡rios, boletim de ocorrÃªncia policial, alÃ©m do extrato de seu benefÃ-cio previdenciÃ¡rio, portanto, o demandante demonstrou a ocorrÃªncia do emprÃ©stimo, atestando que os contratos impugnados estavam ativos, ou seja, os descontos ocorriam regularmente. Â Â Â Â Â Â Â Sendo assim, para comprovar a regularidade da contrataÃ§Ã£o do serviÃ§o, bastaria ao demandado apresentar os contratos celebrados entre as partes com o preenchimento dos requisitos legais, alÃ©m do comprovante de liberaÃ§Ã£o dos crÃ©ditos ao contratante. Dessa forma, supriria seu Ã´nus probatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Embora tenha juntado aos fÃ³lios os contratos questionados (fls. 63/67), constato que a assinatura aposta nos documentos diverge daquelas constantes no documento de identificaÃ§Ã£o do demandante (fl. 08). AlÃ©m disso, o demandado nÃ£o comprovou que os valores pactuados foram creditados na conta bancÃ¡ria do requerente. Â Â Â Â Â Â Â Desse modo, considerando que o rÃ©u nÃ£o promoveu a juntada

de documentos imprescindÃ-veis ao deslinde da controvÃ©rsia, especialmente porque possui melhores condiÃ§Ãµes de produzir as provas, o que justificou a inversÃ£o do Ã´nus probatÃ³rio no caso em comento, concluo que nÃ£o se desincumbiu de seu encargo processual elencando no inciso II do art. 373 do CPC/15, qual seja, comprovar a existÃªncia de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito vindicado pela requerente. Â Â Â Â Â Â Â Acerca dos negÃ³cios jurÃ-dicos, cabe destaque que possuem seu regramento geral ditado pelo artigo 104 e seguintes, do CÃ³digo Civil. Vide transcriÃ§Ã£o: Art. 104. A validade do negÃ³cio jurÃ-dico requer: I - agente capaz; II Â¿ objeto lÃ-cito, possÃ-vel, determinado ou determinÃ¡vel; III - forma prescrita ou nÃ£o defesa em lei. Â Â Â Â Â Â Â De acordo com o artigo 183 do citado diploma legal, a invalidade do instrumento nÃ£o induz a do negÃ³cio jurÃ-dico sempre que este puder provar-se por outro meio. Ã vista disso, perquiriu-se, no curso processual, informaÃ§Ãµes sobre o saque dos recursos financeiros para fins de aferiÃ§Ã£o do exercÃ-cio da vontade e a boa-fÃ© ou nÃ£o quanto Ã validade do negÃ³cio jurÃ-dico. PorÃ©m, o requerido nÃ£o produziu provas a fim de se desincumbir de seu encargo processual, inclusive demonstrando pouca diligÃªncia na instruÃ§Ã£o probatÃ³ria do feito, Â Â Â Â Â Â Â Tratando-se de cliente da instituiÃ§Ã£o financeira rÃ©, presume-se que o demandado teria todas as informaÃ§Ãµes atinentes Ã s transaÃ§Ãµes bancÃ¡rias do reclamante em seu poder, especialmente os comprovantes de transferÃªncias de valores referentes Ã contrataÃ§Ãµes entre os litigantes, no entanto, o reclamado nÃ£o apresentou comprovante de disponibilizaÃ§Ã£o de valores em favor do autor. Â Â Â Â Â Â Â Portanto, nÃ£o hÃ¡ como deixar de reconhecer a inexistÃªncia do contrato de emprÃ©stimo/mÃºtuo discutido nos presentes autos, bem como que os descontos consignados em folhas foram ilÃ-citos, porquanto decorrentes de fraude, visto que o requerido nÃ£o apresentou prova razoÃ¡vel da concretizaÃ§Ã£o do suposto negÃ³cio jurÃ-dico encartado entre as partes, evidenciando-se a falha na prestaÃ§Ã£o do serviÃ§o, decorrente do aludido emprÃ©stimo consignado que nÃ£o se perfectibilizou. Â Â Â Â Â Â Â Acerca matÃ©ria, merece transcriÃ§Ã£o o julgado do EgrÃ©gio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡: APELAÃÃO CÃVEL. AÃÃO DECLARATÃRIA DE INEXISTÃNCIA DE DÃBITO C/C INDENIZAÃÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. EMPRÃSTIMO CONSIGNADO EM BENEFÃCIO PREVIDENCIÃRIO. NÃO COMPROVADA A EXISTÃNCIA DA RELAÃÃO NEGOCIAL. EVIDÃNCIAS DE FRAUDE BANCÃRIA. SÃMULA 479 DO STJ. DANOS MATERIAIS. RESSARCIMENTO EM DOBRO. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO, Ã UNANIMIDADE. 1. A jurisprudÃªncia pÃ¡tria tem entendido que a comprovaÃ§Ã£o de que o emprÃ©stimo foi disponibilizado ao consumidor Ã© essencial Ã aferiÃ§Ã£o da regularidade na contrataÃ§Ã£o. O fato de o Apelante ter apresentado CÃ©dula de CrÃ©dito BancÃ¡rio sem o laudo de perÃ-cia grafotÃ©cnica juntamente com a ausÃªncia de comprovaÃ§Ã£o de que o valor emprestado foi disponibilizado Ã Apelada impedem a clara averiguaÃ§Ã£o acerca da licitude da relaÃ§Ã£o negocial, indicando, assim, evidÃªncias de fraude. SÃºmula 479 do STJ. 2. Ã cabÃ-vel a condenaÃ§Ã£o de repetiÃ§Ã£o do indÃ©bito em dobro, pois a cobranÃ§a indevida realizada pelo Banco Apelante revela, no caso concreto, conduta contrÃ¡ria Ã boa-fÃ© objetiva, visto que a instituiÃ§Ã£o financeira (Â¿) (8153612, 8153612, Rel. RICARDO FERREIRA NUNES, ÃrgÃ£o Julgador 2Âª Turma de Direito Privado, Julgado em 2022-02-08, Publicado em 2022-02-15). Â Â Â Â Â Â Â Nos termos do art. 14 do CDC, a responsabilidade do fornecedor de serviÃ§os por pelos danos e prejuÃ-zos causados aos consumidores Ã© objetiva. Â Â Â Â Â Â Â Quanto ao dano material, para que surja o dever de indenizar a partir da prÃ¡tica de ato ilÃ-cito imprescindÃ-veis os seguintes elementos: a) ato ilÃ-cito; b) resultado danoso; c) nexo de causalidade. Â Â Â Â Â Â Â O nexo de causalidade resultou da omissÃ£o ao dever de cuidado e vigilÃ¢ncia do banco rÃ©u sob suas operaÃ§Ãµes, pois efetuou o emprÃ©stimo consignado sem a mÃ-nima certificaÃ§Ã£o da validade contratual gerando prejuÃ-zos Ã demandante. Dessa feita, demonstrado o dano e o nexo de causalidade, a responsabilidade do requerido sÃ³ restaria afastada se provada uma das excludentes do art. 14, Â§ 3Âº, do CDC, das quais o rÃ©u nÃ£o se desincumbiu. Â Â Â Â Â Â Â Na esteira da teoria do risco do empreendimento, se o prestador do serviÃ§o nÃ£o divide com o consumidor o lucro do seu empreendimento, deve arcar sozinho com os riscos inerentes Ã sua atividade. Patente a falha no serviÃ§o bancÃ¡rio, pois foi efetuada operaÃ§Ã£o de emprÃ©stimo Ã revelia da titular do benefÃ-cio previdenciÃ¡rio. Ainda que tenha adotado medidas preventivas contra fraudes, estas foram insuficientes para evitar a geraÃ§Ã£o de prejuÃ-zo ao patrimÃ´nio financeiro do reclamante Â Â Â Â Â Â Â A jurisprudÃªncia manifesta-se nesse sentido, veja-se: Â¿RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÃRSIA. JULGAMENTO PELA SISTEMÃRICA DO ART. 543-C DO CPC. RESPONSABILIDADE CIVIL. INSTITUIÃÂ¿ES BANCÃRIAS. DANOS CAUSADOS POR FRAUDES E DELITOS PRATICADOS POR TERCEIROS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FORTUITO INTERNO. RISCO DO EMPREENDIMENTO. 1. Para efeitos do art. 543-C do CPC: As instituiÃ§Ãµes bancÃ¡rias respondem objetivamente pelos danos causados por fraudes ou delitos praticados por terceiros Â¿ como, por exemplo, abertura de conta corrente ou recebimento de emprÃ©stimos mediante fraude ou utilizaÃ§Ã£o

de documentos falsos -, porquanto tal responsabilidade decorre do risco do empreendimento, caracterizando-se como fortuito interno. 2. Recurso especial provido. (REsp. 1197929/PR, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÂ¿O, 2Âª SeÃ§Ã£o, julg.24/08/2011, DJe 12/09/2011).Â¿ Â Â Â Â Â Â Â A legislaÃ§Ã£o protetiva do consumidor, adotando a teoria do risco do negÃ³cio, responsabiliza de forma objetiva o fornecedor pela deficiÃªncia na prestaÃ§Ã£o dos serviÃ§os postos Ã disposiÃ§Ã£o da coletividade (art. 14), exceto em casos de culpa exclusiva da vÃ-tima ou de terceiro (Â§ 3Âº, inciso II), inocorrentes Ã espÃ©cie. Â Â Â Â Â Â Â AlÃ©m disso, as instituiÃ§Ãµes bancÃ¡rias respondem objetivamente pelos danos causados por fraudes ou delitos praticados por terceiros, porquanto tal responsabilidade decorre do risco do empreendimento, caracterizando-se como fortuito interno, conforme preleciona a SÃºmula nÂº 479 do STJ. Â Â Â Â Â Â Â No presente caso, ocorreu um fortuito interno na operaÃ§Ã£o bancÃ¡ria relacionado com uma fraude praticada por terceiro, configurando um defeito no serviÃ§o bancÃ¡rio, sendo isso configurado fato do serviÃ§o, em razÃ£o de um acidente de consumo provocado por serviÃ§o defeituoso (art. 14 do CDC). Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o houve fortuito externo, porque o caso em anÃ¡lise estÃ¡ relacionado com a organizaÃ§Ã£o da empresa, sendo um fato ligado aos riscos da atividade desenvolvida pelo fornecedor, visto que houve a realizaÃ§Ã£o de um emprÃ©stimo consignado sem a autorizaÃ§Ã£o do titular do benefÃ-cio. No caso em tela, considerando que terceiros manipularam o contrato, possivelmente falsificando a assinatura da autora e apresentando seus documentos pessoais, resta flagrante a falha no dever de seguranÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Ã evidente que o banco nÃ£o pode alegar culpa exclusiva de terceiro para se isentar de sua responsabilidade, na medida em que a culpa exclusiva de terceiros somente elide a responsabilidade objetiva do fornecedor caso configurada situaÃ§Ã£o de fortuito externo. Â Â Â Â Â Â Â Portanto, demonstrada a falha na prestaÃ§Ã£o dos serviÃ§os do rÃ©u, alÃ©m do nexo causal entre a referida falha e os danos alegados em inicial, os quais tambÃ©m foram provados nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Quanto aos danos materiais, a autora demonstrou de forma cabal a realizaÃ§Ã£o de descontos em seu benefÃ-cio previdenciÃ¡rio, pelo que assiste razÃ£o Ã restituiÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â O dever de indenizar estÃ¡ expressamente previsto no inciso V do art. 5Âº da CRFB/88 e arts. 186 e 927 do CC, sendo que o dever de reparaÃ§Ã£o engloba os danos materiais e morais que a vÃ-tima tiver sofrido. Â Â Â Â Â Â Â Os danos materiais sÃ£o aqueles que atingem diretamente o patrimÃ´nio da vÃ-tima, englobando os danos emergentes, alÃ©m dos lucros cessantes, sendo o primeiro aquele efetivamente experimentado pela vÃ-tima, que Ã© mensurado por simples operaÃ§Ã£o aritmÃ©tica, e o segundo refere-se ao que a vÃ-tima deixarÃ¡ de auferir, conforme dispÃµe o art.Â 402 do CC. Â Â Â Â Â Â Â Dessa forma, para que seja devida a reparaÃ§Ã£o do dano material Ã© imprescindÃ-vel demonstrar-se o nexo de causalidade entre a conduta indevida e o efetivo prejuÃ-zo patrimonial suportado. Â Â Â Â Â Â Â E, em razÃ£o do objetivo pretendido com a tutela judicial ser a recomposiÃ§Ã£o da efetiva situaÃ§Ã£o patrimonial existente antes da ocorrÃªncia do dano, Ã©, por Ã³bvio, necessÃ¡ria a demonstraÃ§Ã£o da extensÃ£o do dano material, conforme preceitua o art. 944 do CC/2002. Â Â Â Â Â Â Â No caso, a autora demonstrou a extensÃ£o do dano emergente sofrido com os descontos em seu benefÃ-cio, veja-se: - Contrato nÂº 349.976.729 no valor de R$ 967, 12 (novecentos e sessenta e sete reais e doze centavos) financiado em 55 (cinquenta e cinco) parcelas de R$ 30, 14 (trinta reais e quatorze centavos); contrato de nÂº 349.976.881 no valor de R$ 6.045, 35 (seis mil, quarenta e cinco reais e trinta e cinco centavos), a ser pago em 51 (cinquenta e uma) parcelas de R$ 196, 36 (cento e noventa e seis reais e trinta e seis centavos). Â Â Â Â Â Â Â REPETIÃÃO DE INDÃBITO (art. 42, parÃ¡grafo Ãºnico, do CDC): Â Â Â Â Â Â Â O art. 42, parÃ¡grafo Ãºnico, da Lei 8.078/1990, estatui: Â¿O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito Ã repetiÃ§Ã£o do indÃ©bito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correÃ§Ã£o monetÃ¡ria e juros legais, salvo hipÃ³tese de engano justificÃ¡velÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â A norma tem incidÃªncia nas hipÃ³teses em que o consumidor Ã© cobrado de indÃ©bito, havendo o pagamento da dÃ-vida indevida, a justificar a aÃ§Ã£o de repetiÃ§Ã£o de indÃ©bito (actio in rem verso). Assim, a mera cobranÃ§a indevida nÃ£o Ã© motivo para o pagamento em dobro do que estÃ¡ sendo cobrado. Â Â Â Â Â Â Â ExpÃµe Rizzatto Nunes que Ã© necessÃ¡rio o preenchimento de dois requisitos para a subsunÃ§Ã£o da norma: Â¿a) cobranÃ§a indevida; b) pagamento pelo consumidor do valor indevidamente cobradoÂ¿ (RIZZATTO NUNES, Luiz Antonio. ComentÃ¡rios ao CÃ³digo de Defesa do Consumidor. 3. ed. SÃ£o Paulo: Saraiva, 2007. p. 522). Â Â Â Â Â Â Â Nota-se que a parte final do dispositivo consumerista em comento afasta o direito Ã repetiÃ§Ã£o de indÃ©bito em dobro se houver erro escusÃ¡vel, ou seja, um erro justificÃ¡vel por parte do fornecedor ou prestador que faz a cobranÃ§a e recebe o pagamento. No entanto, impor ao consumidor, parte hipossuficiente e vulnerÃ¡vel na relaÃ§Ã£o de consumo, a demonstraÃ§Ã£o de mÃ¡-fÃ© da instituiÃ§Ã£o financeira requerida constituiu verdadeira prova diabÃ³lica, pois o erro justificÃ¡vel deveria ser demonstrado pelo rÃ©u, o qual nÃ£o comprovou a regularidade da contrataÃ§Ã£o, presumindo a veracidade da narrativa autoral. Â Â Â Â Â Â Â DANO MORAL: Â Â Â Â Â Â Â De acordo com a doutrina e jurisprudÃªncia, na fixaÃ§Ã£o do dano moral, deve o juiz ser razoÃ¡vel,

tomando as cautelas para que a indenizaÃ§Ã£o nÃ£o seja fonte de enriquecimento sem causa, ao mesmo tempo em que nÃ£o seja meramente simbÃ³lica. Â Â Â Â Â Â Â No caso, a requerente Ã© uma pessoa idosa, cuja sobrevivÃªncia depende, senÃ£o exclusivamente, pelo menos em larga medida, desse benefÃ-cio de aposentadoria, ainda mais que recebe apenas um salÃ¡rio mÃ-nimo mensal e necessitava do valor descontado para a compra de seus remÃ©dios e manter sua subsistÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Ã natural que, numa situaÃ§Ã£o dessas, a parte autora tenha ficado consideravelmente abalada com os descontos indevidos em seu benefÃ-cio previdenciÃ¡rio, experimentando afliÃ§Ã£o, preocupaÃ§Ã£o, sofrimento e angÃºstia. Â Â Â Â Â Â Â HÃ¡ de se considerar ainda que as pessoas nessa idade, no limiar da existÃªncia, sÃ£o mais sugestionÃ¡veis, em virtude de sua maior fragilidade fÃ-sico-emocional aos dissabores da vida. Â Â Â Â Â Â Â Sopesados esses fatores, considerando-se o porte econÃ´mico do reclamado, empresa de grande porte; a extensÃ£o e duraÃ§Ã£o do dano, descontos em sua fonte de subsistÃªncia; a condiÃ§Ã£o de pessoa idosa do requerente, considerada vulnerÃ¡vel, a exigir maior atenÃ§Ã£o por parte do fornecedor, e; o efeito punitivo e pedagÃ³gico da pena, sempre em respeito aos princÃ-pios da razoabilidade e proporcionalidade, evitando-se tambÃ©m o enriquecimento sem causa do reclamante, tudo a fim de que seja proferida a decisÃ£o mais justa e equÃ¢nime para o caso concreto, pelo que fixo, no caso dos autos, a importÃ¢ncia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Â Â Â Â Â Â Â 3. DISPOSITIVO: Â Â Â Â Â Â Â Por todo o exposto, com fundamento no inciso I do art. 373 do CPC; art. 104 do CC/02 e art. 14 do CDC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES OS PEDIDOS formulados na inicial em face do BANCO BRADESCO S.A., extinguindo o processo com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para o fim de: Â Â Â Â Â Â Â a) DECLARAR A INEXISTÃNCIA do contrato de nÂº 349.976.729 no valor de R$ 967, 12 (novecentos e sessenta e sete reais e doze centavos) financiado em 55 (cinquenta e cinco) parcelas de R$ 30, 14 (trinta reais e quatorze centavos) e do contrato de nÂº 349.976.881 no valor de R$ 6.045, 35 (seis mil, quarenta e cinco reais e trinta e cinco centavos), a ser pago em 51 (cinquenta e uma) parcelas de R$ 196, 36 (cento e noventa e seis reais e trinta e seis centavos); Â Â Â Â Â Â Â b) CONDENAR A PARTE RÃ na obrigaÃ§Ã£o de cessaÃ§Ã£o dos descontos efetuados em conta bancÃ¡ria da demandante, relativos aos contratos de emprÃ©stimos consignados impugnados nos presentes autos, sob pena de multa diÃ¡ria de R$ 500,00 (quinhentos reais), por ato descumprido, na forma do art. 536, do CPC, atualizada de acordo com Ã-ndice oficial, mais juros moratÃ³rios de 1% ao mÃªs, atÃ© o limite de R$ 5.000, 00 (cinco mil reais); Â Â Â Â Â Â Â b) CONDENAR o rÃ©u BANCO BRADESCO S/A a pagar ao autor a tÃ-tulo de INDENIZAÃÃO POR DANOS MORAIS, O VALOR DE R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS), corrigÃ-veis monetariamente pelo INPC, a contar da publicaÃ§Ã£o desta sentenÃ§a (sÃºmula 362, do STJ), com juros moratÃ³rios de 1% ao mÃªs, contados da citaÃ§Ã£o, o que faÃ§o com fundamento nos artigos 186, 406 e 927, do CC/02; Â Â Â Â Â Â Â Condeno o rÃ©u a arcar com o pagamento de custas processuais, alÃ©m de honorÃ¡rios advocatÃ-cios, os quais fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenaÃ§Ã£o, nos termos do art. 85, Â§2Âº, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Preclusas as vias impugnatÃ³rias, certifique-se o trÃ¢nsito em julgado e, ato contÃ-nuo, arquive-se com as devidas cautelas legais e respectiva baixa no sistema. Â Â Â Â Â Â Â ServirÃ¡ a presente, por cÃ³pia digitada, como MANDADO/OFÃCIO/CARTAPRECATÃRIA, nos termos do Provimento nÂº 003/2009 da CJRMB (alterado pelos Provimentos nÂº 011/2009 e nÂº 014/2009), aplicÃ¡vel Ã s comarcas do interior por forÃ§a do Provimento nÂº 003/2009 da CJCI). Â Â Â Â Â Â Â Cumpra na forma e sob as penas da lei. Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis/PA, 04 de abril de 2022. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis/PA PROCESSO: 00064107020178140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Procedimento de Conhecimento em: 18/04/2022 REQUERENTE:EMANUELA C SILVA DE AMORIM Representante(s): OAB 15628 - FELIPE DE SOUSA FERREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:QUANTA ENGENHARIA LTDA Representante(s): OAB 10676 - PAULO ROBERTO AREVALO BARROS FILHO (ADVOGADO) . Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ COMARCA DE SALINÃPOLIS Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RH 1.Â Â Â Â Â Intime-se para o pagamento das custas em aberto. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis, 05/04/2022. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00075091220168140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Nunciação de Obra Nova em: 18/04/2022 REQUERENTE:CONDOMINIO SAN MARINO Representante(s): OAB 21495 - VICTOR SOUZA DE MORAES (ADVOGADO) REPRESENTANTE:ZIODELMO ALVES DOS SANTOS REQUERIDO:L M EVENTOS EIRELI ME Representante(s): OAB 13974 - JOSE DE SOUZA PINTO FILHO (ADVOGADO) OAB 16507 - BRUNA GRELLO KALIF (ADVOGADO) . Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ COMARCA DE SALINÃPOLIS Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RH 1.Â Â Â Â Â Intime-se para o

pagamento das custas finais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis, 05/04/2022. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00083474720198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Divórcio Litigioso em: 18/04/2022 REQUERENTE:JACKSON COUTINHO DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 22995 - LUIZ CARLOS DIAS DE ALMEIDA (ADVOGADO) REQUERIDO:ELANE TATIANA ARAUJO DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 20045 - PERPETUA SOCORRO MARIA CORREA DA CRUZ (ADVOGADO) . SENTENÃAÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o de DivÃ³rcio c/c Guarda ajuizada por JACKSON COUTINHO DE OLIVEIRA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o foi possÃ-vel a intimaÃ§Ã£o da parte autora em razÃ£o de mudanÃ§a de endereÃ§o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico pugnou pela extinÃ§Ã£o do feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em anÃ¡lise dos autos, constato, que a parte autora, apesar de devidamente intimada, nÃ£o promoveu atos que lhe incumbia para andamento regular do processo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A parte autora quedou-se inerte, ou seja, nÃ£o promoveu os atos e as diligÃªncias de sua incumbÃªncia, resultando no abandono da causa por mais de 30 (trinta) dias, o que configura clara a demonstraÃ§Ã£o de desinteresse pela demanda, apta a acarretar a extinÃ§Ã£o do processo sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A jurisprudÃªncia pÃ¡tria manifesta-se nesse sentido: APELAÃÃO - EXTINÃÃO DO PROCESSO POR ABANDONO DE CAUSA - INTIMAÃÃO PESSOAL DO AUTOR. Extingue-se a aÃ§Ã£o quando a parte, por nÃ£o promover os atos e diligÃªncias que lhe competir, abandonar a causa por mais de trinta dias e nÃ£o suprir a falta em quarenta e oito horas, embora intimada para tanto. (...). Assim, vislumbra-se que a parte, com seu comportamento desidioso e negligente, nÃ£o comunicou o juÃ-zo sobre a mudanÃ§a de endereÃ§o, permitindo a inviabilidade do prosseguimento do feito. Saliento ainda que o Poder JudiciÃ¡rio nÃ£o deve tolerar inÃ©rcia dessa espÃ©cie, responsÃ¡vel direta pelo acÃºmulo de processos durante vÃ¡rios anos nos cartÃ³rios sem nenhuma expectativa de resultado Ãºtil do processo, servindo apenas e tÃ£o somente para abarrotar as prateleiras e armÃ¡rios. Nesse contexto, acompanhando o correto raciocÃ-nio desenvolvido nas decisÃµes supra declinadas, compreendo que o impulso processual decorrente da parte, quando nÃ£o cumprido em tempo fixado no CPC (30 dias), acarreta a conclusÃ£o de que a causa foi literalmente abandonada. Ante o exposto, julgo extinto o processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, na forma do art. 267, III do CPC, isentando os requerentes das custas e honorÃ¡rios em razÃ£o da gratuidade reclamada e deferida (...). (TJ-PA-AI 00008999020108140133. Rel. Gleide Pereira de Moura. PublicaÃ§Ã£o: 2/10/14. Julgamento: 2/10/14). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÃÃO DO MÃRITO, com fundamento no art. 485, III, do CÃ³digo de Processo Civil Brasileiro, em razÃ£o do abandono da causa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Transitado em julgado, arquive-se com as devidas cautelas legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P. R. I. C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis/PA, 05 de abril de 2022. Â Â Â Â Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis/PA PROCESSO: 00088896520198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 18/04/2022 REQUERENTE:BANCO ITAUCARD SA Representante(s): OAB 27117-A - FELIPE ANDRES ACEVEDO IBANEZ (ADVOGADO) REQUERIDO:ZENAIDE SOCORRO JESUS CASTRO. Ã£SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Vistos e etc. Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃÃO DE BUSCA E APREENSÃO COM PEDIDO LIMINAR proposta por BANCO ITAUCARD S.A. em face de ZENAIDE SOCORRO JESUS CASTRO, ambos devidamente qualificados nos autos, pelas razÃµes de direito e fÃ¡ticas, declinadas na exordial. Â Â Â Â Â Â Â A petiÃ§Ã£o inicial foi instruÃ-da com documentos (fls. 07/36). Â Â Â Â Â Â Â A priori, determinou-se a emenda da inicial para fins de adequaÃ§Ã£o do valor da causa (fl. 38). Â Â Â Â Â Â Â PorÃ©m, a parte autora pugnou pela desistÃªncia da aÃ§Ã£o (fls. 39/41). Â Â Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Ã cediÃ§o que a desistÃªncia da aÃ§Ã£o Ã© um negÃ³cio jurÃ-dico unilateral do demandante, por meio do qual este abdica de sua condiÃ§Ã£o processual de autor, apÃ³s o ajuizamento da demanda, ou seja, conforme anotado por Fredie Didier, Â¿trata-se de revogaÃ§Ã£o da demanda (negÃ³cio jurÃ-dico unilateral), que, uma vez homologada, autoriza a extinÃ§Ã£o do processo sem exame do mÃ©rito (art. 485, inciso VIII, do CPC)Â¿ (DIDER JR., Fredie. Curso de Direito Processual Civil. 19. Ed. Salvador: Juspodivm, 2017. P. 810). Â Â Â Â Â Â Â No caso em tela, como o pedido de desistÃªncia pela parte autora foi requerido antes da citaÃ§Ã£o do rÃ©u, a extinÃ§Ã£o do processo prescindirÃ¡ da sua anuÃªncia ou ciÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÃÃO DO MÃRITO, homologando a desistÃªncia da aÃ§Ã£o, com fundamento no art. 485, VIII, do CÃ³digo de Processo Civil Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Custas processuais remanescentes pela parte autora, com fundamento no art. 90, caput, do CPC/15. Â Â Â Â Â Â Â Sem

honorÃ¡rios advocatÃcios. Â Â Â Â Â Â Â Certificado o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos, observadas as formalidades legais com a respectiva baixa no sistema. Â Â Â Â Â Â Â ServirÃ¡ a presente, por cÃ³pia digitada, como MANDADO/OFÃCIO/CARTAPRECATÃRIA, nos termos do Provimento nÂº 003/2009 da CJRMB (alterado pelos Provimentos nÂº 011/2009 e nÂº 014/2009), aplicÃ¡vel Ã s comarcas do interior por forÃ§a do Provimento nÂº 003/2009 da CJCI). Â Â Â Â Â Â Â Cumpra na forma e sob as penas da lei. Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis/PA, 6 de abril de 2022. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis/PA PROCESSO: 00090738920178140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança em: 18/04/2022 AUTOR:BRUNO VASCONCELOS GUEDES DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 10367 - ANDRE BECKMANN DE CASTRO MENEZES (ADVOGADO) OAB 14423 - ROMULO RAPOSO SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:RAIMUNDO PIRES DOS SANTOS. Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ COMARCA DE SALINÃPOLIS Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RH 1.Â Â Â Â Â Intime-se para o pagamento da custas processuais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis, 05/04/2022. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00123253720168140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Embargos à Execução em: 18/04/2022 EMBARGANTE:MARCELO LUIZ BEZERRA DA SILVA Representante(s): OAB 17262 - EVANDRO MARTIN PANTOJA PEREIRA (ADVOGADO) EMBARGADO:JOSIMAR LEAO QUEIROZ Representante(s): OAB 14890 - FRANCISCO JADIR DE SOUZA CAMPOS JUNIOR (ADVOGADO) OAB 13740 - KARINA DE NAZARE VALENTE BARBOSA (ADVOGADO) . RH Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de apelaÃ§Ã£o interposta contra sentenÃ§a de improcedÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Intime-se o requerido para apresentar contrarrazÃµes no prazo de 15 (quinze) dias (art. 1.010, Â§1Âº, CPC). Â Â Â Â Â Â Â Transcorrido o prazo para a apresentaÃ§Ã£o de contrarrazÃµes pela parte requerida, com ou sem resposta, e, independentemente de juÃzo de admissibilidade ou de nova determinaÃ§Ã£o deste magistrado, REMETAM-SE os autos ao EgrÃ©gio TJE/PA, com os cumprimentos de sempre, para julgamento do recurso. Â Â Â Â Â Â Â 4. P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis/PA, 05 de abril de 2022. Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis/PA Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: SALINÃPOLISÂ Â Email: 1salinopolis@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: Av.JoÃ£o Pessoa, nÂº 1084Â CEP: 68.721-000Â Â Bairro: CentroÂ Â Fone: (91)3423-2269

COMARCA DE SANTA IZABEL DO PARÁ

SECRETARIA DA VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE SANTA IZABEL DO PARÁ

RESENHA: 13/04/2022 A 13/04/2022 - SECRETARIA DA 1ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE SANTA IZABEL - VARA: 1ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE SANTA IZABEL PROCESSO: 00013983320028140049 PROCESSO ANTIGO: 20021001261 5 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CAROLINE SLONGO ASSAD A??o: Execução Fiscal em: 13/04/2022 EXEQUENTE:A FAZENDA NACIONAL Representante(s): OAB 8926 - PAULO ROBERTO CARDOSO DE SOUSA (PROCURADOR(A)) REQUERIDO:MANOEL LOURENCO ALVES Representante(s): OAB 6326 - JOSE OCTAVIO FERREIRA FRANCA (ADVOGADO) . Processo nÂº 0001398-33.2002.8.14.0049 Autos CÃ-veis de ExecuÃ§Ã£o Fiscal Exequente: UniÃ£o (Fazenda Nacional) Executado(a): Manoel LourenÃ§o Alves SENTENÃA Trata-se de aÃ§Ã£o de execuÃ§Ã£o fiscal ajuizada pela UniÃ£o (Fazenda Nacional) em face de Manoel LourenÃ§o Alves. Com a inicial, foram juntados documentos. Auto de penhora, avaliaÃ§Ã£o e intimaÃ§Ã£o para embargos, fls. 34/35. Em decisÃ£o de fl. 57 foi determinada a suspensÃ£o do curso da execuÃ§Ã£o. Por meio da petiÃ§Ã£o de fl. 65-v, a parte exequente formulou pedido de extinÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o tendo em vista a ocorrÃªncia de prescriÃ§Ã£o intercorrente. Vieram os autos conclusos. Ã o relatÃ³rio. DECIDO. O artigo 40 da Lei nÂº 6.830/80 dispÃµe que `o Juiz suspenderÃ¡ o curso da execuÃ§Ã£o, enquanto nÃ£o for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora e, nesses casos, nÃ£o correrÃ¡ o prazo de prescriÃ§Ã£o. Â§ 1Âº Suspenso o curso da execuÃ§Ã£o, serÃ¡ aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda PÃºblica. Â§ 2Âº Decorrido o prazo mÃ¡ximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhorÃ¡veis, o Juiz ordenarÃ¡ o arquivamento dos autos. Â§ 3Âº Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serÃ£o desarquivados os autos para prosseguimento da execuÃ§Ã£o. Â§ 4o Se da decisÃ£o que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda PÃºblica, poderÃ¡, de ofÃ-cio, reconhecer a prescriÃ§Ã£o intercorrente e decretÃ¡-la de imediato. (IncluÃ-do pela Lei nÂº 11.051, de 2004).Â¿ Por sua vez, o artigo 156, V, do CÃ³digo TributÃ¡rio Nacional estabelece que o crÃ©dito tributÃ¡rio se extingue com a prescriÃ§Ã£o e a decadÃªncia. Nesse sentido e uma vez que o processo se encontra paralisado de forma injustificada, por longo perÃ-odo de tempo, sem que a parte exequente tenha adotado as medidas imprescindÃ-veis ao seu regular andamento, impÃµe-se o reconhecimento da prescriÃ§Ã£o intercorrente e a consequente extinÃ§Ã£o da execuÃ§Ã£o, consoante prevÃª o artigo 156, V, do CÃ³digo TributÃ¡rio Nacional. Ressalte-se que, a Fazenda PÃºblica requereu a extinÃ§Ã£o da execuÃ§Ã£o fiscal pela ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o intercorrente, conforme se infere na petiÃ§Ã£o de fls. 65-v. Ante o exposto, declaro extinta a presente execuÃ§Ã£o fiscal com fundamento no artigo 156, V, do CTN em razÃ£o da prescriÃ§Ã£o intercorrente. Por conseguinte, julgo o processo com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito nos termos do artigo 487, II, do CÃ³digo de Processo Civil. Isento de custas. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Uma vez certificado o trÃ¢nsito em julgado, desconstituo, desde jÃ¡, a penhora realizada nas fls. 34/35. ApÃ³s, arquivem-se os autos, observando-se as cautelas legais. Santa Izabel do ParÃ¡/PA, 3 de marÃ§o de 2022. Caroline Slongo Assad JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00029403820118140049 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CAROLINE SLONGO ASSAD A??o: Execução Fiscal em: 13/04/2022 EXEQUENTE:A UNIAO EXECUTADO:ESCOLA PARTICULAR JARDIM DAS ROSAS Representante(s): OAB 10491 - MARCELO DE OLIVEIRA CASTRO RODRIGUES VIDINHA (ADVOGADO) . Processo nÂº 0002940-38.2011.8.14.0049 Autos CÃ-veis de ExecuÃ§Ã£o Fiscal Exequente: UniÃ£o (Fazenda Nacional) Executado(a): Escola Particular Jardim das Rosas SENTENÃA Trata-se de aÃ§Ã£o de execuÃ§Ã£o fiscal ajuizada pela UniÃ£o (Fazenda Nacional) em face de Escola Particular Jardim das Rosas. Com a inicial, foram juntados documentos. Por meio da petiÃ§Ã£o de fl. 107, a parte exequente formulou pedido de extinÃ§Ã£o da execuÃ§Ã£o em razÃ£o do cancelamento da certidÃ£o de dÃ-vida ativa. Vieram os autos conclusos. Ã o relatÃ³rio, decido. O artigo 26 da Lei nÂº 6.830/80 prevÃª que `se, antes da decisÃ£o de primeira instÃ¢ncia, a inscriÃ§Ã£o de DÃ-vida Ativa for, a qualquer tÃ-tulo, cancelada, a execuÃ§Ã£o fiscal serÃ¡ extinta, sem qualquer Ã´nus para as partes.Â¿ De acordo com o que se depreende dos autos, mais especificamente Ã s fls. 107, a parte exequente formulou pedido de extinÃ§Ã£o da execuÃ§Ã£o tendo em vista o cancelamento da CDA. Ante o exposto, declaro extinta, com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, a presente execuÃ§Ã£o, nos termos do art. 26 da Lei nÂº 6.830/80. Sem custas e demais despesas processuais. Sem honorÃ¡rios advocatÃ-cios. Publique-se. Registre-se.

Intime-se. Com o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos, observando-se as cautelas legais. Santa Izabel do ParÃ¡/PA, 3 de marÃ§o de 2022. Caroline Slongo Assad JuÃ-za de Direito

SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE SANTA IZABEL DO PARÁ

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O Dr. ELANO DEMÉTRIO XIMENES, Juiz de Direito Titular da Vara Criminal da Comarca de Santa Izabel do Para, no uso de suas atribuições legais, etc.

Processo: 0008883-81.2011.8.14.0049

Advogado: LUCIEL DA COSTA CAXIADOS ¿ OAB/PA ¿ 4.753

Réus: SAMUEL KABACZNIK JÚNIOR

MANDA, INTIMAR VIA DIÁRIO DE JUSTIÇA, indo por mim assinado, a advogada LUCIEL DA COSTA CAXIADOS ¿ OAB/PA ¿ 4.753, para, no prazo legal, apresentar Alegações Finais nos autos do Processo nº 0008883-81.2011.8.14.0049, no qual figura como acusado SAMUEL KABACZNIK JÚNIOR

Comarca de Santa Izabel, 13 de Abril de 2022

LÍDIA CARNEIRO DE OLIVEIRA

Secretaria da Vara Criminal

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

PRAZO: 90 (Noventa) DIAS

De ordem do Dr. **Elano Demétrio Ximenes**, Juiz de Direito Titular da Vara Criminal **FAÇO SABER** aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que foi sentenciado **EMANUELE DA SILVA CAVALCANTE:** brasileiro, paraense, nascida em 25/09/1999, RG n° - 8243306, filho de MANOEL DA SILVA OLIVEIRA E ROSILENE PEREIRA DA SILVA, **¿ATUALMENTE EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO¿**, e conforme sentença datada de 05 de maio de 2021, nos autos do processo n° 0006344-53.2018.8.14.0049, foi **CONDENADO** nas sanções punitivas dos **Art. 157, §2, INCISO II, 1° FIGURA, C/C ART. 180, CAPUT**, e como não foi encontrado para ser intimado pessoalmente, expede-se o presente **EDITAL**, ficando ciente de que terá o prazo de 5 (cinco) dias para recorrer, querendo. Dado e passado nesta cidade de Santa Izabel do Pará, aos treze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois (13.04.2022).

EDER COSTA CORREA

Mat. 68217

Conforme Provimento nº 008/2014-CJRMB.

COMARCA DE MOJÚ

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE MOJÚ

EDITAL DE CITAÇ¿O

[EDITAL DE CITAÇ¿O COM O PRAZO DE 15 QUINZE DIAS]

DENUNCIA DO MINISTERI PÚBLICO

Processo: 0003186-78.2017.814.00031.

REU; FABIO FERREIRA DA SILVA

VÍTIMA: D.L.V

O Excelentíssimo Senhor **WALTENCIR ALVES GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular da Única Vara da Comarca de Moju, Estado do Pará, no uso de atribuiç¿es legais, na forma da Lei, etc.

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento, que por este Juízo da Única Vara e expediente da Secretaria Criminal, que está em curso os autos de Aç¿o Penal, Tipificado no Artigo 157 do Código Penal Pátrio, em que é denunciado **FÁBIO FERREIRA DA SILVA, brasileiro, natural de S¿o Luís/MA, nascido em 27/03/1982, com 35 anos de idade, filho de Maria Aparecida da Silva e Jo¿o Ferreira da Costa, residente na Comunidade Curupira, Zona Rural de Barra Bugres/MT** , ora em lugar incerto e n¿o sabido, o qual **FICA POR ESTE EDITAL, CITADO** para responder à acusaç¿o, por escrito, no prazo de **dez (10) dias**, ocasi¿o em poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interessar à sua Defesa, oferecer documentos e justificaç¿es, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, nos termos do art. 396 e 396-A, do CPP, com as alteraç¿es da Lei nº 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento do denunciado e n¿o possa no futuro, alegar ignorância, será o presente Edital publicado na forma da Lei e afixado no lugar de costume. Moju/PA, 05 (cinco) dias do mês de abril de 2022. Eu, _____, Joelma Paes, Diretora de secretaria -TJE/PA, o digitei e subscrevi.

Juiz WALTENCIR ALVES GONÇALVES

Titular da Única Vara da Comarca de Moju

EDITAL DE CITAÇ¿O

[EDITAL DE CITAÇ¿O COM O PRAZO DE 15 QUINZE DIAS]

AÇÃO PENAL.

DENUNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

ASSUNTO: TRÁFICO DE DROGAS E CONDUTAS AFINS.

Processo: 0007327-72.2019.8140031.

DENUNCIADO: DENISVALDO DO ESPÍRITO SANTO BENTES

VÍTIAMA: A.C.O.E

O Excelentíssimo Senhor **WALTENCIR ALVES GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular da Única Vara da Comarca de Moju, Estado do Pará, no uso de atribuições legais, na forma da Lei, etc.

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento, que por este Juízo da Única Vara e expediente da Secretaria Criminal, que está em curso os autos de Ação Penal, Tipificado no Artigo 33, CAPUT, da Lei 11.343/06, em que é denunciado **DENISVALDO DO ESPIRITO SANTO BENTES, brasileiro, natural de Tomé Açu/PA, nascido em 16/08/2000, com 19 anos de idade, filho de Maria Juliana do Espirito Santo e Benedito Bentes e Bentes, RG n.º 8565621 PC/PA, residente na Rua São João n.º 27, Bairro Tá Bom , Zona Rural, Tomé-Açu/PA**, ora em lugar incerto e não sabido, o qual **FICA POR ESTE EDITAL, CITADO** para responder à acusação, por escrito, no prazo de **dez (10) dias**, ocasião em poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interessar à sua Defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, nos termos do art. 396 e 396-A, do CPP, com as alterações da Lei nº 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento do denunciado e não possa no futuro, alegar ignorância, será o presente Edital publicado na forma da Lei e afixado no lugar de costume. Moju/PA, 11 (onze) dias do mês de abril de 2022. Eu, _____, Joelma Paes, Diretora de secretaria -TJE/PA, o digitei e subscrevi.

Juiz WALTENCIR ALVES GONÇALVES

Titular da Única Vara da Comarca de Moju

EDITAL DE CITAÇÃO

[EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 QUINZE DIAS]

AÇÃO PENAL.

DENUNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL.

ASSUNTO: CRIMES DO SISTEMA NACIONAL DE ARMAS

DENUNCIADO: FRANCISCO CARLOS DA SILVA

VÍTIMA: A.C.O.E

Processo: **0001262-32.2017.814.0031**

O Excelentíssimo Senhor **WALTENCIR ALVES GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular da Única Vara da Comarca de Moju, Estado do Pará, no uso de atribuições legais, na forma da Lei, etc.

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento, que por este Juízo da Única Vara e expediente da Secretaria Criminal, que está em curso os autos de Ação Penal, Tipificado no Artigo 14, da lei 10826/03, em que é denunciado **FRANCISCO CARLOS DA SILVA, brasileiro, natural**

de Alexandria/RN, nascido em 02/02/1979, com 38 anos de idade, filho de Benedita Julia da Conceição Silva e Vicente da Silva, RG n.º 2777302 PC/PA, residente na Travessa João Leite n.º 744, Igrejinha, Capanema/PA, ora em lugar incerto e não sabido, o qual **FICA POR ESTE EDITAL, CITADO** para responder à acusação, por escrito, no prazo de **dez (10) dias**, ocasião em poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interessar à sua Defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, nos termos do art. 396 e 396-A, do CPP, com as alterações da Lei nº 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento do denunciado e não possa no futuro, alegar ignorância, será o presente Edital publicado na forma da Lei e afixado no lugar de costume. Moju/PA, 11 (onze) dias do mês de abril de 2022. Eu, _____, Joelma Paes, Diretora de secretaria -TJE/PA, o digitei e subscrevi.

Juiz WALTENCIR ALVES GONÇALVES

Titular da Única Vara da Comarca de Moju

PROCESSO Nº01484881220158140031-AÇÃO PENAL: ESTUPRO (CRIME SEXUAIS) AUTOR: MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL- REPRESENTANTE: PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA, **DENUNCIADO:** MAURICIO FIGUEIREDO MORAES. **VÍTIMA: A.C.M.** REPRESENTANTE: ADVOGADO DR. **EDUARDO MAIA SANTANA, OAB/PA Nº 31.971**. FINALIDADE: INTIMAR O REPRESENTANTE DO REU ACIMA CITADO, SOBRE DO DESPACHO ABAIXO TRANSCRITO. Intimo o recorrente para apresentar as suas razões do recurso, no prazo de 02 (dois) dias. Em seguida, intimo o recorrido, com remessa dos autos, para, em 2 (dois) dias, apresentar suas contrarrazões (inteligência do art. 588 do CPP). Após, tornem os autos conclusos. Moju, 12 de abril de 2022. Juiz WALTENCIR ALVES GONÇALVES Titular da Vara Única da Comarca de Moju

PROCESSO Nº01484881220158140031-AÇÃO PENAL: HOMICIDIO QUALIFICADO.AUTOR: MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL- REPRESENTANTE: PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA, **PRONUNCIADO:** WALDEMIR MIRANDA DA SILVA. REPRESENTANTE: ADVOGADO DR. **EDUARDO MAIA SANTANA, OAB/PA Nº 31.971**. **PRONUNCIADO:** REGINALDO LOPES MORAES. REPRESENTANTES: ADVOGADOS DR. **YASMIN CARVALHO, OAB/PA Nº 21.326 e DR. JUAN CARLOS CUNHA, OAB/PA Nº28.460. VÍTIMA: R.F.M.** FINALIDADE: INTIMAR OS REPRESENTANTES DOS PRONUNCIADOS ACIMA CITADO, SOBRE DO DESPACHO ABAIXO TRANSCRITO. Nos termos dos §§1° e 2° do art. 461 do CPP, não há nulidade do Julgamento pelo Tribunal do Júri quando a testemunha arrolada não é inquirida por não haver sido encontrada no endereço constante nos autos. Outrossim, anoto desde logo que não há nenhuma ilegalidade a ser proclamada quando a Defesa não indica o endereço para que a(s) testemunha(s) seja(m) localizada(s), não insiste na colheita da prova e, ainda, não comprova o prejuízo em face da não produção da prova. Desse modo, cumpra(m)-se a(s) deliberação(ões) exarada(s) à(s) fls. 311/312, dispensando a(s) intimação(ões) da(s) testemunha(s) em que seu(s) novo(s) endereço(s) não foi(ram) fornecido(s) e/ou não foi(ram) localizada(s). P. I. Moju, 13 de abril de 2022. Juiz WALTENCIR ALVES GONÇALVES Titular da Vara Única da Comarca de Moju

PROCESSO: 0007468-33.2015.814.0031. REQUERENTE: M. J. O. S, REPRESENTANTE GEANE OLIVEIRA SOUSA (ADVOGADO: WEVERTON SMITH ARAÚJO RIBEIRO, OAB/PA 16.158). REQUERIDO: JAMILSON EDMUNDO DA COSTA SANTOS.

I ¿ DO PROTESTO

O executado JAMILSON EDMUNDO DA COSTA SANTOS intimado para proceder ao pagamento do pensionamento alimentício arbitrado em favor do exequente, apresentou à fl. 39 declaração de possível adimplemento deste(s), embora o exequente tenha contestado através da petição às fls. 24/25 acerca da nulidade do recibo de quitação dos alimentos devidos.

Com vista dos autos, o representante ministerial se manifestou pela designação de audiência de conciliação para a oitiva das partes.

Designada a audiência para tentativa de conciliação por este Juízo, a parte exequente compareceu a esta, porém, o executado devidamente intimado não compareceu e nem apresentou qualquer justificativa.

Os autos vieram conclusos.

Preconiza o artigo 517 do Código de Processo Civil que ¿¿a decisão judicial transitada em julgado poderá ser levada a protesto, nos termos da lei, depois de transcorrido o prazo para pagamento voluntário previsto no art. 523.¿¿

Desse modo, certifique a serventia o decurso do prazo para adimplemento voluntário da obrigação corporificada na decisão/sentença de mérito e expeça-se certidão de teor da decisão que indicará o nome e a qualificação do exequente e do executado, o número dos autos do processo, o valor da dívida e a data de decurso do prazo para pagamento voluntário (CPC, artigo 517, §§ 1º e 2º).

Consigno que, nos termos do artigo 517, § 4º, do CPC ¿¿a requerimento do executado, o protesto será cancelado por determinação do juiz, mediante ofício a ser expedido ao cartório, no prazo de 3 (três) dias, contado da data de protocolo do requerimento, desde que comprovada a satisfação integral da obrigação.¿

II ¿ DA PRISÃO CIVIL

Tendo em vista a pandemia de Covid-19, reputo incabível neste momento a prisão civil do executado, inclusive na modalidade de prisão domiciliar, filiando-me ao entendimento manifestado pela 3ª Turma do STJ no sentido de que - embora o artigo 6º da Recomendação 62/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) oriente que, em virtude do atual contexto epidemiológico, as pessoas presas por dívida alimentícia sejam colocadas em prisão domiciliar - assegurar aos presos por dívidas alimentares o direito à prisão domiciliar é medida que não cumpre o mandamento legal e que fere, por vias transversas, a própria dignidade do alimentando.

Destarte, faculto a parte exequente a conversão para o rito da penhora, no prazo de 15 dias, sem prejuízo do cumprimento imediato da presente decisão no que tange ao protesto. Outrossim, apresente ainda desde logo planilha atualizada de débito ou requerer o que entender cabível, sob pena de extinção.

Moju, 03 de agosto de 2021.

Juiz WALTENCIR ALVES GONÇALVES

Titular da Vara Única da Comarca de Moju

PROCESSO: 0007008-07.2019.814.0031. REQUERENTES: ÉLIDA FERNANDES CUNHA, MARIA HELENA FARIAS, VILMA LÚCIA CEY MACIEL e MARIA LUÍZA DOS REIS PEREIRA (ADVOGADOS: DR. PAULO HENRIQUE MENEZES CORREA JUNIOR, OAB/PA 12.598; DRA. BRUNA KEDMA ROSA FERREIRA, OAB/PA 22.438 E DRA. MONALISA DE SOUZA PORFÍRIO, OAB/PA 27.616). REQUERIDO MUNICÍPIO DE MOJU-PREFEITURA DE MOJU (ADVOGADO: DR. GABRIEL PEREIRA LIRA, OAB/PA 17.448).

DECISÃO

Não há preliminares pendente para apreciação.

No mais, presentes os pressupostos de admissibilidade do válido julgamento do mérito (condições da ação ¿ legitimidade ad causam e interesse processual - e pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo), declaro o feito saneado.

Fixo como único ponto controvertido a legalidade do(s) ato(s) administrativo(s) que removeu(ram) a(s) autora(s) de sua(s) lotação(ões) e reduziu(ram) a(s) sua(s) carga(s) horária(s).

Nos termos do artigo 370 do Código de Processo Civil, para o julgamento do mérito, determino a produção de prova documental a fim de aferir a legalidade do ato administrativo que removeu(ram) e reduziu(ram) a(s) carga(s) horária(s) da(s) autora(s).

Atribuo ao réu o ônus da prova, diante da maior facilidade de obtenção da prova. Ademais, a(s) autora(s) alega(m) que a(s) redução(ões) de sua(s) carga(s) horária(s) ocorreu(ram) sem a edição de ato formal, de modo que não é possível exigir-lhe prova de fato negativo (art. 373, § 1º, do CPC). Cabe(m) a(s) três últimas autora(s), todavia, comprovar(em) nos autos a(s) redução(ões) de(s) sua(s) carga(s) horária(s), com relação a MARIA HELENA FARIAS a partir de abril de 2019, já VILMA LÚCIA CEY MACIEL a partir de abril de 2019 e quanto a MARIA LUIZA DOS REIS PEREIRA a partir de março de 2019.

Para os fins do art. 357, § 1º, do CPC, intimo a(s) autora(s), via publicação no DJE, e o réu mediante remessa dos autos.

Moju, 25 de janeiro de 2022.

Juíza de Direito Célia Gadotti

respondendo pela Vara Única de Moju/PA (**Port. 4428/2021-GP**).

COMARCA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

SECRETARIA DA 1ª VARA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

Ato Ordinatório

Considerandos termos do Provimento nº 006/2009-CJCI e 006/2009-CJRMB, e o disposto no Manual Prático de rotinas das Varas Criminais, Cíveis e Execução Penal, Fica o(s) senhor(es) advogado(s), **JOÉLIO ALBERTO DANTAS OAB/PA 8624**, devidamente cientificado e intimado para devolver no prazo de 03 (três) dias os autos **0000410-16.2000.8.14.0017**, retirados com vista desta secretaria em **19/08/2013** e até o momento não devolvidos, na forma e sob as penas do previsto no art. 234, §2º do CPC e demais sanções legais cabíveis, por este ato. Conceição do Araguaia-PA, 13 de abril de 2022. _____ (AL JARREAUX D¿CESARES VASCONCELOS DA SILVA BARBOSA), Diretor de Secretaria da 1ª Vara.

Ato Ordinatório

Considerandos termos do Provimento nº 006/2009-CJCI e 006/2009-CJRMB, e o disposto no Manual Prático de rotinas das Varas Criminais, Cíveis e Execução Penal, Fica o(s) senhor(es) advogado(s), **FÁBIO BARCELOS MACHADO OAB/PA 13.823**, devidamente cientificado e intimado para devolver no prazo de 03 (três) dias os autos **0000667-84.2009.8.14.0017**, retirados com vista desta secretaria em **24/10/2019** e até o momento não devolvidos, na forma e sob as penas do previsto no art. 234, §2º do CPC e demais sanções legais cabíveis, por este ato. Conceição do Araguaia-PA, 13 de abril de 2022. _____ (AL JARREAUX D¿CESARES VASCONCELOS DA SILVA BARBOSA), Diretor de Secretaria da 1ª Vara.

SECRETARIA DA 2ª VARA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

RESENHA: 15/02/2022 A 15/02/2022 - SECRETARIA DA 2ª VARA DE CONCEICAO DO ARAGUAIA - VARA: 2ª VARA CIVIL E PENAL DE CONCEICAO DO ARAGUAIA PROCESSO: 00002971520108140017 PROCESSO ANTIGO: 201010002462 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CESAR LEANDRO PINTO MACHADO A??o: Cumprimento de sentença em: 15/02/2022 REQUERIDO:JOSE MARTINS RIBEIRO DA SILVA Representante(s): OAB 3669-A - ANTONIO NEVES FERREIRA (ADVOGADO) OAB 13066-B - ARNALDO JOSE JACINTO (ADVOGADO) OAB 4303 - KLLECIA KALHIANE MOTA COSTA JACINTO (ADVOGADO) REQUERENTE:JOELIO AALBERTO DANTAS Representante(s): OAB 8624 - JOELIO ALBERTO DANTAS (ADVOGADO) REQUERIDO:REGINA SANTOS DA ROCHA Representante(s): OAB 13066-B - ARNALDO JOSE JACINTO (ADVOGADO) OAB 4303 - KLLECIA KALHIANE MOTA COSTA JACINTO (ADVOGADO) REQUERIDO:DOMINGOS PEREIRA DA SILVA Representante(s): OAB 13066-B - ARNALDO JOSE JACINTO (ADVOGADO) OAB 4303 - KLLECIA KALHIANE MOTA COSTA JACINTO (ADVOGADO) REQUERIDO:MARIA SOCORRO DIAS DOS SANTOS Representante(s): OAB 3669-A - ANTONIO NEVES FERREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:JAQUELINE DIAS DOS SANTOS Representante(s): OAB 3669-A - ANTONIO NEVES FERREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:CLEIDILENE LIMA SILVA Representante(s): OAB 3669-A - ANTONIO NEVES FERREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:ANA LUCIA DE SOUSA BORGES Representante(s): OAB 3669-A - ANTONIO NEVES FERREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:EDIMILSON PEREIRA LIRA Representante(s): OAB 13066-B - ARNALDO JOSE JACINTO (ADVOGADO) OAB 4303 - KLLECIA KALHIANE MOTA COSTA JACINTO (ADVOGADO) REQUERIDO:DIVINO DE OLIVEIRA SOUSA Representante(s): OAB 13066-B - ARNALDO JOSE JACINTO (ADVOGADO) OAB 4303 - KLLECIA KALHIANE MOTA COSTA JACINTO (ADVOGADO) . PÃ¡gina de 1 PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ 2Âª VARA CÃVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE CONCEIÃÃO DO ARAGUAIA DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Considerando que nÃ£o hÃ¡ mais nada a prover nos autos, determino o arquivamento com as baixas de estilo. Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â ConceiÃ§Ã£o do Araguaia- PA, 15 de fevereiro de 2022. CESAR LEANDRO PINTO MACHADO Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Criminal da Comarca. PROCESSO: 00008816620178140017 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CESAR LEANDRO PINTO MACHADO A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 15/02/2022 REQUERENTE:BANCO BRADESCO Representante(s): NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) REQUERIDO:ACT DE OLIVEIRA EIRELI-ME. PÃ¡gina de 1 PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ 2Âª VARA CÃVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE CONCEIÃÃO DO ARAGUAIA DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Intime-se a parte autora para manifestar acerca da certidÃ£o de Ã fl. 88 dos autos. Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, tramite-se os autos Ã central de digitalizaÃ§Ã£o, para os fins de migraÃ§Ã£o dos autos para o sistema eletrÃ´nico do PJe. Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â ConceiÃ§Ã£o do Araguaia- PA, 15 de fevereiro de 2022. CESAR LEANDRO PINTO MACHADO Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Criminal da Comarca. PROCESSO: 00023444320178140017 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CESAR LEANDRO PINTO MACHADO A??o: Busca e Apreensão em: 15/02/2022 REQUERENTE:BANCO BRADESCO Representante(s): OAB 15101-A - OSMARINO JOSE DE MELO (ADVOGADO) REQUERIDO:LUCIA DIVINA DE SOUSA PEREIRA REQUERIDO:VANDIR PRADO SILVA. PÃ¡gina de 1 PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ 2Âª VARA CÃVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE CONCEIÃÃO DO ARAGUAIA DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Intime-se a parte autora para manifestar acerca da certidÃ£o de Ã fl. 61 dos autos. Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, tramite-se os autos Ã central de digitalizaÃ§Ã£o, para os fins de migraÃ§Ã£o dos autos para o sistema eletrÃ´nico do PJe. Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â ConceiÃ§Ã£o do Araguaia- PA, 15 de fevereiro de 2022. CESAR LEANDRO PINTO MACHADO Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Criminal da Comarca. PROCESSO: 00029934220168140017 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CESAR LEANDRO PINTO MACHADO A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 15/02/2022 REQUERENTE:BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 15101-A - OSMARINO JOSE DE MELO (ADVOGADO) REQUERIDO:ADINAIR ALVES. PÃ¡gina de 1 PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ 2Âª VARA CÃVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE CONCEIÃÃO DO ARAGUAIA DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se novo mandado de citaÃ§Ã£o no endereÃ§o informado pela parte autora Ã fl. 56. Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, tramite-se os autos Ã central de digitalizaÃ§Ã£o, para os fins de

migraÃ§Ã£o dos autos para o sistema eletrÃ´nico do PJe. Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â ConceiÃ§Ã£o do Araguaia- PA, 15 de fevereiro de 2022. CESAR LEANDRO PINTO MACHADO Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Criminal da Comarca. PROCESSO: 00039848120178140017 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CESAR LEANDRO PINTO MACHADO A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 15/02/2022 REQUERENTE:BANCO BRADESCO Representante(s): OAB 15.201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) REQUERIDO:C S DOS SANTOS ME. PÃ¡gina de 1 PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ 2Âª VARA CÃVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE CONCEIÃÃO DO ARAGUAIA DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se novo mandado de citaÃ§Ã£o no endereÃ§o informado pela parte autora na fl. retro. Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, tramite-se os autos Ã central de digitalizaÃ§Ã£o, para os fins de migraÃ§Ã£o dos autos para o sistema eletrÃ´nico do PJe. Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â ConceiÃ§Ã£o do Araguaia- PA, 15 de fevereiro de 2022. CESAR LEANDRO PINTO MACHADO Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Criminal da Comarca. PROCESSO: 00055121920188140017 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CESAR LEANDRO PINTO MACHADO A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 15/02/2022 REQUERENTE:BANCO ITAU CARD SA Representante(s): OAB 20636-A - PATRICIA PONTAROLI JANSEN (ADVOGADO) OAB 13846-A - CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (ADVOGADO) REQUERIDO:COOBERT LEE DA CRUZ MARTINS. PÃ¡gina de 1 PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ 2Âª VARA CÃVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE CONCEIÃÃO DO ARAGUAIA DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Intime-se a parte autora para manifestar acerca da certidÃ£o de Ã fl. 29 dos autos. Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, tramite-se os autos Ã central de digitalizaÃ§Ã£o, para os fins de migraÃ§Ã£o dos autos para o sistema eletrÃ´nico do PJe. Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â ConceiÃ§Ã£o do Araguaia- PA, 15 de fevereiro de 2022. CESAR LEANDRO PINTO MACHADO Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Criminal da Comarca. PROCESSO: 00078451220168140017 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CESAR LEANDRO PINTO MACHADO A??o: Reintegração / Manutenção de Posse em: 15/02/2022 REQUERENTE:BANCO SAFRA LEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL SA Representante(s): OAB 21678 - BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (ADVOGADO) REQUERIDO:ALCIONE DA SILVA SIRQUEIRA. PÃ¡gina de 1 PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ 2Âª VARA CÃVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE CONCEIÃÃO DO ARAGUAIA DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se novo mandado de citaÃ§Ã£o e reintegraÃ§Ã£o de posse no endereÃ§o informado pela parte autora Ã fl. 82. Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, tramite-se os autos Ã central de digitalizaÃ§Ã£o, para os fins de migraÃ§Ã£o dos autos para o sistema eletrÃ´nico do PJe. Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â ConceiÃ§Ã£o do Araguaia- PA, 15 de fevereiro de 2022. CESAR LEANDRO PINTO MACHADO Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Criminal da Comarca. PROCESSO: 00089277320198140017 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CESAR LEANDRO PINTO MACHADO A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 15/02/2022 REQUERENTE:LEILA SARAIVA DA ROCHA REQUERIDO:OSVALDO FERREIRA AIRES. DESPACHO 1-Considerando o teor da certidÃ£o Ã fl.23, dÃª-se vistas dos autos ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. 2-ApÃ³s, retornem os autos conclusos. Cumpra-se. ConceiÃ§Ã£o do Araguaia - PA, 15 de fevereiro de 2022. CESAR LEANDRO PINTO MACHADO Juiz de Direito PROCESSO: 00128759120178140017 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CESAR LEANDRO PINTO MACHADO A??o: Reintegração / Manutenção de Posse em: 15/02/2022 REQUERENTE:COOPERATIVA DE CREDITO POUPANCA E INVESTIMENTO DO SUDOESTE MTPA SICREDI SUDOESTE MTPA Representante(s): OAB 19483 - ELAINE ALVES MARCAL (ADVOGADO) OAB 21929 - THAIZA SILVA BRITO (ADVOGADO) OAB 10.765 - CLAUDIA REGINA OLIVEIRA SANTOS FERREIRA (ADVOGADO) OAB 12.889 - FLAVIANY RIBEIRO GARCIA ALMEIDA (ADVOGADO) OAB 13311 - EDUARDO ALVES MARCAL (ADVOGADO) REQUERIDO:GUIDO CONTE. PÃ¡gina de 1 PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ 2Âª VARA CÃVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE CONCEIÃÃO DO ARAGUAIA DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Renove-se a intimaÃ§Ã£o da parte autora, atravÃ©s de seu advogado, via DJe, para se manifestar a respeito do retorno da carta precatÃ³ria juntada aos autos Ã s fls. 149/150, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, com ou sem resposta, conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â ConceiÃ§Ã£o do Araguaia- PA, 15 de fevereiro de 2022. CESAR LEANDRO PINTO MACHADO Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Criminal da Comarca. PROCESSO: 01195651820158140017 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CESAR LEANDRO PINTO MACHADO A??o: Liberdade em: 15/02/2022 REQUERENTE:DIVINO DE SOUSA MELO Representante(s): OAB 15773-B - LUCAS COELHO DE ALMEIDA (ADVOGADO) REQUERIDO:A

JUSTICA PUBLICA. DESPACHO 1-Considerando o teor da certidÃ£o Ã fl.13, dÃª-se vistas dos autos ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. 2-ApÃ³s, retornem os autos conclusos. Cumpra-se. ConceiÃ§Ã£o do Araguaia - PA, 15 de fevereiro de 2022. CESAR LEANDRO PINTO MACHADO Juiz de Direito PROCESSO: 00095264620188140017 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: REQUERENTE: M. O. S. S. REQUERIDO: J. V. S.

RESENHA: 13/04/2022 A 13/04/2022 - SECRETARIA DA 2ª VARA DE CONCEICAO DO ARAGUAIA - VARA: 2ª VARA CIVIL E PENAL DE CONCEICAO DO ARAGUAIA PROCESSO: 00005763320088140017 PROCESSO ANTIGO: 200810006244 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALINE COSTA DE SOUSA A??o: Divórcio Consensual em: 13/04/2022 REQUERENTE:JORGE ENRIQUE GASCA HERNANDEZ E ELIZETE SALES SODRE HERNANDEZ Representante(s): JOSE DANIEL OLIVEIRA DA LUZ (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Fica o(a) advogado(a) DANNIELLY LUCENA DA LUZ - OAB/PA NÂº 20870-B intimado(a) a devolver os autos do processo no prazo de 03 (trÃªs) dias, sob pena de comunicaÃ§Ã£o ao JuÃ-zo para adoÃ§Ã£o das penalidades cabÃ-veis. ConceiÃ§Ã£o do Araguaia, 13 de abril de 2021. ALINE COSTA DE SOUSA Diretora de Secretaria

COMARCA DE AFUÁ

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE AFUÁ

RESENHA: 31/05/2021 A 31/05/2021 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE AFUA - VARA: VARA UNICA DE AFUA PROCESSO: 00071284020198140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Declaração de Ausência em: 31/05/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DE ESTADO DO PARA REQUERENTE:JOANA VAZ DA SILVA REQUERIDO:RAIMUNDO BARBOSA DA SILVA. EDITAL Prazo de 1 (um) ano Por ordem do Exmo. Dr. Erick Costa Figueira, Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡, Estado do ParÃ¡, no uso de suas atribuiÃ§Ã£es legais, etc. Pelo presente Edital, indo devidamente assinado, extraÃ-do dos autos do Processo n.Âº 0007128-40.2019.8.14.0002 - DECLARAÃÃO DE AUSÃNCIA, em que figura como requerido: RAIMUNDO BARBOSA DA SILVA que atualmente encontra-se em lugar incerto e nÃ£o sabido, vem, em atenÃ§Ã£o Ã DecisÃ£o InterlocutÃ³ria de fl. 13, ANUNCIAR a arrecadaÃ§Ã£o dos bens do ausente supracitado e CHAMAR o mesmo a entrar na posse de seus bens, nos termos do Art. 745 do CPC, referente aos autos do processo em epÃ-grafe, que tramita neste FÃ³rum da Comarca de AfuÃ¡, sito na PraÃ§a Albertino BaraÃºna, s/n, centro, AfuÃ¡ (PA). Dado e passado nesta cidade e Comarca de AfuÃ¡, Estado do ParÃ¡, RepÃºblica Federativa do Brasil, ao(s) vinte e oito (28) dia(s) do mÃªs de maio de dois mil e vinte e um (2021). Eu, Elimar de Lima Cardoso, Auxiliar JudiciÃ¡rio, o digitei. Â ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ CERTIDÃO DE PUBLICAÃÃO Certifico para os devidos fins, que, nesta data, publiquei o presente edital, referente aos autos em epÃ-grafe, no mural do FÃ³rum desta Comarca de AfuÃ¡(PA). AfuÃ¡ (PA), ____ /____ / 2021. Assinatura do servidor

RESENHA: 31/05/2021 A 31/05/2021 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE AFUA - VARA: VARA UNICA DE AFUA PROCESSO: 00071284020198140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Declaração de Ausência em: 31/05/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DE ESTADO DO PARA REQUERENTE:JOANA VAZ DA SILVA REQUERIDO:RAIMUNDO BARBOSA DA SILVA. EDITAL Prazo de 1 (um) ano Por ordem do Exmo. Dr. Erick Costa Figueira, Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡, Estado do ParÃ¡, no uso de suas atribuiÃ§Ã£es legais, etc. Pelo presente Edital, indo devidamente assinado, extraÃ-do dos autos do Processo n.Âº 0007128-40.2019.8.14.0002 - DECLARAÃÃO DE AUSÃNCIA, em que figura como requerido: RAIMUNDO BARBOSA DA SILVA que atualmente encontra-se em lugar incerto e nÃ£o sabido, vem, em atenÃ§Ã£o Ã DecisÃ£o InterlocutÃ³ria de fl. 13, ANUNCIAR a arrecadaÃ§Ã£o dos bens do ausente supracitado e CHAMAR o mesmo a entrar na posse de seus bens, nos termos do Art. 745 do CPC, referente aos autos do processo em epÃ-grafe, que tramita neste FÃ³rum da Comarca de AfuÃ¡, sito na PraÃ§a Albertino BaraÃºna, s/n, centro, AfuÃ¡ (PA). Dado e passado nesta cidade e Comarca de AfuÃ¡, Estado do ParÃ¡, RepÃºblica Federativa do Brasil, ao(s) vinte e oito (28) dia(s) do mÃªs de maio de dois mil e vinte e um (2021). Eu, Elimar de Lima Cardoso, Auxiliar JudiciÃ¡rio, o digitei. Â ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ CERTIDÃO DE PUBLICAÃÃO Certifico para os devidos fins, que, nesta data, publiquei o presente edital, referente aos autos em epÃ-grafe, no mural do FÃ³rum desta Comarca de AfuÃ¡(PA). AfuÃ¡ (PA), ____ /____ / 2021. Assinatura do servidor

RESENHA: 31/05/2021 A 31/05/2021 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE AFUA - VARA: VARA UNICA DE AFUA PROCESSO: 00071284020198140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Declaração de Ausência em: 31/05/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DE ESTADO DO PARA REQUERENTE:JOANA VAZ DA SILVA REQUERIDO:RAIMUNDO BARBOSA DA SILVA. EDITAL Prazo de 1 (um) ano Por ordem do Exmo. Dr. Erick Costa Figueira, Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡, Estado do ParÃ¡, no uso de suas atribuiÃ§Ã£es legais, etc. Pelo presente Edital, indo devidamente

assinado, extraÃ-do dos autos do Processo n.Âº 0007128-40.2019.8.14.0002 - DECLARAÃÃO DE AUSÃNCIA, em que figura como requerido: RAIMUNDO BARBOSA DA SILVA que atualmente encontra-se em lugar incerto e nÃ£o sabido, vem, em atenÃ§Ã£o Ã DecisÃ£o InterlocutÃ³ria de fl. 13, ANUNCIAR a arrecadaÃ§Ã£o dos bens do ausente supracitado e CHAMAR o mesmo a entrar na posse de seus bens, nos termos do Art. 745 do CPC, referente aos autos do processo em epÃ-grafe, que tramita neste FÃ³rum da Comarca de AfuÃ¡, sito na PraÃ§a Albertino BaraÃºna, s/n, centro, AfuÃ¡ (PA). Dado e passado nesta cidade e Comarca de AfuÃ¡, Estado do ParÃ¡, RepÃºblica Federativa do Brasil, ao(s) vinte e oito (28) dia(s) do mÃªs de maio de dois mil e vinte e um (2021). Eu, Elimar de Lima Cardoso, Auxiliar JudiciÃ¡rio, o digitei. Â ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ CERTIDÃO DE PUBLICAÃÃO Certifico para os devidos fins, que, nesta data, publiquei o presente edital, referente aos autos em epÃ-grafe, no mural do FÃ³rum desta Comarca de AfuÃ¡(PA). AfuÃ¡ (PA), ____ /____ / 2021. Assinatura do servidor

RESENHA: 31/05/2021 A 31/05/2021 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE AFUA - VARA: VARA UNICA DE AFUA PROCESSO: 00071284020198140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Declaração de Ausência em: 31/05/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DE ESTADO DO PARA REQUERENTE:JOANA VAZ DA SILVA REQUERIDO:RAIMUNDO BARBOSA DA SILVA. EDITAL Prazo de 1 (um) ano Por ordem do Exmo. Dr. Erick Costa Figueira, Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡, Estado do ParÃ¡, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, etc. Pelo presente Edital, indo devidamente assinado, extraÃ-do dos autos do Processo n.Âº 0007128-40.2019.8.14.0002 - DECLARAÃÃO DE AUSÃNCIA, em que figura como requerido: RAIMUNDO BARBOSA DA SILVA que atualmente encontra-se em lugar incerto e nÃ£o sabido, vem, em atenÃ§Ã£o Ã DecisÃ£o InterlocutÃ³ria de fl. 13, ANUNCIAR a arrecadaÃ§Ã£o dos bens do ausente supracitado e CHAMAR o mesmo a entrar na posse de seus bens, nos termos do Art. 745 do CPC, referente aos autos do processo em epÃ-grafe, que tramita neste FÃ³rum da Comarca de AfuÃ¡, sito na PraÃ§a Albertino BaraÃºna, s/n, centro, AfuÃ¡ (PA). Dado e passado nesta cidade e Comarca de AfuÃ¡, Estado do ParÃ¡, RepÃºblica Federativa do Brasil, ao(s) vinte e oito (28) dia(s) do mÃªs de maio de dois mil e vinte e um (2021). Eu, Elimar de Lima Cardoso, Auxiliar JudiciÃ¡rio, o digitei. Â ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ CERTIDÃO DE PUBLICAÃÃO Certifico para os devidos fins, que, nesta data, publiquei o presente edital, referente aos autos em epÃ-grafe, no mural do FÃ³rum desta Comarca de AfuÃ¡(PA). AfuÃ¡ (PA), ____ /____ / 2021. Assinatura do servidor

RESENHA: 31/05/2021 A 31/05/2021 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE AFUA - VARA: VARA UNICA DE AFUA PROCESSO: 00071284020198140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Declaração de Ausência em: 31/05/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DE ESTADO DO PARA REQUERENTE:JOANA VAZ DA SILVA REQUERIDO:RAIMUNDO BARBOSA DA SILVA. EDITAL Prazo de 1 (um) ano Por ordem do Exmo. Dr. Erick Costa Figueira, Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡, Estado do ParÃ¡, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, etc. Pelo presente Edital, indo devidamente assinado, extraÃ-do dos autos do Processo n.Âº 0007128-40.2019.8.14.0002 - DECLARAÃÃO DE AUSÃNCIA, em que figura como requerido: RAIMUNDO BARBOSA DA SILVA que atualmente encontra-se em lugar incerto e nÃ£o sabido, vem, em atenÃ§Ã£o Ã DecisÃ£o InterlocutÃ³ria de fl. 13, ANUNCIAR a arrecadaÃ§Ã£o dos bens do ausente supracitado e CHAMAR o mesmo a entrar na posse de seus bens, nos termos do Art. 745 do CPC, referente aos autos do processo em epÃ-grafe, que tramita neste FÃ³rum da Comarca de AfuÃ¡, sito na PraÃ§a Albertino BaraÃºna, s/n, centro, AfuÃ¡ (PA). Dado e passado nesta cidade e Comarca de AfuÃ¡, Estado do ParÃ¡, RepÃºblica Federativa do Brasil, ao(s) vinte e oito (28) dia(s) do mÃªs de maio de dois mil e vinte e um (2021). Eu, Elimar de Lima Cardoso, Auxiliar JudiciÃ¡rio, o digitei. Â ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ CERTIDÃO DE PUBLICAÃÃO Certifico para os devidos fins, que, nesta data, publiquei o presente edital, referente aos autos em epÃ-grafe, no mural do FÃ³rum desta Comarca de AfuÃ¡(PA). AfuÃ¡ (PA), ____ /____ / 2021. Assinatura do servidor

RESENHA: 09/04/2022 A 13/04/2022 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE AFUA - VARA: VARA UNICA DE AFUA PROCESSO: 00001878920108140002 PROCESSO ANTIGO: 201020001214 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Auto de Prisão em Flagrante em: 13/04/2022 ACUSADO:MICHEL SANTOS DE SOUZA. EDITAL DE INTIMAÃÃO Prazo de 15 (quinze) dias Por ordem do Exmo. Dr. Erick Costa Figueira, Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡, Estado do ParÃ¡, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, etc. Pelo presente Edital, indo devidamente assinado, extraÃ-do dos autos do Processo n.Âº 0000187-89.2010.8.14.0002 - AUTOS DE PRISÃO EM FLAGRANTE, em que figura como flagranteado: MICHEL SANTOS DE SOUZA, que atualmente encontra-se em lugar incerto e nÃ£o sabido, fica devidamente INTIMADO dos termos da SentenÃ§a de fl. 40, referente aos autos do processo em epÃ-grafe, que tramita neste FÃ³rum da Comarca de AfuÃ¡, sito na PraÃ§a Albertino BaraÃºna, s/n, centro, AfuÃ¡ (PA). Dado e passado nesta cidade e Comarca de AfuÃ¡, Estado do ParÃ¡, RepÃºblica Federativa do Brasil, ao(s) treze (13) dia(s) do mÃªs de abril de dois mil e vinte dois (2022). Eu, Arthur Santos Dias de Lacerda, Diretor de Secretaria da Vara Ãnica de AfuÃ¡. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â (Assinado Digitalmente) ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ CERTIDÃO DE PUBLICAÃÃO Certifico para os devidos fins, que, nesta data, publiquei o presente edital, referente aos autos em epÃ-grafe, no mural do FÃ³rum desta Comarca de AfuÃ¡(PA). AfuÃ¡ (PA), ____ /____ / 2022. Assinatura do servidor PROCESSO: 00030839520168140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARTHUR SANTOS DIAS DE LACERDA A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 13/04/2022 REQUERENTE:BANCO BRADESCO Representante(s): NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 1861 - WILKER RAMON SALOMAO FERNANDES (ADVOGADO) REQUERIDO:J ALMEIDA BATISTA NAVEGAO ME Representante(s): OAB 0428 - IDELFONSO PANTOJA DA SILVA JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:MANOEL MARIA CARDOSO FILHO REQUERIDO:J ALMEIDA ME. ATO ORDINATÃRIO Em observÃ¢ncia ao Provimento nÂ° 006/2006 da CJRMB e por ordem do Exmo. Sr. Dr. Erick Costa Figueira, Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ (PA), intimo a parte exequente, por seu procurador, Dr. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES, OAB/SP n.Âº 128.341 e OAB/PA nÂº 15.201-A, para que se manifeste, no prazo de 10 (dez) dias, a fim de indicar bens penhorÃ¡veis, sob pena de extinÃ§Ã£o do feito. AfuÃ¡ (PA), 13 de abril de 2022. Arthur Santos Dias de Lacerda Diretor de Secretaria da Comarca de AfuÃ¡ (PA) CERTIDÃO DE PUBLICAÃÃO NO DJE/PA Certifico que o presente ato foi publicado no DJE/PA do dia ____/____/2022, EdiÃ§Ã£o n.Âº_____/2022. AfuÃ¡ ___/___/ 2022. Assinatura do servidor

RESENHA: 17/03/2022 A 17/03/2022 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE AFUA - VARA: VARA UNICA DE AFUA PROCESSO: 00008020620158140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Tutela e Curatela - Nomeação em: 17/03/2022 REQUERENTE:MARA CRISTINA RODRIGUES DA SILVA REQUERIDO:CARMEM LUCIA DOS SANTOS RODRIGUES. Â PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â O exercÃ-cio vÃ¡lido e regular do direito de aÃ§Ã£o demanda a integralizaÃ§Ã£o dos pressupostos processuais e das condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o, que sÃ£o institutos de ordem estritamente processual e que nÃ£o determinam a existÃªncia ou nÃ£o do direito material juridicamente tutelado. Â Â Â Â Â Â Â Â Os pressupostos processuais sÃ£o requisitos de existÃªncia e validade da relaÃ§Ã£o jurÃ-dico-processual, ao passo que as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o sÃ£o requisitos para viabilidade do julgamento de mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â De acordo com o CPC/2015, sÃ£o duas as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o: legitimidade e interesse processual. Â Â Â Â Â Â Â Â O interesse processual deve estar presente em todo o curso do processo, cabendo ao autor da demanda ter um comportamento ativo no andamento do feito, promovendo os atos e as diligÃªncias ao seu encargo, a exemplo de manter seu endereÃ§o sempre atualizado, a fim de que possa ser localizado para os atos do processo, e comparecer a todos os atos para os quais for intimado. Â Â Â Â Â Â Â Â Verificada a ausÃªncia do interesse processual, o juiz poderÃ¡ conhecer de ofÃ-cio da matÃ©ria, independentemente da fase processual, e extinguir o processo sem resolver o mÃ©rito da causa (art. 485, inciso VI e Â§3Âº, do CPC). Â Â Â Â Â Â Â Â Vertendo anÃ¡lise para o presente caso, observo que a parte autora deixou de demonstrar o seu interesse processual ao longo do curso processual. Â Â Â Â Â Â Â Â A utilidade e a necessidade do provimento jurisdicional devem ser demonstradas ao longo do processo com a efetiva participaÃ§Ã£o do autor da demanda em busca da decisÃ£o de mÃ©rito. Nisso consiste a demonstraÃ§Ã£o do interesse

processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por negligÃªncia ou desÃ-dia, o autor da demanda manteve-se inerte com o passar do tempo, contribuindo para a paralisaÃ§Ã£o do processo, fazendo-me acreditar que nÃ£o mais persistem os motivos ensejadores do acionamento judicial e, portanto, nÃ£o tem mais interesse em prosseguir com a aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tais as circunstÃ¢ncias, em face da ausÃªncia de interesse processual, a decisÃ£o de mÃ©rito tornou-se desnecessÃ¡ria e sem utilidade ao autor da demanda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, conheÃ§o de ofÃ-cio da matÃ©ria e DECLARO extinto o processo, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, na forma do artigo 485, inciso VI e Â§3Âº, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas e honorÃ¡rios advocatÃ-cios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. IntimaÃ§Ã£o dispensada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CIÃNCIA ao MinistÃ©rio PÃºblico, quando houver previsÃ£o legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com o trÂ¢nsito em julgado, CERTIFIQUE-SE o ocorrido e ARQUIVEM-SE os autos com as baixas no sistema. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, promovendo os atos necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), 17 de marÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PROCESSO: 00036644220188140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Tutela e Curatela - Nomeação em: 17/03/2022 REQUERENTE:MARCIA RODRIGUES DA SILVA Representante(s): OAB 1861 - WILKER RAMON SALOMAO FERNANDES (ADVOGADO) REQUERIDO:CARMEM LUCIA SANTOS RODRIGUES. Â PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O exercÃ-cio vÃ¡lido e regular do direito de aÃ§Ã£o demanda a integralizaÃ§Ã£o dos pressupostos processuais e das condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o, que sÃ£o institutos de ordem estritamente processual e que nÃ£o determinam a existÃªncia ou nÃ£o do direito material juridicamente tutelado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os pressupostos processuais sÃ£o requisitos de existÃªncia e validade da relaÃ§Ã£o jurÃ-dico-processual, ao passo que as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o sÃ£o requisitos para viabilidade do julgamento de mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â De acordo com o CPC/2015, sÃ£o duas as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o: legitimidade e interesse processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O interesse processual deve estar presente em todo o curso do processo, cabendo ao autor da demanda ter um comportamento ativo no andamento do feito, promovendo os atos e as diligÃªncias ao seu encargo, a exemplo de manter seu endereÃ§o sempre atualizado, a fim de que possa ser localizado para os atos do processo, e comparecer a todos os atos para os quais for intimado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Verificada a ausÃªncia do interesse processual, o juiz poderÃ¡ conhecer de ofÃ-cio da matÃ©ria, independentemente da fase processual, e extinguir o processo sem resolver o mÃ©rito da causa (art. 485, inciso VI e Â§3Âº, do CPC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vertendo anÃ¡lise para o presente caso, observo que a parte autora deixou de demonstrar o seu interesse processual ao longo do curso processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A utilidade e a necessidade do provimento jurisdicional devem ser demonstradas ao longo do processo com a efetiva participaÃ§Ã£o do autor da demanda em busca da decisÃ£o de mÃ©rito. Nisso consiste a demonstraÃ§Ã£o do interesse processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por negligÃªncia ou desÃ-dia, o autor da demanda manteve-se inerte com o passar do tempo, contribuindo para a paralisaÃ§Ã£o do processo, fazendo-me acreditar que nÃ£o mais persistem os motivos ensejadores do acionamento judicial e, portanto, nÃ£o tem mais interesse em prosseguir com a aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tais as circunstÃ¢ncias, em face da ausÃªncia de interesse processual, a decisÃ£o de mÃ©rito tornou-se desnecessÃ¡ria e sem utilidade ao autor da demanda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, conheÃ§o de ofÃ-cio da matÃ©ria e DECLARO extinto o processo, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, na forma do artigo 485, inciso VI e Â§3Âº, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas e honorÃ¡rios advocatÃ-cios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. IntimaÃ§Ã£o dispensada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CIÃNCIA ao MinistÃ©rio PÃºblico, quando houver previsÃ£o legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com o trÂ¢nsito em julgado, CERTIFIQUE-SE o ocorrido e ARQUIVEM-SE os autos com as baixas no sistema. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, promovendo os atos necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), 17 de marÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PROCESSO: 00060926020198140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Tutela e Curatela - Nomeação em: 17/03/2022 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REQUERENTE:ANTONIO PORTAL DE ALMEIDA REQUERIDO:EDAIR JOSE SILVA DE ALMEIDA Representante(s): OAB 4694 - HUANDERSON CARDOSO ALMEIDA (CURADOR ESPECIAL) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ Â TERMO DE AUDIÃNCIA Processo 0006092-60.2019.8.14.0002 Â Â Â Â Â Â Â Â Â No dia 17 de marÃ§o de 2022, na Sala de AudiÃªncias do FÃ³rum da Comarca de AfuÃ¡, Estado do ParÃ¡, presentes o Dr. ERICK COSTA FIGUEIRA, MM. Juiz de Direito Titular desta Comarca, juntamente comigo, SecretÃ¡ria de AudiÃªncias ad hoc, adiante declarado, bem como o Promotor de JustiÃ§a MÃRIO CESAR NABANTINO ARRAIS BRAÃNA. Aberta a audiÃªncia e feito o pregÃ£o de praxe, verificou-se a presenÃ§a

do Requerente ANTÃNIO PORTAL DE ALMEIDA, e do interditando EDAIR JOSÃ SILVA DE ALMEIDA. Iniciada a audiÃªncia, o MM. Juiz nomeou o Dr. HUANDERSON CARDOSO ALMEIDA, OAB/AP 4694, como curador especial do interditando. ApÃ³s, passou-se ao interrogatÃ³rio do interditando e observou-se a confusÃ£o mental para responder perguntas simples como a sua data de nascimento e o nome de seus pais. O interrogatÃ³rio foi interrompido a pedido do MinistÃ©rio PÃºblico, considerando a total impossibilidade de comunicaÃ§Ã£o, em virtude de problemas psiquiÃ¡tricos. Consultada sobre o interesse de impugnar o pedido, o curador especial respondeu negativamente, renunciando ao prazo legal. Ouvido, o MinistÃ©rio PÃºblico posicionou-se pela decretaÃ§Ã£o da interdiÃ§Ã£o, uma vez que o interditando nÃ£o estÃ¡ apta Ã prÃ¡tica dos atos da vida civil, sendo necessÃ¡ria a nomeaÃ§Ã£o do Requerente como curador do interditando. Em seguida, o MM. Juiz proferiu a seguinte SENTENÃA EM AUDIÃNCIA: ANTÃNIO PORTAL DE ALMEIDA, qualificado nos autos, ingressou com a presente aÃ§Ã£o de interdiÃ§Ã£o de EDAIR JOSÃ SILVA DE ALMEIDA, alegando, em sÃ-ntese, que o interditando estÃ¡ acometido de doenÃ§a mental congÃªnita, alÃ©m de asma; que se encontra incapacitado para o trabalho e nÃ£o pode, por si sÃ³, praticar os atos da vida civil; que Ã© pai do interditando e Ã© o Ãºnico responsÃ¡vel por ele; que a presente interdiÃ§Ã£o destina-se a possibilitar o recebimento de benefÃ-cios junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Requereu, assim, a interdiÃ§Ã£o e sua nomeaÃ§Ã£o como curador. Juntou documentos pessoais e laudo mÃ©dico (fls. 07-13). A DecisÃ£o de fl. 14, determinou a citaÃ§Ã£o do interrogando e designou data para a realizaÃ§Ã£o do seu interrogatÃ³rio. Citado, compareceu Ã audiÃªncia, mas nÃ£o pÃ´de ser interrogado, tendo em vista suas condiÃ§Ãµes pessoais. Instado, o curador especial manifestou nÃ£o ter interesse em impugnar o pedido. Em seu parecer, o Representante do MinistÃ©rio PÃºblico requereu o julgamento antecipado da lide, por considerar desnecessÃ¡ria a realizaÃ§Ã£o de nova perÃ-cia e a produÃ§Ã£o de prova oral, dando parecer favorÃ¡vel ao pedido do autor. Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR. Primeiramente, consigno que o caso realmente estÃ¡ a exigir julgamento antecipado. As circunstÃ¢ncias do caso, a existÃªncia de laudo mÃ©dico e o contato direto com o interditando em audiÃªncia revelam-me a desnecessidade de realizaÃ§Ã£o de nova perÃ-cia e a produÃ§Ã£o de prova oral. Da anÃ¡lise dos autos, verifico que o Laudo MÃ©dico que instrui a inicial (fl. 10), devidamente firmado por profissional da Ã¡rea mÃ©dica, constatou que o interditando Ã© realmente portador de doenÃ§a que o torna incapaz para os atos da vida civil. Mas nÃ£o Ã© sÃ³. Quando da realizaÃ§Ã£o do interrogatÃ³rio, previsto no artigo 751 do CÃ³digo de Processo Civil (CPC/2015), o contato direto com o interditando confirmou, extreme de dÃºvidas, o atestado mÃ©dico que instrui a inicial. Em que pese posiÃ§Ãµes doutrinÃ¡rias e jurisprudenciais em contrÃ¡rio, entendo que, no presente caso, nÃ£o hÃ¡ que se falar na necessidade da realizaÃ§Ã£o de novo exame mÃ©dico. Consoante asseverado, nos autos jÃ¡ existe o referido laudo mÃ©dico, firmado por profissional idÃ´neo, onde se constatam as deficiÃªncias do interditando e a sua impossibilidade de exercer as atividades diÃ¡rias normais e as relativas ao trabalho. Por isso, nÃ£o haverÃ¡ qualquer violaÃ§Ã£o Ã disposiÃ§Ã£o contida no artigo 753 do CPC/2015, o qual prevÃª, tÃ£o somente, a realizaÃ§Ã£o de um exame por profissional habilitado, que jÃ¡ foi trazido aos autos desde a propositura da aÃ§Ã£o. A circunstÃ¢ncia do exame mÃ©dico ter sido realizado jÃ¡ antes da propositura da presente aÃ§Ã£o, por si sÃ³, nÃ£o Ã© suficiente para que se determine a realizaÃ§Ã£o de novo exame, atÃ© porque, caso contrÃ¡rio, haveria grave ofensa aos princÃ-pios da economia processual e da celeridade, ambos inerentes ao moderno direito processual civil pÃ¡trio. Ã exatamente o que ocorre na hipÃ³tese ora colocada a deslinde judicial, uma vez que o pedido contido na inicial deixa claro que se trata de curatela, com o fim especÃ-fico de proporcionar ao interditando a possibilidade de obter o benefÃ-cio previdenciÃ¡rio. Ante o exposto, DECRETO A INTERDIÃÃO de EDAIR JOSÃ SILVA DE ALMEIDA, declarando-o incapaz de exercer, por si sÃ³, as atividades da vida diÃ¡ria e do trabalho. Em consequÃªncia, de acordo com o artigo 755, inciso I, do CPC/2015, nomeio como curador do interditando o requerente ANTÃNIO PORTAL DE ALMEIDA, limitado aos especÃ-ficos poderes para representÃ¡-la perante as RepartiÃ§Ãµes PÃºblicas, Federal, Estadual, Municipal, Secretarias e Departamentos, Autarquias e Paraestatais, em todo o territÃ³rio nacional; PrevidÃªncia Social do Brasil e Instituto Nacional do Seguro Social, para requerer benefÃ-cios, revisÃ£o e interpor recursos, receber mensalidades de benefÃ-cios, receber quantias atrasadas e firmar recibos de pagamentos, cadastrar senha para extratos e consultas previdenciÃ¡rias via internet e agÃªncia, realizar outros procedimentos relativos a um benefÃ-cio ou processo administrativo; Empresas e InstituiÃ§Ãµes PÃºblicas ou Privadas, Planos de SaÃºde, ClÃ-nicas, Hospitais, LaboratÃ³rios, Bancos, inclusive podendo movimentar contas correntes nos bancos e estabelecimentos de crÃ©dito em geral, desta praÃ§a, depositar e retirar dinheiro, requisitar cartÃ£o eletrÃ´nico, movimentar conta corrente com cartÃ£o eletrÃ´nico, sustar, cancelar e encerrar contas, solicitar saldos e extratos, cadastrar, alterar e desbloquear senhas; resolvendo todos e quaisquer assuntos de seu interesse, podendo assinar propostas, contratos, papÃ©is e quaisquer documentos, transigir, receber, pagar, firmar recibos e aceitar quitaÃ§Ã£o, cobrar e

receber amigavelmente e judicialmente toda a importÃ¢ncia ou documentos que lhe for devido por qualquer tÃ-tulo, pessoa ou proveniÃªncia; podendo, enfim, praticar todos os atos necessÃ¡rios ao bom e fiel cumprimento desta especÃ-fica curatela-mandato mediante termo de compromisso. Extingo o feito com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, com base no inciso I do artigo 487 do CPC. EXPEÃA-SE termo de curatela. Proceda-se com as cautelas do Â§ 3Âº do artigo 755 do CPC. Diante da ausÃªncia de comprovaÃ§Ã£o de bens em nome do interditando, dispenso, desde logo, a especializaÃ§Ã£o em hipoteca legal. Sem custas, ante o deferimento da gratuidade de justiÃ§a que ora defiro. Sem honorÃ¡rios advocatÃ-cios, porque nÃ£o houve resistÃªncia Ã pretensÃ£o. Certificado o trÃ¢nsito em julgado, ARQUIVEM-SE os autos, com as baixas e anotaÃ§Ãµes necessÃ¡rias. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessÃ¡rio e adotando as medidas necessÃ¡rias. Nada mais havendo, lavrei o presente termo, que lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, GeÃ³rgia Biatriz dos Santos de Oliveira, SecretÃ¡ria de AudiÃªncias, digitei, conferi e assino. Juiz de Direito: - Assinado Eletronicamente - Promotor de JustiÃ§a: - Assinado Eletronicamente - Requerente: _____

Interditando: _____

Curador especial: _____

COMARCA DE BRAGANÇA

SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE BRAGANÇA

PROCESSO:0800274-05.2021.8.14.0009 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 03/02/2021 ---AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL VITIMA:A.P.R.D.S DENUNCIADO: FABIO LIMA DA SILVA Representante: MARIA IVANILZA TOBIAS DE SOUSA - OAB PA19109, RENATA VIVIANE RODRIGUES DE SOUZA ¿ OAB 27863, VANESSA CANUTO DOS SANTOS - OAB 27720 DENUNCIADO: ANA PAULA REIS DA SILVA Representante: MARIA IVANILZA TOBIAS DE SOUSA - OAB PA19109 (ADVOGADO) PROMOTOR: ADRIANA PASSOS FERREIRA. DECISÃO: 1. À vista da defesa preliminar apresentada, não se verifica a incidência de nenhuma das hipóteses de absolvição sumária previstas no art. 397 do CPP, urgindo o regular prosseguimento da ação penal. 2. Assim, mantenho o recebimento da Denúncia em todos os seus termos. 3. Designo audiência de instrução e julgamento para o **DIA 05 DE MAIO DE 2022, ÀS 09:00 HORAS,** . 4. Intimem-se e Requisite-se. 5. Intimem-se as testemunhas arroladas pelas partes. 6. Ciência ao Ministério Público e Defesa. Bragança, 02/02/2022. **ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO** Juíza de Direito Vara Criminal da Comarca de Bragança

PROCESSO:0006021-03.2020.8.14.0009 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/10/2020 ---AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL VITIMA:J.A.S.M DENUNCIADO: SAMERSON MICHELL LIMA DE MELO Representante: OAB-PA 25826 PEDRO BRAGA GOMES (ADVOGADO) PROMOTOR: ADRIANA PASSOS FERREIRA. DECISÃO: 1. À vista da defesa preliminar apresentada, não se verifica a incidência de nenhuma das hipóteses de absolvição sumária previstas no art. 397 do CPP, urgindo o regular prosseguimento da ação penal. 2. Assim, mantenho o recebimento da Denúncia em todos os seus termos. 3. Designo audiência de instrução e julgamento para o **DIA 12 DE MAIO DE 2022, ÀS 09:00 HORAS,** . 4. Intimem-se e Requisite-se. 5. Intimem-se as testemunhas arroladas pelas partes. 6. Ciência ao Ministério Público e Defesa. Bragança, 02/02/2022. **ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO** Juíza de Direito Vara Criminal da Comarca de Bragança

PROCESSO:0000021-60.2015.8.14.0009 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 02/06/2016 ---AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL VITIMA:B.A.F DENUNCIADO: GEOVANI QUADROS BORGES Representante: OAB-PA 4220 OMAR BUERES (ADVOGADO) PROMOTOR: ADRIANA PASSOS FERREIRA. DECISÃO: 1. À vista da defesa preliminar apresentada, não se verifica a incidência de nenhuma das hipóteses de absolvição sumária previstas no art. 397 do CPP, urgindo o regular prosseguimento da ação penal. 2. Assim, mantenho o recebimento da Denúncia em todos os seus termos. 3. Designo audiência de instrução e julgamento para o **DIA 12 DE MAIO DE 2022, ÀS 10:00 HORAS,** . 4. Intimem-se e Requisite-se. 5. Intimem-se as testemunhas arroladas pelas partes. 6. Ciência ao Ministério Público e Defesa. Bragança, 30/09/2021. **ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO** Juíza de Direito Vara Criminal da Comarca de Bragança

PROCESSO:0007085-48.2020.8.14.0009 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSE DIAS DE ALMEIDA JUNIOR Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: --AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL VITIMA:E.S.C DENUNCIADO: ENIVALDO MONTEIRO DOS SANTOS Representante: OAB 21422 ¿ VAGNER MONTEIRO (ADVOGADO) PROMOTOR: FRANCISCO SIMEÃO DE ALMEIDA LIMA. DECISÃO: 1. À vista da defesa preliminar apresentada, não se verifica a incidência de nenhuma das hipóteses de absolvição sumária previstas no art. 397 do CPP, urgindo o regular prosseguimento da ação penal. 2. Assim, mantenho o recebimento da Denúncia em todos os seus termos. 3. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 13/05/2022 às 10:00 horas. 4. Intimem-se e Requisite-se. 5. Intimem-se as testemunhas arroladas pelas partes. 6. Ciência ao Ministério Público e Defesa. Bragança, 13/04/2021. JOSE FROTA DE VASCONCELLOS DIAS Juíz Titular da Vara Criminal da Comarca de Bragança

COMARCA DE NOVA TIMBOTEUA

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE NOVA TIMBOTEUA

PORTARIA 11/2022

Considerando a Portaria 024/2022-CGJ que instaurou de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor do senhor ELZEMIR CECIM ABRAÃO, Oficial do Cartório Extrajudicial da Comarca de Nova Timboteua, afim de apurar os fatos descritos no processo n. 0000018-62.2022.2.00.0814:

I. Nomeio para composição da Comissão Processante a servidora **CINTHIA MOREIRA BRITO,** Analista Judiciário, matricula: 143600, **devendo esta exercer a função de secretária**.

II. Nomeio também para compor a Comissão Processante a servidora **JANAINA MENDONÇA SANTIAGO,** Auxiliar Judiciário, matricula: 157813.

III. Publique-se esta Portaria no Diário da Justiça.

Expeça-se o for .

Nova Timboteua, 10 de abril de 2022.

OMAR JOSÉ MIRANDA CHERPINSKI

de Titular da Comarca de Nova Timboteua, Presidente da Comissão Processante

RESENHA: 08/04/2022 A 13/04/2022 - GABINETE DA VARA UNICA DE NOVA TIMBOTEUA - VARA: VARA UNICA DE NOVA TIMBOTEUA PROCESSO: 00009452520178140034 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CINTHIA BRITO MOREIRA A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 11/04/2022 VITIMA:E. L. S. ACUSADO:JOAO MARIA DE SOUSA Representante(s): OAB 3970 - MARCOS BENEDITO DIAS (ADVOGADO) TESTEMUNHA:MARIA DE NAZARE ALVES DE SOUSA TESTEMUNHA:JOSE EDMILSON GUIMARAES TESTEMUNHA:RENAN DA SILVA OLIVEIRA TESTEMUNHA:FERNANDA COSTA FARIAS AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DE DO ESTADO DO PARA. ATO ORDINATÃRIO Em observÃ¢ncia ao Provimento nÂ° 006/2006 da CJRMB, intimo a defesa, por seu procurador, Dr. MARCOS BENEDITO DIAS, OAB/PA 3970, para que ofereÃ§a endereÃ§o atualizado das testemunhas arroladas. Â Â Â Â Â Â Â Nova Timboteua (PA), 08 de abril de 2022. Cinthia Brito Moreira Diretora de Secretaria CERTIDÃO DE PUBLICAÃÃO NO DJE/PA Certifico que o presente ato foi publicado no DJE/PA, do dia ____/____/2022, EdiÃ§Ã£o n.Âº_____ / 2022. Nova Timboteua (PA), ___/___/ 2022. Assinatura do servidor PROCESSO: 00015616320188140034 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CINTHIA BRITO MOREIRA A??o: Cumprimento de sentença em: 11/04/2022 REQUERENTE:AGRICIO BASILIO DE FREITAS Representante(s): OAB 12718 - CELLIBRI SILVA ASSAD FREITAS (ADVOGADO) REQUERIDO:INSS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. ATO ORDINATÃRIO Em observÃ¢ncia ao Provimento nÂ° 006/2006 da CJRMB, abro vista dos autos para parte requerente, para apresentar impugnaÃ§Ã£o ao cumprimento de sentenÃ§a, conforme determinaÃ§Ã£o retro. Â Â Â Â Â Â Â Nova Timboteua (PA), 08 de abril de 2022. Cinthia Brito Moreira Diretora de Secretaria CERTIDÃO DE

PUBLICAÃÃO NO DJE/PA Certifico que o presente ato foi publicado no DJE/PA, do dia ____/____/2022, EdiÃ§Ã£o n.Âº_____ / 2022. Nova Timboteua (PA), ___/___/ 2022. Assinatura do servidor

RESENHA: 08/04/2022 A 13/04/2022 - GABINETE DA VARA UNICA DE NOVA TIMBOTEUA - VARA: VARA UNICA DE NOVA TIMBOTEUA PROCESSO: 00014496020198140034 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OMAR JOSE MIRANDA CHERPINSKI A??o: Inventário em: 11/04/2022 REQUERENTE:SUANE SILVA E SILVA Representante(s): OAB 20999 - GABRIEL WILSON SILVA BENTES (ADVOGADO) LUCICLEIDE FURTADO MONTEIRO (REP LEGAL) ENVOLVIDO:DAVID LUA MONTEIRO DA SILVA. PROCESSO: 0001449-60.2019.8.14.0034 Requerente: S. S. E. S, representada por Lucicleyde Furtado Monteiro (Adv. Gabriel Wilson Silva Bentes, OAB/PA 20.999) SENTENÃA 1.Â Â Â Â Â Tratam-se os autos de AÃ§Ã£o de InventÃ¡rio Negativo tendo a representante da autora pugnado pela extinÃ§Ã£o do feito pela desistÃªncia, informando que nÃ£o hÃ¡ veÃ-culos ou bens em nome do de cujus. 2.Â Â Â Â Â Portanto, nos termos do artigo 485, inciso VIII, do CPC, JULGO O PROCESSO EXTINTO SEM JULGAMENTO DO MÃRITO. 3.Â Â Â Â Â Abra-se vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para ciÃªncia. Â P.R.I.Â e apÃ³s o trÃ¢nsito em julgado arquive-se com as cautelas legais. Nova Timboteua, 11 de abril de 2022. OMAR JOSÃ MIRANDA CHERPINSKI Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Nova Timboteua PROCESSO: 00019010720188140034 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OMAR JOSE MIRANDA CHERPINSKI A??o: Inventário em: 11/04/2022 REQUERENTE:ANA MARIA OLIVEIRA DA COSTA Representante(s): OAB 10855 - CIRIA NAZARE DO SOCORRO BATISTA DOS SANTOS (ADVOGADO) REQUERENTE:ADEMIR OLIVEIRA DA COSTA REQUERENTE:ANTONIA MARIA OLIVEIRA DA COSTA INVENTARIANTE:CREUZA MARIA OLIVEIRA DA COSTA Representante(s): OAB 10855 - CIRIA NAZARE DO SOCORRO BATISTA DOS SANTOS (ADVOGADO) REQUERENTE:FRANCISCO DE ASSIS OLIVEIRA DA COSTA REQUERENTE:MARIA JOSE DA COSTA RODRIGUES REQUERENTE:MARIA ZULEIDE OLIVEIRA DA COSTA REQUERENTE:REGINALDO DE OLIVEIRA COSTA REQUERENTE:ROSA MARIA DA COSTA DA SILVA REQUERENTE:VALMIR OLIVEIRA DA COSTA. SENTENÃA Â Cuida-se de pedido do INVENTÃRIO NEGATIVO formulado por CREUZA MARIA OLIVEIRA DA COSTA e OUTROS, em razÃ£o do falecimento de sua genitora, DEUSANIRA AUGUSTA DEUSA MARIA DA COSTA, sem que tivesse deixado qualquer bem a inventariar. Â A inicial veio instruÃ-da, com os documentos de identificaÃ§Ã£o dos requerentes e da de cujus, certidÃ£o de Ã³bito, CertidÃ£o negativa de registro de imÃ³veis do CartÃ³rio de Registro de ImÃ³veis de Nova Timboteua, CertidÃ£o negativa de dÃ©bitos municipal. Â A senhora Creuza Maria foi nomeada como inventariante, conforme requerido na inicial. Â Informaram os autores que necessitavam na abertura do inventÃ¡rio para que pudessem se habilitar para receber valores pendentes de pagamento em processo judicial em trÃ¢mite perante a JustiÃ§a Federal. Ressalto que tais valores nÃ£o geram nenhum efeito hereditÃ¡rio. Â NÃ£o consta parecer do MinistÃ©rio PÃºblico em razÃ£o da inexistÃªncia de menores ou incapazes.Â Embora o CÃ³digo de Processo Civil nÃ£o trate da matÃ©ria, o inventÃ¡rio negativo tem sido aceito por grande maioria dos doutrinadores, e a jurisprudÃªncia tÃªm admitido o seu processamento. Â O inventÃ¡rio negativo Ã© realizado quando o falecido nÃ£o deixou bens ou direitos, mas os herdeiros, por algum motivo especÃ-fico, buscam realizÃ¡-lo para sanar eventuais situaÃ§Ãµes particulares. Serve para que os herdeiros assegurem que nÃ£o serÃ£o responsabilizados, em virtude da ausÃªncia de bens e direitos do falecido - caso este tenha deixado dÃ-vidas. Outra finalidade para a aplicaÃ§Ã£o do inventÃ¡rio negativo decorre do interesse do cÃ´njuge supÃ©rstite de afastar a causa suspensiva em relaÃ§Ã£o a uma nova relaÃ§Ã£o matrimonial, que implicaria o regime de separaÃ§Ã£o obrigatÃ³ria de bens. Â A tutela jurisdicional que se persegue com o inventÃ¡rio negativo Ã© do tipo homologatÃ³ria das declaraÃ§Ãµes pelo cÃ´njuge supÃ©rstite e/ou herdeiros do de cujus. Â Em face do exposto, HOMOLOGO, por sentenÃ§a, para a produÃ§Ã£o dos efeitos jurÃ-dicos prÃ³prios, as declaraÃ§Ãµes prestadas pela inventariante, julgando procedente o pedido e extinguindo o feito com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, nos termos do art. 487, III, a, do CPC. Â Intime-se a Fazenda PÃºblica Estadual para tomar conhecimento desta decisÃ£o, de modo a se resguardar sobre eventual hipÃ³tese de efetiva existÃªncia de bens em nome da falecida. Â Sem custas dado o amparo da gratuidade da JustiÃ§a Ã requerente. Â P.R.I.

Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o que for necessÃ¡rio. Cumpra-se. Nova Timboteua, 11 de abril de 2021. OMAR JOSÃ MIRANDA CHERPINSKI Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Nova Timboteua

COMARCA DE NOVO REPARTIMENTO

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE NOVO REPARTIMENTO

RESENHA: 12/04/2022 A 12/04/2022 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE NOVO REPARTIMENTO - VARA: VARA UNICA DE NOVO REPARTIMENTO PROCESSO: 00009674420168140123 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JULIANO MIZUMA ANDRADE A??o: Procedimento Sumário em: 12/04/2022 REQUERENTE:ODIRLEY ROCHA DE MELO Representante(s): OAB 20859 - MAYCON MIGUEL ALVES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO DA AMAZONIA SA Representante(s): OAB 24318-A - ELOI CONTINI (ADVOGADO) OAB 13.158 - ESTEFANIA GONCALVES BARBOSA COLMANETTI (ADVOGADO) . DECISÃO Considerando o trÃ¢nsito em julgado da sentenÃ§a, bem como o petitÃ³rio da parte autora de fls. 120/122, instruÃ-do com demonstrativo discriminado do crÃ©dito, RECEBO o cumprimento de sentenÃ§a. Determino a intimaÃ§Ã£o da parte requerida, para que no prazo de 15 dias efetue o pagamento da importÃ¢ncia requerida pelo Autor, devidamente corrigidos e com juros de mora, sob pena de majoraÃ§Ã£o em 10% a tÃ-tulo de verba honoraria e multa de 10%, na forma do art. 523 do CPC. Fica advertida a requerida que independente de nova intimaÃ§Ã£o apÃ³s decorrido o prazo para pagamento voluntÃ¡rio, inicia-se o prazo para opor-se a execuÃ§Ã£o na forma do art. 525 do CPC, independentemente de garantia do juÃ-zo. Caso seja apresentada impugnaÃ§Ã£o, intime-se o autor para se manifestar, no prazo legal. Por fim, tratando-se a presente de aÃ§Ã£o consumerista envolvendo idoso, expeÃ§a-se o AlvarÃ¡ para levantamento do valor jÃ¡ depositado pelo devedor em conta judicial EXCLUSIVAMENTE em nome da parte autora, consoante recomendaÃ§Ã£o do MinistÃ©rio PÃºblico no ofÃ-cio n. 336/2020 MP/PJNR, de 20 de outubro de 2020. Defiro a habilitaÃ§Ã£o requerida Ã s fls. 124. Dessa forma, intime-se a parte requerida por sua patrona, a Dra. EstefÂ¢nia GonÃ§alves Barbosa Colmanetti-OAB/DF nÂº 13.158. ApÃ³s, retornem-me conclusos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Novo Repartimento/PA, 12 de abril de 2022 JULIANO MIZUMA ANDRADE Juiz de Direito PROCESSO: 00026926320198140123 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JULIANO MIZUMA ANDRADE A??o: Procedimento Sumário em: 12/04/2022 REQUERENTE:LAURA MEL DOS SANTOS Representante(s): OAB 12910-B - ERIVALDO ALVES FEITOSA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO PAN S A Representante(s): OAB 29147-A - ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (ADVOGADO) . DESPACHO 0002692-63.2019.8.14.0123 Compulsando os autos verifico que foram atendidos os requisitos do art. 42 da Lei 9.099/95 Destarte, remetam-se os autos ao juÃ-zo ad quem para apreciaÃ§Ã£o do recurso inominado e contrarrazÃµes. Novo Repartimento/PA, 12 de abril de 2022. JULIANO MIZUMA ANDRADE Juiz de Direito PROCESSO: 00042077020188140123 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JULIANO MIZUMA ANDRADE A??o: Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Micro em: 12/04/2022 REQUERENTE:ROBERT BRASIL BENEFICIAMENTO SECAGEM LOGISTICA E EXPORTAO DE MADEIRA LTDA Representante(s): OAB 18812 - VLADIA BRASIL COSTA (ADVOGADO) REQUERIDO:COMERCIAL VIGOMEL LTDAME. DESPACHO 0004207-70.2018.8.14.0123 - Chamo o feito a ordem. - Solicite a precatÃ³ria independentemente do cumprimento. - Intime-se a parte autora por carta com AR e envio de e-mail, para se manifestar sobre a certidÃ£o de fls. 53 e requerer diligÃªncias para prosseguir o feito, sob pena de extinÃ§Ã£o. Novo Repartimento-PA, 12 de abril de 2022. JULIANO MIZUMA ANDRADE Juiz de Direito PROCESSO: 00047480620188140123 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JULIANO MIZUMA ANDRADE A??o: Averiguação de Paternidade em: 12/04/2022 REQUERENTE:G. C. R. REPRESENTANTE:J. C. R. . DESPACHO 0004748-06.2018.8.14.0123 Diante da certidÃ£o retro, vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico. Novo Repartimento-PA, 12 de abril de 2022. JULIANO MIZUMA ANDRADE Juiz de Direito PROCESSO: 00047729720198140123 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JULIANO MIZUMA ANDRADE A??o: Monitória em: 12/04/2022 REQUERENTE:BANCO DO BRASIL SA Representante(s): OAB 15201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 15201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) REQUERIDO:ANTONIO BARBOSA DA SILVA. PROCESSO: 0004772-97.2019.8.14.0123 SENTENÃA Versam os presentes autos sobre AÃÃO MONITÃRIA, na qual a parte autora pretende pagamento de soma em dinheiro com base em prova escrita sem eficÃ¡cia de tÃ-tulo executivo. Aduz em sÃ-ntese o requerente que a quantia em monitÃ³ria advÃ©m de cÃ©dula de crÃ©dito inadimplido. A parte requerida devidamente citada (fls. 50), mas nÃ£o foram apresentados embargos e nem houve pagamento. Ã o relatÃ³rio. No caso em apreÃ§o, a nÃ£o

observÃ¢ncia do prazo de contestaÃ§Ã£o extinguiu o direito da parte rÃ© de tornar controversos os fatos deduzidos na inicial, indicar provas e oferecer defesa meritÃ³ria, pelo que DECRETO A REVELIA da parte requerida. Assim, nÃ£o havendo necessidade de produÃ§Ã£o de provas Ã© o caso de aplicaÃ§Ã£o do art. 701, Â§2Âº, do CPC No caso em exame hÃ¡ provas do pacto celebrado entre as partes. Portanto, se o autor comprovou o inadimplemento do RÃ©u e este nÃ£o demonstrou o adimplemento da obrigaÃ§Ã£o, a consequÃªncia lÃ³gica Ã© a procedÃªncia do pedido. Ademais, com relaÃ§Ã£o Ã Â¿causa debendiÂ¿, para a propositura da demanda, nÃ£o se exige que a parte autora decline o negÃ³cio jurÃ-dico correspondente entabulado entre as partes que tenha dado origem ao documento. Apenas lhe cumpre trazer aos autos a prova inicial, no caso concreto, municiada pela cÃ©dula rural pignoratÃ-cia aportada Ã s fls. 30/33 e do demonstrativo de conta vinculada Ã fl. 35. InÃ³cua, pois, a causa da emissÃ£o, cuja indicaÃ§Ã£o Ã© inexigÃ-vel na petiÃ§Ã£o inicial da demanda. Ante o exposto, ACOLHO A PRETENSÃO e CONVERTO DE PLENO DIREITO O MANDADO INICIAL EM TÃTULO EXECUTIVO JUDICIAL, extinguindo, assim, o processo com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, em conformidade com o art. 487, I do CPC. Condeno o rÃ©u ao pagamento das custas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios na ordem de 10% (dez por cento) sobre o valor do dÃ©bito, sob pena de inscriÃ§Ã£o em dÃ-vida ativa. NÃ£o havendo pedido de cumprimento/execuÃ§Ã£o neste interstÃ-cio, CERTIFIQUE-SE e, apÃ³s, ARQUIVE-SE. Novo Repartimento/PA, 12 de abril de 2022 JULIANO MIZUMA ANDRADE Juiz de Direito PROCESSO: 00109717220188140123 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JULIANO MIZUMA ANDRADE A??o: Procedimento Sumário em: 12/04/2022 REQUERENTE:VALDETE ANTONIO RIBEIRO Representante(s): OAB 15476 - GELVANIA APARECIDA DE AZEVEDO (ADVOGADO) OAB 26864 - CAMILLA CAMARGO DE SOUZA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BMG S.A. Representante(s): OAB 109.730 - FLAVIA ALMEIDA MURA DI LATELLA (ADVOGADO) OAB 63440 - MARCELO TOSTES DE CASSTRO MAIA (ADVOGADO) . DESPACHO 0010971-72.2018.8.14.0123 Compulsando os autos verifico que foram atendidos os requisitos do art. 42 da Lei 9.099/95 Destarte, remetam-se os autos ao juÃ-zo ad quem para apreciaÃ§Ã£o do recurso inominado e contrarrazÃµes. Novo Repartimento/PA, 12 de abril de 2022. JULIANO MIZUMA ANDRADE Juiz de Direito PROCESSO: 00343479220158140123 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JULIANO MIZUMA ANDRADE A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/04/2022 AUTOR:A JUSTICA PUBLICA DENUNCIADO:EDIMAR VIEIRA DA CONCEICAO VITIMA:S. A. V. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. PROCESSO: 0034347-92.2015.8.14.0123 DESPACHO Defiro o pedido de desarquivamento. ApÃ³s o desarquivamento, intime-se o postulante para requerer o que entender de direito, ficando, desde logo, autorizada a posterior carga dos autos. NÃ£o havendo requerimento, aguarde-se em secretaria por 15 (quinze) dias e, apÃ³s, arquive-se novamente. Novo Repartimento/PA, 12 de abril de 2022. JULIANO MIZUMA ANDRADE Juiz de Direito

Processo: 0010438-84.2016.8.14.0123

Requerente: Maria de Fatima de Souza Morais

Requerido: A C Macedo CIA LTDA - ME

TERMO DE AUDIÊNCIA

Ao décimo primeiro (11) dia do mês de abril (04) de dois mil e vinte e dois (2022), às 10h00min, nesta cidade e Comarca de Novo Repartimento, Estado do Pará, deu-se início a presente audiência.

PRESENTES:

Juiz de Direito: Juliano Mizuma Andrade

Requerente: Maria de Fatima de Souza Morais

Advogada da requerente: Eneilde Souza Barbosa OAB/PA nº 22.154

Advogado do requerido: Cândido Lima Junior, OAB/PA nº 25926-A

AUSENTE:

Requerido: A C Macedo CIA LTDA - ME

ABERTA A AUDIÊNCIA: Foi realizado preg¿o, onde constatou-se a presença das partes conforme acima transcrito.

Verificou-se a ausência do requerido, embora devidamente intimado.

O preg¿o foi realizado com 15 minutos de tolerância.

Pela patrona da autora foi pleiteado o julgamento da lide no estado em que se encontra.

Após a prolaç¿o da sentença o advogado da requerida compareceu em audiência e as partes transigiram nos presentes autos nos seguintes termos:

- A requerida se compromete a pagar o valor de R$ 4.500,00, dividido em 4 parcelas no valor de R$ 1.125,00 com a 1ª parcela com a primeira parcela para o dia 26.04.2022; a 2ª parcela para o dia para o dia 26.05.2022 (trinta) dias úteis; a 3ª parcela para o dia 27.06.2022; e a 4ª parcela para o dia 26.07.2022, a ser depositado em conta de titularidade da autora Sra. Maria de Fatima de Souza Morais, isto é, Agência nº 4524, Conta Corrente nº 182-6, Operaç¿o nº 003, Caixa Econômica Federal, ou através da chave PIX CPF nº 755.542.752-49 NUBANK.

- As partes abrem m¿o do prazo recursal.

SENTENÇA PARCIAL EM AUDIÊNCIA:

Vê-se na assentada acima que após a publicaç¿o da sentença acima, o advogado da requerida compareceu em audiência e as partes firmaram acordo depois de prolatada a sentença.

Desta forma, tratando-se de direitos disponíveis, a lei confere aos litigantes plenos poderes para sobre eles transigirem, da forma que melhor lhes convir, o que pode ser realizado de forma inclusive distinta do que fora determinado inicialmente em sentença.

O atual Código de Processo Civil concede ampla autonomia às partes para a composiç¿o dos seus próprios interesses, e sobre esse ponto convém trazer a lume as liç¿es de Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery:

¿Tentativa de conciliaç¿o. Termo final. N¿o há termo final para a tentativa de conciliaç¿o pelo juiz, pois mesmo depois de proferida a sentença, sendo vedado ao magistrado alterá-la (CPC 463), as partes podem chegar à composiç¿o amigável de natureza até diversa da que fora estabelecida na sentença. O término da demanda judicial é sempre interessante e deve ser buscado sempre que possível."

Vale lembrar ainda que o art. 493 do CPC determina que o Juiz leve em consideraç¿o algum fato que venha a ocorrer após a propositura da aç¿o desde que este possa influir no julgamento do mérito, adotando como tal aquele que advém de fato constitutivo, modificativo ou extintivo da situaç¿o substancial alegada em juízo posterior à propositura da aç¿o.

Destarte, atendidos os pressupostos necessários para homologar-se o acordo, quais sejam, capacidade e a representaç¿o processual das partes, regularidade dos poderes conferidos aos patronos e, disponibilidade do direito em lide, n¿o há óbice para n¿o homologaç¿o do acordo acima.

Ante o exposto HOMOLOGO, por sentença, para que tenha eficácia de título executivo judicial, o acordo a que chegaram as partes (fls. 118) nos termos da Resoluç¿o 125/2010 do CNJ, e dos artigos 515, inciso II, e 487, inciso III, alínea ¿b¿, ambos do Código de Processo Civil, JULGANDO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇ¿O DO MÉRITO.

Sem custas por se tratar de rito afeto a primeira fase dos Juizados Especiais Cíveis (art. 55, da Lei 9.099/95)

Sentença transitada em julgado nesta data em raz¿o da renúncia ao prazo recursal.

NOVA DELIBERAÇ¿O:

Vistos.

Dispensado o relatório (art. 38, da Lei 9.099/95), passo a decidir.

No caso concreto, a parte requerida n¿o compareceu à audiência, embora devidamente intimada (Id 25134626).

Consequentemente, a ausência da parte requerida, nos Juizados Especiais, implica aplicaç¿o dos efeitos da revelia, reputando-se verdadeiros os fatos alegados pela parte autora, conforme disp¿e o artigo 20 da Lei 9099/95, cc. os artigos 334, 344 e 355, II, do CPC/2015, salvo prova em contrário nos autos, o que n¿o é o caso dos autos.

Anoto que, no sistema dos Juizados, a revelia decorre da ausência da parte em audiência, portanto sistemática diversa daquela adotada no Código de Processo Civil, onde a revelia resulta da falta de contestaç¿o. O objetivo da Lei 9.099/95 é claro, pretendendo a aproximaç¿o das partes para propiciar a conciliaç¿o, tanto que determinou o comparecimento pessoal, sancionando a ausência de forma severa (extinç¿o do processo, quando falta o autor, e revelia em se tratando do réu), justamente para estimular o comparecimento.

Nesse sentido, ¿N¿o basta (...) a apresentaç¿o de resposta em audiência para que sejam afastados os efeitos da revelia. É necessário o comparecimento pessoal e mais a apresentaç¿o da resposta (...). O rigor da exigência de comparecimento pessoal das partes deve-se ao princípio maior do sistema, que é a tentativa de conciliaç¿o entre os litigantes. N¿o basta o comparecimento de advogado com poderes especiais para confessar e transigir. Enquanto o artigo 37 do CPC dita que as partes ser¿o representadas em juízo por advogado, o art. 9º da lei especial estabelece que as partes ser¿o assistidas por advogados. ¿ (CHIMENTI Ricardo Cunha. Teoria e prática dos juizados especiais cíveis. 4ª ed. Atual. S¿o Paulo Saraiva, 2002, pp. 149/150.).

A revelia aqui produz os seus efeitos, sendo que a confiss¿o ficta quanto à matéria de fato, aliada à prova documental carreada aos autos autoriza a procedência parcial do pedido.

Explico, que com relaç¿o ao pedido de repetiç¿o do indébito este n¿o prospera, uma vez que houve t¿o somente uma cobrança indevida de dívida já paga, situaç¿o que acabou por se resolver na via administrativa, de modo que n¿o houve repetiç¿o de indébito.

Disp¿e o artigo 42 do Código de Defesa do Consumidor: "Artigo 42. Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente n¿o será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça. Parágrafo único. O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetiç¿o do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correç¿o monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável"

Vê-se, pois, que n¿o houve pagamento em excesso, pois como a própria autora argumentou em sua inicial que de fato a cobrança era devida e já havia sido quitada.

No mais, considerando a fundamentaç¿o acima, considerando a revelia da parte requerida considerando o vexame e sofrimento experimentado pela parte requerida, entendo que é o caso de dano moral.

É claro que ¿existe um mínimo de incômodos, inconvenientes ou desgostos que, pelo dever de convivência social, sobretudo nas grandes cidades, em que os problemas fazem com que todos estejam mal-humorados, há um dever geral de suportá-los¿ (Antônio Jeová Santos, Dano moral indenizável. 4. ed. S¿o Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, p. 112).

Todavia, a jurisprudência bem assevera que ¿ultrapassa em muito a linha do mero aborrecimento cotidiano, diga-se comum, no convívio em sociedade, a ponto de desencadear uma compensaç¿o pecuniária, as investidas do consumidor com o fim de solucionar impasse facilmente resolvível se enveredados esforços no seu equacionamento¿ (STJ, AgRg no REsp nº 1.150.463/RS, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, j. 15/03/2012).

Ou seja, com um pouco de boa vontade, a ré poderia ter evitado o constrangimento causado a autora, no entanto, preferiu ser negligente e n¿o efetivar uma averiguaç¿o prévia sobre a existência do débito e insistir no erro efetivando constrangimento ao efetivar nova cobrança em tom vexatório, providenciando a inscriç¿o do autor por dívida inexistente, pelo que causou abalo moral à parte autora, devendo indenizá-lo, sobretudo considerando que o autor se viu obrigado a quitar o débito e posteriormente litigar em juízo para resolver a situaç¿o.

No que se refere ao montante da indenizaç¿o, n¿o há parâmetros legais específicos para sua fixaç¿o, de maneira que os Tribunais têm indicado que o quantum deve ser ¿estipulado em raz¿o das peculiaridades do caso concreto, levando em consideraç¿o o grau da lesividade da conduta ofensiva e a capacidade econômica da parte pagadora, a fim de cumprir dupla finalidade: (a) amenizaç¿o da dor sofrida pela vítima e (b) puniç¿o do causador do dano, evitando-se novas ocorrências¿. N¿o pode ser ínfimo, nem desproporcional (STJ, AgRg no REsp nº 1.395.716/RJ, 1ª Turma, Rel. Min. Napole¿o Nunes Maia Filho, j. 25/02/2014).

Ponderando essas diretrizes e as provas carreadas nos autos, entendo razoável e proporcional a fixaç¿o do valor do dano moral ou extrapatrimonial no patamar de R$ 4.500,00, valor que indeniza moderadamente, sem gerar enriquecimento sem causa. É a decis¿o.

Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido deduzido nesta aç¿o, extinguindo o feito com resoluç¿o de mérito nos termos do art. 487, I, do Código Civil, e, por conseguinte: CONDENAR a parte ré a indenizar a parte autora em R$ 4.500,00 (seis mil reais) a título de danos morais, corrigidos devidamente pelo INPC a partir da publicaç¿o desta sentença (Súmula nº 362 do STJ) e acrescido de juros moratórios à raz¿o de 1% ao mês, contados da citaç¿o (com fulcro no artigo 405 do Código Civil), bem como JULGAR IMPROCEDENTE o pedido de repetiç¿o do indébito.

Destarte, dou por encerrada a fase de conhecimento, com resoluç¿o de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil.

Sem custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 55 da Lei 9099/95.

Publique-se, Registre-se, Intime-se.

Transitada em julgado, aguarde-se em secretaria pelo prazo de 30 dias e em nada sendo requerido, arquive-se com as cautelas de praxe.

Nada mais havendo, mandou o MM. Juiz encerrar o presente termo, às 11h00min, que vai ser devidamente assinado.

JULIANO MIZUMA ANDRADE

Juiz de Direito

Requerente: Maria de Fatima de Souza Morais

Advogada da requerente: Eneilde Souza Barbosa OAB/PA nº 22.154

Advogado do requerido: Cândido Lima Junior, OAB/PA nº 25926-A

Requerente Joniclei Hubner Siqueira

Advogado Danilo Barros Bezerra OAB/PI 11.970

Requerida Eliana Moreira Branco

Advogado Deyvison dos Santos Pereira OAB/MA 9.146

SENTENÇA

0001021-73.2017.8.14.0123

JONICLEI HUBNER SIQUEIRA ajuizou a presente AÇ¿O DE GUARDA E ALIMENTOS em face de ELIANA MOREIRA BRANCO em relaç¿o à menor LÍGIA HUBNER SIQUEIRA.

Compulsando os autos, verifico que restou infrutífera a tentativa de localizar parte requerente a fim de que cumprisse determinaç¿o judicial de fl. 87.

É o sucinto Relatório. DECIDO.

As partes têm o dever de manter atualizado o endereço residencial ou profissional, reputando-se válidas as intimaç¿es e comunicaç¿es dirigidas ao endereço declinado na inicial (art. 274, parágrafo único, do CPC).

No presente caso, a requerente n¿o manteve seu endereço atualizado, abandonando a causa.

Nesse sentido, é o entendimento dos Tribunais, vejamos:

¿APELAÇ¿O CÍVEL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇ¿O MONITÓRIA. ABANDONO DA CAUSA. INTIMAÇ¿O DO ADVOGADO VIA DIÁRIO DE JUSTIÇA. OBSERVÂNCIA. INTIMAÇ¿O PESSOAL DO AUTOR. REALIZAÇ¿O. VALIDADE. PRESUNÇ¿O. ENDEREÇO DESATUALIZADO. CPC/15 ART. 485, INCISO III e § 1º. EXTINÇ¿O SEM RESOLUÇ¿O DO MÉRITO. POSSIBILIDADE. SÚMULA 240. INAPLICABILIDADE. AUSENCIA DE CITAÇ¿O VÁLIDA. RECURSO CONHECIDO E N¿O PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. 1.Preenchidos os requisitos legais para a extinç¿o do processo por abandono da causa (art. 485, inciso III e § 1º, do CPC/15), correta a sentença que extingue o feito sem julgamento de mérito. 2. As partes têm o dever de manter atualizado o endereço residencial ou profissional, reputando-se válidas as intimaç¿es e comunicaç¿es dirigidas ao endereço declinado na inicial (CPC, art. 274, parágrafo único) 3. Se a relaç¿o processual n¿o se aperfeiçoou, ante a ausência de citaç¿o da parte requerida, a Súmula nº 240 do Superior Tribunal de Justiça n¿o pode ser aplicada. 4. Recurso conhecido e n¿o provido. Sentença mantida. (TJ-DF 20110710175110 0017114-76.2011.8.07.0007, Relator: ROMULO DE ARAUJO MENDES, Data de Julgamento: 14/12/2016, 4ª TURMA CÍVEL, Data de Publicaç¿o: Publicado

no DJE: 25/01/2017. Pág.: 549/554)¿.

Diante do exposto, EXTINGO o processo por abandono da causa, nos termos do art. 485, inciso III, e § 1º, do CPC.

Isento de custas ante o deferimento da gratuidade de justiça.

Arquivem-se os autos com as cautelas necessárias.

Novo Repartimento/PA, 11 de abril de 2022.

JULIANO MIZUMA ANDRADE

Juiz de Direito

Processo nº: 0001807-54.2016.8.14.0123

Requerente Camila França Andrade da Luz

Advogado Alfredo Bertunes de Araujo OAB/PA 24.506-A

Requerido Antonio Farias da Luz

Advogado Renan da Costa Freitas OAB/PA 25.528- B

DECIS¿O

Chamo o feito a ordem e considerando a inexistência do pedido expresso da Exequente acerca do desconto em folha para pagamento da pens¿o. Torno sem efeito tal deliberaç¿o e determino a expediç¿o de novo ofício para suspens¿o dos descontos em folha de pagamento.

Caso haja requerimento da parte autora voltem os autos conclusos para determinaç¿o de expediç¿o de ofício.

No mais, certifique-se acerca do trânsito em julgado de fl. 151/152 e arquive-se.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Novo Repartimento/PA, 08 de abril de 2022.

JULIANO MIZUMA ANDRADE

Juiz de Direito

COMARCA DE PRIMAVERA

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE PRIMAVERA

ATO ORDINATÓRIO/INTIMAÇÃO ¿ Processo n° 0002729-32.2016-814.0144 ¿ Exequente ¿ Helda Ferreira de Araújo, Executado: MUNICÍPIO DE QUATIPURU/PA, Procurador Municipal de Quatipuru/PA: Dr. MAURICIO LUZ REIS-OAB/PA. 24.906. Eu, servidor abaixo descrito, auxiliando na Secretaria a Vara Única da Comarca de Primavera e Termo Judiciário de Quatipuru/PA, no uso de minhas atribuições legais, com fundamento no artigo 93, XIV, da Constituição Federal e no artigo 162, § 4º, do Código de Processo Civil, considerando que o presente caso se amolda às hipóteses de atos de administração e/ou de mero expediente, sem caráter decisório, que admitem delegação pelo magistrado, nos termos do disposto no artigo 1º, § 2º, inciso XV, do Provimento nº 06/2009, da CJCI. **Em cumprimento ao despacho de fl.119 dos autos**. **Fica devidamente intimado o MUNICÍPIO DE QUATIPURU/PA, por Procurador Municipal, Dr. MAURICIO LUZ REIS-OAB/PA, 24.906, considerando o exposto no Artigo 183, §1º do CPC/15, para COMPARECER na Secretaria Judicial do Fórum de Primavera, e pessoalmente ficar ciente dos termos do despacho de fl. 119, no prazo de lei.** Primavera/PA, 13/04/2022. Dilson Ferreira Maia - matrícula 14125, auxiliando na secretaria da vara única da Comarca de Primavera e Termo Judiciário de Quatipuru/PA, de ordem da Portaria nº 008/2021-GJ.

EDITAL DE INTIMAÇÃO-Prazo de 20 (vinte) dias. O Excelentíssimo Senhor JOSÉ JOCELINO ROCHA, Juiz de Direito Titular da Comarca de Primavera e do Termo Judiciário de Quatipuru, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, etc. FAZ SABER a quantos o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento, que por este Juízo e Secretaria Judicial processam-se os termos da ação acima, movida por GENILSON DE JESUS FARIAS CARVALHO, contra GÉSSICA FERNANDES MARTINS CARVALHO, é o presente Edital com prazo de 20 (vinte) dias, para citar a parte requerida GÉSSICA FERNANDES MARTINS CARVALHO, RG E CPF não informado, com endereço na Rua Eustáquio Teixeira, próximo a Secretaria de Agricultura, bairro Leitelândia ¿ Cidade de Primavera-Pará, para no prazo de 20 dias, apresentar resposta por escrito, no prazo legal, ficando advertido, de que não apresentada resposta no prazo estabelecido, serão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor. O prazo a constar do edital é de 20 (vinte) dias, fluindo da data da publicação (CPC, art. 257, III). Deve constar, do edital, a advertência de que será nomeado curador especial em caso de revelia (CPC, art. 257, IV); Adotadas as providências acima, transcorrido o prazo e certificado o ocorrido, abra-se prazo de 15 (quinze) dias para a parte autora se manifestar. E, para que no futuro não possa alegar ignorância, vai o presente Edital, devidamente publicado no lugar de costume e público no DJE/TJ/PA. Dado e Passado nesta Cidade e Comarca de Primavera, aos 11 (onze) dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois (2022). Eu, Elkana Carvalho Reis, matrícula 10.810-3 Auxiliar Judiciário da Vara Única da Comarca de Primavera e do Termo Judiciário de Quatipuru, de ordem da Portaria nº 008/2021GJP, digitei e subscrevi. Elkana Carvalho Reis ¿ Matrícula 108.10-3.Auxiliar Judiciário da vara única da Comarca de Primavera e do Termo Judiciário de Quatipuru, de ordem da Portaria nº 008/2021GJP. (Assino de acordo com o Provimento nº 006/2009-CJCI, Provimento nº 08/2014-CJRMB, o qual alterou dispositivos do Provimento nº 006/2006-CJRMB).

Processo nº. 0000478-31.2008.8.14.0044. Ação Monitória. Requerente: CENTRO ELÉTRICO LTDA ¿ Advogado: Dr. CAIO ROGÉRIO DA COSTABRANDÃO-OAB/SP-233.662 e OAB/PA-13.221. Requerido: MUNICÍPIO DE QUATIPURU ¿ Advogado/Procurador: Dr. MAURÍCIO LUZ REIS-OAB/PA-24.906. Processo nº. 0000478-31.2008.8.14.0044 DECISÃO INTIME-SE a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar o demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, nos termos do artigo 534, do CPC/2015, devendo na oportunidade, observar acerca da correção monetária e juros de mora o que fora decidido pelo STF: a) correção monetária calculada com base no IPCA-E, desde a data em que a obrigação deveria ter sido cumprida e, b) juros de mora a partir da citação valida, calculados com base no índice oficial de remuneração básica aplicado a caderneta de poupança, consoante artigo 1º-F, acrescentado a Lei nº 9.494/97. Após, INTIME-SE o executado para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca do valor apresentado, ficando vedada a rediscussão de matéria já apreciada. Cumpra-se as diligências sob as formas da Lei. **SERVIRÁ A PRESENTE DECISÃO**, por cópia digitada, COMO **MANDADO / OFÍCIO / CARTA PRECATÓRIA**, nos termos do Provimento n. 003/2009 da CJRMB (alterado pelos Provimentos n. 011/2009 e n. 014/2009), aplicável às Comarcas do Interior por força do Provimento n. 003/2009, da CJCI. P.R.I. Primavera, Pará, 12 de abril de 2022. **JOSÉ JOCELINO ROCHA** Juiz de Direito - Titular da Comarca de Primavera e do Termo Judiciário de Quatipuru

Processo n. 0001044-91.2019.8.14.0044. Ação Penal. Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. Denunciado: ANTÔNIO GENICIO DOS REIS GOMES ¿ Advogado dativo o Dr. ARINALDO DAS MERCÊS COSTA-OAB/PA-26.968. PROCESSO Nº 00010449120198140044 **SENTENÇA** Trata-se de Execução Penal, em desfavor de Antônio Genício dos Reis Gomes, condenado a pena de 01 (um) ano de detenção e 18 (dezoito) dias-multa. Designada audiência de justificação, fl. 50, o Ministério Público pugnou pela extinção da punibilidade, em razão da pena efetivamente cumprida. Instada a manifestar, defesa ratificou o parecer ministerial, pugnando pela extinção da punibilidade. É o relatório. **DECIDO**. Analisando os autos, percebo que o condenado ficou preso um período de 09 (nove) meses e 11 (onze) dias multa, conforme certidão de fl. 41. Observo que o condenado cumpriu sua sanção em regime mais gravoso (fechado), já que sua pena poderia ser substituída por pena restritivas de direitos ou multa, conforme sentença de fls. 36/37. Instado a manifestar, o Ministério Público pugnou pela extinção da punibilidade, com fundamento no art. 44, paragrafo 2° do CP, pelo cumprimento da pena em regime mais gravoso em quase toda a integralidade. Ante o exposto, em harmonia com a manifestação ministerial, declaro extinta a punibilidade dos fatos praticados pelo condenado Antônio Genício dos Reis Gomes, pelo cumprimento da pena. Expedientes necessários. Após o trânsito em julgado, proceda-se às comunicações e baixas de estilo. Publique-se, registre-se, intime-se e cumpra-se. Após, arquivem-se com as cautelas legais. Primavera, Pará, 13 de abril de 2022. **JOSÉ JOCELINO ROCHA** Juiz de Direito - Titular da Comarca de Primavera e Termo Judiciário de Quatipuru/PA

Processo nº 0000262-31.2012.8.14.0044. Ação de Execução Fiscal. Exequente: ESTADO DO PARÁ ¿ FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL - Dr. JAIR SÁ MAROCCO ¿ Procurado do Estado do Pará. Executado (a): ANDREIA SARMENTO DOS SANTOS. Processo n° 00002623120128140044 DESPACHO Considerando a informação da certidão de fl. 73, renove-se diligência de mandado de intimação de fl. 70. **SERVE ESTE INSTRUMENTO COMO MANDADO / CARTA PRECATÓRIA / OFÍCIO / CARTA POSTAL, conforme autorizado pelo PROVIMENTO CJCI 003/2009, devendo o Sr. Diretor observar o disposto em seus artigos 3º e 4º**. Primavera, Pará, 08 de abril de 2022. **JOSÉ JOCELINO ROCHA** Juiz de Direito - Titular da Comarca de Primavera e do Termo Judiciário de Quatipuru.

Processo n. 0002247-71.2016.8.14.0044. Ação Penal. Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. Denunciado: EMANOEL DE FREITAS COSTA ¿ Advogado dativo: Dr. GEOVANO HONÓRIO SILVA DA SILVA-OAB/PA 15.927.. PROCESSO N. 00022427120168140044 **DECISÃO** Vistos os autos. O laudo de insanidade mental foi apresentado às fls. 34/36. INTIME-SE o Ministério Público e sucessivamente o **Dr. GEOVANO HONÓRIO SILVA DA SILVA (OAB/PA 15.927)**, advogado nomeado por este Juízo à fl. 13, do auto incidente de insanidade mental, para que se manifeste acerca do laudo pericial, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o prazo, certifique-se e façam os autos conclusos. P.R.I.C. **SERVIRÁ A PRESENTE DECISÃO, por cópia digitada, COMO MANDADO / OFÍCIO / CARTA PRECATÓRIA**, nos termos do Provimento n. 003/2009 da CJRMB (alterado pelos Provimentos n. 011/2009 e n. 014/2009), aplicável às Comarcas do Interior por força do Provimento n. 003/2009, da CJCI.

Primavera, Pará, 08 de abril de 2022. **JOSÉ JOCELINO ROCHA** Juiz de Direito Titular da Comarca de Primavera e do Termo Judiciário de Quatipuru

PROCESSO N. 0002426-56.2018.8.14.0044. Ação Penal. Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. Denunciado: WALDEMIR ARAÚJO ROISA ¿ Advogado (a): Dr (a). SHIRLENE RIBEIROM ROCHA-OAB/PA-22.5050. PROCESSO N. 00024265620188140044 DECISÃO Vistos etc. 1. Considerando a Certidão de fl. 62, em que informa que não foi possível intimar pessoalmente o acusado, determino a intimação deste por edital quanto à sentença condenatória, nos termos do art. 392, IV, do CPP. 2. O prazo do edital será de 90 (noventa) dias (CPP, art. 392, § 1º). 3. O prazo para apelação correrá após o término do fixado no edital, salvo se, no curso deste, for feita a intimação por qualquer das outras formas estabelecidas em lei (CPP, art. 392, § 2º). P.R.I.C. **SERVIRÁ A PRESENTE DECISÃO, por cópia digitada, COMO MANDADO / OFÍCIO / CARTA PRECATÓRIA**, nos termos do Provimento n. 003/2009 da CJRMB (alterado pelos Provimentos n. 011/2009 e n. 014/2009), aplicável às Comarcas do Interior por força do Provimento n. 003/2009, da CJCI. Primavera, Pará, 08 de abril de 2022. **JOSÉ JOCELINO ROCHA** Juiz de Direito Titular da Comarca de Primavera e do Termo Judiciário de Quatipuru

Processo nº 0003864-11.2018.8.14.0144. Ação de Alimentos. Advogado: Dr. JEFFERSON ALMEIDA SILVA-OAB/PA-15.001 ¿ Parte Requerente. Dr. MAURÍCIO LUZ REIS-OAB/PA-24.906 ¿ Parte Requerido. Processo n.: 0003864-11.2018.8.14.0144 Representante: VANESSA THAINA MIRANDA LIMA Requerido: NATASSIO SILVEIRA DA SILVA TERMO DE AUDIÊNCIA Aos 13 (treze) dias do mês de abril de 2022 (dois mil e vinte e dois), às 08h, **NA CAMARA MUNICIPAL DE QUATIPURU**, no Termo Judiciário de Quatipuru-PA, feito o pregão, registrou-se a presença e ausências das pessoas abaixo nominadas. **PRESENTES: - Juiz de Direito**: JOSÉ JOCELINO ROCHA **- Representante:** VANESSA THAINA MIRANDA LIMA - Testemunha da requerente: DHANYELLA DO ESPIRITO SANTO SANTOS **AUSENTES: - Promotora de Justiça**: FRANCISCA SUÊNIA FERNANDES DE SÁ **- Advogado do Requerente:** JEFFERSON ALMEIDA SILVA (OAB/PA ¿ 15.001) **- Requerido:** NATASSIO SILVEIRA DA SILVA **- Advogado do Requerido:** MAURICIO LUZ REIS (OAB/PA-24.906) Aberta a audiência, verificou-se petição do advogado da requerente, Dr. Jefferson Almeida Silva (OAB/PA 15.001), às fls. 57, justificando ausência, uma vez que se encontra na data de hoje no Município de Belém/PA realizando audiências. Em seguida, o MM. Juiz **DELIBEROU**: A audiência de instrução foi designada para o dia 13.04.2022, às 08h00, a ser realizada no Termo Judiciário de Quatipuru, na Câmara Municipal daquele Município (fl. 56). O ilustre patrono da parte autora, Dr. Jefferson Almeida Silva (OAB/PA 15.001), manifestou nos autos a impossibilidade de comparecimento ao ato, porquanto estará em Belém/PA realizando outras audiências, impossibilitando que chegue em tempo hábil, e requereu o adiamento (fl. 57). O Código de Processo Civil ¿ CPC, em seu **art. 362, inciso II**, prevê como uma das razões para o adiamento da audiência a impossibilidade de comparecimento, por motivo justificado, de qualquer pessoa que dela deva necessariamente participar. Desta feita, considerando o requerimento prévio do advogado, bem como a apresentação de justificativa prevista no rol legal, **DEFIRO** o adiamento do presente ato, a fim de evitar prejuízos à representação técnica da autora, e determino seja aprazada audiência de instrução, conforme pauta de Secretaria. Nada mais dito, nem impugnado, foi encerrado o presente termo, que vai devidamente assinado pelas partes presentes. Eu, _____, **Jonas P. B. Júnior**, Assessor de Juiz (Mat. 194.778), de ordem, que digitei e subscrevi. A presente ata serve como ATESTADO DE COMPARECIMENTO a todas as pessoas que estiveram aqui presentes, para todos os efeitos legais, não podendo sofrer penalidades ou descontos em seus salários pela ausência ao serviço, nos termos do art. 463, parágrafo único, do CPC. **- Juiz de Direito: - Promotora de Justiça: -Requerente: - Advogado do Requerente: - Requerido:**

Processo nº 0000923-54.2019.8.14.0144. Ação de Alimentos. Requerente: P.M.D. Rep. Legal: ANA PAULA LUZ DA COSTA - Advogado: Dr. GEOVANO HONÓRIO SILVA DA SILVA-OAB/PA-15.927. Requerido: MARLISON LIMA SOUSA. Processo n.: 0000923-54.2019.8.14.0144 Representante: ANA PAULA LUZ DA COSTA Requerido: MARLISON LIMA SOUSA **TERMO DE AUDIÊNCIA** Aos 13 (treze) dias do mês de abril de 2022 (dois mil e vinte e dois), às 08h15, **NA CAMARA MUNICIPAL DE QUATIPURU**, no Termo Judiciário de Quatipuru-PA, feito o pregão, registrou-se a presença e ausências das pessoas abaixo nominadas. **PRESENTES: - Juiz de Direito**: JOSÉ JOCELINO ROCHA **AUSENTES: - Promotora de Justiça**: FRANCISCA SUÊNIA FERNANDES DE SÁ **-Representante:** ANA PAULA LUZ DA COSTA **- Advogado do Requerente:** GEOVANO HONORIO SILVA DA SILVA (OAB/PA-15.927) **- Requerido:** MARLISON LIMA SOUSA

- Advogado do Requerido: Audiência prejudicada em razão da ausência das partes.

O MM. Juiz **DELIBEROU**: certifique-se quanto à intimação das partes e façam os autos conclusos. Nada mais dito, nem impugnado, foi encerrado o presente termo, que vai devidamente assinado pelas partes presentes. Eu, _____, **Jonas P. B. Júnior**, Assessor de Juiz (Mat. 194.778), de ordem, que digitei e subscrevi. A presente ata serve como ATESTADO DE COMPARECIMENTO a todas as pessoas que estiveram aqui presentes, para todos os efeitos legais, não podendo sofrer penalidades ou descontos em seus salários pela ausência ao serviço, nos termos do art. 463, parágrafo único, do CPC. **- Juiz de Direito:**

PROCESSO N. 0003105-22.2019.8.14.0044. Ação Penal. Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. Denunciado: THIAGO ALESSANDRO COSTA COELHO - advogado dativo: Dr. RENATO VINÍCIOS SILVA DE SOUSA (OAB/PA n. 32.424)PROCESSO N. 00031052220198140044 DECISÃO Considerando a certidão de fl. 37 e que não há Defensoria Pública nesta Comarca, nomeio como dativo do(s) réu(s) o advogado **RENATO VINICIOS SILVA DE SOUSA (OAB/PA n. 32.424)**, o qual deve ser intimado pessoalmente e ter vista dos autos para apresentar resposta escrita à acusação em favor do acusado. **SERVE A PRESENTE, MEDIANTE CÓPIA, COMO MANDADO / OFÍCIO / CARTA PRECATÓRIA.** P.R.I.C. Primavera, Pará, 08 de abril de 2022. **JOSÉ JOCELINO ROCHA Juiz de Direito Titular da Comarca de Primavera e do Termo Judiciário de Quatipuru**

Processo n.º 00000818320198140044. Ação Revisional de Contrato c/c Consignação em Pagamento c/c Pedido de Tutela Provisória de Urgência. Requerente: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A - Advogado: Dr. ANTÔNIO BRAZ DA SILVA-OAB/PA-20.638-A. Requerido: FRANCIMAR SILVA DOS SANTOS - Advogado (a): Dr (a). EDSON ANTUNES GAIA-OAB/PA-22.675. Processo n° 00000818320198140044 DECISÃO Considerando que os autos estão aptos para sentença e consoante o art. 26, da Lei n°. 8.583/2017, à UNAJ, para verificar a existência de custas. Na hipótese de pendência de pagamento das custas processuais, intime-se a parte autora, via ato ordinatório, para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar o recolhimento, sob pena de inscrição em Cobrança Administrativa. Não havendo custas pendentes, façam os autos conclusos para sentença. **SERVE ESTE INSTRUMENTO COMO MANDADO / CARTA PRECATÓRIA / OFÍCIO / CARTA POSTAL, conforme autorizado pelo PROVIMENTO CJCI 003/2009, devendo o Sr. Diretor observar o disposto em seus artigos 3º e 4º**. Primavera, Pará, 08 de abril de 2022. **JOSÉ JOCELINO ROCHA** Juiz de Direito - Titular da Comarca de Primavera e do Termo Judiciário de Quatipuru

Processo n. 0000441-81.2020.8.14.0044. Ação Penal. Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. Denunciados: LEONARDO NDANILO SOUSA DOS NANJOS E EDIVAN RIBEIRO SANTIAGO. Processo n. 0000441-81.2020.8.14.0044 DESPACHO/MANDADO 1. Considerando a Certidão de fl. 13, requisite-se do Sr. Oficial de Justiça a quem foi distribuído o mandado de fl. 12 que devolva a certidão de cumprimento, no prazo de 15 (quinze) dias 2. Após, conclusos. **SERVIRÁ O PRESENTE DESPACHO, por cópia digitada, COMO MANDADO / OFÍCIO / CARTA PRECATÓRIA**, nos termos do Provimento n. 003/2009 da CJRMB (alterado pelos Provimentos n. 011/2009 e n. 014/2009), aplicável às Comarcas do Interior por força do Provimento n. 003/2009, da CJCI. Primavera, Pará, data e hora firmados em assinatura eletrônica. **JOSÉ JOCELINO ROCHA** Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Primavera e do Termo Judiciário de Quatipuru

Processo n. 0005045-27.2016.8.14.0044. Ação de Guarda Com Pedido de Guarda Provisória c/c Regulamentação de Visitas. Requerente: DEBORAH RODRIGUES MESQUITA ¿ Defensora dativo a Dra. VANUSA DE OLIVEIRA MELO-OAB/PA 30.220. Requerido: CARLOS NASCIMENTO DA ROSA. Processo n. 00050452720168140044 DECISÃO Vistos etc. Considerando as dificuldades enfrentadas para a intimação do requerido, tratando-se de causa que já se estende demasiadamente, à vista do princípio da duração razoável do processo (CR/88, art. 5º, LXXVIII; CPC, art. art. 4º), da cooperação (CPC, art. 6º), e considerando a possibilidade de adequação do rito às necessidades concretas da lide (CPC, art. 139, VI), **DETERMINO** a intimação do requerido **pelo telefone** (em especial, WhatsApp, Telegram etc.) fornecido à fl. 71, a fim de que ofereça alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 346, parágrafo único do CPC. Cumpridas a providência acima, façam os autos conclusos para sentença. P.R.I.C. **SERVE A PRESENTE DECISÃO, por cópia digitada, COMO MANDADO / OFÍCIO / CARTA PRECATÓRIA**, nos termos do Provimento n. 003/2009 da CJRMB (alterado pelos Provimentos n.

011/2009 e n. 014/2009), aplicável às Comarcas do Interior por força do Provimento n. 003/2009, da CJCI. Primavera, Pará, 08 de abril de 2022. **JOSÉ JOCELINO ROCHA** Juiz de Direito Titular da Comarca de Primavera/PA e do Termo Judiciário de Quatipuru/PA

Processo nº. 0000882-33.2018.8.14.0044. Ação de Guarda. Requerente: MARIA DE NAZARÉ PEREIRA DA SILVA ¿ Assistida pela DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ. Requerido: JESSE MARTINS DE FREITAS Processo n° 00008823320188140044 DESPACHO Determino a **realização de estudo social** a ser realizada pela equipe interdisciplinar do Polo da Cidade de Marituba, na casa da autora, descrevendo o convívio familiar e a existência de vínculos parentesco, afinidade e/ou afetivo entre as partes. Com a juntada do relatório, dê-se vistas ao Ministério Público para manifestação. **SERVE ESTE INSTRUMENTO COMO MANDADO / CARTA PRECATÓRIA / OFÍCIO / CARTA POSTAL, conforme autorizado pelo PROVIMENTO CJCI 003/2009, devendo o Sr. Diretor observar o disposto em seus artigos 3º e 4º**. Primavera, Pará, 08 de abril de 2022. **JOSÉ JOCELINO ROCHA** Juiz de Direito - Titular da Comarca de Primavera e do Termo Judiciário de Quatipuru**Processo n. 0003465-88.2018.8.14.0044. Ação de Cobrança. Requerente: F.C.G. NASCIMENTO CIA LTDA-EPP ¿ IDEALIZE MAGAZINE - Rep. Legal: FRANCISCO CHAGAS GOMES DO NASCIMENTO e SAMIR DA SILVA NASCIMENTO - Advogado: Dr. MARLON DE SOUSA MENEZES-OAB/PA-24.975. Requerido: VICENTE VIANA CAVALCANTE. Processo n. 00034658820188140044 DESPACHO** Considerando o decurso do tempo e certificado nos autos que não houve devolução da diligência de f. 41, solicite-se informações ao Sr. Oficial de Justiça, no prazo de 05 (cinco) dias. Caso não cumprida a diligência, cumpra-se com urgência e imediatamente, sob as penas da lei. Cumprida a diligência, façam os autos conclusos para deliberação Primavera, Pará, 08 de abril de 2022. **JOSÉ JOCELINO ROCHA** Juiz de Direito Titular da Comarca de Primavera e Termo Judiciário de Quatipuru/PA

PROCESSO Nº 0000267-58.2009.8.14.0044. Advogado: Dr. ANTÔNIO AFONSO NAVEGANTES-OAB/PA-3.334 ¿ Parte Requerente. Dr. MAURÍCIO LUZ REIS-OAB/PA-24.906 ¿ Procurador Jurídico do Município de Quatipuru. Processo n° 00002675820098140044 SENTENÇA Trata-se de **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA** ajuizada por GERSON RENATO DA SILVA COSTA em face de MUNICÍPIO DE QUATIPURU, todos qualificados na exordial. Em fls. 107/108, as partes voluntariamente resolveram transacionar, pugnando pela homologação do acordo. **É o que basta relatar.** Inicialmente, cabe ressaltar que as partes avençaram acordo extrajudicial, com fito a extinguir o litígio sub examine. Sabe-se que a nova sistemática do Código de Processo Civil prescreve em seu art. 3º, § 3 que: a conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial. Nessa esteira, assenta o Informativo nº 0572 do STJ: **A publicação do acórdão que decide a lide não impede que as partes transacionem o objeto do litígio. A tentativa de conciliação dos interesses em conflito é obrigação de todos os operadores do direito desde a fase pré-processual até a fase de cumprimento de sentença**. Nesse passo, o Código de Ética e Disciplina da OAB, no art. 2º, parágrafo único, VI, prevê, dentre os deveres do advogado, "estimular a conciliação entre os litigantes, prevenindo, sempre que possível, a instauração de litígios". No mesmo sentido, são inúmeros os dispositivos legais que preconizam a prática da conciliação, no curso do processo, com o objetivo de pôr termo ao litígio (arts. 277, 448 e 794, II, do CPC, dentre outros). De mais a mais, ao magistrado foi atribuída expressamente, pela reforma processual de 1994 (Lei 8.952), a incumbência de tentar, a qualquer tempo, conciliar as partes, com a inclusão do inciso IV ao artigo 125 do CPC**. Com efeito, essa medida atende ao interesse do Estado na rápida solução dos litígios e converge para o ideal de concretização da pacificação social.** Logo, não há marco final para implementá-la. REsp 1.267.525-DF, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, julgado em 20/10/2015, DJe 29/10/2015.Portanto, entende-se que em atenção ao princípio da celeridade processual que busca garantir o tempo razoável da solução da lide, inexiste afronta aos artigos 494 e 505 do CPC da referida decisão. Quanto ao acordo firmado, constato que este fora aventado pelas partes voluntariamente, inexistindo qualquer irregularidade no acordado, tratando-se de objeto lícito, possível e determinado. Dessa forma, verifico viável a homologação do acordo apresentado pelo requerido. ANTE O EXPOSTO, **homologo por sentença o acordo firmado entre as partes (fls. 97/106)**, para que produza seus efeitos jurídicos, com base no art. 487, III, b, do CPC. DECLARO EXTINTO O CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, reconhecendo o valor da condenação em R$ 18.358,38 (dezoito mil e trezentos e cinquenta e oito reais e trinta e oito centavos), conforme acordo entabulado entre as partes, fls. 107/108. Certifique-se o trânsito em julgado e, EXPEÇA-SE a Requisição de Pequeno Valor em favor de GERSON RENATO DA SILVA COSTA, CPF: 587.914.342-00, conforme

acordo de fls. 107/108. Ainda, EXPEÇA-SE a Requisição de Pequeno Valor em favor de ANTONIO AFONSO NAVEGANTES, no montante de R$ 2.753,76 (dois mil setecentos e cinquenta e três reais e setenta e seis centavos), CPF: 036.215.352-15, BANCO BANPARÁ, AG: 0032-00, C/C: 000206156-2 honorários Advocatícios conforme o acordo entabulado entre as partes. Cumpra-se, na forma e sob as penas da lei. Sem custas, ante o disposto no art. 90, §3º do CPC. Nada mais havendo transcorrido o prazo para cumprimento sem qualquer manifestação, certifique-se o trânsito em julgado e arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Primavera, Pará, 13 de abril de 2022. **JOSE JOCELINO ROCHA** Juiz de Direito Titular da Comarca de Primavera e Termo Judiciário de Quatipuru

PROCESSO N. 0000821-12.2017.8.140044. Ação Penal. Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. Denunciado: JOSÉ ANTÔNIO SILVA DA CONCEIÇÃO PROCESSO N. 0000821-12.2017.8.14.0044 **DECISÃO** Homologo a desistência da oitiva das testemunhas Alan Fingrid de Sousa, conforme requerido pelo órgão ministerial à fl. 80. Mantenho suspenso o processo e, consequentemente, o prazo prescricional, nos exatos termos do art. 366, do Código de Processo Civil, conforme despacho de fl. 14. Atualize-se/retifique-se a classe do processo no sistema para ¿suspenso¿ (Código 1015). Atente-se, a Secretaria, que o período de suspensão do prazo prescricional é regulado pelo máximo da pena cominada (Súmula 415, do STJ). Cumpra-se sob as formas da Lei. P.R.I. **SERVIRÁ A PRESENTE DECISÃO**, por cópia digitada, COMO **MANDADO / OFÍCIO / CARTA PRECATÓRIA**, nos termos do Provimento n. 003/2009 da CJRMB (alterado pelos Provimentos n. 011/2009 e n. 014/2009), aplicável às Comarcas do Interior por força do Provimento n. 003/2009, da CJCI. Primavera, Pará, 12 de abril de 2022. **JOSÉ JOCELINO ROCHA** Juiz de Direito - Titular da Comarca de Primavera e do Termo Judiciário de Quatipuru

PROCESSO N°: 0000178-64.2011.8.14.0044. Ação de Execução. Exequente: SUELDA MARIA FARIAS DE FREITAS ¿ Advogado (a): Dr (a). SHIRLENE RIBEIRO ROCHA-OAB/PA-22.505. Executado: DENIS EUGÊNIO CANTANHEDE DE OLIVEIRA. PROCESSO Nº 00001786420118140044 DESPACHO DEFIRO o pedido de habilitação da nova patrona aos autos. À secretaria para que proceda com as diligências necessárias. Cumpra-se sentença de fl. 136/138. **SERVE CÓPIA DA PRESENTE COMO MANDADO COMO MANDADO / OFÍCIO / PRECATÓRIA.** Primavera, Pará, 12 de abril de 2022. **JOSÉ JOCELINO ROCHA** Juiz de Direito Titular da Comarca de Primavera/PA e do Termo Judiciário de Quatipuru/PA

Processo nº. 0003964-43.2016.8.14.0044. Ação Penal. Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. Denunciado: FRANCISCO ERISVALDO DOS SANTOS BARBOSA. Processo nº. 00039644320168140044 DESPACHO Considerando que o acusado foi devidamente citado por edital (fl. 27), dê-se vistas ao Ministério Público para manifestação. Primavera, Pará, 12 de abril de 2022. **JOSÉ JOCELINO ROCHA** Juiz de Direito - Titular da Comarca de Primavera e Termo Judiciário de Quatipuru/PA.

PROCESSO N.: 0003904-70.2016.8.14.0044. Ação Penal. Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. Denunciado: ANTONIO ELCIO RIBEIRO DA SILVA. PROCESSO N. 00039047020168140044 DECISÃO Vistos etc. 1. Considerando a Certidão de fl. 114, em que informa que não foi possível intimar pessoalmente o acusado, determino a intimação deste por edital quanto à sentença condenatória, nos termos do art. 392, IV, do CPP. 2. O prazo do edital será de 90 (noventa) dias (CPP, art. 392, § 1º). 3. O prazo para apelação correrá após o término do fixado no edital, salvo se, no curso deste, for feita a intimação por qualquer das outras formas estabelecidas em lei (CPP, art. 392, § 2º). P.R.I.C. **SERVIRÁ A PRESENTE DECISÃO, por cópia digitada, COMO MANDADO / OFÍCIO / CARTA PRECATÓRIA**, nos termos do Provimento n. 003/2009 da CJRMB (alterado pelos Provimentos n. 011/2009 e n. 014/2009), aplicável às Comarcas do Interior por força do Provimento n. 003/2009, da CJCI. Primavera, Pará, 12 de abril de 2022. **JOSÉ JOCELINO ROCHA** Juiz de Direito Titular da Comarca de Primavera e do Termo Judiciário de Quatipuru

PROCESSO N. 0003904-70.2016.8.14.0044. Ação Penal. Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. Denunciado: JOELSON DIAS DOS SANTOS - Advogado (a) dativo (a): a Dr (a). VANUSA DE OLIVEIRA MELO-OAB/PA 30.220. PROCESSO N. 00039047020168140044 DECISÃO Vistos etc. 1. Considerando a Certidão de fl. 114, em que informa que não foi possível intimar pessoalmente o acusado, determino a intimação deste por edital quanto à sentença condenatória, nos termos do art. 392, IV, do CPP. 2. O prazo do edital será de 90 (noventa) dias (CPP, art. 392, § 1º). 3. O prazo para apelação correrá

após o término do fixado no edital, salvo se, no curso deste, for feita a intimação por qualquer das outras formas estabelecidas em lei (CPP, art. 392, § 2º). P.R.I.C. **SERVIRÁ A PRESENTE DECISÃO, por cópia digitada, COMO MANDADO / OFÍCIO / CARTA PRECATÓRIA**, nos termos do Provimento n. 003/2009 da CJRMB (alterado pelos Provimentos n. 011/2009 e n. 014/2009), aplicável às Comarcas do Interior por força do Provimento n. 003/2009, da CJCI. Primavera, Pará, 12 de abril de 2022. **JOSÉ JOCELINO ROCHA** Juiz de Direito Titular da Comarca de Primavera e do Termo Judiciário de Quatipuru

PROCESSO Nº: 00028059420188140044. Ação de Reconhecimento e Dissolução de União Estável Com Partilha de Bens. Requerente: JOÃO MENDES LOPES - Advogado: Dr. GEOVANO HONÓRIO SILVA DA SILVA-OAB/PA-15.927. Requerido: FRANCISCA DOS REIS OLIVEIRA ¿ Advogada: Dra. SHIRLENE RIBEIRO ROCHA-OAB/PA-22.505. PROCESSO N.: 0002805-94.2018.8.14.0044 **DECISÃO/MANDADO** Vistos etc. Considerando os termos da Certidão da d. Diretora de Secretaria, de fl. 57, **DETERMINO**: 1 ¿ O cumprimento do mandado de penhora e avaliação de fl. 56, em todos os seus termos, devendo o Sr. Oficial de Justiça certificar nos autos o resultado da diligência; 2 ¿ Após, intime-se o exequente, por intermédio de seu advogado constituído, Dr. **Geovano Honório Silva da Silva (OAB/PA 15.927)** para manifestação quanto à penhora, ainda que negativa; 3 ¿ Sem prejuízo das disposições acima, intime-se, desde logo, a executada, por intermédfio de sua advogada constituída, Dra. **Shirlene Ribeiro Rocha (OAB/PA 22.505)**, para, no prazo de 10 (dez) dias: a) justificar o requerimento de desarquivamento, uma vez que a presente demanda não se encontra arquivada; b) realizar o pagamento do valor executado, considerando que informou expressamente, na petição de fl. 54, seu desejo de cumprir com a sentença. Cumpra-se com as demais formalidades legais. P.R.I. **SERVIRÁ A PRESENTE DECISÃO**, por cópia digitada, COMO **MANDADO / OFÍCIO / CARTA PRECATÓRIA**, nos termos do Provimento n. 003/2009 da CJRMB (alterado pelos Provimentos n. 011/2009 e n. 014/2009), aplicável às Comarcas do Interior por força do Provimento n. 003/2009, da CJCI. Primavera, Pará, 11 de abril de 2022. **JOSÉ JOCELINO ROCHA** Juiz de Direito - Titular da Comarca de Primavera e do Termo Judiciário de Quatipuru

Processo n. 0003765-84.2017.8.14.0044. Ação de Interdição e Curatela Com Pedido de Curatela Provisória Em Antecipação de Tutela ¿ Tutela de Urgência. Requerente: PAULO LUCIELMO DA SILVA - Advogado: Dr. Geovano Honório Silva da Silva-OAB/PA-15.927. Processo n°00037658420178140044 DECISÃO Vistos, Com fundamento nos arts. 6º e 10º, do Código de Processo Civil, faculto às partes o prazo comum de 10 (dez) dias para que apontem, de maneira clara, objetiva e sucinta, as questões de fato e de direito que entendam pertinentes ao julgamento da lide. Quanto às questões de fato, deverão indicar a matéria que consideram incontroversa, bem como aquela que enten-dem já provada pela prova trazida, enumerando nos autos os documentos que servem de suporte a cada alegação. Com relação ao restante, remanescendo controvertida, deverão especificar as provas que pretendem produzir, justifi-cando, objetiva e fundamentadamente, sua relevância e pertinência. O silêncio ou o protesto genérico por produção de provas serão interpretados como anuência ao julgamento anteci-pado, indeferindo-se, ainda, os requerimentos de diligências inúteis ou meramente protelatórias. Quanto às questões de direito, para que não se alegue prejuízo, deverão, desde logo, manifestar-se sobre a matéria cognoscível de ofício pelo juízo, desde que interessem ao processo. Com relação aos argumentos jurídicos trazidos pelas partes, deverão estar de acordo com toda a legislação vigente, que, presume-se, tenha sido estudada até o esgotamento pelos litigantes, e cujo desconhecimento não poderá ser pos-teriormente alegado. Registre-se, ainda, que não serão consideradas relevantes as questões não adequadamente delineadas e fundamen-tadas nas peças processuais, além de todos os demais argumentos insubsistentes ou ultrapassados pela jurisprudência reiterada. Cumpra-se. Primavera, Pará, 13 de abril de 2022. **JOSÉ JOCELINO ROCHA** Juiz de Direito Titular da Comarca de Primavera e do Termo Judiciário de Quatipuru.

COMARCA DE CAMETÁ

SECRETARIA DA 2ª VARA DE CAMETÁ

ESENHA: 18/04/2022 - SECRETARIA DA 2ª VARA DE CAMETA - VARA

P R O C E S S O : 0 0 0 0 1 0 6 3 2 2 0 1 8 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE MATIAS SANTANA DIAS A??o: Procedimento Sumário em: 18/04/2022---REQUERENTE:FRANCISCO GONCALVES Representante(s): OAB 17100 - LUIS FERNANDO FRANCEZ SASSIM (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAU BMG Representante(s): OAB 16780 - LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENCO (ADVOGADO) . Processo n.Âº 0000106-32.2018.8.14.0012 RECLAMANTE: FRANCISCO GONÃ¿ALVES RECLAMADO: BANCO ITAÃ¿ BMG S/A Contrato n.Âº 914247766 (R$ 5.004,59) Contrato nÂº 559063590 (R$ 5.697,35) SENTENÃ¿A Vistos etc. Dispensado o relatÃ³rio, nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95. 1- PRELIMINARES e PREJUDICIAL: Rejeito a prejudicial de prescriÃ§Ã£o, porquanto o Superior Tribunal de JustiÃ§a firmou o entendimento de que o prazo decadencial a que alude o art. 26 do CDC nÃ£o se aplica em caso de indenizaÃ§Ã£o por danos materiais e morais decorrentes de falha na prestaÃ§Ã£o de serviÃ§o, devendo ser aplicado o prazo quinquenal previsto no art. 27 do CDC (AgInt no AREsp 888.223/SP, Rel. Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma do STJ, julgado em 27/09/2016, DJe 04/10/2016). Â Ainda de acordo com o STJ, o termo a quo do prazo prescricional da pretensÃ£o de repetiÃ§Ã£o do indÃ©bito relativo a desconto de benefÃ-cio previdenciÃ¡rio Ã© a data do Ãºltimo desconto indevido. (AgInt no AREsp 1.412.088/MS, Rel. Ministro Raul AraÃºjo, Quarta Turma, julgado em 27/8/2019, DJe 12/9/2019; AgInt no AREsp 1372834/MS, Rel. Ministro Luis Felipe SalomÃ£o, Quarta Turma do STJ, julgado em 26/03/2019, DJe 29/03/2019). Afasto a preliminar de incompetÃªncia do juizado especial para apreciaÃ§Ã£o da causa, por entender que Ã© suficiente ao deslinde da causa a produÃ§Ã£o da prova documental, consistente na juntada do contrato impugnado e do comprovante de liberaÃ§Ã£o do crÃ©dito ao contratante. Ademais, a Lei 9.099/95, em seu art. 35, caput, e Enunciado n.Âº 12- FONAJE dispÃµem que o Juiz poderÃ¡ inquirir, atravÃ©s de perÃ-cia informal, tÃ©cnicos de sua confianÃ§a quando a prova do fato exigir. 2- MÃ¿RITO: A controvÃ©rsia sujeita-se ao CÃ³digo de Defesa do Consumidor, conforme entendimento consolidado na SÃºmula n.Âº 297, do Superior Tribunal de JustiÃ§a:Â O CÃ³digo de Defesa do Consumidor Ã© aplicÃ¡vel Ã s instituiÃ§Ãµes financeiras. Â Nessa senda, o art. 6Âº, VIII, do CDC, assegura a inversÃ£o do Ã´nus da prova em favor do consumidor para facilitar a defesa de seus direitos quando,Â a critÃ©rio do juiz, for verossÃ-mil a alegaÃ§Ã£o ou quando ele for hipossuficiente. A inversÃ£o nÃ£o Ã© automÃ¡tica, sendo necessÃ¡rio que o magistrado analise os requisitos legais diante do caso concreto, senÃ£o vejamos: Â AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÃ¿Ã¿O DE INDENIZAÃ¿Ã¿O POR DANOS MORAIS. INVERSÃ¿O DO Ã¿NUS DA PROVA. MATÃ¿RIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃ¿O PROVIDO. 1. Esta Corte possui firme o entendimento no sentido de que: "A inversÃ£o do Ã´nus da prova, nos termos do art. 6Âº, VIII, do CÃ³digo de Defesa do Consumidor, nÃ£o Ã© automÃ¡tica, dependendo da constataÃ§Ã£o, pelas instÃ¢ncias ordinÃ¡rias, da presenÃ§a ou nÃ£o da verossimilhanÃ§a das alegaÃ§Ãµes do consumidor.".(AgInt no AREsp 1328873/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÃ¿JO, QUARTA TURMA, julgado em 21/11/2019, DJe 18/12/2019). 2. [...] 3. Agravo interno nÃ£o provido. (AgInt no AREsp 1581973/SP, Rel. Ministro Luis Felipe SalomÃ£o, Quarta Turma do STJ, julgado em 10/03/2020, DJe 17/03/2020) Destacamos Â Registra-se que a adoÃ§Ã£o da distribuiÃ§Ã£o dinÃ¢mica do Ã´nus da prova pelo CDC nÃ£o afasta a regra geral prevista no CÃ³digo de Processo Civil, art. 373, I e II, segundo a qual compete ao autor demonstrar o direito que o assiste e ao rÃ©u a existÃªncia de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito daquele. Nas palavras de Leonardo Garcia: Â Â¿[...]Â caso o consumidor venha a propor a aÃ§Ã£o (autor), deverÃ¡ fazer prova do fato constitutivo do direito. O que pode acontecer Ã© que, em alguns casos, quando a prova a cargo do consumidor se tornar difÃ-cil de ser feita ou muito onerosa (requisito da hipossuficiÃªncia) ou quando os argumentos alegados, segundo as regras ordinÃ¡rias de experiÃªncia do magistrado, forem plausÃ-veis (requisito da verossimilhanÃ§a das alegaÃ§Ãµes), o juiz poderÃ¡ inverter o Ã´nus da prova que, a princÃ-pio, foi distribuÃ-do de acordo com o CPCÂ¿. (CÃ³digo de Defesa do Consumidor Comentado: artigo por artigo. 13Âª ed. Rev., ampl. e atual. Salvador: JusPodivm, 2016. p.99) Â Logo, a partir da afirmaÃ§Ã£o da parte autora de que nÃ£o estabeleceu qualquer

relaÃ§Ã£o com a instituiÃ§Ã£o financeira requerida, e tendo trazido aos autos histÃ³rico de emprÃ©stimos consignados emitido pelo INSS, no qual consta o contrato impugnado e o detalhamento dos descontos atÃ© entÃ£o realizados, nÃ£o poderia este juÃ-zo impor-lhe o Ã´nus da prova, pois, alÃ©m da verossimilhanÃ§a de suas alegaÃ§Ãµes (que justifica a inversÃ£o), trata-se de fato negativo, vislumbrando-se maior facilidade para a parte rÃ© provar o contrÃ¡rio. Â Assim, cabia ao demandado demonstrar a existÃªncia do aludido contrato com autorizaÃ§Ã£o para os descontos em folha, alÃ©m da efetiva disponibilizaÃ§Ã£o do crÃ©dito ao contratante, mediante transferÃªncia bancÃ¡ria ou ordem de pagamento. No caso em exame, em relaÃ§Ã£o ao contrato n.Âº 914247766, o requerido desincumbiu-se satisfatoriamente de seu Ã´nus probatÃ³rio ao apresentar cÃ³pia do contrato firmado pelas partes (fl. 52), comprovante de transferÃªncia bancÃ¡ria em favor do demandante, bem como consta ofÃ-cio encaminhado pelo Banco Bradesco S/A informando que o exato valor impugnado foi credita em conta, pelo que julgo improcedente o pedido em relaÃ§Ã£o a este contrato, nos termos do art. 487, I, do CPC. Em relaÃ§Ã£o ao contrato nÂº 559063590, em que pese ter sido juntado aos autos o suposto contrato, consta ofÃ-cio encaminhado pelo Banco Bradesco S/A informando que nÃ£o hÃ¡ registro do crÃ©dito na conta do demandante no perÃ-odo em que o requerido alega que creditou o referido valor. Assim, a instituiÃ§Ã£o bancÃ¡ria nÃ£o logrou Ãªxito em comprovar que a autora efetivamente recebeu o valor contratado. Frise-se que o prÃ³prio demandado requereu, em sua defesa, a expediÃ§Ã£o de ofÃ-cio ao Banco Bradesco S/A para que restasse demonstrada a liberaÃ§Ã£o de valores, entretanto, a prova lhe foi desfavorÃ¡vel, pois evidenciou exatamente o contrÃ¡rio em relaÃ§Ã£o ao referido contrato. Sendo incontroversos os descontos, os quais reputam-se indevidos em face da nÃ£o comprovaÃ§Ã£o da relaÃ§Ã£o jurÃ-dica entre as partes, impÃµe-se a procedÃªncia da aÃ§Ã£o,Â devendo o requerido ser responsabilizado pelos danos materiais e morais causados, entendimento que se coaduna com a posiÃ§Ã£o do Superior Tribunal de JustiÃ§a, em sede de Recurso Repetitivo e SÃºmula 479, senÃ£o vejamos: `RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÃ¿RSIA. JULGAMENTO PELA SISTEMÃTICA DO ART. 543-C DO CPC. RESPONSABILIDADE CIVIL. INSTITUIÃ¿Ã¿ES BANCÃRIAS. DANOS CAUSADOS POR FRAUDES E DELITOS PRATICADOS POR TERCEIROS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FORTUITO INTERNO. RISCO DO EMPREENDIMENTO. 1. Para efeitos do art. 543-C do CPC:Â As instituiÃ§Ãµes bancÃ¡rias respondem objetivamente pelos danos causados por fraudes ou delitos praticados por terceirosÂ - como, por exemplo, abertura de conta-corrente ou recebimento de emprÃ©stimos mediante fraude ou utilizaÃ§Ã£o de documentos falsos -, porquanto tal responsabilidade decorre do risco do empreendimento, caracterizando-se como fortuito interno. 2. Recurso especial providoÂ¿. (REsp 1199782/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃ¿O, SEGUNDA SEÃ¿Ã¿O, julgado em 24/08/2011, DJe 12/09/2011) `As instituiÃ§Ãµes financeiras respondemos objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no Ã¢mbito de operaÃ§Ãµes bancÃ¡riasÂ¿. (SÃºmula 479, Segunda SeÃ§Ã£o, julgado em 27/06/2012, DJe 01/08/2012) Registra-se que nÃ£o hÃ¡ nos autos qualquer fato que justifique a cobranÃ§a coercitiva, reiterada por meses, abatida diretamente de verba alimentar recebida por pessoa idosa pelo INSS. Em tais casos,Â o entendimento que prevalece, inclusive do E. Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, Ã© de que somente o engano justificÃ¡vel afastaria a condenaÃ§Ã£o por devoluÃ§Ã£o em dobro, senÃ£o vejamos: EMENTA: CIVIL E PROCESSO CIVIL. APELAÃ¿Ã¿O. AÃ¿Ã¿O DECLARATÃ¿RIA DE INEXISTENCIA DE DÃ¿BITO C/C INDENIZAÃ¿Ã¿O POR DANOS MORAIS - DESCONTO INDEVIDO EM APOSENTADORIA. CONTRATO DE EMPRÃ¿STIMO NÃ¿O APRESENTADO. REPETIÃ¿Ã¿O DO VALOR DESCONTADO EM DOBRO DEVIDO - INTELIGENCIA DO ARTIGO 42 DO CDC. DANO MORAL IN RE IPSA. QUANTUM INDENIZATÃ¿RIO ADEQUADO E JUSTO AO CASO CONCRETO Ã¿ UNANIMIDADE. 1.Â Â In casu, evidenciada a ilicitude da conduta do banco apelante, que promoveu descontos indevidos no benefÃ-cio previdenciÃ¡rio da recorrida, referentes a emprÃ©stimo consignado, sem comprovar a existÃªncia de relaÃ§Ã£o contratual entre as partes, resta patente sua responsabilidade e correlato dever de indenizar. 2. O dano moral, no caso, Ã© in re ipsa, ou seja, prescindÃ-vel de comprovaÃ§Ã£o, ante a notoriedade da violaÃ§Ã£o a dignidade da pessoa humana, pois houve privaÃ§Ã£o indevida de parte do benefÃ-cio previdenciÃ¡rio da recorrida, pessoa idosa, que configura verba alimentar destinada ao sustento. 3.Â No que tange a repetiÃ§Ã£o do indÃ©bito em dobro, o banco apelante nÃ£o logrou Ãªxito em comprovar a contrataÃ§Ã£o do negÃ³cio jurÃ-dico bancÃ¡rio pela autora a justificar os descontos efetivados em sua conta, pelo que deve ser aplicado o artigo 42, parÃ¡grafo Ãºnico do CÃ³digo de Defesa do Consumidor, sendo desnecessÃ¡ria a caracterizaÃ§Ã£o de mÃ¡-fÃ© por parte do fornecedorÂ Â Â Â 4 - ParaÂ Â a fixaÃ§Ã£o dos danos morais, o julgador deve atender aos seguintes parÃ¢metros: a extensÃ£o do dano, grau de culpa do ofensor, situaÃ§Ã£o econÃ´mica das partes, sempre observando, ainda, os princÃ-pios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que foi devidamente analisado no caso sob testilha.Â Â 5. Recurso conhecido e desprovido Ã unanimidade.Â Â (2018.01186756-79, 187.514, Rel. EDINEA

OLIVEIRA TAVARES, Ã¿rgÃ£o Julgador 2Âª TURMA DE DIREITO PRIVADO do TJPA, Julgado em 2018-03-20, Publicado em 2018-03-27). Â Ementa: RECURSO INOMINADO. AÃ¿Ã¿O ANULATÃ¿RIA DE DÃ¿BITO C/C REPETIÃ¿Ã¿O DE INDÃ¿BITO EM DOBRO E INDENIZAÃ¿Ã¿O POR DANOS MORAIS E PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. EMPRÃ¿STIMO CONSIGNADO. AUSÃ¿NCIA DE CONTRATO. PESSOA IDOSA E ANALFABETA. CONTRATO MEDIANTE FRAUDE. DESCONTOS INDEVIDOS. REFORMA DA SENTENÃ¿A. RESTITUIÃ¿Ã¿O EM DOBRO. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. [...]Â Quanto Ã repetiÃ§Ã£o do indÃ©bito,Â restou comprovado que a parte Autora sofreu descontos em seu benefÃ-cio previdenciÃ¡rio, por emprÃ©stimo duvidoso,Â o que acarreta a restituiÃ§Ã£o, em dobro, conforme previsto no art. 42, parÃ¡grafo Ãºnico, do CÃ³digo de Defesa do Consumidor. [...] Recurso conhecido e parcialmente provido. (2018.03622578-11, 29.012, Rel. TANIA BATISTELLO, Ã¿rgÃ£o Julgador TURMA RECURSAL PERMANENTE do TJPA, Julgado em 2018-09-05, Publicado em 2018-09-10). Diante do exposto, julgo parcialmente procedentes os pedidos formulados na inicial, declarando inexistente o contrato de emprÃ©stimo objeto da lide (em epÃ-grafe), e, por conseguinte, condeno a instituiÃ§Ã£o financeira requerida a devolver em dobro todas as parcelas indevidamente descontadas do benefÃ-cio previdenciÃ¡rio da parte requerente, atÃ© o efetivo cancelamento da transaÃ§Ã£o, corrigidas monetariamente pelo INPC e acrescidas de juros de mora de 1% a.m. (um por cento ao mÃªs) a partir das datas de cada desconto indevido (SÃºmulas 43 e 54 do STJ). Â Em relaÃ§Ã£o ao cabimento dos danos morais, entendo razoÃ¡vel, por nÃ£o ser possÃ-vel desconsiderar os transtornos que o desconto irregular causou na vida do requerente, pessoa idosa, que inesperadamente teve a sua subsistÃªncia comprometida por vÃ¡rios meses consecutivos, situaÃ§Ã£o que evidentemente nÃ£o pode ser vista como mero aborrecimento. Destarte, sendo sÃ³lido o posicionamento tanto da doutrina como da jurisprudÃªncia de que esse tipo de ocorrÃªncia nÃ£o deve ensejar enriquecimento sem causa ao lesado, e levando em consideraÃ§Ã£o a capacidade econÃ´mica do demandado, condeno-o ao pagamento de R$ 7.100,00 (sete mil e cem reais) a tÃ-tulo de danos morais,Â com a devida correÃ§Ã£o pelo INPC a partir desta decisÃ£o (SÃºmula 362 do STJ), acrescidos de juros moratÃ³rios de 1% a.m. (um por cento ao mÃªs) desde o evento danoso, ou seja, a data do primeiro desconto indevido (SÃºmula 54 do STJ). O pagamento da condenaÃ§Ã£o deverÃ¡ ser efetuado mediante depÃ³sito judicial, preferencialmente no Banco do Estado do ParÃ¡ (BANPARÃ). Sem custas, sem honorÃ¡rios (art. 55 da Lei 9.099/95). P.R.I. Transitada em julgado, certifique-se e arquivem-se os autos. CametÃ¡/PA,12 de abril de 2022. JosÃ© Matias Santana Dias Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara

PROCESSO: 00013058920188140012 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE MATIAS SANTANA DIAS A??o: Procedimento Sumário em: 18/04/2022---REQUERENTE:MARIA ELIZIA MOIA RODRIGUES Representante(s): OAB 21633 - JOSE DIEGO WANZELER GONCALVES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO VOTORANTIM Representante(s): OAB 23.255 - ANTONIO DE MORAES DOURATO NETO (ADVOGADO) OAB 27477-A - BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (ADVOGADO) . Processo n.Âº 0001305-89.2018.8.14.0012 RECLAMANTE: MARIA ELIZIA MOIA RODRIGUES RECLAMADO: BANCO VOTORANTIM S/A Contrato n.Âº 236736387 (R$ 5.486,58) SENTENÃ¿A Vistos etc. Dispensado o relatÃ³rio, nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95. 1- PRELIMINARES: Defiro a retificaÃ§Ã£o do nome do requerido para BV FINANCEIRA- CRÃ¿DITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, devendo a secretaria providenciar a devida alteraÃ§Ã£o no sistema. Afasto a preliminar de incompetÃªncia do juizado especial para apreciaÃ§Ã£o da causa, por entender que Ã© suficiente ao deslinde a produÃ§Ã£o da prova documental, consistente na juntada do contrato impugnado e do comprovante de liberaÃ§Ã£o do crÃ©dito ao(Ã) contratante. Ademais, a Lei 9.099/95, em seu art. 35, caput, bem como o Enunciado n.Âº 12 - FONAJE dispÃµem que o Juiz poderÃ¡ inquirir, atravÃ©s de perÃ-cia informal, tÃ©cnicos de sua confianÃ§a quando a prova do fato exigir. 2- MÃ¿RITO: A controvÃ©rsia sujeita-se ao CÃ³digo de Defesa do Consumidor, conforme entendimento consolidado na SÃºmula n.Âº 297, do Superior Tribunal de JustiÃ§a:Â O CÃ³digo de Defesa do Consumidor Ã© aplicÃ¡vel Ã s instituiÃ§Ãµes financeiras. Nessa senda, o art. 6Âº, VIII, do CDC, assegura a inversÃ£o do Ã´nus da prova em favor do consumidor para facilitar a defesa de seus direitos quando,Â a critÃ©rio do juiz, for verossÃ-mil a alegaÃ§Ã£o ou quando ele for hipossuficiente. A inversÃ£o nÃ£o Ã© automÃ¡tica, sendo necessÃ¡rio que o magistrado analise os requisitos legais diante do caso concreto, senÃ£o vejamos: AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÃ¿Ã¿O DE INDENIZAÃ¿Ã¿O POR DANOS MORAIS. INVERSÃ¿O DO Ã¿NUS DA PROVA. MATÃ¿RIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃ¿O PROVIDO. 1. Esta Corte possui firme o entendimento no sentido de que: "A inversÃ£o do Ã´nus da prova, nos termos do art. 6Âº, VIII, do CÃ³digo de Defesa do Consumidor, nÃ£o Ã© automÃ¡tica, dependendo da

constataÃ§Ã£o, pelas instÂ¢ncias ordinÃ¡rias, da presenÃ§a ou nÃ£o da verossimilhanÃ§a das alegaÃ§Ãµes do consumidor.".(AgInt no AREsp 1328873/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÃ¿JO, QUARTA TURMA, julgado em 21/11/2019, DJe 18/12/2019). 2. [...] 3. Agravo interno nÃ£o provido. (AgInt no AREsp 1581973/SP, Rel. Ministro Luis Felipe SalomÃ£o, Quarta Turma do STJ, julgado em 10/03/2020, DJe 17/03/2020) Destacamos Registra-se que a adoÃ§Ã£o da distribuiÃ§Ã£o dinÂ¢mica do Ã´nus da prova pelo CDC nÃ£o afasta a regra geral prevista no CÃ³digo de Processo Civil, art. 373, I e II, segundo a qual compete ao autor demonstrar o direito que o assiste e ao rÃ©u a existÃªncia de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito daquele. Nas palavras de Leonardo Garcia: Â¿[...] caso o consumidor venha a propor a aÃ§Ã£o (autor), deverÃ¡ fazer prova do fato constitutivo do direito. O que pode acontecer Ã© que, em alguns casos, quando a prova a cargo do consumidor se tornar difÃ-cil de ser feita ou muito onerosa (requisito da hipossuficiÃªncia) ou quando os argumentos alegados, segundo as regras ordinÃ¡rias de experiÃªncia do magistrado, forem plausÃ-veis (requisito da verossimilhanÃ§a das alegaÃ§Ãµes), o juiz poderÃ¡ inverter o Ã´nus da prova que, a princÃ-pio, foi distribuÃ-do de acordo com o CPCÂ¿. (CÃ³digo de Defesa do Consumidor Comentado: artigo por artigo. 13Âª ed. Rev., ampl. e atual. Salvador: JusPodivim, 2016. p.99) Logo, a partir da afirmaÃ§Ã£o da parte autora de que nÃ£o estabeleceu qualquer relaÃ§Ã£o com a instituiÃ§Ã£o financeira requerida, e tendo trazido aos autos histÃ³rico de emprÃ©stimos consignados emitido pelo INSS, no qual consta o contrato impugnado e o detalhamento dos descontos atÃ© entÃ£o realizados, nÃ£o poderia este juÃ-zo impor-lhe o Ã´nus da prova, pois, alÃ©m da verossimilhanÃ§a de suas alegaÃ§Ãµes (que justifica a inversÃ£o), trata-se de fato negativo, vislumbrando-se maior facilidade para a parte rÃ© provar o contrÃ¡rio. No caso em exame, foi juntado aos autos o suposto contrato e documento em que consta a informaÃ§Ã£o que o valor seria liberado mediante crÃ©dito em conta de titularidade da autora, no Banco do Bradesco S/A (fl. 24-v/27). Todavia, Ã fl. 49/51, consta ofÃ-cio encaminhado pelo Banco do Bradesco S/A com extrato da conta da autora em que nÃ£o se verifica que o valor do contrato foi creditado em favor da autora. Assim, a instituiÃ§Ã£o bancÃ¡ria nÃ£o logrou Ãªxito em comprovar que a autora efetivamente recebeu o valor contratado. Sendo incontroversos os descontos,Â os quais reputam-se indevidos em face da nÃ£o comprovaÃ§Ã£o de que a autora tenha efetivamente recebido o valor do contrato ou dele se beneficiado, impÃµe-se a procedÃªncia da aÃ§Ã£o,Â devendo o requerido ser responsabilizado pelos danos materiais e morais causados, entendimento que se coaduna com a posiÃ§Ã£o do Superior Tribunal de JustiÃ§a, em sede de Recurso Repetitivo e SÃºmula 479, senÃ£o vejamos: `RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÃ¿RSIA. JULGAMENTO PELA SISTEMÃTICA DO ART. 543-C DO CPC. RESPONSABILIDADE CIVIL. INSTITUIÃ¿Ã¿ES BANCÃRIAS. DANOS CAUSADOS POR FRAUDES E DELITOS PRATICADOS POR TERCEIROS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FORTUITO INTERNO. RISCO DO EMPREENDIMENTO. 1. Para efeitos do art. 543-C do CPC:Â As instituiÃ§Ãµes bancÃ¡rias respondemÂ objetivamenteÂ pelos danos causados por fraudes ou delitos praticados por terceirosÂ - como, por exemplo, abertura de conta-corrente ou recebimento de emprÃ©stimos mediante fraude ou utilizaÃ§Ã£o de documentos falsos -, porquanto tal responsabilidade decorre do risco do empreendimento, caracterizando-se como fortuito interno. 2. Recurso especial providoÂ¿. (REsp 1199782/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃ¿O, SEGUNDA SEÃ¿Ã¿O, julgado em 24/08/2011, DJe 12/09/2011). `As instituiÃ§Ãµes financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no Â¢mbito de operaÃ§Ãµes bancÃ¡riasÂ¿. (SÃºmula 479, Segunda SeÃ§Ã£o, julgado em 27/06/2012, DJe 01/08/2012) Destacamos Diante do exposto, julgo parcialmente procedentes os pedidos formulados na inicial, declarando inexistente o contrato de emprÃ©stimo objeto da lide (em epÃ-grafe), e, por conseguinte, condeno a instituiÃ§Ã£o financeira requerida a devolver em dobro todas as parcelas indevidamente descontadas do benefÃ-cio previdenciÃ¡rio da parte requerente, atÃ© o efetivo cancelamento da transaÃ§Ã£o, corrigidas monetariamente pelo INPC e acrescidas de juros de mora de 1% a.m. (um por cento ao mÃªs) a partir das datas de cada desconto indevido (SÃºmulas 43 e 54 do STJ), bem como a cessar os descontos decorrentes do citado contrato, sob pena de multa diÃ¡ria de R$100,00 (cem reais), atÃ© o limite de R$3.000,00 (trÃªs mil reais). Em relaÃ§Ã£o ao cabimento dos danos morais, entendo razoÃ¡vel, por nÃ£o ser possÃ-vel desconsiderar os transtornos que o desconto irregular causou na vida do(a) requerente, pessoa idosa, que inesperadamente teve a sua subsistÃªncia comprometida por vÃ¡rios meses consecutivos, situaÃ§Ã£o que evidentemente nÃ£o pode ser vista como mero aborrecimento. Destarte, sendo sÃ³lido o posicionamento tanto da doutrina como da jurisprudÃªncia de que esse tipo de ocorrÃªncia nÃ£o deve ensejar enriquecimento sem causa ao lesado, e levando em consideraÃ§Ã£o a capacidade econÃ´mica do demandado, condeno-o ao pagamento de R$ 7.000,00 (sete mil reais) a tÃ-tulo de danos morais, com a devida correÃ§Ã£o pelo INPC a partir desta decisÃ£o (SÃºmula 362 do STJ), acrescidos de juros moratÃ³rios de 1% a.m. (um por cento ao mÃªs) desde o evento danoso, ou seja, a data do primeiro desconto indevido (SÃºmula 54 do STJ). Â

O pagamento da condenaÃ§Ã£o deverÃ¡ ser efetuado mediante depÃ³sito judicial, preferencialmente no Banco do Estado do ParÃ¡ (BANPARÃ). Â Sem custas, sem honorÃ¡rios (art. 55 da Lei 9.099/95). Â P.R.I. Transitada em julgado, certifique-se e arquivem-se os autos. Â Â CametÃ¡/PA, 13 de abril de 2022 Â JosÃ© Matias Santana Dias Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara

PROCESSO: 00013415920118140012 PROCESSO ANTIGO: 201110007891 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE MATIAS SANTANA DIAS A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/04/2022---REQUERENTE:ALVARO JORGE CORREA DOS SANTOS Representante(s): OAB 8514 - ADRIANE FARIAS SIMOES (ADVOGADO) REQUERIDO:A FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 14829 - AMANDA CARNEIRO RAYMUNDO (PROCURADOR(A)) . DECISÃ¿O Chamo o feito Ã ordem e torno sem efeito o despacho de fl. 66, visto que nÃ£o foram opostos embargos de declaraÃ§Ã£o nos autos. Certifique-se sobre o trÃ¢nsito em julgado. Se implementado, arquivem-se. CametÃ¡/PA, 13 de abril de 2022. JosÃ© Matias Santana Dias Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara

PROCESSO: 00016271220188140012 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE MATIAS SANTANA DIAS A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/04/2022---REQUERENTE:TEREZINHA MENDES DOS SANTOS Representante(s): OAB 21633 - JOSE DIEGO WANZELER GONCALVES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO PAN SA Representante(s): OAB 30348 - JOAO VITOR CHAVES MARQUES DIAS (ADVOGADO) . PROCESSO NÂº 0001627-12.2018.814.0012 RECLAMANTE: TEREZINHA MENDES DOS SANTOS RECLAMADO: BANCO PAN S/A Contrato n.Âº 312258531-2 (R$ 6.459,91) SENTENÃ¿A Vistos etc. Dispensado o relatÃ³rio, nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95. A controvÃ©rsia sujeita-se ao CÃ³digo de Defesa do Consumidor, conforme entendimento consolidado na SÃºmula n.Âº 297, do Superior Tribunal de JustiÃ§a:Â O CÃ³digo de Defesa do Consumidor Ã© aplicÃ¡vel Ã s instituiÃ§Ãµes financeiras. Nessa senda, o art. 6Âº, VIII, do CDC, assegura a inversÃ£o do Ã´nus da prova em favor do consumidor para facilitar a defesa de seus direitos quando,Â a critÃ©rio do juiz, for verossÃ-mil a alegaÃ§Ã£o ou quando ele for hipossuficiente.Â Como se vÃª, a inversÃ£o nÃ£o Ã© automÃ¡tica, sendo necessÃ¡rio que o magistrado analise os requisitos legais diante do caso concreto, senÃ£o vejamos:Â Â Â AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÃ¿Ã¿O DE INDENIZAÃ¿Ã¿O POR DANOS MORAIS. INVERSÃ¿O DO Ã¿NUS DA PROVA. MATÃ¿RIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃ¿O PROVIDO. 1. Esta Corte possui firme o entendimento no sentido de que: "A inversÃ£o do Ã´nus da prova, nos termos do art. 6Âº, VIII, do CÃ³digo de Defesa do Consumidor, nÃ£o Ã© automÃ¡tica, dependendo da constataÃ§Ã£o, pelas instÃ¢ncias ordinÃ¡rias, da presenÃ§a ou nÃ£o da verossimilhanÃ§a das alegaÃ§Ãµes do consumidor.".(AgInt no AREsp 1328873/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÃ¿JO, QUARTA TURMA, julgado em 21/11/2019, DJe 18/12/2019). 2. [...] 3. Agravo interno nÃ£o provido. (AgInt no AREsp 1581973/SP, Rel. Ministro Luis Felipe SalomÃ£o, Quarta Turma do STJ, julgado em 10/03/2020, DJe 17/03/2020.).Â Registra-se que a adoÃ§Ã£o da distribuiÃ§Ã£o dinÃ¢mica do Ã´nus da prova pelo CDC nÃ£o afasta a regra geral prevista no CÃ³digo de Processo Civil, art. 373, I e II, segundo a qual compete ao autor demonstrar o direito que o assiste e ao rÃ©u a existÃªncia de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito daquele. Nas palavras de Leonardo Garcia: Â Â¿[...]Â caso o consumidor venha a propor a aÃ§Ã£o (autor), deverÃ¡ fazer prova do fato constitutivo do direito. O que pode acontecer Ã© que, em alguns casos, quando a prova a cargo do consumidor se tornar difÃ-cil de ser feita ou muito onerosa (requisito da hipossuficiÃªncia) ou quando os argumentos alegados, segundo as regras ordinÃ¡rias de experiÃªncia do magistrado, forem plausÃ-veis (requisito da verossimilhanÃ§a das alegaÃ§Ãµes), o juiz poderÃ¡ inverter o Ã´nus da prova que, a princÃ-pio, foi distribuÃ-do de acordo com o CPCÂ¿. (CÃ³digo de Defesa do Consumidor Comentado: artigo por artigo. 13Âª ed. Rev., ampl. e atual. Salvador: JusPodivm, 2016. p.99). Â Logo, a partir da afirmaÃ§Ã£o da parte autora de que nÃ£o estabeleceu qualquer relaÃ§Ã£o com a instituiÃ§Ã£o financeira requerida, e tendo trazido aos autos histÃ³rico de emprÃ©stimos consignados emitido pelo INSS, no qual consta o contrato impugnado e o detalhamento dos descontos atÃ© entÃ£o realizados, nÃ£o poderia este juÃ-zo impor-lhe o Ã´nus da prova, pois, alÃ©m da verossimilhanÃ§a de suas alegaÃ§Ãµes (que justifica a inversÃ£o), trata-se de fato negativo, vislumbrando-se maior facilidade para a parte rÃ© provar o contrÃ¡rio. No caso em exame, o requerido desincumbiu-se satisfatoriamente de seu Ã´nus probatÃ³rio ao apresentar cÃ³pia do contrato firmado pelas partes (fls. 23/24), transferÃªncia eletrÃ´nica do exato valor contratado para conta de titularidade da autora (fl. 22), bem como, oficio do Banco Bradesco S/A em que consta o extrato da conta bancÃ¡ria da autora no exato valor do contrato.

Desta forma, evidenciado que a autora contratou o emprÃ©stimo consignado objeto desta lide, faz jus a instituiÃ§Ã£o financeira requerida ao recebimento da contraprestaÃ§Ã£o pelos valores disponibilizados, razÃ£o pela qual JULGO IMPROCEDENTES OS PEDIDOS formulados na inicial, extinguindo o feito com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. P. R. I. Transitada em julgado, arquivem-se. CametÃ¡/PA, 12 de abril de 2022. JosÃ© Matias Santana Dias Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara

PROCESSO: 00016782320118140012 PROCESSO ANTIGO: 201110009730 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE MATIAS SANTANA DIAS A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/04/2022---REQUERIDO:ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 17182 - GUSTAVO TAVARES MONTEIRO (PROCURADOR(A)) REQUERENTE:JOAO LUDOVICO TELES DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 8514 - ADRIANE FARIAS SIMOES (ADVOGADO) . SENTENÃ¿A DE EMBARGOS DE DECLARAÃ¿Ã¿O COM EFEITOS MODIFICATIVOS Vistos etc. Trata-se de aÃ§Ã£o ajuizada sob o rito comum por servidor estadual militar tendo por objeto o pagamento de adicional de interiorizaÃ§Ã£o previsto na Lei Estadual n.Âº 5.262/1991, em decorrÃªncia da prestaÃ§Ã£o de serviÃ§os no interior do Estado do ParÃ¡. O pleito foi julgado procedente (fls. 105/108). ApÃ³s a sentenÃ§a, o requerido suscitou atravÃ©s do recurso em anÃ¡lise questÃ£o de ordem pÃºblica, qual seja a inconstitucionalidade da mencionada legislaÃ§Ã£o. ContrarrazÃµes nos autos (fls. 145/154). Decido. Assiste razÃ£o ao embargante. Em 14/02/2020 o Governador do Estado do ParÃ¡ propÃ´s aÃ§Ã£o direta de inconstitucionalidade tendo por objeto o art. 4Âº, inciso IV, da ConstituiÃ§Ã£o do Estado do ParÃ¡, que assegurava aos militares do Estado, na forma da lei, o direito ao adicional de interiorizaÃ§Ã£o, bem como a Lei estadual n.Âº 5.652/1991, que o regulamentava. Em dezembro daquele ano o plenÃ¡rio do Supremo Tribunal Federal julgou procedente a aÃ§Ã£o devido ao reconhecimento de vÃ-cio de iniciativa na lei que instituiu o adicional, eis que proposta pela Assembleia Legislativa do Estado do ParÃ¡ em violaÃ§Ã£o ao art. 61, Â§ 1Âº, II, `fÂ¿, da ConstituiÃ§Ã£o Federal, que atribui - pelo princÃ-pio da simetria - a iniciativa privativa da matÃ©ria ao Governador do Estado. Com relaÃ§Ã£o ao dispositivo da ConstituiÃ§Ã£o estadual questionado, o STF entendeu que padecia do mesmo vÃ-cio, vez que jÃ¡ havia se posicionado no sentido de que `Ã© vedada a inserÃ§Ã£o nos textos constitucionais estaduais de matÃ©rias cuja veiculaÃ§Ã£o por lei se submeteriam Ã iniciativa privativa do chefe do Poder ExecutivoÂ¿. Vejamos: EMENTA: AÃ¿Ã¿O DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. INC. IV DO ART. 48 DA CONSTITUIÃ¿Ã¿O DO PARÃ E LEI ESTADUAL 5.652/1991. INSTITUIÃ¿Ã¿O DE ADICIONAL DE INTERIORIZAÃ¿Ã¿O A SERVIDORES MILITARES. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. COMPETÃ¿NCIA DE GOVERNADOR PARA INICIATIVA DE LEI SOBRE REGIME JURÃDICO E REMUNERAÃ¿Ã¿O DE MILITARES ESTADUAIS. PRINCÃPIO DA SIMETRIA. AÃ¿Ã¿O JULGADA PROCEDENTE. MODULAÃ¿Ã¿O DOS EFEITOS DA DECISÃ¿O. (ADI 6321, Relator(a): CÃ¡rmen LÃºcia, Tribunal Pleno do STF, julgado em 21/12/2020, Processo EletrÃ´nico DJe-023 DIVULG 05-02-2021 Public 08-02-2021) Todavia, em atenÃ§Ã£o ao princÃ-pio da confianÃ§a e da seguranÃ§a jurÃ-dica, o STF modulou os efeitos da declaraÃ§Ã£o de inconstitucionalidade nos termos a seguir: `DecisÃ£o: O Tribunal, por maioria, julgou procedente o pedido formulado na aÃ§Ã£o direta para: a) declarar a inconstitucionalidade do inc. IV do art. 48 da ConstituiÃ§Ã£o do ParÃ¡ e da Lei n. 5.652/1991 do ParÃ¡ e b) conferir eficÃ¡cia ex nunc Ã decisÃ£o para produzir efeitos a partir da data do julgamento relativamente aos que jÃ¡ estejam recebendo por decisÃ£o administrativa ou judicial, nos termos do voto da Relatora, vencidos parcialmente os Ministros Edson Fachin e Marco AurÃ©lioÂ¿. (PlenÃ¡rio, SessÃ£o Virtual de 11.12.2020 a 18.12.2020) grifamos Ressalta-se que a declaraÃ§Ã£o de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade das normas tÃªm eficÃ¡cia contra todos e efeito vinculante em relaÃ§Ã£o aos Ã³rgÃ£os do Poder JudiciÃ¡rio (e tambÃ©m Ã AdministraÃ§Ã£o PÃºblica), passÃ-vel de reclamaÃ§Ã£o consoante art. 28, parÃ¡grafo Ãºnico, da Lei n.Âº 9.868/1999 c/c arts. 927, I e 988, III, do CÃ³digo de Processo Civil. No caso, nÃ£o consta dos autos o recebimento administrativo ou judicial do adicional postulado, de modo que o embargado nÃ£o foi abrangido pela modulaÃ§Ã£o dos efeitos da decisÃ£o. Nesse sentido orienta-se o Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡: Ementa: REEXAME E APELAÃ¿Ã¿O CÃVEL. AÃ¿Ã¿O ORDINÃRIA. COBRANÃ¿A DE ADICIONAL DE INTERIORIZAÃ¿Ã¿O.Â PREJUDICIAL DE INCONSTITUCIONALIDADE DE OFÃCIO. APLICAÃ¿Ã¿O DO ART. 102, Â§ 2Âº DA CF; ART. 28 DA LEI NÂº 9.868/99 E ART. 927, I DO CPC. INCONSTITUCIONALIDADE DO INC. IV DO ART. 48 DA CONSTITUIÃ¿Ã¿O ESTADUAL E LEI 5.652/91 DECLARADA PELO STF - ADI 6.321/PA. DIREITO INEXISTENTE. SUCUMBÃ¿NCIA - Â§8Âº DO ART. 85; Â§Â§ 2Âº e 3Âº DO ART. 98, TODOS DO CPC. SENTENÃ¿A REFORMADA. 1-Â A sentenÃ§a julga procedente em parte o pedido inicial, para condenar o rÃ©u ao pagamento do adicional de interiorizaÃ§Ã£o ao autor e os valores retroativos observado o prazo prescricional de cinco anos, com juros e correÃ§Ã£o monetÃ¡ria. Fixa honorÃ¡rios em R$2.000,00 (dois mil

reais); 2-Â A retomada do curso processual tem assento na decisÃ£o da Vice-PresidÃªncia deste Tribunal, restringindo o sobrestamento de processos que versem sobre a matÃ©ria de adicional de interiorizaÃ§Ã£o ao juÃ-zo de admissibilidade dos recursos extraordinÃ¡rios e especial, o que Ã© de sua competÃªncia; 3-Â Os juÃ-zes e os tribunais devem observar as decisÃµes do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade, porquanto revestidas de efeito vinculante e eficÃ¡cia contra todos. InteligÃªncia do art. 102, Â§ 2Âº da ConstituiÃ§Ã£o Federal; art. 28 da Lei nÂº 9.868/99 e do art. 927, inciso I, do CPC; 4-Â Declarada pelo STF, em 21/12/2020, a inconstitucionalidade formal do inc. IV do art. 48 da ConstituiÃ§Ã£o do ParÃ¡ e da Lei Estadual nÂº 5.652/1991, que respaldavam o direito do servidor militar, em serviÃ§o no interior do Estado do ParÃ¡, de receber o adicional de interiorizaÃ§Ã£o (ADI 6.321/PA); 5-Â O PlenÃ¡rio da Corte Suprema conferiu eficÃ¡cia ex nunc Ã decisÃ£o para produzir efeitos a partir da data do julgamento relativamente aos que jÃ¡ estejam recebendo por decisÃ£o administrativa ou judicial, com fundamento no art. 27, da Lei nÂº 9.868/99, por recomendaÃ§Ã£o dos princÃ-pios da seguranÃ§a jurÃ-dica e da confianÃ§a legÃ-tima.; 6-Â No caso concreto, a parte autora nÃ£o recebe o adicional de interiorizaÃ§Ã£o por reconhecimento, seja na via administrativa ou judicial; nÃ£o sendo alcanÃ§ada pela modulaÃ§Ã£o dos efeitos da inconstitucionalidade declarada nos autos da ADI6.321/PA; 7-Â CondenaÃ§Ã£o da parte autora em custas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios fixados na ordem de R$1.000,00 (um mil reais) ficando suspensa a exigibilidade em virtude da gratuidade da justiÃ§a. InteligÃªncia do Â§8Âº do art. 85 e Â§Â§ 2Âº e 3Âº, do art. 98, todos do CPC; 8-Â Recurso de apelaÃ§Ã£o e Reexame NecessÃ¡rio conhecidos. Prejudicial de inconstitucionalidade suscitada de ofÃ-cio. SentenÃ§a reformada. Prejudicado o exame do mÃ©rito do recurso de apelaÃ§Ã£o e do reexame. (AcÃ³rdÃ£o n.Âº 7606249, Rel. Celia Regina De Lima Pinheiro, Ã¿rgÃ£o Julgador 1Âª Turma de Direito PÃºblico, julgado em 09/12/2021, publicado em 17/12/2021) grifamos EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NA APELAÃ¿Ã¿O CÃVEL. AÃ¿Ã¿O ORDINÃRIA DE PAGAMENTO DO ADICIONAL DE INTERIORIZAÃ¿Ã¿O COM PEDIDO DE VALORES RETROATIVOS. Â RECURSO INTENTADO CONTRA DECISÃ¿O MONOCRÃTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÃ¿Ã¿O CÃVEL. DECLARAÃ¿Ã¿O DE INCONSTITUCIONALIDADE PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF ATRAVÃ¿S DA AÃ¿Ã¿O DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE NÂº 6.321/PA DO INCISO IV DO ARTIGO 48 DA CONSTITUIÃ¿Ã¿O DO PARÃ E DA LEI ESTADUAL NÂº 5.652/1991 QUE INSTITUIU E REGULAMENTOU REFERIDO BENEFÃCIO. EFEITO Â¿EX NUNCÂ¿ DA MENCIONADA DECISÃ¿O. DESCABIMENTO, DIANTE DO MENCIONADO JULGADO, DO DIREITO AO RECEBIMENTO E INCORPORAÃ¿Ã¿O DO BENEFÃCIO EM QUESTÃ¿O. IMPROCEDÃ¿NCIA DOS PEDIDOS FORMULADOS NA AÃ¿Ã¿O INTENTADA QUE SE IMPÃ¿E. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃ¿O UNÃ¿NIME. 1. O Supremo Tribunal Federal proferiu o julgamento, em 21/12/2020, da AÃ§Ã£o Direta de Inconstitucionalidade nÂº 6.321 do Estado do ParÃ¡, por meio do qual declarou a inconstitucionalidade do inc. IV do art. 48 da ConstituiÃ§Ã£o do ParÃ¡ e da Lei Estadual nÂº 5.652/1991 do ParÃ¡ que instituiu e regulamentou, respectivamente, o adicional de interiorizaÃ§Ã£o aos policiais militares deste Estado, alÃ©m de conferir eficÃ¡ciaÂ ex nuncÂ Ã decisÃ£o, de modo a produzir efeitos a partir da data do julgamento relativamente Ã queles que jÃ¡ estivessem recebendo o benefÃ-cio mediante decisÃ£o administrativa ou judicial, tendo a ADI transitado em julgado em 20/02/2021. 2.Â No caso dos autos, a sentenÃ§a nÃ£o chegou a ser cumprida diante do recurso de apelaÃ§Ã£o e, depois, pelo Agravo Interno interpostos pelo Estado do ParÃ¡, bem como pelo sobrestamento dos autos. Desse modo, em nenhum momento restou pago o adicional de interiorizaÃ§Ã£o em favor do autor ora agravado, e, consequentemente, nÃ£o se aplica a ele a modulaÃ§Ã£o dos efeitos que conferiu eficÃ¡ciaÂ ex nuncÂ Ã decisÃ£o que julgou procedente aÂ ADI 6.321/PA. 3. Recurso conhecido e provido. Ã¿ unanimidade. (AcÃ³rdÃ£o n.Âº 7572672, Rel. Roberto Goncalves de Moura, Ã¿rgÃ£o Julgador 1Âª Turma de Direito PÃºblico, julgado em 06/12/2021, publicado em 16/12/2021) grifamos Assim sendo, acolho os embargos de declaraÃ§Ã£o com efeitos infringentes e, diante da decisÃ£o proferida na ADI n.Âº 6.321/PA, modifico a sentenÃ§a embargada, JULGANDO IMPROCEDENTES os pedidos da inicial pelos fartos fundamentos jÃ¡ expostos, extinguindo o feito com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito nos termos do art. 487, I, do CPC. Condeno a parte autora, ora embargada, ao pagamento de custas e honorÃ¡rios advocatÃ-cios em percentual equivalente a 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, ficando, contudo, suspensa a exigibilidade pelo prazo legal devido Ã concessÃ£o da assistÃªncia judiciÃ¡ria. P. R. I. CiÃªncia ao MP. Transitada em julgado, arquivem-se. Â CametÃ¡/PA, 13 de abril de 2022. JosÃ© Matias Santana Dias Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara

P R O C E S S O : 0 0 0 1 7 4 8 5 0 2 0 1 2 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE MATIAS SANTANA DIAS A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/04/2022---REQUERENTE:ESTEVAO DA SILVA GUIMARAES

Representante(s): OAB 15811 - DENNIS SILVA CAMPOS (ADVOGADO) REQUERIDO:O ESTADO Representante(s): OAB 14829 - AMANDA CARNEIRO RAYMUNDO (PROCURADOR(A)) . SENTENÃ¿A DE EMBARGOS DE DECLARAÃ¿Ã¿O COM EFEITOS MODIFICATIVOS Vistos etc. Trata-se de aÃ§Ã£o ajuizada sob o rito comum por servidor estadual militar tendo por objeto o pagamento de adicional de interiorizaÃ§Ã£o previsto na Lei Estadual n.Âº 5.262/1991, em decorrÃªncia da prestaÃ§Ã£o de serviÃ§os no interior do Estado do ParÃ¡. O pleito foi julgado procedente. ApÃ³s a sentenÃ§a, o requerido suscitou atravÃ©s do recurso em anÃ¡lise questÃ£o de ordem pÃºblica, qual seja a inconstitucionalidade da mencionada legislaÃ§Ã£o. ContrarrazÃµes nos autos. Decido. Assiste razÃ£o ao embargante. Em 14/02/2020 o Governador do Estado do ParÃ¡ propÃ´s aÃ§Ã£o direta de inconstitucionalidade tendo por objeto o art. 4Âº, inciso IV, da ConstituiÃ§Ã£o do Estado do ParÃ¡, que assegurava aos militares do Estado, na forma da lei, o direito ao adicional de interiorizaÃ§Ã£o, bem como a Lei estadual n.Âº 5.652/1991, que o regulamentava. Em dezembro daquele ano o plenÃ¡rio do Supremo Tribunal Federal julgou procedente a aÃ§Ã£o devido ao reconhecimento de vÃ-cio de iniciativa na lei que instituiu o adicional, eis que proposta pela Assembleia Legislativa do Estado do ParÃ¡ em violaÃ§Ã£o ao art. 61, Â§ 1Âº, II, `fÂ¿, da ConstituiÃ§Ã£o Federal, que atribui - pelo princÃ-pio da simetria - a iniciativa privativa da matÃ©ria ao Governador do Estado. Com relaÃ§Ã£o ao dispositivo da ConstituiÃ§Ã£o estadual questionado, o STF entendeu que padecia do mesmo vÃ-cio, vez que jÃ¡ havia se posicionado no sentido de que `Ã© vedada a inserÃ§Ã£o nos textos constitucionais estaduais de matÃ©rias cuja veiculaÃ§Ã£o por lei se submeteriam Ã iniciativa privativa do chefe do Poder ExecutivoÂ¿. Vejamos: EMENTA: AÃ¿Ã¿O DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. INC. IV DO ART. 48 DA CONSTITUIÃ¿Ã¿O DO PARÃ E LEI ESTADUAL 5.652/1991. INSTITUIÃ¿Ã¿O DE ADICIONAL DE INTERIORIZAÃ¿Ã¿O A SERVIDORES MILITARES. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. COMPETÃ¿NCIA DE GOVERNADOR PARA INICIATIVA DE LEI SOBRE REGIME JURÃDICO E REMUNERAÃ¿Ã¿O DE MILITARES ESTADUAIS. PRINCÃPIO DA SIMETRIA. AÃ¿Ã¿O JULGADA PROCEDENTE. MODULAÃ¿Ã¿O DOS EFEITOS DA DECISÃ¿O. (ADI 6321, Relator(a): CÃ¡rmen LÃºcia, Tribunal Pleno do STF, julgado em 21/12/2020, Processo EletrÃ´nico DJe-023 DIVULG 05-02-2021 Public 08-02-2021) Todavia, em atenÃ§Ã£o ao princÃ-pio da confianÃ§a e da seguranÃ§a jurÃ-dica, o STF modulou os efeitos da declaraÃ§Ã£o de inconstitucionalidade nos termos a seguir: `DecisÃ£o: O Tribunal, por maioria, julgou procedente o pedido formulado na aÃ§Ã£o direta para: a) declarar a inconstitucionalidade do inc. IV do art. 48 da ConstituiÃ§Ã£o do ParÃ¡ e da Lei n. 5.652/1991 do ParÃ¡ e b) conferir eficÃ¡cia ex nunc Ã decisÃ£o para produzir efeitos a partir da data do julgamento relativamente aos que jÃ¡ estejam recebendo por decisÃ£o administrativa ou judicial, nos termos do voto da Relatora, vencidos parcialmente os Ministros Edson Fachin e Marco AurÃ©lioÂ¿. (PlenÃ¡rio, SessÃ£o Virtual de 11.12.2020 a 18.12.2020) grifamos Ressalta-se que a declaraÃ§Ã£o de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade das normas tÃªm eficÃ¡cia contra todos e efeito vinculante em relaÃ§Ã£o aos Ã³rgÃ£os do Poder JudiciÃ¡rio (e tambÃ©m Ã AdministraÃ§Ã£o PÃºblica), passÃ-vel de reclamaÃ§Ã£o consoante art. 28, parÃ¡grafo Ãºnico, da Lei n.Âº 9.868/1999 c/c arts. 927, I e 988, III, do CÃ³digo de Processo Civil. No caso, nÃ£o consta dos autos o recebimento administrativo ou judicial do adicional postulado, de modo que o embargado nÃ£o foi abrangido pela modulaÃ§Ã£o dos efeitos da decisÃ£o. Nesse sentido orienta-se o Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡: Ementa: REEXAME E APELAÃ¿Ã¿O CÃVEL. AÃ¿Ã¿O ORDINÃRIA. COBRANÃ¿A DE ADICIONAL DE INTERIORIZAÃ¿Ã¿O.Â PREJUDICIAL DE INCONSTITUCIONALIDADE DE OFÃCIO. APLICAÃ¿Ã¿O DO ART. 102, Â§ 2Âº DA CF; ART. 28 DA LEI NÂº 9.868/99 E ART. 927, I DO CPC. INCONSTITUCIONALIDADE DO INC. IV DO ART. 48 DA CONSTITUIÃ¿Ã¿O ESTADUAL E LEI 5.652/91 DECLARADA PELO STF - ADI 6.321/PA. DIREITO INEXISTENTE. SUCUMBÃ¿NCIA - Â§8Âº DO ART. 85; Â§Â§ 2Âº e 3Âº DO ART. 98, TODOS DO CPC. SENTENÃ¿A REFORMADA. 1-Â A sentenÃ§a julga procedente em parte o pedido inicial, para condenar o rÃ©u ao pagamento do adicional de interiorizaÃ§Ã£o ao autor e os valores retroativos observado o prazo prescricional de cinco anos, com juros e correÃ§Ã£o monetÃ¡ria. Fixa honorÃ¡rios em R$2.000,00 (dois mil reais); 2-Â A retomada do curso processual tem assento na decisÃ£o da Vice-PresidÃªncia deste Tribunal, restringindo o sobrestamento de processos que versem sobre a matÃ©ria de adicional de interiorizaÃ§Ã£o ao juÃ-zo de admissibilidade dos recursos extraordinÃ¡rios e especial, o que Ã© de sua competÃªncia; 3-Â Os juÃ-zes e os tribunais devem observar as decisÃµes do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade, porquanto revestidas de efeito vinculante e eficÃ¡cia contra todos. InteligÃªncia do art. 102, Â§ 2Âº da ConstituiÃ§Ã£o Federal; art. 28 da Lei nÂº 9.868/99 e do art. 927, inciso I, do CPC; 4-Â Declarada pelo STF, em 21/12/2020, a inconstitucionalidade formal do inc. IV do art. 48 da ConstituiÃ§Ã£o do ParÃ¡ e da Lei Estadual nÂº 5.652/1991, que respaldavam o direito do servidor militar, em serviÃ§o no interior do Estado do ParÃ¡, de receber o adicional de interiorizaÃ§Ã£o (ADI 6.321/PA); 5-Â O PlenÃ¡rio da Corte Suprema conferiu eficÃ¡cia ex nunc Ã decisÃ£o para produzir efeitos a partir da data do julgamento

relativamente aos que jÃ¡ estejam recebendo por decisÃ£o administrativa ou judicial, com fundamento no art. 27, da Lei nÂº 9.868/99, por recomendaÃ§Ã£o dos princÃ-pios da seguranÃ§a jurÃ-dica e da confianÃ§a legÃ-tima.; 6-Â No caso concreto, a parte autora nÃ£o recebe o adicional de interiorizaÃ§Ã£o por reconhecimento, seja na via administrativa ou judicial; nÃ£o sendo alcanÃ§ada pela modulaÃ§Ã£o dos efeitos da inconstitucionalidade declarada nos autos da ADI6.321/PA; 7-Â CondenaÃ§Ã£o da parte autora em custas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios fixados na ordem de R$1.000,00 (um mil reais) ficando suspensa a exigibilidade em virtude da gratuidade da justiÃ§a. InteligÃªncia do Â§8Âº do art. 85 e Â§Â§ 2Âº e 3Âº, do art. 98, todos do CPC; 8-Â Recurso de apelaÃ§Ã£o e Reexame NecessÃ¡rio conhecidos. Prejudicial de inconstitucionalidade suscitada de ofÃ-cio. SentenÃ§a reformada. Prejudicado o exame do mÃ©rito do recurso de apelaÃ§Ã£o e do reexame. (AcÃ³rdÃ£o n.Âº 7606249, Rel. Celia Regina De Lima Pinheiro, Ã¿rgÃ£o Julgador 1Âª Turma de Direito PÃºblico, julgado em 09/12/2021, publicado em 17/12/2021) grifamos EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NA APELAÃ¿Ã¿O CÃVEL. AÃ¿Ã¿O ORDINÃRIA DE PAGAMENTO DO ADICIONAL DE INTERIORIZAÃ¿Ã¿O COM PEDIDO DE VALORES RETROATIVOS. Â RECURSO INTENTADO CONTRA DECISÃ¿O MONOCRÃTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÃ¿Ã¿O CÃVEL. DECLARAÃ¿Ã¿O DE INCONSTITUCIONALIDADE PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF ATRAVÃ¿S DA AÃ¿Ã¿O DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE NÂº 6.321/PA DO INCISO IV DO ARTIGO 48 DA CONSTITUIÃ¿Ã¿O DO PARÃ E DA LEI ESTADUAL NÂº 5.652/1991 QUE INSTITUIU E REGULAMENTOU REFERIDO BENEFÃCIO. EFEITO Â¿EX NUNCÂ¿ DA MENCIONADA DECISÃ¿O. DESCABIMENTO, DIANTE DO MENCIONADO JULGADO, DO DIREITO AO RECEBIMENTO E INCORPORAÃ¿Ã¿O DO BENEFÃCIO EM QUESTÃ¿O. IMPROCEDÃ¿NCIA DOS PEDIDOS FORMULADOS NA AÃ¿Ã¿O INTENTADA QUE SE IMPÃ¿E. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃ¿O UNÃ¿NIME. 1. O Supremo Tribunal Federal proferiu o julgamento, em 21/12/2020, da AÃ§Ã£o Direta de Inconstitucionalidade nÂº 6.321 do Estado do ParÃ¡, por meio do qual declarou a inconstitucionalidade do inc. IV do art. 48 da ConstituiÃ§Ã£o do ParÃ¡ e da Lei Estadual nÂº 5.652/1991 do ParÃ¡ que instituiu e regulamentou, respectivamente, o adicional de interiorizaÃ§Ã£o aos policiais militares deste Estado, alÃ©m de conferir eficÃ¡ciaÂ ex nuncÂ Ã decisÃ£o, de modo a produzir efeitos a partir da data do julgamento relativamente Ã queles que jÃ¡ estivessem recebendo o benefÃ-cio mediante decisÃ£o administrativa ou judicial, tendo a ADI transitado em julgado em 20/02/2021. 2.Â No caso dos autos, a sentenÃ§a nÃ£o chegou a ser cumprida diante do recurso de apelaÃ§Ã£o e, depois, pelo Agravo Interno interpostos pelo Estado do ParÃ¡, bem como pelo sobrestamento dos autos. Desse modo, em nenhum momento restou pago o adicional de interiorizaÃ§Ã£o em favor do autor ora agravado, e, consequentemente, nÃ£o se aplica a ele a modulaÃ§Ã£o dos efeitos que conferiu eficÃ¡ciaÂ ex nuncÂ Ã decisÃ£o que julgou procedente aÂ ADI 6.321/PA. 3. Recurso conhecido e provido. Ã¿ unanimidade. (AcÃ³rdÃ£o n.Âº 7572672, Rel. Roberto Goncalves de Moura, Ã¿rgÃ£o Julgador 1Âª Turma de Direito PÃºblico, julgado em 06/12/2021, publicado em 16/12/2021) grifamos Assim sendo, acolho os embargos de declaraÃ§Ã£o com efeitos infringentes e, diante da decisÃ£o proferida na ADI n.Âº 6.321/PA, modifico a sentenÃ§a embargada, JULGANDO IMPROCEDENTES os pedidos da inicial pelos fartos fundamentos jÃ¡ expostos, extinguindo o feito com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito nos termos do art. 487, I, do CPC. Condeno a parte autora, ora embargada, ao pagamento de custas e honorÃ¡rios advocatÃ-cios em percentual equivalente a 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, ficando, contudo, suspensa a exigibilidade pelo prazo legal devido Ã concessÃ£o da assistÃªncia judiciÃ¡ria. P. R. I. CiÃªncia ao MP. Transitada em julgado, arquivem-se. Â CametÃ¡/PA, 13 de abril de 2022. JosÃ© Matias Santana Dias Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara

PROCESSO: 00018566920188140012 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE MATIAS SANTANA DIAS A??o: Procedimento Sumário em: 18/04/2022---REQUERENTE:JANILDA DO PILAR PANTOJA Representante(s): OAB 15829 - GUSTAVO GONCALVES DA SILVA (ADVOGADO) OAB 17580 - ANA ROSA GONCALVES MENDES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S A Representante(s): OAB 16780 - LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENCO (ADVOGADO) . Processo n.Âº 0001856-69.2018.814.0012 RECLAMANTE: JANILDA DO PILAR PANTOJA RECLAMADO: BANCO ITAÃ¿ BMG CONSIGNADO S/A Contrato n.Âº 557800897 (R$ 669,03) SENTENÃ¿A Vistos etc. Dispensado o relatÃ³rio, nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95. 1- PRELIMINARES: O contrato juntado pelo demandado confirma que a autora possui residÃªncia na Comarca, razÃ£o pela qual nÃ£o hÃ¡ que se cogitar de incompetÃªncia territorial. Rejeito a preliminar de conexÃ£o uma vez que, embora os processos citados pelo requerido tenham as mesmas partes e causa de pedir, possuem objetos (contratos) distintos. Ademais, a reuniÃ£o dos processos Ã© uma faculdade do magistrado e nÃ£o uma obrigaÃ§Ã£o,

competindo a ele dirigir ordenadamente o feito e verificar a oportunidade e conveniÃªncia do processamento e julgamento em conjunto das aÃ§Ãµes (REsp 305.835/RJ, Rel. Ministro Jorge Scartezzini, Quinta Turma, julgado em 03/10/2002, DJ 11/11/2002, p. 245). Afasto a preliminar de incompetÃªncia do juizado especial para apreciaÃ§Ã£o da causa, por entender que Ã© suficiente ao deslinde a produÃ§Ã£o da prova documental, consistente na juntada do contrato impugnado e do comprovante de liberaÃ§Ã£o do crÃ©dito ao(Ã) contratante. Ademais, a Lei 9.099/95, em seu art. 35, caput, bem como o Enunciado n.Âº 12- FONAJE, dispÃµem que o Juiz poderÃ¡ inquirir, atravÃ©s de perÃ-cia informal, tÃ©cnicos de sua confianÃ§a quando a prova do fato exigir. Â Rejeito a prejudicial de prescriÃ§Ã£o, porquanto o Superior Tribunal de JustiÃ§a firmou o entendimento de que o prazo decadencial a que alude o art. 26 do CDC nÃ£o se aplica em caso de indenizaÃ§Ã£o por danos materiais e morais decorrentes de falha na prestaÃ§Ã£o de serviÃ§o, devendo ser aplicado o prazo quinquenal previsto no art. 27 do CDC (AgInt no AREsp 888.223/SP, Rel. Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma do STJ, julgado em 27/09/2016, DJe 04/10/2016). Â Ainda de acordo com o STJ, o termo a quo do prazo prescricional da pretensÃ£o de repetiÃ§Ã£o do indÃ©bito relativo a desconto de benefÃ-cio previdenciÃ¡rio Ã© a data do Ãºltimo desconto indevido. (AgInt no AREsp 1.412.088/MS, Rel. Ministro Raul AraÃºjo, Quarta Turma, julgado em 27/8/2019, DJe 12/9/2019; AgInt no AREsp 1372834/MS, Rel. Ministro Luis Felipe SalomÃ£o, Quarta Turma do STJ, julgado em 26/03/2019, DJe 29/03/2019). Â Quanto Ã ausÃªncia de pretensÃ£o resistida, sustentei anteriormente o entendimento de que nÃ£o seria possÃ-vel exigi-la em face do art. 5Âº, inciso XXXV, da ConstituiÃ§Ã£o Federal, que assegura o livre acesso Ã justiÃ§a, independentemente de prÃ©vio requerimento administrativo. Contudo, recentemente filiei-me Ã doutrina que defende a compatibilidade das condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o com o princÃ-pio constitucional da inafastabilidade da jurisdiÃ§Ã£o, adotada inclusive no Ã¢mbito do Supremo Tribunal Federal: Â Ementa: RECURSO EXTRAORDINÃRIO. REPERCUSSÃ¿O GERAL. PRÃ¿VIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO E INTERESSE EM AGIR. 1. A instituiÃ§Ã£o de condiÃ§Ãµes para o regular exercÃ-cio do direito de aÃ§Ã£o Ã© compatÃ-vel com o art. 5Âº, XXXV, da ConstituiÃ§Ã£o. Para se caracterizar a presenÃ§a de interesse em agir, Ã© preciso haver necessidade de ir a juÃ-zo. 2 [...]. (RE 631240, Relator(a):Â Min. Roberto Barroso, Tribunal Pleno, julgado em 03/09/2014, AcÃ³rdÃ£o EletrÃ´nico RepercussÃ£o Geral - MÃ©rito DJe-220, publicado em 10/11/2014). Â Em seu voto, o Ministro LuÃ-s Roberto Barroso, relator da mencionada jurisprudÃªncia, relembrou que a Corte Suprema Â¿sempre afirmou que decisÃµes extintivas de processos por ausÃªncia de condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o nÃ£o violam a inafastabilidade da jurisdiÃ§Ã£oÂ¿, arrematando que: Â Â¿o interesse em agir Ã© uma condiÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o essencialmente ligada aos princÃ-pios da economicidade e da eficiÃªncia. Partindo-se da premissa de que os recursos pÃºblicos sÃ£o escassos, o que se traduz em limitaÃ§Ãµes na estrutura e na forÃ§a de trabalho do Poder JudiciÃ¡rio, Ã© preciso racionalizar a demanda, de modo a nÃ£o permitir o prosseguimento de processos que, de plano, revelem-se inÃºteis, inadequados ou desnecessÃ¡rios. Do contrÃ¡rio, o acÃºmulo de aÃ§Ãµes inviÃ¡veis poderia comprometer o bom funcionamento do sistema judiciÃ¡rio, inviabilizando a tutela efetiva das pretensÃµes idÃ´neasÂ¿. Â Ocorre que, em atenÃ§Ã£o ao princÃ-pio da seguranÃ§a jurÃ-dica, passei a analisar tal condiÃ§Ã£o de ofÃ-cio (art. 485, Â§3Âº, do CPC) nas aÃ§Ãµes que ainda nÃ£o foram contestadas, posto que, nas que jÃ¡ apresentaram a defesa - como a presente - a parte demandada teve a oportunidade de aquiescer, ainda que parcialmente, Ã pretensÃ£o da parte autora, o que nÃ£o ocorreu atÃ© o momento. Â Assim, nÃ£o seria razoÃ¡vel exigir na atual fase do processo a comprovaÃ§Ã£o do interesse de agir, visto que evidenciada a resistÃªncia do demandado ao pleito da inicial, motivo pelo qual rejeito a aludida preliminar. 2- MÃ¿RITO: A controvÃ©rsia sujeita-se ao CÃ³digo de Defesa do Consumidor, conforme entendimento consolidado na SÃºmula n.Âº 297, do Superior Tribunal de JustiÃ§a: O CÃ³digo de Defesa do Consumidor Ã© aplicÃ¡vel Ã s instituiÃ§Ãµes financeiras. Nessa senda, o art. 6Âº, VIII, do CDC, assegura a inversÃ£o do Ã´nus da prova em favor do consumidor para facilitar a defesa de seus direitos quando,Â a critÃ©rio do juiz, for verossÃ-mil a alegaÃ§Ã£o ou quando ele for hipossuficiente.Â Como se vÃª, a inversÃ£o nÃ£o Ã© automÃ¡tica, sendo necessÃ¡rio que o magistrado analise os requisitos legais diante do caso concreto, senÃ£o vejamos: AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÃ¿Ã¿O DE INDENIZAÃ¿Ã¿O POR DANOS MORAIS. INVERSÃ¿O DO Ã¿NUS DA PROVA. MATÃ¿RIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃ¿O PROVIDO. 1. Esta Corte possui firme o entendimento no sentido de que: "A inversÃ£o do Ã´nus da prova, nos termos do art. 6Âº, VIII, do CÃ³digo de Defesa do Consumidor, nÃ£o Ã© automÃ¡tica, dependendo da constataÃ§Ã£o, pelas instÂ¢ncias ordinÃ¡rias, da presenÃ§a ou nÃ£o da verossimilhanÃ§a das alegaÃ§Ãµes do consumidor.".(AgInt no AREsp 1328873/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÃ¿JO, QUARTA TURMA, julgado em 21/11/2019, DJe 18/12/2019). 2. [...] 3. Agravo interno nÃ£o provido. (AgInt no AREsp 1581973/SP, Rel. Ministro Luis Felipe SalomÃ£o, Quarta Turma do STJ, julgado em 10/03/2020, DJe 17/03/2020.) Registra-

se que a adoÃ§Ã£o da distribuiÃ§Ã£o dinÃ¢mica do Ã´nus da prova pelo CDC nÃ£o afasta a regra geral prevista no CÃ³digo de Processo Civil, art. 373, I e II, segundo a qual compete ao autor demonstrar o direito que o assiste e ao rÃ©u a existÃªncia de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito daquele. Nas palavras de Leonardo Garcia: Â¿[...] caso o consumidor venha a propor a aÃ§Ã£o (autor), deverÃ¡ fazer prova do fato constitutivo do direito. O que pode acontecer Ã© que, em alguns casos, quando a prova a cargo do consumidor se tornar difÃ-cil de ser feita ou muito onerosa (requisito da hipossuficiÃªncia) ou quando os argumentos alegados, segundo as regras ordinÃ¡rias de experiÃªncia do magistrado, forem plausÃ-veis (requisito da verossimilhanÃ§a das alegaÃ§Ãµes), o juiz poderÃ¡ inverter o Ã´nus da prova que, a princÃ-pio, foi distribuÃ-do de acordo com o CPCÂ¿. (CÃ³digo de Defesa do Consumidor Comentado: artigo por artigo. 13Âª ed. Rev., ampl. e atual. Salvador: JusPodivm, 2016. p.99). Logo, a partir da afirmaÃ§Ã£o da parte autora de que nÃ£o estabeleceu qualquer relaÃ§Ã£o com a instituiÃ§Ã£o financeira requerida, e tendo trazido aos autos histÃ³rico de emprÃ©stimos consignados emitido pelo INSS, no qual consta o contrato impugnado e o detalhamento dos descontos atÃ© entÃ£o realizados, nÃ£o poderia este juÃ-zo impor-lhe o Ã´nus da prova, pois, alÃ©m da verossimilhanÃ§a de suas alegaÃ§Ãµes (que justifica a inversÃ£o), trata-se de fato negativo, vislumbrando-se maior facilidade para a parte rÃ© provar o contrÃ¡rio. Cumpre registrar que as partes foram expressamente advertidas de que, se restassem evidenciadas das circunstÃ¢ncias dos autos qualquer ato que caracterizasse litigÃ¢ncia de mÃ¡-fÃ©, haveria, de ofÃ-cio, condenaÃ§Ã£o ao pagamento de multa, com fundamento nos arts. 80 e 81 do CPC. Isto porque Ã© de conhecimento pÃºblico e notÃ³rio - especialmente nesta Comarca -Â que as fraudes perpetradas contra beneficiÃ¡rios e pensionistas do INSS cresceram em todo o paÃ-s. Contudo, em paralelo a essa lamentÃ¡vel realidade, aumentaram tambÃ©m as aÃ§Ãµes decorrentes de aventura jurÃ-dica (condenÃ¡veis, inclusive, pelo estatuto da OAB), consistentes em processos deflagrados com arrimo na inversÃ£o do Ã´nus da prova prevista no CDC, em que os requerentes, de fato, realizaram o emprÃ©stimo questionado, mas pretendem, atravÃ©s do processo, locupletar-se economicamente Ã s expensas da parte rÃ©Â nos casos em que esta, por ineficiÃªncia, nÃ£o logra Ãªxito em apresentar os documentos pertinentes. Restam claras, da situaÃ§Ã£o exposta, condutas que caracterizam a litigÃ¢ncia de mÃ¡-fÃ©, na tentativa de induzir em erro o JuÃ-zo,Â abarrotando o Poder JudiciÃ¡rio, jÃ¡ tÃ£o assoberbado, com demanda que sabe ser temerÃ¡ria. Sujeita-se, portanto, Ã Â condenaÃ§Ã£o nas penas do art. 81 do CPC. Nesse sentido: EMENTA: Â¿APELAÃ¿Ã¿O CÃVEL - AÃ¿Ã¿O DECLARATÃ¿RIA DE INEXISTÃ¿NCIA DE DÃ¿BITO C/C INDENIZAÃ¿Ã¿O MORAL - PROVA DA UTILIZAÃ¿Ã¿O DE CARTÃ¿O DE CRÃ¿DITO E DO INADIMPLEMENTO - VERIFICAÃ¿Ã¿O - NEGATIVAÃ¿Ã¿O - EXERCÃCIO REGULAR DE DIREITO - RESPONSABILIDADE CIVIL DO RÃ¿U E DANO MORAL - NÃ¿O CONFIGURAÃ¿Ã¿O - LITIGÃ¿NCIA DE MÃ-FÃ¿ - CARACTERIZAÃ¿Ã¿O - IMPOSIÃ¿Ã¿O DE MULTA DE 2% (DOIS POR CENTO) SOBRE O VALOR ATUALIZADO DA CAUSA. -Â Em se tratando de AÃ§Ã£o DeclaratÃ³ria de natureza negativa, compete Ã parte RÃ© provar a existÃªncia de fato constitutivo do prÃ³prio direito ou de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do Autor, a teor do disposto no art. 373, II, do CPC/2015. - Se o Requerido se desincumbiu de seu Ã´nus probatÃ³rio, produzindo prova documental que revela a celebraÃ§Ã£o de contrato de cartÃ£o de crÃ©dito, a sua utilizaÃ§Ã£o, assim como o inadimplemento de valores pelos quais o Demandante se obrigou, Ã© legÃ-tima a inscriÃ§Ã£o do nome do devedor nos cadastros restritivos de crÃ©dito, decorrente do exercÃ-cio regular de direito do credor, nÃ£o remanescendo caracterizado nenhum ato ilÃ-cito do fornecedor de serviÃ§o a ensejar a declaraÃ§Ã£o de inexistÃªncia de dÃ©bito, o cancelamento do apontamento e a reparaÃ§Ã£o por danos morais. -Â Constatando-se que o Requerente alterou a verdade dos fatos, tentando usar o processo para conseguir o objetivo ilegal de se furtar ao pagamento da dÃ-vida contraÃ-da junto ao RÃ©u, remanesce caracterizada a litigÃ¢ncia de mÃ¡-fÃ©, nos termos do art. 80, do CPC/2015, a fundamentar a sua condenaÃ§Ã£o ao pagamento da multa prevista no art. 81, do mesmo Diploma LegalÂ¿. Â (TJMGÂ -Â ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel Â 1.0000.19.136271-4/001, Relator(a): Des.(a) Roberto Vasconcellos , 17Âª CÂ¢mara CÃ-vel, julgamento em 12/03/0020, publicaÃ§Ã£o da sÃºmula em 16/03/2020). Ementa: Â¿Recurso Inominado. NegativaÃ§Ã£o.Â AlegaÃ§Ã£o de inexistÃªncia de relaÃ§Ã£o jurÃ-dica e de dÃ©bito. InclusÃ£o de documentos que atestam a existÃªncia do dÃ©bito. DemonstraÃ§Ã£o de litigÃ¢ncia de mÃ¡-fÃ©. AlteraÃ§Ã£o da verdade dos fatos. SentenÃ§a confirmada pelos seus prÃ³prios fundamentos. Recurso nÃ£o providoÂ¿. (TJSP; Â Recurso Inominado CÃ-vel 1025761-07.2017.8.26.0071; Relator:Â Leandro Eburneo Laposta; Ã¿rgÃ£o Julgador: 1Âª Turma CÃ-vel; Foro Especial da InfÂ¢ncia e Juventude -Â 1.Vara; Julgado em 21/02/2019). No caso em exame, o requerido desincumbiu-se satisfatoriamente de seu Ã´nus probatÃ³rio ao apresentar cÃ³pia do contrato firmado pelas partes (fls. 28/31), transferÃªncia eletrÃ´nica (fl. 38), bem como, ofÃ-cio encaminhado pelo Banco do Brasil em que consta extrato da autora confirmando o exato valor contratado para conta de titularidade da autora. Ao declarar na inicial que nÃ£o solicitou o emprÃ©stimo consignado objeto da lide e nem recebeu qualquer

valor referente ao contrato, a requerente alterou a verdade dos fatos, evidenciando sua mÃ¡-fÃ©. Frise-se que a gratuidade da justiÃ§a nÃ£o se estende quando houver o reconhecimento da litigÂ¢ncia de mÃ¡-fÃ©, conforme exceÃ§Ã£o disposta no art.Â 55, caput, da Lei 9.099/95,Â e art. 98, Â§ 4Âº, do CÃ³digo de Processo Civil, in verbis: Art. 55. A sentenÃ§a de primeiro grau nÃ£o condenarÃ¡ o vencido em custas e honorÃ¡rios de advogado, ressalvados os casos de litigÃ¢ncia de mÃ¡-fÃ©.Â [...] (grifamos) Art. 98. A pessoa natural ou jurÃ-dica, brasileira ou estrangeira, com insuficiÃªncia de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorÃ¡rios advocatÃ-cios tem direito Ã gratuidade da justiÃ§a, na forma da lei.Â [...] Â§ 4Âº A concessÃ£o de gratuidade nÃ£o afasta o dever de o beneficiÃ¡rio pagar, ao final, as multas processuais que lhe sejam impostas. Embora as referidas disposiÃ§Ãµes legais sejam claras, o Superior Tribunal de JustiÃ§a confirmou o entendimento de que Â¿a concessÃ£o da gratuidade de justiÃ§a nÃ£o isenta a parte beneficiÃ¡ria de, ao final do processo, pagar as penalidades que lhe foram impostas em decorrÃªncia da litigÃ¢ncia de mÃ¡-fÃ©Â¿ (REsp 1663193/SP, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma do STJ, julgado em 20/02/2018, DJe 23/02/2018). Em seu voto, a Ministra Relatora Nancy Andrighi concluiu que o beneficiÃ¡rio da gratuidade condenado Ã s penas previstas no art. 81 do CPC continua Â¿auferindo das isenÃ§Ãµes legais (a exemplo do pagamento do preparo recursal), estando obrigado, contudo, a pagar, ao final do processo, a multa e/ou indenizaÃ§Ã£o fixada pelo julgadorÂ¿. No mesmo sentido Ã© a orientaÃ§Ã£o dos Enunciados n.Âº 114 e 136 do FONAJE: ENUNCIADO 114 -Â A gratuidade da justiÃ§a nÃ£o abrange o valor devido em condenaÃ§Ã£o por litigÂ¢ncia de mÃ¡-fÃ© (XX Encontro - SÃ£o Paulo/SP). ENUNCIADO 136 -Â O reconhecimento da litigÂ¢ncia de mÃ¡-fÃ© poderÃ¡ implicar em condenaÃ§Ã£o ao pagamento de custas, honorÃ¡rios de advogado, multa e indenizaÃ§Ã£o nos termos dos artigos 55, caput, da lei 9.099/95 e 18 do CÃ³digo de Processo Civil (XXVII Encontro - Palmas/TO). Desta forma, evidenciado que o autor contratou o emprÃ©stimo consignado objeto desta lide, faz jus a instituiÃ§Ã£o financeira requerida ao recebimento da contraprestaÃ§Ã£o pelos valores disponibilizados, razÃ£o pela qual JULGO IMPROCEDENTES OS PEDIDOS formulados na inicial, extinguindo o feito com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. Condeno a requerente ao pagamento de multa por litigÃ¢ncia de mÃ¡-fÃ© correspondente a 2% (dois por cento) do valor corrigido da causa, com arrimo nos arts. 80, I e II, e 81 do CPC. Condeno-a tambÃ©m em custas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios, que arbitro em 10% (dez por cento) do valor da causa. P. R. I. Transitada em julgado, arquivem-se. CametÃ¡/PA, 12 de abril de 2022. JosÃ© Matias Santana Dias Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara

PROCESSO: 00022031720118140012 PROCESSO ANTIGO: 201110013038 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE MATIAS SANTANA DIAS A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/04/2022---REQUERIDO:O ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 17182 - GUSTAVO TAVARES MONTEIRO (PROCURADOR(A)) REQUERENTE:JOAO DE ALMEIDA LISBOA Representante(s): OAB 8514 - ADRIANE FARIAS SIMOES (ADVOGADO) . SENTENÃ¿A DE EMBARGOS DE DECLARAÃ¿Ã¿O COM EFEITOS MODIFICATIVOS Vistos etc. Trata-se de aÃ§Ã£o ajuizada sob o rito comum por servidor estadual militar tendo por objeto o pagamento de adicional de interiorizaÃ§Ã£o previsto na Lei Estadual n.Âº 5.262/1991, em decorrÃªncia da prestaÃ§Ã£o de serviÃ§os no interior do Estado do ParÃ¡. O pleito foi julgado procedente (fls. 71/74). ApÃ³s a sentenÃ§a, o requerido suscitou atravÃ©s do recurso em anÃ¡lise questÃ£o de ordem pÃºblica, qual seja a inconstitucionalidade da mencionada legislaÃ§Ã£o. ContrarrazÃµes nos autos (fls. 99/108). Decido. Assiste razÃ£o ao embargante. Em 14/02/2020 o Governador do Estado do ParÃ¡ propÃ´s aÃ§Ã£o direta de inconstitucionalidade tendo por objeto o art. 4Âº, inciso IV, da ConstituiÃ§Ã£o do Estado do ParÃ¡, que assegurava aos militares do Estado, na forma da lei, o direito ao adicional de interiorizaÃ§Ã£o, bem como a Lei estadual n.Âº 5.652/1991, que o regulamentava. Em dezembro daquele ano o plenÃ¡rio do Supremo Tribunal Federal julgou procedente a aÃ§Ã£o devido ao reconhecimento de vÃ-cio de iniciativa na lei que instituiu o adicional, eis que proposta pela Assembleia Legislativa do Estado do ParÃ¡ em violaÃ§Ã£o ao art. 61, Â§ 1Âº, II, `fÂ¿, da ConstituiÃ§Ã£o Federal, que atribui - pelo princÃ-pio da simetria - a iniciativa privativa da matÃ©ria ao Governador do Estado. Com relaÃ§Ã£o ao dispositivo da ConstituiÃ§Ã£o estadual questionado, o STF entendeu que padecia do mesmo vÃ-cio, vez que jÃ¡ havia se posicionado no sentido de que `Ã© vedada a inserÃ§Ã£o nos textos constitucionais estaduais de matÃ©rias cuja veiculaÃ§Ã£o por lei se submeteriam Ã iniciativa privativa do chefe do Poder ExecutivoÂ¿. Vejamos: EMENTA: AÃ¿Ã¿O DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. INC. IV DO ART. 48 DA CONSTITUIÃ¿Ã¿O DO PARÃ E LEI ESTADUAL 5.652/1991. INSTITUIÃ¿Ã¿O DE ADICIONAL DE INTERIORIZAÃ¿Ã¿O A SERVIDORES MILITARES. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. COMPETÃ¿NCIA DE GOVERNADOR PARA INICIATIVA DE LEI SOBRE REGIME JURÃDICO E REMUNERAÃ¿Ã¿O DE MILITARES ESTADUAIS. PRINCÃPIO DA SIMETRIA. AÃ¿Ã¿O JULGADA

PROCEDENTE. MODULAÃ¿Ã¿O DOS EFEITOS DA DECISÃ¿O. (ADI 6321, Relator(a): CÃ¡rmen LÃºcia, Tribunal Pleno do STF, julgado em 21/12/2020, Processo EletrÃ´nico DJe-023 DIVULG 05-02-2021 Public 08-02-2021) Todavia, em atenÃ§Ã£o ao princÃ-pio da confianÃ§a e da seguranÃ§a jurÃ-dica, o STF modulou os efeitos da declaraÃ§Ã£o de inconstitucionalidade nos termos a seguir: `DecisÃ£o: O Tribunal, por maioria, julgou procedente o pedido formulado na aÃ§Ã£o direta para: a) declarar a inconstitucionalidade do inc. IV do art. 48 da ConstituiÃ§Ã£o do ParÃ¡ e da Lei n. 5.652/1991 do ParÃ¡ e b) conferir eficÃ¡cia ex nunc Ã decisÃ£o para produzir efeitos a partir da data do julgamento relativamente aos que jÃ¡ estejam recebendo por decisÃ£o administrativa ou judicial, nos termos do voto da Relatora, vencidos parcialmente os Ministros Edson Fachin e Marco AurÃ©lioÂ¿. (PlenÃ¡rio, SessÃ£o Virtual de 11.12.2020 a 18.12.2020) grifamos Ressalta-se que a declaraÃ§Ã£o de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade das normas tÃªm eficÃ¡cia contra todos e efeito vinculante em relaÃ§Ã£o aos Ã³rgÃ£os do Poder JudiciÃ¡rio (e tambÃ©m Ã AdministraÃ§Ã£o PÃºblica), passÃ-vel de reclamaÃ§Ã£o consoante art. 28, parÃ¡grafo Ãºnico, da Lei n.Âº 9.868/1999 c/c arts. 927, I e 988, III, do CÃ³digo de Processo Civil. No caso, nÃ£o consta dos autos o recebimento administrativo ou judicial do adicional postulado, de modo que o embargado nÃ£o foi abrangido pela modulaÃ§Ã£o dos efeitos da decisÃ£o. Nesse sentido orienta-se o Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡: Ementa: REEXAME E APELAÃ¿Ã¿O CÃVEL. AÃ¿Ã¿O ORDINÃRIA. COBRANÃ¿A DE ADICIONAL DE INTERIORIZAÃ¿Ã¿O.Â PREJUDICIAL DE INCONSTITUCIONALIDADE DE OFÃCIO. APLICAÃ¿Ã¿O DO ART. 102, Â§ 2Âº DA CF; ART. 28 DA LEI NÂº 9.868/99 E ART. 927, I DO CPC. INCONSTITUCIONALIDADE DO INC. IV DO ART. 48 DA CONSTITUIÃ¿Ã¿O ESTADUAL E LEI 5.652/91 DECLARADA PELO STF - ADI 6.321/PA. DIREITO INEXISTENTE. SUCUMBÃ¿NCIA - Â§8Âº DO ART. 85; Â§Â§ 2Âº e 3Âº DO ART. 98, TODOS DO CPC. SENTENÃ¿A REFORMADA. 1-Â A sentenÃ§a julga procedente em parte o pedido inicial, para condenar o rÃ©u ao pagamento do adicional de interiorizaÃ§Ã£o ao autor e os valores retroativos observado o prazo prescricional de cinco anos, com juros e correÃ§Ã£o monetÃ¡ria. Fixa honorÃ¡rios em R$2.000,00 (dois mil reais); 2-Â A retomada do curso processual tem assento na decisÃ£o da Vice-PresidÃªncia deste Tribunal, restringindo o sobrestamento de processos que versem sobre a matÃ©ria de adicional de interiorizaÃ§Ã£o ao juÃ-zo de admissibilidade dos recursos extraordinÃ¡rios e especial, o que Ã© de sua competÃªncia; 3-Â Os juÃ-zes e os tribunais devem observar as decisÃµes do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade, porquanto revestidas de efeito vinculante e eficÃ¡cia contra todos. InteligÃªncia do art. 102, Â§ 2Âº da ConstituiÃ§Ã£o Federal; art. 28 da Lei nÂº 9.868/99 e do art. 927, inciso I, do CPC; 4-Â Declarada pelo STF, em 21/12/2020, a inconstitucionalidade formal do inc. IV do art. 48 da ConstituiÃ§Ã£o do ParÃ¡ e da Lei Estadual nÂº 5.652/1991, que respaldavam o direito do servidor militar, em serviÃ§o no interior do Estado do ParÃ¡, de receber o adicional de interiorizaÃ§Ã£o (ADI 6.321/PA); 5-Â O PlenÃ¡rio da Corte Suprema conferiu eficÃ¡cia ex nunc Ã decisÃ£o para produzir efeitos a partir da data do julgamento relativamente aos que jÃ¡ estejam recebendo por decisÃ£o administrativa ou judicial, com fundamento no art. 27, da Lei nÂº 9.868/99, por recomendaÃ§Ã£o dos princÃ-pios da seguranÃ§a jurÃ-dica e da confianÃ§a legÃ-tima.; 6-Â No caso concreto, a parte autora nÃ£o recebe o adicional de interiorizaÃ§Ã£o por reconhecimento, seja na via administrativa ou judicial; nÃ£o sendo alcanÃ§ada pela modulaÃ§Ã£o dos efeitos da inconstitucionalidade declarada nos autos da ADI6.321/PA; 7-Â CondenaÃ§Ã£o da parte autora em custas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios fixados na ordem de R$1.000,00 (um mil reais) ficando suspensa a exigibilidade em virtude da gratuidade da justiÃ§a. InteligÃªncia do Â§8Âº do art. 85 e Â§Â§ 2Âº e 3Âº, do art. 98, todos do CPC; 8-Â Recurso de apelaÃ§Ã£o e Reexame NecessÃ¡rio conhecidos. Prejudicial de inconstitucionalidade suscitada de ofÃ-cio. SentenÃ§a reformada. Prejudicado o exame do mÃ©rito do recurso de apelaÃ§Ã£o e do reexame. (AcÃ³rdÃ£o n.Âº 7606249, Rel. Celia Regina De Lima Pinheiro, Ã¿rgÃ£o Julgador 1Âª Turma de Direito PÃºblico, julgado em 09/12/2021, publicado em 17/12/2021) grifamos EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NA APELAÃ¿Ã¿O CÃVEL. AÃ¿Ã¿O ORDINÃRIA DE PAGAMENTO DO ADICIONAL DE INTERIORIZAÃ¿Ã¿O COM PEDIDO DE VALORES RETROATIVOS. Â RECURSO INTENTADO CONTRA DECISÃ¿O MONOCRÃTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÃ¿Ã¿O CÃVEL. DECLARAÃ¿Ã¿O DE INCONSTITUCIONALIDADE PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF ATRAVÃ¿S DA AÃ¿Ã¿O DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE NÂº 6.321/PA DO INCISO IV DO ARTIGO 48 DA CONSTITUIÃ¿Ã¿O DO PARÃ E DA LEI ESTADUAL NÂº 5.652/1991 QUE INSTITUIU E REGULAMENTOU REFERIDO BENEFÃCIO. EFEITO Â¿EX NUNCÂ¿ DA MENCIONADA DECISÃ¿O. DESCABIMENTO, DIANTE DO MENCIONADO JULGADO, DO DIREITO AO RECEBIMENTO E INCORPORAÃ¿Ã¿O DO BENEFÃCIO EM QUESTÃ¿O. IMPROCEDÃ¿NCIA DOS PEDIDOS FORMULADOS NA AÃ¿Ã¿O INTENTADA QUE SE IMPÃ¿E. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃ¿O UNÃ¿NIME. 1. O Supremo Tribunal Federal proferiu o julgamento, em 21/12/2020, da AÃ§Ã£o Direta de Inconstitucionalidade nÂº 6.321 do Estado do ParÃ¡, por meio do qual declarou a

inconstitucionalidade do inc. IV do art. 48 da ConstituiÃ§Ã£o do ParÃ¡ e da Lei Estadual nÂº 5.652/1991 do ParÃ¡ que instituiu e regulamentou, respectivamente, o adicional de interioriza§Ã£o aos policiais militares deste Estado, alÃ©m de conferir eficÃ¡ciaÂ ex nuncÂ Ã decisÃ£o, de modo a produzir efeitos a partir da data do julgamento relativamente Ã queles que jÃ¡ estivessem recebendo o benefÃ-cio mediante decisÃ£o administrativa ou judicial, tendo a ADI transitado em julgado em 20/02/2021. 2.Â No caso dos autos, a sentenÃ§a nÃ£o chegou a ser cumprida diante do recurso de apelaÃ§Ã£o e, depois, pelo Agravo Interno interpostos pelo Estado do ParÃ¡, bem como pelo sobrestamento dos autos. Desse modo, em nenhum momento restou pago o adicional de interioriza§Ã£o em favor do autor ora agravado, e, consequentemente, nÃ£o se aplica a ele a modula§Ã£o dos efeitos que conferiu eficÃ¡ciaÂ ex nuncÂ Ã decisÃ£o que julgou procedente aÂ ADI 6.321/PA. 3. Recurso conhecido e provido. Ã¿ unanimidade. (AcÃ³rdÃ£o n.Âº 7572672, Rel. Roberto Goncalves de Moura, Ã¿rgÃ£o Julgador 1Âª Turma de Direito PÃºblico, julgado em 06/12/2021, publicado em 16/12/2021) grifamos Assim sendo, acolho os embargos de declara§Ã£o com efeitos infringentes e, diante da decisÃ£o proferida na ADI n.Âº 6.321/PA, modifico a sentenÃ§a embargada, JULGANDO IMPROCEDENTES os pedidos da inicial pelos fartos fundamentos jÃ¡ expostos, extinguindo o feito com resolu§Ã£o do mÃ©rito nos termos do art. 487, I, do CPC. Condeno a parte autora, ora embargada, ao pagamento de custas e honorÃ¡rios advocatÃ-cios em percentual equivalente a 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, ficando, contudo, suspensa a exigibilidade pelo prazo legal devido Ã concessÃ£o da assistÃªncia judiciÃ¡ria. P. R. I. CiÃªncia ao MP. Transitada em julgado, arquivem-se. Â CametÃ¡/PA, 13 de abril de 2022. JosÃ© Matias Santana Dias Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara

P R O C E S S O : 0 0 0 2 8 5 8 8 4 2 0 1 2 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE MATIAS SANTANA DIAS A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/04/2022---REQUERENTE:ELSON DIONES DINIZ DOS SANTOS Representante(s): OAB 15811 - DENNIS SILVA CAMPOS (ADVOGADO) REQUERIDO:O ESTADO DO PARA. SENTENÃ¿A Vistos etc. Trata-se de aÃ§Ã£o ajuizada sob o rito comum por servidor estadual militar tendo por objeto o pagamento de adicional de interioriza§Ã£o previsto na Lei Estadual n.Âº 5.262/1991, em decorrÃªncia da prestaÃ§Ã£o de serviÃ§os no interior do Estado do ParÃ¡. Citado, o requerido suscitou questÃ£o prejudicial de mÃ©rito referente ao incidente de constitucionalidade instaurado perante a 2Âª Turma de Direito PÃºblico do TJPA. ManifestaÃ§Ã£o do autor Ã s fls. 82/84. Decido. Com efeito, em 14/02/2020 o Governador do Estado do ParÃ¡ propÃ´s aÃ§Ã£o direta de inconstitucionalidade tendo por objeto o art. 4Âº, inciso IV, da ConstituiÃ§Ã£o do Estado do ParÃ¡, que assegurava aos militares do Estado, na forma da lei, o direito ao adicional de interioriza§Ã£o, bem como a Lei estadual n.Âº 5.652/1991, que o regulamentava. Em dezembro daquele ano o plenÃ¡rio do Supremo Tribunal Federal julgou procedente a aÃ§Ã£o devido ao reconhecimento de vÃ-cio de iniciativa na lei que instituiu o adicional, eis que proposta pela Assembleia Legislativa do Estado do ParÃ¡ em violaÃ§Ã£o ao art. 61, Â§ 1Âº, II, `fÂ¿, da ConstituiÃ§Ã£o Federal, que atribui - pelo princÃ-pio da simetria - a iniciativa privativa da matÃ©ria ao Governador do Estado. Com relaÃ§Ã£o ao dispositivo da ConstituiÃ§Ã£o estadual questionado, o STF entendeu que padecia do mesmo vÃ-cio, vez que jÃ¡ havia se posicionado no sentido de que `Ã© vedada a inserÃ§Ã£o nos textos constitucionais estaduais de matÃ©rias cuja veiculaÃ§Ã£o por lei se submeteriam Ã iniciativa privativa do chefe do Poder ExecutivoÂ¿. Vejamos: EMENTA: AÃ¿Ã¿O DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. INC. IV DO ART. 48 DA CONSTITUIÃ¿Ã¿O DO PARÃ E LEI ESTADUAL 5.652/1991. INSTITUIÃ¿Ã¿O DE ADICIONAL DE INTERIORIZAÃ¿Ã¿O A SERVIDORES MILITARES. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. COMPETÃ¿NCIA DE GOVERNADOR PARA INICIATIVA DE LEI SOBRE REGIME JURÃDICO E REMUNERAÃ¿Ã¿O DE MILITARES ESTADUAIS. PRINCÃPIO DA SIMETRIA. AÃ¿Ã¿O JULGADA PROCEDENTE. MODULAÃ¿Ã¿O DOS EFEITOS DA DECISÃ¿O. (ADI 6321, Relator(a): CÃ¡rmen LÃºcia, Tribunal Pleno do STF, julgado em 21/12/2020, Processo EletrÃ´nico DJe-023 DIVULG 05-02-2021 Public 08-02-2021) Todavia, em atenÃ§Ã£o ao princÃ-pio da confianÃ§a e da seguranÃ§a jurÃ-dica, o STF modulou os efeitos da declaraÃ§Ã£o de inconstitucionalidade nos termos a seguir: `DecisÃ£o: O Tribunal, por maioria, julgou procedente o pedido formulado na aÃ§Ã£o direta para: a) declarar a inconstitucionalidade do inc. IV do art. 48 da ConstituiÃ§Ã£o do ParÃ¡ e da Lei n. 5.652/1991 do ParÃ¡ e b) conferir eficÃ¡cia ex nunc Ã decisÃ£o para produzir efeitos a partir da data do julgamento relativamente aos que jÃ¡ estejam recebendo por decisÃ£o administrativa ou judicial, nos termos do voto da Relatora, vencidos parcialmente os Ministros Edson Fachin e Marco AurÃ©lioÂ¿. (PlenÃ¡rio, SessÃ£o Virtual de 11.12.2020 a 18.12.2020) grifamos Ressalta-se que a declaraÃ§Ã£o de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade das normas tÃªm eficÃ¡cia contra todos e efeito vinculante em relaÃ§Ã£o aos Ã³rgÃ£os do Poder JudiciÃ¡rio (e tambÃ©m Ã AdministraÃ§Ã£o PÃºblica), passÃ-vel de reclamaÃ§Ã£o

consoante art. 28, parÃ¡grafo Ãºnico, da Lei n.Âº 9.868/1999 c/c arts. 927, I e 988, III, do CÃ³digo de Processo Civil. No caso, nÃ£o consta dos autos o recebimento administrativo ou judicial do adicional postulado, de modo que o embargado nÃ£o foi abrangido pela modulaÃ§Ã£o dos efeitos da decisÃ£o. Nesse sentido orienta-se o Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡: Ementa: REEXAME E APELAÃ¿Ã¿O CÃVEL. AÃ¿Ã¿O ORDINÃRIA. COBRANÃ¿A DE ADICIONAL DE INTERIORIZAÃ¿Ã¿O.Â PREJUDICIAL DE INCONSTITUCIONALIDADE DE OFÃCIO. APLICAÃ¿Ã¿O DO ART. 102, Â§ 2Âº DA CF; ART. 28 DA LEI NÂº 9.868/99 E ART. 927, I DO CPC. INCONSTITUCIONALIDADE DO INC. IV DO ART. 48 DA CONSTITUIÃ¿Ã¿O ESTADUAL E LEI 5.652/91 DECLARADA PELO STF - ADI 6.321/PA. DIREITO INEXISTENTE. SUCUMBÃ¿NCIA - Â§8Âº DO ART. 85; Â§Â§ 2Âº e 3Âº DO ART. 98, TODOS DO CPC. SENTENÃ¿A REFORMADA. 1-Â A sentenÃ§a julga procedente em parte o pedido inicial, para condenar o rÃ©u ao pagamento do adicional de interiorizaÃ§Ã£o ao autor e os valores retroativos observado o prazo prescricional de cinco anos, com juros e correÃ§Ã£o monetÃ¡ria. Fixa honorÃ¡rios em R$2.000,00 (dois mil reais); 2-Â A retomada do curso processual tem assento na decisÃ£o da Vice-PresidÃªncia deste Tribunal, restringindo o sobrestamento de processos que versem sobre a matÃ©ria de adicional de interiorizaÃ§Ã£o ao juÃ-zo de admissibilidade dos recursos extraordinÃ¡rios e especial, o que Ã© de sua competÃªncia; 3-Â Os juÃ-zes e os tribunais devem observar as decisÃµes do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade, porquanto revestidas de efeito vinculante e eficÃ¡cia contra todos. InteligÃªncia do art. 102, Â§ 2Âº da ConstituiÃ§Ã£o Federal; art. 28 da Lei nÂº 9.868/99 e do art. 927, inciso I, do CPC; 4-Â Declarada pelo STF, em 21/12/2020, a inconstitucionalidade formal do inc. IV do art. 48 da ConstituiÃ§Ã£o do ParÃ¡ e da Lei Estadual nÂº 5.652/1991, que respaldavam o direito do servidor militar, em serviÃ§o no interior do Estado do ParÃ¡, de receber o adicional de interiorizaÃ§Ã£o (ADI 6.321/PA); 5-Â O PlenÃ¡rio da Corte Suprema conferiu eficÃ¡cia ex nunc Ã decisÃ£o para produzir efeitos a partir da data do julgamento relativamente aos que jÃ¡ estejam recebendo por decisÃ£o administrativa ou judicial, com fundamento no art. 27, da Lei nÂº 9.868/99, por recomendaÃ§Ã£o dos princÃ-pios da seguranÃ§a jurÃ-dica e da confianÃ§a legÃ-tima.; 6-Â No caso concreto, a parte autora nÃ£o recebe o adicional de interiorizaÃ§Ã£o por reconhecimento, seja na via administrativa ou judicial; nÃ£o sendo alcanÃ§ada pela modulaÃ§Ã£o dos efeitos da inconstitucionalidade declarada nos autos da ADI6.321/PA; 7-Â CondenaÃ§Ã£o da parte autora em custas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios fixados na ordem de R$1.000,00 (um mil reais) ficando suspensa a exigibilidade em virtude da gratuidade da justiÃ§a. InteligÃªncia do Â§8Âº do art. 85 e Â§Â§ 2Âº e 3Âº, do art. 98, todos do CPC; 8-Â Recurso de apelaÃ§Ã£o e Reexame NecessÃ¡rio conhecidos. Prejudicial de inconstitucionalidade suscitada de ofÃ-cio. SentenÃ§a reformada. Prejudicado o exame do mÃ©rito do recurso de apelaÃ§Ã£o e do reexame. (AcÃ³rdÃ£o n.Âº 7606249, Rel. Celia Regina De Lima Pinheiro, Ã¿rgÃ£o Julgador 1Âª Turma de Direito PÃºblico, julgado em 09/12/2021, publicado em 17/12/2021) grifamos EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NA APELAÃ¿Ã¿O CÃVEL. AÃ¿Ã¿O ORDINÃRIA DE PAGAMENTO DO ADICIONAL DE INTERIORIZAÃ¿Ã¿O COM PEDIDO DE VALORES RETROATIVOS. Â RECURSO INTENTADO CONTRA DECISÃ¿O MONOCRÃTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÃ¿Ã¿O CÃVEL. DECLARAÃ¿Ã¿O DE INCONSTITUCIONALIDADE PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF ATRAVÃ¿S DA AÃ¿Ã¿O DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE NÂº 6.321/PA DO INCISO IV DO ARTIGO 48 DA CONSTITUIÃ¿Ã¿O DO PARÃ E DA LEI ESTADUAL NÂº 5.652/1991 QUE INSTITUIU E REGULAMENTOU REFERIDO BENEFÃCIO. EFEITO Â¿EX NUNCÂ¿ DA MENCIONADA DECISÃ¿O. DESCABIMENTO, DIANTE DO MENCIONADO JULGADO, DO DIREITO AO RECEBIMENTO E INCORPORAÃ¿Ã¿O DO BENEFÃCIO EM QUESTÃ¿O. IMPROCEDÃ¿NCIA DOS PEDIDOS FORMULADOS NA AÃ¿Ã¿O INTENTADA QUE SE IMPÃ¿E. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃ¿O UNÃ¿NIME. 1. O Supremo Tribunal Federal proferiu o julgamento, em 21/12/2020, da AÃ§Ã£o Direta de Inconstitucionalidade nÂº 6.321 do Estado do ParÃ¡, por meio do qual declarou a inconstitucionalidade do inc. IV do art. 48 da ConstituiÃ§Ã£o do ParÃ¡ e da Lei Estadual nÂº 5.652/1991 do ParÃ¡ que instituiu e regulamentou, respectivamente, o adicional de interiorizaÃ§Ã£o aos policiais militares deste Estado, alÃ©m de conferir eficÃ¡ciaÂ ex nuncÂ Ã decisÃ£o, de modo a produzir efeitos a partir da data do julgamento relativamente Ã queles que jÃ¡ estivessem recebendo o benefÃ-cio mediante decisÃ£o administrativa ou judicial, tendo a ADI transitado em julgado em 20/02/2021. 2.Â No caso dos autos, a sentenÃ§a nÃ£o chegou a ser cumprida diante do recurso de apelaÃ§Ã£o e, depois, pelo Agravo Interno interpostos pelo Estado do ParÃ¡, bem como pelo sobrestamento dos autos. Desse modo, em nenhum momento restou pago o adicional de interiorizaÃ§Ã£o em favor do autor ora agravado, e, consequentemente, nÃ£o se aplica a ele a modulaÃ§Ã£o dos efeitos que conferiu eficÃ¡ciaÂ ex nuncÂ Ã decisÃ£o que julgou procedente aÂ ADI 6.321/PA. 3. Recurso conhecido e provido. Ã¿ unanimidade. (AcÃ³rdÃ£o n.Âº 7572672, Rel. Roberto Goncalves de Moura, Ã¿rgÃ£o Julgador 1Âª Turma de Direito PÃºblico, julgado em 06/12/2021, publicado em 16/12/2021) grifamos Assim, JULGO IMPROCEDENTES

os pedidos da inicial pelos fartos fundamentos jÃ¡ expostos, extinguindo o feito com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Condeno a parte autora ao pagamento de custas e honorÃ¡rios advocatÃ-cios em percentual equivalente a 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, ficando, contudo, suspensa a exigibilidade pelo prazo legal devido Ã concessÃ£o da assistÃªncia judiciÃ¡ria. P. R. I. CiÃªncia ao MP. Transitada em julgado, arquivem-se. Â CametÃ¡/PA, 13 de abril de 2022. JosÃ© Matias Santana Dias Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara

P R O C E S S O : 0 0 0 4 1 5 7 2 3 2 0 1 7 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE MATIAS SANTANA DIAS A??o: Procedimento Sumário em: 18/04/2022---REQUERENTE:BENEDITO MARTINS RODRIGUES Representante(s): OAB 17580 - ANA ROSA GONCALVES MENDES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SA BANRISUL Representante(s): OAB 173.477 - PAULO ROBERTO VIGNA (ADVOGADO) . PROCESSO: 0004157-23.2017.814.0012 RECLAMANTE: BENEDITO MARTINS RODRIGUES RECLAMADO: BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BANRISUL S/A Contrato n.Âº 31651741 (R$ 448,72) SENTENÃ¿AÂ Â Vistos etc.Â Dispensado o relatÃ³rio, nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95. Â A controvÃ©rsia sujeita-se ao CÃ³digo de Defesa do Consumidor, conforme entendimento consolidado na SÃºmula n.Âº 297, do Superior Tribunal de JustiÃ§a:Â O CÃ³digo de Defesa do Consumidor Ã© aplicÃ¡vel Ã s instituiÃ§Ãµes financeiras. Nessa senda, o art. 6Âº, VIII, do CDC, assegura a inversÃ£o do Ã´nus da prova em favor do consumidor para facilitar a defesa de seus direitos quando,Â a critÃ©rio do juiz, for verossÃ-mil a alegaÃ§Ã£o ou quando ele for hipossuficiente.Â Como se vÃª, a inversÃ£o nÃ£o Ã© automÃ¡tica, sendo necessÃ¡rio que o magistrado analise os requisitos legais diante do caso concreto, senÃ£o vejamos:Â AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÃ¿Ã¿O DE INDENIZAÃ¿Ã¿O POR DANOS MORAIS. INVERSÃ¿O DO Ã¿NUS DA PROVA. MATÃ¿RIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃ¿O PROVIDO. 1. Esta Corte possui firme o entendimento no sentido de que: "A inversÃ£o do Ã´nus da prova, nos termos do art. 6Âº, VIII, do CÃ³digo de Defesa do Consumidor, nÃ£o Ã© automÃ¡tica, dependendo da constataÃ§Ã£o, pelas instÃ¢ncias ordinÃ¡rias, da presenÃ§a ou nÃ£o da verossimilhanÃ§a das alegaÃ§Ãµes do consumidor.".(AgInt no AREsp 1328873/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÃ¿JO, QUARTA TURMA, julgado em 21/11/2019, DJe 18/12/2019). 2. [...] 3. Agravo interno nÃ£o provido. (AgInt no AREsp 1581973/SP, Rel. Ministro Luis Felipe SalomÃ£o, Quarta Turma do STJ, julgado em 10/03/2020, DJe 17/03/2020.) (Destacamos) Registra-se que a adoÃ§Ã£o da distribuiÃ§Ã£o dinÃ¢mica do Ã´nus da prova pelo CDC nÃ£o afasta a regra geral prevista no CÃ³digo de Processo Civil, art. 373, I e II, segundo a qual compete ao autor demonstrar o direito que o assiste e ao rÃ©u a existÃªncia de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito daquele. Nas palavras de Leonardo Garcia: Â¿[...]Â caso o consumidor venha a propor a aÃ§Ã£o (autor), deverÃ¡ fazer prova do fato constitutivo do direito. O que pode acontecer Ã© que, em alguns casos, quando a prova a cargo do consumidor se tornar difÃ-cil de ser feita ou muito onerosa (requisito da hipossuficiÃªncia) ou quando os argumentos alegados, segundo as regras ordinÃ¡rias de experiÃªncia do magistrado, forem plausÃ-veis (requisito da verossimilhanÃ§a das alegaÃ§Ãµes), o juiz poderÃ¡ inverter o Ã´nus da prova que, a princÃ-pio, foi distribuÃ-do de acordo com o CPCÂ¿. (CÃ³digo de Defesa do Consumidor Comentado: artigo por artigo. 13Âª ed. Rev., ampl. e atual. Salvador: JusPodivm, 2016. p.99). Logo, a partir da afirmaÃ§Ã£o da parte autora de que nÃ£o estabeleceu qualquer relaÃ§Ã£o com a instituiÃ§Ã£o financeira requerida, e tendo trazido aos autos histÃ³rico de emprÃ©stimos consignados emitido pelo INSS, no qual consta o contrato impugnado e o detalhamento dos descontos atÃ© entÃ£o realizados, nÃ£o poderia este juÃ-zo impor-lhe o Ã´nus da prova, pois, alÃ©m da verossimilhanÃ§a de suas alegaÃ§Ãµes (que justifica a inversÃ£o), trata-se de fato negativo, vislumbrando-se maior facilidade para a parte rÃ© provar o contrÃ¡rio. No caso em exame, o requerido desincumbiu-se satisfatoriamente de seu Ã´nus probatÃ³rio ao apresentar cÃ³pia do contrato firmado pelas partes (fl. 36/39), comprovante de OP disponibilizado em favor do autor e ofÃ-cio encaminhado pelo Banco do Brasil comprovando que o demandante sacou o valor objeto do contrato sob anÃ¡lise. Desta forma, evidenciado que o autor contratou o emprÃ©stimo consignado objeto desta lide, faz jus a instituiÃ§Ã£o financeira requerida ao recebimento da contraprestaÃ§Ã£o pelos valores disponibilizados, razÃ£o pela qual JULGO IMPROCEDENTES OS PEDIDOS formulados na inicial, extinguindo o feito com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. P. R. I. Transitada em julgado, arquivem-se, CametÃ¡/PA, 12 de abril de 2022. JosÃ© Matias Santana Dias Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara

P R O C E S S O : 0 0 0 5 2 5 8 6 1 2 0 1 8 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - -

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE MATIAS SANTANA DIAS A??o: Procedimento Sumário em: 18/04/2022---REQUERENTE:PAIXAO COELHO PINTO Representante(s): OAB 17100 - LUIS FERNANDO FRANCEZ SASSIM (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO PAN SA ATUAL DENOMINACAO DO BANCO PANAMERICANO SA Representante(s): OAB 30348 - JOAO VITOR CHAVES MARQUES DIAS (ADVOGADO) . PROCESSO: 0005258-61.2018.814.0012 RECLAMANTE: PAIXÃ¿O COELHO PINTO RECLAMADO: BANCO PAN S/A Contrato n.Âº 305424653-7 (R$ 1.146,92) SENTENÃ¿AÂ Â Vistos etc.Â Dispensado o relatÃ³rio, nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95. Â A controvÃ©rsia sujeita-se ao CÃ³digo de Defesa do Consumidor, conforme entendimento consolidado na SÃºmula n.Âº 297, do Superior Tribunal de JustiÃ§a:Â O CÃ³digo de Defesa do Consumidor Ã© aplicÃ¡vel Ã s instituiÃ§Ãµes financeiras. Nessa senda, o art. 6Âº, VIII, do CDC, assegura a inversÃ£o do Ã´nus da prova em favor do consumidor para facilitar a defesa de seus direitos quando,Â a critÃ©rio do juiz, for verossÃ-mil a alegaÃ§Ã£o ou quando ele for hipossuficiente.Â Como se vÃª, a inversÃ£o nÃ£o Ã© automÃ¡tica, sendo necessÃ¡rio que o magistrado analise os requisitos legais diante do caso concreto, senÃ£o vejamos:Â AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÃ¿Ã¿O DE INDENIZAÃ¿Ã¿O POR DANOS MORAIS. INVERSÃ¿O DO Ã¿NUS DA PROVA. MATÃ¿RIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃ¿O PROVIDO. 1. Esta Corte possui firme o entendimento no sentido de que: "A inversÃ£o do Ã´nus da prova, nos termos do art. 6Âº, VIII, do CÃ³digo de Defesa do Consumidor, nÃ£o Ã© automÃ¡tica, dependendo da constataÃ§Ã£o, pelas instÃ¢ncias ordinÃ¡rias, da presenÃ§a ou nÃ£o da verossimilhanÃ§a das alegaÃ§Ãµes do consumidor.".(AgInt no AREsp 1328873/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÃ¿JO, QUARTA TURMA, julgado em 21/11/2019, DJe 18/12/2019). 2. [...] 3. Agravo interno nÃ£o provido. (AgInt no AREsp 1581973/SP, Rel. Ministro Luis Felipe SalomÃ£o, Quarta Turma do STJ, julgado em 10/03/2020, DJe 17/03/2020.) Registra-se que a adoÃ§Ã£o da distribuiÃ§Ã£o dinÃ¢mica do Ã´nus da prova pelo CDC nÃ£o afasta a regra geral prevista no CÃ³digo de Processo Civil, art. 373, I e II, segundo a qual compete ao autor demonstrar o direito que o assiste e ao rÃ©u a existÃªncia de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito daquele. Nas palavras de Leonardo Garcia: Â¿[...]Â caso o consumidor venha a propor a aÃ§Ã£o (autor), deverÃ¡ fazer prova do fato constitutivo do direito. O que pode acontecer Ã© que, em alguns casos, quando a prova a cargo do consumidor se tornar difÃ-cil de ser feita ou muito onerosa (requisito da hipossuficiÃªncia) ou quando os argumentos alegados, segundo as regras ordinÃ¡rias de experiÃªncia do magistrado, forem plausÃ-veis (requisito da verossimilhanÃ§a das alegaÃ§Ãµes), o juiz poderÃ¡ inverter o Ã´nus da prova que, a princÃ-pio, foi distribuÃ-do de acordo com o CPCÂ¿. (CÃ³digo de Defesa do Consumidor Comentado: artigo por artigo. 13Âª ed. Rev., ampl. e atual. Salvador: JusPodivm, 2016. p.99). Logo, a partir da afirmaÃ§Ã£o da parte autora de que nÃ£o estabeleceu qualquer relaÃ§Ã£o com a instituiÃ§Ã£o financeira requerida, e tendo trazido aos autos histÃ³rico de emprÃ©stimos consignados emitido pelo INSS, no qual consta o contrato impugnado e o detalhamento dos descontos atÃ© entÃ£o realizados, nÃ£o poderia este juÃ-zo impor-lhe o Ã´nus da prova, pois, alÃ©m da verossimilhanÃ§a de suas alegaÃ§Ãµes (que justifica a inversÃ£o), trata-se de fato negativo, vislumbrando-se maior facilidade para a parte rÃ© provar o contrÃ¡rio. No caso em exame, o requerido desincumbiu-se satisfatoriamente de seu Ã´nus probatÃ³rio ao apresentar cÃ³pia do contrato firmado pelas partes (fls. 44/47), transferÃªncia eletrÃ´nica do exato valor contratado para conta de titularidade do autor, bem como ofÃ-cio encaminhado pelo Banco Bradesco S/A comprovando que o valor foi creditado em favor da demandante. Desta forma, evidenciado que o autor contratou o emprÃ©stimo consignado objeto desta lide, faz jus a instituiÃ§Ã£o financeira requerida ao recebimento da contraprestaÃ§Ã£o pelos valores disponibilizados, razÃ£o pela qual JULGO IMPROCEDENTES OS PEDIDOS formulados na inicial, extinguindo o feito com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. Deixo de impor condenaÃ§Ã£o por litigÂncia de mÃ¡-fÃ© ao autora, por passar a adotar o entendimento de que em se tratando de pessoa idosa, alÃ©m de tudo analfabeta, deve ser mitigado o engano na propositura da aÃ§Ã£o, havendo razoabilidade em se inferir que possui dificuldade para compreender com clareza os termos de uma operaÃ§Ã£o dessa natureza. P. R. I. Transitada em julgado, arquivem-se. CametÃ¡/PA, 12 de abril de 2022. JosÃ© Matias Santana Dias Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara

P R O C E S S O : 0 0 0 5 9 2 4 9 6 2 0 1 7 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE MATIAS SANTANA DIAS A??o: Procedimento Sumário em: 18/04/2022---REQUERENTE:MARIA HILDA DO SOCORRO MACHADO MINDELO Representante(s): OAB 17854 - MARTHA PANTOJA ASSUNCAO (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO PANAMERICANO SA Representante(s): OAB 23255 - ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (ADVOGADO) . PROCESSO NÂº 0005924-96.2017.814.0012 RECLAMANTE: MARIA HILDA DO SOCORRO MACHADO RECLAMADO: BANCO PANAMERICANO S/A Contrato n.Âº

05319769-9 (R$ 677,01) SENTENÃ¿A Vistos etc. Dispensado o relatÃ³rio, nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95. 1- PRELIMINARES e PREJUDICIAL: Afasto a preliminar de incompetÃªncia do juizado especial para apreciaÃ§Ã£o da causa, por entender que Ã© suficiente ao deslinde da causa a produÃ§Ã£o da prova documental, consistente na juntada do contrato impugnado e do comprovante de liberaÃ§Ã£o do crÃ©dito ao contratante. Ademais, a Lei 9.099/95, em seu art. 35, caput, e Enunciado n.Âº 12- FONAJE dispÃµem que o Juiz poderÃ¡ inquirir, atravÃ©s de perÃcia informal, tÃ©cnicos de sua confianÃ§a quando a prova do fato exigir. Quanto Ã ausÃªncia de pretensÃ£o resistida, sustentei anteriormente o entendimento de que nÃ£o seria possÃvel exigi-la em face do art. 5Âº, inciso XXXV, da ConstituiÃ§Ã£o Federal, que assegura o livre acesso Ã justiÃ§a, independentemente de prÃ©vio requerimento administrativo. Contudo, recentemente filiei-me Ã doutrina que defende a compatibilidade das condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o com o princÃpio constitucional da inafastabilidade da jurisdiÃ§Ã£o, adotada inclusive no Ã¢mbito do Supremo Tribunal Federal: Â Ementa: RECURSO EXTRAORDINÃRIO. REPERCUSSÃ¿O GERAL. PRÃ¿VIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO E INTERESSE EM AGIR. 1. A instituiÃ§Ã£o de condiÃ§Ãµes para o regular exercÃcio do direito de aÃ§Ã£o Ã© compatÃvel com o art. 5Âº, XXXV, da ConstituiÃ§Ã£o. Para se caracterizar a presenÃ§a de interesse em agir, Ã© preciso haver necessidade de ir a juÃzo. 2 [...]. (RE 631240, Relator(a):Â Min. Roberto Barroso, Tribunal Pleno, julgado em 03/09/2014, AcÃ³rdÃ£o EletrÃ´nico RepercussÃ£o Geral - MÃ©rito DJe-220, publicado em 10/11/2014). Â Em seu voto, o Ministro LuÃs Roberto Barroso, relator da mencionada jurisprudÃªncia, relembrou que a Corte Suprema Â¿sempre afirmou que decisÃµes extintivas de processos por ausÃªncia de condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o nÃ£o violam a inafastabilidade da jurisdiÃ§Ã£oÂ¿, arrematando que: Â Â¿o interesse em agir Ã© uma condiÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o essencialmente ligada aos princÃpios da economicidade e da eficiÃªncia. Partindo-se da premissa de que os recursos pÃºblicos sÃ£o escassos, o que se traduz em limitaÃ§Ãµes na estrutura e na forÃ§a de trabalho do Poder JudiciÃ¡rio, Ã© preciso racionalizar a demanda, de modo a nÃ£o permitir o prosseguimento de processos que, de plano, revelem-se inÃºteis, inadequados ou desnecessÃ¡rios. Do contrÃ¡rio, o acÃºmulo de aÃ§Ãµes inviÃ¡veis poderia comprometer o bom funcionamento do sistema judiciÃ¡rio, inviabilizando a tutela efetiva das pretensÃµes idÃ´neasÂ¿. Â Ocorre que, em atenÃ§Ã£o ao princÃpio da seguranÃ§a jurÃdica, passei a analisar tal condiÃ§Ã£o de ofÃcio (art. 485, Â§3Âº, do CPC) nas aÃ§Ãµes que ainda nÃ£o foram contestadas, posto que, nas que jÃ¡ apresentaram a defesa - como a presente - a parte demandada teve a oportunidade de aquiescer, ainda que parcialmente, Ã pretensÃ£o da parte autora, o que nÃ£o ocorreu atÃ© o momento. Â Assim, nÃ£o seria razoÃ¡vel exigir na atual fase do processo a comprovaÃ§Ã£o do interesse de agir, visto que evidenciada a resistÃªncia do demandado ao pleito da inicial, motivo pelo qual rejeito a aludida preliminar. 2- MÃ¿RITO: A controvÃ©rsia sujeita-se ao CÃ³digo de Defesa do Consumidor, conforme entendimento consolidado na SÃºmula n.Âº 297, do Superior Tribunal de JustiÃ§a:Â O CÃ³digo de Defesa do Consumidor Ã© aplicÃ¡vel Ã s instituiÃ§Ãµes financeiras. Nessa senda, o art. 6Âº, VIII, do CDC, assegura a inversÃ£o do Ã´nus da prova em favor do consumidor para facilitar a defesa de seus direitos quando,Â a critÃ©rio do juiz, for verossÃmil a alegaÃ§Ã£o ou quando ele for hipossuficiente.Â Como se vÃª, a inversÃ£o nÃ£o Ã© automÃ¡tica, sendo necessÃ¡rio que o magistrado analise os requisitos legais diante do caso concreto, senÃ£o vejamos:Â Â Â AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÃ¿Ã¿O DE INDENIZAÃ¿Ã¿O POR DANOS MORAIS. INVERSÃ¿O DO Ã¿NUS DA PROVA. MATÃ¿RIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃ¿O PROVIDO. 1. Esta Corte possui firme o entendimento no sentido de que: "A inversÃ£o do Ã´nus da prova, nos termos do art. 6Âº, VIII, do CÃ³digo de Defesa do Consumidor, nÃ£o Ã© automÃ¡tica, dependendo da constataÃ§Ã£o, pelas instÃ¢ncias ordinÃ¡rias, da presenÃ§a ou nÃ£o da verossimilhanÃ§a das alegaÃ§Ãµes do consumidor.".(AgInt no AREsp 1328873/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÃ¿JO, QUARTA TURMA, julgado em 21/11/2019, DJe 18/12/2019). 2. [...] 3. Agravo interno nÃ£o provido. (AgInt no AREsp 1581973/SP, Rel. Ministro Luis Felipe SalomÃ£o, Quarta Turma do STJ, julgado em 10/03/2020, DJe 17/03/2020.). Registra-se que a adoÃ§Ã£o da distribuiÃ§Ã£o dinÃ¢mica do Ã´nus da prova pelo CDC nÃ£o afasta a regra geral prevista no CÃ³digo de Processo Civil, art. 373, I e II, segundo a qual compete ao autor demonstrar o direito que o assiste e ao rÃ©u a existÃªncia de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito daquele. Nas palavras de Leonardo Garcia: Â Â¿[...]Â caso o consumidor venha a propor a aÃ§Ã£o (autor), deverÃ¡ fazer prova do fato constitutivo do direito. O que pode acontecer Ã© que, em alguns casos, quando a prova a cargo do consumidor se tornar difÃcil de ser feita ou muito onerosa (requisito da hipossuficiÃªncia) ou quando os argumentos alegados, segundo as regras ordinÃ¡rias de experiÃªncia do magistrado, forem plausÃveis (requisito da verossimilhanÃ§a das alegaÃ§Ãµes), o juiz poderÃ¡ inverter o Ã´nus da prova que, a princÃpio, foi distribuÃdo de acordo com o CPCÂ¿. (CÃ³digo de Defesa do Consumidor Comentado: artigo por artigo. 13Âª ed. Rev., ampl. e atual. Salvador: JusPodivm, 2016. p.99). Â Logo, a partir da afirmaÃ§Ã£o da parte autora de que nÃ£o

estabeleceu qualquer relaÃ§Ã£o com a instituiÃ§Ã£o financeira requerida, e tendo trazido aos autos histÃ³rico de emprÃ©stimos consignados emitido pelo INSS, no qual consta o contrato impugnado e o detalhamento dos descontos atÃ© entÃ£o realizados, nÃ£o poderia este juÃ-zo impor-lhe o Ã´nus da prova, pois, alÃ©m da verossimilhanÃ§a de suas alegaÃ§Ãµes (que justifica a inversÃ£o), trata-se de fato negativo, vislumbrando-se maior facilidade para a parte rÃ© provar o contrÃ¡rio. No caso em exame, o requerido desincumbiu-se satisfatoriamente de seu Ã´nus probatÃ³rio ao apresentar cÃ³pia do contrato firmado pelas partes (fls. 39-V/42), transferÃªncia eletrÃ´nica do exato valor contratado para conta de titularidade da autora (fl. 34-v), bem como, oficio do Banco Bradesco S/A em que consta o extrato da conta bancÃ¡ria da autora no exato valor do contrato. Desta forma, evidenciado que a autora contratou o emprÃ©stimo consignado objeto desta lide, faz jus a instituiÃ§Ã£o financeira requerida ao recebimento da contraprestaÃ§Ã£o pelos valores disponibilizados, razÃ£o pela qual JULGO IMPROCEDENTES OS PEDIDOS formulados na inicial, extinguindo o feito com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. P. R. I. Transitada em julgado, arquivem-se. CametÃ¡/PA, 13 de abril de 2022. JosÃ© Matias Santana Dias Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara

PROCESSO: 00060605920188140012 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE MATIAS SANTANA DIAS A??o: Procedimento Sumário em: 18/04/2022---REQUERENTE:SALETE GONCALVES ALVES Representante(s): OAB 25002 - EMANUEL JUNIOR MONTEIRO MARQUES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO PAN SA Representante(s): OAB 16.383 - GILVAN MELO SOUSA (ADVOGADO) . PROCESSO NÂº 0006060592018.814.0012 RECLAMANTE: SALETE GONÃ¿ALVESALVES RECLAMADO: BANCO PAN S/A Contrato n.Âº 316899414-7 (R$ 1.187,80) SENTENÃ¿A Vistos etc. Dispensado o relatÃ³rio, nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95. 1- PRELIMINARES:Â Afasto a preliminar de incompetÃªncia do juizado especial para apreciaÃ§Ã£o da causa, por entender que Ã© suficiente ao deslinde a produÃ§Ã£o da prova documental, consistente na juntada do contrato impugnado e do comprovante de liberaÃ§Ã£o do crÃ©dito ao(Ã) contratante. Ademais, a Lei 9.099/95, em seu art. 35, caput, bem como o Enunciado n.Âº 12- FONAJE, dispÃµem que o Juiz poderÃ¡ inquirir, atravÃ©s de perÃ-cia informal, tÃ©cnicos de sua confianÃ§a quando a prova do fato exigir. 2- MÃ¿RITO: A controvÃ©rsia sujeita-se ao CÃ³digo de Defesa do Consumidor, conforme entendimento consolidado na SÃºmula n.Âº 297, do Superior Tribunal de JustiÃ§a:Â O CÃ³digo de Defesa do Consumidor Ã© aplicÃ¡vel Ã s instituiÃ§Ã£es financeiras. Nessa senda, o art. 6Âº, VIII, do CDC, assegura a inversÃ£o do Ã´nus da prova em favor do consumidor para facilitar a defesa de seus direitos quando,Â a critÃ©rio do juiz, for verossÃ-mil a alegaÃ§Ã£o ou quando ele for hipossuficiente.Â Como se vÃª, a inversÃ£o nÃ£o Ã© automÃ¡tica, sendo necessÃ¡rio que o magistrado analise os requisitos legais diante do caso concreto, senÃ£o vejamos:Â Â Â AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÃ¿Ã¿O DE INDENIZAÃ¿Ã¿O POR DANOS MORAIS. INVERSÃ¿O DO Ã¿NUS DA PROVA. MATÃ¿RIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃ¿O PROVIDO. 1. Esta Corte possui firme o entendimento no sentido de que: "A inversÃ£o do Ã´nus da prova, nos termos do art. 6Âº, VIII, do CÃ³digo de Defesa do Consumidor, nÃ£o Ã© automÃ¡tica, dependendo da constataÃ§Ã£o, pelas instÂ¢ncias ordinÃ¡rias, da presenÃ§a ou nÃ£o da verossimilhanÃ§a das alegaÃ§Ãµes do consumidor.".(AgInt no AREsp 1328873/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÃ¿JO, QUARTA TURMA, julgado em 21/11/2019, DJe 18/12/2019). 2. [...] 3. Agravo interno nÃ£o provido. (AgInt no AREsp 1581973/SP, Rel. Ministro Luis Felipe SalomÃ£o, Quarta Turma do STJ, julgado em 10/03/2020, DJe 17/03/2020.).Â Registra-se que a adoÃ§Ã£o da distribuiÃ§Ã£o dinÂ¢mica do Ã´nus da prova pelo CDC nÃ£o afasta a regra geral prevista no CÃ³digo de Processo Civil, art. 373, I e II, segundo a qual compete ao autor demonstrar o direito que o assiste e ao rÃ©u a existÃªncia de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito daquele. Nas palavras de Leonardo Garcia: Â Â¿[...]Â caso o consumidor venha a propor a aÃ§Ã£o (autor), deverÃ¡ fazer prova do fato constitutivo do direito. O que pode acontecer Ã© que, em alguns casos, quando a prova a cargo do consumidor se tornar difÃ-cil de ser feita ou muito onerosa (requisito da hipossuficiÃªncia) ou quando os argumentos alegados, segundo as regras ordinÃ¡rias de experiÃªncia do magistrado, forem plausÃ-veis (requisito da verossimilhanÃ§a das alegaÃ§Ãµes), o juiz poderÃ¡ inverter o Ã´nus da prova que, a princÃ-pio, foi distribuÃ-do de acordo com o CPCÂ¿. (CÃ³digo de Defesa do Consumidor Comentado: artigo por artigo. 13Âª ed. Rev., ampl. e atual. Salvador: JusPodivm, 2016. p.99). Â Logo, a partir da afirmaÃ§Ã£o da parte autora de que nÃ£o estabeleceu qualquer relaÃ§Ã£o com a instituiÃ§Ã£o financeira requerida, e tendo trazido aos autos histÃ³rico de emprÃ©stimos consignados emitido pelo INSS, no qual consta o contrato impugnado e o detalhamento dos descontos atÃ© entÃ£o realizados, nÃ£o poderia este juÃ-zo impor-lhe o Ã´nus da prova, pois, alÃ©m da verossimilhanÃ§a de suas alegaÃ§Ãµes (que justifica a inversÃ£o), trata-se de fato negativo,

vislumbrando-se maior facilidade para a parte rÃ© provar o contrÃ¡rio. No caso em exame, o requerido desincumbiu-se satisfatoriamente de seu Ã´nus probatÃ³rio ao apresentar cÃ³pia do contrato firmado pelas partes (fls. 27/28), transferÃªncia eletrÃ´nica do exato valor contratado para conta de titularidade da autora (fl. 29), bem como, oficio do Banco da AmazÃ´nia em que consta o extrato da conta bancÃ¡ria da autora no exato valor do contrato. Ficou claro no Quadro II que a finalidade do emprÃ©stimo era o refinanciamento do contrato n.Âº 302984589 e o valor utilizado para liquidar o contrato de R$ 499,73, restando ao autor o valor lÃquido a receber de R$ 672,97, exatamente o valor creditado em sua conta. Desta forma, evidenciado que a autora contratou o emprÃ©stimo consignado objeto desta lide, faz jus a instituiÃ§Ã£o financeira requerida ao recebimento da contraprestaÃ§Ã£o pelos valores disponibilizados, razÃ£o pela qual JULGO IMPROCEDENTES OS PEDIDOS formulados na inicial, extinguindo o feito com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. Deixo de impor condenaÃ§Ã£o por litigÂncia de mÃ¡-fÃ© Ã autora, por passar a adotar o entendimento de que em se tratando de operaÃ§Ã£o de refinanciamento, contendo cÃ¡lculos que, pelas condiÃ§Ãµes pessoais da demandante, hÃ¡ razoabilidade em depreender, podem ter dificultado sua compreensÃ£o acerca dos valores contratados, levando-a, por engano justificÃ¡vel, ao ajuizamento da aÃ§Ã£o. P. R. I. Transitada em julgado, arquivem-se. CametÃ¡/PA, 12 de abril de 2022. JosÃ© Matias Santana Dias Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara

P R O C E S S O : 0 0 0 6 3 1 9 5 4 2 0 1 8 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE MATIAS SANTANA DIAS A??o: Procedimento Sumário em: 18/04/2022---REQUERENTE:OTILIA MACHADO ALVES Representante(s): OAB 25002 - EMANUEL JUNIOR MONTEIRO MARQUES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO PAN SA Representante(s): OAB 23.255 - ANTONIO DE MORAES DOURATO NETO (ADVOGADO) . PROCESSO: 0006319-54.2018.814.0012 RECLAMANTE: OTILIA MACHADO ALVES RECLAMADO: BANCO PAN S/A Contrato n.Âº 309019006-1 (R$ 2.033,50) SENTENÃ¿A Vistos etc. Dispensado o relatÃ³rio, nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95. 1- PRELIMINARES: Afasto a preliminar de incompetÃªncia do juizado especial para apreciaÃ§Ã£o da causa, por entender que Ã© suficiente ao deslinde da causa a produÃ§Ã£o da prova documental, consistente na juntada do contrato impugnado e do comprovante de liberaÃ§Ã£o do crÃ©dito ao contratante. Ademais, a Lei 9.099/95, em seu art. 35, caput, e Enunciado n.Âº 12- FONAJE dispÃµem que o Juiz poderÃ¡ inquirir, atravÃ©s de perÃ-cia informal, tÃ©cnicos de sua confianÃ§a quando a prova do fato exigir. 2- MÃ¿RITO: A controvÃ©rsia sujeita-se ao CÃ³digo de Defesa do Consumidor, conforme entendimento consolidado na SÃºmula n.Âº 297, do Superior Tribunal de JustiÃ§a: O CÃ³digo de Defesa do Consumidor Ã© aplicÃ¡vel Ã s instituiÃ§Ãµes financeiras. Nessa senda, o art. 6Âº, VIII, do CDC, assegura a inversÃ£o do Ã´nus da prova em favor do consumidor para facilitar a defesa de seus direitos quando, a critÃ©rio do juiz, for verossÃ-mil a alegaÃ§Ã£o ou quando ele for hipossuficiente. Como se vÃª, a inversÃ£o nÃ£o Ã© automÃ¡tica, sendo necessÃ¡rio que o magistrado analise os requisitos legais diante do caso concreto, senÃ£o vejamos: AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÃ¿Ã¿O DE INDENIZAÃ¿Ã¿O POR DANOS MORAIS. INVERSÃ¿O DO Ã¿NUS DA PROVA. MATÃ¿RIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃ¿O PROVIDO. 1. Esta Corte possui firme o entendimento no sentido de que: "A inversÃ£o do Ã´nus da prova, nos termos do art. 6Âº, VIII, do CÃ³digo de Defesa do Consumidor, nÃ£o Ã© automÃ¡tica, dependendo da constataÃ§Ã£o, pelas instÂncias ordinÃ¡rias, da presenÃ§a ou nÃ£o da verossimilhanÃ§a das alegaÃ§Ãµes do consumidor.".(AgInt no AREsp 1328873/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÃ¿JO, QUARTA TURMA, julgado em 21/11/2019, DJe 18/12/2019). 2. [...] 3. Agravo interno nÃ£o provido. (AgInt no AREsp 1581973/SP, Rel. Ministro Luis Felipe SalomÃ£o, Quarta Turma do STJ, julgado em 10/03/2020, DJe 17/03/2020.) Registra-se que a adoÃ§Ã£o da distribuiÃ§Ã£o dinÂmica do Ã´nus da prova pelo CDC nÃ£o afasta a regra geral prevista no CÃ³digo de Processo Civil, art. 373, I e II, segundo a qual compete ao autor demonstrar o direito que o assiste e ao rÃ©u a existÃªncia de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito daquele. Nas palavras de Leonardo Garcia: Â¿[...]Â caso o consumidor venha a propor a aÃ§Ã£o (autor), deverÃ¡ fazer prova do fato constitutivo do direito. O que pode acontecer Ã© que, em alguns casos, quando a prova a cargo do consumidor se tornar difÃ-cil de ser feita ou muito onerosa (requisito da hipossuficiÃªncia) ou quando os argumentos alegados, segundo as regras ordinÃ¡rias de experiÃªncia do magistrado, forem plausÃ-veis (requisito da verossimilhanÃ§a das alegaÃ§Ãµes), o juiz poderÃ¡ inverter o Ã´nus da prova que, a princÃ-pio, foi distribuÃ-do de acordo com o CPCÂ¿. (CÃ³digo de Defesa do Consumidor Comentado: artigo por artigo. 13Âª ed. Rev., ampl. e atual. Salvador: JusPodivm, 2016. p.99). Logo, a partir da afirmaÃ§Ã£o da parte autora de que nÃ£o estabeleceu qualquer relaÃ§Ã£o com a instituiÃ§Ã£o financeira requerida, e tendo trazido aos autos histÃ³rico de emprÃ©stimos consignados emitido pelo INSS, no qual consta o

contrato impugnado e o detalhamento dos descontos atÃ© entÃ£o realizados, nÃ£o poderia este juÃ-zo impor-lhe o Ã´nus da prova, pois, alÃ©m da verossimilhanÃ§a de suas alegaÃ§Ãµes (que justifica a inversÃ£o), trata-se de fato negativo, vislumbrando-se maior facilidade para a parte rÃ© provar o contrÃ¡rio. No caso em exame, o requerido desincumbiu-se satisfatoriamente de seu Ã´nus probatÃ³rio ao apresentar cÃ³pia do contrato firmado pelas partes (fl. 38/40) e ofÃ-cio encaminhado pelo Banco do Brasil com comprovante de saque da OP no exato valor contratado. Desta forma, evidenciado que a autora contratou o emprÃ©stimo consignado objeto desta lide, faz jus a instituiÃ§Ã£o financeira requerida ao recebimento da contraprestaÃ§Ã£o pelos valores disponibilizados, razÃ£o pela qual JULGO IMPROCEDENTES OS PEDIDOS formulados na inicial, extinguindo o feito com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. P. R. I. Transitada em julgado, arquivem-se. CametÃ¡/PA, 13 de abril de 2022. JosÃ© Matias Santana Dias Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara

P R O C E S S O : 0 0 0 6 6 1 1 7 3 2 0 1 7 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE MATIAS SANTANA DIAS A??o: Procedimento Sumário em: 18/04/2022---REQUERENTE:ALVINO DA SILVA CORREA Representante(s): OAB 21633 - JOSE DIEGO WANZELER GONCALVES (ADVOGADO) REQUERIDO:B V FINANCEIRA S A Representante(s): OAB 21678 - BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (ADVOGADO) OAB 23.255 - ANTONIO DE MORAES DOURATO NETO (ADVOGADO) . PROCESSO: 0006611-73.2017.814.0012 RECLAMANTE: ALVINO DA SILVA CORREA RECLAMADO: BANCO VOTORANTIM S/A Contrato n.Âº 230347481 (R$ 5.030,14) SENTENÃ¿A Vistos etc. Dispensado o relatÃ³rio, nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95. 1- PRELIMINARES: Defiro a retificaÃ§Ã£o do nome do requerido para BV FINANCEIRA- CRÃ¿DITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, devendo a secretaria providenciar a alteraÃ§Ã£o no sistema. Rejeito a prejudicial de prescriÃ§Ã£o, porquanto o Superior Tribunal de JustiÃ§a firmou o entendimento de queÂ o prazo decadencial a que alude o art. 26 do CDC nÃ£o se aplica em caso de indenizaÃ§Ã£o por danos materiais e morais decorrentes de falha na prestaÃ§Ã£o de serviÃ§o, devendo ser aplicado o prazo quinquenal previsto no art. 27 do CDCÂ (AgInt no AREsp 888.223/SP, Rel.Â Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma do STJ, julgado em 27/09/2016, DJe 04/10/2016). Â Ainda de acordo com o STJ, o termoÂ a quoÂ do prazo prescricional da pretensÃ£o de repetiÃ§Ã£o do indÃ©bito relativo a desconto de benefÃ-cio previdenciÃ¡rio Ã© a data do Ãºltimo desconto indevido. (AgInt no AREsp 1.412.088/MS, Rel.Â Ministro Raul AraÃºjo, Quarta Turma, julgado em 27/8/2019, DJe 12/9/2019; AgInt no AREsp 1372834/MS, Rel. Ministro Luis Felipe SalomÃ£o, Quarta Turma do STJ, julgado em 26/03/2019, DJe 29/03/2019). 2- MÃ¿RITO: A controvÃ©rsia sujeita-se ao CÃ³digo de Defesa do Consumidor, conforme entendimento consolidado na SÃºmula n.Âº 297, do Superior Tribunal de JustiÃ§a: O CÃ³digo de Defesa do Consumidor Ã© aplicÃ¡vel Ã s instituiÃ§Ãµes financeiras. Nessa senda, o art. 6Âº, VIII, do CDC, assegura a inversÃ£o do Ã´nus da prova em favor do consumidor para facilitar a defesa de seus direitos quando, a critÃ©rio do juiz, for verossÃ-mil a alegaÃ§Ã£o ou quando ele for hipossuficiente. Como se vÃª, a inversÃ£o nÃ£o Ã© automÃ¡tica, sendo necessÃ¡rio que o magistrado analise os requisitos legais diante do caso concreto, senÃ£o vejamos: AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÃ¿Ã¿O DE INDENIZAÃ¿Ã¿O POR DANOS MORAIS. INVERSÃ¿O DO Ã¿NUS DA PROVA. MATÃ¿RIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃ¿O PROVIDO. 1. Esta Corte possui firme o entendimento no sentido de que: "A inversÃ£o do Ã´nus da prova, nos termos do art. 6Âº, VIII, do CÃ³digo de Defesa do Consumidor, nÃ£o Ã© automÃ¡tica, dependendo da constataÃ§Ã£o, pelas instÂncias ordinÃ¡rias, da presenÃ§a ou nÃ£o da verossimilhanÃ§a das alegaÃ§Ãµes do consumidor.".(AgInt no AREsp 1328873/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÃ¿JO, QUARTA TURMA, julgado em 21/11/2019, DJe 18/12/2019). 2. [...] 3. Agravo interno nÃ£o provido. (AgInt no AREsp 1581973/SP, Rel. Ministro Luis Felipe SalomÃ£o, Quarta Turma do STJ, julgado em 10/03/2020, DJe 17/03/2020.) Registra-se que a adoÃ§Ã£o da distribuiÃ§Ã£o dinÂmica do Ã´nus da prova pelo CDC nÃ£o afasta a regra geral prevista no CÃ³digo de Processo Civil, art. 373, I e II, segundo a qual compete ao autor demonstrar o direito que o assiste e ao rÃ©u a existÃªncia de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito daquele. Nas palavras de Leonardo Garcia: Â¿[...]Â caso o consumidor venha a propor a aÃ§Ã£o (autor), deverÃ¡ fazer prova do fato constitutivo do direito. O que pode acontecer Ã© que, em alguns casos, quando a prova a cargo do consumidor se tornar difÃ-cil de ser feita ou muito onerosa (requisito da hipossuficiÃªncia) ou quando os argumentos alegados, segundo as regras ordinÃ¡rias de experiÃªncia do magistrado, forem plausÃ-veis (requisito da verossimilhanÃ§a das alegaÃ§Ãµes), o juiz poderÃ¡ inverter o Ã´nus da prova que, a princÃ-pio, foi distribuÃ-do de acordo com o CPCÂ¿. (CÃ³digo de Defesa do Consumidor Comentado: artigo por artigo. 13Âª ed. Rev., ampl. e atual. Salvador: JusPodivm, 2016. p.99). Logo, a partir da afirmaÃ§Ã£o da parte autora de que nÃ£o estabeleceu qualquer relaÃ§Ã£o com a instituiÃ§Ã£o financeira requerida, e tendo trazido aos autos

histÃ³rico de emprÃ©stimos consignados emitido pelo INSS, no qual consta o contrato impugnado e o detalhamento dos descontos atÃ© entÃ£o realizados, nÃ£o poderia este juÃ-zo impor-lhe o Ã´nus da prova, pois, alÃ©m da verossimilhanÃ§a de suas alegaÃ§Ãµes (que justifica a inversÃ£o), trata-se de fato negativo, vislumbrando-se maior facilidade para a parte rÃ© provar o contrÃ¡rio. No caso em exame, o requerido desincumbiu-se satisfatoriamente de seu Ã´nus probatÃ³rio ao apresentar cÃ³pia do contrato firmado pelas partes (fl. 20/21) e ofÃ-cio encaminhado pelo Banco do Brasil informando o saque da OP no exato valor contratado. Desta forma, evidenciado que o autor contratou o emprÃ©stimo consignado objeto desta lide, faz jus a instituiÃ§Ã£o financeira requerida ao recebimento da contraprestaÃ§Ã£o pelos valores disponibilizados, razÃ£o pela qual JULGO IMPROCEDENTES OS PEDIDOS formulados na inicial, extinguindo o feito com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. P. R. I. Transitada em julgado, arquivem-se. CametÃ¡/PA, 13 de abril de 2022. JosÃ© Matias Santana Dias Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara

P R O C E S S O : 0 0 0 7 1 4 5 1 7 2 0 1 7 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE MATIAS SANTANA DIAS A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/04/2022---REQUERENTE:JOAO GARCIA DOS REIS Representante(s): OAB 11505 - VENINO TOURAO PANTOJA JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO DO ESTADO RIO GRANDE DO SUL SA BANRISUL CONSIGNADO SA Representante(s): OAB 173.477 - PAULO ROBERTO VIGNA (ADVOGADO) . PROCESSO NÂº 0007145-17.2017.814.0012 RECLAMANTE: JOÃ¿O GARCIA DOS REIS RECLAMADO: BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BANRISUL S/A Contrato n.Âº 1219857 (R$ 530,62) SENTENÃ¿A Vistos etc. Dispensado o relatÃ³rio, nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95. A controvÃ©rsia sujeita-se ao CÃ³digo de Defesa do Consumidor, conforme entendimento consolidado na SÃºmula n.Âº 297, do Superior Tribunal de JustiÃ§a:Â O CÃ³digo de Defesa do Consumidor Ã© aplicÃ¡vel Ã s instituiÃ§Ãµes financeiras. Nessa senda, o art. 6Âº, VIII, do CDC, assegura a inversÃ£o do Ã´nus da prova em favor do consumidor para facilitar a defesa de seus direitos quando,Â a critÃ©rio do juiz, for verossÃ-mil a alegaÃ§Ã£o ou quando ele for hipossuficiente.Â Como se vÃª, a inversÃ£o nÃ£o Ã© automÃ¡tica, sendo necessÃ¡rio que o magistrado analise os requisitos legais diante do caso concreto, senÃ£o vejamos:Â Â Â AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÃ¿Ã¿O DE INDENIZAÃ¿Ã¿O POR DANOS MORAIS. INVERSÃ¿O DO Ã¿NUS DA PROVA. MATÃ¿RIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃ¿O PROVIDO. 1. Esta Corte possui firme o entendimento no sentido de que: "A inversÃ£o do Ã´nus da prova, nos termos do art. 6Âº, VIII, do CÃ³digo de Defesa do Consumidor, nÃ£o Ã© automÃ¡tica, dependendo da constataÃ§Ã£o, pelas instÃ¢ncias ordinÃ¡rias, da presenÃ§a ou nÃ£o da verossimilhanÃ§a das alegaÃ§Ãµes do consumidor.".(AgInt no AREsp 1328873/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÃ¿JO, QUARTA TURMA, julgado em 21/11/2019, DJe 18/12/2019). 2. [...] 3. Agravo interno nÃ£o provido. (AgInt no AREsp 1581973/SP, Rel. Ministro Luis Felipe SalomÃ£o, Quarta Turma do STJ, julgado em 10/03/2020, DJe 17/03/2020.). Registra-se que a adoÃ§Ã£o da distribuiÃ§Ã£o dinÃ¢mica do Ã´nus da prova pelo CDC nÃ£o afasta a regra geral prevista no CÃ³digo de Processo Civil, art. 373, I e II, segundo a qual compete ao autor demonstrar o direito que o assiste e ao rÃ©u a existÃªncia de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito daquele. Nas palavras de Leonardo Garcia: Â Â¿[...]Â caso o consumidor venha a propor a aÃ§Ã£o (autor), deverÃ¡ fazer prova do fato constitutivo do direito. O que pode acontecer Ã© que, em alguns casos, quando a prova a cargo do consumidor se tornar difÃ-cil de ser feita ou muito onerosa (requisito da hipossuficiÃªncia) ou quando os argumentos alegados, segundo as regras ordinÃ¡rias de experiÃªncia do magistrado, forem plausÃ-veis (requisito da verossimilhanÃ§a das alegaÃ§Ãµes), o juiz poderÃ¡ inverter o Ã´nus da prova que, a princÃ-pio, foi distribuÃ-do de acordo com o CPCÂ¿. (CÃ³digo de Defesa do Consumidor Comentado: artigo por artigo. 13Âª ed. Rev., ampl. e atual. Salvador: JusPodivm, 2016. p.99). Â Logo, a partir da afirmaÃ§Ã£o da parte autora de que nÃ£o estabeleceu qualquer relaÃ§Ã£o com a instituiÃ§Ã£o financeira requerida, e tendo trazido aos autos histÃ³rico de emprÃ©stimos consignados emitido pelo INSS, no qual consta o contrato impugnado e o detalhamento dos descontos atÃ© entÃ£o realizados, nÃ£o poderia este juÃ-zo impor-lhe o Ã´nus da prova, pois, alÃ©m da verossimilhanÃ§a de suas alegaÃ§Ãµes (que justifica a inversÃ£o), trata-se de fato negativo, vislumbrando-se maior facilidade para a parte rÃ© provar o contrÃ¡rio. No caso em exame, o requerido desincumbiu-se satisfatoriamente de seu Ã´nus probatÃ³rio ao apresentar cÃ³pia do contrato firmado pelas partes (fls. 34/37), transferÃªncia eletrÃ´nica do exato valor contratado para conta de titularidade da autora (fl. 40), bem como, oficio do Banco Bradesco S/A em que consta o extrato da conta bancÃ¡ria da autora no exato valor do contrato. Desta forma, evidenciado que o autor contratou o emprÃ©stimo consignado objeto desta lide, faz jus a instituiÃ§Ã£o financeira requerida ao recebimento da contraprestaÃ§Ã£o pelos valores disponibilizados, razÃ£o pela qual JULGO

IMPROCEDENTES OS PEDIDOS formulados na inicial, extinguindo o feito com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. P. R. I. Transitada em julgado, arquivem-se. CametÃ¡/PA, 13 de abril de 2022. JosÃ© Matias Santana Dias Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara

P R O C E S S O : 0 0 0 7 7 2 5 8 1 2 0 1 6 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE MATIAS SANTANA DIAS A??o: Procedimento Sumário em: 18/04/2022---REQUERENTE:MARIA DOMICILIA DE BRITO NOVAES Representante(s): OAB 3630 - JOCELINDO FRANCES DE MEDEIROS (ADVOGADO) OAB 20469 - FREDERICK FIALHO KLITZKE (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BMG SA Representante(s): OAB 23255 - ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (ADVOGADO) . Processo n.Âº 0007725-81.2016.8.14.0012 RECLAMANTE: MARIA DOMICILIA DE BRITO NOVAES RECLAMADO: BANCO BMG S/A Contrato n.Âº 206717397 (R$ 422,63) SENTENÃ¿A Vistos etc. Dispensado o relatÃ³rio, nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95. A controvÃ©rsia sujeita-se ao CÃ³digo de Defesa do Consumidor, conforme entendimento consolidado na SÃºmula n.Âº 297, do Superior Tribunal de JustiÃ§a:Â O CÃ³digo de Defesa do Consumidor Ã© aplicÃ¡vel Ã s instituiÃ§Ãµes financeiras. Nessa senda, o art. 6Âº, VIII, do CDC, assegura a inversÃ£o do Ã´nus da prova em favor do consumidor para facilitar a defesa de seus direitos quando,Â a critÃ©rio do juiz, for verossÃ-mil a alegaÃ§Ã£o ou quando ele for hipossuficiente. A inversÃ£o nÃ£o Ã© automÃ¡tica, sendo necessÃ¡rio que o magistrado analise os requisitos legais diante do caso concreto, senÃ£o vejamos: AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÃ¿Ã¿O DE INDENIZAÃ¿Ã¿O POR DANOS MORAIS. INVERSÃ¿O DO Ã¿NUS DA PROVA. MATÃ¿RIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃ¿O PROVIDO. 1. Esta Corte possui firme o entendimento no sentido de que: "A inversÃ£o do Ã´nus da prova, nos termos do art. 6Âº, VIII, do CÃ³digo de Defesa do Consumidor, nÃ£o Ã© automÃ¡tica, dependendo da constataÃ§Ã£o, pelas instÃ¢ncias ordinÃ¡rias, da presenÃ§a ou nÃ£o da verossimilhanÃ§a das alegaÃ§Ãµes do consumidor.".(AgInt no AREsp 1328873/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÃ¿JO, QUARTA TURMA, julgado em 21/11/2019, DJe 18/12/2019). 2. [...] 3. Agravo interno nÃ£o provido. (AgInt no AREsp 1581973/SP, Rel. Ministro Luis Felipe SalomÃ£o, Quarta Turma do STJ, julgado em 10/03/2020, DJe 17/03/2020) Destacamos Registra-se que a adoÃ§Ã£o da distribuiÃ§Ã£o dinÃ¢mica do Ã´nus da prova pelo CDC nÃ£o afasta a regra geral prevista no CÃ³digo de Processo Civil, art. 373, I e II, segundo a qual compete ao autor demonstrar o direito que o assiste e ao rÃ©u a existÃªncia de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito daquele. Nas palavras de Leonardo Garcia: Â¿[...]Â caso o consumidor venha a propor a aÃ§Ã£o (autor), deverÃ¡ fazer prova do fato constitutivo do direito. O que pode acontecer Ã© que, em alguns casos, quando a prova a cargo do consumidor se tornar difÃ-cil de ser feita ou muito onerosa (requisito da hipossuficiÃªncia) ou quando os argumentos alegados, segundo as regras ordinÃ¡rias de experiÃªncia do magistrado, forem plausÃ-veis (requisito da verossimilhanÃ§a das alegaÃ§Ãµes), o juiz poderÃ¡ inverter o Ã´nus da prova que, a princÃ-pio, foi distribuÃ-do de acordo com o CPCÂ¿. (CÃ³digo de Defesa do Consumidor Comentado: artigo por artigo. 13Âª ed. Rev., ampl. e atual. Salvador: JusPodivm, 2016. p.99) Logo, a partir da afirmaÃ§Ã£o da parte autora de que nÃ£o estabeleceu qualquer relaÃ§Ã£o com a instituiÃ§Ã£o financeira requerida, e tendo trazido aos autos histÃ³rico de emprÃ©stimos consignados emitido pelo INSS, no qual consta o contrato impugnado e o detalhamento dos descontos atÃ© entÃ£o realizados, nÃ£o poderia este juÃ-zo impor-lhe o Ã´nus da prova, pois, alÃ©m da verossimilhanÃ§a de suas alegaÃ§Ãµes (que justifica a inversÃ£o), trata-se de fato negativo, vislumbrando-se maior facilidade para a parte rÃ© provar o contrÃ¡rio. No caso em exame, em que pese ter sido juntado aos autos planilha de proposta simplificada nÃ£o juntou o contrato do emprÃ©stimo impugnado, inviabilizando a anÃ¡lise da natureza contratual avenÃ§ada, se havia autorizaÃ§Ã£o para consignaÃ§Ã£o em folha de pagamento, alÃ©m das demais condiÃ§Ãµes formais do instrumento (como a assinatura da autora). Ademais, consta ofÃ-cio encaminhado pelo Banco do Bradesco S/A informando que nÃ£o houve movimentaÃ§Ã£o financeira na conta de titularidade da demandante. Assim, a instituiÃ§Ã£o bancÃ¡ria nÃ£o logrou Ãªxito em comprovar que a autora efetivamente recebeu o valor contratado. Sendo incontroversos os descontos,Â os quais reputam-se indevidos em face da nÃ£o comprovaÃ§Ã£o da relaÃ§Ã£o jurÃ-dica entre as partes, impÃµe-se a procedÃªncia da aÃ§Ã£o, devendo o requerido ser responsabilizado pelos danos materiais e morais causados, entendimento que se coaduna com a posiÃ§Ã£o do Superior Tribunal de JustiÃ§a, em sede de Recurso Repetitivo e SÃºmula 479, senÃ£o vejamos: `RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÃ¿RSIA. JULGAMENTO PELA SISTEMÃTICA DO ART. 543-C DO CPC. RESPONSABILIDADE CIVIL. INSTITUIÃ¿Ã¿ES BANCÃRIAS. DANOS CAUSADOS POR FRAUDES E DELITOS PRATICADOS POR TERCEIROS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FORTUITO INTERNO. RISCO DO EMPREENDIMENTO. 1. Para efeitos do art. 543-C do CPC:Â As instituiÃ§Ãµes bancÃ¡rias respondemÂ objetivamenteÂ pelos danos

causados por fraudes ou delitos praticados por terceirosÂ - como, por exemplo, abertura de conta-corrente ou recebimento de emprÃ©stimos mediante fraude ou utilizaÃ§Ã£o de documentos falsos -, porquanto tal responsabilidade decorre do risco do empreendimento, caracterizando-se como fortuito interno. 2. Recurso especial providoÂ¿. (REsp 1199782/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃ¿O, SEGUNDA SEÃ¿Ã¿O, julgado em 24/08/2011, DJe 12/09/2011) Destacamos `As instituiÃ§Ãµes financeiras respondemÂ objetivamenteÂ pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no Ã¢mbito de operaÃ§Ãµes bancÃ¡riasÂ¿. (SÃºmula 479, Segunda SeÃ§Ã£o, julgado em 27/06/2012, DJe 01/08/2012) Destacamos Â Â Registra-se que nÃ£o hÃ¡ nos autos qualquer fato que justifique a cobranÃ§a coercitiva, reiterada por meses, abatida diretamente de verba alimentar recebida por pessoa idosa pelo INSS. Em tais casos,Â o entendimento que prevalece,Â inclusive do E. Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, Ã© de que somente oÂ engano justificÃ¡velÂ afastaria a condenaÃ§Ã£o por devoluÃ§Ã£o em dobro, senÃ£o vejamos: Â EMENTA: CIVIL E PROCESSO CIVIL. APELAÃ¿Ã¿O. AÃ¿Ã¿O DECLARATÃ¿RIA DE INEXISTENCIA DE DÃ¿BITO C/C INDENIZAÃ¿Ã¿O POR DANOS MORAIS - DESCONTO INDEVIDO EM APOSENTADORIA. CONTRATO DE EMPRÃ¿STIMO NÃ¿O APRESENTADO. REPETIÃ¿Ã¿O DO VALOR DESCONTADO EM DOBRO DEVIDO - INTELIGENCIA DO ARTIGO 42 DO CDC. DANO MORAL IN RE IPSA. QUANTUM INDENIZATÃ¿RIO ADEQUADO E JUSTO AO CASO CONCRETO Ã¿ UNANIMIDADE. 1.Â Â In casu, evidenciada a ilicitude da conduta do banco apelante, que promoveu descontos indevidos no benefÃ-cio previdenciÃ¡rio da recorrida, referentes a emprÃ©stimo consignado, sem comprovar a existÃªncia de relaÃ§Ã£o contratual entre as partes, resta patente sua responsabilidade e correlato dever de indenizar. 2. O dano moral, no caso, Ã© in re ipsa, ou seja, prescindÃ-vel de comprovaÃ§Ã£o, ante a notoriedade da violaÃ§Ã£o a dignidade da pessoa humana, pois houve privaÃ§Ã£o indevida de parte do benefÃ-cio previdenciÃ¡rio da recorrida, pessoa idosa, que configura verba alimentar destinada ao sustento. 3.Â No que tange a repetiÃ§Ã£o do indÃ©bito em dobro, o banco apelante nÃ£o logrou Ãªxito em comprovar a contrataÃ§Ã£o do negÃ³cio jurÃ-dico bancÃ¡rio pela autora a justificar os descontos efetivados em sua conta, pelo que deve ser aplicado o artigo 42, parÃ¡grafo Ãºnico do CÃ³digo de Defesa do Consumidor, sendo desnecessÃ¡ria a caracterizaÃ§Ã£o de mÃ¡-fÃ© por parte do fornecedorÂ Â Â Â 4 - ParaÂ Â a fixaÃ§Ã£o dos danos morais, o julgador deve atender aos seguintes parÃ¢metros: a extensÃ£o do dano, grau de culpa do ofensor, situaÃ§Ã£o econÃ´mica das partes, sempre observando, ainda, os princÃ-pios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que foi devidamente analisado no caso sob testilha.Â Â 5. Recurso conhecido e desprovido Ã unanimidade.Â Â (2018.01186756-79, 187.514, Rel. EDINEA OLIVEIRA TAVARES, Ã¿rgÃ£o Julgador 2Âª TURMA DE DIREITO PRIVADO do TJPA, Julgado em 2018-03-20, Publicado em 2018-03-27) destacamosÂ Â Ementa: RECURSO INOMINADO. AÃ¿Ã¿O ANULATÃ¿RIA DE DÃ¿BITO C/C REPETIÃ¿Ã¿O DE INDÃ¿BITO EM DOBRO E INDENIZAÃ¿Ã¿O POR DANOS MORAIS E PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. EMPRÃ¿STIMO CONSIGNADO. AUSÃ¿NCIA DE CONTRATO. PESSOA IDOSA E ANALFABETA. CONTRATO MEDIANTE FRAUDE. DESCONTOS INDEVIDOS. REFORMA DA SENTENÃ¿A. RESTITUIÃ¿Ã¿O EM DOBRO. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. [...]Â Quanto Ã repetiÃ§Ã£o do indÃ©bito,Â restou comprovado que a parte Autora sofreu descontos em seu benefÃ-cio previdenciÃ¡rio, por emprÃ©stimo duvidoso,Â o que acarreta a restituiÃ§Ã£o, em dobro, conforme previsto no art. 42, parÃ¡grafo Ãºnico, do CÃ³digo de Defesa do Consumidor. [...] Recurso conhecido e parcialmente provido. (2018.03622578-11, 29.012, Rel. TANIA BATISTELLO, Ã¿rgÃ£o Julgador TURMA RECURSAL PERMANENTE do TJPA, Julgado em 2018-09-05, Publicado em 2018-09-10) destacamos. Diante do exposto,Â julgo parcialmente procedentes os pedidos formulados na inicial, declarando inexistente o contrato de emprÃ©stimo objeto da lide (em epÃ-grafe),Â e, por conseguinte,Â condeno a instituiÃ§Ã£o financeira requerida a devolver em dobroÂ todasÂ as parcelas indevidamente descontadas do benefÃ-cio previdenciÃ¡rio da parte requerente,Â atÃ© o efetivo cancelamento da transaÃ§Ã£o, corrigidas monetariamente pelo INPC e acrescidas de juros de mora de 1% a.m. (um por cento ao mÃªs) a partir das datas de cada desconto indevido (SÃºmulas 43 e 54 do STJ), bem como a cessar os descontos decorrentes do citado contrato, sob pena de multa diÃ¡ria de R$100,00 (cem reais), atÃ© o limite de R$1.000,00 (mil reais). Â Em relaÃ§Ã£o ao cabimento dos danos morais, entendo razoÃ¡vel, por nÃ£o ser possÃ-vel desconsiderar os transtornos que o desconto irregular causou na vida da requerente, pessoa idosa, que inesperadamente teve a sua subsistÃªncia comprometida por vÃ¡rios meses consecutivos, situaÃ§Ã£o que evidentemente nÃ£o pode ser vista como mero aborrecimento. Destarte, sendo sÃ³lido o posicionamento tanto da doutrina como da jurisprudÃªncia de que esse tipo de ocorrÃªncia nÃ£o deve ensejar enriquecimento sem causa ao lesado, e levando em consideraÃ§Ã£o a capacidade econÃ´mica do demandado,Â condeno-o ao pagamento de R$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais) a tÃ-tulo de danos morais,Â com a devida correÃ§Ã£o pelo INPC a partir desta decisÃ£o (SÃºmula 362 do STJ), acrescidos de juros moratÃ³rios de 1% a.m. (um por cento ao mÃªs)

desde o evento danoso, ou seja, a data do primeiro desconto indevido (SÃºmula 54 do STJ). Â O pagamento da condenaÃ§Ã£o deverÃ¡ ser efetuado mediante depÃ³sito judicial, preferencialmente no Banco do Estado do ParÃ¡ (BANPARÃ). Â Sem custas, sem honorÃ¡rios (art. 55 da Lei 9.099/95). Â P.R.I. Transitada em julgado, certifique-se e arquivem-se os autos. Â Â CametÃ¡/PA, 13 de abril de 2022. Â JosÃ© Matias Santana Dias Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara

P R O C E S S O : 0 0 0 7 8 9 4 6 8 2 0 1 6 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE MATIAS SANTANA DIAS A??o: Procedimento Sumário em: 18/04/2022---REQUERENTE:JOANA SILVA TELES Representante(s): OAB 17100 - LUIS FERNANDO FRANCEZ SASSIM (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ORIGINAL. PROCESSO NÂº 0007894-68.2016.814.0012 RECLAMANTE: JOANA SILVA TELES RECLAMADO: BANCO ORIGINAL S/A Contrato n.Âº 5488507 (R$ 4.166,79) SENTENÃ¿A Vistos etc. Dispensado o relatÃ³rio, nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95. A controvÃ©rsia sujeita-se ao CÃ³digo de Defesa do Consumidor, conforme entendimento consolidado na SÃºmula n.Âº 297, do Superior Tribunal de JustiÃ§a:Â O CÃ³digo de Defesa do Consumidor Ã© aplicÃ¡vel Ã s instituiÃ§Ãµes financeiras. Nessa senda, o art. 6Âº, VIII, do CDC, assegura a inversÃ£o do Ã´nus da prova em favor do consumidor para facilitar a defesa de seus direitos quando,Â a critÃ©rio do juiz, for verossÃ-mil a alegaÃ§Ã£o ou quando ele for hipossuficiente.Â Como se vÃª, a inversÃ£o nÃ£o Ã© automÃ¡tica, sendo necessÃ¡rio que o magistrado analise os requisitos legais diante do caso concreto, senÃ£o vejamos:Â Â Â AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÃ¿Ã¿O DE INDENIZAÃ¿Ã¿O POR DANOS MORAIS. INVERSÃ¿O DO Ã¿NUS DA PROVA. MATÃ¿RIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃ¿O PROVIDO. 1. Esta Corte possui firme o entendimento no sentido de que: "A inversÃ£o do Ã´nus da prova, nos termos do art. 6Âº, VIII, do CÃ³digo de Defesa do Consumidor, nÃ£o Ã© automÃ¡tica, dependendo da constataÃ§Ã£o, pelas instÃ¢ncias ordinÃ¡rias, da presenÃ§a ou nÃ£o da verossimilhanÃ§a das alegaÃ§Ãµes do consumidor.".(AgInt no AREsp 1328873/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÃ¿JO, QUARTA TURMA, julgado em 21/11/2019, DJe 18/12/2019). 2. [...] 3. Agravo interno nÃ£o provido. (AgInt no AREsp 1581973/SP, Rel. Ministro Luis Felipe SalomÃ£o, Quarta Turma do STJ, julgado em 10/03/2020, DJe 17/03/2020.). Registra-se que a adoÃ§Ã£o da distribuiÃ§Ã£o dinÃ¢mica do Ã´nus da prova pelo CDC nÃ£o afasta a regra geral prevista no CÃ³digo de Processo Civil, art. 373, I e II, segundo a qual compete ao autor demonstrar o direito que o assiste e ao rÃ©u a existÃªncia de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito daquele. Nas palavras de Leonardo Garcia: Â Â¿[...]Â caso o consumidor venha a propor a aÃ§Ã£o (autor), deverÃ¡ fazer prova do fato constitutivo do direito. O que pode acontecer Ã© que, em alguns casos, quando a prova a cargo do consumidor se tornar difÃ-cil de ser feita ou muito onerosa (requisito da hipossuficiÃªncia) ou quando os argumentos alegados, segundo as regras ordinÃ¡rias de experiÃªncia do magistrado, forem plausÃ-veis (requisito da verossimilhanÃ§a das alegaÃ§Ãµes), o juiz poderÃ¡ inverter o Ã´nus da prova que, a princÃ-pio, foi distribuÃ-do de acordo com o CPCÂ¿. (CÃ³digo de Defesa do Consumidor Comentado: artigo por artigo. 13Âª ed. Rev., ampl. e atual. Salvador: JusPodivm, 2016. p.99). Â Logo, a partir da afirmaÃ§Ã£o da parte autora de que nÃ£o estabeleceu qualquer relaÃ§Ã£o com a instituiÃ§Ã£o financeira requerida, e tendo trazido aos autos histÃ³rico de emprÃ©stimos consignados emitido pelo INSS, no qual consta o contrato impugnado e o detalhamento dos descontos atÃ© entÃ£o realizados, nÃ£o poderia este juÃ-zo impor-lhe o Ã´nus da prova, pois, alÃ©m da verossimilhanÃ§a de suas alegaÃ§Ãµes (que justifica a inversÃ£o), trata-se de fato negativo, vislumbrando-se maior facilidade para a parte rÃ© provar o contrÃ¡rio. No caso em exame, o requerido desincumbiu-se satisfatoriamente de seu Ã´nus probatÃ³rio ao apresentar cÃ³pia do contrato firmado pelas partes (fls. 34/37), transferÃªncia eletrÃ´nica do exato valor contratado para conta de titularidade da autora (fl. 32), bem como, oficio do Banco Bradesco S/A em que consta o extrato da conta bancÃ¡ria da autora no exato valor do contrato. Desta forma, evidenciado que a autora contratou o emprÃ©stimo consignado objeto desta lide, faz jus a instituiÃ§Ã£o financeira requerida ao recebimento da contraprestaÃ§Ã£o pelos valores disponibilizados, razÃ£o pela qual JULGO IMPROCEDENTES OS PEDIDOS formulados na inicial, extinguindo o feito com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. P. R. I. Transitada em julgado, arquivem-se. CametÃ¡/PA, 13 de abril de 2022. JosÃ© Matias Santana Dias Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara

P R O C E S S O : 0 0 1 0 5 1 3 3 4 2 0 1 7 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE MATIAS SANTANA DIAS A??o: Guarda de Infância e Juventude em: 18/04/2022---REQUERENTE:G. S. G. Representante(s): OAB 9698 - MARCIO DA SILVA CRUZ (DEFENSOR) ENVOLVIDO:E. G. P. ENVOLVIDO:P. G. P. ENVOLVIDO:E. N. G. P.

ENVOLVIDO:W. G. P. ENVOLVIDO:E. G. P. . TERMO DE AUDIÃ¿NCIA DE CONCILIAÃ¿Ã¿O Data: 12.04.2022 - 11 horas PROCESSO NÂº Â Â 0010513-34.2017.814.0012 PRESENTES: Juiz de Direito: Â Â Dr. JOSÃ¿ MATIAS SANTANA DIAS DefensorÂ Â Â Dr. RONALDO NOGUEIRA MARQUES Requerente: Â Â Â GERALDO SOUZA GARCIA Aberta a audiÃªncia, presente o requerente informou o seu endereÃ§o completo e atualizado: Travessa Arlindo Neves, nÂº 554, Bairro Nova CametÃ¡ (ao lado do muro da Escola Santa Maria). O autor informou que sua sobrinha estÃ¡ sob sua guarda de fato desde o assassinato de sua irmÃ£ e que estÃ¡ tendo problemas para regularizar diversas situaÃ§Ãµes da infante. O Defensor PÃºblico informou que ainda estÃ¡ no prazo para cumprimento da diligÃªncia. DELIBERAÃ¿Ã¿O: Aguarde-se o prazo de 15 (quinze) dias para que a parte autora cumpra a determinaÃ§Ã£o do juÃ-zo para que proceda a emenda da inicial devendo incluir no polo passivo da aÃ§Ã£o as pessoas responsÃ¡veis pelos demais infantes. Com a manifestaÃ§Ã£o ou decorrido o prazo, conclusos

ESENHA: 18/04/2022 - SECRETARIA DA 2ª VARA DE CAMETA - VARA

P R O C E S S O : 0 0 0 0 1 0 6 3 2 2 0 1 8 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE MATIAS SANTANA DIAS A??o: Procedimento Sumário em: 18/04/2022---REQUERENTE:FRANCISCO GONCALVES Representante(s): OAB 17100 - LUIS FERNANDO FRANCEZ SASSIM (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAU BMG Representante(s): OAB 16780 - LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENCO (ADVOGADO) . Processo n.Âº 0000106-32.2018.8.14.0012 RECLAMANTE: FRANCISCO GONÃ¿ALVES RECLAMADO: BANCO ITAÃ¿ BMG S/A Contrato n.Âº 914247766 (R$ 5.004,59) Contrato nÂº 559063590 (R$ 5.697,35) SENTENÃ¿A Vistos etc. Dispensado o relatÃ³rio, nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95. 1- PRELIMINARES e PREJUDICIAL: Rejeito a prejudicial de prescriÃ§Ã£o, porquanto o Superior Tribunal de JustiÃ§a firmou o entendimento de que o prazo decadencial a que alude o art. 26 do CDC nÃ£o se aplica em caso de indenizaÃ§Ã£o por danos materiais e morais decorrentes de falha na prestaÃ§Ã£o de serviÃ§o, devendo ser aplicado o prazo quinquenal previsto no art. 27 do CDC (AgInt no AREsp 888.223/SP, Rel. Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma do STJ, julgado em 27/09/2016, DJe 04/10/2016). Â Ainda de acordo com o STJ, o termo a quo do prazo prescricional da pretensÃ£o de repetiÃ§Ã£o do indÃ©bito relativo a desconto de benefÃ-cio previdenciÃ¡rio Ã© a data do Ãºltimo desconto indevido. (AgInt no AREsp 1.412.088/MS, Rel. Ministro Raul AraÃºjo, Quarta Turma, julgado em 27/8/2019, DJe 12/9/2019; AgInt no AREsp 1372834/MS, Rel. Ministro Luis Felipe SalomÃ£o, Quarta Turma do STJ, julgado em 26/03/2019, DJe 29/03/2019). Afasto a preliminar de incompetÃªncia do juizado especial para apreciaÃ§Ã£o da causa, por entender que Ã© suficiente ao deslinde da causa a produÃ§Ã£o da prova documental, consistente na juntada do contrato impugnado e do comprovante de liberaÃ§Ã£o do crÃ©dito ao contratante. Ademais, a Lei 9.099/95, em seu art. 35, caput, e Enunciado n.Âº 12- FONAJE dispÃµem que o Juiz poderÃ¡ inquirir, atravÃ©s de perÃ-cia informal, tÃ©cnicos de sua confianÃ§a quando a prova do fato exigir. 2- MÃ¿RITO: A controvÃ©rsia sujeita-se ao CÃ³digo de Defesa do Consumidor, conforme entendimento consolidado na SÃºmula n.Âº 297, do Superior Tribunal de JustiÃ§a:Â O CÃ³digo de Defesa do Consumidor Ã© aplicÃ¡vel Ã s instituiÃ§Ãµes financeiras. Â Nessa senda, o art. 6Âº, VIII, do CDC, assegura a inversÃ£o do Ã´nus da prova em favor do consumidor para facilitar a defesa de seus direitos quando,Â a critÃ©rio do juiz, for verossÃ-mil a alegaÃ§Ã£o ou quando ele for hipossuficiente. A inversÃ£o nÃ£o Ã© automÃ¡tica, sendo necessÃ¡rio que o magistrado analise os requisitos legais diante do caso concreto, senÃ£o vejamos: Â AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÃ¿Ã¿O DE INDENIZAÃ¿Ã¿O POR DANOS MORAIS. INVERSÃ¿O DO Ã¿NUS DA PROVA. MATÃ¿RIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃ¿O PROVIDO. 1. Esta Corte possui firme o entendimento no sentido de que: "A inversÃ£o do Ã´nus da prova, nos termos do art. 6Âº, VIII, do CÃ³digo de Defesa do Consumidor, nÃ£o Ã© automÃ¡tica, dependendo da constataÃ§Ã£o, pelas instÃ¢ncias ordinÃ¡rias, da presenÃ§a ou nÃ£o da verossimilhanÃ§a das alegaÃ§Ãµes do consumidor.".(AgInt no AREsp 1328873/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÃ¿JO, QUARTA TURMA, julgado em 21/11/2019, DJe 18/12/2019). 2. [...] 3. Agravo interno nÃ£o provido. (AgInt no AREsp 1581973/SP, Rel. Ministro Luis Felipe SalomÃ£o, Quarta Turma do STJ, julgado em 10/03/2020, DJe 17/03/2020)

Destacamos Â Registra-se que a adoÃ§Ã£o da distribuiÃ§Ã£o dinÃ¢mica do Ã´nus da prova pelo CDC nÃ£o afasta a regra geral prevista no CÃ³digo de Processo Civil, art. 373, I e II, segundo a qual compete ao autor demonstrar o direito que o assiste e ao rÃ©u a existÃªncia de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito daquele. Nas palavras de Leonardo Garcia: Â Â¿[...]Â caso o consumidor venha a propor a aÃ§Ã£o (autor), deverÃ¡ fazer prova do fato constitutivo do direito. O que pode acontecer Ã© que, em alguns casos, quando a prova a cargo do consumidor se tornar difÃ-cil de ser feita ou muito onerosa (requisito da hipossuficiÃªncia) ou quando os argumentos alegados, segundo as regras ordinÃ¡rias de experiÃªncia do magistrado, forem plausÃ-veis (requisito da verossimilhanÃ§a das alegaÃ§Ãµes), o juiz poderÃ¡ inverter o Ã´nus da prova que, a princÃ-pio, foi distribuÃ-do de acordo com o CPCÂ¿. (CÃ³digo de Defesa do Consumidor Comentado: artigo por artigo. 13Âª ed. Rev., ampl. e atual. Salvador: JusPodivm, 2016. p.99) Â Logo, a partir da afirmaÃ§Ã£o da parte autora de que nÃ£o estabeleceu qualquer relaÃ§Ã£o com a instituiÃ§Ã£o financeira requerida, e tendo trazido aos autos histÃ³rico de emprÃ©stimos consignados emitido pelo INSS, no qual consta o contrato impugnado e o detalhamento dos descontos atÃ© entÃ£o realizados, nÃ£o poderia este juÃ-zo impor-lhe o Ã´nus da prova, pois, alÃ©m da verossimilhanÃ§a de suas alegaÃ§Ãµes (que justifica a inversÃ£o), trata-se de fato negativo, vislumbrando-se maior facilidade para a parte rÃ© provar o contrÃ¡rio. Â Assim, cabia ao demandado demonstrar a existÃªncia do aludido contrato com autorizaÃ§Ã£o para os descontos em folha, alÃ©m da efetiva disponibilizaÃ§Ã£o do crÃ©dito ao contratante, mediante transferÃªncia bancÃ¡ria ou ordem de pagamento. No caso em exame, em relaÃ§Ã£o ao contrato n.Âº 914247766, o requerido desincumbiu-se satisfatoriamente de seu Ã´nus probatÃ³rio ao apresentar cÃ³pia do contrato firmado pelas partes (fl. 52), comprovante de transferÃªncia bancÃ¡ria em favor do demandante, bem como consta ofÃ-cio encaminhado pelo Banco Bradesco S/A informando que o exato valor impugnado foi credita em conta, pelo que julgo improcedente o pedido em relaÃ§Ã£o a este contrato, nos termos do art. 487, I, do CPC. Em relaÃ§Ã£o ao contrato nÂº 559063590, em que pese ter sido juntado aos autos o suposto contrato, consta ofÃ-cio encaminhado pelo Banco Bradesco S/A informando que nÃ£o hÃ¡ registro do crÃ©dito na conta do demandante no perÃ-odo em que o requerido alega que creditou o referido valor. Assim, a instituiÃ§Ã£o bancÃ¡ria nÃ£o logrou Ãªxito em comprovar que a autora efetivamente recebeu o valor contratado. Frise-se que o prÃ³prio demandado requereu, em sua defesa, a expediÃ§Ã£o de ofÃ-cio ao Banco Bradesco S/A para que restasse demonstrada a liberaÃ§Ã£o de valores, entretanto, a prova lhe foi desfavorÃ¡vel, pois evidenciou exatamente o contrÃ¡rio em relaÃ§Ã£o ao referido contrato. Sendo incontroversos os descontos, os quais reputam-se indevidos em face da nÃ£o comprovaÃ§Ã£o da relaÃ§Ã£o jurÃ-dica entre as partes, impÃµe-se a procedÃªncia da aÃ§Ã£o,Â devendo o requerido ser responsabilizado pelos danos materiais e morais causados, entendimento que se coaduna com a posiÃ§Ã£o do Superior Tribunal de JustiÃ§a, em sede de Recurso Repetitivo e SÃºmula 479, senÃ£o vejamos: `RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÃ¿RSIA. JULGAMENTO PELA SISTEMÃTICA DO ART. 543-C DO CPC. RESPONSABILIDADE CIVIL. INSTITUIÃ¿Ã¿ES BANCÃRIAS. DANOS CAUSADOS POR FRAUDES E DELITOS PRATICADOS POR TERCEIROS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FORTUITO INTERNO. RISCO DO EMPREENDIMENTO. 1. Para efeitos do art. 543-C do CPC:Â As instituiÃ§Ãµes bancÃ¡rias respondem objetivamente pelos danos causados por fraudes ou delitos praticados por terceirosÂ - como, por exemplo, abertura de conta-corrente ou recebimento de emprÃ©stimos mediante fraude ou utilizaÃ§Ã£o de documentos falsos -, porquanto tal responsabilidade decorre do risco do empreendimento, caracterizando-se como fortuito interno. 2. Recurso especial providoÂ¿. (REsp 1199782/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃ¿O, SEGUNDA SEÃ¿Ã¿O, julgado em 24/08/2011, DJe 12/09/2011) `As instituiÃ§Ãµes financeiras respondemos objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no Ã¢mbito de operaÃ§Ãµes bancÃ¡riasÂ¿. (SÃºmula 479, Segunda SeÃ§Ã£o, julgado em 27/06/2012, DJe 01/08/2012) Registra-se que nÃ£o hÃ¡ nos autos qualquer fato que justifique a cobranÃ§a coercitiva, reiterada por meses, abatida diretamente de verba alimentar recebida por pessoa idosa pelo INSS. Em tais casos,Â o entendimento que prevalece, inclusive do E. Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, Ã© de que somente o engano justificÃ¡vel afastaria a condenaÃ§Ã£o por devoluÃ§Ã£o em dobro, senÃ£o vejamos: EMENTA: CIVIL E PROCESSO CIVIL. APELAÃ¿Ã¿O. AÃ¿Ã¿O DECLARATÃ¿RIA DE INEXISTENCIA DE DÃ¿BITO C/C INDENIZAÃ¿Ã¿O POR DANOS MORAIS - DESCONTO INDEVIDO EM APOSENTADORIA. CONTRATO DE EMPRÃ¿STIMO NÃ¿O APRESENTADO. REPETIÃ¿Ã¿O DO VALOR DESCONTADO EM DOBRO DEVIDO - INTELIGENCIA DO ARTIGO 42 DO CDC. DANO MORAL IN RE IPSA. QUANTUM INDENIZATÃ¿RIO ADEQUADO E JUSTO AO CASO CONCRETO Ã¿ UNANIMIDADE. 1.Â Â In casu, evidenciada a ilicitude da conduta do banco apelante, que promoveu descontos indevidos no benefÃ-cio previdenciÃ¡rio da recorrida, referentes a emprÃ©stimo consignado, sem comprovar a existÃªncia de relaÃ§Ã£o contratual entre as partes, resta patente sua responsabilidade e correlato dever de indenizar. 2.

O dano moral, no caso, Ã© in re ipsa, ou seja, prescindÃ-vel de comprovaÃ§Ã£o, ante a notoriedade da violaÃ§Ã£o a dignidade da pessoa humana, pois houve privaÃ§Ã£o indevida de parte do benefÃ-cio previdenciÃ¡rio da recorrida, pessoa idosa, que configura verba alimentar destinada ao sustento. 3.Â No que tange a repetiÃ§Ã£o do indÃ©bito em dobro, o banco apelante nÃ£o logrou Ãªxito em comprovar a contrataÃ§Ã£o do negÃ³cio jurÃ-dico bancÃ¡rio pela autora a justificar os descontos efetivados em sua conta, pelo que deve ser aplicado o artigo 42, parÃ¡grafo Ãºnico do CÃ³digo de Defesa do Consumidor, sendo desnecessÃ¡ria a caracterizaÃ§Ã£o de mÃ¡-fÃ© por parte do fornecedorÂ Â Â Â 4 - ParaÂ Â a fixaÃ§Ã£o dos danos morais, o julgador deve atender aos seguintes parÂ¢metros: a extensÃ£o do dano, grau de culpa do ofensor, situaÃ§Ã£o econÃ´mica das partes, sempre observando, ainda, os princÃ-pios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que foi devidamente analisado no caso sob testilha.Â Â 5. Recurso conhecido e desprovido Ã unanimidade.Â Â (2018.01186756-79, 187.514, Rel. EDINEA OLIVEIRA TAVARES, Ã¿rgÃ£o Julgador 2Âª TURMA DE DIREITO PRIVADO do TJPA, Julgado em 2018-03-20, Publicado em 2018-03-27). Â Ementa: RECURSO INOMINADO. AÃ¿Ã¿O ANULATÃ¿RIA DE DÃ¿BITO C/C REPETIÃ¿Ã¿O DE INDÃ¿BITO EM DOBRO E INDENIZAÃ¿Ã¿O POR DANOS MORAIS E PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. EMPRÃ¿STIMO CONSIGNADO. AUSÃ¿NCIA DE CONTRATO. PESSOA IDOSA E ANALFABETA. CONTRATO MEDIANTE FRAUDE. DESCONTOS INDEVIDOS. REFORMA DA SENTENÃ¿A. RESTITUIÃ¿Ã¿O EM DOBRO. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. [...]Â Quanto Ã repetiÃ§Ã£o do indÃ©bito,Â restou comprovado que a parte Autora sofreu descontos em seu benefÃ-cio previdenciÃ¡rio, por emprÃ©stimo duvidoso,Â o que acarreta a restituiÃ§Ã£o, em dobro, conforme previsto no art. 42, parÃ¡grafo Ãºnico, do CÃ³digo de Defesa do Consumidor. [...] Recurso conhecido e parcialmente provido. (2018.03622578-11, 29.012, Rel. TANIA BATISTELLO, Ã¿rgÃ£o Julgador TURMA RECURSAL PERMANENTE do TJPA, Julgado em 2018-09-05, Publicado em 2018-09-10). Diante do exposto, julgo parcialmente procedentes os pedidos formulados na inicial, declarando inexistente o contrato de emprÃ©stimo objeto da lide (em epÃ-grafe), e, por conseguinte, condeno a instituiÃ§Ã£o financeira requerida a devolver em dobro todas as parcelas indevidamente descontadas do benefÃ-cio previdenciÃ¡rio da parte requerente, atÃ© o efetivo cancelamento da transaÃ§Ã£o, corrigidas monetariamente pelo INPC e acrescidas de juros de mora de 1% a.m. (um por cento ao mÃªs) a partir das datas de cada desconto indevido (SÃºmulas 43 e 54 do STJ). Â Em relaÃ§Ã£o ao cabimento dos danos morais, entendo razoÃ¡vel, por nÃ£o ser possÃ-vel desconsiderar os transtornos que o desconto irregular causou na vida do requerente, pessoa idosa, que inesperadamente teve a sua subsistÃªncia comprometida por vÃ¡rios meses consecutivos, situaÃ§Ã£o que evidentemente nÃ£o pode ser vista como mero aborrecimento. Destarte, sendo sÃ³lido o posicionamento tanto da doutrina como da jurisprudÃªncia de que esse tipo de ocorrÃªncia nÃ£o deve ensejar enriquecimento sem causa ao lesado, e levando em consideraÃ§Ã£o a capacidade econÃ´mica do demandado, condeno-o ao pagamento de R$ 7.100,00 (sete mil e cem reais) a tÃ-tulo de danos morais,Â com a devida correÃ§Ã£o pelo INPC a partir desta decisÃ£o (SÃºmula 362 do STJ), acrescidos de juros moratÃ³rios de 1% a.m. (um por cento ao mÃªs) desde o evento danoso, ou seja, a data do primeiro desconto indevido (SÃºmula 54 do STJ). O pagamento da condenaÃ§Ã£o deverÃ¡ ser efetuado mediante depÃ³sito judicial, preferencialmente no Banco do Estado do ParÃ¡ (BANPARÃ). Sem custas, sem honorÃ¡rios (art. 55 da Lei 9.099/95). P.R.I. Transitada em julgado, certifique-se e arquivem-se os autos. CametÃ¡/PA,12 de abril de 2022. JosÃ© Matias Santana Dias Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara

PROCESSO: 00013058920188140012 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE MATIAS SANTANA DIAS A??o: Procedimento Sumário em: 18/04/2022---REQUERENTE:MARIA ELIZIA MOIA RODRIGUES Representante(s): OAB 21633 - JOSE DIEGO WANZELER GONCALVES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO VOTORANTIM Representante(s): OAB 23.255 - ANTONIO DE MORAES DOURATO NETO (ADVOGADO) OAB 27477-A - BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (ADVOGADO) . Processo n.Âº 0001305-89.2018.8.14.0012 RECLAMANTE: MARIA ELIZIA MOIA RODRIGUES RECLAMADO: BANCO VOTORANTIM S/A Contrato n.Âº 236736387 (R$ 5.486,58) SENTENÃ¿A Vistos etc. Dispensado o relatÃ³rio, nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95. 1- PRELIMINARES: Defiro a retificaÃ§Ã£o do nome do requerido para BV FINANCEIRA- CRÃ¿DITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, devendo a secretaria providenciar a devida alteraÃ§Ã£o no sistema. Afasto a preliminar de incompetÃªncia do juizado especial para apreciaÃ§Ã£o da causa, por entender que Ã© suficiente ao deslinde a produÃ§Ã£o da prova documental, consistente na juntada do contrato impugnado e do comprovante de liberaÃ§Ã£o do crÃ©dito ao(Ã) contratante. Ademais, a Lei 9.099/95, em seu art. 35, caput, bem como o Enunciado n.Âº 12 - FONAJE dispÃµem que o Juiz poderÃ¡ inquirir, atravÃ©s de perÃ-cia informal, tÃ©cnicos de sua confianÃ§a quando a prova do fato exigir. 2-

MÃ¿RITO: A controvÃ©rsia sujeita-se ao CÃ³digo de Defesa do Consumidor, conforme entendimento consolidado na SÃºmula n.Âº 297, do Superior Tribunal de JustiÃ§a:Â O CÃ³digo de Defesa do Consumidor Ã© aplicÃ¡vel Ã s instituiÃ§Ãµes financeiras. Nessa senda, o art. 6Âº, VIII, do CDC, assegura a inversÃ£o do Ã´nus da prova em favor do consumidor para facilitar a defesa de seus direitos quando,Â a critÃ©rio do juiz, for verossÃ-mil a alegaÃ§Ã£o ou quando ele for hipossuficiente. A inversÃ£o nÃ£o Ã© automÃ¡tica, sendo necessÃ¡rio que o magistrado analise os requisitos legais diante do caso concreto, senÃ£o vejamos: AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÃ¿Ã¿O DE INDENIZAÃ¿Ã¿O POR DANOS MORAIS. INVERSÃ¿O DO Ã¿NUS DA PROVA. MATÃ¿RIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃ¿O PROVIDO. 1. Esta Corte possui firme o entendimento no sentido de que: "A inversÃ£o do Ã´nus da prova, nos termos do art. 6Âº, VIII, do CÃ³digo de Defesa do Consumidor, nÃ£o Ã© automÃ¡tica, dependendo da constataÃ§Ã£o, pelas instÃ¢ncias ordinÃ¡rias, da presenÃ§a ou nÃ£o da verossimilhanÃ§a das alegaÃ§Ãµes do consumidor.".(AgInt no AREsp 1328873/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÃ¿JO, QUARTA TURMA, julgado em 21/11/2019, DJe 18/12/2019). 2. [...] 3. Agravo interno nÃ£o provido. (AgInt no AREsp 1581973/SP, Rel. Ministro Luis Felipe SalomÃ£o, Quarta Turma do STJ, julgado em 10/03/2020, DJe 17/03/2020) Destacamos Registra-se que a adoÃ§Ã£o da distribuiÃ§Ã£o dinÃ¢mica do Ã´nus da prova pelo CDC nÃ£o afasta a regra geral prevista no CÃ³digo de Processo Civil, art. 373, I e II, segundo a qual compete ao autor demonstrar o direito que o assiste e ao rÃ©u a existÃªncia de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito daquele. Nas palavras de Leonardo Garcia: Â¿[...] caso o consumidor venha a propor a aÃ§Ã£o (autor), deverÃ¡ fazer prova do fato constitutivo do direito. O que pode acontecer Ã© que, em alguns casos, quando a prova a cargo do consumidor se tornar difÃ-cil de ser feita ou muito onerosa (requisito da hipossuficiÃªncia) ou quando os argumentos alegados, segundo as regras ordinÃ¡rias de experiÃªncia do magistrado, forem plausÃ-veis (requisito da verossimilhanÃ§a das alegaÃ§Ãµes), o juiz poderÃ¡ inverter o Ã´nus da prova que, a princÃ-pio, foi distribuÃ-do de acordo com o CPCÂ¿. (CÃ³digo de Defesa do Consumidor Comentado: artigo por artigo. 13Âª ed. Rev., ampl. e atual. Salvador: JusPodivim, 2016. p.99) Logo, a partir da afirmaÃ§Ã£o da parte autora de que nÃ£o estabeleceu qualquer relaÃ§Ã£o com a instituiÃ§Ã£o financeira requerida, e tendo trazido aos autos histÃ³rico de emprÃ©stimos consignados emitido pelo INSS, no qual consta o contrato impugnado e o detalhamento dos descontos atÃ© entÃ£o realizados, nÃ£o poderia este juÃ-zo impor-lhe o Ã´nus da prova, pois, alÃ©m da verossimilhanÃ§a de suas alegaÃ§Ãµes (que justifica a inversÃ£o), trata-se de fato negativo, vislumbrando-se maior facilidade para a parte rÃ© provar o contrÃ¡rio. No caso em exame, foi juntado aos autos o suposto contrato e documento em que consta a informaÃ§Ã£o que o valor seria liberado mediante crÃ©dito em conta de titularidade da autora, no Banco do Bradesco S/A (fl. 24-v/27). Todavia, Ã fl. 49/51, consta ofÃ-cio encaminhado pelo Banco do Bradesco S/A com extrato da conta da autora em que nÃ£o se verifica que o valor do contrato foi creditado em favor da autora. Assim, a instituiÃ§Ã£o bancÃ¡ria nÃ£o logrou Ãªxito em comprovar que a autora efetivamente recebeu o valor contratado. Sendo incontroversos os descontos,Â os quais reputam-se indevidos em face da nÃ£o comprovaÃ§Ã£o de que a autora tenha efetivamente recebido o valor do contrato ou dele se beneficiado, impÃµe-se a procedÃªncia da aÃ§Ã£o,Â devendo o requerido ser responsabilizado pelos danos materiais e morais causados, entendimento que se coaduna com a posiÃ§Ã£o do Superior Tribunal de JustiÃ§a, em sede de Recurso Repetitivo e SÃºmula 479, senÃ£o vejamos: `RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÃ¿RSIA. JULGAMENTO PELA SISTEMÃTICA DO ART. 543-C DO CPC. RESPONSABILIDADE CIVIL. INSTITUIÃ¿Ã¿ES BANCÃRIAS. DANOS CAUSADOS POR FRAUDES E DELITOS PRATICADOS POR TERCEIROS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FORTUITO INTERNO. RISCO DO EMPREENDIMENTO. 1. Para efeitos do art. 543-C do CPC:Â As instituiÃ§Ãµes bancÃ¡rias respondemÂ objetivamenteÂ pelos danos causados por fraudes ou delitos praticados por terceirosÂ - como, por exemplo, abertura de conta-corrente ou recebimento de emprÃ©stimos mediante fraude ou utilizaÃ§Ã£o de documentos falsos -, porquanto tal responsabilidade decorre do risco do empreendimento, caracterizando-se como fortuito interno. 2. Recurso especial providoÂ¿. (REsp 1199782/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃ¿O, SEGUNDA SEÃ¿Ã¿O, julgado em 24/08/2011, DJe 12/09/2011). `As instituiÃ§Ãµes financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no Ã¢mbito de operaÃ§Ãµes bancÃ¡riasÂ¿. (SÃºmula 479, Segunda SeÃ§Ã£o, julgado em 27/06/2012, DJe 01/08/2012) Destacamos Diante do exposto, julgo parcialmente procedentes os pedidos formulados na inicial, declarando inexistente o contrato de emprÃ©stimo objeto da lide (em epÃ-grafe), e, por conseguinte, condeno a instituiÃ§Ã£o financeira requerida a devolver em dobro todas as parcelas indevidamente descontadas do benefÃ-cio previdenciÃ¡rio da parte requerente, atÃ© o efetivo cancelamento da transaÃ§Ã£o, corrigidas monetariamente pelo INPC e acrescidas de juros de mora de 1% a.m. (um por cento ao mÃªs) a partir das datas de cada desconto

indevido (SÃºmulas 43 e 54 do STJ), bem como a cessar os descontos decorrentes do citado contrato, sob pena de multa diÃ¡ria de R$100,00 (cem reais), atÃ© o limite de R$3.000,00 (trÃªs mil reais). Em relaÃ§Ã£o ao cabimento dos danos morais, entendo razoÃ¡vel, por nÃ£o ser possÃ-vel desconsiderar os transtornos que o desconto irregular causou na vida do(a) requerente, pessoa idosa, que inesperadamente teve a sua subsistÃªncia comprometida por vÃ¡rios meses consecutivos, situaÃ§Ã£o que evidentemente nÃ£o pode ser vista como mero aborrecimento. Destarte, sendo sÃ³lido o posicionamento tanto da doutrina como da jurisprudÃªncia de que esse tipo de ocorrÃªncia nÃ£o deve ensejar enriquecimento sem causa ao lesado, e levando em consideraÃ§Ã£o a capacidade econÃ´mica do demandado, condeno-o ao pagamento de R$ 7.000,00 (sete mil reais) a tÃ-tulo de danos morais, com a devida correÃ§Ã£o pelo INPC a partir desta decisÃ£o (SÃºmula 362 do STJ), acrescidos de juros moratÃ³rios de 1% a.m. (um por cento ao mÃªs) desde o evento danoso, ou seja, a data do primeiro desconto indevido (SÃºmula 54 do STJ). Â O pagamento da condenaÃ§Ã£o deverÃ¡ ser efetuado mediante depÃ³sito judicial, preferencialmente no Banco do Estado do ParÃ¡ (BANPARÃ). Â Sem custas, sem honorÃ¡rios (art. 55 da Lei 9.099/95). Â P.R.I. Transitada em julgado, certifique-se e arquivem-se os autos. Â Â CametÃ¡/PA, 13 de abril de 2022 Â JosÃ© Matias Santana Dias Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara

PROCESSO: 00013415920118140012 PROCESSO ANTIGO: 201110007891 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE MATIAS SANTANA DIAS A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/04/2022---REQUERENTE:ALVARO JORGE CORREA DOS SANTOS Representante(s): OAB 8514 - ADRIANE FARIAS SIMOES (ADVOGADO) REQUERIDO:A FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 14829 - AMANDA CARNEIRO RAYMUNDO (PROCURADOR(A)) . DECISÃ¿O Chamo o feito Ã ordem e torno sem efeito o despacho de fl. 66, visto que nÃ£o foram opostos embargos de declaraÃ§Ã£o nos autos. Certifique-se sobre o trÃ¢nsito em julgado. Se implementado, arquivem-se. CametÃ¡/PA, 13 de abril de 2022. JosÃ© Matias Santana Dias Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara

PROCESSO: 00016271220188140012 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE MATIAS SANTANA DIAS A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/04/2022---REQUERENTE:TEREZINHA MENDES DOS SANTOS Representante(s): OAB 21633 - JOSE DIEGO WANZELER GONCALVES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO PAN SA Representante(s): OAB 30348 - JOAO VITOR CHAVES MARQUES DIAS (ADVOGADO) . PROCESSO NÂº 0001627-12.2018.814.0012 RECLAMANTE: TEREZINHA MENDES DOS SANTOS RECLAMADO: BANCO PAN S/A Contrato n.Âº 312258531-2 (R$ 6.459,91) SENTENÃ¿A Vistos etc. Dispensado o relatÃ³rio, nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95. A controvÃ©rsia sujeita-se ao CÃ³digo de Defesa do Consumidor, conforme entendimento consolidado na SÃºmula n.Âº 297, do Superior Tribunal de JustiÃ§a:Â O CÃ³digo de Defesa do Consumidor Ã© aplicÃ¡vel Ã s instituiÃ§Ãµes financeiras. Nessa senda, o art. 6Âº, VIII, do CDC, assegura a inversÃ£o do Ã´nus da prova em favor do consumidor para facilitar a defesa de seus direitos quando,Â a critÃ©rio do juiz, for verossÃ-mil a alegaÃ§Ã£o ou quando ele for hipossuficiente.Â Como se vÃª, a inversÃ£o nÃ£o Ã© automÃ¡tica, sendo necessÃ¡rio que o magistrado analise os requisitos legais diante do caso concreto, senÃ£o vejamos:Â Â Â AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÃ¿Ã¿O DE INDENIZAÃ¿Ã¿O POR DANOS MORAIS. INVERSÃ¿O DO Ã¿NUS DA PROVA. MATÃ¿RIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃ¿O PROVIDO. 1. Esta Corte possui firme o entendimento no sentido de que: "A inversÃ£o do Ã´nus da prova, nos termos do art. 6Âº, VIII, do CÃ³digo de Defesa do Consumidor, nÃ£o Ã© automÃ¡tica, dependendo da constataÃ§Ã£o, pelas instÂ¢ncias ordinÃ¡rias, da presenÃ§a ou nÃ£o da verossimilhanÃ§a das alegaÃ§Ãµes do consumidor.".(AgInt no AREsp 1328873/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÃ¿JO, QUARTA TURMA, julgado em 21/11/2019, DJe 18/12/2019). 2. [...] 3. Agravo interno nÃ£o provido. (AgInt no AREsp 1581973/SP, Rel. Ministro Luis Felipe SalomÃ£o, Quarta Turma do STJ, julgado em 10/03/2020, DJe 17/03/2020.).Â Registra-se que a adoÃ§Ã£o da distribuiÃ§Ã£o dinÂ¢mica do Ã´nus da prova pelo CDC nÃ£o afasta a regra geral prevista no CÃ³digo de Processo Civil, art. 373, I e II, segundo a qual compete ao autor demonstrar o direito que o assiste e ao rÃ©u a existÃªncia de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito daquele. Nas palavras de Leonardo Garcia: Â Â¿[...]Â caso o consumidor venha a propor a aÃ§Ã£o (autor), deverÃ¡ fazer prova do fato constitutivo do direito. O que pode acontecer Ã© que, em alguns casos, quando a prova a cargo do consumidor se tornar difÃ-cil de ser feita ou muito onerosa (requisito da hipossuficiÃªncia) ou quando os argumentos alegados, segundo as regras ordinÃ¡rias de experiÃªncia do magistrado, forem plausÃ-veis (requisito da verossimilhanÃ§a das alegaÃ§Ãµes), o juiz poderÃ¡ inverter o Ã´nus da prova

que, a princÃ-pio, foi distribuÃ-do de acordo com o CPCÂ¿. (CÃ³digo de Defesa do Consumidor Comentado: artigo por artigo. 13Âª ed. Rev., ampl. e atual. Salvador: JusPodivm, 2016. p.99). Â Logo, a partir da afirmaÃ§Ã£o da parte autora de que nÃ£o estabeleceu qualquer relaÃ§Ã£o com a instituiÃ§Ã£o financeira requerida, e tendo trazido aos autos histÃ³rico de emprÃ©stimos consignados emitido pelo INSS, no qual consta o contrato impugnado e o detalhamento dos descontos atÃ© entÃ£o realizados, nÃ£o poderia este juÃ-zo impor-lhe o Ã´nus da prova, pois, alÃ©m da verossimilhanÃ§a de suas alegaÃ§Ãµes (que justifica a inversÃ£o), trata-se de fato negativo, vislumbrando-se maior facilidade para a parte rÃ© provar o contrÃ¡rio. No caso em exame, o requerido desincumbiu-se satisfatoriamente de seu Ã´nus probatÃ³rio ao apresentar cÃ³pia do contrato firmado pelas partes (fls. 23/24), transferÃªncia eletrÃ´nica do exato valor contratado para conta de titularidade da autora (fl. 22), bem como, oficio do Banco Bradesco S/A em que consta o extrato da conta bancÃ¡ria da autora no exato valor do contrato. Desta forma, evidenciado que a autora contratou o emprÃ©stimo consignado objeto desta lide, faz jus a instituiÃ§Ã£o financeira requerida ao recebimento da contraprestaÃ§Ã£o pelos valores disponibilizados, razÃ£o pela qual JULGO IMPROCEDENTES OS PEDIDOS formulados na inicial, extinguindo o feito com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. P. R. I. Transitada em julgado, arquivem-se. CametÃ¡/PA, 12 de abril de 2022. JosÃ© Matias Santana Dias Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara

PROCESSO: 00016782320118140012 PROCESSO ANTIGO: 201110009730 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE MATIAS SANTANA DIAS A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/04/2022---REQUERIDO:ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 17182 - GUSTAVO TAVARES MONTEIRO (PROCURADOR(A)) REQUERENTE:JOAO LUDOVICO TELES DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 8514 - ADRIANE FARIAS SIMOES (ADVOGADO) . SENTENÃ¿A DE EMBARGOS DE DECLARAÃ¿Ã¿O COM EFEITOS MODIFICATIVOS Vistos etc. Trata-se de aÃ§Ã£o ajuizada sob o rito comum por servidor estadual militar tendo por objeto o pagamento de adicional de interiorizaÃ§Ã£o previsto na Lei Estadual n.Âº 5.262/1991, em decorrÃªncia da prestaÃ§Ã£o de serviÃ§os no interior do Estado do ParÃ¡. O pleito foi julgado procedente (fls. 105/108). ApÃ³s a sentenÃ§a, o requerido suscitou atravÃ©s do recurso em anÃ¡lise questÃ£o de ordem pÃºblica, qual seja a inconstitucionalidade da mencionada legislaÃ§Ã£o. ContrarrazÃµes nos autos (fls. 145/154). Decido. Assiste razÃ£o ao embargante. Em 14/02/2020 o Governador do Estado do ParÃ¡ propÃ´s aÃ§Ã£o direta de inconstitucionalidade tendo por objeto o art. 4Âº, inciso IV, da ConstituiÃ§Ã£o do Estado do ParÃ¡, que assegurava aos militares do Estado, na forma da lei, o direito ao adicional de interiorizaÃ§Ã£o, bem como a Lei estadual n.Âº 5.652/1991, que o regulamentava. Em dezembro daquele ano o plenÃ¡rio do Supremo Tribunal Federal julgou procedente a aÃ§Ã£o devido ao reconhecimento de vÃ-cio de iniciativa na lei que instituiu o adicional, eis que proposta pela Assembleia Legislativa do Estado do ParÃ¡ em violaÃ§Ã£o ao art. 61, Â§ 1Âº, II, `fÂ¿, da ConstituiÃ§Ã£o Federal, que atribui - pelo princÃ-pio da simetria - a iniciativa privativa da matÃ©ria ao Governador do Estado. Com relaÃ§Ã£o ao dispositivo da ConstituiÃ§Ã£o estadual questionado, o STF entendeu que padecia do mesmo vÃ-cio, vez que jÃ¡ havia se posicionado no sentido de que `Ã© vedada a inserÃ§Ã£o nos textos constitucionais estaduais de matÃ©rias cuja veiculaÃ§Ã£o por lei se submeteriam Ã iniciativa privativa do chefe do Poder ExecutivoÂ¿. Vejamos: EMENTA: AÃ¿Ã¿O DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. INC. IV DO ART. 48 DA CONSTITUIÃ¿Ã¿O DO PARÃ E LEI ESTADUAL 5.652/1991. INSTITUIÃ¿Ã¿O DE ADICIONAL DE INTERIORIZAÃ¿Ã¿O A SERVIDORES MILITARES. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. COMPETÃ¿NCIA DE GOVERNADOR PARA INICIATIVA DE LEI SOBRE REGIME JURÃDICO E REMUNERAÃ¿Ã¿O DE MILITARES ESTADUAIS. PRINCÃPIO DA SIMETRIA. AÃ¿Ã¿O JULGADA PROCEDENTE. MODULAÃ¿Ã¿O DOS EFEITOS DA DECISÃ¿O. (ADI 6321, Relator(a): CÃ¡rmen LÃºcia, Tribunal Pleno do STF, julgado em 21/12/2020, Processo EletrÃ´nico DJe-023 DIVULG 05-02-2021 Public 08-02-2021) Todavia, em atenÃ§Ã£o ao princÃ-pio da confianÃ§a e da seguranÃ§a jurÃ-dica, o STF modulou os efeitos da declaraÃ§Ã£o de inconstitucionalidade nos termos a seguir: `DecisÃ£o: O Tribunal, por maioria, julgou procedente o pedido formulado na aÃ§Ã£o direta para: a) declarar a inconstitucionalidade do inc. IV do art. 48 da ConstituiÃ§Ã£o do ParÃ¡ e da Lei n. 5.652/1991 do ParÃ¡ e b) conferir eficÃ¡cia ex nunc Ã decisÃ£o para produzir efeitos a partir da data do julgamento relativamente aos que jÃ¡ estejam recebendo por decisÃ£o administrativa ou judicial, nos termos do voto da Relatora, vencidos parcialmente os Ministros Edson Fachin e Marco AurÃ©lioÂ¿. (PlenÃ¡rio, SessÃ£o Virtual de 11.12.2020 a 18.12.2020) grifamos Ressalta-se que a declaraÃ§Ã£o de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade das normas tÃªm eficÃ¡cia contra todos e efeito vinculante em relaÃ§Ã£o aos Ã³rgÃ£os do Poder JudiciÃ¡rio (e tambÃ©m Ã AdministraÃ§Ã£o PÃºblica), passÃ-vel de reclamaÃ§Ã£o consoante art. 28, parÃ¡grafo Ãºnico, da Lei n.Âº 9.868/1999 c/c arts. 927, I e 988, III, do CÃ³digo de

Processo Civil. No caso, nÃ£o consta dos autos o recebimento administrativo ou judicial do adicional postulado, de modo que o embargado nÃ£o foi abrangido pela modulaÃ§Ã£o dos efeitos da decisÃ£o. Nesse sentido orienta-se o Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡: Ementa: REEXAME E APELAÃ¿Ã¿O CÃVEL. AÃ¿Ã¿O ORDINÃRIA. COBRANÃ¿A DE ADICIONAL DE INTERIORIZAÃ¿Ã¿O.Â PREJUDICIAL DE INCONSTITUCIONALIDADE DE OFÃCIO. APLICAÃ¿Ã¿O DO ART. 102, Â§ 2Âº DA CF; ART. 28 DA LEI NÂº 9.868/99 E ART. 927, I DO CPC. INCONSTITUCIONALIDADE DO INC. IV DO ART. 48 DA CONSTITUIÃ¿Ã¿O ESTADUAL E LEI 5.652/91 DECLARADA PELO STF - ADI 6.321/PA. DIREITO INEXISTENTE. SUCUMBÃ¿NCIA - Â§8Âº DO ART. 85; Â§Â§ 2Âº e 3Âº DO ART. 98, TODOS DO CPC. SENTENÃ¿A REFORMADA. 1-Â A sentenÃ§a julga procedente em parte o pedido inicial, para condenar o rÃ©u ao pagamento do adicional de interiorizaÃ§Ã£o ao autor e os valores retroativos observado o prazo prescricional de cinco anos, com juros e correÃ§Ã£o monetÃ¡ria. Fixa honorÃ¡rios em R$2.000,00 (dois mil reais); 2-Â A retomada do curso processual tem assento na decisÃ£o da Vice-PresidÃªncia deste Tribunal, restringindo o sobrestamento de processos que versem sobre a matÃ©ria de adicional de interiorizaÃ§Ã£o ao juÃ-zo de admissibilidade dos recursos extraordinÃ¡rios e especial, o que Ã© de sua competÃªncia; 3-Â Os juÃ-zes e os tribunais devem observar as decisÃµes do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade, porquanto revestidas de efeito vinculante e eficÃ¡cia contra todos. InteligÃªncia do art. 102, Â§ 2Âº da ConstituiÃ§Ã£o Federal; art. 28 da Lei nÂº 9.868/99 e do art. 927, inciso I, do CPC; 4-Â Declarada pelo STF, em 21/12/2020, a inconstitucionalidade formal do inc. IV do art. 48 da ConstituiÃ§Ã£o do ParÃ¡ e da Lei Estadual nÂº 5.652/1991, que respaldavam o direito do servidor militar, em serviÃ§o no interior do Estado do ParÃ¡, de receber o adicional de interiorizaÃ§Ã£o (ADI 6.321/PA); 5-Â O PlenÃ¡rio da Corte Suprema conferiu eficÃ¡cia ex nunc Ã decisÃ£o para produzir efeitos a partir da data do julgamento relativamente aos que jÃ¡ estejam recebendo por decisÃ£o administrativa ou judicial, com fundamento no art. 27, da Lei nÂº 9.868/99, por recomendaÃ§Ã£o dos princÃ-pios da seguranÃ§a jurÃ-dica e da confianÃ§a legÃ-tima.; 6-Â No caso concreto, a parte autora nÃ£o recebe o adicional de interiorizaÃ§Ã£o por reconhecimento, seja na via administrativa ou judicial; nÃ£o sendo alcanÃ§ada pela modulaÃ§Ã£o dos efeitos da inconstitucionalidade declarada nos autos da ADI6.321/PA; 7-Â CondenaÃ§Ã£o da parte autora em custas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios fixados na ordem de R$1.000,00 (um mil reais) ficando suspensa a exigibilidade em virtude da gratuidade da justiÃ§a. InteligÃªncia do Â§8Âº do art. 85 e Â§Â§ 2Âº e 3Âº, do art. 98, todos do CPC; 8-Â Recurso de apelaÃ§Ã£o e Reexame NecessÃ¡rio conhecidos. Prejudicial de inconstitucionalidade suscitada de ofÃ-cio. SentenÃ§a reformada. Prejudicado o exame do mÃ©rito do recurso de apelaÃ§Ã£o e do reexame. (AcÃ³rdÃ£o n.Âº 7606249, Rel. Celia Regina De Lima Pinheiro, Ã¿rgÃ£o Julgador 1Âª Turma de Direito PÃºblico, julgado em 09/12/2021, publicado em 17/12/2021) grifamos EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NA APELAÃ¿Ã¿O CÃVEL. AÃ¿Ã¿O ORDINÃRIA DE PAGAMENTO DO ADICIONAL DE INTERIORIZAÃ¿Ã¿O COM PEDIDO DE VALORES RETROATIVOS. Â RECURSO INTENTADO CONTRA DECISÃ¿O MONOCRÃTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÃ¿Ã¿O CÃVEL. DECLARAÃ¿Ã¿O DE INCONSTITUCIONALIDADE PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF ATRAVÃ¿S DA AÃ¿Ã¿O DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE NÂº 6.321/PA DO INCISO IV DO ARTIGO 48 DA CONSTITUIÃ¿Ã¿O DO PARÃ E DA LEI ESTADUAL NÂº 5.652/1991 QUE INSTITUIU E REGULAMENTOU REFERIDO BENEFÃCIO. EFEITO Â¿EX NUNCÂ¿ DA MENCIONADA DECISÃ¿O. DESCABIMENTO, DIANTE DO MENCIONADO JULGADO, DO DIREITO AO RECEBIMENTO E INCORPORAÃ¿Ã¿O DO BENEFÃCIO EM QUESTÃ¿O. IMPROCEDÃ¿NCIA DOS PEDIDOS FORMULADOS NA AÃ¿Ã¿O INTENTADA QUE SE IMPÃ¿E. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃ¿O UNÃ¿NIME. 1. O Supremo Tribunal Federal proferiu o julgamento, em 21/12/2020, da AÃ§Ã£o Direta de Inconstitucionalidade nÂº 6.321 do Estado do ParÃ¡, por meio do qual declarou a inconstitucionalidade do inc. IV do art. 48 da ConstituiÃ§Ã£o do ParÃ¡ e da Lei Estadual nÂº 5.652/1991 do ParÃ¡ que instituiu e regulamentou, respectivamente, o adicional de interiorizaÃ§Ã£o aos policiais militares deste Estado, alÃ©m de conferir eficÃ¡ciaÂ ex nuncÂ Ã decisÃ£o, de modo a produzir efeitos a partir da data do julgamento relativamente Ã queles que jÃ¡ estivessem recebendo o benefÃ-cio mediante decisÃ£o administrativa ou judicial, tendo a ADI transitado em julgado em 20/02/2021. 2.Â No caso dos autos, a sentenÃ§a nÃ£o chegou a ser cumprida diante do recurso de apelaÃ§Ã£o e, depois, pelo Agravo Interno interpostos pelo Estado do ParÃ¡, bem como pelo sobrestamento dos autos. Desse modo, em nenhum momento restou pago o adicional de interiorizaÃ§Ã£o em favor do autor ora agravado, e, consequentemente, nÃ£o se aplica a ele a modulaÃ§Ã£o dos efeitos que conferiu eficÃ¡ciaÂ ex nuncÂ Ã decisÃ£o que julgou procedente aÂ ADI 6.321/PA. 3. Recurso conhecido e provido. Ã¿ unanimidade. (AcÃ³rdÃ£o n.Âº 7572672, Rel. Roberto Goncalves de Moura, Ã¿rgÃ£o Julgador 1Âª Turma de Direito PÃºblico, julgado em 06/12/2021, publicado em 16/12/2021) grifamos Assim sendo, acolho os embargos de declaraÃ§Ã£o com efeitos infringentes e, diante da decisÃ£o proferida na ADI n.Âº 6.321/PA, modifico

a sentenÃ§a embargada, JULGANDO IMPROCEDENTES os pedidos da inicial pelos fartos fundamentos jÃ¡ expostos, extinguindo o feito com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito nos termos do art. 487, I, do CPC. Condeno a parte autora, ora embargada, ao pagamento de custas e honorÃ¡rios advocatÃ-cios em percentual equivalente a 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, ficando, contudo, suspensa a exigibilidade pelo prazo legal devido Ã concessÃ£o da assistÃªncia judiciÃ¡ria. P. R. I. CiÃªncia ao MP. Transitada em julgado, arquivem-se. Â CametÃ¡/PA, 13 de abril de 2022. JosÃ© Matias Santana Dias Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara

P R O C E S S O : 0 0 0 1 7 4 8 5 0 2 0 1 2 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE MATIAS SANTANA DIAS A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/04/2022---REQUERENTE:ESTEVAO DA SILVA GUIMARAES Representante(s): OAB 15811 - DENNIS SILVA CAMPOS (ADVOGADO) REQUERIDO:O ESTADO Representante(s): OAB 14829 - AMANDA CARNEIRO RAYMUNDO (PROCURADOR(A)) . SENTENÃ¿A DE EMBARGOS DE DECLARAÃ¿Ã¿O COM EFEITOS MODIFICATIVOS Vistos etc. Trata-se de aÃ§Ã£o ajuizada sob o rito comum por servidor estadual militar tendo por objeto o pagamento de adicional de interioriza Ã§Ã£o previsto na Lei Estadual n.Âº 5.262/1991, em decorrÃªncia da prestaÃ§Ã£o de serviÃ§os no interior do Estado do ParÃ¡. O pleito foi julgado procedente. ApÃ³s a sentenÃ§a, o requerido suscitou atravÃ©s do recurso em anÃ¡lise questÃ£o de ordem pÃºblica, qual seja a inconstitucionalidade da mencionada legislaÃ§Ã£o. ContrarrazÃµes nos autos. Decido. Assiste razÃ£o ao embargante. Em 14/02/2020 o Governador do Estado do ParÃ¡ propÃ´s aÃ§Ã£o direta de inconstitucionalidade tendo por objeto o art. 4Âº, inciso IV, da ConstituiÃ§Ã£o do Estado do ParÃ¡, que assegurava aos militares do Estado, na forma da lei, o direito ao adicional de interioriza Ã§Ã£o, bem como a Lei estadual n.Âº 5.652/1991, que o regulamentava. Em dezembro daquele ano o plenÃ¡rio do Supremo Tribunal Federal julgou procedente a aÃ§Ã£o devido ao reconhecimento de vÃ-cio de iniciativa na lei que instituiu o adicional, eis que proposta pela Assembleia Legislativa do Estado do ParÃ¡ em violaÃ§Ã£o ao art. 61, Â§ 1Âº, II, `fÂ¿, da ConstituiÃ§Ã£o Federal, que atribui - pelo princÃ-pio da simetria - a iniciativa privativa da matÃ©ria ao Governador do Estado. Com relaÃ§Ã£o ao dispositivo da ConstituiÃ§Ã£o estadual questionado, o STF entendeu que padecia do mesmo vÃ-cio, vez que jÃ¡ havia se posicionado no sentido de que `Ã© vedada a inserÃ§Ã£o nos textos constitucionais estaduais de matÃ©rias cuja veiculaÃ§Ã£o por lei se submeteriam Ã iniciativa privativa do chefe do Poder ExecutivoÂ¿. Vejamos: EMENTA: AÃ¿Ã¿O DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. INC. IV DO ART. 48 DA CONSTITUIÃ¿Ã¿O DO PARÃ E LEI ESTADUAL 5.652/1991. INSTITUIÃ¿Ã¿O DE ADICIONAL DE INTERIORIZAÃ¿Ã¿O A SERVIDORES MILITARES. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. COMPETÃ¿NCIA DE GOVERNADOR PARA INICIATIVA DE LEI SOBRE REGIME JURÃDICO E REMUNERAÃ¿Ã¿O DE MILITARES ESTADUAIS. PRINCÃPIO DA SIMETRIA. AÃ¿Ã¿O JULGADA PROCEDENTE. MODULAÃ¿Ã¿O DOS EFEITOS DA DECISÃ¿O. (ADI 6321, Relator(a): CÃ¡rmen LÃºcia, Tribunal Pleno do STF, julgado em 21/12/2020, Processo EletrÃ´nico DJe-023 DIVULG 05-02-2021 Public 08-02-2021) Todavia, em atenÃ§Ã£o ao princÃ-pio da confianÃ§a e da seguranÃ§a jurÃ-dica, o STF modulou os efeitos da declaraÃ§Ã£o de inconstitucionalidade nos termos a seguir: `DecisÃ£o: O Tribunal, por maioria, julgou procedente o pedido formulado na aÃ§Ã£o direta para: a) declarar a inconstitucionalidade do inc. IV do art. 48 da ConstituiÃ§Ã£o do ParÃ¡ e da Lei n. 5.652/1991 do ParÃ¡ e b) conferir eficÃ¡cia ex nunc Ã decisÃ£o para produzir efeitos a partir da data do julgamento relativamente aos que jÃ¡ estejam recebendo por decisÃ£o administrativa ou judicial, nos termos do voto da Relatora, vencidos parcialmente os Ministros Edson Fachin e Marco AurÃ©lioÂ¿. (PlenÃ¡rio, SessÃ£o Virtual de 11.12.2020 a 18.12.2020) grifamos Ressalta-se que a declaraÃ§Ã£o de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade das normas tÃªm eficÃ¡cia contra todos e efeito vinculante em relaÃ§Ã£o aos Ã³rgÃ£os do Poder JudiciÃ¡rio (e tambÃ©m Ã AdministraÃ§Ã£o PÃºblica), passÃ-vel de reclamaÃ§Ã£o consoante art. 28, parÃ¡grafo Ãºnico, da Lei n.Âº 9.868/1999 c/c arts. 927, I e 988, III, do CÃ³digo de Processo Civil. No caso, nÃ£o consta dos autos o recebimento administrativo ou judicial do adicional postulado, de modo que o embargado nÃ£o foi abrangido pela modulaÃ§Ã£o dos efeitos da decisÃ£o. Nesse sentido orienta-se o Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡: Ementa: REEXAME E APELAÃ¿Ã¿O CÃVEL. AÃ¿Ã¿O ORDINÃRIA. COBRANÃ¿A DE ADICIONAL DE INTERIORIZAÃ¿Ã¿O.Â PREJUDICIAL DE INCONSTITUCIONALIDADE DE OFÃCIO. APLICAÃ¿Ã¿O DO ART. 102, Â§ 2Âº DA CF; ART. 28 DA LEI NÂº 9.868/99 E ART. 927, I DO CPC. INCONSTITUCIONALIDADE DO INC. IV DO ART. 48 DA CONSTITUIÃ¿Ã¿O ESTADUAL E LEI 5.652/91 DECLARADA PELO STF - ADI 6.321/PA. DIREITO INEXISTENTE. SUCUMBÃ¿NCIA - Â§8Âº DO ART. 85; Â§Â§ 2Âº e 3Âº DO ART. 98, TODOS DO CPC. SENTENÃ¿A REFORMADA. 1-Â A sentenÃ§a julga procedente em parte o pedido inicial, para condenar o rÃ©u ao pagamento do adicional de interioriza Ã§Ã£o ao autor e os valores retroativos observado o prazo prescricional de cinco anos, com

juros e correÃ§Ã£o monetÃ¡ria. Fixa honorÃ¡rios em R$2.000,00 (dois mil reais); 2-Â A retomada do curso processual tem assento na decisÃ£o da Vice-PresidÃªncia deste Tribunal, restringindo o sobrestamento de processos que versem sobre a matÃ©ria de adicional de interiorizaÃ§Ã£o ao juÃ-zo de admissibilidade dos recursos extraordinÃ¡rios e especial, o que Ã© de sua competÃªncia; 3-Â Os juÃ-zes e os tribunais devem observar as decisÃµes do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade, porquanto revestidas de efeito vinculante e eficÃ¡cia contra todos. InteligÃªncia do art. 102, Â§ 2Âº da ConstituiÃ§Ã£o Federal; art. 28 da Lei nÂº 9.868/99 e do art. 927, inciso I, do CPC; 4-Â Declarada pelo STF, em 21/12/2020, a inconstitucionalidade formal do inc. IV do art. 48 da ConstituiÃ§Ã£o do ParÃ¡ e da Lei Estadual nÂº 5.652/1991, que respaldavam o direito do servidor militar, em serviÃ§o no interior do Estado do ParÃ¡, de receber o adicional de interiorizaÃ§Ã£o (ADI 6.321/PA); 5-Â O PlenÃ¡rio da Corte Suprema conferiu eficÃ¡cia ex nunc Ã decisÃ£o para produzir efeitos a partir da data do julgamento relativamente aos que jÃ¡ estejam recebendo por decisÃ£o administrativa ou judicial, com fundamento no art. 27, da Lei nÂº 9.868/99, por recomendaÃ§Ã£o dos princÃ-pios da seguranÃ§a jurÃ-dica e da confianÃ§a legÃ-tima.; 6-Â No caso concreto, a parte autora nÃ£o recebe o adicional de interiorizaÃ§Ã£o por reconhecimento, seja na via administrativa ou judicial; nÃ£o sendo alcanÃ§ada pela modulaÃ§Ã£o dos efeitos da inconstitucionalidade declarada nos autos da ADI6.321/PA; 7-Â CondenaÃ§Ã£o da parte autora em custas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios fixados na ordem de R$1.000,00 (um mil reais) ficando suspensa a exigibilidade em virtude da gratuidade da justiÃ§a. InteligÃªncia do Â§8Âº do art. 85 e Â§Â§ 2Âº e 3Âº, do art. 98, todos do CPC; 8-Â Recurso de apelaÃ§Ã£o e Reexame NecessÃ¡rio conhecidos. Prejudicial de inconstitucionalidade suscitada de ofÃ-cio. SentenÃ§a reformada. Prejudicado o exame do mÃ©rito do recurso de apelaÃ§Ã£o e do reexame. (AcÃ³rdÃ£o n.Âº 7606249, Rel. Celia Regina De Lima Pinheiro, Ã¿rgÃ£o Julgador 1Âª Turma de Direito PÃºblico, julgado em 09/12/2021, publicado em 17/12/2021) grifamos EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NA APELAÃ¿Ã¿O CÃVEL. AÃ¿Ã¿O ORDINÃRIA DE PAGAMENTO DO ADICIONAL DE INTERIORIZAÃ¿Ã¿O COM PEDIDO DE VALORES RETROATIVOS. Â RECURSO INTENTADO CONTRA DECISÃ¿O MONOCRÃTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÃ¿Ã¿O CÃVEL. DECLARAÃ¿Ã¿O DE INCONSTITUCIONALIDADE PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF ATRAVÃ¿S DA AÃ¿Ã¿O DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE NÂº 6.321/PA DO INCISO IV DO ARTIGO 48 DA CONSTITUIÃ¿Ã¿O DO PARÃ E DA LEI ESTADUAL NÂº 5.652/1991 QUE INSTITUIU E REGULAMENTOU REFERIDO BENEFÃCIO. EFEITO Â¿EX NUNCÂ¿ DA MENCIONADA DECISÃ¿O. DESCABIMENTO, DIANTE DO MENCIONADO JULGADO, DO DIREITO AO RECEBIMENTO E INCORPORAÃ¿Ã¿O DO BENEFÃCIO EM QUESTÃ¿O. IMPROCEDÃ¿NCIA DOS PEDIDOS FORMULADOS NA AÃ¿Ã¿O INTENTADA QUE SE IMPÃ¿E. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃ¿O UNÃ¿NIME. 1. O Supremo Tribunal Federal proferiu o julgamento, em 21/12/2020, da AÃ§Ã£o Direta de Inconstitucionalidade nÂº 6.321 do Estado do ParÃ¡, por meio do qual declarou a inconstitucionalidade do inc. IV do art. 48 da ConstituiÃ§Ã£o do ParÃ¡ e da Lei Estadual nÂº 5.652/1991 do ParÃ¡ que instituiu e regulamentou, respectivamente, o adicional de interiorizaÃ§Ã£o aos policiais militares deste Estado, alÃ©m de conferir eficÃ¡ciaÂ ex nuncÂ Ã decisÃ£o, de modo a produzir efeitos a partir da data do julgamento relativamente Ã queles que jÃ¡ estivessem recebendo o benefÃ-cio mediante decisÃ£o administrativa ou judicial, tendo a ADI transitado em julgado em 20/02/2021. 2.Â No caso dos autos, a sentenÃ§a nÃ£o chegou a ser cumprida diante do recurso de apelaÃ§Ã£o e, depois, pelo Agravo Interno interpostos pelo Estado do ParÃ¡, bem como pelo sobrestamento dos autos. Desse modo, em nenhum momento restou pago o adicional de interiorizaÃ§Ã£o em favor do autor ora agravado, e, consequentemente, nÃ£o se aplica a ele a modulaÃ§Ã£o dos efeitos que conferiu eficÃ¡ciaÂ ex nuncÂ Ã decisÃ£o que julgou procedente aÂ ADI 6.321/PA. 3. Recurso conhecido e provido. Ã¿ unanimidade. (AcÃ³rdÃ£o n.Âº 7572672, Rel. Roberto Goncalves de Moura, Ã¿rgÃ£o Julgador 1Âª Turma de Direito PÃºblico, julgado em 06/12/2021, publicado em 16/12/2021) grifamos Assim sendo, acolho os embargos de declaraÃ§Ã£o com efeitos infringentes e, diante da decisÃ£o proferida na ADI n.Âº 6.321/PA, modifico a sentenÃ§a embargada, JULGANDO IMPROCEDENTES os pedidos da inicial pelos fartos fundamentos jÃ¡ expostos, extinguindo o feito com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito nos termos do art. 487, I, do CPC. Condeno a parte autora, ora embargada, ao pagamento de custas e honorÃ¡rios advocatÃ-cios em percentual equivalente a 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, ficando, contudo, suspensa a exigibilidade pelo prazo legal devido Ã concessÃ£o da assistÃªncia judiciÃ¡ria. P. R. I. CiÃªncia ao MP. Transitada em julgado, arquivem-se. Â CametÃ¡/PA, 13 de abril de 2022. JosÃ© Matias Santana Dias Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara

P R O C E S S O : 0 0 0 1 8 5 6 6 9 2 0 1 8 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE MATIAS SANTANA DIAS A??o:

Procedimento Sumário em: 18/04/2022---REQUERENTE:JANILDA DO PILAR PANTOJA Representante(s): OAB 15829 - GUSTAVO GONCALVES DA SILVA (ADVOGADO) OAB 17580 - ANA ROSA GONCALVES MENDES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S A Representante(s): OAB 16780 - LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENCO (ADVOGADO) . Processo n.Âº 0001856-69.2018.814.0012 RECLAMANTE: JANILDA DO PILAR PANTOJA RECLAMADO: BANCO ITAÃ¿ BMG CONSIGNADO S/A Contrato n.Âº 557800897 (R$ 669,03) SENTENÃ¿A Vistos etc. Dispensado o relatÃ³rio, nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95. 1- PRELIMINARES: O contrato juntado pelo demandado confirma que a autora possui residÃªncia na Comarca, razÃ£o pela qual nÃ£o hÃ¡ que se cogitar de incompetÃªncia territorial. Rejeito a preliminar de conexÃ£o uma vez que, embora os processos citados pelo requerido tenham as mesmas partes e causa de pedir, possuem objetos (contratos) distintos. Ademais, a reuniÃ£o dos processos Ã© uma faculdade do magistrado e nÃ£o uma obrigaÃ§Ã£o, competindo a ele dirigir ordenadamente o feito e verificar a oportunidade e conveniÃªncia do processamento e julgamento em conjunto das aÃ§Ãµes (REsp 305.835/RJ, Rel. Ministro Jorge Scartezzini, Quinta Turma, julgado em 03/10/2002, DJ 11/11/2002, p. 245). Afasto a preliminar de incompetÃªncia do juizado especial para apreciaÃ§Ã£o da causa, por entender que Ã© suficiente ao deslinde a produÃ§Ã£o da prova documental, consistente na juntada do contrato impugnado e do comprovante de liberaÃ§Ã£o do crÃ©dito ao(Ã) contratante. Ademais, a Lei 9.099/95, em seu art. 35, caput, bem como o Enunciado n.Âº 12- FONAJE, dispÃµem que o Juiz poderÃ¡ inquirir, atravÃ©s de perÃ-cia informal, tÃ©cnicos de sua confianÃ§a quando a prova do fato exigir. Â Rejeito a prejudicial de prescriÃ§Ã£o, porquanto o Superior Tribunal de JustiÃ§a firmou o entendimento de que o prazo decadencial a que alude o art. 26 do CDC nÃ£o se aplica em caso de indenizaÃ§Ã£o por danos materiais e morais decorrentes de falha na prestaÃ§Ã£o de serviÃ§o, devendo ser aplicado o prazo quinquenal previsto no art. 27 do CDC (AgInt no AREsp 888.223/SP, Rel. Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma do STJ, julgado em 27/09/2016, DJe 04/10/2016). Â Ainda de acordo com o STJ, o termo a quo do prazo prescricional da pretensÃ£o de repetiÃ§Ã£o do indÃ©bito relativo a desconto de benefÃ-cio previdenciÃ¡rio Ã© a data do Ãºltimo desconto indevido. (AgInt no AREsp 1.412.088/MS, Rel. Ministro Raul AraÃºjo, Quarta Turma, julgado em 27/8/2019, DJe 12/9/2019; AgInt no AREsp 1372834/MS, Rel. Ministro Luis Felipe SalomÃ£o, Quarta Turma do STJ, julgado em 26/03/2019, DJe 29/03/2019). Â Quanto Ã ausÃªncia de pretensÃ£o resistida, sustentei anteriormente o entendimento de que nÃ£o seria possÃ-vel exigi-la em face do art. 5Âº, inciso XXXV, da ConstituiÃ§Ã£o Federal, que assegura o livre acesso Ã justiÃ§a, independentemente de prÃ©vio requerimento administrativo. Contudo, recentemente filiei-me Ã doutrina que defende a compatibilidade das condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o com o princÃ-pio constitucional da inafastabilidade da jurisdiÃ§Ã£o, adotada inclusive no Ã¢mbito do Supremo Tribunal Federal: Â Ementa: RECURSO EXTRAORDINÃRIO. REPERCUSSÃ¿O GERAL. PRÃ¿VIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO E INTERESSE EM AGIR. 1. A instituiÃ§Ã£o de condiÃ§Ãµes para o regular exercÃ-cio do direito de aÃ§Ã£o Ã© compatÃ-vel com o art. 5Âº, XXXV, da ConstituiÃ§Ã£o. Para se caracterizar a presenÃ§a de interesse em agir, Ã© preciso haver necessidade de ir a juÃ-zo. 2 [...]. (RE 631240, Relator(a):Â Min. Roberto Barroso, Tribunal Pleno, julgado em 03/09/2014, AcÃ³rdÃ£o EletrÃ´nico RepercussÃ£o Geral - MÃ©rito DJe-220, publicado em 10/11/2014). Â Em seu voto, o Ministro LuÃ-s Roberto Barroso, relator da mencionada jurisprudÃªncia, relembrou que a Corte Suprema Â¿sempre afirmou que decisÃµes extintivas de processos por ausÃªncia de condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o nÃ£o violam a inafastabilidade da jurisdiÃ§Ã£oÂ¿, arrematando que: Â Â¿o interesse em agir Ã© uma condiÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o essencialmente ligada aos princÃ-pios da economicidade e da eficiÃªncia. Partindo-se da premissa de que os recursos pÃºblicos sÃ£o escassos, o que se traduz em limitaÃ§Ãµes na estrutura e na forÃ§a de trabalho do Poder JudiciÃ¡rio, Ã© preciso racionalizar a demanda, de modo a nÃ£o permitir o prosseguimento de processos que, de plano, revelem-se inÃºteis, inadequados ou desnecessÃ¡rios. Do contrÃ¡rio, o acÃºmulo de aÃ§Ãµes inviÃ¡veis poderia comprometer o bom funcionamento do sistema judiciÃ¡rio, inviabilizando a tutela efetiva das pretensÃµes idÃ´neasÂ¿. Â Ocorre que, em atenÃ§Ã£o ao princÃ-pio da seguranÃ§a jurÃ-dica, passei a analisar tal condiÃ§Ã£o de ofÃ-cio (art. 485, Â§3Âº, do CPC) nas aÃ§Ãµes que ainda nÃ£o foram contestadas, posto que, nas que jÃ¡ apresentaram a defesa - como a presente - a parte demandada teve a oportunidade de aquiescer, ainda que parcialmente, Ã pretensÃ£o da parte autora, o que nÃ£o ocorreu atÃ© o momento. Â Assim, nÃ£o seria razoÃ¡vel exigir na atual fase do processo a comprovaÃ§Ã£o do interesse de agir, visto que evidenciada a resistÃªncia do demandado ao pleito da inicial, motivo pelo qual rejeito a aludida preliminar. 2- MÃ¿RITO: A controvÃ©rsia sujeita-se ao CÃ³digo de Defesa do Consumidor, conforme entendimento consolidado na SÃºmula n.Âº 297, do Superior Tribunal de JustiÃ§a: O CÃ³digo de Defesa do Consumidor Ã© aplicÃ¡vel Ã s instituiÃ§Ãµes financeiras. Nessa senda, o art. 6Âº, VIII, do CDC, assegura a inversÃ£o do Ã´nus da prova em favor do consumidor para facilitar a defesa de seus direitos quando,Â a critÃ©rio do juiz, for verossÃ-mil a

alegaÃ§Ã£o ou quando ele for hipossuficiente.Â Como se vÃª, a inversÃ£o nÃ£o Ã© automÃ¡tica, sendo necessÃ¡rio que o magistrado analise os requisitos legais diante do caso concreto, senÃ£o vejamos: AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÃ¿Ã¿O DE INDENIZAÃ¿Ã¿O POR DANOS MORAIS. INVERSÃ¿O DO Ã¿NUS DA PROVA. MATÃ¿RIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃ¿O PROVIDO. 1. Esta Corte possui firme o entendimento no sentido de que: "A inversÃ£o do Ã´nus da prova, nos termos do art. 6Âº, VIII, do CÃ³digo de Defesa do Consumidor, nÃ£o Ã© automÃ¡tica, dependendo da constataÃ§Ã£o, pelas instÂncias ordinÃ¡rias, da presenÃ§a ou nÃ£o da verossimilhanÃ§a das alegaÃ§Ãµes do consumidor.".(AgInt no AREsp 1328873/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÃ¿JO, QUARTA TURMA, julgado em 21/11/2019, DJe 18/12/2019). 2. [...] 3. Agravo interno nÃ£o provido. (AgInt no AREsp 1581973/SP, Rel. Ministro Luis Felipe SalomÃ£o, Quarta Turma do STJ, julgado em 10/03/2020, DJe 17/03/2020.) Registra-se que a adoÃ§Ã£o da distribuiÃ§Ã£o dinÂmica do Ã´nus da prova pelo CDC nÃ£o afasta a regra geral prevista no CÃ³digo de Processo Civil, art. 373, I e II, segundo a qual compete ao autor demonstrar o direito que o assiste e ao rÃ©u a existÃªncia de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito daquele. Nas palavras de Leonardo Garcia: Â¿[...] caso o consumidor venha a propor a aÃ§Ã£o (autor), deverÃ¡ fazer prova do fato constitutivo do direito. O que pode acontecer Ã© que, em alguns casos, quando a prova a cargo do consumidor se tornar difÃ-cil de ser feita ou muito onerosa (requisito da hipossuficiÃªncia) ou quando os argumentos alegados, segundo as regras ordinÃ¡rias de experiÃªncia do magistrado, forem plausÃ-veis (requisito da verossimilhanÃ§a das alegaÃ§Ãµes), o juiz poderÃ¡ inverter o Ã´nus da prova que, a princÃ-pio, foi distribuÃ-do de acordo com o CPCÂ¿. (CÃ³digo de Defesa do Consumidor Comentado: artigo por artigo. 13Âª ed. Rev., ampl. e atual. Salvador: JusPodivm, 2016. p.99). Logo, a partir da afirmaÃ§Ã£o da parte autora de que nÃ£o estabeleceu qualquer relaÃ§Ã£o com a instituiÃ§Ã£o financeira requerida, e tendo trazido aos autos histÃ³rico de emprÃ©stimos consignados emitido pelo INSS, no qual consta o contrato impugnado e o detalhamento dos descontos atÃ© entÃ£o realizados, nÃ£o poderia este juÃ-zo impor-lhe o Ã´nus da prova, pois, alÃ©m da verossimilhanÃ§a de suas alegaÃ§Ãµes (que justifica a inversÃ£o), trata-se de fato negativo, vislumbrando-se maior facilidade para a parte rÃ© provar o contrÃ¡rio. Cumpre registrar que as partes foram expressamente advertidas de que, se restassem evidenciadas das circunstÂncias dos autos qualquer ato que caracterizasse litigÂncia de mÃ¡-fÃ©, haveria, de ofÃ-cio, condenaÃ§Ã£o ao pagamento de multa, com fundamento nos arts. 80 e 81 do CPC. Isto porque Ã© de conhecimento pÃºblico e notÃ³rio - especialmente nesta Comarca -Â que as fraudes perpetradas contra beneficiÃ¡rios e pensionistas do INSS cresceram em todo o paÃ-s. Contudo, em paralelo a essa lamentÃ¡vel realidade, aumentaram tambÃ©m as aÃ§Ãµes decorrentes de aventura jurÃ-dica (condenÃ¡veis, inclusive, pelo estatuto da OAB), consistentes em processos deflagrados com arrimo na inversÃ£o do Ã´nus da prova prevista no CDC, em que os requerentes, de fato, realizaram o emprÃ©stimo questionado, mas pretendem, atravÃ©s do processo, locupletar-se economicamente Ã s expensas da parte rÃ©Â nos casos em que esta, por ineficiÃªncia, nÃ£o logra Ãªxito em apresentar os documentos pertinentes. Restam claras, da situaÃ§Ã£o exposta, condutas que caracterizam a litigÂncia de mÃ¡-fÃ©, na tentativa de induzir em erro o JuÃ-zo,Â abarrotando o Poder JudiciÃ¡rio, jÃ¡ tÃ£o assoberbado, com demanda que sabe ser temerÃ¡ria. Sujeita-se, portanto, Ã Â condenaÃ§Ã£o nas penas do art. 81 do CPC. Nesse sentido: EMENTA: Â¿APELAÃ¿Ã¿O CÃVEL - AÃ¿Ã¿O DECLARATÃ¿RIA DE INEXISTÃ¿NCIA DE DÃ¿BITO C/C INDENIZAÃ¿Ã¿O MORAL - PROVA DA UTILIZAÃ¿Ã¿O DE CARTÃ¿O DE CRÃ¿DITO E DO INADIMPLEMENTO - VERIFICAÃ¿Ã¿O - NEGATIVAÃ¿Ã¿O - EXERCÃCIO REGULAR DE DIREITO - RESPONSABILIDADE CIVIL DO RÃ¿U E DANO MORAL - NÃ¿O CONFIGURAÃ¿Ã¿O - LITIGÃ¿NCIA DE MÃ-FÃ¿ - CARACTERIZAÃ¿Ã¿O - IMPOSIÃ¿Ã¿O DE MULTA DE 2% (DOIS POR CENTO) SOBRE O VALOR ATUALIZADO DA CAUSA. -Â Em se tratando de AÃ§Ã£o DeclaratÃ³ria de natureza negativa, compete Ã parte RÃ© provar a existÃªncia de fato constitutivo do prÃ³prio direito ou de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do Autor, a teor do disposto no art. 373, II, do CPC/2015. - Se o Requerido se desincumbiu de seu Ã´nus probatÃ³rio, produzindo prova documental que revela a celebraÃ§Ã£o de contrato de cartÃ£o de crÃ©dito, a sua utilizaÃ§Ã£o, assim como o inadimplemento de valores pelos quais o Demandante se obrigou, Ã© legÃ-tima a inscriÃ§Ã£o do nome do devedor nos cadastros restritivos de crÃ©dito, decorrente do exercÃ-cio regular de direito do credor, nÃ£o remanescendo caracterizado nenhum ato ilÃ-cito do fornecedor de serviÃ§o a ensejar a declaraÃ§Ã£o de inexistÃªncia de dÃ©bito, o cancelamento do apontamento e a reparaÃ§Ã£o por danos morais. -Â Constatando-se que o Requerente alterou a verdade dos fatos, tentando usar o processo para conseguir o objetivo ilegal de se furtar ao pagamento da dÃ-vida contraÃ-da junto ao RÃ©u, remanesce caracterizada a litigÂncia de mÃ¡-fÃ©, nos termos do art. 80, do CPC/2015, a fundamentar a sua condenaÃ§Ã£o ao pagamento da multa prevista no art. 81, do mesmo Diploma LegalÂ¿. Â (TJMGÂ -Â ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel Â 1.0000.19.136271-4/001, Relator(a): Des.(a) Roberto Vasconcellos , 17Âª CÂmara

CÃ-vel, julgamento em 12/03/0020, publicaÃ§Ã£o da sÃºmula em 16/03/2020). Ementa: Â¿Recurso Inominado. NegativaÃ§Ã£o.Â AlegaÃ§Ã£o de inexistÃªncia de relaÃ§Ã£o jurÃ-dica e de dÃ©bito. InclusÃ£o de documentos que atestam a existÃªncia do dÃ©bito. DemonstraÃ§Ã£o de litigÃ¢ncia de mÃ¡-fÃ©. AlteraÃ§Ã£o da verdade dos fatos. SentenÃ§a confirmada pelos seus prÃ³prios fundamentos. Recurso nÃ£o providoÂ¿. (TJSP; Â Recurso Inominado CÃ-vel 1025761-07.2017.8.26.0071; Relator:Â Leandro Eburneo Laposta; Ã¿rgÃ£o Julgador: 1Âª Turma CÃ-vel; Foro Especial da InfÃ¢ncia e Juventude -Â 1.Vara; Julgado em 21/02/2019). No caso em exame, o requerido desincumbiu-se satisfatoriamente de seu Ã´nus probatÃ³rio ao apresentar cÃ³pia do contrato firmado pelas partes (fls. 28/31), transferÃªncia eletrÃ´nica (fl. 38), bem como, ofÃ-cio encaminhado pelo Banco do Brasil em que consta extrato da autora confirmando o exato valor contratado para conta de titularidade da autora. Ao declarar na inicial que nÃ£o solicitou o emprÃ©stimo consignado objeto da lide e nem recebeu qualquer valor referente ao contrato, a requerente alterou a verdade dos fatos, evidenciando sua mÃ¡-fÃ©. Frise-se que a gratuidade da justiÃ§a nÃ£o se estende quando houver o reconhecimento da litigÃ¢ncia de mÃ¡-fÃ©, conforme exceÃ§Ã£o disposta no art.Â 55, caput, da Lei 9.099/95,Â e art. 98, Â§ 4Âº, do CÃ³digo de Processo Civil, in verbis: Art. 55. A sentenÃ§a de primeiro grau nÃ£o condenarÃ¡ o vencido em custas e honorÃ¡rios de advogado, ressalvados os casos de litigÃ¢ncia de mÃ¡-fÃ©.Â [...] (grifamos) Art. 98. A pessoa natural ou jurÃ-dica, brasileira ou estrangeira, com insuficiÃªncia de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorÃ¡rios advocatÃ-cios tem direito Ã gratuidade da justiÃ§a, na forma da lei.Â [...] Â§ 4Âº A concessÃ£o de gratuidade nÃ£o afasta o dever de o beneficiÃ¡rio pagar, ao final, as multas processuais que lhe sejam impostas. Embora as referidas disposiÃ§Ãµes legais sejam claras, o Superior Tribunal de JustiÃ§a confirmou o entendimento de que Â¿a concessÃ£o da gratuidade de justiÃ§a nÃ£o isenta a parte beneficiÃ¡ria de, ao final do processo, pagar as penalidades que lhe foram impostas em decorrÃªncia da litigÃ¢ncia de mÃ¡-fÃ©Â¿ (REsp 1663193/SP, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma do STJ, julgado em 20/02/2018, DJe 23/02/2018). Em seu voto, a Ministra Relatora Nancy Andrighi concluiu que o beneficiÃ¡rio da gratuidade condenado Ã s penas previstas no art. 81 do CPC continua Â¿auferindo das isenÃ§Ãµes legais (a exemplo do pagamento do preparo recursal), estando obrigado, contudo, a pagar, ao final do processo, a multa e/ou indenizaÃ§Ã£o fixada pelo julgadorÂ¿. No mesmo sentido Ã© a orientaÃ§Ã£o dos Enunciados n.Âº 114 e 136 do FONAJE: ENUNCIADO 114 -Â A gratuidade da justiÃ§a nÃ£o abrange o valor devido em condenaÃ§Ã£o por litigÃ¢ncia de mÃ¡-fÃ© (XX Encontro - SÃ£o Paulo/SP). ENUNCIADO 136 -Â O reconhecimento da litigÃ¢ncia de mÃ¡-fÃ© poderÃ¡ implicar em condenaÃ§Ã£o ao pagamento de custas, honorÃ¡rios de advogado, multa e indenizaÃ§Ã£o nos termos dos artigos 55, caput, da lei 9.099/95 e 18 do CÃ³digo de Processo Civil (XXVII Encontro - Palmas/TO). Desta forma, evidenciado que o autor contratou o emprÃ©stimo consignado objeto desta lide, faz jus a instituiÃ§Ã£o financeira requerida ao recebimento da contraprestaÃ§Ã£o pelos valores disponibilizados, razÃ£o pela qual JULGO IMPROCEDENTES OS PEDIDOS formulados na inicial, extinguindo o feito com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. Condeno a requerente ao pagamento de multa por litigÃ¢ncia de mÃ¡-fÃ© correspondente a 2% (dois por cento) do valor corrigido da causa, com arrimo nos arts. 80, I e II, e 81 do CPC. Condeno-a tambÃ©m em custas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios, que arbitro em 10% (dez por cento) do valor da causa. P. R. I. Transitada em julgado, arquivem-se. CametÃ¡/PA, 12 de abril de 2022. JosÃ© Matias Santana Dias Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara

PROCESSO: 00022031720118140012 PROCESSO ANTIGO: 201110013038 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE MATIAS SANTANA DIAS A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/04/2022---REQUERIDO:O ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 17182 - GUSTAVO TAVARES MONTEIRO (PROCURADOR(A)) REQUERENTE:JOAO DE ALMEIDA LISBOA Representante(s): OAB 8514 - ADRIANE FARIAS SIMOES (ADVOGADO) . SENTENÃ¿A DE EMBARGOS DE DECLARAÃ¿Ã¿O COM EFEITOS MODIFICATIVOS Vistos etc. Trata-se de aÃ§Ã£o ajuizada sob o rito comum por servidor estadual militar tendo por objeto o pagamento de adicional de interiorizaÃ§Ã£o previsto na Lei Estadual n.Âº 5.262/1991, em decorrÃªncia da prestaÃ§Ã£o de serviÃ§os no interior do Estado do ParÃ¡. O pleito foi julgado procedente (fls. 71/74). ApÃ³s a sentenÃ§a, o requerido suscitou atravÃ©s do recurso em anÃ¡lise questÃ£o de ordem pÃºblica, qual seja a inconstitucionalidade da mencionada legislaÃ§Ã£o. ContrarrazÃµes nos autos (fls. 99/108). Decido. Assiste razÃ£o ao embargante. Em 14/02/2020 o Governador do Estado do ParÃ¡ propÃ´s aÃ§Ã£o direta de inconstitucionalidade tendo por objeto o art. 4Âº, inciso IV, da ConstituiÃ§Ã£o do Estado do ParÃ¡, que assegurava aos militares do Estado, na forma da lei, o direito ao adicional de interiorizaÃ§Ã£o, bem como a Lei estadual n.Âº 5.652/1991, que o regulamentava. Em dezembro daquele ano o plenÃ¡rio do Supremo Tribunal Federal julgou procedente a aÃ§Ã£o devido ao reconhecimento de vÃ-cio de iniciativa na lei que

instituiu o adicional, eis que proposta pela Assembleia Legislativa do Estado do ParÃ¡ em violaÃ§Ã£o ao art. 61, Â§ 1Âº, II, `fÂ¿, da ConstituiÃ§Ã£o Federal, que atribui - pelo princÃ-pio da simetria - a iniciativa privativa da matÃ©ria ao Governador do Estado. Com relaÃ§Ã£o ao dispositivo da ConstituiÃ§Ã£o estadual questionado, o STF entendeu que padecia do mesmo vÃ-cio, vez que jÃ¡ havia se posicionado no sentido de que `Ã© vedada a inserÃ§Ã£o nos textos constitucionais estaduais de matÃ©rias cuja veiculaÃ§Ã£o por lei se submeteriam Ã iniciativa privativa do chefe do Poder ExecutivoÂ¿. Vejamos: EMENTA: AÃ¿Ã¿O DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. INC. IV DO ART. 48 DA CONSTITUIÃ¿Ã¿O DO PARÃ E LEI ESTADUAL 5.652/1991. INSTITUIÃ¿Ã¿O DE ADICIONAL DE INTERIORIZAÃ¿Ã¿O A SERVIDORES MILITARES. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. COMPETÃ¿NCIA DE GOVERNADOR PARA INICIATIVA DE LEI SOBRE REGIME JURÃDICO E REMUNERAÃ¿Ã¿O DE MILITARES ESTADUAIS. PRINCÃPIO DA SIMETRIA. AÃ¿Ã¿O JULGADA PROCEDENTE. MODULAÃ¿Ã¿O DOS EFEITOS DA DECISÃ¿O. (ADI 6321, Relator(a): CÃ¡rmen LÃºcia, Tribunal Pleno do STF, julgado em 21/12/2020, Processo EletrÃ´nico DJe-023 DIVULG 05-02-2021 Public 08-02-2021) Todavia, em atenÃ§Ã£o ao princÃ-pio da confianÃ§a e da seguranÃ§a jurÃ-dica, o STF modulou os efeitos da declaraÃ§Ã£o de inconstitucionalidade nos termos a seguir: `DecisÃ£o: O Tribunal, por maioria, julgou procedente o pedido formulado na aÃ§Ã£o direta para: a) declarar a inconstitucionalidade do inc. IV do art. 48 da ConstituiÃ§Ã£o do ParÃ¡ e da Lei n. 5.652/1991 do ParÃ¡ e b) conferir eficÃ¡cia ex nunc Ã decisÃ£o para produzir efeitos a partir da data do julgamento relativamente aos que jÃ¡ estejam recebendo por decisÃ£o administrativa ou judicial, nos termos do voto da Relatora, vencidos parcialmente os Ministros Edson Fachin e Marco AurÃ©lioÂ¿. (PlenÃ¡rio, SessÃ£o Virtual de 11.12.2020 a 18.12.2020) grifamos Ressalta-se que a declaraÃ§Ã£o de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade das normas tÃªm eficÃ¡cia contra todos e efeito vinculante em relaÃ§Ã£o aos Ã³rgÃ£os do Poder JudiciÃ¡rio (e tambÃ©m Ã AdministraÃ§Ã£o PÃºblica), passÃ-vel de reclamaÃ§Ã£o consoante art. 28, parÃ¡grafo Ãºnico, da Lei n.Âº 9.868/1999 c/c arts. 927, I e 988, III, do CÃ³digo de Processo Civil. No caso, nÃ£o consta dos autos o recebimento administrativo ou judicial do adicional postulado, de modo que o embargado nÃ£o foi abrangido pela modulaÃ§Ã£o dos efeitos da decisÃ£o. Nesse sentido orienta-se o Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡: Ementa: REEXAME E APELAÃ¿Ã¿O CÃVEL. AÃ¿Ã¿O ORDINÃRIA. COBRANÃ¿A DE ADICIONAL DE INTERIORIZAÃ¿Ã¿O.Â PREJUDICIAL DE INCONSTITUCIONALIDADE DE OFÃCIO. APLICAÃ¿Ã¿O DO ART. 102, Â§ 2Âº DA CF; ART. 28 DA LEI NÂº 9.868/99 E ART. 927, I DO CPC. INCONSTITUCIONALIDADE DO INC. IV DO ART. 48 DA CONSTITUIÃ¿Ã¿O ESTADUAL E LEI 5.652/91 DECLARADA PELO STF - ADI 6.321/PA. DIREITO INEXISTENTE. SUCUMBÃ¿NCIA - Â§8Âº DO ART. 85; Â§Â§ 2Âº e 3Âº DO ART. 98, TODOS DO CPC. SENTENÃ¿A REFORMADA. 1-Â A sentenÃ§a julga procedente em parte o pedido inicial, para condenar o rÃ©u ao pagamento do adicional de interiorizaÃ§Ã£o ao autor e os valores retroativos observado o prazo prescricional de cinco anos, com juros e correÃ§Ã£o monetÃ¡ria. Fixa honorÃ¡rios em R$2.000,00 (dois mil reais); 2-Â A retomada do curso processual tem assento na decisÃ£o da Vice-PresidÃªncia deste Tribunal, restringindo o sobrestamento de processos que versem sobre a matÃ©ria de adicional de interiorizaÃ§Ã£o ao juÃ-zo de admissibilidade dos recursos extraordinÃ¡rios e especial, o que Ã© de sua competÃªncia; 3-Â Os juÃ-zes e os tribunais devem observar as decisÃµes do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade, porquanto revestidas de efeito vinculante e eficÃ¡cia contra todos. InteligÃªncia do art. 102, Â§ 2Âº da ConstituiÃ§Ã£o Federal; art. 28 da Lei nÂº 9.868/99 e do art. 927, inciso I, do CPC; 4-Â Declarada pelo STF, em 21/12/2020, a inconstitucionalidade formal do inc. IV do art. 48 da ConstituiÃ§Ã£o do ParÃ¡ e da Lei Estadual nÂº 5.652/1991, que respaldavam o direito do servidor militar, em serviÃ§o no interior do Estado do ParÃ¡, de receber o adicional de interiorizaÃ§Ã£o (ADI 6.321/PA); 5-Â O PlenÃ¡rio da Corte Suprema conferiu eficÃ¡cia ex nunc Ã decisÃ£o para produzir efeitos a partir da data do julgamento relativamente aos que jÃ¡ estejam recebendo por decisÃ£o administrativa ou judicial, com fundamento no art. 27, da Lei nÂº 9.868/99, por recomendaÃ§Ã£o dos princÃ-pios da seguranÃ§a jurÃ-dica e da confianÃ§a legÃ-tima.; 6-Â No caso concreto, a parte autora nÃ£o recebe o adicional de interiorizaÃ§Ã£o por reconhecimento, seja na via administrativa ou judicial; nÃ£o sendo alcanÃ§ada pela modulaÃ§Ã£o dos efeitos da inconstitucionalidade declarada nos autos da ADI6.321/PA; 7-Â CondenaÃ§Ã£o da parte autora em custas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios fixados na ordem de R$1.000,00 (um mil reais) ficando suspensa a exigibilidade em virtude da gratuidade da justiÃ§a. InteligÃªncia do Â§8Âº do art. 85 e Â§Â§ 2Âº e 3Âº, do art. 98, todos do CPC; 8-Â Recurso de apelaÃ§Ã£o e Reexame NecessÃ¡rio conhecidos. Prejudicial de inconstitucionalidade suscitada de ofÃ-cio. SentenÃ§a reformada. Prejudicado o exame do mÃ©rito do recurso de apelaÃ§Ã£o e do reexame. (AcÃ³rdÃ£o n.Âº 7606249, Rel. Celia Regina De Lima Pinheiro, Ã¿rgÃ£o Julgador 1Âª Turma de Direito PÃºblico, julgado em 09/12/2021, publicado em 17/12/2021) grifamos EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NA APELAÃ¿Ã¿O CÃVEL. AÃ¿Ã¿O ORDINÃRIA DE PAGAMENTO DO ADICIONAL DE

INTERIORIZAÃ¿Ã¿O COM PEDIDO DE VALORES RETROATIVOS. Â RECURSO INTENTADO CONTRA DECISÃ¿O MONOCRÃTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÃ¿Ã¿O CÃVEL. DECLARAÃ¿Ã¿O DE INCONSTITUCIONALIDADE PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF ATRAVÃ¿S DA AÃ¿Ã¿O DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE NÂº 6.321/PA DO INCISO IV DO ARTIGO 48 DA CONSTITUIÃ¿Ã¿O DO PARÃ E DA LEI ESTADUAL NÂº 5.652/1991 QUE INSTITUIU E REGULAMENTOU REFERIDO BENEFÃCIO. EFEITO Â¿EX NUNCÂ¿ DA MENCIONADA DECISÃ¿O. DESCABIMENTO, DIANTE DO MENCIONADO JULGADO, DO DIREITO AO RECEBIMENTO E INCORPORAÃ¿Ã¿O DO BENEFÃCIO EM QUESTÃ¿O. IMPROCEDÃ¿NCIA DOS PEDIDOS FORMULADOS NA AÃ¿Ã¿O INTENTADA QUE SE IMPÃ¿E. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃ¿O UNÃ¿NIME. 1. O Supremo Tribunal Federal proferiu o julgamento, em 21/12/2020, da AÃ§Ã£o Direta de Inconstitucionalidade nÂº 6.321 do Estado do ParÃ¡, por meio do qual declarou a inconstitucionalidade do inc. IV do art. 48 da ConstituiÃ§Ã£o do ParÃ¡ e da Lei Estadual nÂº 5.652/1991 do ParÃ¡ que instituiu e regulamentou, respectivamente, o adicional de interiorizaÃ§Ã£o aos policiais militares deste Estado, alÃ©m de conferir eficÃ¡ciaÂ ex nuncÂ Ã decisÃ£o, de modo a produzir efeitos a partir da data do julgamento relativamente Ã queles que jÃ¡ estivessem recebendo o benefÃ-cio mediante decisÃ£o administrativa ou judicial, tendo a ADI transitado em julgado em 20/02/2021. 2.Â No caso dos autos, a sentenÃ§a nÃ£o chegou a ser cumprida diante do recurso de apelaÃ§Ã£o e, depois, pelo Agravo Interno interpostos pelo Estado do ParÃ¡, bem como pelo sobrestamento dos autos. Desse modo, em nenhum momento restou pago o adicional de interiorizaÃ§Ã£o em favor do autor ora agravado, e, consequentemente, nÃ£o se aplica a ele a modulaÃ§Ã£o dos efeitos que conferiu eficÃ¡ciaÂ ex nuncÂ Ã decisÃ£o que julgou procedente aÂ ADI 6.321/PA. 3. Recurso conhecido e provido. Ã¿ unanimidade. (AcÃ³rdÃ£o n.Âº 7572672, Rel. Roberto Goncalves de Moura, Ã¿rgÃ£o Julgador 1Âª Turma de Direito PÃºblico, julgado em 06/12/2021, publicado em 16/12/2021) grifamos Assim sendo, acolho os embargos de declaraÃ§Ã£o com efeitos infringentes e, diante da decisÃ£o proferida na ADI n.Âº 6.321/PA, modifico a sentenÃ§a embargada, JULGANDO IMPROCEDENTES os pedidos da inicial pelos fartos fundamentos jÃ¡ expostos, extinguindo o feito com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito nos termos do art. 487, I, do CPC. Condeno a parte autora, ora embargada, ao pagamento de custas e honorÃ¡rios advocatÃ-cios em percentual equivalente a 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, ficando, contudo, suspensa a exigibilidade pelo prazo legal devido Ã concessÃ£o da assistÃªncia judiciÃ¡ria. P. R. I. CiÃªncia ao MP. Transitada em julgado, arquivem-se. Â CametÃ¡/PA, 13 de abril de 2022. JosÃ© Matias Santana Dias Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara

PROCESSO: 00028588420128140012 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE MATIAS SANTANA DIAS A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/04/2022---REQUERENTE:ELSON DIONES DINIZ DOS SANTOS Representante(s): OAB 15811 - DENNIS SILVA CAMPOS (ADVOGADO) REQUERIDO:O ESTADO DO PARA. SENTENÃ¿A Vistos etc. Trata-se de aÃ§Ã£o ajuizada sob o rito comum por servidor estadual militar tendo por objeto o pagamento de adicional de interiorizaÃ§Ã£o previsto na Lei Estadual n.Âº 5.262/1991, em decorrÃªncia da prestaÃ§Ã£o de serviÃ§os no interior do Estado do ParÃ¡. Citado, o requerido suscitou questÃ£o prejudicial de mÃ©rito referente ao incidente de constitucionalidade instaurado perante a 2Âª Turma de Direito PÃºblico do TJPA. ManifestaÃ§Ã£o do autor Ã s fls. 82/84. Decido. Com efeito, em 14/02/2020 o Governador do Estado do ParÃ¡ propÃ´s aÃ§Ã£o direta de inconstitucionalidade tendo por objeto o art. 4Âº, inciso IV, da ConstituiÃ§Ã£o do Estado do ParÃ¡, que assegurava aos militares do Estado, na forma da lei, o direito ao adicional de interiorizaÃ§Ã£o, bem como a Lei estadual n.Âº 5.652/1991, que o regulamentava. Em dezembro daquele ano o plenÃ¡rio do Supremo Tribunal Federal julgou procedente a aÃ§Ã£o devido ao reconhecimento de vÃ-cio de iniciativa na lei que instituiu o adicional, eis que proposta pela Assembleia Legislativa do Estado do ParÃ¡ em violaÃ§Ã£o ao art. 61, Â§ 1Âº, II, `fÂ¿, da ConstituiÃ§Ã£o Federal, que atribui - pelo princÃ-pio da simetria - a iniciativa privativa da matÃ©ria ao Governador do Estado. Com relaÃ§Ã£o ao dispositivo da ConstituiÃ§Ã£o estadual questionado, o STF entendeu que padecia do mesmo vÃ-cio, vez que jÃ¡ havia se posicionado no sentido de que `Ã© vedada a inserÃ§Ã£o nos textos constitucionais estaduais de matÃ©rias cuja veiculaÃ§Ã£o por lei se submeteriam Ã iniciativa privativa do chefe do Poder ExecutivoÂ¿. Vejamos: EMENTA: AÃ¿Ã¿O DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. INC. IV DO ART. 48 DA CONSTITUIÃ¿Ã¿O DO PARÃ E LEI ESTADUAL 5.652/1991. INSTITUIÃ¿Ã¿O DE ADICIONAL DE INTERIORIZAÃ¿Ã¿O A SERVIDORES MILITARES. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. COMPETÃ¿NCIA DE GOVERNADOR PARA INICIATIVA DE LEI SOBRE REGIME JURÃDICO E REMUNERAÃ¿Ã¿O DE MILITARES ESTADUAIS. PRINCÃPIO DA SIMETRIA. AÃ¿Ã¿O JULGADA PROCEDENTE. MODULAÃ¿Ã¿O DOS EFEITOS DA DECISÃ¿O. (ADI 6321, Relator(a): CÃ¡rmen LÃºcia,

Tribunal Pleno do STF, julgado em 21/12/2020, Processo EletrÃ´nico DJe-023 DIVULG 05-02-2021 Public 08-02-2021) Todavia, em atenÃ§Ã£o ao princÃ-pio da confianÃ§a e da seguranÃ§a jurÃ-dica, o STF modulou os efeitos da declaraÃ§Ã£o de inconstitucionalidade nos termos a seguir: `DecisÃ£o: O Tribunal, por maioria, julgou procedente o pedido formulado na aÃ§Ã£o direta para: a) declarar a inconstitucionalidade do inc. IV do art. 48 da ConstituiÃ§Ã£o do ParÃ¡ e da Lei n. 5.652/1991 do ParÃ¡ e b) conferir eficÃ¡cia ex nunc Ã decisÃ£o para produzir efeitos a partir da data do julgamento relativamente aos que jÃ¡ estejam recebendo por decisÃ£o administrativa ou judicial, nos termos do voto da Relatora, vencidos parcialmente os Ministros Edson Fachin e Marco AurÃ©lioÂ¿. (PlenÃ¡rio, SessÃ£o Virtual de 11.12.2020 a 18.12.2020) grifamos Ressalta-se que a declaraÃ§Ã£o de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade das normas tÃªm eficÃ¡cia contra todos e efeito vinculante em relaÃ§Ã£o aos Ã³rgÃ£os do Poder JudiciÃ¡rio (e tambÃ©m Ã AdministraÃ§Ã£o PÃºblica), passÃ-vel de reclamaÃ§Ã£o consoante art. 28, parÃ¡grafo Ãºnico, da Lei n.Âº 9.868/1999 c/c arts. 927, I e 988, III, do CÃ³digo de Processo Civil. No caso, nÃ£o consta dos autos o recebimento administrativo ou judicial do adicional postulado, de modo que o embargado nÃ£o foi abrangido pela modulaÃ§Ã£o dos efeitos da decisÃ£o. Nesse sentido orienta-se o Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡: Ementa: REEXAME E APELAÃ¿Ã¿O CÃVEL. AÃ¿Ã¿O ORDINÃRIA. COBRANÃ¿A DE ADICIONAL DE INTERIORIZAÃ¿Ã¿O.Â PREJUDICIAL DE INCONSTITUCIONALIDADE DE OFÃCIO. APLICAÃ¿Ã¿O DO ART. 102, Â§ 2Âº DA CF; ART. 28 DA LEI NÂº 9.868/99 E ART. 927, I DO CPC. INCONSTITUCIONALIDADE DO INC. IV DO ART. 48 DA CONSTITUIÃ¿Ã¿O ESTADUAL E LEI 5.652/91 DECLARADA PELO STF - ADI 6.321/PA. DIREITO INEXISTENTE. SUCUMBÃ¿NCIA - Â§8Âº DO ART. 85; Â§Â§ 2Âº e 3Âº DO ART. 98, TODOS DO CPC. SENTENÃ¿A REFORMADA. 1-Â A sentenÃ§a julga procedente em parte o pedido inicial, para condenar o rÃ©u ao pagamento do adicional de interiorizaÃ§Ã£o ao autor e os valores retroativos observado o prazo prescricional de cinco anos, com juros e correÃ§Ã£o monetÃ¡ria. Fixa honorÃ¡rios em R$2.000,00 (dois mil reais); 2-Â A retomada do curso processual tem assento na decisÃ£o da Vice-PresidÃªncia deste Tribunal, restringindo o sobrestamento de processos que versem sobre a matÃ©ria de adicional de interiorizaÃ§Ã£o ao juÃ-zo de admissibilidade dos recursos extraordinÃ¡rios e especial, o que Ã© de sua competÃªncia; 3-Â Os juÃ-zes e os tribunais devem observar as decisÃµes do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade, porquanto revestidas de efeito vinculante e eficÃ¡cia contra todos. InteligÃªncia do art. 102, Â§ 2Âº da ConstituiÃ§Ã£o Federal; art. 28 da Lei nÂº 9.868/99 e do art. 927, inciso I, do CPC; 4-Â Declarada pelo STF, em 21/12/2020, a inconstitucionalidade formal do inc. IV do art. 48 da ConstituiÃ§Ã£o do ParÃ¡ e da Lei Estadual nÂº 5.652/1991, que respaldavam o direito do servidor militar, em serviÃ§o no interior do Estado do ParÃ¡, de receber o adicional de interiorizaÃ§Ã£o (ADI 6.321/PA); 5-Â O PlenÃ¡rio da Corte Suprema conferiu eficÃ¡cia ex nunc Ã decisÃ£o para produzir efeitos a partir da data do julgamento relativamente aos que jÃ¡ estejam recebendo por decisÃ£o administrativa ou judicial, com fundamento no art. 27, da Lei nÂº 9.868/99, por recomendaÃ§Ã£o dos princÃ-pios da seguranÃ§a jurÃ-dica e da confianÃ§a legÃ-tima.; 6-Â No caso concreto, a parte autora nÃ£o recebe o adicional de interiorizaÃ§Ã£o por reconhecimento, seja na via administrativa ou judicial; nÃ£o sendo alcanÃ§ada pela modulaÃ§Ã£o dos efeitos da inconstitucionalidade declarada nos autos da ADI6.321/PA; 7-Â CondenaÃ§Ã£o da parte autora em custas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios fixados na ordem de R$1.000,00 (um mil reais) ficando suspensa a exigibilidade em virtude da gratuidade da justiÃ§a. InteligÃªncia do Â§8Âº do art. 85 e Â§Â§ 2Âº e 3Âº, do art. 98, todos do CPC; 8-Â Recurso de apelaÃ§Ã£o e Reexame NecessÃ¡rio conhecidos. Prejudicial de inconstitucionalidade suscitada de ofÃ-cio. SentenÃ§a reformada. Prejudicado o exame do mÃ©rito do recurso de apelaÃ§Ã£o e do reexame. (AcÃ³rdÃ£o n.Âº 7606249, Rel. Celia Regina De Lima Pinheiro, Ã¿rgÃ£o Julgador 1Âª Turma de Direito PÃºblico, julgado em 09/12/2021, publicado em 17/12/2021) grifamos EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NA APELAÃ¿Ã¿O CÃVEL. AÃ¿Ã¿O ORDINÃRIA DE PAGAMENTO DO ADICIONAL DE INTERIORIZAÃ¿Ã¿O COM PEDIDO DE VALORES RETROATIVOS. Â RECURSO INTENTADO CONTRA DECISÃ¿O MONOCRÃTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÃ¿Ã¿O CÃVEL. DECLARAÃ¿Ã¿O DE INCONSTITUCIONALIDADE PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF ATRAVÃ¿S DA AÃ¿Ã¿O DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE NÂº 6.321/PA DO INCISO IV DO ARTIGO 48 DA CONSTITUIÃ¿Ã¿O DO PARÃ E DA LEI ESTADUAL NÂº 5.652/1991 QUE INSTITUIU E REGULAMENTOU REFERIDO BENEFÃCIO. EFEITO Â¿EX NUNCÂ¿ DA MENCIONADA DECISÃ¿O. DESCABIMENTO, DIANTE DO MENCIONADO JULGADO, DO DIREITO AO RECEBIMENTO E INCORPORAÃ¿Ã¿O DO BENEFÃCIO EM QUESTÃ¿O. IMPROCEDÃ¿NCIA DOS PEDIDOS FORMULADOS NA AÃ¿Ã¿O INTENTADA QUE SE IMPÃ¿E. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃ¿O UNÃ¿NIME. 1. O Supremo Tribunal Federal proferiu o julgamento, em 21/12/2020, da AÃ§Ã£o Direta de Inconstitucionalidade nÂº 6.321 do Estado do ParÃ¡, por meio do qual declarou a inconstitucionalidade do inc. IV do art. 48 da ConstituiÃ§Ã£o do ParÃ¡ e da Lei Estadual nÂº 5.652/1991

do ParÃ¡ que instituiu e regulamentou, respectivamente, o adicional de interiorizaÃ§Ã£o aos policiais militares deste Estado, alÃ©m de conferir eficÃ¡ciaÂ ex nuncÂ Ã decisÃ£o, de modo a produzir efeitos a partir da data do julgamento relativamente Ã queles que jÃ¡ estivessem recebendo o benefÃ-cio mediante decisÃ£o administrativa ou judicial, tendo a ADI transitado em julgado em 20/02/2021. 2.Â No caso dos autos, a sentenÃ§a nÃ£o chegou a ser cumprida diante do recurso de apelaÃ§Ã£o e, depois, pelo Agravo Interno interpostos pelo Estado do ParÃ¡, bem como pelo sobrestamento dos autos. Desse modo, em nenhum momento restou pago o adicional de interiorizaÃ§Ã£o em favor do autor ora agravado, e, consequentemente, nÃ£o se aplica a ele a modulaÃ§Ã£o dos efeitos que conferiu eficÃ¡ciaÂ ex nuncÂ Ã decisÃ£o que julgou procedente aÂ ADI 6.321/PA. 3. Recurso conhecido e provido. Ã¿ unanimidade. (AcÃ³rdÃ£o n.Âº 7572672, Rel. Roberto Goncalves de Moura, Ã¿rgÃ£o Julgador 1Âª Turma de Direito PÃºblico, julgado em 06/12/2021, publicado em 16/12/2021) grifamos Assim, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos da inicial pelos fartos fundamentos jÃ¡ expostos, extinguindo o feito com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Condeno a parte autora ao pagamento de custas e honorÃ¡rios advocatÃ-cios em percentual equivalente a 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, ficando, contudo, suspensa a exigibilidade pelo prazo legal devido Ã concessÃ£o da assistÃªncia judiciÃ¡ria. P. R. I. CiÃªncia ao MP. Transitada em julgado, arquivem-se. Â CametÃ¡/PA, 13 de abril de 2022. JosÃ© Matias Santana Dias Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara

P R O C E S S O : 0 0 0 4 1 5 7 2 3 2 0 1 7 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE MATIAS SANTANA DIAS A??o: Procedimento Sumário em: 18/04/2022---REQUERENTE:BENEDITO MARTINS RODRIGUES Representante(s): OAB 17580 - ANA ROSA GONCALVES MENDES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SA BANRISUL Representante(s): OAB 173.477 - PAULO ROBERTO VIGNA (ADVOGADO) . PROCESSO: 0004157-23.2017.814.0012 RECLAMANTE: BENEDITO MARTINS RODRIGUES RECLAMADO: BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BANRISUL S/A Contrato n.Âº 31651741 (R$ 448,72) SENTENÃ¿AÂ Â Vistos etc.Â Dispensado o relatÃ³rio, nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95. Â A controvÃ©rsia sujeita-se ao CÃ³digo de Defesa do Consumidor, conforme entendimento consolidado na SÃºmula n.Âº 297, do Superior Tribunal de JustiÃ§a:Â O CÃ³digo de Defesa do Consumidor Ã© aplicÃ¡vel Ã s instituiÃ§Ãµes financeiras. Nessa senda, o art. 6Âº, VIII, do CDC, assegura a inversÃ£o do Ã´nus da prova em favor do consumidor para facilitar a defesa de seus direitos quando,Â a critÃ©rio do juiz, for verossÃ-mil a alegaÃ§Ã£o ou quando ele for hipossuficiente.Â Como se vÃª, a inversÃ£o nÃ£o Ã© automÃ¡tica, sendo necessÃ¡rio que o magistrado analise os requisitos legais diante do caso concreto, senÃ£o vejamos:Â AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÃ¿Ã¿O DE INDENIZAÃ¿Ã¿O POR DANOS MORAIS. INVERSÃ¿O DO Ã¿NUS DA PROVA. MATÃ¿RIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃ¿O PROVIDO. 1. Esta Corte possui firme o entendimento no sentido de que: "A inversÃ£o do Ã´nus da prova, nos termos do art. 6Âº, VIII, do CÃ³digo de Defesa do Consumidor, nÃ£o Ã© automÃ¡tica, dependendo da constataÃ§Ã£o, pelas instÃ¢ncias ordinÃ¡rias, da presenÃ§a ou nÃ£o da verossimilhanÃ§a das alegaÃ§Ãµes do consumidor.".(AgInt no AREsp 1328873/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÃ¿JO, QUARTA TURMA, julgado em 21/11/2019, DJe 18/12/2019). 2. [...] 3. Agravo interno nÃ£o provido. (AgInt no AREsp 1581973/SP, Rel. Ministro Luis Felipe SalomÃ£o, Quarta Turma do STJ, julgado em 10/03/2020, DJe 17/03/2020.) (Destacamos) Registra-se que a adoÃ§Ã£o da distribuiÃ§Ã£o dinÃ¢mica do Ã´nus da prova pelo CDC nÃ£o afasta a regra geral prevista no CÃ³digo de Processo Civil, art. 373, I e II, segundo a qual compete ao autor demonstrar o direito que o assiste e ao rÃ©u a existÃªncia de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito daquele. Nas palavras de Leonardo Garcia: Â¿[...]Â caso o consumidor venha a propor a aÃ§Ã£o (autor), deverÃ¡ fazer prova do fato constitutivo do direito. O que pode acontecer Ã© que, em alguns casos, quando a prova a cargo do consumidor se tornar difÃ-cil de ser feita ou muito onerosa (requisito da hipossuficiÃªncia) ou quando os argumentos alegados, segundo as regras ordinÃ¡rias de experiÃªncia do magistrado, forem plausÃ-veis (requisito da verossimilhanÃ§a das alegaÃ§Ãµes), o juiz poderÃ¡ inverter o Ã´nus da prova que, a princÃ-pio, foi distribuÃ-do de acordo com o CPCÂ¿. (CÃ³digo de Defesa do Consumidor Comentado: artigo por artigo. 13Âª ed. Rev., ampl. e atual. Salvador: JusPodivm, 2016. p.99). Logo, a partir da afirmaÃ§Ã£o da parte autora de que nÃ£o estabeleceu qualquer relaÃ§Ã£o com a instituiÃ§Ã£o financeira requerida, e tendo trazido aos autos histÃ³rico de emprÃ©stimos consignados emitido pelo INSS, no qual consta o contrato impugnado e o detalhamento dos descontos atÃ© entÃ£o realizados, nÃ£o poderia este juÃ-zo impor-lhe o Ã´nus da prova, pois, alÃ©m da verossimilhanÃ§a de suas alegaÃ§Ãµes (que justifica a inversÃ£o), trata-se de fato negativo, vislumbrando-se maior facilidade para a parte rÃ© provar o contrÃ¡rio. No caso em exame, o requerido desincumbiu-se satisfatoriamente de seu

Ã´nus probatÃ³rio ao apresentar cÃ³pia do contrato firmado pelas partes (fl. 36/39), comprovante de OP disponibilizado em favor do autor e ofÃ-cio encaminhado pelo Banco do Brasil comprovando que o demandante sacou o valor objeto do contrato sob anÃ¡lise. Desta forma, evidenciado que o autor contratou o emprÃ©stimo consignado objeto desta lide, faz jus a instituiÃ§Ã£o financeira requerida ao recebimento da contraprestaÃ§Ã£o pelos valores disponibilizados, razÃ£o pela qual JULGO IMPROCEDENTES OS PEDIDOS formulados na inicial, extinguindo o feito com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. P. R. I. Transitada em julgado, arquivem-se, CametÃ¡/PA, 12 de abril de 2022. JosÃ© Matias Santana Dias Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara

P R O C E S S O : 0 0 0 5 2 5 8 6 1 2 0 1 8 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE MATIAS SANTANA DIAS A??o: Procedimento Sumário em: 18/04/2022---REQUERENTE:PAIXAO COELHO PINTO Representante(s): OAB 17100 - LUIS FERNANDO FRANCEZ SASSIM (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO PAN SA ATUAL DENOMINACAO DO BANCO PANAMERICANO SA Representante(s): OAB 30348 - JOAO VITOR CHAVES MARQUES DIAS (ADVOGADO) . PROCESSO: 0005258-61.2018.814.0012 RECLAMANTE: PAIXÃ¿O COELHO PINTO RECLAMADO: BANCO PAN S/A Contrato n.Âº 305424653-7 (R$ 1.146,92) SENTENÃ¿AÂ Â Vistos etc.Â Dispensado o relatÃ³rio, nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95. Â A controvÃ©rsia sujeita-se ao CÃ³digo de Defesa do Consumidor, conforme entendimento consolidado na SÃºmula n.Âº 297, do Superior Tribunal de JustiÃ§a:Â O CÃ³digo de Defesa do Consumidor Ã© aplicÃ¡vel Ã s instituiÃ§Ãµes financeiras. Nessa senda, o art. 6Âº, VIII, do CDC, assegura a inversÃ£o do Ã´nus da prova em favor do consumidor para facilitar a defesa de seus direitos quando,Â a critÃ©rio do juiz, for verossÃ-mil a alegaÃ§Ã£o ou quando ele for hipossuficiente.Â Como se vÃª, a inversÃ£o nÃ£o Ã© automÃ¡tica, sendo necessÃ¡rio que o magistrado analise os requisitos legais diante do caso concreto, senÃ£o vejamos:Â AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÃ¿Ã¿O DE INDENIZAÃ¿Ã¿O POR DANOS MORAIS. INVERSÃ¿O DO Ã¿NUS DA PROVA. MATÃ¿RIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃ¿O PROVIDO. 1. Esta Corte possui firme o entendimento no sentido de que: "A inversÃ£o do Ã´nus da prova, nos termos do art. 6Âº, VIII, do CÃ³digo de Defesa do Consumidor, nÃ£o Ã© automÃ¡tica, dependendo da constataÃ§Ã£o, pelas instÃ¢ncias ordinÃ¡rias, da presenÃ§a ou nÃ£o da verossimilhanÃ§a das alegaÃ§Ãµes do consumidor.".(AgInt no AREsp 1328873/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÃ¿JO, QUARTA TURMA, julgado em 21/11/2019, DJe 18/12/2019). 2. [...] 3. Agravo interno nÃ£o provido. (AgInt no AREsp 1581973/SP, Rel. Ministro Luis Felipe SalomÃ£o, Quarta Turma do STJ, julgado em 10/03/2020, DJe 17/03/2020.) Registra-se que a adoÃ§Ã£o da distribuiÃ§Ã£o dinÃ¢mica do Ã´nus da prova pelo CDC nÃ£o afasta a regra geral prevista no CÃ³digo de Processo Civil, art. 373, I e II, segundo a qual compete ao autor demonstrar o direito que o assiste e ao rÃ©u a existÃªncia de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito daquele. Nas palavras de Leonardo Garcia: Â¿[...]Â caso o consumidor venha a propor a aÃ§Ã£o (autor), deverÃ¡ fazer prova do fato constitutivo do direito. O que pode acontecer Ã© que, em alguns casos, quando a prova a cargo do consumidor se tornar difÃ-cil de ser feita ou muito onerosa (requisito da hipossuficiÃªncia) ou quando os argumentos alegados, segundo as regras ordinÃ¡rias de experiÃªncia do magistrado, forem plausÃ-veis (requisito da verossimilhanÃ§a das alegaÃ§Ãµes), o juiz poderÃ¡ inverter o Ã´nus da prova que, a princÃ-pio, foi distribuÃ-do de acordo com o CPCÂ¿. (CÃ³digo de Defesa do Consumidor Comentado: artigo por artigo. 13Âª ed. Rev., ampl. e atual. Salvador: JusPodivm, 2016. p.99). Logo, a partir da afirmaÃ§Ã£o da parte autora de que nÃ£o estabeleceu qualquer relaÃ§Ã£o com a instituiÃ§Ã£o financeira requerida, e tendo trazido aos autos histÃ³rico de emprÃ©stimos consignados emitido pelo INSS, no qual consta o contrato impugnado e o detalhamento dos descontos atÃ© entÃ£o realizados, nÃ£o poderia este juÃ-zo impor-lhe o Ã´nus da prova, pois, alÃ©m da verossimilhanÃ§a de suas alegaÃ§Ãµes (que justifica a inversÃ£o), trata-se de fato negativo, vislumbrando-se maior facilidade para a parte rÃ© provar o contrÃ¡rio. No caso em exame, o requerido desincumbiu-se satisfatoriamente de seu Ã´nus probatÃ³rio ao apresentar cÃ³pia do contrato firmado pelas partes (fls. 44/47), transferÃªncia eletrÃ´nica do exato valor contratado para conta de titularidade do autor, bem como ofÃ-cio encaminhado pelo Banco Bradesco S/A comprovando que o valor foi creditado em favor da demandante. Desta forma, evidenciado que o autor contratou o emprÃ©stimo consignado objeto desta lide, faz jus a instituiÃ§Ã£o financeira requerida ao recebimento da contraprestaÃ§Ã£o pelos valores disponibilizados, razÃ£o pela qual JULGO IMPROCEDENTES OS PEDIDOS formulados na inicial, extinguindo o feito com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. Deixo de impor condenaÃ§Ã£o por litigÂ¢ncia de mÃ¡-fÃ© ao autora, por passar a adotar o entendimento de que em se tratando de pessoa idosa, alÃ©m de tudo analfabeta, deve ser mitigado o engano na propositura da aÃ§Ã£o, havendo razoabilidade em se inferir que possui dificuldade para compreender com clareza os

termos de uma operaÃ§Ã£o dessa natureza. P. R. I. Transitada em julgado, arquivem-se. CametÃ¡/PA, 12 de abril de 2022. JosÃ© Matias Santana Dias Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara

P R O C E S S O : 0 0 0 5 9 2 4 9 6 2 0 1 7 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE MATIAS SANTANA DIAS A??o: Procedimento Sumário em: 18/04/2022---REQUERENTE:MARIA HILDA DO SOCORRO MACHADO MINDELO Representante(s): OAB 17854 - MARTHA PANTOJA ASSUNCAO (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO PANAMERICANO SA Representante(s): OAB 23255 - ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (ADVOGADO) . PROCESSO NÂº 0005924-96.2017.814.0012 RECLAMANTE: MARIA HILDA DO SOCORRO MACHADO RECLAMADO: BANCO PANAMERICANO S/A Contrato n.Âº 05319769-9 (R$ 677,01) SENTENÃ¿A Vistos etc. Dispensado o relatÃ³rio, nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95. 1- PRELIMINARES e PREJUDICIAL: Afasto a preliminar de incompetÃªncia do juizado especial para apreciaÃ§Ã£o da causa, por entender que Ã© suficiente ao deslinde da causa a produÃ§Ã£o da prova documental, consistente na juntada do contrato impugnado e do comprovante de liberaÃ§Ã£o do crÃ©dito ao contratante. Ademais, a Lei 9.099/95, em seu art. 35, caput, e Enunciado n.Âº 12- FONAJE dispÃµem que o Juiz poderÃ¡ inquirir, atravÃ©s de perÃ-cia informal, tÃ©cnicos de sua confianÃ§a quando a prova do fato exigir. Quanto Ã ausÃªncia de pretensÃ£o resistida, sustentei anteriormente o entendimento de que nÃ£o seria possÃ-vel exigi-la em face do art. 5Âº, inciso XXXV, da ConstituiÃ§Ã£o Federal, que assegura o livre acesso Ã justiÃ§a, independentemente de prÃ©vio requerimento administrativo. Contudo, recentemente filiei-me Ã doutrina que defende a compatibilidade das condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o com o princÃ-pio constitucional da inafastabilidade da jurisdiÃ§Ã£o, adotada inclusive no Ã¢mbito do Supremo Tribunal Federal: Â Ementa: RECURSO EXTRAORDINÃRIO. REPERCUSSÃ¿O GERAL. PRÃ¿VIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO E INTERESSE EM AGIR. 1. A instituiÃ§Ã£o de condiÃ§Ãµes para o regular exercÃ-cio do direito de aÃ§Ã£o Ã© compatÃ-vel com o art. 5Âº, XXXV, da ConstituiÃ§Ã£o. Para se caracterizar a presenÃ§a de interesse em agir, Ã© preciso haver necessidade de ir a juÃ-zo. 2 [...]. (RE 631240, Relator(a):Â Min. Roberto Barroso, Tribunal Pleno, julgado em 03/09/2014, AcÃ³rdÃ£o EletrÃ´nico RepercussÃ£o Geral - MÃ©rito DJe-220, publicado em 10/11/2014). Â Em seu voto, o Ministro LuÃ-s Roberto Barroso, relator da mencionada jurisprudÃªncia, relembrou que a Corte Suprema Â¿sempre afirmou que decisÃµes extintivas de processos por ausÃªncia de condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o nÃ£o violam a inafastabilidade da jurisdiÃ§Ã£oÂ¿, arrematando que: Â Â¿o interesse em agir Ã© uma condiÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o essencialmente ligada aos princÃ-pios da economicidade e da eficiÃªncia. Partindo-se da premissa de que os recursos pÃºblicos sÃ£o escassos, o que se traduz em limitaÃ§Ãµes na estrutura e na forÃ§a de trabalho do Poder JudiciÃ¡rio, Ã© preciso racionalizar a demanda, de modo a nÃ£o permitir o prosseguimento de processos que, de plano, revelem-se inÃºteis, inadequados ou desnecessÃ¡rios. Do contrÃ¡rio, o acÃºmulo de aÃ§Ãµes inviÃ¡veis poderia comprometer o bom funcionamento do sistema judiciÃ¡rio, inviabilizando a tutela efetiva das pretensÃµes idÃ´neasÂ¿. Â Ocorre que, em atenÃ§Ã£o ao princÃ-pio da seguranÃ§a jurÃ-dica, passei a analisar tal condiÃ§Ã£o de ofÃ-cio (art. 485, Â§3Âº, do CPC) nas aÃ§Ãµes que ainda nÃ£o foram contestadas, posto que, nas que jÃ¡ apresentaram a defesa - como a presente - a parte demandada teve a oportunidade de aquiescer, ainda que parcialmente, Ã pretensÃ£o da parte autora, o que nÃ£o ocorreu atÃ© o momento. Â Assim, nÃ£o seria razoÃ¡vel exigir na atual fase do processo a comprovaÃ§Ã£o do interesse de agir, visto que evidenciada a resistÃªncia do demandado ao pleito da inicial, motivo pelo qual rejeito a aludida preliminar. 2- MÃ¿RITO: A controvÃ©rsia sujeita-se ao CÃ³digo de Defesa do Consumidor, conforme entendimento consolidado na SÃºmula n.Âº 297, do Superior Tribunal de JustiÃ§a:Â O CÃ³digo de Defesa do Consumidor Ã© aplicÃ¡vel Ã s instituiÃ§Ãµes financeiras. Nessa senda, o art. 6Âº, VIII, do CDC, assegura a inversÃ£o do Ã´nus da prova em favor do consumidor para facilitar a defesa de seus direitos quando,Â a critÃ©rio do juiz, for verossÃ-mil a alegaÃ§Ã£o ou quando ele for hipossuficiente.Â Como se vÃª, a inversÃ£o nÃ£o Ã© automÃ¡tica, sendo necessÃ¡rio que o magistrado analise os requisitos legais diante do caso concreto, senÃ£o vejamos:Â Â Â AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÃ¿Ã¿O DE INDENIZAÃ¿Ã¿O POR DANOS MORAIS. INVERSÃ¿O DO Ã¿NUS DA PROVA. MATÃ¿RIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃ¿O PROVIDO. 1. Esta Corte possui firme o entendimento no sentido de que: "A inversÃ£o do Ã´nus da prova, nos termos do art. 6Âº, VIII, do CÃ³digo de Defesa do Consumidor, nÃ£o Ã© automÃ¡tica, dependendo da constataÃ§Ã£o, pelas instÂ¢ncias ordinÃ¡rias, da presenÃ§a ou nÃ£o da verossimilhanÃ§a das alegaÃ§Ãµes do consumidor.".(AgInt no AREsp 1328873/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÃ¿JO, QUARTA TURMA, julgado em 21/11/2019, DJe 18/12/2019). 2. [...] 3. Agravo interno nÃ£o provido. (AgInt no AREsp 1581973/SP, Rel. Ministro Luis Felipe SalomÃ£o, Quarta Turma do STJ, julgado em 10/03/2020, DJe 17/03/2020.). Registra-se que a adoÃ§Ã£o da distribuiÃ§Ã£o dinÂ¢mica do Ã´nus da

prova pelo CDC nÃ£o afasta a regra geral prevista no CÃ³digo de Processo Civil, art. 373, I e II, segundo a qual compete ao autor demonstrar o direito que o assiste e ao rÃ©u a existÃªncia de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito daquele. Nas palavras de Leonardo Garcia: Â Â¿[...]Â caso o consumidor venha a propor a aÃ§Ã£o (autor), deverÃ¡ fazer prova do fato constitutivo do direito. O que pode acontecer Ã© que, em alguns casos, quando a prova a cargo do consumidor se tornar difÃ-cil de ser feita ou muito onerosa (requisito da hipossuficiÃªncia) ou quando os argumentos alegados, segundo as regras ordinÃ¡rias de experiÃªncia do magistrado, forem plausÃ-veis (requisito da verossimilhanÃ§a das alegaÃ§Ãµes), o juiz poderÃ¡ inverter o Ã´nus da prova que, a princÃ-pio, foi distribuÃ-do de acordo com o CPCÂ¿. (CÃ³digo de Defesa do Consumidor Comentado: artigo por artigo. 13Âª ed. Rev., ampl. e atual. Salvador: JusPodivm, 2016. p.99). Â Logo, a partir da afirmaÃ§Ã£o da parte autora de que nÃ£o estabeleceu qualquer relaÃ§Ã£o com a instituiÃ§Ã£o financeira requerida, e tendo trazido aos autos histÃ³rico de emprÃ©stimos consignados emitido pelo INSS, no qual consta o contrato impugnado e o detalhamento dos descontos atÃ© entÃ£o realizados, nÃ£o poderia este juÃ-zo impor-lhe o Ã´nus da prova, pois, alÃ©m da verossimilhanÃ§a de suas alegaÃ§Ãµes (que justifica a inversÃ£o), trata-se de fato negativo, vislumbrando-se maior facilidade para a parte rÃ© provar o contrÃ¡rio. No caso em exame, o requerido desincumbiu-se satisfatoriamente de seu Ã´nus probatÃ³rio ao apresentar cÃ³pia do contrato firmado pelas partes (fls. 39-V/42), transferÃªncia eletrÃ´nica do exato valor contratado para conta de titularidade da autora (fl. 34-v), bem como, oficio do Banco Bradesco S/A em que consta o extrato da conta bancÃ¡ria da autora no exato valor do contrato. Desta forma, evidenciado que a autora contratou o emprÃ©stimo consignado objeto desta lide, faz jus a instituiÃ§Ã£o financeira requerida ao recebimento da contraprestaÃ§Ã£o pelos valores disponibilizados, razÃ£o pela qual JULGO IMPROCEDENTES OS PEDIDOS formulados na inicial, extinguindo o feito com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. P. R. I. Transitada em julgado, arquivem-se. CametÃ¡/PA, 13 de abril de 2022. JosÃ© Matias Santana Dias Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara

P R O C E S S O : 0 0 0 6 0 6 0 5 9 2 0 1 8 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE MATIAS SANTANA DIAS A??o: Procedimento Sumário em: 18/04/2022---REQUERENTE:SALETE GONCALVES ALVES Representante(s): OAB 25002 - EMANUEL JUNIOR MONTEIRO MARQUES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO PAN SA Representante(s): OAB 16.383 - GILVAN MELO SOUSA (ADVOGADO) . PROCESSO NÂº 0006060592018.814.0012 RECLAMANTE: SALETE GONÃ¿ALVESALVES RECLAMADO: BANCO PAN S/A Contrato n.Âº 316899414-7 (R$ 1.187,80) SENTENÃ¿A Vistos etc. Dispensado o relatÃ³rio, nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95. 1- PRELIMINARES:Â Afasto a preliminar de incompetÃªncia do juizado especial para apreciaÃ§Ã£o da causa, por entender que Ã© suficiente ao deslinde a produÃ§Ã£o da prova documental, consistente na juntada do contrato impugnado e do comprovante de liberaÃ§Ã£o do crÃ©dito ao(Ã) contratante. Ademais, a Lei 9.099/95, em seu art. 35, caput, bem como o Enunciado n.Âº 12- FONAJE, dispÃµem que o Juiz poderÃ¡ inquirir, atravÃ©s de perÃ-cia informal, tÃ©cnicos de sua confianÃ§a quando a prova do fato exigir. 2- MÃ¿RITO: A controvÃ©rsia sujeita-se ao CÃ³digo de Defesa do Consumidor, conforme entendimento consolidado na SÃºmula n.Âº 297, do Superior Tribunal de JustiÃ§a:Â O CÃ³digo de Defesa do Consumidor Ã© aplicÃ¡vel Ã s instituiÃ§Ãµes financeiras. Nessa senda, o art. 6Âº, VIII, do CDC, assegura a inversÃ£o do Ã´nus da prova em favor do consumidor para facilitar a defesa de seus direitos quando,Â a critÃ©rio do juiz, for verossÃ-mil a alegaÃ§Ã£o ou quando ele for hipossuficiente.Â Como se vÃª, a inversÃ£o nÃ£o Ã© automÃ¡tica, sendo necessÃ¡rio que o magistrado analise os requisitos legais diante do caso concreto, senÃ£o vejamos:Â Â Â AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÃ¿Ã¿O DE INDENIZAÃ¿Ã¿O POR DANOS MORAIS. INVERSÃ¿O DO Ã¿NUS DA PROVA. MATÃ¿RIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃ¿O PROVIDO. 1. Esta Corte possui firme o entendimento no sentido de que: "A inversÃ£o do Ã´nus da prova, nos termos do art. 6Âº, VIII, do CÃ³digo de Defesa do Consumidor, nÃ£o Ã© automÃ¡tica, dependendo da constataÃ§Ã£o, pelas instÃ¢ncias ordinÃ¡rias, da presenÃ§a ou nÃ£o da verossimilhanÃ§a das alegaÃ§Ãµes do consumidor.".(AgInt no AREsp 1328873/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÃ¿JO, QUARTA TURMA, julgado em 21/11/2019, DJe 18/12/2019). 2. [...] 3. Agravo interno nÃ£o provido. (AgInt no AREsp 1581973/SP, Rel. Ministro Luis Felipe SalomÃ£o, Quarta Turma do STJ, julgado em 10/03/2020, DJe 17/03/2020.).Â Registra-se que a adoÃ§Ã£o da distribuiÃ§Ã£o dinÃ¢mica do Ã´nus da prova pelo CDC nÃ£o afasta a regra geral prevista no CÃ³digo de Processo Civil, art. 373, I e II, segundo a qual compete ao autor demonstrar o direito que o assiste e ao rÃ©u a existÃªncia de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito daquele. Nas palavras de Leonardo Garcia: Â Â¿[...]Â caso o consumidor venha a propor a aÃ§Ã£o (autor), deverÃ¡ fazer prova do fato constitutivo do direito. O que pode acontecer Ã© que,

em alguns casos, quando a prova a cargo do consumidor se tornar difÃ-cil de ser feita ou muito onerosa (requisito da hipossuficiÃªncia) ou quando os argumentos alegados, segundo as regras ordinÃ¡rias de experiÃªncia do magistrado, forem plausÃ-veis (requisito da verossimilhanÃ§a das alegaÃ§Ãµes), o juiz poderÃ¡ inverter o Ã´nus da prova que, a princÃ-pio, foi distribuÃ-do de acordo com o CPCÂ¿. (CÃ³digo de Defesa do Consumidor Comentado: artigo por artigo. 13Âª ed. Rev., ampl. e atual. Salvador: JusPodivm, 2016. p.99). Â Logo, a partir da afirmaÃ§Ã£o da parte autora de que nÃ£o estabeleceu qualquer relaÃ§Ã£o com a instituiÃ§Ã£o financeira requerida, e tendo trazido aos autos histÃ³rico de emprÃ©stimos consignados emitido pelo INSS, no qual consta o contrato impugnado e o detalhamento dos descontos atÃ© entÃ£o realizados, nÃ£o poderia este juÃ-zo impor-lhe o Ã´nus da prova, pois, alÃ©m da verossimilhanÃ§a de suas alegaÃ§Ãµes (que justifica a inversÃ£o), trata-se de fato negativo, vislumbrando-se maior facilidade para a parte rÃ© provar o contrÃ¡rio. No caso em exame, o requerido desincumbiu-se satisfatoriamente de seu Ã´nus probatÃ³rio ao apresentar cÃ³pia do contrato firmado pelas partes (fls. 27/28), transferÃªncia eletrÃ´nica do exato valor contratado para conta de titularidade da autora (fl. 29), bem como, oficio do Banco da AmazÃ´nia em que consta o extrato da conta bancÃ¡ria da autora no exato valor do contrato. Ficou claro no Quadro II que a finalidade do emprÃ©stimo era o refinanciamento do contrato n.Âº 302984589 e o valor utilizado para liquidar o contrato de R$ 499,73, restando ao autor o valor lÃ-quido a receber de R$ 672,97, exatamente o valor creditado em sua conta. Desta forma, evidenciado que a autora contratou o emprÃ©stimo consignado objeto desta lide, faz jus a instituiÃ§Ã£o financeira requerida ao recebimento da contraprestaÃ§Ã£o pelos valores disponibilizados, razÃ£o pela qual JULGO IMPROCEDENTES OS PEDIDOS formulados na inicial, extinguindo o feito com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. Deixo de impor condenaÃ§Ã£o por litigÃ¢ncia de mÃ¡-fÃ© Ã autora, por passar a adotar o entendimento de que em se tratando de operaÃ§Ã£o de refinanciamento, contendo cÃ¡lculos que, pelas condiÃ§Ãµes pessoais da demandante, hÃ¡ razoabilidade em depreender, podem ter dificultado sua compreensÃ£o acerca dos valores contratados, levando-a, por engano justificÃ¡vel, ao ajuizamento da aÃ§Ã£o. P. R. I. Transitada em julgado, arquivem-se. CametÃ¡/PA, 12 de abril de 2022. JosÃ© Matias Santana Dias Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara

P R O C E S S O : 0 0 0 6 3 1 9 5 4 2 0 1 8 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE MATIAS SANTANA DIAS A??o: Procedimento Sumário em: 18/04/2022---REQUERENTE:OTILIA MACHADO ALVES Representante(s): OAB 25002 - EMANUEL JUNIOR MONTEIRO MARQUES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO PAN SA Representante(s): OAB 23.255 - ANTONIO DE MORAES DOURATO NETO (ADVOGADO) . PROCESSO: 0006319-54.2018.814.0012 RECLAMANTE: OTILIA MACHADO ALVES RECLAMADO: BANCO PAN S/A Contrato n.Âº 309019006-1 (R$ 2.033,50) SENTENÃ¿A Vistos etc. Dispensado o relatÃ³rio, nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95. 1- PRELIMINARES: Afasto a preliminar de incompetÃªncia do juizado especial para apreciaÃ§Ã£o da causa, por entender que Ã© suficiente ao deslinde da causa a produÃ§Ã£o da prova documental, consistente na juntada do contrato impugnado e do comprovante de liberaÃ§Ã£o do crÃ©dito ao contratante. Ademais, a Lei 9.099/95, em seu art. 35, caput, e Enunciado n.Âº 12- FONAJE dispÃµem que o Juiz poderÃ¡ inquirir, atravÃ©s de perÃ-cia informal, tÃ©cnicos de sua confianÃ§a quando a prova do fato exigir. 2- MÃ¿RITO: A controvÃ©rsia sujeita-se ao CÃ³digo de Defesa do Consumidor, conforme entendimento consolidado na SÃºmula n.Âº 297, do Superior Tribunal de JustiÃ§a: O CÃ³digo de Defesa do Consumidor Ã© aplicÃ¡vel Ã s instituiÃ§Ãµes financeiras. Nessa senda, o art. 6Âº, VIII, do CDC, assegura a inversÃ£o do Ã´nus da prova em favor do consumidor para facilitar a defesa de seus direitos quando, a critÃ©rio do juiz, for verossÃ-mil a alegaÃ§Ã£o ou quando ele for hipossuficiente. Como se vÃª, a inversÃ£o nÃ£o Ã© automÃ¡tica, sendo necessÃ¡rio que o magistrado analise os requisitos legais diante do caso concreto, senÃ£o vejamos: AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÃ¿Ã¿O DE INDENIZAÃ¿Ã¿O POR DANOS MORAIS. INVERSÃ¿O DO Ã¿NUS DA PROVA. MATÃ¿RIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃ¿O PROVIDO. 1. Esta Corte possui firme o entendimento no sentido de que: "A inversÃ£o do Ã´nus da prova, nos termos do art. 6Âº, VIII, do CÃ³digo de Defesa do Consumidor, nÃ£o Ã© automÃ¡tica, dependendo da constataÃ§Ã£o, pelas instÂ¢ncias ordinÃ¡rias, da presenÃ§a ou nÃ£o da verossimilhanÃ§a das alegaÃ§Ãµes do consumidor.".(AgInt no AREsp 1328873/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÃ¿JO, QUARTA TURMA, julgado em 21/11/2019, DJe 18/12/2019). 2. [...] 3. Agravo interno nÃ£o provido. (AgInt no AREsp 1581973/SP, Rel. Ministro Luis Felipe SalomÃ£o, Quarta Turma do STJ, julgado em 10/03/2020, DJe 17/03/2020.) Registra-se que a adoÃ§Ã£o da distribuiÃ§Ã£o dinÃ¢mica do Ã´nus da prova pelo CDC nÃ£o afasta a regra geral prevista no CÃ³digo de Processo Civil, art. 373, I e II, segundo a qual compete ao autor demonstrar o direito que o assiste e ao

rÃ©u a existÃªncia de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito daquele. Nas palavras de Leonardo Garcia: Â¿[...]Â caso o consumidor venha a propor a aÃ§Ã£o (autor), deverÃ¡ fazer prova do fato constitutivo do direito. O que pode acontecer Ã© que, em alguns casos, quando a prova a cargo do consumidor se tornar difÃ-cil de ser feita ou muito onerosa (requisito da hipossuficiÃªncia) ou quando os argumentos alegados, segundo as regras ordinÃ¡rias de experiÃªncia do magistrado, forem plausÃ-veis (requisito da verossimilhanÃ§a das alegaÃ§Ãµes), o juiz poderÃ¡ inverter o Ã´nus da prova que, a princÃ-pio, foi distribuÃ-do de acordo com o CPCÂ¿. (CÃ³digo de Defesa do Consumidor Comentado: artigo por artigo. 13Âª ed. Rev., ampl. e atual. Salvador: JusPodivm, 2016. p.99). Logo, a partir da afirmaÃ§Ã£o da parte autora de que nÃ£o estabeleceu qualquer relaÃ§Ã£o com a instituiÃ§Ã£o financeira requerida, e tendo trazido aos autos histÃ³rico de emprÃ©stimos consignados emitido pelo INSS, no qual consta o contrato impugnado e o detalhamento dos descontos atÃ© entÃ£o realizados, nÃ£o poderia este juÃ-zo impor-lhe o Ã´nus da prova, pois, alÃ©m da verossimilhanÃ§a de suas alegaÃ§Ãµes (que justifica a inversÃ£o), trata-se de fato negativo, vislumbrando-se maior facilidade para a parte rÃ© provar o contrÃ¡rio. No caso em exame, o requerido desincumbiu-se satisfatoriamente de seu Ã´nus probatÃ³rio ao apresentar cÃ³pia do contrato firmado pelas partes (fl. 38/40) e ofÃ-cio encaminhado pelo Banco do Brasil com comprovante de saque da OP no exato valor contratado. Desta forma, evidenciado que a autora contratou o emprÃ©stimo consignado objeto desta lide, faz jus a instituiÃ§Ã£o financeira requerida ao recebimento da contraprestaÃ§Ã£o pelos valores disponibilizados, razÃ£o pela qual JULGO IMPROCEDENTES OS PEDIDOS formulados na inicial, extinguindo o feito com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. P. R. I. Transitada em julgado, arquivem-se. CametÃ¡/PA, 13 de abril de 2022. JosÃ© Matias Santana Dias Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara

PROCESSO: 00066117320178140012 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE MATIAS SANTANA DIAS A??o: Procedimento Sumário em: 18/04/2022---REQUERENTE:ALVINO DA SILVA CORREA Representante(s): OAB 21633 - JOSE DIEGO WANZELER GONCALVES (ADVOGADO) REQUERIDO:B V FINANCEIRA S A Representante(s): OAB 21678 - BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (ADVOGADO) OAB 23.255 - ANTONIO DE MORAES DOURATO NETO (ADVOGADO) . PROCESSO: 0006611-73.2017.814.0012 RECLAMANTE: ALVINO DA SILVA CORREA RECLAMADO: BANCO VOTORANTIM S/A Contrato n.Âº 230347481 (R$ 5.030,14) SENTENÃ¿A Vistos etc. Dispensado o relatÃ³rio, nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95. 1- PRELIMINARES: Defiro a retificaÃ§Ã£o do nome do requerido para BV FINANCEIRA- CRÃ¿DITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, devendo a secretaria providenciar a alteraÃ§Ã£o no sistema. Rejeito a prejudicial de prescriÃ§Ã£o, porquanto o Superior Tribunal de JustiÃ§a firmou o entendimento de queÂ o prazo decadencial a que alude o art. 26 do CDC nÃ£o se aplica em caso de indenizaÃ§Ã£o por danos materiais e morais decorrentes de falha na prestaÃ§Ã£o de serviÃ§o, devendo ser aplicado o prazo quinquenal previsto no art. 27 do CDCÂ (AgInt no AREsp 888.223/SP, Rel.Â Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma do STJ, julgado em 27/09/2016, DJe 04/10/2016). Â Ainda de acordo com o STJ, o termoÂ a quoÂ do prazo prescricional da pretensÃ£o de repetiÃ§Ã£o do indÃ©bito relativo a desconto de benefÃ-cio previdenciÃ¡rio Ã© a data do Ãºltimo desconto indevido. (AgInt no AREsp 1.412.088/MS, Rel.Â Ministro Raul AraÃºjo, Quarta Turma, julgado em 27/8/2019, DJe 12/9/2019; AgInt no AREsp 1372834/MS, Rel. Ministro Luis Felipe SalomÃ£o, Quarta Turma do STJ, julgado em 26/03/2019, DJe 29/03/2019). 2- MÃ¿RITO: A controvÃ©rsia sujeita-se ao CÃ³digo de Defesa do Consumidor, conforme entendimento consolidado na SÃºmula n.Âº 297, do Superior Tribunal de JustiÃ§a: O CÃ³digo de Defesa do Consumidor Ã© aplicÃ¡vel Ã s instituiÃ§Ãµes financeiras. Nessa senda, o art. 6Âº, VIII, do CDC, assegura a inversÃ£o do Ã´nus da prova em favor do consumidor para facilitar a defesa de seus direitos quando, a critÃ©rio do juiz, for verossÃ-mil a alegaÃ§Ã£o ou quando ele for hipossuficiente. Como se vÃª, a inversÃ£o nÃ£o Ã© automÃ¡tica, sendo necessÃ¡rio que o magistrado analise os requisitos legais diante do caso concreto, senÃ£o vejamos: AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÃ¿Ã¿O DE INDENIZAÃ¿Ã¿O POR DANOS MORAIS. INVERSÃ¿O DO Ã¿NUS DA PROVA. MATÃ¿RIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃ¿O PROVIDO. 1. Esta Corte possui firme o entendimento no sentido de que: "A inversÃ£o do Ã´nus da prova, nos termos do art. 6Âº, VIII, do CÃ³digo de Defesa do Consumidor, nÃ£o Ã© automÃ¡tica, dependendo da constataÃ§Ã£o, pelas instÃ¢ncias ordinÃ¡rias, da presenÃ§a ou nÃ£o da verossimilhanÃ§a das alegaÃ§Ãµes do consumidor.".(AgInt no AREsp 1328873/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÃ¿JO, QUARTA TURMA, julgado em 21/11/2019, DJe 18/12/2019). 2. [...] 3. Agravo interno nÃ£o provido. (AgInt no AREsp 1581973/SP, Rel. Ministro Luis Felipe SalomÃ£o, Quarta Turma do STJ, julgado em 10/03/2020, DJe 17/03/2020.) Registra-se que a adoÃ§Ã£o da distribuiÃ§Ã£o dinÃ¢mica do Ã´nus da prova pelo CDC nÃ£o afasta a regra geral prevista no CÃ³digo de Processo Civil, art. 373, I e II, segundo a

qual compete ao autor demonstrar o direito que o assiste e ao rÃ©u a existÃªncia de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito daquele. Nas palavras de Leonardo Garcia: Â¿[...]Â caso o consumidor venha a propor a aÃ§Ã£o (autor), deverÃ¡ fazer prova do fato constitutivo do direito. O que pode acontecer Ã© que, em alguns casos, quando a prova a cargo do consumidor se tornar difÃ-cil de ser feita ou muito onerosa (requisito da hipossuficiÃªncia) ou quando os argumentos alegados, segundo as regras ordinÃ¡rias de experiÃªncia do magistrado, forem plausÃ-veis (requisito da verossimilhanÃ§a das alegaÃ§Ãµes), o juiz poderÃ¡ inverter o Ã´nus da prova que, a princÃ-pio, foi distribuÃ-do de acordo com o CPCÂ¿. (CÃ³digo de Defesa do Consumidor Comentado: artigo por artigo. 13Âª ed. Rev., ampl. e atual. Salvador: JusPodivm, 2016. p.99). Logo, a partir da afirmaÃ§Ã£o da parte autora de que nÃ£o estabeleceu qualquer relaÃ§Ã£o com a instituiÃ§Ã£o financeira requerida, e tendo trazido aos autos histÃ³rico de emprÃ©stimos consignados emitido pelo INSS, no qual consta o contrato impugnado e o detalhamento dos descontos atÃ© entÃ£o realizados, nÃ£o poderia este juÃ-zo impor-lhe o Ã´nus da prova, pois, alÃ©m da verossimilhanÃ§a de suas alegaÃ§Ãµes (que justifica a inversÃ£o), trata-se de fato negativo, vislumbrando-se maior facilidade para a parte rÃ© provar o contrÃ¡rio. No caso em exame, o requerido desincumbiu-se satisfatoriamente de seu Ã´nus probatÃ³rio ao apresentar cÃ³pia do contrato firmado pelas partes (fl. 20/21) e ofÃ-cio encaminhado pelo Banco do Brasil informando o saque da OP no exato valor contratado. Desta forma, evidenciado que o autor contratou o emprÃ©stimo consignado objeto desta lide, faz jus a instituiÃ§Ã£o financeira requerida ao recebimento da contraprestaÃ§Ã£o pelos valores disponibilizados, razÃ£o pela qual JULGO IMPROCEDENTES OS PEDIDOS formulados na inicial, extinguindo o feito com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. P. R. I. Transitada em julgado, arquivem-se. CametÃ¡/PA, 13 de abril de 2022. JosÃ© Matias Santana Dias Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara

PROCESSO: 00071451720178140012 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE MATIAS SANTANA DIAS A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/04/2022---REQUERENTE:JOAO GARCIA DOS REIS Representante(s): OAB 11505 - VENINO TOURAO PANTOJA JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO DO ESTADO RIO GRANDE DO SUL SA BANRISUL CONSIGNADO SA Representante(s): OAB 173.477 - PAULO ROBERTO VIGNA (ADVOGADO) . PROCESSO NÂº 0007145-17.2017.814.0012 RECLAMANTE: JOÃ¿O GARCIA DOS REIS RECLAMADO: BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BANRISUL S/A Contrato n.Âº 1219857 (R$ 530,62) SENTENÃ¿A Vistos etc. Dispensado o relatÃ³rio, nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95. A controvÃ©rsia sujeita-se ao CÃ³digo de Defesa do Consumidor, conforme entendimento consolidado na SÃºmula n.Âº 297, do Superior Tribunal de JustiÃ§a:Â O CÃ³digo de Defesa do Consumidor Ã© aplicÃ¡vel Ã s instituiÃ§Ãµes financeiras. Nessa senda, o art. 6Âº, VIII, do CDC, assegura a inversÃ£o do Ã´nus da prova em favor do consumidor para facilitar a defesa de seus direitos quando,Â a critÃ©rio do juiz, for verossÃ-mil a alegaÃ§Ã£o ou quando ele for hipossuficiente.Â Como se vÃª, a inversÃ£o nÃ£o Ã© automÃ¡tica, sendo necessÃ¡rio que o magistrado analise os requisitos legais diante do caso concreto, senÃ£o vejamos:Â Â Â AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÃ¿Ã¿O DE INDENIZAÃ¿Ã¿O POR DANOS MORAIS. INVERSÃ¿O DO Ã¿NUS DA PROVA. MATÃ¿RIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃ¿O PROVIDO. 1. Esta Corte possui firme o entendimento no sentido de que: "A inversÃ£o do Ã´nus da prova, nos termos do art. 6Âº, VIII, do CÃ³digo de Defesa do Consumidor, nÃ£o Ã© automÃ¡tica, dependendo da constataÃ§Ã£o, pelas instÃ¢ncias ordinÃ¡rias, da presenÃ§a ou nÃ£o da verossimilhanÃ§a das alegaÃ§Ãµes do consumidor.".(AgInt no AREsp 1328873/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÃ¿JO, QUARTA TURMA, julgado em 21/11/2019, DJe 18/12/2019). 2. [...] 3. Agravo interno nÃ£o provido. (AgInt no AREsp 1581973/SP, Rel. Ministro Luis Felipe SalomÃ£o, Quarta Turma do STJ, julgado em 10/03/2020, DJe 17/03/2020.). Registra-se que a adoÃ§Ã£o da distribuiÃ§Ã£o dinÃ¢mica do Ã´nus da prova pelo CDC nÃ£o afasta a regra geral prevista no CÃ³digo de Processo Civil, art. 373, I e II, segundo a qual compete ao autor demonstrar o direito que o assiste e ao rÃ©u a existÃªncia de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito daquele. Nas palavras de Leonardo Garcia: Â Â¿[...]Â caso o consumidor venha a propor a aÃ§Ã£o (autor), deverÃ¡ fazer prova do fato constitutivo do direito. O que pode acontecer Ã© que, em alguns casos, quando a prova a cargo do consumidor se tornar difÃ-cil de ser feita ou muito onerosa (requisito da hipossuficiÃªncia) ou quando os argumentos alegados, segundo as regras ordinÃ¡rias de experiÃªncia do magistrado, forem plausÃ-veis (requisito da verossimilhanÃ§a das alegaÃ§Ãµes), o juiz poderÃ¡ inverter o Ã´nus da prova que, a princÃ-pio, foi distribuÃ-do de acordo com o CPCÂ¿. (CÃ³digo de Defesa do Consumidor Comentado: artigo por artigo. 13Âª ed. Rev., ampl. e atual. Salvador: JusPodivm, 2016. p.99). Â Logo, a partir da afirmaÃ§Ã£o da parte autora de que nÃ£o estabeleceu qualquer relaÃ§Ã£o com a instituiÃ§Ã£o financeira

requerida, e tendo trazido aos autos histÃ³rico de emprÃ©stimos consignados emitido pelo INSS, no qual consta o contrato impugnado e o detalhamento dos descontos atÃ© entÃ£o realizados, nÃ£o poderia este juÃ-zo impor-lhe o Ã´nus da prova, pois, alÃ©m da verossimilhanÃ§a de suas alegaÃ§Ãµes (que justifica a inversÃ£o), trata-se de fato negativo, vislumbrando-se maior facilidade para a parte rÃ© provar o contrÃ¡rio. No caso em exame, o requerido desincumbiu-se satisfatoriamente de seu Ã´nus probatÃ³rio ao apresentar cÃ³pia do contrato firmado pelas partes (fls. 34/37), transferÃªncia eletrÃ´nica do exato valor contratado para conta de titularidade da autora (fl. 40), bem como, oficio do Banco Bradesco S/A em que consta o extrato da conta bancÃ¡ria da autora no exato valor do contrato. Desta forma, evidenciado que o autor contratou o emprÃ©stimo consignado objeto desta lide, faz jus a instituiÃ§Ã£o financeira requerida ao recebimento da contraprestaÃ§Ã£o pelos valores disponibilizados, razÃ£o pela qual JULGO IMPROCEDENTES OS PEDIDOS formulados na inicial, extinguindo o feito com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. P. R. I. Transitada em julgado, arquivem-se. CametÃ¡/PA, 13 de abril de 2022. JosÃ© Matias Santana Dias Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara

P R O C E S S O : 0 0 0 7 7 2 5 8 1 2 0 1 6 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE MATIAS SANTANA DIAS A??o: Procedimento Sumário em: 18/04/2022---REQUERENTE:MARIA DOMICILIA DE BRITO NOVAES Representante(s): OAB 3630 - JOCELINDO FRANCES DE MEDEIROS (ADVOGADO) OAB 20469 - FREDERICK FIALHO KLITZKE (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BMG SA Representante(s): OAB 23255 - ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (ADVOGADO) . Processo n.Âº 0007725-81.2016.8.14.0012 RECLAMANTE: MARIA DOMICILIA DE BRITO NOVAES RECLAMADO: BANCO BMG S/A Contrato n.Âº 206717397 (R$ 422,63) SENTENÃ¿A Vistos etc. Dispensado o relatÃ³rio, nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95. A controvÃ©rsia sujeita-se ao CÃ³digo de Defesa do Consumidor, conforme entendimento consolidado na SÃºmula n.Âº 297, do Superior Tribunal de JustiÃ§a:Â O CÃ³digo de Defesa do Consumidor Ã© aplicÃ¡vel Ã s instituiÃ§Ãµes financeiras. Nessa senda, o art. 6Âº, VIII, do CDC, assegura a inversÃ£o do Ã´nus da prova em favor do consumidor para facilitar a defesa de seus direitos quando,Â a critÃ©rio do juiz, for verossÃ-mil a alegaÃ§Ã£o ou quando ele for hipossuficiente. A inversÃ£o nÃ£o Ã© automÃ¡tica, sendo necessÃ¡rio que o magistrado analise os requisitos legais diante do caso concreto, senÃ£o vejamos: AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÃ¿Ã¿O DE INDENIZAÃ¿Ã¿O POR DANOS MORAIS. INVERSÃ¿O DO Ã¿NUS DA PROVA. MATÃ¿RIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃ¿O PROVIDO. 1. Esta Corte possui firme o entendimento no sentido de que: "A inversÃ£o do Ã´nus da prova, nos termos do art. 6Âº, VIII, do CÃ³digo de Defesa do Consumidor, nÃ£o Ã© automÃ¡tica, dependendo da constataÃ§Ã£o, pelas instÃ¢ncias ordinÃ¡rias, da presenÃ§a ou nÃ£o da verossimilhanÃ§a das alegaÃ§Ãµes do consumidor.".(AgInt no AREsp 1328873/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÃ¿JO, QUARTA TURMA, julgado em 21/11/2019, DJe 18/12/2019). 2. [...] 3. Agravo interno nÃ£o provido. (AgInt no AREsp 1581973/SP, Rel. Ministro Luis Felipe SalomÃ£o, Quarta Turma do STJ, julgado em 10/03/2020, DJe 17/03/2020) Destacamos Registra-se que a adoÃ§Ã£o da distribuiÃ§Ã£o dinÃ¢mica do Ã´nus da prova pelo CDC nÃ£o afasta a regra geral prevista no CÃ³digo de Processo Civil, art. 373, I e II, segundo a qual compete ao autor demonstrar o direito que o assiste e ao rÃ©u a existÃªncia de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito daquele. Nas palavras de Leonardo Garcia: Â¿[...]Â caso o consumidor venha a propor a aÃ§Ã£o (autor), deverÃ¡ fazer prova do fato constitutivo do direito. O que pode acontecer Ã© que, em alguns casos, quando a prova a cargo do consumidor se tornar difÃ-cil de ser feita ou muito onerosa (requisito da hipossuficiÃªncia) ou quando os argumentos alegados, segundo as regras ordinÃ¡rias de experiÃªncia do magistrado, forem plausÃ-veis (requisito da verossimilhanÃ§a das alegaÃ§Ãµes), o juiz poderÃ¡ inverter o Ã´nus da prova que, a princÃ-pio, foi distribuÃ-do de acordo com o CPCÂ¿. (CÃ³digo de Defesa do Consumidor Comentado: artigo por artigo. 13Âª ed. Rev., ampl. e atual. Salvador: JusPodivm, 2016. p.99) Logo, a partir da afirmaÃ§Ã£o da parte autora de que nÃ£o estabeleceu qualquer relaÃ§Ã£o com a instituiÃ§Ã£o financeira requerida, e tendo trazido aos autos histÃ³rico de emprÃ©stimos consignados emitido pelo INSS, no qual consta o contrato impugnado e o detalhamento dos descontos atÃ© entÃ£o realizados, nÃ£o poderia este juÃ-zo impor-lhe o Ã´nus da prova, pois, alÃ©m da verossimilhanÃ§a de suas alegaÃ§Ãµes (que justifica a inversÃ£o), trata-se de fato negativo, vislumbrando-se maior facilidade para a parte rÃ© provar o contrÃ¡rio. No caso em exame, em que pese ter sido juntado aos autos planilha de proposta simplificada nÃ£o juntou o contrato do emprÃ©stimo impugnado, inviabilizando a anÃ¡lise da natureza contratual avenÃ§ada, se havia autorizaÃ§Ã£o para consignaÃ§Ã£o em folha de pagamento, alÃ©m das demais condiÃ§Ãµes formais do instrumento (como a assinatura da autora). Ademais, consta ofÃ-cio encaminhado pelo Banco do Bradesco S/A informando que nÃ£o houve movimentaÃ§Ã£o financeira na conta de titularidade da demandante. Assim, a instituiÃ§Ã£o

bancÃ¡ria nÃ£o logrou Ãªxito em comprovar que a autora efetivamente recebeu o valor contratado. Sendo incontroversos os descontos,Â os quais reputam-se indevidos em face da nÃ£o comprovaÃ§Ã£o da relaÃ§Ã£o jurÃ-dica entre as partes, impÃµe-se a procedÃªncia da aÃ§Ã£o, devendo o requerido ser responsabilizado pelos danos materiais e morais causados, entendimento que se coaduna com a posiÃ§Ã£o do Superior Tribunal de JustiÃ§a, em sede de Recurso Repetitivo e SÃºmula 479, senÃ£o vejamos: `RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÃ¿RSIA. JULGAMENTO PELA SISTEMÃTICA DO ART. 543-C DO CPC. RESPONSABILIDADE CIVIL. INSTITUIÃ¿Ã¿ES BANCÃRIAS. DANOS CAUSADOS POR FRAUDES E DELITOS PRATICADOS POR TERCEIROS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FORTUITO INTERNO. RISCO DO EMPREENDIMENTO. 1. Para efeitos do art. 543-C do CPC:Â As instituiÃ§Ãµes bancÃ¡rias respondemÂ objetivamenteÂ pelos danos causados por fraudes ou delitos praticados por terceirosÂ - como, por exemplo, abertura de conta-corrente ou recebimento de emprÃ©stimos mediante fraude ou utilizaÃ§Ã£o de documentos falsos -, porquanto tal responsabilidade decorre do risco do empreendimento, caracterizando-se como fortuito interno. 2. Recurso especial providoÂ¿. (REsp 1199782/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃ¿O, SEGUNDA SEÃ¿Ã¿O, julgado em 24/08/2011, DJe 12/09/2011) Destacamos `As instituiÃ§Ãµes financeiras respondemÂ objetivamenteÂ pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no Ã¢mbito de operaÃ§Ãµes bancÃ¡riasÂ¿. (SÃºmula 479, Segunda SeÃ§Ã£o, julgado em 27/06/2012, DJe 01/08/2012) Destacamos Â Â Registra-se que nÃ£o hÃ¡ nos autos qualquer fato que justifique a cobranÃ§a coercitiva, reiterada por meses, abatida diretamente de verba alimentar recebida por pessoa idosa pelo INSS. Em tais casos,Â o entendimento que prevalece,Â inclusive do E. Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, Ã© de que somente oÂ engano justificÃ¡velÂ afastaria a condenaÃ§Ã£o por devoluÃ§Ã£o em dobro, senÃ£o vejamos: Â EMENTA: CIVIL E PROCESSO CIVIL. APELAÃ¿Ã¿O. AÃ¿Ã¿O DECLARATÃ¿RIA DE INEXISTENCIA DE DÃ¿BITO C/C INDENIZAÃ¿Ã¿O POR DANOS MORAIS - DESCONTO INDEVIDO EM APOSENTADORIA. CONTRATO DE EMPRÃ¿STIMO NÃ¿O APRESENTADO. REPETIÃ¿Ã¿O DO VALOR DESCONTADO EM DOBRO DEVIDO - INTELIGENCIA DO ARTIGO 42 DO CDC. DANO MORAL IN RE IPSA. QUANTUM INDENIZATÃ¿RIO ADEQUADO E JUSTO AO CASO CONCRETO Ã¿ UNANIMIDADE. 1.Â Â In casu, evidenciada a ilicitude da conduta do banco apelante, que promoveu descontos indevidos no benefÃ-cio previdenciÃ¡rio da recorrida, referentes a emprÃ©stimo consignado, sem comprovar a existÃªncia de relaÃ§Ã£o contratual entre as partes, resta patente sua responsabilidade e correlato dever de indenizar. 2. O dano moral, no caso, Ã© in re ipsa, ou seja, prescindÃ-vel de comprovaÃ§Ã£o, ante a notoriedade da violaÃ§Ã£o a dignidade da pessoa humana, pois houve privaÃ§Ã£o indevida de parte do benefÃ-cio previdenciÃ¡rio da recorrida, pessoa idosa, que configura verba alimentar destinada ao sustento. 3.Â No que tange a repetiÃ§Ã£o do indÃ©bito em dobro, o banco apelante nÃ£o logrou Ãªxito em comprovar a contrataÃ§Ã£o do negÃ³cio jurÃ-dico bancÃ¡rio pela autora a justificar os descontos efetivados em sua conta, pelo que deve ser aplicado o artigo 42, parÃ¡grafo Ãºnico do CÃ³digo de Defesa do Consumidor, sendo desnecessÃ¡ria a caracterizaÃ§Ã£o de mÃ¡-fÃ© por parte do fornecedorÂ Â Â Â 4 - ParaÂ Â a fixaÃ§Ã£o dos danos morais, o julgador deve atender aos seguintes parÃ¢metros: a extensÃ£o do dano, grau de culpa do ofensor, situaÃ§Ã£o econÃ´mica das partes, sempre observando, ainda, os princÃ-pios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que foi devidamente analisado no caso sob testilha.Â Â 5. Recurso conhecido e desprovido Ã unanimidade.Â Â (2018.01186756-79, 187.514, Rel. EDINEA OLIVEIRA TAVARES, Ã¿rgÃ£o Julgador 2Âª TURMA DE DIREITO PRIVADO do TJPA, Julgado em 2018-03-20, Publicado em 2018-03-27) destacamosÂ Â Ementa: RECURSO INOMINADO. AÃ¿Ã¿O ANULATÃ¿RIA DE DÃ¿BITO C/C REPETIÃ¿Ã¿O DE INDÃ¿BITO EM DOBRO E INDENIZAÃ¿Ã¿O POR DANOS MORAIS E PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. EMPRÃ¿STIMO CONSIGNADO. AUSÃ¿NCIA DE CONTRATO. PESSOA IDOSA E ANALFABETA. CONTRATO MEDIANTE FRAUDE. DESCONTOS INDEVIDOS. REFORMA DA SENTENÃ¿A. RESTITUIÃ¿Ã¿O EM DOBRO. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. [...]Â Quanto Ã repetiÃ§Ã£o do indÃ©bito,Â restou comprovado que a parte Autora sofreu descontos em seu benefÃ-cio previdenciÃ¡rio, por emprÃ©stimo duvidoso,Â o que acarreta a restituiÃ§Ã£o, em dobro, conforme previsto no art. 42, parÃ¡grafo Ãºnico, do CÃ³digo de Defesa do Consumidor. [...] Recurso conhecido e parcialmente provido. (2018.03622578-11, 29.012, Rel. TANIA BATISTELLO, Ã¿rgÃ£o Julgador TURMA RECURSAL PERMANENTE do TJPA, Julgado em 2018-09-05, Publicado em 2018-09-10) destacamos. Diante do exposto,Â julgo parcialmente procedentes os pedidos formulados na inicial, declarando inexistente o contrato de emprÃ©stimo objeto da lide (em epÃ-grafe),Â e, por conseguinte,Â condeno a instituiÃ§Ã£o financeira requerida a devolver em dobroÂ todasÂ as parcelas indevidamente descontadas do benefÃ-cio previdenciÃ¡rio da parte requerente,Â atÃ© o efetivo cancelamento da transaÃ§Ã£o, corrigidas monetariamente pelo INPC e acrescidas de juros de mora de 1% a.m. (um por cento ao mÃªs) a partir das datas de cada desconto indevido (SÃºmulas 43 e 54 do STJ),

bem como a cessar os descontos decorrentes do citado contrato, sob pena de multa diÃ¡ria de R$100,00 (cem reais), atÃ© o limite de R$1.000,00 (mil reais). Â Em relaÃ§Ã£o ao cabimento dos danos morais, entendo razoÃ¡vel, por nÃ£o ser possÃ-vel desconsiderar os transtornos que o desconto irregular causou na vida da requerente, pessoa idosa, que inesperadamente teve a sua subsistÃªncia comprometida por vÃ¡rios meses consecutivos, situaÃ§Ã£o que evidentemente nÃ£o pode ser vista como mero aborrecimento. Destarte, sendo sÃ³lido o posicionamento tanto da doutrina como da jurisprudÃªncia de que esse tipo de ocorrÃªncia nÃ£o deve ensejar enriquecimento sem causa ao lesado, e levando em consideraÃ§Ã£o a capacidade econÃ´mica do demandado,Â condeno-o ao pagamento de R$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais) a tÃ-tulo de danos morais,Â com a devida correÃ§Ã£o pelo INPC a partir desta decisÃ£o (SÃºmula 362 do STJ), acrescidos de juros moratÃ³rios de 1% a.m. (um por cento ao mÃªs) desde o evento danoso, ou seja, a data do primeiro desconto indevido (SÃºmula 54 do STJ). Â O pagamento da condenaÃ§Ã£o deverÃ¡ ser efetuado mediante depÃ³sito judicial, preferencialmente no Banco do Estado do ParÃ¡ (BANPARÃ). Â Sem custas, sem honorÃ¡rios (art. 55 da Lei 9.099/95). Â P.R.I. Transitada em julgado, certifique-se e arquivem-se os autos. Â Â CametÃ¡/PA, 13 de abril de 2022. Â JosÃ© Matias Santana Dias Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara

P R O C E S S O : 0 0 0 7 8 9 4 6 8 2 0 1 6 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE MATIAS SANTANA DIAS A??o: Procedimento Sumário em: 18/04/2022---REQUERENTE:JOANA SILVA TELES Representante(s): OAB 17100 - LUIS FERNANDO FRANCEZ SASSIM (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ORIGINAL. PROCESSO NÂº 0007894-68.2016.814.0012 RECLAMANTE: JOANA SILVA TELES RECLAMADO: BANCO ORIGINAL S/A Contrato n.Âº 5488507 (R$ 4.166,79) SENTENÃ¿A Vistos etc. Dispensado o relatÃ³rio, nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95. A controvÃ©rsia sujeita-se ao CÃ³digo de Defesa do Consumidor, conforme entendimento consolidado na SÃºmula n.Âº 297, do Superior Tribunal de JustiÃ§a:Â O CÃ³digo de Defesa do Consumidor Ã© aplicÃ¡vel Ã s instituiÃ§Ãµes financeiras. Nessa senda, o art. 6Âº, VIII, do CDC, assegura a inversÃ£o do Ã´nus da prova em favor do consumidor para facilitar a defesa de seus direitos quando,Â a critÃ©rio do juiz, for verossÃ-mil a alegaÃ§Ã£o ou quando ele for hipossuficiente.Â Como se vÃª, a inversÃ£o nÃ£o Ã© automÃ¡tica, sendo necessÃ¡rio que o magistrado analise os requisitos legais diante do caso concreto, senÃ£o vejamos:Â Â Â AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÃ¿Ã¿O DE INDENIZAÃ¿Ã¿O POR DANOS MORAIS. INVERSÃ¿O DO Ã¿NUS DA PROVA. MATÃ¿RIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃ¿O PROVIDO. 1. Esta Corte possui firme o entendimento no sentido de que: "A inversÃ£o do Ã´nus da prova, nos termos do art. 6Âº, VIII, do CÃ³digo de Defesa do Consumidor, nÃ£o Ã© automÃ¡tica, dependendo da constataÃ§Ã£o, pelas instÂ¢ncias ordinÃ¡rias, da presenÃ§a ou nÃ£o da verossimilhanÃ§a das alegaÃ§Ãµes do consumidor.".(AgInt no AREsp 1328873/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÃ¿JO, QUARTA TURMA, julgado em 21/11/2019, DJe 18/12/2019). 2. [...] 3. Agravo interno nÃ£o provido. (AgInt no AREsp 1581973/SP, Rel. Ministro Luis Felipe SalomÃ£o, Quarta Turma do STJ, julgado em 10/03/2020, DJe 17/03/2020.). Registra-se que a adoÃ§Ã£o da distribuiÃ§Ã£o dinÂ¢mica do Ã´nus da prova pelo CDC nÃ£o afasta a regra geral prevista no CÃ³digo de Processo Civil, art. 373, I e II, segundo a qual compete ao autor demonstrar o direito que o assiste e ao rÃ©u a existÃªncia de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito daquele. Nas palavras de Leonardo Garcia: Â Â¿[...]Â caso o consumidor venha a propor a aÃ§Ã£o (autor), deverÃ¡ fazer prova do fato constitutivo do direito. O que pode acontecer Ã© que, em alguns casos, quando a prova a cargo do consumidor se tornar difÃ-cil de ser feita ou muito onerosa (requisito da hipossuficiÃªncia) ou quando os argumentos alegados, segundo as regras ordinÃ¡rias de experiÃªncia do magistrado, forem plausÃ-veis (requisito da verossimilhanÃ§a das alegaÃ§Ãµes), o juiz poderÃ¡ inverter o Ã´nus da prova que, a princÃ-pio, foi distribuÃ-do de acordo com o CPCÂ¿. (CÃ³digo de Defesa do Consumidor Comentado: artigo por artigo. 13Âª ed. Rev., ampl. e atual. Salvador: JusPodivm, 2016. p.99). Â Logo, a partir da afirmaÃ§Ã£o da parte autora de que nÃ£o estabeleceu qualquer relaÃ§Ã£o com a instituiÃ§Ã£o financeira requerida, e tendo trazido aos autos histÃ³rico de emprÃ©stimos consignados emitido pelo INSS, no qual consta o contrato impugnado e o detalhamento dos descontos atÃ© entÃ£o realizados, nÃ£o poderia este juÃ-zo impor-lhe o Ã´nus da prova, pois, alÃ©m da verossimilhanÃ§a de suas alegaÃ§Ãµes (que justifica a inversÃ£o), trata-se de fato negativo, vislumbrando-se maior facilidade para a parte rÃ© provar o contrÃ¡rio. No caso em exame, o requerido desincumbiu-se satisfatoriamente de seu Ã´nus probatÃ³rio ao apresentar cÃ³pia do contrato firmado pelas partes (fls. 34/37), transferÃªncia eletrÃ´nica do exato valor contratado para conta de titularidade da autora (fl. 32), bem como, oficio do Banco Bradesco S/A em que consta o extrato da conta bancÃ¡ria da autora no exato valor do contrato. Desta forma, evidenciado que a autora contratou o emprÃ©stimo consignado objeto desta lide, faz jus a instituiÃ§Ã£o financeira requerida

ao recebimento da contraprestaÃ§Ã£o pelos valores disponibilizados, razÃ£o pela qual JULGO IMPROCEDENTES OS PEDIDOS formulados na inicial, extinguindo o feito com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. P. R. I. Transitada em julgado, arquivem-se. CametÃ¡/PA, 13 de abril de 2022. JosÃ© Matias Santana Dias Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara

P R O C E S S O : 0 0 1 0 5 1 3 3 4 2 0 1 7 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE MATIAS SANTANA DIAS A??o: Guarda de Infância e Juventude em: 18/04/2022---REQUERENTE:G. S. G. Representante(s): OAB 9698 - MARCIO DA SILVA CRUZ (DEFENSOR) ENVOLVIDO:E. G. P. ENVOLVIDO:P. G. P. ENVOLVIDO:E. N. G. P. ENVOLVIDO:W. G. P. ENVOLVIDO:E. G. P. . TERMO DE AUDIÃ¿NCIA DE CONCILIAÃ¿Ã¿O Data: 12.04.2022 - 11 horas PROCESSO NÂº Â Â 0010513-34.2017.814.0012 PRESENTES: Juiz de Direito: Â Â Dr. JOSÃ¿ MATIAS SANTANA DIAS DefensorÂ Â Â Dr. RONALDO NOGUEIRA MARQUES Requerente: Â Â Â GERALDO SOUZA GARCIA Aberta a audiÃªncia, presente o requerente informou o seu endereÃ§o completo e atualizado: Travessa Arlindo Neves, nÂº 554, Bairro Nova CametÃ¡ (ao lado do muro da Escola Santa Maria). O autor informou que sua sobrinha estÃ¡ sob sua guarda de fato desde o assassinato de sua irmÃ£ e que estÃ¡ tendo problemas para regularizar diversas situaÃ§Ãµes da infante. O Defensor PÃºblico informou que ainda estÃ¡ no prazo para cumprimento da diligÃªncia. DELIBERAÃ¿Ã¿O: Aguarde-se o prazo de 15 (quinze) dias para que a parte autora cumpra a determinaÃ§Ã£o do juÃ-zo para que proceda a emenda da inicial devendo incluir no polo passivo da aÃ§Ã£o as pessoas responsÃ¡veis pelos demais infantes. Com a manifestaÃ§Ã£o ou decorrido o prazo, conclusos

COMARCA DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA

PROCESSO: 0007046-75.2018.8.14.0056 AUTOR DO FATO: GABRIEL DE SOUZA MORAES VITIMA: A. C. **SENTENÇA** Vistos etc. No caso concreto, ocorreu a prescrição da pretensão punitiva estatal. Trata-se os autos de termo circunstanciado de ocorrência, objetivando a apuração do crime previsto no art. 19, do Decreto Lei nº 3.688/41, praticado, em tese, por GABRIEL DE SOUZA MORAES. Foi homologado a transação penal, fl. 24. Instando a se manifestar o Ministério Público, pugnou pela prescrição virtual, fls. 33/34. Vieram os autos conclusos. É o necessário relatório. Decido. Não ocorreu nenhuma das causas de interrupção da prescrição elencadas no art. 117, o CPB. Tendo em conta que o prazo prescricional, no em estudo, é aquele previsto no art. 109, VI, do CPB, levando em conta a dato do fato (27/10/2018), não há dúvidas que o presente processo se encontra prescrito. Posto isto, com fundamento no art. 107, I, CP, c/c art. 61, CPP, DECLARO extinta a punibilidade do acusado GABRIEL DE SOUZA MORAES, qualificado e/ou identificado nos autos. P.R.I. Após as cautelas legais, dê-se baixa e arquive-se. São Sebastião da Boa Vista (PA), 16 de março de 2022. **LEANDRO VICENZO SILVA CONSENTINO** Juiz de Direito Titular da Comarca de São Sebastião da Boa Vista

COMARCA DE CANAÃ DOS CARAJÁS

SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS

RESENHA: 13/04/2022 A 13/04/2022 - SECRETARIA DA 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE CANAA DOS CARAJAS - VARA: 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE CANAA DOS CARAJAS PROCESSO: 00121746420178140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): KATIA TATIANA AMORIM DE SOUSA A??o: Averiguação de Paternidade em: 13/04/2022 REQUERENTE:P. A. V. S. Representante(s): OAB 10539 - MARILDA NATAL (ADVOGADO) REQUERENTE:A. V. S. REPRESENTANTE:M. S. V. S. Representante(s): BRUNO CURY DE MORAES (DEFENSOR) REQUERIDO:A. O. S. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE CURIONÃPOLIS Processo(s) nÂº 0012174-64.2017.8.14.0136 SENTENÃA (com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de demanda intitulada de AÃÃO DE INVESTIGAÃÃO DE PATERNIDADE C/C ALIMENTOS, proposta por P.A.V.S. e A.V.S. representados por MARIA SANTANA VIEIRA DOS SANTOS em face de ALAN OLIVEIRA DA SILVA, todos devidamente individualizados e qualificados nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A inicial veio instruÃ-da com os documentos de fls. 12-15. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em decisÃ£o de fl. 16, foi designada a audiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o, instruÃ§Ã£o e julgamento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O rÃ©u foi devidamente citado 48-v, apresentando contestaÃ§Ã£o e documentos Ã s fls. 50-64, reconhecendo a paternidade dos menores e requerendo o arbitramento dos alimentos no percentual de 21% por se encontrar desempregado e ter outros filhos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em rÃ©plica, a parte autora ratifica os termos da inicial, uma vez que a parte rÃ© nÃ£o teria apresentado fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito dos autores (fl. 67-70). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â As partes nÃ£o compareceram na audiÃªncia designada (fl. 78), sendo os autos remetidos ao MinistÃ©rio PÃºblico que se manifestou pela procedÃªncia da aÃ§Ã£o e a fixaÃ§Ã£o do percentual ofertado pela parte rÃ© em razÃ£o de ser genitor de mais trÃªs filhos alÃ©m dos requerentes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram-me conclusos para sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Esse Ã© o relatÃ³rio, passo a decidir. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Verifica-se, inicialmente, que o presente feito comporta julgamento antecipado da lide, nos moldes do art. 355, II do NCPC, pois uma vez citado, o rÃ©u reconheceu a paternidade dos menores e ofertou alimentos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Conforme dispÃµe a SÃºmula 301 do STJ, deve ser presumido que o demandado Ã© o pai da parte demandante, sobretudo porque reconheceu essa condiÃ§Ã£o alegada na exordial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta forma, por ser o genitor e nÃ£o deter a guarda do(a)(s) filhos menor(es), encontra-se o demandado obrigado a cumprir com seus deveres legais, sobretudo, visitar, prestar alimentos e registrÃ¡-lo(a) com seu nome. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â dever dos pais arcar com os cuidados e manutenÃ§Ã£o dos filhos menores, nos termos do art. 1634 do CÃ³digo Civil: Â¿Art. 1634 CC/02 - compete a ambos os pais, qualquer que seja a sua situaÃ§Ã£o conjugal, o pleno exercÃ-cio do poder familiar, que consiste em, quanto ao filho: I - dirigir-lhes a criaÃ§Ã£o e educaÃ§Ã£oÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, entendo que o valor a ser fixado em definitivo no presente ato Ã© de R$254,52 (duzentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos) no percentual de 21% (vinte e um por cento) do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente, que deverÃ¡ depositado em conta bancÃ¡ria de titularidade da genitora do(a) menor ou mediante recibo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Caso aplicÃ¡vel o percentual sobre a remuneraÃ§Ã£o do rÃ©u, incidirÃ¡ inclusive sobre 13Âº salÃ¡rio, horas-extras, 1/3 de fÃ©rias, FGTS ou PIS/PASEP, descontados apenas os descontos obrigatÃ³rios de imposto de renda, sindicato e previdenciÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â HÃ¡ de se ter em mente que fixar alimentos com base no salÃ¡rio lÃ-quido Ã© permitir eventual fraude por parte do devedor, que pode contratar empréstimos consignados a fim de usurpar o valor que deveria caber a(o) alimentando(a). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ressalte-se, que por se tratar de coisa julgada secundum eventum probationis, Ã© possÃ-vel a revisÃ£o de tal valor, com majoraÃ§Ã£o ou reduÃ§Ã£o dos alimentos por hora fixados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No que tange Ã guarda, mantenho com a genitora, por estar demonstrada a total ausÃªncia de interesse do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, nos termos do art. 487, I, do NCPC, ACOLHO O PEDIDO CONTIDO NA EXORDIAL, extinguindo o presente feito com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, para: I - Determinar a expediÃ§Ã£o de OFÃCIO/MANDADO ao CartÃ³rio de Registro Civil de RIACHINHO/TO no sentido de fazer contar nos seus registros de nascimentos dos menores: PEDRO ALISSON VIEIRA DOS SANTOS e ALANE VIEIRA DOS SANTOS, o nome do seu genitor: ALAN OLIVEIRA DA SILVA e dos avÃ³s paternos: FRANCISCO ALVES

DA SILVA e DOROTEA OLIVEIRA DA SILVA, permanecendo os demais dados na forma como estÃ£o. II - DETERMINAR a alteraÃ§Ã£o do nome dos menores PEDRO ALISSON VIEIRA DOS SANTOS e ALANE VIEIRA DOS SANTOS, constante dos respectivos registros de nascimento, para inclusÃ£o do sobrenome paterno SILVA, passando ambos a serem chamados de PEDRO ALISSON VIEIRA DOS SANTOS SILVA e ALANE VIEIRA DOS SANTOS SILVA, permanecendo os demais dados na forma em que estÃ£o. III - CONDENAR o requerido a pagar pensÃ£o mensal de 21% (vinte e um por cento) do salÃ¡rio mÃ-nimo. Caso aplicÃ¡vel o percentual sobre a remuneraÃ§Ã£o do rÃ©u, incidirÃ¡ inclusive sobre 13Âº salÃ¡rio, horas-extras, 1/3 de fÃ©rias, FGTS ou PIS/PASEP, descontados apenas os descontos obrigatÃ³rios de imposto de renda, sindicato e previdenciÃ¡rio. V - CONDENAR o rÃ©u ao pagamento das custas processuais. A exigibilidade fica suspensa pelo prazo de 05 anos em virtude do deferimento da gratuidade da justiÃ§a, nos termos do art. 98, Â§ 3Âº do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se pessoalmente o rÃ©u para que cumpra esta decisÃ£o, informando-o que caso nÃ£o cumpra em 15 dias poderÃ¡ ser preso como devedor de pensÃ£o alimentÃ-cia por atÃ© 03 (trÃªs) meses em regime fechado! (art. 528 do NCPC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se pessoalmente a parte autora. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arbitro a tÃ-tulo de honorÃ¡rios a serem pagos pelo Governo do Estado do ParÃ¡ ao advogado nomeado (fl. 77) o valor de 01 (um) salÃ¡rio(s) mÃ-nimo(s). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se, Registre-se e Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado desta decisÃ£o, arquivem-se os autos com baixa, independente de nova conclusÃ£o a este juÃ-zo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SERVIRÃ O PRESENTE, POR CÃPIA DIGITADA, COMO MANDADO DE CITAÃÃO E INTIMAÃÃO/CARTA PRECATÃRIA, CARTA POSTAL, ETC, CONFORME PROVIMENTO 003/2009, alterado pelo PROVIMENTO NÂº 011/2009-CJRMB TJE/PA. CUMPRA-SE NA FORMA E SOB AS PENAS DA LEI. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CanaÃ£ dos CarajÃ¡s, 14 de marÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â KATIA TATIANA AMORIM DE SOUSA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Respondendo pela 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡s PROCESSO: 00075604520198140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: REQUERENTE: D. B. S. REQUERIDO: G. B. B. S. Representante(s): OAB 5346 - LUDMILLA BARBOSA LIMA (ADVOGADO)

COMARCA DE SÃO DOMINGOS DO CAPIM

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SÃO DOMINGOS DO CAPIM

SENTENÇA

Vistos e etc.

I. RELATÓRIO

Cuida-se de Ação Penal em que figura como Réu JOSUÉ FERREIRA ANDRADE em razão da suposta prática de crime capitulado no artigo 12 da Lei 10.826/2003.

O Ministério Público ofereceu proposta de Acordo de Não Persecução Penal, que foi aceita pela Réu e homologada por este juízo.

A execução do Acordo de Não Persecução Penal seguiu nestes autos.

O beneficiário cumpriu os termos do Acordo homologado, conforme certificado à fl. 67.

O Ministério Público manifestou-se pela extinção do feito, diante do cumprimento do acordo (fl. 70).

É o que interessa relatar, em síntese. Decido.

II. FUNDAMENTAÇÃO

O denunciado foi beneficiado com o Acordo de Não Persecução Penal oferecido pelo Ministério Público e homologado por este juízo, tendo cumprido os termos do Acordo homologado, o que autoriza a extinção da punibilidade.

Diante desse cenário, cumpridas as obrigações pactuadas, resta autorizada a extinção da punibilidade, nos termos do artigo 28-A, §13, do Código de Processo Penal.

III. DISPOSITIVO

Ante o exposto, considerando que o beneficiado cumpriu o Acordo de Não Persecução Penal homologado por este juízo, conforme certificado à fl. 67, e que, em manifestação juntada na fl. 70, o Ministério Público requereu a extinção da punibilidade do beneficiado em razão do cumprimento noticiado, JULGO EXTINTA a punibilidade de JOSUÉ FERREIRA ANDRADE, o que faço com fundamento no art. 28-A, § 13º, do Código de Processo Penal.

Ciência ao Ministério Público.

Levantem-se eventuais atos constritivos existentes em desfavor do/a ré/u.

Sem custas.

Em havendo arma de fogo ou simulacro de arma de fogo, encaminhe-se ao Comando do Exército, para destruição ou doação aos órgãos de segurança pública ou às Forças Armadas, uma vez que não interessa mais à persecução penal, como disposto no art. 25 do Estatuto do Desarmamento.

Em havendo bens apreendidos de baixo valor econômico e que não foram requeridos por nenhum interessado ao longo da instrução, determino a sua doação para Projetos Sociais cadastrados junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará, nos termos do art. 14, III, do Provimento n. 10/2008-CJRMB, ou, sendo imprestáveis, sua destruição.

Em havendo droga apreendida, determino a sua destruição, nos termos dos artigos 50 e seguintes da Lei 11.343/06.

Em havendo fiança, o seu saldo deverá ser entregue a quem a houver prestado.

Com o trânsito em julgado desta decisão dê-se baixa em nossos registros.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

São Domingos do Capim, 04 de abril de 2022

ADRIANA GRIGOLIN LEITE

Juíza de Direito Titular

Em sendo o caso, servirá a presente, por cópia digitada, como mandado/ofício/notificação/carta precatória para as comunicações necessárias (Provimento nº 003/2009-CJCI-TJPA).

COMARCA DE AUGUSTO CORREA

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE AUGUSTO CORREA

AP nº 0800567-89.2021.814.0068

Réu: Gleidson Portilho Pontes ¿ Réu SoltoCapitulação Provisória: art. 157, § 2º, II e VII e § 2º-A, I do CPB c/c art. 244-B do ECA
ATO ORDINATÓRIO

Considerando a necessidade de patrocínio da Defensoria Pública, haja vista o prazo decorrido e a não apresentação de defesa por parte do réu GLEIDSON PORTILHO PONTES, ao Defensor Dativo nomeado JOÃO DUAN MENDONÇA DA SILVA, OAB/PA: 26.272 para apresentação de resposta à acusação no prazo legal.

Augusto Corrêa/PA, 13 de abril de 2022.

Caio Cézar Souza Sodré

Diretor de Secretaria

169641

COMARCA DE PRAINHA

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE PRAINHA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS
O Exmo. Sr. Dr. SIDNEY POMAR FALCÃO, MMº Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Prainha-PA, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...
FAZ SABER aos que do presente EDITAL virem ou dele tiverem conhecimento, que por este Juízo e Cartório da Vara Criminal se processam os autos da AÇÃO PENAL, processo n.º 0118193-09.2015.8.14.0090, em que O MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL move contra o réu : NÃO INFORMADO , que fica por este Edital o réu: NÃO INFORMADO , brasileiro, filho de $NOMEMAEDENUNCIADOS, estando atualmente em local incerto e não sabido, intimado da SENTENÇA prolatada por este juízo, nos autos em referência, a qual declarou extinta a punibilidade do denunciado NÃO INFORMADO , nos termos do art. 107, inc. VI, do CPB. E para que se não aleguem ignorância, mandou expedir o presente edital, este que será publicado e afixado na forma da Lei. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Prainha, Estado do Pará, aos 7 de abril de 2022. Eu, Tayane Viana de Oliviera,
Analista Judiciária, digitei e subscrevi.

COMARCA DE SALVATERRA

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SALVATERRA

P R O C E S S O : 0 0 0 4 2 6 8 2 7 2 0 1 8 8 1 4 0 0 9 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LIVIA FORMIGOSA DE LIMA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 13/04/2022---VITIMA:A. C. O. E. DENUNCIADO: ROSANGELA DOS REIS COELHO Representante(s): OAB 19745 - MARCOS HENRIQUE MACHADO BISPO (ADVOGADO). Ato ordinatório. Considerando o teor do Provimento nº. 006/2006-CJRMB, c/c artigo 1º do Provimento 006/2009-CJCI, observando os termos da lei, considerando que o advogado MARCOS HENRIQUE MACHADO BISPO ¿ OAB 19745, fez carga dos autos no dia 18/08/2021 e até a presente data não há comprovação que realizou a devolução dos autos, intime-se o advogado para que, no prazo de 05 (cinco) dias, proceda a devolução dos autos. Salvaterra (PA), 13 de abril de 2022. LIVIA FORMIGOSA DE LIMA Diretora de Secretaria (Provimento 006/2009-CJCI).

COMARCA DE SÃO FÉLIX DO XINGU

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SÃO FÉLIX DO XINGU

PROCESSO: 0800150-84.2021.8.14.0053 . NATUREZA: CARTA PRECATÓRIA. Requerente: MOISÉS CARVALHO PEREIRA , Advogado: SIDNEI VOGEL ¿ OAB/PA 23257. Requerido: UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL) . EDITAL DE NOMEAÇÃO DE PERITO. O Exmo. Sr. Dr. Cristiano Lopes Seglia, MM. Juiz de Direito respondendo pela Comarca de São Félix do Xingu, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, etc.. FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele notícia tiverem que, por este Juízo e expediente da Secretaria desta comarca se processam os termos da Ação DE NOMEAÇÃO DE PERITO, processo **0800150-84.2021.8.14.0053** Ato contínuo, NOMEIO para o encargo de perito avaliador o SR. JOSÉ MENAH LOURENÇO, profissional devidamente registrado no CAPJUS/TJPA, devendo ser informado de tal múnus público através do e-mail jmenah@gmail.com, Telefone: (11) 99304-8718. A perícia deverá seguir os moldes determinados pelo juízo deprecante (Id. 39122145). Intime-se o perito para informar se aceita o múnus, apresentando sugestão de datas para a realização da diligência, no prazo de 15 (quinze) dias. INTIME-SE a parte autora, através de seu advogado, por meio do Diário de Justiça Eletrônico (DJe). Com ou sem propostas, conclusos novamente para apreciação do magistrado. Servirá a presente decisão como MANDADO/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJCI e da CJRMB, ambas do Tribunal de Justiça do Estado do Par Dado e passado nesta Comarca de São Félix do Xingu, aos 13 de Abril de 2022. Eu,_____ (Lucas Coelho de Almeida, Diretor de Secretaria, Matrícula 171131 - TJPA, Portaria 82/2021-TJPA), digitei e conferi. Lucas Coelho de Almeida. Diretor de Secretaria. Matrícula 171131 - TJPA. Portaria 82/2021-TJPA

COMARCA DE TOME - AÇU

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE TOMÉ - AÇU

RESENHA: 07/04/2022 A 12/04/2022 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE TOME ACU - VARA: VARA UNICA DE TOME ACU PROCESSO: 00002212120098140060 PROCESSO ANTIGO: 200910005914 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Restauração de Autos Cível em: 07/04/2022 REQUERENTE:BANCO DA AMAZONIA SA Representante(s): OAB 11471 - FABRICIO DOS REIS BRANDAO (ADVOGADO) REQUERIDO:RUDIRENE BRAGA LIMA ME Representante(s): OAB 7543-A - LUIZ GONZAGA BARRETO FILHO (ADVOGADO) REQUERIDO:RUDIRENE BRAGA LIMA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA PROCESSO NÂº 0000221-21.2009.8140060 DESPACHO R.H. 1.Â Â Â Â Â Cumpra-se o ato ordinatÃ³rio de fls. 88. 2.Â Â Â Â Â Indefiro os pedidos de fls. 89/90 e 92/93. A citaÃ§Ã£o/intimaÃ§Ã£o por hora certa supÃµe que a parte esteja se ocultando ou haja suspeita de ocultaÃ§Ã£o, o que nÃ£o se extrai da certidÃ£o do oficial de justiÃ§a. 3.Â Â Â Â Â Transitado em julgado, certifique-se e conclusos. TomÃ©-AÃ§u/PA, 06 de abril de 2022. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00004416720198140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 07/04/2022 REQUERENTE:CANDIDO HENRIQUE NEVES SILVA Representante(s): OAB 16004 - CANDIDO HENRIQUE NEVES SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA PROCESSO NÂº 0000441-67.2019.8140060 DESPACHO R.H. 1. Proceda-se Ã liberaÃ§Ã£o da quantia bloqueada a fls. 114/115. 2. ApÃ³s, intime-se o exequente para manifestaÃ§Ã£o, no prazo de 10 (dez) dias. TomÃ©-AÃ§u/PA, 07 de abril de 2022. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00004425220198140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 07/04/2022 REQUERENTE:CANDIDO HENRIQUE NEVES SILVA Representante(s): OAB 16004 - CANDIDO HENRIQUE NEVES SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA PROCESSO NÂº 0000442-52.2019.8140060 DESPACHO R.H. 1. Proceda-se Ã liberaÃ§Ã£o da quantia bloqueada a fls. 148/149. 2. ApÃ³s, intime-se o exequente para manifestaÃ§Ã£o, no prazo de 10 (dez) dias. TomÃ©-AÃ§u/PA, 07 de abril de 2022. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00004644720188140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Execução de Alimentos em: 07/04/2022 REPRESENTANTE:EDNA MARIA TRAVASSOS DOS SANTOS Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (REP LEGAL) REQUERIDO:RAIMUNDO MACIEL DOS SANTOS REPRESENTADO:M. T. S. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA PROCESSO NÂº 0000464-47.2018.8140060 DESPACHO R.H. 1.Â Â Â Â Â Vistas ao MP, considerando a certidÃ£o de fls. 39. TomÃ©-AÃ§u/PA, 06 de abril de 2022. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00005355920128140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 07/04/2022 AUTOR:DEISIANE DOS SANTOS MENDONCA Representante(s): OAB 11.586 - LUIS CARLOS PEREIRA BARBOSA (ADVOGADO) OAB 17899 - MARGARETH CARVALHO MONTEIRO (ADVOGADO) VITIMA:A. C. O. E. VITIMA:A. C. O. E. . PODER JUDICIÃ RIO TRIBUNÃL DE JUSTIÃÃ DO ESTÃDO DO PÃRÃ COMÃRCÃ DE TOME -ÃÃU AÃÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÃRIO (283) PROCESSO NÂº 0000535-59.2012.8.14.0060 AUTOR: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA RÃ: DEISIANE DOS SANTOS MENDONÃA ADVOGADO: LUIS CARLOS PEREIRA BARBOSA OAB/PA 11.586 e MARGAREH CARVALHO MONTEIRO OAB/PA 17899 SENTENÃA O MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DO PARÃ ofereceu denÃºncia em face de DEISIANE DOS SANTOS MENDONÃA , jÃ¡ devidamente qualificada n os autos, pelo delito do art. 33 da Lei nÂº 11.343/06 (LD). A inicial afirma que no dia 28.04 .20 1 2 , por volta das 18h00m , uma guarniÃ§Ã£o da polÃ-cia militar , neste MunicÃ-pio de TomÃ© - AÃ§u , recebeu informaÃ§Ãµes de que a denunciada estava comercializando drogas em sua residÃªncia, localizada na Rua Sandoval I, nÂ° 28, prÃ³ximo a Escola Padre Vasco Milani, Bairro Tabom, TomÃ© - AÃ§ u/PA. Diante

do fato, os policiais foram atÃ© a casa da denunciada, e apÃ³s realizar a revista, encontraram em seu quarto uma substÃ¢ncia semelhante a "pedra de oxi" e encontraram na bolsa da denunciada o valor de R$ 94,00 (noventa e quatro reais). Em depoime nto Ã autoridade policial, a denunciada declara que a droga encontra da em sua casa nÃ£o lhe pertence, sendo Ãdenilson Souza Ãzevedo, vulgo "Nil sÃ£o ", o verdadeiro proprietÃ¡rio . Ã denunciada afirma que "NilsÃ£o" reside no mesmo quintal de sua casa, mas tinha ido a zona rural deste municÃ-pio quando ocorreram os fatos aqui descritos. A denunciada ainda relata que jÃ¡ ouviu "Nilso" comentar que adquire drogas no municÃ-pio de ConcÃ³rdia do ParÃ¡/PA, com as pessoas conhecid a s como "Paulista, "Careca" e "Charles". PODER JUDICIÃ RIO TRIBUNÃL DE JUSTIÃÃ DO ESTÃDO DO PÃRÃ COMÃRCÃ DE TOME -ÃÃU Laudo de constataÃ§Ã£o provisÃ³rio de entorpecente juntado as fls. 24 do IPL. DenÃºncia recebida as fls. 45. Resposta Ã acusaÃ§Ã£o apresentada as fls. 43/44. Em audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento (fl.51), foi realizada a oitiva da testemunha LuÃ-s OtÃ¡vio Bacelar GuimarÃ£es e a qualificaÃ§Ã£o e interrogatÃ³rio da rÃ©. Laudo toxicolÃ³gico definitivo (fls. 64/65) constatou positivo para o entorpecente cocaÃ-na. Em alegaÃ§Ãµes finais (fls. 81-83), o MP pugnou pela condenaÃ§Ã£o da acusada nos exatos termos da denÃºncia. A defesa (fls. 84-87), por sua vez, requereu a absolviÃ§Ã£o da acusada nos termos do art. 386, VII, do CPP, ou, havendo condenaÃ§Ã£o, que seja reconhecida a figura do trÃ¡fico privilegiado. Era o que havia a relatar, passo a decidir. Cuidam os presentes autos de aÃ§Ã£o penal movida contra DEISIANE DOS SANTOS MENDONÃA, acusada da prÃ¡tica do crime previsto no art. 33 da Lei nÂº 11.343/06 (LD). O(s) ilÃ-cito(s) pelo(s) qual(is) responde o(s) denunciado(s) possui(em) a seguinte redaÃ§Ã£o: Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor Ã venda, oferecer, ter em depÃ³sito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorizaÃ§Ã£o ou em desacordo com determinaÃ§Ã£o legal ou regulamentar: Pena - reclusÃ£o de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa. Registre-se, desde logo, a presenÃ§a dos pressupostos processuais, quer seja os de existÃªncia, quer seja os de validade, e das condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o, o que autoriza o julgamento da pretensÃ£o veiculada na demanda. Na hipÃ³tese dos autos, verifico que restou evidenciada a MATERIALIDADE delitiva tanto pelo Laudo de constataÃ§Ã£o toxicolÃ³gico provisÃ³rio (fls. 24 do IPL) quanto pelo Laudo toxicolÃ³gico definitivo (fls. 64/65). Quanto Ã AUTORIA, extraio que o denunciado "tinha em depÃ³sito" a droga apreendida. A prova oral colhida em instruÃ§Ã£o processual, sob o manto do contraditÃ³rio e ampla defesa, permite tal conclusÃ£o. Vejamos. PODER JUDICIÃ RIO TRIBUNÃL DE JUSTIÃÃ DO ESTÃDO DO PÃRÃ COMÃRCÃ DE TOME -ÃÃU Luiz OtÃ¡vio Barcelar GuimarÃ£es: que se recorda dos fatos; que participou da operaÃ§Ã£o que resultou na apreensÃ£o da rÃ©; que confirma o depoimento presente nos autos; que recebeu a denÃºncia que tinha uma mulher comercializando droga; que recebeu a denÃºncia anÃ´nima por telefone; que na denÃºncia informaram o endereÃ§o exato da denunciada; que foi a primeira vez que recebeu denÃºncia de comercializaÃ§Ã£o de droga nessa casa; que os policiais civis foram ao local da denÃºncia; que abordou um rapaz que estava no fundo da casa; que o rapaz nÃ£o tentou fugir ao ser abordado pelos policiais; que a denunciada estava dentro da casa; que o rapaz abordado era marido da denunciada; que informou ao rapaz que queria falar com a Deisiane; que jÃ¡ sabiam o nome da denunciada; que chegaram e perguntaram exatamente pela denunciada; que o denunciante conhecia a denunciada e passou todas as informaÃ§Ãµes de forma detalhada; que o denunciante informou sobre uma movimentaÃ§Ã£o que acontecia na casa; que os policiais no momento da abordagem nÃ£o presenciaram movimentaÃ§Ã£o de pessoas na casa; que o suposto companheiro da rÃ© se manteve calado no momento da abordagem; que falaram com a denunciada sobre a denÃºncia; que fariam uma busca na casa; que a denunciada consentiu com a busca; que revistaram a casa e encontraram o entorpecente sobre o guarda-roupa; que o entorpecente era um a "pedra de oxi"; que nÃ£o lembra se a pedra de oxi estava inteira ou dividida em porÃ§Ãµes menores; que nÃ£o se lembra a quantidade do entorpecente encontrado; que a quantia em dinheiro estava na bolsa da denunciada; que dentro da residÃªncia estava apenas a denunciada; que a denunciada falou que a droga nÃ£o lhe pertencia; que a denunciada comentou que droga seria do NilsÃ£o; que o NilsÃ£o morava ao lado da casa da denunciada; que as duas casas eram no mesmo terreno; que nÃ£o havia cerca separando as casas; que a casa da Deisiane era de madeira e a casa do NilsÃ£o de alvenaria; que o NilsÃ£o nÃ£o morava com a denunciada; que o NilsÃ£o morava na casa ao lado; que nÃ£o foram na casa do NilsÃ£o; que a casa estava fechada; que NilsÃ£o jÃ¡ tem acusaÃ§Ã£o de trÃ¡fico; que segundo informou a denunciada, NilsÃ£o teria ido para a zona rural; que NilsÃ£o seria cunhado dela ou do marido dela; que NilsÃ£o tinha algum tipo de parentesco; que NilsÃ£o frequentava a casa da denunciada; que o dinheiro encontrado era da denunciada; que o dinheiro e a droga foram apresentados na delegacia; que nÃ£o foi encontrado nenhuma outra coisa na casa, como balanÃ§a, plÃ¡stico ou papelote; que a denunciada nÃ£o comentou se ela ou seu companheiro seriam usuÃ¡rios de droga; que apreenderam Deisiane por causa da denÃºncia

de que ela estaria comercializando droga; que segundo informaÃ§Ãµes a movimentaÃ§Ã£o toda seria na casa da rÃ© e nÃ£o na casa do NilsÃ£o; que chegaram a perguntar para a denunciada sobre o NilsÃ£o; que NilsÃ£o teria ido na casa da denunciada pela manhÃ£ e depois sumiu; que NilsÃ£o teria ido para zona rural; que a denunciada nÃ£o aparentava estar embriagada ou drogada; que nÃ£o conhecia a denunciada de nenhuma outa diligÃªncia. PODER JUDICIÃ RIO TRIBUNÃL DE JUSTIÃÃ DO ESTÃDO DO PÃRÃ COMÃRCÃ DE TOME -ÃÃU A testemunha policial que participou da autuaÃ§Ã£o da acusada, portanto, foi harmÃ´nica e unÃ-ssona com os fatos narrados na inicial acusatÃ³ria e com as demais provas existentes nos autos. Ressalte-se que o policial militar nÃ£o estÃ¡ legalmente impedido de depor e o valor de seu depoimento nÃ£o pode ser desprezado (STF - HC73.518/SP Rel. Min. CELSO DE MELLO DJU 18.10.199- p. 39.846). O seu depoimento deve ser valorado na devida forma, como as declaraÃ§Ãµes de qualquer testemunha isenta de interesse na causa. Salvo prova induvidosa de suspeiÃ§Ã£o ou parcialidade do agente, o que nÃ£o se vÃª nestes autos, nÃ£o se pode recusar eficÃ¡cia probante a seus testemunhos que, como outro qualquer, constituem importante elemento de convicÃ§Ã£o, servindo seus dizeres, Ã mingua de circunstÃ¢ncias aptas a lhes comprometer a credibilidade, para a formaÃ§Ã£o do convencimento judicial, indicando a este JuÃ-zo que a acusada, de fato, tinha em depÃ³sito a substÃ¢ncia entorpecente apreendida. A acusada, por ocasiÃ£o de sua qualificaÃ§Ã£o e interrogatÃ³rio, negou a autoria delituosa, conforme a seguir: Deisiane dos Santos MendonÃ§a: que vive em uniÃ£o estÃ¡vel; que tem um filho de oito anos; que tem um sÃ-tio; que trabalha no sÃ-tio; que trabalhava na carvoaria; que estudou atÃ© a sÃ©tima sÃ©rie do ensino fundamental; que sabe ler e escrever; que nÃ£o foi processa antes; que Ã© nasceu em BelÃ©m; que veio para TomÃ©-AÃ§u aos catorze anos de idade; que a droga encontrada nÃ£o era sua; que a droga era do NilsÃ£o; que NilsÃ£o era cunhado do seu marido; que moravam no mesmo quintal; que o portÃ£o da casa de NilsÃ£o era em frente Ã sua casa; que NilsÃ£o tinha acesso a sua casa; que nÃ£o sabe onde NilsÃ£o mora hoje; que se mudou e perdeu o contato com ele; que NilsÃ£o vendia droga; que nÃ£o tem nenhum vÃ-cio; que seu marido nÃ£o tem nenhum vÃ-cio; que jÃ¡ notou o consumo de droga na casa de NilsÃ£o; que nÃ£o tem consumo de droga em sua casa; que a casa de NilsÃ£o fica na mesma rua em que sua casa; que na casa de NilsÃ£o tem portÃ£o e quintal fechado; que o portÃ£o da casa de NilsÃ£o fica em frente Ã sua casa; que Ã© um sÃ³ terreno pertencente a sua sogra; que as casas pertenciam a sua sogra; que a droga foi encontrada em sua casa sobre o guarda-roupa; que NilsÃ£o deixou a droga sobre o guarda-roupa; que NilsÃ£o tinha convivÃªncia em sua casa; que deixava a casa aberta, porque todos eram da famÃ-lia; que a esposa do NilsÃ£o estava de olho nele; que por isso NilsÃ£o nÃ£o deixou a droga na casa dele; que nÃ£o entraram na casa do NilsÃ£o; que entraram na casa da sua sogra; que entraram e encontraram a droga em sua casa; que o marido trabalha; que seu marido Ã© operador de motosserra; que na data dos fatos seu marido trabalhava na carvoaria; que NilsÃ£o nÃ£o deixou a droga na casa de sua PODER JUDICIÃ RIO TRIBUNÃL DE JUSTIÃÃ DO ESTÃDO DO PÃRÃ COMÃRCÃ DE TOME -ÃÃU sogra porque a casa Ã© gradeada e ela deixava a casa fechada; que sua casa era toda aberta; que nÃ£o tinha fechadura; que ele tinha acesso a todas as casas; que almoÃ§ava, jantava nas casas; que a polÃ-cia andava atrÃ¡s do NilsÃ£o; que NilsÃ£o nÃ£o estava no momento dos fatos; que NilsÃ£o tinha saÃ-do; que a informaÃ§Ã£o da comercializaÃ§Ã£o de droga era da casa do NilsÃ£o; que NilsÃ£o jÃ¡ foi preso por duas vezes; que acha que NilsÃ£o atualmente nÃ£o estÃ¡ preso. Ocorre que a versÃ£o apresentada pela acusada nÃ£o pode ser acolhida, pois Ã© isolada nos autos e nÃ£o encontra sustentaÃ§Ã£o em qualquer outro elemento colhido em instruÃ§Ã£o processual. Importa destacar que, se realmente o entorpecente nÃ£o lhe pertencia, e sim a "NilsÃ£o", a acusada nÃ£o produziu nenhuma prova a esse respeito, inclusive por meio de testemunhas. Assim, estÃ¡ plenamente comprovada a autoria delitiva. Em relaÃ§Ã£o Ã responsabilidade criminal da rÃ©, entendo que sua conduta se amolda com perfeiÃ§Ã£o ao tipo penal descrito no artigo 33, Â§ 4Âº, da Lei nÂº 11.343/2006, sob os nÃºcleos "ter em depÃ³sito" , e na ausÃªncia de comprovaÃ§Ã£o de que a acusada seja contumaz na prÃ¡tica delitiva ou integre organizaÃ§Ã£o criminosa. CONCLUSÃO: Em face do exposto, JULGO PROCEDENTE a denÃºncia para CONDENAR a acusada DEISIANE DOS SANTOS MENDONÃA, nas sanÃ§Ãµes do art. 33, Â§ 4Âº, da Lei nÂº 11.343/2006, na modalidade ter em depÃ³sito substÃ¢ncia entorpecente destinada Ã comercializaÃ§Ã£o. Em estrita observÃ¢ncia ao disposto nos artigos 68 e 69, ambos do CPB, passo a dosar a pena a ser aplicada. DOSIMETRIA DA PENA: Analisando os requisitos dos art. 59 do CÃ³digo Penal, a culpabilidade pode ser considerada normal, prÃ³pria do tipo incriminador; a rÃ© nÃ£o registra antecedentes; nÃ£o hÃ¡ elementos desfavorÃ¡veis Ã personalidade do agente; conduta social nÃ£o aferida suficientemente nos autos; os motivos sÃ£o prÃ³prios do crime de trÃ¡fico e Ã s vantagens financeiras que, ilusoriamente, poderiam proporcionar; as circunstÃ¢ncias e consequÃªncias sÃ£o comuns, nÃ£o havendo particularidade que tenha tornado o fato mais gravoso; nÃ£o hÃ¡ o que se falar em relaÃ§Ã£o ao comportamento da PODER JUDICIÃ RIO TRIBUNÃL DE JUSTIÃÃ DO ESTÃDO DO PÃRÃ COMÃRCÃ DE TOME -ÃÃU vÃ-tima (a sociedade como um todo). Assim, fixo a pena-base para

o delito de trÃ¡fico ilÃ-cito de drogas, em 05 (cinco) anos de reclusÃ£o e ao pagamento de multa de 500 (quinhentos) dias-multas, Ã razÃ£o de 1/30 do salÃ¡rio-mÃ-nimo vigente Ã Ã©poca do fato. No caso em tela, nÃ£o existem agravantes ou atenuantes. Assim, mantenho a pena em 05 (cinco) anos de reclusÃ£o e ao pagamento de multa de 500 (quinhentos) dias-multas, Ã razÃ£o de 1/30 do salÃ¡rio-mÃ-nimo vigente Ã Ã©poca do fato. Verifico que, no presente caso, a rÃ© goza da causa de diminuiÃ§Ã£o prevista no Â§4Âº do artigo 33 da LD. Por isso, diminuo a pena em 1/2, fixando a pena definitiva em 02 (dois) anos e 06 (seis) meses de reclusÃ£o e multa de 250 (duzentos e cinquenta) dias-multa, Ã razÃ£o de 1/30 do salÃ¡rio-mÃ-nimo vigente Ã Ã©poca do fato, a qual torno definitiva e final. DETRAÃÃO DE PENA E REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO DA PENA: O art. 387, Â§2Âº, do CPP, impÃµe que o juiz realize a detraÃ§Ã£o quando da prolaÃ§Ã£o da sentenÃ§a. Compulsando os autos, verifico que a condenada esteve presa provisoriamente no perÃ-odo de 28/04/2012 a 10/09/2012, ou seja, durante 4 (quatro) meses e 13 (treze) dias. Assim, o restante de pena a ser cumprida importa em 2 (dois) anos, 01 (um) mÃªs e 1 7 (dezessete) dias de reclusÃ£o. Em observÃ¢ncia aos critÃ©rios previstos no art. 33, Â§ 2Âª, c, do CPB, f ixo o regime inicial de pena aberto , pois a acusada nÃ£o Ã© reincidente e nÃ£o tem critÃ©rios pessoais desfavorÃ¡veis (art. 59, CPB). SUBSTITUIÃÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVA DE DIREITOS : Considerando que a acusad a preenche os requisitos elencados no artigo 44, inciso I a III, e Â§ 2Âº do CPB, substituo a pena privativa de liberdade por duas restritivas de direito, quais sejam PrestaÃ§Ã£o de ServiÃ§os Ã Comunidade, Ã razÃ£o de 8 (oito) horas semanais, e LimitaÃ§Ã£o de Final de Semana, a serem cumpridas na comarca de sua residÃªncia, conforme condiÃ§Ãµes a serem estabelecidas em audiÃªncia admonitÃ³ria. DELIBERAÃÃES FINAIS: PODER JUDICIÃ RIO TRIBUNÃL DE JUSTIÃÃ DO ESTÃDO DO PÃRÃ COMÃRCÃ DE TOME -ÃÃU ReconheÃ§o Ã acusada o direito de recorrer em liberdade em razÃ£o da natureza da pena aplicada. Sem custas. Com o transito em julgado: 1. lance-se o nome do sentenciado no rol dos culpados; 2. providencie-se a suspensÃ£o dos seus direitos polÃ-ticos, por meio do sistema Infodip da JustiÃ§a Eleitoral; 3. expeÃ§a-se guia definitiva de execuÃ§Ã£o de pena, instruÃ-da com a documentaÃ§Ã£o pertinente para formaÃ§Ã£o dos autos da execuÃ§Ã£o penal; 4. comunique-se para fins de anotaÃ§Ã£o do antecedente. Autorizo a incineraÃ§Ã£o da droga pela autoridade policial, sob a supervisÃ£o do Ã³rgÃ£o ministerial. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. CiÃªncia ao MP e Ã defesa. ExpeÃ§a-se o que for necessÃ¡rio, servindo o presente como MANDADO DE INTIMAÃÃO. TomÃ©-aÃ§u/PA, 06/04/2022 JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito JOSE RONALDO PEREIRA SALES:55735 Assinado de forma digital por JOSE RONALDO PEREIRA SALES:55735 Dados: 2022.04.06 18:26:19 -03'00' PROCESSO: 00009612720198140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Execução de Título Judicial em: 07/04/2022 REQUERENTE:CANDIDO HENRIQUE NEVES SILVA Representante(s): OAB 16004 - CANDIDO HENRIQUE NEVES SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA PROCESSO NÂº 0000691-27.2019.8140060 DESPACHO R.H. 1. Proceda-se Ã liberaÃ§Ã£o da quantia bloqueada a fls. 105/107. 2. ApÃ³s, intime-se o exequente para manifestaÃ§Ã£o, no prazo de 10 (dez) dias. TomÃ©-AÃ§u/PA, 07 de abril de 2022. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00009811820198140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Execução de Título Judicial em: 07/04/2022 REQUERENTE:CANDIDO HENRIQUE NEVES SILVA Representante(s): OAB 16004 - CANDIDO HENRIQUE NEVES SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA PROCESSO NÂº 0000981-18.2019.8140060 DESPACHO R.H. 1. Proceda-se Ã liberaÃ§Ã£o da quantia bloqueada a fls. 132/133. 2. ApÃ³s, intime-se o exequente para manifestaÃ§Ã£o, no prazo de 10 (dez) dias. TomÃ©-AÃ§u/PA, 07 de abril de 2022. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00013320620108140060 PROCESSO ANTIGO: 201010011372 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Execução Fiscal em: 07/04/2022 EXECUTADO:TRANSPORTADORA LITORAL LTDA EXEQUENTE:A FAZENDA PUBLICA ESTADUAL EXECUTADO:GERLEY ANTONIO TEIXEIRA DOS SANTOS EXECUTADO:ROSINETE RAMOS DA SILVA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA PROCESSO NÂº 0001332-06.2010.8140060 DESPACHO R.H. 1. Citem-se os executados por edital, com prazo de 30 dias, para, no prazo de 5 (cinco), pagar a dÃ-vida, acrescida de juros, multa, custas judiciais e demais consectÃ¡rios legais ou garantir a execuÃ§Ã£o, ou para opor Embargos, no prazo de 15 dias. 2. NÃ£o havendo manifestaÃ§Ã£o do requerido no aludido prazo, nomeio desde jÃ¡ o advogado, Dr. JORDANO DAVID SANTIAGO - OAB/PA 27.968 (telefone 91-99123-9010), como Curador Especial do demandado, devendo ser intimada para opor Embargos, no prazo acima. TomÃ©-AÃ§u/PA, 06 de abril de 2022. JOSÃ

RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00015209620108140060 PROCESSO ANTIGO: 201010010598 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Procedimento Comum Cível em: 07/04/2022 REQUERENTE:FELICIO CAPACIO Representante(s): OAB 13356 - JORDANO JUNIOR FALSONI (ADVOGADO) REQUERIDO:LAELTON DE JESUS MAIA REQUERENTE:MARIA DA PENHA DUTRA CAPACIO Representante(s): OAB 13356 - JORDANO JUNIOR FALSONI (ADVOGADO) REQUERIDO:MADEIREIRA PROGRESSO LTDA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA PROCESSO NÂº 0001520-96.2010.8140060 DESPACHO R.H. 1. Cite-se o requerido por edital, com prazo de 30 dias, para, querendo, apresentar contestaÃ§Ã£o no prazo legal. 2. NÃ£o havendo manifestaÃ§Ã£o do requerido no aludido prazo, nomeio desde jÃ¡ o advogado, Dr. JORDANO DAVID SANTIAGO - OAB/PA 27.968 (telefone 91-99123-9010), como Curador Especial do demandado, devendo ser intimado para apresentar contestaÃ§Ã£o, no prazo acima. TomÃ©-AÃ§u/PA, 06 de abril de 2022. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00016259220188140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 07/04/2022 DENUNCIADO:ADRIANO CIRIACO DOS SANTOS VITIMA:R. S. F. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU / VARA ÃNICA Â Â Â Â Â Â Av. 03 Poderes, nÂº 800, Centro, CEP.: 68.680-000, Fone (0xx91) 3727-1290Â PROCESSO N.Âº 0001625-92.2018.8.14.0060 DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Considerando que o denunciado ADRIANO CIRIACO DOS SANTOS, citado por edital, nÃ£o compareceu ou constituiu advogado, determino a suspensÃ£o do processo e o curso do prazo prescricional, conforme art. 366, do CPP. Aguarde-se em Secretaria o decurso do prazo (nos termos da SÃºmula nÂº 415 do STJ) ou o comparecimento espontÃ¢neo do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Por fim, compulsando os autos, verifico que tanto a Autoridade Policial (apenso, de mesma numeraÃ§Ã£o) quanto o MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡ representaram pela prisÃ£o preventiva do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Pois bem. Â Â Â Â Â Â Â Primeiramente, determino seja juntada a representaÃ§Ã£o da Autoridade Policial nestes autos principais, devendo ser realizada a baixa no procedimento em apenso. Â Â Â Â Â Â Â Com relaÃ§Ã£o aos argumentos apresentados, vejo que merecem acolhimento. Â Â Â Â Â Â Â O crime pelo qual o rÃ©u foi denunciado possui pena privativa de liberdade mÃ¡xima superior a 4 (quatro) anos, assim, autorizada a prisÃ£o preventiva pelo disposto no art. 313. I, do CPP. Â Â Â Â Â Â Â AlÃ©m disso, estÃ£o presentes os indÃ-cios de autoria e materialidade do delito narrado na inicial acusatÃ³ria, conforme IP que acompanha a exordial. Â Â Â Â Â Â Â Por fim, iniciada a aÃ§Ã£o penal, verifico que o rÃ©u mudou de residÃªncia sem deixar vestÃ-gios. Assim, resta suficientemente demostrada a necessidade de decretaÃ§Ã£o da prisÃ£o cautelar ao rÃ©u, haja vista a necessidade de assegurar a aplicaÃ§Ã£o da lei penal (art. 312 do CPP), ou seja: assegurar a eficÃ¡cia e as consequÃªncias da sentenÃ§a, tutelando, portanto, o prÃ³prio processo. Sobre o perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado, vejo que resta devidamente demonstrado pela gravidade em concreto do crime supostamente perpetrado e, por consequÃªncia, do prÃ³prio agente. Â Â Â Â Â Â Â Ressalto que o caso em anÃ¡lise nÃ£o se trata de mera presunÃ§Ã£o de fuga, mas uma circunstÂ¢ncia concreta e atual. Â Â Â Â Â Â Â ISTO POSTO, DECRETO A PRISAO PREVENTIVA DE ADRIANO CIRIACO DOS SANTOS, VISANDO A GARANTIA DE APLICAÃÃO DA LEI PENAL, NA FORMA DO ART. 312, CAPUT, DO CPP. Â Â Â Â Â Â Â A Secretaria Judicial para que realize a migraÃ§Ã£o deste feito ao sistema PJE e, em seguida, cadastre o competente MANDADO DE PRISÃO no sistema BNMP. Â Â Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se, servindo a presente decisÃ£o como MANDADO DE INTIMAÃÃO/OFÃCIO. Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u/PA, 06/04/2022 JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00018037020208140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 07/04/2022 VITIMA:L. P. C. ACUSADO:GEOVANE DA SILVA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA ÃNICA DA COMARCA DE TOMÃ-AÃU Av. 03 Poderes, nÂº 800, Centro, CEP 68.680-000, Fone (91) 3727-1290 / 3727-1059 / 98433-9031 PROCEDIMENTO DE APLICAÃÃO DE MEDIDAS PROTETIVAS DE URGENCIA - LEI MARIA DA PENHA NÂº.: 0001803-70.2020.8.14.0060 REPRESENTANTE: AUTORIDADE POLICIAL - PCPA REPRESENTADO: GEOVANE DA SILVA VÃTIMA: LETICIA PORTILHO CARNEIRO INTERESSADO: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARÃ SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de pedido de concessÃ£o de medidas protetivas de urgÃªncia previstas na lei nÂº 11.340/2006, formulado em 14/04/2020 pelo Delegado(a) de PolÃ-cia Civil deste municÃ-pio em face de GEOVANE DA SILVA e em favor de Ofendida LETICIA PORTILHO CARNEIRO. Â Â Â Â Â Â Â Diz o requerente, em suma, que ofendida teria sido agredida verbalmente pelo representado. Requereu, dessa feita, a concessÃ£o das seguintes medidas protetivas de urgÃªncia: proibiÃ§Ã£o de contato; proibiÃ§Ã£o de aproximaÃ§Ã£o; restriÃ§Ã£o de visitas aos dependentes menores e prestaÃ§Ã£o

de alimentos. Â Â Â Â Â Â Â Analisando os autos, verificou-se que a representaÃ§Ã£o inicial carecia de informaÃ§Ãµes mÃ-nimas para anÃ¡lise do pleito, mesmo em carÃ¡ter liminar. Deste modo, foi determinado o retorno dos autos ao Representante e intimaÃ§Ã£o da Ofendida, para que melhor instruÃ-ssem o pedido, conforme art. 321 do CPC, com prazo adequado Ã urgÃªncia que Ã© prÃ³pria da natureza deste feito. Â Â Â Â Â Â Â Findo o prazo, nÃ£o houve resposta. Â Â Â Â Â Â Â Remetidos os autos ao MP, se manifestou pelo indeferimento do pedido. Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o houve nova manifestaÃ§Ã£o nos autos desde entÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Era o que havia a relatar. Passo a decidir. Â Â Â Â Â Â Â A Lei nÂº 11.340/2006 instituiu uma sÃ©rie de medidas ditas protetivas, de natureza cautelar, destinadas a salvaguardar a incolumidade fÃ-sica, psicolÃ³gica e patrimonial da mulher vÃ-tima de violÃªncia domÃ©stica. Â Â Â Â Â Â Â Com a ressalva do meu pessoal entendimento, Ã© adotado no Ã¢mbito deste E. Tribunal o procedimento cÃ-vel em aÃ§Ãµes que versam sobre a concessÃ£o de medidas protetivas de urgÃªncia previstas na Lei Maria da Penha (LMP), mais especificamente aquele previsto no Livro V, TÃ-tulo II, CapÃ-tulo II, do CPC (Tutela Antecipada requerida em CarÃ¡ter Antecedente). Â Â Â Â Â Â Â Assim, o procedimento de aplicaÃ§Ã£o de medidas protetivas de urgÃªncia Ã© autÃ´nomo, e analisa o estado de perigo atual e iminente da Ofendida. Â Â Â Â Â Â Â No caso em tela, nÃ£o foi possÃ-vel a anÃ¡lise do pedido, mesmo em carÃ¡ter liminar, ante a ausÃªncia de elementos mÃ-nimos. Assim, considerando a ausÃªncia de manifestaÃ§Ã£o da Autoridade Requerente e em vista do tempo decorrido sem novas manifestaÃ§Ãµes da autoridade policial ou da ofendida, entendo pela ausÃªncia de interesse processual no caso em tela, especificamente no que se refere ao interesse-necessidade, pois a parte pleiteante, em sua omissÃ£o, demonstrou nÃ£o precisar da intervenÃ§Ã£o jurisdicional para salvaguardar a incolumidade fÃ-sica, psicolÃ³gica e patrimonial da Ofendida, especialmente em carÃ¡ter atual e iminente. Â Â Â Â Â Â Â Deste modo, indefiro a inicial, conforme art. 330, III e IV, do CPC, e declaro extinto o presente processo sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, nos termos do art. 485, incisos I e VI, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Sem custas. Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia Ã Autoridade Policial Representante, Ã Ofendida e ao MP. Â Â Â Â Â Â Â Caso nÃ£o seja encontrada, determino, desde logo, a intimaÃ§Ã£o da ofendida por meio de edital Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C., e, apÃ³s, certifique-se o trÂ¢nsito em julgado e arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-aÃ§u/PA, 06/04/2022 JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00019295720198140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 07/04/2022 ENVOLVIDO:LENILSON DO CARMO BARBOSA Representante(s): OAB 16004 - CANDIDO HENRIQUE NEVES SILVA (ADVOGADO) VITIMA:L. A. L. . ESTADO DO PARÃ PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU DELIBERAÃÃO EM AUDIÃNCIA: 1. Intimem-se as partes para apresentaÃ§Ã£o das alegaÃ§Ãµes finais, no prazo sucessivo de 05 dias, comeÃ§ando pelo MP. 2. ApÃ³s, conclusos para sentenÃ§a. TomÃ©-aÃ§u/PA, 07.04.2022 JosÃ© Ronaldo Pereira Sales Juiz de Direito AV. 03 PODERES, S/N, CENTRO, CEP. 68680-000, FONE 3727-1290 PROCESSO: 00025473620188140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 07/04/2022 VITIMA:A. N. I. DENUNCIADO:ARTUR FELIPE DE SENA FERREIRA Representante(s): OAB 16004 - CANDIDO HENRIQUE NEVES SILVA (ADVOGADO) DENUNCIADO:WERLITON JHONATAN PANTOJA CARNEIRO. ESTADO DO PARÃ PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU 1.Â Â Â Â Â Em face da nÃ£o intimaÃ§Ã£o do acusado Werliton Jhonatan Pantoja Carneiro redesigno a audiÃªncia para o dia 30.03.2023, Ã s 10h00, saindo intimados os presentes. 2. Renovem-se a diligencia de intimaÃ§Ã£o do acusado, rogando ao magistrado da comarca de GoianÃ©sia que adote as providencias necessÃ¡rias a distribuiÃ§Ã£o e cumprimento do mandado, providenciando, se assim entender, a apuraÃ§Ã£o da responsabilidade funcional pelo nÃ£o cumprimento da diligencias anteriormente solicitado Ã quele juÃ-zo. TomÃ©-aÃ§u/PA, 07.04.2022 JosÃ© Ronaldo Pereira Sales Juiz de Direito AV. 03 PODERES, S/N, CENTRO, CEP. 68680-000, FONE 3727-1290 PROCESSO: 00025672720188140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 07/04/2022 REPRESENTADO:ISABELLY CRISTO LAIA Representante(s): OAB 13356 - JORDANO JUNIOR FALSONI (ADVOGADO) REPRESENTANTE:SILVANA FERREIRA DE CRISTO Representante(s): OAB 13356 - JORDANO JUNIOR FALSONI (ADVOGADO) REQUERIDO:MAX LAIA DA SILVA. Processo 0002567-27.2018.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nos termos do art. 1Âº, Â§2Âº, VII, do Provimento nÂº. 006/2006-CJRMB, c/c com o art. 1Âº, do Provimento de nÂº. 006/2009-CJCI, intime-se a requerente, atravÃ©s de seu advogado, via publicaÃ§Ã£o no DJE para apresentar instrumento procuratÃ³rio, no prazo de 15 (quinze) dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-aÃ§u/PA, 07 de abril de 2022. YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria da Comarca de TomÃ©-aÃ§u PROCESSO: 00026897420178140060 PROCESSO ANTIGO: ----

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 07/04/2022 DENUNCIADO:LUCIVALDO MACIEL QUEIROZ. PROC. 0002689-74.2017.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Â°, Â§ 2Â°, IV, do Provimento nÂ° 006/2006-CJMB, c/c com o art. 1Â° do Provimento de nÂ° 0006/2009- CJCI, de ordem do MM juiz de Direito Titular desta Comarca, vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. TomÃ©-AÃ§u/Pa., 7 de abril de 2022. BelÂª YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 00027133420198140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 07/04/2022 AUTOR:PAULO CESAR SOUSA COSTA VITIMA:M. J. S. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA ÃNICA DA COMARCA DE TOMÃ-AÃU Av. 03 Poderes, nÂº 800, Centro, CEP 68.680-000, Fone (91) 3727-1290 / 3727-1059 / 98433-9031 PROCEDIMENTO NÂº 0002713-34.2019.8.14.0060 MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÃNCIA (LEI MARIA DA PENHA) CRIMINAL (1268) AUTORIDADE REPRESENTANTE: DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE TOME ACU REPRESENTADO: PAULO CESAR SOUSA COSTA DEFESA: BENEVAL COELHO DOS SANTOS OAB/PA 30214 OFENDIDA: MARIA DE JESUS SILVA INTERESSADO: MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DO PARÃ SENTENÃA ESTABILIZAÃÃO EFEITOS TUTELA ANTECEDENTE Â Â Â Â Â Â Â Vistos. Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de demanda que visa a aplicaÃ§Ã£o de medidas protetivas previstas na Lei n. 11.340/2006 - Lei Maria da Penha. Â Â Â Â Â Â Â Considerando as provas e alegaÃ§Ãµes consubstanciadas aos autos, foram deferidas medidas protetivas em favor da vÃ-tima (fls. 12), sÃ£o elas: Â· O afastamento do agressor do lar, domicÃ-lio ou local de convivÃªncia; Â· Que o agressor mantenha uma distÃ¢ncia mÃ-nima de 100 metros da vÃ-tima; Â· Que o agressor nÃ£o entre em contato com a vÃ-tima por qualquer meio de comunicaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â A ofendida foi notificada (fls. 18) e o representado foi citado/intimado (fls. 16 e 31). A defesa foi apresentada (fls. 26/30). Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico, devidamente chamado a se manifestar, opinou pela estabilizaÃ§Ã£o das medidas (fls. 34). Â Â Â Â Â Â Â Vieram-me os autos conclusos. Ã o relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Inicialmente, destaco que as medidas protetivas deferidas nos presentes autos objetivam a proteÃ§Ã£o da autora quanto aos impasses existentes entre a prÃ³pria e o requerido no Ã¢mbito familiar, enquadrando-se claramente na disposiÃ§Ã£o do art. 22 da Lei n. 11.340/06. Â Â Â Â Â Â Â No caso em tela, analisando os argumentos e provas trazidos pelas partes, tenho que restou comprovado o direito da Ofendida. Â Â Â Â Â Â Â Primeiro, porque a defesa do Representado limitou-se Ã negativa geral dos fatos, demonstrando que nÃ£o hÃ¡ qualquer prejuÃ-zo que lhe possa lhe provir da manutenÃ§Ã£o das medidas outrora estabelecidas, Ã´nus este que lhe incumbia, caso pretendesse ver revogada a benesse autoral. AlÃ©m disso, o argumento de ausÃªncia de provas em vista da ausÃªncia de laudo de exame de corpo de delito na vÃ-tima nÃ£o pode ser acolhido, pois a narrativa que consta nos autos refere-se a violÃªncia de natureza verbal e psicolÃ³gica. Â Â Â Â Â Â Â Desta feita, diante do carÃ¡ter acautelatÃ³rio das medidas protetivas deferidas, nÃ£o logrando o rÃ©u provar em sentido diverso, tenho que a manutenÃ§Ã£o da decisÃ£o de decisÃ£o fls. 12 Ã© medida a ser adotada, razÃ£o pela qual tenho como estabilizado os efeitos da tutela de urgÃªncia, e por via de consequÃªncia procedo Ã extinÃ§Ã£o do processo. Â Â Â Â Â Â Â Por outro lado, entendo que as medidas protetivas sÃ£o um meio cautelar que visa proteger a mulher de situaÃ§Ã£o de risco, afastÃ¡-la da violÃªncia, mas, em contrapartida tem o(a) suposto(a) agressor(a) que deve ter os seus direitos fundamentais, tambÃ©m, protegidos, logo nÃ£o se pode eternizar uma medida de constriÃ§Ã£o Ã liberdade da pessoa. Destaco que o entendimento da jurisprudÃªncia pÃ¡tria Ã© solido no sentido de que Ã s medidas protetivas deve ser fixado um prazo. Â Â Â Â Â Â Â Desta forma, entendo que decorrido 01 (um) ano da estabilizaÃ§Ã£o da decisÃ£o que concedeu medidas protetivas, sem que haja manifestaÃ§Ã£o das partes, conclui-se pela desnecessidade da cautelar. Â Â Â Â Â Â Â Registre-se que, apÃ³s a revogaÃ§Ã£o da cautelar, nÃ£o hÃ¡ impedimento algum da Ofendida pleitear renovaÃ§Ã£o das medidas em eventual necessidade. Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, em observÃ¢ncia Ã s regras processuais acima dispostas, reconheÃ§o a estabilizaÃ§Ã£o da tutela antecipada deferida no inÃ-cio do processo e mantenho as medidas protetivas jÃ¡ fixadas na decisÃ£o fls. 12, o que faÃ§o nos termos do art. 304, caput, do CPC, e por via de consequÃªncia, julgo extinto o processo sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, de acordo com o art. 485, X do CPC, sendo que as medidas deferidas terÃ£o validade pelo perÃ-odo de 01 (um) ano, contados da presente decisÃ£o, ou na existÃªncia da aÃ§Ã£o penal, durante todo o processo criminal, inclusive durante o cumprimento da pena, em caso de sentenÃ§a condenatÃ³ria transitada em julgado. Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se ciÃªncia, ainda, ao Requerido, ressaltando de que alÃ©m das consequÃªncias mencionadas na decisÃ£o que fixou as medidas protetivas em seu desfavor, em eventual descumprimento de medidas protetivas de urgÃªncia poderÃ¡ acarretar a caracterizaÃ§Ã£o do crime previsto no art. 24-A da Lei nÂº 11.340/2006 (incluÃ-do pela Lei nÂº 13.641, publicada em 04/04/2018. Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia Ã Ofendida e ao MP. Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia Ã Autoridade Policial

representante. Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o sendo qualquer das partes localizada para intimaÃ§Ã£o pessoal, desde jÃ¡, determino seja intimado via edital. Â Â Â Â Â Â Â Com o cumprimento das formalidades acima, baixa e arquivamento do presente feito. Â Â Â Â Â Â Â PRIC. Servindo a presente como MANDADO DE INTIMAÃÃO/OFÃCIO. Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-aÃ§u/PA, data registrada pelo sistema. JOSE RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00029523820198140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 07/04/2022 DENUNCIADO:SUELENE SANTOS DA SILVA DENUNCIADO:CARLOS HENRIQUE BRITO DOS SANTOS. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU / VARA ÃNICA Â Â Â Â Â Â Av. 03 Poderes, nÂº 800, Centro, CEP.: 68.680-000, Fone (0xx91) 3727-1290Â PROCESSO N.Âº 0002952-38.2019.8.14.0060 DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Considerando as informaÃ§Ãµes de fls. 92, o feito foi remetido ao MP/PA, que representou pela decretaÃ§Ã£o da prisÃ£o preventiva do acusado (fls. 95/96). Â Â Â Â Â Â Â Pois bem. Â Â Â Â Â Â Â Com relaÃ§Ã£o aos argumentos apresentados, vejo que merecem acolhimento. Â Â Â Â Â Â Â Em 14/05/2021 (fls. 90), a custÃ³dia cautelar do rÃ©u foi substituÃ-da por outras medidas diversas, conforme art. 319 do CPP. Entretanto, o acusado foi autuado novamente em flagrante delito na data de 16/10/2021, em outro municÃ-pio, demonstrando, desta maneira, a necessidade de revogaÃ§Ã£o das medidas cautelares diversas da prisÃ£o (art. 282, II, Â§4o, do CPP), com a consequente decretaÃ§Ã£o da prisÃ£o cautelar ao rÃ©u, haja vista a necessidade de assegurar a ordem pÃºblica e a aplicaÃ§Ã£o da lei penal (art. 312 do CPP). Â Â Â Â Â Â Â AlÃ©m disso, o crime pelo qual o rÃ©u foi denunciado possui pena privativa de liberdade mÃ¡xima superior a 4 (quatro) anos, assim, autorizada a prisÃ£o preventiva pelo disposto no art. 313. I, do CPP; bem como estÃ£o presentes os indÃ-cios de autoria e materialidade do delito narrado na inicial acusatÃ³ria, conforme IP que acompanha a exordial. Â Â Â Â Â Â Â ISTO POSTO, REVOGO AS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO PRETERITAMENTE APLICADAS E DECRETO A PRISAO PREVENTIVA DE CARLOS HENRIQUE BRITO DOS SANTOS, VISANDO A GARANTIA DE ORDEM PUBLICA E DE APLICAÃÃO DA LEI PENAL, NA FORMA DO ART. 312, CAPUT, DO CPP. Â Â Â Â Â Â Â A Secretaria Judicial para que realize a migraÃ§Ã£o deste feito ao sistema PJE e, em seguida, cadastre o competente MANDADO DE PRISÃO no sistema BNMP. Em seguida, acautelem-se os autos, haja vista a designaÃ§Ã£o de audiÃªncia para o dia 07/07/2022. Â Â Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se, servindo a presente decisÃ£o como MANDADO DE INTIMAÃÃO/OFÃCIO. Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u/PA, 06/04/2022 JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00033297720178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 07/04/2022 REPRESENTANTE:A. C. O. E. DENUNCIADO:JOAO PEDRO CHAVES MOURAO. PROC. 0003329-77.2017.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Â°, Â§ 2Â°, IV, do Provimento nÂ° 006/2006-CJMB, c/c com o art. 1Â° do Provimento de nÂ° 0006/2009- CJCI, de ordem do MM juiz de Direito Titular desta Comarca, vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. TomÃ©-AÃ§u/Pa., 7 de abril de 2022. BelÂª YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 00035919020188140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Termo Circunstanciado em: 07/04/2022 AUTOR:JOAO BATISTA DE OLIVEIRA LIMA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA ÃNICA DA COMARCA DE TOMÃ-AÃU Av. 03 Poderes, nÂº 800, Centro, CEP 68.680-000, Fone (91) 3727-1290 / 3727-1059 / 98433-9031 PROCEDIMENTO NÂº 0003591-90.2018.8.14.0060 REQUERENTE: JOAO BATISTA DE OLIVEIRA LIMA INTERESSADO: MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DO PARÃ DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â JOAO BATISTA DE OLIVEIRA LIMA, jÃ¡ qualificado nos presentes autos, apresentou pedido de RESTITUIÃÃO DE COISA APREENDIDA, nos moldes do artigo 118 e seguintes do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Afirma o requerente que a motosserra MS 650 STHILL Ã© de sua propriedade e, mesmo apÃ³s transaÃ§Ã£o penal homologada e sentenciamento do feito, se encontra apreendido. Requer, assim, a restituiÃ§Ã£o do bem. Â Â Â Â Â Â Â Chamado a se manifestar, o MP opinou pelo indeferimento da restituiÃ§Ã£o dos bens, uma vez que o Requerente nÃ£o apresentou registro do IBAMA, emitido para si ou para o estabelecimento comercial que lhe vendeu o bem. Â Â Â Â Â Â Â Vindo-me os autos conclusos, decido. Â Â Â Â Â Â Â Analisando os autos, em especial os documentos juntados ao pedido, entendo que estÃ¡ suficientemente comprovado que o requerente Ã© o devido proprietÃ¡rio da motosserra MS 650 STHILL N 364334923. AlÃ©m disso, tendo havido transaÃ§Ã£o penal, julgamento do feito e trÂ¢nsito em julgado, nÃ£o existe qualquer interesse do bem ao deslinde da causa. Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, com arrimo no artigo 120 do CÃ³digo de Processo Penal, DEFIRO O PEDIDO E DETERMINO A RESTITUIÃÃO dos bens apreendidos ao Requerente. Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia Ã defesa do requerente e ao MP. Â Â Â Â Â Â Â Cumprida a presente decisÃ£o, baixa e

arquivamento dos autos. Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-aÃ§u/PA, 06/04/2022 JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00036891220178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 07/04/2022 DENUNCIADO:MARCIO DA TRINDADE RAMOS. PROC. 0003689-12.2017.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Â°, Â§ 2Â°, IV, do Provimento nÂ° 006/2006-CJMB, c/c com o art. 1Â° do Provimento de nÂ° 0006/2009- CJCI, de ordem do MM juiz de Direito Titular desta Comarca, vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. TomÃ©-AÃ§u/Pa., 7 de abril de 2022. BelÂª YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 00039319720198140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Procedimento Comum Cível em: 07/04/2022 REQUERENTE:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL REPRESENTADO:IRINEU DE SOUZA SILVA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA PROCESSO NÂº 0003931-97.2019.8.14.0060 DECISÂ¿O Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de pedido de aplicaÃ§Ã£o de Medida Protetiva, interposto pelo MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡, em atuaÃ§Ã£o nesta Comarca de TomÃ©-AÃ§u, em favor do idoso IRINEU DE SOUZA SILVA, atualmente com 82 anos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Informa que o idoso jÃ¡ tinha sido acolhido na Casa Lar do idoso, mas foi desacolhido em 15.02.2020, aos cuidados pessoais de sua entÃ£o procuradora, a Assistente Social Wilna Margela Oliveira Andrade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ocorre que, em 20.08.2021, o idoso desapareceu de sua comunidade e quando foi encontrado apresentava-se debilitado, confuso e com clara desorientaÃ§Ã£o. Sendo assim, em 06.11.2021, foi levado Ã Casa Lar do idoso pela sua procuradora, a qual alegou que ele nÃ£o estava mais aceitando os cuidados dela. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sendo assim, o MinistÃ©rio PÃºblico requereu a aplicaÃ§Ã£o da medida protetiva de abrigamento institucional na Casa Lar do Idoso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Graves sÃ£o as informaÃ§Ãµes trazidas Ã baila pelo MinistÃ©rio PÃºblico e que requerem a intervenÃ§Ã£o imediata dos poderes pÃºblicos para a proteÃ§Ã£o do idoso, como medida de garantia da dignidade da pessoa humana. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â De acordo com o relatÃ³rio de fls. 126/128, o idoso retornou Ã instituiÃ§Ã£o Casa Lar do Idoso em 06.11.2011, acompanhado pela Assistente Social Wilna Margela, sob o argumento de que ele nÃ£o estava mais aceitando os cuidados dos outros. AlÃ©m disso, em 20.08.2021, a procuradora foi informada pelos vizinhos do idoso que ele tinha desaparecido. ApÃ³s nove dias de procura, ele foi encontrado com aspecto fÃ-sico debilitado, fala confusa e clara desorientaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O Estatuto do Idoso determina que Ã© obrigaÃ§Ã£o do Estado garantir Ã pessoa idosa a proteÃ§Ã£o Ã vida e Ã saÚde, mediante efetivaÃ§Ã£o de polÃ-ticas sociais pÃºblicas que permitam um envelhecimento saudÃ¡vel e em condiÃ§Ãµes de dignidade (art. 9Âº da Lei nÂº 10.741/03). AlÃ©m disso, em seu art. 37 Ã© assegurado seu direito Ã moradia digna, no seio da famÃ-lia ou em instituiÃ§Ã£o pÃºblica ou privada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Anoto que o idoso jÃ¡ tinha sido acolhido em marÃ§o de 2018 apÃ³s constatada a sua situaÃ§Ã£o de vulnerabilidade, com alimentaÃ§Ã£o inadequada, sem higiene, morando em local insalubre e de difÃ-cil acesso, com dificuldades na fala e na locomoÃ§Ã£o. Durante o perÃ-odo de acolhimento ele demonstrou ser bastante independente e ter plena consciÃªncia dos seus atos. Foram feitas algumas buscas, mas nÃ£o foi localizado nenhum parente dele. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em audiÃªncia realizada no dia 18.10.2019, foi informado que o benefÃ-cio do idoso jÃ¡ havia sido reativado, obtendo, ainda, o retroativo de R$ 54.197,44. O dinheiro foi usado para a realizaÃ§Ã£o de providÊncias necessÃ¡rias ao retorno do idoso ao lar, na comunidade de Rio Pequeno (fls. 050/053). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pelo relatÃ³rio de fl. 125, foi informado que o idoso desapareceu e sÃ³ foi encontrado depois de nove dias, confuso e debilitado, alÃ©m de nÃ£o estar aceitando cuidados de outras pessoas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, tendo em vista a extrema situaÃ§Ã£o de risco em que se encontram o idoso, DEFIRO O PEDIDO do MinistÃ©rio PÃºblico, com fulcro nos arts. 9Âº, 37 e art. 45, II e V, da Lei nÂº 10.741/03. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se a guia de acolhimento institucional e requisite-se a apresentaÃ§Ã£o do relatÃ³rio circunstanciado, no prazo de 03 (trÃªs) meses. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Oficie-se o CREAS para que, juntamente com a equipe da Casa Lar do Idoso, proceda ao acompanhamento e orientaÃ§Ã£o temporÃ¡rios do idoso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na condiÃ§Ã£o de procuradora constituÃ-da pelo idoso, intime-se a Assistente Social Wilna Magela para, no prazo de 15 dias, informar se o idoso vinha tendo a devida assistÊncia, como vinha sendo administrado o valor relativo ao seu benefÃ-cio previdenciÃ¡rio e, na sua avaliaÃ§Ã£o, o que teria levado o idoso a abandonar a residÊncia para ele construÃ-da na localidade em que estava residindo Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÊncia ao MP e Ã Assistente Social do juÃ-zo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 07 de abril de 2022. JosÃ© Ronaldo Pereira Sales Juiz de Direito Comarca de TomÃ©-AÃ§u PROCESSO: 00042633520178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 07/04/2022

DENUNCIADO:GIOVANE CRISTO DOS SANTOS VITIMA:L. F. S. M. . ESTADO DO PARÃ PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU DELIBERAÃÃO EM AUDIENCIA: 1. CONCLUSOS PARA SENTENÃA. TomÃ©-AÃ§u/PA, 07.04.2022 JosÃ© Ronaldo Pereira Sales Juiz de Direito AV. 03 PODERES, S/N, CENTRO, CEP. 68680-000, FONE 3727-1290 PROCESSO: 00045189020178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 07/04/2022 REPRESENTANTE:A. C. O. E. DENUNCIADO:MURILO DE AQUINO ALVES. PROC. 0004518-90.2017.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Â°, Â§ 2Â°, IV, do Provimento nÂ° 006/2006-CJMB, c/c com o art. 1Â° do Provimento de nÂ° 0006/2009- CJCI, de ordem do MM juiz de Direito Titular desta Comarca, vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. TomÃ©-AÃ§u/Pa., 7 de abril de 2022. BelÂª YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 00045332520188140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 07/04/2022 AUTOR:MARCELO MIRANDA MARTINS VITIMA:J. S. A. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA ÃNICA DA COMARCA DE TOMÃ-AÃU Av. 03 Poderes, nÂº 800, Centro, CEP 68.680-000, Fone (91) 3727-1290 / 3727-1059 / 98433-9031 MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÃNCIA (LEI MARIA DA PENHA) CRIMINAL (1268) PROCEDIMENTO NÂº.: 0004533-25.2018.8.14.0060 AUTORIDADE: DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE TOME ACU REPRESENTADO: MARCELO MIRANDA MARTINS OFENDIDA: JOSIANI SANTOS DE ALMEIDA INTERESSADO: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARÃ (FISCAL DA LEI) SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de pedido de concessÃ£o de medidas protetivas de urgÃªncia previstas na lei nÂº 11.340/2006, formulado pelo Delegado(a) de PolÃ-cia Civil deste municÃ-pio em face de MARCELO MIRANDA MARTINS, e em favor de Ofendida JOSIANI SANTOS DE ALMEIDA. Â Â Â Â Â Â Â As medidas pleiteadas foram liminarmente concedidas, conforme decisÃ£o de fls. 14/15 dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Determinada a citaÃ§Ã£o do Representado e notificaÃ§Ã£o da ofendida, nenhum deles foi localizado. O feito, entÃ£o, ficou paralisado. Â Â Â Â Â Â Â Chamado a se manifestar, o MP, em 2021, opinou pelo prosseguimento do feito com a intimaÃ§Ã£o do representado por edital. Â Â Â Â Â Â Â Em janeiro de 2022, a ofendida compareceu ao setor social desta vara Ãºnica, manifestando-se pela revogaÃ§Ã£o das medidas. Â Â Â Â Â Â Â Vindo-me os autos conclusos, decido. Â Â Â Â Â Â Â A Lei nÂº 11.340/2006 instituiu uma sÃ©rie de medidas ditas protetivas, de natureza cautelar, destinadas a salvaguardar a incolumidade fÃ-sica, psicolÃ³gica e patrimonial da mulher vÃ-tima de violÃªncia domÃ©stica. Â Â Â Â Â Â Â Com a ressalva do meu pessoal entendimento, Ã© adotado no Ã¢mbito deste E. Tribunal o procedimento cÃ-vel em aÃ§Ãµes que versam sobre a concessÃ£o de medidas protetivas de urgÃªncia previstas na Lei Maria da Penha (LMP), mais especificamente aquele previsto no Livro V, TÃ-tulo II, CapÃ-tulo II, do CPC (Tutela Antecipada requerida em CarÃ¡ter Antecedente). Â Â Â Â Â Â Â Assim, o procedimento de aplicaÃ§Ã£o de medidas protetivas de urgÃªncia Ã© autÃ´nomo, e analisa o estado de perigo atual e iminente da Ofendida. Â Â Â Â Â Â Â No caso em tela, ocorrida a representaÃ§Ã£o e estando o pedido devidamente instruÃ-do com provas aptas a caracterizar o estado de perigo da ofendida em face das atitudes agressivas do suposto ofensor, foram concedidas as medidas em carÃ¡ter liminar. Â Â Â Â Â Â Â Entretanto, em vista da nÃ£o localizaÃ§Ã£o do Representado, bem como da prÃ³pria ofendida, em virtude do lapso temporal decorrido (quase 04 anos) e em vista de expressa manifestaÃ§Ã£o da ofendida pela desnecessidade das medidas, entendo que jÃ¡ nÃ£o subsistem os motivos que ensejaram a aplicaÃ§Ã£o das medidas, nem a necessidade de sua manutenÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Por fim, anoto que as medidas protetivas constituem meio de acautelar a mulher em situaÃ§Ã£o de risco iminente, afastando-a da violÃªncia. No entanto, em contrapartida, o(a) suposto(a) agressor(a) deve ter os seus direitos fundamentais, tambÃ©m, protegidos; logo nÃ£o se pode eternizar uma medida de constriÃ§Ã£o Ã liberdade da pessoa. Â Â Â Â Â Â Â Deste modo, verificando a ausÃªncia de interesse/necessidade atual da Ofendida, revogo as medidas protetivas de urgÃªncia previamente aplicadas e declaro extinto o presente processo sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito nos termos do art. 485, inciso IV, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â P.R.I. Cumpra-se, servindo a presente sentenÃ§a como MANDADO/OFÃCIO, devendo a intimaÃ§Ã£o das partes ocorrer por edital, face a inexistÃªncia de endereÃ§o atualizado. Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MP e Ã Autoridade Policial Representante. Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, arquivem-se. Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-aÃ§u/PA, 06/04/2022. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00049362820178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 07/04/2022 FLAGRANTEADO:GEDIELSON DA SILVA CRISTO FLAGRANTEADO:IGOR SOARES DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 13356 - JORDANO JUNIOR FALSONI (ADVOGADO) OAB 22628 - DAVI RABELLO LEAO (ADVOGADO) . ESTADO DO

PARÃ PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU DELIBERAÃÃO EM AUDIENCIA: 1. CONCLUSOS PARA SENTENÃA. TomÃ©-AÃ§u/PA, 07.04.2022 JosÃ© Ronaldo Pereira Sales Juiz de Direito AV.TRÃS PODERES, 800, CENTRO, CEP. 68680-000, FONE 3727-1241 - E-mail: 1tomeacu@tjpa.jus.br PROCESSO: 00049512620198140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Ação Civil Pública em: 07/04/2022 REQUERENTE:MUNICIPIO DE TOME ACU Representante(s): OAB 23178 - JUNIOR ALVES DA COSTA (PROCURADOR(A)) REQUERIDO:CARLOS VINICIUS DE MELO VIEIRA Representante(s): OAB 20723 - EDISON LUSTOSA QUARESMA JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:RURAL NORTE TERRAPLANAGEM E CONSTRUCOES LTDA REQUERIDO:THAIS ALMEIDA VAZ RIBEIRO. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA PROCESSO NÂº 0004951-26.2019.8140060 DESPACHO R.H. 1. Citem-se os requeridos RURAL NORTE TERRAPLANAGEM E CONSTRUCOES LTDA e THAIS ALMEIDA VAZ RIBEIRO por edital, com prazo de 30 dias, para, querendo, apresentar defesa preliminar no prazo legal. 2. NÃ£o havendo manifestaÃ§Ã£o do requerido no aludido prazo, nomeio desde jÃ¡ o advogado, Dr. JORDANO DAVID SANTIAGO - OAB/PA 27.968 (telefone 91-99123-9010), como Curador Especial do demandado, devendo ser intimado para apresentar defesa preliminar no prazo acima. TomÃ©-AÃ§u/PA, 06 de abril de 2022. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00052241520138140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 07/04/2022 INDICIADO:ADRIANO BATISTA Representante(s): OAB 7543-A - LUIZ GONZAGA BARRETO FILHO (ADVOGADO) INDICIADO:ALAILSON SOUZA SANTOS INDICIADO:EDSON VANDO RAMOS SOUZA Representante(s): OAB 11.586 - LUIS CARLOS PEREIRA BARBOSA (ADVOGADO) OAB 17899 - MARGARETH CARVALHO MONTEIRO (ADVOGADO) . PO DE R J UD IC IÃ R IO TRI B UN Ã L DE J U S TIÃÃ D O E S T Ã DO D O P Ã R Ã C OMÃ R C Ã DE T OME - Ã Ã U AÃÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÃRIO (283) PROCESSO NÂº 0005224-15.2013.8.14.0060 AUTOR: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REU: ADRIANO BATISTA ADVOGADO: LUIZ GONZAGA BARRETO FILHO, OAB/PA 7543-A REU: ALAILSON SOUZA SANTOS ADVOGADO DATIVO: MARGARETH MONTEIRO CARVALHO, OAB/PA 17.899 REU: EDSON VANDO RAMOS SOUZA ADVOGADO: LUIS CARLOS PEREIRA BARBOSA, OAB/PA 11.586 ADVOGADO: MARGARETH MONTEIRO CARVALHO, OAB/PA 17.899 SENTENÃA O MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DO PARÃ ofereceu denÃºncia em face de ADRIANO BATISTA , ALAILSON SOUZA SANTOS E EDSON VANDO RAMOS SOUZA jÃ¡ devidamente qualificado s nos autos pelo s delito s do art. 35 da Lei nÂº 11.343/06 e no art . 14, caput, da Lei 10.826/2003; art.35 da Lei 11.343/2006 ; e art. 33, caput, da Lei 11.343/2006 respectivamente. A inicial afirma que no dia 28.12.20 1 3 , os denunciados foram presos em flagrante delito neste municÃ-pio de TomÃ© - AÃ§u, sob a acusaÃ§Ã£o de estarem praticando atividades criminosas nesta cidade. Na data citada, por volta das 11 :00h, uma guarniÃ§Ã£o da PolÃ-cia M ilitar , integrada pelo Cabo da PM Giovani Ferreira Pinto e pelos Soldados da PM W Rodrigues, Cleyton e Botelho, recebeu informaÃ§Ãµ es d e q u e, no " Beco d o M acaco" , Bai r r o Tabom, neste municÃ-pio, pessoas estavam vendendo entorpecentes e efetuando disparos de arma de fogo. PO DE R J UD IC IÃ R IO TRI B UN Ã L DE J U S TIÃÃ D O E S T Ã DO D O P Ã R Ã C OMÃ R C Ã DE T OME - Ã Ã U Ao chegar ao local indicado, os policiais encontraram os denunciados ingerindo bebida alcÃ³olica e, ao perceber a aproximaÃ§Ã£o dos PMs, Adriano tentou se desvencilhar do revÃ³lver calibre 38 que portava com duas muniÃ§Ãµes deflagradas e quatro intactas; sendo ainda durante a abordagem, encontrada perto de Edson Vando sei s tro ux in has d o ent o r p ecen te conheci d o co mo " p ed r a d e oxi" . Os objetos encontrados, bem como os denunciados foram encaminhados a Autoridade Policial. Laudo de ConstataÃ§Ã£o Preliminar consta Ã fls. 09 do IPL. DenÃºncia recebida as fls. 60. CitaÃ§Ã£o dos rÃ©us ocorrida as fls. 69. Defesa Preliminar de Edson Vando Ramos Sousa apresentada as fls. 61/62. Defesa Preliminar de Adriano Batista apresentada as fls. 65/66. Defesa Preliminar de Alailson Souza Santos apresentada as fls. 69-v. Laudo toxicolÃ³gico definitivo juntado as fls. 90 constatou POSITIVO para o entorpecente COCAÃNA, no total de 11,535g da droga. Em audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento (fls. 113 e 121), foi realizada a oitiva das testemunhas CB/PM Giovani Ferreira Pinto, CB/PM Wagner Rodrigues Ferreira. Foi decretada a revelia dos rÃ©us Adriano Batista e Alailson Souza Santos. Por fim, houve a qualificaÃ§Ã£o e interrogatÃ³rio do rÃ©u Edson Vando Ramos Souza. Laudo pericial de balÃ-stica juntado a fls. 124 constatou que a arma de fogo encontrava-se em condiÃ§Ãµes de funcionamento e apresentava potencialidade lesiva. Em alegaÃ§Ãµes finais, o MP pugnou pela condenaÃ§Ã£o dos acusados nos exatos termos da denÃºncia (fls. 127- 130). A defesa, por sua vez, requereu (fls. 132-134): em relaÃ§Ã£o a Edson Vando Ramos Sousa, a absolviÃ§Ã£o nos termos do art. 386, VII, do CPP, ou o reconhecimento da figura do trÃ¡fico privilegiado, com substituiÃ§Ã£o da pena privativa de Liberdade por uma restritiva de direitos; relativamente ao Alailson Souza Santos (fls.

135-137), a rejeiÃ§Ã£o da denÃºncia em razÃ£o da ausÃªncia de justa causa para a aÃ§Ã£o penal ou a absolviÃ§Ã£o em obediÃªncia aos princÃ-pios da presunÃ§Ã£o de inocÃªncia e in dubio pro reo; e, quanto ao acusado Adriano Batista (fls. 138-140), a absolviÃ§Ã£o, em vista da fragilidade das provas apresentadas. PO DE R J UD IC IÃ R IO TRI B UN Ã L DE J U S TIÃÃ D O E S T Ã DO D O P Ã R Ã C OMÃ R C Ã DE T OME - Ã Ã U Era o que havia a relatar, passo a decidir. Cuidam os presentes autos de aÃ§Ã£o penal movida contra ADRIANO BATISTA, ALAILSON SOUZA SANTOS E EDSON VANDO RAMOS SOUZA acusados da prÃ¡tica dos crimes previstos pelo art. 35 da Lei nÂº 11.343/06 e pelo art. 14, caput, da Lei 10.826/2003; art.35 da Lei 11.343/2006; e art. 33, caput, da Lei 11.343/2006 respectivamente. Registre-se, desde logo, a presenÃ§a dos pressupostos processuais, quer seja os de existÃªncia, quer seja os de validade, e das condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o, o que autoriza o julgamento da pretensÃ£o veiculada na demanda. Em relaÃ§Ã£o ao crime de TRÃFICO DE DROGAS, delito imputado ao rÃ©u EDSON VANDO, entendo que restou evidenciada a materialidade delitiva tanto pelo Laudo de constataÃ§Ã£o toxicolÃ³gico provisÃ³rio quanto pelo definitivo (fls. 09 do IPL e 90 dos autos), nÃ£o havendo dÃºvidas de que foi apreendida substÃ¢ncia entorpecente no dia dos fatos. Entretanto, no que se refere Ã autoria delitiva, entendo que nÃ£o restou devida e indubitavelmente comprovada, devendo o rÃ©u ser absolvido nos termos do art. 386, V, do CPP. Ora, como se vÃª pela simples leitura da exordial, a substÃ¢ncia entorpecente foi encontrada prÃ³ximo ao acusado EDSON VANDO, o que, desde logo, suscita dÃºvidas quanto Ã propriedade do entorpecente, jÃ¡ que havia outras pessoas no local. Ainda, as provas testemunhais colhidas durante a instruÃ§Ã£o processual nÃ£o foram capazes de esclarecer sobre a autoria delitiva. Vejamos: CB/PM Giovani Ferreira Pinto: "(...) que revistaram os denunciados; que a droga foi encontrada perto de dois dos denunciados; que jÃ¡ conhecia o Edson Vando; que ninguÃ©m se acusou como dono da droga; (...)" CB/PM Wagner Rodrigues Ferreira: "(...) que havia quatro pessoas no interior da casa; que Adriano, Alailson e Edson Vando estavam na casa; que nÃ£o se lembra com quem estava arma de fogo; que a arma foi encontrada pelo Cabo Giovani; que viu a arma de fogo; que era um revÃ³lver calibre 38 e tinha muniÃ§Ã£o; que havia muniÃ§Ã£o deflagrada; que tinha droga com os denunciados; que tinha droga em um quarto da casa; que ninguÃ©m se identificou como PO DE R J UD IC IÃ R IO TRI B UN Ã L DE J U S TIÃÃ D O E S T Ã DO D O P Ã R Ã C OMÃ R C Ã DE T OME - Ã Ã U proprietÃ¡rio da casa; que foi encontrado seis trouxinhas de droga prÃ³ximo ao Edson Vando; que a droga encontrada no quarto e prÃ³ximo a Edson Vando era oxi; que todos aparentavam estar drogados e embriagados; que ninguÃ©m assumiu ser dono da droga; que todos eram usuÃ¡rios; que Edson Vando nÃ£o assumiu ser o dono da droga; (...)" Em seu interrogatÃ³rio, EDSON VANDO disse o seguinte: "(...) que a "pedra de oxi" foi apresentada na delegacia; que a droga nÃ£o estava com nenhum deles no momento da apreensÃ£o; que as trouxinhas de pedras de oxi nÃ£o eram dele; que viu apenas o revÃ³lver do Adriano Batista; que Ã© viciado em oxi; que jÃ¡ foi preso antes; que nÃ£o estava traficando; que a droga era sempre pra consumo prÃ³prio; que nunca foi preso com dinheiro ou com algum viciado dizendo que comprou droga dele; que o revÃ³lver era do Adriano Batista; que nÃ£o sabia que Adriano vendia droga; que em certo dia Adriano comprou trÃªs pedras de oxi; que no dia dos fatos eles nÃ£o foram encontrados com droga; que o Giovani apresentou na delegacia a arma e a droga; que os policiais colocaram a droga para os acusar de trÃ¡fico; que nÃ£o viu eles com droga; que Adriano comprou trÃªs pedras e jÃ¡ tinham usado toda a droga; que Adriano estava comprando as bebidas; que pela manhÃ£ nÃ£o havia droga; que estavam bÃªbados; que os policiais nÃ£o tinham mostrado droga na casa; que mostraram a droga na delegacia; que nÃ£o viu quando a droga foi encontrada perto dele; que sabia o que estava acontecendo ao seu redor; que estava consciente; que se lembra de tudo o que aconteceu;(...)" Assim, entendo que as provas colhidas sÃ£o harmÃ´nicas e coerentes, apontando que o entorpecente nÃ£o foi apreendido na posse do rÃ©u EDSON VANDO, tampouco hÃ¡ qualquer elemento que aponte para a comercializaÃ§Ã£o de drogas pelo rÃ©u. Para uma decisÃ£o de condenaÃ§Ã£o, devem existir provas irrefutÃ¡veis da autoria e da materialidade do crime descrito na peÃ§a inici al. No presente caso, entendo que nÃ£o hÃ¡ prova de ter o rÃ©u concorrido para a infraÃ§Ã£o penal, impondo - se, em consequÃªncia, a absolviÃ§Ã£o, nos termos do art. 386, V, do CPP. PO DE R J UD IC IÃ R IO TRI B UN Ã L DE J U S TIÃÃ D O E S T Ã DO D O P Ã R Ã C OMÃ R C Ã DE T OME - Ã Ã U Em relaÃ§Ã£o ao crime de ASSOCIAÃÃO PARA O TRÃFICO (imputado aos rÃ©us ADRIANO e ALAILSON), nÃ£o hÃ¡ qualquer elemento que comprove a materialidade delitiva. As provas que constam nos autos, colhidas sob o crivo da ampla defesa e contraditÃ³rio, nÃ£o sÃ£o capazes de demonstrar a ocorrÃªncia da traficÃ¢ncia e, menos ainda, de haver qualquer ligaÃ§Ã£o entre os rÃ©us para o fim especÃ-fico de cometimento do trÃ¡fico de drogas (associaÃ§Ã£o de desÃ-gnios, prÃ©vio ajuste entre as partes, animus associativo para a traficÃ¢ncia, etc.). Desta maneira, entendo que os acusados devem ser absolvidos, por nÃ£o haver provas da existÃªncia do feto delitivo apontado na exordial, nos termos do art. 386, II, do CPP. Por fim, quanto ao delito de PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO (art. 14 da lei 10.826, imputado ao rÃ©u ADRIANO),

entendo que a materialidade do delito restou comprovada pelo auto de apreensÃ£o e apresentaÃ§Ã£o de fls. 08 do IPL e pelo Laudo pericial de fls. 124. A autoria, de igual sorte, encontra-se suficientemente provada nos autos, notadamente pela prova testemunhal colhidos em juÃ-zo. Vejamos. CB/PM Giovani Ferreira Pinto: (...) que foi acionado pelo rÃ¡dio; que foi informado da denÃºncia sobre som alto, disparo de arma de fogo e venda de entorpecentes; que era no bairro do Tabom; que a residÃªncia era no "Beco do macaco"; que populares apontaram a residÃªncia; que cercaram a casa; que os denunciados nÃ£o perceberam a chegada dos policiais por conta do som alto; os trÃªs estavam na casa; que fizeram um cerco na casa; que quando os policiais adentraram a casa tentaram se desfazer da arma; (...) que arma estava municiada; (...) CB/PM Wagner Rodrigues Ferreira: (...) que recebia denÃºncias anÃ´nimas com disparos de arma de fogo e trÃ¡fico de drogas; que recebia hÃ¡ meses denÃºncias anÃ´nimas sobre disparos de arma de fogo (...) que nÃ£o se lembra com quem estava arma de fogo; que a arma foi encontrada pelo Cabo Giovani; que viu a arma de fogo; que era um revÃ³lver calibre 38 e tinha muniÃ§Ã£o; que havia muniÃ§Ã£o deflagrada; (...) PO DE R J UD IC IÃ R IO TRI B UN Ã L DE J U S TIÃÃ D O E S T Ã DO D O P Ã R Ã C OMÃ R C Ã DE T OME - Ã Ã U Edson Vando Ramos Souza: (...) que viu apenas o revÃ³lver do Adriano Batista; (...) que o revÃ³lver era do Adriano Batista; (...) que Adriano comprou a arma e jÃ¡ estava com a muniÃ§Ã£o; que Adriano atirou duas vezes no quintal; que a mÃºsica estava alta; que Adriano atirou pra ver se a arma funcionava; (...) que a casa era do Adriano; (...) que somente Adriano tinha arma; que nÃ£o sabe se Adriano estava de posse da arma; que Adriano nÃ£o disse pra que tinha adquirido a arma; que um rapaz tinha raiva de Adriano por causa de uma menina; que Adriano era ameaÃ§ado; que Adriano dizia que queria comprar uma arma; que na noite Adriano estava com dinheiro; Que Adriano comprou a arma; (...) Desta maneira, entendo nÃ£o haver qualquer dÃºvida sobre a materialidade e autoria da ocorrÃªncia do delito apontado pelo Parquet. Quanto a responsabilidade criminal, portanto, considerando a comprovaÃ§Ã£o material do fato, bem como sua autoria, entendo que o caso em tela se amolda com perfeiÃ§Ã£o ao delito descrito no artigo 14 da Lei nÂº 10.826/03. Importa registrar que se trata de espÃ©cie delitiva de classificaÃ§Ã£o doutrinÃ¡ria e jurisprudencial como "de mera conduta", dispensando, pois, a comprovaÃ§Ã£o do resultado naturalÃ-stico. Dessa forma, Ã© o bastante ter o agente perpetrado a aÃ§Ã£o nos termos em que exposta no preceito primÃ¡rio do tipo, com dispensa de exteriorizaÃ§Ã£o de resultado nÃ£o previsto na norma incriminadora. Da mesma forma, deve ser dito que ta l cr ime se car act eri z a com o d e " p erig o ab strato" , d es cabendo cogitar-se da possibilidade concreta de lesÃ£o ao bem juridicamente tutelado pela norma penal. Em tal caso, por ficÃ§Ã£o legal, toda vez que o sujeito ativo desempenhar a conduta tÃ-pica colocarÃ¡ em risco a seguranÃ§a do meio social, o que afasta qualquer alegaÃ§Ã£o que verse sobre o perigo de lesÃ£o apresentado pela aÃ§Ã£o criminosa. CONCLUSÃO: Isto posto e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE A PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL, para, em consequÃªncia: ABSOLVER OS ACUSADOS ALAILSON SOUZA SANTOS e EDSON VANDO RAMOS SOUZA, jÃ¡ qualificados, das imputaÃ§Ãµes constantes da denÃºncia, nos termos do PO DE R J UD IC IÃ R IO TRI B UN Ã L DE J U S TIÃÃ D O E S T Ã DO D O P Ã R Ã C OMÃ R C Ã DE T OME - Ã Ã U art. 386, inciso II e inciso V, respectivamente; ABSOLVER, de igual modo, o rÃ©u ADRIANO BATISTA, em relaÃ§Ã£o ao art. 35 da Lei nÂº 11.343/06, nos termos do art. 386, II, do CPP, e CONDENO-LO nas penas do delito do art. 14, caput, da Lei 10.826/2003. 1. DOSIMETRIA DA PENA - ADRIANO BATISTA - ART. 14, CAPUT, DA LEI 10.826/2003: Analisando as circunstÂ¢ncias judiciais do artigo 59 do CPB, observo que a culpabilidade do rÃ©u Ã© normal ao tipo, nÃ£o podendo ser valorada negativamente; nÃ£o registra antecedentes, contudo apresenta outros procedimentos criminais em seu nome, conforme certidÃ£o que consta nos autos, a indicar personalidade propensa Ã delinquÃªncia; sua conduta social, motivos, circunstÃ¢ncias e consequÃªncias do delito sÃ£o comuns, nÃ£o podendo ser valoradas negativamente; o comportamento da vÃ-tima, no caso, a sociedade, em nada concorreu para o crime. Diante disso, fixo a pena base em 02 (dois) anos e 3 (trÃªs) meses de reclusÃ£o e multa de 40 (quarenta) dias multa, Ã razÃ£o de 1/30 do salÃ¡rio-mÃ-nimo vigente Ã Ã©poca dos fatos. NÃ£o hÃ¡ atenuantes e agravantes. Bem como nÃ£o incide ao presente caso qualquer causa de diminuiÃ§Ã£o ou de aumento de pena, de sorte que torno definitiva a pena de 02 (dois) anos e 3 (trÃªs) meses de reclusÃ£o e multa de 40 (quarenta) dias multa, Ã razÃ£o de 1/30 do salÃ¡rio-mÃ-nimo vigente Ã Ã©poca dos fatos. 2. DETRAÃÃO DE PENA E REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO DA PENA: O art. 387, Â§2Âº, do CPP, impÃµe que o juiz realize a detraÃ§Ã£o quando da prolaÃ§Ã£o da sentenÃ§a. Compulsando os autos, verifico que o condenado ADRIANO BATISTA ficou preso preventivamente de 28/12/2013 a 26/02/2014, ou seja, durante 1 (um) mÃªs e 29 (vinte e nove) dias. Assim, o restante de pena a ser cumprida importa em 2 (dois) ano s , 01 (um) mÃªs e 1 (um) dia de reclusÃ£o, alÃ©m da multa. Em observÃ¢ncia ao art. 33, Â§ 2Âº, c, do CPB, fixo o regime inicial aberto para o cumprimento da pena imposta. 3. SUBSTITUIÃÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVA DE DIREITO: PO DE R J UD IC IÃ R IO TRI B UN Ã L DE

J U S TIÃ D O E S T Ã DO D O P Ã R Ã C OMÃ R C Ã DE T OME - Ã Ã U Considerando que o acusado preenche os requisitos elencados no artigo 44 do CPB, SUBSTITUO a pena privativa de liberdade por duas restritivas de direito (art. 44 Â§ 1Âº do CPB, parte final), quais sejam PrestaÃ§Ã£o de ServiÃ§os Ã Comunidade e LimitaÃ§Ã£o de Final de Semana, a serem cumpridas na Comarca de residÃªncia do acusado, conforme condiÃ§Ãµes a serem estabelecidas em audiÃªncia admonitÃ³ria. 4. DELIBERAÃÃES FINAIS: ReconheÃ§o ao rÃ©u o direito de apelar em liberdade em razÃ£o do regime inicial fixado para cumprimento de pena. Sem custas. Considerando a atuaÃ§Ã£o como defensora dativo no presente feito, nomeada de maneira a garantir ao acusado, adequadamente, o contraditÃ³rio e a ampla defesa, como clÃ¡usulas inafastÃ¡veis do devido processo legal, fixo os honorÃ¡rios advocatÃ-cios a advogada Margareth Monteiro Carvalho, OAB/PA 17.899 no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), os quais deverÃ£o ser suportados pelo Estado do ParÃ¡. Transitada em julgado: 1. lance-se o nome do sentenciado no rol dos culpados; 2. providencie-se a suspensÃ£o dos seus direitos polÃ-ticos, por meio do sistema Infodip da JustiÃ§a Eleitoral; 3. expeÃ§a-se guia definitiva de execuÃ§Ã£o de pena, instruÃ-da com a documentaÃ§Ã£o pertinente para formaÃ§Ã£o dos autos da execuÃ§Ã£o penal; 4. comunique se para fins de anotaÃ§Ã£o do antecedente. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. CiÃªncia ao MP e Ã defesa. ExpeÃ§a-se o que for necessÃ¡rio, servindo o presente como MANDADO DE INTIMAÃÃO/OFÃCIO. TomÃ©-aÃ§u/PA, 06/04/2022 JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito JOSE RONALDO PEREIRA SALES:55735 Assinado de forma digital por JOSE RONALDO PEREIRA SALES:55735 Dados: 2022.04.06 18:16:36 -03'00' PROCESSO: 00064781820168140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 07/04/2022 DENUNCIADO:ANGELO VICTOR MIRANDA FERREIRA REPRESENTANTE:A. C. O. E. . PROC. 0006478-18.2016.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Â°, Â§ 2Â°, IV, do Provimento nÂ° 006/2006-CJMB, c/c com o art. 1Â° do Provimento de nÂ° 0006/2009- CJCI, de ordem do MM juiz de Direito Titular desta Comarca, vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. TomÃ©-aÃ§u/Pa., 7 de abril de 2022. BelÂª YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 00067319820198140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 07/04/2022 AUTOR DO FATO:ELSON DE ALMEIDA VITIMA:M. B. M. G. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA ÃNICA DA COMARCA DE TOMÃ-AÃU Av. 03 Poderes, nÂº 800, Centro, CEP 68.680-000, Fone (91) 3727-1290 / 3727-1059 / 98433-9031 MEDIDAS PROTETIVAS DE URGENCIA - LEI MARIA DA PENHA PROCEDIMENTO NÂº 0006731-98.2019.8.14.0060 DECISÃO Vistos, etc. Indefiro o pedido de reconsideraÃ§Ã£o da estabilizaÃ§Ã£o dos efeitos da tutela e designaÃ§Ã£o de audiÃªncia com a Ofendida, constante Ã s fls. 36, isto porque, para fins de modificaÃ§Ã£o da tutela antecipada apÃ³s estabilizaÃ§Ã£o, deverÃ¡ a parte interessada valer-se do procedimento disposto no art. 304, Â§Â²Âº, do CÃ³digo de Processo Civil, a seguir transcrito: Art. 304. A tutela antecipada, concedida nos termos do art. 303 , torna-se estÃ¡vel se da decisÃ£o que a conceder nÃ£o for interposto o respectivo recurso. (...) Â§ 2Âº Qualquer das partes poderÃ¡ demandar a outra com o intuito de rever, reformar ou invalidar a tutela antecipada estabilizada nos termos do caput. Cumpra-se, integralmente, a intimaÃ§Ã£o dos termos da sentenÃ§a com a comunicaÃ§Ã£o Ã Ofendida. TomÃ©-aÃ§u/PA, 06/04/2022 JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito JOSE RONALDO PEREIRA SALES:55735 Assinado de forma digital por JOSE RONALDO PEREIRA SALES:55735 Dados: 2022.04.07 09:15:59 -03'00' PROCESSO: 00069695420188140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Reintegração / Manutenção de Posse em: 07/04/2022 REQUERENTE:VALLE EMPREEDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Representante(s): OAB 10652-A - ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO (ADVOGADO) OAB 13356 - JORDANO JUNIOR FALSONI (ADVOGADO) REQUERIDO:LUCIENE DOS SANTOS SOUZA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA PROCESSO NÂº 0006969-54.2018.8140060 DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Intime-se o exequente para apresentar o acordo firmado, no prazo de 15 dias, sob pena de haver-se como pedido de desistÃªncia a pedido de fls. 113. TomÃ©-aÃ§u/PA, 06 de abril de 2022. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00081433520178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Execução de Alimentos Infância e Juventude em: 07/04/2022 REPRESENTANTE:SIRLEIDE GAIA DE CARVALHO EXECUTADO:RAIMUNDO PONTES DE FREITAS Representante(s): OAB 25717 - LEONARDO JOSE GUALBERTO ALMEIDA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA PROCESSO NÂº 0008143-35.2017.8140060 DESPACHO R.H. 1. Renove-se a diligÃªncia de intimaÃ§Ã£o da exequente, atentando-se para a informaÃ§Ã£o constante do termo de audiÃªncia de fls. 34 dos autos

principais, com vistas Ã localizaÃ§Ã£o mais precisa da residÃªncia. 2. Cumprida a diligÃªncia acima, desapensem-se, atentando-se para a existÃªncia do processo de revisÃ£o dos alimentos (0009391652019), no qual deferido a liminar para reduÃ§Ã£o da prisÃ£o de 30% do salÃ¡rio mÃ-nimo. TomÃ©-aÃ§u/PA, 07 de abril de 2022. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00099895320188140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 07/04/2022 FLAGRANTEADO:ANDERSON PINHEIRO GAIA FLAGRANTEADO:ESLEM PINHEIRO GAIA VITIMA:A. C. O. E. . ESTADO DO PARÃ PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU DELIBERAÃÃO EM AUDIENCIA: 1. INTIMEM-SE AS PARTES PARA APRESENTAÃÃO DAS ALEGAÃÃES FINAIS, NO PRAZO SUCESSIVO DE 05 DIAS, COMEÃANDO PELO MP. 2. APÃS, CONCLUSOS PARA SENTENÃA. TomÃ©-aÃ§u/PA, 07.04.2022 JosÃ© Ronaldo Pereira Sales Juiz de Direito AV. 03 PODERES, S/N, CENTRO, CEP. 68680-000, FONE 3727-1290 PROCESSO: 00102586320168140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 07/04/2022 DENUNCIADO:RAIMUNDO NONATO DIAS DE ARAUJO DENUNCIADO:A. C. O. E. . PROC. 0010258-63.2016.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Â°, Â§ 2Â°, IV, do Provimento nÂ° 006/2006-CJMB, c/c com o art. 1Â° do Provimento de nÂ° 0006/2009-CJCI, de ordem do MM juiz de Direito Titular desta Comarca, vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. TomÃ©-aÃ§u/Pa., 7 de abril de 2022. BelÂª YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 00102984520168140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 07/04/2022 DENUNCIADO:ALDAIR CUNHA DE CASTRO REPRESENTANTE:A. C. O. E. . PROC. 0010298-45.2016.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Â°, Â§ 2Â°, IV, do Provimento nÂ° 006/2006-CJMB, c/c com o art. 1Â° do Provimento de nÂ° 0006/2009- CJCI, de ordem do MM juiz de Direito Titular desta Comarca, vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. TomÃ©-aÃ§u/Pa., 7 de abril de 2022. BelÂª YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 00114962020168140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 07/04/2022 DENUNCIADO:SALATIEL FARIAS CONDE VITIMA:A. L. C. S. . ESTADO DO PARÃ PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU DELIBERAÃÃO EM AUDIENCIA: 1. SOLICITE-SE INFORMAÃÃO ACERCA DO CUMPRIMENTO DA CARTA PRECTÃRIA E CASO NÃO TENHA SIDO CUMPRIDA AINDA, PROCEDER A SECRETARIA A DESIGNAÃÃO DE AUDIÃNCIA PARA OITIVA DAS TESTEMUNHAS POR VIDEOCONFERÃNCIA, REQUISITANDO-SE A SUA APRESENTAÃÃO PARA O ATO. TomÃ©-aÃ§u/PA, 07.04.2022 JosÃ© Ronaldo Pereira Sales Juiz de Direito AV. 03 PODERES, S/N, CENTRO, CEP. 68680-000, FONE 3727-1290 PROCESSO: 00813954220158140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 07/04/2022 VITIMA:F. O. S. C. REU:JAILSON DA SILVA PEREIRA Representante(s): OAB 7543-A - LUIZ GONZAGA BARRETO FILHO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA ÃNICA DA COMARCA DE TOMÃ-AÃU AÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÃRIO (283) PROCESSO NÂº 0081395-42.2015.8.14.0060 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Concluso o feito para julgamento e verificada a ausÃªncia da mÃ-dia relativa Ã audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento (fls. 46 e ss), baixo o feito em diligÃªncias, determinando: 1) a migraÃ§Ã£o do feito ao sistema PJE; 2) seja imediatamente juntado aos autos o CD relativo a tal ato. Â Â Â Â Â Â Â Â Em seguida, retornem os autos conclusos para julgamento. Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-aÃ§u/PA, 06/04/2022 JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00000031220178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 08/04/2022 DENUNCIADO:ALAN OESLY BENTES DE PAIVA. PROC. 0000003-12.2017.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Â°, Â§ 2Â°, IV, do Provimento nÂ° 006/2006-CJMB, c/c com o art. 1Â° do Provimento de nÂ° 0006/2009- CJCI, de ordem do MM juiz de Direito Titular desta Comarca, vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. TomÃ©-aÃ§u/Pa., 8 de abril de 2022. BelÂª YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 00000816920188140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 08/04/2022 DENUNCIADO:DENI DAYVID POMPEU DOS PRAZERES REPRESENTANTE:A. C. O. E. . PROC. 0000081-69.2018.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Â°, Â§ 2Â°, IV, do Provimento nÂ° 006/2006-CJMB, c/c com o art. 1Â° do Provimento de nÂ° 0006/2009- CJCI, de ordem do MM juiz de

Direito Titular desta Comarca, vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. TomÃ©-AÃ§u/Pa., 8 de abril de 2022. BelÂª YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 00004214220208140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VANESSA MUNHOZ A??o: PROCESSO CRIMINAL em: 08/04/2022 QUERELANTE:IRAIDES RODRIGUES Representante(s): OAB 16004 - CANDIDO HENRIQUE NEVES SILVA (ADVOGADO) QUERELADO:MARIA EDILEUZA DE OLIVEIRA LAURIS DOS SANTOS. PROC. 0000421-42.2020.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Â°, Â§ 2Â°, IV, do Provimento nÂ° 006/2006-CJMB, c/c com o art. 1Â° do Provimento de nÂ° 0006/2009- CJCI, de ordem do MM juiz de Direito Titular desta Comarca, vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. TomÃ©-AÃ§u/Pa., 8 de abril de 2022. BelÂª YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 00006821220178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 08/04/2022 VITIMA:A. C. O. E. DENUNCIADO:ANTONIO DE OLIVEIRA HOLANDA. PROC. 0000682-12.2017.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Â°, Â§ 2Â°, IV, do Provimento nÂ° 006/2006-CJMB, c/c com o art. 1Â° do Provimento de nÂ° 0006/2009- CJCI, de ordem do MM juiz de Direito Titular desta Comarca, vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. TomÃ©-AÃ§u/Pa., 8 de abril de 2022. BelÂª YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 00009064720178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 08/04/2022 DENUNCIADO:ERENILSON VIANA PRESTES VITIMA:A. C. O. E. . PROC. 0000906-47.2017.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Â°, Â§ 2Â°, IV, do Provimento nÂ° 006/2006-CJMB, c/c com o art. 1Â° do Provimento de nÂ° 0006/2009- CJCI, de ordem do MM juiz de Direito Titular desta Comarca, vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. TomÃ©-AÃ§u/Pa., 8 de abril de 2022. BelÂª YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 00010629820188140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Termo Circunstanciado em: 08/04/2022 AUTOR:DIEGO DE SOUSA PEREIRA VITIMA:A. C. O. E. . PROC. 0001062-98.2018.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Â°, Â§ 2Â°, IV, do Provimento nÂ° 006/2006-CJMB, c/c com o art. 1Â° do Provimento de nÂ° 0006/2009- CJCI, de ordem do MM juiz de Direito Titular desta Comarca, vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. TomÃ©-AÃ§u/Pa., 8 de abril de 2022. BelÂª YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 00015620420178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 08/04/2022 DENUNCIADO:ALMIR SILVA TRINDADE JUNIOR VITIMA:A. C. O. E. . PROC. 0001562-04.2017.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Â°, Â§ 2Â°, IV, do Provimento nÂ° 006/2006-CJMB, c/c com o art. 1Â° do Provimento de nÂ° 0006/2009- CJCI, de ordem do MM juiz de Direito Titular desta Comarca, vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. TomÃ©-AÃ§u/Pa., 8 de abril de 2022. BelÂª YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 00024653920178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 08/04/2022 REPRESENTANTE:A. C. O. E. DENUNCIADO:MANOEL MARIA SIQUEIRA DO CARMO. PROC. 0002465-39.2017.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Â°, Â§ 2Â°, IV, do Provimento nÂ° 006/2006-CJMB, c/c com o art. 1Â° do Provimento de nÂ° 0006/2009- CJCI, de ordem do MM juiz de Direito Titular desta Comarca, vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. TomÃ©-AÃ§u/Pa., 8 de abril de 2022. BelÂª YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 00027052820178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 08/04/2022 REPRESENTANTE:A. C. O. E. DENUNCIADO:CIZICLEI MARCIO DA SILVA CONCEICAO. PROC. 0002705-28.2017.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Â°, Â§ 2Â°, IV, do Provimento nÂ° 006/2006-CJMB, c/c com o art. 1Â° do Provimento de nÂ° 0006/2009- CJCI, de ordem do MM juiz de Direito Titular desta Comarca, vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. TomÃ©-AÃ§u/Pa., 8 de abril de 2022. BelÂª YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 00037893020188140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 08/04/2022 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:MICHAEL DO CARMO SILVA. PROC. 0003789-30.2018.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Â°, Â§ 2Â°, IV, do Provimento nÂ° 006/2006-CJMB, c/c com o art. 1Â° do Provimento de nÂ° 0006/2009- CJCI, de ordem do MM juiz de Direito Titular desta Comarca, vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. TomÃ©-AÃ§u/Pa., 8 de abril de 2022. BelÂª YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 00042962520178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Ação Penal -

Procedimento Ordinário em: 08/04/2022 REPRESENTANTE:A. C. O. E. DENUNCIADO:VITOR GOMES MAROJA. PROC. 0004296-25.2017.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Â°, Â§ 2Â°, IV, do Provimento nÂ° 006/2006-CJMB, c/c com o art. 1Â° do Provimento de nÂ° 0006/2009- CJCI, de ordem do MM juiz de Direito Titular desta Comarca, vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. TomÃ©-AÃ§u/Pa., 8 de abril de 2022. BelÂª YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 00050584120178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 08/04/2022 VITIMA:A. C. O. E. DENUNCIADO:DENILSON CUNHA RIBEIRO. PROC. 0005058-41.2017.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Â°, Â§ 2Â°, IV, do Provimento nÂ° 006/2006-CJMB, c/c com o art. 1Â° do Provimento de nÂ° 0006/2009- CJCI, de ordem do MM juiz de Direito Titular desta Comarca, vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. TomÃ©-AÃ§u/Pa., 8 de abril de 2022. BelÂª YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 00050990820178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 08/04/2022 VITIMA:A. C. O. E. DENUNCIADO:VANDERSON SALOMON DALMASO. PROC. 0005099-08.2017.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Â°, Â§ 2Â°, IV, do Provimento nÂ° 006/2006-CJMB, c/c com o art. 1Â° do Provimento de nÂ° 0006/2009- CJCI, de ordem do MM juiz de Direito Titular desta Comarca, vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. TomÃ©-AÃ§u/Pa., 8 de abril de 2022. BelÂª YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 00051606320178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo em: 08/04/2022 DENUNCIADO:VALDIVAL RIBEIRO BRAGA VITIMA:A. C. O. E. . PROC. 0005160-63.2017.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Â°, Â§ 2Â°, IV, do Provimento nÂ° 006/2006-CJMB, c/c com o art. 1Â° do Provimento de nÂ° 0006/2009- CJCI, de ordem do MM juiz de Direito Titular desta Comarca, vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. TomÃ©-AÃ§u/Pa., 8 de abril de 2022. BelÂª YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 00053580320178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 08/04/2022 VITIMA:A. C. O. E. DENUNCIADO:GEDEAO DA TRINDADE GALDINO. PROC. 0005358-03.2017.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Â°, Â§ 2Â°, IV, do Provimento nÂ° 006/2006-CJMB, c/c com o art. 1Â° do Provimento de nÂ° 0006/2009- CJCI, de ordem do MM juiz de Direito Titular desta Comarca, vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. TomÃ©-AÃ§u/Pa., 8 de abril de 2022. BelÂª YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 00064181120178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 08/04/2022 DENUNCIADO:LEANDERSON DE CARVALHO MACHADO VITIMA:A. C. O. E. . PROC. 0006418-11.2017.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Â°, Â§ 2Â°, IV, do Provimento nÂ° 006/2006-CJMB, c/c com o art. 1Â° do Provimento de nÂ° 0006/2009- CJCI, de ordem do MM juiz de Direito Titular desta Comarca, vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. TomÃ©-AÃ§u/Pa., 8 de abril de 2022. BelÂª YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 00073405220178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 08/04/2022 VITIMA:A. C. O. E. DENUNCIADO:JESSE CARNEIRO LOBATO. PROC. 0007340-52.2017.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Â°, Â§ 2Â°, IV, do Provimento nÂ° 006/2006-CJMB, c/c com o art. 1Â° do Provimento de nÂ° 0006/2009- CJCI, de ordem do MM juiz de Direito Titular desta Comarca, vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. TomÃ©-AÃ§u/Pa., 8 de abril de 2022. BelÂª YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 00078145220198140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Termo Circunstanciado em: 08/04/2022 AUTOR DO FATO:ODAI COUTINHO SALOMAO VITIMA:A. C. O. E. . PROC. 0007814-52.2019.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Â°, Â§ 2Â°, IV, do Provimento nÂ° 006/2006-CJMB, c/c com o art. 1Â° do Provimento de nÂ° 0006/2009- CJCI, de ordem do MM juiz de Direito Titular desta Comarca, vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. TomÃ©-AÃ§u/Pa., 8 de abril de 2022. BelÂª YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 00078361820168140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 08/04/2022 DENUNCIADO:DANILO COELHO MENDES VITIMA:A. C. O. E. . PROC. 0007836-18.2016.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Â°, Â§ 2Â°, IV, do Provimento nÂ° 006/2006-CJMB, c/c com o art. 1Â° do Provimento de nÂ° 0006/2009- CJCI, de ordem do MM juiz de Direito Titular desta Comarca, vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. TomÃ©-AÃ§u/Pa., 8 de abril de 2022. BelÂª YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO:

00080429520178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 08/04/2022 VITIMA:A. C. O. E. DENUNCIADO:OSIAS GOMES DO NASCIMENTO. PROC. 0008042-95.2017.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Â°, Â§ 2Â°, IV, do Provimento nÂ° 006/2006-CJMB, c/c com o art. 1Â° do Provimento de nÂ° 0006/2009- CJCI, de ordem do MM juiz de Direito Titular desta Comarca, vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. TomÃ©-AÃ§u/Pa., 8 de abril de 2022. BelÂª YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 00092193120168140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo em: 08/04/2022 DENUNCIADO:JOSE SEBASTIAO DOS SANTOS OLIVEIRA Representante(s): OAB 13356 - JORDANO JUNIOR FALSONI (ADVOGADO) VITIMA:A. C. O. E. . PROC. 0009219-31.2016.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Â°, Â§ 2Â°, IV, do Provimento nÂ° 006/2006-CJMB, c/c com o art. 1Â° do Provimento de nÂ° 0006/2009- CJCI, de ordem do MM juiz de Direito Titular desta Comarca, vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. TomÃ©-AÃ§u/Pa., 8 de abril de 2022. BelÂª YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 00096003920168140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 08/04/2022 VITIMA:A. C. O. E. DENUNCIADO:SILVESTRE CASTRO MORAES. PROC. 0009600-39.2016.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Â°, Â§ 2Â°, IV, do Provimento nÂ° 006/2006-CJMB, c/c com o art. 1Â° do Provimento de nÂ° 0006/2009- CJCI, de ordem do MM juiz de Direito Titular desta Comarca, vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. TomÃ©-AÃ§u/Pa., 8 de abril de 2022. BelÂª YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 00097770320168140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 08/04/2022 REPRESENTANTE:A. C. O. E. VITIMA:F. M. DENUNCIADO:ESMAEL MATIAS. PROC. 0009777-03.2016.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Â°, Â§ 2Â°, IV, do Provimento nÂ° 006/2006-CJMB, c/c com o art. 1Â° do Provimento de nÂ° 0006/2009- CJCI, de ordem do MM juiz de Direito Titular desta Comarca, vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. TomÃ©-AÃ§u/Pa., 8 de abril de 2022. BelÂª YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 00097996120168140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 08/04/2022 DENUNCIADO:FRANCISCO DA SILVA PONTES VITIMA:A. C. O. E. . PROC. 0009799-61.2016.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Â°, Â§ 2Â°, IV, do Provimento nÂ° 006/2006-CJMB, c/c com o art. 1Â° do Provimento de nÂ° 0006/2009- CJCI, de ordem do MM juiz de Direito Titular desta Comarca, vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. TomÃ©-AÃ§u/Pa., 8 de abril de 2022. BelÂª YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 00113377720168140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 08/04/2022 DENUNCIADO:CLEISON DA SILVA ARAUJO Representante(s): OAB 23178 - JUNIOR ALVES DA COSTA (ADVOGADO) . PROC. 0011337-77.2016.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Â°, Â§ 2Â°, IV, do Provimento nÂ° 006/2006-CJMB, c/c com o art. 1Â° do Provimento de nÂ° 0006/2009- CJCI, de ordem do MM juiz de Direito Titular desta Comarca, vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. TomÃ©-AÃ§u/Pa., 8 de abril de 2022. BelÂª YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 00113593820168140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 08/04/2022 DENUNCIADO:JOAO MARADEI DOS SANTOS MACIEL VITIMA:A. C. O. E. . PROC. 0011359-38.2016.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Â°, Â§ 2Â°, IV, do Provimento nÂ° 006/2006-CJMB, c/c com o art. 1Â° do Provimento de nÂ° 0006/2009- CJCI, de ordem do MM juiz de Direito Titular desta Comarca, vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. TomÃ©-AÃ§u/Pa., 8 de abril de 2022. BelÂª YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 00113709620188140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Termo Circunstanciado em: 08/04/2022 AUTOR:MICKAELLEN MELO DA SILVA VITIMA:H. S. C. S. . PROC. 0011370-96.2018.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Â°, Â§ 2Â°, IV, do Provimento nÂ° 006/2006-CJMB, c/c com o art. 1Â° do Provimento de nÂ° 0006/2009- CJCI, de ordem do MM juiz de Direito Titular desta Comarca, vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. TomÃ©-AÃ§u/Pa., 8 de abril de 2022. BelÂª YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 00124511720178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 08/04/2022 REPRESENTANTE:A. C. O. E. DENUNCIADO:SALVADOR SANTOS SELIA. PROC. 0012451-

17.2017.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Â°, Â§ 2Â°, IV, do Provimento nÂ° 006/2006-CJMB, c/c com o art. 1Â° do Provimento de nÂ° 0006/2009- CJCI, de ordem do MM juiz de Direito Titular desta Comarca, vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. TomÃ©-AÃ§u/Pa., 8 de abril de 2022. BelÂª YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 00003037120178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/04/2022 DENUNCIADO:MARCIEL SANTOS DE NAZARE VITIMA:A. C. O. E. . PROC. 0000303-71.2017.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Â°, Â§ 2Â°, IV, do Provimento nÂ° 006/2006-CJMB, c/c com o art. 1Â° do Provimento de nÂ° 0006/2009- CJCI, de ordem do MM juiz de Direito Titular desta Comarca, vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. TomÃ©-AÃ§u/Pa., 11 de abril de 2022. BelÂª YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 00005432620188140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 11/04/2022 REQUERENTE:COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADO NORDESTE DO PARA SICREDI NORDESTEPA Representante(s): OAB 23211-A - GIANPAOLO ZAMBIAZI BERTOL ROCHA (ADVOGADO) OAB 178934 - RENATA FERNANDES RUFINO (ADVOGADO) REQUERIDO:CRISTINA HARUMI MAEDA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA PROCESSO NÂº 0000543-26.2018.8140060 DESPACHO R.H. 1. Desarquivem-se, mediante custas. TomÃ©-AÃ§u/PA, 07 de abril de 2022. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00011090920178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/04/2022 DENUNCIADO:ROSANGELA DO ESPIRITO SANTO BELO VITIMA:R. B. A. . PROC. 0001109-09.2017.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Â°, Â§ 2Â°, IV, do Provimento nÂ° 006/2006-CJMB, c/c com o art. 1Â° do Provimento de nÂ° 0006/2009- CJCI, de ordem do MM juiz de Direito Titular desta Comarca, vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. TomÃ©-AÃ§u/Pa., 11 de abril de 2022. BelÂª YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 00012615720178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/04/2022 REPRESENTANTE:A. C. O. E. DENUNCIADO:RAFAEL DO NASCIMENTO SANTANA. PROC. 0001261-57.2017.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Â°, Â§ 2Â°, IV, do Provimento nÂ° 006/2006-CJMB, c/c com o art. 1Â° do Provimento de nÂ° 0006/2009- CJCI, de ordem do MM juiz de Direito Titular desta Comarca, vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. TomÃ©-AÃ§u/Pa., 11 de abril de 2022. BelÂª YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 00022468920188140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 11/04/2022 DENUNCIADO:LUCIANO SOUZA BEZERRA. PROC. 0002246-89.2018.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Â°, Â§ 2Â°, IV, do Provimento nÂ° 006/2006-CJMB, c/c com o art. 1Â° do Provimento de nÂ° 0006/2009- CJCI, de ordem do MM juiz de Direito Titular desta Comarca, vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. TomÃ©-AÃ§u/Pa., 11 de abril de 2022. BelÂª YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 00024240920168140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/04/2022 VITIMA:A. C. O. E. DENUNCIADO:GLEIBSON DA CUNHA PANTOJA Representante(s): OAB 21426 - PAULO COSTA DA SILVA (ADVOGADO) . PROC. 0002424-09.2016.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Â°, Â§ 2Â°, IV, do Provimento nÂ° 006/2006-CJMB, c/c com o art. 1Â° do Provimento de nÂ° 0006/2009-CJCI, de ordem do MM juiz de Direito Titular desta Comarca, vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. TomÃ©-AÃ§u/Pa., 11 de abril de 2022. BelÂª YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 00024471820178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo em: 11/04/2022 DENUNCIADO:CLAUDINEI DA COSTA OLIVEIRA VITIMA:P. O. J. S. VITIMA:R. R. M. . PROC. 0002447-18.2017.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Â°, Â§ 2Â°, IV, do Provimento nÂ° 006/2006-CJMB, c/c com o art. 1Â° do Provimento de nÂ° 0006/2009-CJCI, de ordem do MM juiz de Direito Titular desta Comarca, vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. TomÃ©-AÃ§u/Pa., 11 de abril de 2022. BelÂª YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 00025871820188140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 11/04/2022 REPRESENTADO:LAURA BRAZ COSTA REPRESENTANTE:HELIZABETH DA COSTA BRAZ Representante(s): OAB 21205 - GILCLECIO FARIAS LUZ (ADVOGADO) REQUERIDO:SANDRA DO CARMO COSTA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE

JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA PROCESSO NÂº 0002587-18.2018.8140060 DESPACHO R.H. 1. Desarquivem-se, sem custas, e vistas para a extraÃ§Ã£o de cÃ³pia. TomÃ©-AÃ§u/PA, 07 de abril de 2022. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00029125620198140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 11/04/2022 REQUERENTE:COOPERATIVA DE CREDITO POUPANCA E INVESTIMENTO VERDE PARA SICREDI VERDE PARA Representante(s): OAB 118117 - GUILHERME DAMASO LACERDA FRANCO (ADVOGADO) OAB 23211-A - GIANPAOLO ZAMBIAZI BERTOL ROCHA (ADVOGADO) OAB 25983 - HEVYLA MOZER ANDRADE RABELO (ADVOGADO) OAB 178934 - RENATA FERNANDES RUFINO (ADVOGADO) REQUERIDO:MEDICI IMPERIAL LTDA REQUERIDO:EMILIO BROETTO MEDICI REQUERIDO:IVI LOPES TAVARES. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA PROCESSO NÂº 0002912-56.2019.8140060 DESPACHO R.H. 1. Junte-se. TomÃ©-AÃ§u/PA, 07 de abril de 2022. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00037108520178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/04/2022 REPRESENTANTE:A. C. O. E. DENUNCIADO:ELEANDRO SANTOS DA CRUZ. PROC. 0003710-85.2017.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Â°, Â§ 2Â°, IV, do Provimento nÂ° 006/2006-CJMB, c/c com o art. 1Â° do Provimento de nÂ° 0006/2009- CJCI, de ordem do MM juiz de Direito Titular desta Comarca, vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. TomÃ©-AÃ§u/Pa., 11 de abril de 2022. BelÂª YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 00042564320178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo em: 11/04/2022 DENUNCIADO:ELILSON GOMES NUNES VITIMA:A. C. S. . PROC. 0004256-43.2017.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Â°, Â§ 2Â°, IV, do Provimento nÂ° 006/2006-CJMB, c/c com o art. 1Â° do Provimento de nÂ° 0006/2009- CJCI, de ordem do MM juiz de Direito Titular desta Comarca, vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. TomÃ©-AÃ§u/Pa., 11 de abril de 2022. BelÂª YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 00047163020178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 11/04/2022 DENUNCIADO:RONILSON SILVA DOS SANTOS VITIMA:A. C. O. E. . PROC. 0004716-30.2017.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Â°, Â§ 2Â°, IV, do Provimento nÂ° 006/2006-CJMB, c/c com o art. 1Â° do Provimento de nÂ° 0006/2009- CJCI, de ordem do MM juiz de Direito Titular desta Comarca, vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. TomÃ©-AÃ§u/Pa., 11 de abril de 2022. BelÂª YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 00050567120178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 11/04/2022 VITIMA:A. C. O. E. DENUNCIADO:JOSENILDO AIRES DA SILVA. PROC. 0005056-71.2017.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Â°, Â§ 2Â°, IV, do Provimento nÂ° 006/2006-CJMB, c/c com o art. 1Â° do Provimento de nÂ° 0006/2009- CJCI, de ordem do MM juiz de Direito Titular desta Comarca, vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. TomÃ©-AÃ§u/Pa., 11 de abril de 2022. BelÂª YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 00050575620178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 11/04/2022 VITIMA:A. C. O. E. DENUNCIADO:DENILSON SANTOS PORTILHO. PROC. 0005057-56.2017.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Â°, Â§ 2Â°, IV, do Provimento nÂ° 006/2006-CJMB, c/c com o art. 1Â° do Provimento de nÂ° 0006/2009- CJCI, de ordem do MM juiz de Direito Titular desta Comarca, vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. TomÃ©-AÃ§u/Pa., 11 de abril de 2022. BelÂª YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 00055607720178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Cumprimento de sentença em: 11/04/2022 REQUERENTE:COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS DO NORDESTE DO PARA - SICREDI NORDESTE PA Representante(s): OAB 23211-A - GIANPAOLO ZAMBIAZI BERTOL ROCHA (ADVOGADO) OAB 178934 - RENATA FERNANDES RUFINO (ADVOGADO) REQUERIDO:D SANTOS PEREIRA COMERCIO LTDA ME. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA PROCESSO NÂº 0005560-77.2017.8140060 DESPACHO R.H. 1. Desarquivem-se, mediante custas. TomÃ©-AÃ§u/PA, 07 de abril de 2022. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00061817420178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Ação Penal -

Procedimento Sumário em: 11/04/2022 VITIMA:A. C. O. E. DENUNCIADO:ISRAEL VIEIRA SILVA. PROC. 0006181-74.2017.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Â°, Â§ 2Â°, IV, do Provimento nÂ° 006/2006-CJMB, c/c com o art. 1Â° do Provimento de nÂ° 0006/2009- CJCI, de ordem do MM juiz de Direito Titular desta Comarca, vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. TomÃ©-AÃ§u/Pa., 11 de abril de 2022. BelÂª YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 00066961220178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 11/04/2022 DENUNCIADO:EZEQUIAS DO CARMO ARAUJO. PROC. 0006696-12.2017.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Â°, Â§ 2Â°, IV, do Provimento nÂ° 006/2006-CJMB, c/c com o art. 1Â° do Provimento de nÂ° 0006/2009- CJCI, de ordem do MM juiz de Direito Titular desta Comarca, vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. TomÃ©-AÃ§u/Pa., 11 de abril de 2022. BelÂª YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 00068762820178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/04/2022 DENUNCIADO:MARIA ROSILENE CORREA OLIVEIRA VITIMA:J. G. R. . PROC. 0006876-28.2017.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Â°, Â§ 2Â°, IV, do Provimento nÂ° 006/2006-CJMB, c/c com o art. 1Â° do Provimento de nÂ° 0006/2009- CJCI, de ordem do MM juiz de Direito Titular desta Comarca, vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. TomÃ©-AÃ§u/Pa., 11 de abril de 2022. BelÂª YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 00069395320178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 11/04/2022 VITIMA:A. C. O. E. DENUNCIADO:EDWALTER DOS SANTOS RETKE. PROC. 0006939-53.2017.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Â°, Â§ 2Â°, IV, do Provimento nÂ° 006/2006-CJMB, c/c com o art. 1Â° do Provimento de nÂ° 0006/2009- CJCI, de ordem do MM juiz de Direito Titular desta Comarca, vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. TomÃ©-AÃ§u/Pa., 11 de abril de 2022. BelÂª YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 00071205420178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 11/04/2022 DENUNCIADO:ROSIVALDO ALMADA GLORIA VITIMA:A. C. O. E. . PROC. 0007120-54.2017.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Â°, Â§ 2Â°, IV, do Provimento nÂ° 006/2006-CJMB, c/c com o art. 1Â° do Provimento de nÂ° 0006/2009- CJCI, de ordem do MM juiz de Direito Titular desta Comarca, vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. TomÃ©-AÃ§u/Pa., 11 de abril de 2022. BelÂª YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 00079972820168140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/04/2022 DENUNCIADO:FELIPE DO CARMO BRISON VITIMA:A. C. O. E. . PROC. 0007997-28.2016.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Â°, Â§ 2Â°, IV, do Provimento nÂ° 006/2006-CJMB, c/c com o art. 1Â° do Provimento de nÂ° 0006/2009- CJCI, de ordem do MM juiz de Direito Titular desta Comarca, vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. TomÃ©-AÃ§u/Pa., 11 de abril de 2022. BelÂª YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 00082420520178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo em: 11/04/2022 DENUNCIADO:EZEQUIAS EVANGELISTA BRAZ VITIMA:A. C. O. E. . PROC. 0008242-05.2017.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Â°, Â§ 2Â°, IV, do Provimento nÂ° 006/2006-CJMB, c/c com o art. 1Â° do Provimento de nÂ° 0006/2009- CJCI, de ordem do MM juiz de Direito Titular desta Comarca, vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. TomÃ©-AÃ§u/Pa., 11 de abril de 2022. BelÂª YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 00085966420168140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/04/2022 VITIMA:J. S. S. DENUNCIADO:DANILO AZEVEDO DA SILVA. PROC. 0008596-64.2016.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Â°, Â§ 2Â°, IV, do Provimento nÂ° 006/2006-CJMB, c/c com o art. 1Â° do Provimento de nÂ° 0006/2009- CJCI, de ordem do MM juiz de Direito Titular desta Comarca, vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. TomÃ©-AÃ§u/Pa., 11 de abril de 2022. BelÂª YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 00103772420168140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/04/2022 DENUNCIADO:ANTONIO MARCOS CHAVES MOTA VITIMA:C. C. E. P. . PROC. 0010377-24.2016.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Â°, Â§ 2Â°, IV, do Provimento nÂ° 006/2006-CJMB, c/c com o art. 1Â° do Provimento de nÂ° 0006/2009- CJCI, de ordem do MM juiz de Direito Titular desta Comarca, vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. TomÃ©-AÃ§u/Pa., 11 de abril de 2022. BelÂª YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO:

00105926320178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 11/04/2022 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:KLEDISON LIMA DE SOUSA. PROC. 0010592-63.2017.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Â°, Â§ 2Â°, IV, do Provimento nÂ° 006/2006-CJMB, c/c com o art. 1Â° do Provimento de nÂ° 0006/2009- CJCI, de ordem do MM juiz de Direito Titular desta Comarca, vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. TomÃ©-AÃ§u/Pa., 11 de abril de 2022. BelÂª YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 00118718420178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/04/2022 VITIMA:G. M. S. VITIMA:P. D. P. S. VITIMA:W. H. P. S. DENUNCIADO:HANDREYEV PERYCLES PIRES DA SILVA. PROC. 0011871-84.2017.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Â°, Â§ 2Â°, IV, do Provimento nÂ° 006/2006-CJMB, c/c com o art. 1Â° do Provimento de nÂ° 0006/2009- CJCI, de ordem do MM juiz de Direito Titular desta Comarca, vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. TomÃ©-AÃ§u/Pa., 11 de abril de 2022. BelÂª YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 00514042120158140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/04/2022 DENUNCIADO:EDCARLOS GOMES PAIXAO VITIMA:O. E. . PROC. 0051404-21.2015.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Â°, Â§ 2Â°, IV, do Provimento nÂ° 006/2006-CJMB, c/c com o art. 1Â° do Provimento de nÂ° 0006/2009- CJCI, de ordem do MM juiz de Direito Titular desta Comarca, vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. TomÃ©-AÃ§u/Pa., 11 de abril de 2022. BelÂª YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 01443926120158140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Averiguação de Paternidade em: 11/04/2022 REQUERENTE:JOSE ESTUMANO SILVA Representante(s): DEFENSORIA PUBLICA (REP LEGAL) OAB 32355 - JORDE TEMBE ARAUJO (ADVOGADO) MENOR:E. T. E. S. REQUERIDO:XANDIR DE MIRANDA TEMBE REQUERIDO:EDIO BRAGA DO ESPIRITO SANTO. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA PROCESSO NÂº 0144392-61.2015.8140060 DESPACHO R.H. 1. Desarquivem-se mediante custas, e vistas para extraÃ§Ã£o de cÃ³pia. TomÃ©-AÃ§u/PA, 07 de abril de 2022. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00032494520198140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: DENUNCIADO: A. D. L. J.

COMARCA DE NOVO PROGRESSO

SECRETARIA DA VARA CÍVEL DE NOVO PROGRESSO

RESENHA: 01/04/2022 A 12/04/2022 - SECRETARIA DA VARA CIVEL DE NOVO PROGRESSO - VARA: VARA CIVEL DE NOVO PROGRESSO

PROCESSO: 00000455220018140115 PROCESSO ANTIGO: 200110000110 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GABRIELE ARAUJO PINHEIRO A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 10/04/2022---EXECUTADO:SHIRLEY DE SOUZA LIMA EXEQUENTE:LEILA SIEBRA DE OLIVEIRA MAIA Representante(s): OAB 14271 - EDSON DA CRUZ DA SILVA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃÂ VARA CÃVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE NOVO PROGRESSOÂ SENTENÃ¿AÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Adoto como relatÃ³rio os fatos constantes nos presentes autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ a sÃ-ntese do necessÃ¡rio. DorÂ avante, decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Como Ã© cediÃ§o, o CÃ³digo de Processo Civil arrola como uma das causas de extinÃ§Ã£o do processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito a inaÃ§Ã£o do autor por mais de 30 (trinta) dias, que resta caracterizada quando este Ã© devidamente chamado para a realizaÃ§Ã£o de determinada diligÃªncia ou ato processual, mas se queda inerte. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Analisando os autos, Ã© possÃ-vel perceber que houve inÃ©rcia da parte requerente, restando caracterizado estÃ¡ seu total desinteresse no prosseguimento do processo, merecendo a sua extinÃ§Ã£o.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifica-se que a ausÃªncia, pelos motivos expostos, de manifestaÃ§Ã£o dos requerentes propicia tacitamente o desinteresse no prosseguimento da demanda e na satisfaÃ§Ã£o da tutela jurisdicional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No presente caso, constata-se que a parte requerente fora intimada de despacho em que se determinava que manifestasse interesse no prosseguimento do feito ou praticasse algum ato processual, todavia, tal parte quedou-se inerte, deixando transcorrerÂ in albisÂ o prazo processual, razÃ£o pela qual a medida mais acertada Ã© extinÃ§Ã£o do processo por abandono de causa.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ora, a marcha processual nÃ£o pode ficar ao alvedrio das partes, fazendo com que o processo permaneÃ§a em Secretaria Judicial ou ocupando a mÃ¡quina judiciÃ¡ria com providÃªncias infrutÃ-feras, quando o principal interessado no andamento do feito sequer demonstra empenho em receber a resposta do Poder JudiciÃ¡rio.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido, pertinentes sÃ£o as palavras da doutrina sobre a necessidade de uma atuaÃ§Ã£o mais efetiva do magistrado na aplicaÃ§Ã£o de regras processuais para a regular tramitaÃ§Ã£o dos processos cÃ-veis, a saber: Â As regras processuais existem para assegurar o bom desenvolvimento do procedimento e o real equilÃ-brio entre os sujeitos parciais dessa relaÃ§Ã£o jurÃ-dica, para quÃª tambÃ©m Ã© fundamental a efetiva participaÃ§Ã£o do juiz. A regulamentaÃ§Ã£o desse mÃ©todo de soluÃ§Ã£o de conflitos chamado Â¿processoÂ¿ destina-se a possibilitar que o resultado da atividade estatal contribua decisivamente para a manutenÃ§Ã£o da integridade do ordenamento jurÃ-dico, a eliminaÃ§Ã£o dos litÃ-gios e a pacificaÃ§Ã£o social. (BEDAQUE, JosÃ© Roberto dos Santos.Â Efetividade do processo e tÃ©cnica processual. 2Âª ed. SÃ£o Paulo: Malheiros, 2007, p. 18) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Outrossim, cumpre destacar que a presente extinÃ§Ã£o nÃ£o impede que a parte intente nova aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por conseguinte, resta evidente o abandono do processo, pelo que tenho caracterizado a perda superveniente do interesse processual. Nesse sentido: Â DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÃ¿Ã¿O. BUSCA COBRANÃ¿A. PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE DE AGIR (CONSUBSTANCIADO PELO ABANDONO DA CAUSA). ESCORREITA A EXTINÃ¿Ã¿O DO PROCESSO SEM ANÃLISE DO MÃ¿RITO (ART. 267, INC. III, DO CPC). O desatendimento imotivado aos comandos judiciais para dar andamento ao feito, notadamente quanto ao cumprimento de diligÃªncias que dependem de providÃªncias por parte do requerente, com vistas ao bom andamento da aÃ§Ã£o, caracteriza a perda superveniente do interesse de agir (consubstanciado,Â in casu, pelo abandono da causa), com a consequente extinÃ§Ã£o do processo sem julgamento do mÃ©rito (art. 267 , inc. III , do CPC), haja vista queÂ essa inÃ©rcia esvazia o conteÃºdo de eventual provimento judicial quanto ao mÃ©rito. Recurso conhecido e nÃ£o provido. (TJ-DF - ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel APC 20080110774173 (TJ-DF) - Data de publicaÃ§Ã£o: 05/06/2015). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Enfim, o abandono da causa pela parte requerente demonstra a ausÃªncia de necessidade/utilidade do provimento jurisdicional, o que enseja a extinÃ§Ã£o do feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pelo exposto, configurada a falta de

interesse processual superveniente, consubstanciado, pelo abandono da causa,Â JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÃ¿Ã¿O DO MÃ¿RITO, com fulcro no artigo 485, inciso III, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ custa, pois foiÂ DEFIRO/MANTENHOÂ o benefÃ-cio da justiÃ§a gratuita, nos termos da presunÃ§Ã£o legal do artigo 99, Â§3Âº, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â INTIMEM-SEÂ as partes atravÃ©s de seus causÃ-dicosÂ apenasÂ pelo DiÃ¡rio de JustiÃ§a EletrÃ´nico (DJe). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Registre-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado,Â ARQUIVEM-SEÂ os autos com baixa da distribuiÃ§Ã£o. Novo Progresso/PA, 10 de abril de 2022. Â GABRIELE ARAUJO PINHEIRO JuÃ-za de Direito Substituta da Vara CÃ-vel da Comarca de Novo Progresso/PA, designada por meio da Portaria nÂº 567/2022-GP

PROCESSO: 00004481120078140115 PROCESSO ANTIGO: 200710002681 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GABRIELE ARAUJO PINHEIRO A??o: Monitória em: 10/04/2022---REQUERIDO:LEONE BAZANELLA REQUERENTE:CLARICE SCHULZ Representante(s): IVAN CARLOS SANTORE (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃÂ VARA CÃVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE NOVO PROGRESSOÂ SENTENÃ¿AÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Adoto como relatÃ³rio os fatos constantes nos presentes autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ a sÃ-ntese do necessÃ¡rio. DorÂ avante, decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Como Ã© cediÃ§o, o CÃ³digo de Processo Civil arrola como uma das causas de extinÃ§Ã£o do processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito a inaÃ§Ã£o do autor por mais de 30 (trinta) dias, que resta caracterizada quando este Ã© devidamente chamado para a realizaÃ§Ã£o de determinada diligÃªncia ou ato processual, mas se queda inerte. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Analisando os autos, Ã© possÃ-vel perceber que houve inÃ©rcia da parte requerente, restando caracterizado estÃ¡ seu total desinteresse no prosseguimento do processo, merecendo a sua extinÃ§Ã£o.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifica-se que a ausÃªncia, pelos motivos expostos, de manifestaÃ§Ã£o dos requerentes propicia tacitamente o desinteresse no prosseguimento da demanda e na satisfaÃ§Ã£o da tutela jurisdicional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No presente caso, constata-se que a parte requerente fora intimada de despacho em que se determinava que manifestasse interesse no prosseguimento do feito ou praticasse algum ato processual, todavia, tal parte quedou-se inerte, deixando transcorrerÂ in albisÂ o prazo processual, razÃ£o pela qual a medida mais acertada Ã© extinÃ§Ã£o do processo por abandono de causa.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ora, a marcha processual nÃ£o pode ficar ao alvedrio das partes, fazendo com que o processo permaneÃ§a em Secretaria Judicial ou ocupando a mÃ¡quina judiciÃ¡ria com providÃªncias infrutÃ-feras, quando o principal interessado no andamento do feito sequer demonstra empenho em receber a resposta do Poder JudiciÃ¡rio.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido, pertinentes sÃ£o as palavras da doutrina sobre a necessidade de uma atuaÃ§Ã£o mais efetiva do magistrado na aplicaÃ§Ã£o de regras processuais para a regular tramitaÃ§Ã£o dos processos cÃ-veis, a saber: Â As regras processuais existem para assegurar o bom desenvolvimento do procedimento e o real equilÃ-brio entre os sujeitos parciais dessa relaÃ§Ã£o jurÃ-dica, para quÃª tambÃ©m Ã© fundamental a efetiva participaÃ§Ã£o do juiz. A regulamentaÃ§Ã£o desse mÃ©todo de soluÃ§Ã£o de conflitos chamado Â¿processoÂ¿ destina-se a possibilitar que o resultado da atividade estatal contribua decisivamente para a manutenÃ§Ã£o da integridade do ordenamento jurÃ-dico, a eliminaÃ§Ã£o dos litÃ-gios e a pacificaÃ§Ã£o social. (BEDAQUE, JosÃ© Roberto dos Santos.Â Efetividade do processo e tÃ©cnica processual. 2Âª ed. SÃ£o Paulo: Malheiros, 2007, p. 18) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Outrossim, cumpre destacar que a presente extinÃ§Ã£o nÃ£o impede que a parte intente nova aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por conseguinte, resta evidente o abandono do processo, pelo que tenho caracterizado a perda superveniente do interesse processual. Nesse sentido: Â DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÃ¿Ã¿O. BUSCA COBRANÃ¿A. PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE DE AGIR (CONSUBSTANCIADO PELO ABANDONO DA CAUSA). ESCORREITA A EXTINÃ¿Ã¿O DO PROCESSO SEM ANÃLISE DO MÃ¿RITO (ART. 267, INC. III, DO CPC). O desatendimento imotivado aos comandos judiciais para dar andamento ao feito, notadamente quanto ao cumprimento de diligÃªncias que dependem de providÃªncias por parte do requerente, com vistas ao bom andamento da aÃ§Ã£o, caracteriza a perda superveniente do interesse de agir (consubstanciado,Â in casu, pelo abandono da causa), com a consequente extinÃ§Ã£o do processo sem julgamento do mÃ©rito (art. 267 , inc. III , do CPC), haja vista queÂ essa inÃ©rcia esvazia o conteÃºdo de eventual provimento judicial quanto ao mÃ©rito. Recurso conhecido e nÃ£o provido. (TJ-DF - ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel APC 20080110774173 (TJ-DF) - Data de publicaÃ§Ã£o: 05/06/2015). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Enfim, o abandono da causa pela parte requerente demonstra a ausÃªncia de necessidade/utilidade do provimento jurisdicional, o que enseja a extinÃ§Ã£o do feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pelo exposto, configurada a falta de interesse processual superveniente, consubstanciado, pelo abandono da causa,Â JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÃ¿Ã¿O DO

MÃ¿RITO, com fulcro no artigo 485, inciso III, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ custa, pois foiÂ DEFIRO/MANTENHOÂ o benefÃ-cio da justiÃ§a gratuita, nos termos da presunÃ§Ã£o legal do artigo 99, Â§3Âº, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â INTIMEM-SEÂ as partes atravÃ©s de seus causÃ-dicosÂ apenasÂ pelo DiÃ¡rio de JustiÃ§a EletrÃ´nico (DJe). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Registre-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado,Â ARQUIVEM-SEÂ os autos com baixa da distribuiÃ§Ã£o. Novo Progresso/PA, 10 de abril de 2022. Â GABRIELE ARAUJO PINHEIRO JuÃ-za de Direito Substituta da Vara CÃ-vel da Comarca de Novo Progresso/PA, designada por meio da Portaria nÂº 567/2022-GP

P R O C E S S O : 0 0 0 6 1 1 1 9 1 2 0 1 4 8 1 4 0 1 1 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GABRIELE ARAUJO PINHEIRO A??o: Procedimento Sumário em: 10/04/2022---REQUERENTE:ELEIR MARIA ANGONESE SCHMIDT Representante(s): OAB 12128 - RUTHNEIA SOUZA TONELLI (ADVOGADO) OAB 52778 - ANA PAULA VERONA (ADVOGADO) REQUERIDO:TAPAJOS COMERCIO DE MOTOS LTDA Representante(s): OAB 10956 - FELIX CONCEICAO SILVA (ADVOGADO) . HOMOLOGAÃ¿Ã¿O DE ACORDO EXTRAJUDICIAL SENTENÃ¿A - HOMOLOGAÃ¿Ã¿O DE ACORDO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos e examinados os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â RelatÃ³rio dispensado na forma do art. 38 da Lei 9.099/95. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de ACORDO EXTRAJUDICIAL firmado entre as partes(Pg. 83-85). Â Â Â Â Â Â Â Â Â As partes assinaram e juntaram documentos (Pg. 83-85). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, cuida-se de obrigaÃ§Ã£o disponÃ-vel das partes, as quais podem ser objeto de conciliaÃ§Ã£o, bem como esta prÃ¡tica deve ser incentivada por todos os operadores do direito, consoante Â§3Âº, artigo 3Âº, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÃ¿Ã¿O DO MÃ¿RITO, nos termos do artigo 487, inciso IIII, alÃ-nea Â¿bÂ¿, do CÃ³digo de Processo Civil (CPC): Â¿homologaÃ§Ã£o de acordoÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ custa nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95 . Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dispenso a intimaÃ§Ã£o pessoal das partes, uma vez que a ciÃªncia destas jÃ¡ ocorreu quando firmaram o acordo, sendo assim seria atentatÃ³rio ao princÃ-pio da eficiÃªncia processual a repetiÃ§Ã£o desnecessÃ¡ria deste ato (artigo 8Âº, do CÃ³digo de Processo Civil - CPC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por se tratar de acordo, o trÂ¢nsito em julgado Ã© imediato, portanto, ARQUIVEM-SE os autos, dando baixa da distribuiÃ§Ã£o no Sistema. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Registre-se. Cumpra-se. ServirÃ¡ a presente, por cÃ³pia digitalizada, como mandado de INTIMAÃ¿Ã¿O/OFÃCIO, nos termos do Provimento nÂº 003/2009, com a redaÃ§Ã£o dada pelo Provimento nÂº 11/2009, ambos da CJRMB, cuja autenticidade pode ser comprovada no sÃ-tio eletrÃ´nico do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ (http://www.tjpa.jus.br). Â Â Â Â Â Â Novo Progresso/PA, 10.04.2022Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GABRIELE ARAUJO PINHEIRO JuÃ-za de Direito Substituta da Vara CÃ-vel da Comarca de Novo Progresso/PA, designada por meio da Portaria nÂº 567/2022-GP (Assinado com certificaÃ§Ã£o digital)

P R O C E S S O : 0 0 0 7 3 5 9 9 2 2 0 1 4 8 1 4 0 1 1 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GABRIELE ARAUJO PINHEIRO A??o: Procedimento Comum Cível em: 10/04/2022---REQUERENTE:SILVANDIRA ALVES DINIZ Representante(s): OAB 19635-A - CLAUDIO LEME ANTONIO (ADVOGADO) REQUERIDO:OI FIXO - TELEMAR NORTE LESTE S.A Representante(s): OAB 86235 - ELADIO MIRANDA LIMA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃÂ VARA CÃVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE NOVO PROGRESSOÂ SENTENÃ¿AÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Adoto como relatÃ³rio os fatos constantes nos presentes autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ a sÃ-ntese do necessÃ¡rio. DorÂ avante, decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Como Ã© cediÃ§o, o CÃ³digo de Processo Civil arrola como uma das causas de extinÃ§Ã£o do processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito a inaÃ§Ã£o do autor por mais de 30 (trinta) dias, que resta caracterizada quando este Ã© devidamente chamado para a realizaÃ§Ã£o de determinada diligÃªncia ou ato processual, mas se queda inerte. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Analisando os autos, Ã© possÃ-vel perceber que houve inÃ©rcia da parte requerente, restando caracterizado estÃ¡ seu total desinteresse no prosseguimento do processo, merecendo a sua extinÃ§Ã£o.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifica-se que a ausÃªncia, pelos motivos expostos, de manifestaÃ§Ã£o dos requerentes propicia tacitamente o desinteresse no prosseguimento da demanda e na satisfaÃ§Ã£o da tutela jurisdicional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No presente caso, constata-se que a parte requerente fora intimada de despacho em que se determinava que manifestasse interesse no prosseguimento do feito ou praticasse algum ato processual, todavia, tal parte quedou-se inerte, deixando transcorrerÂ in albisÂ o prazo processual, razÃ£o pela qual a medida mais acertada Ã© extinÃ§Ã£o do

processo por abandono de causa.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ora, a marcha processual nÃ£o pode ficar ao alvedrio das partes, fazendo com que o processo permaneÃ§a em Secretaria Judicial ou ocupando a mÃ¡quina judiciÃ¡ria com providÃªncias infrutÃ-feras, quando o principal interessado no andamento do feito sequer demonstra empenho em receber a resposta do Poder JudiciÃ¡rio.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido, pertinentes sÃ£o as palavras da doutrina sobre a necessidade de uma atuaÃ§Ã£o mais efetiva do magistrado na aplicaÃ§Ã£o de regras processuais para a regular tramitaÃ§Ã£o dos processos cÃ-veis, a saber: Â As regras processuais existem para assegurar o bom desenvolvimento do procedimento e o real equilÃ-brio entre os sujeitos parciais dessa relaÃ§Ã£o jurÃ-dica, para quÃª tambÃ©m Ã© fundamental a efetiva participaÃ§Ã£o do juiz. A regulamentaÃ§Ã£o desse mÃ©todo de soluÃ§Ã£o de conflitos chamado Â¿processoÂ¿ destina-se a possibilitar que o resultado da atividade estatal contribua decisivamente para a manutenÃ§Ã£o da integridade do ordenamento jurÃ-dico, a eliminaÃ§Ã£o dos litÃ-gios e a pacificaÃ§Ã£o social. (BEDAQUE, JosÃ© Roberto dos Santos.Â Efetividade do processo e tÃ©cnica processual. 2Âª ed. SÃ£o Paulo: Malheiros, 2007, p. 18) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Outrossim, cumpre destacar que a presente extinÃ§Ã£o nÃ£o impede que a parte intente nova aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por conseguinte, resta evidente o abandono do processo, pelo que tenho caracterizado a perda superveniente do interesse processual. Nesse sentido: Â DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÃ¿Ã¿O. BUSCA COBRANÃ¿A. PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE DE AGIR (CONSUBSTANCIADO PELO ABANDONO DA CAUSA). ESCORREITA A EXTINÃ¿Ã¿O DO PROCESSO SEM ANÃLISE DO MÃ¿RITO (ART. 267, INC. III, DO CPC). O desatendimento imotivado aos comandos judiciais para dar andamento ao feito, notadamente quanto ao cumprimento de diligÃªncias que dependem de providÃªncias por parte do requerente, com vistas ao bom andamento da aÃ§Ã£o, caracteriza a perda superveniente do interesse de agir (consubstanciado,Â in casu, pelo abandono da causa), com a consequente extinÃ§Ã£o do processo sem julgamento do mÃ©rito (art. 267 , inc. III , do CPC), haja vista queÂ essa inÃ©rcia esvazia o conteÃºdo de eventual provimento judicial quanto ao mÃ©rito. Recurso conhecido e nÃ£o provido. (TJ-DF - ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel APC 20080110774173 (TJ-DF) - Data de publicaÃ§Ã£o: 05/06/2015). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Enfim, o abandono da causa pela parte requerente demonstra a ausÃªncia de necessidade/utilidade do provimento jurisdicional, o que enseja a extinÃ§Ã£o do feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pelo exposto, configurada a falta de interesse processual superveniente, consubstanciado, pelo abandono da causa,Â JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÃ¿Ã¿O DO MÃ¿RITO, com fulcro no artigo 485, inciso III, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ custa, pois foiÂ DEFIRO/MANTENHOÂ o benefÃ-cio da justiÃ§a gratuita, nos termos da presunÃ§Ã£o legal do artigo 99, Â§3Âº, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â INTIMEM-SEÂ as partes atravÃ©s de seus causÃ-dicosÂ apenasÂ pelo DiÃ¡rio de JustiÃ§a EletrÃ´nico (DJe). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Registre-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado,Â ARQUIVEM-SEÂ os autos com baixa da distribuiÃ§Ã£o. Novo Progresso/PA, 10 de abril de 2022. Â GABRIELE ARAUJO PINHEIRO JuÃ-za de Direito Substituta da Vara CÃ-vel da Comarca de Novo Progresso/PA, designada por meio da Portaria nÂº 567/2022-GP

PROCESSO: 00002503720088140115 PROCESSO ANTIGO: 200810002036 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GABRIELE ARAUJO PINHEIRO A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 11/04/2022---EXECUTADO:AUREO CELIO FORMIGONI EXEQUENTE:KLEVERSON FIRMINO Representante(s): KLEVERSON FERMINO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIOÂ TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃÂ COMARCA DE NOVO PROGRESSO VARA CÃVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE NOVO PROGRESSOÂ SENTENÃ¿AÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RelatÃ³rio dispensado na forma do art. 38 da Lei 9.099/95. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ a sÃ-ntese do necessÃ¡rio. Doravante, decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Como Ã© cediÃ§o, o CÃ³digo de Processo Civil arrola como uma das causas de extinÃ§Ã£o do processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito a inaÃ§Ã£o do autor por mais de 30 (trinta) dias, que resta caracterizada quando este Ã© devidamente chamado para a realizaÃ§Ã£o de determinada diligÃªncia ou ato processual, mas se queda inerte. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Analisando os autos, Ã© possÃ-vel perceber que houve inÃ©rcia da parte requerente, restando caracterizado estÃ¡ seu total desinteresse no prosseguimento do processo, merecendo a sua extinÃ§Ã£o.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifica-se que a ausÃªncia, pelos motivos expostos, de manifestaÃ§Ã£o dos requerentes propicia tacitamente o desinteresse no prosseguimento da demanda e na satisfaÃ§Ã£o da tutela jurisdicional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â AlÃ©m disso, constata-se que a base principiolÃ³gica que norteia o CÃ³digo de Processo Civil Ã© composta, tambÃ©m, pelo princÃ-pio da cooperaÃ§Ã£o, e nos termos do Art. 6Âº, do CPC Ã© obrigaÃ§Ã£o de todos os sujeitos do processo cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoÃ¡vel, decisÃ£o de mÃ©rito justa e efetiva.

Â Â Â Â Â Â Â Â Â No presente caso, constata-se que a parte requerente fora intimada de despacho em que se determinava que manifestasse interesse no prosseguimento do feito ou praticasse algum ato processual, todavia, tal parte quedou-se inerte, deixando transcorrerÂ in albisÂ o prazo processual, razÃ£o pela qual a medida mais acertada Ã© extinÃ§Ã£o do processo por abandono de causa.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ora, a marcha processual nÃ£o pode ficar ao alvedrio das partes, fazendo com que o processo permaneÃ§a em Secretaria Judicial ou ocupando a mÃ¡quina judiciÃ¡ria com providÃªncias infrutÃ-feras, quando o principal interessado no andamento do feito sequer demonstra empenho em receber a resposta do Poder JudiciÃ¡rio.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido, pertinentes sÃ£o as palavras da doutrina sobre a necessidade de uma atuaÃ§Ã£o mais efetiva do magistrado na aplicaÃ§Ã£o de regras processuais para a regular tramitaÃ§Ã£o dos processos cÃ-veis, a saber: Â As regras processuais existem para assegurar o bom desenvolvimento do procedimento e o real equilÃ-brio entre os sujeitos parciais dessa relaÃ§Ã£o jurÃ-dica, para quÃª tambÃ©m Ã© fundamental a efetiva participaÃ§Ã£o do juiz. A regulamentaÃ§Ã£o desse mÃ©todo de soluÃ§Ã£o de conflitos chamado Â¿processoÂ¿ destina-se a possibilitar que o resultado da atividade estatal contribua decisivamente para a manutenÃ§Ã£o da integridade do ordenamento jurÃ-dico, a eliminaÃ§Ã£o dos litÃ-gios e a pacificaÃ§Ã£o social. (BEDAQUE, JosÃ© Roberto dos Santos.Â Efetividade do processo e tÃ©cnica processual. 2Âª ed. SÃ£o Paulo: Malheiros, 2007, p. 18) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Outrossim, cumpre destacar que a presente extinÃ§Ã£o nÃ£o impede que a parte intente nova aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por conseguinte, resta evidente o abandono do processo, pelo que tenho caracterizado a perda superveniente do interesse processual. Nesse sentido: Â DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÃ¿Ã¿O. BUSCA COBRANÃ¿A. PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE DE AGIR (CONSUBSTANCIADO PELO ABANDONO DA CAUSA). ESCORREITA A EXTINÃ¿Ã¿O DO PROCESSO SEM ANÃLISE DO MÃ¿RITO (ART. 267, INC. III, DO CPC). O desatendimento imotivado aos comandos judiciais para dar andamento ao feito, notadamente quanto ao cumprimento de diligÃªncias que dependem de providÃªncias por parte do requerente, com vistas ao bom andamento da aÃ§Ã£o, caracteriza a perda superveniente do interesse de agir (consubstanciado,Â in casu, pelo abandono da causa), com a consequente extinÃ§Ã£o do processo sem julgamento do mÃ©rito (art. 267 , inc. III , do CPC), haja vista queÂ essa inÃ©rcia esvazia o conteÃºdo de eventual provimento judicial quanto ao mÃ©rito. Recurso conhecido e nÃ£o provido. (TJ-DF - ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel APC 20080110774173 (TJ-DF) - Data de publicaÃ§Ã£o: 05/06/2015). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Enfim, o abandono da causa pela parte requerente demonstra a ausÃªncia de necessidade/utilidade do provimento jurisdicional, o que enseja a extinÃ§Ã£o do feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pelo exposto, configurada a falta de interesse processual superveniente, consubstanciado, pelo abandono da causa,Â JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÃ¿Ã¿O DO MÃ¿RITO, com fulcro no artigo 485, inciso III, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ custa nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95 . Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â INTIMEM-SEÂ as partes atravÃ©s de seus causÃ-dicosÂ apenasÂ pelo DiÃ¡rio de JustiÃ§a EletrÃ´nico (DJe). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Registre-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado,Â ARQUIVEM-SEÂ os autos com baixa da distribuiÃ§Ã£o. Novo Progresso/PA, 11 de abril de 2022. Â Â GABRIELE ARAUJO PINHEIRO JuÃ-za de Direito Substituta da Vara CÃ-vel da Comarca de Novo Progresso/PA, designada por meio da Portaria nÂº 567/2022-GP

PROCESSO: 00004698420078140115 PROCESSO ANTIGO: 200710002863 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GABRIELE ARAUJO PINHEIRO A??o: Divórcio Litigioso em: 11/04/2022---REQUERIDO:RONI ALEXANDRE FARIAS REQUERENTE:SUSAN GLEY DIAS MARIANO FARIA Representante(s): FRANCISCO ELIEZER MAGALHAES PINHEIRO (ADVOGADO) MARGARETH SILVA MACHADO FREIRE (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃÂ VARA CÃVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE NOVO PROGRESSOÂ SENTENÃ¿AÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Adoto como relatÃ³rio os fatos constantes nos presentes autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ a sÃ-ntese do necessÃ¡rio. DorÂ avante, decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Como Ã© cediÃ§o, o CÃ³digo de Processo Civil arrola como uma das causas de extinÃ§Ã£o do processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito a inaÃ§Ã£o do autor por mais de 30 (trinta) dias, que resta caracterizada quando este Ã© devidamente chamado para a realizaÃ§Ã£o de determinada diligÃªncia ou ato processual, mas se queda inerte. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Analisando os autos, Ã© possÃ-vel perceber que houve inÃ©rcia da parte requerente, restando caracterizado estÃ¡ seu total desinteresse no prosseguimento do processo, merecendo a sua extinÃ§Ã£o.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifica-se que a ausÃªncia, pelos motivos expostos, de manifestaÃ§Ã£o dos requerentes propicia tacitamente o desinteresse no prosseguimento da demanda e na satisfaÃ§Ã£o da tutela jurisdicional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No presente caso, constata-se que a parte requerente fora intimada de despacho em que se determinava que manifestasse interesse no

prosseguimento do feito ou praticasse algum ato processual, todavia, tal parte quedou-se inerte, deixando transcorrerÂ in albisÂ o prazo processual, razÃ£o pela qual a medida mais acertada Ã© extinÃ§Ã£o do processo por abandono de causa.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ora, a marcha processual nÃ£o pode ficar ao alvedrio das partes, fazendo com que o processo permaneÃ§a em Secretaria Judicial ou ocupando a mÃ¡quina judiciÃ¡ria com providÃªncias infrutÃ-feras, quando o principal interessado no andamento do feito sequer demonstra empenho em receber a resposta do Poder JudiciÃ¡rio.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido, pertinentes sÃ£o as palavras da doutrina sobre a necessidade de uma atuaÃ§Ã£o mais efetiva do magistrado na aplicaÃ§Ã£o de regras processuais para a regular tramitaÃ§Ã£o dos processos cÃ-veis, a saber: Â As regras processuais existem para assegurar o bom desenvolvimento do procedimento e o real equilÃ-brio entre os sujeitos parciais dessa relaÃ§Ã£o jurÃ-dica, para quÃª tambÃ©m Ã© fundamental a efetiva participaÃ§Ã£o do juiz. A regulamentaÃ§Ã£o desse mÃ©todo de soluÃ§Ã£o de conflitos chamado Â¿processoÂ¿ destina-se a possibilitar que o resultado da atividade estatal contribua decisivamente para a manutenÃ§Ã£o da integridade do ordenamento jurÃ-dico, a eliminaÃ§Ã£o dos litÃ-gios e a pacificaÃ§Ã£o social. (BEDAQUE, JosÃ© Roberto dos Santos.Â Efetividade do processo e tÃ©cnica processual. 2Âª ed. SÃ£o Paulo: Malheiros, 2007, p. 18) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Outrossim, cumpre destacar que a presente extinÃ§Ã£o nÃ£o impede que a parte intente nova aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por conseguinte, resta evidente o abandono do processo, pelo que tenho caracterizado a perda superveniente do interesse processual. Nesse sentido: Â DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÃ¿Ã¿O. BUSCA COBRANÃ¿A. PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE DE AGIR (CONSUBSTANCIADO PELO ABANDONO DA CAUSA). ESCORREITA A EXTINÃ¿Ã¿O DO PROCESSO SEM ANÃLISE DO MÃ¿RITO (ART. 267, INC. III, DO CPC). O desatendimento imotivado aos comandos judiciais para dar andamento ao feito, notadamente quanto ao cumprimento de diligÃªncias que dependem de providÃªncias por parte do requerente, com vistas ao bom andamento da aÃ§Ã£o, caracteriza a perda superveniente do interesse de agir (consubstanciado,Â in casu, pelo abandono da causa), com a consequente extinÃ§Ã£o do processo sem julgamento do mÃ©rito (art. 267 , inc. III , do CPC), haja vista queÂ essa inÃ©rcia esvazia o conteÃºdo de eventual provimento judicial quanto ao mÃ©rito. Recurso conhecido e nÃ£o provido. (TJ-DF - ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel APC 20080110774173 (TJ-DF) - Data de publicaÃ§Ã£o: 05/06/2015). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Enfim, o abandono da causa pela parte requerente demonstra a ausÃªncia de necessidade/utilidade do provimento jurisdicional, o que enseja a extinÃ§Ã£o do feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pelo exposto, configurada a falta de interesse processual superveniente, consubstanciado, pelo abandono da causa,Â JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÃ¿Ã¿O DO MÃ¿RITO, com fulcro no artigo 485, inciso III, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ custa, pois foiÂ DEFIRO/MANTENHOÂ o benefÃ-cio da justiÃ§a gratuita, nos termos da presunÃ§Ã£o legal do artigo 99, Â§3Âº, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â INTIMEM-SEÂ as partes atravÃ©s de seus causÃ-dicosÂ apenasÂ pelo DiÃ¡rio de JustiÃ§a EletrÃ´nico (DJe). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Registre-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado,Â ARQUIVEM-SEÂ os autos com baixa da distribuiÃ§Ã£o. Novo Progresso/PA, 11 de abril de 2022. Â GABRIELE ARAUJO PINHEIRO JuÃ-za de Direito Substituta da Vara CÃ-vel da Comarca de Novo Progresso/PA, designada por meio da Portaria nÂº 567/2022-GP

PROCESSO: 00005867520078140115 PROCESSO ANTIGO: 200710003283 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GABRIELE ARAUJO PINHEIRO A??o: Inventário em: 11/04/2022---INVENTARIANTE:HELENA MOREIRA DOS SANTOS Representante(s): CLAUDIONIR FARIAS (ADVOGADO) INVENTARIADO:ESPOLIO DE RAIMUNDO JOVINO DO NASCIMENTO. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃÂ VARA CÃVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE NOVO PROGRESSOÂ SENTENÃ¿AÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Adoto como relatÃ³rio os fatos constantes nos presentes autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ a sÃ-ntese do necessÃ¡rio. DorÂ avante, decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Como Ã© cediÃ§o, o CÃ³digo de Processo Civil arrola como uma das causas de extinÃ§Ã£o do processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito a inaÃ§Ã£o do autor por mais de 30 (trinta) dias, que resta caracterizada quando este Ã© devidamente chamado para a realizaÃ§Ã£o de determinada diligÃªncia ou ato processual, mas se queda inerte. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Analisando os autos, Ã© possÃ-vel perceber que houve inÃ©rcia da parte requerente, restando caracterizado estÃ¡ seu total desinteresse no prosseguimento do processo, merecendo a sua extinÃ§Ã£o.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifica-se que a ausÃªncia, pelos motivos expostos, de manifestaÃ§Ã£o dos requerentes propicia tacitamente o desinteresse no prosseguimento da demanda e na satisfaÃ§Ã£o da tutela jurisdicional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No presente caso, constata-se que a parte requerente fora intimada de despacho em que se determinava que manifestasse interesse no prosseguimento do feito ou praticasse algum ato processual, todavia, tal parte quedou-se inerte, deixando

transcorrerÂ in albisÂ o prazo processual, razÃ£o pela qual a medida mais acertada Ã© extinÃ§Ã£o do processo por abandono de causa.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ora, a marcha processual nÃ£o pode ficar ao alvedrio das partes, fazendo com que o processo permaneÃ§a em Secretaria Judicial ou ocupando a mÃ¡quina judiciÃ¡ria com providÃªncias infrutÃ-feras, quando o principal interessado no andamento do feito sequer demonstra empenho em receber a resposta do Poder JudiciÃ¡rio.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido, pertinentes sÃ£o as palavras da doutrina sobre a necessidade de uma atuaÃ§Ã£o mais efetiva do magistrado na aplicaÃ§Ã£o de regras processuais para a regular tramitaÃ§Ã£o dos processos cÃ-veis, a saber: Â As regras processuais existem para assegurar o bom desenvolvimento do procedimento e o real equilÃ-brio entre os sujeitos parciais dessa relaÃ§Ã£o jurÃ-dica, para quÃª tambÃ©m Ã© fundamental a efetiva participaÃ§Ã£o do juiz. A regulamentaÃ§Ã£o desse mÃ©todo de soluÃ§Ã£o de conflitos chamado Â¿processoÂ¿ destina-se a possibilitar que o resultado da atividade estatal contribua decisivamente para a manutenÃ§Ã£o da integridade do ordenamento jurÃ-dico, a eliminaÃ§Ã£o dos litÃ-gios e a pacificaÃ§Ã£o social. (BEDAQUE, JosÃ© Roberto dos Santos.Â Efetividade do processo e tÃ©cnica processual. 2Âª ed. SÃ£o Paulo: Malheiros, 2007, p. 18) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Outrossim, cumpre destacar que a presente extinÃ§Ã£o nÃ£o impede que a parte intente nova aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por conseguinte, resta evidente o abandono do processo, pelo que tenho caracterizado a perda superveniente do interesse processual. Nesse sentido: Â DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÃ¿Ã¿O. BUSCA COBRANÃ¿A. PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE DE AGIR (CONSUBSTANCIADO PELO ABANDONO DA CAUSA). ESCORREITA A EXTINÃ¿Ã¿O DO PROCESSO SEM ANÃLISE DO MÃ¿RITO (ART. 267, INC. III, DO CPC). O desatendimento imotivado aos comandos judiciais para dar andamento ao feito, notadamente quanto ao cumprimento de diligÃªncias que dependem de providÃªncias por parte do requerente, com vistas ao bom andamento da aÃ§Ã£o, caracteriza a perda superveniente do interesse de agir (consubstanciado,Â in casu, pelo abandono da causa), com a consequente extinÃ§Ã£o do processo sem julgamento do mÃ©rito (art. 267 , inc. III , do CPC), haja vista queÂ essa inÃ©rcia esvazia o conteÃºdo de eventual provimento judicial quanto ao mÃ©rito. Recurso conhecido e nÃ£o provido. (TJ-DF - ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel APC 20080110774173 (TJ-DF) - Data de publicaÃ§Ã£o: 05/06/2015). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Enfim, o abandono da causa pela parte requerente demonstra a ausÃªncia de necessidade/utilidade do provimento jurisdicional, o que enseja a extinÃ§Ã£o do feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pelo exposto, configurada a falta de interesse processual superveniente, consubstanciado, pelo abandono da causa,Â JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÃ¿Ã¿O DO MÃ¿RITO, com fulcro no artigo 485, inciso III, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ custa, pois foiÂ DEFIRO/MANTENHOÂ o benefÃ-cio da justiÃ§a gratuita, nos termos da presunÃ§Ã£o legal do artigo 99, Â§3Âº, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â INTIMEM-SEÂ as partes atravÃ©s de seus causÃ-dicosÂ apenasÂ pelo DiÃ¡rio de JustiÃ§a EletrÃ´nico (DJe). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Registre-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado,Â ARQUIVEM-SEÂ os autos com baixa da distribuiÃ§Ã£o. Novo Progresso/PA, 11 de abril de 2022. Â GABRIELE ARAUJO PINHEIRO JuÃ-za de Direito Substituta da Vara CÃ-vel da Comarca de Novo Progresso/PA, designada por meio da Portaria nÂº 567/2022-GP

P R O C E S S O : 0 0 0 1 6 5 9 4 3 2 0 1 1 8 1 4 0 1 1 5 P R O C E S S O A N T I G O : 2 0 1 1 1 0 0 1 2 8 9 0 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): --- A??o: --- em: ---REQUERENTE: A. C. M. S.

Representante(s):

OAB 15186-A - CELIA ELIGIA BRAGA (ADVOGADO)

REQUERIDO: R. O.

P R O C E S S O : 0 0 0 5 6 9 6 6 9 2 0 1 8 8 1 4 0 1 1 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): --- A??o: --- em: ---REPRESENTADO: M. M. S.

VITIMA: C. G. L. M.

VITIMA: O. R. S.

REPRESENTANTE: M. P. E. P.

P R O C E S S O : 0 0 0 9 0 3 9 3 9 2 0 1 9 8 1 4 0 1 1 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): --- A??o: --- em: ---REPRESENTADO: E. S. F.

VITIMA: O. E.

P R O C E S S O : 0 0 0 4 8 1 2 4 0 2 0 1 8 8 1 4 0 1 1 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GABRIELE ARAUJO PINHEIRO A??o: Procedimento do Juizado Especial Cível em: 11/04/2022---REQUERENTE:SIRIO REINEHR Representante(s): OAB 14271 - EDSON DA CRUZ DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:CELPA CENTRAIS ELETRICAS DO PARA. Representantes: OAB 8049 ¿ LIBIA SORAYA PANTOJA CARNEIRO (ADVOGADA) PODER JUDICIÃRIOÂ TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃÂ COMARCA DE NOVO PROGRESSO VARA CÃVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE NOVO PROGRESSOÂ SENTENÃ¿AÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â RelatÃ³rio dispensado na forma do art. 38 da Lei 9.099/95. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ a sÃ-ntese do necessÃ¡rio. Doravante, decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Como Ã© cediÃ§o, o CÃ³digo de Processo Civil arrola como uma das causas de extinÃ§Ã£o do processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito a inaÃ§Ã£o do autor por mais de 30 (trinta) dias, que resta caracterizada quando este Ã© devidamente chamado para a realizaÃ§Ã£o de determinada diligÃªncia ou ato processual, mas se queda inerte. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Analisando os autos, Ã© possÃ-vel perceber que houve inÃ©rcia da parte requerente, restando caracterizado estÃ¡ seu total desinteresse no prosseguimento do processo, merecendo a sua extinÃ§Ã£o.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifica-se que a ausÃªncia, pelos motivos expostos, de manifestaÃ§Ã£o dos requerentes propicia tacitamente o desinteresse no prosseguimento da demanda e na satisfaÃ§Ã£o da tutela jurisdicional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AlÃ©m disso, constata-se que a base principiolÃ³gica que norteia o CÃ³digo de Processo Civil Ã© composta, tambÃ©m, pelo princÃ-pio da cooperaÃ§Ã£o, e nos termos do Art. 6Âº, do CPC Ã© obrigaÃ§Ã£o de todos os sujeitos do processo cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoÃ¡vel, decisÃ£o de mÃ©rito justa e efetiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No presente caso, constata-se que a parte requerente fora intimada de despacho em que se determinava que manifestasse interesse no prosseguimento do feito ou praticasse algum ato processual, todavia, tal parte quedou-se inerte, deixando transcorrerÂ in albisÂ o prazo processual, razÃ£o pela qual a medida mais acertada Ã© extinÃ§Ã£o do processo por abandono de causa.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ora, a marcha processual nÃ£o pode ficar ao alvedrio das partes, fazendo com que o processo permaneÃ§a em Secretaria Judicial ou ocupando a mÃ¡quina judiciÃ¡ria com providÃªncias infrutÃ-feras, quando o principal interessado no andamento do feito sequer demonstra empenho em receber a resposta do Poder JudiciÃ¡rio.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido, pertinentes sÃ£o as palavras da doutrina sobre a necessidade de uma atuaÃ§Ã£o mais efetiva do magistrado na aplicaÃ§Ã£o de regras processuais para a regular tramitaÃ§Ã£o dos processos cÃ-veis, a saber: Â As regras processuais existem para assegurar o bom desenvolvimento do procedimento e o real equilÃ-brio entre os sujeitos parciais dessa relaÃ§Ã£o jurÃ-dica, para quÃª tambÃ©m Ã© fundamental a efetiva participaÃ§Ã£o do juiz. A regulamentaÃ§Ã£o desse mÃ©todo de soluÃ§Ã£o de conflitos chamado Â¿processoÂ¿ destina-se a possibilitar que o resultado da atividade estatal contribua decisivamente para a manutenÃ§Ã£o da integridade do ordenamento jurÃ-dico, a eliminaÃ§Ã£o dos litÃ-gios e a pacificaÃ§Ã£o social. (BEDAQUE, JosÃ© Roberto dos Santos.Â Efetividade do processo e tÃ©cnica processual. 2Âª ed. SÃ£o Paulo: Malheiros, 2007, p. 18) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Outrossim, cumpre destacar que a presente extinÃ§Ã£o nÃ£o impede que a parte intente nova aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por conseguinte, resta evidente o abandono do processo, pelo que tenho caracterizado a perda superveniente do interesse processual. Nesse sentido: Â DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÃ¿Ã¿O. BUSCA COBRANÃ¿A. PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE DE AGIR (CONSUBSTANCIADO PELO ABANDONO DA CAUSA). ESCORREITA A EXTINÃ¿Ã¿O DO PROCESSO SEM ANÃLISE DO MÃ¿RITO (ART. 267, INC. III, DO CPC). O desatendimento imotivado aos comandos judiciais para dar andamento ao feito, notadamente quanto ao cumprimento de diligÃªncias que dependem de providÃªncias por parte do requerente, com vistas ao bom andamento da aÃ§Ã£o, caracteriza a perda superveniente do interesse de agir (consubstanciado,Â in casu, pelo abandono da causa), com a consequente extinÃ§Ã£o do processo sem julgamento do mÃ©rito (art. 267 , inc. III , do CPC), haja vista queÂ essa inÃ©rcia esvazia o conteÃºdo de eventual provimento judicial quanto ao mÃ©rito. Recurso conhecido e nÃ£o provido. (TJ-DF - ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel APC 20080110774173 (TJ-DF) - Data de publicaÃ§Ã£o: 05/06/2015). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Enfim, o abandono da causa pela parte requerente demonstra a ausÃªncia de necessidade/utilidade do provimento jurisdicional, o que enseja a extinÃ§Ã£o do feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pelo exposto, configurada a falta de

interesse processual superveniente, consubstanciado, pelo abandono da causa,Â JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÃ¿Ã¿O DO MÃ¿RITO, com fulcro no artigo 485, inciso III, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ custa nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95 . Â Â Â Â Â Â Â Â Â INTIMEM-SEÂ as partes atravÃ©s de seus causÃ-dicosÂ apenasÂ pelo DiÃ¡rio de JustiÃ§a EletrÃ´nico (DJe). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Registre-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado,Â ARQUIVEM-SEÂ os autos com baixa da distribuiÃ§Ã£o. Novo Progresso/PA, 06 de marÃ§o de 2022. Â Â GABRIELE ARAUJO PINHEIRO JuÃ-za de Direito Substituta da Vara CÃ-vel da Comarca de Novo Progresso/PA, designada por meio da Portaria nÂº 567/2022-GP

P R O C E S S O : 0 0 0 0 1 4 4 0 7 2 0 1 0 8 1 4 0 1 1 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GABRIELE ARAUJO PINHEIRO A??o: MANUTENÇÃO DE POSSE Cível em: ---REQUERENTE: EDSON MANOEL JOAO Representante(s): OAB 14.361 ¿ ADAO DANIEL DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO: LUIZ CARLOS BOTELHO: SENTENÇA Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei 9.099/95.Vieram os autos conclusos. É a síntese do necessário. Doravante, decido.Como é cediço, o Código de Processo Civil arrola como uma das causas de extinç¿o do processo sem resoluç¿o do mérito a inaç¿o do autor por mais de 30 (trinta) dias, que resta caracterizada quando este é devidamente chamado para a realizaç¿o de determinada diligência ou ato processual, mas se queda inerte.Analisando os autos, é possível perceber que houve inércia da parte requerente, restando caracterizado está seu total desinteresse no prosseguimento do processo, merecendo a sua extinç¿o. Compulsando os autos, verifica-se que a ausência, pelos motivos expostos, de manifestaç¿o dos requerentes propicia tacitamente o desinteresse no prosseguimento da demanda e na satisfaç¿o da tutela jurisdicional.Além disso, constata-se que a base principiológica que norteia o Código de Processo Civil é composta, também, pelo princípio da cooperaç¿o, e nos termos do Art. 6º, do CPC é obrigaç¿o de todos os sujeitos do processo cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decis¿o de mérito justa e efetiva. No presente caso, constata-se que a parte requerente fora intimada de despacho em que se determinava que manifestasse interesse no prosseguimento do feito ou praticasse algum ato processual, todavia, tal parte quedou-se inerte, deixando transcorrer in albis o prazo processual, raz¿o pela qual a medida mais acertada é extinç¿o do processo por abandono de causa. Ora, a marcha processual n¿o pode ficar ao alvedrio das partes, fazendo com que o processo permaneça em Secretaria Judicial ou ocupando a máquina judiciária com providências infrutíferas, quando o principal interessado no andamento do feito sequer demonstra empenho em receber a resposta do Poder Judiciário. Neste sentido, pertinentes s¿o as palavras da doutrina sobre a necessidade de uma atuaç¿o mais efetiva do magistrado na aplicaç¿o de regras processuais para a regular tramitaç¿o dos processos cíveis, a saber:As regras processuais existem para assegurar o bom desenvolvimento do procedimento e o real equilíbrio entre os sujeitos parciais dessa relaç¿o jurídica, para quê também é fundamental a efetiva participaç¿o do juiz. A regulamentaç¿o desse método de soluç¿o de conflitos chamado ¿processo¿ destina-se a possibilitar que o resultado da atividade estatal contribua decisivamente para a manutenç¿o da integridade do ordenamento jurídico, a eliminaç¿o dos litígios e a pacificaç¿o social. (BEDAQUE, José Roberto dos Santos. Efetividade do processo e técnica processual. 2ª ed. S¿o Paulo: Malheiros, 2007, p. 18)

Outrossim, cumpre destacar que a presente extinç¿o n¿o impede que a parte intente nova ação.Por conseguinte, resta evidente o abandono do processo, pelo que tenho caracterizado a perda superveniente do interesse processual. Nesse sentido:DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇ¿O. BUSCA COBRANÇA. PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE DE AGIR (CONSUBSTANCIADO PELO ABANDONO DA CAUSA). ESCORREITA A EXTINÇ¿O DO PROCESSO SEM ANÁLISE DO MÉRITO (ART. 267, INC. III, DO CPC). O desatendimento imotivado aos comandos judiciais para dar andamento ao feito, notadamente quanto ao cumprimento de diligências que dependem de providências por parte do requerente, com vistas ao bom andamento da aç¿o, caracteriza a perda superveniente do interesse de agir (consubstanciado, in casu, pelo abandono da causa), com a consequente extinç¿o do processo sem julgamento do mérito (art. 267 , inc. III , do CPC), haja vista que essa inércia esvazia o conteúdo de eventual provimento judicial quanto ao mérito. Recurso conhecido e n¿o provido.(TJ-DF - Apelaç¿o Cível APC 20080110774173 (TJ-DF) - Data de publicaç¿o: 05/06/2015).Enfim, o abandono da causa pela parte requerente demonstra a ausência de necessidade/utilidade do provimento jurisdicional, o que enseja a extinç¿o do feito.Pelo exposto, configurada a falta de interesse processual superveniente, consubstanciado, pelo abandono da causa, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇ¿O DO MÉRITO, com fulcro no artigo 485, inciso III, do Código de Processo Civil.N¿o há custa nos termos do art.

55 da Lei 9.099/95 .INTIMEM-SE as partes através de seus causídicos apenas pelo Diário de Justiça Eletrônico (DJe).Registre-se. Cumpra-se.Após o trânsito em julgado, ARQUIVEM-SE os autos com baixa da distribuição.Novo Progresso/PA, 06 de março de 2022.GABRIELE ARAUJO PINHEIRO Juíza de Direito Substituta da Vara Cível da Comarca de Novo Progresso/PA, designada por meio da Portaria nº 567/2022-GP

P R O C E S S O : 0 0 0 3 6 7 7 5 6 2 0 1 9 8 1 4 0 1 1 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROMEU DA CUNHA GOMES A??o: BUSCA E APREENSÃO Cível em: ---REQUERENTE: BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA Representante(s): OAB 9803-A ¿ MARIA LUCIA GOMES (ADVOGADO) REQUERIDO: RENATO ARRAIAS DA SILVA: SENTENÇA Trata-se de Aç¿o de Busca e Apreens¿o proposta: BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA em face de RENATO ARRAIAS DA SILVA.A parte autora peticionou nos autos, requerendo desistência da aç¿o (fl.56). É o relatório. Decido.A desistência consiste em faculdade processual conferida ao Autor e se atrela intimamente à amplitude do exercício do direito de aç¿o. Sobre o tema tem-se disp¿e o art. 485, § 4º CPC/2015:§ 4º Oferecida a contestaç¿o, o autor n¿o poderá, sem o consentimento do réu, desistir da aç¿o. No presente caso a parte requerida n¿o chegou a ser citada, sendo desnecessário o seu consentimento.O art. 485, inciso VIII, do NCPC, disp¿e:¿Art. 485-O juiz n¿o resolverá o mérito quando:

VIII ¿ homologar a desistência da aç¿o; ¿Assim sendo, homologo a desistência da aç¿o, para os fins do art. 200, parágrafo único, do Novo Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o processo sem resoluç¿o de mérito, com fundamento no art. 485, inciso VIII, do CPC.Custas finais pelo requerente a serem calculadas pela UNAJ, intimando-se o requerente para quitá-las, caso n¿o tenha feito, antes do arquivamento definitivo.

Após certificado o trânsito em julgado, ARQUIVEM-SE os autos, dando BAIXA no Sistema Libra.Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo-se para tanto o necessário, com as cautelas legais.Novo Progresso-PA, 30/03/2022.(assinado eletronicamente)ROMEU DA CUNHA GOMES Juiz de Direito Substituta da Vara Cível da Comarca de Novo Progresso/PA.

COMARCA DE SENADOR JOSE PORFIRIO

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SENADOR JOSE PORFIRIO

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

O Excelentíssimo Senhor Ênio Maia Saraiva, Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Senador José Porfírio-PA, , faz saber ao nacional PEDRO REBELO ARAÚJO, brasileiro, nascido aos 28/09/1986, goiano de Goiânia, portador do CPF nº 693.080.201-87, filho de Sônia Maria Rebelo Araújo e de José Antônio de Araújo, com endereço declarado nos autos como sendo Fazenda Rosinha, PA 167, Km 16, Zona Rural e/ou Travessa Abel Figueiredo com a Rua Marechal Assunção, s/nº, ambos na cidade de Senador José Porfírio, que devido não ter sido localizado para ser intimado pessoalmente, expede-se o presente EDITAL com o prazo de 20 (vinte) dias, a fim de tomar ciência da SENTENÇA prolatada por este Juízo em 26/01/2022, nos autos do Termo Circunstanciado de Ocorrência nº 0005935-78.2019.8.14.0005 ¿ artigo 147, caput, do Código Penal, a qual, na íntegra, diz: PROCESSO Nº. 0005935-78.2019.8.14.0005. SENTENÇA. Vistos etc. Trata-se de requerimento de arquivamento do Termo Circunstanciado de Ocorrência instaurado para apurar a prática de crime de ameaça (art. 147 do CPB), supostamente perpetrado por PEDRO REBELO ARAUJO em face de EDILSON CARDOSO PIMENTEL. O Ministério Público requereu o arquivamento do termo circunstanciado de ocorrência em razão de não vislumbrar lastro probatório, ínfimo que seja, para dar início à ação penal. É o breve relato. Decido. Para que se inicie uma ação penal, mister se faz estarem presentes alguns requisitos mínimos para o ingresso da ação penal (art. 41, CPP). No presente caso, não vislumbro a presença do fumus comissi delicti, tendo em vista a ausência de prova de materialidade delitiva, não encontrando confirmação da suposta prática de ameaça no presente termo. Isto posto, razão assiste a Ilustre Representante do Ministério Público ao se manifestar pelo arquivamento dos autos por falta de provas aptas a comprovar a materialidade delitiva. Ante o exposto, acolho o pedido ministerial e determino o arquivamento do presente termo. P.R.I.C. Intimem-se as partes. Com o trânsito em julgado, arquive-se. Senador José Porfírio/PA, datado eletronicamente. Ênio Maia Saraiva. Juiz de Direito.¿. Senador José Porfírio, 1º (primeiro) de abril de 2022 (dois mil e vinte e dois). Eu, ____ (Elder Savio Alves Cavalcanti), Diretor de Secretaria de 1ª Entrância, digitei, subscrevo e assino com fulcro no inciso IX do parágrafo 1º do artigo 1º do Provimento nº 006/2006-CJRMB com aplicação autorizada pelo Provimento nº 006/2009-CJCI.

E D I T A L DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA COM PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS

O Excelentíssimo Senhor ÊNIO MAIA SARAIVA, Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Senador José Porfírio, Estado do Pará, , FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que tramita por este Juízo a Ação Penal de Competência do Júri ¿ Processo nº 0000036-18.2011.8.14.0058, em que figura, como autor(a), o(a) MINISTERIO PUBLICO e, como réu, JENIAS PEREIRA BATISTA, brasileiro, garimpeiro, filho de Vera Lúcia Inácio Pereira e de Gersonias Coelho Batista. E diante da impossibilidade de a este intimar pessoalmente, porquanto residente e domiciliado em local incerto e não sabido, promove a sua INTIMAÇÃO da sentença prolatada, à(s) fl(s). 502/503, consoante transcrição a seguir: ¿Processo nº 0000036-18.2011.8.14.0058. SENTENÇA Vistos. O réu JENIAS PEREIRA BATISTA, devidamente qualificado nos autos foi pronunciado como incurso nas sanções do art. 121 do Código Penal. Adoto como relatório o que consta nos autos. Após a votação dos quesitos, entendeu o Conselho de Sentença, por maioria de votos, por condenar o réu JENIAS PEREIRA BATISTA como incurso nas sanções do art. 121 do CP, rejeitando as teses defensivas da clemência, falta

de provas e de ausência de autoria. Ante a decisão do Conselho de Sentença, passo a dosimetria da pena: DA DOSIMETRIA DE JENIAS PEREIRA BATISTA Quanto à culpabilidade, entendo por ser típica à espécie. O réu não registra antecedentes. Não há elementos nos autos para se aferir a conduta social e a personalidade do agente, pelo que deixo de valorá-las. Os motivos são reprováveis, vez que o réu agiu impelido por motivo fútil, contudo deixo de valorá-lo por não constar a qualificadora na decisão de pronúncia. As circunstâncias do crime se deram sem dar chance de defesa à vítima, entretanto, por não haver constado na pronúncia, entendo por não valorar. As consequências foram próprias do tipo, nada havendo a valorá-lo. Comportamento da vítima: me filio a corrente de que o comportamento da vítima nunca pode ser valorado em desfavor do acusado. Diante das circunstâncias judiciais encontradas, fixo a pena base em 6 (seis) anos de reclusão. Inexiste atenuante ou agravante. Não restam presentes causa de diminuição ou aumento de pena, pelo que estabeleço a pena definitiva em 6 (seis) anos de reclusão. O condenado cumprirá a pena em regime inicial semiaberto, nos termos do artigo 33, § 2º, alínea b do Código Penal. DA DETRAÇÃO Não há detração a ser considerada. DO SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVA DE DIREITO Não é possível a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direito ou a concessão de sursis, diante do quantum fixado e da ausência dos requisitos subjetivos previstos nos incisos III, do artigo 44 e II, do artigo 77, ambos do Código Penal Brasileiro. DA INDENIZAÇÃO Ademais, descabe falar na indenização do art. 387, IV do CPP em razão da ausência de pedido expresso ou quantificação. Entendo que os motivos que justificaram a prisão cautelar do condenado JENIAS PEREIRA BATISTA ainda perduram, pelo que INDEFIRO a liberdade a este. Condeno o Estado do Pará ao pagamento de R$ 8.000,00 (oito mil reais) a título de honorários advocatícios à Dra. RUTILEIA E. F. TOZETTI, OAB/PA 25.676, que patrocinou a defesa do réu JENIAS PEREIRA BATISTA na condição de defensora dativa em razão da inexistência de órgão da Defensoria Pública nesta Comarca. Custas pelo Estado. Após o trânsito em julgado: - Lance-se o nome do réu no rol dos culpados; - Comunique o TRE. - Expeça-se Guia de Execução. - Expeça-se mandado de prisão. Publicada em Plenário, às 14h35min, saindo os presentes intimados. Registre-se, cumpra-se e comunique-se. Senador José Porfírio/PA, 09 de dezembro de 2021. Ênio Maia Saraiva Juiz de Direito¿. Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de janeiro do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois). Eu, Elder Savio Alves Cavalcanti, Diretor de Secretaria, subscrevi e assino em conformidade com o Provimento 006/2009 da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior.

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

O Doutor ÊNIO MAIA SARAIVA, Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Senador José Porfírio, aos vinte e dois dias do mês de Março de 2022, República Federativa do Brasil, faz saber ao nacional FREDERICO LUIZ TEIXEIRA MARTIN , brasileiro, filho de Adilson Luiz Martin, com endereço declarado nos autos como estrada do Jutaí, km 02, bairro industrial, nesta cidade de Senador José Porfírio-PA, que devido não ter sido localizado para ser intimado pessoalmente, expede-se o presente EDITAL com o prazo de 20 (vinte) dias, a fim de tomar ciência da SENTENÇA prolatada por este Juízo em 11/12/2019, nos autos da Ação Civil Pública nº 0000103-46.2012.8.14.0058. SENTENÇA. Vistos, etc. Trata-se de Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Estado do Pará em face de PORBRÁS MADEIRAS LTDA., ADILSON LUIZ MARTIN, JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA PINHO, FREDERICO LUIZ TEIXEIRA MARTIN e FELIPE ANDRÉ TEIXEIRA MARTIN, visando, no mérito, a responsabilização civil ambiental para que os promovidos sejam condenados ao pagamento de indenização de danos morais coletivos e patrimoniais ou, alternativamente, à determinação para que os réus promovam o reflorestamento da área degradada ou outra região indicada pelo Ibama. Aduz a inicial que, conforme apuração no Procedimento Administrativo nº 1.23.003.000116/2009-13 (fls. 19), em 2008 os réus infringiram norma prevista no art. 60 da Lei 9.605/98, bem como no art. 66, II e VII, do Decreto Federal 6.514/08, como indicado no auto de infração 527264-D (fls. 03). Relata o requerente que a Operação Arco Fogo, do Ibama, constatou funcionamento de porto de embarque e desembarque de produtos e subprodutos florestais em área de preservação permanente, na margem direita do rio Xingu, sem licença ou autorização, aplicando à ré Porbrás multa administrativa no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Afirma, ainda, que diante da constatação administrativa, coube ao órgão ministerial demandar em busca da responsabilização civil dos requeridos, pelos danos à sociedade decorrentes de lesão ao meio ambiente. Inicial com documentos às fls. 02/113-V. Petição inicial recebida em despacho às fls. 114. Contestação apresentada às fls. 127/133 pela advogada (dra.) Dominique de Nazaré dos S. Silva, em defesa dos réus Porbrás, Felipe André, Frederico Luiz, José Maria de Oliveira e Adilson Luiz, defendendo a ilegitimidade passiva e a ocorrência de decadência quanto aos requeridos Felipe André, Frederico Luiz e José Maria, além da defesa de mérito. Contudo, nos instrumentos de representação às fls. 134/138 não consta procuração legítima pelo promovido José Maria de Oliveira. Requerimento do Ministério Público às fls. 165, para fim de oficiar o Ibama a apresentar cópia integral dos procedimentos oriundos dos autos de infrações administrativas constantes às fls. 21/24. Audiência de conciliação realizada às fls. 179/180, na qual o Ministério Público requereu ofício à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo ¿ SEMAT almejando esclarecer se houve desmatamento na área que funcionava o porto de embarque e desembarque, bem como para que haja indicação do prejuízo. Cópia digitalizada do Processo Administrativo do Ibama (fls. 183). Laudo Técnico Ambiental apresentado às fls. 185/189 pela SEMAT, indicando a existência de um caminho aberto na área da Porbrás até o rio Xingu, para embarque e desembarque de madeira, bem como a presença de resíduos de madeira e regeneração da vegetação no local, de modo a concluir que houve supressão da mata há muito tempo. Por fim, atesta o laudo que diante dos fatos provocados pelo fator humano, houve prejuízo ao curso d¿água, risco de impermeabilização do solo pelo contato direto com as chuvas e de erosão. Audiência de instrução e julgamento realizada (fls. 191/193), ocasião em que foi colhido o depoimento pessoal do promovido Adilson Luiz. Ofício da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade ¿ SEMAS (fls. 198), indicando que a Licença de Operação ¿ LO nº 724/2008 não abrangia autorização para instalações portuárias, e que a Porbrás foi autorizada à atividade portuária somente por meio da Autorização de Funcionamento ¿ AF nº 166/2012, vencida em 18/06/2013, e posteriormente, com a emissão da Licença de Operação ¿ LO nº 8358/2014, cuja autorização ocorreu até 20/03/2017. Ante a não representação processual do réu José Maria, o Ministério Público pleiteou (fls. 199-V) sua citação por edital, o que foi realizado em 25/05/2016 (fls. 208), e na mesma manifestação requereu nova intimação à SEMAT para que indique o cálculo do dano ambiental alegado, afirmando que no laudo apresentado nos autos não há como dimensionar o valor dos danos. Novo laudo emitido pela SEMAT às fls. 215/223, no qual restou atestado que a área de preservação permanente, desmatada na década de 90, foi vegetada novamente ou houve regeneração natural, conforme imagens obtidas nos anos de 2012 e 2015. Contestação apresentada às fls. 226 pelo curador especial do requerido José Maria, o dr. José Carlos Melém. Renúncia ao mandato (fls. 227) apresentada pela advogada do réu Porbrás (fls. 227/231). Renúncia ao mandato dos requeridos Adilson Luiz, Frederico Luiz e Felipe André (fls. 245/251). Alegações finais pelo Ministério Público às fls. 235/237, ratificando o pedido de condenação dos requeridos ao pagamento de danos morais e materiais. Razões finais apresentadas às fls. 263/266 pela curadora especial do réu José Maria, aduzindo, em síntese, que este deixou de fazer parte da sociedade em 15/09/2011, pugnando pelo reconhecimento de decadência. O réu Felipe André foi intimado pessoalmente (fls. 307-V), mas não constituiu novo procurador nem apresentou memoriais finais, conforme certidão às fls. 308. O promovido Frederico Luiz foi intimado por edital (fls. 311), porém, não apresentou razões finais nem constituiu novo advogado, conforme certidão às fls. 314. Os réus Porbrás e Adilson Luiz foram intimados às fls. 256, mas não constituíram novo causídico nem apresentaram memoriais finais, conforme certidão às fls. 316. Os autos vieram-me conclusos para sentença. É o relato. Decido. O art. 129, III, da Constituição Federal de 1988, atribui ao Ministério Público a legitimidade para promover ações que visam a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e outros interesses difusos e coletivos, justificando, assim, a propositura da presente demanda. De antemão, tenho por bem registrar que reconheço a contestação dos réus Porbrás, Adilson Luiz, Frederico Luiz e Felipe André na peça juntada às fls. 127/133 pela advogada (dra.) Dominique de Nazaré dos S. Silva, uma vez que às fls. 134/138 constam as respectivas procurações. Quanto ao requerido José Maria, considerando que a advogada acima o englobou na peça contestatória, mas sem apresentar instrumento procuratório do réu em questão, tenho que a contestação deste foi apresentada pelo curador especial (dr.) José Carlos Melém, às fls. 226. Antes de me apreciar o mérito, passo a analisar as preliminares arguidas. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA Em ambas as peças contestatórias, os defensores técnicos arguiram a ilegitimidade passiva dos réus José Maria, Frederico Luiz e Felipe André, sob a alegação de decadência pelo fato destes terem se desligado do quadro societário da ré Porbrás há mais de 03 (três) anos. Tal preliminar não merece guarida, vez que a atuação do Ibama, constatando os danos, ocorreu no ano de 2008, quando os requeridos supraindicados ainda faziam parte do quadro societário da ré Porbrás, os quais se retiraram apenas no ano de 2011. Nesse aspecto, o art. 1.032 do CC determina a responsabilização dos sócios retirantes em até 02 (dois) anos, após a averbação da retirada

da sociedade. Transcrevo: ¿Art. 1.032. A retirada, exclusão ou morte do sócio, não o exime, ou a seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos após averbada a resolução da sociedade; nem nos dois primeiros casos, pelas posteriores e em igual prazo, enquanto não se requerer a averbação¿. Ademais, a presente ação foi distribuída no ano de 2012, de modo que, pelo exposto, resta clarividente a legitimidade passiva de todos os réus indicados na inicial. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL De igual forma, não merece acolhida a pretensa preliminar de inépcia da inicial (fls. 128/129), eis que o autor indicou corretamente os alegados danos ao meio ambiente, fazendo menção inicialmente e diligenciando acerca da complementação da apuração dos prejuízos ao meio ambiente, de modo que os réus tiveram amplas condições de apresentarem suas defesas, inclusive, pelos dados apontados pelos procedimentos administrativos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ¿ IBAMA. Ademais, a jurisprudência pátria é uníssona ao definir que os danos causados ao meio ambiente não necessitam de valor específico indicado pelo autor, podendo, pois, ser arbitrado pelo julgador, respeitando-se a razoabilidade e proporcionalidade, a exemplo dos entendimentos a seguir: ¿ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANOS AMBIENTAIS. DERRAMAMENTO DE ÓLEO NO MAR. INDENIZAÇÃO. VALOR ARBITRADO DE FORMA RAZOÁVEL SEGUNDO ENTENDIMENTO DO TRIBUNAL A QUAO. REVISÃO. INVIABILIDADE. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. 1. É assente nesta Corte que somente é possível a reavaliação do quantum arbitrado a título de danos causados ao meio ambiente nos casos em que se afigure exorbitante ou irrisório, o que evidentemente não se configura no caso dos autos. Portanto, incide na espécie, o óbice da Súmula 7/STJ. 2. Agravo regimental não provido¿. (STJ - AgRg no AREsp: 222483 SP 2012/0180576-7, Relator: Ministro BENEDITO GONÇALVES, Data de Julgamento: 18/11/2014, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 27/11/2014) ¿EMENTA: ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANO AMBIENTAL. DESMATAMENTO DE ÁREA DE FORMAÇÃO CAMPESTRE SEM AUTORIZAÇÃO DE ÓRGÃO AMBIENTAL. ÁREA RECUPERADA NATURALMENTE. OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR. PERTINÊNCIA. REPARAÇÃO INTEGRAL. VALOR ARBITRADO. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. - O desmatamento de área de formação campestre sem autorização de órgão ambiental e que causa danos significativos à vegetação deve ser sancionado, também, com a obrigação de pagar quantia em dinheiro. Precedente do STJ - A reparação do patrimônio ambiental deve ser a mais completa possível, abrangendo obrigações de indenizar e de não fazer, para além da recuperação natural da área ao longo dos anos, circunstância que supriu tão somente a obrigação de fazer - O valor da indenização deve ser arbitrado de modo razoável e proporcional à extensão do dano¿. (TJ-MG - AC: 10400130022322001 MG, Relator: Alberto Vilas Boas, Data de Julgamento: 08/10/2019, Data de Publicação: 15/10/2019) No mérito, vislumbro que o Processo Administrativo nº 1.23.003.000116/2009-13, originado pelo auto de infração expedido pelo IBAMA, acostado às fls. 19/69, e apresentado integralmente em mídia digital às fls. 183, constatou que a ré Porbrás estava com quantidade de madeira condizente à comprovada documentalmente, mas autuou a mesma por fazer funcionar atividade de porto de embarque e desembarque de produtos e subprodutos florestais, em área de preservação permanente, sem a devida licença legal. Por ocasião, foi-lhe aplicada multa administrativa no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Considero, pois, que o procedimento administrativo é prova inequívoca da ocorrência do dano causado pelo funcionamento de atividade portuária na sede da requerida Porbrás em área de preservação permanente, uma vez que está revestido de fé pública do agente de fiscalização ambiental do IBAMA. Outrossim, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade ¿ SEMAS informou às fls. 198 que à época da Operação Arco de Fogo a ré Porbrás não obtinha autorização para instalações portuárias, uma vez que a LO nº 724/2008 não abrangia tais atividades, as quais foram autorizadas somente em 2012. Nesse sentido, a própria ré Porbrás admitiu, em defesa junto ao IBAMA (fls. 87/88), o funcionamento irregular do local de embarque e desembarque de produtos, sustentando que não tinha conhecimento da necessidade de obter licença específica para funcionamento de porto de embarque e desembarque de madeiras e seus derivados. São os termos da promovida às fls. 87: ¿[...] se falhamos, não foi por desrespeito à legislação vigente, mas sim porque ao longo destes anos todos não tínhamos a menor idéia de que fosse necessário ter uma autorização especial para um local que não é um porto e que está colocado nos documentos que enviamos a cada ano para renovação da LO, e, portanto pensávamos que a licença seria válida também para embarque e desembarque de produtos¿. Tal argumento não merece acolhida, vez que o art. 3º da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro é enfático ao dispor que ninguém poderá se eximir de obedecer a legislação, em sentido amplo, sob o fundamento de desconhecimento legal. In verbis: ¿Art. 3º Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece¿. Portanto, os réus violaram flagrantemente o disposto no art. 66 do Decreto nº 6.514/2008, a seguir transcrito: ¿Art. 66. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente

poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes: Multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais)¿. Ato contínuo, a legislação atual preconiza que a responsabilidade do infrator/poluidor pelo dano ambiental é objetiva, como assevera o art. 14, § 1º, da Lei 6.938/81, uma vez que o meio ambiente é um bem amplamente protegido pela Carta Magna/88, conforme art. 225, sendo essencial à qualidade de vida da presente e futuras gerações. A jurisprudência já é pacífica nesse mesmo sentido, tendo o Supremo Tribunal Federal já assinalado o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como a consagração constitucional de um direito de terceira dimensão. Portanto, sendo desnecessária a apuração de culpa, uma vez que apurada sob a modalidade do risco integral. Vejamos como é o entendimento do Tribunal de Justiça do Estado do Pará acerca do assunto: ¿APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA E SOBRESTAMENTO DO FEITO. REJEITADAS - RESPONSABILIDADE OBJETIVA PELOS DANOS CAUSADOS. COMPROVAÇÃO - DANO MATERIAL E REFLORESTAMENTO. PEDIDOS ALTERNATIVOS. NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO - PRAZO DE SEIS MESES. APRESENTAÇÃO DE PROJETO DE RECUPERAÇÃO AO IBAMA. PRAZO PARA EXECUÇÃO DO REFLORESTAMENTO. DETERMINADO PELO IBAMA. (...) 2- Há independência entre as esferas administrativa, civil e penal. Portanto, as decisões do Poder Judiciário não estão vinculadas às conclusões adotadas em procedimento administrativo. Preliminar de sobrestamento do feito rejeitada; 3- A responsabilidade por violação do meio ambiente é objetiva, fundamentada na Teoria do Risco Integral, bastando a comprovação do nexo causal da ação ou atividade desenvolvida pelo agente com o dano provocado, independentemente da existência de culpa; 4- De acordo com a extensão do dano, é possível subdividir o gênero dano ambiental, em duas espécies: dano patrimonial e dano extrapatrimonial ou moral. Há total independência entre a reparação do dano extrapatrimonial e do dano patrimonial; (...)¿ (TJPA 2017.04205724-17, 182.104, Rel. Celia Regina de Lima Pinheiro, Órgão Julgador 1ª Turma de Direito Público, Julgado em 2017-09-25, publicado em 2017-10-24) A conduta direta da empresa requerida, e a conduta, no mínimo indireta, dos sócios daquela à época, os quais não agiram para impedir a prática ilegal, tornam todos legitimados a comporem o polo passivo da presente demanda, consoante arts. 2º e 3º, parágrafo único, da Lei nº 9.605/98, c/c art. 3º da Lei nº 6.938/81, os quais indicam como infratores todos aqueles que, direta ou indiretamente, tenham praticado atividade causadora de degradação ambiental. Embora nos autos haja comprovação de regeneração natural ou revegetação da área de preservação permanente desmatada para funcionamento do porto irregular, a ação dos réus causou danos ambientais amplamente indicados pela SEMAT (fls. 185/189), dentre os quais: prejuízo ao curso d¿água, risco de impermeabilização do solo pelo contato direto com as chuvas e de erosão, não podendo, portanto, os ilícitos serem relevados pelo Poder Público, sobretudo pelo Judiciário. Assim, estando configurado o prejuízo, bem como o evidente nexo causal pela conduta dos requeridos, a reparação deve ser condizente com o dano provocado, já que não se trata de simples reparação pessoal ou privada, mas de interesse coletivo ou mesmo geracional, impondo, dessa forma, a reparação pelos danos materiais e morais coletivos causados. Pelo exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na inicial, extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para: A) condenar os requeridos, solidariamente, a título de danos materiais coletivos, ao pagamento de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), valor este que será revertido ao Fundo Municipal do Meio Ambiente desta Comarca; B) condenar os requeridos, solidariamente, ao pagamento de dano moral coletivo ao meio ambiente e à coletividade no importe de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), devendo ser revestido ao Fundo Estadual dos Direitos Difusos, nos termos do art. 13, da Lei nº 7.347/85. Intime-se o Ministério Público, inclusive para informar acerca dos dados da conta corrente do Fundo Municipal do Meio Ambiente desta Comarca, bem como do Fundo Estadual dos Direitos Difusos. Intime-se o requerido José Maria de Oliveira Pinho, por meio de sua curadora especial, de forma pessoal. Intimem-se os demais requeridos nos últimos endereços cujas comunicações restaram frutíferas, expedindo-se cartas precatórias e/ou editais, se necessário. Custas pelos requeridos. Sem honorários (art. 128, § 5º, II, ¿a¿, da CF/88). Após o trânsito em julgado, proceda-se o necessário, arquivando-se ao final. Publique-se. Registre-se. Senador José Porfírio-PA, 11 de dezembro de 2019. Kátia Tatiana Amorim de Sousa.¿. Senador José Porfírio, 22 de março de 2022. Eu, ____ (Natália Franklin Silva e Carvalho), Analista Judiciária, digitei, subscrevo e assino com fulcro no inciso IX do parágrafo 1º do artigo 1º do Provimento nº 006/2006-CJRMB com aplicação autorizada pelo Provimento nº 006/2009-CJCI.

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

O Doutor ÊNIO MAIA SARAIVA, Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Senador José Porfírio, aos vinte e dois dias do mês de Março de 2022, República Federativa do Brasil, faz saber ao nacional FREDERICO LUIZ TEIXEIRA MARTIN , brasileiro, filho de Adilson Luiz Martin, com endereço declarado nos autos como estrada do Jutaí, km 02, bairro industrial, nesta cidade de Senador José Porfírio-PA, que devido não ter sido localizado para ser intimado pessoalmente, expede-se o presente EDITAL com o prazo de 20 (vinte) dias, a fim de tomar ciência da SENTENÇA prolatada por este Juízo em 11/12/2019, nos autos da Ação Civil Pública nº 0000103-46.2012.8.14.0058. SENTENÇA. Vistos, etc. Trata-se de Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Estado do Pará em face de PORBRÁS MADEIRAS LTDA., ADILSON LUIZ MARTIN, JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA PINHO, FREDERICO LUIZ TEIXEIRA MARTIN e FELIPE ANDRÉ TEIXEIRA MARTIN, visando, no mérito, a responsabilização civil ambiental para que os promovidos sejam condenados ao pagamento de indenização de danos morais coletivos e patrimoniais ou, alternativamente, à determinação para que os réus promovam o reflorestamento da área degradada ou outra região indicada pelo Ibama. Aduz a inicial que, conforme apuração no Procedimento Administrativo nº 1.23.003.000116/2009-13 (fls. 19), em 2008 os réus infringiram norma prevista no art. 60 da Lei 9.605/98, bem como no art. 66, II e VII, do Decreto Federal 6.514/08, como indicado no auto de infração 527264-D (fls. 03). Relata o requerente que a Operação Arco Fogo, do Ibama, constatou funcionamento de porto de embarque e desembarque de produtos e subprodutos florestais em área de preservação permanente, na margem direita do rio Xingu, sem licença ou autorização, aplicando à ré Porbrás multa administrativa no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Afirma, ainda, que diante da constatação administrativa, coube ao órgão ministerial demandar em busca da responsabilização civil dos requeridos, pelos danos à sociedade decorrentes de lesão ao meio ambiente. Inicial com documentos às fls. 02/113-V. Petição inicial recebida em despacho às fls. 114. Contestação apresentada às fls. 127/133 pela advogada (dra.) Dominique de Nazaré dos S. Silva, em defesa dos réus Porbrás, Felipe André, Frederico Luiz, José Maria de Oliveira e Adilson Luiz, defendendo a ilegitimidade passiva e a ocorrência de decadência quanto aos requeridos Felipe André, Frederico Luiz e José Maria, além da defesa de mérito. Contudo, nos instrumentos de representação às fls. 134/138 não consta procuração legítima pelo promovido José Maria de Oliveira. Requerimento do Ministério Público às fls. 165, para fim de oficiar o Ibama a apresentar cópia integral dos procedimentos oriundos dos autos de infrações administrativas constantes às fls. 21/24. Audiência de conciliação realizada às fls. 179/180, na qual o Ministério Público requereu ofício à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo ¿ SEMAT almejando esclarecer se houve desmatamento na área que funcionava o porto de embarque e desembarque, bem como para que haja indicação do prejuízo. Cópia digitalizada do Processo Administrativo do Ibama (fls. 183). Laudo Técnico Ambiental apresentado às fls. 185/189 pela SEMAT, indicando a existência de um caminho aberto na área da Porbrás até o rio Xingu, para embarque e desembarque de madeira, bem como a presença de resíduos de madeira e regeneração da vegetação no local, de modo a concluir que houve supressão da mata há muito tempo. Por fim, atesta o laudo que diante dos fatos provocados pelo fator humano, houve prejuízo ao curso d¿água, risco de impermeabilização do solo pelo contato direto com as chuvas e de erosão. Audiência de instrução e julgamento realizada (fls. 191/193), ocasião em que foi colhido o depoimento pessoal do promovido Adilson Luiz. Ofício da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade ¿ SEMAS (fls. 198), indicando que a Licença de Operação ¿ LO nº 724/2008 não abrangia autorização para instalações portuárias, e que a Porbrás foi autorizada à atividade portuária somente por meio da Autorização de Funcionamento ¿ AF nº 166/2012, vencida em 18/06/2013, e posteriormente, com a emissão da Licença de Operação ¿ LO nº 8358/2014, cuja autorização ocorreu até 20/03/2017. Ante a não representação processual do réu José Maria, o Ministério Público pleiteou (fls. 199-V) sua citação por edital, o que foi realizado em 25/05/2016 (fls. 208), e na mesma manifestação requereu nova intimação à SEMAT para que indique o cálculo do dano ambiental alegado, afirmando que no laudo apresentado nos autos não há como dimensionar o valor dos danos. Novo laudo emitido pela SEMAT às fls. 215/223, no qual restou atestado que a área de preservação permanente, desmatada na década de 90, foi vegetada novamente ou houve regeneração natural, conforme imagens obtidas nos anos de 2012 e 2015. Contestação apresentada às fls. 226 pelo curador especial do requerido José Maria, o dr. José Carlos Melém. Renúncia ao mandato (fls. 227) apresentada pela advogada do réu Porbrás (fls. 227/231). Renúncia ao mandato dos requeridos Adilson Luiz, Frederico Luiz e Felipe André (fls. 245/251). Alegações finais pelo Ministério Público às fls. 235/237, ratificando o

pedido de condenação dos requeridos ao pagamento de danos morais e materiais. Razões finais apresentadas às fls. 263/266 pela curadora especial do réu José Maria, aduzindo, em síntese, que este deixou de fazer parte da sociedade em 15/09/2011, pugnando pelo reconhecimento de decadência. O réu Felipe André foi intimado pessoalmente (fls. 307-V), mas não constituiu novo procurador nem apresentou memoriais finais, conforme certidão às fls. 308. O promovido Frederico Luiz foi intimado por edital (fls. 311), porém, não apresentou razões finais nem constituiu novo advogado, conforme certidão às fls. 314. Os réus Porbrás e Adilson Luiz foram intimados às fls. 256, mas não constituíram novo causídico nem apresentaram memoriais finais, conforme certidão às fls. 316. Os autos vieram-me conclusos para sentença. É o relato. Decido. O art. 129, III, da Constituição Federal de 1988, atribui ao Ministério Público a legitimidade para promover ações que visam a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e outros interesses difusos e coletivos, justificando, assim, a propositura da presente demanda. De antemão, tenho por bem registrar que reconheço a contestação dos réus Porbrás, Adilson Luiz, Frederico Luiz e Felipe André na peça juntada às fls. 127/133 pela advogada (dra.) Dominique de Nazaré dos S. Silva, uma vez que às fls. 134/138 constam as respectivas procurações. Quanto ao requerido José Maria, considerando que a advogada acima o englobou na peça contestatória, mas sem apresentar instrumento procuratório do réu em questão, tenho que a contestação deste foi apresentada pelo curador especial (dr.) José Carlos Melém, às fls. 226. Antes de me apreciar o mérito, passo a analisar as preliminares arguidas. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA Em ambas as peças contestatórias, os defensores técnicos arguiram a ilegitimidade passiva dos réus José Maria, Frederico Luiz e Felipe André, sob a alegação de decadência pelo fato destes terem se desligado do quadro societário da ré Porbrás há mais de 03 (três) anos. Tal preliminar não merece guarida, vez que a atuação do Ibama, constatando os danos, ocorreu no ano de 2008, quando os requeridos supraindicados ainda faziam parte do quadro societário da ré Porbrás, os quais se retiraram apenas no ano de 2011. Nesse aspecto, o art. 1.032 do CC determina a responsabilização dos sócios retirantes em até 02 (dois) anos, após a averbação da retirada da sociedade. Transcrevo: ¿Art. 1.032. A retirada, exclusão ou morte do sócio, não o exime, ou a seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos após averbada a resolução da sociedade; nem nos dois primeiros casos, pelas posteriores e em igual prazo, enquanto não se requerer a averbação¿. Ademais, a presente ação foi distribuída no ano de 2012, de modo que, pelo exposto, resta clarividente a legitimidade passiva de todos os réus indicados na inicial. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL De igual forma, não merece acolhida a pretensa preliminar de inépcia da inicial (fls. 128/129), eis que o autor indicou corretamente os alegados danos ao meio ambiente, fazendo menção inicialmente e diligenciando acerca da complementação da apuração dos prejuízos ao meio ambiente, de modo que os réus tiveram amplas condições de apresentarem suas defesas, inclusive, pelos dados apontados pelos procedimentos administrativos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ¿ IBAMA. Ademais, a jurisprudência pátria é uníssona ao definir que os danos causados ao meio ambiente não necessitam de valor específico indicado pelo autor, podendo, pois, ser arbitrado pelo julgador, respeitando-se a razoabilidade e proporcionalidade, a exemplo dos entendimentos a seguir: ¿ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANOS AMBIENTAIS. DERRAMAMENTO DE ÓLEO NO MAR. INDENIZAÇÃO. VALOR ARBITRADO DE FORMA RAZOÁVEL SEGUNDO ENTENDIMENTO DO TRIBUNAL A QUAO. REVISÃO. INVIABILIDADE. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. 1. É assente nesta Corte que somente é possível a reavaliação do quantum arbitrado a título de danos causados ao meio ambiente nos casos em que se afigure exorbitante ou irrisório, o que evidentemente não se configura no caso dos autos. Portanto, incide na espécie, o óbice da Súmula 7/STJ. 2. Agravo regimental não provido¿. (STJ - AgRg no AREsp: 222483 SP 2012/0180576-7, Relator: Ministro BENEDITO GONÇALVES, Data de Julgamento: 18/11/2014, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 27/11/2014) ¿EMENTA: ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANO AMBIENTAL. DESMATAMENTO DE ÁREA DE FORMAÇÃO CAMPESTRE SEM AUTORIZAÇÃO DE ÓRGÃO AMBIENTAL. ÁREA RECUPERADA NATURALMENTE. OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR. PERTINÊNCIA. REPARAÇÃO INTEGRAL. VALOR ARBITRADO. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. - O desmatamento de área de formação campestre sem autorização de órgão ambiental e que causa danos significativos à vegetação deve ser sancionado, também, com a obrigação de pagar quantia em dinheiro. Precedente do STJ - A reparação do patrimônio ambiental deve ser a mais completa possível, abrangendo obrigações de indenizar e de não fazer, para além da recuperação natural da área ao longo dos anos, circunstância que supriu tão somente a obrigação de fazer - O valor da indenização deve ser arbitrado de modo razoável e proporcional à extensão do dano¿. (TJ-MG - AC: 10400130022322001 MG, Relator: Alberto Vilas Boas, Data de Julgamento: 08/10/2019, Data de Publicação: 15/10/2019) No mérito, vislumbro que o Processo Administrativo nº 1.23.003.000116/2009-13, originado pelo auto de infração expedido pelo IBAMA, acostado às fls. 19/69, e apresentado integralmente

em mídia digital às fls. 183, constatou que a ré Porbrás estava com quantidade de madeira condizente à comprovada documentalmente, mas autuou a mesma por fazer funcionar atividade de porto de embarque e desembarque de produtos e subprodutos florestais, em área de preservação permanente, sem a devida licença legal. Por ocasião, foi-lhe aplicada multa administrativa no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Considero, pois, que o procedimento administrativo é prova inequívoca da ocorrência do dano causado pelo funcionamento de atividade portuária na sede da requerida Porbrás em área de preservação permanente, uma vez que está revestido de fé pública do agente de fiscalização ambiental do IBAMA. Outrossim, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade ¿ SEMAS informou às fls. 198 que à época da Operação Arco de Fogo a ré Porbrás não obtinha autorização para instalações portuárias, uma vez que a LO nº 724/2008 não abrangia tais atividades, as quais foram autorizadas somente em 2012. Nesse sentido, a própria ré Porbrás admitiu, em defesa junto ao IBAMA (fls. 87/88), o funcionamento irregular do local de embarque e desembarque de produtos, sustentando que não tinha conhecimento da necessidade de obter licença específica para funcionamento de porto de embarque e desembarque de madeiras e seus derivados. São os termos da promovida às fls. 87: ¿[...] se falhamos, não foi por desrespeito à legislação vigente, mas sim porque ao longo destes anos todos não tínhamos a menor idéia de que fosse necessário ter uma autorização especial para um local que não é um porto e que está colocado nos documentos que enviamos a cada ano para renovação da LO, e, portanto pensávamos que a licença seria válida também para embarque e desembarque de produtos¿. Tal argumento não merece acolhida, vez que o art. 3º da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro é enfático ao dispor que ninguém poderá se eximir de obedecer a legislação, em sentido amplo, sob o fundamento de desconhecimento legal. In verbis: ¿Art. 3º Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece¿. Portanto, os réus violaram flagrantemente o disposto no art. 66 do Decreto nº 6.514/2008, a seguir transcrito: ¿Art. 66. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes: Multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais)¿. Ato contínuo, a legislação atual preconiza que a responsabilidade do infrator/poluidor pelo dano ambiental é objetiva, como assevera o art. 14, § 1º, da Lei 6.938/81, uma vez que o meio ambiente é um bem amplamente protegido pela Carta Magna/88, conforme art. 225, sendo essencial à qualidade de vida da presente e futuras gerações. A jurisprudência já é pacífica nesse mesmo sentido, tendo o Supremo Tribunal Federal já assinalado o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como a consagração constitucional de um direito de terceira dimensão. Portanto, sendo desnecessária a apuração de culpa, uma vez que apurada sob a modalidade do risco integral. Vejamos como é o entendimento do Tribunal de Justiça do Estado do Pará acerca do assunto: ¿APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA E SOBRESTAMENTO DO FEITO. REJEITADAS - RESPONSABILIDADE OBJETIVA PELOS DANOS CAUSADOS. COMPROVAÇÃO - DANO MATERIAL E REFLORESTAMENTO. PEDIDOS ALTERNATIVOS. NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO - PRAZO DE SEIS MESES. APRESENTAÇÃO DE PROJETO DE RECUPERAÇÃO AO IBAMA. PRAZO PARA EXECUÇÃO DO REFLORESTAMENTO. DETERMINADO PELO IBAMA. (...) 2- Há independência entre as esferas administrativa, civil e penal. Portanto, as decisões do Poder Judiciário não estão vinculadas às conclusões adotadas em procedimento administrativo. Preliminar de sobrestamento do feito rejeitada; 3- A responsabilidade por violação do meio ambiente é objetiva, fundamentada na Teoria do Risco Integral, bastando a comprovação do nexo causal da ação ou atividade desenvolvida pelo agente com o dano provocado, independentemente da existência de culpa; 4- De acordo com a extensão do dano, é possível subdividir o gênero dano ambiental, em duas espécies: dano patrimonial e dano extrapatrimonial ou moral. Há total independência entre a reparação do dano extrapatrimonial e do dano patrimonial; (...)¿ (TJPA 2017.04205724-17, 182.104, Rel. Celia Regina de Lima Pinheiro, Órgão Julgador 1ª Turma de Direito Público, Julgado em 2017-09-25, publicado em 2017-10-24) A conduta direta da empresa requerida, e a conduta, no mínimo indireta, dos sócios daquela à época, os quais não agiram para impedir a prática ilegal, tornam todos legitimados a comporem o polo passivo da presente demanda, consoante arts. 2º e 3º, parágrafo único, da Lei nº 9.605/98, c/c art. 3º da Lei nº 6.938/81, os quais indicam como infratores todos aqueles que, direta ou indiretamente, tenham praticado atividade causadora de degradação ambiental. Embora nos autos haja comprovação de regeneração natural ou revegetação da área de preservação permanente desmatada para funcionamento do porto irregular, a ação dos réus causou danos ambientais amplamente indicados pela SEMAT (fls. 185/189), dentre os quais: prejuízo ao curso d¿água, risco de impermeabilização do solo pelo contato direto com as chuvas e de erosão, não podendo, portanto, os ilícitos serem relevados pelo Poder Público, sobretudo pelo Judiciário. Assim, estando configurado o prejuízo, bem como o evidente nexo causal pela

conduta dos requeridos, a reparação deve ser condizente com o dano provocado, já que não se trata de simples reparação pessoal ou privada, mas de interesse coletivo ou mesmo geracional, impondo, dessa forma, a reparação pelos danos materiais e morais coletivos causados. Pelo exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na inicial, extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para: A) condenar os requeridos, solidariamente, a título de danos materiais coletivos, ao pagamento de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), valor este que será revertido ao Fundo Municipal do Meio Ambiente desta Comarca; B) condenar os requeridos, solidariamente, ao pagamento de dano moral coletivo ao meio ambiente e à coletividade no importe de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), devendo ser revestido ao Fundo Estadual dos Direitos Difusos, nos termos do art. 13, da Lei nº 7.347/85. Intime-se o Ministério Público, inclusive para informar acerca dos dados da conta corrente do Fundo Municipal do Meio Ambiente desta Comarca, bem como do Fundo Estadual dos Direitos Difusos. Intime-se o requerido José Maria de Oliveira Pinho, por meio de sua curadora especial, de forma pessoal. Intimem-se os demais requeridos nos últimos endereços cujas comunicações restaram frutíferas, expedindo-se cartas precatórias e/ou editais, se necessário. Custas pelos requeridos. Sem honorários (art. 128, § 5º, II, ¿a¿, da CF/88). Após o trânsito em julgado, proceda-se o necessário, arquivando-se ao final. Publique-se. Registre-se. Senador José Porfírio-PA, 11 de dezembro de 2019. Kátia Tatiana Amorim de Sousa.¿. Senador José Porfírio, 22 de março de 2022. Eu, ____ (Natália Franklin Silva e Carvalho), Analista Judiciária, digitei, subscrevo e assino com fulcro no inciso IX do parágrafo 1º do artigo 1º do Provimento nº 006/2006-CJRMB com aplicação autorizada pelo Provimento nº 006/2009-CJCI.

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

O Doutor ÊNIO MAIA SARAIVA, Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Senador José Porfírio, aos vinte e dois dias do mês de Março de 2022, República Federativa do Brasil, faz saber ao nacional FREDERICO LUIZ TEIXEIRA MARTIN , brasileiro, filho de Adilson Luiz Martin, com endereço declarado nos autos como estrada do Jutaí, km 02, bairro industrial, nesta cidade de Senador José Porfírio-PA, que devido não ter sido localizado para ser intimado pessoalmente, expede-se o presente EDITAL com o prazo de 20 (vinte) dias, a fim de tomar ciência da SENTENÇA prolatada por este Juízo em 11/12/2019, nos autos da Ação Civil Pública nº 0000103-46.2012.8.14.0058. SENTENÇA. Vistos, etc. Trata-se de Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Estado do Pará em face de PORBRÁS MADEIRAS LTDA., ADILSON LUIZ MARTIN, JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA PINHO, FREDERICO LUIZ TEIXEIRA MARTIN e FELIPE ANDRÉ TEIXEIRA MARTIN, visando, no mérito, a responsabilização civil ambiental para que os promovidos sejam condenados ao pagamento de indenização de danos morais coletivos e patrimoniais ou, alternativamente, à determinação para que os réus promovam o reflorestamento da área degradada ou outra região indicada pelo Ibama. Aduz a inicial que, conforme apuração no Procedimento Administrativo nº 1.23.003.000116/2009-13 (fls. 19), em 2008 os réus infringiram norma prevista no art. 60 da Lei 9.605/98, bem como no art. 66, II e VII, do Decreto Federal 6.514/08, como indicado no auto de infração 527264-D (fls. 03). Relata o requerente que a Operação Arco Fogo, do Ibama, constatou funcionamento de porto de embarque e desembarque de produtos e subprodutos florestais em área de preservação permanente, na margem direita do rio Xingu, sem licença ou autorização, aplicando à ré Porbrás multa administrativa no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Afirma, ainda, que diante da constatação administrativa, coube ao órgão ministerial demandar em busca da responsabilização civil dos requeridos, pelos danos à sociedade decorrentes de lesão ao meio ambiente. Inicial com documentos às fls. 02/113-V. Petição inicial recebida em despacho às fls. 114. Contestação apresentada às fls. 127/133 pela advogada (dra.) Dominique de Nazaré dos S. Silva, em defesa dos réus Porbrás, Felipe André, Frederico Luiz, José Maria de Oliveira e Adilson Luiz, defendendo a ilegitimidade passiva e a ocorrência de decadência quanto aos requeridos Felipe André, Frederico Luiz e José Maria, além da defesa de mérito. Contudo, nos instrumentos de representação às fls. 134/138 não consta procuração legítima pelo promovido José Maria de Oliveira. Requerimento do Ministério Público às fls. 165, para fim de oficiar o Ibama a apresentar cópia integral dos procedimentos oriundos dos autos de

infrações administrativas constantes às fls. 21/24. Audiência de conciliação realizada às fls. 179/180, na qual o Ministério Público requereu ofício à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo ¿ SEMAT almejando esclarecer se houve desmatamento na área que funcionava o porto de embarque e desembarque, bem como para que haja indicação do prejuízo. Cópia digitalizada do Processo Administrativo do Ibama (fls. 183). Laudo Técnico Ambiental apresentado às fls. 185/189 pela SEMAT, indicando a existência de um caminho aberto na área da Porbrás até o rio Xingu, para embarque e desembarque de madeira, bem como a presença de resíduos de madeira e regeneração da vegetação no local, de modo a concluir que houve supressão da mata há muito tempo. Por fim, atesta o laudo que diante dos fatos provocados pelo fator humano, houve prejuízo ao curso d¿água, risco de impermeabilização do solo pelo contato direto com as chuvas e de erosão. Audiência de instrução e julgamento realizada (fls. 191/193), ocasião em que foi colhido o depoimento pessoal do promovido Adilson Luiz. Ofício da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade ¿ SEMAS (fls. 198), indicando que a Licença de Operação ¿ LO nº 724/2008 não abrangia autorização para instalações portuárias, e que a Porbrás foi autorizada à atividade portuária somente por meio da Autorização de Funcionamento ¿ AF nº 166/2012, vencida em 18/06/2013, e posteriormente, com a emissão da Licença de Operação ¿ LO nº 8358/2014, cuja autorização ocorreu até 20/03/2017. Ante a não representação processual do réu José Maria, o Ministério Público pleiteou (fls. 199-V) sua citação por edital, o que foi realizado em 25/05/2016 (fls. 208), e na mesma manifestação requereu nova intimação à SEMAT para que indique o cálculo do dano ambiental alegado, afirmando que no laudo apresentado nos autos não há como dimensionar o valor dos danos. Novo laudo emitido pela SEMAT às fls. 215/223, no qual restou atestado que a área de preservação permanente, desmatada na década de 90, foi vegetada novamente ou houve regeneração natural, conforme imagens obtidas nos anos de 2012 e 2015. Contestação apresentada às fls. 226 pelo curador especial do requerido José Maria, o dr. José Carlos Melém. Renúncia ao mandato (fls. 227) apresentada pela advogada do réu Porbrás (fls. 227/231). Renúncia ao mandato dos requeridos Adilson Luiz, Frederico Luiz e Felipe André (fls. 245/251). Alegações finais pelo Ministério Público às fls. 235/237, ratificando o pedido de condenação dos requeridos ao pagamento de danos morais e materiais. Razões finais apresentadas às fls. 263/266 pela curadora especial do réu José Maria, aduzindo, em síntese, que este deixou de fazer parte da sociedade em 15/09/2011, pugnando pelo reconhecimento de decadência. O réu Felipe André foi intimado pessoalmente (fls. 307-V), mas não constituiu novo procurador nem apresentou memoriais finais, conforme certidão às fls. 308. O promovido Frederico Luiz foi intimado por edital (fls. 311), porém, não apresentou razões finais nem constituiu novo advogado, conforme certidão às fls. 314. Os réus Porbrás e Adilson Luiz foram intimados às fls. 256, mas não constituíram novo causídico nem apresentaram memoriais finais, conforme certidão às fls. 316. Os autos vieram-me conclusos para sentença. É o relato. Decido. O art. 129, III, da Constituição Federal de 1988, atribui ao Ministério Público a legitimidade para promover ações que visam a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e outros interesses difusos e coletivos, justificando, assim, a propositura da presente demanda. De antemão, tenho por bem registrar que reconheço a contestação dos réus Porbrás, Adilson Luiz, Frederico Luiz e Felipe André na peça juntada às fls. 127/133 pela advogada (dra.) Dominique de Nazaré dos S. Silva, uma vez que às fls. 134/138 constam as respectivas procurações. Quanto ao requerido José Maria, considerando que a advogada acima o englobou na peça contestatória, mas sem apresentar instrumento procuratório do réu em questão, tenho que a contestação deste foi apresentada pelo curador especial (dr.) José Carlos Melém, às fls. 226. Antes de me apreciar o mérito, passo a analisar as preliminares arguidas. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA Em ambas as peças contestatórias, os defensores técnicos arguiram a ilegitimidade passiva dos réus José Maria, Frederico Luiz e Felipe André, sob a alegação de decadência pelo fato destes terem se desligado do quadro societário da ré Porbrás há mais de 03 (três) anos. Tal preliminar não merece guarida, vez que a atuação do Ibama, constatando os danos, ocorreu no ano de 2008, quando os requeridos supraindicados ainda faziam parte do quadro societário da ré Porbrás, os quais se retiraram apenas no ano de 2011. Nesse aspecto, o art. 1.032 do CC determina a responsabilização dos sócios retirantes em até 02 (dois) anos, após a averbação da retirada da sociedade. Transcrevo: ¿Art. 1.032. A retirada, exclusão ou morte do sócio, não o exime, ou a seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos após averbada a resolução da sociedade; nem nos dois primeiros casos, pelas posteriores e em igual prazo, enquanto não se requerer a averbação¿. Ademais, a presente ação foi distribuída no ano de 2012, de modo que, pelo exposto, resta clarividente a legitimidade passiva de todos os réus indicados na inicial. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL De igual forma, não merece acolhida a pretensa preliminar de inépcia da inicial (fls. 128/129), eis que o autor indicou corretamente os alegados danos ao meio ambiente, fazendo menção inicialmente e diligenciando acerca da complementação da apuração dos prejuízos ao meio ambiente, de modo que os réus tiveram amplas condições de apresentarem suas defesas, inclusive, pelos dados

apontados pelos procedimentos administrativos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ¿ IBAMA. Ademais, a jurisprudência pátria é uníssona ao definir que os danos causados ao meio ambiente não necessitam de valor específico indicado pelo autor, podendo, pois, ser arbitrado pelo julgador, respeitando-se a razoabilidade e proporcionalidade, a exemplo dos entendimentos a seguir: ¿ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANOS AMBIENTAIS. DERRAMAMENTO DE ÓLEO NO MAR. INDENIZAÇÃO. VALOR ARBITRADO DE FORMA RAZOÁVEL SEGUNDO ENTENDIMENTO DO TRIBUNAL A QUAO. REVISÃO. INVIABILIDADE. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. 1. É assente nesta Corte que somente é possível a reavaliação do quantum arbitrado a título de danos causados ao meio ambiente nos casos em que se afigure exorbitante ou irrisório, o que evidentemente não se configura no caso dos autos. Portanto, incide na espécie, o óbice da Súmula 7/STJ. 2. Agravo regimental não provido¿. (STJ - AgRg no AREsp: 222483 SP 2012/0180576-7, Relator: Ministro BENEDITO GONÇALVES, Data de Julgamento: 18/11/2014, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 27/11/2014) ¿EMENTA: ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANO AMBIENTAL. DESMATAMENTO DE ÁREA DE FORMAÇÃO CAMPESTRE SEM AUTORIZAÇÃO DE ÓRGÃO AMBIENTAL. ÁREA RECUPERADA NATURALMENTE. OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR. PERTINÊNCIA. REPARAÇÃO INTEGRAL. VALOR ARBITRADO. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. - O desmatamento de área de formação campestre sem autorização de órgão ambiental e que causa danos significativos à vegetação deve ser sancionado, também, com a obrigação de pagar quantia em dinheiro. Precedente do STJ - A reparação do patrimônio ambiental deve ser a mais completa possível, abrangendo obrigações de indenizar e de não fazer, para além da recuperação natural da área ao longo dos anos, circunstância que supriu tão somente a obrigação de fazer - O valor da indenização deve ser arbitrado de modo razoável e proporcional à extensão do dano¿. (TJ-MG - AC: 10400130022322001 MG, Relator: Alberto Vilas Boas, Data de Julgamento: 08/10/2019, Data de Publicação: 15/10/2019) No mérito, vislumbro que o Processo Administrativo nº 1.23.003.000116/2009-13, originado pelo auto de infração expedido pelo IBAMA, acostado às fls. 19/69, e apresentado integralmente em mídia digital às fls. 183, constatou que a ré Porbrás estava com quantidade de madeira condizente à comprovada documentalmente, mas autuou a mesma por fazer funcionar atividade de porto de embarque e desembarque de produtos e subprodutos florestais, em área de preservação permanente, sem a devida licença legal. Por ocasião, foi-lhe aplicada multa administrativa no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Considero, pois, que o procedimento administrativo é prova inequívoca da ocorrência do dano causado pelo funcionamento de atividade portuária na sede da requerida Porbrás em área de preservação permanente, uma vez que está revestido de fé pública do agente de fiscalização ambiental do IBAMA. Outrossim, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade ¿ SEMAS informou às fls. 198 que à época da Operação Arco de Fogo a ré Porbrás não obtinha autorização para instalações portuárias, uma vez que a LO nº 724/2008 não abrangia tais atividades, as quais foram autorizadas somente em 2012. Nesse sentido, a própria ré Porbrás admitiu, em defesa junto ao IBAMA (fls. 87/88), o funcionamento irregular do local de embarque e desembarque de produtos, sustentando que não tinha conhecimento da necessidade de obter licença específica para funcionamento de porto de embarque e desembarque de madeiras e seus derivados. São os termos da promovida às fls. 87: ¿[...] se falhamos, não foi por desrespeito à legislação vigente, mas sim porque ao longo destes anos todos não tínhamos a menor idéia de que fosse necessário ter uma autorização especial para um local que não é um porto e que está colocado nos documentos que enviamos a cada ano para renovação da LO, e, portanto pensávamos que a licença seria válida também para embarque e desembarque de produtos¿. Tal argumento não merece acolhida, vez que o art. 3º da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro é enfático ao dispor que ninguém poderá se eximir de obedecer a legislação, em sentido amplo, sob o fundamento de desconhecimento legal. In verbis: ¿Art. 3º Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece¿. Portanto, os réus violaram flagrantemente o disposto no art. 66 do Decreto nº 6.514/2008, a seguir transcrito: ¿Art. 66. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes: Multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais)¿. Ato contínuo, a legislação atual preconiza que a responsabilidade do infrator/poluidor pelo dano ambiental é objetiva, como assevera o art. 14, § 1º, da Lei 6.938/81, uma vez que o meio ambiente é um bem amplamente protegido pela Carta Magna/88, conforme art. 225, sendo essencial à qualidade de vida da presente e futuras gerações. A jurisprudência já é pacífica nesse mesmo sentido, tendo o Supremo Tribunal Federal já assinalado o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como a consagração constitucional de um direito de terceira dimensão. Portanto, sendo desnecessária a apuração de culpa, uma vez que apurada sob a modalidade do risco

integral. Vejamos como é o entendimento do Tribunal de Justiça do Estado do Pará acerca do assunto: ¿APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA E SOBRESTAMENTO DO FEITO. REJEITADAS - RESPONSABILIDADE OBJETIVA PELOS DANOS CAUSADOS. COMPROVAÇÃO - DANO MATERIAL E REFLORESTAMENTO. PEDIDOS ALTERNATIVOS. NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO - PRAZO DE SEIS MESES. APRESENTAÇÃO DE PROJETO DE RECUPERAÇÃO AO IBAMA. PRAZO PARA EXECUÇÃO DO REFLORESTAMENTO. DETERMINADO PELO IBAMA. (...) 2- Há independência entre as esferas administrativa, civil e penal. Portanto, as decisões do Poder Judiciário não estão vinculadas às conclusões adotadas em procedimento administrativo. Preliminar de sobrestamento do feito rejeitada; 3- A responsabilidade por violação do meio ambiente é objetiva, fundamentada na Teoria do Risco Integral, bastando a comprovação do nexo causal da ação ou atividade desenvolvida pelo agente com o dano provocado, independentemente da existência de culpa; 4- De acordo com a extensão do dano, é possível subdividir o gênero dano ambiental, em duas espécies: dano patrimonial e dano extrapatrimonial ou moral. Há total independência entre a reparação do dano extrapatrimonial e do dano patrimonial; (...)¿ (TJPA 2017.04205724-17, 182.104, Rel. Celia Regina de Lima Pinheiro, Órgão Julgador 1ª Turma de Direito Público, Julgado em 2017-09-25, publicado em 2017-10-24) A conduta direta da empresa requerida, e a conduta, no mínimo indireta, dos sócios daquela à época, os quais não agiram para impedir a prática ilegal, tornam todos legitimados a comporem o polo passivo da presente demanda, consoante arts. 2º e 3º, parágrafo único, da Lei nº 9.605/98, c/c art. 3º da Lei nº 6.938/81, os quais indicam como infratores todos aqueles que, direta ou indiretamente, tenham praticado atividade causadora de degradação ambiental. Embora nos autos haja comprovação de regeneração natural ou revegetação da área de preservação permanente desmatada para funcionamento do porto irregular, a ação dos réus causou danos ambientais amplamente indicados pela SEMAT (fls. 185/189), dentre os quais: prejuízo ao curso d¿água, risco de impermeabilização do solo pelo contato direto com as chuvas e de erosão, não podendo, portanto, os ilícitos serem relevados pelo Poder Público, sobretudo pelo Judiciário. Assim, estando configurado o prejuízo, bem como o evidente nexo causal pela conduta dos requeridos, a reparação deve ser condizente com o dano provocado, já que não se trata de simples reparação pessoal ou privada, mas de interesse coletivo ou mesmo geracional, impondo, dessa forma, a reparação pelos danos materiais e morais coletivos causados. Pelo exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na inicial, extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para: A) condenar os requeridos, solidariamente, a título de danos materiais coletivos, ao pagamento de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), valor este que será revertido ao Fundo Municipal do Meio Ambiente desta Comarca; B) condenar os requeridos, solidariamente, ao pagamento de dano moral coletivo ao meio ambiente e à coletividade no importe de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), devendo ser revestido ao Fundo Estadual dos Direitos Difusos, nos termos do art. 13, da Lei nº 7.347/85. Intime-se o Ministério Público, inclusive para informar acerca dos dados da conta corrente do Fundo Municipal do Meio Ambiente desta Comarca, bem como do Fundo Estadual dos Direitos Difusos. Intime-se o requerido José Maria de Oliveira Pinho, por meio de sua curadora especial, de forma pessoal. Intimem-se os demais requeridos nos últimos endereços cujas comunicações restaram frutíferas, expedindo-se cartas precatórias e/ou editais, se necessário. Custas pelos requeridos. Sem honorários (art. 128, § 5º, II, ¿a¿, da CF/88). Após o trânsito em julgado, proceda-se o necessário, arquivando-se ao final. Publique-se. Registre-se. Senador José Porfírio-PA, 11 de dezembro de 2019. Kátia Tatiana Amorim de Sousa.¿. Senador José Porfírio, 22 de março de 2022. Eu, ____ (Natália Franklin Silva e Carvalho), Analista Judiciária, digitei, subscrevo e assino com fulcro no inciso IX do parágrafo 1º do artigo 1º do Provimento nº 006/2006-CJRMB com aplicação autorizada pelo Provimento nº 006/2009-CJCI.

PROCESSO: 0014671-62.2015.8.14.0058. SENTENÇA. Vistos, etc... O autor do fato RAIMUNDO FRANCISCO PEREIRA ALVES comprovou às fls. 39/40 o cumprimento do acordo firmado às fls. 35/36. Com relação a ANTONIO REGINALDO OLIVEIRA LINO, reconheço o transcurso do prazo de prescrição, conforme parecer ministerial. Explico. Verifico que há questão prejudicial que impede o seguimento do feito, consistente na extinção da pretensão punitiva estatal pela ocorrência da prescrição da pena em abstrato, vez que os fatos delitivos se deram em 27.05.2015, passando-se mais de 6 anos de sua ocorrência. O(s) crime(s) em apreço, previsto(s) no(s) art. 46, da Lei nº 9.605/98 e prescreve(m) em 4 (quatro) anos (CP, art. 109, V). Não incide(m) circunstância(s) modificadora(s) ou interruptiva(s) do prazo

prescricional. Logo, a pretensão punitiva estatal deveria ter sido exercida no lapso temporal máximo de 4 (quatro) anos. Embora o(s) autor(es) do fato ANTONIO REGINALDO OLIVEIRA LINO tenha(s) sido beneficiado(s) com proposta de transação penal e não a tenha cumprido totalmente, tal fato não possui o condão de suspender o curso do prazo prescricional: CORPUS. LES¿O CORPORAL NO TRÂNSITO. TRANSAÇ¿O PENAL. ACORDO CELEBRADO. DESCUMPRIMENTO PARCIAL. DENÚNCIA OFERECIDA. PRAZO PRESCRICIONAL QUE N¿O SE SUSPENDE. RECURSO PROVIDO. 1. Conforme orientação desta Corte, as causas suspensivas da prescrição demandam expressa previsão legal" (AgRg no REsp n. 1.371.909/SC, relator Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 23/8/2018, DJe de 3/9/2018). 2. Durante o prazo de cumprimento das condições impostas em acordo de transação penal (art. 76 da Lei n. 9.099/1995) não há, em razão da ausência de previsão legal, a suspensão do curso do prazo prescricional. 3. No caso, embora o prazo prescricional seja de 8 anos, entre a data do fato e a denúncia passaram-se mais de 10 anos, o que evidencia o advento da prescrição da pretensão punitiva. 4. Recurso provido. (Recurso em Habeas Corpus Nº 80.148 - CE (2017/0007084-6), Relator: Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 01/10/2019, DJe de 04/10/2019). Com efeito, em 27.05.2019 houve a perda de pretensão punitiva, razão pela qual deve ser declarada a prescrição relativamente ao delito imputado ao(s) autor(es) do fato ANTÔNIO. Ante o exposto, considerando o cumprimento do benefício da suspensão condicional do processo, declaro EXTINTA A PUNIBILIDADE de RAIMUNDO FRANCISCO PEREIRA ALVES, com fundamento no art. 89, §5º, da Lei nº 9.099/95. Igualmente, fica EXTINTA A PUNIBILIDADE de ANTONIO REGINALDO OLIVEIRA LINO pela ocorrência da prescrição da pretensão punitiva relativamente ao(s) delito(s) previsto(s) no(s) art. 46, da Lei nº 9.605/98 detalhado nos termos do processo, com fundamento nos arts. 107, IV e 109, V do Código Penal. Dê-se ciência ao Ministério Público. Feitas as necessárias comunicações e transitada em julgado, arquivem-se os autos. Senador José Porfírio-PA, 12 de janeiro de 2022. Ênio Maia Saraiva. Juiz de Direito.

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

O Excelentíssimo Senhor Ênio Maia Saraiva, Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Senador José Porfírio-PA, , faz saber ao nacional PEDRO REBELO ARAÚJO, brasileiro, nascido aos 28/09/1986, goiano de Goiânia, portador do CPF nº 693.080.201-87, filho de Sônia Maria Rebelo Araújo e de José Antônio de Araújo, com endereço declarado nos autos como sendo Fazenda Rosinha, PA 167, Km 16, Zona Rural e/ou Travessa Abel Figueiredo com a Rua Marechal Assunção, s/nº, ambos na cidade de Senador José Porfirio, que devido não ter sido localizado para ser intimado pessoalmente, expede-se o presente EDITAL com o prazo de 20 (vinte) dias, a fim de tomar ciência da SENTENÇA prolatada por este Juízo em 26/01/2022, nos autos do Termo Circunstanciado de Ocorrência nº 0005936-63.2019.8.14.0005 ¿ artigo 147, caput, do Código Penal, a qual, na íntegra, diz: PROCESSO Nº. 0005936-63.2019.8.14.0005. SENTENÇA: Vistos etc. Relatório dispensado em face aos termos do Art 81, § 3º da Lei 9.099/95. Decide-se. FUNDAMENTAÇ¿O: Trata-se de termo circunstanciado de ocorrência destinado à apuração do crime de ameaça (art. 147 do CPB), supostamente perpetrado por PEDRO REBELO ARAUJO em face de GUIOMAR DOS SANTOS SOUZA. O Ministério Público requereu o arquivamento do presente termo por entender que houve renúncia tácita a representação da vítima. Compulsando os autos, verifica-se que a vítima renunciou, tacitamente, ao direito de representação, visto não ter comparecido à audiência preliminar, embora devidamente intimada para o ato. Tal circunstância implica na extinção da punibilidade do agente. CONCLUS¿O: Em assim sendo, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE de PEDRO REBELO ARAUJO, com fulcro no artigo 107, V do CPB. P.R.I.C. Em caso de não localização das partes, determino a intimação por edital. Com o trânsito em julgado, arquive-se. Senador José Porfírio/PA, 26 de janeiro de 2022. Ênio Maia Saraiva. Juiz de Direito.¿. Senador José Porfírio, 1º (primeiro) de abril de 2022 (dois mil e vinte e dois). Eu, ____ (Elder Savio Alves Cavalcanti), Diretor de Secretaria de 1ª Entrância, digitei, subscrevo e assino com fulcro no inciso IX do parágrafo 1º do artigo 1º do Provimento nº 006/2006-CJRMB com aplicação autorizada pelo Provimento nº 006/2009-CJCI.

COMARCA DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 20 DIAS

PROCESSO 0012793-77.2016.814.0055

AÇÃO PENAL: ROUBO

ACUSADO: **JOELSON TEXEIRA DE LIMA**

Exmo. Senhor Dr. Sávio José de Amorim Santos, Juiz de Direito titular desta Cidade de São Miguel Guamá, Estado do Para, na forma da lei, etc.,

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que por este Juízo e Secretaria se processam os autos da ação em epígrafe, na qual intima-se**, JOELSON TEXEIRA DE LIMA** filho de Antônio Alfredo de Lima e Maria de Jesus Texeira de Lima atualmente em lugar incerto e não sabido.

Expedido e Subscrito por ordem do MM. Juiz de Direito Dr. Sávio José de Amorim Santos, nos termos da portaria n.020/2007-GJ, devendo ser publicado na forma da Lei e afixado no local de costume.

São Miguel do Guamá,25 de março de 2022

SÁVIO JOSE DE AMORIM SANTOS

Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 20 DIAS

PROCESSO 0012793-77.2016.814.0055

AÇÃO PENAL: ROUBO

ACUSADO: **JOELSON TEXEIRA DE LIMA**

Exmo. Senhor Dr. Sávio José de Amorim Santos, Juiz de Direito titular desta Cidade de São Miguel Guamá, Estado do Para, na forma da lei, etc.,

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que por este Juízo e

Secretaria se processam os autos da ação em epígrafe, na qual intima-se**, JOELSON TEXEIRA DE LIMA** filho de Antônio Alfredo de Lima e Maria de Jesus Texeira de Lima atualmente em lugar incerto e não sabido.

Expedido e Subscrito por ordem do MM. Juiz de Direito Dr. Sávio José de Amorim Santos, nos termos da portaria n.020/2007-GJ, devendo ser publicado na forma da Lei e afixado no local de costume.

São Miguel do Guamá,25 de março de 2022

SÁVIO JOSE DE AMORIM SANTOS

Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 20 DIAS

PROCESSO 0012793-77.2016.814.0055

AÇÃO PENAL: ROUBO

ACUSADO: **JOELSON TEXEIRA DE LIMA**

Exmo. Senhor Dr. Sávio José de Amorim Santos, Juiz de Direito titular desta Cidade de São Miguel Guamá, Estado do Para, na forma da lei, etc.,

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que por este Juízo e Secretaria se processam os autos da ação em epígrafe, na qual intima-se**, JOELSON TEXEIRA DE LIMA** filho de Antônio Alfredo de Lima e Maria de Jesus Texeira de Lima atualmente em lugar incerto e não sabido.

Expedido e Subscrito por ordem do MM. Juiz de Direito Dr. Sávio José de Amorim Santos, nos termos da portaria n.020/2007-GJ, devendo ser publicado na forma da Lei e afixado no local de costume.

São Miguel do Guamá,25 de março de 2022

SÁVIO JOSE DE AMORIM SANTOS

Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 20 DIAS

PROCESSO 004578-74.2015.814.0055

AÇÃO PENAL: FURTO

ACUSADO: **CLEUSON DA FONSECA CARDOSO**

Exmo. Senhor Dr. Sávio José de Amorim Santos, Juiz de Direito titular desta Cidade de São Miguel Guamá, Estado do Para, na forma da lei, etc.,

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que por este Juízo e Secretaria se processam os autos da ação em epígrafe, na qual intima-se**, CLEUSON DA FONSECA CARDOSO** filho de Domingos Gentil Cardoso e Maria Trindade da Fonseca atualmente em lugar incerto e não sabido. para que tome ciência do despacho 1. Defiro o pedido formulado pelo RMP; 2. Determino a citação por edital do Denunciado, nos termos do que dispõem os artigos 361 e 363, § 1º, ambos do CPP. 3. Após o prazo, com ou sem apresentação de resposta a acusação, conclusos. Expeça-se o necessário. São Miguel do Guamá/PA, _____/_____/_____ HORÁCIO DE MIRANDA LOBATO NETO Juiz de Direito

Expedido e Subscrito por ordem do MM. Juiz de Direito Dr. Sávio José de Amorim Santos, nos termos da portaria n.020/2007-GJ, devendo ser publicado na forma da Lei e afixado no local de costume.

São Miguel do Guamá,25 de março de 2022

SÁVIO JOSE DE AMORIM SANTOS

Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 20 DIAS

PROCESSO 004578-74.2015.814.0055

AÇÃO PENAL: FURTO

ACUSADO: **CLEUSON DA FONSECA CARDOSO**

Exmo. Senhor Dr. Sávio José de Amorim Santos, Juiz de Direito titular desta Cidade de São Miguel Guamá, Estado do Para, na forma da lei, etc.,

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que por este Juízo e Secretaria se processam os autos da ação em epígrafe, na qual intima-se**, CLEUSON DA FONSECA CARDOSO** filho de Domingos Gentil Cardoso e Maria Trindade da Fonseca atualmente em lugar incerto e não sabido. para que tome ciência do despacho 1. Defiro o pedido formulado pelo RMP; 2. Determino a citação por edital do Denunciado, nos termos do que dispõem os artigos 361 e 363, § 1º, ambos do CPP. 3. Após o prazo, com ou sem apresentação de resposta a acusação, conclusos. Expeça-se o necessário. São Miguel do Guamá/PA, _____/_____/_____ HORÁCIO DE MIRANDA LOBATO NETO Juiz de Direito

Expedido e Subscrito por ordem do MM. Juiz de Direito Dr. Sávio José de Amorim Santos, nos termos da portaria n.020/2007-GJ, devendo ser publicado na forma da Lei e afixado no local de costume.

São Miguel do Guamá,25 de março de 2022

SÁVIO JOSE DE AMORIM SANTOS

Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 20 DIAS

PROCESSO 0000703-66.2018.814.0055

AÇÃO PENAL: ROUBO

ACUSADO: **JOEL PORTAL SODRÉ**

Exmo. Senhor Dr. Sávio José de Amorim Santos, Juiz de Direito titular desta Cidade de São Miguel Guamá, Estado do Para, na forma da lei, etc.,

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que por este Juízo e Secretaria se processam os autos da ação em epígrafe, na qual intima-se**, JOEL PORTAL SODRÉ** filho de Ana Maria Portal Sodré atualmente em lugar incerto e não sabido. para que tome ciência do despacho 1) Defiro o pedido de fls. 73; 2) Determino a citação por edital do Denunciado JOEL PORTAL SODRÉ nos termos do que dispõem os artigos 361 e 363, ambos do CPP. 3) Após o prazo, com ou sem apresentação de resposta a acusação, conclusos. 4) Expeça-se o necessário. São Miguel do Guamá, 21 de outubro de 2019. HORÁCIO DE MIRANDA LOBATO NETO JUIZ DE DIREITO

Expedido e Subscrito por ordem do MM. Juiz de Direito Dr. Sávio José de Amorim Santos, nos termos da portaria n.020/2007-GJ, devendo ser publicado na forma da Lei e afixado no local de costume.

São Miguel do Guamá, 25 de março de 2022

SÁVIO JOSE DE AMORIM SANTOS

Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 20 DIAS

PROCESSO 0000703-66.2018.814.0055

AÇÃO PENAL: ROUBO

ACUSADO: **JOEL PORTAL SODRÉ**

Exmo. Senhor Dr. Sávio José de Amorim Santos, Juiz de Direito titular desta Cidade de São Miguel Guamá, Estado do Para, na forma da lei, etc.,

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que por este Juízo e Secretaria se processam os autos da ação em epígrafe, na qual intima-se**, JOEL PORTAL SODRÉ** filho de Ana Maria Portal Sodré atualmente em lugar incerto e não sabido. para que tome ciência do despacho 1) Defiro o pedido de fls. 73; 2) Determino a citação por edital do Denunciado JOEL PORTAL SODRÉ nos termos do que dispõem os artigos 361 e 363, ambos do CPP. 3) Após o prazo, com ou sem apresentação de resposta a acusação, conclusos. 4) Expeça-se o necessário. São Miguel do Guamá, 21 de outubro de 2019. HORÁCIO DE MIRANDA LOBATO NETO JUIZ DE DIREITO

Expedido e Subscrito por ordem do MM. Juiz de Direito Dr. Sávio José de Amorim Santos, nos termos da portaria n.020/2007-GJ, devendo ser publicado na forma da Lei e afixado no local de costume.

São Miguel do Guamá, 25 de março de 2022

SÁVIO JOSE DE AMORIM SANTOS

Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 20 DIAS

PROCESSO 0064473-38.2015.814.0055

AÇÃO PENAL: ROUBO

ACUSADO: **DIONILSON LOPES TEIXEIRA**

Exmo. Senhor Dr. Sávio José de Amorim Santos, Juiz de Direito titular desta Cidade de São Miguel Guamá, Estado do Para, na forma da lei, etc.,

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que por este Juízo e Secretaria se processam os autos da ação em epígrafe, na qual intima-se**, DIONILSON LOPES TEXEIRA** filho de Antônia da Paz Lopes Teixeira, atualmente em lugar incerto e não sabido. para que tome ciência do despacho Considerando o pedido do Ministério Público de fls. 38, cite-se o réu por edital, no prazo legal. Cumpra-se. São Miguel do Guamá, 30 de abril de 2018 HORÁCIO DE MIRANDA LOBATO NETO Juiz de Direito

Expedido e Subscrito por ordem do MM. Juiz de Direito Dr. Sávio José de Amorim Santos, nos termos da portaria n.020/2007-GJ, devendo ser publicado na forma da Lei e afixado no local de costume.

São Miguel do Guamá, 28 de março de 2022

SÁVIO JOSE DE AMORIM SANTOS

Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 20 DIAS

PROCESSO 0064473-38.2015.814.0055

AÇÃO PENAL: ROUBO

ACUSADO: **DIONILSON LOPES TEIXEIRA**

Exmo. Senhor Dr. Sávio José de Amorim Santos, Juiz de Direito titular desta Cidade de São Miguel Guamá, Estado do Para, na forma da lei, etc.,

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que por este Juízo e Secretaria se processam os autos da ação em epígrafe, na qual intima-se**, DIONILSON LOPES TEXEIRA** filho de Antônia da Paz Lopes Teixeira, atualmente em lugar incerto e não sabido. para que tome ciência do despacho Considerando o pedido do Ministério Público de fls. 38, cite-se o réu por edital, no prazo legal. Cumpra-se. São Miguel do Guamá, 30 de abril de 2018 HORÁCIO DE MIRANDA LOBATO NETO Juiz de Direito

Expedido e Subscrito por ordem do MM. Juiz de Direito Dr. Sávio José de Amorim Santos, nos termos da portaria n.020/2007-GJ, devendo ser publicado na forma da Lei e afixado no local de costume.

São Miguel do Guamá, 28 de março de 2022

SÁVIO JOSE DE AMORIM SANTOS

Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 20 DIAS

PROCESSO 0064473-38.2015.814.0055

AÇÃO PENAL: ROUBO

ACUSADO: **DIONILSON LOPES TEIXEIRA**

Exmo. Senhor Dr. Sávio José de Amorim Santos, Juiz de Direito titular desta Cidade de São Miguel Guamá, Estado do Para, na forma da lei, etc.,

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que por este Juízo e Secretaria se processam os autos da ação em epígrafe, na qual intima-se**, DIONILSON LOPES TEXEIRA** filho de Antônia da Paz Lopes Teixeira, atualmente em lugar incerto e não sabido. para que tome ciência do despacho Considerando o pedido do Ministério Público de fls. 38, cite-se o réu por edital, no prazo legal. Cumpra-se. São Miguel do Guamá, 30 de abril de 2018 HORÁCIO DE MIRANDA LOBATO NETO Juiz de Direito

Expedido e Subscrito por ordem do MM. Juiz de Direito Dr. Sávio José de Amorim Santos, nos termos da portaria n.020/2007-GJ, devendo ser publicado na forma da Lei e afixado no local de costume.

São Miguel do Guamá, 28 de março de 2022

SÁVIO JOSE DE AMORIM SANTOS

Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 20 DIAS

PROCESSO 0159478-87.2015.814.0055

AÇÃO PENAL: ROUBO

ACUSADO: **DIONILSON LOPES TEIXEIRA**

Exmo. Senhor Dr. Sávio José de Amorim Santos, Juiz de Direito titular desta Cidade de São Miguel Guamá, Estado do Para, na forma da lei, etc.,

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que por este Juízo e Secretaria se processam os autos da ação em epígrafe, na qual intima-se**, DIONILSON LOPES TEXEIRA** filho de Antônia da Paz Lopes Teixeira, atualmente em lugar incerto e não sabido. para que tome ciência do despacho Considerando o pedido do Ministério Público de fls. 41, cite-se o réu por edital, no prazo legal. Cumpra-se. São Miguel do Guamá, 15 de maio de 2018 HORÁCIO DE MIRANDA LOBATO NETO Juiz de Direito

Expedido e Subscrito por ordem do MM. Juiz de Direito Dr. Sávio José de Amorim Santos, nos termos da portaria n.020/2007-GJ, devendo ser publicado na forma da Lei e afixado no local de costume.

São Miguel do Guamá, 28 de março de 2022

SÁVIO JOSE DE AMORIM SANTOS

Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 20 DIAS

PROCESSO 0159478-87.2015.814.0055

AÇÃO PENAL: ROUBO

ACUSADO: **DIONILSON LOPES TEIXEIRA**

Exmo. Senhor Dr. Sávio José de Amorim Santos, Juiz de Direito titular desta Cidade de São Miguel Guamá, Estado do Para, na forma da lei, etc.,

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que por este Juízo e Secretaria se processam os autos da ação em epígrafe, na qual intima-se**, DIONILSON LOPES TEXEIRA** filho de Antônia da Paz Lopes Teixeira, atualmente em lugar incerto e não sabido. para que tome ciência do despacho Considerando o pedido do Ministério Público de fls. 41, cite-se o réu por edital, no prazo legal. Cumpra-se. São Miguel do Guamá, 15 de maio de 2018 HORÁCIO DE MIRANDA LOBATO NETO Juiz de Direito

Expedido e Subscrito por ordem do MM. Juiz de Direito Dr. Sávio José de Amorim Santos, nos termos da portaria n.020/2007-GJ, devendo ser publicado na forma da Lei e afixado no local de costume.

São Miguel do Guamá, 28 de março de 2022

SÁVIO JOSE DE AMORIM SANTOS

Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 20 DIAS

PROCESSO 0159478-87.2015.814.0055

AÇÃO PENAL: ROUBO

ACUSADO: **DIONILSON LOPES TEIXEIRA**

Exmo. Senhor Dr. Sávio José de Amorim Santos, Juiz de Direito titular desta Cidade de São Miguel Guamá, Estado do Para, na forma da lei, etc.,

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que por este Juízo e Secretaria se processam os autos da ação em epígrafe, na qual intima-se**, DIONILSON LOPES TEXEIRA** filho de Antônia da Paz Lopes Teixeira, atualmente em lugar incerto e não sabido. para que tome ciência do despacho Considerando o pedido do Ministério Público de fls. 41, cite-se o réu por edital, no prazo legal. Cumpra-se. São Miguel do Guamá, 15 de maio de 2018 HORÁCIO DE MIRANDA LOBATO NETO Juiz de Direito

Expedido e Subscrito por ordem do MM. Juiz de Direito Dr. Sávio José de Amorim Santos, nos termos da portaria n.020/2007-GJ, devendo ser publicado na forma da Lei e afixado no local de costume.

São Miguel do Guamá, 28 de março de 2022

SÁVIO JOSE DE AMORIM SANTOS

Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 20 DIAS

PROCESSO 0009334-62.2019.814.0055

AÇÃO PENAL: RECEPTAÇÃO

ACUSADO: **ANTONIO GILSOMAR DA COSTA E SILVA**

Exmo. Senhor Dr. Sávio José de Amorim Santos, Juiz de Direito titular desta Cidade de São Miguel Guamá, Estado do Para, na forma da lei, etc.,

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que por este Juízo e Secretaria se processam os autos da ação em epígrafe, na qual intima-se**, ANTONIO GILSOMAR DA COSTA E SILVA** filho de Rosa Genova da Costa e Silva e Manoel Maria da Silva, atualmente em lugar incerto e não sabido. para que tome ciência do despacho 1. Defiro o pedido de fls.46; 2. Determino a citação por edital do Denunciado ANTONIO GILSOMAR DA COSTA E SILVA nos termos do que dispõem os artigos 361 e 363, § 1º, ambos do CPP. 3. Após o prazo, com ou sem apresentação de resposta a acusação, conclusos. Expeça-se o necessário. São Miguel do Guamá/PA, 02/03/2020 HORÁCIO DE MIRANDA LOBATO NETO Juiz de Direito

Expedido e Subscrito por ordem do MM. Juiz de Direito Dr. Sávio José de Amorim Santos, nos termos da portaria n.020/2007-GJ, devendo ser publicado na forma da Lei e afixado no local de costume.

São Miguel do Guamá, 30 de março de 2022

SÁVIO JOSE DE AMORIM SANTOS

Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 20 DIAS

PROCESSO 0009334-62.2019.814.0055

AÇÃO PENAL: RECEPTAÇÃO

ACUSADO: **ANTONIO GILSOMAR DA COSTA E SILVA**

Exmo. Senhor Dr. Sávio José de Amorim Santos, Juiz de Direito titular desta Cidade de São Miguel Guamá, Estado do Para, na forma da lei, etc.,

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que por este Juízo e Secretaria se processam os autos da ação em epígrafe, na qual intima-se**, ANTONIO GILSOMAR DA COSTA E SILVA** filho de Rosa Genova da Costa e Silva e Manoel Maria da Silva, atualmente em lugar incerto e não sabido. para que tome ciência do despacho 1. Defiro o pedido de fls.46; 2. Determino a citação por edital do Denunciado ANTONIO GILSOMAR DA COSTA E SILVA nos termos do que dispõem os artigos 361 e 363, § 1º, ambos do CPP. 3. Após o prazo, com ou sem apresentação de resposta a acusação, conclusos. Expeça-se o necessário. São Miguel do Guamá/PA, 02/03/2020 HORÁCIO DE MIRANDA LOBATO NETO Juiz de Direito

Expedido e Subscrito por ordem do MM. Juiz de Direito Dr. Sávio José de Amorim Santos, nos termos da portaria n.020/2007-GJ, devendo ser publicado na forma da Lei e afixado no local de costume.

São Miguel do Guamá, 30 de março de 2022

SÁVIO JOSE DE AMORIM SANTOS

Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 20 DIAS

PROCESSO 0009334-62.2019.814.0055

AÇÃO PENAL: RECEPTAÇÃO

ACUSADO: **ANTONIO GILSOMAR DA COSTA E SILVA**

Exmo. Senhor Dr. Sávio José de Amorim Santos, Juiz de Direito titular desta Cidade de São Miguel Guamá, Estado do Para, na forma da lei, etc.,

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que por este Juízo e Secretaria se processam os autos da ação em epígrafe, na qual intima-se**, ANTONIO GILSOMAR DA COSTA E SILVA** filho de Rosa Genova da Costa e Silva e Manoel Maria da Silva, atualmente em lugar incerto e não sabido. para que tome ciência do despacho 1. Defiro o pedido de fls.46; 2. Determino a citação por edital do Denunciado ANTONIO GILSOMAR DA COSTA E SILVA nos termos do que dispõem os artigos 361 e 363, § 1º, ambos do CPP. 3. Após o prazo, com ou sem apresentação de resposta a acusação, conclusos. Expeça-se o necessário. São Miguel do Guamá/PA, 02/03/2020 HORÁCIO DE MIRANDA LOBATO NETO Juiz de Direito

Expedido e Subscrito por ordem do MM. Juiz de Direito Dr. Sávio José de Amorim Santos, nos termos da portaria n.020/2007-GJ, devendo ser publicado na forma da Lei e afixado no local de costume.

São Miguel do Guamá, 30 de março de 2022

SÁVIO JOSE DE AMORIM SANTOS

Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 20 DIAS

PROCESSO 0007272-49.2019.814.0055

AÇÃO PENAL: ROUBO

ACUSADO: **MAURILIO PEREIRA PINTO**

Exmo. Senhor Dr. Sávio José de Amorim Santos, Juiz de Direito titular desta Cidade de São Miguel Guamá, Estado do Para, na forma da lei, etc.,

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que por este Juízo e Secretaria se processam os autos da ação em epígrafe, na qual intima-se**, MAURILIO PEREIRA PINTO** filho de Cândida Pereira Pinto, atualmente em lugar incerto e não sabido. para que tome ciência do despacho 1) Defiro o pedido de fls. 73; 2) Determino a citação por edital da Denunciada MAURILIO PEREIRA PINTO nos termos do que dispõem os artigos 361 e 363, ambos do CPP. 3) Após o prazo, com ou sem apresentação de resposta a acusação, conclusos. 4) Expeça-se o necessário. São Miguel do Guamá, 11 de novembro de 2019. HORÁCIO DE MIRANDA LOBATO NETO JUIZ DE DIREITO

Expedido e Subscrito por ordem do MM. Juiz de Direito Dr. Sávio José de Amorim Santos, nos termos da portaria n.020/2007-GJ, devendo ser publicado na forma da Lei e afixado no local de costume.

São Miguel do Guamá, 30 de março de 2022

SÁVIO JOSE DE AMORIM SANTOS

Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 20 DIAS

PROCESSO 0007272-49.2019.814.0055

AÇÃO PENAL: ROUBO

ACUSADO: **MAURILIO PEREIRA PINTO**

Exmo. Senhor Dr. Sávio José de Amorim Santos, Juiz de Direito titular desta Cidade de São Miguel Guamá, Estado do Para, na forma da lei, etc.,

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que por este Juízo e Secretaria se processam os autos da ação em epígrafe, na qual intima-se**, MAURILIO PEREIRA PINTO** filho de Cândida Pereira Pinto, atualmente em lugar incerto e não sabido. para que tome ciência do despacho 1) Defiro o pedido de fls. 73; 2) Determino a citação por edital da Denunciada MAURILIO PEREIRA PINTO nos termos do que dispõem os artigos 361 e 363, ambos do CPP. 3) Após o prazo, com ou sem apresentação de resposta a acusação, conclusos. 4) Expeça-se o necessário. São Miguel do Guamá, 11 de novembro de 2019. HORÁCIO DE MIRANDA LOBATO NETO JUIZ DE DIREITO

Expedido e Subscrito por ordem do MM. Juiz de Direito Dr. Sávio José de Amorim Santos, nos termos da portaria n.020/2007-GJ, devendo ser publicado na forma da Lei e afixado no local de costume.

São Miguel do Guamá, 30 de março de 2022

SÁVIO JOSE DE AMORIM SANTOS

Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 20 DIAS

PROCESSO 0007272-49.2019.814.0055

AÇÃO PENAL: ROUBO

ACUSADO: **MAURILIO PEREIRA PINTO**

Exmo. Senhor Dr. Sávio José de Amorim Santos, Juiz de Direito titular desta Cidade de São Miguel Guamá, Estado do Para, na forma da lei, etc.,

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que por este Juízo e Secretaria se processam os autos da ação em epígrafe, na qual intima-se**, MAURILIO PEREIRA PINTO** filho de Cândida Pereira Pinto, atualmente em lugar incerto e não sabido. para que tome ciência do despacho 1) Defiro o pedido de fls. 73; 2) Determino a citação por edital da Denunciada MAURILIO PEREIRA PINTO nos termos do que dispõem os artigos 361 e 363, ambos do CPP. 3) Após o prazo, com ou sem apresentação de resposta a acusação, conclusos. 4) Expeça-se o necessário. São Miguel do Guamá, 11 de novembro de 2019. HORÁCIO DE MIRANDA LOBATO NETO JUIZ DE DIREITO

Expedido e Subscrito por ordem do MM. Juiz de Direito Dr. Sávio José de Amorim Santos, nos termos da portaria n.020/2007-GJ, devendo ser publicado na forma da Lei e afixado no local de costume.

São Miguel do Guamá, 30 de março de 2022

SÁVIO JOSE DE AMORIM SANTOS

Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 20 DIAS

PROCESSO 0005315-18.2016.814.0055

AÇÃO PENAL: FURTO

ACUSADO: **FRANCISCO PIMENTEL SILVA**

Exmo. Senhor Dr. Sávio José de Amorim Santos, Juiz de Direito titular desta Cidade de São Miguel Guamá, Estado do Para, na forma da lei, etc.,

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que por este Juízo e Secretaria se processam os autos da ação em epígrafe, na qual intima-se**, FRANCISCO PIMENTEL SILVA** filho de Cândida Pereira Pinto, atualmente em lugar incerto e não sabido. para que tome ciência do despacho 1) Defiro o pedido de fls. 58; 2) Determino a citação por edital do Denunciado FRANCISCO PIMENTEL SILVA nos termos do que dispõem os artigos 361 e 363, ambos do CPP. 3) Após o prazo, com ou sem apresentação de resposta a acusação, conclusos. 4) Expeça-se o necessário.

São Miguel do Guamá, 22 de outubro de 2019. HORÁCIO DE MIRANDA LOBATO NETO JUIZ DE DIREITO

Expedido e Subscrito por ordem do MM. Juiz de Direito Dr. Sávio José de Amorim Santos, nos termos da portaria n.020/2007-GJ, devendo ser publicado na forma da Lei e afixado no local de costume.

São Miguel do Guamá, 05 de abril de 2022

SÁVIO JOSE DE AMORIM SANTOS

Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 20 DIAS

PROCESSO 0005315-18.2016.814.0055

AÇÃO PENAL: FURTO

ACUSADO: **FRANCISCO PIMENTEL SILVA**

Exmo. Senhor Dr. Sávio José de Amorim Santos, Juiz de Direito titular desta Cidade de São Miguel Guamá, Estado do Para, na forma da lei, etc.,

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que por este Juízo e

Secretaria se processam os autos da ação em epígrafe, na qual intima-se**, FRANCISCO PIMENTEL SILVA** filho de Cândida Pereira Pinto, atualmente em lugar incerto e não sabido. para que tome ciência do despacho 1) Defiro o pedido de fls. 58; 2) Determino a citação por edital do Denunciado FRANCISCO PIMENTEL SILVA nos termos do que dispõem os artigos 361 e 363, ambos do CPP. 3) Após o prazo, com ou sem apresentação de resposta a acusação, conclusos. 4) Expeça-se o necessário.

São Miguel do Guamá, 22 de outubro de 2019. HORÁCIO DE MIRANDA LOBATO NETO JUIZ DE DIREITO

Expedido e Subscrito por ordem do MM. Juiz de Direito Dr. Sávio José de Amorim Santos, nos termos da portaria n.020/2007-GJ, devendo ser publicado na forma da Lei e afixado no local de costume.

São Miguel do Guamá, 05 de abril de 2022

SÁVIO JOSE DE AMORIM SANTOS

Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 20 DIAS

PROCESSO 0005315-18.2016.814.0055

AÇÃO PENAL: FURTO

ACUSADO: **FRANCISCO PIMENTEL SILVA**

Exmo. Senhor Dr. Sávio José de Amorim Santos, Juiz de Direito titular desta Cidade de São Miguel Guamá, Estado do Para, na forma da lei, etc.,

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que por este Juízo e Secretaria se processam os autos da ação em epígrafe, na qual intima-se**, FRANCISCO PIMENTEL SILVA** filho de Cândida Pereira Pinto, atualmente em lugar incerto e não sabido. para que tome ciência do despacho 1) Defiro o pedido de fls. 58; 2) Determino a citação por edital do Denunciado FRANCISCO PIMENTEL SILVA nos termos do que dispõem os artigos 361 e 363, ambos do CPP. 3) Após o prazo, com ou sem apresentação de resposta a acusação, conclusos. 4) Expeça-se o necessário.

São Miguel do Guamá, 22 de outubro de 2019. HORÁCIO DE MIRANDA LOBATO NETO JUIZ DE DIREITO

Expedido e Subscrito por ordem do MM. Juiz de Direito Dr. Sávio José de Amorim Santos, nos termos da portaria n.020/2007-GJ, devendo ser publicado na forma da Lei e afixado no local de costume.

São Miguel do Guamá, 05 de abril de 2022

SÁVIO JOSE DE AMORIM SANTOS

Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 20 DIAS

PROCESSO 0001638-82.2013.814.0055

AÇÃO PENAL: ROUBO

ACUSADO: **CLEBSON DIOGO PENICHE**

Exmo. Senhor Dr. Sávio José de Amorim Santos, Juiz de Direito titular desta Cidade de São Miguel Guamá, Estado do Para, na forma da lei, etc.,

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que por este Juízo e Secretaria se processam os autos da ação em epígrafe, na qual intima-se**, CLEBSON DIOGO PENICHE** filho de Franciso de Nazaré Pinto Lima e Rizoleta Batista Peniche, atualmente em lugar incerto e não sabido. para que tome ciência do despacho 1. Considerando a informação de fls. 79, determino a citação por edital do Denunciado CLEBSON DIOGO PENICHE nos termos do que dispõem os artigos 361 e 363, § 1º, ambos do CPP. 2. Após o prazo, com ou sem apresentação de resposta a acusação, conclusos. Expeça-se o necessário. São Miguel do Guamá/PA, ____/____/ 2019. HORÁCIO DE MIRANDA LOBATO NETO Juiz de Direito

Expedido e Subscrito por ordem do MM. Juiz de Direito Dr. Sávio José de Amorim Santos, nos termos da portaria n.020/2007-GJ, devendo ser publicado na forma da Lei e afixado no local de costume.

São Miguel do Guamá, 05 de abril de 2022

SÁVIO JOSE DE AMORIM SANTOS

Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 20 DIAS

PROCESSO 0001638-82.2013.814.0055

AÇÃO PENAL: ROUBO

ACUSADO: **CLEBSON DIOGO PENICHE**

Exmo. Senhor Dr. Sávio José de Amorim Santos, Juiz de Direito titular desta Cidade de São Miguel Guamá, Estado do Para, na forma da lei, etc.,

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que por este Juízo e Secretaria se processam os autos da ação em epígrafe, na qual intima-se**, CLEBSON DIOGO PENICHE** filho de Franciso de Nazaré Pinto Lima e Rizoleta Batista Peniche, atualmente em lugar incerto e não sabido. para que tome ciência do despacho 1. Considerando a informação de fls. 79, determino a citação por edital do Denunciado CLEBSON DIOGO PENICHE nos termos do que dispõem os artigos 361 e 363, § 1º, ambos do CPP. 2. Após o prazo, com ou sem apresentação de resposta a acusação, conclusos. Expeça-se o necessário. São Miguel do Guamá/PA, ____/____/ 2019. HORÁCIO DE MIRANDA LOBATO NETO Juiz de Direito

Expedido e Subscrito por ordem do MM. Juiz de Direito Dr. Sávio José de Amorim Santos, nos termos da portaria n.020/2007-GJ, devendo ser publicado na forma da Lei e afixado no local de costume.

São Miguel do Guamá, 05 de abril de 2022

SÁVIO JOSE DE AMORIM SANTOS

Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 20 DIAS

PROCESSO 0001638-82.2013.814.0055

AÇÃO PENAL: ROUBO

ACUSADO: **CLEBSON DIOGO PENICHE**

Exmo. Senhor Dr. Sávio José de Amorim Santos, Juiz de Direito titular desta Cidade de São Miguel Guamá, Estado do Para, na forma da lei, etc.,

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que por este Juízo e Secretaria se processam os autos da ação em epígrafe, na qual intima-se**, CLEBSON DIOGO PENICHE** filho de Franciso de Nazaré Pinto Lima e Rizoleta Batista Peniche, atualmente em lugar incerto e não sabido. para que tome ciência do despacho 1. Considerando a informação de fls. 79, determino a citação por edital do Denunciado CLEBSON DIOGO PENICHE nos termos do que dispõem os artigos 361 e 363, § 1º, ambos do CPP. 2. Após o prazo, com ou sem apresentação de resposta a acusação, conclusos. Expeça-se o necessário. São Miguel do Guamá/PA, ____/____/ 2019. HORÁCIO DE MIRANDA LOBATO NETO Juiz de Direito

Expedido e Subscrito por ordem do MM. Juiz de Direito Dr. Sávio José de Amorim Santos, nos termos da portaria n.020/2007-GJ, devendo ser publicado na forma da Lei e afixado no local de costume.

São Miguel do Guamá, 05 de abril de 2022

SÁVIO JOSE DE AMORIM SANTOS

Juiz de Direito